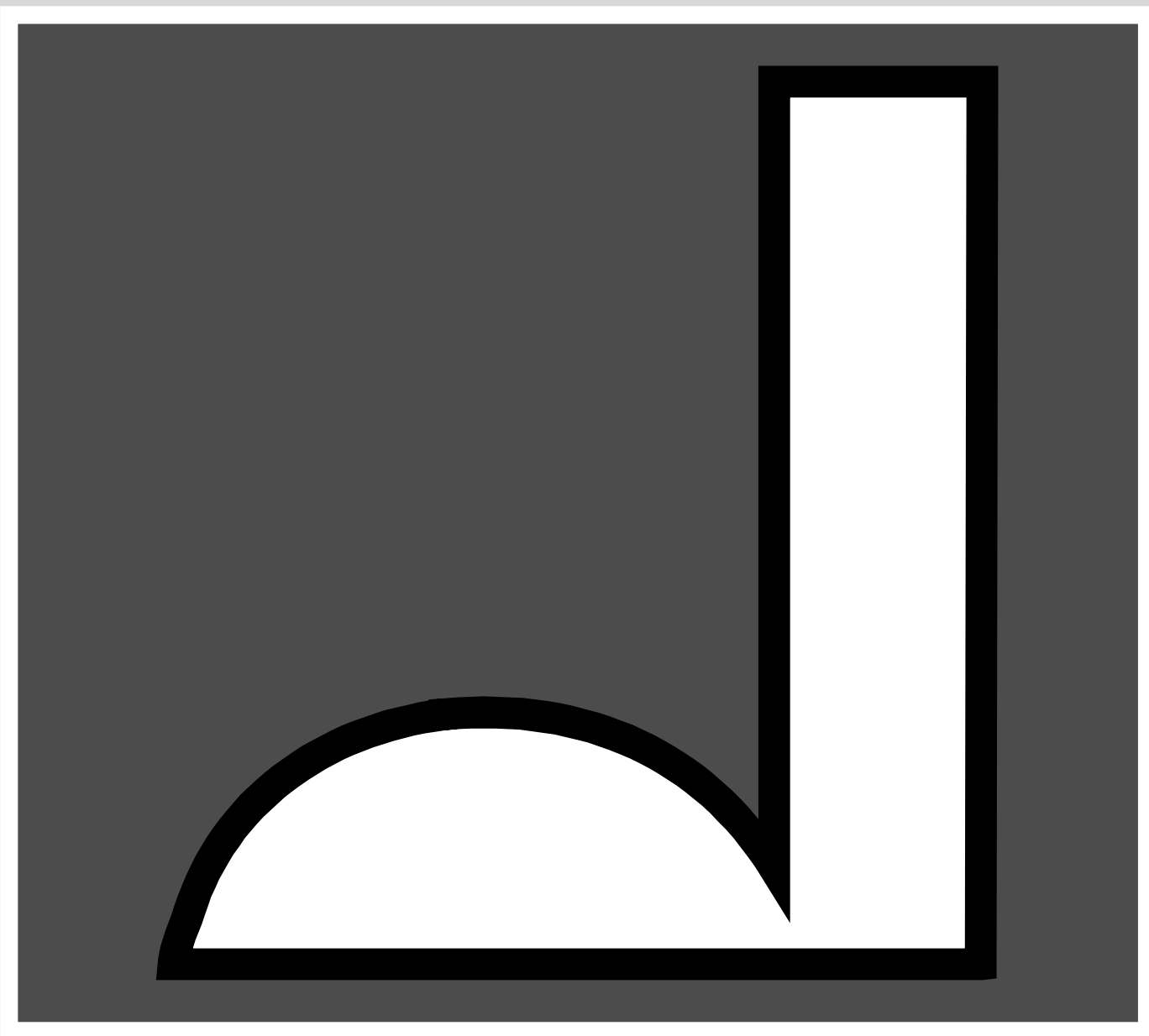




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 141 - QUARTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 2, de 2001.	24788

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 135ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a comemorar o Dia Mundial da Alimentação, nos termos do Requerimento nº 578, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Senadores.	24789

2.2.2 – Oradores

Senador Osmar Dias	24789
Senador Antonio Carlos Valadares	24795
Senador Ney Suassuna	24798
Senador Eduardo Suplicy	24801
Senador Maguito Vilela	24803
Senador Mauro Miranda (Art. 203, do Regimento Interno)	24804
Senador Ademir Andrade (Art. 203, do Regimento Interno)	24806
Fala associativa da Presidência (Senador Ramez Tebet)	24808

2.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 231, de 2001 (nº 1.083/2001, na origem), de 10 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diploma-

ta, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular do Laos. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	24808

2.2.4 – Aviso do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

Nº 299/2001, de 3 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 313, de 2001, da Senadora Heloísa Helena. (Anexada cópia das informações ao Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, que retornou à Comissão de Educação). O requerimento vai ao Arquivo.	24816

2.2.5 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 413/2001, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 496, de 2001, do Senador Mauro Miranda. (Anexada cópia das informações à Mensagem nº 197, de 2001, que volta à tramitação normal e à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame). O requerimento vai ao Arquivo.	24816

2.2.6 – Pareceres

Nºs 1.149 a 1.152, de 2001, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 448, 520, 521 e 524, de 2001, respectivamente, de autoria dos Senadores Osmar Dias, Eduardo Suplicy e Sebastião Rocha, solicitando informações a Ministros de Estado.....	24817

Nº 1.153, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236,

de 2000 (nº 608/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente. 24818

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 448, 520, 521 e 524, de 2001, de autoria dos Senadores Osmar Dias, Eduardo Suplicy e Sebastião Rocha, cujos pareceres foram lidos anteriormente, solicitando informações a Ministros de Estado..... 24853

2.2.8 – Pronunciamento, pela ordem

Do Senador Alvaro Dias, como Presidente da CPI do Futebol, solicitando providências à Mesa Diretora diante de ofício recebido da Associação dos Consultores Legislativos e dos Consultores de Orçamento do Senado Federal, a respeito das ameaças sofridas pelos servidores públicos que assessoram os trabalhos daquela Comissão. 24853

2.2.9 – Fala da Presidência (Senador Ramez Tebet)

Anúncio de providências relativas ao pronunciamento do Senador Alvaro Dias, junto à segurança da Casa e à Polícia Federal..... 24854

2.2.10 – Discurso do Expediente

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA, como Líder – Providências adotadas pelo Governo Federal, particularmente pelo Ministério da Saúde, para prevenir a contaminação por Antraz..... 24854

2.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 597, de 2001, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente. Será votado após a Ordem do Dia. 24854

Nº 598, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 24855

2.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2001, de autoria do Senador Sebastião Rocha,

que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Porto Grande, no Estado do Amapá, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 24856

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2001, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Amapá, no Estado do Amapá, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 24857

Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2001, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 24858

Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2001, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 24859

Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa..... 24860

2.2.13 – Leitura de requerimento

Nº 599, de 2001, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando que seja dispensado o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de existência de desfibriladores a bordo de aeronaves, para que seja imediatamente submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 24861

2.2.14 – Ofícios

S/nº, de 2001, de 5 do corrente, do Senador José Coelho, justificando sua ausência às votações nominais ocorridas na sessão do último dia 2 do corrente, embora tenha registrado presença. À publicação..... 24861

Nº 150, de 2001, de 10 do corrente, do Senador Sérgio Machado, justificando sua ausência à votação nominal ocorrida na sessão do último dia 10 do corrente, embora tenha registrado presença. À publicação..... 24861

S/nº, de 2001, de 15 do corrente, do Senador Eduardo Siqueira Campos, comunicando sua desfiliação do PFL, no último dia 5 do corrente, e filiação ao PSDB. À publicação..... 24861

Nº 125, de 2001, de 16 do corrente, da Liderança do PSB no Senado Federal, de indicação de membro para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Designação do Senador Paulo Hartung para integrar, como suplente, a referida Comissão..... 24861

2.2.15 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, ontem, sem recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2000 (nº 4.899/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 24862

Término de prazo, ontem, sem recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2001 (nº 113/95, na Casa de origem), que acrescenta inciso II ao art. 6º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 24862

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que denomina "Governador Mário Covas", o Complexo Industrial-Portuário do Pecém, no Estado do Ceará, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados..... 24862

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que denomina "Barragem Padre Cícero" a Barragem do Castanhão, no Estado do Ceará, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados..... 24862

Reatuação, como Ofício CN nº 8, de 2001, do Ofício nº S/18, de 2001 (nº 366/2001, na origem), do Procurador-Geral da República, ao qual foram anexados os ofícios dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados, que encaminharam Relatórios de Gestão Fiscal daqueles órgãos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 24862

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Resolução nº 48, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos

como conclusão de seu Parecer nº 1.098, de 2001, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Heloísa Helena e do Senador Lauro Campos, e abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Waldeck Ornelas), que autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito junto à República da Polônia, no montante atual de três bilhões e quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, na forma dos contratos assinados com os bancos que menciona, a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris e dá outras providências. **Aprovado com emenda**, após retirada das Emendas nºs 3 e 4-Plen e leitura das Emendas nºs 5 a 7-Plen, sendo proferido parecer de Plenário pelo Sr. Romero Jucá (**Parecer nº 1.154, de 2001**), tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy, a Srª Heloísa Helena, os Srs. Lauro Campos, Ademir Andrade, Arlindo Porto, Artur da Távola, José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Romero Jucá (Relator), Geraldo Melo e Carlos Patrocínio. À Comissão Diretora para redação final. (Votação nominal) 24862

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2001 (**Parecer nº 1.155, de 2001-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 24884

Item 2

Projeto de Resolução nº 49, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.099, de 2001, Relator: Senador Geraldo Melo), que autoriza o Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado do Mato Grosso, a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil S/A, no valor de quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos, a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 2001. **Aprovado** com voto contrário do Sr. Osmar Dias, tendo usado da palavra S. Exª e os Srs. Geraldo Melo (Relator), Ademir Andrade, a Srª Heloísa Helena, os Srs. Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra e José Fogaça. À Comissão Diretora para redação final..... 24885

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 2001 (**Parecer nº 1.156, de 2001-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 24889

Item 3

Projeto de Resolução nº 50, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.100, de 2001, Relator: Senador Bello Parga), que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 20, de

2001, do Senado Federal. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 24890

Redação final do Projeto de Resolução nº 50, de 2001 (**Parecer nº 1.157, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 24891

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos Deputados), que altera a alínea c do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (inclui o cirurgião-dentista na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados). **Não houve oradores** na terceira sessão de discussão, em primeiro turno. 24891

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que acrescenta o § 3º ao art. 50 da Constituição Federal (trâmite de informações e documentos sigilosos). **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. 24892

Item 6

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2000 (nº 1.043/95, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares. **Discussão adiada** para a sessão de 27 de novembro próximo, nos termos do Requerimento nº 602, de 2001. 24892

Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2000 (nº 2.862/97, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que altera dispositivos da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992 (escolha de juízes militares para comporem os Conselhos Especial e Permanente da Justiça Militar da União). **Aprovado com emenda de redação.** À Comissão Diretora para redação final. 24892

Item 8

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2000 (nº 1.748/99, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que extingue a 5ª e a 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da Magistratura e do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, e dá outras providências. **Discussão adiada** para a sessão de 27 de novembro próximo, nos termos do Requerimento nº 603, de 2001. 24893

2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 597, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado,** sendo lido e rejeitado o Requerimento nº 604, de 2001. O Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente. 24893

2.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Reflexão acerca do último Relatório sobre o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. ... 24894

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Necessidade da instituição de um Código Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia. 24896

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao relatório de 2000 do Departamento de Defesa Comercial – DECOM, da Secretária de Comércio Exterior. 24897

SENADOR CARLOS BEZERRA – Recebimento de ofício da Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos – FENAVENPRO, a respeito da atuação irregular da Fenaprovar. 24898

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comparação entre a atuação pública e a privada na área de educação superior. 24899

SENADOR SÉRGIO MACHADO – Proposta de transposição das águas do rio Tocantins, como alternativa à prevenção do colapso d'água anunciado para o Nordeste Setentrional em 2005. 24900

SENADOR CASILDO MALDANER – Comentários ao aumento da produtividade agrícola nas pequenas propriedades rurais no oeste do Estado de Santa Catarina, resultado da atuação das cooperativas associadas à tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. 24903

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 24904

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Lindberg Cury, proferido na sessão de 11 de outubro de 2001. (Republicação) 24906

4 – RETIFICAÇÕES

Ata da 133ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 11 de outubro de 2001 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 24911

5 – MESA DO SENADO FEDERAL

Atas das 18ª e 19ª Reuniões, realizadas em 27 de setembro e 11 de outubro de 2001, respectivamente. 24912

6 – ATAS DE COMISSÕES

8ª a 14ª Reuniões da Comissão Mista Especial criada pelo Requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento, realizadas em 9, 14, 21 e 28 de agosto, 4, 11 e 18 de setembro de 2001, respectivamente..... 24917

35ª a 40ª, 43ª a 45ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Reque-

mento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, realizadas em 31 de maio, 5, 12, 19, 22 e 25 de junho, 28 e 30 de agosto e 18 de setembro de 2001, respectivamente. 25076

7 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 262 e 263, de 2001. 25277

8 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)**9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 2, DE 2001

Os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e visando regulamentar o disposto na Resolução nº 2, de 1999 – CN, que institui o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro,

RESOLVEM:

Art. 1º O Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, instituído pela Resolução nº 2, de 1999, destinada a agraciar pessoa, natural ou jurídica que tenha oferecido contribuição relevante para a causa da educação brasileira, será anualmente concedido pelo Congresso Nacional.

Art. 2º A indicação dos concorrentes poderá ser feita por qualquer membro do Congresso Nacional ou por entidades da sociedade civil, cujas atividades do Congresso Nacional ou por entidades da sociedade civil, cujas atividades estejam diretamente vinculadas à área da educação ou desenvolvam trabalhos ou ações que mereçam especial destaque na defesa e promoção da educação no Brasil.

§ 1º A indicação de que trata o **caput** deste artigo deverá ser feita até o último dia do mês de agosto, mediante inscrição efetuada junto à Comissão de Educação do Senado Federal ou à Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados.

§ 2º A indicação será apresentada em forma de relato sintetizado da ação educativa desenvolvida, devidamente fundamentado, com dados qualificativos e informações comprobatórias de adequação do indicado à respectiva diplomação.

§ 3º O relato poderá ser acompanhado de material iconográfico e audiovisual que possibilite uma melhor caracterização da ação educativa.

Art. 3º Constituir Comissão de Avaliação, composta por três membros titulares da Comissão de Educação do Senado Federal, três membros titulares da Comissão de Educação e Desporto da Câmara dos Deputados, além dos seus respectivos presidentes.

§ 1º Os presidentes das Comissões de Educação do Senado Federal e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados indicarão os integrantes referidos no **caput** deste artigo até o último dia útil do mês de maio.

§ 2º Caberá à Câmara dos Deputados, nos anos pares, e ao Senado Federal, nos anos ímpares, por intermédio de seus respectivos Primeiros-Secretários, no âmbito de suas instituições, providenciar dotação orçamentária para cobrir custos de divulgação e demais despesas decorrentes da aplicação deste ato e nomear comissão de servidores destinada a coordenar e executar os procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos da comissão de que trata o **caput** deste artigo.

§ 3º O Conselho Deliberativo do Diploma elaborará proposta de regulamento que definirá as regras que subsidiarão o processo de avaliação, submetendo-a à apreciação do Conselho Deliberativo.

§ 4º Da proposta de regulamento, referida no parágrafo anterior, constarão os procedimentos a serem efetuados visando a outorga do diploma do ano de 2001.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 16 de outubro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal – Deputado **Aécio Neves**, Presidente da Câmara dos Deputados.

Ata da 135ª Sessão Deliberativa Ordinária em 16 de outubro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornélas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 80 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Nos termos do Requerimento n.º 578, de 2001, do Senador Osmar Dias e de outros Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão destina-se a comemorar o Dia Mundial da Alimentação.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, um dos autores do requerimento, Senador Osmar Dias, do PDT do Estado do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 16 de outubro, comemora-se o Dia Mundial da Alimentação, criado em 1945 pela FAO, órgão da ONU. Não seria uma data para ser comemorada – todo dia deveria ser o da alimentação –, mas para se refletir a respeito do tema, que, aliás, toma conta dos debates no mundo. Se fosse para comemorar a data, hoje cerca de um bilhão de pessoas não poderiam fazê-lo. As estatísticas oficiais dizem que são 850 milhões de pessoas, mas na verdade, uma reportagem da Veja publicada recentemente dá conta de 1,3 bilhão de pessoas que têm uma renda diária de US\$1, o que implica uma renda **per capita**/ano de US\$365.

É claro que quem tem uma renda com essa ou menor não vai ser incluído na lista dos que comem todos os dias. Para esses, comer é só uma esperança, uma expectativa. E acredito até que esse contingente enorme de um bilhão de pessoas não consegue comer regularmente uma vez por dia sequer.

A Rede Globo, recentemente, fez uma série de reportagens mostrando o flagelo da fome no Brasil.

No dia 11 de setembro, Sr. Presidente, o mundo ficou perplexo quando um atentado terrorista destruiu as torres de Nova Iorque e atingiu o Pentágono, em Washington. Esse assunto tomou conta de todos os canais de televisão da grande mídia mundial no último mês, e ouve-se, com frequência, as pessoas exclamarem sobre as seis mil vidas dizimadas por aquele atentado.

É claro que se trata de um acontecimento grave, com sentido emblemático para a Humanidade, e que o problema ocorrido nas torres gêmeas deve ser notícia todos os dias, mas é incomparável – e quero chamar a atenção de todos para uma reflexão – o número de pessoas que morrem em atentados terroristas e guerras com o de pessoas que morrem pela fome,

pela desnutrição e até pela falta de água, que também é uma forma de desnutrição.

A luta contra a fome, Sr. Presidente, é uma guerra surda, silenciosa, e, muitas vezes, parece estar distante de nós, mas, quase sempre, está muito próxima, porque, ao lado de cada cidadão, existe sempre alguém lutando contra a fome. Penso que não pode haver uma morte mais humilhante do que a causada pela fome e pela desnutrição.

Se formos exprimir em números, o problema torna-se mais alarmante, porque trezentas e quarenta mil crianças morrem por desnutrição, no Brasil, todos os anos. Fiz um rápido cálculo e cheguei à seguinte conclusão: a cada dois minutos, uma criança morre de fome no Brasil. É claro que apenas esse número já seria suficiente para acabarmos por aqui com o diagnóstico e partirmos para a busca de soluções, mas cinco milhões de crianças com idade inferior a cinco anos padecem de desnutrição no País. Isso significa que a responsabilidade maior pelo fato de 95% das crianças que ingressam na rede escolar não conseguirem sair ou terminar o curso primário sem repetência é da fome.

Quando se fala em linha da miséria, estamos falando de pessoas que recebem uma renda diária de um dólar. No Brasil, 44 milhões de pessoas têm uma renda menor ou igual a um dólar, das quais 15 milhões estão no campo. Fiz o seguinte cálculo: se 18% da população brasileira vive no campo, isso representa 31 milhões de pessoas; se 15 milhões de brasileiros que passam fome estão vivendo no campo, isso significa que a metade da população rural passa fome, Sr. Presidente, o que é um paradoxo, porque é ela que produz alimentos neste País.

Com isso, vamos revelando quais são as causas da desnutrição e da fome que toma conta de 44 milhões de brasileiros e de 1 bilhão de pessoas no mundo. Aliás, desses 1 bilhão de pessoas, 700 milhões, segundo a FAO, vivem no campo. Estamos de novo repetindo o paradoxo: os que produzem comida são os que mais passam fome.

Só na Índia, 50% da população, quase 500 milhões de indianos, estão vivendo nessa situação de indigência. Se formos para a China, um país com 1,2 bilhão de habitantes, são 70 milhões – um número considerado até pequeno em relação ao total de chineses. Só que a China consegue um verdadeiro milagre: com 4% da área plantada do mundo, o país alimenta 25% da população mundial.

Isso revela que estamos ainda engatinhando em termos de políticas agrícolas capazes realmente de resolver o problema da produção. Nos Estados

Unidos – poucos sabem disto –, são 30 milhões os americanos que vivem com uma renda abaixo de um dólar por dia. Eu mesmo não acreditava que lá existissem tantas pessoas vivendo nessa situação.

A desnutrição não debilita apenas as pessoas, mas as nações. Crianças com fome adoecem facilmente e curam-se com dificuldade, porque, evidentemente, não conseguem combater as infecções. Elas nascem doentes e assim permanecem durante a infância, porque mães subnutridas não têm como gerar filhos com saúde. Quando adultas, não produzem e, dessa forma, multiplicam a pobreza.

Um estudo revela que, em países em desenvolvimento – isto é muito importante –, se houvesse pobreza sem fome, ou seja, se alimentos fossem distribuídos à população pobre, o PIB, a renda bruta teria crescido, nos últimos trinta anos, 45%. Isso significa que aqueles que não comem não conseguem, realmente, produzir de forma suficiente e adequada. A produtividade no trabalho cai, e se multiplica, dessa forma, a pobreza.

Então, temos que descobrir onde está realmente o problema: na produção, na distribuição dos alimentos ou no acesso a eles?

Hoje, participei da abertura do fórum de lançamento do programa Fome Zero, do Instituto da Cidadania. Lá ouvi vários discursos, exatamente questionando se o problema está na distribuição, na produção ou no acesso aos alimentos. Farei uma análise dessa questão para apresentar algumas propostas.

Dizem que a produção não é o problema. Se hoje distribuíssemos todos os alimentos para a população do mundo, chegaríamos a uma média de 2.760 calorias por habitante do mundo. Como a Organização Mundial da Saúde recomenda que cada habitante da Terra deveria consumir em torno de 1.900 a 2.400 calorias, isso significa que há um superávit, ou seja, uma sobra de calorias que não estão sendo consumidas, porque há alimentos de sobra, o que quer dizer que hoje o problema não é de produção. Mas – aqui faço o primeiro alerta do meu pronunciamento – esse poderá ser um problema dentro de alguns anos.

Chamo a atenção dos agricultores, dos trabalhadores e dos consumidores que estão me ouvindo para um dado que revela a enorme importância de cuidarmos também da produção.

Há 25 anos, no mundo, existia meio hectare em produção para cada habitante, ou seja, para cada pessoa no mundo, havia em produção meio hectare. Isso ocorria há 25 anos. Hoje, há 0,3 hectare para cada habitante. Isso significa que houve uma redução

drástica, quase pela metade. Foi feita uma projeção pelos estudiosos da FAO para o ano de 2050. E é bom pensar que 2050 não está tão distante assim. Muitos acreditavam que não chegaríamos ao século XXI, ao 3º Milênio, e estamos aqui, no século XXI, no 3º Milênio, falando do mesmo tema que, em 1974, tomava conta dos debates que a FAO realizava em sua reunião de cúpula, repetida muitas vezes. Em 1996, tive oportunidade de participar de uma reunião, em Roma, quando foi estabelecida a meta de que a fome seria reduzida à metade, ou seja, dos 800 milhões, em 15 anos, seriam apenas 400 milhões os que viveriam nessa situação. No entanto, a projeção não se concretizou, e houve o aumento do número de famintos no mundo. A projeção da FAO é a de que, em 2050, haverá apenas 0,15 hectare para cada habitante – hoje, são 760 milhões de hectares.

Por que está havendo essa redução da área plantada para cada habitante da Terra? Porque crescem as ocupações com cidades, com o desenvolvimento urbano, tendo em vista a transferência da população dos campos para as cidades. Crescem, portanto, o perímetro urbano e as áreas ocupadas por indústrias, principalmente porque a população cresce. Então, é claro que há uma diminuição da área plantada, ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento da população; portanto, a relação diminui.

Além disso, há a degradação. Para que todos tenham uma idéia, a Embrapa fez um cálculo demonstrando que, no Brasil, todos os anos, perdemos cerca de 800 milhões de toneladas de terra, que correm pelos pequenos e grandes rios. Dessa forma, perdemos de nutrientes – para citar apenas os grandes nutrientes, como nitrogênio, fósforo, potássio, magnésio, cálcio e enxofre – o valor correspondente a US\$1,4 bilhão todos os anos. Esse é o prejuízo pelas terras que são carregadas para os rios em função da falta de um programa de preservação dos recursos naturais.

No Paraná, desenvolvemos um programa chamado Paraná Rural, envolvendo as microbacias. Lá construímos uma infra-estrutura capaz de conter a degradação dos solos. Esse programa precisaria ser mais abrangente, atingindo todo o Brasil.

Há o problema da água. Trata-se de um problema que não é muito lembrado, se levarmos em conta o fato de que se diz que aqui, no Brasil, há água em excesso. No entanto, 95% da água que possuímos concentra-se na região amazônica, onde vivem 5% da população brasileira. É claro que essa péssima distribuição poderá levar muitas regiões do País a terem problemas de escassez de água.

Então, se hoje não há problema de produção, esse deverá ser um problema no futuro. É bom lembrar que o Brasil, só de cerrado, tem 130 milhões de hectares inaproveitados, aguardando o momento de serem incorporados ao processo produtivo brasileiro. Ainda temos muito que avançar no sentido de aumentarmos a produção, e a biotecnologia não pode ser condenada por isso. Devemos tratar a biotecnologia como um instrumento necessário e importante para que, um dia, possa resolver, inclusive, esse problema da fome, que atinge quase um bilhão de pessoas no planeta.

Portanto, o problema maior está relacionado com a distribuição geográfica dos alimentos e com o acesso aos mesmos. É claro que a concentração da produção está nos países ricos, porque eles subsidiam a agricultura. Se hoje somarmos a União Européia, os Estados Unidos, o Canadá e os Tigres Asiáticos, são 350 bilhões de subsídios para esses países produzirem e exportarem alimentos.

Um cálculo feito – isso é muito importante – demonstra que, se esses países não subsidiassem a agricultura, haveria um aumento da produção nos países em desenvolvimento, até porque não haveria essa concorrência desleal. Os preços subsidiados nos países ricos deprimem a capacidade de produção dos países em desenvolvimento, dos países pobres. Hoje poderia haver no mercado internacional – e este cálculo é importante – uma participação a mais dos países em desenvolvimento de US\$50 bilhões nas exportações. Ou seja, quando os países ricos subsidiam suas agriculturas, aprofundam-se as desigualdades, acrescenta-se uma diferença, uma distância ainda maior entre os ricos e os pobres, porque eles deprimem a capacidade de produção dos pobres, fazendo com que US\$50 bilhões, todos os anos, deixem de ser exportados por esses países.

Lembro que só o Brasil poderia ter um volume de exportação de 20 bilhões a mais se não houvesse esse protecionismo. Portanto, para combater a fome nos países em desenvolvimento, é preciso que os Governos tenham um pouco mais de ousadia, de coragem e, sobretudo, de organização para debater essa questão do protecionismo, que tem gerado, sim, uma pressão forte sobre os países em desenvolvimento.

O problema que considero mais grave é o do acesso à comida. Aí há o problema da concentração de renda e da concentração de terras. É bom lembrar que 1% da população brasileira tem uma renda **per capita** de US\$52mil por ano. Se analisarmos a situação de 50% da população do outro lado, ou seja, dos mais pobres, verificaremos que a renda **per capita**

será de US\$700 por ano. Se observarmos o que ocorre com 25% da população, que são 44 milhões de brasileiros, verificaremos que eles terão uma renda **per capita** de US\$365 por ano, o que significa US\$1 por dia. É claro que não é possível comer de forma adequada, decente e digna com essa quantia.

Se a concentração de renda é um problema, a concentração de terra é outro. Nas mãos de 1,2% dos proprietários rurais do Brasil, estão 44% da área. Isso significa que 1,2% dos cinco milhões e duzentos mil produtores rurais do Brasil detêm quase a metade da área de agricultura do Brasil, que é de 44%. Do outro lado, nas mãos de 53% dos produtores rurais brasileiros, estão 2,7% da área, o que significa que o número de pequenos proprietários é enorme, que há muitas pequenas propriedades. Calcula-se que algo em torno de 2,7 milhões de pequenas propriedades no Brasil estão inviáveis e quase sem condições de se tornarem viáveis. A situação de empobrecimento desses pequenos produtores é tão grande que é irreversível.

Faço uma relação aqui: em uma pequena propriedade, para cada nove hectares que estão em produção, há um emprego criado; do outro lado, para as grandes propriedades, precisamos de 60 hectares para a criação de um emprego. Essa concentração de terra, evidentemente, expulsa a mão-de-obra rural e faz com que cresça, nas regiões periféricas aos grandes centros urbanos, o contingente enorme de pobres que não conseguem comer.

Esse é o resultado, por exemplo, que se pode constatar na região metropolitana de Curitiba, onde o número dos que ganham um dólar por dia ou menos cresceu 15% nos últimos três anos, atingindo 140 mil pessoas.

Então, temos que discutir como combater a fome e a pobreza ao mesmo tempo. Criamos aqui, por uma emenda à Constituição, um Fundo de Combate à Pobreza. Claro que esse Fundo é insuficiente, não dá para atender sequer a um percentual reduzido dos necessitados, dos excluídos deste País. Tanto é assim que, nesse seminário do Instituto da Cidadania, realizado hoje, chegou-se à conclusão de que seria necessário por ano, só para dar comida aos brasileiros que não comem, cerca de R\$19 bilhões. Pois bem, o Fundo, quando for efetivamente instituído, deve gerar R\$4 bilhões.

Dessa forma, nosso objetivo deve ser a criação de renda e emprego, oferecendo a segurança alimentar que não temos no Brasil. Certa vez, perguntei a um representante do Governo Fernando Henrique Cardoso se existia uma política de segurança alimentar. Ele respondeu-me: "Existe. Nós distribuímos 130

milhões de cestas básicas". Ora, só o fato de se distribuírem cestas básicas comprova que não existe política de segurança alimentar, porque, se existisse, não precisaríamos de programas assistencialistas. O que precisamos é criar renda e emprego, até como forma de dar dignidade às pessoas, que querem a comida, mas produzida por seu trabalho.

Para isso, com certeza, temos de combater a corrupção, a maior causa da pobreza e da fome no Brasil. Em média, a corrupção causa o empobrecimento das pessoas em torno de 30%. Estudo de uma ONG internacional revela que, se o nível de corrupção nas instituições brasileiras fosse muito abaixo do atual, os brasileiros teriam uma renda **per capita** 30% maior. Além disso, o Brasil precisa de um programa educacional que também ensine à dona de casa a aproveitar melhor os alimentos à sua disposição. Um dos problemas da pobreza e da fome no meio rural é, sem dúvida nenhuma, a falta de treinamento das mulheres, que poderiam contribuir mais do que já o fazem no combate à fome e à pobreza se conhecessem o mínimo de técnicas de preparação de alimentos, o que poderia ser ensinado por programa governamental. Também seria necessário políticas estruturais, além de ações pontuais.

Em suma, temos de resolver os três pontos: produção, distribuição e acesso. Para isso, não podemos continuar a desprezar a pesquisa e a extensão no Brasil, porque, ao mesmo tempo em que cuidam do primeiro ponto, da produção, cuidarão também da melhor distribuição do alimento e de como ensinar às pessoas a aproveitá-lo melhor, reduzindo as perdas enormes, que no Brasil chegam a 20% da produção nacional. Se produzimos 100 milhões de toneladas, por exemplo, perdemos 20 milhões dessa produção. E estou falando apenas de grãos. Se considerarmos os hortifrutigranjeiros e outros produtos, a perda é maior ainda: em qualquer central de abastecimento de qualquer Estado brasileiro, constata-se que a perda, muitas vezes, chega a 50%. Mesmo no caso dos grãos, a perda de 20% é muito alta, já que, nos países mais desenvolvidos, esse índice não ultrapassa os 5%. Nesse caso, revela-se um problema de transporte e armazenamento, ou seja, de infra-estrutura, que o Governo tem a obrigação de resolver.

Quando se fala em infra-estrutura, o Governo poderia pensar num programa de transporte e armazenagem que instituísse armazéns estrategicamente localizados em regiões onde a produção não é suficiente para atender à demanda alimentar da população. Assim, os estoques reguladores do Governo seriam transportados para essas regiões, de forma a

compor um estoque de segurança alimentar. Quando houvesse o flagelo da fome em regiões do Nordeste ou em algumas regiões do Norte, esses armazéns estariam abastecidos com comida suficiente para atender a essas demandas regionais.

Esse é um programa que considero muito importante e que o Governo brasileiro não instituiu até agora – e tenho certeza de que não o fará, porque não é a prioridade dele. Contudo, penso que o próximo Governo poderia muito bem criar esse programa oficial, voltado para a segurança alimentar das populações carentes.

De outro lado, a pesquisa e extensão são importantes para garantir a preservação dos recursos naturais, de forma a impedir a degradação da fertilidade da terra. Conforme acabei de dizer, os macronutrientes carregados para os rios representam US\$ 1,4 bilhão, sem contar a perda de micronutrientes. Isso significa que estamos dispensando esse dinheiro todo e prejudicando a fertilidade do solo. Hoje, Sr. Presidente, para se produzir, utilizam-se cinco vezes mais insumos do que há 20 anos. Estamos perdendo a fertilidade, o que acarreta um custo de produção muito maior.

Também deveríamos ter crédito diferenciado para pequenos agricultores. Já temos o Pronaf, destinado à agricultura familiar, mas de forma tímida. Teríamos que quadruplicar esses recursos, porque nem 20% dos pequenos produtores ou agricultores familiares brasileiros têm sido atendidos. Deveria haver um programa em que 100% dos agricultores familiares fossem atendidos, pois, no dia em que esse modelo de agricultura for destruído, provocaremos um grande caos social, e a fome será um flagelo muito maior do que é hoje.

Quanto à reforma agrária, fica esta discussão da Oposição com o Governo sobre se é grande ou pequeno o número de famílias assentadas. Na verdade, se comparado o número de famílias assentadas com o das que saíram do campo, esse último é quatro vezes maior: 1,2 milhão de famílias saíram do campo, enquanto 300 mil foram assentadas. Portanto, a reforma agrária não atendeu aos objetivos de segurar, no campo, a população para produzir renda e emprego.

Sr. Presidente, já falei da redução da fertilidade, do transporte da produção, do estoque estratégico. Esclareço também que, obviamente, minha proposta não é pelo fim dos programas assistenciais ou das medidas pontuais. Mas tenho aqui um documento sobre segurança alimentar para o Brasil que creio possa ser considerado o princípio de uma política a ser implementada no País. Como os próprios autores já consideraram, não é um programa definitivo. Todos

poderão dar suas sugestões. Também oferecerei as minhas, porque penso que, pelo menos, alguém se preocupou em elaborar um documento sério, que pode ser referencial para o debate dessa questão tão importante. Conforme eu disse no começo, a fome tem matado muito mais do que a soma de todas as guerras e de todos os atentados terroristas. No entanto, muitos políticos sequer comentam esse assunto, desconsiderando-o. Vejam que estamos discutindo o Dia Mundial da Alimentação, mas o plenário está completamente vazio. No dia em que se discutia o terrorismo nos Estados Unidos, o plenário estava lotado. Não havia uma cadeira vazia. Parece que o atentado terrorista é mais importante do que o flagelo da fome.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Permite-me um aparte, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Com muita satisfação, concederei o aparte ao Senador Pedro Simon, mas antes quero dizer que, durante o aparte de S. Ex^a – que será de vários minutos –, muitas crianças morrerão no Brasil, porque, a cada dois minutos, morre uma criança no nosso País.

Aqui está o Vereador Jorge Samek, com quem eu falava sobre os programas assistenciais. Quando eu era Secretário da Agricultura do Paraná e ele, Presidente da Ceasa, instituímos programas no Estado cujo objetivo era muito mais resolver problemas circunstanciais, que não podem ser resolvidos se não dermos a comida que falta àquela pessoa. Criamos alguns institutos, como o mercadão popular e o sacolão, para resolver emergencialmente o problema. Mas é preciso atacar estruturalmente a fome no Brasil, se quisermos fazer um trabalho sério.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon, sempre determinado e preocupado com esse assunto.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Ninguém mais do que V. Ex^a pode tratar dessa matéria. Foi Secretário da Agricultura do seu Estado, quando fez um projeto exemplar, um programa de primeira grandeza, que, realmente, é modelo para quem se preocupa com o problema da agricultura. O nosso querido Governador, à época, e V. Ex^a desenvolveram um programa que considero importante, que tirou do Rio Grande do Sul o título de celeiro do Brasil e o passou para o Paraná. Por isso V. Ex^a tem autoridade para falar. Mas estive com V. Ex^a e representantes de todos os partidos na reunião emocionante que se realizou hoje no auditório Petrônio Portella, promovida pela Entidade da Cidadania e pelo PT, onde estiveram presentes praticamente todas as entidades, todos os partidos, quando foi apresentado esse projeto, essa

proposta que V. Ex^a terminou de mostrar. Penso que vale pelo trabalho emocionante que fizeram. Vale porque buscaram todas as experiências, discutiram com todas as entidades e convidaram todos para sentarem à mesa, independente de suas posições, a fim de elaborarem esse documento. Acredito que esse documento – na oportunidade que tive de lê-lo, ainda que rapidamente, porque só o recebi hoje, no final da manhã – tem tudo para representar algo que, como diz muito bem V. Ex^a, possa ser posto em prática, executado e levado adiante. Na verdade, fiquei muito impressionado com os pronunciamentos, principalmente o do Lula. Ele fez um pronunciamento muito interessante. Penso que ele progrediu, avançou, desenvolveu-se. É uma pessoa profundamente preparada. Na análise que fez, encerrando o congresso, deu uma demonstração de que só não entendem que essa é a questão essencial, só não aceitam que esse é o primeiro ponto de qualquer caminhada aqueles que não têm o mínimo sentimento para ver o que se passa em roda de si. Fome é o problema número um no Brasil. Acho que foi o Lula que disse – não sei se foi ele ou se foi o nosso querido Bispo – que, onde a gente tem os pés, a cabeça ali está. E como aqui, no Senado, nós só botamos os pés em tapetes, ou vamos para nossas residências em ruas asfaltadas, como nunca enxergamos um pobre à nossa volta, não temos condições para sentir, para compreender, para debater e para analisar a questão da fome. Acho que foi um puxão de orelhas correto, certo, feito ao Senado Federal, a nós todos, porque de qualquer maneira, repito aqui, esse é um problema de cada um. E não é um problema em relação ao qual temos que aguardar, que esperar que o Governo faça algo. Cada um de nós pode fazer a sua parte. Eu até imaginaria que essa questão seja a número um. Dom Mauro Morelli disse que a CNBB está fazendo um estudo e preparando um documento que será apresentado a todos os presidentes. Entendo que, independente de qualquer outra questão, aqueles cidadãos que se apresentem com candidaturas à Presidência da República devem assinar este compromisso de honra de que o problema número um se chama fome. Meus cumprimentos, muito carinhosos, ao meu grande amigo.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Eu ia dizer exatamente isto: quem quer ser candidato a Presidente ou a Governador, ou a qualquer cargo político neste País, deveria assumir como compromisso número um esse do combate à fome. Não existe um flagelo maior, uma humilhação maior para uma família do que a fome. Considero que esse deveria ser o compromisso nú-

mero um de todos os políticos. Ao lado desse, o compromisso do combate à corrupção, porque essa tem causado muita desgraça, muita fome e, sobretudo, muita pobreza no País. V. Ex^a, nesses dois quesitos principalmente, se credencia como candidato. V. Ex^a, nos anos em que estou aqui – e, antes de eu chegar aqui já acompanhava a vida pública de V. Ex^a –, tem-se mostrado um homem preocupado com essas questões mais do que ninguém; pode haver alguém tão preocupado quanto V. Ex^a com essa questão da fome, da pobreza e com a questão da corrupção, mas não mais. Então, V. Ex^a realmente merece o nosso respeito e está credenciado.

Gostaria de lembrar que o Papa João Paulo II, em 1996, quando fez o seu pronunciamento na Conferência de Roma, encerrou com a seguinte frase: *"O homem, mediante suas intervenções, pode modificar as situações e responder a suas crescentes necessidades"*.

É o que estamos precisando, que o homem faça intervenções no sentido de melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, sobretudo no que se refere a essa questão crucial para uma vida digna de todo cidadão.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Concedo o aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Vejo que a Presidência já sinaliza para o esgotamento do tempo. Serei breve. Senador Osmar Dias, V. Ex^a também preenche os dois quesitos que ressaltou em sua análise com relação ao ilustre Senador Pedro Simon. V. Ex^a é, da mesma forma, uma dessas personalidades que representam bem estas duas linhas de ação, contra a corrupção e contra a fome. Aliás, assim como o Senador Pedro Simon foi Ministro da Agricultura deste País, V. Ex^a foi, por várias vezes, Secretário da Agricultura do grande Estado do Paraná. E, quando vem à tribuna para tratar dessa questão, não só o Senado, mas o Brasil todo lhe assiste com muito respeito, Senador Osmar Dias. Não sei se V. Ex^a já analisou a questão sob este aspecto – perdi uma parte do seu pronunciamento –, mas, quanto à questão da fome, que tal se nós, brasileiros, pudéssemos ter como política, a médio prazo, produzir uma tonelada de alimentos por habitante? Assim, teríamos, em pouco tempo, cerca de 160, 170 milhões de toneladas de alimentos e condições de oferecê-los aos que sentem fome no Brasil. Além de distribuir para esses 30 a 40 milhões de brasileiros que precisam, poderíamos dizer ao

mundo que não temos dinheiro, nem armamentos sofisticados, mas temos comida, temos alimento para negociar. E não precisaria ser à vista, **cash**, poderíamos fazer permutas por equipamentos de que o País necessita para o seu desenvolvimento. Poderíamos negociar até com o Oriente, com os grandes países envolvidos nessa questão do Afeganistão. Se quiserem, poderão distribuir, de helicóptero, comida aos que precisam, pois o Brasil tem. Vamos, portanto, negociar com o mundo, vamos nos colocar à frente dessas questões fundamentais. Além de encarar a nossa questão interna, daqueles que precisam de alimentação, como bem disse V. Ex^a, no sentido não só biológico, devemos encará-la do ponto de vista da justiça, da transparência, no sentido de saber onde são aplicados os recursos públicos. Assim, estaremos avançando sinceramente para grandes conquistas no País.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Sr. Presidente, entendo que o tempo está ultrapassado e vou encerrar. Mas quero dizer que já ouvi muitas vezes, e vou repetir, que nenhuma nação será soberana e livre enquanto tiver um ser humano passando fome ou não vendo atendidas as suas necessidades alimentares diárias. No Brasil, são 44 milhões de irmãos nossos que têm uma renda menor do que US\$1 por dia e que, com certeza, não estão vendo as suas necessidades atendidas. Esse é o grande desafio deste século, deste milênio.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o povo brasileiro saberá entender que quem não tiver sensibilidade para se sentir indignado diante de uma família com fome não poderá exercer nenhum cargo público neste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o discurso do nobre Senador Osmar Dias, um estudioso da agricultura em nosso País e no mundo, revela, com argumentos irrefutáveis, a situação de injustiça relacionada com a fome no Brasil e no mundo, que é, como

ele próprio falou, um grande desafio, um flagelo que desafia as nações no mundo inteiro.

Apesar do desenvolvimento ocorrido na agricultura, com o avanço de novos métodos de práticas agrícolas e com o surgimento de tecnologias inovadoras que aumentaram substancialmente a produção agrícola, a fome ainda tem campeado. Como foi dito aqui, mais de 800 milhões de pessoas passam fome no mundo. E os dados dos estudiosos da matéria mostram uma situação incrível, ou seja, embora a produção de alimentos seja suficiente para alimentar o dobro da população mundial, ainda assim, diariamente, 100 mil pessoas morrem por falta de comida.

O assunto "alimentação" não preocupa apenas os estudiosos de hoje. Preocupou também estudiosos de ontem, como Josué de Castro, grande brasileiro que causou admiração não só nos brasileiros, mas em todo o mundo civilizado, com os seus artigos, inclusive com o livro *Geografia da Fome*, que estampava a realidade mundial, o recrudescimento desse processo de inanição, de matança coletiva, que já se processava há mais de 30 anos.

No seu livro *Fome: Um Tema Proibido*, ele disse:

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta.

E como em uma antevisão daquilo que estamos a assistir nos dias de hoje – ele falou isso há mais de 40 anos –, ele também disse:

É urgente restabelecer o equilíbrio econômico do mundo aterrando o largo fosso que separa os países bem desenvolvidos dos países subdesenvolvidos, sem o que é bem difícil que se consiga a verdadeira paz e a tranquilidade entre os homens. Nenhuma tarefa internacional se apresenta mais árdua, mas ao mesmo tempo mais promissora para o futuro do mundo, do que a do desenvolvimento econômico destas áreas mais atrasadas, onde os recursos naturais e os potenciais geográficos se conservam relativamente inexplorados.

E adiante acrescenta:

Esta tremenda desigualdade social entre os povos divide economicamente o mun-

do em dois mundos diferentes: o mundo dos ricos e o mundo dos pobres, o mundo dos países bem desenvolvidos e industrializados e o mundo dos países proletários e subdesenvolvidos. Este fosso econômico divide hoje a humanidade em dois grupos que se entendem com dificuldade: o grupo dos que não comem, constituído por dois terços da humanidade, e que habitam as áreas subdesenvolvidas do mundo, e o grupo dos que não dormem, que é o terço restante dos países ricos, e que não dormem, com receio da revolta dos que não comem.

São palavras proféticas, ditas por um homem que dedicou toda a sua vida ao estudo das injustiças sociais decorrentes da fome.

O Brasil ocupa uma posição humilhante no desenvolvimento humano, conforme consta do Relatório do Desenvolvimento Humano 2001, divulgado há pouco tempo. O IDH, como sabemos, mede as realizações de um país em termos de esperança de vida, nível educacional e rendimento real ajustado.

O Brasil, em matéria de desenvolvimento humano, perde, por exemplo, para Colômbia, Venezuela, Panamá, México, Trinidad e Tobago, Costa Rica, Chile, Uruguai e Argentina, entre outros. É deficitária a oferta de bens no plano social no Brasil. Em primeiro lugar está a Noruega, país em situação de superioridade na oferta de bom desenvolvimento humano, além da Austrália, do Canadá, da Suécia e da Bélgica.

Recentemente, em setembro do ano passado, as nações mais desenvolvidas do mundo, juntamente com as menos desenvolvidas que participam das Nações Unidas, assinaram documento denominado Declaração do Milênio, onde vários princípios foram aprovados, tais como o da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da tolerância, da responsabilidade comum, da paz, da segurança, do desarmamento, do desenvolvimento e erradicação da pobreza.

Sobre o desenvolvimento e a erradicação da pobreza, diz essa declaração o seguinte:

Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos atualmente mais de 1000 milhões de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência.

E, mais na frente, afirma:

Decidimos ainda:

Reduzir para metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome; de igual modo, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso a água potável ou carecem de meios para o obter.

Como se isso fosse uma simples operação aritmética. Há 800 milhões de pessoas morrendo de fome, e as Nações Unidas, um órgão do qual fazem parte as nações mais poderosas e mais industrializadas do mundo, afirmam que somente no ano de 2015 é que teremos condições de reduzir de 800 para 400 milhões o número das pessoas que estão morrendo de fome no mundo.

Se nós contarmos, Sr. Presidente, o esbanjamento que se faz em todo o mundo, principalmente nas nações mais poderosas, os recursos que são gastos para a opulência dos mais ricos, para a obtenção de mais dinheiro no mercado financeiro internacional, para o aumento de seu arsenal de guerra, se contarmos tudo isso e eliminarmos esses gastos exorbitantes, desnecessários muitas vezes, logicamente não chegaremos a 2015 e muitas pessoas, quem sabe até as oitocentas milhões, não estariam passando fome. Mas a FAO já anuncia que, mesmo antes de 2015, a humanidade não vai ter possibilidade de reduzir o quantitativo alarmante dos que passam fome no mundo.

Sr. Presidente, o Senado Federal tem debatido essa questão, a exemplo do autor do requerimento, o Senador Osmar Dias, pelo menos desde o momento em que assumi o meu mandato de Senador, ou seja, em 1995. Esse debate levou-me à conclusão de que a própria Constituição Federal não deu lá tanta importância ao problema da alimentação. Tanto que, no art. 6º da nossa Carta Magna, vários princípios são lembrados ou incluídos como direitos do cidadão, tais como educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados e até lazer. Mas o fator alimentação, que é vital para o soerguimento de qualquer sociedade, para o desenvolvimento de uma sociedade, não está incluído na nossa Constituição como direito do cidadão. Por isso, nós apresentamos uma proposta de emenda à Constituição, que já se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que altera a redação do art. 6º da nossa Carta Magna, para que se

inclua a alimentação entre os direitos fundamentais do cidadão brasileiro.

O dia 16 de outubro, Sr. Presidente, data da fundação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, foi simbolicamente escolhido, em 1979, para comemorar o Dia Mundial da Alimentação.

Trata-se de uma data oportuna para proclamarmos que o direito à alimentação é um direito básico e fundamental de todos os seres humanos, pois é condição indispensável para a preservação da vida.

Ao registrarmos o transcurso desse dia, comemorado internacionalmente desde 1981, gostaria de iniciar minha fala dizendo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece que não padecer de fome é um dos "direitos iguais de todos os membros da família humana", pois a debilidade causada pela fome impede o exercício do direito à vida, à liberdade e à segurança.

No mundo globalizado em que vivemos, nesta virada de século, o dia de hoje é realmente uma data propícia para fazermos uma profunda reflexão sobre a necessidade de serem tomadas medidas mais eficazes para a eliminação do flagelo da fome no mundo, e em nosso País, em particular.

Os números são preocupantes: apesar de todos os esforços empreendidos nas últimas décadas, existe ainda cerca de um bilhão de seres humanos sofrendo de má nutrição crônica somente nos países em desenvolvimento. Desse total, mais de 200 milhões são crianças menores de cinco anos de idade, com deficiência de ingestão de proteínas e calorias. Outras centenas de milhão são vítimas de diversos transtornos, como atraso de crescimento, bócio, cegueira parcial ou total, dentre outros, porque na alimentação faltam vitaminas e minerais essenciais.

É dramático sabermos que essas crianças que sobrevivem à fome e sofrem de carências nutricionais profundas terão altíssimas probabilidades de apresentar retardo do crescimento e desenvolvimento, baixo rendimento escolar e, posteriormente, limitado desempenho profissional.

Sr. Presidente, as conseqüências da fome são a perda de potencial humano e o comprometimento da capacidade das novas gerações, que deverão conduzir os destinos da humanidade no novo milênio que se inicia.

Segundo a FAO, existem populações vítimas de escassez de alimentos em 88 países do mundo, a maior parte deles localizada na África e na Ásia. Em

nosso continente, nove países integram essa estatística e, lamentavelmente, o Brasil é um deles.

As maiores causas da fome em nosso País, são, sem dúvida, a perversa concentração de renda e as desigualdades regionais. Sabemos que milhões de brasileiros, principalmente os das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, vivem em péssimas condições, no mais completo estado de pobreza.

Segundo dados revelados por D. Mauro Morelli, incansável batalhador na luta contra a fome em nosso País e em prol da segurança alimentar, cerca de 40% da população brasileira do meio rural, justamente onde os alimentos são produzidos, vivem abaixo da linha de pobreza, em condições subumanas.

Estatísticas não faltam. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que cerca de 60 milhões de brasileiros já se enquadram abaixo da linha da pobreza. Sabemos que esses números estarecedores são questionáveis. Outros estudos apontam a existência de 40 milhões de pessoas, ou seja, um quarto da nossa população, vivendo abaixo dos níveis mínimos de subsistência, o que, em qualquer das duas hipóteses, é lamentavelmente negativo.

Embora existam divergências de dados, não podemos deixar de reconhecer, numa data significativa como esta, que a fome e a miséria em nosso País são absolutamente vergonhosas e exigem providências urgentes.

A fome e a pobreza são entraves definitivos para a continuidade do desenvolvimento das sociedades. A chave para derrotar a fome está em concentrar esforços para se saber tanto o que pode ser feito como também onde devem ser removidas as barreiras e expandidas as oportunidades.

A conscientização dos jovens – que representam cerca de 18% do total de 6 bilhões de habitantes do Planeta – quanto à gravidade do problema da fome e da subnutrição, e das suas conseqüências desastrosas para o futuro da humanidade, pode ser um dos vetores de ação.

A FAO tem reafirmado que "qualquer estratégia destinada a erradicar a fome deve basear-se em dois objetivos principais: aumentar a produção de alimentos para dar de comer a uma população mundial cada vez maior; melhorar as condições de vida para que todos possam dispor do mínimo vital em matéria de alimentação".

Isso significa que os países em desenvolvimento, os mais afetados pelos problemas da fome e da subnutrição, devem dedicar uma atenção muito maior ao setor agrícola se quiserem reduzir a pobreza.

Neste Dia Mundial da Alimentação...

O Sr. Osmar Dias (Bloco/PDT – PR) – Conceda-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (Bloco/PDT – PR) – Senador, gostaria de contribuir com o seu pronunciamento exatamente nesse ponto em que V. Ex^a faz menção ao que propõe a FAO. Fomos até surpreendidos, no dia de hoje, com a notícia de que a reunião de cúpula que estava programada para novembro, em Roma, poderá ser adiada por decisão do Conselho – composto pelos países integrantes daquela reunião de cúpula –, em função do terrorismo, que hoje assusta o mundo todo. Essa seria uma medida de cautela e de prudência. A FAO está analisando e poderia até mesmo adotá-la, adiando a reunião de cúpula para o próximo ano. Nesse ponto do pronunciamento de V. Ex^a, está centrado um problema: se dividíssemos o alimento existente no mundo hoje por todos os habitantes, como eu disse no meu pronunciamento, haveria um superávit de calorias, ou seja 2.760 calorias por habitante. A cada ano, nascem aproximadamente 90 milhões de pessoas no mundo, o que seria um problema fácil de ser resolvido se elas nascessem próximas às regiões produtoras ou estivessem em condições de receber esses alimentos pela sua condição de vida. Mas 98% desses novos habitantes nascem em regiões pobres, representadas principalmente pelos países asiáticos e africanos, onde a fome é muito mais intensa. Não podemos nos esquecer de que, na América Latina, a fome também é um problema muito grave. E o Parlamento Latino-Americano apontou como causas desse problema a corrupção e o narcotráfico, que devem ser combatidos com rigor, principalmente nessa parte do mundo. Era essa a contribuição que gostaria de oferecer ao seu pronunciamento, no momento em que cumprimento V. Ex^a por estar abordando esse tema, como o faz todos os anos, no Dia Mundial da Alimentação, para apresentar sugestões, opiniões e contribuições. Parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Isso se dá muito por inspiração de V. Ex^a, que realiza aqui um trabalho em favor dessa causa, que não é só nossa, mas é dos brasileiros, de todo o mundo civilizado e de todos aqueles que acreditam que um ser humano não pode viver nas condições em que oitocentos milhões se encontram hoje em muitos países, passando fome e morrendo.

Para concluir, Sr. Presidente, neste Dia Mundial da Alimentação, quero reafirmar que a nossa geração

tem de enfrentar com mais vigor o enorme desafio de reduzir a fome e a subnutrição em nosso País. Só assim nossas crianças e nossos jovens terão direito a um futuro melhor e o Brasil poderá, neste novo milênio, ser uma Nação socialmente mais justa.

Esperamos que aquela declaração histórica das Nações Unidas, a declaração do milênio, possa ser cumprida à risca em nosso País, que crianças não passem fome, que homens e mulheres tenham direito a um prato de comida, a uma vida digna e decente, tenham direito a educar seus filhos e a disputar o mercado de trabalho em igualdade de condições com todos os brasileiros.

Lamentavelmente, a política imprimida em nosso País nos últimos tempos concorre para que a fome e o desemprego aumentem e o desespero chegue às famílias brasileiras. É uma política econômica que evidencia a superioridade do mercado financeiro, esse mercado invisível, esse senhor todo-poderoso, esse imperador que domina todas as Nações fracas em nome de uma personalidade que não existe para as pessoas realmente humanas: o lucro. O lucro, a ambição e a ganância estão destruindo a paz universal e contribuindo para o recrudescimento da fome no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dia Mundial da Alimentação, comemorado hoje, dia 16 de outubro de 2001, encontra o mundo mergulhado em um caos quase absoluto, onde o divisor de águas foram os episódios de 11 de setembro último. Depois daquele dia, o mundo jamais será igual ao que era, exceto pela permanência e pelo agravamento de alguns problemas que, historicamente, têm afrontado a dignidade humana. Entre esses, destaca-se a fome crônica, pela face de horror que apresenta e que parece assumir proporções cada vez mais gigantescas, desfigurando o rosto inocente da infância, ceifando vidas cada vez mais jovens e atormentando, com seu fantasma, aqueles que deveriam ser os dias serenos da velhice.

Os atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos e os seus desdobramentos no plano internacional foram decisivos para determinar o adiamento do Encontro Mundial sobre a Fome no Mundo, programado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, a FAO, para o mês de novembro próximo, em Roma. Em nota à imprensa, a FAO comunica que o evento só deverá ocorrer em ju-

nho de 2002, de acordo com decisão dos quarenta e nove países membros que integram o Conselho da Instituição.

Todavia, não poderíamos permitir que o Dia Nacional da Alimentação, dia 16 de outubro, transcorresse sem que o Senado brasileiro abrisse espaço em sua agenda para uma profunda reflexão a respeito do tema, senão pela importância da fome no mundo, pelas suas proporções assustadoras que ela assume no Brasil, especialmente nas Regiões Nordeste e Norte e nas periferias inchadas das grandes cidades.

É interessante lembrar que, inicialmente, o conceito de segurança alimentar foi desenvolvido em termos militares, considerando a auto-suficiência de um país na produção de alimentos. Entretanto, o conceito de que a produção física de alimentos, aliada ao armazenamento estratégico, seria capaz de garantir o abastecimento interno, em breve, foi superado.

A análise dos últimos anos demonstrou que a produção agrícola cresceu de forma a garantir, pelo menos teoricamente, a alimentação de toda a população mundial. Vão longe as previsões sombrias de que não teríamos condição de alimentar a população humana por causa de seu crescimento. Mas a realidade evidenciou que o aumento na capacidade de produção mundial de alimentos era insuficiente para resolver o problema da fome. Assim, o conceito de segurança alimentar foi refinado, incorporando a necessidade de acesso a esses alimentos pela população mais carente.

Muitos aqui podem não imaginar como a fome é tétrica, é negra, é revoltante. Lembro-me, em meu tempo de estudante, que comia em restaurantes universitários. Mas, aos sábados e domingos, esses restaurantes estavam fechados, e eu, às vezes, não tinha o dinheiro para ter uma alimentação condizente. Lembro-me da revolta que me dava de passar em frente a um restaurante e ver as pessoas se alimentando bem, enquanto eu passava dificuldades no Rio de Janeiro. Eu era um pouco orgulhoso e não queria pedir dinheiro à minha família. Portanto, por essa tênue passagem de perto pela fome, sei o que isso significa. Fico imaginando, então, o que causa àqueles que não têm alimentos por muitos e muitos dias!

Curiosamente, no Brasil, a tendência de maior pobreza e, conseqüentemente, de maior carência nutricional ocorre no meio rural, justamente entre aquele segmento da população ligada à agricultura. Entre as regiões, o Norte e o Nordeste apresentam os maiores problemas relacionados ao acesso à alimentação, e,

nessas regiões, o meio rural é o mais seriamente comprometido.

O Mapa da Fome mostrou, em 1993, que o Nordeste continua apresentando índices extremamente elevados de indigência, com todas as suas conseqüências, entre as quais a fome e a desnutrição da população atingida. Índices menos elevados, mas também presentes em outras regiões, mostram que o País conserva bolsões de miséria em todo o seu território. Nas zonas mais populosas, como as das áreas metropolitanas no Sudeste, o número de famílias em condição de pobreza extrema é significativo.

Contudo, é na área rural que, proporcionalmente, a indigência mostra-se mais severa. Os índices de mortalidade infantil e os indicadores de peso e altura de crianças até cinco anos confirmam o que foi demonstrado no Mapa da Fome, colocando o Nordeste brasileiro em uma situação inaceitável, principalmente sua área rural.

Há poucos dias, o Senado da República fez um documentário sobre a seca no Nordeste. O meu Estado da Paraíba é o que em pior situação se encontra em relação à face hídrica. Não temos nenhum rio permanente. Há cidades em que, há dois anos e meio, não há água, a não ser a transportada por carros-pipas.

Se não temos água sequer para beber – água potável, sem microorganismos, água translúcida, que não tenha quantidade excessiva de sais minerais –, como poderemos ter agricultura e, conseqüentemente, alimento para as pessoas? Os cidadãos sobrevivem graças a uma cesta básica – quando lembramos que ela supre as necessidades de apenas um mês, sentimos vergonha de ser brasileiros –, que nem sempre é regular. Além do mais, essa cesta básica cria distorções. Isso porque o pobre do bodegueiro, que ainda a está comercializando, mesmo naquela região de miséria, pode falir se não houver quem a compre. Ou seja, inibe o comércio local.

Considereei muito sábia a idéia de se pagar em dinheiro, porque isso incentiva o comércio local. Além do mais, o cidadão só compra o que lhe falta. Não resta dúvida de que também o Bolsa-Escola e vários outros programas do Governo vão criar um grande alívio com esse auxílio. Parece pouco R\$15, mas quem não tem essa quantia sabe o que ela significa.

Sei que o Governo tem feito tudo o que pode, mas ainda é muito pouco, considerando o País em que vivemos; considerando que temos 20% das terras aráveis do mundo. É inadmissível, num País como o nosso, haver pessoas que não têm o que

comer ou que não têm comida para dar aos seus filhos.

Vi, em algumas casas, pessoas comendo as folhas mais novas da palma. O animal já reluta em comê-las, mas há brasileiros que estão comendo palma ou raízes – e há alguns que nem isso!

É triste, é muito triste, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estarmos passando por uma situação dessa no século XXI, no País da promessa.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é doloroso constatar a atualidade desse famigerado Mapa da Fome, que foi elaborado em 1993 e, quase uma década depois, continua atual, o que testemunha a ineficácia e, na maioria das vezes, a quase ausência de políticas públicas consistentes para a erradicação da pobreza e da excessiva concentração de renda.

Conforme pesquisa apresentada pela Fundação IBGE, "o País termina o século marcado pela permanência da desigualdade: na década de 90, o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres cresceu 38% (passando de 13,30 salários mínimos para 18,40) e 40% (da fração de 0,70 salário mínimo para 0,98) – menos que um salário mínimo –, respectivamente, mantendo inalterada a elevada concentração da renda na sociedade brasileira".

Essa concentração de renda peculiar da sociedade brasileira constitui-se em um dos principais causadores da manutenção de um quadro de desnutrição crônica nas populações pobres.

É importante observar que muitas das epidemias de fome são causadas por guerras ou grandes desastres naturais, geralmente apresentando caráter esporádico. Entretanto, existe um outro tipo de fome, crônica, que é tão ou mais devastadora do que a primeira. Essa fome, na ausência de guerras ou de calamidades naturais, é a que persiste no Brasil ainda hoje. Estudos realizados nos últimos anos não indicam falta absoluta de alimentos no País, mas dificuldades de acesso, causadas principalmente pela má distribuição da renda e da falta de políticas sociais voltadas para a segurança alimentar.

Segundo o Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil, publicado pelo Ibase, existe uma causa fundamental para a insegurança alimentar no Brasil: a incapacidade de acesso. Isso se dá especialmente pela falta de poder aquisitivo de uma parcela não desprezível da população para adquirir os alimentos de que necessita. Mas existem outras faces desse mesmo problema. É também a falta de acesso aos bens de produção, na área rural, principalmente para aqueles que não têm terra. E, em uma outra di-

menção, a falta de acesso aos serviços públicos (água, esgoto, educação e saúde), que têm impacto sobre a segurança alimentar, e a falta de acesso à informação, instrumento básico para aqueles mais vulneráveis à fome e à desnutrição.

Outros problemas também ameaçam a segurança alimentar e nutricional no Brasil. De um lado, o crescimento das importações de alimentos, deixando a cidadania alimentar do País ameaçada. De outro, a falta de sustentabilidade do sistema alimentar. Por último, a imposição de um padrão alimentar inadequado e que ameaça valores culturais de grande riqueza na nossa alimentação.

O Brasil é signatário dos principais acordos internacionais sobre alimentação, os quais identificam o acesso ao alimento como um direito básico do ser humano e matéria concreta de justiça social.

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos determine como direito humano o acesso a uma boa alimentação, os instrumentos legais para o cumprimento dessa determinação ainda são precários.

A maioria dos peritos considera que existem alimentos em quantidade adequada para atender à população existente e que a desnutrição e a fome não são imperativos da natureza, mas conseqüências de conflitos políticos e descaso dos governantes.

Assim como os crimes de exploração de menores, destruição do meio ambiente, escravagismo, a fome necessita ser combatida com instrumentos legais fortes, adequados à magnitude do problema.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso internalizar, trazer para as diferentes regiões brasileiras as conquistas e os avanços preconizados pelos tratados internacionais endossados pelo Brasil. Garantir o acesso de cada brasileiro a alimentos de qualidade passa inclusive pela efetivação de políticas especiais para as populações de renda zero e os grupos biologicamente vulneráveis.

Nesse contexto, se considerarmos a persistente exclusão social e as dificuldades orçamentárias indispensáveis à garantia dos programas de cestas básicas, carros-pipas, frentes de trabalho, renda mínima, bolsa-escola e merenda escolar, os brasileiros continuam tendo pouco a comemorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente e Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prorrogo a sessão por quinze minutos para conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, último orador antes da Ordem do Dia.

S. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que recebemos nesta Casa D. Mauro Morelli e demais membros da CNBB e o representante da FAO, Sr. José Tubino.

Hoje, todos estiveram na cerimônia realizada no auditório Petrônio Portella, por iniciativa do Instituto de Cidadania, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, na apresentação do Projeto Fome Zero.

Neste Dia Mundial da Alimentação, é com grande satisfação também que participamos desta homenagem, requerida pelo Senador Osmar Dias, para que reflitamos a respeito de como erradicar a fome e a pobreza em nosso País e no Planeta Terra.

Sr. Presidente, foi da maior importância o esforço notável empreendido pelo Instituto de Cidadania – mais de um ano de trabalho em equipe, conforme o Senador Pedro Simon já assinalou –, que chegou à conclusão de que são necessários inúmeros programas para atacar o problema da fome da população brasileira, que, hoje, atinge, pelo menos, 44 milhões, dos 170 milhões de brasileiros.

Segundo o diagnóstico apresentado por aqueles que colaboraram no Instituto de Cidadania, o objetivo da segurança alimentar do Fome Zero poderá ser alcançado por um número de programas e ações específicas que envolvem desde a melhoria na renda, com políticas de emprego e renda, de reforma agrária, previdência social universal, programas de bolsa escola, renda mínima e microcrédito, a programas que envolvem o barateamento da alimentação, como as iniciativas de restaurantes populares, convênios com supermercados e sacolão, canais alternativos de comercialização, equipamentos públicos, PAT, cooperativas de consumo, aumento da oferta de alimentos básicos, com apoio à agricultura familiar, incentivo e produção para autoconsumo e política agrícola.

Há, também, a proposição de inúmeras ações específicas, nas quais se concentraram os responsáveis maiores pelo Programa – o economista José Graziano da Silva e a equipe técnica, composta por Walter Belik, Maya Takagi e inúmeros outros colaboradores –, como o cupom de alimentos, a cesta básica emergencial, a merenda escolar, os estoques de segurança, o combate à desnutrição materno-infantil e outros.

Sr. Presidente, requero a inserção, como parte do meu pronunciamento, da versão sintetizada do Programa Fome Zero, com a introdução feita por Lula.

Eu gostaria de assinalar alguns pontos que foram objeto da reflexão de Luiz Inácio Lula da Silva. Em primeiro lugar, o objetivo de erradicar a fome e a miséria tem, certamente, o apoio e a simpatia de todos aqueles que desejam a construção de um mundo e de um País civilizado. Para isso, quais seriam os instrumentos mais eficazes? Tenho manifestado algumas dúvidas a respeito da eficiência, por exemplo, das cestas básicas, pois considero que melhor seria prover as pessoas de uma renda garantida.

No programa hoje apresentado, enfatizou-se a importância do cupom de alimentação, refletindo a experiência dos Estados Unidos nos últimos setenta anos, desde quando o Presidente Franklin Roosevelt, nos anos 30, iniciou os programas de auxílio às famílias com crianças dependentes e de cupons de alimentação. Estes, entretanto, se desenvolveram em maior escala com o Presidente Lyndon Johnson e seu programa de guerra à pobreza, nos anos 60, quando os cupons de alimentação – nos Estados Unidos, chamados de **foods stamps** – tomaram a forma de imposto de renda negativo, em que o pagamento às pessoas ou famílias cuja renda não atingia determinado patamar era uma proporção da diferença entre aquele patamar e a renda das pessoas, feito na forma de cupons de alimentação que só poderiam ser gastos em alimentos e em determinados estabelecimentos comerciais que os aceitassem.

Algumas críticas foram feitas ao economista José Graziano sobre por que as pessoas, normalmente, procuram vender os seus vales refeições e transporte e, provavelmente, farão o mesmo com os cupons de alimentação. Isso acontece porque, normalmente, as pessoas procuram aquilo que lhes é mais útil em primeiro lugar e vendem seus cupons ou vales para obter dinheiro. Se, por exemplo, numa residência quebrou a telha e faz-se necessário consertá-la porque começou a chover dentro de casa, aquela é uma primeira necessidade. Se, na semana seguinte, começou a fazer muito frio e não há agasalho ou cobertor, é preciso comprá-los para que as crianças não sintam frio. Se, na outra semana, começa a haver um problema de doença, é preciso se comprar o remédio e aquilo se torna uma primeira necessidade. E assim por diante.

A garantia de uma renda paga na forma de dinheiro constituirá um grau mais elevado de cidadania. Se fizermos a forma do cupom de alimentação, isso significa uma burocracia adicional, uma complica-

ção que não é necessariamente a melhor. É claro que, do ponto de vista dos agricultores, eles poderão se sentir mais seguros quanto à demanda dos bens que produzem, na medida em que os cupons só podem ser gastos em alimentos, mas notem que se aumentarmos a renda de uma família que receba, digamos, R\$100 por mês com mais R\$80 em cupons de alimentação, segundo demonstração que o Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz incluiu no seu livro **Economics**, isso não representará qualquer modificação de substituição, mas apenas mais uma complicação administrativa.

Os economistas que mais têm estudado o problema, sobretudo aqueles que formam a Rede Europeia da Renda Básica, consideram que a forma mais adequada de se prover cidadania às pessoas é instituindo-se uma renda básica a todos os habitantes de qualquer nação para que as próprias pessoas possam, então, escolher em que gastar.

Lula, nas suas observações, mencionou que o país com que sonhamos não é aquele em que as prefeituras concedam às pessoas ou às famílias que tenham fome uma cesta básica ou uma renda mínima, mas onde todo homem ou mulher possa levar para casa uma renda proveniente do seu trabalho.

Ora, Dom Mauro Morelli, quero, num diálogo muito construtivo com Lula, transmitir-lhe e a todos os brasileiros que precisamos ver a garantia de uma renda básica para todos como algo distinto do direito da pessoa de trabalhar e receber uma remuneração adequada. É preciso que se compreenda que o direito das pessoas de receberem uma renda, como exercício de cidadania, deve ser visto como um direito inalienável da pessoa humana que mora no Brasil, nas Américas ou no Planeta Terra.

Deve-se garantir essa renda como um direito, incondicionalmente, não importando se a pessoa tem um mês ou 135 anos de idade; se é homem ou mulher; se é amarela, branca, vermelha ou negra; se é homo ou heterossexual; se está casada, solteira, separada, viúva ou o que for; se é rica ou pobre – todas as pessoas devem ter o direito inalienável de participar da renda da Nação e é isso que o meu companheiro, Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores precisa ver e ainda não viu suficientemente.

Manoel José dos Santos – o Manoel da Serra –, Presidente da Contag, no debate do Sindicato dos Bancários, em São Paulo, lembrou uma frase usada pelo ex-Senador Ney Maranhão por ocasião do debate sobre o Programa de Renda Mínima, para o qual deu seu voto favorável. Trata-se de uma memorável frase de Luiz Gonzaga, que sabia interpretar tão bem

os sentimentos do brasileiro: "Uma esmola, seu doutor, ou..."

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, "Doutor, uma esmola, para um homem que é são, ou o mata de vergonha ou destrói o cidadão".

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Então, "uma esmola, Seu Doutor, ou humilha o cidadão ou o mata de vergonha". Então, a garantia de uma renda, como um direito à cidadania, não deve ser vista como esmola, como caridade; tem de ser vista como um direito à cidadania, o direito de todas as pessoas partilharem do planeta Terra, da riqueza e inclusive daquilo que é produzido na terra que um dia foi propriedade comum de todas as pessoas que viviam no Brasil, de todas as pessoas que vieram para cá, arrancadas de seu território na África, que aqui foram escravizadas, de todas as pessoas que, por ventura, estejam sem terra. Então, a garantia de uma renda tem de ser vista como algo diferente do direito de a pessoa receber um salário. É claro que o direito ao emprego, ao salário é muito importante, e precisamos estar muito atentos em como instituir os mecanismos que levarão a sociedade ao pleno emprego. Mas um dos mecanismos que mais auxiliam, na concepção dos grandes economistas que estudaram esse assunto, como James Edward Meade, James Tobin, Philippe Van Parijs e tantos outros, é justamente a garantia de uma renda mínima que pode ser feita mediante um imposto de renda negativa, mas numa forma ainda mais superior, para extinguir os problemas da armadilha do desemprego e da pobreza e dos problemas de estigma de qualquer sentimento de vergonha. É por isso que espero ainda convencer José Graziano e toda a equipe que aqui propôs o Cupom da Alimentação e o próprio Lula que, ainda mais eficaz e mais dignificante para a pessoa, é o direito a uma renda para todos. Inclusive irão me perguntar: até aos mais ricos? Até àqueles que, no Brasil, são colocados entre os 500 mais ricos do mundo, ou o que seja? Sim, inclusive para eles. Só que eles irão pagar proporcionalmente mais, para que eles e todos os brasileiros venham a receber. E isso está perfeitamente ao nosso alcance.

Cumprimento todos que se empenharam no Projeto Fome Zero, sobretudo, o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e toda a sua equipe, porque esse é um debate, conforme Dom Mauro Morelli, tem-nos dito, da maior transcendência e importância, desde quando Josué de Castro escreveu a "Geopolítica da Fome", e Betinho e Dom Mauro Morelli trabalharam no

Projeto de Segurança Alimentar. Mas temos que colocar isso como uma urgência para hoje, para amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

Informo ao Plenário que este é o último orador referente à comemoração do Dia Mundial da Alimentação.

Peço ao Senador Maguito Vilela que seja breve, considerando que temos que entrar na Ordem do Dia.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso usar os mesmos cinco minutos que usou o Senador Eduardo Suplicy? Procurarei estar atento aos cinco minutos.

Tive a grata satisfação de participar, hoje, no Auditório Petrônio Portella, aqui no Senado Federal, do lançamento do projeto Fome Zero, do Instituto Cidadania, que tem como um dos seus coordenadores, o Presidente de Honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Trata-se, realmente, de uma proposta muito bem elaborada, que visa à implantação de uma ampla política de segurança alimentar para o Brasil.

É um projeto excepcional, porque, além de propor alternativas de geração de empregos, aumento da renda, intensificação da reforma agrária e incentivo à agricultura familiar, prevê, também, investimentos em programas emergenciais, como a distribuição do Cupom da Alimentação e também de cestas de alimentos.

Sempre entendi que a fome é um problema emergencial, que não espera, mata! Não é possível falar em combatê-la apenas com medidas de longo prazo, ações estruturais, que levam tempo para apresentar resultados. É lógico que concordo com isso e temos que lutar com ações estruturais, estas são prioridade. Mas tem de haver também ações emergenciais, porque a fome não espera, a fome come a vida.

De acordo com estudos divulgados pelo Instituto Cidadania, há, em nosso País, pelo menos 9,3 milhões de famílias, ou seja, 44 milhões de pessoas com renda inferior a R\$80 por mês.

São pessoas – homens, mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência – que não conseguem comprar o de comer. Muitas delas incapacitadas para o trabalho, seja em função da velhice avançada, de doenças ou de deficiências que impedem o seu ingresso no duro mercado de trabalho.

São pessoas que não podem esperar, porque estão morrendo à mingua, morrendo de fome, morrendo pela mais humilhante e indigna de todas as mortes, especialmente num País como o Brasil, com tantas riquezas e tantas facilidades para se produzir alimento.

Já disse aqui outras vezes sobre os programas de segurança alimentar que implantamos em Goiás, na época em que tive oportunidade de governar aquele Estado. E digo, Dom Mauro Morelli, que o Betinho inclusive acompanhou de perto os nossos programas. Eu o visitava constantemente no Rio de Janeiro. Naquela época, atendíamos 147 mil famílias com a distribuição mensal de cestas de alimentos e com a doação diária de 92 mil litros de leite pasteurizado e 92 mil pães vitaminados para 92 mil crianças pobres, de todas as cidades do Estado de Goiás.

Certamente, foi o dinheiro mais bem aplicado pelo Governo, porque socorreu quem realmente precisava, quem vivia na indignidade da fome, impotente diante de uma morte que chegaria, mais cedo ou mais tarde, por desnutrição.

Então, neste Dia Mundial da Alimentação, devemos erguer a nossa voz em defesa de programas de combate à fome, pois são programas de cidadania e de proteção à vida. O saudoso Betinho sempre nos ensinou que a fome exige ações urgentes, porque é fatal: ela mata, e mata rapidamente.

Cumprimento o Presidente de Honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e todos os integrantes do Instituto Cidadania pela iniciativa acertadíssima. Cumprimento o Partido dos Trabalhadores, que incluiu em seu projeto de governo para o Brasil a necessidade de se adotar medidas emergenciais de combate à fome, como, inclusive, a distribuição de alimentos. Esse é um ponto importantíssimo, que deveria ser encampado por todos os partidos políticos, por todos os governantes. Já disse isso inclusive pelo meu Partido, o PMDB. Já estou rouco de lutar para que o PMDB também encampe a luta contra a fome, essa vergonha nacional que nos humilha e que nos diminui como seres humanos. Infelizmente, o meu Partido continua fazendo ouvidos moucos ao problema da fome em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reitero o meu compromisso de homem público de lutar sempre, esteja eu onde estiver, contra essa vergonha nacional que é a fome e a miséria.

Num País tão rico e produtivo como o Brasil é inadmissível que ainda possamos permitir que irmãos nossos morram vítimas da fome e da desnutrição.

Acompanhei hoje o filme exibido pelo PT, baseado nas reportagens da Rede Globo. A Rede Globo é que saiu pelo Brasil afora e filmou as pessoas passando fome. E uma senhora entrevistada, já cansada, totalmente desnutrida, veio a morrer de fome uma semana depois.

Como é que nós, brasileiros, podemos aceitar essa condição? Por isso é que digo que um País tão rico como o nosso tem que declarar guerra à fome, vencer esse mal. Mais uma vez, apelo ao meu Partido, o PMDB, para, a exemplo do PT, lutar fortemente contra a fome no Brasil.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Permite-me um aparte, Senador Maguito Vilela?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com muito honra, ouço o ilustre Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Maguito Vilela, com toda ênfase e com o coração, V. Ex^a fala de sua vontade imensa em extinguir a fome no Brasil, vontade essa colocada a serviço de Goiás quando V. Ex^a foi Governador do Estado. Naquela época, V. Ex^a deu alimentos aos goianos subnutridos, matando-lhes a fome. Percebemos hoje que, do ponto de vista técnico, não existe nenhum motivo que justifique a fome no Brasil. Nossa agricultura é adiantada, a genética é de última geração, a biotecnologia ajuda na produção de alimentos. Nosso Estado de Goiás é celeiro do Brasil. É o maior produtor de tomates, e a produção é sofisticada. V. Ex^a falou do nosso querido PMDB, como fez ressalva à atuação do PT nessa direção. Tenho certeza, Senador Maguito Vilela, que 90% dos peemedebistas de verdade, aqueles que lutaram pela democracia do País, lutarão pela democracia social e preocupar-se-ão com os mais humildes, providenciando-lhes mais moradias, por exemplo. Seis milhões de brasileiros não têm onde morar, mas temos tudo para fazer as casas: há tijolos, telhas, madeira e mão-de-obra ociosa, mas falta vontade política e preocupação com o social. A alimentação é fundamental, e V. Ex^a tem todo o direito de falar sobre isso, porque cumpriu o seu dever quando foi Governador do Estado. V. Ex^a mostrou ao Brasil que, se um governante quiser resolver o problema da fome no Estado, ele resolve como V. Ex^a fez naqueles quatro anos de governo. Está aqui a meu lado o Senador Iris Rezende Machado, que foi Ministro da Agricultura e Ministro da superssaíra, que sabe da necessidade de se juntarem as vontades políticas. Quantos agricultores neste País estão esperando alento, estímulo para produzir mais? Quantos produtores de leite estão voltando para as cidades, numa inversão da reforma agrária? Lembre-se de que o leite poderia ser distri-

buído para milhares de crianças no Brasil, pois estão pagando ao produtor apenas R\$0,17 pelo litro. Um litro de leite dá para comprar apenas um copo d'água na cidade. Um litro de leite, verdadeiro alimento, dá para comprar apenas um cafezinho. Mas V. Ex^a distribuiu milhares de litros em Goiás, democratizando a distribuição no Estado inteiro. Agradeço a V. Ex^a pela concessão do aparte. V. Ex^a é admirado pelo povo goiano e pelo PMDB. E a nossa luta é pelo convencimento de todo o nosso Partido para que o próximo candidato do PMDB à Presidência da República coloque em seu programa de governo o lema da "fome zero", que deve estar acima de qualquer partido político. Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Para terminar Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, concito todos os brasileiros a fazerem como faz Dom Mauro Morelli e tantos outros que pregam o fim da fome, que a combatem, lutando pelos necessitados, pelos miseráveis, famintos, desempregados e excluídos da nossa Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores Mauro Miranda e Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em 16 de outubro de 1945 foi criada a agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o que deu origem à comemoração do Dia Mundial da Alimentação.

Em 1996, os representantes de 186 países reunidos em Roma, na Cúpula Mundial sobre Alimentação, estabeleceram o compromisso formal de garantir as condições econômicas, sociais e políticas necessárias para a segurança alimentar e para a erradicação da pobreza.

A Organização das Nações Unidas, a ONU, escolheu o lema de "um milênio sem fome" na comemoração do Dia Mundial da Alimentação do ano 2000, para a mobilização dos governos, empresas, sociedade civil, associações de agricultores e associações civis na luta contra a fome e a desnutrição, tendo em vista a meta de alimentos para todos.

Infelizmente, hoje ainda estamos muito longe de atingir esses objetivos, de realizar essas metas, as quais se aproximam mais de uma utopia, apesar de já existirem as condições objetivas para sua realização.

Ocupo a tribuna do Senado Federal para tratar desse importante tema para o Brasil, para o mundo e, particularmente, para o meu Estado de Goiás, um Estado com especial vocação agrícola, verdadeiro celeiro do Brasil, capaz de contribuir decisivamente para acabar a fome em nosso País.

Infelizmente as coisas não caminham na direção correta, não há muito o que comemorar no Dia Mundial da Alimentação, pois temos mais de 800 milhões de pessoas que passam fome no mundo. No Brasil são mais de 50 milhões de pobres que padecem de fome crônica.

No meu Estado de Goiás, que por sua vocação agrícola deveria ser um fornecedor de alimento para todo o Brasil e ainda para exportação, infelizmente ainda existe muita fome, em decorrência da grande concentração de renda e da insensibilidade do Governo Estadual.

O atual nível de desenvolvimento da ciência e da tecnologia já permitiria à humanidade desfrutar de uma vida em boas condições para todos os seres humanos, sem fome, sem privações, sem pobreza, sem indigência, independentemente da nacionalidade, da língua ou da raça.

Não existe qualquer motivo, do ponto de vista técnico, para a existência de fome no planeta Terra, pois o desenvolvimento da agricultura, da genética, da biotecnologia, dos modernos processos de produção, armazenagem, transporte e distribuição de alimentos poderia poupar a humanidade da humilhação e da vergonha de ver um homem passando fome ou em estado de desnutrição.

Existem, em nível mundial, recursos técnicos, financeiros, equipamentos e estruturas administrativas para resolver o problema da fome. Falta vontade política e determinação daqueles que detêm o poder político.

Essa vontade política efetiva para solucionar o problema não existe em nível mundial, nem em nível nacional, nem muitas vezes em nível local, o que nos leva a entrar no Terceiro Milênio com mais de 50 milhões de pessoas passando fome no Brasil.

A falta de apoio à agricultura, principalmente ao pequeno produtor agrícola, e a vergonhosa concentração da renda existente em nosso País, em que uma pequena minoria detém praticamente a totalidade da riqueza nacional, são fatores responsáveis pela existência desses milhões de patricios nossos que levam uma vida miserável e inaceitável num país moderno.

Não se trata de mera estatística, de números frios e impessoais: são crianças que padecem de fome

crônica, comprometendo o Brasil do futuro; são homens, mulheres e idosos sem esperança de vida digna, pois sem que cada pessoa tenha o mínimo necessário para sua sobrevivência é impossível pensar num mundo de paz e prosperidade para todos.

Com riqueza e pobreza extremas, colocadas lado a lado, teremos o aumento da intolerância, o ódio e a incompreensão entre países, entre povos, nações e classes sociais. Revoltas poderão surgir em decorrência da falta de esperança, da falta de um futuro melhor, pois o desalento pode ser o fermento das guerras.

Assistimos hoje a mais uma guerra, uma guerra diferente, uma guerra assimétrica, uma guerra muito difícil de entender e de prever suas consequências em termos mundiais.

Não pretendemos ser simplistas e tentar explicar fatos muito graves e complexos; no entanto, neste Dia Mundial da Alimentação, não podemos deixar de mencionar que apenas uma pequena percentagem do orçamento militar das grandes potências já seria suficiente para acabar com a fome em todo o mundo, o que já se seria uma grande contribuição não apenas para tornar a vida humana mais digna e mais justa, mas igualmente para eliminar um perigoso foco de instabilidade política em todo o mundo.

Um mundo mais justo, mais digno, em que todo homem tenha a cada dia o alimento suficiente para a manutenção de sua vida e de sua família, certamente seria este um mundo em que existiriam as condições essenciais para a paz e para a prosperidade.

A segurança alimentar é essencial para todos termos a consciência da importância do problema da fome e para que a comemoração do Dia Mundial da Alimentação não seja algo vazio, formal, sem consequências práticas para a solução de problemas tão graves.

A globalização da economia tem contribuído para reduzir o número de empregos, pois a cada dia milhares de postos de trabalho são destruídos com as chamadas fusões, incorporações e a reengenharia administrativa. Certamente novos postos são criados, porém em menor quantidade e geralmente destinados a uma pequena parcela de pessoas com elevado grau de especialização, o que não resolve o problema da pobreza e da marginalização.

O Brasil tem todas as condições objetivas para a erradicação do flagelo da fome; nenhum brasileiro deveria passar pela humilhação de não ter o mínimo necessário para sua alimentação e de sua família.

Temos terras, temos recursos financeiros, temos tecnologia para acabar com esse problema vergonhoso e gerador de graves tensões sociais.

Não posso admitir que o Estado de Goiás, verdadeiro celeiro agrícola, grande produtor de alimentos, ainda tenha muitos de seus filhos sofrendo com a desnutrição e a fome.

Precisamos adotar providências práticas, medidas urgentes, inadiáveis, para a solução desse grave problema da fome.

Não mais podemos tolerar essa grande concentração de renda e de riqueza que divide os brasileiros em cidadãos de primeira e de segunda classe, comprometendo nosso futuro como país, como nação e como espaço em que existe dignidade humana.

Neste Dia Mundial da Alimentação, deixo aqui minha mensagem de indignação com a fome que ainda existe no Brasil e, particularmente, no meu Estado de Goiás, em decorrência da falta de vontade política de dirigentes insensíveis às causas mais importantes do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, minha presença na tribuna do Senado Federal destina-se, nesta oportunidade, a assinalar a comemoração, hoje, 16 de outubro, do Dia Mundial da Alimentação, o que nos demanda a responsabilidade de, mais uma vez, voltarmos à questão de fome e da miséria.

A grandiosidade e a dificuldade da luta contra a fome requerem nossa conscientização sobre o problema e tornam nosso dever sensibilizar pessoas e instituições ligadas às áreas da infância e da juventude na busca de caminhos e soluções inovadoras, uma vez que estamos muito longe da meta estabelecida na Cúpula Mundial de Alimentação, qual seja, a de reduzir pela metade as quase um bilhão de pessoas que passam fome, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), entidade das Nações Unidas ligada especificamente ao setor.

Fome e má nutrição crônica são obstáculos para a vida humana. Quando a pessoa não tem acesso físico ou prático ao alimento seguro, nutritivo e saudável, as conseqüências são desastrosas. No caso de pobres que enfrentam fome e subnutrição a sua má situação é exacerbada com a concomitância de outros problemas, tais como o analfabetismo e o desemprego.

A comemoração do Dia Mundial da Alimentação fornece uma oportunidade para os governos e outros setores da sociedade civil avaliarem o que tem sido feito e o que tem sido deixado sem fazer no setor, também permite um momento para o diálogo e a mobilização na luta pela erradicação da fome, pobreza e desnutrição.

Valho-me, pois, do ensejo para trazer à reflexão deste Plenário alguns dados que nos permitem dimensionar a grandeza do problema da fome e da miséria em nosso País e no mundo, assim como expor algumas alternativas que o conhecimento científico e a ação política oferecem para a solução desse problema.

Cerca de um bilhão de pessoas correm o risco de morrer de desnutrição no mundo. E isso não se deve a qualquer explosão populacional, como vaticinavam previsões apocalípticas de Thomas Malthus, economista inglês do século XIX, feitas no século passado. Em suas teorias, ele previu que o crescimento geométrico da espécie humana esgotaria todas as reservas de alimentos e propôs um severo controle populacional. O colapso malthusiano não aconteceu e não há indícios de que ocorra.

Especialistas em demografia calculam que a Terra produz, hoje, comida para alimentar, folgadoamente, até 8 bilhões de pessoas, e é possível garantir, facilmente, que cada habitante do planeta receba as 2.000 calorias necessárias para a sobrevivência saudável.

Entre 1950 e 1998, a produção *per capita* de grãos saltou de 247 quilos, por ano, para 312 quilos; portanto, 26% de aumento, significando apenas 16% na área total cultivada. Enquanto na década de 50 era utilizado 0,23 hectare cultivado por pessoa, hoje se utiliza apenas 0,12. A produção valeu-se da tecnologia agrícola na chamada "Revolução Verde" – uma explosão detonada pelo uso de pesticidas na lavouras e por novas técnicas de irrigação e fertilização. Se há regiões onde se passa fome é porque a distribuição da produção de riquezas é desigual.

Os vinte países mais ricos concentram 80% da riqueza mundial. O problema é como se distribui toda a comida produzida. Quarenta por cento dos grãos colhidos no planeta são usados para a alimentação de animais como vacas, ovelhas e cabras. A quinta parte mais rica da população mundial tem um consumo 66 vezes superior ao da parte mais pobre.

Se as previsões malthusianas não se confirmaram, o mesmo não se pode dizer das teses do brasileiro Josué de Castro. As idéias defendidas por ele, há cinquenta anos, nas obras *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*, revelam-se extraordinariamente atuais. Para ele, a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza.

Em geral, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produtos de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo.

A situação catastrófica que descreve, no Brasil e na América em geral, só pode ser explicada por meio de fatores socioculturais e não por qualquer determinismo "natural". Assim, a solução para romper com os grilhões da pobreza e da fome – propunha o autor – só se poderia concretizar com a alteração substancial das estruturas rurais então vigentes, ou seja, a reforma agrária, encarada como uma necessidade histórica e concebida como sendo "uma revisão das relações jurídicas" entre aqueles que detinham a propriedade da terra e os trabalhadores agrícolas.

O nosso autor preocupava-se com as causas da fome e as buscava na história do Brasil e da América, da Ásia, da África. Perguntamos, Sras. e Srs. Senadores: o que mudou de lá para cá? Entre nós, muito e nada. Não se fez a reforma agrária na proporção necessária, o homem do campo foi brutalmente expropriado e expulso, as cidades se agigantaram e empobreceram de forma assustadora; o País se modernizou, é certo, mas os desequilíbrios sociais e culturais se acentuaram; a agricultura se industrializou, aumentando, assim, a capacidade produtiva – embora não distributiva – de gêneros alimentícios.

Os pobres deixaram seus tradicionais redutos e passaram a acampar nos espaços até então reservados aos ricos; a indústria cresceu e diversificou-se, interiorizou-se o capital internacional. De fato, o Brasil se sofisticou. Aprimoraram-se as formas de exploração e de preservação do poder, mas o País não mudou sua substância política fundamental.

Talvez as áreas de fome e desnutrição no Brasil não sejam mais as mesmas descritas na **Geografia da Fome**, embora o nosso Nordeste não tenha mudado nos seus fundamentos, permanecendo coronelista, apesar de modernizado o discurso, com

a renda vergonhosamente concentrada, e as secas a dizimarem seres humanos sem dó nem piedade.

Pode ser considerada correta a afirmação de que a fome localiza-se na região mais pobre do País. Contudo, é necessário acompanhá-la da recomendação para que a produção e a produtividade aumentem justamente nas áreas até aqui consideradas impróprias para a aplicação das técnicas disponíveis pela Revolução Verde e mais ameaçadas por problemas ambientais.

Não é possível que o modelo de desenvolvimento produtivo seja o mesmo que presidiu a primeira Revolução Verde. Em vez da busca de rendimentos máximos por produto – com a ajuda de insumos químicos – a ênfase deve ser colocada, agora, nos sistemas de produção e em seus complementos internos, na substituição dos insumos químicos, no uso da engenharia genética e nos conhecimentos da ecologia científica.

Mais do que dominar os meios naturais, o fundamental, agora, é poder conviver com sua diversidade, saber jogar "com" e não "contra" a variabilidade dos sistemas da moderna tecnologia agrícola. Por tal concepção, a modernização agrícola deixa de ser a adaptação local de um paradigma universal de desenvolvimento técnico para transformar-se em capacidade de inserção do desenvolvimento agrícola na dinâmica do meio natural.

A agricultura, neste sentido, fornece um exemplo em que o crescimento econômico pode não ser o corolário daquilo com que nos acostumamos cada vez mais a identificar: a exclusão social.

Somente a discussão profunda dessas possibilidades pode fornecer alternativas estruturais para o problema da fome em nosso País.

Por mais meritórias que sejam as iniciativas assistenciais, como a Ação da Cidadania Contra a Miséria pela Vida, do saudoso Betinho, é preciso retomar o debate sobre as estruturas socioeconômicas, que perpetuam a pobreza e a miséria, e conceber um projeto de desenvolvimento agrícola capaz de debelar a fome, pelo conhecimento detalhado, tanto da organização social e técnica da produção alimentar, como das possibilidades e dos limites que o meio natural oferece para sua expansão.

É inconcebível, Sras. e Srs. Senadores, que a fome e a desnutrição continuem minando cerca de 25 % das pessoas do País, e do mundo. Devemos nos preparar, desde já, para alimentar as 9 bilhões

de pessoas que habitarão o planeta em 2030. Hoje, já somos mais de 6 bilhões.

A batalha contra a fome é, afinal, a única que merece ser sustentada, porque nos leva a preservar a vida e a consolidar as bases da paz.

Era o que tinha a dizer

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência agradece às presenças dos ilustres representantes da FAO, Dr. José Tubino e Eliana Ferreira, bem como dos representantes da CNBB, Dom Mauro Morelli e Padre João Roque, que muito engalanaram a presente sessão. E associa-se a tantos quantos ergueram a sua voz em defesa de um mundo cada vez melhor, porque, por incrível que pareça – parece mesmo paradoxal –, enquanto se praticam atos de terrorismo, enquanto foguetes e bombardeios acontecem no mundo, alastra-se a terrível chaga da fome, que, paralelamente às nossas palavras, exige atos concretos que a exterminem.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 231, DE 2001 (Nº 1.083/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular do Laos.

Os méritos do Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de outubro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 291/DP/ARC – MRE/APES

Brasília, 5 de outubro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular do Laos.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão, que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO

Nascido em Belo Horizonte/MG, 7 de março de 1949. Filho de Wanderley Gomes Brandão e Circéa Diniz Brandão.

CPF: 30724384715

CI: 5303

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, UFF/RJ. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular. CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 15 de janeiro de 1974.

Segundo Secretário, merecimento, 2 de fevereiro de 1978.

Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980.

Conselheiro, merecimento, 29 de junho de 1987.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 24 de junho de 1993.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 27 de junho de 2000.

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1974.

Assistente do Chefe do Departamento Cultural, 1974/75.

Assistente do Chefe da Divisão da África-II, 1976/77.

Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1983/85.

Subchefe da Secretaria de Imprensa, 1987/89.

Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul, 1992/1994

Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, 1997/2001.

Bissau, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1975.

Washington, Terceiro Secretário, 1977.

Washington, Segundo Secretário, 1978/79.

Washington, Primeiro Secretário, 1980/81.

Maputo, Primeiro Secretário, 1981/83.

Maputo, Encarregado de Negócios, 1983.

Paris, Conselheiro, 1989/92.

Roma, Ministro-Conselheiro (FAO), 1994.

VI Sessão do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil/Estados Unidos da América, Washington, 1979 (assessor).

Comissão Mista Brasil/Moçambique, Maputo, 1982 (assessor).

Comitê de Contribuições da ONU, 1983/85 (membro).

XX Período de Sessões da Cepal, Lima, 1984 (delegado).

XXXIX Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1984 (assessor).

XLI Reunião Anual Conjunta das Assembléias de Governadores do FMI e do BIRD, Washington, 1986 (delegado).

Reuniões do Grupo dos 24 (países em desenvolvimento) e do Comitê Interino do FMI, Washington, 1987 (delegado).

Comitiva do Ministro de Estado da Fazenda em visita aos Estados Unidos da América, à Grã-Bretanha, à França, à República Federal da Alemanha, à Suíça, à Itália e ao Japão, 1987.

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita ao Peru, ao México, à Venezuela e à Costa Rica, 1987.

Comitiva do Senhor Presidente da República na Reunião de Oito Presidentes Latino-Americanos, Acapulco, 1987.

Comitiva do Ministro de Estado na III Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Punta del Este, 1987.

Comitiva do Ministro de Estado em visita ao Paraguai, 1987.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores nas posses dos Presidentes Shankar, do Suriname, Borja, do Equador, e Stroessner, do Paraguai, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República nos encontros com os Presidentes da Argentina e do Uruguai, Anchorena, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita oficial à Colômbia e à Bolívia, 1988.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em visita à China e à Venezuela, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República na II Reunião de Presidentes Latino-Americanos, Punta del Este, 1988.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na XVIII Assembléia-Geral da OEA, El-Salvador, 1988.

À disposição do Comandante da Unavem, Angola, 1989.

Reuniões do Clube de Paris para a renegociação das dívidas da Nigéria, 1990, Polônia, 1990, e Zâmbia, 1992, e para o reescalonamento da dívida do Brasil, 1991 (delegado).

VIII, IX e XII Reuniões do Grupo Mercado Comum, Montevidéu e Assunção, 1992, 1993 e 1994 (delegado).

I e II Reuniões Extraordinárias do Grupo Mercado Comum do Mercosul, Montevidéu e Assunção, 1993 (delegado).

III e V Reuniões do Conselho do Mercosul, Montevidéu e Colônia, 1992 e 1994 (delegado).

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita oficial à Argentina e ao Uruguai (1993).

Reuniões de Planejamento Político e Econômico com a Índia, o Japão e a China, em Nova Delhi, Tóquio e Pequim, 1993 (membro da Delegação).

37ª a 40ª Sessões do Comitê de Políticas e Programas do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1994/1995 (chefe ou subchefe das Delegações).

I e II Sessões Extraordinárias e VI Sessão Regular da Comissão de Recursos Genéticos da FAO, Roma, 1994, 1995 e 1996 (chefe ou subchefe das Delegações).

107ª a 111ª Sessões do Conselho da FAO, Roma, 1994 a 1996 (subchefe das Delegações).

21ª Sessão do Comitê de Pescas da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação).

12ª Sessão do Comitê de Florestas da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação).

Reuniões Ministeriais da FAO sobre Pescas e Florestas, Roma, 1995 (delegado).

13ª Sessão do Comitê de Agricultura da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação).

60ª Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, Roma, 1995 (delegado).

54ª Sessão da Junta Executiva do Fida, Roma, 1995 (delegado).

28ª Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação).

I e II Sessões Regulares e I Sessão Anual da Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentos Roma, 1996 (subchefe da Delegação).

Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre Recursos Fitogenéticos, Bogotá, 1996 (chefe da Delegação).

XII Sessão Extraordinária do Conselho da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV), Roma, 1996 (chefe da Delegação).

IV Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig, 1996 (chefe da Delegação).

Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Fazenda (1985/1987).

Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Ordem de Francisco de Miranda, II Classe, Venezuela.

Ordem Nacional do Mérito, Oficial, França.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Diretor-Geral do Departamento de Serviço Exterior.

LAOS

1. Dados Básicos

Nome oficial: República Popular Democrática do Laos

Superfície: 236.800km²

População: 5,1 milhões

Língua oficial: laociano (oficial)

Capital: Vientiane

Forma de governo: República parlamentarista (regime comunista)

Presidente da República: General Khamtay Siphandone

Primeiro-Ministro: General Sisaveth Keobounphanh

Ministro das Relações Exteriores: Somsavat Lengsavad (também Vice-Primeiro Ministro)

Legislativo: Unicameral, Assembléia Nacional, com 99 representantes eleitos por voto direto para mandatos de 5 anos.

Moeda: Kip Novo (dividido em 100 at)

2. Traços Históricos Gerais

Com a centralização do reino de Lao Xang Hom Khao em meados do século XIV, o Laos surge como Estado unificado. Sua administração estava inicialmente situada na cidade de Luang Prabang, localizada ao norte do território. Tal estabilidade política foi interrompida por discórdias entre os grupos socialmente influentes, ao término da bem-sucedida gestão do Rei Sulinya Vongsa no século XVII. Como consequência, já na segunda parte do século XVIII, os três reinos resultantes – localizados em Luang Prabang (norte), Vientiane (centro) e Champassak (sul) – estavam sob o controle geral dos siameses (tailandeses).

Aproveitando suas colônias instaladas no centro-norte do Vietnã em 1884, a França expandiu seu imperialismo ao tomar o controle administrativo dos referidos reinos do Laos em 1893, centralizando-os em Luang Prabang. No plano econômico, o protetorado francês no Laos foi caracterizado por um discreto grau de desenvolvimento. O país permaneceu

auto-suficiente em alimentos, sem, contudo, exportar produto algum. Apenas as riquezas minerais, sobretudo o estanho, despertavam interesse externo. A distribuição da produção e o fornecimento de crédito, tradicionalmente sob a responsabilidade dos chineses, necessitavam ser impulsionados.

Desta forma, o Laos passou a compor a Indochina francesa ao longo de aproximadamente 50 anos até que, na Segunda Grande Guerra, o Governo da França perdeu sua hegemonia colonial na região para o Japão. O domínio japonês no território acabou por contribuir para o fortalecimento da identidade nacional do Laos, provocando, inclusive, o desencadear de sua independência em 1945.

No entanto, mesmo a existência de uma estruturada elite laociana no poder não foi suficiente para evitar a retomada do controle nacional pelas tropas francesas em 1946. Com a eclosão, em 1950, da guerra entre franceses e a organização comunista vietnamita Vietminh, a independência definitiva do Laos ganha novo fôlego. O colonialismo francês na península termina com o Acordo de Genebra sobre a Indochina (1954), o qual não só reconheceu a independência do

Laos mas proibiu, ainda, a instalação de bases militares por potências estrangeiras e a movimentação de tropas em seu território. A admissão do Laos na ONU foi realizada em 1955.

Neste mesmo ano, em 1955, o Partido Popular do Laos (atual Partido Revolucionário Popular do Laos) foi instituído sob a liderança de Kaysone Phomvihane. Kaysone Phomvihane encabeçou a formação do Governo da União Nacional, o qual incluía dois membros do Pathet Lao (Partido Comunista). Este governo, contudo, foi duramente combatido pelos Estados Unidos e, posteriormente, substituído por uma administração patrocinada pelos norte-americanos em 1958. No ano seguinte, em 1959, o poder foi retomado por uma ação militar.

Com os militares no poder, o Pathet Lao passou a atuar na ilegalidade, iniciando uma luta armada contra o governo em 1963. Neste período, o Laos estava envolvido na Guerra do Vietnã, o que provocou vários conflitos entre vietnamitas e norte-americanos dentro do território laociano. Com o fim da Guerra em 1973, os comunistas formaram uma coalizão com o governo real, resultando na formação do Governo Provisório da União Nacional.

3. Organização Política do Estado

O Partido Revolucionário Popular do Laos (PRPL) tem tido a soberania absoluta do poder polí-

tico desde que o Pathet Lao depôs o Governo real em 1975. Algumas reformas políticas, dentre elas a que busca implantar o multipartidarismo no país, têm sido fortemente confrontadas pelos princípios comunistas do Estado.

Contudo, para prosseguir mantendo a hegemonia nacional, o PRPL demonstra razoável capacidade para dialogar e negociar com a sociedade civil determinadas reformas, principalmente no âmbito econômico. A respeito do seu grau de legitimidade popular, o Partido tem procurado ampliar a representação das minorias étnicas do país, principalmente no decorrer das suas conferências periódicas.

A Constituição vigente no Laos, de 1991, determina que, enquanto o PRPL possui a responsabilidade de estabelecer diretrizes políticas gerais, o Governo deve preocupar-se com a administração diária do país. Essa mesma constituição enfatiza que a economia nacional é livremente orientada pelas forças do mercado, mesmo considerando-se a orientação centralista do Estado laociano.

O Presidente da República tem a prerrogativa de indicar ou depor o Primeiro-Ministro e o Governo (com o aval da Assembléia Nacional). Contudo, ao longo dos anos, o Primeiro-Ministro tem demonstrado possuir, de fato, mais poderes políticos que o próprio presidente.

A Assembléia Nacional é unicameral, com 99 representantes eleitos por voto direto a cada quinquênio, e reúne-se duas vezes ao ano. A Constituição de 1991 aumentou consideravelmente sua importância no cenário político na medida em que o Poder Judiciário e o Governo passaram a ser supervisionados pela Assembléia.

4. Política Interna

O Governo do Laos dirige os assuntos políticos internos de forma centralizada. O Partido Revolucionário Popular do Laos (PRPL), há mais de vinte anos no comando e nominalmente socialista, é bastante influente nos centros decisórios. Todas as instituições nacionais e o sistema político, incluindo-se aqui a esfera partidária e legislativa, estão concentrados nas mãos do atual Presidente Khamtay Siphandone (ex-Primeiro-Ministro do regime anterior) e do Primeiro-Ministro Sisavath Keobunphanh.

Nouhak, líder histórico do Partido Comunista (Pathet Lao), sucedera a outro importante líder revolucionário, Kaysone Phomvihane, morto em 1992.

No passado, os dois estiveram unidos a Suphanou-vong – o “Príncipe Vermelho” – durante a Guerra do Vietnam, tempo em que o país foi devastado por mais de 600 toneladas de artefatos explosivos e armas químicas (agente laranja).

Com o afastamento de Nouhak, esboçou-se uma renovação dos quadros dirigentes, com a cessão de espaços, pela velha guarda, para uma geração de políticos mais jovens. Na verdade, essa ascensão já se vinha evidenciando nos últimos anos, consubstanciada na tentativa de modificar a imagem do país, usualmente caracterizada por um **slow and lazy way of politics**, muito embora, ainda hoje, o número de funcionários governamentais jovens de médio e alto escalão empenhados na modernização e abertura do país seja muito reduzido e de pouca autonomia.

Em que pese essa sinalização, o centralismo político é julgado necessário para viabilizar, de forma ordenada, o processo de abertura econômica. A burocracia política interfere na designação dos administradores públicos: os prefeitos e governadores, assim como todos os integrantes da estrutura administrativa, são indicados por membros locais do Partido.

A aposentadoria voluntária de Nouhak e a ascensão de Khamtay como homem forte do país parecem corroborar a hipótese aventada por observadores internacionais: a de que o Laos estaria assumindo o perfil típico de regime autoritário do Terceiro Mundo, com economia capitalista firmemente controlada pelo Estado e sob a influência dos militares. Exemplo disso é o perfil conservador do novo Politburo, oriundo do VI Congresso do Partido: dos nove membros que o compõem, seis são generais da velha guarda do Exército.

Grave e endêmico problema do país, a corrupção tem sido combatida por meio do Comitê de Combate à Corrupção (CCC), em funcionamento desde 1993, que goza de relativa autonomia, ou seja, tem poderes para investigar, denunciar e, inclusive, punir os suspeitos. O CCC está diretamente vinculado ao Primeiro-Ministro, a quem deve relatar suas atividades.

Analistas assinalam que, com o retrocesso da ideologia comunista, a questão da diversidade étnica tenderá a tornar-se fator político preponderante e talvez a principal causa dos conflitos internos do país. Em 2000 houve uma série de ataques do grupo guerrilheiro veiculado à etnia hmong – os

hmongs, que são apoiados pelo general Vang Pao, exilado nos EUA, vivem nos dois lados dos 1.700km de fronteira do Laos com a Tailândia –, o qual conta com o apoio de membros dissidentes da política local. O Vietnam tem propiciado suporte político e militar ao Governo do Laos contra a guerrilha hmong. O Laos e o Vietnam têm atuado juntos na vigilância contra o tráfico de drogas e os grupos guerrilheiros em suas fronteiras.

5. Política Externa

A realidade da política externa do Laos é um reflexo do seu posicionamento no continente e da sua característica geográfica (terreno acidentado constituído principalmente por vales e montanhas). Assim sendo, o país tem sido, ao longo da sua história, constantemente influenciado pelos seus vizinhos imediatos, dentre os quais se destacam Camboja, Tailândia e, sobretudo, Vietnam. Existem, no entanto, sucessivos esforços do Governo laociano para que a política externa nacional apresente maior independência das decisões políticas tomadas naqueles países.

O Governo vietnamita tem se comprometido a aumentar as facilidades de acesso do Laos ao mar oriental através do seu território. Assim sendo, nos últimos anos, as autoridades de Hanói têm possibilitado ao Laos saídas ao mar por meio dos portos de Cua Long e de Da Nang, ambos localizados na província de Nghe Na, na parte central do Vietnam.

O Laos procura estreitar ainda mais seus vínculos com os países asiáticos de fora da sub-região, destacando-se o Japão, e tenta aproximação com nações situadas em outros continentes. Na América Latina, destacam-se Brasil, México, Chile e Cuba.

Ao longo dos anos 90, o governo procurou implementar uma política de “internacionalização econômica e cultural”, estimulando, ainda que de forma gradativa, uma maior abertura do país ao diálogo internacional.

O Laos busca conciliar uma forte centralização no seu sistema político com uma razoável flexibilidade econômica. Procura seguir o modelo praticado pela República Popular da China para criar um modelo próprio de Estado capitalista com governo comunista de partido único.

Existe preocupação no Laos de que os crescentes contatos com o sistema internacional venham a resultar na aceleração e, conseqüente-

mente, no descontrole do programa de reformas empreendido nos últimos anos. Assim sendo, ao mesmo tempo em que se procura expandir os investimentos externos em diversos setores econômicos – dentre os quais se destaca o turismo –, teme-se que a sociedade nacional seja influenciada pelos costumes e modelos ocidentais, fato que poderia contribuir para o surgimento de movimentos favoráveis às práticas democráticas.

6. Economia

A República Democrática Popular do Laos vem implementando sucessivas reformas de liberalização econômica desde 1986 (algumas delas foram iniciadas já ao final da década de 70). O Governo se auto-responsabiliza a realizar transformações estruturais no sistema bancário, nas empresas estatais e na administração pública. O VI Congresso do Partido Revolucionário Popular do Laos (PRPL), realizado em março de 1996, foi de grande valia para reafirmar o compromisso nacional de incentivar os investimentos no setor privado, visando obter a aceleração do crescimento e do desenvolvimento econômico.

O programa de privatizações das empresas nacionais foi lançado em 1988. Os primórdios da década de 1990 apresentaram alto índice de privatizações, sendo o número de empresas e bancos estatais reduzido de 800 a 29 em menos de dez anos. O saldo das vendas no período 1989-95 foi de US\$72,6 milhões, aumentando consideravelmente com a venda do Lao Brewery em 1993.

O Governo laociano vem tomando medidas que incentivem a liberalização do comércio, seja pela redução das restrições de quota ou pela racionalização das tarifas dos importados. Desde a sua entrada na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997, o Laos tem sido pressionado pelos países membros para estabelecer menores tarifas sobre vários produtos a partir de 2008. O Laos já manifestou o interesse em ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Laos tem se articulado com o Vietnã e o Camboja para intervenção conjunta na Asean, além da constituição de iniciativas sub-regionais. Em outubro de 1999, por exemplo, os Primeiros-Ministros dos três países se reuniram em Vientiane. A agenda de trabalhos abordou temas como a integração fronteiriça, viária, aeroviária, de comunicações e energética, a coibição ao contrabando e ao tráfico de drogas. Os três mandatários definiram o objetivo

de sua articulação como sendo a constituição de um “triângulo de desenvolvimento” indochinês no âmbito da Asean.

Um dos principais problemas econômicos do país é a elevada taxa de inflação existente nos últimos anos (15,2% anuais no período de 1990-95; 19,5% em 1997). A balança comercial, por sua vez, tem sido cronicamente deficitária.

As empresas estrangeiras atribuem, entre outros fatores, à ineficiência dos procedimentos alfandegários e à falta de transparência dos processos de aquisição de propriedade e de autorização de investimentos (ainda que parcialmente reformulados, em 1996) o fato de que apenas 30% dos projetos de investimento aprovados entre 1988 e 1996 (US\$7 bilhões) tivessem se concretizado até 1997. Deles, 40% eram provenientes da Tailândia; os Estados Unidos e demais países asiáticos se colocavam em distantes segundo e terceiro lugar, respectivamente.

Com a absoluta maioria de sua população estabelecida no perímetro rural, o desenvolvimento econômico do Laos é ditado basicamente pela agricultura (60% do PIB e 80% da mão-de-obra). A cultura predominante é o arroz, apesar de produzir e exportar produtos como madeiras, têxteis, café e estanho. Mesmo sendo considerado auto-suficiente em termos de produtos agrícolas *in natura*, o país experimenta, ao longo dos anos, períodos alternados de inundações e secas, além de inúmeras pragas agrícolas, que têm ocasionado situação de escassez de alimentos em diversas regiões.

7. Relações Bilaterais

As relações diplomáticas foram estabelecidas em 13 de junho de 1995. O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Popular do Laos, Sowsavat Lengsavat, visitou o Brasil nos dias 24 a 28 de agosto de 1998. Além de constituir uma manifestação de interesse pelo adensamento de vínculos políticos com o Brasil, a visita objetivou identificar setores que pudessem revelar maior potencial de cooperação econômica.

O setor elétrico vinha sendo bastante discutido entre as autoridades brasileiras e laocianas naquele período. No ano de 1999, o Presidente da Eletrobrás, Firmíno Ferreira Sampaio Neto, chegou a cogitar a sua ida ao Laos para discutir, junto ao Governo laociano, medidas que viabilizassem a cooperação energética entre os dois países.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL / LAOS

(US\$ mil - fob)

PERÍODO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (A)	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (B)	SALDO (A - B)	INTERCÂMBIO COMERCIAL (A+B)
1994	365,0	0,0	365,0	365,0
1995	136,0	0,0	136,0	136,0
1996	394,0	0,0	394,0	394,0
1997	0,0	0,0	0,0	0,0
1998	3,0	0,0	3,0	3,0
1999	55,0	0,0	55,0	55,0
2000	114,0	0,4	113,6	114,4

Janeiro-Dezembro

Fonte:

MDIC/SECEX/Sistema

A Alice.

Elaboração: DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

BRASIL : PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA LAOS

(US\$ mil-fob)

PRINCIPAIS PRODUTOS	1998	% do TOTAL	1999	% do TOTAL	2000	% do TOTAL
Ferrossilício	0,0	0,0%	0,0	0,0%	86,3	75,4%
Outras máquinas e aparelhos para debulhar grãos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	27,0	23,6%
Joalheria de ouro	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,0	0,9%
Reagentes de diagnóstico/laboratório	3,0	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Válvulas de segurança ou de alívio	0,0	0,0%	55,0	100,0%	0,0	0,0%
SUBTOTAL	3,0	0,0%	55,0	0,0%	114,3	99,9%
DEMAIS PRODUTOS	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,1%
TOTAL GERAL	3,0	0,0%	55,0	0,0%	114,4	100,0%

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Elaboração: DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial

BRASIL : PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DE LAOS

(US\$ mil-fob)

PRINCIPAIS PRODUTOS	1998	% do TOTAL	1999	% do TOTAL	2000	% do TOTAL
Resinóides	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,4	100,0%
SUBTOTAL	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,4	100,0%
DEMAIS PRODUTOS	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,4	100,0%

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Elaboração: DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE
MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO

Nascido em Belo Horizonte/MG, 7 de março de 1949. Filho de Wanderley Gomes Brandão e Circéa Diniz Brandão.

CPF: 307243847-15

CI: 5303

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, UFF/RJ. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular. CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 15 de janeiro de 1974.

Segundo Secretário, merecimento, 2 de fevereiro de 1978.

Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980.

Conselheiro, merecimento, 29 de junho de 1987.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 24 de junho de 1993.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 27 de junho de 2000.

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1974.

Assistente do Chefe do Departamento Cultural, 1974/75.

Assistente do Chefe da Divisão da África-II, 1976/77.

Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1983/85.

Subchefe da Secretaria de Imprensa, 1987/89.

Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul, 1992/1994

Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, 1997/2001.

Bissau, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1975.

Washington, Terceiro Secretário, 1977.

Washington, Segundo Secretário, 1978/79.

Washington, Primeiro Secretário, 1980/81.

Maputo, Primeiro Secretário, 1981/83.

Maputo, Encarregado de Negócios, 1983.

Paris, Conselheiro, 1989/92.

Roma, Ministro-Conselheiro (FAO), 1994.

VI Sessão do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil/Estados Unidos da América, Washington, 1979 (assessor).

Comissão Mista Brasil/Moçambique, Maputo, 1982 (assessor).

Comitê de Contribuições da ONU, 1983/85 (membro).

XX Período de Sessões da Cepal, Lima, 1984 (delegado).

XXXIX Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1984 (assessor).

XLI Reunião Anual Conjunta das Assembléias de Governadores do FMI e do Bird, Washington, 1986 (delegado).

Reuniões do Grupo dos 24 (países em desenvolvimento) e do Comitê Interino do FMI, Washington, 1987 (delegado).

Comitiva do Ministro de Estado da Fazenda em visita aos Estados Unidos da América, à Grã-Bretanha, à França, à República Federal da Alemanha, à Suíça, à Itália e ao Japão, 1987.

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita ao Peru, ao México, à Venezuela e à Costa Rica, 1987.

Comitiva do Senhor Presidente da República na reunião de Oito Presidentes Latino-Americanos, Aca pulco, 1987.

Comitiva do Ministro de Estado na III Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Punta del Leste, 1987.

Comitiva do Ministro de Estado em visita ao Paraguai, 1987.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores nas posses dos Presidentes Shankar, do Suriname, Borja, do Equador, e Stroessner, do Paraguai, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República nos encontros com os Presidentes da Argentina e do Uruguai, Anchorena, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita oficial à Colômbia e à Bolívia, 1988.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em visita à China e à Venezuela, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República na II Reunião de Presidentes Latino-Americanos, Punta del Este, 1988.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na XVIII Assembléia-Geral da OEA, El Salvador, 1988.

À disposição do Comandante da Unavem, Angola, 1989.

Reuniões do Clube de Paris para a renegociação das dívidas da Nigéria, 1990, Polônia, 1990, e Zâmbia,

1992, e para o reescalonamento da dívida do Brasil, 1991 (delegado).

VIII, IX e XII Reuniões do Grupo Mercado Comum, Montevideu e Assunção, 1992, 1993 e 1994 (delegado).

I e II Reuniões Extraordinárias do Grupo Mercado Comum do Mercosul, Montevideu e Assunção, 1993 (delegado).

III e V Reuniões do Conselho do Mercosul, Montevideu e Colônia, 1992 e 1994 (delegado).

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita oficial à Argentina e ao Uruguai (1993).

Reuniões de Planejamento Político e Econômico com a Índia, o Japão e a China, em Nova Delhi, Tóquio e Pequim, 1993 (membro da Delegação).

37ª a 40ª Sessões do Comitê de Políticas e Programas do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1994/1995 (chefe ou subchefe das Delegações).

I e II Sessões Extraordinárias e VI Sessão Regular da Comissão de Recursos Genéticos da FAO, Roma, 1994, 1995 e 1996 (chefe ou subchefe das Delegações).

107ª a 111ª Sessões do Conselho da FAO, Roma, 1994 a 1996 (subchefe das Delegações).

21ª Sessão do Comitê de Pescas da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação).

12ª Sessão do Comitê de Florestas da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação).

Reuniões Ministeriais da FAO sobre Pescas e Florestas, Roma, 1995 (delegado).

13ª Sessão do Comitê de Agricultura da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação).

60ª Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, Roma, 1995 (delegado).

54ª Sessão da Junta Executiva do Fida, Roma, 1995 (delegado).

28ª Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação).

I e II Sessões Regulares e I Sessão Anual da Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1996 (subchefe da Delegação).

Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre Recursos Fitogenéticos, Bogotá, 1996 (chefe da Delegação).

XII Sessão Extraordinária do Conselho da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV), Roma, 1996 (chefe da Delegação).

IV Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig, 1996 (chefe da Delegação).

Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Fazenda (1985/1987).

Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Ordem de Francisco de Miranda, II Classe, Venezuela.

Ordem Nacional do Mérito, Oficial, França.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº 299/2001, de 3 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 313, de 2001, da Senadora Heloísa Helena.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

Cópia das informações foi anexada ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, que retornou à Comissão de Educação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 413, de 2001, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 496 de 2001, do Senador Mauro Miranda.

As informações foram encaminhadas em cópia ao Requerente.

Foi anexada cópia das informações ao processado da Mensagem nº 197, de 2001, que volta à tramitação normal e volta à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 1.149, DE 2001

Da Mesa do Senado Federal sobre o
Requerimento nº 448, de 2001.Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

O eminente Senador Osmar Dias, com base no § 2º do art. 50 da Carta Magna e no art. 216 do Regimento Interno, encaminhou a esta Comissão Diretora o Requerimento nº 448, de 2001, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a inclusão da privatização da Companhia Paranaense de Energia – COPEL – como compromisso do Governo Brasileiro, no recente acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional – FMI.

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala de Reuniões, – **Ramez Tebet**, Presidente –
Antonio Carlos Valadares, Relator – **Edison Lobão**
– **Antero Paes de Barros** – **Marluce Pinto**.

PARECER Nº 1.150, DE 2001

Da Mesa do Senado Federal sobre o
Requerimento nº 520, de 2001.Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

O Senador Eduardo Suplicy requer que, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento informações sobre “as empresas públicas e privadas, com as quais a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – firmou contratos e/ou convênios de cooperação técnica na geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias e a detenção do direito de propriedade das descobertas advindas entre 1997 até a presente data”.

O requerimento em análise, dentre outras, apresenta questões referentes à listagem das empresas públicas e privadas com as quais a Embrapa firmou convênios ou contratos, os objetivos e valores desses instrumentos legais, bem como informações sobre os aportes financeiros e tecnológicos dos participantes.

Também solicita informação sobre o direito de propriedade das eventuais descobertas, a responsabilidade da comercialização e as possibilidades de compartilhar novas tecnologias com terceiros.

Em sua justificação, considera que as tecnologias geradas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela Embrapa, mudaram a agricultura brasileira. Menciona, dentre outros exemplos do trabalho positivo desenvolvido pela pesquisa agrícola, a incorporação dos cerrados, região hoje responsável por 40% da produção brasileira de grãos.

II – Análise

Reconhecendo o destacado papel da Embrapa na agricultura brasileira, o autor considera que as informações solicitadas são importantes para que o Senado possa “melhor contribuir para o fortalecimento de um importante setor da economia”.

A proposição encontra-se de acordo com o estabelecido nos dispositivos constitucionais e regimentais que tratam dos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, a saber: art. 50, § 2º da Constituição Federal e arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Entretanto, cabe uma retificação no sentido de corrigir a denominação do ministério. Com a edição da MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, o seu art. 17, inciso XIII, determinou que o mesmo será denominado Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento.

O requerimento em análise cumpre com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2001.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 520, de 2001, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sala das Reuniões, – **Ramez Tebet**, Presidente
– **Antero Paes de Barros**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Marluce Pinto** – **Edison Lobão**.

PARECER Nº 1.151, DE 2001**Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 521, de 2001.**

Relator **ad hoc**: Senador **Edison Lobão**

O ilustre Senador Sebastião Rocha requer, seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. José Jorge Vasconcelos Lima, informações sobre a situação atual do contrato da Icomi para exploração de manganês na Serra do Navio, no ex-território Federal do Amapá; a situação dos bens patrimoniais da Icomi que deveriam ser revertidos para a União após o encerramento do contrato, considerando-se que as máquinas, equipamentos e os bens imóveis estão em avançado estado de deterioração, incluindo, nestas informações, a estrada de ferro, em função do grau de abandono a que está submetida; qual a real situação do porto de Santana, já que foi comercializado com a empresa Amcel do grupo internacional Paper, ex-Champiom Internacional, e se a transação tem cobertura legal; e, ainda, quais as medidas que estão sendo adotadas no sentido de providenciar imediatamente a transferência desses bens para a União, conforme cláusula contratual e posterior repasse para o estado e ou municípios.

A proposição está de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações e de remessa de documentos pelas autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 521, de 2001, ao Exmº Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia.

Sala das Reuniões, de maio de 2001. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Carlos Wilson**, Relator – **Edison Lobão**, Relator **ad hoc** – **Antonio Carlos Valadares** – **Antero Paes de Barros** – **Marluce Pinto**.

PARECER Nº 1.152, DE 2001**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 524, de 2001.**

Relator **ad hoc**: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 524, de 2001, que requer sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Agrário... informações sobre o perfil da distribuição fundiária e sobre a utilização dos imóveis rurais no Brasil na posição de 1992, e na posição mais atualizada disponível pelo governo, consolidando-se os dados nos seus totais nacionais, e por unidade federada.

O ilustre requerente, Senador Eduardo Suplicy, formula o seu pedido mediante três indagações quanto ao número e área dos imóveis: (a) cadastrados, (b) passíveis de exploração agropecuária e, por derradeiro, (c) dados quanto à exploração dos mesmos imóveis classificados em nove grupos, de acordo com a sua dimensão.

O nobre autor alega na justificação do requerimento ... o imperativo do Senado contar com informações fidedignas acerca do quadro real da concentração da terra com vistas a subsidiar a adoção de políticas distributivas compatíveis com os requisitos da democratização do acesso a esse meio de produção.

O referido requerimento veio a esta Comissão Diretora, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

Sala de Reuniões, – **Ramez Tebet**, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti** – **Edison Lobão** – **Antero Paes de Barros** (Relator **Ad Hoc**) – **Antonio Carlos Valadares** – **Marluce Pinto**.

PARECER Nº 1.153, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000 (nº 608, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens — TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

Relator: Senador **Pedro Piva**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000 (nº 608, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 975, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de julho de 1999, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento TV Ômega Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Amílcare Dallevo Júnior	1.000.000
Marcelo de Carvalho Fragali	500.000
Total de Cotas	1.500.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Pedro Canedo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Este projeto foi alvo, também, de duas audiências públicas, instaladas no âmbito desta Comissão de Educação, com o objetivo de instruí-lo com fundamentos oriundos do contraditório emergente de partes em litígio. A primeira delas ocorreu em 3 de maio de 2000, na Subcomissão de Rádio e TV, sob a presidência do Senador Pedro Simon, nos termos do art. 2º do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouviu, na primeira ocasião, os senhores Amílcare Dallevo Júnior, Diretor da TV Ômega, Carlos Chagas, ex-Diretor da TV Manchete em Brasília, Márcio Câmara Leal, Presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro e Roberto de Sousa Machado, funcionário da TV Manchete em São Paulo.

A segunda audiência, sob a presidência do Senador Ricardo Santos, com o mesmo objetivo, realizada em 25 de setembro do ano em curso, ouviu as seguintes personalidades: Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Duciran Van Marsen Farena, Procurador da República em São Paulo, Fábio Saboya, da TV Manchete, Roberto Souza Machado, Diretor do Sindicato dos Radialistas de São Paulo, Rogério Reis de Avelar, Assessor Jurídico da Rede TV, Marcelo de Carvalho Fragali, Vice-Presidente da Rede TV, Cássio Casagrande, Procurador do Ministério Público do

Trabalho, no Rio de Janeiro e Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

Ao contrário da primeira, a audiência do dia 25 de setembro último logrou produzir elementos de convicção, em grande medida, graças ao grande volume de informações que se foram agregando aos autos. Não se dispunha, em maio do ano passado, da documentação referente aos acórdãos proferidos pelos meritíssimos Juízes dos Tribunais Superior e Regional – SP do Trabalho.

Na verdade, é essa documentação que fornece a este Relator elementos de convicção para prolatar seu voto, voto este, outrossim, embasado em tudo o que compulsou e nos elementos novos trazidos pela última audiência.

V – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

O presente processo tem como peculiaridade o fato de que a solicitação de renovação feita, tempestivamente, pela então concessionária, TV Manchete Ltda., percorreu longo caminho, durante o qual aconteceu a transferência direta da concessão, razão pela qual, ao final da tramitação, surge, como beneficiária, a TV Ômega Ltda., mantenedora da Rede TV, e sucessora da conhecida Rede Manchete de Televisão, sendo a concessão renovada por quinze anos a partir de 20 de agosto de 1996.

O presente processo, ao chegar ao Senado, encontra seu caminho obstaculizado por uma plethora de ações trabalhistas, impetradas por funcionários e ex-funcionários da TV Manchete, com a alegação de que a TV Ômega não estava honrando o passivo trabalhista assumido com a transferência das concessões.

De fato, de tudo o que se apurou, o saldo resultante das dificuldades por que vinha passando a administração da Rede Manchete é de grande fragilidade financeira. Talvez por isto, estando à venda tenha tido dificuldades em encontrar compradores. Está sobrejamente comprovado que a empresa devia a bancos, a fornecedores, a produtoras de televisão nacionais e internacionais, ao INSS, ao FGTS, além de acumular meses de salário atrasado. Sabe-se de pe-

didados de intervenção do Governo, por parte de funcionários, na tentativa de equacionar tais problemas.

Ao surgir no cenário, a TV Ômega firma um contrato, no qual ela assumia, em contrapartida da transferência das concessões de transmissão, parte do passivo da TV Manchete. Nesse contrato, procurava a nova concessionária acomodar os interesses da TV Manchete, por meio de seus acionistas, do Governo, por intermédio do Ministério das Comunicações e dos funcionários, por meio de sua representação.

Tal contrato, chamado de “Instrumento Particular de Contrato de Pedido de Transferência Direta e Condicional da Concessão Para Exploração de Serviços de Difusão de Sons e Imagens”, traz, em sua cláusula terceira, os compromissos expressamente assumidos pela nova concessionária. Para inteira clareza, reproduzimos os dois primeiros e principais pontos dessa cláusula, **ipsis litteris**:

CLÁUSULA TERCEIRA – Das responsabilidades da Ômega.

3.1. Constituem responsabilidades da Ômega, a liquidação das seguintes obrigações da TV Manchete:

a) assegurar numerário para o recolhimento das parcelas das contribuições para-fiscais devidas ao INSS e do FGTS devido à Caixa Econômica Federal de competência federal, exclusivamente nos termos e condições apontados no Anexo II deste instrumento, podendo fazer o pagamento diretamente por conta e ordem da TV Manchete;

b) efetuar, por conta e ordem da TV Manchete, o pagamento dos salários em atraso, relativos aos funcionários daquela empresa, em conformidade com a composição amigável efetuada com estes últimos;

3.2. Pagar aos Cotistas o montante equivalente em reais a US\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil dólares), pela cotação de compra do dia anterior ao pagamento (câmbio comercial), na proporção de cada um no capital social da empresa (conforme Anexo III) em 7 (sete) parcelas anuais vencíveis a primeira (sic) 48 (quarenta e oito) horas após a publicação no DOU do respectivo Decreto Presidencial e as demais a cada 12 (doze) meses desta data.

Posteriormente, na sequência do acordo supra-mencionado, firmou a TV Manchete, com seus funcionários, um outro compromisso, chamado de “Termo de Acordo Coletivo”, no qual as responsabilidades daquela empresa com seus funcionários eram discrimi-

nadas, sendo algumas repassadas à TV Ômega, para atuar em nome e por conta da TV Manchete.

O problema surgiu quando foram interpostas ações na Justiça, pretendendo que a TV Ômega, como sucessora da TV Manchete, assumisse os débitos desta, bem como da Editora Bloch. Tais ações se multiplicaram, com concentração no Rio e em São Paulo.

E neste momento que o ato de renovação da concessão, encaminhado por Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, chega à apreciação do Senado Federal, momento de inúmeras denúncias, envolvendo funcionários, sindicatos e as duas empresas.

O estudo da documentação constante do processo revela que o fulcro da questão – em que pese a legitimidade do pleito dos funcionários da TV Manchete está na compreensão equivocada, por parte destes, do processo de transferência da concessão. Entendem eles ter havido uma sucessão de empresa, ocasião em que assume nova direção, como resultado da mudança de propriedade da entidade. Neste caso, seria legítimo aos funcionários e credores exigir à TV Ômega a resolução do passivo assumido. No entanto, de todas as decisões e sentenças compulsadas, depreende-se que a TV Manchete não foi adquirida pela TV Ômega, e continua existindo e respondendo, portanto, por seus compromissos. Nas palavras da Juíza Presidente da 21ª Vara do Trabalho de São Paulo – Capital, Drª Maria Cristina Fisch (fls. 1.479):

A TV Manchete continua existindo, tem seu próprio patrimônio, conforme devidamente comprovado pela TV Ômega, e deve continuar respondendo pela presente execução.

Aduz-se, para que se preste a supedâneo do voto deste Relator, o seguinte excerto da Sentença proferida pela MMª Juíza do Trabalho, Drª Cláudia Mara Freitas Mundim, da 76ª Vara do Trabalho de São Paulo;

Não houve transferência dos estabelecimentos – unidades econômico-jurídicas – da empregadora do reclamante para a reclamada, a qual não utilizou-se de equipamentos e espaços físicos daquela, para continuar a empreender as mesmas atividades econômicas. Portanto, não tendo havido sucessão de empresas, conclui-se que a reclamada é parte passiva ilegítima, posto que não se pode atribuir-lhe a responsabilidade pelos direitos decorrentes da relação de emprego havida entre o reclamante e a TV Manchete Ltda. (fls. 1.680)

Ressalte-se, finalmente, que esta Comissão de Educação é legalmente compelida a estribar-se, no exame de tais matérias, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela mencionada Resolução nº 39, de 1992. As questões supramencionadas, por graves

que sejam, não de encontrar seu foro próprio, e não nos parecem impedir aprovação do presente Projeto.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 236, de 2000, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade TV Ômega Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais ali listados para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 16 de outubro de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Pedro Piva**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Freitas Neto** – **Álvaro Dias** – **Lúdio Coelho** – **Antônio Carlos Júnior** – **Juvêncio da Fonseca** – **Romero Jucá** – **Mauro Miranda** – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Júnior** – **Marluce Pinto** – **Luiz Pontes** – **Romeu Tuma** – **Teotônio Vilela** – **Waldeck Ornélas** – **Emília Fernandes** (Abstenção) – **Geraldo Cândido** (Contrário).'

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação.
.....

SEÇÃO VII

Das Comissões

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário,

salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
Documentos anexados pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do parágrafo único do art. 250 do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 284, DE 2000

(Senador Geraldo Cândido)

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I a, e 216, ambos do Regimento Interno, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência, da TV Manchete para a TV Ômega, da concessão para exploração de serviço de radiodifusão de sons e

imagens nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Fortaleza/CE e São Paulo/SP, bem como, nos termos do art. 217 do Regimento Interno, sejam encaminhados ao Senado Federal cópias do contrato respectivo.

Justificação

Por meio do Decreto s/n, de 14 de maio de 1999, a concessão para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens originalmente outorgada à TV Manchete foi transferida para a TV Ômega Ltda., que passou a ser a detentora do direito de explorar serviço de televisão aberta nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e São Paulo.

O contrato entre as duas empresas, resultante de negociações patrocinadas pelo Ministério das Comunicações, diz, textualmente, em sua cláusula terceira, constituir responsabilidades da Ômega a liquidação das seguintes obrigações da TV Manchete:

- recolhimento das parcelas das contribuições parafiscais devidas ao INSS e do FGTS devido à Caixa Econômica Federal;
- efetuar, por conta e ordem da TV Manchete, o pagamento dos salários em atraso relativos aos funcionários daquela empresa.

Não é o que vem ocorrendo, na prática. Até o momento, a TV Ômega pagou apenas até a sexta parcela das doze prometidas por conta de salários atrasados (data do último pagamento: 28-10) e honrou apenas as duas primeiras parcelas da dívida com o INSS. Não houve qualquer acerto quanto à dívida da TV Manchete com o FGTS, nem há registro de qualquer depósito no Fundo, desde a assinatura do acordo em maio de 1999.

Por entendermos que a transferência da outorga só tenha sido concretizada na presunção do cumprimento das condições acordadas, aguardamos um posicionamento do Ministério das Comunicações sobre a questão.

Consideramos que as pendências jurídicas e trabalhistas que envolvem este caso têm reflexos diretos sobre o tipo de televisão que a TV Ômega se propõe a oferecer à sociedade brasileira. Nesse sentido, o Congresso Nacional não pode se furtar a intermediar uma solução a contento para o caso.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2000. – Senador **Geraldo Cândido**, PT – RJ.

AVISO nº 184/MC

Brasília, 28 de novembro de 2000

Senhor Ministro,

Reporto-me ao Ofício nº 961 (SF), de 9 de junho de 2000 dessa procedência, foi encaminhada a este Ministério, cópia do Requerimento de Informação nº 284, de 2000, de autoria do Exmº Senhor Senador Geraldo Cândido.

2. A respeito do assunto, transmito a Vossa Excelência, cópia do Memorando nº 529 – Conj/MC, de 1º de novembro de 2000, bem como a documentação apensa, em que a Consultora Jurídica deste Ministério presta as informações solicitadas pelo mencionado parlamentar.

Atenciosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

Memorando nº 529 – Conj/MC

Em 1º de novembro 2000

Ao: Senhor Chefe de Gabinete

Ref.: MM nº 2.016/GM-MC

Em atendimento ao expediente em referência que solicita sejam prestadas as informações objeto do Requerimento nº 284, de 2000, de autoria do Exmº Sr. Senador Geraldo Cândido, temos a informar o que se segue.

Por solicitação desta Consultoria Jurídica a TV Ômega expediu via fax as certidões negativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social, que comprovam a improcedência das alegações constantes do Requerimento em questão.

Quanto ao não-pagamento dos salários atrasados dos empregados da TV Manchete, que só foi efetuado até a 6ª parcela, deve-se ao fato de a decisão judicial da 35ª Vara/RJ, haver conceituado a TV Ômega como sucessora da TV Manchete Ltda.

Por conseguinte, a União Federal solicitou ao MM. Juízo da 3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal para compor a lide, o que foi acolhido, passando o feito a se desenvolver na Justiça Federal de Brasília, não tendo, sido expedido o pedido de tutela antecipada autorizando TV Ômega Ltda., a pagar a 7ª parcela dos funcionários da TV Manchete, sem que isso se caracterize como sucessão, ainda não foi apreciado.

Ressalte-se que a União ingressou no feito, na condição da Assistente da TV Ômega Ltda., tendo em vista que tem interesse na continuidade da concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens transferidos à TV, bem como no cumprimento do acordo firmado entre a TV Ômega Ltda., e a TV Manchete Ltda., que faz parte do processo de transferência.

Assim sendo, anexo ao presente a documentação pertinente ao assunto aqui tratado.

Atenciosamente, – **Raimunda Nonata Pires**, Consultora Jurídica.



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº E- S.887.197

CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS ADMINISTRADOS
PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, COM EFEITOS DE NEGATIVA.
(ART. 206 DA LEI Nº. 5.172, DE 25/10/66)

CNPJ: 02.131.536/0001-60

TV OMEGA LTDA.

RUA BAHIA 206 CENTRO INDL. E EMPR. ALFRAVILIM

CEP: 08465-110 BARUERI SP

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº. 5.172, DE 25 DE OUTUBRO
DE 1966, (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL), ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS
EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 206 DO RE-
FERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFI-
CADO SOMENTE DEBITOS EM RELACAO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS
NA CONDIÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA:

PARCELAMENTO DE DEBITO:

COFINS, PIS/PASEP

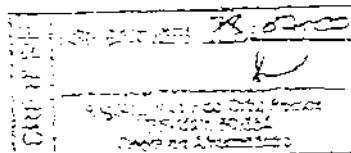
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUAÇÃO DO CON-
TRIBUINTE NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NÃO CONSTITUIN-
DO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM
DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATÉ 29/01/2001 - EMITIDA EM 28/07/2000

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO:

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
 DIRETORIA DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO
 CERTIDAO POSITIVA DE DEBITO COM EFEITOS DE NEGATIVA

DADOS DO CONTRIBUINTE:

NO 135732000-21629301

CNPJ: 02.131.538/0001-60
 NOME: TV OMEGA LTDA.
 ENDEREÇO: RUA BAHIA, 205
 BAIRRO OU DISTRITO: C IND EMPR ALPHEVILL
 MUNICIPIO: BARUERI
 ESTADO: SP
 CEP: 06465-110

FINALIDADE DA CERTIDAO:

LICITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RESCISAMENTO DE BENEFICIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE EM ALTERACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE SEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELAS RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, E NO CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL. LEI 5.172/1966, QUE EM NOME DO CONTRIBUINTE SUPRA CONSTA A EXISTENCIA DOS DEBITOS A SEGUIR RELACIONADOS, COM EXIGIBILIDADE ENCONTRA-SE SUSPENSA, NAO SENDO IMPEDITIVOS PARA EMISSAO DESTA CERTIDAO, PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA:

100453665

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACETACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDEREÇO: www.mps.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL, DEVERA SER OBSERVADA A VALIDADE PARA A TOME POR EMITIDA.

EMITIDA EM 29 DE SETEMBRO DE 2001.
 VALER POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

Os dados desta Certidão constam com as
 constantes nos Sistemas Informáticos de
 FISC.

Cod. Ag: 21.028.02.0 Data: 29.09.01

MARALINDA GACETTA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA E CONDICIONAL DA CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS E OUTRAS AVENÇAS

São partes neste instrumento:

I. de um lado, TV Manchete Ltda., sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua do Russel, nº 766, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.664.064/0001-58, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seus sócios gerentes, e seus cotistas a saber: Srs.: Pedro Jack Kapeller, Carlos Sigelmann, Ivo Sigelmann, David Elkind Schwartz, Espólio de Adolpho Bloch representado por seu inventariante Pedro Jack Kapeller e o Espólio de Oscar Bloch Sigelmann representado pelo seu inventariante Dr. Paulo Pelicano, doravante aqui designada simplesmente TV Manchete e cotistas respectivamente;

II. de outro lado, TV Ômega Ltda., sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 53, 2º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.131.538/0001-60, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seus diretores, Srs. Amilcare Dallevo Júnior e Marcelo de Carvalho Fragali, doravante aqui designada simplesmente Ômega;

Estas partes, designadas em conjunto “Partes”,
Considerando que:

– a TV Manchete é detentora dos direitos relativos à concessão para exploração de serviços de telecomunicações, bem como dos direitos relativos a todas as transmissoras, repetidoras e retransmissores, que hoje pertencem à TV Manchete, por concessão governamental, listados e nominados no anexo I deste instrumento que passa a fazer parte integrante do mesmo consoante os termos do Decreto Federal nº 85.842, de 25 de março de 1991, publicado no **Diário Oficial** da União (DOU) de 26 de março de 1981, retificado pelo Decreto Federal nº 87.226, de 31 de maio de 1982, publicado no **DOU** de 2 junho de 1982;

– o Contrato de Concessão correspondente aos direitos mencionados acima foi publicado no **DOU** de 20 de agosto de 1981, sendo que a mencionada concessão foi outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos,

para a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens nas localidades do Rio de Janeiro – RJ (canal 6), São Paulo – SP (canal 9), Belo Horizonte – MG (canal 4), Recife – PE (canal 6) e Fortaleza – CE (canal 2);

– as Partes mantiveram entendimentos no sentido da aquisição pela Ômega dos direitos relativos à concessão para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens e, em contrapartida, esta se responsabilizará subsidiariamente, pelo cumprimento das obrigações da TV Manchete listadas na Cláusula Terceira deste instrumento;

– juntamente com os direitos da concessão serão transferidos os direitos referentes a todas estações geradoras, retransmissoras e às instalações repetidoras, de propriedade da TV Manchete, por concessão do poder governamental;

– a transferência dos direitos à concessão deve atender às normas legais específicas sobre a matéria e às exigências dos órgãos competentes;

– a transferência dos direitos relativos a concessão não deve implicar em solução de continuidade das atividades desenvolvidas pela TV Manchete, no que diz respeito aos serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Resolvem celebrar o presente “contrato” (o Contrato) de cessão e transferência condicional da concessão para a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 O presente contrato tem por objeto a obrigação da TV Manchete de requerer às autoridades competentes a transferência à Ômega, de sua concessão para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens, outorgada nos termos do Contrato de Concessão publicado no **DOU** de 20 de agosto de 1981, celebrado entre a União Federal e a TV Manchete, bem como de todas as suas transmissoras, receptoras e retransmissores. Em contrapartida, a Ômega se responsabilizará pelos passivos da TV Manchete relacionados nos anexos a este instrumento.

1.2 Por sua vez, Ômega declara concordar com os termos e condições estabelecidos neste instrumento para a cessão e transferência dos direitos à concessão.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Responsabilidades da TV Manchete

2.1 A TV Manchete, nesta data, está solicitando a transferência para a Ômega dos seus direitos de concessão para exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens dos quais é detentora, mediante ofício dirigido ao Exmº Sr. Ministro das Comunicações, cópia do qual é ora entregue aos representantes legais da Ômega competindo à primeira, cumprir todas as exigências legais necessárias a tal transferência. Por sua vez em contrapartida, Ômega se responsabiliza pelas obrigações referidas na Cláusula Terceira, adiante;

2.2 A TV Manchete se obriga expressamente, a providenciar firmar os documentos e atender todas as exigências formuladas pelo Ministério das Comunicações ou a quem por este vier a ser indicado, necessários à transferência da concessão do que é titular.

2.3. A TV Manchete continuará respondendo por todas as obrigações que não sejam de responsabilidade da Ômega, conforme relacionadas neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Responsabilidades da Ômega

3.1. Constituem responsabilidades da Ômega, a liquidação das seguintes obrigações da TV Manchete:

a. assegurar numerário para o recolhimento das parcelas das contribuições parafiscais devidas ao INSS e do FGTS, devido à Caixa Econômica Federal de competência federal, exclusivamente nos termos e condições apontados no Anexo II deste instrumento, podendo fazer o pagamento diretamente por conta e ordem da TV Manchete;

b. efetuar, por conta e ordem de TV Manchete o pagamento dos salários em atraso, relativos aos funcionários daquela empresa, em conformidade com a composição amigável efetuada com estes últimos;

3.2. Pagar aos Cotistas, o montante equivalente em reais a US\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil dólares), pela cotação de compra do dia anterior ao pagamento (câmbio comercial) na proporção de cada um no capital social da empresa (conforme Anexo III) em 7 (sete) parcelas anuais vencíveis; a primeira 48 (quarenta e oito) horas após a publicação no

DOU do respectivo Decreto Presidencial e as demais a cada 12 (doze) meses desta data.

3.3. Com exceção do pagamento a que se refere a cláusula 3.2 supra as responsabilidades da Ômega, estabelecidas nesta Cláusula, estão limitadas, em sua totalidade, ao montante de até R\$234.542.684,00 (duzentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro reais).

3.4. A Ômega se reserva o direito de utilização de todos os meios legais para promover o cumprimento das suas obrigações contratuais referidas na alínea **a** da sub cláusula 3.1, supra, seja pagando-as em espécie ou fazendo uso de títulos e créditos contra a União e/ou terceiros ou qualquer outro meio que melhor lhe convenha, bem como será a Ômega beneficiária única de todas as vantagens legais, que eventualmente incidirem sobre as referidas obrigações.

3.4.1. Na hipótese prevista de utilização dos meios legais referidos no item anterior TV Manchete se obriga a, mediante solicitação de Ômega, outorgar mandato a esta última, para que, se necessário, constitua procuradores para aquele fim.

3.5. As responsabilidades da Ômega não excedem o previsto neste Contrato, ficando estabelecido que não manterá ela com a TV Manchete, ou com terceiros, qualquer solidariedade no cumprimento das obrigações desta última.

CLÁUSULA QUARTA – Da Condição Resolutiva

4.1. Constitui condição resolutiva expressa deste Contrato a edição e publicação de Decreto Presidencial formalizando a transferência da concessão objeto deste instrumento.

4.1.1. Durante o período de 90 dias a contar da publicação do Decreto Presidencial aprovando a transferência direta da concessão, a TV Manchete obriga-se a ceder à Ômega, sem nenhum custo adicional, o direito de utilização dos funcionários e/ou gerentes necessários à operação da emissora, bem como, o uso de todos os direitos que detiver relacionados com a programação, esteja ela em exibição ou não.

4.1.2. Durante o mesmo período mencionado no item 4.1.1., anterior, a Ômega poderá se utilizar da marca TV Manchete sem incorrer em nenhum custo adicional. Fica assegurado à Ômega por 15 (quinze)

anos, contado da data da publicação do Decreto Presidencial referido no **caput** desta cláusula, o direito de preferência tanto para a compra como para uso sob quaisquer formas jurídicas da marca, ao custo de R\$100.000,00 (cem mil reais) pela compra, ou de R\$20.000,00 (vinte mil reais) por ano pelo uso da marca. Para tanto, fica a empresa TV Manchete Ltda., obrigada a notificar a Ômega acerca do interesse de terceiros. A Ômega terá o prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento da notificação para exercer o seu direito de preferência. O desrespeito ao direito de preferência sujeitará a empresa TV Manchete Ltda., e aos quotistas se estes por quaisquer razões tentarem interferir na transação direta ou indiretamente a multa de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

4.1.3. Igualmente durante o período mencionado, fica ajustada a cessão à Ômega sem nenhum ônus o uso de suas instalações, estúdios e equipamentos, localizados à Rua Profª Ida Kolb, nº 551, São Paulo e na Rua do Russell, nº 766, Rio de Janeiro, (4º, 5º e 6º andares), sem custo de locação, incidindo, porém, as despesas de funcionamento e manutenção pertinentes, calculadas pró-rata (relativos à proporção que for pela Ômega ocupada), inclusive luz, gás, telefone e outros.

4.1.4. É do conhecimento e da inteira aprovação das Partes o contrato de locação de torres, de Antenas Receptoras, Transmissoras de Sinais de telecomunicações, Geradores e Componentes Relativos aos mesmos, comprometendo-se estas a cumpri-lo integralmente.

4.2. Não se implementando a condição resolutiva constante do item 4.1 supra, as Partes serão restituídas ao **status quo ante**, não se perfazendo nenhuma das obrigações estipuladas no presente Contrato, e nenhuma indenização será devida de uma parte à outra, a qualquer título.

CLÁUSULA QUINTA – Das Declarações e Garantias das Partes

5.1. Cada uma das Partes declara e garante à outra que:

a. possui poderes e autorização para firmar o presente instrumento e cumprir integralmente as obrigações nele previstas, constituindo o presente Contrato uma obrigação legal e válida, exequível contra tal parte em consonância aos seus termos;

b. a efetivação das obrigações ora contempladas não infringe, não infringirá e nem conflitará com seus respectivos contratos sociais, ou com os termos de qualquer contrato ou instrumento pelo qual tal parte esteja obrigada.

CLÁUSULA SEXTA – Da Eficácia das Disposições

6.1. A ineficácia de qualquer disposição prevista neste Contrato não acarreta, nem acarretará, nulidade das demais disposições nele contidas.

6.2. As Partes, valendo-se de boa fé, deverão negociar a substituição da determinação ineficaz por outra disposição que atinja a finalidade e efeitos estabelecidos na disposição substituída.

CLÁUSULA SÉTIMA – Dos Aditivos e Alterações

7.1. A critério das Partes, o presente instrumento poderá ser aditado ou alterado, visando estabelecer disposições relativas aos direitos e obrigações objeto deste Contrato.

7.2. As alterações e aditivos ao presente Contrato deverão ser acordadas mutuamente por escrito, com a assinatura de representantes devidamente designados por ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA – Do Registro

8.1. O presente instrumento será levado a registro em Serviço de Registro de Títulos e Documentos na Capital do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser providenciada a respectiva publicação da certidão de arquivamento, para que produza todos os efeitos jurídicos perante terceiros.

CLÁUSULA NONA – Da Penalidade

9.1. O inadimplemento das disposições previstas neste instrumento, por qualquer das Partes, sujeitará a inadimplente ao pagamento de uma multa, de caráter meramente penal, do valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), sem prejuízo da obrigação de indenizar a outra parte por todas as perdas e danos ocorridos excetuando-se a infração a que se refere a cláusula 4.1.2 que implica na multa específica a ela cominada.

9.2 As multas previstas neste contrato estarão sujeitas à atualização monetária calculada em conformidade com a variação do IGP-DI editado pela Fundação Getúlio Vargas, e deverão ser pagas à outra parte independentemente de verificação de culpa ou prova de dano, no prazo de 5 (cinco) dias contado da

data em que a obrigação da parte infratora deveria ter sido cumprida.

9.3 A multa deverá ser paga no domicílio da parte afetada, acrescendo-se ao valor da mesma todos os tributos, gastos, comissões e/ou encargos de qualquer natureza, que porventura venham a incidir sob responsabilidade da parte afetada, de maneira que esta receba o montante líquido da soma acima indicada.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Confidencialidade

10.1 Consideram-se confidenciais e de caráter não público, todas e quaisquer informações técnicas, operacionais, financeiras, administrativas, econômicas, comerciais, bem como todas e quaisquer outras informações, escritas ou verbais, fornecidas ou que venham a ser do conhecimento das Partes, suas controladoras, controladas ou coligadas, ou ainda qualquer outra documentação disponibilizada por qualquer uma das Partes, por sua controladora, controladas ou coligadas.

10.2 Em face do disposto na subcláusula anterior, cada uma das Partes fica obrigada a:

- a) manter confidenciais, todas as informações de caráter não público a que tenha acesso;
- b) utilizar as informações relacionadas somente com o propósito de buscar a transferência dos direitos de concessão da TV Manchete à Ômega.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Vigência

11.1 O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, vigorando, entretanto, em caráter transitório até que haja a publicação do Decreto Presidencial formalizando a transferência da concessão que constitui semi-objeto.

11.2 Enquanto não ocorrer o implemento da condição resolutiva estabelecida na Cláusula Quarta deste Contrato, são inexigíveis as obrigações da

Ômega, as quais somente serão devidas após esse evento.

11.3 Este Contrato é celebrado com o caráter de irrevogabilidade e irretratibilidade, obrigando as Partes por si e/ou por seus sucessores legais, a qualquer título ou condição, respeitado o período de transição e o implemento da condição resolutiva contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Foro

12.1 O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis brasileiras, elegendo as Partes o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, o qual terá competência exclusiva no que toca a quaisquer questões judiciais, relativas à interpretação deste Contrato e à execução de quaisquer obrigações aqui previstas, com expressa renúncia de qualquer outro, em razão de privilégio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 O Dr. Paulo Pelicano, inventariante do Espólio de Oscar Bloch Sigelmann, ressalva que assina sob a condição de obter o alvará judicial competente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente instrumento em 10 (dez) vias de igual forma e teor para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, de maio de 1999.

TV Manchete Ltda: **Pedro Jack Kapeller – Carlos Sigelmann – Ivo Sigelmann - David Elkind Schwartz – Espólio de Adolpho Bloch - Espólio de Oscar Bloch Sigelmann - Doris Kapeller.**

TV Ômega Ltda.: **a) Amilcare Dallevo Jr. – b) Marcelo de Carvalho Fragali.**

Testemunhas: 1. **Antonio Candido de Azevedo Sodré**, RG nº 1.985.326/SSP-SP – 2. **Túlio Silviano Brandão**, RG nº 184.358.

ANEXO I EMISSORAS DE TRANSMISSÃO

OUTORGA nº 85.812 de 23/03/1981 dou 26/03/1981

TV MANCHETE CANAL 06 - Rua do Russel, 766/801 - Rio de Janeiro - RJ
PROCESSO Nº 140.275/82
ANTENAS E TRANSMISSORES instalados no Morro do Sumaré

TV MANCHETE CANAL 06 - Av. Dantas Barreto, 498 - Recife - PE
PROCESSO Nº 140.278/82
ANTENAS E TRANSMISSORES instalados em Olinda

TV MANCHETE CANAL 09 - Av. Prof. Ida Kolb, 551 - São Paulo - SP
PROCESSO Nº 140.276/82
ANTENAS E TRANSMISSORES instalados no Sumaré

TV MANCHETE CANAL 04 - Av. Afonso Pena, 1580 - Belo Horizonte - MG
PROCESSO Nº 140.277/82
ANTENAS E TRANSMISSORES instalados no Morro do Curral

TV MANCHETE CANAL 02 - Av. Antonio Sales, 2666 - Fortaleza - CE
PROCESSO Nº 140.279/82
ANTENAS E TRANSMISSORES instalados em Dianópolis Torres

EMISSORAS REPETIDORAS E RETRANSMISSORAS

UF	CIDADE	CANAL	OUTORGA	PORTARIA AP LOCAIS
SP	ADAMANTINA	23	PT.939.25/07/86, DOU 04/10/86	PT.516.02/09/87 DOU 01/04/88
SP	AGUAS DE LINDOIA	41	PT.933.25/07/86, DOU 04/10/86	PT.492.27/06/87 DOU 01/04/88
SP	AGUAS DE SANTA BARBARA	17		
SP	ALTOFOROLIS	21	PT.231.12/05/88, DOU 10/06/88	PT.232.12/06/88, DOU 10/06/88
SP	AMARAL	50	PT.203.15/06/88, DOU 12/07/88	PT.294.15/06/88, DOU 12/07/88
SP	ANDARAIA	22	PT.273.02/06/86, DOU 11/06/86	PROJETO
SP	ANGATUBA	17		PROJETO
SP	ARACATUBA (BIRIGUI)	22	PT.353.23/12/87, DOU 28/03/88	PT.655.23/12/87 DOU 28/03/88
SP	ARARAQUARA	40	PT.430.25/08/88, DOU 28/09/88	PT.431.25/08/88, DOU 28/09/88
SP	ARARAS	40	PT.916.25/07/86, DOU 04/10/86	PROJETO
SP	ARICUARA	27		
SP	ASSIS	18		PROJETO
SP	AWARE	51	PT.530.15/10/87, DOU 08/01/88	PT.534.15/10/87, DOU 08/01/88
SP	BABOILÂ	29		CANCELADO DOU 24/06/88
SP	BARBOSA	42	PT.350.09/05/88 DOU 19/06/88	
SP	BARROBERTA	51	PT.931.25/07/86, DOU 04/10/86	PT.670.20/05/88 DOU 14/03/87
SP	BARRETOS	21		PROJETO
SP	BATATAIS	19	PT.543.22/07/86, DOU 28/07/86	PT.544.22/07/86, DOU 28/07/86
SP	BAURUP	19	PT.617.21/08/86, DOU 29/08/86	PT.618.21/08/86, DOU 29/08/86
SP	BEBEDOURO	33	DOU 10/06/84, PT.482.15/07/84	PROJETO
SP	BOTUCATU	42	PT.443.13/06/86, DOU 19/06/86	PT.444.13/06/86, DOU 19/06/86
				PT.658.14/03/88
SP	BRAGANÇA PAULISTA	46	Canal da Prefeitura	PROJETO
SP	BURITIZAL	38	PT.943.25/07/86, DOU 04/10/86	PROJETO
SP	CACHOEIRA PAULISTA	14	PT.956.25/07/86, DOU 04/10/86	PT.720.25/07/86, DOU 14/02/88
SP	CAÇULINHA	29		
SP	CAETANOVIA	44	PT.941.25/07/86 DOU 07/03/87	PT.429.24/11/87, DOU 18/02/88
SP	CAMPINA	18		PROJETO
SP	CAMPINAS (JORDAO)	26		PROJETO
SP	CARAPICUABA	50	PT.202.28/09/88, DOU 10/10/88	PT.204.28/09/88, DOU 10/10/88
SP	CAROLINA	21		
SP	CASA BRANCA	50		PROJETO
SP	CASERES DO CORUPE RO	43		PROJETO
SP	CATANDUBA	14	PT.804.17/07/88 DOU 08/08/88	PT.800.28/07/88 DOU 08/08/88
SP	CELTORIO - CESAR	31		PROJETO
SP	COARACY	51	PT.274.02/06/88 DOU 11/06/88	PT.530.14/06/88
SP	COARACY	24	PT.935.25/07/86, DOU 04/10/86	
SP	COLEGIAL	22	PT.636.17/07/88 DOU 08/08/88	PT.630.17/07/88 DOU 08/08/88
SP	COLEGIAL DO	24		PROJETO
SP	COLEGIAL DO	33	PT.171.23/04/88 DOU 20/05/87	PROJETO
SP	COLEGIAL	24		
SP	COLEGIAL	53	PT.064.17/07/88 DOU 08/08/88	PROJETO
SP	COLEGIAL	33	PT.856.17/07/88 DOU 08/08/88	PROJETO
SP	COLEGIAL - OSCAR BRESSANE	43	PT.949.25/07/86, DOU 04/10/86	PT.225.08/03/87 DOU 21/03/87

SP ELDORADO	38 *		
SP ESPIRITO SANTO DO PINHAL	54 *		VIABILIDADE
SP ESTRELA D'OESTE	17 *	PT.861.17/07/96, DOU.30/09/96.	PT.677.30/10/96 DOU.14/03/97.
SP FARTURA	24 *		
SP FERNANDOPOLIS	43 *	PT.942.25/07/96 DOU.04/10/96	
SP FRANCA	43 *	PT.341.01/03/85, DOU.07/03/85.	PT.342.01/03/85, DOU.07/03/85.
SP GARÇA	14 *	PT.909.08/12/86, DOU.18/12/86.	PT.910.08/12/86, DOU.18/12/86.
SP GENERAL SALGADO	41 *	PT.964.25/07/96 DOU.04/10/96.	PT.648.31/10/97 DOU.01/04/98
SP GUAIRA	40 *		
SP GUAPIARA	21 *		
SP GUARARAPES	35 *		
SP GUARATINGUETA	27 *	PT.848.17/07/96 DOU.30/09/96.	
SP GUARIBA	51 *		PROJETO
SP GUARUJÁ	27 *	PT.1006.15/08/96 DOU.07/08/97	PROJETO
SP IACRI	58 *	PT.966.25/07/96 DOU.04/10/96	PT.236.15/08/97 DOU.21/08/97
SP IBITINGA	19 *		PROJETO
SP IBIUNA	55 *	PT.957.25/07/96 DOU.04/10/96	PT.514.02/09/97 DOU.01/04/98
SP IGARAPAVA	55 *		
SP IGUAPE	35 *	PT.1011.15/08/96 DOU.07/08/97	PROJETO
SP ILHA SOLTEIRA	22 *	PT.275.02/03/96 DOU.11/03/96	PT.743.31/10/97 DOU.18/02/98
SP IPORANGA	20 *		
SP ITANHÉM	43 *	PT.1010.15/08/96 DOU.07/08/97	PROJETO
SP ITAPETININGA	31 *	PT.279.02/05/96 DOU.11/05/96.	PROJETO
SP ITAPEVÁ	35 *		
SP ITARARE	25 *		
SP ITATINGA	16 *	PT.276.02/03/96 DOU.11/03/96	PT.609.29/10/97 DOU.01/04/98
SP ITUVERAVA	52 *	PT.853.17/07/96 DOU.30/09/96.	PROJETO
SP JABOTICABAL	29 *	PT.277.02/03/96 DOU.11/03/96.	PROJETO
SP JACUPIRANGA	50 *		PROJETO
SP JALES	39 *	PT.852.25/07/96 DOU.04/10/96.	PROJETO
SP JAU	26 *	PT.349.09/05/96 DOU.19/05/96.	PT.275.22/05/97 DOU.21/08/97
SP JOSE BONIFÁCIO	22 *	PT.351.09/05/96 DOU.19/05/96.	PROJETO
SP JUNDIAÍ	30 *		PROJETO
SP JUQUIA	49 *		
SP LARANJAL PAULISTA	55 *		
SP LAVRÍNIAS	30 *		PROJETO
SP LEME	46 *		PROJETO
SP LENÇÓIS PAULISTA	57 *		
SP LIMEIRA	36 *	PT.458.11/09/87, DOU.01/10/87	PT.458.11/09/87, DOU.07/10/87
SP LINS	47 *	PT.1060.28/09/96 DOU.15/09/97	PROJETO
SP MARILIA	36 *	PT.032.23/01/87, DOU.10/03/87	PT.032.23/01/87, DOU.10/03/87
SP MATÃO	25 *	PT.278.02/03/96 DOU.11/03/96	PROJETO
SP MENDONÇA	48 *	PT.1009.15/08/96 DOU.07/08/97	PROJETO
SP MIRANDÓPOLIS	23 *		PROJETO
SP MIRANTE DO PARANAPÂNEMA	48 *	PT.1007.15/08/96 DOU.07/08/97	PROJETO
SP MOCOCA	38 *	PT.960.25/07/96 DOU.04/10/96	PT.783.23/06/97 DOU.21/08/97
SP MOGI-GUAÇU	57 *		PROJETO
SP MONTE ALTO	53 *	PT.962.25/07/96 DOU.04/10/96	PT.511.02/09/97 DOU.01/04/98
SP MORRO AGUDO			
SP NOVA EUROPA	36 *		
SP NOVA GRANADA	25 *	PT.016.07/01/96 DOU.11/01/96	
SP NOVO HORIZONTE	46 *	PT.965.25/07/96 DOU.04/10/96	PT.468.15/09/97 DOU.01/04/98
SP OREÓLIA	40 *		
SP ORLANDIA	48 *	PT.940.25/07/96 DOU.04/10/96	PROJETO
SP OSVALDO CRUZ	32 *		
SP OURINHOS	17 *	PT.319.27/05/80, DOU.11/08/86	PT.320.27/05/80, DOU.11/08/86

SP	PACAEMBU	26*		
SP	PARAIBUNA	53 *		
SP	PARAPUA	49 *		
SP	PATROCÍNIO PAULISTA	32*	PT.1196 16/09/96.DOU 15/03/97	PT.782 31/10/97, DOU 18/12/98
SP	PAULO DE FARIA	55 *		
SP	PEDERNEIRAS	24 *	PT.943 25/07/96 DOU 04/10/96	PROJETO
SP	PEDREGULHO	31 *		PROJETO
SP	PEDRO DE TOLEDO	55 *		
SP	PEMAPOS	56 *	PT.951 25/07/96 DOU 04/10/96	PT.261 19/12/97 DOU 21/12/97
SP	PEREIRA BARRETO	49 *	PT.1202 16/09/96 DOU 15/03/97	PROJETO
SP	PERUIBE	35 *		
SP	PIEDADE	42*	PT.2235 17/12/96 DOU 03/03/97	PT.724 31/10/97, DOU 18/12/98
SP	PILAR DO SUL	54*		
SP	PINDAMONHANGABA	53*		PROJETO
SP	PIQUETE	57 *	PT.854 17/07/96 DOU 30/09/96	PROJETO
SP	PIRACICABA	46*	PT.356 21/07/87, DOU 27/09/87	PT.367 21/07/87, DOU 27/09/87
SP	PIRAJÚ	34 *	PT.943 25/07/96 DOU 04/10/96	
SP	PIRÁJUI	55*	PT.954 25/07/96 DOU 04/10/96	PROJETO
SP	PIRASSUNUNGA	50 *	PT.354 06/03/88, DOU 16/09/88	PT.355 09/07/88, DOU 16/09/88
SP	PIRASSUNUNGA	55 *		
SP	PIRATUNINGA	19*		
SP	POMPEIA	29 *	PT.959 25/07/96 DOU 04/10/96	PT.663 21/10/93 DOU 14/03/97
SP	PRESIDENTE EPITÁCIO	24 *	PT.855 17/07/96 DOU 30/09/96	PROJETO
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	20 *		PROJETO
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	47*	PT.862 17/07/96 DOU 30/09/96	PT.515 02/09/97 DOU 01/10/98
SP	PROMISSÃO	45*		
SP	QUELUZ	18*		PROJETO
SP	RANCHARIA	33 *	PT.609 11/05/96 DOU 16/09/96	PROJETO
SP	REGISTRO/JACUPIRANGA	50 *		
SP	RIBEIRÃO BONITO	42 *	PT.958 25/07/96 DOU 04/10/96	PROJETO
SP	RIBEIRÃO PRETO	19*	DOC.0005-10/96 de 30/01/96, em estudo	PROJETO
SP	RINOPOLIS	53*	967 25/07/96 DOU 04/10/96	PT.657 17/01/95 DOU 14/03/97
SP	RIO CLARO	53 *	PT.312 29/06/87, DOU 16/07/87	PT.313 29/06/87, DOU 16/07/87
SP	SALTO	55*	PT.407 03/05/86, DOU 13/06/86	PT.408 03/05/86, DOU 10/06/85
SP	SANTA BARBARA DO OESTE	22 *	PT.857 17/07/96 DOU 30/09/96	PROJETO
SP	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	51 *		
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	23 *	PT.851 17/07/96 DOU 30/09/96	PROJETO
SP	SANTA FÉ DO SUL	15 *	PT.477 21/09/88, DOU 25/10/88	PT.478 21/09/88, DOU 25/10/88
SP	SÃO ALTAÍRA DO PASSA QUATRO	28*	PT.305 25/06/87, DOU 16/07/87	PT.307 25/06/87, DOU 16/07/87
SP	SANTOS	14*	PT.1093 18/04/84, DOU 14/05/84	PT.1094 18/04/84, DOU 14/05/84
SP	SÃO CARLOS	52*	PT.850 17/07/96 DOU 30/09/96	PROJETO
SP	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	17*	PT.457 20/05/85, DOU 26/05/85	PT.458 20/05/85, DOU 26/05/85
SP	SÃO JOAQUIM DA BARBA	23 *	PT.850 25/07/96 DOU 04/10/96	PROJETO
SP	SÃO JOSE DO RIO PARDO	25 *		PROJETO
SP	SÃO JOSE DO RIO PRETO	13 *	PT.358 21/09/89, DOU 31/10/89	PT.400 21/09/89, DOU 31/10/89
SP	SÃO JOSE DOS CAMPOS	35 *	PT.944 25/07/96 DOU 04/10/96	PROJETO
SP	SÃO MANUEL	46 *		PROJETO
SP	SÃO MIGUEL ARCANJO	49 *	PT.1003 15/08/96 DOU 08/09/97	PROJETO
SP	SÃO PEDRO	42*		
SP	SÃO ROQUE	56 *	PT.289 03/06/89, DOU 11/07/89	PT.289 03/06/89, DOU 11/07/89
SP	SÃO SEBASTIÃO	51*	PT.505 27/05/96 DOU 16/09/96	PROJETO
SP	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	44 *		VAREZINHO
SP	SARUJÁ	52*		PROJETO
SP	SERRA NEGRA	29 *	PT.255 24/05/89, DOU 29/06/89	PT.256 24/05/89, DOU 29/06/89
SP	SERTÃOZINHO	49 *		PROJETO

SP SOCORRO	46 *		PROJETO
SP SOROCABA	49 *	PT.339.01/03/85 DOU 07/03/85	PT.339.01/03/85 DOU 07/03/85
SP T.SAMPAIO (PORTO PRIMAVER)	16 *		
SP TABAÍ	19 *		PROJETO
SP TAPIRÁ	30 *		PROJETO
SP TAQUARITINGA	32 *	PT.852.17/07/95 DOU 30/09/95	PROJETO
SP TAQUARITUBA	54 *	PT.348.09/05/95 DOU 19/05/96	PROJETO
SP TATUI	52 *		PROJETO
SP TAUBATÉ	41 *	PT.963.25/07/96 DOU 04/10/96	PT.430.29/07/97 DOU 01/04/98
SP TEODORO SAMPAIO	28 *		
SP TERRA ROXA	24 *	PT.280.02/05/95 DOU 11/05/95	PT.817.22/10/97 DOU 01/04/98
SP TIETE	50 *		PROJETO
SP TIMBURI	39 *		
SP TORRINHIA	24 *		PROJETO
SP TUFA	49 *	PT.600.17/07/95 DOU 30/09/95	PROJETO
SP TUPI PAULISTA	21 *		PROJETO
SP UBATUBA	27 *		PROJETO
SP URUPES	35 *		
SP VALPARAISO	26 *		
SP VOTORANTIM	20 *		PROJETO
SP VOTUPORANGA	52 *	PT.1009.15/09/96 DOU 07/09/97	PROJETO
AL MACEIO	19 *		PROJETO
BA SALVADOR	18 *	PT.350.15/05/95	PT.11.10/02/96
PA JOÃO PESSOA	24 *	PT.170.23/04/96	PT.23/03/96
PR CURITIBA	40 *	PT.903.17/07/95 DOU 11/09/95	
RN NATAL	19 *		PROJETO
RS PORTO ALEGRE	40 *	PT.334.20/08/92 DOU 15/09/92	PT.02.13/02/93
SC FLORIANÓPOLIS	18 *	PT.160.23/04/96 DOU 10/07/96	PT.113.05/06/96
PB CAMPINA GRANDE	11 *	PT.003.01/11/89 DOU 12/12/89	PT.004.01/11/89
RJ CABO FRIO	17 *		PROJETO
RJ CAMPO DOS GOYTACAZES	10 *	PT.0201.18/08/86 DOU 01/09/86	
RJ MACAÉ	43 *	PT.1275.27/09/96 DOU 01/10/96	PT.127.16/08/97 DOU 20/09/97
RJ NOVA FRIBURGO	06 *	PT.001.05/01/88 DOU 09/03/88	PT.003.13/04/88
RJ PETROPOLIS	30 *	PT.1062.26/05/96 DOU 11/05/96	
RJ RJ - Merro da Medonha	20 *	PT.25/03/88 DOU 29/06/88	
RJ TERESÓPOLIS	23 *	PT.1051.26/05/96 DOU 11/05/96	PT.052.26/07/97 DOU 29/09/97
RJ ANGRA DOS REIS	29 *		PROJETO EM TRAMITAÇÃO

ANEXO II

TERMOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

AO INSS E DO FGTS

DESCRIÇÃO	R\$
FGTS	42 milhões
INSS	170 milhões

CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS INSS

Ajuizada: R\$ 141 milhões - Empresa e Empregados - Pagamento em 96 parcelas mensais

Não Ajuizada, Salário Educação e Empresa: R\$ 25 milhões - Pagamentos em 60 parcelas mensais enquanto a parcela referente aos Empregados R\$ 3,8 milhões será paga em 18 parcelas mensais

CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS FGTS

Ajuizada: R\$ 40,7 milhões - Pagamentos em 180 parcelas mensais

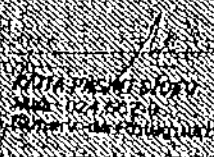
Não Ajuizada: R\$ 1,4 milhões - Pagamentos em 12 parcelas mensais

ANEXO III

SP	SOCORRO	46+		PROJETO
SP	SOROCABA	49+	PT.339.01/03/05, DOU 07/03/05	PT.340.01/03/05, DOU 07/03/05
SP	T. SAMPAIO (PORTO PRIMAVER)	16+		
SP	TANABI	19+		PROJETO
SP	TAPIRÁ	38+		PROJETO
SP	TAQUARITINGA	32+	PT.852.17/07/96, DOU 30/08/96	PROJETO
SP	TAQUARITUBA	54+	PT.348.09/06/96, DOU 18/08/96	PROJETO
SP	TATUI	52+		PROJETO
SP	TAUBATÉ	41+	PT.953.25/07/96, DOU 04/10/96	PT.400.29/07/97, DOU 01/04/98
SP	TEODORO SAMPAIO	28+		
SP	TERRA ROXA	24+	PT.280.02/06/96, DOU 11/06/96	PT.617.22/10/97, DOU 01/04/98
SP	TIETÊ	50+		PROJETO
SP	TIMBURI	39+		
SP	TORRINHIA	24+		PROJETO
SP	TUPÁ	49+	PT.060.17/07/96, DOU 30/08/96	PROJETO
SP	TUPI PAULISTA	21+		PROJETO
SP	UBATUBA	27+		PROJETO
SP	URUPES	36+		
SP	VALPARAISO	26+		
SP	VOTORANTIM	20+		PROJETO
SP	VOTUPORANGA	52+	PT.1008.15/08/96, DOU 07/09/97	PROJETO
AL	MACÊDO	19+		PROJETO
BA	SALVADOR	18+	PT.098.15/06/98	PT.11.10/02/95
PB	JOÃO PESSOA	24+	PT.170.23/04/96	PT.73.22/10/96
PR	CURITIBA	49+	PT.903.17/07/96, DOU 11/08/96	
RN	NATAL	19+		PROJETO
RS	PORTO ALEGRE	45+	PT.334.28/00/92, DOU 15/05/97	PT.02.13/02/99
SC	FLORIANÓPOLIS	16+	PT.168.23/04/96, DOU 10/07/96	PT.113.05.09/96
SE	CAMPINA GRANDE	11+	PT.053.01/11/99, DOU 12/12/99	PT.004.01/11/99
RJ	CABO FORTI	17+		PROJETO
RJ	CAMPO DOS GOYACAZES	10+	PT.0201.18/08/98, DOU 01/09/98	
RJ	MACAË	43+	PT.1275.27/09/96, DOU 20/11/96	PT.127.16/08/97, DOU 26/02/97
RJ	NOVA Friburgo	05+	PT.001.03/01/98, DOU 09/03/98	PT.093.13/03/95
RJ	PETROPOLIS	30+	PT.1067.28/08/96, DOU 11/10/96	
RJ	RJ - Mare da Medanhã	20+	PT.25/03/99, DOU 28/03/99	
RJ	TERESÓPOLIS	23+	PT.1051.28/08/96, DOU 11/10/96	PT.062.28/07/97, DOU 22/09/97
RJ	ARCA DOS REIS	29+		PROJETO EM TRAMITAÇÃO

[illegible]

Reçu le 14 mai 1980

		CRF - Certificado de Regularidade do FGTS	
Razão Social TV OMEGALIDA		Inscrição 08-131.336/0001-80	
Endereço RUA BAHIA, 200 ALPHAVILLE SARUBIM - SP		Validade 02/11/2000 CEP: 06465 - 150	
A Casa Econômica Popular, na forma de distribuição que lhe compete, nos termos da Lei nº 8.030, de 13 de março de 1990, continuou em atividade econômica regularizada e em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e apresenta este Certificado como prova da provisão constante dos depósitos das cotas referentes aos empregados que não tenham sido demitidos ou excluídos por qualquer motivo antes do término do Trabalho em prazo.			
SÃO PAULO, 03 DE OUTUBRO DE 2000.			
Local e data de emissão		Assinatura e carimbo	
			
00777717-6 Este Certificado é válido para as atividades emendas e alterações somente se forem verificadas mediante apresentação ao órgão de controle.			

Exmº Sr. Secretário Executivo do Ministério das Co-
municações:

Ref. S/Ofício 1.645/SE – MC

TV Ômega Ltda., por seu representante legal a final assinado, em atenção ao pedido de informações de 3 do corrente ano que capeia pedido dos Sindicatos de Radialistas e Jornalistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Pernambuco e Minas Gerais, vem esclarecer o quanto segue:

1. Na forma da documentação de folhas 153/175 que instrui o pedido de transferência da concessão hoje titulada pela TV Ômega Ltda., constata-se que, em estrito cumprimento ao disposto na cláusula 3.1 do “Instrumento Particular de Pedido de Transferência Direta e Condicional de Concessão para Exploração de Serviços de Rádio de Fusão de Sons e Imagens e outras avenças” datado de 10-5-1999, esta assumiu as seguintes obrigações:

- a)** assegurar numerário para recolhimento das parcelas das contribuições devidas ao INSS e FGTS;
- b)** efetuar por conta e ordem da TV Manchete, o pagamento de salários em atraso;

c) pagar aos quotistas da TV Manchete, a quantia convencionada.

2. Em cumprimento às disposições acima a TV Ômega Ltda., além de efetuar o pagamento de duas prestações iniciais dos quatro acordos firmados entre TV Manchete e INSS, requereu a consolidação e parcelamento destas dívidas junto ao Programa do Refis, conforme protocolo de 11 de outubro de 1999 (cópia anexa).

3. Igualmente, no sentido de efetuar o recolhimento das parcelas devidas ao FGTS – apesar do insucesso da signatária em obter melhores elementos junto aos controladores da TV Manchete –, por inúmeras vezes tentou proceder ao cálculo dos valores devidos, como também, os montantes que deverão ser abatidos por decorrência de recolhimentos realizados junto às inúmeras reclamações trabalhistas existentes.

Não tendo logrado sucesso na obtenção desses elementos em data de 17 do corrente, formalmente, requereu à Caixa Econômica Federal a indicação do estado da dívida, de modo que, o débito da TV Manchete pudesse ser saldado por TV Ômega Ltda., (cópia anexa).

4. Além de já ter a TV Ômega pago a primeira parcela anual de US\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Dólares) convertidos em Reais, aos antigos quotistas de TV Manchete, com relação aos "salários em atrasos" referente a funcionários da TV Manchete, efetuou a TV Ômega o pagamento de seis parcelas, de doze, atingindo o montante de R\$7.570.651,00 (Sete Milhões, Quinhentos e Setenta Mil, Seiscentos e Cinquenta e Um Reais), encontrando-se pendente a sétima com vencimento previsto para 28 de novembro do corrente ano, em razão de descabida decisão proferida pelo Juízo Estadual do Rio de Janeiro, e assim incompetente, eis que a matéria se encontra no âmbito de apreciação da Justiça Federal (planilha anexa).

De fato, em Ação Declaratória em curso perante a 3ª Vara da Justiça Federal de Brasília (Processo nº 99.036.202-6), a União Federal não somente demonstrou o seu interesse a ser tutelado em juízo, como também requereu e obteve a sua integração processual como assistente da TV Ômega (cópia anexa do despacho de 14-12-1999).

Da decisão proferida pelo M.M. Juízo da 3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, resulta manifesta a competência da Justiça Federal para o exame das condições ajustadas para proceder a transferência da concessão, por força do inciso I, do art. 19 da Constituição Federal. Deflui, também, desta decisão que apenas as condições enumeradas no processo de transferência, e não outras e amplas como indevidamente entendido por Juízo Estadual, são as únicas exigíveis e que devem ser consideradas como de preservação do interesse da União.

5. Nessas condições a TV Ômega, prestando as presentes informações, deseja enfatizar a esse Ministério o perfeito adimplemento das obrigações contratuais assumidas como condição expressa no pedido de transferência direta, cuja regularidade, além de se embasar em judiciosos pronunciamentos da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, ainda contou com o respaldo da apreciação do Poder Judiciário ao determinar o arquivamento de Ação Popular (ação que se processou perante a 8ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, processo nº 99.001.8427-0 – despacho em anexo).

Colocando-se a TV Ômega à disposição deste Ministério para prestar quaisquer outras informações suplementares, vale-se da oportunidade para apresentar seus protestos de elevada consideração.

Barueri, 20 de dezembro de 1999. – **Amílcare Dallevo Júnior**, TV Ômega Ltda.

São Paulo, 13 de outubro de 1999

Ilmo Sr.

Dr. Itauci Gonçalves de Lima Beltrão
Procuradoria do Instituto Social de Seguro Social
Rua Pedro Lessa, nº 36, sala 616 – Centro
Rio de Janeiro – RJ

Senhor Procurador,

Com referência aos parcelamentos relacionados em anexo confirmamos o interesse da empresa TV Manchete Ltda., em consolidar todos os débitos existentes junto ao instituto.

Para tanto, manifesta expressivamente a sua vontade e formaliza o pedido de ingresso no Refis conforme prevê o § 2º do art. 2º da Medida provisória nº 1.932, de 6 de outubro de 1999, passando a data de hoje a ser a data base da opção.

Pedimos manter os parcelamentos no estado em que se encontram para consolidá-los na forma da opção ora manifestada.

Atenciosamente gratos pelas providências subscrevemo-nos atenciosamente – p.p. **Lúcio Cataldo Colangelo**, TV Manchete Ltda., OAB SP.7329 – c/c Dr. **Marcos Maia Júnior**.

TV MANCHETE LTDA.

PROCURADORIA (Ajuizada)		
REFERENCIA	TOTAL	Nº
INSS	DIVIDA	PARC.
31.504.812-3	80.887.578,29	98
55.735.177-4	28.199.470,87	60
31.909.345-0	15.995.772,26	18
31.722.704-1	1.828.468,21	18
	127.636.288,43	

GRAF (parte empresa)		
REFERENCIA	TOTAL	Nº
INSS	DIVIDA	PARC.
10.002.502-8	10.457.875,60	60
	10.457.875,60	
TOTAL	138.144.164,23	

São Paulo 17 de dezembro de 1999

À Caixa Econômica Federal

Prezados Senhores,

TV Ômega Ltda., a final assinada, tendo em vista a assunção de obrigação de pagamento de contribuição devida ao FGTS, de responsabilidade de TV Manchete Ltda., e no sentido de poder comprovar o adimplemento desta obrigação junto ao Ministério das Comunicações, serve-se da presente para solicitar a V. S^{as} o estado da dívida daquela empresa junto ao FGTS, levando-se em conta as deduções que deverão ser consideradas por decorrência de recolhi-

mentos feitos em inúmeras reclamações trabalhistas movidas contra a TV Manchete Ltda.

O presente pedido decorre, igualmente, da impossibilidade da signatária em obter documentos junto aos titulares do controle da TV Manchete Ltda., apesar de reiteradas tentativas visando a solução da pendência.

Certos de poder contar com a necessária celeridade dessa Caixa Econômica no fornecimento da exata posição do estado da dívida, servimo-nos da oportunidade para manifestar nosso apreço e consideração.

Rogério Simões Alves, TV Ômega Ltda.

TV MANCHETE LTDA

PARCELAMENTO QUITADO

PERÍODO DE MAI/99 a OUT/99

VALOR	DISCRIMINAÇÃO	PAGAMENTO
1.758.049,00	PARCELA 01/12	28/05/99
1.143.550,00	PARCELA 02/12	28/06/99
1.160.098,00	PARCELA 03/12	28/07/99
1.131.484,00	PARCELA 04/12	28/08/99
1.185.054,00	PARCELA 05/12	28/09/99
1.192.416,00	PARCELA 06/12	28/10/99
7.570.651,00	TOTAL PAGO	
1.192.416,00	PARCELA 07/12	28/11/99
1.192.416,00	PARCELA 08/12	28/12/99
1.192.416,00	PARCELA 09/12	28/01/00
1.192.416,00	PARCELA 10/12	28/02/00
1.192.416,00	PARCELA 11/12	28/03/00
1.192.416,00	PARCELA 12/12	28/04/00
7.154.496,00	TOTAL A PAGAR	
14.725.147,00	SALDO TOTAL	

Deptº Recursos Humanos

Celço dos Santos

25/11/99

DUARTE GARCIA, CASELLI GUIMARÃES E TERRA
ADVOGADOS

CONFIDENCIAL e URGENTE

17 de dezembro de 1999.

ÔMEGA LTDA

- SP

Amilcare Dallevo Junior
Marcelo de Carvalho Fragailli

234
4

Senhores,

Como não consegui comunicar-me pessoalmente, sirvo-me deste para informar-lhes que o Juízo da 3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal acolheu o pedido Federal para ser assistente da Autora, ou seja, assistente da TV Ômega Ltda, declaratória onde se fixará que não há sucessão de V.Sas. com a TV Manchete

do interesse da União, o feito se desenvolverá na Justiça Federal de Brasília e não do Estado do Rio de Janeiro, onde aquele Juízo incompetente entendeu, não liminar, existir sucessão, o. frente ao qual deverá ser arguida a exceção de incompetência, face a nulidade do ato daquele M.M. Juiz.

Informo-lhes, contudo, que o nosso pedido de tutela antecipada autorizando a TV ÔMEGA LTDA a pagar a 7ª parcela dos funcionários da TV Manchete – e sem que isto caracterize sucessão de V.Sas., mas mero cumprimento de obrigação assumida para ser deferida a concessão da TV – ainda não foi apreciado.

Tentarei, ainda, ver se hoje, pelos advogados de Brasília, teremos condições de requerer algo, embora seja o último dia do ano judiciário.

Com um abraço,

Luiz Arthur Caselli Guimarães.

Em anexo:

- cópia da petição da União e do despacho do Juiz.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª
VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

AÇÃO ORDINÁRIA

PROCESSO Nº : 02.36282-8

AUTOR(ES) : TV OMEGA LTDA

RÉU(S) : UNIÃO E OUTROS

A UNIÃO, por sua Representante Judicial, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, perante V.Exª, requerer seu ingresso no feito na condição de Assistente da Autora, nos termos do art. 50 do Código de Processo Civil, uma vez que tem interesse na continuidade da concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, transferidos à TV OMEGA LTDA, bem como no cumprimento, nos seus próprios termos, do acordo firmado entre a TV OMEGA LTDA e a TV MANCHETE LTDA, o qual faz parte do processo de transferência.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília, 13 de dezembro de 1999

Márcia Alatheiros da Graça
Advogada-Geral da União

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO Nº 312/99

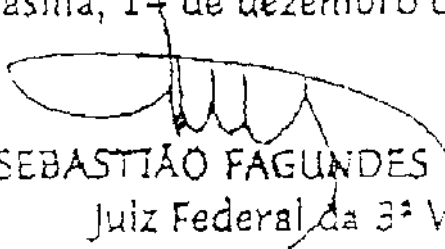
3ª Vara Federal

Processo - 99.036262-6

Acolho o pedido da União de ingresso na lide na condição de Assistente da Autora. Retifique-se o Termo de Autuação.

Intime-se. Citem-se.

Brasília, 14 de dezembro de 1999.


SEBASTIÃO FAGUNDES DE DEUS
Juiz Federal da 3ª Vara

PIO BORGES
ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA

EXMO. SR. DOUTOR JUIZ FEDERAL DA VARA DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

07-0010427-0

62

FRANCISCO JOSÉ PIO BORGES DE CASTRO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.820.797-34, na OAB/RJ sob o nº 17.786, portador da carteira de identidade nº 1.922.118 do IFRJ, com endereço na Travessa do Paço 23/301, Centro, CEP n.º 20.010-170, nesta cidade, vem, em causa própria, com fundamento nos artigos 5º, LXXIII e LV, ambos da CF/88 e artigos 1,3,4,5 e seguintes da Lei 4.717 de 29/06/65, propor a presente

AÇÃO POPULAR

em face da UNIÃO FEDERAL, dando-se ciência, por via postal, para, querendo, ingressarem no polo passivo, como Rinsconsortes, a TV MACILHUTU LTDA, com endereço na Rua do Russel, nº 66/004, Glória, CEP n.º 20.010-010, nesta cidade, e a TV ÔMEGA LTDA, situada na Av. Cidade Jardim 377 - 5º andar, Itaim-Bibi, São Paulo, Capital, CEP n.º 01457-000.

OS FATOS E O DIREITO

O Governo Federal, através do Decreto de 22 de julho de 1999, assinado pelo Presidente da República em exercício, em conjunto com o Ministro das Comunicações, publicado no D.O de 23 p.p., (xerox anexa) determinou:

"Renova a concessão outorgada à TV Ômega Ltda.
para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens

Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.000094/96,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 20 de agosto de 1996, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente, originariamente outorgada à TV Manchete Ltda., pelo Decreto nº 85.842, de 25 de março de 1981, revalidado pelo Decreto nº 87.226, de 31 de maio de 1982, e transferida para a TV Ômega Ltda. pelo Decreto de 14 de maio de 1999.

~~Declarar~~ ~~União~~ A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de julho de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Pimenta da Veiga

2- Apesar do ato somente produzir todos os efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, parágrafo 3º da C.F., e o parágrafo 1º estabelecer o prazo de 45 dias, contados do recebimento da mensagem, o Congresso Nacional necessita ser alertado, através desta ação popular, das ilegalidades, irregularidade e desvio de finalidade do Poder Público no caso em tela, antes que o Judiciário exerça a sua competência de controle jurisdicional do ato administrativo do Poder Executivo, inclusive, com fundamento no § 4º do art. 5º da lei nº 4717/65, através de LIMINAR, na defesa do patrimônio público, para suspender o ato lesivo e impugnado: a transferência irregular da concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens entre as TVs apontadas como litisconsortes.

3- Por este motivo, antes da apreciação do pedido de liminar, para que haja harmonia, e não conflito, entre os Poderes da República, pede-se ao Congresso Nacional, na pessoa dos Presidentes do Senado e da Câmara Federal, para que tenham ciência desta ação popular, como também a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para os fins do art. 32 do RICD, antes da deliberação dos senhores senadores e deputados, face ao interesse público a ser tutelado pelos Poderes Legislativo e Judiciário. Assim, a interferência do Poder Legislativo, tornaria dispensável a LIMINAR solicitada em defesa do patrimônio público.

4- O interesse público é difuso, abrangendo os princípios enunciados no art. 37 da CF, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos eles violados.

5- É relevante ressaltar que tanto o Sr. Presidente da República quanto o Sr. Ministro das Comunicações, certamente foram influenciados por assessores incompetentes, alguns subservientes e outros motivados por interesses subalternos, para que ingenuamente praticassem tantas ilegalidades e injustiças.

6- Esta operação de "renovação" de concessão à TV Ômega, da concessão originalmente outorgada à TV Manchete, e cujo prazo de validade há muito já expirara, é uma "operação de salvamento" análoga às intervenções do Banco Central, com base no PROER, salvando banqueiros falidos sob o manto protetor da "liquidação extrajudicial", encobrindo fraudes e desvio do patrimônio das empresas, sem que seus responsáveis fiquem sujeitos no processo falimentar a que estão sujeitos todos os empresários brasileiros, com exceção dos empresários do ramo financeiro e, agora, os do ramo da

7- Com efeito, o prazo da concessão ou permissão para a exploração de serviço de radiofusão é de 10 anos para as emissoras de rádio e de 15 anos para as de televisão, conforme reza o parágrafo 5º do art. 223 da Carta Magna.

8- O próprio Decreto inquinado de irregularidades e ilegalidade, afirma que a concessão à TV Manchete foi originalmente outorgada pelo Decreto n. 85.842, de 25/03/81, retificado pelo Decreto n. 87.226, de 31/05/82, e transferida para a TV Ômega Ltda. pelo Decreto de 14 de maio de 1999.

9. Ora, tendo expirado a concessão dada à TV Manchete no dia 25/03/1996, cabia ao Poder Executivo declarar extinta a concessão e – querendo – conceder uma nova à sua protegida, a TV Ômega, porque jamais poderia transferir uma concessão extinta de pleno direito.

10. Assim, tanto, o Decreto de 14 de maio quanto o de 22 de julho de 1999, que “renova a concessão outorgada à TV Ômega Ltda, são nulos ou anuláveis, porque a TV Ômega jamais foi outorgada a concessão, não sendo possível sua “renovação”.

11. Se válida for a transferência de uma concessão já extinta, esta transferência tem que incluir o passivo do Grupo Bloch, e qual seria este? O que se tem hoje, é que somente o ativo, as benesses, foram absorvidas pela TV Ômega.

12. Está em tramitação, perante o Juízo da 8ª Vara de Falências e Concordatas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, o requerimento de falência (Proc. 99.001.029589-7) da TV Manchete Ltda. formulado pela Televisão Exclusiva Ltda., em 4 de março de 1999 (Doc. anexo), em que não houve o depósito elisivo, o que implica na decretação da quebra se a defesa for julgada improcedente, o que finalmente irá ocorrer.

13. O mesmo patrono da TV Manchete Ltda., no dia 22 de julho de 1999, distribuiu para o Juízo da 5ª Vara de Falências e Concordatas, pedido de concordata preventiva da BLOCH EDITORES S/A

14. Assim, no mesmo dia em que o ativo da TV Manchete (concessão) era transferido para a TV Ômega, neste mesmo dia a BLOCH EDITORES S/A declarava concordata.

15. Tanto o requerimento de falência quanto o pedido de concordata demonstram que não é admissível legitimar qualquer transferência ou processo de esvaziamento de ativos do GRUPO BLOCH, que evidentemente deve incluir, também, os ativos transferidos para o patrimônio dos seus administradores, as pessoas físicas.

16. A existência do GRUPO BLOCH está evidenciada nos termos da inicial do pedido de concordata preventiva, na qual o mesmo patrono da TV Manchete, faz amplas referências à REDE MANCHETE DE TELEVISÃO, não havendo qualquer dúvida da simbiose entre o patrimônio de todas as empresas:

17. Esta simbiose não é somente entre as pessoas jurídicas, porque a "relação dos imóveis da empresa concordatária" (anexada aos autos) demonstra que vários imóveis são residenciais, o que revela e comprova que o GRUPO BLOCH é composto das pessoas jurídicas acima nomeadas e as pessoas físicas dos seus dirigentes, sócios, inclusive sócios ocultos (sociedades em conta de participação) e administradores.

18. É relevante o reconhecimento judicial da existência do GRUPO BLOCH para a desconsideração da personalidade jurídica e declaração de responsabilidade conjunta das pessoas físicas, como ocorre habitualmente no processo falimentar e não acontece nas liquidações (falências) de grupos financeiros e de comunicação, protegidos que estão por legislação extravagante e não equitativa.

19. A legitimidade do Autor para propor esta ação popular decorre do art. 1º da Lei 1.717, e o Requerente faz prova do exercício pleno da sua cidadania, bem como declara que a atribuição dos advogados, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.306/94 (Estatuto da OAB) – o advogado presta serviço público e exerce função social – além de ser a colaboração com os poderes públicos, sugestões e críticas a legislação existente e às premissas jurídicas-administrativas, finalidade estatutária do Instituto dos Advogados Brasileiros, e, consequentemente, dever dos seus membros.

20. Como membro do IAB e seguindo a sua finalidade estatutária, sugere ao Réu que examine a possibilidade – já que a outorga da concessão faz parte do poder discricionário do Poder Executivo – de uma Cooperativa dos (ex) empregados do Grupo Bloch ter participação no controle acionário da sucessora da TV Manchete, o que seria factível com a transação de direitos sociais que, neste processo, estão sendo implodidos.

21. A proposta de concessão atenderia às finalidades educativas.

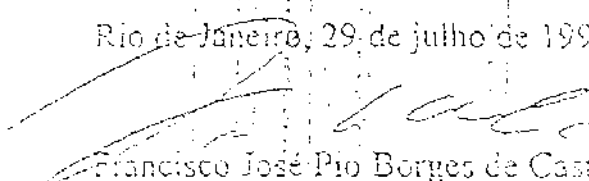
culturais e informativas previstas como prioritárias pelo art. 221 da CF, ao revés do interesse voltado exclusivamente para o consumo, como as emissoras destinadas à venda de produtos ou serviços, como as emissoras de Tele-Vendas, o que parece ser o objetivo prioritário da TV Ômega Ltda.

22. Em suma, o objetivo do Autor é difuso, no interesse público, porque como espectador não pode deixar de prestar homenagens à memória de Adolpho Bloch, a quem dedica o êxito ou o fracasso desta ação, que tem por escopo, também, uma melhoria do padrão cultural das TVs brasileiras.

A vista do exposto, requer a citação do Réu e a ciência, por via postal, das litisconsortes, para – querendo – contestarem a presente ação, a qual espera seja julgada procedente para que seja decretada a anulação ou declarada a nulidade dos atos lesivos ao patrimônio da União, acima mencionados, sob o aspecto material e econômico e, ainda, dos atos lesivos ao patrimônio imaterial: o patrimônio cultural, artístico e histórico de que é detentora a TV MANCHETE DE ADOLPHO BLOCH, por parecer de

JUSTIÇA.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1999.


Francisco José Pio Borges de Castro
OAB/RJ n. 17.736

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

AÇÃO POPULAR

Processo nº 99.0018427-0 - 8ª Vara

Autor: FRANCISCO JOSE PIO BORGES DE CASTRO
(Adv. Dr. Francisco Jose Pio B. de Castro)

Ré: UNIÃO FEDERAL

Juiz Federal : Dra. ILANA MARIA SONTES REGUESI2A

S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

FRANCISCO JOSE PIO BORGES DE CASTRO propõe a presente AÇÃO POPULAR em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando a anulação ou declaração de nulidade dos atos lesivos ao patrimônio público, bem como os atos lesivos ao patrimônio cultural, artístico e histórico da TV Manchete, com pedido de liminar para que o preço da cessão dos direitos de concessão outorgada originariamente à TV Manchete e transferida para TV Ômega Ltda., seja depositado à disposição deste Juiz, já que a cedente é a Express e nos seus estatutos.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 98/99.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Ação Popular, nos termos em que disciplinada na Lei 4.717, de 29.06.65, e instrumento processual adequado posto à disposição do cidadão para obter

a anulação de atos lesivos ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao meio ambiente natural e cultural, não se prestando a amparar direitos individuais, e que por sua natureza condenatória, desconstitutiva, não se presta a objetivos puramente declaratórios.

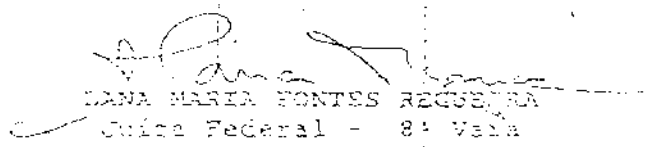
Da análise da inicial, não vislumbro qualquer lesão ao patrimônio protegido, sendo hipótese de indeferimento da inicial, sem oportunidade de emenda, uma vez que impossível a adaptação no presente feito, por não corresponder o procedimento escolhido à natureza da causa, nos termos do art. 295, V do CPC.

Isto posto, indefiro a inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, I do CPC.

Sem Custas e sem condenação em honorários advocatícios (CF/88 art. 5 LXXIII).

P.R.I.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1999.


DANA MARIA FONTES REGUEIRA
Juiz Federal - 8ª Vara

REQUERIMENTO Nº 313, DE 2001

Senhor Presidente,

Com vistas a instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, **a**, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social a seguinte solicitação:

1 – Informação sobre a situação da empresa TV Ômega Ltda. junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no tocante às obrigações sociais referentes a seus empregados, e a remessa dos respectivos extratos mensais;

2 – Informação sobre a situação da empresa TV Manchete Ltda. junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no tocante às obrigações sociais referentes a seus empregados, de 1982 a 1999, e a remessa dos respectivos extratos mensais.

Justificação

Encontra-se na Comissão de Educação desta Casa legislativa, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, que renova a concessão transferida da TV Manchete à TV Ômega (nome fantasia Rede TV!) por meio do Decreto s/n, de 14 de maio de 1999, para exploração de serviço de televisão aberta nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e São Paulo.

O processo de exame e apreciação, pelo Senado Federal, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer às formalidades e critérios estabelecidos pela Resolução SF nº 39, de 1992.

Essa norma interna elenca uma série de informações a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, e que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão. O cumprimento das obrigações previdenciária e trabalhista inclui-se, evidentemente, entre as exigidas das emissoras.

No presente caso, há denúncias de que a TV Ômega não vem honrando o contrato de compra e venda firmado com a TV Manchete, resultante de negociações patrocinadas pelo Ministério das Comunicações, que diz, textualmente, em sua cláusula terceira:

Constituem responsabilidades da Ômega, a liquidação das seguintes obrigações da TV Manchete:

– assegurar numerário para o recolhimento das parcelas das contribuições parafiscais devidas ao INSS e do FGTS devido à Caixa Econômica Federal (...);

– efetuar, por conta e ordem da TV Manchete, o pagamento dos salários em atraso relativos aos funcionários daquela empresa.

Essas as razões que nos levam a apresentar o presente requerimento de informações, de modo a embasar a apreciação do ato de renovação da concessão para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens, ora sob análise da Comissão de Educação.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2001. – Senadora **Heloísa Helena**.

(À Mesa para decisão.)

Aviso nº 299

Em 3 de outubro de 2001

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Primeiro Secretário,

Em atenção ao ofício PS/RI nº 1.024/01, que trata do Requerimento de Informação nº 313, de 2001, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer informações acerca da empresa TV Ômega Ltda. junto ao INSS, encaminho a V. Exª em anexo, Ofício nº 932, da Presidência do INSS, que atende a solicitação da Parlamentar.

Atenciosamente, – **Roberto Brant**, Ministro de Estado.

OFÍCIO/INSS/DCGAB/Nº 932

Brasília, 25 de setembro de 2001

A Sua Senhoria o Senhor
Walter Márcio Vargas de Queiroz
Assessor Especial do Ministro
Assessoria de Assuntos Parlamentares
Ministério da Previdência e Assistência Social
70059-900 Brasília – DF

Senhor Assessor,

Por intermédio do presente, remetemos para essa Assessoria os dados em anexo, que visam atender ao Requerimento de Informação nº 313/2001, de autoria da Senadora Heloísa Helena.

Atenciosamente, – **José Carlos C de P. Castilho**, Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente.

01.400.2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, em 18 / 09 / 2001

REF.: OFÍCIO/AAP/GM N° 106, de 04/09/2001

INT.: MPAS / Assessoria de Assuntos Parlamentares

ASS.: Requerimento de Informação 313/2001 – Senadora HELOÍSA HELENA

Conforme solicitado, encaminhamos, em anexo, informações sobre as empresas citadas no Requerimento 313, 2001 do Senado Federal.

2. Encaminhe-se à Chefia de Gabinete do Diretor Presidente, com trâmite pela Diretoria de Arrecadação.



Antonio César Bassoli
COORDENADOR GERAL DE FISCALIZAÇÃO

01.400 - DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO, em 18 / 09 / 2001

De acordo.

2. Encaminhe-se ao Chefia de Gabinete do Diretor Presidente, para os procedimentos cabíveis



Valdir Moyses Simão
DIRETOR DE ARRECADAÇÃO

INFORMAÇÕES SOCIAIS - INSS

EMPRESA 1: TV MANCHETE LTDA

CNPJ: 30.664.064/0001-58

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS: 15

FONTE DAS INFORMAÇÕES: SISTEMA ÁGUIA / CONSULTA CND

DATA: 18/09/2001

SITUAÇÃO INSS:

Empresa com CND impedida por restrições.

RESTRIÇÕES:

- ⇒ Falta de recolhimento nas contribuições sociais nas competências de 02/2000 até 08/2001 (matriz);
- ⇒ Falta de entrega de GFIP a partir da competência 09/1999 (matriz).

OBSERVAÇÕES:

- ⇒ Constatam diversos débitos previdenciários, mas com exigibilidade suspensa devido adesão ao REFIS (Programa de Recuperação Fiscal);
- ⇒ Última CND emitida em 19/07/1999;
- ⇒ a seguir está o Extrato das Contribuições Previdenciárias da empresa.

COMP	RECOL	COMP	RECOL	COMP	RECOL	COMP	RECOL
jul/01	0,00	nov/98	0,00	mar/96	1.962,63	jul/93	205.415.681,05
jun/01	0,00	out/98	0,00	fev/96	308,34	jun/93	41.920.000,00
mai/01	0,00	set/98	0,00	jan/96	792,84	mai/93	64.746.473,20
abr/01	0,00	ago/98	275,94	dez/95	3.735,28	abr/93	0,00
mar/01	0,00	jul/98	8.759,90	nov/95	5.308,03	mar/93	0,00
fev/01	0,00	jun/98	16.175,96	out/95	2.080,30	fev/93	0,00
jan/01	0,00	mai/98	6.529,66	set/95	8.132,74	jan/93	0,00
dez/00	0,00	abr/98	14.990,27	ago/95	6.770,51	dez/92	0,00
nov/00	0,00	mar/98	13.458,55	jul/95	36.642,82	nov/92	0,00
out/00	0,00	fev/98	53.096,99	jun/95	22.409,30	out/92	0,00
set/00	0,00	jan/98	30.213,25	mai/95	70.472,06	set/92	0,00
ago/00	0,00	dez/97	9.077,64	abr/95	0,00	ago/92	0,00
jul/00	0,00	nov/97	25.027,48	mar/95	44.648,38	jul/92	0,00
jun/00	0,00	out/97	20.973,64	fev/95	2.073,71	jun/92	0,00
mai/00	0,00	set/97	3.701,36	jan/95	14.380,58	mai/92	0,00
abr/00	0,00	ago/97	17.467,77	dez/94	20.657,12	abr/92	0,00
mar/00	0,00	jul/97	13.023,64	nov/94	10.435,64	mar/92	0,00
fev/00	0,00	jun/97	14.524,12	out/94	8.652,45	fev/92	1.536.464,83
jan/00	0,00	mai/97	7.988,03	set/94	46.545,62	jan/92	388.020,76
dez/99	0,00	abr/97	2.008,86	ago/94	13.578,30	dez/91	4.164.658,74
nov/99	0,00	mar/97	6.256,84	jul/94	22.017,12	nov/91	0,00
out/99	0,00	fev/97	9.570,66	jun/94	11.618.741,53	out/91	0,00
set/99	6.622,33	jan/97	3.818,48	mai/94	18.732.832,70	set/91	535.497,87
ago/99	966,31	dez/96	25.496,07	abr/94	0,00	ago/91	0,00
jul/99	0,00	nov/96	13.395,30	mar/94	0,00	jul/91	244.686,22
jun/99	0,00	out/96	6.332,42	fev/94	0,00	jun/91	9.241.229,52
mai/99	0,00	set/96	5.163,39	jan/94	0,00	mai/91	5.507.786,20
abr/99	0,00	ago/96	5.954,85	dez/93	0,00	abr/91	0,00
mar/99	0,00	jul/96	7.113,09	nov/93	0,00	mar/91	0,00
fev/99	0,00	jun/96	10.537,85	out/93	0,00	fev/91	239.426,50
jan/99	0,00	mai/96	38.744,96	set/93	394.243,31	jan/91	0,00
dez/98	0,00	abr/96	45.191,20	ago/93	247.947,60		

Notas: COMP = Mês / Ano de Recolhimento (Regime de Competência)

RECOL = Recolhimento em moeda da época

INFORMAÇÕES SOCIAIS - INSS

EMPRESA 1: TV OMEGA LTDA

CNPJ: 02.131.538/0001-60

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS: 6

FONTE DAS INFORMAÇÕES: SISTEMA ÁGUIA / CONSULTA CND

DATA: 18/09/2001

SITUAÇÃO INSS:

Empresa com CND impedida por restrições.

RESTRIÇÕES:

⇒ Falta de pagamento dos débitos previdenciários N° 60.045.385-5 e 60.116.116-5 (em atraso);

OBSERVAÇÕES:

⇒ Última CND emitida em 18/07/2001;

⇒ a seguir está o Extrato das Contribuições Previdenciárias da empresa.

COMP	RECOL	COMP	RECOL
jul/01	429,66	jul/99	21.730,73
jun/01	98.852,24	jun/99	17.203,84
mai/01	94.416,06	mai/99	27.837,40
abr/01	96.812,20	abr/99	23.961,29
mar/01	98.423,01	mar/99	16.455,02
fev/01	93.435,90	fev/99	8.606,39
jan/01	89.029,85	jan/99	6.946,50
13-00	70.164,96	13-98	3.208,82
dez/00	80.637,01	dez/98	8.356,34
nov/00	96.271,56	nov/98	7.681,86
out/00	94.624,92	out/98	6.212,68
set/00	472.503,36	set/98	4.353,76
ago/00	492.675,44	ago/98	10.780,67
jul/00	467.407,71	jul/98	10.878,27
jun/00	90.657,76	jun/98	11.394,08
mai/00	102.977,61	mai/98	20.027,36
abr/00	106.331,05	abr/98	15.620,47
mar/00	110.628,49	mar/98	9.692,28
fev/00	113.466,82	fev/98	7.280,70
jan/00	117.772,18	jan/98	8.138,63
13-99	26.123,08	13-97	2.106,32
dez/99	122.590,38	dez/97	13.248,68
nov/99	62.097,35	nov/97	13.053,51
out/99	160.784,12	out/97	4.297,90
set/99	88.139,12	set/97	0,00
ago/99	34.196,53	ago/97	0,00

Notas: COMP - Mês / Ano de Recolhimento (Regime de Competência)

RECOL - Recolhimento em moeda da época

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado aprovou os Requerimentos n.ºs 448, 520, 521 e 524, de 2001, de autoria dos Senadores Osmar Dias, Eduardo Suplicy e Sebastião Rocha, cujos pareceres foram lidos anteriormente, solicitando informações a Ministros de Estado.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho solicitar à Mesa Diretora providências referentes a ofício que, como Presidente da CPI do Futebol, acabo de receber da Associação dos Consultores Legislativos e dos Consultores de Orçamento do Senado Federal, do qual faço a leitura:

No cumprimento de minhas obrigações de Presidente da Alesfe, venho transmitir a V. Ex^a os fatos que foram dados a conhecer no dia de hoje e que demandam, a meu ver, urgentes providências para a proteção da integridade física dos servidores públicos que desempenham trabalho de assessoramento à CPI presidida por V. Ex^a, entre os quais se incluem Consultores do Senado Federal.

Desde abril passado, alguns de seus assessores têm recebido ameaças difusas, veiculadas pela imprensa ou retransmitidas por repórteres, e ligações ameaçadoras anônimas para sua residência.

Ora, Sr. Senador, para o bem das instituições públicas brasileiras e para a preservação da atividade moralizadora que representa a ação de uma Comissão como a presidida por V. Ex^a, julgo imprescindível que os servidores que a assessoram possam desfrutar da indispensável tranquilidade para exercer sua tarefa de apoio técnico aos Senhores Parlamentares.

Em conseqüência, avalio como intolerável que a atuação desses dedicados servidores ou sua vida pessoal possam ser perturbadas por quaisquer constrangimentos ou ameaças, mesmo que falaciosas.

Nesses termos, Sr. Senador, venho respeitosamente solicitar que V. Ex^a, com os

poderes de que é investido, requeira das autoridades competentes a devida apuração dos fatos, bem como, se necessária, a proteção policial à assessoria da Comissão.

Confiante de que V. Ex^a saberá desdortinar as melhores providências a solicitar, subscrevo-me.

Respeitosamente,

Paulo Chaves de Rezende Martins.

Consultor Legislativo.

Presidente da Alesfe.

Sr. Presidente, repudiamos, em nome também do Senador Geraldo Althoff, Relator da CPI do Futebol, e dos demais integrantes da referida Comissão, as sórdidas ameaças que se constituem em filhas da covardia, produzidas no anonimato por aqueles que, certamente, temem a ação moralizadora de uma comissão parlamentar de inquérito.

Destaco o trabalho de dedicação, competência e denodo dos servidores do Senado Federal e de outros órgãos do Poder Executivo que colaboram nas investigações. São profissionais técnicos, competentes, que investigam os fatos com seriedade e absoluta responsabilidade.

Certamente, Sr. Presidente, há os que não se conformam com esse trabalho de investigação, que abriu chamada caixa-preta do futebol brasileiro, desvendando os mistérios que produzem mazelas, falcatruas e corrupção, crimes contra o sistema financeiro nacional, contra a ordem tributária nacional, com evasão de divisas, sonegação fiscal, elisão fiscal, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito.

Não há dúvidas, Sr. Presidente, é preciso que os que ameaçam saibam: não conseguirão atemorizar o trabalho desses profissionais que assessoram a CPI do Futebol.

Estamos próximos da produção de um relatório competente do Senador Geraldo Althoff, Relator desta CPI, que vai oferecer ao País um diagnóstico da realidade da administração do futebol brasileiro e, além disso, vai propor uma nova legislação, capaz de coibir abusos, acabar com a impunidade, para que as falcatruas e os ilícitos praticados não perdurem em prejuízo aos interesses deste País.

Sr. Presidente, em homenagem a esses servidores, em respeito à profissão que exercem, solicito, em nome da CPI do Futebol, a V. Ex^a as necessárias providências para preservá-los dessas ameaças, a fim de que possam continuar trabalhando com a mesma eficiência e denodo a serviço do interesse público nesta Casa do Senado Federal.

Já encaminhamos à Polícia Federal fita contendo gravação com as ameaças anônimas, produzidas através de telefonema, e esperamos que V. Ex^a, Pre-

sidente do Senado Federal, adote as providências que requer o caso para impedir que assessores desta Casa possam ser ameaçados por aqueles que não querem a moralização de uma atividade, que é esportiva, mas é também econômica e social, da maior importância para o desenvolvimento deste País.

Agradeço, antecipadamente, Sr. Presidente, as providências que haverá de adotar nesse caso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, considerando a gravidade da denúncia apresentada pelo ilustre Senador Álvaro Dias, Presidente da CPI que apura irregularidades no futebol do Brasil, determino à Segurança da Casa que redobre esforços no sentido de garantir a integridade física de todos aqueles que trabalham na CPI do Futebol.

Considerando que a Polícia Federal, segundo V. Ex^a, já tem fita gravada dessas ameaças, solicito a V. Ex^a que me forneça cópia do ofício enviado pela Associação dos Servidores desta casa a fim de que, com o ofício desta Presidência, juntamente com o discurso de V. Ex^a, seja enviado à Polícia Federal para que nos ajude a garantir o trabalho e o seu êxito na CPI do Futebol.

Realmente, como afirmou V. Ex^a, a ameaça é a arma dos covardes. Tenho plena convicção de que, apesar de tudo, esses honrados servidores do Senado da República e os Senadores que compõem a CPI, bem como todos os Senadores desta Casa, não temem ameaças. Os nossos trabalhos, com toda certeza, irão serenamente prosseguir até a sua conclusão.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB - RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra, como Líder, por cinco minutos, conforme solicitado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é do conhecimento de todos as suspeitas sobre a presença da bactéria antraz não apenas no mundo como eventualmente em nosso País.

Por isso, quero trazer à Casa as providências tomadas até agora pelo Governo Federal, particularmente pelo Ministério da Saúde, a fim de que as Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores fiquem com pleno conhecimento das medidas tomadas e possam eventualmente também sugerir outras medidas nessa natureza.

Ontem, foram preparados alguns hospitais de referência nas principais capitais do País para atender a eventuais casos suspeitos de contaminação pela bactéria antraz. São instituições especializadas

no tratamento de doenças transmissíveis. São elas – passo a nomeá-las para as Sr^{as} e os Srs. Senadores: o Hospital São Sebastião, no Rio de Janeiro; Emílio Ribas, em São Paulo; Miguel Couto, em Salvador, e Osvaldo Cruz, em Recife e no Paraná.

Será feito um trabalho conjunto entre a Fiocruz, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Centro Nacional de Epidemiologia (Cenep) da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Esses três órgãos ligados ao Ministério da Saúde estarão atuando em conjunto com a Polícia Federal, Receita Federal, Departamento de aviação Civil (DAC), Infraero e Correios, inicialmente nos aeroportos do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa ação preventiva deverá estender-se para as outras capitais do País.

Nesse trabalho conjunto, caberá à Infraero fazer o treinamento de seus funcionários responsáveis pela limpeza, a fim de estarem preparados no caso do encontro de material suspeito. A Polícia Federal, com agentes especializados, ficará responsável pelo recolhimento de substâncias, que serão encaminhadas, juntamente com a Anvisa, à Fundação Osvaldo Cruz para as análises.

Já existe o grupo chamado Respostas Rápidas a Emergências Epidemiológicas, do Ministério da Saúde, formado por 22 especialistas treinados no Center of Disease Control, nos Estados Unidos, que também está preparado para atuar em casos de emergência.

O Ministro da Saúde assina portaria prevendo que todos os laboratórios do País que usam a bactéria antraz em suas pesquisas notifiquem imediatamente o Ministério da Saúde. A partir dessa notificação, técnicos do Ministério visitarão os locais para verificar se estão seguindo estritamente as normas de segurança durante o manuseio da bactéria.

São esclarecimentos e informações que trago à Casa não apenas para contar com a colaboração das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores em novas sugestões, mas, ao mesmo tempo, para informá-los das medidas tomadas no particular.

Obrigado, Sr. Presidente, agradeço pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 597, DE 2001

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento interno do Senado Federal, requer urgência, para o PDS nº 236/00 que “Aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda., para explorar serviço de radiodifusão

de sons e imagens – TV nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente”.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2001. – **Ricardo Santos – Pedro Piva – Casildo Maldaner – Freitas Neto – Álvaro Dias – Emilia Fernandes** (Abstenção) – **Antônio Carlos Júnior – Juvêncio da Fonseca – Romero Jucá – Geraldo Cândido** (contrário) – **Carlos Patrocínio – Nabor Júnior – Marluce Pinto – Luiz Pontes – Romeu Tuma – Teotônio Vilela – Waldeck Ornélas – José Fogaça** (não-membro).

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, II do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 598 DE 2001

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236/2000, que “Aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente”, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, II, “c”, item 12 do Regimento da Casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É sobre o assunto, Excelência?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo falar sobre o assunto lido há pouco pelo Sr. 1º Secretário.

Foi apresentado um requerimento de urgência para a votação da autorização pelo Senado Federal

da concessão da Rede Ômega, que é sucessora da Rede Manchete. Apresentei um requerimento para que esse projeto seja apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, em virtude da sua extraordinária importância social. Creio que o Senado Federal deva empenhar-se a fim de promover o entendimento entre a Rede Ômega, a Rede TV! e os funcionários que por tantos anos trabalharam na Rede Manchete e que esperam que realizemos um trabalho catalisador de entendimento entre os responsáveis pela Rede Ômega, Rede TV! e Rede Manchete de modo a assegurar o atendimento dos direitos sociais deles, conforme estava previsto no contrato assinado.

Se porventura for aprovado o requerimento de urgência – o projeto seria colocado em pauta na quinta-feira –, o meu requerimento seria colocado em pauta antes disso, ou seja, amanhã, de tal maneira a não perder a relevância e o propósito?

É essa a indagação que formulo a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra para contraditar o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª, para contraditar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer duas observações. A primeira é a de que a Comissão de Educação fez uma audiência pública para discutir a questão da TV Manchete e da TV Ômega. Essa audiência ocorreu, a matéria foi discutida e a Comissão, seguindo o seu preceito, a aprovou e também um pedido de urgência.

O Senador Eduardo Suplicy solicita que seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais. Se for aprovado o pedido de urgência, a Comissão de Assuntos Sociais dará o parecer em plenário, no dia da votação. Portanto, a aprovação do regime de urgência não prejudica o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, pelo contrário, coloca em debate essa questão também no dia da votação do regime de urgência.

Era esse o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, V. Exª tem razão. Se a urgência for aprovada, o requerimento do Senador Eduardo Suplicy será apreciado como preliminar e, se aprovado, o parecer será dado imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 206, DE 2001**

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Porto Grande, no Estado do Amapá, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Distrito Agropecuário no Município de Porto Grande, Estado do Amapá.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá como objetivo principal a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário autosustentado, gerando empregos e renda por meio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e extrativos, da preservação do meio ambiente, da promoção da pesquisa, da mineração e do turismo ecológico.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), determinar as normas técnicas e financeiras para o estabelecimento do Distrito Agropecuário referido nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), sediada em Manaus, foi instituída pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967, com a pretensão de gerar um pólo de desenvolvimento para a Região Norte, com base em isenções fiscais e facilidades de consumo capazes de atrair capitais e mão de obra.

O Decreto-Lei nº 356, de 1968, estendeu os mesmos benefícios a todos os estados da Amazônia Ocidental – Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Acre.

Desde o início da existência da Zona Franca de Manaus, houve o propósito de implantação de um Distrito Agropecuário que chegou a ser criado, abrindo 165 projetos de agricultura.

É inegável o potencial agropecuário da Amazônia Ocidental, e a implantação de um Distrito Agropecuário no Amapá contribuirá significativamente para o desenvolvimento do setor.

Hoje, o maior conhecimento técnico-científico disponível sobre a região, a maior conscientização sobre a riqueza que representa a enorme biodiversidade local e o sucesso mundial do turismo ecológico e rural podem promover uma exploração agropecuária

capaz de assegurar o progresso econômico, sem prejuízo dos aspectos sociais e da necessária preservação ambiental.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senador **Sebastião Rocha**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

**DECRETO-LEI Nº 288,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Decreta:

**CAPÍTULO I
Das finalidades e localização da
Zona Franca de Manaus**

Art 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

.....

**DECRETO-LEI Nº 356,
DE 15 DE AGOSTO DE 1968**

Estende Benefícios do Decreto-Lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Áreas da Amazônia Ocidental e dá outras Providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 58, Item II, da Constituição, Decreta:

Art. 1º Ficam estendidos às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental favores fiscais concedidos pelo Decreto-Lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967 e seu regulamento, aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus, para utilização e consumo interno naquelas áreas.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 207, DE 2001**

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Amapá, no Estado do Amapá, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Distrito Agropecuário no Município de Amapá, Estado do Amapá.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá como objetivo principal a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário auto-sustentado, gerando empregos e renda por meio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e extrativos, da preservação do meio ambiente, da promoção da pesquisa, da mineração e do turismo ecológico.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), determinar as normas técnicas e financeiras para o estabelecimento do Distrito Agropecuário referido nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), sediada em Manaus, foi instituída pelo Decreto-Lei Nº 288, de 1967, com o objetivo de criar um pólo de desenvolvimento para a região Norte, com base em isenções fiscais e facilidades de consumo capazes de atrair capitais e mão-de-obra.

O Decreto-Lei Nº 356, de 1968, estendeu os mesmos benefícios a todos os estados da Amazônia Ocidental – Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Acre.

Desde o início da existência da Zona Franca em Manaus, houve o propósito de implantação de um Distrito Agropecuário, que chegou a ser criado, abrigoando 165 projetos de agricultura.

É inegável o potencial agropecuário da Amazônia Ocidental, e a implantação de um Distrito Agropecuário no Amapá contribuirá significativamente para o desenvolvimento do setor.

Hoje, o maior conhecimento técnico-científico disponível sobre a região, a maior conscientização sobre a riqueza que representa a enorme biodiversidade local e o sucesso mundial do turismo ecológico e rural podem promover uma exploração agropecuária

capaz de assegurar o progresso econômico, sem prejuízo dos aspectos sociais e da necessária preservação ambiental.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senador **Sebastião Rocha**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

DECRETO-LEI Nº 288,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

**CAPÍTULO I
Das finalidades e localização da
Zona Franca de Manaus**

Art. 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

.....

DECRETO-LEI Nº 356,
DE 15 DE AGOSTO DE 1968

Estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição, Decreta:

Art. 1º Ficam estendidos às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental favores fiscais concedidos pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e seu regulamento, aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus, para utilização e consumo interno naquelas áreas.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 208, DE 2001**

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Distrito Agropecuário no Município de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá como objetivo principal a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário auto-sustentado, gerando empregos e renda por meio da produção e a comercialização de produtos agropecuários e extrativos, da preservação do meio ambiente, da promoção da pesquisa, da mineração e do turismo ecológico.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), determinar as normas técnicas e financeiras para o estabelecimento do Distrito Agropecuário referido nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) sediada em Manaus foi criada pelo Decreto-lei nº 288, de 1967, com o objetivo de criar um pólo de desenvolvimento para a região Norte, com base em isenções fiscais e facilidades de consumo capazes de atrair capitais e mão-de-obra.

O Decreto-Lei nº 356, de 1968, estendeu os mesmos benefícios a todos os estados da Amazônia Ocidental – Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Acre.

Desde o início da existência da Zona Franca de Manaus, houve o propósito de implantação de um Distrito Agropecuário que chegou a ser criado, abrigando 165 projetos de agricultura.

É inegável o potencial agropecuário da Amazônia Ocidental, e a implantação de um Distrito Agropecuário no Amapá contribuirá significativamente para o desenvolvimento do setor.

Hoje, o maior conhecimento técnico-científico disponível sobre a região, a maior conscientização sobre a riqueza que representa a enorme biodiversidade local e o sucesso mundial do turismo ecológico e rural podem promover uma exploração agropecuária capaz de assegurar o progresso econômico, sem

prejuízo dos aspectos sociais e da necessária preservação ambiental.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senador **Sebastião Rocha**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

**DECRETO-LEI Nº 288,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Altera as disposições da Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 9º § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

**CAPÍTULO I
Das finalidades e localização da
Zona Franca de Manaus**

Art. 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

.....
**DECRETO-LEI Nº 356,
DE 15 DE AGOSTO DE 1968**

Estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Áreas da Amazônia Ocidental e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam estendidos às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental favores fiscais concedidos pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e seu regulamento, aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus, para utilização e consumo interno naquelas áreas.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 209, DE 2001**

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Distrito Agropecuário no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá como objetivo principal a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário auto-sustentado, gerando empregos e renda por meio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e extrativos, da preservação do meio ambiente, da promoção da pesquisa, da mineração e do turismo ecológico.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), determinar as normas técnicas e financeiras para o estabelecimento do Distrito Agropecuário referido nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) sediada em Manaus, foi instituída pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967, com o objetivo de criar um pólo de desenvolvimento para a região Norte, com base em isenções fiscais e facilidades de consumo capazes de atrair capitais e mão-de-obra.

O Decreto-Lei nº 356, de 1968, estendeu os mesmos benefícios a todos os estados da Amazônia Ocidental – Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

Desde o início da existência da Zona Franca de Manaus houve o propósito de implantação de um Distrito Agropecuário, que chegou a ser criado, abrigando 165 projetos de agricultura.

É inegável o potencial agropecuário da Amazônia Ocidental, e a implantação de um Distrito Agropecuário no Amapá contribuirá significativamente para o desenvolvimento do setor.

Hoje, o maior conhecimento técnico-científico disponível sobre a região, a maior conscientização sobre a riqueza que representa a enorme biodiversidade local e o sucesso mundial do turismo ecológico e rural podem promover uma exploração agropecuária capaz de assegurar o progresso econômico, sem

prejuízo dos aspectos sociais e da necessária preservação ambiental.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senador **Sebastião Rocha**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

**DECRETO-LEI Nº 288,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Decreta:

**CAPÍTULO I
Das finalidades e localização da
Zona Franca de Manaus.**

Art 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

.....

**DECRETO-LEI Nº 356,
DE 15 DE AGOSTO DE 1968**

Estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição, Decreta:

Art. 1º Ficam estendidos às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental favores fiscais concedidos pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e seu regulamento, aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus, para utilização e consumo interno naquelas áreas.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 210 DE 2001**

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A descrição da rodovia BR-080, constante da Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição km BR
080	Brasília – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Entroncamento com a BR-158 – São José do Xingu – Entroncamento com a BR-163	DF-GO-MT	1.148	79 153 97 158

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos termos da redação original da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “Aprova o Plano Nacional de viação e dá outras providências”, eram os seguintes os pontos de passagem – da BR-080, com extensão de 3.227km: Brasília – Uruaçu – Cachimbo – Jacareacanga – Canumã – Manaus.

Por força do disposto na Lei nº 7.581, de 24 de dezembro de 1986, o traçado da mencionada rodovia foi alterado para, a partir de Uruaçu, dirigir-se a São Miguel do Araguaia e desembocar no entroncamento com a BR-158.

De iniciativa do então Deputado Siqueira Campos, o projeto que ensejou a Lei nº 7.581/86 baseou-se no argumento de que o traçado original pouco proveito traria para a região, já “cortada por estradas de rodagem estaduais, como a GO-336 e a GO-164”. Ademais, destacava o autor do projeto, localidades da importância de São Miguel do Araguaia, embora reunissem todas as condições para tanto, não eram alcançadas pelo percurso original.

Como se percebe, a justificação que sustentou a proposta, embora pertinente, teve motivação regional e resultou, ainda que involuntariamente, na exclusão do trecho da BR-080 que percorria os Estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas.

Diferentemente do que ocorria nos demais Estados prejudicados, nos quais não havia trechos implanta-

dos da BR-080, o Mato Grosso dispunha de rodovia que, por força da mencionada Lei nº 7.581, de 1986, foi indiretamente “estadualizada”. Nessa condição, a Rodovia MT-322 passou a onerar o orçamento do Estado do Mato Grosso, que tem sido insuficiente para prover a necessária manutenção dessa, importante via de transporte, conforme vem apontando o Deputado – Estadual Silval Barbosa (PMDB) em suas reivindicações na Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

O projeto que ora apresentamos tem, assim, o objetivo de repor parte do percurso original da BR-080. Cumpre considerar que, mesmo com o acréscimo proposto, que resultará numa extensão total de 1.148km, o traçado dessa rodovia federal ainda será 2.079km menor que o previsto no PNV original.

São essas as razões pelas quais esperamos contar com o apoio dos membros do Congresso Nacional para o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senador **Carlos Bezerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DA ATA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências

.....
LEI Nº 7.581, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1986

Altera o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, modificando o traçado da BR-080.

Art. 1º O Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, na parte referente à Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, passa a ter a seguinte redação:

“2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal:

Rodovias Radiais

.....
BR-080 – Brasília-Uruaçu-São Miguel do Araguaia-Entroncamento c/BR-158.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-estrutura, decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal, seja dispensado o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de existência de desfibriladores a bordo de aeronaves”, para que esse seja imediatamente submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa.

Justificação

O Projeto de Lei em tela versa sobre matéria de grande importância, que carece completamente de regulamentação em lei, e cujo debate é um imperativo da sociedade contemporânea, sendo, portanto, inadmissível que, passado mais de um ano de sua leitura em plenário, não tenha sido apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que regimentalmente dispõe de apenas 20 (vinte) dias úteis para fazê-lo.

Ademais, considerando-se que a competência para manifestar-se em caráter terminativo sobre a matéria cabe à Comissão de Assuntos Sociais, dar prosseguimento à referida tramitação é uma demonstração de responsabilidade e seriedade no trato das iniciativas parlamentares, não se podendo argumentar nenhum prejuízo para Casa.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senador **Tião Viana**, PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 5, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO S/Nº

Brasília, 5 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Em vista de compromissos previamente agendados em meu gabinete, comunico a Vossa Excelên-

cia, para a adoção das providências regimentais cabíveis, que compareci ao Plenário do Senado mas não pude permanecer até o término da Sessão Deliberativa Ordinária do último dia 2 de outubro de 2001, terça-feira. Mesmo tendo registrado minha presença, ficaram pendentes de votação nominal, no momento em que deixei o Plenário, alguns itens cuja deliberação estava agendada para a mencionada Sessão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **José Coelho**.

OF. Nº 150/01 – GSSM

Brasília, 10 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a V. Exª abonar minha ausência, na sessão plenária do dia 10-10-2001, considerada nos termos do § 2º do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, pois apesar de encontrar-me presente à referida sessão, não pude aguardar a votação do PLS nº 497, de 2000, constante da Ordem do Dia, em virtude de compromisso político-partidário inadiável.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Machado**.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 7º, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que, em 5 de outubro do corrente ano, desliguei-me do Partido da Frente Liberal (PFL) e me filiei ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Sala de Sessões, 15 de outubro de 2001. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF. 125/2001–GLDPSB

Brasília, 16 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente e nos termos do art. 78 do Regimento Interno, indico o nome do Exmo. Senador Paulo Hartung para integrar como Suplente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência designa o Sr. Paulo Hartung, indicado pela Li-

derança do PSB no Senado Federal, como suplente, para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2000 (nº 4.899/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a redação do art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996*; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2001 (nº 113/95, na Casa de origem), que *acrescenta inciso II ao art. 6º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola*.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *denomina "Governador Mário Covas" o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Estado do Ceará*; e

– Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *denomina "Barragem Padre Cícero" a Barragem do Castanhão, no Estado do Ceará*.

Tendo sido aprovados, terminativamente, pela Comissão de Educação, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou a reatuação, como Ofício CN nº 8, de 2001, do Ofício nº S/18, de 2001 (nº 366/2001, na origem) do Procurador Geral da República, ao qual foram anexados os ofícios dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados, que encaminharam Relatórios de Gestão Fiscal daqueles Órgãos.

Informa, ainda, que o referido Ofício CN vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em virtude de ser matéria de sua competência, conforme dispõe a alínea "a" do in-

ciso III do art. 2º da Resolução n 1, de 2001-CN, promulgada no dia 4 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento n.º 581, de 2001 – Arts. 336, II e 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 48, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n.º 1.098, de 2001, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Heloísa Helena e do Senador Lauro Campos, e abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Waldeck Ornelas), que autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito junto à República da Polônia, no montante atual de três bilhões e quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, na forma dos contratos assinados com os bancos que menciona, a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris e dá outras providências.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária do último dia 11, oportunidade em que foram apresentadas emendas e o Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Romero Jucá, solicitou o prazo de vinte quatro horas, previsto no art. 348, II, do Regimento Interno, para proferir parecer sobre as emendas.

À matéria ainda poderão ser oferecidas emendas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 600, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada das Emendas nºs 3-PLN e 4-PLN, de minha autoria, oferecidas ao Projeto de Resolução nº 48/2001.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento de retirada das Emendas nºs 3 e 4-Plen.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ficam retiradas as Emendas nºs 3 e 4, de plenário.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 5 (PLENÁRIO)

Altera o art. 5º do Projeto de Resolução no, de 2001, que “Autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações antecipado de crédito externo junto à República da Polônia...”

O art. 5º do Projeto de Resolução nº , de 2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Os recursos decorrentes das operações de que trata esta Resolução serão, obrigatoriamente, aplicados em investimentos constantes de Lei Orçamentária Anual da União.

Parágrafo único. 40% (quarenta por cento) dos recursos de que trata este artigo deverão ser aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Justificação

A escassez de investimentos do Setor Público, por si só, é argumento suficiente para justificar a presente emenda. Nos casos específicos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a questão se torna prioritária tendo em vista as graves distorções regionais existentes, atendendo, inclusive, determinações do próprio Governo Federal, também compromissado em minimizar os desequilíbrios regionais.

Sala das Sessões, 16 de Outubro de 2001. – Senadora **Marluce Pinto**.

EMENDA Nº 6 (PLENÁRIO)

Altera o art. 6º do Projeto de Resolução nº 48/2001, que autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de

US\$3,400,000,000.00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy w Waqrszawie S.A., a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris.

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Resolução nº 48/2001:

Art. 6º O percentual de 90% dos recursos decorrentes das operações de que trata esta Resolução serão obrigatoriamente aplicados em investimentos constantes de Lei Orçamentária Anual da União.

Parágrafo Único. O total de 40% (quarenta por cento) dos recursos de que trata o **caput** deste artigo serão aplicados e distribuídos de forma equânime entre as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Justificação

É notório que o processo recessivo em que se encontra o país deve-se, primordialmente, a dois motivos: a política de juros elevados implementada pelo Governo Federal e a escassez de investimentos do Setor Público.

Sabe-se que o volume total de investimentos constantes dos últimos cinco Orçamentos da União não ultrapassaram a 1% do Produto Interno Bruto do País, se situando, em média, em R\$7,7 bilhões.

Não é o intuito desta emenda prejudicar o programa de estabilização econômica, mas não podemos mais aceitar que nossa população sofra pela política contracionista do Governo Federal, cujo principal objetivo é obter os superávites primários impostos pelo FMI. É necessário retomar o crescimento econômico para que possamos reduzir o desemprego e as desigualdades sociais que tanto nos envergonham.

Plenário do Senado, 16 de Outubro de 2001. – Senadora **Heloísa Helena**.

EMENDA Nº 7 (PLENÁRIO)

Altera o art. 6º do Projeto de Resolução nº 48/2001, que autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US\$3,400,000,000.00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy w Waqrszawie S.A., a partir de diretrizes es-

tabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris.

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Resolução nº 48/2001:

“Art. 6º O percentual de 90% dos recursos decorrentes das operações de que trata esta resolução serão obrigatoriamente aplicados em investimentos constantes de Lei Orçamentária Anual da União e distribuídos de forma equânime entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.”

Justificação

É notório que o processo recessivo em que se encontra o País deve-se, primordialmente, a dois motivos: a política de juros elevados implementada pelo Governo Federal e a escassez de investimentos do Setor Público.

Sabe-se que o volume total de investimentos constantes dos últimos cinco Orçamentos da União não ultrapassaram a 1% do Produto Interno Bruto do País, se situando, em média, em R\$7,7 bilhões.

Não é o intuito desta emenda prejudicar o programa de estabilização econômica, mas não podemos mais aceitar que nossa população sofra pela política contracionista do Governo Federal, cujo principal objetivo é obter os superávites primários impostos pelo FMI. É necessário retomar o crescimento econômico para que possamos reduzir o desemprego e as desigualdades sociais que tanto nos envergonham.

Plenário do Senado, 16 de outubro de 2001. – Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Senador Romero Jucá, Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, para proferir parecer sobre as emendas apresentadas.

PARECER Nº 1.154, DE 2001
(DE PLENÁRIO)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de pedir atenção à Casa, porque esta matéria é extremamente relevante para o País e tem detalhes técnicos importantes que precisam ser esclarecidos, para que o Senado inclusive não incorra em erro de procedimento orçamentário.

Aprovamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, autorização para que o Governo brasileiro possa antecipar o recebimento de uma dívida com a Polônia chamada de poloneta, orçada inicialmente

em US\$3,8 bilhões, configurada na década de 70, mediante exportação de produtos brasileiros. Essa dívida formalizada com o Brasil, em face das dificuldades que a Polônia enfrentou, depois de vários e vários anos virou, na verdade, um “mico”, pois passou a não valer nada.

Em 1992, o Clube de Paris auxiliou o Governo da Polônia e outros países no processo de renegociação de suas dívidas. Com o Brasil, fez-se uma renegociação que resultou em abatimentos de taxas de juros algo em torno de 50% do valor da dívida real. Portanto, para tentar receber algo, o Brasil fez uma negociação, fechando o entendimento de que esse empréstimo seria remunerado anualmente por uma taxa de juros de 0,86%, que funciona neste empréstimo hoje.

O Brasil, depois de nove anos da renegociação, somente conseguiu receber US\$400 milhões dos US\$3,4 bilhões. O que o Governo brasileiro deseja fazer agora, Sr. Presidente? Como o risco da Polônia melhorou – é importante registrar que o risco Polônia hoje é menor do que o risco Brasil, esses papéis passaram a ter uma validade no mercado maior do que a validade do processo de negociação com a taxa de juros que foi feita.

O Governo brasileiro deseja a autorização do Senado Federal para negociar no mercado, ou com a própria Polônia, por meio de recompra, ou por meio de um processo de securitização ou de um modelo híbrido envolvendo essas três opções. Entende que, se houver essa autorização do Senado, será possível arrecadar algo em torno de US\$2,3 bilhões de uma dívida que, hoje, praticamente, nada paga ao País. Esse montante, na conjuntura internacional como a que ora estamos vivendo, é algo extremamente importante para as reservas cambiais brasileiras.

Sr. Presidente, fizemos o relatório pedindo a aprovação desta matéria. Na discussão, foi suscitada uma questão importante, qual seja, uma negociação feita no Clube de Paris em 1992, que possibilitava a troca de 10% do valor nominal da dívida em equipamentos ou em produtos da Polônia. O Exército brasileiro estava tratando dessa questão com a Polônia. Então, colocamos no nosso relatório uma ressalva que autoriza o Governo brasileiro a fazer essa negociação com a Polônia, em que haveria até 10% de encontro de contas com produtos poloneses, que seriam destinados principalmente para equipar o Exército brasileiro na Amazônia.

Portanto, o parecer é pela aprovação da matéria como veio da Comissão de Assuntos Econômicos, já fazendo a ressalva da questão do Exército.

Meu parecer é contrário às emendas de plenário. Foram apresentadas sete emendas, sendo que a Senadora Heloísa Helena retirou duas. Todas as emendas têm um erro de avaliação econômica, porque essa receita é financeira, não é receita patrimonial nem de impostos. Se for deslocada para o Orçamento da União, aumentará o déficit primário, fazendo com que o Brasil não atinja o que já ficou definido na LDO.

Quanto às emendas que destinam esse recurso ao Orçamento, também dou parecer contrário porque, tecnicamente, essas emendas criariam problemas, ampliando o déficit primário e não dando condições para que o País equilibre suas finanças com a execução do nosso Orçamento.

Para dar um exemplo à Casa, a ressalva que está se fazendo de até 10% para o Ministério da Defesa, se for toda executada, gerará um déficit de R\$940 milhões. Ora, se todo o recurso dessa negociação for destinado ao Orçamento para execução em programas e projetos, criará um déficit primário de mais de R\$9 bilhões, o equivalente a mais recursos do que se tem para gastar em todo o Orçamento da União para investimentos.

Peço o entendimento dos Colegas, dos Srs. e das Sras Senadoras. Entendo a boa intenção dos autores das emendas no sentido de ampliar recursos para o Orçamento Federal, mas infelizmente, tecnicamente, isso criaria um problema para o Orçamento e para o País. Por isso meu parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer do Relator conclui contrariamente às emendas.

Cópias do parecer lido encontram-se à disposição das Sras e dos Srs. Senadores nas suas bancadas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e das emendas.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – Sr. Presidente. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o projeto de resolução em questão busca uma solução definitiva para o que ficou conhecido como “o escândalo das polonetas”, na década de 80, permitindo que o Brasil antecipe o recebimento do empréstimo que está sendo pago, desde 1992, em parcelas semestrais que só serão quitadas em 2009.

No início dos anos 70, os poloneses, adquiriram produtos e serviços do Brasil em valores superiores a R\$6 bilhões, financiados a curto prazo. À proporção

que os débitos foram vencendo, o então Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, percebeu que os poloneses não tinham como honrar seus compromissos com o Brasil. Na época, a Polônia passava por uma política com ascensão do Sindicato Solidarnosc, que acabou chegando ao poder sobre a liderança de Lech Walesa.

O máximo que os negociadores brasileiros conseguiram da Polônia foi o pagamento dos débitos por meio de papéis, uma nota promissória, comprometendo-se um dia a quitar o valor devido.

O escândalo dos empréstimos só veio à tona em 1983, quando o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou fac-símile do contrato com o Bank Handlowy Warszawa S/A, mostrando que o Governo brasileiro assinara um contrato em que a dívida só seria paga quando “dispusesse de recursos”. O texto excêntrico significava no fundo simplesmente “devo não nego, pago quando puder”, afirmava o Embaixador do Brasil na Polônia naquela época, José Osvaldo de Meira Pena, em texto de palestra sobre o assunto em 1996.

Destaca-se que a matéria foi inclusive objeto de investigação em CPI do Senado e da Câmara sobre a dívida externa, tendo o pagamento do empréstimo se iniciado em 1992, e mesmo assim com mais uma perda para o Brasil, posto que, negociada com o Clube de Paris, a dívida sofreu um deságio de 50%. Naquela ocasião, todavia, foi considerada pelo Governo como a única forma de receber o dinheiro polonês.

Desde aquela época, o Brasil só recebeu cerca de US\$300 milhões dos US\$3,8 bilhões acertados. Em 1992, no âmbito do Clube de Paris, o Brasil concordou, quando da renegociação da dívida, juntamente com outros credores da Polônia, entre eles a França e a Itália, em conceder aos poloneses um desconto do valor devido, a título de juros de 50%, preservando o principal do crédito, caindo o débito de US\$3,8 bilhões para, atualmente, US\$3,4 bilhões.

As parcelas semestrais pagas pela Polônia são crescentes e a última recebida foi de US\$93 milhões do principal e US\$1,7 milhão de juros, consoante informações do Senador Romero Jucá, publicada em **O Estado de S. Paulo**, em 02 de outubro de 2001, pág. B-5, Caderno de Economia e Finanças. Tal negociação foi aprovada pela Resolução nº 40/92 do Senado Federal.

A dívida em questão já foi renegociada para pagamento a longo prazo, em 21 de abril de 1991, mas o Ministro da Fazenda entendeu que é mais vantajoso receber o pagamento agora, com manutenção do principal e redução de juros, a partir de diretrizes es-

tabelecidas na Ata de Entendimentos, firmada no âmbito do Clube de Paris. O crédito vem sendo amortizado em parcelas semestrais crescentes, com o último vencimento previsto para 31 de março de 2009.

Do total dos créditos com a Polônia, 10% poderão ser utilizados para a compra, naquele País, de armamentos destinados a reequipar as divisões do Exército Brasileiro que operam na Amazônia se for aprovada emenda de autoria do Senador Carlos Bezerra, acolhida pelo Relator e também aprovada, ainda que o Senador Romero Jucá tenha recomendado em sentido contrário.

Constam do processado a Mensagem nº 174 do Ministério da Fazenda e parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ambos favoráveis à aprovação do Projeto de Resolução, tendo o tema sido submetido à aprovação do Senado.

Em síntese, foi apresentado como justificativa da operação pelo Ministério da Fazenda o fato de que "as mudanças que se verificaram, ao longo dos últimos anos, na situação econômico-financeira da Polônia, levando aquele País a atingir, junto às agências de classificação de risco, uma graduação de 'investimento', aliadas ao cenário atual de taxas de juros internacionais significativamente inferiores às aquelas praticadas quando do acordo de reestruturação da dívida polonesa, ensejam a oportunidade ímpar de o Brasil executar uma operação de antecipação do referido crédito, viabilizando a redução do desconto concedido. Do ponto de vista do Brasil, como credor, é evidente a vantagem de se realizar uma operação dessa natureza", segundo o Ministério da Fazenda.

Mas há que se assinalar, Sr. Presidente, que, entre 1991 e a presente data, houve uma melhora substancial na situação econômica da Polônia e uma redução no nível geral de taxas de juros no mercado internacional. A combinação desses dois fatores elevou o valor dos ativos poloneses.

Foram apresentadas, como alternativas para se aproveitar a situação econômica favorável da Polônia e desfavorável do cenário mundial econômico, as seguintes alternativas: a) transferência do fluxo financeiro para servir de lastro para a venda do crédito a uma terceira parte (securitização); b) simples venda da titularidade do contrato, ou mesmo a recompra por parte da Polônia.

Segundo o Relator, quando da votação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o Embaixador da Polônia no Brasil, Boguslaw Zakrezewski, procurou-o para manifestar o interesse do seu governo em recomprar a dívida do país.

Após analisar cuidadosamente o tema, nos parece, sob o ponto de Vista Econômico, é interessante a antecipação em questão, desde que os créditos resultem de venda para o próprio devedor, Polônia, posto que: a) a Polônia tem uma classificação de crédito bastante superior ao Brasil e antecipar o crédito significa levantar recursos a uma taxa de aproximadamente 8% ao ano, enquanto o custo Brasil atual, para uma operação de mesmo prazo, seria 14% ao ano; b) Os recursos provenientes da operação permitirão ao País liquidar parte de sua dívida mobiliária interna, de custo elevado; c) A antecipação dos créditos representa o recebimento de um valor estimado entre US\$2,4 a US\$2,5 bilhões, trazendo um importante reforço para as reservas internacionais, aumentando a capacidade da instituição de gerenciar a taxa de câmbio e os juros internos em um momento de instabilidade do mercado financeiro internacional.

Destaca-se que os créditos resultantes da operação serão destinados ao pagamento do serviço da dívida pública (juros e amortizações).

Entretanto, é importante que se frise que, consoante o § 1.º do art. 1.º do Projeto de Resolução em questão, "as operações que permitam o recebimento antecipado do crédito externo junto à Polônia, no montante de US\$3,400,000,000,00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), poderão ser realizadas mediante as opções de securitização, de venda, de recompra pelo devedor ou pela República da Polônia, ou ainda, de uma combinação entre as operações acima".

O Diretor Daniel Gleizer, por mim argüido na Comissão de Assuntos Econômicos, afirmou que a securitização consiste em converter créditos em títulos novos que, em seguida, são também oferecidos no mercado, mas com o cuidado de manter o valor real do crédito (considerando cobrança de juros, taxas e etc.). Tal opção não é tão boa para o Brasil, porque este tem uma taxa de risco superior ao que tem hoje a Polônia, fato que refletiria nos preços dos títulos securitizados.

Foi rejeitada pelo voto de desempate do Presidente da CAE, Senador Lúcio Alcântara, a Emenda do Senador Paulo Hartung, que pretendia destinar todos os recursos angariados com a operação aos investimentos do Orçamento da União de 2002, dos quais 40% iriam para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A aprovação do Projeto de Resolução, representa a antecipação de receita futura, que poderia ser utilizada pelo próximo Presidente da República. Além disso, a atualização de tais recursos para pagamento

de serviço da dívida pública e não para o crescimento de regiões mais pobres é algo que contraria o discurso que temos feito.

Por fim, opções como a securitização do crédito com os poloneses, ou a venda dos créditos no mercado, representariam um certo prejuízo para o Brasil. A melhor opção seria a venda do crédito para o próprio devedor, a Polônia.

Mas, em virtude de ainda não termos todos os esclarecimentos que considerávamos importantes neste caso, pessoalmente, Sr. Presidente, vou me abster da votação dessa matéria. E assim o fizemos, os membros do PT e da oposição, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é evidente que a operação propriamente dita já foi amplamente discutida, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como agora pelo Senador Eduardo Suplicy. O esforço que gostaríamos que a Casa compreendesse é no sentido de promover uma alteração no art. 6º. Concordamos que, de acordo com o que está colocado no art. 5º, 10% do principal referido nessa resolução possa ser destinado ao Ministério da Defesa em benefício de todos os comandos militares em seus programas de reaparelhamento, até porque todos sabemos as condições de infâmia do ponto de vista orçamentário que o Governo Federal impõe às Forças Armadas deste País.

Como fazemos de conta que lidamos com orçamento, porque não o definimos e, sim, garimpamos 15% dos recursos que podem ser alterados pela Casa. Nesses 15% muitas vezes garimpamos das Forças Armadas também para destinarmos para outras áreas como educação, saúde e outras de políticas sociais.

Entendemos, assim, que é importante que 10% possam ser destinados para promover o reaparelhamento dos comandos militares que será definido pelo Ministério da Defesa. Entretanto, o nosso esforço de promover a alteração é em relação ao art. 6º que estabelece o mérito, o sentido, o espírito da operação muito bem definido.

Todos sabemos que a operação significa claramente uma alteração do fluxo original do repasse de recursos, portanto uma antecipação de recursos ao Governo brasileiro. Assim sendo, a alteração que gos-

taríamos de promover é no Art. 6º que dispõe que os recursos decorrentes dessas operações serão obrigatoriamente utilizados para o abatimento da dívida pública interna.

É evidente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que todos na Casa sabemos exatamente o que significa isso, a velha política de seduzir a nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta terra, problemas gravíssimos de recessão, juros altos, ausência de investimentos. Não é sem razão que o volume total de investimentos constantes nos últimos cinco anos de orçamento da União, não ultrapassa 1% do Produto Interno Bruto, situando-se sempre, em média, em sete bilhões anuais.

Todos nós, nesta Casa, passamos o tempo todo reclamando da ausência de investimentos. Não adianta dizer que não há problema, pois a partir do momento que se diminui o comprometimento da receita pagando os juros e serviços da dívida, imediatamente, sobra dinheiro para investir nas políticas sociais.

O problema é que essa matemática e essa lógica formal não acontecem. Ninguém está discutindo estabilidade econômica. O superávit primário está nos conformes, aliás, sempre além do que é exigido. Portanto, o esforço que fazemos é para que os recursos captados neste momento – e existe claramente antecipação na captação de recursos, com uma alteração do fluxo original de repasse – sejam utilizados em investimentos constantes na Lei Orçamentária anual da União e distribuídos, de forma equânime, entre as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que são claramente as mais pobres do País.

O esforço e o apelo que fazemos, Sr. Presidente, é no sentido de possibilitar que os parques recursos disponibilizados para investimentos, na Lei Orçamentária anual, sejam oxigenados com mais de US\$3 bilhões a fim de que haja a possibilidade de novos investimentos para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Lauro Campos, pelo prazo regimental de dez minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, após discussão exaustiva na Comissão de Assuntos Econômicos e após a brilhante exposição do Senador Eduardo Suplicy e da fulgurante exposição da Senadora Heloísa Helena, parece-me que não há muito a acrescentar. Realmente, é surpreendente! O Brasil é PhD em pedir dinheiro emprestado. Para pedir dinheiro emprestado, não há

como o Brasil; e não há como o Senado Federal para carimbar. Nunca vi tanta habilidade, tanta agilidade, tanta presteza para nos endividar. Isso nós sabemos muito bem. Mas desta vez o Brasil foi se meter a emprestador. Fez um **supply credit**. Colocou à disposição da Polônia US\$6 bilhões a fim de que a Polônia, como acontece com os **supply credits**, comprasse produtos brasileiros.

Ela levou os produtos e não pagou nada. Já faz 30 anos, e o Brasil não consegue receber. Desde que não recebemos, desde que entramos nessa canoa furada, há 30 anos, devíamos pelo menos aprender que dar o calote - como o que levamos da Polônia - não é tão grave assim. O Brasil não fez nada com a Polônia; apenas consentiu em reduzir uma dívida de US\$6 bilhões para US\$3 bilhões e pouco. Então, desde que não tivemos senão prejuízo na operação das polonetas, devíamos, pelo menos, agora aprender com a Polônia a não pagar, a dar o calote também, com toda a confiança de que nada acontece com as dezenas de calotes que o capitalismo mundial já deu no século XX.

De modo que estou de pleno acordo com a proposta da Senadora Heloísa Helena de reservar esses 10% para a compra de armamentos para a Região Amazônica e de, obviamente, protestar. Vendemos todas as empresas estatais, vendemos a noiva, vendemos o vestido da noiva, vendemos tudo. E a dívida pública só faz crescer: R\$606 bilhões. Não acreditamos, absolutamente, que serão esses R\$2,5 bilhões quer farão falta no processo de redução da dívida pública brasileira.

Portanto, apoiamos integralmente a proposta da Senadora Heloísa Helena e esperamos que pelo menos uma parte desse dinheirinho, com 30 anos de atraso, seja aplicado convenientemente, não para pagar juros a banqueiros e colocar isso no giro, na ciranda da dívida pública, mas para aplicá-lo em áreas sociais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua a discussão.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra, para discutir.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão que estamos discutindo é muito importante e percebo que não tem a devida atenção, neste momento, da maioria dos Senadores.

Esta é, para nós, uma grande oportunidade de influenciarmos nas decisões do Governo e de melhorarmos as condições de crescimento do nosso País e de investimento em todo o território nacional, especialmente nas regiões mais pobres do Brasil – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O que estamos discutindo aqui?

Na década de 80, a Polônia adquiriu do Brasil serviços e bens em valores superiores a US\$6 bilhões. Era Ministro o Sr. Mario Henrique Simonsen, que percebeu que não teria a Polônia condições de fazer os pagamentos.

O Senador Lauro Campos tem absoluta razão: uma lição deveríamos tirar desse fato e fazer o que fez a Polônia. Em 1983, seu embaixador disse claramente ao Brasil: "Devo, não nego; pago quando puder." Naquele momento, a Polônia não podia pagar a dívida e não a pagou.

E o que fez o Governo brasileiro? Renegociou os títulos por papéis, espécie de notas promissórias, e reduziu o valor do débito em exatamente 50%. O Governo brasileiro perdeu, naquela época, 50% do valor do empréstimo concedido em bens e serviços aos poloneses. É a primeira lição que devemos aprender. Os poloneses não foram extorquidos com juros altos, com juros fora do mercado. Passavam por uma crise e disseram: não pagaremos.

Qual foi o resultado dessa atitude? O risco de investimento da Polônia, hoje, está infinitamente abaixo do risco de investimento brasileiro. As entidades que estabelecem o risco capital colocam a Polônia em uma situação estável e admitem investimentos naquele país. Vivendo um momento de dificuldade, a Polônia optou por não pagar, por reativar sua economia, por recuperar-se, por crescer, para, então, pagar. Hoje, já se encontra quem compre esses títulos.

A Polônia vem, desde 1992, pagando ao Banco Central as promissórias semestrais, que vão crescendo ano a ano. O pagamento terminará em 2009. A Polônia, como já disse, está numa qualificação de risco infinitamente abaixo da qualificação de risco do Estado brasileiro.

E o Governo, por sua vez, vem pedir a permissão do Senado da República para negociar essa dívida por um valor entre US\$2,4 a US\$2,5 bilhões. Qual é o objetivo do Governo brasileiro? Creio que seja um só, o mesmo de todo o Governo Fernando Henrique Cardoso desde a época em que assumiu a Presidência da República, aliás, o Ministério da Fazenda: pagar a dívida interna na tentativa de diminuí-la. O engraçado é que nunca conseguiu esse intento. Quando

Sua Excelência assumiu o Governo, devíamos R\$54 bilhões; hoje já ultrapassamos a casa dos R\$640 bilhões e já vendemos quase todo o patrimônio nacional, mas não conseguimos diminuir essa dívida.

Agora, o Governo brasileiro tem a chance de receber US\$2,4 bilhões, o que significa em reais aproximadamente R\$7 bilhões. E o que vamos fazer com esse dinheiro? Jogar no pagamento da dívida interna, que hoje paga juros de 19% ao ano, além da correção da desvalorização cambial. Hoje 30% dos títulos da dívida mobiliária do Governo estão vinculados ao dólar. O cidadão que tem esses títulos – não importa quanto o real seja desvalorizado em função do dólar – vai receber toda essa correção com o valor do dólar na cotação do dia e ainda com juros de 19% ao ano. Se retirarmos a inflação, que fica em torno de 6% ao ano, teremos um ganho real de 13% ao ano, o que significa transferência de riqueza para os banqueiros nacionais e internacionais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, alerta para este fato. Não é possível que V. Ex^{as} continuem aceitando imposição do Executivo nesta Casa, fazendo o que desejam o Senhor Fernando Henrique Cardoso e o Sr. Pedro Malan, simplesmente aceitando ordens, quando temos, neste momento, nas nossas mãos, o poder de decidir que haja negociação para esses recursos. Podemos receber os 2 bilhões em vez dos 6 bilhões que mandamos para os poloneses, mas deveríamos utilizá-los em investimento e crescimento econômico, e não em simples pagamento dessa dívida astronômica, da qual o Governo tem o dever de reduzir os juros, mas não o faz de forma nenhuma.

Foi apresentada uma emenda propondo que 10% desse recurso vão para o Exército Brasileiro para o fortalecimento das nossas fronteiras. Ela foi aceita pela Comissão e o próprio relator, Líder do Governo nesta Casa, acatou-a. Estamos votando o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos pela aprovação da emenda.

Se foi possível parte do recurso para o fortalecimento do Exército Brasileiro, para a proteção das nossas fronteiras, por que os 90% não podem ser usados em investimento para promover o crescimento econômico do País?

O Senador Paulo Hartung fez uma proposta na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu e o Senador Antonio Carlos Valadares fizemos aqui uma proposta para ser votada agora, uma emenda de plenário; a Senadora Heloísa Helena e o Senador José Eduardo Dutra também apresentaram emendas. A emenda do Senador Paulo Hartung é no sentido de que o dinheiro seja usado em investimentos e que 40% desses re-

ursos fossem utilizados nas regiões mais pobres deste País: Nordeste, Centro-Oeste e Norte brasileiros. Essa emenda foi rejeitada na Comissão, mas está aqui no plenário para ser votada.

Será que os Senadores desta Casa não percebem a oportunidade que têm? É muito engraçado os Senadores virem ao plenário, à tribuna, e falarem da fome no Brasil e da miséria, como assistimos hoje, no Dia Mundial da Alimentação. Pretendo também falar sobre isso após a Ordem do Dia. Todo mundo fala, critica, alerta, mas, na hora em que chega às nossas mãos uma oportunidade clara de contribuir para diminuir a fome, para que o Brasil cresça mais, invista mais em hidrelétricas, estradas, ferrovias, escolas; enfim, investimentos de toda ordem podem ser feitos, jogamos essa oportunidade fora porque temos que obedecer à ordem do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Onde ficam os Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste? Somos 60 Senadores entre 81, que representam as regiões mais pobres deste País: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por que não usamos a confiança que o povo nos delegou? Por que não fazemos uma representação autêntica do nosso mandato? Por que não buscamos melhorar a vida do povo das nossas regiões, propondo uma mudança nesta indicação do Governo? Não aprovaremos este projeto, porque ele representa outro prejuízo: é um dinheiro que o Senhor Fernando Henrique Cardoso está antecipando, que poderia estar na mão do próximo Presidente da República do Brasil, que, com certeza, faria melhor uso desse recurso. O Senhor Fernando Henrique Cardoso quer antecipar para jogar fora, como jogou o dinheiro das estatais, do sistema telefônico e de tudo o que vendeu. Jogou fora mesmo, porque a dívida só aumentou, e o Brasil não cresceu!

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é a oportunidade. Se eu não perceber que nesta Casa há a possibilidade de aprovação da emenda que destina 90% para investimento – 10% já foi aprovado para o Exército e, diga-se de passagem, está escrito na emenda que deverão ser utilizados... o Governo optará por aplicar ou não em favor do Exército, e como este Governo é dominado pela ansiedade no sentido de só pagar juros e de atender a banqueiros, duvido que ele respeite essa emenda que está sendo apreciada e destine 10% ao Exército Brasileiro. Duvido! Se não virmos possibilidade de aprovar essa emenda que traria recursos para investimentos em nosso País e que daria 40% para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro, tende, pela sua Liderança, a votar contra

este projeto, pois trata-se de uma antecipação de receita que poderia ser utilizada pelo próximo Presidente da República, que, com certeza, haveria de utilizá-la de forma muito mais eficiente, muito mais voltada aos interesses do Brasil do que o faz o atual Presidente.

Por isso, se não percebermos os interesses das Lideranças de votar com essas emendas, o nosso voto será contra a aprovação deste projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua a discussão do projeto e das emendas.

Com a palavra o Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a típica operação que tem de ser refletida na sua origem e procedência.

Foi um mal negócio feito pelo Governo brasileiro, denunciado, à época, como "polonetas", de triste memória; uma negociação que visava a estimular a exportação, frustrada em função das condições financeiras do País. Depois, na busca de salvar o que podiam, fizeram um entendimento para receber juros de 0,84%. Isso não remunera o capital brasileiro, não remunera a necessidade de uma composição cambial. E o Brasil recebe, anualmente, por volta de R\$80, 90 milhões.

A proposta apresentada está longe de ser ideal, distante de ser aquilo que nós desejaríamos. Sem me aprofundar ou entrar no mérito da sua aplicação, se esse recurso de fato for recebido e amortizar a nossa dívida interna, o Brasil deixará de pagar, de juros, o equivalente a dois bilhões de reais por ano. Sr. Presidente, essa é a conta matemática. Nós estaremos deixando de pagar dois bilhões de reais para receber 84 milhões.

Neste momento, as demais nuances da negociação, naturalmente, não estão em jogo. Não adianta recapitularmos o que aconteceu. A operação foi realizada. A ficar como está, continuaremos recebendo 0,84% e pagando 20% da dívida interna.

Vejo, neste sentido, que o Brasil deve, sim, tentar reduzir o seu endividamento, deve buscar alternativas para diminuir os seus compromissos financeiros, porque, assim fazendo, poderemos aplicar o recurso que estamos gastando com juros em obras sociais, de investimento, para matar a fome da população, melhorar a educação, a saúde.

Matematicamente, manifesto-me favorável a que haja antecipação do recebimento.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte, Senador Arlindo Porto?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Com prazer, ilustre Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador, a afirmação de V. Ex^a tem sido a do Presidente Fernando Henrique ao longo destes sete anos de Governo. Entretanto, não houve nenhuma mudança. Para onde foi o dinheiro de tudo o que se vendeu neste País? Foram mais de R\$80 bilhões, e a dívida saltou de 54 bilhões para 640 bilhões. A fome do capital internacional é insaciável! Vamos jogar mais dinheiro fora e não vamos diminuir essa dívida em hipótese alguma. Estamos sacrificando o povo brasileiro. E, no meu entendimento, V. Ex^a não deveria continuar com esse argumento, que não surtiu nenhum resultado. A prova está aí, uma prova material, contábil, incontestável, inegável. Dizer que vai diminuir o montante para aplicá-lo no social!? Isso não aconteceu ao longo destes sete anos e meio e não vai acontecer mais uma vez.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Entendo o argumento de V. Ex^a. Restringi-me a tecer um comentário da negociação que está sendo feita. Da mesma forma, causa-me estranheza ver propostas aqui apresentadas para buscar contratos e muitos dos que usaram da palavra hoje serem contrários a que haja endividamento, a que se busque mais financiamento externo para investimento. Então, começo a não entender esse comportamento e imagino que muitos também não o entendam. Num determinado momento, são contra o financiamento, porque não querem o aumento do endividamento; em outro momento, quando se pode diminuir o valor da dívida interna, também são contrários. Agora, analiso este projeto que está sendo apresentado. Naturalmente, seria importante para nós e para a sociedade brasileira saber a razão do crescimento dessa dívida. Talvez o ilustre Senador Ademir Andrade possa, de maneira lúcida e clara, apresentar-nos a matemática de seu crescimento. Penso que este é um debate que devemos implementar nesta Casa. Não está em discussão a dívida anterior ou esta dívida.

O que estou defendendo é, simplesmente, que a redução do endividamento deve ser um objetivo do governo e um anseio do povo brasileiro. O que há aqui é uma incoerência de, em um momento, não se querer que se aumente o endividamento e, em outro, quando se diminui o endividamento, colocar-se óbices. O ideal seria – e nós, congressistas, temos condições para isso – termos autonomia para colocar recursos para investimento.

O momento é de discussão do orçamento. Ele nos permite que façamos mudanças, e não estamos definindo essas prioridades. Cabe-nos apresentar onde buscar recursos do custeio, de onde reduzir o custeio, para aplicar em investimento.

Não estou aqui na condição de Líder do Governo. Individualmente, não faço parte da base de apoio do Governo. Estou agindo de maneira coerente com a minha consciência, pois defendo que precisamos reduzir os encargos financeiros neste País. Não podemos continuar pagando tantos juros, não tendo recurso para investimento. O Brasil não pode ficar, mal e parcamente, apenas fazendo custeio. Não haverá outra alternativa senão reduzir as despesas, os encargos financeiros, para, quem sabe, se não no presente, mas no futuro, que espero não esteja muito distante, podermos, aí sim, reduzir juros para fazer investimento ou para melhor assistir à população carente deste País.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero encaminhar favoravelmente à matéria, que está devidamente analisada, com brilho, aliás, por todas as posições deste Senado, e dar uma palavra para a compreensão do que significa, neste instante nacional e internacional, a possibilidade de entrada, no Tesouro, de recursos com os quais enfrentar problemas agudos, sobretudo problemas emergenciais, surgidos dessa crise.

Estamos à beira de uma falência argentina, com todas as dificuldades por que passa o mundo num momento em que sofre uma sacudida de natureza brutal, porém com repercussões na economia dos países. Não há nenhuma solidez nessa economia internacional. Os argumentos aqui expendidos, todos com extremo talento, muitas vezes aludem à fragilidade dessa ordem internacional, com base não apenas no mercado, como na atividade financeiri-

ra. Isso é real, isso é verdadeiro. É um fato da realidade, não é um desejo. É uma contingência da globalização, não uma opção de natureza política ou ideológica. O mundo está interligado. O capital financeiro ficou internacional. Às vinte e duas horas, horário do Brasil, já se pode saber o movimento das bolsas no Oriente. Essa circunstância torna, ao mesmo tempo, pujante e frágil a estrutura do mercado financeiro. O Brasil precisa estar defeso contra isso. As medidas estão sendo tomadas, mas temos problemas agudos. Há o risco Argentina, que, recentemente, pelas informações internacionais, atingiu patamares nunca antes alcançados. O próprio risco Brasil aumentou. Por esses motivos, pondero com os Srs. Senadores.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Concedo o aparte, Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Artur da Távola, tenho uma admiração muito grande por V. Ex^a e o considero um dos Senadores mais brilhantes desta Casa. Imagino como deve ser difícil ser Líder do Governo nesta hora. O que a Polônia fez deveria servir de lição para o Brasil, que deveria, primeiramente, crescer para, depois, poder pagar. E quero registrar que o Orçamento do ano que vem – V. Ex^a deve saber disso – tem R\$141 bilhões destinados a serviços e juros da dívida. São R\$141 bilhões! Sabe quanto tem para investimento? Apenas R\$8 bilhões. São R\$140 bilhões contra R\$8 bilhões! Veja que os poloneses foram muito mais capazes, muito mais inteligentes, muito mais cômicos dos seus problemas e da maneira de resolvê-los em benefício do seu próprio povo do que, infelizmente, está sendo o Governo Fernando Henrique Cardoso. Além disso, essa antecipação de dívida, volto a dizer, é um prejuízo, já que será um dinheiro tão mal usado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Obrigado, Senador. V. Ex^a fez um aparte eminentemente oposicionista; brilhante, como tudo que sai de V. Ex^a, porém focado na posição oposicionista. Estou fazendo aqui, muito mais do que uma defesa do Governo, uma ponderação sobre o fato em si que estamos debatendo agora nesta Casa e votaremos em seguida, jungindo esse fato a uma situação nacional e internacional. Qualquer pessoa do Governo, até mesmo V. Ex^a, se fosse Presidente da República – o que aliás é uma boa sugestão para a Oposição –, estaria igualmente preocupado com essa questão. Qu-

alquer Governo teme a vulnerabilidade diante de uma crise internacional cujos desdobramentos são absolutamente imprevisíveis, numa economia praticamente **on line** no mundo.

Neste instante, o abatimento da ordem de US\$3,4 bilhões e a entrada desses recursos no Orçamento significam o fortalecimento de um setor combatido por acertos e erros cometidos pelo País ao longo do tempo.

Não me pareceu adequado na fala de V. Ex^a situar, no Governo Fernando Henrique, problema que se acumula há anos e que vem sendo enfrentado. V. Ex^a usou a expressão: "crescer para depois poder pagar". É exatamente esta a tese do Governo Fernando Henrique: fazer o País crescer para depois poder arcar com suas dívidas. E o País vem renegociando seus débitos, operando, de forma competente, o tamanho brutal da dívida encontrada.

Abordei esse assunto, fazendo um breve desvio do tema central em homenagem a V. Ex^a pela gentileza do aparte. O tema central é o instante internacional, a importância dessa matéria para o Tesouro num fim de ano, com tudo o que pode significar de solidez para a nossa economia.

O Governo vota favoravelmente e apela aos Partidos da base e, pessoalmente, a cada um dos Srs. Senadores, sobretudo àqueles que abriram a questão, que pelo menos considerem os argumentos expostos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra para discutir.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Romero Jucá, Relator desta matéria, proferiu parecer contrário às emendas, embasado no mais absoluto e cristalino fundamentalismo contábil. A argumentação é que a aprovação das emendas teria o condão de, automaticamente, aumentar R\$9 bilhões no déficit primário.

O raciocínio do Senador Romero Jucá peca na origem. A afirmativa de que "essa emenda aumentará R\$9 bilhões ao déficit primário" seria verdadeira se houvesse um déficit primário, o que não há. Então, na melhor das hipóteses, para que o Senador Romero Jucá não fique completamente errado, o correto seria dizer que haverá uma diminuição de R\$9 bilhões do superávit primário.

Mas a questão não é apenas essa. Reporto-me a alguns argumentos, brandidos na Comissão de Assuntos Econômicos, contrários à emenda. Alguns deles diziam que se trata de uma ilusão porque o fato de estabelecer-se que os recursos devem ser destinados a investimento não significa garantia disso, tendo em vista que o Executivo tem o poder de contingenciar o Orçamento e não de gerar investimento. Ora, de acordo com esse argumento, o Congresso Nacional deveria parar de discutir o Orçamento, já que tudo pode ser contingenciado – geralmente pode ser. Mas esse é um outro assunto, relacionado à necessidade imperiosa de se estabelecer o Orçamento imperativo no Brasil, que não está no bojo da discussão desta emenda.

Esse argumento da ilusão pode ser aplicado também ao art. 5º, quando diz que a União está autorizada a investir no Ministério da Defesa. Qual é o sinal que esse art. 5º dá como expressão da vontade do Senado Federal? É de que, pelo menos nesses 10%, não se aplica o fundamentalismo econômico ou contábil do Senador Romero Jucá, porque esses recursos poderão ser utilizados para o Ministério da Defesa em programa de reaparelhamento. Por quê? Porque o Senado Federal entende que o reaparelhamento do Ministério da Defesa é uma questão urgente. Ora, será que não há outras questões urgentes? Será que a discussão é simplesmente contábil, de que vamos abater R\$3 bilhões na dívida pública e economizar não sei quantos dígitos de pagamento de juros, o que, matematicamente, como disse o Senador Arlindo Porto, é vantajoso? Mas estamos nos esquecendo de que economia é mais do que a contabilidade, e que esses três bilhões poderiam ser destinados para investimento, gerando crescimento, aumentando a arrecadação e, conseqüentemente, compensando essa continuidade dos juros que estariam sendo pagos.

Todavia, a questão não é de fundamentalismo econômico e muito menos de fundamentalismo contábil. Os Estados Unidos estão dando um exemplo neste momento. Esse País está em uma guerra; todavia, para possibilitar a ativação da economia em alguns setores, abandona os princípios do velho e bom liberalismo. Aquele Estado está agindo para incentivar a economia, viabilizar o crescimento ou, pelo menos, evitar a quebra de alguns setores econômicos importantes.

As demandas sociais dos Estados Unidos são infinitamente menores do que as nossas, mas eles

fazem isso. O Brasil não faz; opta pelo fundamentalismo econômico, quando não estamos em guerra com nenhuma outra Nação e nem com terroristas, mas deveríamos, sim, estar em guerra contra a fome.

É muito fácil para o Senado fazer uma sessão de homenagem, de discursos, ao Dia Mundial da Alimentação. No entanto, quando há uma oportunidade de, concretamente, possibilitar o investimento de R\$3 bilhões nas regiões menos desenvolvidas do Brasil, o que contribuiria não só para aumentar o desenvolvimento, mas também para diminuir as profundas diferenças regionais que ainda existem, não encaramos a questão como fundamental.

Podemos até encarar a questão do reaparelhamento do Ministério da Defesa como fundamental, embora ainda dando poder ao Executivo – e sabemos que é assim e que continuará sendo. Todavia, não consideramos como fundamental a guerra que temos que deflagrar contra as desigualdades. E, insisto, isso significaria uma redução do superávit primário e não um aumento do déficit primário. Mas uma redução do superávit primário que não pode ser apenas encarada matematicamente por ter efeitos na economia, pois significa também desenvolvimento, crescimento e aumento de arrecadação.

Há diversas emendas com algumas pequenas diferenças, mas com um ponto comum entre elas, de que os recursos devam ser utilizados para investimentos em vez abaterem a dívida pública. Algumas estabelecem sem destinação. Outras estabelecem no mínimo 40% para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Outras propõem que a totalidade vá para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Estamos ainda analisando se pediremos destaque para algumas. Seria até interessante. Como haverá um parecer contrário, se votar em bloco e o Plenário aprovar, teria que, na redação final, encontrar uma solução, já que há diferenças entre elas. Seria até interessante que isso viesse a acontecer, embora saibamos que - aí sim vale a aritmética, a matemática - essa possibilidade é muito remota.

Acreditamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esta discussão não pode continuar sendo encaminhada com esse princípio do fundamentalismo contábil. É uma discussão que está relacionada ao modelo de política econômica que o Brasil pretende ter e, principalmente, a saber se US\$3 bilhões podem ou não contribuir para diminuir desigualdades, e ter um efeito indutor na economia brasileira, o que,

com certeza, traria os resultados matematicamente esperados, como disse agora o Senador Arlindo Porto, para que essa conta não seja apenas aritmética.

Vamos votar a favor de uma das emendas ou de todas elas, dependendo de como o processo for conduzido.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de resolução trata de um crédito de que o Brasil dispõe junto à Polônia, no valor de US\$3,4 bilhões. Mas, havendo negociação de acordo com entendimentos feitos no âmbito do Clube de Paris, esse crédito será reduzido a 50%, à metade, US\$1,7 bilhão.

Ora, Sr. Presidente, não dispor de recursos que, perante a dívida astronômica que possuímos, representam uma gota d'água, é mais um castigo para o povo brasileiro. Se não, vejamos: qual a dívida do Brasil em dólares? Duzentos e trinta e seis bilhões de dólares.

O Governo afirma que o dinheiro que vem de fora, que é nosso e volta ao País, é para abater a dívida. Se fossem US\$100 bilhões ou US\$200 bilhões, aí sim, estaríamos aqui nos empenhando, sem dúvida, para que o Brasil deixasse zerada a sua dívida e partisse para o crescimento, o desenvolvimento, para os investimentos necessários a socorrer o povo brasileiro do desemprego, da fome e da miséria em que vive em muitas regiões do País.

Tenha paciência, Sr. Presidente! O FMI não permitir que esse recurso, tão ínfimo face ao grande volume da nossa dívida, seja utilizado em investimento, e sim no pagamento da dívida, é uma interferência indevida, é mais uma subordinação do Governo às determinações de fora, é uma obediência à cartilha do mercado internacional, dirigida pelo Fundo Monetário Internacional.

O Orçamento da União é uma verdadeira peça de ficção. Antes já era, e se agravou neste Governo. Foi dito aqui pelo Senador Ademir Andrade que, para investimento, somente R\$8 bilhões. Ora, se nós acrescentássemos US\$1,7 bilhão a esses R\$8 bilhões, nós passaríamos a R\$11 bilhões em investimentos, e aí estaríamos atendendo a áreas sensíveis

is que praticamente foram abandonadas nesses últimos tempos, como, por exemplo, o setor habitacional.

Nós temos um déficit de mais de 6 milhões de habitações. As estradas estão aí ao deus-dará, abandonadas, cheias de buracos, o que representa, na verdade, o descaso do Governo para com o setor que o Brasil privilegiou, quando deveria ter privilegiado as estradas de ferro, como fizeram países desenvolvidos como os Estados Unidos e países da Europa.

O Governo abandonou as estradas, não tem dinheiro para fazer casas, vendeu praticamente todas as nossas estatais. Só não vendeu a Petrobras por causa do Senado. Fizemos uma emenda, que foi assinada até pelos Senadores da Bancada governista, batemos o pé, e o Governo recuou. Mas ia vender a Petrobras, só não a vendeu por causa do Senado. Vendeu a Vale do Rio Doce, vendeu tudo. E não vendeu mais porque veio, por azar, o demonstrativo dos equívocos do Governo, da imprevidência do Governo, que foi o racionamento. Aí, desmoralizou tudo. Se não tivesse acontecido o racionamento, logo teríamos outras privatizações, a do sistema energético do Brasil, como a Chesf.

De sorte, Sr. Presidente, que isto aqui é café pequeno. Para que o Governo quer abater uma dívida de R\$236 bilhões com R\$1,7 bilhão? Já vendeu tudo e não deu! Só faltou vender o Palácio da Alvorada para pagar a dívida, e não deu! E agora o Governo vem com essa conversa de João sem braço, insiste em dizer que vai receber um crédito do exterior que lhe é devido e que é para pagar a dívida. Isso, Sr. Presidente, é querer mamar do Senado, da opinião pública, da sociedade brasileira, que está acompanhando essa política que vem prejudicando a autonomia do nosso País e desmoralizando a política econômica do Governo.

Para terminar, Sr. Presidente, porque aqui todos já disseram o que queriam, expuseram os seus pontos de vista, revelei o meu por meio de um fato concreto: a Emenda nº 1, que propõe a utilização do crédito que vier para o Brasil – seja de US\$1,7 bilhão, seja de US\$2 bilhões – em obras de investimento.

Há pouco, estive lendo uma reportagem sobre Angra III. O Governo Federal investiu mais de US\$1,3 bilhão na compra de equipamentos, terrenos e edificações, com o objetivo de reduzir as limitações de nossa matriz energética. Teríamos perto de

1.300mw de energia adicional, que seriam adicionados ao perfil energético do Sul e Sudeste do País. Precisamos apenas de US\$1,3 bilhão, e o Brasil ainda está pensando se levará ou não aquela usina nuclear para frente, põe defeito nos ecologistas... Ora, filho de Deus, já não há Angra I e Angra II? Elas, por acaso, mataram alguém? Não mataram!

O que está acontecendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Governo não tem política. A sua única preocupação, o seu único desejo, o seu único "tensão" é pagar a dívida externa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, Tancredo Neves, na iminência de assumir a Presidência da República, dizia que o Brasil procuraria honrar seus compromissos externos, que não negaria o que deve. S. Ex^a afirmava, e não me esqueço, que, em primeiro lugar, precisávamos ter o necessário para que o País pudesse progredir. Não podemos tirar dos brasileiros o indispensável e enviar para o exterior. A alimentação é indispensável para que os brasileiros possam viver, o essencial, o fundamental. Só depois poderemos atender a outras demandas, mesmo que seja paulatinamente. É o que o Brasil vem fazendo.

Ainda há pouco, o Líder do Governo dizia que o Governo brasileiro tem conseguido reaglutinar, repactuar seus compromissos com o mundo financeiro internacional, ou seja, que ele tem conseguido dar a volta por cima.

O Senador Antonio Carlos Valadares afirmou que os nossos compromissos estão em torno de US\$236 bilhões. Enquanto estamos aqui discutindo uma antecipação, uma importância de US\$1,7 bilhão, as famosas polonetas, que, de US\$3,4 bilhões, seriam reduzidas à metade aproximadamente. Estamos discutindo se vamos abater de uma dívida astronômica esse valor ou se vamos aplicá-lo em setores que, de acordo com o Orçamento, deles estão necessitando para oxigenar suas atividades. O Governo pergunta onde o Congresso irá buscar os recursos para tentar alavancar um pouco alguns setores. Esse assunto é debatido a todo instante, e quando há possibilidade de buscarmos uma parte desses recursos, ou seja, o US\$1,7 bilhão para ajudar na ativação de alguns setores econômicos, vem o Governo preconizando o abatimento dessa "pequena im-

portância" em relação a uma dívida extraordinária, de tantos bilhões de dólares.

E se o Governo vem negociando, repactuando, conseguindo prazos mais elásticos para a dívida, por que não usar essa importância naquilo que é essencial, importante para reacendermos a economia brasileira?

Não vamos mandar para o exterior o dinheiro que é essencial, importante, repito, para a reativação de diversos setores da economia. Por isso, comungo com a tese de que, neste momento, precisamos usar esse dinheiro para, como disse antes, implementarmos o mínimo de reaquecimento da economia. Os desdobramentos – quem sabe – serão melhores e nos ajudarão a abater os compromissos. Eles existem e ninguém os nega. Poderemos avançar em setores importantes da economia nacional.

Sr. Presidente, nobres colegas, são as ponderações que não podia deixar de fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, na qualidade de Relator, para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, farei um resumo do que foi dito aqui, no debate, e alguns esclarecimentos que considero extremamente importantes.

Primeiro, essa dívida foi feita na década de 70. Não estamos votando aumento de dívida do País nem crédito para a Polônia. Estamos votando uma matéria que nos possibilita receber recursos da Polônia, os quais, no passado, foram considerados perdidos.

Segundo, rebato observações apresentadas aqui de que, para se aprovar essa matéria, incluindo no Orçamento e aumentando o déficit primário — foi dito aqui, por inúmeras vezes —, o Governo não investiu no social e não fez o que deveria fazer.

Ora, Sr. Presidente, a cada ano, observamos que o Governo ampliou o investimento social no País, os números do Orçamento federal estão aí para serem analisados. As ações têm crescido; agora, concordamos que é necessário fazer-se mais. Porém, o Governo tem feito um esforço no sentido de ampliar os investimentos sociais de um lado e, de

outro, procura manter o equilíbrio fiscal, conter o déficit, refazer a questão econômico-financeira do País.

Uma outra questão tratada aqui: se foi feito o acordo sobre a possibilidade de 10% para o Exército brasileiro, por que não fazer para o resto? Simplesmente porque o Exército Brasileiro vem tratando desse assunto há mais de cinco anos, e essa ressalva de 10% do encontro de contas foi feita quando do acordo do Clube de Paris, em 1992. Portanto, estamos, nada mais, nada menos, do que dando prosseguimento ao acordo iniciado e firmado em 1992.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Conceda-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Concedo um aparte à Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Romero Jucá, indaguei ao Senador Artur da Távola, ainda há pouco, como Líder do Governo, e também ao Senador Geraldo Melo, mas infelizmente ainda não obtive retorno, a respeito de uma matéria que está hoje no jornal **O Estado de S. Paulo**. A referida matéria dá conta de que o dinheiro do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, da ordem de mais ou menos R\$3 bilhões, teve um corte no que concerne aos recursos do Bolsa-Escola da ordem de R\$1 bilhão, e que os recursos, que eram de R\$1,486 bilhão, estão agora em R\$486 milhões para os programas do Bolsa-Escola. V. Exª acaba de dizer que o Governo o ampliou nominalmente. Porém, do ponto de vista prático, se uma matéria dessas se confirma — espero que isso não seja verdade — aqui fizemos um esforço completamente inútil para que o Governo pegue o dinheiro do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que já era minguado, e, em vez de utilizá-lo no Bolsa-Escola e no Programa de Renda Mínima, ou em outros semelhantes, cumpra as metas do ajuste fiscal.

Senador Romero Jucá, sinto que há um esforço da Liderança do Governo, mas o Governo não ajuda quando vejo uma barbaridade como essa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esclareço ao Plenário que estamos em fase de encaminhamento de votação e o prazo, portanto, é de cinco minutos, sem apartes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Apesar do carinho que tenho pela Senadora Marina Silva, não posso concordar com o que S. Exª disse, por dois motivos: é patente e palpável o au-

mento dos investimentos sociais no País, como o Bolsa-Escola e a Bolsa-Educação, que foram estendidas para todo o Brasil. Todos os municípios do meu Estado de Roraima, que é o Estado mais distante da Federação brasileira, estão recebendo o Bolsa-Escola.

No orçamento social deste ano, comparado com o do ano passado, houve um acréscimo de 14%, que é um valor extremamente expressivo. Não quero ser polêmico, mas apenas refutar as ponderações feitas aqui, como a de que a Bancada do Governo votará por ordem do Presidente, não. A Bancada do Governo votará essa matéria com responsabilidade social, política e econômica. Temos a responsabilidade de manter o equilíbrio fiscal. É por isso que votamos contra as emendas que ferem a busca desse equilíbrio.

Quero refutar aqui a análise de que a dívida antes era de 50 bilhões e agora é de 500 bilhões. Ora, tenta-se sofismar essa questão da dívida sem dizer, por exemplo, que a ampliação da dívida federal foi feita exatamente em função da renegociação da dívida dos Estados e Municípios e que essa dívida de 500 bilhões não é dívida pública, porque nela está incluída a dívida das empresas privadas brasileiras. Misturou-se aqui muita coisa, buscou-se até, nas palavras do Líder do PT, falar em "fundamentalismo econômico", quando, na verdade, "fundamentalismo econômico" é assumir uma postura talibã e detonar o Orçamento, quebrando o equilíbrio do superávit primário que foi aprovado por lei no Congresso Nacional.

Portanto, quero demonstrar que a matéria é técnica; o aumento do Orçamento com essas receitas financeiras acarreta quebra do superávit e ampliação do déficit. Encaminho contrariamente às emendas, aprovando o texto como veio da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra para encaminhar a votação, por cinco minutos, o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Primeiro, eu gostaria de fazer um apelo à Senadora Heloísa Helena para que S. Ex^a participe desse momento de decisão, como nós participamos das suas brilhantes intervenções até agora.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a impressão de que o Senado não deve passar para a opinião pública a falsa idéia de que estamos aqui de-

cidindo entre baixar a dívida, de um lado, e socorrer populações desassistidas ou regiões atrasadas, de outro. Na verdade, a decisão que vamos tomar não é essa. Sou um Senador do Nordeste do Brasil e não haveria nada que me fizesse tomar uma posição que contrariasse os interesses da minha Região. De fato, não é esse o nosso dilema, não é essa a nossa opção.

Aqui, tem se discutido muito o gerenciamento do Orçamento Federal, o fato de que o Orçamento é aprovado, e na execução orçamentária as decisões finais do Congresso não são obedecidas. Eu mesmo tenho dito como o Orçamento, a burocracia brasileira, não neste Governo, mas ao longo dos anos, fez passar a impressão de que o Orçamento é uma lei autorizativa, embora eu não saiba de onde ela tirou isso. A caneta do Ministro do Planejamento vale mais do que os números do Orçamento. Aprovamos recursos para o Orçamento, e a execução orçamentária fica sujeita a um contingenciamento que virá depois e que está inteiramente fora do nosso controle. Qual a opção que se tem aqui? Baixar a dívida pública, utilizando recursos cuja qualidade foi modificada por transformações inesperadas na economia mundial, pois as polonetas, como eram conhecidas no passado, não valiam nada. Agora, valem. Estamos transformando recursos desse tipo. Há alguns anos, pensávamos que eles nem ao menos existiam, num instrumento de redução de uma dívida que tem sido objeto de manifestações reiteradas dos mesmos Senadores que aqui hoje estão pensando que esse dinheiro não deve ser utilizado para baixar a dívida. Ou bem pensamos que a dívida pública deve ser reduzida – e, então, é prioritário reduzir a dívida pública – ou bem entendemos que a dívida pública pode tomar o tamanho que for necessário que não tem importância para o Brasil. Provavelmente, se tivermos sucesso no mercado, poderemos passar a dispor de US\$3,4 bilhões, com os quais não contávamos, e a usar esse montante para redução da dívida pública do País, embora se pense que seria preferível que esses recursos fossem incorporados ao Orçamento, ainda que com a declaração bem-intencionada de que eles deveriam ser aplicados no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, mas sem que ninguém possa garantir que uma simples emenda irá, de fato, compelir as autoridades que executam o Orçamento a destinarem esses recursos para essas regiões.

Na realidade, qualquer gestor das finanças públicas no País poderá decidir sobre esses recursos não em função do fato de eles terem sido gerados

por polonetas ou não; é que a situação do caixa, num um momento qualquer, determinará se os programas que idealmente gostaríamos que fossem feitos serão feitos, ou não. Quantas vezes já se assistiu, neste País, a um Governo atrás do outro formular programas e definir recursos e verificar que, na execução, aqueles recursos não puderam ser totalmente destinados a esses programas?

Na verdade, estamos falsificando perante a opinião pública uma realidade que conhecemos. Sabemos que, se o Governo puder utilizar os recursos para pagamento da dívida e se sair daqui uma autorização expressa nesse sentido, esses recursos somente poderão ser utilizados para isso. Entretanto, se esses recursos forem incorporados ao Orçamento, eles poderão ser utilizados para o fim que o Congresso Nacional simplesmente recomendou ou poderão ser utilizados apenas para arejar o caixa, num momento de dificuldade na gestão financeira do País.

Toda essa discussão procurou confrontar duas hipóteses. A alternativa de que se estaria garantindo com esses recursos a realização desse ou daquele programa de fato não existe. Estamos fazendo de conta que estamos garantindo recursos para isso, mas todos sabemos que não é verdade. Sabemos que, se determinarmos ao Governo que utilize esses recursos para a redução da dívida, eles serão utilizados para tal. Portanto, sem participar da onda de criar uma falsa impressão na opinião pública, sem pretender impingir a hipótese inexistente de que estamos tirando recursos de algum programa, encaminho o voto com o Relator, com a aprovação do parecer do Relator Senador Romero Jucá, e a rejeição de todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para encaminhar a votação, pela ordem de inscrição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já utilizei a expressão "fundamentalismo econômico" nesta Casa por diversas vezes, inclusive com o Ministro Pedro Malan, e antes que a palavra "fundamentalismo" tivesse interpretação de forma diversa. Quando utilizei essa palavra com o Ministro Pedro Malan, S. Ex^a, que é um homem muito educado, não respondeu da forma como o fez agora o Senador Romero Jucá. E a expressão "para quem não quer encontrar chifre em cabeça de cavalo" é exatamente aquela

que já foi popularizada, a de não encarar os fundamentos da economia, que são importantes, como um fim em si mesmo. Essa, Senador Romero Jucá, é a origem da expressão "fundamentalismo econômico". E volto a dizer: já me utilizei dela diversas vezes nesta Casa.

Quanto à agressão de V. Ex^a quando nos acusa de querer detonar o Orçamento, eu poderia dizer que V. Ex^a, nesta Casa, já votou contra o aumento da arrecadação – depois mudou de idéia, é verdade – quando apreciamos emenda de minha autoria ao projeto do Senador Lúcio Alcântara, que visava combater a sonegação. Depois os recursos foram utilizados como argumento para viabilizar o aumento do salário mínimo. Essa emenda possibilitava à Receita Federal ter acesso às movimentações financeiras daqueles correntistas que movimentavam milhões e milhões de reais, mas que não pagavam Imposto de Renda. Tal medida foi aprovada no Senado a partir de um projeto deste Parlamentar, que agora está sendo classificado como talibã pelo Senador Romero Jucá; projeto no qual S. Ex^a votou contra. Eu poderia dizer que S. Ex^a votou contra, na época, para defender os sonegadores, mas nunca o disse. Talvez S. Ex^a tenha respondido de forma indevida por estar preocupado com o noticiário da imprensa e não haver percebido que a expressão "fundamentalismo econômico" não significa ofensa. Volto a dizer que o eminente Senador não foi tão educado quanto o Ministro Pedro Malan, diante de quem utilizei a mesma expressão antes desses episódios.

Voto contra o projeto e a favor da emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB - PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cada Parlamentar expõe sua hermenêutica neste plenário – refiro-me à manifestação do Líder do PSDB, Senador Geraldo Melo, afirmando que estamos iludindo o povo e que, quando autorizamos o Governo a pagar o serviço da dívida, concretamente fazemos com que ela diminua.

Em primeiro lugar, informo que quem faz a dívida não somos nós, mas a política monetária deste Governo, que tem sido um desastre para a Nação brasileira. Em toda a História deste País, ninguém conseguiu fazer crescer a dívida pública como o atu-

al – a contabilidade o demonstra. No Governo Fernando Henrique Cardoso, a dívida aumentou 1.200% num período em que a inflação chegou a 70% ou 80%. Portanto, quem faz a dívida é a incompetência e a incapacidade – para não usar outros termos no que tange ao comprometimento político – da equipe econômica.

Além disso, Sr. Presidente, o Governo já enviou a esta Casa mensagem afirmando que usará o crédito obtido da Polônia para pagamento dos serviços da dívida, para o qual ele destinou todos os recursos oriundos do que foi vendido: as telefônicas, a Vale do Rio Doce, as siderúrgicas etc. E a dívida aumentou 1200%!

Senador Geraldo Melo, nós, no Congresso Nacional, independentemente de o Governo Fernando Henrique Cardoso poder utilizar ou não esses recursos, poderíamos pelo menos fazer a nossa parte cumprindo no Senado Federal a representação que temos do povo de nossas regiões. Era o que deveríamos fazer, mas ao menos a maioria não está agindo desse modo; está seguindo a determinação do Presidente da República.

Da mesma forma que se estabeleceram 10% para aumentar o armamento do Exército Brasileiro para proteger as nossas fronteiras – e o Governo utilizará esse montante ou não –, poderíamos ter aplicado 90% da dívida em investimento para o Brasil, sendo 40% para as nossas regiões, que são as mais pobres.

Poderíamos estar investindo em hidrelétricas, estradas, ferrovias e hidrovias e fazendo crescer o nosso País. Mas só nos preocupamos em pagar a dívida e manter este juro absurdo de 19%! Portanto, não é uma questão de esta Casa iludir a opinião pública ou cumprir as determinações, as exigências, do Presidente da República e de sua incompetente equipe econômica, mas sim de cumprir a sua tarefa de representar o povo brasileiro, de fazer aquilo que o Brasil precisa que seja feito em seu benefício. A equipe econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso é incompetente, porque ninguém endividou tanto o País quanto eles. Quando Sua Excelência assumiu o Governo – darei mais dados a V. Ex^{as} –, a dívida representava 29% do PIB. S. Ex^{as} afirmaram aqui que ela jamais ultrapassaria 45% do PIB, mas hoje ela abrange 54% do PIB. O pagamento desses juros absurdos continua a fazer crescer a dívida, e não sabemos aonde vamos chegar – talvez ao mesmo ponto a que chegou a Argentina.

Portanto, era preciso que o Congresso Nacional fizesse a sua parte, mas lamentavelmente esta Casa, ao que sinto, não cumprirá o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para encaminhar a votação, com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB - SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores a minha palavra não será de discordância; será de apoio aos discursos proferidos pela Oposição, todos eles com procedência, notadamente quando se fala de Orçamento. Hoje mesmo, fui convidado para uma audiência com o Ministro Aluísio Nunes Ferreira na Presidência da República. A Bancada de Sergipe reuniu-se com S. Ex^a – no momento eu não pude ir porque estava falando sobre alimentação – para tratar da liberação das emendas ao Orçamento de 2001, porque estamos simplesmente zerados.

É como se assinássemos e apresentássemos ao Congresso Nacional uma emenda "de mentirinha", para dizer em nossos Estados que todos os problemas – adutoras, irrigação, habitação – seriam resolvidos porque assinamos a emenda.

Foi preciso que a Bancada falasse com o Ministro Aluísio, o qual disse que ainda não era o momento para a liberação, mas que isso iria acontecer. Logicamente, ele não soube informar qual seria o percentual, se 20% ou 30%.

Eu pergunto: que planejamento pode ter uma Bancada que deseja ajudar o seu Estado, quando para a liberação das emendas – já estamos no final do mês de outubro – precisamos marcar uma audiência com o Ministro Aluísio Nunes Ferreira, que, de fato, é quem determina a liberação em nome do Presidente da República? Que planejamento pode dar certo no Estado, quando as nossas emendas praticamente não valem nada, nem as coletivas e nem as individuais?

Estamos fazendo de conta, Senador Geraldo Melo, que teremos para os nossos Estados dotações orçamentárias para investimentos, mas quando chegarmos ao final do ano nem 30% das emendas serão liberadas. Eu provo que, em Sergipe, nem 12% das emendas do ano passado foram liberadas.

Estou inteiramente de acordo.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – V. Ex.^a quer fazer conta com o dinheiro das polonetas também?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Lamentavelmente, não posso conceder o aparte. Se pudesse, seria um grande prazer, Senador Geraldo Melo. V. Ex.^a é um grande nordestino, defensor da nossa região e também um grande defensor do Governo, cumprindo seu papel nesta Casa.

Como Senador do Nordeste, aproveito a ocasião para manifestar mais uma vez não o meu regozijo, mas o meu protesto diante da medida discriminatória do Governo, que é um verdadeiro desrespeito ao Congresso Nacional.

Recordo-me de que um Município do Estado de Sergipe tinha uma verba para ser liberada de uma emenda individual do Senador Antonio Carlos Valadares. À época, ainda era vivo o Deputado Luiz Eduardo Magalhães. Naquela ocasião, eu, Senador da República, me encontrei com o Presidente da Câmara dos Deputados e disse-lhe da necessidade da liberação daquela verba e que eu iria protestar lá no Senado. Gritei e a verba foi liberada. Faço justiça ao Deputado Luís Eduardo Magalhães e afirmo, aqui, que ele telefonou e protestou na minha presença, dizendo que isso não poderia acontecer num governo democrático.

É assim que se está fazendo no Brasil de hoje. O Senador Carlos Bezerra, que foi o grande Relator do Orçamento, sabe que estou falando a verdade. Fizemos um enorme esforço, varamos madrugadas, trabalhando, pensando no melhor para os nossos Estados. De repente, aquilo vira papel e não vale nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, para encaminhar a votação, a Senadora Heloísa Helena pelo prazo regimental de cinco minutos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida, jamais cometeria a injustiça que o Senador Romero Jucá fez conosco, atribuindo-nos a condição de talibã. Tenha certeza de que eu jamais faria essa injustiça com o Governo, até porque, no caso específico daquele tipo de fundamentalismo, alguém morre por uma causa, o que não acontece com o Governo Federal, porque não pilota um boeing que mata.

Talvez – para ser compatível com o argumento de V. Ex.^a – a política do Governo Federal esteja mais para míssil e pão. É o falso pão da Bolsa-Escola, ao tempo em que se estabelece o míssil dos juros altos, da construção do superávit primário à custa da fome, da miséria, do desemprego e do sofrimento da grande maioria da população brasileira, da destruição de parques produtivos inteiros, da destruição de milhares de postos de trabalho no nosso País.

Então, é até melhor que superemos a discussão do fundamentalismo, pois se transforma em uma agressão completamente sem procedência de um lado ou do outro. Mas, se somos acusados, dizemos que a política de V. Ex.^{as} é também a do míssil e do pão.

Solicito mais uma vez, Sr. Presidente, a reflexão da Casa para garantir o apoio à Emenda nº 7, que considero absolutamente clara. É a possibilidade da inversão de prioridades. Qualquer pessoa que tenha analisado o Orçamento, os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Casa, de forma geral, sabem disso. Tanto que na análise da execução orçamentária basta ver a miséria, o percentual absolutamente ridículo executado na área de investimentos, na área que favorece o setor produtivo e, portanto, a dinamização da economia local, a geração de emprego e de renda, e na área de políticas sociais também.

Assim, já que esse recurso está entrando – nem vou dizer que há um seqüestro antecipado dos recursos do governo Lula, porque entendo que se pode negociar a dívida –, existe uma alteração clara no fluxo original dos recursos a serem repassados, existe uma antecipação. E que essa antecipação possa favorecer a área de investimentos das regiões mais pobres do País.

É por essa razão, Sr. Presidente, que continuamos apelando para que a Emenda nº 7, destacada na fase posterior a esta votação, seja acatada, pois é de fundamental importância para possibilitar novos investimentos nas regiões mais pobres do País.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, por ter sido citado, eu gostaria de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, estamos em processo de votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para uma explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu fui citado pelo Senador José Eduardo Dutra e pela Senadora Heloísa Helena, que disseram que chamei

a Oposição de talibã. Na verdade, a Oposição gosta de falar o que bem pensa a respeito do Governo e sobre diversos assuntos. E os ataques são permanentes. Eu não chamei a Oposição de talibã. Mencionei que a postura de querer detonar o Orçamento era uma postura talibã. A Oposição se ofendeu. A Oposição ofende muito, mas se ofende com pouco. Quero registrar que não ataquei pessoalmente ninguém, apenas refutei a abordagem de fundamentalismo econômico na postura do Governo nessa questão. Nós estamos agindo não com fundamentalismo econômico, mas com muita responsabilidade fiscal, para entregar o País com mais equilíbrio. O próximo Presidente da República administrará um País melhor do que aquele que o Presidente Fernando Henrique recebeu, em 1995.

Eu gostaria de refutar, mas também dizer do carinho que tenho pela Oposição. Não estou discutindo com a Oposição, mas defendendo um princípio. Na campanha do próximo ano, a Oposição poderá defender se quer ou não aumentar o déficit primário. Essa questão toda será objeto do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a já deu a explicação necessária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Carlos Patrocínio, para encaminhar a votação, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB - TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria que estivessemos aqui discutindo de maneira tão acirrada, acaloradamente, questão relativas à renegociação da dívida brasileira, mas nós estamos aqui até agora discutindo o recebimento de crédito do Brasil. Digo isso, Sr. Presidente, porque acredito que está na hora, ou passando da hora, de o Senado começar a discutir assuntos relativos às dívidas interna e externa do nosso País, tentar renegociar, como a Polônia renegociou em 92 no Clube de Paris, as suas polonetas, que até há pouco tempo não tinham nenhum lastro, nenhum valor econômico, eram totalmente desacreditadas.

Entendo, Sr. Presidente, que a dívida brasileira está ferindo de morte a pobreza, os mais necessitados do nosso País. Eu gostaria de participar de uma sessão de discussão de renegociação do alongamento do perfil da dívida brasileira.

A questão relativa às polonetas é pacífica. Trata-se de um crédito que, embora estejamos recebendo regularmente, vamos receber de maneira mais inteligente, até porque praticamente não existem juros incidentes. Acredito que – como disse o nosso querido Senador Arlindo Porto – matematicamente é um recebimento inteligente que compensa. Oxalá estivessemos recebendo outros créditos de outros países dessa mesma maneira.

Com relação a algumas emendas apresentadas, entendo que, se vamos utilizar os 90% desse crédito para a amortização da dívida interna brasileira, evidentemente que vai sobrar mais dinheiro para investimento.

Portanto, Sr. Presidente, o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro encaminha favoravelmente à proposta do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o projeto e as emendas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 601, DE 2001

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 7, oferecida ao PRS nº 48/2001.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Em votação o requerimento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria destacada será votada oportunamente.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se à votação, em globo, das emendas com pareceres contrários, ressalvada a Emenda nº 7.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitadas.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 1 (PLENÁRIO)

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao Art. 5º do Projeto de Resolução nº 48, de 2001.

“Art. 5º Os recursos decorrentes das operações de que trata esta Resolução serão obrigatoriamente aplicados em investimentos constantes de lei orçamentária anual da União.”

EMENDA Nº 2 – (PLENÁRIO)

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do Projeto de Resolução nº 48/2001:

“Art. 5º O percentual de 90% dos recursos decorrentes das operações de que trata esta Resolução serão obrigatoriamente aplicados em investimentos constantes de Lei Orçamentária Anual da União.

§ 1º Pelos menos 40% (quarenta por cento) dos recursos de que trata o **caput** deste artigo serão aplicados e distribuídos de forma equânime entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

§ 2º Os 10% (dez por cento) dos recursos livres da obrigatoriedade de aplicação em investimentos e resultantes da operação de que trata esta resolução, será autorizado a destinação pela União ao Ministério da Defesa, em benefício de qualquer um ou de todos os Comandos Militares, em seus programas de reaparelhamento”.

EMENDA Nº 5 – (PLENÁRIO)

O art. 5º do Projeto de Resolução nº 48 de 2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art 5º Os recursos decorrentes das operações de que trata esta resolução serão, obrigatoriamente, aplicados em investimentos constantes de lei orçamentária anual da União.”

Parágrafo único. 40% (quarenta por cento) dos recursos de que trata este artigo deverão ser aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.”

EMENDA Nº 6 – (PLENÁRIO)

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Resolução nº 48/2001:

“Art. 6º O percentual de 90% dos recursos decorrentes das operações de que trata esta Resolução serão obrigatoriamente

aplicados em investimentos constantes de lei orçamentária anual da União.

Parágrafo Único. O total de 40% (quarenta por cento) dos recursos de que trata o **caput** deste artigo serão aplicados e distribuídos de forma equânime entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.”

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação a Emenda nº 7, destacada, de parecer contrário.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à nobre Senadora.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apesar da solicitação dos que votarão contra para que eu não defenda essa emenda, apelo aos Senadores da Casa, no sentido de que, neste momento, disponibilizemos um recurso de fundamental importância para as regiões mais pobres do País. Todos nós acompanhamos a discussão e a execução orçamentária, o discurso da estabilidade econômica à luz do superávit primário. Sabemos que o superávit, que era de R\$26 bilhões, já passou para R\$36 bilhões, ou seja, estamos sendo melhores do que o FMI gostaria que fôssemos. Aumentamos o superávit para possibilitar a dita estabilidade econômica. Não é justo que, diante da possibilidade de entrada de um recurso, não possamos disponibilizá-lo para investimentos nas três regiões mais pobres do País. Então, apelo para que possamos aprovar a emenda destacada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação a Emenda nº 7 destacada.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o Governo encaminha contra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A emenda foi rejeitada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**, com o apoio dos Senadores Ademir Andrade, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Emilia Fernandes, Lauro Campos, Tião Viana e outros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Solicito aos Srs. Senadores que se encontram em seus ga-

binetes que compareçam ao plenário, pois teremos votação nominal.

Se houver alguma comissão funcionando, seus trabalhos deverão ser suspensos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quem vota contrário à emenda vota "não"? O que está em votação não é o parecer, mas sim a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, esclarecendo: quem vota "sim" aprova a emenda; quem vota "não" rejeita a emenda.

Os Srs. Senadores já podem exercer o seu direito de voto.

Mais uma vez repito: suspendo a reunião de qualquer comissão que esteja funcionando neste momento. Não tenho certeza, mas parece-me que está funcionando a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT - AM) – Sr. Presidente, posso assegurar-lhe que a Comissão de Relações Exteriores não está funcionando, já que, como Presidente, estou aqui no plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto "não", contrariamente à emenda.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto "não".

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, meu voto pessoal é favorável à emenda, no entanto o PMDB abre a questão à Bancada.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto "não".

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, o PSB, pelo Brasil, a favor de investimentos, vota "sim" com toda a sua Bancada. Somos favoráveis a essa emenda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT - SE) – Sr. Presidente, o Bloco vota "sim", a favor da emenda.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, o PTB encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em razão do adiantado da hora, aproveito este instante, enquanto aguardamos o final da votação, para dar um aviso que considero importante. A reunião do Conselho de Ética, marcada para hoje, às 17 horas, que ainda não se realizou em razão do não encerramento da Ordem do Dia, fica adiada para, quinta-feira, às 9 horas.

Faço um esclarecimento: a Senadora Heloísa Helena, Relatora do processo, pediu, insistentemente, que realizássemos a reunião ainda hoje, mas temo que saíamos daqui tarde e há outras Comissões para se reunirem ainda hoje.

Portanto, fica o aviso a todos os integrantes do Conselho de Ética que a reunião foi adiada para quinta-feira, às 9 horas, um bom horário por não haver nenhuma Comissão reunida e, dessa forma, poderemos pôr termo ao processo em que a Relatora Heloísa Helena fez um brilhante trabalho. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra pela ordem o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma esteira da comunicação, aproveito, com o consentimento da Mesa, para convidar os membros integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a reunião de amanhã, às 9 horas e 30 minutos, em que comparecerão o Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça e mais quatro ou cinco Ministros, no sentido de entregarem a sua colaboração para a reforma do Judiciário. Era a solicitação que eu faria, para que os colegas estivessem ali meia hora antes de começar a nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Indago se todos os Srs. Senadores já votaram. (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto "não". Estou votando com o Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 7-PLEN AO PRS Nº 48, DE 2001

Nº Sessão: 1

Nº vot.: 1

Data Início: 16/10/2001

Hora Início: 18:34:00

Sessão Data: 16/10/2001

Hora: 14:30

Data Fim: 16/10/2001

Hora Fim: 18:39:53

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REGUIÃO	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
BL-PT	PR	ALVARO DIAS	SIM	BL-PSDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO
BL-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	SIM	BL-PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM	PMDB	CE	SERGIO MACHADO	NÃO
BL-PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	NÃO	BL-PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
PFL	MA	BELLO PARGA	NÃO	BL-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PFB	TO	CARLOS PATROCÍNIO	NÃO				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
BL-PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	NÃO				
BL-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
BL-PT	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM				
PFL	MG	FRANCÉDINO PEREIRA	NÃO				
BL-PSDB	PI	FREITAS NETO	NÃO				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	NÃO				
BL-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
BL-PSDB	RN	GERALDO MELO	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	AP	GIVAM RORGES	NÃO				
BL-PT	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	NÃO				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	NÃO				
BL-PDT	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	MG	JOSE ALENCAR	SIM				
PFL	PE	JOSÉ COELHO	NÃO				
BL-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
BL-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	ABST				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
BL-PDT	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PFL	DF	LEONOR CURY	SIM				
BL-PSDB	CE	LÚCIO A. CÂNTARA	NÃO				
BL-PSDB	MS	LÍDIO COELHO	NÃO				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
BL-PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCE RINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	NÃO				
PFL	RO	MÓREIRA MENDES	NÃO				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
BL-PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PSB	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUJO	NÃO				
BL-PSDB	SP	PEDRO PIVA	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	AL	ZENAN CALHEIROS	SIM				
BL-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	NÃO				

Presid: RAMEZ TEBET

1º Sec:

2º Sec:

3º Sec:

4º Sec:

Operador: HÉLIO F. LIMA

Votos SIM: 34

Votos NÃO: 28

Votos ABST: 1

Total: 63

Em 16/10/2001 18:39:53

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 34 Srs. Senadores; e NÃO 28.

Houve 01 abstenção.

Total: 63.

A emenda destacada foi aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 7 (PLENÁRIO)

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Resolução nº 48/2001:

“Art. 6º O percentual de 90% dos recursos decorrentes das operações de que trata esta resolução serão obrigatoriamente aplicados em investimentos constantes de Lei Orçamentária Anual da União e distribuídos de forma equânime entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.”

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.155, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2001

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2001, que autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US\$3,400,000,000.00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares norte-americanos), na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy w Warszawie S.A., a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris e dá outras providências, consolidando a Emenda nº 7-Plen, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de outubro de 2001. – **Ramez Tebet – Mozarildo Cavalcanti – Marluce Pinto – Antônio Carlos Valadares.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.155, DE 2001

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº , DE 2001

Autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US\$3,400,000, 000.00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares norte-americanos), na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy w Warszawie S.A., a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US\$3,400,000,000.00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares norte-americanos), substanciando nos contratos celebrados entre o Banco Central do Brasil e o Bank Handlowy w Warszawie S.A., a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris e do Acordo Bilateral aprovado pela Resolução nº 40, de 1992, do Senado Federal.

§ 1º As operações a que se refere o **caput** deste artigo poderão ser realizadas mediante as opções de securitização, de venda, de recompra pelo devedor ou pela República da Polônia, ou, ainda, de uma combinação entre as operações mencionadas.

§ 2º A escolha entre as opções a que se refere o § 1º deverá considerar, no mínimo, as seguintes condições:

I – obtenção do maior volume de recursos antecipados do valor nominal do crédito, em termos de valor presente líquido, sem prejuízo da minimização do risco de execução; e

II – taxa de desconto efetiva do valor do crédito vantajosa para o País, especialmente em relação ao custo de captação de recursos externos pela União.

Art. 2º É a União autorizada a contratar instituições financeiras para a execução das operações de que trata esta resolução.

Parágrafo único. As instituições financeiras que vierem a ser contratadas serão remuneradas tomando-se por base os níveis praticados no mercado internacional.

Art. 3º O Banco Central do Brasil, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, será o responsável

pela execução das operações de que trata esta Resolução.

Art. 4º O Banco Central do Brasil deverá prestar contas ao Senado Federal mediante o envio de relatório circunstanciado sobre as operações realizadas.

Parágrafo único. O relatório de prestação de contas deverá ser enviado em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir da data da liquidação da operação, de forma abrangente e analítica, e contemplar, necessariamente, as seguintes informações:

I – descrição das características da operação, da sua execução, e das condições de mercado vigentes;

II – análise financeira da operação, detalhando os benefícios obtidos, a taxa de desconto efetiva aplicada na antecipação do crédito e o cálculo do valor recebido; e

III – cópia da documentação relativa a cada operação realizada.

Art. 5º Obedecidos os termos da Resolução nº 40, de 1992, do Senado Federal, e observadas as disposições constitucionais e legais vigentes, é a União autorizada a adquirir toda a titularidade dos créditos e a destinar o valor de 10% (dez por cento) do principal referido na mencionada Resolução, ao Ministério da Defesa, em benefício de qualquer um ou de todos os Comandos Militares, em seus programas de reaparelhamento.

Art. 6º O percentual de 90% (noventa por cento) dos recursos decorrentes das operações de que trata esta resolução será obrigatoriamente aplicado em investimentos constantes de Lei Orçamentária Anual da União e distribuído de forma equânime entre as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Art. 7º O prazo para o exercício desta resolução é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a. V. Ex^a falará sobre a matéria?

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é necessária e fundamental a presença dos Srs. Senadores membros da Comissão de Orçamento à sua reunião, pois haverá votação nominal do parecer preliminar. É importante que todos compareçam à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 2:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 586, de 2001 – Arts. 336,
II e 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 49, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n.º 1.099, de 2001, Relator: Senador Geraldo Melo), que autoriza o Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado do Mato Grosso, a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil S/A, no valor de quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos, a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei n.º 10.177, de 2001.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra para discutir o ilustre Senador Osmar Dias, por cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos votando aqui o acordo para acerto da dívida do Mato Grosso junto ao Banco do Brasil, relativo ao repasse de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO.

A dívida original, Sr. Presidente, era de vinte e sete milhões sessenta e oito mil reais, em 31.5.01. Estamos votando para que o Mato Grosso pague quatro milhões trezentos e sete mil reais.

Quero manifestar as razões pelas quais votarei contra. Nenhum outro tomador dos recursos do FCO tem os descontos de que o Mato Grosso está usufruindo; nenhuma outra região do País que tenha tomado empréstimo junto ao Banco do Brasil obteve um desconto de 80% sobre o valor original.

Estamos aqui autorizando que essa operação seja paga pelo Estado do Mato Grosso com desconto de 80% sobre a dívida, que é de 27 milhões.

Sr. Presidente, por entender que os demais tomadores dos recursos do FCO serão injustiçados e por entender que todos os outros devedores do Banco do Brasil que não têm o mesmo benefício também serão injustiçados, eu votarei contra esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra pela ordem. Como Relator da matéria, gostaria de prestar um esclarecimento à Casa antes que V. Ex^a termine o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo, na qualidade de Relator.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Osmar Dias sabe muito bem do respeito que lhe devo, além da grande estima pessoal que por ele tenho. Mas há uma posição equivocada em relação a esse caso.

Da forma como foi apresentada ao Plenário a redução da dívida, parece que Mato Grosso é um Estado privilegiado e que teve um prestígio extraordinário para conseguir uma redução no valor da sua dívida que outros mutuários de banco não conseguem.

Senador Osmar Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, quanto à redução que aqui está, como eu bem digo, independente de quem seja o beneficiário, sobre a mesa há um documento no processado que acompanha o expediente e que esclarece muito bem o que se passou.

Primeiro, esta não é uma operação original do atual Governo, mas uma operação que o Governador do Mato Grosso encontrou em situação irregular e cujo valor nominal final foi acrescido de todas aquelas gorduras que têm inviabilizado o sistema produtivo e ajudado a viabilizar apenas o sistema financeiro. O que houve aqui foi o seguinte: a dívida de Mato Gros-

so não podia ter sido incluída na renegociação das dívidas dos Estados, porque, na época, era uma dívida original de uma autarquia, de responsabilidade de uma autarquia, portanto, não poderia ter sido incluída na negociação geral da dívida. Ficou no passivo do Estado de Mato Grosso essa pendência.

Agora que se viabilizou essa negociação, o que se fez foi escoimar todas aquelas montas, todas aquelas correções e incidências excessivas que, uma vez eliminadas, terminaram por reduzir em 80% o saldo devedor.

Sei que muito provavelmente passa pela cabeça de V. Ex^a – e desejo lhe dizer que também passa pela minha – que deveríamos chegar a um momento em que esse tipo de revisão dos saldos devedores fosse possível em relação a todos. Poderíamos considerar errado que não se tenha feita a revisão em relação aos outros, mas não podemos considerar errado que seja feito em relação a um aquilo que se quer que seja feito em relação a todos.

O Sr. Osmar Dias (Bloco/PDT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Com todo prazer.

O Sr. Osmar Dias (Bloco/PDT – PR) – Senador Geraldo Melo, é exatamente isso que eu gostaria de afirmar. Eu votaria a favor, se o benefício fosse estendido a todos os mutuários dos Fundos Constitucionais e também do crédito rural, e do Finame, porque, assim, poderíamos retirar as gorduras desses financiamentos, como V. Ex^a argumenta, para beneficiar todos os mutuários. Mas por que somente para um mutuário? Isso não entendo.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – V. Ex^a já me encoraja, com o seu posicionamento, porque, como nos ensinam os chineses, a marcha de mil milhas começa com o primeiro passo. Na realidade, se V. Ex^a é favor desse tratamento para todos os mutuários, não adianta ser a favor porque, votando contra ou a favor neste caso, não conseguiremos estender a todos os mutuários. Seria necessário um outro procedimento, uma outra proposição e, na hora dessa proposição sim, V. Ex^a poderia estendê-la a todos os mutuários. Já que V. Ex^a é favorável a esse tratamento para todos, faço-lhe um apelo para que seja favorável a este como começo de conversa – e, depois, veremos se poderemos, um dia, chegar com uma proposição igual em relação a todos. Enquanto não podemos, há um fato concreto, penso que V. Ex^a reconhece que não tem sentido manter como verdadeiro um valor que, na hora de saber quais são as gorduras,

permite uma redução de 80%. Isso é um benefício para o setor público brasileiro, para o Estado de Mato Grosso e, em última instância, uma contribuição concreta para a redução da dívida pública daquele Estado e do País.

Portanto, encaminho o voto favorável, apresentei parecer favorável como relator da matéria e encorajo-me a apelar ao Senador Osmar Dias para que ajude a aprovar essa matéria, sinalizando que esse caminho deveria ser aquele procurado sempre.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT - PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consulto a Mesa no sentido de saber se ainda é possível apresentar emendas a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já encerrei a discussão e estamos em encaminhamento de votação, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT - PR) – É uma pena, porque eu iria apresentar uma emenda para que todos os Estados brasileiros pudessem ter um desconto de 80% em suas dívidas.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, para encaminhar a votação, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, realmente estamos votando matérias interessantes. Essa é outra que deve servir de lição a todos os Senadores desta Casa.

Em primeiro lugar, esse recurso foi adquirido de maneira absolutamente irregular. Ele é originário dos fundos constitucionais. A Constituição Federal determina que esses recursos sejam utilizados para financiar o setor produtivo. Como, na região Centro-Oeste, não há um banco regional de Desenvolvimento, o Banco do Brasil, que administra esse fundo – não sei que tipo de pressão política fez com que isso acontecesse – utilizaram-se os recursos do FCO para financiar o Estado do Mato Grosso. Isso é uma irregularidade! Foi feito de maneira errada. É inexplicável como isso possa ter acontecido, porque fere a Constituição brasileira, fere a lei que regulamentou os fundos constitucionais criados para o desenvolvimento do

setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Agora, a irregularidade foi cometida, o Estado não pode pagar – e essa é uma lição que devemos aprender, o Estado tem sempre dificuldade de pagar – portanto, esse dinheiro dos fundos constitucionais devem permanecer exclusivamente destinados ao setor produtivo; jamais para financiar infra-estrutura de Estado, porque os Estados têm os seus meios e formas de conseguir recursos para realizarem as suas obras. Há emenda constitucional querendo que os fundos constitucionais possam financiar a infra-estrutura dos Estados. Temos feito pronunciamentos contra isso no Senado da República e agora o Estado libera 80% praticamente dessa dívida.

Isso deveria ocorrer também para o setor produtivo, e não apenas para o Estado. De forma que devemos registrar isso como lição e ter claro que os fundos constitucionais são destinados ao setor produtivo e não podem financiar o Estado, como ocorreu de maneira absolutamente irregular no Estado do Mato Grosso.

Essa é uma questão aberta na Bancada. Eu, particularmente, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas das considerações que pretendia fazer já foram feitas. Desejo apenas registrar nas notas taquigráficas da Casa algumas observações que já tive oportunidade de fazer na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Bernardo Cabral entende muito mais de lei do que eu e bem o sabe que concordo com o que diziam os velhos e extremamente desprezados humanistas espanhóis que uma mesma lei deve ser flexível para o fraco, firme para o forte e implacável para o contumaz.

A hermenêutica jurídica nesta Casa é outra. A interpretação das leis é gramatical, ao pé da letra, para adversários políticos ou para fracos. Porém, a todo momento, rasgam-se leis quando convém a determinados setores ou ao Governo. A base governista está rasgando com naturalidade a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução nº 78 do Senado Federal.

Quando chegar o momento de debatermos nesta Casa o assunto trazido pelo Senador Osmar Dias em relação às novas condições de financiamento

para o setor produtivo ou da revisão da sua dívida, possamos rediscutir esse assunto.

Mesmo que estejam além da capacidade de endividamento questões relevantes de interesse do meu Estado – Alagoas – ou dos Estados da Oposição – Acre, Rio Grande do Sul ou Mato Grosso –, devem a Resolução nº 78 do Senado e a Lei de Responsabilidade Fiscal ser também rasgadas, fato que, várias vezes, efetivamente está ocorrendo nesta Casa quando convém ao Governo Federal, ao Banco Central e à base governista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro para encaminhar a votação.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um apelo aos Senadores Ademir Andrade e Osmar Dias: consoante a Medida Provisória nº 2.196, o Tesouro Nacional comprou toda a dívida do sistema de habitação e as dos produtores rurais, securitizadas, do PEB e do Recop, do Banco da Amazônia, do BNB e do Banco do Brasil.

Hoje, houve uma discussão comandada pela Presidente dessa Comissão de que sou Relator, Deputada Yeda Crusius, e posteriormente pelo Vice-Presidente, Senador Lúcio Alcântara. Fomos ao Ministro da Fazenda e até então S. Ex^a não havia atentado para o fato de que esta medida provisória vai atingir o sistema de habitação e o sistema produtivo. Por quê? Porque o pagamento dessa dívida agora não diz respeito ao Banco do Brasil, nem ao Banco da Amazônia (Basa), nem ao BNB, nem à Caixa Econômica Federal. Esse pagamento diz respeito ao Tesouro Nacional. E quando a dívida é cobrada pelo Tesouro Nacional, não há nenhuma flexibilização. Não há flexibilização no caso de o produtor não poder saldar uma dívida em função das intempéries ou das oscilações de mercado como acontece este ano, com o preço baixo do leite, da soja, do café. Enfim, este projeto de Mato Grosso, de financiamento para a construção de uma estrada produtiva, é importantíssimo para nós, Senador Ademir Andrade, porque, ao aprová-lo, vamos discutir com o Governo, sobretudo com o Tesouro Nacional. Se Mato Grosso ganhou 80% de desconto, por que não conceder o mesmo desconto para o setor produtivo e para o da Caixa Econômica Federal?

Portanto, faço um apelo para aprovarmos este projeto, que vai servir de salvaguarda para a negociação da dívida dos produtores rurais do Brasil, que hoje já é com o Tesouro Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa registra, com muita satisfação, a presença, entre nós, do ex-Senador e atual Governador Esperidião Amin, que nos dá a honra da sua presença neste plenário.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o Senador Antero Paes de Barros, por cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de prestar algumas informações que entendo serem extremamente relevantes para esta Casa.

O projeto é um refinanciamento de dívida do DVOP – órgão que trata da infra-estrutura no Estado de Mato Grosso. É um projeto, na nossa opinião, extremamente relevante. Há o desconto, realmente, de algo em torno de 80% do valor da dívida, o que reduz de R\$27 milhões para R\$4.307 milhões. Além disso, permite que esses R\$4.307 milhões sejam pagos em 60 meses.

Se o Senado Federal não autorizar isso, o Estado de Mato Grosso teria que fazer um desembolso, imediatamente, de R\$27 milhões. Foi uma concessão do Fundo do Centro-Oeste para o Estado, em 1992, quando foi contraída essa dívida.

Tivemos a oportunidade de mostrar a alguns Senadores, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma nota técnica do Banco do Brasil, demonstrando que todos, rigorosamente todos – e foram alguns Estados –, beneficiados com créditos do FCO. Isto não ocorreu exclusivamente em Mato Grosso. De forma equivocada e errada, todos foram beneficiados. Por esta Lei nº 10.177, eles terão o tratamento isonômico de parte do Banco do Brasil. Além disso, todos os que contraíram dívida no setor produtivo, com base na mesma lei, terão também o mesmo tratamento isonômico do Banco do Brasil, que fez questão de explicitar isso em uma nota técnica.

Faço, portanto, apelo à Casa para que apoiássemos essa renegociação da dívida, até porque, se formos olhar em igualdade, veremos que existem desigualdades nos tratamentos das dívidas dos Estados. Mato Grosso, por ter sido, talvez, o primeiro Estado a fazer o refinanciamento das suas dívidas públicas, paga, atualmente, em torno de 17% a 19% das suas receitas líquidas de dívida pública, enquanto os outros Estados da Federação pagam 13% das suas receitas líquidas. Isso ocorre porque Mato Grosso paga o preço de ter sido o Estado que primeiro começou o ajuste das suas contas públicas no Brasil.

Há um equívoco conceitual quando dizemos: "Ah, isso é do Estado". O Estado é de todos nós, é do setor produtivo. Se resolvemos o problema do Estado, resolvemos também o do setor produtivo. Precisamos não continuar nos manifestando equivocadamente sobre essa questão do Estado e do setor produtivo brasileiro.

Peço o apoio da Casa, porque isso é extremamente importante para o nosso Estado de Mato Grosso.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho sido rígido na questão do cumprimento da lei, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos quanto aqui no plenário.

Por algumas vezes, a Comissão violou a Resolução nº 78. Fui o único voto divergente lá na Comissão, apresentando, inclusive, voto em separado. E era coisa nova, empréstimo novo, que os Estados estavam contraindo em função de acordo com a União, violando a Resolução nº 78. Acredito que não podemos flexibilizar nisso. Mas este é um caso diferente. É algo que já aconteceu, em 1992, e que temos que resolver.

Por isso, penso que devemos votar favoravelmente a este projeto. Não resta outro caminho. Vou votar a favor não só porque é do meu Estado, de Mato Grosso; votaria se fosse de qualquer outro Estado da Federação, porque é um fato consumado, um acerto final das contas do Estado de Mato Grosso.

Portanto, Sr. Presidente, vou votar a favor e faço um apelo aos Srs. Senadores para que votem "sim" neste projeto.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reconsidero minha posição, em função da argumentação brilhante do Senador Jonas Pinheiro, um dos Senadores mais ligados à área da produção rural do País.

Tenho certeza de que o privilégio concedido ao Estado de Mato Grosso nunca foi concedido a nenhum produtor brasileiro e, principalmente, aos milhares de colonos inadimplentes, que não podem pagar suas dívidas em função dos altos juros. Na expectativa de que o exemplo possa ser estendido aos produ-

tores brasileiros, especialmente aos colonos e pequenos agricultores do País, votarei favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Fogaça, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar que aqui tem sido dito e repetido por vários Senadores que há uma infringência ao art. 2º da Resolução nº 78. Na minha opinião, esse é um caso especialíssimo. Trata-se de operação de crédito que redunde em redução de dívida. E, portanto, é um caso excepcional e não previsto, na minha opinião, na Resolução nº 78. Portanto, não vejo aqui contrariedade à Resolução nº 78.

Voto, tranqüilamente, a favor, porque se trata de operação financeira que resulta numa redução de dívida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o Projeto de Resolução nº 49, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada a matéria, contra o voto do Senador Osmar Dias.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao projeto, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.156, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 2001.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 2001, que autoriza o Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado do Mato Grosso, a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil S/A, no valor de R\$4.307.988,11 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos), a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 2001. Sala de Reuniões da Comissão, 16 de Outubro de 2001. – **Ramez Tebet – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto – Mozarildo Cavalcanti – Antero Paes de Barros**

ANEXO AO PARECER Nº 1.156, DE 2001

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2001

Autoriza o Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado de Mato Grosso, a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil S/A, no valor de R\$4.307.988,11 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos), a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado de Mato Grosso, a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil S/A, no valor de R\$4.307.988,11 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos), a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Art. 2º A operação de refinanciamento a que se refere o art. 1º tem as seguintes características:

I – credor: Banco do Brasil S/A;

II – devedor: Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado do Mato Grosso;

III – valor da operação de crédito: R\$4.307.988,11 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos), a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 2004;

IV – prazo de pagamento: em sessenta meses;

V – objetivo da operação: refinanciamento de dívida vencida em 1997 junto ao Banco do Brasil S/A e relativa a repasse de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, objetivando redução do saldo devedor em cerca de 80% (oitenta por cento) do valor devido R\$27.068.928,20 (vinte e sete milhões, sessenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte centavos), na posição de 31 de maio de 2001, in-

clusive sem a cobrança de multas e juros de mora.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final. Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento n.º 587, de 2001 – Arts. 336, II e 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 50, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n.º 1.100, de 2001, Relator: Senador Bello Parga), que dá nova redação ao art. 2º da Resolução n.º 20, de 2001, do Senado Federal.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex^a para fazer uma comunicação. Como é incerta a duração desta sessão plenária, prefiro cancelar a reunião da Comissão de Relações Exteriores que seria feita em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está feita a comunicação.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.157' DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 50, de 2001.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 50, de 2001, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de outubro de 2001. – **Ramez Tebet – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto – Mozarildo Cavalcanti.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.157, DE 2001

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2001

Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As garantias a serem renovadas, adequadas e ampliadas deverão observar o estabelecido na Resolução nº 2.887, de 2001, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e eventuais alterações desses normativos, com as seguintes condições financeiras:

.....
II — taxa de juros: entre 4% a.a. (quatro por cento ao ano) e 10,75% a.a. (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano), em conformidade com as resoluções do Conselho Monetário Nacional e a lei que disciplinam o Programa;

.....
IV — condições de pagamento: prazo de reembolso de até 20 (vinte) anos e prazo de carência, quando for o caso, de até 3 (três) anos, ambos em conformidade com as resoluções do Conselho Monetário Nacional e a lei que disciplinam o Programa.
.....”(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final. Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo objeção do Plenário, prorrogo a sessão por 30 minutos, para a conclusão da Ordem do Dia.

Item 4:

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000** (n.º 128/95, na Câmara dos Deputados), que altera a alínea “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (inclui o cirurgião-dentista na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados), tendo

Parecer favorável, sob n.º 438, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 4 de setembro último, quando teve sua terceira sessão de discussão adiada para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 5:

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição n.º 7, de 2001**, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que acrescenta o § 3º ao art 50 da Constituição Federal (trâmite de informações e documentos sigilosos), tendo

Parecer sob n.º 972, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão. Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 6:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara n.º 99, de 2000** (n.º 1.043/95, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que acrescenta inciso ao art. 9º da Lei n.º 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares, tendo

Parecer favorável, sob n.º 929, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Osmar Dias.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Morazildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 602, de 2001

Nos termos do inciso III, do art. 279, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei da

Câmara n.º 99/00, que acrescenta inciso ao art. 9º da Lei n.º 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares, tenha a sua discussão adiada para o dia 27 de novembro de 2001.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. –
Artur da Távola – Geraldo Melo – Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para retornar à ela na data aprovada pelo Plenário, dia 27 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 7

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara n.º 102, de 2000** (n.º 2.862/97, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que altera dispositivos da Lei n.º 8.457, de 4 de setembro de 1992 (escolha de juízes militares para comporem os Conselhos Especial e Permanente da Justiça Militar da União), tendo

Parecer sob n.º 930, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Osmar Dias, favorável, com Emenda n.º 1-CCJ, de redação, que apresenta.

Durante o prazo regimental de cinco dias, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Discussão, em conjunto, do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda de Redação n.º 1-CCJ.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e a emenda aprovados:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2000

(Nº 2.862/97, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Superior Tribunal Militar)

Altera dispositivos da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 18 e 31 e o § 4º do art. 23 da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Os Juízes militares dos Conselhos Especial e Permanente são sorteados dentre oficiais de carreira com vitaliciedade assegurada da sede da Auditoria, recorrendo-se a oficiais no âmbito de Jurisdição da Auditoria se insuficientes os da sede e, se persistir a necessidade, excepcionalmente a oficiais que sirvam nas demais localidades abrangidas pela respectiva Circunscrição Judiciária Militar. (NR)”

“Art. 23.

§ 4º No caso de impedimento de algum dos juízes, será sorteado outro para substituí-lo. (NR)”

“Art. 31. Os juízes militares são substituídos em suas licenças, faltas e impedimentos, bem como nos afastamentos de sede por movimentação, que decorram de requisito de carreira, ou por outro motivo justificado e reconhecido pelo Superior Tribunal Militar como de relevante interesse para a administração militar. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao texto proposto para o art. 18 da Lei nº 8.457, de 4 de novembro de 1992, a seguinte redação:

“Art. 18. Os juízes militares dos Conselhos Especial e Permanente são sorteados dentre oficiais de carreira, da sede da Auditoria, com vitaliciedade assegurada, recorrendo-se a oficiais no âmbito de Jurisdição da Auditoria se insuficientes os da sede e, se persistir a necessidade, excepcionalmente a oficiais que sirvam nas demais localidades abrangidas pela respectiva Circunscrição Judiciária Militar. (NR)”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 8:**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2000 (nº 1.748/99, na Casa de origem), de iniciativa

do Superior Tribunal Militar, que *extingue a 5ª e a 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da Magistratura e do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável, sob nº 931, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Osmar Dias.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 603, DE 2001

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 107/2000 a fim de ser feita na sessão de 27 de novembro vindouro.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – **José Eduardo Dutra. – Nabor Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para retornar à ela na data aprovada pelo Plenário, dia 27 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 597, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da **TV Ômega Ltda.**, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens de televisão nas Cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, e nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 604, DE 2001

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adia-

mento da votação do Requerimento nº 597, de 2001 a fim de ser feita na sessão de 7-11-2001.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2001. – **Heloísa Helena**.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha contrariamente ao requerimento da Senadora Heloísa Helena.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o PFL vota contrariamente ao segundo requerimento.

O SR. PEDRO PIVA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Bloco PSDB/PPB vota contra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB também vota contra o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco da Oposição encaminha favoravelmente ao requerimento da Senadora Heloísa Helena, considerando que avaliamos como importantíssimo que haja todo o esforço do Senado Federal para que se garanta que a **TV Ômega** possa cumprir os compromissos deixados pelos que a antecederam...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Excelência, é apenas para orientar a Bancada.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – ...com respeito aos direitos de todos os que trabalhavam na **Rede Manchete**. Assim, somos favoráveis ao requerimento da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o Requerimento nº 604, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento está rejeitado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a votação do requerimento de urgência será feita agora?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim.

Em votação o Requerimento n.º 597, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com respeito ao requerimento de minha autoria, que V. Ex^a disse que o incluiria em uma sessão vindoura, pergunto se poderemos ter a apreciação desse requerimento para que essa matéria possa ser examinada pela Comissão de Assuntos Sociais?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa volta a esclarecer que o requerimento de V. Ex^a entra como preliminar ao Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores João Alberto Souza, Eduardo Siqueira Campos, Romero Jucá, Carlos Bezerra, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Machado e Casildo Maldaner enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, todos os grandes acontecimentos da história, positivos ou negativos, possuem efeitos multiplicadores. Não fogem à regra os fatos que abalaram os Estados Unidos e o mundo no dia onze de setembro último. As consequências daqueles atos não se restringiram às vítimas anuladas pelo fogo ou enterradas sob o entulho, nem se encerraram no dia onze. Continuarão a manifestar-se no futuro sombrio previsto por muitos analistas, especialmente no campo econômico e do desenvolvimento dos países emergentes.

A desaceleração do processo de desenvolvimento econômico e social aumentará os efeitos desastrosos sobre as crianças nesses países.

Uma primeira consequência do desastre de Nova Iorque em relação à criança, por exemplo, foi o cancelamento, pela Organização das Nações Unidas, da Sessão Especial sobre a Criança da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que iria realizar-se durante o mês de outubro, mês dedicado às crianças. O cancelamento priva o mundo de fazer uma análise dos resultados e dos insucessos no campo do atendimento às crianças, com base em agenda estabelecida em 1990.

Em 1990, chefes de Estado de 71 países reuniram-se nas Nações Unidas para assinar a Declaração Mundial para a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança. Na declaração, cada país comprometeu-se a implantar e cumprir um plano de metas a ser executado até setembro de 2001. O cancelamento do encontro privou o mundo de tomar ciên-

cia dos resultados alcançados após uma década de trabalho.

Os dados do último Relatório sobre o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas informam que onze milhões de crianças morrem no mundo, por ano, vitimadas pela falta de atenção e de condições básicas de saúde.

O Brasil, por exemplo, das 23 metas assumidas com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, conseguiu executar somente quatro: redução da incidência de baixo peso ao nascer, redução de óbitos associados ao sarampo, erradicação da poliomielite e aumento da cobertura das campanhas de vacinação. As demais dezenove metas foram apenas parcialmente cumpridas

Esses dados e observações são suficientes para materializar a gravidade da problemática a ser superada em favor dos menores nos países periféricos. Dias piores virão, caso se confirme a recessão nos países pobres e a queda no ritmo de crescimento nos ricos, em decorrência dos fatos de 11 de setembro, em Nova Iorque. Segundo declarações do presidente do Banco Mundial ao *International Herald Tribune*, consequência direta do ato contra o *World Trade Center* será a morte de vinte a quarenta mil crianças com menos de cinco anos de idade no mundo e dez milhões de pessoas descerão para uma faixa abaixo da linha de pobreza, cuja linha divisória é um ganho menor de um dólar por dia. Nessas condições, encontrar-se-ia, hoje, mais de "1 bilhão de pessoas, ou cerca de 20% das população mundial". Nas palavras do presidente, "há uma relação clara entre diminuição da atividade econômica, mortalidade infantil e pobreza". "Sabemos – afirma ainda o presidente do Banco Mundial – que, por causa dos ataques, o crescimento em países em desenvolvimento vai vacilar, empurrando outros milhões para a pobreza e fazendo com que dezenas de milhares de crianças, morram de desnutrição, doenças e privações".

Sr. Presidente, tal perspectiva é estarrecedora. No entanto, nenhuma comoção de massa ou manifestação de países provoca. A morte atinge as crianças a varejo, aos poucos e em espaços distantes, em todos os países, no silêncio dos lares pobres, no isolamento das distâncias, na incapacidade, pela própria constituição, de elas reivindicarem ou reclamarem seus direitos. A criança, debilitada pela fome ou pela falta de cuidados e de afeto, perde a capacidade de chorar, aquietar-se, definir, morre silenciosamente. No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, anualmente 108 mil crianças morrem antes de completar o primeiro ano de vida, silenciosamente.

Apesar dos esforços, dos meios de comunicação de massa, das informações disponíveis e disseminadas, no século XXI, a criança ainda continua vítima de todo tipo de descaso. Morre por falta de afeto, morre por falta de cuidados elementares, morre por falta de comida. Matam-na as guerras, matam-na o desleixo, a insensibilidade, a corrupção, a descontinuidade e o processo de captura dos recursos dos programas a ela destinados.

Nesse contexto, cabe já alertar para o que pode acontecer com o programa Bolsa-Escola do Governo Federal. É constrangedor ler nos jornais que esse programa, um dos mais promissores concebidos no Brasil para a distribuição de renda, já começa a ter seus recursos desviados por administradores públicos desprovidos de ética e de sensibilidade em relação ao respeito devido aos objetivos estabelecidos para o programa.

O Bolsa-Escola, aprovado no mês de fevereiro do corrente ano e sancionado pelo Presidente da República em abril, deverá beneficiar cinco milhões e oitocentas mil famílias, dez milhões e setecentas mil crianças, com aplicação de dois bilhões de reais por ano, segundo dados do Ministério da Educação.

No começo deste mês de outubro, já estão inseridos no programa 3.164 Municípios e outros 1.266 têm seus processos de inserção em andamento no Ministério da Educação.

Esse desempenho demonstra que a grande maioria dos prefeitos brasileiros entendeu o sentido social e pragmático do programa: assegurar a presença na escola de todas as crianças de seis a quinze anos de idade.

Um dos grandes instrumentos para a efetividade do Bolsa-Escola é a sistemática descentralizada da aplicação dos recursos. Com envolvimento direto dos Municípios e ativa participação social, os recursos não passam por intermediação, vão diretamente ao beneficiário final: as famílias pobres.

Que lástima, no entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que já ocorram tentativas de desvirtuamento do destino dos seus recursos. Trata-se de inaceitável ação, comprometedora do futuro das crianças mais necessitadas, quando não supressora da oportunidade de vida dessas crianças!

Urge que o poder público seja dinâmico para cortar o mal no seu nascedouro e severo na aplicação das penalidades previstas pela legislação.

Independentemente de atentados radicais, de recessão econômica, de parada do desenvolvimento ou de cancelamento de sessões especiais das Na-

ções Unidas, há imperiosa necessidade de uma coalizão global em prol das crianças. A imprensa deste dia, dezesseis de outubro, traz a notícia, extraída de relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância, de que cem mil crianças afegãs, neste ano, poderão morrer, de fome.

Sr. Presidente, esta a verdadeira guerra a ser travada: uma coalizão global em favor das crianças. Essa a guerra contra o terrorismo, contra o mal e em defesa do bem. Uma guerra que dispensa os aviões sofisticados, visíveis ou invisíveis, máquinas concebidas, com perfeição e precisão, para matar, para semear a revolta, para plantar o desejo da vingança, para eliminar inocentes e cantar vitória. Zelar pelas crianças, arrancá-las da pobreza, proporcionar-lhes afeto e segurança é desvendar horizontes para uma existência digna, na justiça e na paz. Zelar pelas crianças é uma questão de visão de futuro para as nações, uma questão de sensibilidade e carinho, de decisão política clarividente e improrrogável. As demais guerras são pseudoguerras, nascidas da cegueira política, do desprezo pela ética, gestadas no orgulho e na prepotência.

Muito obrigado!

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, mais de uma vez já me referi Sr. Presidente, nobres Senadores, ao significado da Amazônia, como base para um novo projeto para o Brasil, projeto que integra o desenvolvimento brasileiro às potencialidades planetárias dessa imensa região, capaz de ser a âncora do Brasil para integrar-se com soberania no processo de globalização, como alternativa ao modelo atual de integração, que nos torna caudatários do sistema financeiro internacional, especulativo, concentrador e excludente.

Nessa perspectiva, tenho afirmado que a questão amazônica, por esta dimensão, não pode ser vista como uma questão regional, e sim como uma questão estratégia para o País, tão importante ou mais que a gestão financeira, ou qualquer ação estratégica que se desenvolva com este significado.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Brasil, como um País de dimensões territoriais, humanas e econômicas, não se sustentará nessas dimensões se não ocupar efetivamente a Amazônia, de forma produtiva e sustentável.

Tenho até me referido – e volto a fazê-lo – sobre a conveniência de se estabelecer um Código Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia que englo-

be a legislação, as políticas e as ações a serem desenvolvidas, Código que, de um lado, signifique a vontade política do País de efetivamente promover a ocupação sustentável da área e, de outro, faça calar os injustos temores do mundo em torno da ameaça de destruição da Amazônia.

Se não tivermos vontade, ou capacidade, Sr. Presidente, de realizar esta tarefa, recairá sobre nossos ombros a condenação das futuras gerações.

Nesse contexto, quero referir-me a dois fatos que na semana passada tiveram especial cobertura da imprensa. O primeiro deles refere-se ao simpósio havido em Manaus, no Tropical Hotel, promovido pelo INPI em colaboração com a União Européia, em torno do tema: Propriedade intelectual e direito sobre a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais.

O simpósio foi realizado em Manaus, com a presença de representantes de cerca de 40 países, que revela o que representa a biodiversidade existente na região – mais de 30% da biodiversidade do Planeta.

É necessário, Sr. Presidente, que o Brasil dê um grande passo no sentido de proteger a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais e tenha controle sobre o seu uso e passe a tratá-la, em consequência, como uma grande fonte de recursos naturais que efetivamente. É sabido que muitas um espécime na flora e na fauna, captado em geral de forma clandestina na Região Amazônica, se valoriza em mais de 100 vezes sobre o valor com que foi pago na origem, ao chegar nos laboratórios europeus, norte-americanos ou japoneses.

Um investimento significativo na utilização da nossa biodiversidade poderia resultar em retornos a serem contabilizados em bilhões de dólares, se efetivamente priorizados como recursos estratégicos. O Brasil desconhece e na prática despreza esta fonte de recursos de que dispõe.

No entanto, Sr. Presidente, nobres Senadores, não se tem essa consciência no País e é para comprovar isso que trago à reflexão desta Casa o segundo fato a que me referi, objeto de noticiário da Imprensa Nacional.

A Folha Ciência, de São Paulo, em sua edição de 20 de setembro, informa que se constituirá, durante a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ora em realização, o Centro de Gestão Técnica e Acompanhamento do Governo Federal para a gestão dos recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento, sendo responsável pelas diretrizes de

investimento de cerca de R\$ 1 bilhão por ano, num fundo que aglutinará todos os recursos setoriais.

Se o valor pode parecer expressivo num primeiro momento, quero dizer que ele, na verdade, significa muito pouco, menos de 0,5% dos recursos referidos. As grandes empresas, as empresas que desenvolvem tecnologia, Sr. Presidente, investem em geral entre 3 e 5% de seus orçamentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Por isso – os dados são do Relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano – 96% das patentes de tecnologia avançada estão nas mãos dos países industrializados.

Quero referir-me, porém, nobres Senadores e Senadoras – e esta é a denúncia mais grave – sobre a forma como são gastos esses recursos.

Junto a este pronunciamento os números publicados na mesma reportagem da **Folha de S. Paulo**. Nela se vê, Sr. Presidente, que:

- R\$ 832,2 milhões, ou 73,98% dos recursos serão destinados à região Sudeste;
- R\$ 158,1, ou 14,05% o serão para a Região Sul;
- R\$97,7, ou 8,68% para a Região Nordeste;
- R\$3,4, ou 2,70% na região Centro-Oeste, e pasmem Srs. Senadores, apenas 0,59%, ou seja, R\$6,6 milhões na região Norte, isto é, na Amazônia.

Tenho dito e repetido desta tribuna que a ocupação produtiva e sustentável da Amazônia, pressuposto para a manutenção da soberania nacional e para um projeto autônomo e sustentável de desenvolvimento nacional, se iniciaria através de investimentos maciços para conhecimento da Amazônia – pesquisa de suas potencialidades, do uso dessas potencialidades e, portanto, de tecnologias apropriadas.

Os números apresentados mostram a absoluta ausência dessa consciência, Sr. Presidente, mesmo na área da inteligência brasileira, que por pressupostos, **deveria** ter agudo conhecimento dessa realidade.

E nem vale o argumento de que na região Sudeste ou na região Sul existe o maior número de grupos de pesquisa, ou se geram as maiores receitas regionais. Ao contrário, esse fato mais acentua o gravíssimo problema das diferenças regionais, que, se já é consequência de um conjunto de fatores, a esses fatores soma-se também o de concentração da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico. Agrava-se, portanto, o problema das diferenças regionais, além de agravar-se a equívoca estratégia de desconhecer as

potencialidades nacionais em favor de atrelar-se ao processo da competição globalizada, que só beneficiam os donos do processo.

Na verdade, Sr. Presidente, nessa perspectiva equivocada, praticamos apenas a estratégia de buscar a competição com o Primeiro Mundo, igualar-nos a ele, mesmo renunciando às armas ou instrumentos de desenvolvimento de que dispomos, para nos alinharmos e competirmos com as armas que eles possuem e que pouco têm a ver com as nossas realidades específicas e com as nossas potencialidades, o que nos torna tremendamente vulneráveis. Essas potencialidades são constituídas da maior reserva ambiental do planeta, da maior área produtiva sustentável, de quase 20% dos recursos hídricos de um mundo sedento de água, de mais de 30% de biodiversidade.

Para essa riqueza, Sr. Presidente, os Fundos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico reservam 0,59% de seus orçamentos. Para competir com as armas e as estratégias do mundo equivocadamente globalizado, do nosso Sul e Sudeste, vamos investir 88% dos nossos recursos.

Ao registrar mais esse equívoco histórico da tecnoburocracia nacional, desejo colaborar para que, revendo suas estratégias, possa o Brasil realizar suas aspirações – as aspirações do povo brasileiro em favor da construção de um modelo de desenvolvimento justo, participativo, soberano e sustentável.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, o intercâmbio comercial com outros países, ao longo da história, revelou-se essencial não apenas ao bem-estar dos povos, mas à sua própria sobrevivência. Esse tipo de negócio, no mundo contemporâneo – globalizado, informatizado e detentor de elevadíssima tecnologia, absolutamente impensável há algumas décadas – tornou-se ainda mais fundamental à vida das nações.

No entanto, Sras. e Srs. Senadores, o comércio exterior, a cada dia, torna-se mais e mais competitivo, impondo crescentes e complexas exigências. Nesse contexto, aqueles que não buscam inovar, que não sofisticam seus produtos e serviços e que, enfim, não têm competitividade, estão destinados a uma situação de dependência tecnológica e econômica que tende a agravar-se ao longo do tempo.

O Governo brasileiro, enfrentando embora uma situação de desequilíbrio em sua balança comercial, não está desatento a esses fatos. Pelo contrário: ao abrir-se ao mercado externo, tinha plena consciência

de que enfrentaria dificuldades enormes, as quais exigiriam profundas reformas econômicas e rápida capacidade de adaptação do empresariado nacional.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior vem trabalhando nos últimos anos com essa perspectiva. A Secretaria de Comércio Exterior, notadamente, tem procurado desenvolver uma política mais agressiva, de forma a promover nossos produtos no mercado externo – e é com satisfação que vejo, no âmbito dessa instituição, a atuação do Departamento de Defesa Comercial, cujo relatório de atividades do ano 2000 tenho em mãos.

Esse relatório é um documento da maior importância, pois dá publicidade às atividades desse setor governamental, demonstrando que o empresariado brasileiro não está sozinho em sua luta para impor-se num mercado de tamanha competitividade.

De um lado, o Departamento de Defesa Comercial – Decom – estabelece salvaguardas como defesa contra surtos de importações ou contra práticas desleais, como o *dumping* e subsídios; de outro, representa nossos interesses em investigações promovidas no exterior contra produtos brasileiros, seja no acompanhamento das verificações, seja na elaboração de informações e consultas que objetivam determinar a lisura dos negócios.

Entre 1988 e 2000, foram concluídas nada menos que 136 investigações de alta complexidade, que resultaram em 52% de aplicação das medidas propostas. Esse índice, conforme salienta o Decom, "demonstra de forma inequívoca a imparcialidade com que as investigações são conduzidas, bem como a estrita observância dos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa nos processos administrativos da defesa comercial".

Ao longo desse tempo, as investigações abertas pelo Brasil contra subsídios ilegais e prática de *dumping* envolveram 53 países, e as 71 medidas aplicadas afetaram 34 desses países. Em termos setoriais, 35% das investigações referiam-se a produtos das áreas química, petroquímica e de borracha; 25%, a produtos de metalurgia e siderurgia; 14%, à agroindústria; 14%, a bens de capital e outros bens acabados; e 12%, a artigos intermediários e manufaturados.

No ano passado, isoladamente, foram abertas 10 investigações por denúncia de *dumping* e concluídas 17, das quais nove resultaram em aplicação de medidas *antidumping* definitivas.

Ao cumprimentar o Departamento de Defesa Comercial e todo o Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio por esse trabalho desenvolvido em favor do empresariado brasileiro, estou certo de que essa atuação, transcendendo a defesa da iniciativa privada, constitui poderoso instrumento de equilíbrio da balança comercial e de afirmação do nosso País no comércio internacional.

Muito obrigado

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, tenho em mãos ofício que me foi enviado recentemente pela Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos – FENAVENPRO, entidade reconhecida pelo Ministério do Trabalho desde 1952 e com sede no Rio de Janeiro.

Assinado por Olímpio Coutinho Filho, diretor-coordenador da entidade, o Ofício n.º 395/2001 denuncia a ação espúria de uma outra instituição – a Federação Nacional dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos – FENAPROFAR, que estaria se proclamando a legítima representante da categoria de propagandistas de produtos farmacêuticos.

Ao se proclamar a verdadeira representante da categoria, a FENAPROFAR, na verdade, está usurpando uma representatividade que já se reconhece há décadas à FENAVENPRO e criando uma cizânia que só enfraquece os profissionais do ramo, além de afrontar o disposto na Constituição Federal, art. 8º, inciso II:

"É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município".

No caso em tela, Sras. e Srs. Senadores, a FENAPROFAR vem disputar representatividade com uma federação estabelecida nacionalmente, conceituada e reconhecida pelos órgãos públicos e pelas instituições de caráter privado.

A FENAVENPRO, com efeito, foi fundada em 17 de novembro de 1952 e tem nada menos que 26 sindicatos filiados; foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho por meio de Carta Sindical, condição anterior à Constituição de 1988, indispensável à própria existência das entidades sindicais; é filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC e é sócia fundadora da União Latinoamericana

de Visitadores Médicos (ULAVIM) – entidade internacional representante da categoria na América Latina, com sede em Buenos Aires.

A FENAPROFAR, além de deter a filiação de apenas oito sindicatos municipais, de legalidade questionada, por ferirem ao princípio da unicidade, não é cadastrada no Ministério do Trabalho. De acordo com a denunciante, a FENAPROFAR divulga como se fora do registro o número do protocolo em que tão-somente pede o registro no Cadastro das Entidades Sindicais, da Secretaria das Relações do Trabalho. Obviamente, o registro não se efetivou por haver conflito na representatividade, conforme se observa nos despachos da citada Secretaria, publicados no **Diário Oficial da União** do dia 18 de novembro de 1998.

A liberdade de associação profissional ou sindical é uma das conquistas máximas da classe trabalhadora, reconhecida explicitamente e garantida pela Constituição Brasileira e pela legislação infraconstitucional, com destaque para os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao se estabelecer como se fora a legítima representante dos vendedores, viajantes e propagandistas da área farmacêutica, a FENAPROFAR prejudica as atividades da FENAVENPRO, que há meio século representa a categoria, e com isso provoca transtornos, confusão e dúvidas que repercutem de forma negativa entre os profissionais do ramo.

Por tudo isso, quero endossar de público o protesto da FENAVENPRO contra a atuação irregular de entidades de classe não reconhecidas, e conclamar os representantes da área farmacêutica, especialmente no Estado de Mato Grosso, que tenho a honra de representar nesta Casa, a se organizarem em torno de sua legítima federação.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, retorno, uma vez mais, ao tema da educação superior brasileira. Faço-o por diversas e justificadas razões. Em primeiro lugar, pela convicção que tenho de que um bom sistema universitário é absolutamente essencial para que o País possa se desenvolver plenamente, minimizando as desigualdades regionais e sociais que todos deploramos.

Além disso, são imensas as carências do setor. De um lado, é o Poder Público que se vê impossibilitado de aumentar sua participação na área, quer criando novas instituições federais de ensino superior,

quer promovendo a ampliação das vagas nas instituições já existentes, de modo a atender à demanda que não cessa de crescer. De outro, a bem nutrida rede privada que encontra sérias dificuldades para expandir-se ante o baixo poder aquisitivo de sua clientela.

A atual greve que paralisa quase todo o universo das universidades federais, e que caminha para seu segundo mês, é seguro indicador de que as coisas não vão bem. Baixos salários, vagas de docentes que não são preenchidas e reduzido montante de recursos para sua manutenção e para o financiamento da pesquisa são, entre muitos outros, aspectos significativos da crise pela qual passa nossas universidades públicas.

Eis alguns dos motivos que fazem da educação superior em nosso País tema sempre atual, a exigir de todos nós a atenção e os cuidados que só os setores estratégicos nacionais merecem. O que motiva minha vinda à tribuna, neste momento, é um fato novo que vem trazendo intranquilidade aos que atuam profissionalmente na área, especialmente aos grupos privados que nela investem. Trata-se daquilo que a imprensa tem chamado de "vale-tudo" por aluno: a desenfreada – e, ao que parece, em alguns casos, de baixíssimo nível – competição que fazem algumas instituições particulares de educação superior na busca de novas matrículas.

A esse respeito, Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, pude ler, há pouco tempo, extensa reportagem do jornal **Folha de S. Paulo**. Subordinada à manchete "Universidades fazem 'vale-tudo' por aluno", a longa matéria, que ocupou duas páginas daquele prestigioso órgão de imprensa, já de início dava o tom de seu conteúdo. Vejam: "Disputa pelo mercado do ensino superior no Brasil é marcada por acusações de espionagem e suspeitas de *dumping*".

À medida que o leitor se aprofunda na leitura da matéria, o texto vai assumindo proporções escandalosas. Exemplos? Vejam o caso da espionagem: "Universidades são acusadas de colocar 'espiões' nas concorrentes na tentativa de levar alunos para seu *campus*. Os espiões oferecem descontos nas mensalidades dos alunos que aceitarem a transferência".

E o que dizer da prática do grampo? Está lá, no referido jornal: "Para tentar evitar a transferência de alunos, universidades chegam a apelar para a nova mania nacional – o grampo. Uma delas gravou a negociação entre o representante de uma concorrente e um aluno. Com a fita em mãos, ameaçou: ou a concor-

rente desistia do 'negócio' ou a denúncia seria tornada pública".

A coisa não seria diferente, ainda segundo a **Folha**, no campo da chantagem pessoal. Nesse caso, são produzidos dossiês a serem distribuídos à larga. Segundo o jornal, "universidades e seus controladores são alvo de acusações embasadas em supostos documentos comprobatórios, distribuídos por pessoas que não se identificam ou preferem permanecer no anonimato".

Por fim, a prática do *dumping*: "universidades acusam concorrentes de oferecer preços abaixo do custo dos cursos para atrair alunos. No Rio, há diferença de até 350% nas mensalidades de cursos de Direito". Completando esse quadro de horror, em que a ética e as boas maneiras parecem sucumbidas por completo, em São Paulo, a disputa envolve o que por lá se chama de "perseguição política". Nesse caso, instituição acusa concorrente de fazer uso de acesso a instâncias decisórias do Poder Público para obter vantagens e prejudicar outrem.

Eis o quadro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Como não soube de qualquer contestação à matéria publicada, sou levado a apostar em sua correção. Assim, resta-me deplorar a existência dessas práticas, expressando meu espanto ainda maior por se tratar da educação. Mas, para além do espanto, fica meu desapontamento em face da reação das autoridades. A Secretária de Educação Superior do MEC, por exemplo, safou-se de tomar uma posição consistente, dizendo não competir ao Ministério ficar regulando "guerra de mercado".

Convenhamos, Sr. Presidente, trata-se de uma evasiva problemática se levarmos em conta os efeitos daninhos dessa "guerra" sobre os estudantes e, não sei se pior, para a mais completa banalização da educação superior no Brasil. Recuso-me a acreditar que, na esfera do Poder Público, não haja instâncias apropriadas para exercer o papel fiscalizador na área, com poderes para agir, coibindo excessos e atitudes certamente incorretas.

Este meu pronunciamento teve um objetivo preciso: trazer ao debate desta Casa um tema de inquestionável importância, qual seja, alertar as autoridades – e não necessariamente apenas as do Ministério da Educação – para o imperioso dever de agir, sob pena de levar ao descrédito o sistema brasileiro de educação superior. Jamais me insurgi contra a participação da iniciativa privada nesse setor. Antes, confio em sua capacidade e no relevante papel que pode desempe-

nhar na ampliação das possibilidades de acesso de um número cada vez maior de brasileiros à educação superior. Todavia, nada justifica a omissão do Poder Público na fiscalização, orientação, coordenação e supervisão do sistema.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ...

Os laços cada vez mais fortes entre o Norte, Nordeste e Centro-Oeste deste País têm sido construídos em numerosos episódios da história brasileira.

Os caminhos entre as três regiões sempre se encontraram. É bem conhecida a aventura do cearense, tangido pela seca, "que foi surpreender a puberdade da Amazônia"; do cearense que "desce os rios misteriosos, os igarapés marcados pela saudade e pela morte (...)". Há muito, "A Amazônia ainda com sabor do Gênese" já se casara com "os sertões ainda supersticiosos e rudes".

Na Constituinte de 1988, as três bancadas selaram acordo no Congresso e se uniram para, juntas, inscreverem na Lei Maior dispositivos que reconhecessem as regiões em desenvolvimento, que estabelecessem o critério populacional para a distribuição dos recursos orçamentários da União e que criassem o fundo constitucional de financiamento do setor produtivo das três regiões. E foram vitoriosas!

Mas os laços entre o Norte, Nordeste e o Centro-Oeste continuam a ser todo dia mais fortalecidos.

Estamos diante de um desastre anunciado, do iminente colapso do abastecimento d'água do Nordeste Setentrional, que compreende os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

É que a demanda hídrica atual desses três Estados é de 55 metros cúbicos por segundo, ou seja, cerca de 1,74 bilhão de m³/ano. E a demanda tendencial – quer dizer, a projeção com base apenas na repetição do passado no futuro – será, já em 2005, da ordem de 80 metros cúbicos por segundo.

Ora, essa demanda logo coincidirá com a oferta garantida local máxima, conceito que incorpora todos os mananciais, incluindo barragens e poços possíveis, tanto os existentes como os ainda a construir. E, ainda, a distribuição espacial ótima da água, condição que não existe e que, com recursos só locais, nunca poderá existir do ponto de vista técnico-econômico. E isso será já daqui a apenas 4 anos. Em 2005!

Após, portanto, esta data, ou se importa a água de outras regiões, ou se desloca a população. E aí está a grande questão, o grande desafio!

Pode-se contra-argumentar que é viável aumentar a oferta local. Ledo engano. Como citado antes, já estão considerados nesta previsão todos os recursos hídricos disponíveis atuais e futuros. Na realidade, na quase totalidade das bacias hidrográficas representativas da região, não se poderia mais construir açudes de porte significativo. O que se implantar de acréscimo a montante dos grandes reservatórios só irá reduzir a vazão global do sistema.

Este paradoxo se explica pelo fato de que o acréscimo de vazão regularizada a se obter será menor do que o aumento do volume evaporado adicional, como comprovaram sofisticados estudos computacionais recentemente elaborados: é o caso, por exemplo, dos açudes Castanhão, no Ceará, e Epitácio Pessoa, na Paraíba. Uma das poucas exceções seria o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, mas, mesmo assim, o acréscimo não seria significativo e, ainda por cima, o custo seria elevado, pois, para cada metro cúbico por segundo, se teria de investir dezenas de milhões de reais.

Pode-se, também, dizer que a demanda tendencial está superestimada. Não é verdade. Nos estudos desenvolvidos, foram considerados os critérios convencionais. Foram levados em conta o crescimento da população, da indústria – tanto a concentrada em distritos, projetos e complexos quanto a difusa, medida pelo número de empregos – e do turismo. Por mais rigorosa que seja a crítica a essa metodologia, a eventual alteração que venha a ocorrer, para mais ou para menos, não será significativa.

De todo modo, por cima de tudo, temos de acabar, e de uma vez por todas, no Nordeste, com essa história de se ter a geografia como destino! Chega de vidas secas!

Não que a água, em si, seja a redenção do Nordeste e, especialmente, do semi-árido. Mas é um insumo básico sem o qual nada prosperará. Sem ela, não se fixa a população nem muito menos existe qualquer atividade econômica.

A água constitui hoje no mundo um das riquezas mais cobiçadas. E, não demorará, até mais que o petróleo! O Brasil, felizmente, é privilegiado nesse recurso natural decisivo, tendo cerca de 12% de todo o recurso renovável do planeta. Falta-lhe apenas, além do zelo e eficiência na sua utilização, melhor distribuição

no território nacional, visto que a região amazônica responde por 73% da disponibilidade hídrica do País.

Era 1847 quando o deputado provincial cearense Antônio Marcos Macêdo sonhou com o projeto de transposição das águas do São Francisco. Tratava-se, à época, de fato, de um sonho. Era uma obra de proporções ciclópicas. Mas isso hoje não significa mais sequer grande desafio para a engenharia nacional.

Esse projeto de século e meio de idade – no Brasil, como demoram as providências! – passou a ser uma bandeira dos Estados mais atingidos pela seca, que têm a maior parte de sua superfície no semi-árido, onde não correm rios perenes. Foram, inclusive, consignados recursos no orçamento da União para dar início aos estudos.

No entanto, deparamo-nos com dificuldades que julgo praticamente intransponíveis para levar adiante o projeto. Tornou-se difícil a negociação entre doadores e receptores, agravada, mais recentemente, pela crise de energia e baixos níveis do Velho Chico.

E não faz nenhum sentido sacrificar a unidade entre os estados nordestinos, se há opções que satisfazem a todos. Foi o que descobri depois de longas reuniões com estudiosos do assunto.

Assim por que não, por exemplo, a adução das águas do rio Tocantins diretamente para o Nordeste Setentrional? Um canal percorreria, primeiramente, a fronteira do Piauí com a Bahia e, em seguida, com Pernambuco e Ceará. Já no território cearense, à altura de Jati, o canal se conectaria com o previsto no projeto original de transposição do São Francisco.

Assim, não se retiraria mais nenhum metro cúbico d'água do São Francisco. Ao mesmo tempo que a contribuição do Tocantins, de 70 a 150 metros cúbicos por segundo, não causaria maiores problemas para a sua bacia. Representaria, no máximo, 5% da vazão média do período seco!

Com essa solução, depois de um inicial de 30 metros, a adução não só gravidade como também disponibilizaria quer dizer, em condições de chegar igualmente por gravidade.

Um sistema, enfim, que, além de anular os eventuais conflitos com a Chesf e todos os demais usuários da bacia do São Francisco, seria de mais fácil operação e gestão.

Diferentemente do projeto de transposição do São Francisco, a nova alternativa apresentaria as seguintes vantagens:

Todo o Piauí poderia ser adicionalmente beneficiado, em especial a sua região mais semi-árida; A região do extremo noroeste da Bahia poderia ter, também, rios perenizados a um custo adicional zero; A região sul do Ceará, aí incluídas a zona árida das nascentes do rio Jaguaribe e o potencialmente rico Cariri, seria muito beneficiada; As bacias do extremo oeste de Pernambuco poderiam ser perenizadas desde as suas nascentes;

Somente às novas áreas incluídas estaria associada uma população beneficiada adicional da ordem de 2 milhões de pessoas, perfazendo, para todo o projeto, um universo de 10 milhões de pessoas. Se for incluída a opção complementar de abastecer Recife, os benefícios diretos se estenderiam a 13 milhões de pessoas;

Surgiria um novo Eixo de Desenvolvimento para o Nordeste, especialmente para a faixa semi-árida, que se acha hoje transformada numa “economia sem produção”, a depender, basicamente, das transferências da previdência social e dos fundos de participação de Estados e Municípios;

Os prováveis problemas ambientais seriam minimizados.

O projeto, que se desenvolveria durante alguns anos, mobilizaria recursos da ordem de R\$4,92 bilhões de investimentos em obras de fácil construção para a engenharia nacional. Além do mais, geraria, ao longo do período, milhares de empregos numa região cuja população é ávida por oportunidades de trabalho.

Deve-se, ainda, ressaltar que, do ponto de vista de custo para um nível de benefícios de mesma abrangência, esta nova versão do Projeto, Tocantins/Nordeste Setentrional, se comparado à anterior, Tocantins/Rio São Francisco/Nordeste Setentrional, mostra-se mais atrativa.

Incluindo-se o abastecimento do Recife, que aumentaria em 3 milhões o número de beneficiários, esse valor sofreria um pequeno acréscimo, face à facilidade da transposição, em um ponto favorável, do rio Paraíba para o Capibaribe.

Para concluir, estamos, com certeza, diante de uma nova proposta de transposição de bacia hidrográfica – a do rio Tocantins no lugar da do rio São Francisco –, que, primeiro, procura, antes de tudo, prevenir um colapso d'água anunciado no Nordeste Setentrional para 2005.

Segundo, essa proposta suprirá o abastecimento sem prejuízos nem da bacia doadora nem dos seus usuários.

Terceiro, essa proposta beneficiará uma população de 13 milhões de pessoas, 5 milhões a mais do que a proposta original de transposição das águas do São Francisco.

Quarto, essa proposta viabilizaria um novo Eixo de Desenvolvimento para o Nordeste, particularmente para a região semi-árida, que sofre, regularmente, os efeitos das secas periódicas, sem trazer ameaças ao capital natural.

Em suma, estamos diante da integração definitiva entre o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, que fortalece a unidade nacional, ao mesmo tempo que resolve problemas seculares de fome e pobreza, graças a abertura de novos horizontes econômicos e sociais para 13 milhões de pessoas.

Aqui, quero enaltecer o trabalho do Governador Siqueira Campos, no estado de Tocantins que, em seu planejamento, dentro da “visão Brasil”, prevê na bacia do Tocantins, uma área doadora de água para a Região Nordeste.

Finalmente, não é demais chamar a atenção para o **quantum** de recursos públicos aplicados em medidas meramente paliativas e, muito mais que isso, o número de vidas humanas perdidas ou mutiladas por falta de soluções duradouras.

Foram 85 secas nos últimos 300 anos. Pode-se dizer uma média de 3 secas em cada 10 anos! Na seca de 1983, foram alistadas nas frentes de serviço no Nordeste 3 milhões e 100 mil pessoas!

Na seca de 1998, por exemplo, o Governo Federal gastou no Nordeste, em recursos emergenciais, 1 bilhão e 232 milhões de reais, o que não resolve o problema de maneira definitiva.

A Transposição do Tocantins – orçada em cerca de 5 bilhões de reais – teria um custo equivalente ao que seria gasto em cinco anos de secas como a de 98 na região Nordeste.

Não há, assim, nenhuma razão de ordem econômica, política e social que possa justificar qualquer adiamento sobre essa questão. Ainda mais, quando não se trata apenas de prevenção contra as secas mas, também, e principalmente, de fazer face ao colapso anunciado do abastecimento d'água de três estados nordestinos: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Para nós, nordestinos, água é vida e esta condição por si só justifica o caráter emergencial que deve ter o projeto. A fartura ou carência dos recursos hídricos pode limitar a qualidade de vida e o desenvolvimento de uma determinada região. Se a escassez é uma das características do Nordeste, tornam-se imprescindíveis iniciativas como esta.

Já entreguei cópia do projeto de Transposição do Tocantins/Nordeste Setentrional ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que leve em consideração o caráter urgente e inadiável da obra. Confio na sensibilidade do Senhor Presidente para que determine o início do estudo do projeto, de imediato, ao Ministério da Integração Nacional — por meio do DNOCS.

Esta proposta que já tem, sem dúvida, o solidário apoio das Regiões Norte e Centro-Oeste e das demais regiões do País, fortalecerá a federação brasileira, que passará, enfim, a assentar-se sobre uma economia mais sólida e equilibrada e uma sociedade mais justa e humana.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

Sérgio Miranda

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, nem sempre os deveres da função parlamentar nos fazem subir a esta tribuna para trazer-lhes boas notícias. De fato, com frequência maior que a desejável, vemo-nos premidos a vir aqui fazer denúncias, apontar para pequenos e grandes erros do Poder Executivo ou para necessidades urgentes das populações de nossos Estados, quando atingidas por catástrofes naturais ou provocadas pelo homem. Por isso, com grande satisfação, exponho hoje fatos alvissareiros originários lá de longe, de um canto quase esquecido de nosso País, o Oeste de meu Estado de Santa Catarina.

Trata-se de uma verdadeira revolução produtiva que está a ocorrer nos diversos setores da atividade agrária daquela região. Revolução, Srs. Senadores, apoiada em dois pilares fundamentais: o cooperativismo e a tecnologia. Esses dois vetores vêm demonstrando uma sinergia extraordinária, com resultados que deveriam servir de exemplo para outras regiões.

Por um lado, o cooperativismo tem propiciado a preservação da competitividade da pequena propriedade agrícola, evitando a falência dos produtores e reduzindo o êxodo rural, que sufoca as cidades além

de sua capacidade de absorver a população que deixa o campo.

Uma das cooperativas mais dinâmicas e atuantes do País, a Cooperativa Central do Oeste Catarinense Aurora, que tem cerca de 40 mil associados e apresentou um faturamento de 766 milhões de reais no ano passado, é fator fundamental do desenvolvimento da região. Fundada e presidida pelo agricultor Aury Luiz Bodanese, a Cooperativa Aurora conseguiu, com sua associação aos grandes frigoríficos Sadia e Chapecó, transformar o Oeste catarinense de produtor primário a pólo industrializador e exportador.

Do alto de sua experiência, Bodanese, em entrevista ao **Diário Catarinense**, diz que o caminho para o agricultor poder se manter na atividade passa pela administração de sua propriedade como verdadeiro empreendimento, com uma escolha cuidadosa do foco de sua atividade, no qual deve se especializar. Não há, segundo Bodanese, lugar para o amadorismo no campo. Do mesmo modo, em sua opinião, as cooperativas devem atingir um nível de eficiência e competitividade igual ou superior ao das empresas privadas, pois sem sucesso comercial, sem retorno aos associados, as cooperativas sucumbem e deixam de cumprir sua função social.

No entanto, ao lado de sua confiança na força do cooperativismo, Bodanese adverte para a necessidade da atuação dos governos no investimento em infra-estrutura de transporte e nas áreas sociais do ensino e da saúde, provendo estradas, escolas e postos médicos. A ação social do Governo, segundo Bodanese, é imprescindível para o aumento do conforto das famílias rurais e para a contenção do êxodo rural.

A tecnologia vem sendo obtida por meio de parcerias dos agricultores e de suas cooperativas com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Alguns exemplos dessas parcerias merecem menção neste pronunciamento, pelo que representam do sucesso da pesquisa científica e tecnológica nacional, aplicada na prática produtiva. Citarei os casos da melhoria genética dos suínos, da criação do frango "verde", das inovações no tratamento dos dejetos dos animais e do mercado de sêmen para inseminação artificial.

Desde 1996, a parceria da Embrapa com a Cooperativa Aurora vem propiciando a modernização da produção de suínos nas pequenas propriedades rurais. Antes da introdução do porco MS-58, desenvolvido pela Embrapa, somente os grandes conglomerados

internacionais tinham acesso a animais geneticamente melhorados. Ano passado, nada menos que 1 milhão e 400 mil suínos descendentes de animais com melhoria genética foram entregues às agroindústrias por pequenos proprietários rurais. Agora, com a introdução do MS-60, uma variante nova, de maior produtividade e menor teor de gordura, a lucratividade desses criadores será ainda maior, pois estarão trabalhando com um animal com maior percentual de carne por carcaça, que alcança melhor preço.

Com o emprego dos animais geneticamente melhorados, o número de porcos machos vendidos passou de 195, em 1996, para 2,7 mil, no ano passado, e o de fêmeas passou, no mesmo período, de 2,9 mil para mais de 40 mil.

Na avicultura, um grande desenvolvimento da Embrapa em sua parceria com os agricultores do Oeste catarinense é a criação do frango "verde", ou "orgânico", que pode ser criado solto, sem o estresse dos aviários e sem necessidade de agrotóxicos nem de antibióticos ou hormônios. Trata-se de um produto cujo mercado, embora praticamente inexistente no Brasil, vem crescendo rapidamente nos Estados Unidos e na Europa, em decorrência da busca, por parte de consumidores de consciência ambiental mais refinada, por um alimento "natural" e saudável. Isso implica melhores preços e maiores lucros com a exportação.

A parceria da Embrapa com o frigorífico Chapecó produziu um sistema de separação dos resíduos suínos sólido e líquido, o *Sidal*, que reduz a poluição. Mas é um outro projeto que a Embrapa vem desenvolvendo na granja do produtor Néilson Riva que chama a atenção pela novidade. Ali, os porcos estão sendo criados sobre camas sobrepostas de 50 centímetros de maravalha, um tipo de serragem grosseira. Três lotes de animais são criados sucessivamente sobre o mesmo leito de maravalha, que é apenas revolvido após a venda de cada lote. Após a saída do terceiro lote, ao final de um ano, a maravalha com os dejetos fermentados é retirada e vendida como fertilizante para os olericultores da região, aumentando o lucro dos suinocultores.

Segundo Riva, há ainda a vantagem de que os porcos criados sobre a maravalha sofrem menos estresse, pois sentem-se em um ambiente mais natural.

O já mencionado aprimoramento genético dos rebanhos suínos vem recebendo um grande impulso com o emprego da inseminação artificial. Nos seis primeiros meses de 2001, para se ter uma idéia, houve um crescimento de 61,5 % na utilização da insemina-

ção artificial pela Cooperativa Aurora em relação ao mesmo período do ano passado. Em uma parceria da Aurora com a Cooperativa de Rio do Peixe (Coperio), uma unidade de produção de sêmen funciona em Joaçaba, fornecendo 3 mil das 10 mil doses de sêmen produzidas em um total de quatro centrais existentes no Estado.

Por meio da substituição da cobertura pela inseminação artificial, a capacidade de fecundação de um macho passa de 20 para 150 fêmeas. Com isso, os machos selecionados na Aurora, com mais de 60 por cento de carne magra e ganho de peso de mais de 860 gramas por dia, podem transmitir suas características aos animais dos cooperados, que vêm, um por um, gradativamente optando pela inseminação artificial.

Essas são, Sras. e Srs. Senadores, algumas das conquistas do agricultor do Oeste catarinense, obtidas com sua associação em cooperativas e sua parceria com esse órgão imprescindível de pesquisa que é a Embrapa. Trata-se de um desenvolvimento que tem grande alcance social, pois aumenta a renda do pequeno proprietário rural, fixando o homem ao campo e prevenindo a continuação do processo de inchaço das cidades. Mais que isso: promove o desenvolvimento do País todo ao produzir mercadoria exportável, o que alivia nosso balanço de pagamentos e dá emprego a milhares de brasileiros.

O exemplo do Oeste catarinense, Sr. Presidente, é a boa notícia que venho trazer ao conhecimento dos membros desta Casa, e da população em geral, para que seja imitado e para que se promova o desenvolvimento com justiça social de que o Brasil necessita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 1999 – COMPLEMENTAR (Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999-Complementar, de autoria da Senadora Marina Silva, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de can-*

didato a Senador, de parentes deste até o segundo grau, tendo

Parecer favorável, sob nº 298, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 4 de setembro último, quando teve sua votação adiada para hoje.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 1999
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que *dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal* (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo), tendo

Pareceres sob nº 755 e 1.098, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, 1º pronunciamento: favorável à proposta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): pela rejeição.

– 3 –

REQUERIMENTO Nº 501, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 501, de 2001, do Senador Moreira Mendes, solicitando, nos termos regimentais, seja formulada consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da apreciação, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação, dos projetos de decreto legislativo referentes a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons.

A matéria constou da Ordem do dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 25 de setembro, quando teve sua votação adiada para hoje.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2000

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos Deputados), que *altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal* (inclui o cirurgião-dentista na permissão

para acumular dois cargos públicos remunerados), tendo

Parecer favorável, sob nº 438, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 4 de setembro último, quando teve sua terceira sessão de discussão adiada para hoje.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que *acrescenta o § 3º ao art 50 da Constituição Federal* (trâmite de informações e documentos sigilosos), tendo

Parecer sob nº 972, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 221, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2001 (nº 985/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Fátima para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Osasco, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável sob nº 1.125, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sebastião Rocha, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 293, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2001 (nº 1.037/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.134, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

(OS 19678/01)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR LINDBERG CURY, NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 11-10-01, QUE SE REPUBLICA PARA SANAR INCORREÇÕES.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para me pronunciar em nome de cerca de 312 ex-revendedores Ford, distribuídos por este Brasil, os quais, na verdade, receberam uma séria punição por parte daquela montadora.

A Ford anunciou, para o dia 12 de outubro, a inauguração da sua fábrica em Camaçari, na Bahia. A data coincide com o feriado, santificado pelo Papa João Paulo II quando de sua primeira visita ao Brasil. No calendário da Igreja Católica é o dia dedicado à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

A Ford, pioneira no mercado automobilístico nacional, instalando-se em solo brasileiro desde 1919 e por mais de meio século líder absoluta na preferência do público consumidor, negligenciou sua atuação e perdeu espaço, detendo hoje parques 3,93% da participação no mercado. Prestem bem atenção: 3,93% da participação no mercado de uma fatia que outrora fora generosa.

Com a unidade de Camaçari, a montadora norte-americana tentará recuperar espaço no mercado brasileiro. Para isso, já anunciou que manterá seu modelo Fiesta na linha de produção. Mas não pense o consumidor brasileiro, ávido por novidades, que será o modelo europeu apresentado no Salão de Frankfurt. O que a Ford chama de Projeto Amazon na verdade é o mesmo Fiesta que circula no mercado hoje.

Ou seja, a Ford continua a mesma, com seu estilo de tentar enganar o consumidor, maquiando produtos saturados. O tal Projeto Amazon, que incluirá quatro modelos, só deve ser lançado no ano que vem. Por enquanto o consumidor fica na expectativa e o revendedor - que ainda sobrevive em algumas partes de nosso País, vendendo propriedades para colocar mais dinheiro no negócio, com muitas dificuldades - terá, naturalmente, que se armar de muito jogo de cintura para empurrar goela abaixo do consumidor modelos sem nenhum apelo comercial, nem no preço

A realidade que a Ford não mostra para o grande público é que com sua política de interesses que visa tão-somente o lucro unilateral aos poucos foi esmagando os seus revendedores e destruindo uma rede até então sólida e tradicional, tão tradicional que ainda persistem alguns clientes fiéis ou saudosistas, apegados à antiga imagem de luxo e conforto dos veículos da marca. Marca que não aparece mais como uma “imagem” para o consumidor. Hoje, os apelos de “mais baratos, modernos, fáceis de dirigir, potentes e econômicos”, estão divididos entre as montadoras Volkswagen, Fiat e General Motors. Apontem – isso é um desafio que faço a todos – um veículo Ford de fabricação nacional que seja realmente objeto de desejo ou desperte comentário no mercado!

Isto porque, ao longo dos anos, a Ford perdeu a sua característica principal de fabricante de produtos de consumo e se fixou numa gestão unilateral onde, a qualquer custo, o lucro é a sua meta.

Utilizando-se de uma política de abuso de poder, que não admitia o diálogo puro e simples, apesar de proclamar-se parceira, a Ford foi impondo contratos aviltantes, em que as exigências acabavam por sufocar a liberdade comercial e a igualdade entre as partes.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PDT – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Álvaro Dias.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PDT – PR) – Senador Lindberg Cury, meus cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento que faz desta tribuna em defesa do consumidor brasileiro. Tem razão V. Ex^a. As montadoras, a indústria automobilística, têm recebido benefícios extraordinários no nosso País e nem sempre há a contrapartida, no exercício, de forma eficiente da função social que se exige de qualquer empresa num capitalismo que não seja selvagem. Creio que o pronunciamento de V. Ex^a vem em boa hora, porque a Ford no Brasil pode começar a viver um novo momento. E explico por quê. Não faz muito, assumiu a Presidência da Ford o Dr. Antonio Maciel Filho, um paranaense que passou pela Petrobrás como funcionário e esteve no Governo Federal como Secretário no Ministério da Indústria e Comércio; depois, foi convocado a recuperar empresas insolventes, em função de sua competência. É um jovem executivo, cuja ação é modernizadora. Temos esperanças de que ele possa revolucionar a Ford em nosso País, em benefício também do consumidor e da nossa população. Creio que o pro-

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

(OS 19678/01)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR LINDBERG CURY, NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 11-10-01, QUE SE REPUBLICA PARA SANAR INCORREÇÕES.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para me pronunciar em nome de cerca de 312 ex-revendedores Ford, distribuídos por este Brasil, os quais, na verdade, receberam uma séria punição por parte daquela montadora.

A Ford anunciou, para o dia 12 de outubro, a inauguração da sua fábrica em Camaçari, na Bahia. A data coincide com o feriado, santificado pelo Papa João Paulo II quando de sua primeira visita ao Brasil. No calendário da Igreja Católica é o dia dedicado à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

A Ford, pioneira no mercado automobilístico nacional, instalando-se em solo brasileiro desde 1919 e por mais de meio século líder absoluta na preferência do público consumidor, negligenciou sua atuação e perdeu espaço, detendo hoje parques 3,93% da participação no mercado. Prestem bem atenção: 3,93% da participação no mercado de uma fatia que outrora fora generosa.

Com a unidade de Camaçari, a montadora norte-americana tentará recuperar espaço no mercado brasileiro. Para isso, já anunciou que manterá seu modelo Fiesta na linha de produção. Mas não pense o consumidor brasileiro, ávido por novidades, que será o modelo europeu apresentado no Salão de Frankfurt. O que a Ford chama de Projeto Amazon na verdade é o mesmo Fiesta que circula no mercado hoje.

Ou seja, a Ford continua a mesma, com seu estilo de tentar enganar o consumidor, maquiando produtos saturados. O tal Projeto Amazon, que incluirá quatro modelos, só deve ser lançado no ano que vem. Por enquanto o consumidor fica na expectativa e o revendedor - que ainda sobrevive em algumas partes de nosso País, vendendo propriedades para colocar mais dinheiro no negócio, com muitas dificuldades - terá, naturalmente, que se armar de muito jogo de cintura para empurrar goela abaixo do consumidor modelos sem nenhum apelo comercial, nem no preço

A realidade que a Ford não mostra para o grande público é que com sua política de interesses que visa tão-somente o lucro unilateral aos poucos foi esmagando os seus revendedores e destruindo uma rede até então sólida e tradicional, tão tradicional que ainda persistem alguns clientes fiéis ou saudosistas, apegados à antiga imagem de luxo e conforto dos veículos da marca. Marca que não aparece mais como uma “imagem” para o consumidor. Hoje, os apelos de “mais baratos, modernos, fáceis de dirigir, potentes e econômicos”, estão divididos entre as montadoras Volkswagen, Fiat e General Motors. Apontem – isso é um desafio que faço a todos – um veículo Ford de fabricação nacional que seja realmente objeto de desejo ou desperte comentário no mercado!

Isto porque, ao longo dos anos, a Ford perdeu a sua característica principal de fabricante de produtos de consumo e se fixou numa gestão unilateral onde, a qualquer custo, o lucro é a sua meta.

Utilizando-se de uma política de abuso de poder, que não admitia o diálogo puro e simples, apesar de proclamar-se parceira, a Ford foi impondo contratos aviltantes, em que as exigências acabavam por sufocar a liberdade comercial e a igualdade entre as partes.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PDT – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Álvaro Dias.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PDT – PR) – Senador Lindberg Cury, meus cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento que faz desta tribuna em defesa do consumidor brasileiro. Tem razão V. Ex^a. As montadoras, a indústria automobilística, têm recebido benefícios extraordinários no nosso País e nem sempre há a contrapartida, no exercício, de forma eficiente da função social que se exige de qualquer empresa num capitalismo que não seja selvagem. Creio que o pronunciamento de V. Ex^a vem em boa hora, porque a Ford no Brasil pode começar a viver um novo momento. E explico por quê. Não faz muito, assumiu a Presidência da Ford o Dr. Antonio Maciel Filho, um paranaense que passou pela Petrobrás como funcionário e esteve no Governo Federal como Secretário no Ministério da Indústria e Comércio; depois, foi convocado a recuperar empresas insolventes, em função de sua competência. É um jovem executivo, cuja ação é modernizadora. Temos esperanças de que ele possa revolucionar a Ford em nosso País, em benefício também do consumidor e da nossa população. Creio que o pro-

nunciamento de V. Ex^a é um alerta oportuno e chega no momento adequado, exatamente porque temos esperanças de que, tendo à frente um executivo competente e moderno como Antonio Maciel Filho, a Ford possa rever a sua prática e alterar seus procedimentos, a fim de que beneficie também o consumidor de nosso País. Antonio Maciel Filho é filho do ex-Deputado do Paraná, Antonio Maciel, tem formação política e consciência crítica dos problemas sociais deste País. É um modelo de executivo capaz de ter essa sensibilidade necessária para mudar a postura dessa empresa multinacional em nosso País. Evidentemente, não depende apenas dele, mas quero daqui depositar confiança em sua ação, sobretudo ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a. Peço a V. Ex^a que remeta esse pronunciamento ao Presidente da Ford, como uma contribuição crítica, a fim de que os procedimentos possam ser alterados e a Ford possa atender à necessidade imprescindível de se exercitar a função social como empresa beneficiada pelas concessões incríveis que o Governo brasileiro oferece.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Agradeço a participação de V. Ex^a, Senador Álvaro Dias, que conhece bem de perto o problema, principalmente no Paraná. Lá, mais de 50 empresas foram descredenciadas, estão na rua da miséria, pagando caro essa ação de um dia terem sido nomeadas, escolhidas entre todas as revendas principais da cidade. Nomearam e credenciaram revendedores e estes perderam todos os seus recursos.

Com referência ao Presidente, houve uma expectativa muito grande com a entrada dele, mas o desastre já havia sido feito anteriormente. No Brasil, cerca de 312, conforme vou comprovar adiante, caíram na rua da miséria – revendedores altamente credenciados e capacitados.

É uma tarefa muito árdua. A matriz americana não investe no Brasil. Ainda na gestão do Antônio Maciel Filho, em que houve essa expectativa de reversão, caiu de 10% para 7,9% e, atualmente, está com 3,93%. Alguns revendedores que sobrevivem por este Brasil estavam nessa expectativa de reversão.

Citarei um dado muito importante a V. Ex^a, Senador Álvaro Dias. E, no momento, agradeço a brilhante participação de V. Ex^a.

Com a criação da Auto Latina, a empresa chegou ao topo das suas intenções de aniquilamento dos concessionários.

Sob o pretexto de criar as chamadas mega **dealers**, a Ford foi eliminando do seu caminho os seus

concessionários. Só que, no caso da matriz norte-americana, que, cumprindo a legislação que lá funciona, indenizou todos os seus concessionários. Aqui, no Brasil, a situação foi bem diferente. Confiando na impunidade, a Ford simplesmente cortava o cordão umbilical e valia-se de toda sorte de expedientes sujos para se refazer de seus desafetos.

O resultado disso, Senador Álvaro Dias, foi o descredenciamento abrupto e sumário de mais de 312 concessionários, desde 1995, num universo de 427 distribuidores existentes em 1994, todos com patrimônio aniquilado à custa de pressões. Alguns deles com dívidas impossíveis de serem liquidadas junto ao Banco Ford.

Prestem bem a atenção. Oitenta e cinco por cento da rede, desde 1995, foram aniquiladas. Deve existir algo de errado, Sr^s e Srs. Senadores.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PT – RS) – Senador Lindberg Cury, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Pois não, Senadora Emilia Fernandes.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PT – RS) – Senador Lindberg Cury, quero dizer que, tão logo cheguei a Brasília, conheci V. Ex^a como um empresário respeitado, de renome, um batalhador pelos interesses da Capital do Brasil. Logo em seguida, tive a oportunidade de conhecer a sua família, por quem tenho o maior respeito. A esposa de V. Ex^a é uma mulher batalhadora, destacada também na sociedade brasileira. Depois, um assunto comum, de certa forma, nos uniu e aproximou um pouco mais – a questão da Ford, que V. Ex^a está abordando da tribuna. Essa empresa multinacional, já há algum tempo, veio para o Brasil e se estabeleceu. Conforme os números dados fornecidos por V. Ex^a, apenas em número de distribuidoras, havia mais de 400 concessionárias, que faziam esse trabalho, empregando e prestando um serviço social dentro do País.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – São mais de 30 mil empregos diretos que foram perdidos. Fora os indiretos, que correspondem a mais 45 mil.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PT – RS) – Exatamente. É importante que se preste a atenção a esses dados e números. Em todos os Estados brasileiros, inclusive na minha cidade de Santana do Livramento, havia uma concessionária, que também foi totalmente desrespeitada, dentro da visão de equilíbrio da economia e da produção de emprego. Por outro lado, nesses últimos anos, o Rio Grande do Sul tam-

bém teve que olhar nos olhos da empresa Ford e perguntar qual era realmente o interesse dela ao vir para o Brasil. Estávamos lá com a possibilidade de um acordo com o Governo anterior para ver a viabilidade de a Ford se estabelecer no Rio Grande do Sul. Mas, quando nos sentamos à mesa para analisar o acordo, ficamos simplesmente horrorizados, porque nunca se ofereceu tanto a uma empresa multinacional como estava sendo oferecido à Ford. Vimos um acordo de milhões de dólares, de milhões de reais, toda uma infra-estrutura que deveria correr por conta do Governo do Estado, em detrimento, inclusive, de uma economia sacrificada, como estava a do Rio Grande - e ainda se encontra - pois sabemos bem a situação do setor primário, a base fundamental da nossa economia. Sabemos também do interesse e do esforço em negociar do nosso Governo do Estado, que, ao contrário do que se procurou divulgar, não foi intransigente. Ao contrário, houve diálogo, chamou-se a empresa, pediu-se uma revisão do acordo. Agora, construir até a creche dentro de uma empresa da Ford, construir estrada e estacionamento, seria realmente abusar da boa vontade da nossa capacidade produtora, dos nossos empresários, que estavam, às vezes, clamando por um pequeno empréstimo para sobreviver. A Ford foi intransigente, sim, no Rio Grande do Sul e as interferências políticas ocorreram para massacrar e tentar condenar previamente o nosso Governo. Solidarizo-me com V. Ex^a porque vi em V. Ex^a um defensor que levantou a voz e está trazendo às claras o prejuízo que a Ford trouxe ao País em relação ao desemprego e à desestabilização do setor. Posso, inclusive, oportunamente, passar todos os dados do acordo, das exigências e da contrapartida a que o Governo do Rio Grande do Sul se propôs a fazer, à qual a Ford virou as costas, retirando-se do Estado sem diálogo. Não perdemos nada porque se trata de uma empresa multinacional que não se responsabiliza pelo desenvolvimento brasileiro, que não tem a sensibilidade de garantir empregos - desempregando milhares de pessoas, como V. Ex^a está agora registrando - e não deveria ficar no Rio Grande do Sul, aquele gigante Estado, que progredirá com sua classe produtora e empresarial. Cumprimento V. Ex^a pela coragem, pela coerência e pela determinação de trazer o assunto para que o Brasil fique sabendo desses fatos.

O SR. LINDBERG CURY (PFL - DF) - Agradeço o brilhante aparte de V. Ex^a, Senadora Emilia Fernandes.

Só no Rio Grande do Sul, perto de 60 concessionárias foram descredenciadas. Cheguei a trocar idéias, com o Governo do Rio Grande do Sul, sobre o que significava a Ford no mercado nacional, e o Governo foi muito lúcido ao desistir na última hora, salvou de uma gafe esse investimento no Rio Grande do Sul e afastou de lá a Ford, graças a Deus. Hoje, o Estado aplicou em obras esse valor que seria concentrado em cima de uma multinacional. Por que essa multinacional não traz seu capital de fora para investir no Brasil? É preciso incentivo do Governo, renúncia de milhões de reais e isenção de impostos, como o IPTU. O Rio Grande do Sul aplicou esse dinheiro em mais de 40 mil microindústrias e microempresas e fez uma distribuição na sua economia. Parabéns ao Rio Grande do Sul e parabéns a V. Ex^a por estar sempre atento a essas ocorrências.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB - SC) - Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Lindberg Cury?

O SR. LINDBERG CURY (PFL - DF) - Pois não, ilustre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB - SC) - Cumprimento-o por abordar essa questão e pela sua coragem, que, aliás, não é de hoje. Mesmo antes de vir a esta Casa - não só o Distrito Federal, mas também o Brasil sabe -, V. Ex^a tem não só protegido como representado - e muito bem - muitos que estão com suas famílias lutando, que têm representações, que têm uma vida de caminhada, e que muitas vezes ficam à mercê de atos dessa ordem. Tiram-lhes as representações desestabilizando as lutas empenhadas, as horas e horas de dedicação ao trabalho, os empregos, que se perdem de um momento para o outro, repentinamente. Caso semelhante ao da Ford - lembro a V. Ex^a - e que também está causando um tremendo desemprego e problemas sérios no Brasil inteiro é a junção das cervejarias Antarctica e Brahma, formando a Ambev.

O SR. LINDBERG CURY (PFL - DF) - É a mesma situação. Temos de fazer uma revisão geral, Senador.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB - SC) - Sei de representantes comerciais de Santa Catarina que haviam expandido as suas representações, investido a pedido dessas produtoras de cerveja e que, anos e anos, têm-se dedicado às suas atividades com 20, 30, 50 caminhões, pequenos ou grandes, gerando 500, 600 ou mil empregos, estão todos à mercê dessa situação agora. De uma hora para outra, foram dis-

pensados. Apesar de toda uma vida de luta, não têm mais como representar. Quer dizer, resolvem fazer uma junção, concedem para quem quiser essa representação. Está havendo muito corre-corre, muito desemprego; os possíveis direitos de muitos anos de trabalho desses distribuidores são retirados. Conhecemos isso no meu Estado – e não é só lá, creio que isso ocorre no Brasil todo. A sorte é que agora, na Comissão de Assuntos Econômicos, se não estou equivocado, houve um pedido de audiência pública para ouvir os representantes da Ambev e esses distribuidores no Brasil, será realizado um debate para ver se o Cade pode interferir porque, ao lado de direitos, estão os prejuízos de milhares e milhares de trabalhadores e famílias. É mais ou menos no sentido dessa tese que V. Ex^a está a analisar. Quero me associar a V. Ex^a nesse momento porque há um clamor nacional, Senador Lindberg Cury. Esses que muitas vezes vêm para cá, usufruem, tiram os incentivos, os direitos de muitos que constróem uma vida lutando, passando o investimento de pai para filho, e depois os deixam à mercê, abandonados. A empresa vai embora, não investe no País; ao contrário, só leva as vantagens, usufrui da bondade do povo brasileiro. Por isso quero me associar, mais uma vez, ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Agradeço à participação de V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, por gentileza, isso não foi dito por mim, está publicado na revista **Exame**, na última edição, dito pelo Presidente da Ford. “A Ford, com a inauguração de uma fábrica na Bahia e prestes a lançar uma nova família de carros, tenta reverter sua queda no mercado nacional”. Vejam também que aqui apresentam dados estatísticos da queda violenta da Ford no Brasil. Agora, quem paga por isso? São os revendedores, aqueles que acreditaram nessa multinacional. Estão sofrendo, estão à míngua e não têm amparo legal nenhum. Porque quando entram no mercado, participam como revendedores, eles assinam um contrato de adesão que não dá direito a quem quer que seja. Basta executá-lo e centenas de revendedores são colocados na rua da miséria, da amargura.

Está aqui também a palavra – não é minha, Sr. Presidente, - mas de John K. Bucker, Vice-Presidente do Conselho de Administração da montadora: “A Ford precisa recuperar a confiança do consumidor”. E assim por diante. Está aqui na revista **Exame**, sob o título “A Queda da Ford no Mercado”. Só gostaria de

mostrar ao Brasil os desmandos e falcaturas de uma empresa que já teve o seu passado de glórias e hoje chafurda na lama da desonestidade. Os concessionários atingidos criaram, no início de 2000, a Abedif, Associação Brasileira de ex-Distribuidores Ford. E observe, Senador Romeu Tuma, o número de ex-revendedores hoje é muito maior do que os atuais distribuidores. O objetivo dos associados é lutar junto à Justiça para que a Ford devolva aos seus ex-concessionários o que lhes é de direito, ou seja, o patrimônio que empenharam, acreditando no potencial de uma empresa cuja marca ainda é respeitada em seu país de origem.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) - Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Muito rapidamente, Senador Lindberg Cury, e já vou também dar o espaço para que o Senador Romeu Tuma possa apartear-lo. Quero cumprimentar V. Ex^a pela coragem, pelo pronunciamento e sobretudo pela visão crítica e conhecedora da atuação dessa multinacional. Quisera os empresários, os investidores brasileiros de boa-fé contassem com um suporte de recurso que essa multinacional, rentável no seu país de origem, que tem capital, que poderia muito bem estar se instalando, não para sugar a nossa frágil economia, mas para contribuir com o seu fortalecimento. Mas o mundo desenvolvido tem uma política de não permitir a entrada dos investidores de outros países nas suas economias. Por outro lado, querem entrar na nossa economia com todo o respaldo, com todo o tipo de benevolência e com toda a sorte de privilégios dos nossos governantes sempre muito ávidos por acenar com o chapéu dos outros – e quando digo outros é o povo brasileiro -, por oferecer meios para que essas empresas possam se instalar, com renúncia fiscal, em detrimento do interesse dos investidores nacionais, inclusive com prejuízo, como V. Ex^a acaba de mencionar, para aqueles que tinham as concessões e a revenda da Ford. Parabênz V. Ex^a. No dia da aprovação do projeto que iria beneficiar a multinacional Ford, o Senador Gerson Camata fez um pronunciamento segundo o qual, nos países desenvolvidos, as pessoas não entendiam como nós tínhamos crianças de rua, como tínhamos crianças abandonadas e dávamos milhões e milhões de reais a uma multinacional altamente rentável, que poderia estar contribuindo com a nossa economia para diminuir a população de

crianças de rua. Realmente ficávamos numa situação constrangedora porque não sabíamos como responder a essa pergunta. Quero aqui parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Agradeço à Senadora Marina Silva por esse brilhante e esclarecedor aparte.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Lindberg, pouco eu teria a falar visto a eloquência do seu depoimento e o seu conhecimento do assunto. Fiz, ainda esta semana, depois de receber pedido dos pequenos acionistas e dos proprietários de depósitos das companhias **Brahma** e **Antarctica**, solicitação quanto à postura da Ambev, que tem um compromisso fixado no Cade de manter pelo menos os empregos e a situação econômica daqueles que há algumas dezenas de anos trabalham com a empresa. A maioria está fechando, a maioria não consegue fazer concorrência com a própria indústria, que elimina o aspecto do revendedor. Se V. Ex^a me permitisse, eu queria prestar homenagem a um homem que, durante décadas, foi o representante da Ford em São Paulo, um dos grandes revendedores na área automobilística do País que era a Companhia Santo Amaro Distribuidora, o Sr. João Zarife. Emociona-me lembrar o seu trabalho, a sua ousadia e os seus investimentos, criando uma grande organização que fez o nome da Ford em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros Estados; hoje está alugando os seus armazéns para poder sobreviver. De quem é a culpa? É dele, que a administrou mal? Não. Foi porque ele tinha que vender o carro, modelo Ka, que não dava para manter porque não tinha renovação de produtos para concorrer com as outras indústrias que, a todo ano, estão realmente mobilizando aqueles que gostam de trocar de carro permanentemente e não encontraram opções na Ford. Então, se V. Ex^a me permitir, quero fazer esta homenagem que, para mim, representa provavelmente a situação daqueles que V. Ex^a traz, mais de 350 em igual situação. Obrigado.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a foi de uma habilidade muito grande, foi diretamente ao âmago da questão. O João Zarife foi o maior revendedor da Ford na América do Sul. Tinha propriedades e agências espalhadas pelos diversos Estados do nosso País, e esse homem hoje

está passando por dificuldades, com um enfarte provocado por essa má gestão que a Ford imprimiu, não apenas a ele mas a todos os revendedores do nosso País. Quero também, do plenário do Senado, prestar esta homenagem ao grande investidor, ao grande empreendedor João Zarife, que representa e espelha a situação dos demais revendedores da Ford neste País.

Senador Romeu Tuma, também fui dono, durante 37 anos, de uma das maiores empresas da Ford no Brasil e, por esses desmandos, tive que encerrar as atividades, colocando na rua perto de 500 funcionários. Esse é o motivo pelo qual represento aqui a Abedif - Associação Brasileira dos ex-distribuidores da Ford - e pediria, neste final, mais uma observação de um jurista.

Em um estudo sobre a situação da Ford em relação aos concessionários alijados, o jurista Waldírio Bulgarelli reconheceu que cabe aos concessionários oprimidos e prejudicados pela concedente, a Ford, adequar os procedimentos cabíveis em termos de representação aos órgãos federais contra o abuso do poder econômico. Essa ação está na Secretaria de Defesa Econômica, no Cade, e lá, aprovado pela maioria absoluta dos ex-revendedores da Ford e dos atuais revendedores, corre na Justiça. As ações judiciais de rescisão contratual, com pedido de reparação de danos e, ainda, as de mera reparação de prejuízos e indenização pelos lucros cessantes, além da devolução, do que entenderem, que pagaram a maior indevidamente.

Está na hora de a Ford redirecionar suas atividades para a produção e não para o seu Banco Ford. E garantir aos distribuidores, a preços e produtos adequados, não apenas a retomada do mercado, como a efetivação de uma margem mínima de comercialização.

Sr. Presidente, ao encerrar esta minha participação, gostaria de fazer duas observações. Quero dar um recado a todos os ex-revendedores de carro no Brasil que acompanhem atentamente a atividade da Abedif, que se unam em torno de um ideal, que é restabelecer suas empresas e fazer com que se pague pelo alto custo imprimido às empresas nacionais, que foram massacradas.

Vou um pouco além. Hoje não é preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para quem quiser saber qual é a situação da Ford, gastar recursos altos para fazer uma pesquisa, basta olhar pela janela que se estará diante de uma realidade.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**ATA DA 133ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE
OUTUBRO DE 2001**

(Publicada no DSF de 12 de outubro de 2001)

RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, à página nº 24522, 1ª coluna, no Item 2.3 – Ordem do Dia, no resultado da apreciação do Projeto de Resolução nº 48, de 2001,

Onde se lê:

Concessão de prazo ao Sr. Romero Jucá para proferir parecer sobre as Emendas nºs 1 a 4, lidas nesta oportunidade, ficando encerrada a discussão. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira, dia 16 do corrente.

Leia-se:

Concessão de prazo ao Sr. Romero Jucá para proferir parecer sobre as Emendas nºs 1 a 4, lidas nesta oportunidade. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira, dia 16 do corrente.

.....

À página nº 24628, 1ª coluna, exclua-se, por incorreção, a seguinte fala da Presidência, referente à apreciação do Projeto de Resolução nº 48, de 2001:

.....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Em discussão o projeto e as emendas, em turno único. (Pausa).

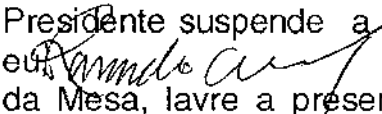
Não havendo quem queira usar da palavra, está encerrada a discussão.

.....

Ata da 18ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 27 de setembro de 2001

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e um, às dez horas, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Ramez Tebet, Presidente; Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente; Carlos Wilson, 1º Secretário; Antero Paes de Barros, 2º Secretário; Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário; e Marluce Pinto 2ª Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimento nº **502**, de 2001, de autoria do Senador **Renan Calheiros**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, distribuiu o requerimento ao Senador Carlos Wilson para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Carlos Wilson apresenta o seu Relatório que conclui favoravelmente ao requerimento. Submetido à discussão e votação, é o Relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 2:** Requerimentos nºs **447**, de 2001, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia; **497**, de 2001, de autoria do Senador **Roberto Requião**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, distribuiu os requerimentos ao Senador Antero Paes de Barros para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Antero Paes de Barros apresenta os seus Relatórios que concluem favoravelmente aos requerimentos. Submetidos à discussão e votação, são os Relatórios aprovados pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 3:** Requerimentos nºs **472**, de 2001, de autoria do Senador **Bernardo Cabral**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **473**, de 2001, de autoria do Senador **Bernardo Cabral**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; **503**, de 2001, de autoria do Senador **Renan Calheiros**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, distribuiu os requerimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Mozarildo Cavalcanti apresenta os seus

Relatórios que concluem favoravelmente aos requerimentos. Submetidos à discussão e votação, são os Relatórios aprovados pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 4:** Requerimento nº **496**, de 2001, de autoria do Senador **Mauro Miranda**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, distribuiu o requerimento ao Senador Mozarildo Cavalcanti para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Mozarildo Cavalcanti apresenta o seu Relatório que conclui favoravelmente ao requerimento. Antes de submeter o requerimento à apreciação dos Srs. Senadores, o Senhor Presidente esclarece que sua aprovação interromperá a tramitação da matéria que o mesmo pretende esclarecer, ou seja: a Mensagem nº 197, de 2001 (nº 756/2001, na origem). Submetido à discussão e votação é o requerimento aprovado pela unanimidade dos presentes, ficando, em consequência, interrompida a tramitação da matéria em referência, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 5:** Requerimento nº **498**, de 2001, de autoria do Senador **Lúcio Alcântara**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, distribuiu o requerimento ao Senador Antonio Carlos Valadares para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Antonio Carlos Valadares apresenta o seu Relatório que conclui favoravelmente ao requerimento. Submetido à discussão e votação, é o Relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 6:** Requerimentos nºs **520**, de 2001, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **521**, de 2001, de autoria do Senador **Sebastião Rocha**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia; **524**, de 2001, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; **525**, de 2001, de autoria da **Comissão de Fiscalização e Controle**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia; **526**, de 2001, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; e **544**, de 2001, de autoria da **Comissão de Fiscalização e Controle**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia. O Senhor Presidente distribui os requerimentos, respectivamente, aos Senadores Antero Paes de Barros, Carlos Wilson, Mozarildo Cavalcanti (nºs 524 e 526/2001), Antonio Carlos

Valadares e Edison Lobão para relatar, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001. **Item 7:** Projeto de Resolução nº 4, de 2001, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly e outros Srs. Parlamentares, que acrescenta parágrafos ao artigo 4º da Resolução nº 1, de 1989-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o artigo 62 da Constituição Federal. O Senhor Presidente distribui o projeto ao Senador Antero Paes de Barros para relatar. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas e trinta minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

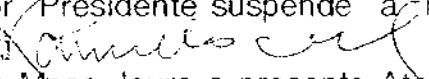
Sala de Reuniões, em 27 de setembro de 2001.



Senador **Ramez Tebet**
Presidente

Ata da 19ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 11 de outubro de 2001

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e um, às dez horas, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Ramez Tebet, Presidente; Edison Lobão, 1º Vice-Presidente; Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente; Antero Paes de Barros, 2º Secretário; e Marluce Pinto, 2ª Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimento nº 448, de 2001, de autoria do Senador **Osmar Dias**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. O Senhor Presidente comunica que distribuiu o requerimento ao Senador Antonio Carlos Valadares para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Antonio Carlos Valadares apresenta o seu Relatório que conclui favoravelmente ao requerimento. Submetido à discussão e votação, é o Relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 2:** Requerimento nº 520, de 2001, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Senhor Presidente comunica que distribuiu o requerimento ao Senador Antero Paes de Barros para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Antero Paes de Barros apresenta o seu Relatório que conclui favoravelmente ao requerimento. Submetido à discussão e votação, é o Relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 3:** Requerimento nº 521, de 2001, de autoria do Senador **Sebastião Rocha**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia. O Senhor Presidente comunica que distribuiu o requerimento ao Senador Carlos Wilson para relatar e passa a palavra ao Senador Edison Lobão para ler o Relatório apresentado pelo Senador Carlos Wilson, que conclui favoravelmente ao requerimento. Submetido à discussão e votação, é o Relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 4:** Requerimento nº 524, de 2001, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. O Senhor Presidente comunica que distribuiu o requerimento ao Senador Mozarildo Cavalcanti para relatar e concede a palavra ao Senador Antero Paes de Barros para ler o Relatório apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que conclui favoravelmente ao requerimento. Submetido à discussão e votação, é o Relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa. **Item 5:** Requerimentos nºs 539, de 2001, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação; 546, de 2001, de autoria do Senador **Geraldo Cândido**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia; 547, de 2001, de autoria do Senador **Geraldo**

Cândido, solicitando informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; **548**, de 2001, de autoria do Senador **Sebastião Rocha**, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia; **553**, de 2001, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Cultura; **554**, de 2001, de autoria da Senadora **Heloísa Helena**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; **562**, de 2001, de autoria do Senador **Antonio Carlos Valadares**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; **564**, de 2001, de autoria do Senador **Mauro Miranda**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça; **567**, de 2001, de autoria do Senador **Romeu Tuma**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; **568**, de 2001, de autoria do Senador **Romeu Tuma**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça; **569**, de 2001, de autoria do Senador **Romeu Tuma**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; **570**, de 2001, de autoria do Senador **Pedro Simon**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação; **573**, de 2001, de autoria da Senadora **Marina Silva**, solicitando informações ao Ministro de Estado do Orçamento, Planejamento e Gestão; **574**, de 2001, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores; **575**, de 2001, de autoria do Senador **Carlos Bezerra**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. O Senhor Presidente distribui os requerimentos, respectivamente, aos Senadores Edison Lobão (539, 570 e 574), Antero Paes de Barros (nºs 546, 547, 562 e 573), Carlos Wilson (nº 548), Mozarildo Cavalcanti (nºs 553, 554, 575), Antonio Carlos Valadares (nºs 564, 567, 568 e 569) para relatar, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001. **Item 5:** Projeto de Resolução nº 6, de 2001-CN, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Senhores Parlamentares, que *denomina Salão "Senador Antônio Mariz" o Salão Negro do Congresso Nacional*. O Senhor Presidente distribui o projeto ao Senador Carlos Wilson para relatar. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas e trinta minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 11 de outubro de 2001.



Senador Ramez Tebet
Presidente

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2001-CN, COM A FINALIDADE DE “ESTUDAR AS CAUSAS DA CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NO PAÍS, BEM COMO PROPOR ALTERNATIVAS AO SEU EQUACIONAMENTO”.

8ª Reunião realizada em 9-8-2001.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e hum às nove horas e quarenta minutos na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto e Nabor Júnior e Senhores Deputados Fernando Ferro, Airtton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, Clementino Coelho e Luciano Zica membros, reúne-se a Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, informando que a presente reunião destinava-se a ouvir as exposições dos Doutores Peter Greiner – Ex – Secretário de Energia do MME e Roberto Pereira D’Araújo – Diretor da ILUMINA, os expositores participaram de um Painel sobre o Modelo Estrutural Do Setor Elétrico, tendo sido questionados pelo Relator Senador Paulo Souto e pelos Deputados Fernando Ferro, Fernando Gabeira, Clementino Coelho e Luciano Zica. A Presidência comunica que a próxima reunião será realizada no dia quatorze do corrente para exposição com o tema Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, e para constar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Comissão Especial Mista, criada por meio do Requerimento nº 73, de 2001, ao Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País,

bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir exposição dos Srs.: Dr. Peter Greiner, ex-Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia; Dr. Roberto Pereira De Araújo, Diretor da Ilumina, sobre o tema: Modelo Estrutural do Setor Elétrico.

A respeito disto, por sugestão do Senador Paulo Souto, Relator desta Comissão, nós fizemos uma divisão em temas, com relação aos requerimentos apresentados e aos assuntos que interessam à Comissão, a fim de objetivar as nossas audiências públicas. Cada audiência pública terá, como referência, um tema que será discutido e debatido entre os expositores e os Srs. Parlamentares.

Dessa forma, acredito que foi muito feliz a idéia do Senador porque objetiva as nossas audiências públicas criando, estabelecendo um tema para debate. No próximo dia 14, estão confirmadas, para debatermos sobre As Fontes Alternativas de Produção de Energia Elétrica, as presenças dos Srs.: Dr. Luiz Otávio Koblitz, Dr. Armando Abreu, Drª Ivonice Campos e Dr. Jayme Buarque de Holanda. Estes serão os debatedores, expositores, naquela ocasião.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessário a leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

O SR. FERNANDO GABEIRA – Solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Solicitada a dispensa da leitura da Ata pelo Deputado Fernando Gabeira, passemos à leitura dos Expedientes.

Esta Comissão recebeu Ofício do Dr. Cláudio Álvaro da Silva, Presidente da Eletrobrás, que foi convidado para esta reunião, informando a esta Comissão que, infelizmente, hoje ele não teria condições de participar, mas se dispõe a vir a esta Casa, em outra data, debater com os Parlamentares desta Comissão a crise de energia elétrica que assola o nosso País.

Com relação à reunião que foi cancelada, na terça-feira passada, também foram recebidos Expedientes dos Srs. Governadores dizendo da impossibilidade de comparecerem àquela reunião. Por esse motivo ela foi cancelada.

Passemos às exposições.

Cada expositor terá um tempo de vinte minutos – evidentemente podendo ser prorrogado, se houver necessidade – para a sua exposição.

Iremos iniciar com o Dr. Peter Greiner, a quem, de pronto, passo a palavra.

O SR. PETER GREINER – Deputado Antônio Cambraia, Presidente da Comissão; Senador Paulo Souto; Deputados Fernando Ferro e Fernando Gabeira; demais presentes.

É de bom grado que eu compareço, de acordo com o meu senso de cidadania e de responsabilidade profissional com a Pátria.

A presente crise apresenta, na minha opinião, muito mais pontos positivos do que negativos, porque tem o condão de chamar a atenção da sociedade, do Governo e dos políticos, principalmente do Legislativo, para a questão energética, que é muito mais séria, muito mais ameaçadora, muito mais essencial para o País do que essa crise que nós estamos passando, nesse momento.

Espero que a voz não me falhe, porque tive que operar a tireóide, e as minhas cordas vocais ficaram afetadas, e elas realmente não melhoraram depois de prestar cinco horas de depoimento com os Procuradores do Ministério Público. Realmente desgastou um pouco mais.

Dou depoimento aberto e sincero sobre o período em que estive à frente da Secretaria, de março de 1994 a março de 1999, quando me demiti porque, infelizmente, constatei que o processo que tinha sido bem equacionado iria sofrer solução de continuidade, e não presto o meu nome profissional para não fazer um trabalho sério. Infelizmente, houve um movimento de malvadeza ao se substituir um Ministro competente, como o foi o Ministro Britto. Sinceramente, eu não podia conviver com isso. E o que está acontecendo hoje está-me dando razão. Fora desse período que fiquei, dou o testemunho aqui de um analista que adivinhou e profetizou as mudanças lá atrás, em 1980, e que, a partir daquele momento, participou das mais diferentes iniciativas tais como Revise, várias comissões ministeriais que não levaram a nada, tomou a iniciativa de viajar e olhar o que estava acontecendo no mundo e por que estava acontecendo, para poder traduzir isso para o nosso País, e que, embora sendo um barrageiro de origem, fiz meu mestrado e doutorado na Getúlio Vargas, voltado para o setor de energia e vendo tudo isso.

Quer dizer, quando por acaso ou talvez a Providência me colocou na Secretaria, eu estava preparado e tinha uma idéia independente. E, graças a Deus, o Ministro Britto, como tantos outros exemplares administradores que a Bahia nos deu, foi um Ministro que deu consistência ao processo de reforma que se iniciava.

Para falar do modelo, tenho que fazer alguma observações iniciais. A minha visão da crise, por mais que alguns esperneiem, não foi a da privatização. Durante o processo de reforma, o ritmo de expansão do sistema aumentou e não diminuiu. Eventualmente, os investimentos unitários eram menores, mas era exatamente isso o que se estava procurando, porque o Estado, quando investe, o faz com custos mais elevados. São Pedro, meu protetor, porque Peter, em alemão, é Pedro, também não é culpado, porque dizer que choveu pouco é desprezar o conceito de média; chover abaixo de média confirma a média, senão ela não seria média. Portanto, era previsível, estava dentro de um modelo inclusive da forma de operação. E também o modelo adotado ou propugnado não foi responsável porque não chegou a ser implantado e, eventualmente, até distorcido.

Aliás, lanço um desafio que alguém aqui diga, com exceção do Reginaldo, que foi meu adjunto, quem é que leu os relatórios **Coopers & Lybrand**. Todos criticam e falam que importamos o modelo inglês, mas ninguém prestou atenção que 200 engenheiros do Brasil, durante um ano, discutiram com a **Coopers & Lybrand** para mostrar qual a realidade brasileira para que, dentro do princípio daquilo que está acontecendo no mundo inteiro, o modelo brasileiro fosse adequado a nossa situação. Pode haver erros, e nós do Ministério os admitíamos: precisamos estar abertos ao ajuste na implementação, porém o modelo era o desenhado para a realidade brasileira.

A crise do setor começou de dentro. A falência do setor se confirmou; em 1993, quando o Tesouro assumiu mais de US\$26 bilhões da dívida das concessionárias, um valor que, considerados juros e inflação, talvez seja responsável por um terço da dívida total do País. Portanto, o modelo estatal realmente criou um problema para o País, e, desde 1980, quando começou a crise, o setor ficou sem ação, sem projeto. Havia tensões, diferenças internas, seja entre as estaduais, as federais e as regionais, e os governos sucessivos tinham outra pauta que os impedia de tomar decisões de fundo.

Primeiramente, com o Figueiredo, ainda era o processo de redemocratização; depois, veio a redação de uma nova Constituição, o que paralisou o País; depois, veio o **impeachment**, quer dizer, perdemos 15 anos, quando, então, o Fernando Henrique começou. E começou pela privatização. Para criar o momento, para criar a pressão, começamos, a rigor, erradamente, porque não se começa um processo sem um projeto, mas não havia, politicamente, outra forma.

Acontece que, em questão de dois anos, demos uma volta por cima. Orgulho-me disso e defendo: internacionalmente, o Brasil passou a ser visto até como um exemplo, porque conseguiu surpreender todo mundo. Em pouco tempo, em uma situação que podia marchar para o caos, nós a colocamos sob controle. O que foi feito? Ao mesmo tempo, evidentemente, com um problema muito sério de encadeamento, porque muitas atitudes pressupunham atitudes anteriores... Então, esse processo foi complexo, foi difícil, mas conseguimos. O que implantamos, quer dizer, o Governo, todos, o regulador com todos os problemas... será perfeito daqui a anos, porque há um problema de cultura, inclusive de salários. Começamos com algumas regulações iniciais, retomamos os projetos paralisados; vários desses projetos ainda estão sendo úteis e entrando em operação agora: por exemplo, o grande aumento de capacidade de 1999 e 2000, na verdade, foi iniciado lá; não se executa uma obra em meio ano no setor elétrico, não de transmissão e, principalmente, de geração.

Adotamos um modelo e começamos a implantação. O que aconteceu... O que é muito importante: naquela época, os reservatórios estavam com um nível razoável: 80% em 1998, mais ou menos, se não me falha a memória. Portanto, administrável, na medida em que depois, por outros motivos que já vou mostrar, os investimentos privados não se materializaram. O que se deveria ter feito? Nosso risco está aumentando, o risco de haver falta de energia existe, então vamos começar racionar 3%, 5%, 7%, durante um período de vinte meses, é outra coisa do que racionar 25% ou 20% em caso emergencial. Esse é o quadro ou pano de fundo.

Agora, evidentemente – e aqui estou falando de um órgão que, além de legislativo, é, na verdade, também político –, há sempre alguém responsável. Eu poderia, frustrado como fui de dar continuidade ao projeto... E fui por opção, não fui demitido; eu me demiti e não me despedi, por revolta, porque não admito que um ministro ponha um punho de renda como secretário-executivo e se coloque como representante do ministério o Operador Nacional de Sistema

Quando ouvi isso, falei: a irresponsabilidade é total. Não vou ficar nessa equipe. E saí. Eu poderia estar revoltado. Mas o que me entristece não é a falha de uma ou outra pessoa. A falha desse Ministro confirma a regra da competência dos demais baianos que conheci. Então não é por aí. O que me entristece é o processo e a cultura política que querem derrubar a governabilidade, que não favorecem a continuidade de um projeto.

O que aconteceu, na verdade, foi que a crise da Ásia, na sucessão – basta olhar um pouco e lembrar –, a crise da Rússia, sempre o Brasil seria a “bola da vez”. Depois veio a desvalorização cambial. E é nesse momento que, na cultura política e no processo político nosso, todos se juntaram para derrubar Governo, criar mais dificuldades; foram os grampos, os escândalos, tudo. Quer dizer, aqueles que se opuseram ao processo conseguiram interrompê-lo, ficamos na metade do caminho, que é o pior do mundo. Não temos modelo implantado, está-se perdendo a racionalidade do processo. Qualquer que seja o novo candidato que for eleito, terá um problema. Por quê? Porque o clima de confusão e de querer confundir é total. Não digo isso só da parte da Oposição, não. A Oposição está no seu papel. Mas digo da base de Governo também. Parece que todos querem se eleger em cima da fragilidade do Executivo.

Foi o que eu disse aos Procuradores. E disseram que o meu depoimento, que sou um cara que não presta; não presto nem para acusação, nem para defesa, nem como réu. Eu disse aos Procuradores que a impressão que levei de Brasília foi a de que, sendo o Executivo tão mal pago e em que um cara do Executivo assume todos os riscos, se eu, por uma questão de emergência, precisar fazer uma licitação e cometer um pequeno erro formal, arrisco meu patrimônio. Essa é a posição de qualquer um que esteja no Executivo. Esses mal pagos têm contra si, do outro lado, os que são melhor pagos – e não quero dizer que isso seja um exagero, há alguns –, mas que só criam empecilhos.

Aqui há o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Não é que não se precise, mas o problema é o espírito que se está dando ao Governo. É como querer construir o carro a partir do freio. Vamos valorizar o freio e não o motor. Esse foi só um desabafo. V. Ex^{as} me entendam um pouco.

Ficamos no pior do mundo, por isso digo que não adianta ir atrás de culpados individualmente. Todos temos que assumir o problema, como cidadãos; devemos nos convencer de que precisamos de projetos e projetos continuados.

O que aconteceu foi que a privatização foi paralisada. Paralisou-se o processo de implementação, com total ausência de liderança; o monopólio do gás natural impediu – e aí vai uma outra coisa que foi feita no primeiro período –, fez-se o gasoduto com a plena consciência de que este serviria para colocar térmicas no período de transição. Evidentemente, qualquer período de transição é complexo, com problemas. Então, as térmicas seriam a ponte para ultrapassar as

difficultades. Mas, na medida em que as providências no sentido de realmente abrir o gás, e estou vendo o problema do livre acesso ao gás até hoje indefinido. Essas providências, ao deixarem de ser tomadas, criaram dificuldades adicionais à mobilização desses projetos e atrasos de obras. Angra II, por exemplo, atrasou 10 meses, e não entendi o motivo, porque estava indo tudo muito bem. Houve o atraso do terceiro leão de corrente alternada de Furnas também, por vários motivos e, finalmente, a má gestão da água. E, ocorrendo todos esses problemas, dever-se-ia ter gerido bem a questão das águas.

Vamos dizer novamente que não foi a privatização, porque o MS, hoje, ainda é a cópia do (?), porque o MAE e o ONS têm como representantes a maioria das estatais. E querer colocar a culpa no setor privado é desfocar o problema.

Razões para haver um novo modelo.

O setor elétrico brasileiro – desculpem-me a voz, mas estou com problemas físicos e, quando me entusiasmo, fica pior do que se eu falasse devagar; como talvez eu seja candidato a Deputado, estou querendo treinar – foi financiado, durante o período áureo, depois de Campos e Bulhões, por três fontes: tarifa, geração própria de recurso, capital do Governo e empréstimos. Aconteceram vários fatos importantes que derrubaram esse modelo: primeiro, o País, investindo em muitos setores, entrou em crise fiscal, portanto começou a haver dificuldades de mobilizar capital estatal; segundo, os empréstimos externos, que foram a base do começo da montagem do sistema – isso tem que ser levado em conta –, como o Plano Marshall, Salt, etc, tinham juros de 3% a 4%, com carência de 10 a 15 anos. Aproveitamos bem essa fase, mas hoje não existem mais essas linhas de financiamento. Então, duas pernas se foram do modelo.

Quem quiser ficar com o modelo estatal a longo prazo que dê resposta a essas perguntas, a esses problemas. Ser contra uma privatização bem conduzida – sempre parto do princípio de alguma coisa bem conduzida – implica responsabilidade de oferecer alternativa.

Agora, há um aspecto que sempre levantei e até agora nenhum economista me desdisse: para mim, o modelo anterior era concentrador de renda a uma razão de mais de US\$ 15 bilhões ao ano, pelo cálculo que tenho aqui feito. Por que concentração de renda? Primeiramente, assume-se um serviço em uma indústria que atende chamado de serviço público, e 25% a 30% vão para o público grande, residencial, e 60% a 70% da energia que o Estado gera vão para o capital, o comércio e a indústria. Exime-se o comér-

cio, o capital, a investir em algo que rende pouco, para poder se ocupar daquilo que rende mais – isso está no livro do Bresser, **Lucro, Acumulação e Crise**. A partir da sua leitura, comecei a raciocinar mais.

Segundo, há o problema dos nossos investimentos. Comprovadamente, no pouco de privatização que se fez, demonstrou-se que os custos de manutenção, de contratação, de obras contratadas pelo Estado são 30% a 40% mais altos, que acabam sendo transferidos para o consumidor.

O terceiro ponto é o problema dos juros: quanto mais o Estado endivida-se, maior a pressão sobre a taxa de juros. Então, a crise fiscal tem o condão de aumentar a taxa de juros, que enfim serão pagos pelo contribuinte. E esse diferencial, aqui no País, está na base de 10%.

Depois, existe ainda o problema de tarifas subsidiadas para os setores industriais. Nenhum consumidor residencial consegue tarifa barata com o Governo, a não ser em termos de compressão para combater a inflação. Por outro lado, a Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia) consegue facilmente organizar 40 indústrias para obter vantagens. Tudo isso resulta na concentração de renda.

Pessoalmente, defendo, com unhas e dentes, uma boa privatização. E acrescento ainda: são cegos aqueles que pensam que monopólio regional pode sobreviver na indústria de energia. Quando falamos de energia distribuída, de geração distribuída, de co-geração, sem um mercado com preços, sinais de preço real, não há como fazer, porque o Estado não gere a coisa pequena.

Então, toda a revolução que está acontecendo no setor de energia impõe a liberação, impõe maior competição. Além disso, não num grau tão intenso como o ocorrido na telecomunicação, há o problema de que a existência do sistema de transmissão passa a permitir o intercâmbio; ao permitir o intercâmbio, permite a competição. Essa é a revolução. É só nisso que se copiaram os ingleses. Os ingleses, por sua vez, foram motivados pelo Chile e pelos Estados Unidos; só que nos Estados Unidos foi diferente dos ingleses, porque lá as empresas já eram privadas, enquanto que, na Inglaterra, tudo era estatal e foi privatizado.

Essas diferenças não são perceptíveis para quem não estuda, para os que simplesmente têm interesses corporativos, econômicos, etc. Esses protestam sem conhecer as coisas. E não posso admitir esse tipo de irresponsabilidade num setor básico. O

desenvolvimento do País, o futuro do Brasil está vinculado à energia. Água, ar e energia são necessários à sobrevivência!

Portanto, o que está acontecendo mundialmente é competição. Ora, competição não existe com empresa estatal. Pode haver algumas boas que sobrevivam, mas a maioria delas devem ser privadas, senão há manipulação de toda ordem. Quem viveu no setor – como vivi meus 35 anos de profissão – sabe disso. Posso falar cinco horas sobre as manipulações no setor, até mesmo das que estão acontecendo agora.

Existe mais uma razão para mudança: o próprio legislador disse que quer mudar. O art. 175, regulamentado pelas duas leis de 1995, disse: “Renovar todas as licitações, as concessões de serviço e hidroelétricas”. Por isso, acabou com o mercado de reserva de projeto, estabeleceu livre escolha do supridor e tarifa pelo preço. Ora, o próprio legislador – no fundo, não é o Executivo –, o País decidiu que queria um modelo aberto.

Vamos expor as diferenças entre o nosso modelo e o dos outros. Quero dizer isso para que os senhores sintam-se tranquilos de que, pelo menos, a lição de casa foi feita. Pode ter alguns defeitos, mas foi bem-feita. O nosso modelo é diferente dos outros, porque nosso sistema é 90% hidráulico. Quais são as diferenças para o resto do mundo, nem sempre bem compreendidas pelos que observam de fora?

A primeira diferença é que o Operador Nacional do Sistema despacha. Por quê? Para não se perder o rendimento melhor do uso da água em cascata e complementariedade de bacias.

Então, o proprietário não é livre para operar a sua propriedade. Ele recebe pela propriedade uma energia média assegurada, que ele pode negociar em contratos de longo prazo ou no mercado **spot**.

Segundo, como pode haver excedentes ou insuficiência de geração dessa energia assegurada, ele tem o direito de comprar ou de vender excedente ou o que falta por um preço regulado no mercado.

Terceiro, como existe o risco hidrológico, existe um mecanismo de realocação de energia, isto é, uma forma de dividir as faltas que existem. E o preço **spot** é um preço, digamos, calculado, e não de oferta, exatamente porque eu não posso desligar a minha própria máquina, que é operada pelo ONS.

Quer dizer, não houve outra forma de caminhar para a competição em um sistema com as características do nosso. Mais ainda, os distribuidores foram obrigados a comprar 85% de sua energia em contratos de longo prazo.

A implementação com contratos iniciais já é outra coisa. Isso hoje está um pouco tumultuado, ou muito, porque o processo não foi continuado.

Bom, para finalizar, vou dizer, em termos tópicos, na minha visão, diante desse quadro confuso que se armou, quais seriam as minhas grandes preocupações.

Primeiro, é necessário recuperar a governança e o equilíbrio de poder no setor de energia. As comissões emergenciais devem ser comissões emergenciais, mas elas não são as responsáveis definitivas. Por ingerência da política e na confusão, todos os órgãos do setor elétrico foram desautorados e não se vai ter solução nem caminhar bem dentro desse quadro.

É necessário ênfase na competência e em um reequilíbrio de funções e de responsabilidades dentro do setor; prestigiar o setor. Excelência existe no setor. Tem que haver, na minha opinião, a retomada da implantação do modelo.

É um erro querer refazer o trabalho ou contratar consultorias. Não sou defensor de ninguém, não sou sócio de ninguém, sou independente, não estou vinculado a grupo nenhum.

Pode haver possibilidade de melhoria no modelo, mas para tomar decisões sobre um trabalho tão abrangente como o que foi feito, basta selecionar dez ou quinze elementos, trancar-se em um hotel por uma ou duas semanas, eventualmente chamar dois ou três bons consultores individuais, e tomar as decisões. E não querer reelaborar, perdendo tempo de contratação, etc. E, principalmente – desculpem-me –, fazer isso fora do setor elétrico, no BNDES.

A comunicação fez a sua reforma lá dentro, com a competência interna, com a assessoria do BNDES sempre. Mas não se deve simplesmente jogar fora do âmbito do setor.

Há que resolver o problema do Anexo V, que é o problema do risco a que a turma está exposta principalmente por causa da crise. Não é erro de modelo, mas foi por causa da crise que chegou.

O problema dos contratos iniciais que, concebidos de uma forma, perderam o seu sentido, porque parou a privatização.

Há o problema das tarifas, o problema econômico. Desde 1993, temos um desajuste de tarifas de suprimento. Em 1993, foi feito um acerto total da economia do setor. Primeiro chegaram as distribuidoras estatais. Conseguiram um aumento brutal. Evidentemente, cada distribuidora estatal tinha atrás de si seu governador. Quando chegou na parte de suprimento,

o realinhamento foi contido. Assim, houve um desbalanceamento que perdura até hoje.

Outro desbalanceamento na estrutura tarifária é o do industrial subsidiado. Ora, ninguém vai para um mercado se ele tem uma tarifa abaixo do custo regulada. Não vai acontecer nada. Não vai acontecer investimento.

Há o problema da forma de fazer a tarifa. Quando começamos a privatização, não tínhamos um modelo. Os primeiros contratos foram feitos por **price cap**. A sugestão do modelo é outra, mas não foi adotada porque se fez à semelhança dos primeiros. Para resolver esse problema, o regulador tem que chegar ao mercado e oferecer a alternativa e negociá-la.

Temos que olhar o problema da remessa de lucros. Qual a melhor forma de tratar isso? Se nós tivéssemos uma ditadura à Pinochet, em que ele pôde fazer a reforma da previdência direcionando o dinheiro da previdência dos fundos para o setor elétrico, nós poderíamos ter mais capital nesse setor. Na impossibilidade de termos isso, temos também que depender do capital estrangeiro. Temos que criar sinais econômicos para que o estrangeiro, em vez de mandar remessa, reaplique, algum prêmio, etc. Isso é perfeitamente viável, porque o dinheiro vai aonde ele frutifica. Mas essa é uma coisa que tem que ser analisada. Alguém tem que sentar e fazer.

Finalmente, um problema que é da minha maior aflição. Para mim, como já disse, o sistema térmico, o gás, é uma ponte, não é solução. O Brasil ainda tem, por vários anos, hidroeletricidade. Ora, aí nós temos um problema muito sério. Eu tenho raiva hoje de muita gente que fala em energia barata. Eles dizem o seguinte: US\$5, Furnas tem, US\$5, isso vai ser perdido. Furnas, mesmo estatal, se se fizer o mercado, aquela energia não vai ser vendida por US\$5. Isso porque ninguém faz energia e a vende abaixo do preço de mercado, mesmo se tratando de estatal.

O erro que nós cometemos está lá atrás. Por não discutirmos, por não analisarmos de forma objetiva, nós estamos perdendo a nossa grande chance. O erro está no prazo da concessão. Um investidor compra uma usina hidrelétrica em cima de um **cash flow**. O **cash flow** tem uma sensibilidade de doze, quinze anos, no máximo, e nós damos para ele uma concessão de trinta. Portanto, ele vai ter um lucro; aí, sim, um lucro ricardiano ou **windfall profit** dos outros quinze anos. O Chile deu concessão de dez anos. Por que não fazemos isso? A recuperação para a sociedade da chamada energia barata se dá na venda, na renovação das concessões.

Há outra armadilha: em 1995/1996, tivemos que refazer todas as licitações de uma vez só. Todas elas com vinte e cinco, trinta anos. Quer dizer, daqui a vinte e cinco anos, vamos ter a mesma situação e vai acontecer a mesma coisa que aconteceu lá atrás. Não há condição de relincar o setor inteiro em um ano, e se vai prorrogar gratuitamente daqui a trinta anos.

São esses os problemas de fundo que pessoas responsáveis têm que encarar e não as outras mentiras e meias verdades que se falam sobre o setor, vindas de pessoa que nunca, realmente, analisou nada.

Outra coisa que tem que ser feita é o mercado de gás. Quem de nós, tendo US\$1 bilhão no bolso – Oxalá fosse! – iria investir numa térmica, quando o único produtor de gás é a Petrobras, o único dono de duto é a Petrobras, o único importador grande é a Petrobras? A Petrobras tem, nas suas refinarias, o melhor potencial para a co-geração e, finalmente, declara que vai ser a grande geradora elétrica. Por outro lado, ainda há o domínio do Estado. Alguém de nós vai casar seu dinheirinho num setor desse? Eu não, eu não! Então, ainda estamos a caminho; os desafios estão aí.

Infelizmente – e sou muito objetivo –, creio que o momento político não é favorável à retomada de uma caminhada racional. Vamos, realmente, mobilizar um monte de dinheiro do Estado – dinheiro que o Estado não tem ou que deveria ser aplicado em outro lugar –, para fazer um monte de negociata para viabilizar o projeto “a”, “b” ou “c”. E os senhores sabem muito bem que, quando existem projetos interessantes, os empresários conseguem esquemas muito interessantes. Quando a regra não é clara, quando não existe racionalidade, os negócios começam a ser nem sempre muito claros. É isso que vamos enfrentar pela frente. Seja quem for o eleito, seja qual for o partido, ou se adota um modelo claro e o implanta com competência, ou se vão criar custos e problemas para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Greiner.

De pronto, concedo a palavra ao Dr. Roberto Pereira de Araújo, para fazer a sua exposição, por vinte minutos.

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Eu gostaria de explicar um pouco o que é o Ilumina. O Ilumina, fazendo uma espécie de analogia com uma frase muito comum que vem aparecendo modernamente – fala-se da “voz rouca das ruas” –, é a “voz rouca dos técnicos”.

Não temos nenhuma filiação partidária, não somos corporativos, uma vez que seria muito difícil conseguir pessoas que trabalhassem no setor elétrico e que não tenham vindo de estatais – evidentemente, a nossa origem é de empresa estatal.

Não vou fazer uma análise política dos problemas políticos que ocorreram por trás do setor elétrico; vou tentar fazer uma análise afastando um pouco do problema, para analisar o que é o Brasil em termos da energia elétrica e o que poderíamos ter feito e não fizemos.

Primeiramente, vou fazer uma análise rápida de como chegamos ao que chamo de “penúria energética”. O relatório feito na Comissão de Energia mostrou que a causa do racionamento não foi a falta de chuva.

Essas foram as afluições anuais dos últimos quatro anos de Furnas e de Itumbiara. São os dois rios mais importantes da Região Sudeste. Esses dois rios formam o rio Paraná, onde está Itaipu. Observando-se a afluição desses dois rios, vê-se o que chegou de energia para nós nesses últimos quatro anos. Olhando assim não dá para perceber, mas, em 1997, houve uma média de quase 120% – essa foi a média dos últimos quatro anos. E a comparação com o pior ano é esta aqui. A mentira de que é a pior afluição é dessa ordem de grandeza.

Mostrar mês a mês, eu também posso. Estas aqui são as afluições dos últimos doze meses, comparadas com o mínimo, tanto de Furnas quanto do Rio Grande. E ali comparadas com 1971, que foi um ano bastante seco, muito conhecido no setor elétrico. Praticamente só um mês de 1971 foi acima dos últimos doze meses. Itumbiara também e, um pouco verdade, Três Marias, São Francisco. Realmente, nos últimos meses, as afluições do São Francisco, Três Marias, estão muito baixas, até abaixo da pior ocorrência.

Então, o que aconteceu? Vou fazer uma análise simples, técnica. A coluna verde é o aumento da capacidade – a instalação de novas usinas – e a vermelha é o aumento do consumo. São taxas de crescimento. Se eu fizer a seguinte análise, transferindo sobras de capacidade para os anos seguintes, ou déficits, vou ver que a década de 80 começou mais ou menos com uma sobra bastante grande – provavelmente Itaipu – e foi consumindo isso. Em 1986, chegou a um valor negativo, mais ou menos uns 11%, que foi a diferença entre o aumento de capacidade e o aumento de consumo. Mas termina a década de 80 com um déficit de 5%. Quem trabalha com esse negócio sabe que isso aí, energeticamente, não significa

muito. O setor hidráulico brasileiro possui reservatórios de grande porte, suportando isso perfeitamente.

Ao contrário da década de 90. Não passei o déficit da década de 80 para a década de 90, zerei esse déficit e analisei o que aconteceu na década de 90.

Está claro que, em 98, acumulamos um déficit, entre aumento de capacidade e aumento de consumo, da ordem de 13%. Com isso não há reservatório que agüente. Os reservatórios decresceram nessa ordem de grandeza. Não precisa nem trabalhar no setor elétrico para ver que a situação era grave, porque os picos são decrescentes, os vales são decrescentes. A velocidade de decréscimo dos reservatórios passou a ser anual. Inclusive, ouço técnicos dizendo que a regulação é anual. Discordo totalmente. Nunca foi tão plurianual quanto agora.

O SR. PAULO SOUTO – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Em 1997. Em 1997 tínhamos mais ou menos 86% da energia acumulada.

Este sistema aqui mostra que nunca foi tão anual. Por quê? Quando que um sistema é anual? Quando enche o reservatório. Quando enche o reservatório, tudo para trás é esquecido. Aqui, qualquer besteira que foi feita de 97 até 98, ele lembra, tem uma memória de elefante.

Gostaria de analisar como são os rios brasileiros. Vejam bem o que está sendo promulgado pela Câmara de Gestão. Estamos descendo para uma curva, que é uma espécie de curva de limite, que assume que a afluição vai ficar por volta de 75%.

Vejam bem os altos riscos que estamos correndo. Aquilo ali é a distribuição e a probabilidade do mês de setembro e do mês de outubro. Observem bem qual é a probabilidade de ocorrerem afluições abaixo de 75%. Ali as duas amarelinhas dão mais ou menos 17%; e, em outubro, um pouco menos, uns 15%. Portanto, o nosso risco é altíssimo. A curva que estamos seguindo é uma curva de isorisco, ou seja, o mesmo risco.

Estávamos com o risco de 70% de racionamento futuro e continuamos com o risco de racionamento. É como se estivéssemos caminhando na beira de um precipício e qualquer coisa imprevisível pudesse nos jogar dentro dele. É isso que está sendo oferecido ao consumidor brasileiro. E foi o que aconteceu em termos de carga. Esta é a carga própria do Sudeste e do Centro-Oeste, mais as perdas. Vejam bem a velocidade que estávamos crescendo e quanto tivemos que cair. Não tivemos que cair 20%. Tivemos que cair

25%, porque 20% foi em relação ao ano passado; em relação a este ano foi 25%.

Nenhum país do mundo experimentou um tombo desses. Nenhum governo no mundo inteiro pediu à população que fizesse esse tipo de economia. Portanto, isso aqui tem que ser analisado com um pouco mais de calma.

Com esse nível – temos aqui dados reais –, o valor da carga de junho de 2001 está abaixo do valor de 1995. Estamos voltando para 1995. Imaginem tudo que foi instalado, por mais desperdício que tenha – desperdício existe em todas as formas de energia; imaginem o desperdício que há no **diesel** por exemplo, é um absurdo o que está acontecendo. Houve várias previsões. Essa daqui é a que mais me impressiona. Em abril de 2000, o relatório do ONS – isso foi divulgado, já estava afastado do setor, mas tive acesso a isso – diz que deve ser ressaltada a tendência de deteriorização das condições de atendimento nos próximos anos, já registradas anteriormente, e que refletem os constantes adiamentos nos programas de obra geração previstos. Desta forma, a demanda é atendida não somente com energia garantida, mas também com energia secundária (interruptível). Energia secundária é isso, é uma energia que pode ser interrompida e com deplecionamento assentado do estoque de águas do reservatório.

Portanto, lá em abril de 2000, com referência inclusive ao passado, já estávamos sendo atendidos com energia interruptível, ou seja, nós pagamos uma tarifa que pressupõe que recebamos energia garantida. E recebemos, no lugar dela, uma energia chamada energia interruptível. Com isso, não era de se esperar outra coisa se não que um dia essa energia que se chama interruptível fosse interrompida. É o que está acontecendo.

Então, pagamos para que, mesmo que aconteça aquelas situações graves de seca, tenhamos energia. Estamos com um conceito completamente equivocado no Brasil. A energia é um binômio, é quantidade e qualidade. E qual é a principal característica da qualidade? É continuidade. Então continuidade significa baixo risco de não ser contínuo. Portanto, quando estamos pagando pelo produto temos que receber os dois, e não apenas um. Isso não sou eu que estou inventando, está escrito nos contratos. Se pegarmos o contrato da Metropolitana de São Paulo veremos que a concessionária se obriga a implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes, de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda. E, além do mais, tem que contratar de tal maneira a que esses contratos se cumpram. Ora não me venham di-

zer que não souberam, essas empresas distribuidoras têm assento na ONS, essas empresas distribuidoras leram esse relatório. Como não sabiam que isso iria acontecer? Havia contratos. Se celebro um contrato com uma pessoa que sei, tenho certeza que não vai pagar, então preciso fazer alguma coisa. A distribuidora é a responsável pública pelo serviço que tem. Então vou dar a seguinte hipótese. O senhor compra uma mesa comigo e quando vai buscar eu digo que não tem porque não tem madeira. Ora, isso é um problema meu, é problema do meu negócio.

Isso foi mais ou menos o que aconteceu desde 1998; isso aqui, muito aproximado, é mais ou menos, não tem como ser preciso, a parte de cima é a energia natural fluente, e a parte verde é a carga. O volume dos reservatórios foram caindo e chegamos em 2000, 2001 com 30%. O que me perguntam muito é se vamos ter racionamento ou não? A pergunta não é essa. A pergunta é: qual o volume d'água que precisaremos para encher os reservatórios, que estão baixíssimos? Por exemplo, em torno do reservatório de Furnas simplesmente parou a economia; o reservatório de Sobradinho está numa situação dramática. Portanto, temos que discutir quanto precisamos para encher os reservatórios. Então, levantei a seguinte hipótese: assumindo aqui que a capacidade do Sudeste é 160 gigawatts médios, vamos fazer uma continha, suponha que triplicuemos essa geração térmica, e multipliquemos por 50%, quer dizer, um fluência 50% acima da média, só conseguimos encher até 45%, e ainda é uma situação grave. Portanto, a nossa situação é grave. Por que há isso aqui? Porque na realidade a nova energia que tem que entrar tem que pagar a energia que roubamos dos anos passados, tem que gerar mais do que o necessário para dar uma folga às turbinas hidráulicas para poder reencher os reservatórios. Esse é o nosso objetivo, temos que reencher os reservatórios, não pode só passar raspando e beirando o precipício o tempo todo. Vamos entrar num ponto que talvez eu vá discordar muito do Dr. Peter Greiner, estou chamando aqui a inconveniência do modelo. Não estou falando da impossibilidade do modelo. É o modelo de mercado no Brasil. Por isso, quero analisar quais são as principais características brasileiras e por que esse modelo é tão inconveniente na minha opinião. Não é impossível.

Em termos de hidroeletricidade, eu diria o seguinte: se a eletricidade fosse petróleo, o Brasil seria o árabe. O Brasil tem 12% da hidroeletricidade total no mundo. Igual a ele só têm Canadá e Estados Unidos. Juntando a Noruega à Suécia, chega a uns 11%. E a Rússia chega a uns 8,4%. O resto do mundo tem

37% da hidroeletricidade, com uma diferença: Estados Unidos e Canadá – o Canadá, um pouco menos – já esgotaram todo o seu potencial hidráulico. Não vão construir mais nada. O Brasil ainda tem muita usina hidrelétrica. E aí discordo do Dr. Peter Greiner. Vou mostrar aqui. Pode ser que o dado esteja errado, mas ainda tem muita usina barata. E um dos grandes problemas é que estamos colocando as usinas fora de ordem, o que é grave para o Brasil.

Isso aqui é uma série típica de afluência dos rios brasileiros, porque um é a sede de afluência do Rio Grande. A vantagem do Brasil é ter rios chamados rios de planalto. Esses rios, quando se represam, formam um grande lago. Então, pegam-se os grandes reservatórios, joga-se uma cheia para uma seca e assim por diante. A variabilidade dessa afluência brasileira é esta aqui. Vejam, bem: em relação àqueles anos, àquelas datas, o vermelhinho é o 1971, e o azul é 1983. A diferença entre a menor afluência do ano 71 para 83 é de 1 para 7. Nenhum país hidráulico do mundo comparável àqueles de que falei tem essa variação, ou seja, somos um País hidráulico, mas não somos qualquer país hidráulico. Somos um País hidráulico onde há uma grande incerteza sobre a energia natural afluente.

Aqui, por exemplo, temos a distribuição de probabilidade das afluências. Reparem: o azul do lado direito tem uma probabilidade de receber uma afluência 20% acima da média, da ordem de 7%, e uma probabilidade de 12% de receber abaixo. O que significa isso em termos de energia? Colocando mais ou menos, em termos médios, a energia no Sudeste, é de 19 **megawatts** médios. Isso significa que, entre essa hipótese de 20% acima e uma hipótese de 20% abaixo, temos praticamente, chegando aos reservatórios, uma energia igual ou maior do que o Setor Industrial de São Paulo inteiro. Portanto, isso aqui mostra o seguinte: quem pensa que era possível operar anualmente está louco, porque, está arriscando a ter uma incerteza da ordem do mercado industrial de São Paulo. Portanto, no Brasil não há condições de se operarem os reservatórios, anualmente. Eles têm que estar cheios. Não é possível. Isso aí é provar por “a” mais “b”.

E por que o problema do setor brasileiro é complicado? O dilema do setor elétrico brasileiro é o seguinte: hoje, para se atender à demanda, ou se usa água ou térmica. Se você usou a água e choveu, você tomou a decisão certa. Se usou a água e veio a seca, terá um **deficit**. Se você guardou a água e usou as térmicas e vem bastante chuva, houve um desperdício, mas se veio a seca, tomou a decisão correta. Só

que o tempo entre esse presente e o futuro pode ser de até quatro anos. É o que está acontecendo agora. O que estamos presenciando agora é que estamos pagando um erro que foi cometido há 4 anos atrás.

Portanto, esse **link** temporal não tem lugar em nenhum país do mundo. No Canadá talvez tenha. Na Noruega, por exemplo, não tem, porque os reservatórios são pequenos. A Noruega é 100% hidráulica e 100% estatal. Tem mais esta: há o sistema de mercado, há o intercâmbio com a Suécia que faz um sistema hidrotérmico, mas não tem esse problema.

Não me vou demorar muito neste aspecto, que é saber como se decide operar. Faz-se, a partir de um livro de armazenamento, a simulação das possibilidades de afluência. Algumas vão verter, outras vão dar racionamento. Isso forma uma relação entre custo presente e custo futuro. Isso gera uma função de probabilidade e gera uma função de custo. Aqui começa a haver uns problemas já metadológicos. A decisão é esta aqui entre um custo imediato e um custo futuro. Qualquer decisão que eu tome hoje tem um rebatimento o futuro. Então, quanto mais eu armazenar, maior o meu custo presente, certo? Porque tenho que gerar mais térmica, por exemplo. E quanto menor eu armazenar, maior o meu custo futuro. O que está por trás desse custo futuro? Uma coisa chamada custo do déficit. Essa é uma mudança que foi feita. Antigamente, o Brasil trabalhava com risco de racionamento fixo de 5%, como em vários lugares do mundo, e mudou. O relatório Cooper & Libor recomendava que se adotasse, em vez do risco, que a sociedade dissesse quanto vale a energia elétrica. Então estou fazendo uma comparação.

A Hidro Quebec, que é um dos lugares mais parecidos com o Brasil, adota como custo do déficit, uma espécie de taxa de medo de racionamento, US\$3.200 por megawatt/hora. O Brasil adota 300, ou seja, o Brasil quer correr riscos. Portanto é o primeiro problema que ocorre é que dentro do modelo já existia um parâmetro que deteriorou o nível de garantia certinho, com um número definido. Eu posso falar isso com muita propriedade pelo seguinte: fui o relator de um estudo feito em 1986, quando avaliamos que o custo-déficit, em 1986, avaliado com o dólar de 1980, baseado nas estatísticas e na economia daquela época, seria por volta de US\$540. Trazendo para hoje, isto teria que ser mais ou menos US\$1.200.

Como é que está se usando US\$300 por megawatt/hora? Isso significa que dentro do modelo está sendo dito que a sociedade brasileira aceita riscos maiores. Por isso é que tem energia garantida, que foi contratada, que não devia ser chamada energia ga-

rantida. Por isso estamos sendo atendidos por energia interruptiva.

Uma outra coisa é o princípio do modelo. Qual é o princípio do modelo de mercado? É que haja competição na geração, o sistema de transmissão tem que ser neutro, porque está-se vendendo uma quantidade de energia, então quem faz o intercâmbio não pode ter influência nisso, e, na distribuição, existe o monopólio.

Vamos ver se no Brasil isto é verdade. Suponhamos duas usinas: uma onde esteja chovendo, que esteja com vertimento, e uma outra que esteja com um tremendo buraco, com espaço vazio. É exemplo típico do Sul e do Sudeste, não é? O que você faz? Se você constrói uma linha entre essas duas usinas, você diminui essa geração na usina "a". É como se você estivesse transferindo essa água do "b" para o "a". Ora, é tão grande essa sinergia entre bacias brasileiras que eu diria – não tenho os números corretos – que, só no ano 2000, nós perdemos mais ou menos 2.000 megawatts médios, jogados fora, no Sul, por não haver a linha de transmissão que poderia possibilitar isso. Ou seja, as nossas linhas de transmissão são uma espécie de aquedutos. Então se ela é um aqueduto e joga água de um lado para o outro, ela afeta o que está se vendendo, que é a chamada energia garantida. Não é qualquer energia: energia garantida, o binômio. Portanto ela não é neutra ao que se está vendendo. Pode-se fazer. Pode se obrigar por decreto que ela seja neutra? Pode. Pode-se separar a parte de comercialização? Pode. Só que se cria o problema: o sistema de transmissão não recebe nenhum sinal econômico dessa vantagem. Nenhum. Aliás, o sistema brasileiro de transmissão hoje, apesar dos grandes lucros que as empresas privadas vão conseguir construindo pedaços de linha de transmissão, é um setor de baixíssima rentabilidade e a longo prazo será inviável, com certeza.

Isso aqui é mais ou menos um esquema do que acontece no Brasil. Você tem um reservatório de 160 gigawatts médios no Sudeste, um de 15 gigawatts médios, você não tem onde guardar no Sul. Só que quando chove, se você tivesse aquele cano ali, guardava no Sudeste. Então você perde uma barbaridade de energia. Ou seja, o sistema brasileiro hoje, se tivesse a linha de transmissão, estaria dando muito mais energia e, com certeza, não estaríamos passando por uma situação tão profunda. O que estou dizendo é o seguinte: o sistema de transmissão foi a principal vítima do desmonte do planejamento. Foi um enorme desmonte que ocorreu com o planejamento, e isso está só começando.

Já participei, por exemplo, de seminários com o pessoal da meteorologia, que diz claramente que, em relação ao **la niña**, é altamente provável haver chuva no Sul e não haver no Sudeste. Portanto, é uma complementariedade enorme. E isso porque o Brasil é um País longitudinal. Há um clima no Sul e outro no Sudeste.

Portanto, há um modelo que funciona – concordo com isso – para sistemas térmicos. Ele está sendo aplicado no maior sistema hidráulico do mundo. Com certeza, o Brasil será assim. E quais são as diferenças? No sistema térmico, uma decisão tomada hoje não afeta a operação futura. No Brasil, afeta. Tudo o que for feito hoje, afetará o futuro.

No sistema térmico, cada unidade tem um custo direto, e geralmente é o petróleo; é algum combustível que está fora do setor elétrico. No Brasil, não existe isso. O custo de operação de uma usina não é isolado. A usina tem que ser analisada dentro do sistema. Às vezes, você analisa uma usina separadamente e, quando ela é colocada dentro do sistema, ela se torna barata.

O custo combustível fornece uma referência; e, ali, no sistema térmico, esse **spot** é mesmo um mercado. Chego lá com energia para vender, outra pessoa chega para comprar e se define o mesmo **spot**. No Brasil, não. O sistema é um modelo. Quem define o preço **spot** é o modelo. Por quê? Porque quem está presente no mercado brasileiro – na hora de se definir o **spot** – não somos apenas nós, no presente, mas nós também no futuro.

Portanto, o que o ONS e o MAE fazem? Por meio de um modelo, simulam os consumidores do futuro, dizendo: "Olhem, não vendam essa energia porque vou precisar dela". Ou, então: "Essa energia está mais cara. Vou precisar dela aqui". Portanto, é mais um complicador.

O outro aspecto é a transmissão, que, nos países térmicos, não afeta a energia garantida. A lógica é que todo o funcionamento do sistema é elétrico. No Brasil, a lógica energética. Nós, agora, no Sudeste, estamos recebendo energia, provavelmente do Sul, o que, eletricamente, seria um absurdo.

Quero, aqui, reforçar um pouco o que o Peter falou sobre essa dificuldade do gás. Porém, há uma dificuldade do gás que está ligada ao sistema brasileiro, que é essa conceituação de energia garantida. Eu poderia definir energia garantida como uma hidráulica pura. É só se pegar o menor valor – isso é uma espécie de acordo entre os consumidores – e verificar que a energia dada pelas piores condições é a energia hi-

dráulica pura. O que se faz quando se coloca uma térmica? Coloca-se a térmica em alguns momentos e, em outros, não, porque, quando se coloca uma segunda térmica, ela começará a ser preenchida em outros lugares onde a primeira não foi. Portanto, a segunda térmica é mais cara; ela entra mais cara.

Aquele pontos lá em cima são as chamadas energia interruptível. Já vi muita gente incomodada com isso, “porque o Brasil tem energia sobrando”. Não! O Brasil não tem energia sobrando. O Brasil tem energia interruptível sobrando. “Bom, agora vai-se colocar uma nova usina”; e aí a próxima usina é a hidráulica. O que acontece? Acontece isto aqui: a hidráulica entra por baixo e desloca a térmica. Aquela verdinha praticamente sumiu.

Portanto, essa maluquice de se querer colocar usinas térmicas competindo com a energia interruptível não é possível. Faço esta recomendação: precisamos imaginar uma maneira de recompor o velho sistema de despacho, onde as questões comercial e de despacho estejam completamente compatibilizadas. Não podemos admitir que o Brasil seja o único País hidráulico com térmicas na base. Isso não é possível.

O SR. – (Fora do microfone) – O que é esse despacho?

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – É uma lógica econômica de as usinas entrarem; quer dizer, para se buscar a modicidade da tarifa, despacha-se as usinas apenas por ordem de custo. À medida que a demanda vai aumentando, vai-se ligando as usinas. Isso é o que vale, tanto na operação quanto no planejamento.

O SR. – (fora do microfone)

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Não perdemos nada disso. Na operação, funciona sim, mas perdemos no planejamento.

O SR. PAULO SOUTO – Mas o planejamento não continua sendo obrigatório?

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Sim, mas onde estão as linhas que deveriam ter sido feitas? Trabalhei exatamente na área de planejamento.

Mais ou menos, o que o sistema brasileiro faz é isso aqui: pega dois sistemas hídricos diferentes, pega algumas usinas térmicas, o sistema de transmissão otimiza isso tudo, por meio dos sistemas brasileiros em que as hidrologias são diferentes, e isso gera o quê? Uma energia garantida e uma energia interruptível. Reparem lá, que estou colocando que há uma fronteira perigosa naquilo, então, olhem só o que está acontecendo hoje: ali, naquela parte verde, da

garantida, é que estão os contratos – deveriam estar os contratos. Todo mundo quer contratar energia garantida, não é?

Quando se está com energia garantida, temos que um consumidor não afeta o consumo de outro, o consumo presente não afeta o futuro, a energia é contínua para todos e não há conflito entre consumidores.

O que acontece quando se atende o mercado com energia interruptível? Um consumidor afeta a garantia do outro; o consumo presente afeta o futuro; não há energia contínua para todos; e, portanto, existe conflito entre consumidores. Ou seja, como é que pode haver mercado quando há conflito entre os agentes? A primeira coisa que um sistema de mercado tinha que fazer, muito mais obrigatoriamente do que o sistema anterior, estatal, era cuidar da garantia, porque, sem garantia, há conflitos. Estamos falando da mesma coisa. Estou falando que Fernando Ferro tem uma plantação de bananas comigo e ele acredita que tem duas mil bananas para vender, eu tenho duas mil bananas, mas vamos lá e vemos que só temos três mil bananas. Portanto, eu e ele vamos entrar em conflito. É o que acontece no Brasil.

Vejam bem a situação injusta que ocorre, hoje, no MAE, por exemplo. Na minha opinião, o MAE tinha que ser interrompido imediatamente.

O consumo brasileiro, atualmente, está avançando sobre a área interruptível. Portanto, vamos pegar um pedacinho daquele consumo ali. Por exemplo, o setor residencial. O setor residencial abre mão do seu consumo, paga altas tarifas – como Peter Greiner falou –, reduz o risco de racionamento do mercado, portanto, ele é um fornecedor da garantia. Lembra daquele binômio? Energia é quantidade e qualidade. Portanto, o setor residencial é um fornecedor de garantia. E qual é a diferença disso para uma usina? Nenhuma. O que o setor residencial fez para o Brasil? Forneceu uma usina nova. E o que o MAE está fazendo? Há um sujeito lá no MAE que, tranqüilamente, está fazendo o quê? Ele está exposto a um menor risco de racionamento, ele vende o seu direito de consumir por mais de US\$300 megawatt/hora, não reduz o risco de racionamento e é um consumidor da garantia. Se isso é uma situação justa para um ambiente de mercado – pelo amor de Deus –, não sei mais o que é situação justa.

Outro assunto. É uma maravilha esse negócio de dizer: “Não, a competição baixa o preço”. É uma beleza isso. Mentira, não é. A competição só baixa preço quando a oferta supera a demanda. Senão, não baixa. Vamos à feira, não há banana, todo mundo

querendo comprar banana, claro que vai subir. Será que é tão fácil assim atender o aumento de oferta no Brasil?

Esse aqui é uma comparação de crescimentos médios, de 1990 até 1998, de vários países. Vejam bem a diferença: o Brasil teve um crescimento médio de energia elétrica de 4,9%. Não é tão fácil assim superar a demanda. Isso significa que têm que ser colocados no mercado, sempre, pelo menos, 3.500 megawatts ou 3.700 megawatts novos, todo ano. O Brasil consome muita energia? O Brasil é o 82º colocado no índice energia **per capita**: “Ah, o índice de energia **per capita** é ruim, porque temos muita gente.” Está ótimo. A vergonha é que somos o 10º PIB mundial e somos o 82º em energia **per capita**.

Vamos dar uma olhada, então, por exemplo, no consumo médio dos domicílios brasileiros. Está aqui: nos domicílios brasileiros, a média é de 180 quilowatts/hora. Isso antes da crise. Vejam bem o consumo médio dos Estados do Nordeste – Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Paraíba e Maranhão. No Maranhão, o consumo médio está abaixo, está na primeira faixa do plano de racionamento. Quer dizer, se o consumo médio é 91 – e aí existe gente rica consumindo, há pessoas consumindo 800 –, é porque existe muita gente lá embaixo.

Em termos de preço, esta aqui é uma tabela – não sei se vai dar para V. Ex^{as} verem. Isso é uma amostra da transparência dos preços americanos. Qualquer pessoa pode entrar na Internet e pegar os preços de todas as companhias americanas, que são três mil e tantas. Aqui, coloquei apenas aquelas que têm o maior número de consumidores por Estado. Os Estados Unidos têm desde o preço residencial de US\$47 até US\$150. Marquei as duas amarelinhas porque compreendem os Estados do Tennessee e de Oregon. Por acaso, esses Estados são atendidos por um sistema hidráulico que o governo americano não está pretendendo vender. Podemos até perguntar por que, já que é moda vender empresas de energia elétrica. E ali tem Toronto, por exemplo – queria ter pego a tarifa de Quebec e não consegui –, que é de US\$64; Oslo, US\$68; Paris, US\$ 75, e a Light, US\$95.

Essa comparação de dólar não é muito boa. Mas há uma comparação interessante que é a comparação que a revista **The Economist** faz, onde ela adota como uma espécie de moeda mundial, um Big Mac. Quanto é que conseguiríamos comprar no Brasil, em quilowatts-horas, com o dinheiro de um Big Mac. Está ali, o Brasil é o último colocado: 10 quilowatts-horas. Ou seja, se o preço de um sanduíche tem alguma relação com o poder de compra de um

povo, isso mostra que a energia está caríssima no Brasil. E aqui mostra que é verdade. Isso aqui é a relação entre a tarifa de fornecimento, ou seja, preço da distribuidora, dividido por preço de suprimento, preço da geradora. Houve praticamente uma mudança de patamar a partir da década de 90, que passamos de 180 para 240. Isso aqui é conhecido. O setor residencial paga a conta praticamente, é aquele vermelho lá. O comercial vai um pouquinho atrás. A indústria sobe um pouquinho, mas não tanto. Ou seja, quem paga a conta hoje, isso aqui era a situação de 1990, quem consumia e quem pagava. Em 1990, o setor residencial consumia 23% e pagava 29% da arrecadação total do setor elétrico. Hoje, ele consome 27% e paga 40%.

Isso em cima desse problema é muito sério. De 1940 até agora você ter uma evolução de PIB **per capita** junto com a evolução do salário mínimo desta ordem, você atinge, com esse preço de energia elétrica, uma situação muito grave. O Brasil já é um país recorde na relação entre a renda dos 10% mais ricos para os mais pobres. E quero dizer que esse sistema que estamos adotando no Brasil faz com que a energia seja mais um fator de exclusão, como vamos ver.

A distribuição de renda dos domicílios brasileiros é mais ou menos essa. Os mais pobres tem um rendimento médio de 68 dólares. São 32% dos domicílios brasileiros; 13,5 milhões de domicílios estão nesta faixa.

O que as pessoas não têm? Dessa classe, 47% não têm geladeira. Vamos avaliar quanto seria se houvesse um movimento dos sem geladeira, se fizessem um acampamento aqui e dissessem “queremos geladeira”. Você calcula quanto que precisa de energia só para atender as geladeiras da primeira classe de renda que quisessem geladeira. Só para isso precisamos de uma usina de 800 megawatts. Aqui não está contabilizada a energia para fabricar a geladeira, não está praticamente nada, só a linha que vai da usina para as tomadas dessas pessoas.

Então, fazendo a conta de que você tivesse mais ou menos uma subida de preço em função dessa idéia maluca de colocar toda a energia ao nível da usina a gás, você liberar o mercado, portanto toda a energia velha vai para o preço mais alto evidentemente. Por exemplo, numa feira você não vai encontrar uma banca de couve-flor vendendo a um real e um a outra vendendo a dez. As duas vão acertar um preço e vai ter nove por aí. Portanto, provavelmente, na habitação, nos gastos com habitação, nos dados do IBGE, essa família, com certeza, iria tirar essa despesa extra da alimentação. E teríamos uma situação es-

drúxula de a pessoa ter a geladeira e não ter comida para pôr dentro.

Além disso, com todo esse efeito sobre o preço residencial, você tem também a eliminação dos descontos de baixa renda. Por incrível que pareça, quem lhe fixa os limites que definem quem é pobre e quem não é pobre são as empresas distribuidoras, não é a Aneel. A mudança de desconto foi dessa ordem: de 0 a 30 tinha 82%, passou para 65%. Então, tomando conta dos dois efeitos, famílias tiveram aumento de conta de 300%.

Tenho várias sugestões, mas, para minha opinião, isso aqui é o pior. Se liberarmos a nossa energia velha, estamos mal, porque temos ali uma energia... Esses valores estão até desatualizados, pois, com o dólar atual, os preços da energia velha estão até mais baixos, mas tudo bem; Itaipu com, mais ou menos, US\$32 por megawatt/hora. Temos a energia velha, que é energia hidráulica das estatais, está custando, mais ou menos, entre US\$20 e US\$25, no mix, evidentemente, pois existem usinas mais baratas e outras mais caras – essas empresas estão com lucro – e uma energia nova que, muito otimisticamente, fala-se em US\$40. Depois gostaria até de falar em outros custos não avaliados nas usinas térmicas que não estão sendo falados.

Por que não fazemos o seguinte – e essa é uma estratégia – não devemos privatizar e acabar com o MAE agora por causa disso. Precisamos fazer uma transição. E essa transição, sem um estoque regulador, é impossível. Quem vai fazer esse estoque regulador? É a energia velha das empresas estatais, com uma certa mudança. Por que se eliminou a figura do gerador privado para serviço público? Essa é que é a grande questão. O Ilumina não é contra a privatização, ele é contra essa privatização, porque essa privatização, que já pegou um, que concordo com o Dr. Peter Greiner que o sistema não tinha o caráter público, transformou em um outro sistema que tem menos caráter público ainda.

Portanto, o que precisamos é voltar com a idéia de que é preciso que se licite por tarifa para serviço público. Aqui, contrariamente ao que o Dr. Peter Greiner falou, ainda existem muitas hidrelétricas baratas, só que essas hidrelétricas não estão sendo licitadas para serviço público. Estão todas nas mãos de empresas privadas, que vão usá-la privativamente. Para nós, sobra o gás.

Isso aqui pode ser público ou privado. Deixe-me contar uma história que mostra bem como é a diferença da regulação no Brasil.

Existe um sujeito chamado Gary Palace, que foi regulador do Estado de Nova Iorque. Ele fez uma palestra no ano passado e contou uma história muito interessante da distribuidora de gás da cidade de Chicago. O sindicato dos trabalhadores fez uma denúncia à agência reguladora dizendo que estava havendo vazamento de gás. Os consumidores não tinham nem percebido. A agência reguladora exigiu que se fizesse consertos, investimentos. A empresa, infelizmente, fez corpo mole, disse que não podia, fez um plano de cinco anos. Sabe qual foi a decisão da reguladora? Vazamento de gás significa qualidade pior. Qualidade pior, preço menor. Abaixou a tarifa. A empresa perdeu US\$400 milhões em um ano. Num instante, ela consertou tudo.

É esse o espírito que precisamos recuperar no Brasil. Não é questão de ser privado ou estatal, é questão de ser público ou não. A vida de uma empresa pública nos Estados Unidos é dura, é dura. Para você conseguir um aumento de tarifa, você tem que fazer audiências que demoram, às vezes, um ano. Há muitos advogados. Milhões de folhas de papel. Não é fácil um aumento de tarifa nos Estados Unidos.

Isso aqui é uma lista, não está muito atualizada, porque a fonte é do sistema de avaliação de potenciais da Eletrobrás, de usinas baratas, em que algumas estão sendo construídas e outras ainda não estão sendo construídas. A usina de Guaporé, a avaliação do custo de energia é de US\$14 por megawatt/hora. É pequena, tem 120 megawatt somente.

O SR. PAULO SOUTO – Não entendi direito, no quadro anterior, quando o senhor falou que pode ser público ou privado a questão da (?) energia. (fora do microfone)

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Contanto que o setor privado aceite construir uma usina para serviço público, licitado por tarifa, fixando a tarifa pelo valor do período de concessão dele, acho ótimo. Sabe por quê? Porque o produtor independente não é fiscalizado pela Aneel, da mesma maneira...

O SR. PAULO SOUTO – E esse modelo, licitando por tarifa, existe em algum país do mundo?

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Não entendi. O meu último trabalho, antes de me aposentar, foi....

O SR. PAULO SOUTO – A seleção não está sendo feita assim? A licitação da transmissão?

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Está sendo feita assim. Aliás, a licitação da transmissão é interessante. Essa proposta da geração de amortecer o efeito de unidades novas com ativo velho

está sendo feita sem transmissão. Isso está resolvendo o problema agora, mas, no futuro, não vai suportar. As linhas novas estão saindo muito mais caras do que estava pensando. Portanto, a remuneração do sistema do setor transportador, que é estatal, não é feita como negócio. Não há como fazer isso. Será sempre uma coisa deficitária.

Penso que temos de buscar um sistema de complementaridade entre usinas térmicas e hidráulicas. O nosso grande problema é que vamos agüentar usinas a gás, com contrato **take or pay**, que não podem ser desligadas. Nenhum sistema hidráulico do mundo aceita térmicas que substituem água e a jogam fora. Portanto, temos de encontrar um sistema assim.

É como se fizesse uma figura bem caricatural. É como se desse uma usina a gás e uma hidráulica para um térmico e lhe dissesse que iria operá-las como se fossem híbridas e a energia que saísse das duas usinas seria vendida. O que ele faria? Ele ligaria a usina a gás, encheria seus reservatórios e, depois, quando tivesse água, operaria com esse produto. Portanto, temos de montar um esquema para complementar e fornecer, para as usinas a gás, água, que é baratíssima porque vem de usinas reamortizadas. Contudo, isso oferece um risco hidrológico e tem um preço.

Gostaria de comentar acerca do cenário lá fora. Nesse ponto discordo do Dr. Peter Greiner. Primeiramente porque, dos países desenvolvidos, apenas quatro têm o setor elétrico totalmente privatizado: o Japão, a Inglaterra, a Bélgica e a Espanha. Nos demais países, o setor é misto. É verdade que 74% da geração de energia nos Estados Unidos estão na mão de investidores. Mas, ao contrário do que se pensa, 90% é o velho serviço público e, se não houver investimento no setor, perde-se a concessão. Apenas 10% do setor estão nas mãos de empresas independentes. Ou seja, aquilo que dizem para fazermos, não é feito lá. Na verdade, estão indo muito mais devagar do que nós.

No meu entendimento, houve problemas regulatórios. O problema do modelo transforma o problema regulatório em um problema maior ainda. Sinto que a singularidade da situação hidráulica do Brasil trará problemas regulatórios para sempre.

O mais novo membro dos problemas elétricos é Espanha. Em Madri já estão ocorrendo apagões e lá o sistema é totalmente privado. Se V. Ex^{as} lerem a edição do **El Pais** publicada em 5 de julho, verão os problemas judiciais que estão ocorrendo entre a empresa Endesa e o Governo espanhol.

Portanto o modelo que trata a energia como energia, desculpe-me, é uma exceção. A experiência mundial não é mercadoria, mas o veio do serviço público.

Era isso que gostaria de dizer.

O SR. – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Aquele é o total de geração térmica e hidráulica. Ao contrário do que se pensa, a maioria das usinas geradoras funcionam sob o regime de serviço público. Os donos dessas usinas não têm a vantagem do produtor independente que não tem obrigação de vender por preço fixado, que pode fazer contrato livre e vender para quem quiser. Não. Há uma destinação prévia da energia, um preço fixo para o produto e o acompanhamento muito mais rígido da agência reguladora que o que recebem os produtores independentes.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Dr. Roberto, obrigado pela sua exposição.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Souto, para seus questionamentos aos expositores.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, as duas exposições feriram problemas fundamentais nessa discussão. Até confesso, com certa dificuldade, tal a celeridade com que as informações foram apresentadas, de absorver isso para fazer perguntas de caráter mais ou menos sistemático com relação ao que foi apresentado. Por isso, talvez essa fase de perguntas, sob o meu ponto de vista, ficará prejudicada, porque poderá atender a certas questões pontuais e não a uma questão mais filosófica com relação ao sistema, pela dificuldade que temos de apreender rapidamente o que aqui foi apresentado.

Quanto ao último expositor, as perguntas que eu fizer aqui farão referência àquela possibilidade, apresentada por ele, de que é possível esse modelo, com alterações que, eventualmente, possam ser feitas. Essa foi a questão que ele apresentou aqui – esse é apenas um pré-requisito. Não estou considerando que essa seja a solução, mas as minhas perguntas serão, de certo modo, nesse sentido.

Primeiramente, se bem entendi a questão, há algum mal, por exemplo, em que os aproveitamentos hidrelétricos sejam conferidos ao setor privado, investidores que estão comprando energia barata proveniente de investimentos públicos? Existe algum mal em haver até um estímulo para que eles sejam investidores da energia de que precisarão, e que essa energia, hoje considerada energia barata, vá para o serviço público e não para esses investidores? Essa é a pri-

meira questão, se bem entendi uma das últimas observações aqui feita. Isso é algo razoável ou devemos até fazer com que esses grandes consumidores, para liberar energia para o serviço público, sejam responsáveis por esses investimentos? Esse é o meu primeiro questionamento.

Com relação ao regime hidráulico dos rios brasileiros, parece-me que V. S^a falou que há uma variação, por exemplo, maior quanto a outros países. Como deveríamos corrigir isso? Sendo bastante precisos no nosso sistema de transmissão e intensificando a ligação entre essas bacias? Isso dispensaria uma geração térmica para fazer essa compensação, ou seja, fazendo apenas um sistema de transmissão? Por outro lado, V. S^a mesmo disse que há uma certa complementaridade entre as nossas bacias. Apenas um sistema de transmissão, interligando essas bacias, resolveria essa questão característica do sistema elétrico brasileiro ou nós, efetivamente, precisaríamos ter uma geração térmica para dar mais segurança?

Outra possibilidade é tornar isso mais claro. Já fiz essa pergunta várias vezes, e talvez V. S^a tenha sido o primeiro a abordar esse assunto. Entretanto, não consegui entender bem como pode haver essa coexistência entre energia hidrelétrica mais barata e a energia nova mais cara. Para que isso coexista, pode-se ter o sistema integrado pelo setor privado e pelo setor público? De forma complementar, isso é justo, porque se diz que o País precisa usufruir dessa possibilidade de ter energia hidrelétrica mais barata por quem já fez esses investimentos. Porém, também é justo que, mesmo sendo estatais, as empresas continuem vendendo essa energia mais barata? Isso configuraria, de forma indireta, um subsídio que, afinal de contas, estaria sendo pago por todos nós ou não? E, por fim, de que forma isso seria possível com esse modelo? Temos uma forma racional de conviver com isso, mesmo adotando um sistema que pode tornar o investimento privado dominante nesse sistema.

Considero importante um ponto, que, ao estudarmos o assunto, percebi que foi focalizado. Há uma diferença fundamental, que não sei se foi levada em consideração quando se adaptou esse modelo. Trata-se dessa dinâmica de expansão muito forte que o Brasil tem em relação a outros países que adotaram mudanças no seu sistema, como foi mostrado, com o crescimento anual muito mais forte do que isso. Então, isso foi adotado nessa formulação? De que forma isso poderia ser contemplado sem trazer os desarranjos que existiram? Talvez, com uma transição mais cuidadosa, etc. Mas, de qualquer sorte, uma coisa evidente é que temos uma característica particular

em relação a outros sistemas que podem crescer 1% ou 1,5%. Nós crescemos com muito mais celeridade do que isso; portanto, o que deveria esse modelo contemplar, para não ser surpreendido, quando alguma coisa falhasse? Porque é muito diferente uma expansão falhar num país que cresce 0,5% ou 1% ao ano do que em um país que cresce, como o Brasil, 4%, 5% ao ano. Então, de que forma isso poderia ter sido feito?

Um assunto um pouco técnico, que não entendi bem, é o que V. S^a falou sobre custo do déficit. V. S^a afirmou que estamos adotando um valor menor. A pergunta é a seguinte: adotado o valor maior, qual é a consequência disso? Isso tem consequência, por exemplo, sobre as tarifas que estamos pagando, ou não? De que forma nós poderíamos evitar isso?

E, para deixar espaço para os outros Senadores, só duas perguntas, que valem para os dois. Por exemplo, V. S^a se referiu a um relatório que aconteceu em abril do ano 2000 e que já mostrava isso. Se V. S^a tivesse poder naquela hora, o que teria feito? Que tipo de providência poderia ter sido tomada naquele momento?

Também precisamos encher os reservatórios. Ainda considerando a fase atual, quer dizer, sem ver os eventuais erros que foram cometidos, o que temos de fazer para recuperar os nossos reservatórios?

Vou ficar por aqui. Eu fiz essas perguntas, não necessariamente dirigidas a um, especificamente. Enfim, deixo a critério de cada um as perguntas que acham que devem responder. Se acharem que são pertinentes...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Coimbra) – Concedo a palavra ao Dr. Roberto, para iniciar as respostas.

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – A primeira pergunta seria se há algum problema, alguma incompatibilidade entre a questão de a expansão ser privada ou não. Eu acho que não. Penso que estamos num falso dilema no Brasil. O dilema não é privado ou estatal. O dilema é público ou não público. Às vezes, fico surpreso, porque quem me fala isso são pessoas de quem eu jamais esperaria tal idéia. Por exemplo, estive em Washington numa conferência, sentei ao lado de um diretor da Texaco, que me falou isto: “Engraçado, vocês no Brasil vivem discutindo essa questão de estatal ou público. O problema que pega nos Estados Unidos é o público e o não público”.

Quer dizer, uma empresa privada que presta um serviço público é completamente diferente de uma empresa privada no sentido estrito, esta é a questão. E me vejo com uma grande tristeza. Não gostaria de

tocar nas questões pontuais, como a do anexo V. Pelo amor de Deus, o anexo V é um absurdo! O modelo brasileiro liberou as empresas distribuidoras para investir em geração em até 30% sobre o mercado. Elas podiam ter investido e não investiram. Não houve sinal econômico? Teriam que ter berrado mesmo: "Olha, está havendo um problema, não vou poder cumprir meu contrato".

Qual foi o primeiro contrato que foi quebrado? Não foi o contrato com as distribuidoras, mas com o consumidor. Eu, na minha casa, estou recebendo energia interruptível e pago energia garantida, é esse o problema. Chego a perder as estribeiras, sinto-me roubado, porque estou pagando por uma energia que tem que ter um selo de garantia e não o tem. Na minha opinião, o que aconteceu no Brasil foi uma quebra de pacto sem similar no mundo. A ordem de grandeza da penúria energética em que o povo brasileiro foi colocado. Sobre a coexistência das usinas térmicas e hidráulicas, o Brasil não poderia ter um sistema puramente hidráulico, com supertransmissões. O Brasil precisa de complementação técnica. Mas de que tipo? Pode ser de qualquer tipo, só que precisa ter uma lógica econômica. É muito difícil, dentro das opções colocadas no mundo hoje, que as complementações sejam mais baratas do que as opções que temos. Ou seja, sempre vamos ser um País cuja base de operação é hidráulica. A parte hidráulica vai estar sempre na base. As usinas térmicas vão operar sempre em complementação, o que significa que ela vai operar em um momento, mas não em outro.

Portanto, o contrato de transporte do gás da Bolívia, que obriga que as usinas que entram com um contrato take or pay tenham um fator de capacidade de 70%, não será um problema agora, porque é necessário que encham os reservatórios, mas será um problema daqui a dois anos. Vamos estar impondo à sociedade brasileira um custo maior, através de qualquer método que se calcule esse preço.

Precisamos de usinas térmicas, é fato. Mas há um efeito muito engraçado: existem algumas usinas térmicas flexíveis, que acabam dando mais energia garantida do que a sua própria energia, porque, com a presença de uma usina térmica no sistema, fica-se mais corajoso ao deplecionar os reservatórios. Ao se deplecionarem os reservatórios, há mais volume de espera de água.

O SR. PAULO SOUTO – As usinas térmicas que estão sendo construídas, vão funcionar em que sistema?

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – A última notícia que soube é a de que aquelas usinas

que seriam as merchant, que fariam esse jogo via mercado, estão desistindo. Quer dizer, na realidade, o MAE está numa berlinda. Ninguém está acreditando muito nele. Esse sistema de mercado não está funcionando como deveria. O sistema de mercado, na minha opinião, não pode funcionar com esse nível de garantia. Ele tem que ser interrompido. A sociedade brasileira precisa encher os reservatórios. Não é através do mercado que iremos fazer isso, mas com um esforço conjunto de toda a sociedade no sentido de se reencher os reservatórios. A energia que estamos precisando não é aquela para que não haja racionamento até outubro, mas para reencher os reservatórios. Precisamos devolver à sociedade brasileira a qualidade de energia de que precisa.

Quanto ao preço da energia velha, coloco a seguinte questão: como é que vamos fazer para absorver essas usinas que vão entrar a um preço muito maior, e aqui abro um parêntese: há certos custos das usinas térmicas que não estão sendo bem avaliados. O sistema de proteção de transmissão brasileira foi feito para suportar curtos-circuitos onde suas fontes estão longe. A malha de terra está toda dimensionada para haver uma quantidade de equipamentos entre o curto-circuito e a fonte. Quando se coloca uma usina térmica do porte de 800 megawatts dentro de uma cidade, muda todo o esquema de proteção, não apenas perto das subestações. Precisa-se mudar tudo. Ninguém sabe quanto custa isso ou quem vai pagar.

Outro ponto: uma usina térmica de 600 megawatts consome 600 mil litros de água por hora. Imagine uma usina térmica dessa colocada no Nordeste ou em São Paulo! É possível diminuir o consumo? Sim. É necessário que se faça um círculo fechado de água com refrigeração, com purificação de água, só que é muito mais caro, algo em torno de US\$40 dólares por megawatt/hora para cima. Ninguém está sabendo avaliar isso.

Assim, precisamos estabelecer uma estratégia de tal maneira que possamos absorver esse custo. Estou querendo dizer com isso que é inevitável que tenhamos que absorver esse custo. Não há outra opção. O desmonte do planejamento foi de tal ordem – e aí está a minha grande crítica – e a licitação das usinas baratas, que estão todas aqui no Centro-Oeste, está nas mãos de empresas privadas. Não sei se elas vão usar isso, por exemplo, para substituir o seu consumo, ou se vão para consumo novo próprio. Portanto, não vão acrescentar absolutamente nada ao sistema.

O que sobra para o consumidor residencial, que está totalmente pressionado por altas tarifas, é pagar

o aumento no preço da tarifa de geração. Precisamos pensar nisso.

Outro ponto – creio que crucial – suscita grandes dúvidas: não sei se é possível funcionar um sistema de mercado que produza o irrefutável efeito da baixa de preços quando houver concorrência. Há um mercado que cresce à ordem de 3.700 megawatts a 4.000 megawatts por ano, mas grande parte dos que estão na outra ponta são pessoas que não podem pagar. Gostaria de lembrar que, no mercado da Inglaterra, a rede de transmissão está toda pronta. Não há quem não tenha energia ou consuma a energia que o Brasil consome. Portanto, a atuação da mercadoria energia elétrica está num espaço geográfico completamente definido. No Brasil, isso se expande. E, quando se expande, aquele é o local em que se pode observar que a capacidade marginal de pagar é muito baixa.

Observem os dois pontos: de um lado, uma empresa multinacional, com ações na Bolsa, com pressão de seus investidores para que pague grandes retornos; de outro, uma pessoa que não pode pagar. Qual o interesse dessa empresa em recuperar consumidores, em capturar consumidores? Muito pequeno. Portanto, essa é uma resposta. Será que podemos prescindir do sistema misto, tendo em vista que, com certeza, por suas características, há incapacidade do povo brasileiro em pagar altas tarifas de energia? Será que não é necessário manter um sistema estatal? Contudo, um sistema estatal que não funciona, que gerou custos altos, é o mesmo que não conseguiu fazer a regulação.

Apesar disso, ninguém me convence de que é impossível montar uma empresa estatal que funcione. Se uma empresa estatal não pode funcionar, nenhuma autarquia pode funcionar, nenhum ministério pode funcionar. As ineficiências serão as mesmas. Penso que o dilema é o seguinte: se não podemos ter uma empresa estatal, devemos repensar todo o Estado brasileiro. É um defeito do Estado não poder ter uma empresa estatal.

Entre os exemplos que citei, a Hidro-Québec é uma empresa estatal lucrativa, disputando mercado nos Estados Unidos. As empresas norueguesas são estatais. Existe concorrência entre elas. A Tennessee é uma empresa estatal. A BPA, que não é dona da usina, mas das linhas, demonstra que o mercado de energia elétrica no noroeste americano, também hidroelétrico, é uma questão estratégica. As usinas americanas pertencem ao US Army Corps of Engineers, ou seja, pertencem ao Exército americano. Por-

tanto, temos que pensar no assunto. Será que o Brasil não pode ter isso?

O SR. PAULO SOUTO – Não queria interromper, mas gostaria de fazer-lhe uma pergunta: o senhor acredita que não há possibilidade, por exemplo, de se adotar o sistema misto, mantendo-se as empresas geradoras estatais e ficando a expansão predominantemente a cargo do setor privado, num mercado que cresce tanto como o Brasil? Ainda assim, é possível chegarmos a isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Eu diria mais: no momento, é estratégico que não se privatize. Por quê? Porque é estratégico que haja uma função para essa energia. No futuro, pode até ocorrer o momento de se privatizar. Não posso ser contra a privatização que desonere o Estado. Se a privatização realmente desonera o Estado, não posso ser contra isso, porque desonerar o Estado é pagar a nossa dívida social. Contudo, o que tenho observado é que esse tipo de privatização onerou o Estado. Afinal de contas, quem está investindo para salvar? Não é o Estado? É essa dualidade que devemos discutir.

Não acredito que a única possibilidade de se conseguir preço baixo seja pela concorrência. Um bom planejamento, uma boa estratégia, empresas enxutas, com contrato de gestão, por exemplo, sem influência política, podem cumprir esse papel. Creio que o Brasil pode ser um país capitalista, oferecendo oportunidades para investidores privados, mas que também sejam possíveis parcerias entre o Estado e o setor privado, como ocorreu no caso de Serra da Mesa e no da usina da Cemig. Por que não se seguiu o exemplo dessa transição? Aí, sim, seria uma transição lenta, muito mais apropriada para o caso brasileiro.

Com relação ao custo do déficit, é simplesmente a outra face da moeda do risco. Eu tenho que definir um risco. Quando eu defino que o risco é de 5%, existe, implicitamente, um custo-déficit associado. Você pode inclusive calcular, pelos custos do setor elétrico, qual é o custo que a sociedade está implicitamente assumindo para querer um risco de 5%.

Eu não consigo entender como se fez essa mudança. Eu sempre pergunto aos meus colegas que continuaram trabalhando como é que se conseguiu manter o custo-déficit em R\$684,00, que são US\$300, um valor muito menor do que o que tínhamos em 80.

Na década de 80, eram US\$540 em moeda de 1980. Então tinha que ser R\$1,2 mil. Portanto, numericamente, já estava prevista essa deterioração da

garantia. Ela é a outra face da moeda. Tanto faz você definir o risco ou o custo-déficit. O exemplo que eu dei mostra que o Canadá tem um medo terrível do racionamento. Se ele previr, nas simulações dele para o futuro, ou por expansão ou pela operação, que haverá um déficit de 1 megawatt/hora, ele traz para o presente e diz que o custo que será incorrido é de US\$3.300 por megawatt/hora. É lógico que você traz isso para o presente, financeiramente, com a taxa de desconto. Mas uma coisa é trazer a taxa de desconto de US\$300, outra coisa é trazer algo dez vezes maior. Portanto, a maneira de operar, a maneira de expandir, a maneira de funcionar do sistema canadense é muito mais conservadora, em termos de risco, do que a do Brasil.

Em relação ao relatório do ONS de 2000, sinceramente, como o Peter Greiner já falou aqui, nós tínhamos que ter começado um racionamento preventivo muito antes. Até hoje eu não entendi. Quando eu falo com o pessoal do ONS, eles dizem que não adiantaria ter ligado as térmicas antes. Eu queria ver, porque eu penso que se tivéssemos ligado as térmicas a todo vapor em 1998, se estivéssemos com o custo-déficit correto, teríamos uma situação um pouquinho melhor.

Quanto à situação de recuperar reservatórios, eu volto a insistir que o que vemos na imprensa é que os jornalistas estão interessados em saber se haverá racionamento ou não.

O SR. PAULO SOUTO – Em 2002?

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO – Sim. Até o final do ano e em 2002. A pergunta não é essa. A pergunta é: vamos continuar caminhando na beira do precipício? Esse é que é o problema. Nós temos que nos afastar do precipício. Caminhar nessa curva limite é caminhar com o risco de racionamento de 50%, e nenhuma sociedade pode correr um risco desses. É injusto. Não é o que está sendo cobrado da sociedade. Nós não estamos pagando custo histórico não, pelo amor de Deus. Se fosse custo histórico, tinha que ser muito mais barato. Nós estamos pagando, como foi calculado para os contratos iniciais, custo marginal sim senhor. Só que se perdeu como é que se calcula custo marginal no Brasil. E aí vem gente aqui dizer que o custo marginal é o da usina a gás.

O custo marginal é o da usina a gás para eles, que não têm mais nenhuma possibilidade de construir hidráulica. Para eles, acabou. Eles não querem nuclear, não querem carvão, então, realmente, das opções térmicas, a usina a gás, a ser combinado, é a melhor, é a que polui menos e a mais barata.

Então, o custo marginal internacional é verdade. Eu já ouvi alguém falar como se nós exportássemos energia elétrica; como se energia elétrica fosse um navio, como se tivéssemos que ter custo marginal internacional. Ora, o preço do diesel na Arábia Saudita é US\$0,10 o litro. Convençam aquele país a manter o mesmo preço do Japão! Cada país com a sua vantagem comparativa. Por que nós teremos que adotar o custo marginal internacional? Só para viabilizar essa nova tecnologia que está entrando como maconha? Eu não sei nem que interesses existem na viabilização desse gás da Bolívia, que não é do governo da Bolívia. Nós sabemos que esse gás é de multinacionais.

Uma série de problemas está ocorrendo que não está sendo discutida.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Coimbra) – Com a palavra o Dr. Greiner.

O SR. PETER GREINER – Com muitos pontos apresentados pelo Dr. Roberto Araújo eu posso concordar, em termos técnicos. A diferença da minha colocação é um pouco mais um problema de estratégia. É evidente que se eu tenho um mercado competitivo bem implantado, bem regulamentado, já consolidado, ele pode conviver com empresas estatais. Isso nunca esteve fora de questão.

Na verdade, o grande problema que o Brasil está enfrentando é um problema de opção e estratégia de implementação. Eu penso que nós estamos vivendo um paralelo inclusive com o futebol: Futebol Brasil X Futebol Argentina, Setor Elétrico Brasil X Setor Elétrico Argentina. A Argentina tinha apagões, fez a reforma e, em questão de um ano e meio, saiu de um déficit para um superávit. A situação era outra. Ela tinha 45% de geração térmica na mão do Estado, uma confiabilidade, uma disponibilidade de 42%; os novos, os que compraram, os investidores privados melhoraram as instalações, aumentaram a disponibilidade para 80%; sem muito investimento, conseguiram passar para um superávit, que estamos agora para comprar inclusive. Mas isso também só aconteceu porque, do outro lado, teve oferta de gás. Ao privatizar o gás, aqueles que o compraram lá queriam ofertar e vender, porque tinham que pagar pelo que compraram. Então, houve maior oferta. O preço de geração na Argentina saiu de 60, chegou a um pico de 80 a 90 e, hoje, está em 20, dentro desse jogo todo.

O que aconteceu no Brasil? O Governo estava consciente, todo o esforço feito em retomada de obra, colocar linha de transmissão e tudo mais, mas todo mundo sabe que implantar um modelo novo, fazer uma transição com falta de energia é o maior proble-

ma, é muito difícil. Quando se interrompeu o processo, e se interrompeu o processo de gás, e aí eu complementaria o que ele falou, take or pay. O take or pay está piorando porque a Petrobras não quer nem admitir que aquele que contrate com ele a compra do gás possa, se ele estiver sobrando, revender. Portanto, a Petrobras está, em todos os sentidos, atrapalhando também. Então, quando se tem uma situação desse tipo, tem-se uma total falta de estratégia de implementação. Nada pode funcionar. O problema, por exemplo, do custo do déficit não foi a Coopers que falou em US\$300. Não. Não foi a Coopers, não. Não foi. Foi um problema do regulador.

Temos uma outra falha, que não foi levantada. Quando você fala de planejamento, dou-lhe toda razão. E aí vai um depoimento, um desabafo. Quando eu estava na Secretaria, pedi à Eletrobrás, que fazia o planejamento – está aí o Baumgarten para dizer se é verdade ou não, está aí o Maranhão, que sabe das minhas reuniões com a Eletrobrás –, ofereci uma parceria. Falei: – Olha, a Secretaria de Energia não tem equipe, não tem dinheiro e não tem salário. Vocês fazem o planejamento, mas, como a sede da Eletrobrás é em Brasília, coloca-se uma turma de técnicos junto ao Ministério e vamos fazer em termo de parceria para que o planejamento seja bem feito. Não houve maneira. Quando saí, um diretor da Eletrobrás chegou como Secretário e trouxe para dentro do Ministério o planejamento. E hoje não tem mais planejamento. Não tem nada a ver com modelo, é problema de jogo de poder. Desculpem-me, mas é isso.

Cá entre nós, não me queixo de jeito nenhum do Legislativo; na nossa época, o Legislativo reagiu rápido e bem, atendeu. Agora, evidentemente, os senhores mesmo vêem que o problema do setor elétrico é complexo. Então, se se cometem alguns erros, tem-se que corrigir. Um erro na legislação foi a licitação de linha de transmissão. Estamos montando uma colcha de retalhos. É um monopólio natural, onde, quando faço uma linha, tenho que interferir na propriedade das duas subestações que estão na ponta, porque tenho que arrumar o barramento, o transformador, a proteção. Quer dizer, a linha não é independente das subestações que já existem. Tenho que fazer uma padronização. Para ter uma manutenção razoável, tenho que ter uma padronização. Pode-se fazer uma colcha de retalhos, é só alugar o ONS, e ele mesmo operar, mas os custos de faturamento, de transação e de coordenação ficam muito mais complexos, e a responsabilidade fica diluída. Então, uma modificação básica deve ser feita.

Em relação ao problema da energia barata, continuo com a minha idéia.

O SR. PAULO SOUTO – Qual é a modificação? Não ser verticalizado?

O SR. PETER GREINER – É claro. As distribuidoras não detêm o monopólio regional do fio? Uma distribuidora como a Light...

O SR. PAULO SOUTO – O projeto do Aleluia visa justamente acabar com a verticalização.

O SR. PETER GREINER – Não sei. Não é isso não.

O SR. PAULO SOUTO – É.

O SR. PETER GREINER – Quanto ao projeto do Aleluia, vamos longe.

O problema é se falar que, em determinada região, a transmissão fica aqui. E pode haver, inclusive, transmissões mais fortes. A percepção nossa era a dessa importância.

Recordo-me de que apresentei ao Ministro Tourinho, quando S. Ex^a assumiu, uma oferta de plano de financiamento do Bird, onde havia 150 milhões para implantarmos o modelo. Com o dinheiro na mão, teríamos autoridade e não deixaríamos o MAE tão solto como está. E, diga-se de passagem, isso é importante.

Nesse movimento todo de tumultuar o processo, é preciso levar em conta os atores. Por exemplo, o Presidente do Conselho do INS é de uma empresa estatal. Essa empresa não cumpriu um determinado item do contrato. Mas agora a situação se tornou favorável, e a empresa quer cumprir o contrato. Por um tempo, isso desprestigiou o MAE, introduzindo uma confusão tremenda. E o Ministério é ausente.

O problema todo é de estratégia de implementação. E digo bem que o problema é político, mas é um problema geral, não se referindo a uma pessoa só. A minha percepção é outra.

Finalmente, trato do problema da energia barata. Hoje o problema da hidroeletricidade está sendo muito relegado, porque se concentrou poder demais numa agência. No Brasil, todos falam que, quando há um problema, deve-se criar uma agência, o que é moda. Aí não é preciso nem Ministério! Não é nada disso! O regulador é um piloto de mercado, não substitui o Executivo, o Ministério.

Vejam a concentração de poder que existe na Aneel, que licita o contrato, assina o contrato, é fiscal do contrato. E a Eletrobras, que tinha o potencial para fazer, por exemplo, o inventário hidroelétrico e muito mais, ficou marginalizada. A Eletrobras hoje é uma nau sem rumo.

O Brasil tem a singular chance de, por uns vinte ou trinta anos, conseguir implantar mais hidroeleticidade, enquanto descobre alternativas para a energia, porque o futuro ainda não está claro em termos de energia no mundo inteiro. Mas o Brasil dispõe de uma chance muito grande de ultrapassar esse problema com a hidroeleticidade. Mas, para isso, é necessário um inventário bem feito, porque o que temos é o que vem do passado; estamos apenas olhando arquivos, não estamos trabalhando com uma visão de futuro.

Em segundo lugar, se, como penso, o Governo não tem dinheiro para investir, temos que reconhecer que o problema das hidroelétricas é que algumas são muito baratas, mas a maioria que vem pela frente é mais cara. E há o risco ambiental, o risco de inundação da enseada, o risco de o projeto de cada hidroelétrica ter problema, e há o tempo de execução.

Uma hidroelétrica para o País tem duas vantagens econômicas, se não mais. Primeiro, se em vez de construir uma hidrelétrica eu tiver que colocar uma térmica, sobrecarregarei a balança de pagamentos, a importação. Isso o privado não reconhece, o País tem que reconhecer, porque é macroeconomicamente importante. Segundo, a hidroelétrica, depois de 30 anos, continua por mais 50; assim, não preciso investir daqui a 30 anos. Não há investidor privado que possa reconhecer isso no fluxo de caixa.

Então, é válido que se sente e se elabore um critério para dizer que o Governo, a sociedade, associa aos projetos hidroelétricos, dentro de tal critério, um certo valor, que é uma participação pública para colocar a hidroeleticidade em termos de competição de mercado. Com isso, sem interferir no mercado, você garante a tarifa e o programa. Mas tudo isso ainda tem que ser colocado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Srs. Expositores.

Passemos agora à interferência dos Srs. Parlamentares, que será feita em bloco. Iniciamos pelo primeiro inscrito, Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, são muito positivas as exposições. Eu gostaria até de enfatizar a nossa preocupação com relação à matriz energética e já levantaria a primeira pergunta.

A exposição do Dr. Roberto já deixa claro que S. S^a compreende a matriz energética brasileira com o perfil que mais ou menos temos hoje. Mas será que esse é o horizonte da matriz energética brasileira ou temos que pensar em algumas variantes? O que seria, mais ou menos – a primeira questão –, a nossa

matriz energética a médio e longo prazo? O que poderemos prever para a questão da matriz energética?

Pelas características do Brasil e pelas próprias características da eletricidade, há uma série de fatores que aconselham o nosso País a continuar nessa linha. É um tipo de empreendimento que tem seus impactos negativos, de remoção de população, de inundação de área, e tem os impactos positivos: onde se junta água, traz-se o progresso, gera-se vida. É diferente de outros tipos de energia, que sempre têm a carga de impactos negativos. Um dos impactos negativos, que é a desocupação de populações, é compensado por outros, como lazer e turismo. São impactos positivos do empreendimento hidroelétrico. Temos, evidentemente, que computar sempre isso quando compararmos com outras fontes de energia.

Para larga escala, para grandes empreendimentos, é, sem sombra de dúvidas, o grande achado do Brasil, não há como negar. Acompanho populações atingidas por barragens e sei disso. Os irrigantes do submédio São Francisco, por exemplo, hoje têm um padrão de vida adequado. Estão produzindo alimentos e têm uma condição de vida superior àquela que tinham antes. É inegável isso. Mesmo com toda a revolta que eles tenham, pelo deslocamento, pelas questões culturais e afetivas com a terra, os atingidos têm essa capacidade de diferenciação. A verdade é que todos os projetos trazem impactos, não há como deixar de reconhecer isso.

Eu queria voltar a uma questão que o Dr. Peter Greiner colocou, que poucas pessoas leram o relatório da Coopers & Lybrand. Eu concordo. Aqui na Câmara dos Deputados, inclusive, poucos leram. Tive a preocupação de ler primeiro. Sei que esse relatório não é da Coopers & Lybrand. É um relatório que tem a mão e a cabeça de boa parte dos engenheiros do Brasil, que fizeram as adaptações. Eles não sabiam do que estavam tratando. Era visível isso. As primeiras orientações que vieram daquele relatório era de desconhecimento, era uma transposição mecânica, em certo sentido, e, na verdade revelava a impraticabilidade de se utilizar aquele modelo no caso brasileiro. Isso era lógico, era cristalino.

Acredito que daí reside uma parte da nossa crise, sim, não há como negar. Os desencontros entre o MAE e a Aneel, a intervenção da Aneel no MAE, os empresários da distribuição hoje estão dizendo que não querem o MAE. Pegue as páginas dos jornais, estão dizendo que não aceitam o MAE. E o MAE foi criado, não funcionou e evidentemente estamos discutindo a reforma dessa estrutura. O próprio ONS, que é a continuação do GCOI privado, hoje cumpre um papel

nesse momento de crise, mas é evidente que deverá ter uma outra base para trabalhar. Nesse sentido, acredito que perdemos uma grande parte da capacidade do planejamento. Como vamos discutir uma estrutura dessas sem pensar em planejamento? Quem vai ser o ente planejador do sistema elétrico brasileiro? O Deputado José Carlos Aleluia sugere que teremos um tipo de planejamento indicativo para geração e um determinativo para transmissão. Não consegui ainda entender como será esse acoplamento para a dimensão do sistema elétrico brasileiro. Se vamos trabalhar com essas características, deveríamos ter um órgão planejador, principalmente pelas características do sistema elétrico brasileiro.

Quando vejo a crítica que se faz hoje à situação que chegamos, algumas pessoas do Governo disseram “erramos porque...” como aquele técnico de futebol que diz “nossa defesa falhou, o meio de campo não funcionou e o ataque não fez gol”. Então, houve uma falência. Temos que ter a humildade de dizer que temos que mudar. Se a Inglaterra está discutindo a reforma da reforma – ouvi esse discurso “estamos discutindo a reforma da reforma. O Chile, que muitas vezes é citado como uma excelência, está discutindo a criação de outros instrumentos porque está com problemas internos no seu sistema elétrico, privatizado e o que foi sugerido. Então, temos que ter a humildade de reconhecer que temos de fazer essa discussão. Não dá para fazer como o Dr. Peter Greiner ao dizer “Todos erramos”. A melhor maneira de patrocinar impunidade é culpar a todos. Não são todos culpados, até porque houve alerta, avisos. Essa Câmara dos Deputados, em julho de 2000, fez um seminário aqui, ouviu várias pessoas, inclusive do Governo, tínhamos as informações do risco de déficit, que era 14% em novembro de 1999, risco de déficit altíssimos, que já acenderiam uma luz para alguém que tivesse um mínimo de sensibilidade para esse setor para tomar alguma providência. Mas o que se disse? Que era exa-

O ano 2000 teve uma característica diferenciada. Estou com um dos relatórios do Governo que declara que o Ministério das Minas e Energia no ano 2000 teve a orientação de não divulgar – a palavra é essa – a situação que vivíamos. Isso é uma falta do caráter republicano imenso. Quer dizer, diz-se claramente, com todas as letras, havia uma orientação para não divulgar essa situação.

Em meados de 1999, a Eletrobrás, o ONS, a Aneel e o Ministério das Minas e Energia estavam cientes que havia risco de déficit muito elevado para 2000 e 2001. No entanto, segundo o ONS, houve ins-

truções do Ministério das Minas e Energia para não se divulgar publicamente as avaliações de risco e severidade com o objetivo de evitar preocupações exageradas por parte da sociedade. Sabe por quê? Porque o ano 2000 era um ano de eleições municipais das capitais e era necessário manter a idéia de que vivíamos num mundo róseo. Esse foi um dos fatores que justificou isso. Caso contrário, se estivéssemos numa lógica de construção de sociedade com seriedade e com compromisso, não se teria tido esse tipo de postura, até porque, como disse o Dr. Peter Greiner, qualquer um que ganhar as eleições vai ter de responder a isso. Essa é uma questão de Estado, não é uma questão de Governo. Ela foi tratada de forma leviana, como uma questão financeira. Um dos problemas centrais disso é que, na verdade, tratamos a reforma do setor elétrico brasileiro como uma ação do sistema financeiro, para responder à crise da Ásia e a outras crises. Ela foi tratada assim. Essa, sim, é uma das questões.

Agora, quando se sugere que se reúna técnicos do setor para pensar um novo momento, é importante saber que não se trata de uma questão puramente técnica. Temos técnicos, e o Governo também os tem, para fazer isso. A questão é que esses técnicos têm de se reunir e têm de ter respaldo político para seguirem adiante naquilo que eles possam pensar nessa área. E eles não têm. Penso que estamos movidos por outras intenções.

Para concluir, tenho algumas questões sobre as quais eu gostaria de ouvir o Dr. Peter Greiner. Primeiro, como se explica que os Estados Unidos, Canadá – como citou o Roberto – e a Noruega não privatizam os empreendimentos hidrelétricos deles? Por que o senhor pensa que eles não fazem isso? Porque eles não têm a mesma criatividade que nós, brasileiros, ou porque isso não compensa?

O senhor falou que o modelo anterior é concentrador de renda. Também sou um crítico do modelo anterior. É um modelo patrimonialista. Naquele modelo, há não só as dificuldades de políticas tarifárias e de gerenciamento. Também houve a questão dos desvios que foram cometidos, da corrupção no setor. Na década de 80, na década de 90, tivemos problemas muito sérios de desvios das finalidades do setor. Quem esteve à frente desse setor deve saber muito bem do que estou falando aqui.

O papel do Estado é o que temos de discutir claramente. Qual é o papel do Estado nessa área? Penso que essa é uma questão estratégica. Estão aí os resultados: comprometimento das metas econômicas do Governo, porque os objetivos de privatizar, de atra-

ir capitais privados e de criar os elementos para uma nova fase de desenvolvimento na área não foram cumpridos. Com a situação internacional que temos, com o desaquecimento da economia americana, os problemas na Europa, o que é que nos assegura e garante que existe ambiente para essa privatização pretendida? Eu não vejo. Aliás, o Governo anunciou hoje que está suspensa, provisoriamente, a privatização das três grandes geradoras e também a transposição, ações que envolviam essa área. Concorro em que temos de discutir a convivência do setor privado na área, porque, hoje, analisando, com a capacidade de investimento do Estado brasileiro, não podemos descartar a presença da iniciativa privada. Entretanto, temos de criar mecanismos que regulem essa participação do setor privado e temos de ter um Estado que atue e opere nessa área, o que, infelizmente, não temos.

Por último, Dr. Peter Greiner, o senhor pensa que o BNDES é o espaço adequado para discutir o setor elétrico brasileiro? Eu gostaria que o senhor explicasse por que deve ficar no BNDES – pelo que entendi do que o senhor falou – esse comando para discutir o setor elétrico brasileiro.

Dr. Roberto, como incentivar as térmicas a participarem do processo de expansão da geração brasileira, sem oferecer atrativos? E que tipos de atrativos podemos oferecer? Porque estamos numa transição em que, pela capacidade de responder e pela maturação dos projetos de usinas térmicas, temos de recorrer a elas. Entretanto, evidentemente, com um programa energético de envergadura futura, essas empresas irão enfrentar dificuldades na sua competição, como se pretende fazer hoje. Não vão competir, como o senhor falou muito bem, nas formais modalidades de energia.

Que mecanismo poderíamos ter para os investidores das usinas térmicas para que elas possam participar desse **mix** da matriz energética brasileira?

Por último, eu acho que o Dr. Greiner disse que o Legislativo nunca foi problema para a implantação do modelo. Penso que foi exatamente aí um dos nossos problemas, aprovamos tudo que veio para cá com uma docilidade impressionante.

Havia aquela prevalência do pensamento único aqui. Não conseguiram privatizar a Petrobras por pouco, mas tudo que veio do Poder Executivo foi digerido e aceito com uma passividade impressionante. A Casa é que, depois, acordou e reagiu. É como se tivesse tomado um grande porre de neoliberalismo, vindo depois a ressaca que estamos vivendo. Esta-

mos acordando agora para compreender que a coisa não é bem assim.

Espero, inclusive, Sr. Presidente, que esta Comissão depois de voltar desse período todo, desse nosso recesso, que considero errado. A crise continua a se desenrolar, o Governo produz relatórios – eu tenho relatórios recentes de Sobradinho – e uma das previsões é de que tenhamos 5% do reservatório de Sobradinho em outubro ou novembro. Nunca vivenciamos essa situação. A crise está se agravando. Teremos de tomar algumas restrições de médio prazo para responder à continuação do racionamento, e a Comissão estava parada aqui. A não ser a nossa viagem ao Chile, onde o que mais ouvimos foram comentários sobre a crise brasileira, que era o assunto em voga. Houve, inclusive, a discussão, em novembro, promovida pela Cepal, sobre os impactos da privatização do setor elétrico na América Latina.

Ou seja, há uma preocupação continental com esse tipo de negócio que foi feito. Então, não é uma coisa fácil.

Basicamente, eram essas as questões que eu gostaria de deixar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, talvez fosse interessante esperar o outro palestrante chegar, mas vou tentar fazer uma introdução comum de dois, então, chegaremos lá.

As questões que vou colocar aqui são referentes ao modelo energético, mas não têm a mesma estrutura daquelas dos dois técnicos que estiveram aqui. O raciocínio não passa necessariamente pelo caminho técnico, mas no final vai encontrar a sua convergência com a preocupação deles.

Existem dois aspectos sobre a questão do modelo que eu gostaria de discutir. O primeiro é sobre o regime de propriedade, se será estatal ou não. O segundo é sobre a matriz, considerando-a como hidráulica, de estudarmos o que poderá complementá-la de maneira permanente e adequada.

Primeiro sobre a questão da propriedade, no meu entender a exposição do Dr. Peter Greiner coloca o problema – como também o faz, depois, a exposição do Dr. Roberto –, mas não o resolve.

O Dr. Peter Greiner, se entendi bem a sua exposição, afirma que é necessário privatizar, mas, simultaneamente, afirma que o sistema hoje, tal como existe, estatal, é concentrador de rendas.

Não seria interessante, voltarmos um pouco? Se esse sistema é concentrador de rendas, porque isso acontece? O que há com a questão estatal no Brasil? Quando vamos à estrutura dos preços vemos que as residências pagam relativamente muito mais do que as indústrias. Sentimos que há o problema de correlação de forças. O Estado é dominado pelos grandes produtores, pelos grandes consumidores, que fazem dessa estrutura estatal o que lhes é mais interessante, deixando para o grosso da população o encargo de pagar uma energia relativamente mais cara, se comparada com os outros países do mundo.

Então, a primeira questão a que devemos reportar-nos é a dessa injusta estrutura de preços, porque não está escrito que uma geradora de energia terá prejuízo ou que uma produção de energia deva ter prejuízo. Não, ela deve ser uma atividade lucrativa, inclusive para alertar ecologicamente que estamos trabalhando com algo que deve ser poupado, que deve ser preservado.

O primeiro ponto é este: antes de se pensar em estatização ou não, devemos pensar em desprivatizar um pouco essa estrutura do Estado.

Uma vez abordada essa questão da propriedade, quero avançar ainda um pouco dentro dessa injustiça, no meu entender. Vamos estudar o Anexo 5.

Como eu já disse, não sou um técnico. Quando leio o Anexo 5 e as fórmulas contidas ali, eu me perco. É impossível para uma pessoa que não tem um conhecimento adequado entender as fórmulas ali contidas, mas posso tratá-las filosoficamente, como talvez alguém trate uma questão econômica.

Quando as empresas distribuidoras se encontram com as geradoras, elas se apresentam como consumidoras, querendo o direito de uma energia contínua, e obrigam a uma indenização, caso isso não aconteça. Quando elas se relacionam conosco, os consumidores, os papéis se invertem: elas são as fornecedoras, e nós somos os consumidores. Porém, não temos nenhuma garantia da continuidade.

Portanto, essa descontinuidade que aconteceu no Brasil, numa escala mundialmente ainda não conhecida, vai ser paga por quem? Quando examinamos o Anexo 5, são cinco bilhões para as distribuidoras; quando examinamos a nossa situação, às vezes nos confrontamos com o aumento da tarifa e, em alguns casos, com o falso bônus para aqueles que economizaram, porque nem o bônus prometido vai ser pago.

Então, trata-se de uma situação absolutamente desequilibrada. Quando as distribuidoras se defron-

tam, como consumidoras, com o Governo, elas garantem tudo de que precisam; quando elas se defrontam, como fornecedoras, conosco, que somos consumidores, não temos direito algum. Aí está também uma estrutura absolutamente injusta.

Acredito que, se reavaliássemos toda essa situação, poderíamos ver que seria possível o Estado manter a sua posição, mas, simultaneamente, com o encarecimento da energia, estimular a competição para os produtores independentes e a descentralização também, constituindo-se em um fator muito importante até de democracia – descentralizar a produção de energia.

No meu entender, o que vai estimular a descentralização não é necessariamente a competição, mas basicamente quando o Estado colocar os preços reais da energia em cena, o que ele não faz para os produtores, no meu entender. Já teríamos um passo adiante nesse processo.

O segundo aspecto que quero discutir é o do modelo, do ponto de vista técnico, da matriz. Também, mais uma vez, registro que não sou técnico, mas quero dizer que, quando penso como brasileiro, com uma dimensão temporal mais ampla, não posso aceitar a utilização das térmicas como um amparo ou como um substituto eventual da hidroelétrica. Isso não tem sentido.

Todos sabemos – e acredito que os Senhores, como técnicos, devem saber até mais do que eu – que os depósitos de gás, a quantidade de gás disponível é limitada no tempo. Não teremos gás da Bolívia, talvez, por mais de 20 anos. Como poderemos prever investimentos dessa dimensão e tencionar toda a economia brasileira nesse sentido, sabendo que as jazidas não alcançarão mais de 20 anos? Possivelmente, não teremos gás para mais de 20 ou 25 anos.

Creio que o ideal seria voltar um pouco ao raciocínio anterior. Se o Brasil desenvolveu a hidroelétrica com um preço muito caro, porque, ao contrário do que o Fernando diz, a água concentrada não traz só a vida, mas traz a morte. Há um relatório da ONU sobre as barragens, do final de 2000, mostrando como elas foram negativas para o mundo. Nessa pesquisa sobre as barragens tivemos o Dr. Goldemberg participando em nome do Brasil e o relatório está na Internet. Quer dizer, as barragens não são essa maravilha. O Brasil acertou ao determinar...

O SR. FERNANDO FERRO – Tinha que arranjar outra coisa.

O SR. FERNANDO GABEIRA – A outra coisa está na sua cabeça: é o sol. Vocês não acreditam que é, mas é o sol.

A energia solar foi muito contestada porque as fotovoltas eram caras. A energia solar não pode ser vista apenas nesta dimensão, pois tem quatro, cinco, talvez oito possibilidades. Então, por que não olhamos isso?

Se o Brasil olhou para a água e disse: “Essa é a minha vantagem natural”, por que não olha para o sol e compreende que essa também é a sua vantagem natural? Temos possibilidades.

Só há quinze dias, no Brasil, tivemos um completo mapa do nosso potencial eólico. Só há quinze dias que uma empresa do Paraná conseguiu fazê-lo. Nunca o tivemos, enquanto a Dinamarca já está com 12%. Esse país já está fazendo usinas **off-shore**, pois não tem mais espaço para fazer usinas eólicas, coisa que a Petrobras poderia fazer. Ela tem uma grande técnica **off-shore**, então por que não vai fazer usinas eólicas também **off-shore**? Não usamos isso. O norte da Alemanha está com 16% do seu consumo de energia eólica e o norte da Alemanha não é uma parte do país sobre a qual possamos dizer que não consuma energia. É uma área altamente rica e industrializada.

Não avançamos nesse sentido. Não avançamos na biomassa. Estamos jogando fora. Não avançamos no bagaço da cana e da laranja, na casca de arroz. Tudo isso está aí.

Diz: “Hoje, a energia solar é muito cara.” Está muito bem, mas como determinamos os preços? O gás não será caro, também? O gás é muito caro.

Sua intervenção falou sobre o problema da água, que devemos garantir, mas esta vai ser cara também. Essa história de que a água é algo barato acabou. Mudamos o conceito no Brasil. A água, que antigamente era uma espécie de caudatária da produção de energia, não o é mais. Atualmente, ela é vista como um recurso multiuso. Temos gente querendo água para beber e para outros usos, e ela terá que ser usada assim. E então, não há mais água barata, pelo contrário. Potencialmente, talvez a água venha a encarecer relativamente mais do que a energia. São variáveis sobre as quais temos que pensar.

No meu entender, estamos pensando com o velho paradigma dos economistas que, inclusive, não calculam os custos ambientais que, para eles, não existem. Isso mudou. Temos que repensar a situação. O Brasil tem o potencial de encarar o futuro por meio da opção pelo solar. Se fizer essa opção como uma

alternativa que pode, de certa maneira, compensar nossos problemas, a longo prazo ela vai nos garantir. É claro que muita gente acha que não, mas as novas informações que estamos tendo assim o revelam.

A questão dos ventos, no Nordeste, coincide. Os ventos são mais fortes quando há uma situação mais grave de falta d'água, quer dizer, são eventos complementares. Por que não utilizamos radicalmente nossas vantagens naturais? Por que não partir delas e tentar utilizar o gás, que, em certos lugares há um absurdo? Carioba, que foi muito bem denunciada por Luciano, é um absurdo. Trata-se de uma usina que vai produzir gás e que tira 33m³ de água/min de uma área extremamente tencionada, como é a da bacia do Piracicaba. Não faz sentido.

O SR. FERNANDO FERRO – Está abaixo do mínimo?

O SR. FERNANDO GABEIRA – Abaixo do mínimo determinado pela ONU e ainda vampirizada pelo consumo de São Paulo.

Não dá para pensarmos nas variáveis energéticas do Brasil sem pensarmos, também, na questão da água.

O Dr. Peter Greiner disse, aliás, muito bem, que a má administração da água no Brasil é um fator fundamental. Então, se nós administramos bem a água, se nós soubermos conduzir esse processo e apresentarmos alternativas dentro dessa matriz solar seria perfeito, – não que nós dispenseemos o gás, mas não podemos jogar todas as nossas fichas no gás como alternativa complementar da nossa matriz hidráulica.

Essa a minha posição.

Gostaria de saber como V. Ex^{as} se manifestarão sobre ela.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, apresentei requerimento solicitando audiência com representantes de irrigantes e dos trabalhadores da área do perímetro do sub e médio São Francisco. Mas, como está prevista uma viagem à região, talvez pudéssemos realizar essa audiência em Paulo Afonso no período da nossa passagem por lá. Ali, ouviríamos todas as denúncias, inclusive o que está ocorrendo na área do sub e médio São Francisco onde o racionamento é de 50%. Sr. Presidente, o bombeamento de água para os projetos irrigados dos pequenos irrigantes, promovido pela Chesf, é de 50% da

água, vazão que evidentemente implica na redução da energia da mesma ordem. Acredito que essa redução evidentemente vai devastar a produção da referida região.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Atendendo à solicitação de V. Ex^a, gostaria de lhe informar que já estava prevista essa reunião com os representantes do projeto de irrigação na visita que faremos a Paulo Afonso, no dia 16, às 19 horas.

Informo também que para o painel do dia 14 debateremos matérias relativas às fontes alternativas de produção de energia elétrica.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente; Sr. Relator; Srs. Expositores.

Primeiramente até para o meu esclarecimento, se interpretei mal ou não o Dr. Petter Greiner, que ao fazer sua colocação, disse que como se estivesse induzido uma suposição de que a permanecer esse modelo público estatal isso iria derivar em negociatas. E nós vivemos um modelo muito político. Acho que nós não podemos prejudicar os próximos governos, até porque aqueles que estão hoje liderando as intenções de pesquisa não tem nenhum passado que possa, vamos dizer, fazer essa ilação, e também porque esta Casa vive um momento muito delicado. Então, nós não podemos permitir que qualquer coisa pública ou estatal seja propícia a negociatas. Eu penso que teríamos que corrigir isso, quer dizer, não deixar isso passar porque, enfim, o Luís Inácio Lula da Silva, o Ciro, o Itamar, não têm nenhuma ocorrência que tem outros governos ao qual V. S^a poderia ter citado aí. Essa era a primeira colocação.

a segunda, o senhor fala que seria preciso recuperar a governância, o equilíbrio de poder no sistema energético. Não vejo como se recuperar essa governância, se não mantivermos essas grandes geradoras amortizadas pelo contribuinte como empresas públicas ou estatais. Em um setor como esse aonde o senhor coloca que o Brasil tem peculiaridade hídrica de 90% – desses 90%, talvez essas três juntas estão perto de 80% da capacidade instalada – então, para se recuperar a governância, o poder de indução de regulamentação do Estado e não do Governo como foi colocado, é condição **sine qua non** a não privatização. Acredito que foram contraditórios o primeiro e o segundo ponto quando o senhor coloca que o primeiro é a governância e o segundo é implantar o modelo. Até me perguntei que modelo, e depois o senhor esclareceu que era esse modelo que está aí.

Mesmo que não tivesse acontecido esse **débâcle** do planejamento energético no Brasil... Creio que é até o que está acontecendo no mundo: as revisões depois de dez, quinze anos desse fundamentalismo de mercado. A Inglaterra está fazendo o revisionismo da questão da privatização da malha ferroviária, que é um serviço público. Aconteceu na Califórnia. Enfim, é o que tem acontecido ou o que aconteceu em alguns países, e realmente chega-se à conclusão de que nem todos os insumos ou produtos podem ser regulamentados livremente pelo mercado, sobretudo em um País como o nosso, continental, desigual, com bacias hidrográficas singulares. Ou seja, aqui é diferente. Não podemos pensar em um modelo nacional, não existe isso para o Brasil.

A solução da questão energética brasileira, seja qual for a formatação ou o novo modelo, não pode ser uniforme, até porque há singularidades do semi-árido do Nordeste, **vis-à-vis*** o Norte, o Sul, o Sudeste, que são totalmente diferentes. Essa questão da relação do conflito dos usuários em termos da energia é latente, visível na questão do Nordeste. Temos lá um único manancial de água, que é o rio São Francisco, e temos o eterno conflito em termos de desenvolvimento sustentável, energia, navegação, dessedentação, e por aí vai. Quer dizer, pensar que o Estado vai abdicar da condição de regulamentar isso, que lhe é função básica, e transferir ao mercado, creio que seria não aprender com os erros ou omissões, ou com a negligência que aconteceu nesses últimos sete anos, sobretudo aqui no Brasil.

Mas colocar que temos que partir para uma solução de mercado, porque o Estado não tem dinheiro, o Governo não tem dinheiro, penso que isso é sofismar, porque o setor privado só entrará se houver um bruto aumento de tarifa. Ninguém comprará Furnas* e Chesf* para poder continuar vendendo energia a US\$20. Eles vão querer vender a energia hidrelétrica a US\$45 e US\$50.

Aí me pergunto o seguinte: se Chesf ou Furnas, se essas grandes hidrelétricas já estão amortizadas, se dermos o aumento de tarifa, essas empresas vão gerar lucros fabulosos, que passam a ser poupança nacional. Uma das coisas que está desmantelando o Brasil... Porque o Brasil está vivendo dois racionamentos: o energético, para não ter o apagão, e agora o racionamento monetário, para poder não cair na moratória, que foram os US\$15 bilhões. Ou seja, o modelo fracassou, então está se fazendo um racionamento do modelo econômico. Foi-se buscar US\$15 bilhões para poder chegar na eleição com o candidato dele em pé e com o modelo econômico em pé.

Por que vamos privatizar e ainda permitir justamente o aumento de tarifa... Porque o Governo hoje já fala, o senhor falou que tem que haver o aumento de tarifa, como se tivesse até defasado; não foi feito no passado. Mas o que temos que entender é por que não foi feito no passado. Era um regime hiperinflacionário, e o Governo administrava as tarifas justamente como um antídoto populista: tarifa baixa, inflação lá em cima. E aí acabou com a capacidade de geração das próprias empresas distribuidoras, geradoras. E na conta de energia depois, quando foram privatizar a distribuidora, de quase US\$30 bilhões, 80% era só São Paulo.

Quer dizer, descaracteriza-se pejorativamente o setor público, a empresa pública, como se aquilo ali fosse uma coisa intrínseca à empresa pública. Não, isso é política de Governo; se o Governo é bom, se o Governo é transparente, podemos ter empresas boas, isentáveis. Está aí a **Tenness Valley Authority**, que é a melhor empresa pública nos Estados Unidos nesse segmento. Por quê? Ele disse aqui o que o Professor Roberto Pereira* falou: ele não tem a pressão dos acionistas da **Wall Street**, porque energia, além de ter de dar lucro, tem de ter qualidade. E para ter qualidade, tem de haver regulamentação pública, que pode ou não ser híbrida.

O setor privado tem de ser convocado com marcos regulatórios atrativos para complementar o setor, para diversificar a matriz, mas não para comprar o que está pronto e pago, o que seria uma tremenda vantagem comparativa. A vantagem comparativa do Brasil não é ter 90% hidrelétrico; é ter Furnas, Chesf e Tucuruí prontas e pagas.

Se não tínhamos capacidade de operar, é outra coisa que temos de desmascarar. Como pode um País que é a décima economia do mundo dominar toda a tecnologia, todo o **know how** hidrelétrico em relação a barragens, transmissão e etc. e não conseguir operar? Se não pode operar, é por deformação do Governo e não dos técnicos. Quem dá conotação de paternalismo, de cabide de emprego, de desvio de dinheiro não são os técnicos, mas a política. Coincidentemente, são as mesmas pessoas que estão tentando forçosamente privatizar ou não reconhecer as singularidades do modelo brasileiro, que deve ser diferente do inglês ou de qualquer outro.

Outra pergunta que desejaria fazer, mas que já foi feita pelo Deputado Fernando Ferro, é por que no Canadá, Noruega e Estados Unidos, que são o berço do capitalismo, ninguém toca na questão hidrelétrica? Por que não somos assim? Às vezes é difícil entender isso.

O Estado não pode renunciar à capacidade de formatar sua política, dizer que não temos dinheiro. Temos sim. Podem até aumentar a tarifa para dar condição.

Conversamos com Diretores da Chesf, que fez a seguinte simulação: se a tarifa for para U\$45 – a Chesf hoje tem um custo de U\$18, que deve até ser mais barato com essa taxa de câmbio –, gerará U\$1 bilhão de lucro por ano. Repito: U\$1 bilhão. Ainda vão transferir isso, para ser poupança de espanhol e de americano? Isso é serviço. Não estamos gerando U\$1, já está pronto. É desse dinheiro que precisamos para desenvolver o Nordeste.

Não podemos culpar a crise – e vão querer culpá-la. Essa questão do Anexo 5 é vexatória; é questão de lesa-pátria. Esse diretor com quem estivemos conversando disse que a conta que as geradoras apresentam para as distribuidoras é de R\$80 milhões, e a conta que as distribuidoras apresentam para as geradoras é de R\$8 bilhões até dezembro, se for até março é R\$12 bilhões. Quem pagará?

Tudo isso ocorre por falta de soberania, porque a cláusula 7ª do contrato que regulamentou a privatização das distribuidoras permite ao Estado intervir em condições como essa sem ter de arcar com nenhum ônus. Mas como o Governo não quer usar essa condição, está dando margem às distribuidoras de avocar justamente o Anexo 5. A questão será decidida na Justiça.

Era justamente isso que queria dizer.

Quanto à questão da remessa de lucros para o exterior, está tudo nos jornais de hoje. A política agora centraliza-se na busca de dólares, terão de exportar até produtos inconcebíveis, porque, se não conseguirmos revigorar a capacidade de exportação, não temos saída. Estamos à beira da moratória. Não adianta pensar nesse pacotezinho, porque ninguém irá pegar novamente 15 bilhões, fazer sacrifício, aumentar superávit primário, prometer isso e aquilo.

Apesar dos jornais dizerem que o Governo retirou Furnas e Chesf do pacote, tenho minhas dúvidas. Penso que haverá uma revisão, um anexo querendo incluí-las.

O SR. PAULO SOUTO – O tempo todo, quando o Governo adota medidas, V. Exª não acredita?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, desejo concluir.

Sobre a questão da Bolívia, gostaria de dizer que temos um requerimento solicitando que... Há um

artigo de um dos acadêmicos do setor dizendo que a jazida da Bolívia não é de 20, 25 anos. E o Embaixador afirmou que é. Então, há um requerimento para chamar os dois aqui, para saber qual a informação correta. A Petrobras está gastando muito dinheiro nisso, o Governo também, assim como o BNDS. Isso tem que ser esclarecido. Não podemos partir para uma concessão de incentivos não tendo a certeza dessa informação.

Sr. Presidente, eram justamente essas observações que queria fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, antes de iniciar minha fala, quero justificar que o Deputado Fernando Gabeira foi solicitado em caráter de urgência, tendo que sair, e assim não poderá ouvir as respostas dos nossos expositores.

Quero saudar o Dr. Peter Greiner, Dr. Roberto de Araújo, expositores dessa manhã e propor algumas questões.

Primeiramente, farei uma breve consideração sobre a exposição do Deputado Clementino quando pergunta ao Dr. Peter por que os países do Primeiro Mundo não privatizam e por que insistimos em privatizar.

Deputado Clementino, acredito que, na interpretação do Governo brasileiro, quem está correta é a Argentina. E o Brasil hoje, que juntamente com a Argentina, está caminhando nesse sentido. Talvez sirvam de modelo para o Primeiro Mundo. Não sei se tem cabimento essa análise, porque vejo que são duas péssimas referências do ponto de vista do modelo estrutural. Brasil e Argentina são os únicos países que se dispuseram a vender a geração hidrelétrica. Talvez, na visão do Governo, sejam os dois bons exemplos para o mundo, e o mundo está sendo burro em não observar e prestar a atenção.

Outra questão que gostaria de abordar é sobre a análise do Dr. Peter Greiner, cobrada pelo Deputado Gabeira, de que o modelo estatal era injusto socialmente. Analisando o gráfico da tarifa residencial de energia elétrica, percebemos que o grande aumento do custo para o consumidor residencial se deu a partir de 1995, quando os valores cobrados da tarifa residencial foram ajustados para atender às necessidades da privatização. Mas, mesmo assim, concordo que a elite brasileira construiu um Estado com visão patrimonialista, entendendo o Estado como seu, sentido-se dono do Estado e, portanto, tirando resultado desse Estado para aumentar a sua concentração de

riqueza. Com isso eu concordo. E a solução para isso, na minha opinião, não seria desmontar o Estado, seria desprivatizá-lo e fazer uma visão pública de Estado. Isso cabe aos gestores.

De outro lado, quero trazer uma boa notícia: com relação à preocupação com a água, empreendemos aqui nesta Comissão, na Comissão de Minas e Energia da Câmara e na minha cidade e na minha região, uma grande luta contra a instalação de Carioba 2 em Americana, e sugerimos uma localização ideal para ela. Temos informação de que o empreendedor está solicitando um novo estudo de locação exatamente nas regiões que sugeri. Fico feliz ao perceber que não falamos aqui em vão, que volta e meia conseguimos ser ouvidos. Parece-me que, hoje, a Bacia do Piracicaba está livre da ameaça da instalação de um sugadouro de 33m³ de água por minuto, quando estamos na iminência de um racionamento de água potável naquelas regiões metropolitanas.

Considero essa notícia alvissareira. Espero que daqui para frente, antes de expor as populações às tensões, antes de gastar muito dinheiro com a propaganda de uma coisa insustentável, que se estude melhor onde fazer o investimento. É de interesse do próprio empreendedor.

A questão importante que quero abordar, entrando no tema que o Deputado Gabeira suscitou da gravidade da situação levantada pelos organismos internacionais decorrente das represas. Também concordo, temos, hoje, no Brasil, milhares de atingidos por barragens. Uma situação não resolvida. Mas vejo na questão do gás – e aí queria fazer uma pergunta para os nossos expositores –, temos hoje reservas de gás que, no mínimo, são de curto prazo, talvez mais ou menos cinco anos em relação ao que é anunciado, 25, 30, 20. Não deve variar muito além disso. Energia deve ser planejada não para 20, 30 anos. Deve ser planejada para um século, se quisermos fazê-lo com seriedade. Portanto, era necessário buscar as diversas alternativas: solar, biomassa, entre outras.

A questão que queria apresentar era a de como os técnicos vêem a possibilidade de utilização combinada do gás com a hidroeletricidade, para diminuir os volumes dos reservatórios e o impacto da instalação das represas, para que, no período das secas, pudessemos utilizar o gás para complementar a manutenção, as baixas reservas hídricas. Talvez essa fosse a solução.

A outra questão, que fica como uma reflexão para mim, é a necessidade de revisão do modelo. Na Argentina e Brasil, que passaram por um processo muito parecido de desestruturação e desmonte da in-

fra-estrutura, se pegarmos o cadáver resultante desse modelo e fizermos uma autópsia, provavelmente vamos encontrar como **causa mortis** a falência múltipla de órgãos. Começaria por um grave tumor letal cerebral – matou o cérebro do modelo – e falência dos demais órgãos – coração, pulmão, etc. Eu diria que o cérebro seria o Presidente da República, e os demais órgãos, a Aneel, o ONS e o MAE, contaminados pelo grave vírus da imposição política monetária do FMI, que impõe a obrigatoriedade de priorizar a remessa de pagamento para os credores internacionais ao investimento em infra-estrutura. Talvez, tenhamos um quadro de diagnóstico difícil, cujo resultado de autópsia seria, em poucas linhas, muito claro e objetivo: falência múltipla de órgãos, com tumor letal no cérebro e comprometimento dos demais órgãos – que seria o novo modelo apresentado, que, na minha opinião, está derrotado pela crise de energia. Eram essas as questões que queria apresentar. Agradeço a oportunidade de inscrever-me. Estava em outra atividade e não pude sequer ouvir a exposição plena dos técnicos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Luciano Zica.

Concedo a palavra aos Srs. Expositores, para as respostas e considerações finais, iniciando pelo Dr. Greiner.

O SR. PETER GREINER – Ilustre Deputado Luciano Zica, com relação à Argentina e ao Brasil, há uma enorme diferença. Sempre tomo a Argentina como referência, para mostrar e enfatizar que, na nossa mudança, éramos obrigados a evitar um déficit energético, porque exatamente o superávit garante que se consiga implantar.

Na verdade, tanto no setor petrolífero, como no setor elétrico, na Argentina, houve um desmonte total do Estado, que está falido. Quer dizer, lá se chegou a um ponto insustentável, o que facilitou a implantação e produziu efeitos a muito mais curto prazo, associado também a problema de disponibilidade de gás, etc., como havia explicado. Mas é uma lição, porque chama a atenção sobre os pontos que temos que cuidar – o que não foi feito recentemente, infelizmente.

Com relação ao FMI, chamo a atenção para o seguinte: não sou responsável pela economia, mas, com relação ao setor elétrico e ao de energia, ressaltei que hoje faltam duas pernas do financiamento: uma, o financiamento barato que era dado à infra-estrutura – plano Marshall, Salt, etc. – e que não existe mais e representava um terço conceitualmente do modelo. O outro problema é o econômico. O Esta-

do tem dificuldade de investir com o outro terço, por isso o FMI insiste muito em viabilizar financiamentos. Isso tem que ser levado em conta.

Com relação ao problema de negociata, creio que usei o termo errado, mas o efeito é o mesmo. A minha preocupação, Deputado Clementino Coelho, é a seguinte: vivemos numa cultura e num processo político em evolução, graças a Deus. Confio muito na evolução. Mas é um problema de fé determinar o tempo em que vamos conseguir essa evolução. Se alguém me garantir que teremos um Governo constantemente sóbrio e sério, que evite determinadas coisas do passado, eu poderia falar: “Não, podemos ter um ideal.”

O SR. CLEMENTINO COELHO – Dr. Peter, a corrupção é passiva e ativa.

O SR. PETER GREINER – Desculpe-me, não me refiro à corrupção explícita. Refiro-me mais aos americanos, que criticam o sistema liberal, mas têm uma cadeira – a Teoria da Ação dos Grupos, criada por Mancur Olson, grande economista que associou a Sociologia à Economia – que mostra exatamente como isso está ultrapassado. Aí há diferenças culturais tremendas. Na Suécia e na Noruega, o sistema, em parte, é estatizado; em grande parte, pertence aos municípios. Na Suécia, o sistema é misto; existe até indústria nuclear privada. Contudo, infelizmente não chegamos ainda à cultura existente lá, em termos de como tratar o mercado.

Na época em que tudo era estatal, nosso regulador não regulava nada, porque pertencia ao mesmo dono das estatais. Não se obedecia a nenhuma lei, o que realmente levou à falência do sistema. E essa falência foi resultado não apenas da manipulação tarifária e do clientelismo; houve também manipulação nas contas externas, quando contratamos os equipamentos de Porto Primavera e de Xingó antes de começar a obra, apenas para fechar o balanço de pagamentos com o Suplaer Credit.

Srs. Parlamentares, pela minha vivência, sinto-me tranquilo. Cada um percebe o **timing**, o tempo do processo para se sair disso. A percepção de V. Ex^a talvez seja um pouco diferente da minha, naturalmente. Na minha percepção, a curto prazo, não conseguiremos. É uma questão que não discutiremos, pois se trata de percepção.

Quanto ao problema de se privatizar e estatizar em outros países, na Califórnia, por exemplo, o sistema é privatizado. Na mudança de modelo havida, ocorreram falhas muito diferentes das nossas, em função das quais houve a crise. Contudo, tal crise não

é de energia, mas de atendimento de pico de demanda – portanto, o problema é mais limitado do que o nosso. E o Governador Gray Davis está sendo objeto de chacota, porque, de certa forma, ele está querendo estatizar as empresas elétricas, o que é inconcebível nos Estados Unidos, em que a maior parte do sistema é privatizado. Aliás, ressalte-se que, naquele País, por questões culturais, o controle é melhor.

Contudo, o modelo mais clássico, o que muito cedo me preocupou, é o da EDF, a empresa de eletricidade da França. No passado, a instabilidade política da França era quase igual à da Itália. É um país latino e eu não entendia como poderia haver uma EDF eficiente. E descobri o motivo da eficiência. Em primeiro lugar, a EDF foi formada num país onde a Administração Pública começou a se formar na época do Ministro Colbert. O próprio Napoleão, num intervalo de guerra, fez uma reforma administrativa do Estado. Criou-se uma filosofia. Existe na França o chamado Le Cadre, constituído de cinco grandes escolas que formam profissionais de proa, que não mudam: privatizando-se ou estatizando-se, eles ficam lá, são sempre os mesmos. Por quê? Porque têm formação para ser administradores do Estado. No ideário geral do partido comunista, foi o Ministro da Indústria quem criou a EDF. E ele fez uma coalização da seguinte forma: “Eu faço uma coisa para proteger estatutariamente os funcionários, e o Le Cadre fica com a administração”.

Ora, é uma situação totalmente peculiar, e havia dois grandes programas que deram certo.

O primeiro programa foi o hidrelétrico, que eles tinham montado em 1938 e iam executar logo depois da guerra. Logo depois, eles abandonaram o próprio programa nuclear e padronizaram. Compraram o Projeto Westinghouse, nuclear, padronizaram e implantaram. Então, eles criaram uma tal massa de oferta que aquilo contentou. Hoje, a EDF se expande internacionalmente, em questão, inclusive, de sobrevivência corporativa.

É uma situação tão peculiar que não prova modelo nenhum. Na verdade, temos grande dificuldade de ver qual é a melhor saída para nós. Somos obrigados a estudar esses modelos e entendê-los. Mas colocando cada um dentro da sua condição.

Por exemplo, tanto nos países nórdicos como na Alemanha, a regulamentação não abrange as indústrias, porque eles têm o conceito de que quem tem de ser protegido pelo regulador do setor de energia elétrica é o baixo consumo, é o residencial. O industrial tem capacidade de se defender. Se ele é maltratado ou tratado de uma forma não isonômica pela conces-

sionária, ele precisa ir ao Cade de lá. São contextos com os quais podemos aprender, mas temos de analisar muito bem o que pode dar certo aqui no Brasil.

Sobre matrizes energéticas o meu entendimento é de que, em termos de médio e longo prazo, hidreletricidade, com toda a complementação possível e imaginável. Gás, para mim, 5 a 10% da matriz. Eu vejo, para o gás, no momento, 10 ou 15 mil megawatts, que servem para suplantir o período de transição. Sempre foi essa a idéia e acho que ela continua, qualquer que seja a transição.

Planejamento: determinístico. Ele é determinístico na transmissão, porque depende de onde estão as usinas. Uma vez que vejo que uma usina está sendo iniciada, tenho de analisar o sistema e de fazer um planejamento impositivo. A linha não pode estar em qualquer lugar, precisa ser feita para dar confiabilidade no sistema.

Aí existe uma grande discussão. Havia a turma do planejamento da Eletrobrás, que sempre queria fazer sozinha. E é um apoio a mais, não é? Eu sempre digo que tem de haver a confrontação com a realidade, porque quem opera sabe os detalhes de certas limitações que na burocracia e no gabinete às vezes não se identificam. Então, o determinístico deve ser uma somatória do planejador de longo prazo com aquele que opera.

O indicativo é o levantamento de oportunidades, um pré-orçamento, para oferecer: “Tem aqui”. Na medida em que há o mercado de investidores, não se pode dizer: “Você vai fazer essa obra e você vai fazer aquela outra”. Indicamos o que pode e há, aí, uma certa escolha. Se o planejamento indicativo for técnica e economicamente bem feito, é lógico que os mais favoráveis vão ser mais disputados, e em primeiro lugar. Quanto mais perfeito, mais determinístico fica. Essa é a diferença, na minha visão.

Então, entra o grande problema estratégico. Eu não tenho resposta. Estudo e estudei muito, preparei-me, mas energia é um tema muito amplo. Eu tenho uma mentalidade estruturante. O País precisa se armar para ter um bom planejamento e, principalmente, tecnologia. As soluções energéticas de longo prazo passam por novas tecnologias tanto na ponta do consumo como na ponta da transmissão como nos vetores intermediários.

Não haverá milagre. Tem gente que fala no hidrogênio e esquece que o hidrogênio ou vem da eletricidade, para poder ser usado, ou vem do carvão, do gás etc.; ele não é um novo energético, é um novo vetor que eventualmente pode dar um rendimento melhor. Então, minha visão é a seguinte, em termos es-

tratégicos: o setor elétrico pode ter competição. Quanto de Estado fica, não vamos aqui chegar à conclusão, não vou discutir. Tenho a minha posição, outros têm outra, tudo normal.

No setor de petróleo, eu sempre disse o seguinte: diferentemente da Argentina, onde a YPF não era nada, era ruim, temos uma Petrobras, que tem seus problemas – tenho críticas grandes à Petrobras –, mas ela é quase uma sétima irmã, só para usar o chavão. Não vou abrir mão de ter uma empresa dessa num mercado onde vou ter peso. Se sou o Uruguai ou o Paraguai, tenho que ficar exposto ao mercado porque sou pequeno, mas o Brasil tem vocação – é a oitava ou a décima economia, não interessa – para mais. Então temos que ter um instrumento de negociação. Se a Petrobras vai ser mantida estatal, tenho que garantir que o comportamento dela dentro do País seja de competição. Por isso, quando falamos na parte de planejamento ou de desenvolvimento tecnológico do Sinpes, da Petrobras, digo que tem que ficar dentro da Petrobras, e o Governo não pode usar, porque, se o Governo usa a Petrobras para definir sua política, ele está marginalizando investidores a uma assimetria dentro do mercado.

Então, como estamos mudando o setor elétrico, quando me refiro ao reequilíbrio do poder, estou dizendo onde Aneel, Ministério e Secretaria de Energia, MAI, ONS e Eletrobrás. A Eletrobrás, na minha maneira de ver, vai ter ou deveria ter, já deveria ter começado, duas funções básicas, porque ela está se esvaindo, porque não se definiu para ela uma função. Ela está querendo agora ser compradora de energia. Não faz sentido. Pode, emergencialmente. Talvez seja agora inevitável, mas não é função. Se o Governo tem que comparecer para viabilizar determinados projetos é função da Petrobras, não é agora entrando na Eletrobrás. A outra parte seria a grande agência de serviço. Não acontece conservação se o Governo não estudar. Não acontece tecnologia, pesquisa, se o Governo não entrar. Não acontece planejamento se não tiver alguém competente. E aqui já não estou falando pelo fato de que, eu de certa forma, veja o Sinpes como uma coisa própria da Petrobras competidora, então temos que transformar essa parte tecnológica da Eletrobrás como o grande instrumento de desenvolvimento de energia do Brasil. É isso que vejo, e aí entra a função do Governo. Tenho falado isso até nos Estados Unidos: “Olha, vocês dos Estados Unidos chegam para mim e falam que governo e mercado resolvem tudo. Não tenho essa percepção. Vocês aqui, nos Estados Unidos, têm o Departamento de Energia, que tem 120 mil empregados”. O Departamento de

Energia dos Estados Unidos tem 120 mil empregados e para sustentar uma política. Que política se sustenta nos Estados Unidos? A principal delas é acesso ao mercado de petróleo. Eles têm não sei quantos porta-aviões, cada um é muito mais do que uma força aérea de qualquer país. E nós no Brasil precisamos nos organizar. Uma parte importante que deve preocupar os legisladores, os formuladores de política é a estruturação do setor para que ele possa responder. Não é um Roberto Araújo, não é um Goldemberg, não é um Pitta que tem as respostas, mas sim um conjunto organizado, que não foi organizado.

Quanto a patrimonialista, já falei do problema, e a minha visão é a da lógica da ação dos grupos.

Quanto ao espaço do BNDES, não faço oposição alguma à participação do BNDES na reforma. Mas isso é necessário num setor com a capacitação do setor elétrico? Lembremo-nos de que, tecnicamente, esse setor não faliu e sempre foi competente. Diferentemente da Argentina, aqui a privatização não acrescenta um megawatt em termos de eficiência, porque as nossas usinas foram bem mantidas, bem operadas. Esse setor tem que fazer sua reforma, inclusive em termos de formação. Foi o que fizemos quando contratamos a Coopers: fizemos com que 200 pessoas trabalhassem por um ano, e essas 200 pessoas tiveram praticamente um mestrado em mercado de energia. Um mestrado custa de US\$40 mil a US\$50 mil, e, assim, o custo para obtermos o relatório da Coopers foi recuperado pelo mestrado de 200 pessoas. Somente não foi dado diploma, mas muita gente aprendeu muito.

A reforma do setor tem que passar pela autorização, pela aquisição e pelo respeito do próprio setor, que, no momento, está totalmente colocado à margem por causa dos problemas que aconteceram.

Há algo importante que eu tenha omitido?

O SR. LUCIANO ZICA – O senhor não respondeu ao que a gente perguntou, que foi o seguinte: por que os Estados Unidos, o Canadá e a Noruega não privatizaram o setor hidroelétrico? Lá esse setor não é privatizado. Lá esse setor é híbrido. Por que a matriz hidroelétrica desses países não é alvo das empresas privadas? Por que lá o Governo não deixa isso acontecer?

O senhor falou da EDF. A estatal brasileira não serve, mas a estrangeira serve para explorar serviço no Brasil. Há uma incoerência nisso.

O SR. PETER GREINER – Desculpe-me, mas há dois aspectos. Em primeiro lugar, quero dizer que estive no Tennessee Valley Authority, no Departamen-

to de Águas da Califórnia, no Bureau for Reclamations, e que lá existe um sistema de regulamentação que funciona, que, efetivamente, tem eficácia, formado culturalmente ao longo do tempo, formado porque eles já regulamentavam o setor em que havia uma predominância privada.

O SR. LUCIANO ZICA – Mas o Governo aqui já regulamentava um setor com predominância privada, porque o setor energético era privado aqui. Esse setor foi estatizado depois que o privado não deu a resposta que a sociedade queria. No Brasil, foi assim que ocorreu. A nossa história é com o privado!

O SR. PETER GREINER – Não, desculpe-me. No Brasil, até 1934, as concessões eram verticalizadas e praticamente municipais.

O SR. LUCIANO ZICA – Não, eu estou falando da situação que vigorava até o Governo de Juscelino.

O SR. PETER GREINER – O que aconteceu? Em 1934, obrigou-se a fazer um contrato de concessão com o Estado, sendo que haveria uma remuneração sem correção monetária do investimento. Ninguém assinou o contrato, e a própria lei dizia que não se podia investir. Aí veio a Guerra. Depois da Guerra, querendo industrializar, houve aquilo. E houve a oferta de investimento. Isso levou a uma estatização gradual no Brasil, com condições peculiares, com aquilo que não está sendo repetido hoje. Hoje, há outra situação.

Bom, o que me perguntaram e não respondi...

O SR. PAULO SOUTO – Quanto aos problemas das hidrelétricas no Canadá, nos Estados Unidos e na Noruega.

O SR. PETER GREINER – Parte das hidrelétricas da Noruega é privada, parte é municipal e parte é da Istad Kraft, que tem 30%. A Veterfaus na Suécia tem, entre nuclear e hidráulico, 49%.

Agora, o que está acontecendo na Europa e nos Estados Unidos, de forma diferente, é uma liberação para introduzir a competição. A privatização está indo de forma diferente de país a país. Entretanto, a abertura de **open access**, a liberação da competição, está tudo como está acontecendo na maior parte do mundo, inclusive nos Estados Unidos.

Agora, embora os Estados Unidos tenham sido o iniciador dessas mudanças, de certa forma, junto com o Chile – o Chile de uma forma diferente –, o que aconteceu lá? Quando veio a crise do petróleo, em 1971, as tarifas estavam indo muito bem, mas havia um programa nuclear caro que ia ser repassado às tarifas, havia o custo adicional do petróleo para ser repassado às tarifas e não havia mais projeto. Havia

também um superinvestimento, e não havia mais a possibilidade de baratear as novas unidades. Quando se chega a unidades de 500, 750 megawatts de unidade, não se consegue mais reduzir o custo. Quer dizer, havia uma pressão muito grande pelo preço e a turma descobriu que existe a turbina a gás e o ciclo combinado, então qualquer um poderia gerar energia. Mas aí foi dito: “Não se pode gerar energia porque existe um monopólio”. Então, foi feita uma legislação obrigando as empresas elétricas a abrirem sua rede – foi elaborado o tal do Purpa (Public Utilities Regulatory Policy Act), que é de 1978 – para aceitar a entrada de energia e, eventualmente, até comprar energia. As tais de **qualified** e **utilities**, que deram um problema depois de custo afundado.

Então, eles começaram a introduzir a competição na margem. E os grandes **apps** do mundo hoje são exatamente os americanos, são os mais ativos.

Um das preocupações agora – vou ao encontro do que o senhor está dizendo – é a seguinte: o problema de estarmos privatizando e vendendo para americanos. Se tivéssemos a possibilidade de introduzir uma reforma previdenciária como a que foi feita no Chile, em que os fundos são liberados para fazer investimentos no setor de energia – que sempre foi a ação da viúva: quando bem regulamentado, o mercado não some –, então se poderia ter garantia do seu benefício futuro, porque energia elétrica é insubstituível. Então, a lógica seria fazer um movimento casado. Se, dentro da nossa política, houvesse a possibilidade dessa lógica, poderíamos criar massa de capital nacional e associá-la com algum grupo – pode até ser estrangeiro, minoritário; ele ficaria como operador, porque o fundo não é operador, com o controle de capital e você diminui a remessa de lucros –, o que daria mais incentivo para a indústria nacional. Tudo isso pode ser estudado.

Há um fato também a que sempre fiz referência e, graças a Deus, nunca me desmentiram. É uma preocupação que sempre manifestei: existem poucos operadores para comprar muita coisa que está sendo privatizada. São poucos os grupos, porque as maiores partes das **utilities** das concessionárias são muito conservadoras, elas não saem do país. Só o **app** é que sai, e o **app** é uma coisa muito artificial, é uma coisa artificial dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Greiner.

Concedo a palavra ao Dr. Roberto para suas respostas e considerações finais.

O SR. ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO –

Não vou responder tudo. Eu gostaria apenas de fazer uma observação que até é algo que esqueci de falar sobre a origem do Ilumina. O Ilumina, na realidade, foi uma idéia do Betinho. Antes de morrer, em função de reuniões que tínhamos de base, ele levantou essa idéia de abrir um instituto para estudar a questão dos serviços públicos, porque a infra-estrutura no Brasil iria encarecer muito. Foi uma idéia visionária, porque o que tenho visto é exatamente isso e inacreditavelmente estive em um encontro na América Latina com técnicos da Argentina, Equador, Bolívia, Colômbia, Peru e a receita valeu para todos os países. Todos os países ou estão com os serviços públicos encarecendo ou perdendo qualidade e uma reflexão foi de que não deveríamos estar surpresos com o racionamento da energia elétrica porque, afinal de contas, já temos racionamento em outras áreas. O que é a situação atual da segurança pública senão um racionamento nessa área? O que é a situação da saúde senão um racionamento? Assim como na educação, racionamento da credibilidade das instituições? Na realidade, está tudo racionado e apenas agora chegou na energia elétrica, que era aquilo que o Estado, com todos os problemas, ainda conseguia fazer razoavelmente bem.

Vejo essas respostas todas sobre dois enfoques: o Brasil, na realidade, não tem problemas energéticos e sim social. Se entendermos que o problema energético é um apêndice desse problema social, teremos respostas para isso; e, se entendermos que existe um problema energético separado do resto, terei outras respostas, quer dizer, aí poderia responder pontualmente a cada uma dessas coisas. Acontece que fico tentado a essa reflexão. Na realidade, por exemplo, quanto à questão do impacto das hidrelétricas, recebi um telefonema do pessoal da Crab com um posicionamento completamente diferente do que eles tinham há 10 anos. Eles não estão tão agressivo quanto eram há 10 anos, porque eles sabem que pior do que ter a sua área alagada, perder sua terra, é ficar sem energia. Eles querem energia.

Estamos traumatizados com a experiência de construção de hidrelétricas no Brasil; elas não precisam ser feitas assim. A coisa que mais me impressionou na vida foi ter ficado uma semana ao redor de Itaparica, e Itaparica é um exemplo de oportunidade perdida, porque o que se poderia ter feito ali, ao invés de encarar ali como uma usina hidrelétrica, mas como um projeto regional de integração da população ao campo, de reforma agrária, de piscicultura, de turismo, uma quantidade de efeitos poderiam ser feitos

em Itaparica, analisando sob outro ponto de vista, é enorme. Portanto, tenho duas respostas. Estrutura de preços? Depende. Se tratarmos todos os projetos hidrelétricos com uma visão de planejamento regional, com diversos benefícios, a estrutura de preço será outra. Quais são os benefícios que se tem ao se assentar uma família no campo com condições para não voltar para as grandes cidades? Qual o custo que estamos tendo com o inchaço das cidades? Tudo isso está ligado à energia.

Então, não consigo responder isso sem pensar nessa questão. Preferiria, para encurtar a minha resposta, ficar nessa consideração global de que energia no Brasil é um fator extremamente importante e lamento profundamente que ele seja hoje um fator de exclusão social. O que tenho conversado com o Idec, as pessoas que ganham dois ou três salários mínimos, que estão sofrendo tremendamente o peso, o orçamento da família está sendo tomado pelos gastos com as coisas mais simples do mundo. Quem ganha com isso? Quero saber qual é o setor brasileiro que ganha na produção em massa de não consumidores. O sujeito gasta metade do salário dele – não estou falando em miseráveis que moram embaixo da ponte, bairros pobres –, paga luz, paga telefone se tiver, paga transporte, paga água, e não sobra nada. Não pode comprar uma camisa, não pode comprar uma panela. Qual é o setor brasileiro que tem interesse em, através da energia, produzir tantos não consumidores? O que vamos fazer com esses não consumidores? É isso que colocamos.

Quer dizer, à luz dessas questões que estão batendo à nossa porta, assim como risco para o qual fomos alertados, estamos com uma taxa de risco enorme da estrutura social brasileira. A situação dos presídios mostra isso, a situação do lixão da Ceasa é uma coisa inacreditável. Não consigo entender como conseguimos tratar essas questões de maneira “departamentalizada” como estamos tentando tratar aqui. Sinceramente, como cidadão, tenho respostas pontuais para tudo isso, mas gostaria que saísse dessa comissão essa questão. Precisamos retomar o estado, o fato de precisarmos do Estado é a nossa pobreza. Não há como. Não há nenhum sistema de mercado que vá resolver esse problema. Não há como transferir renda para um mais pobre com uma concepção de mercado.

Acho que há uma possibilidade em vista, mas, antes de tudo, é preciso organizar o Estado para que tenha credibilidade para agir perante o mercado e perante a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos Srs. Expositores e dos Srs. Parlamentares.

A próxima reunião será no dia 14, e o tema a ser debatido é Fontes Alternativas de Energia.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h25min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2001-CN, COM A FINALIDADE DE “ESTUDAR AS CAUSAS DA CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NO PAÍS, BEM COMO PROPOR ALTERNATIVAS AO SEU EQUACIONAMENTO”.

9ª Reunião realizada em 14-8-2001.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e hum às quinze horas e quarenta seis minutos na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto e Teotônio Vilela e Senhores Deputados Fernando Ferro, Airton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, Clementino, Juquinha, Ney Lopes, José Carlos Aleluia e Sérgio Novaes, membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Registra-se a presença do Deputado Kinkas Mattos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a presente reunião destinava-se a ouvir as exposições dos Doutores Luis Octávio Koblitis – Escola de Engenharia de Pernambuco, Dr. Armando Abreu Diretor da Brasil Energia Solar e Eólica, Drª. Ivonice Campos – Coordenadora Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia e Dr. Jayme Buarque de Holanda – Diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética. Sendo o Tema do Painel Sobre Alternativas de Produção de Energia Elétrica, os expositores foram questionados pelo Relator Senador Paulo Souto e pelos Deputados Fernando Ferro, Fernando Gabeira, Clementino Coelho, Sérgio Novais e Kinkas Mattos. A Presidência comunica que não haverá reunião na próxima quinta-feira em razão das visitas nos dias **15, 16 e 17** do corrente nas Usinas de Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, e para constar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Co-

missão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições do Dr. Luis Octávio Koblitis, da Escola de Engenharia de Pernambuco; do Dr. Armando Abreu, Diretor da Brasil Energias Solar e Eólica; da Drª Ivonice Campos, Coordenadora de Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia, e do Dr. Jayme Buarque de Holanda, Diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética.

Como tema, teremos: “Fontes Alternativas de Produção de Energia Elétrica”.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. Por solicitação do Deputado Airton Dipp, está dispensada a leitura da ata.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Não há expediente a ser lido.

O SR. SÉRGIO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sérgio Novais.

O SR. SÉRGIO NOVAIS – Sr. Presidente, queria somente que V. Exª nos informasse da viagem que ocorrerá a partir de amanhã, sobre como estão os procedimentos e a programação, para que nós nos programemos também.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Por solicitação do Deputado Sérgio Novais, antes de convidarmos os senhores expositores para sentarem à mesa, vamos informar sobre a visita que esta Comissão fará às usinas hidrelétricas do rio São Francisco, que se inicia amanhã, com embarque da comitiva em aeronave da FAB, na Base Aérea de Brasília, com destino a Petrolina, às 17 horas. No mesmo dia, lá, junto ao aeroporto, teremos reunião com os represen-

tantes empresariais daquela área. No dia 16, começa a visita propriamente dita, que se inicia por Sobradinho, na parte da manhã. Na parte da tarde, iremos a Paulo Afonso, onde será feito o pernoite. No dia seguinte, iremos a Xingó e, no mesmo dia também, será feita uma visita a Paulo Afonso. Em resumo, a programação da visita será essa. Há um roteiro de visitas com a secretaria da Comissão, que será distribuído para os Srs. Parlamentares.

Solicito ao secretário da Comissão que faça entrar os senhores expositores para tomarem acento à mesa.

Antes de passar a palavra ao primeiro expositor, vamos estabelecer algumas regras para a nossa audiência. Estão aqui presentes quatro expositores. A cada um será dado um tempo inicial de quinze minutos. Após a exposição dos quatro convidados, será dada a palavra aos Srs. Parlamentares para os seus questionamentos, pelo tempo de três minutos para cada Parlamentar.

Concedo a palavra, de pronto, ao Dr. Luis Octávio Klobitis, da Escola de Engenharia de Pernambuco.

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Sr. Presidente, nestes 15 minutos, vamos tentar resumir o problema, que é muito grande, mas acredito que as soluções que existam, a forma de se fazer isso é relativamente simples, mas o trabalho é árduo.

Eu gostaria, inicialmente, de exibir algumas transparências, apenas para lembrar alguns fatos.

O primeiro deles é com relação à energia elétrica no Brasil. Podemos ver, desde 1980, uma progressão, que é uma progressão bastante severa no que tange ao seu aumento. Podemos observar atualmente que, nesse ponto, a energia industrial vale 43.6% do todo; a energia residencial, 27.1 – cresceu muito no Plano Real; a comercial, 15.5; outros, como serviço público e irrigação, temos 14.2. E aqui os 100%.

O crescimento, nos últimos dez anos, da parte industrial, foi de 27.1%; da parte residencial, 71.4% – já é o início de uma distribuição de renda. Com certeza, não é o que se quer, mas já é o início. Esse outro aqui – 92% do comércio – está muito bem ligado à população. Vejam como cresceu: 92%. E finalmente outros 49%. Tivemos, em 2000, um consumo de 304 mil gigawatts/hora.

O SR. (*aparteante não identificado*) – Esse crescimento foi durante que tempo?

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Dez anos. O crescimento está anotado em baixo: são 10 anos. São dados da Eletrobrás.

Se olharmos a distribuição dessa energia no Brasil, por região, vamos verificar, em termos de consumo, que a Região Norte tem um consumo de 15 mil gigawatts-ano; o Nordeste em 47, muito próximo da Sul, que é 46; temos o Centro-Oeste muito pequeno, do tamanho do Norte; e evidentemente, o Sudeste, grande motor brasileiro, com 167.

Há de se observar que nesta Região está Itaipu-Paraguai, com seus 6.300 e os 39.598 que importamos e pagamos em dólar, dando um total de 349. Com relação à energia realmente distribuída, estamos como campeões mundiais em perda: 16%. São as distâncias, não é? Os condutores perdem calor, então, estamos colocando hidrelétrica em qualquer lugar e, daí, temos que arcar com sério prejuízo de perdas. Somos os campeões mundiais: 16% da nossa energia não chega a lugar nenhum, ou seja, não chega ao medidor das residências.

O SR. (*aparteante não identificado, distante do microfone*) – Mas não (trecho inaudível).

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Não, linhas de transmissão, subestações, a distribuição, tudo isso são perdas. Existem desvios também, mas os desvios são menos de 1% desses 16%. Estamos realmente perdendo entre a geração e o consumo.

O motivo todos conhecem, não é? Há os dois gráficos, fomos depressionando os lagos e, evidentemente, contando com grandes chuvas. São Pedro foi camarada no ano anterior e simplesmente não mandou as chuvas de que se precisava para este ano, e daí veio o racionamento nas duas regiões. Aqui está o das Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, que é muito semelhante. Houve até aqui uma subida muito forte, neste ano de 2000, só que depois não vieram as chuvas. Os meses de novembro e dezembro foram bons, e, nos meses em que mais deveria chover – a safra da água, janeiro e fevereiro –, não choveu. Mas isso pode acontecer; temos que trabalhar com essa hipótese. O sistema hidrelétrico precisa ter um outro tipo de fonte; daí a dobradinha com o sistema térmico ser importante.

A energia no mundo está distribuída da seguinte forma – isso não quer dizer que precisamos copiar, mas cito esses dados como uma informação: 40% é obtida por meio de carvão; 19%, por meio da água – estamos com um pouco mais de 90% –; 17% da energia é nuclear – por mim não progredia mais, nem pelo mundo. Só a França e a Bélgica estão progredindo. Até o Japão, depois daquele vazamento, teve algum problema, e, hoje, o Presidente americano fala de uma retomada. Não acredito nisso. Outros países estão parando.

Quanto ao gás natural, existem países que têm uma quantidade muito grande de energia obtida por meio dessa matéria-prima, como os Estados Unidos e alguns países da Europa, notadamente com o gás da Sibéria e com o gás do norte da África. E há os derivados de petróleo de uma maneira geral, como o óleo combustível e assim por diante.

No Brasil, o quadro é praticamente hidrelétrico – e essa é uma boa forma de energia. Mas chega um momento em que temos que admitir que as melhores já foram feitas, que as mais próximas já foram feitas. E hoje o meio ambiente precisa ser preservado. Passam-se quatro anos com audiência pública e tudo mais para se aprovar. E há um tempo grande, além de haver muito dinheiro e muitos juros, porque nesse tempo esse juros retornam. As hidrelétricas não devem parar, mas com certeza elas não podem manter 100% das nossas necessidades.

Vamos falar de um tema chamado co-geração. No mundo, esse tema está posto da seguinte forma – e esta não é uma coincidência: a Holanda, a Dinamarca, a Finlândia, a Alemanha, esses países nórdicos têm muito dinheiro e estão fazendo a co-geração por causa de um problema ambiental.

A co-geração é algo que resolve, inclusive, problemas ambientais, na medida em que, para a mesma quantidade de energia elétrica gerada, há uma emissão de CO₂ menor. Hoje a Europa, unida, tem um programa – se não me engano até 2010 ou 2012 – de chegar a algo em torno de 20% em co-geração da energia gerada. A geração de energia, como vamos ver, não é uma grande coisa, quando se trata de combustível. O Brasil está ali. O Brasil quase que não tem co-geração – aquele vermelho que está ali basicamente representa as usinas de açúcar que fazem co-geração com o bagaço de cana. A co-geração com o gás natural ainda é muito pequena aqui no Brasil.

O SR. (*aparteante não identificado, distante do microfone*) – A co-geração nesses países que a utilizam com mais intensidade é proveniente de quê?

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Sobretudo do gás natural. Eles fazem atividades industriais, como **green house**, que são as estufas – são países frios –, aquecimento de casa, assim por diante. Utilizam toda a parte térmica da máquina para fazer calor, ou para indústria ou para residências e até mesmo estufas, obtendo alimentos verdes durante a época do inverno. Isso tem progredido bastante nesses países. E é um processo de auto-eficiência, como vamos verificar.

Na verdade, vamos precisar de 46 mil em dez anos. Estou colocando 40 mil como uma plataforma básica, senão, com menos do que isso, a gente quebra. Há 73 mil instalados, e vamos precisar de 40 mil.

É claro que as hidroelétricas vão continuar, talvez até com um pouco mais do que 40%; estou imaginando os 40% das novas necessidades em dez anos.

Na geração com ciclo combinado, estão sendo colocados aí uns oito mil megawatts. Tenho algumas restrições em relação à forma como se está procedendo, e vou tratar disso depois.

A co-geração industrial e comercial – há **shopping centers** e distritos que podem utilizar-se da co-geração – pode ser responsável por mais uns oito mil megawatts.

A geração e a co-geração com biomassa pode ser responsável por mais oito mil megawatts. O potencial vai de 15 a 20 – é bem maior. As PCHs, a energia gerada pelo carvão e a própria energia nuclear – que está aí para sair – podem ser responsáveis por pelo menos quatro mil, com a eólica e tudo mais incluído nisso aí. Esses são os dados que imagino possam acontecer. É um exercício de futurologia, porque todo dia muda. Vamos vendo não novas tecnologias, mas novos critérios políticos sendo adotados.

Na verdade, o que imaginamos é o seguinte: se continuássemos com as hidrelétricas, teríamos que gastar cerca de US\$ 2 mil por quilowatt, sendo que metade desse dinheiro vai para a hidrelétrica e a outra metade para a distribuição, transmissão e instalações gerais, conforme dados do relatório da Eletrobrás – além do tempo que se precisa para fazer isso. Ora, se metade do dinheiro não vai para a geração e sim para a transmissão, distribuição e instalações gerais, por que não se tentar fazer a geração mais próxima possível do consumo, que é o conceito da geração distribuída, procurar gerar perto do consumo?

A geração distribuída pode ter uns 30 tipos diferentes de geração, mas, no nosso entendimento, quatro tipos são bastante importantes porque são substanciais. Vou começar até por um que não é, a energia solar. Evidentemente, ela é muito bem-vinda, mas é cara e não podemos imaginar um grande potencial – aqueles 40.000 megawatts de energia solar –, pelo menos por enquanto. Pode ser usada no aquecimento da água das residências, diminuindo o consumo de energia elétrica.

A primeira fonte e a mais importante que temos hoje de geração distribuída é a biomassa, notadamente o bagaço de cana, o resíduo de madeira e depois a casca de arroz. Estamos até fazendo usinas

com esses três produtos. Hoje temos uma empresa e fazemos exatamente isso. A nossa empresa tem 26 anos e executa esses projetos e alguns são até nossos.

Essa biomassa já existe, não precisa ser criada, mas precisa ser melhor aproveitada. Então, é necessário se fazerem projetos para aumentar a eficiência das fábricas porque existe um potencial entre 15.000 e 20.000 megawatts em biomassa, sobretudo bagaço de cana, resíduo de madeira e casca de arroz. Há outras. Estamos fazendo uma de casca de castanha de caju e outra de óleo de dendê, mas em número menor.

O segundo grande ponto é a co-geração por meio do gás natural – e aí vai uma queixa: o que estamos fazendo é a geração de energia, com grandes térmicas, distribuídas por este Brasil, utilizando um ciclo monumental, chamado de combinado. Na verdade, só não é monumental a sua eficiência. Até então se gerava num ciclo chamado Ranquine – por exemplo, o carvão ou uma nuclear –, onde a eficiência anda por volta de 38% do ciclo. Para se ter uma pressão de 130 quilos não se consegue mais do isso. Então, na hora em que se passa para um ciclo combinado, onde a eficiência chega a 50, é uma grande coisa. Agora, será que isso é uma grande coisa em relação à co-geração? Não é. Quando se tem um combustível e se quer transformá-lo em energia elétrica, somos uma fonte jogando calor por todos os poros. O melhor do mundo só converte 50% a 52%, a metade desse combustível. Para o melhor do mundo, que precisa do gás natural, não daria para passar pelo carvão – aí seria um ciclo de 38 –, ele joga toda essa energia fora.

Se isso é verdade, se uma máquina térmica, ao transformar combustível em energia elétrica, é uma perdedora de calor, por que não se colocar essa máquina térmica onde alguém precisa de calor? Esse é o conceito básico da co-geração. Então, se temos uma indústria que necessita de calor, se colocarmos essa máquina dentro da indústria, ela será maior perdedora do que a grande, mas com uma diferença – por ser menor, ela não vai ter nem 50%; talvez tenha 40% ou 37% de eficiência –, esse calor será canalizado, transformado em água quente ou vapor e servirá para alguma coisa. Então, ao somar essas duas energias obtidas – a elétrica, que queríamos inicialmente gerar, e, por tabela, a térmica –, chegamos à eficiência de 80%, 90% ou 75%, que é muito melhor. E com uma vantagem: essa energia já estará distribuída, porque ela estará dentro da indústria, do **shopping center** e assim por diante. Então, esse seria o segundo grande braço. Onde houver um local onde esse gás natural

possa ser gasto através de co-geração não deve ser gasto com geração.

O terceiro braço é a energia eólica. Existe um verdadeiro preconceito quanto à energia eólica, porque se imagina que esse tipo de energia serve apenas para puxar água em uma casa de praia. E não é bem isso. O Brasil tem um potencial enorme da ordem de 60 mil megawatts, e poderíamos fazer um esforço para, nesses próximos 10 anos, colocar 5 a 10. Estou pensando até em menos, porque ficamos sem acreditar, não na energia eólica, mas, no sistema, por causa do preconceito que existe contra a eólica.

A energia eólica serve, sobretudo ao Brasil, porque ela precisa de um grande sistema e nós brasileiros construímos um grande sistema. Ela pode ser injetada, notadamente, o Nordeste do Brasil e o Sul do Rio Grande do Sul, além de pontos na Bahia, em Minas Gerais e em Serras, tem um enorme potencial que, de certa forma, está sendo distribuída.

O quarto e último braço – sinto que já estou passando do tempo – seria as PCHs, que nada mais são do que geração distribuída. Uma PCH nunca é grande suficiente porque ela é limitada a 30 megawatts hoje e é uma área de lago não superior a 300 hectares, daí o baixo impacto ambiental e a facilidade da aprovação, está geograficamente distribuída. As PCHs já receberam uma série de vantagens, inclusive, estamos até construindo três no momento – 68 mega. Há que entrar até 2003, para que possa ter essa energia livre e comercializar sem pagar a rede básica. Esses são os 4 grandes braços que temos que perseguir, somando, a meu ver, algumas grandes térmicas que precisam, por estarem numa região que não se pode fazer co-geração e, claro, as bem-vindas, sempre bem-vindas hidrelétricas. Mas, observando-se o problema do valor, do tempo. Hoje, para se fazer uma aprovação com relação ao meio ambiente, leva-se 4 anos, mais 8 anos de construção. Isso tudo tem que ser muito bem planejado e deixar um pouco mais para o futuro e deixar isso entre 40 e 50 e realmente trabalharmos na geração distribuída.

Esse é o nosso entendimento e a contribuição que trouxemos ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado ao Dr. Koblitis.

Concedo a palavra ao Dr. Armando Abreu, Diretor da Brasil Energias Solar e Eólica, para a sua exposição, também por um prazo de 15 minutos.

O SR. ARMANDO ABREU – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados e outras pessoas aqui presentes, antes de

mais nada muito obrigado por este convite e por poder tecer algumas considerações a respeito de fontes alternativas de energia.

O meu colega anterior, Dr. Luis Octávio Koblitis, sem termos combinado nada, acabou por fazer uma excelente introdução. A minha área é bastante objetiva, é a área da energia eólica.

Distribuímos alguns resumos da apresentação que farei. Tentarei ser breve e tocar nos pontos que são fundamentais. Quanto a nós, são bem objetivos em relação à energia eólica.

De maneira geral, pode-se dizer que o Brasil é dos países do mundo com o maior potencial de energia eólica. Segundos estudos efetuados por várias instituições, entre elas o Centro Brasileiro de Energia Eólica – que é um centro de referência neste tipo de energia – hoje, esse potencial aponta para 60 mil megawatts. Quando se fala em 60 mil megawatts, fala-se num potencial global, em âmbito nacional.

Hoje, também, por meio de estudos já efetuados, pode-se perfeitamente prever que desses 60 mil megawatts seria possível instalar num prazo de 5, 10 anos, uma capacidade da ordem de 10 mil megawatts, sem provocar grandes perturbações em termos técnicos na rede elétrica e sem grandes impactos relevantes para o setor elétrico. Quando se fala em impactos econômicos, fala-se mais em impacto na tarifa.

A energia eólica, além de ter um impacto socioeconômico e ambiental extremamente positivo, garante uma independência energética nacional, e regional em alguns casos, podendo também provocar um desenvolvimento e o aparecimento do novo setor da economia, nada mais nada menos do que o aparecimento de uma nova indústria, a eólica – mais à frente, vou falar um pouco sobre ela, sobre a respectiva transferência tecnológica e criação de emprego.

Em relação ao impacto econômico, várias vezes tenho ouvido – sou português como já perceberam, não posso nem sequer disfarçar, estou aqui há cinco anos, e, hoje, o Brasil, não digo que seja a minha primeira pátria porque nasci em Portugal, mas pelo menos não quero sair daqui tão cedo – em conferências, em palestras, em encontros, que a energia eólica é cara e que vai causar um impacto muito grande. Só que, até agora, ninguém apresentou números.

Posso lhes dizer que esses números foram estudados, alguém já se debruçou sobre isso. Posso lhes dizer, por exemplo, que há o Proeólica programa emergencial de energia eólica, criado através da Resolução nº 2427, de 5 de julho, que prevê a instalação

de 1.050 megawatts até 2003. Foi difícil essa Resolução sair, várias vozes levantaram-se contra ela, e um dos argumentos foi exatamente o do impacto econômico. Posso lhes informar que podemos provar que o impacto que esses 1.050 megawatts vão ter a nível de tarifa média nacional não chega a 0,25%. Isso em termos de tarifa média. Se extrapolarmos esse valor para os 10000 megawatts, o impacto na tarifa a preço de hoje, reparem, não excederá os 2,5%. Gostaria só de lembrar – penso que alguns dos presentes sabem isso – que Itaipu, devido a várias peculiaridades, tem um impacto, em termos de tarifa média nacional, de 5,2%. Por isso, quando se fala em impacto econômico e impacto de tarifa, penso que temos que nos debruçar sobre esses números e analisar, primeiro objetivamente, o que aquilo significa.

De maneira geral, quando se fala em instalar energia eólica no Brasil, penso que será interessante fazer uma breve resenha sobre o que se passa no mundo. Só para terem uma idéia, até julho de 2001, existiam instalados em todo o mundo cerca de 18.500 megawatts dos quais quase 3.800 estão instalados na Europa, 2.800 nas Américas – e nós, hoje, no Brasil, com uma envergadura de um verdadeiro continente, temos instalados cerca de 20 megawatts. Só no ano 2000, no ano passado, foram instalados cerca de 4.500 megawatts de energia eólica. Neste ano de 2001 estão previstos serem instalados cerca de 6.400. Reparem que esse crescimento nos últimos dois anos, 2000 e 2001, representa um crescimento de cerca de 30% ao ano. E, segundo estudos e previsões efetuadas, tanto comunitárias, no caso de Europa, como diretivas, inclusive nos Estados Unidos e Japão, é previsto até 2004 que a capacidade total instalada seja de 49.800 megawatts, ou seja, quase tanto quanto o Brasil tem hoje. É muito interessante saber que a maior parte dessas previsões vêm de grandes grupos internacionais, que normalmente estão ligados às petrolíferas. Pouca gente sabe que os maiores incentivadores das energias alternativas, nomeadamente, eólica e solar, são, hoje, grandes empresas petrolíferas, porque elas próprias têm consciência, digamos, que o seu produto tem tendência a acabar.

Até 2020, está prevista uma instalação de cerca de 500.000 megawatts no mundo, que corresponderá a um crescimento de cerca de 3% ao ano. Um dos temas fundamentais e um dos pontos principais é a questão do custo dessa energia, nomeadamente o custo comparativo em relação a outras formas de energia. Posso-lhes dizer que nos resumos e nas cópias que foram distribuídas apresentamos alguns custos de geração para várias fontes de energia.

Cada vez mais, nesse caso, a eólica se aproxima de valores competitivos, até porque a tendência natural está ocorrendo em nível mundial, tanto com o aumento de escala como com o avanço tecnológico e uma diminuição de preço.

Só para a indicação de V. Ex^{as}, hoje, o custo total de investimento anda entre os US\$800 e US\$1200 por kilowatt, o que, se V. Ex^{as} repararem, considerando os números que o Luis apresentou aqui, não está longe de outras formas de energia. Penso que é importante analisar que, devido a vários fatores e várias condicionantes que todos conhecemos, o setor elétrico brasileiro sofreu uma evolução muito grande nos últimos anos, e hoje, devido à crise energética que estamos vivendo, fala-se muito em novas alternativas, novas políticas energéticas.

Penso que será importante fazermos uma análise de onde essas políticas energéticas, notadamente em relação à eólica, tiveram sucesso e onde não tiveram sucesso e por quê?

Todo esse sucesso da energia eólica no mundo baseou-se, essencialmente, no fundo, na política energética adotada.

Posso lhes falar de dois casos, por exemplo, de insucesso total, que foi a Inglaterra e a França, por quê? Porque tanto em um caso como em outro entraram numa política energética em relação às renováveis, baseada em licitações.

Essas licitações, normalmente, não levam a nada. Posso lhes dizer que, no caso francês, ao fim de quatro, cinco anos, conseguiram se instalar não mais de 80 megawatts, a ponto de a França hoje tentar seguir, se inspirar nas legislações dos países onde a energia eólica teve sucesso.

Quais foram esses países? Esses países foram essencialmente a Dinamarca, a Alemanha e a Espanha. Por quê? Porque toda a política energética neles se baseou, primeiro, numa garantia de compra – isso é fundamental – e numa garantia de preço.

Se V. Ex^{as} analisarem, qualquer que seja o mercado – e penso que isso são condições básicas –, garantia de venda do produto, neste caso, compra de energia e do preço são fundamentais.

Em relação ao Brasil, é uma política que está em desenvolvimento, e penso que é uma das razões por que estamos todos aqui, exatamente para tentar definir qual a política e quais as normas, quais os objetivos que vamos seguir.

É importante, se analisarmos a tendência dessa política energética, a tendência de liberalização do mercado é normal, que garanta o abastecimento –

isso é fundamental –, com a preservação do ambiente e no meio disso tudo, respeitando o princípio da isonomia em relação a todas as outras formas de energia.

É muito importante que quando se compara se compare coisas iguais, em condições iguais.

Falei aqui, por exemplo, que a Espanha é um exemplo de sucesso em termos de política energética eólica, porque, como disse a V. Ex^{as}, toda a política espanhola, dinamarquesa e alemã se baseou na garantia de compra, na garantia de preço e isso levou a que, por exemplo, em 1996, a Espanha tivesse 77 megawatts de energia eólica instalada. Isto foi antes do Programa Eólico.

Em 1999, depois do Programa Eólico, atingia-se os 1.500 megawatts. E hoje, em 2001, a Espanha tem 4.330 megawatts de energia eólica instalada. Reparem, e não é só energia eólica instalada. A Espanha tem toda uma nova indústria, tem toda uma nova criação de emprego, toda uma nova área tecnológica. Isso é muito importante.

Uma coisa importante aqui é em termos de tarifa. Fala-se em termos, no fundo, do valor de compra.

Tomei junto uma tabela comparativa dos diversos valores dessa tarifa eólica em diversos países e pode-se ver que, realmente, independentemente do valor da tarifa de outras condições, posso lhes dar um exemplo, por exemplo, respeitando Portugal, que está hoje com uma tarifa de US\$58 por megawatt/hora, mas, além disso, tem um programa que o Governo português institucionalizou que permite 45% do financiamento a taxa zero, por exemplo, com três anos de carência e nove anos de plano de amortização, o que corresponde, na realidade, segundo as taxas de juros europeias, praticamente a 20% do fundo perdido.

Posso lhes dar outro caso, o da Alemanha, em que o preço é de US\$81 por megawatt/hora. E o caso da França, que....

O SR. (aparteante não identificado, fala distante do microfone) – A energia eólica?

O SR. ARMANDO ABREU – A energia eólica, exato! E se compararmos hoje as tarifas médias de energia, por exemplo, a residencial, não é tão diferente. Mais ainda, a tarifa residencial no Brasil é mais cara do que a maioria das tarifas nos países da Comunidade Européia. Isso posso lhes dizer com conhecimento de causa, basta comparar.

Bem, em relação à política energética brasileira, um dos passos fundamentais foi sem dúvida as Resoluções n^{os} 24 e 27, de 5 de julho, o Programa Emergencial de Energia Eólica. Esse programa prevê uma

capacidade, até 2003, de 1.050 megawatts. Posso dizer-lhes que foi arrancado a ferro, desculpem-me o termo. Conseguir aprovar essa resolução foi difícil, porque houve muitas vozes contra. Algumas pessoas pensavam que os 1.050 megawatts eram um exagero, diziam que não havia nem vontade de investir, nem potencial, nem capacidade de resposta.

Só a título de informação, hoje na Aneel, em termos só de solicitações de autorização, existem mais de 1.055 megawatts. O valor das intenções de investidores, intenções firmes já manifestadas ao Governo Federal, ao Ministério de Minas e Energia e a alguns governos estaduais, atinge cerca de 4.500 megawatts. Não estou a falar de futurologia, não estou a falar de sonhos. Estou a falar de valores reais, de investidores firmes, que já assinaram a intenção e estão a desenvolver todo tipo de trabalho para concretizar esses projetos. Por isso os 1.050 megawatts do Proeólica são um passo importantíssimo e se antes pareciam excessivos, hoje representam pouco para a vontade que há de investir e para a necessidade que o Brasil tem.

Outra coisa importante é que só o Proeólica, a preços de investimentos, representa algo como R\$2,6 bilhões a curto prazo. Se nós extrapolarmos isso para os 4.500 megawatts e aplicarmos a capacidade, digamos o custo de investimento, podemos falar hoje de qualquer coisa como um investimento de R\$9 ou R\$10 bilhões. Há investidores privados dispostos a investir, dispostos a concretizar esses projetos. Para isso, o Executivo e o Legislativo têm que condições.

Eu falei aqui na criação e no aparecimento de uma nova indústria. Convém ter dados concretos sobre isso. Para se ter uma idéia, uma capacidade instalada de 1.000 megawatts corresponde, em termos médios, à criação, em termos de empregos diretos e indiretos, de dez mil empregos. Não estou a falar de futurologia. Estou a falar de dados reais baseados em dados oficiais de países onde isso aconteceu. Se extrapolarmos isso para os 4.500 megawatts ou para os 10 mil megawatts que hoje se pode instalar no Brasil, estaremos falando, se fizermos uma relação linear, de cerca de cem mil empregos. Penso que esse é um setor importante demais para ser desprezado e não ser levado em conta.

É importante dizer que, mesmo com as atuais condições da indústria nacional; que não está devidamente aparelhada e voltada para a indústria eólica, já é possível, num investimento eólico, num projeto eólico, ter uma incorporação de 50% a nível nacional, o que é muito importante. Com pouco esforço, porque toda essa tecnologia está disponível no Brasil, é pos-

sível, a curto e médio prazo, atingir os 100% de integração nacional. Penso que esse é o objetivo de todos nós.

Outro ponto importante em termos de energia eólica, um ponto que está na moda, é que fala-se muito em mudança climática, em certificados, no impacto que isso tem. Eu disse que os 1.050 megawatts representam pouco e correspondem a cerca de 3 milhões de toneladas de dióxido de carbono, que serão evitadas em termos de poluição.

Outra coisa importante é o mercado ligado às mudanças climáticas, o mercado dos certificados. Essa é uma coisa de que todos falam. Hoje está em formulação a maneira como aplicar esses certificados e tirar partido deles. Hoje, tanto os certificados de carbono como os de energia verde são praticados na Europa, nos Estados Unidos e no Japão e, a médio prazo, devido a estudos efetuados, os certificados de energia verde poderão ter uma valorização muito maior do que os próprios certificados de carbono. Penso que esse é um mercado de futuro, nitidamente, e o Brasil não pode desprezá-lo; ele deve ser gerido pelo Governo brasileiro, juntamente com os investidores.

Para finalizar e para não lhes roubar mais tempo, vejamos essa figura, que é relativamente simples, é um gráfico feito com base na comunidade europeia, com dados reais em termos de poluição ambiente das diversas fontes de energia. A unidade expressa no gráfico é um pouco esquisita, chama-se ecopoints, que é uma mistura de indicadores utilizados para definir unidade de poluição. Podem comparar, podem inclusive tentar comprovar, que a energia eólica, com uma diferença muito grande em relação a todas as outras, é nitidamente a que menos polui hoje. Quero dizer-lhes que, embora seja um homem de energia eólica e trabalhe em energia eólica há mais de dez anos, não sou um fanático. Acho que a energia eólica deve ser analisada como todas as formas de energia, deve ser analisada caso a caso, deve-se ter em conta as regionalizações, embora ela esteja disponível em âmbito nacional; e o fator de independência nacional e regional em termos energéticos, ligado à geração distribuída, como o Luiz falou aqui, é muito importante. Repito, o pré-eólico no Brasil foi o primeiro passo, mas é muito importante darmos outros passos mais importantes do que esse para viabilizar a energia eólica no Brasil. Muito obrigado pela paciência de me ouvirem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Armando. Concedo a palavra à Dr^a Ivonice Campos, que é a coordenadora das ações de desenvolvimento energético do Ministério da Ciência

e Tecnologia, para sua explanação também por um tempo de 15 minutos.

A DRA. IVONICE CAMPOS – Muito obrigada, Sr. Presidente. Em meu nome e em nome do Ministério da Ciência e Tecnologia, gostaria de agradecer o convite que nos foi dirigido para estarmos aqui nesta reunião da Comissão Especial Mista. Por seu intermédio também gostaria de cumprimentar todos os Deputados e Senadores presentes e a todos os presentes desejar uma boa tarde.

No meu trabalho no Ministério da Ciência e Tecnologia, tenho por responsabilidade cuidar das alternativas energéticas e as opções tecnológicas competitivas. Por essa razão, sempre que somos chamados a dar assistência técnica aos Estados e Municípios, temos levado todas as perspectivas de aproveitamento energético para aquela área referida. Dessa forma, desde 1994, com a coordenação do fórum permanente de energias renováveis, o Ministério da Ciência e Tecnologia já implantou nove centros nacionais de referência, como, por exemplo, já mencionado, o Centro Brasileiro de Energia Eólica, o Centro de Biomassa, de PCHs, de Aquecimento Solar, de Energia Rural, de Sistemas Híbridos, de Energia do Hidrogênio e de Energia Solar Eólica, alguns trabalham com as duas opções. Hoje podemos dizer que em todos os Estados do País temos núcleos vinculados a esses centros nacionais de referência onde, em nível de doutorado, é possível oferecer à sociedade brasileira assistência técnica a estudos, projetos e implantação de centrais nessas alternativas energéticas. Dando prosseguimento à apresentação do Dr. Armando, no que tange à questão da energia eólica, gostaria de apresentar algumas recomendações que julgamos muito oportunas. Elas foram elaboradas no âmbito do Fórum Permanente de Energias Renováveis, com o Dr. Armando, com o Centro Brasileiro de Energia Eólica. Isso porque julgamos que, a partir de todas as vantagens competitivas aqui apresentadas e muito oportunas para esse nosso momento de crise energética, uma central eólica, além de ser competitiva do ponto de vista econômico, no Brasil ela tem um custo de geração variando de US\$50 a US\$70 por megawatt/hora, enquanto nos países do Hemisfério Norte, onde a indústria eólica já está perfeitamente consolidada, o custo de geração se dá a partir de US\$30 por megawatt/hora.

Outra grande vantagem competitiva da energia eólica – e por isso construímos juntos o programa Proeólica – é que em cerca de 15 a 18 meses é possível empreender centrais eólicas no País, nas condições nacionais.

De outro lado, ao atrairmos todos esses detentores de energia e os empreendedores interessados, estamos atraindo também os investidores interessados na indústria eólica. Por essa razão e nos entendimentos já havidos várias iniciativas estão acontecendo, principalmente na instalação da indústria eólica na Região Nordeste e na Região Sul, uma vez que na Região Sudeste já existem as primeiras duas indústrias, no caso a Wober Enercon, em Sorocaba, e a Tecs que exporta as pás.

Hoje, as centrais eólicas no Brasil podem ser fabricadas em grande parte aqui. Cerca de 50% do investimento já pode ser fornecido a partir da indústria nacional. As outras alternativas, por exemplo, a geração de energia a partir da biomassa, 100% dos fornecimentos podem ser nacionais. Estamos trabalhando muito de forma intensiva para viabilizar também a indústria eólica no País e ampliar essa questão da geração de empregos.

De outro lado, ressalto que temos competência nacional nessas áreas. Hoje, em nossos programas de doutorado estamos recebendo europeus para fazerem doutorado em Recife, junto ao Centro Brasileiro de Energia Eólica. Nossos especialistas participam e coordenam a Rede Ibero-Americana de Energia Eólica e estão desenvolvendo com o Banco Mundial um projeto, que está fazendo todo o levantamento solar e eólico dos países do Caribe e América Latina.

Quanto às recomendações eólicas para esse momento de crise de energia, considerando todos os aspectos que temos a enfrentar para viabilizar uma tecnologia nova, num ambiente refratário ainda, até por falta de informações, acreditamos que se tivéssemos uma organização do tipo de uma agência nacional de energias renováveis e eficiência energética, com o objetivo de organizar, sistematizar, fiscalizar e viabilizar todas as iniciativas no setor de energia renováveis e eficiência energética, por certo teríamos muito mais sucesso e atrairíamos, de forma muito mais competitiva, os investimentos para o nosso País.

Só para termos um exemplo, a questão do álcool, que também é um biocombustível, inserindo-se no contexto dessa organização – e semana que vem estará viajando uma comitiva brasileira ao Japão para tratar da questão da exportação do álcool –, está sendo possível implementá-lo porque estamos exportando não só a alternativa energética álcool, mas também estamos exportando a questão das tecnologias nacionais acerca do uso do álcool.

Dentre elas, eu gostaria de destacar – e os senhores muito bem conhecem – a utilização do álcool em mistura com a gasolina, a mistura do álcool anidro

ao diesel e, mais recentemente, iniciamos os testes das misturas álcool/água/diesel para aplicações de geradores estacionários de energia e também para aplicações automotivas.

Para que os senhores possam ter uma idéia, a tecnologia de emulsão de água/álcool/diesel mostra-nos uma perspectiva de redução de mais de 60% num material particulado emitido a partir da geração tão crítica, nesse momento, por termos geradores aplicados também em eletricidade.

No que tange ao Proeólico emergencial, esse programa de 1.050 mw, gostaria de recomendar que fosse privilegiada, com prioridade máxima, a interligação das centrais geradoras eólicas ao sistema de transmissão nacional, para que não percamos tempo na implantação dessas centrais.

Senhores, estou-me referindo ao Proeólico emergencial. No médio e no longo prazo, teremos tempo e oportunidade de melhorar inclusive o sistema de transmissão e de distribuição, porque, na medida em que instalarmos de forma distribuída, estaremos minimizando inclusive as perdas na rede e qualificando a energia elétrica distribuída. Do ponto vista ainda do programa emergencial, recomendamos que o atestado de viabilidade ambiental dos projetos de centrais de geração eólica possam se dar através de estudo e de viabilidade ambiental e autorização.

O proeólico emergencial também seria facilitado se as concessionárias que viabilizem a implementação de centrais geradoras de energia eólica, diretamente com investidores, ficassem desobrigadas do rateio e do repasse do proeólica na proporção direta da energia contratada diretamente com os investidores. Isso significa que existem concessionárias de energia que têm parceria com empreendedores e elas mesmas estão participando dessas novas centrais eólicas. Isso significa dizer que naquela proporção de rateio que está previsto na Resolução 24 em que a Eletrobrás faria a divisão da proeólica com as suas concessionárias, essa concessionária que já investiu em parte ou em toda essa fração de energia ficasse desobrigada de ter mais esse adicional do proeólica.

Do ponto de vista do proeólico emergencial, nos termos da Resolução 24, gostaríamos de deixar muito mais claro ainda que o conceito de central geradora eólica, que poderia ser considerada como implantada no momento em que assinar o contrato de venda de energia com a Eletrobrás e apresentar a comprovação de aplicação de pelo menos 20% do valor global do investimento. Essa recomendação que colocamos aqui é para que agilizemos ainda mais a questão da

implantação e a liberação de recursos e financiamentos.

Gostaríamos de destacar, a exemplo da apresentação do Dr. Armando, que o proeólica é emergencial até 1.050 megawatts. No documento que entreguei, Senador Paulo Souto, desse Programa Nacional de Energia Eólica, prevemos cerca de mais 3.750 megawatts até 2004. Por isso recomendaríamos que o proeólica de médio e longo prazos ampliasse a capacidade instalada para, no mínimo, 3 mil megawatts para o país. Outra recomendação que julgamos oportuna é que os governos estaduais, para os Estados que os senhores representam, precisam ajudar, incentivar a implementar centrais de geração distribuída nos seus Estados e regiões. Isto por que, como disse Cacá Diegues, "o Brasil não pode ser retratado como uma única realidade brasileira." Na verdade, temos um misto de alternativas e opções. Para se ter uma idéia, conseguimos aprovar ainda este ano, recentemente, o programa de bioenergia do Amazonas, que compreende 500 mil toneladas/ano de produção de dendê e que vai servir não só para as diferentes indústrias que consomem dendê, mas também para geração de energia elétrica na Amazônia, a partir da produção de dendê em assentamentos do Incra. Hoje, por exemplo, estamos tendo uma reunião no Alto Solimões, em Tabatinga, onde estamos lançando mais um projeto do Programa Bioenergia para aquela área isolada. Do ponto de vista de biomassa, só para sinalizar, estamos junto com o Ministério das Minas e Energia, o Centro Nacional de Referência Biomassa sem Bio estamos executando os levantamentos e concluindo a consolidação dos dados de um atlas de biomassa energética que ficará pronta num prazo máximo de dois meses. Do ponto de vista de tecnologia competitiva para biomassa, posso informar aos senhores que a tecnologia de gaseificação de biomassa que desenvolvemos em parceria com a Suécia para bagaço de cana e folha já está pronta e, nesta sexta-feira, estaremos realizando o primeiro projeto de planta de demonstração junto ao setor sucroalcooleiro em São Paulo, começou na área da Coperçúcar, mas está disponível para as demais regiões do país, a tecnologia já está pronta.

Do ponto de vista dos biocombustíveis, hoje temos que tratar da questão dos combustíveis para aplicação estacionária automotiva. Na verdade, o que temos visto na legislação internacional é uma evolução direta na direção dos biocombustíveis. No hemisfério norte, hoje, já estão sendo exigidos da ordem de 30 ppm de enxofre. O Brasil se dispõe a ter o óleo diesel com 500 ppm de enxofre só ao nível do ano 2005/06,

e todos sabemos que, em função da qualidade dos combustíveis que nos são ofertados, somente com misturas de combustíveis e biocombustíveis poderemos melhorar a qualidade dos combustíveis nas nossas cidades. Para complementar essa iniciativa, o Ministério da Ciência e Tecnologia há quatro anos vem conduzindo o desenvolvimento da tecnologia de sistemas de célula combustível, onde foi priorizado para o Brasil o reformador para produção de hidrogênio a partir do etanol que alimenta as células de combustível. Então, é um combustível renovável que vai poder auxiliar tanto a geração de eletricidade para a célula combustível estacionária, como também para aplicações automotivas.

Como os meus colegas estão falando de co-geração, biomassa e gás, estão falando de óleo e vão falar de biomassa a seguir, gostaria de enfatizar a questão do aquecimento solar, a questão da energia solar térmica para o Brasil.

O Brasil dispõe de excelente qualidade de recurso solar em todas as suas Regiões e ainda detém o domínio da tecnologia solar térmica de aquecimento d'água. Essa tecnologia passou a ser desenvolvida no País a partir da década de 60 e a primeira instalação empresarial aconteceu em torno do ano de 1973.

Hoje, somos exportadores de equipamentos e sistemas de aquecimento solar e também da tecnologia de aquecimento solar. Nossos equipamentos são produzidos por meio da Associação Brasileira de Refrigeração, Ventilação, Ar Condicionado e Aquecimento (Abrava), e são certificados pelo Inmetro e pelo Centro de Referência de Aquecimento Solar, o Green Solar. Isso significa dizer que os brasileiros dispõem de uma tecnologia com certificação em padrão internacional, e bastante competitivo. Atualmente, temos instalados cerca de 1,3 milhões de metros quadrados de coletores solar para aquecimento da água, atendendo a 260 mil residências ou famílias, aquecendo, diariamente, 130 milhões de litros de água para banho.

Estima-se que mais de 1 milhão de pessoas já se beneficiem com a tecnologia do aquecimento solar. Como vocês sabem, o setor residencial é responsável por 24% do consumo total de energia elétrica do País, sendo que cerca de 6% são devidos ao aquecimento da água para banho em residência. Essa demanda decorre da utilização de chuveiros elétricos, principalmente no horário entre 17 e 21 horas, denominado horário de ponta, chegando a atingir, em muitos casos, aqui em Brasília, a cinco vezes o valor da demanda média diária.

A gestão do chuveiro elétrico é inviável para as concessionárias no contexto atual. Somos, talvez, um dos últimos países do mundo que ainda usa o chuveiro elétrico.

Para exemplificar a gravidade do problema, e se considerarmos, ainda, a questão do déficit habitacional brasileiro como sendo da ordem de 5,5 milhões de habitações, cada uma com pelo menos um chuveiro elétrico de baixa potência e um fator de coincidência de 25%, teríamos um aumento da demanda nominal na geração de energia elétrica em torno de 6 mil megawatts, que correspondem a 48% da potência gerada por Itaipu.

Hoje, temos instalados, no Brasil, mais de 25 milhões de chuveiros elétricos, o que representa em torno de 110 mil megawatts, só para se ter uma idéia da inviabilidade da gestão desse negócio diante da crise de energia.

Para todos os efeitos, temos batalhado muito na questão do desenvolvimento tecnológico e industrial do aquecimento solar, numa parceria com a Caixa Econômica, a partir da capacitação dos seus engenheiros.

Na gestão de projetos de aquecimento solar, conseguimos viabilizar um investimento da Caixa da ordem de R\$100 milhões para residências de baixa renda, de interesse social, numa negociação inteligente com a Abrava, que conseguiu reduzir os custos para sistemas de aquecimento solar da água por unidade de 200 litros por dia de água quente para cerca de R\$550 apenas.

Isso significa que, quando tudo isso estiver implantado, teremos mais um milhão de brasileiros com sistemas de aquecimento solar já implantados em suas residências.

A indústria nacional de aquecimento solar de água tem uma produção atual de cerca 260 mil m²/ano, e tem uma capacidade instalada de 900 mil m²/ano. Hoje, eles estão trabalhando em regime de três turnos.

Esse advento não só da crise de energia, mas também essa facilidade de financiamento a partir da Caixa Econômica, tem feito com que essas indústrias estejam operando em três turnos. Inclusive se pede, numa recomendação especial, que essa indústria seja liberada da questão de racionamento de energia. Seria uma recomendação muito importante, porque eles estão sofrendo, inclusive com a redução do consumo de energia neste momento e trabalhando para contribuir com aumento da oferta.

Uma das questões que eu gostaria de é que no mercado internacional nós ainda somos muito pequenos. Para que os senhores tenham uma idéia, em termos de m² de coletores por mil habitantes, Israel tem cerca de 67, a Áustria tem 17,5 e nós temos apenas 1,15 m² por mil habitantes.

Os benefícios da energia solar como solução energética no Brasil é que o Sol é uma fonte inesgotável de energia, limpa e renovável, uma energia gratuita, de prospeção e captação simples, definitiva, imune as crises energéticas e o Brasil tem altos níveis de insolação, além da competência e competitividade dessa tecnologia.

É um atenuante no horário de ponta e diminui o custo de vida da família na medida em que reduz a conta de energia, ampliando inclusive no que tange as questões das famílias de baixa renda aumentando a liquidez, inclusive para pagamento da prestação da casa própria.

Cada metro quadrado de coletor solar instalado permite evitar a inundação de cerca 56 m² para geração elétrica, economizar 66 litros de diesel por ano, economizar 55 quilos de GLP por ano, economizar 73 litros de gasolina por ano e eliminar anualmente o consumo de 215 quilos de lenha.

O custo por quilowatt instalado de um aquecedor solar é da ordem de US\$255, quando nós podemos ver que as outras alternativas mais competitivas são da ordem de US\$1.000 por quilowatts instalado.

A utilização do aquecimento solar com tecnologia 100% nacional, ela contribui inclusive para a melhoria do balanço de pagamentos, por evitar a importação de eletricidade, de gás natural ou até mesmo petróleo.

As recomendações que nós faríamos acerca do aquecimento solar é que nós precisamos, sim, de uma legislação competente a exemplo do projeto de lei que já está tramitando no Congresso Nacional e que, felizmente, fomos chamados também a contribuir. Na verdade, a indústria nacional é de médio e pequeno porte. Ela precisa de incentivos para continuar crescendo. Ela precisa de recursos de toda ordem, até para apoiar com capital de giro neste momento para dar respostas seguras para questão do aumento da oferta.

E eu gostaria de agradecer a oportunidade que nos foi dada e dizer, Sr. Presidente, que nós estamos sempre à ordens no Ministérios da Ciência e Tecnologia, podendo contar com todos centros nacionais de referência para contribuir a qualquer tempo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr^a Ivonice Campos.

Concedo a palavra ao Dr. Jayme Buarque de Holanda, Diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética, para fazer a sua exposição, também por um tempo de 15 minutos.

O SR. JAYME BUARQUE DE HOLANDA – Boa tarde! Representando aqui o Instituto Nacional de Eficiência Energética, cujo objetivo está mais ou menos no próprio nome. Nosso trabalho tem batido no ponto que já foi exposto aqui pelas pessoas que me antecederam. Basicamente nós temos procurado a eficiência energética, que, no caso, tem a ver com, basicamente, a geração a partir da cana e a co-geração.

Para dar um toque um pouco mais dramático em alguns pontos que já foram colocados, achei que valeria a pena fazer essa transparência que eu improvisei.

(Pausa.)

Basicamente, isso é a estatística brasileira, o chamado balanço energético nacional. E o que diz esse balanço? Diz que a safra de cana-de-açúcar em 1999, no campo, tinha o chamado 32 milhões de toneladas equivalentes em petróleo, porque esse balanço traduz todas as energias brasileiras em uma única base: as toneladas equivalentes em petróleo.

Em relação a esses 32 milhões de toneladas, em primeiro lugar, é importante situá-los, em termos relativos, com relação à produção de petróleo no Brasil, que, no ano de 1999, foi da ordem de 55 milhões de toneladas. Estamos falando, portanto, que no campo brasileiro, nas safras de cana-de-açúcar, já temos mais da metade de produção de petróleo brasileiro. O que acontece, então, é que em um primeiro momento existe a colheita. E na tecnologia da colheita, temos a queima das pontas de palha, quando mais ou menos oito milhões de toneladas em barris de petróleo vão embora. Como esse é um fator ambientalmente complicado, o assunto já vem sendo discutido há muito tempo, já existindo, inclusive, legislação prevendo, a longo prazo, a colheita mecânica desse material. Portanto, uma parte importante – talvez 1/4 da energia – é queimada nos campos.

Esses 24 milhões de toneladas de energia que sobram, é importante salientar, estão sob três formas: no caldo que mais tarde irá virar o álcool; o álcool combustível, por sua vez, está no bagaço ou nessas pontas e palhas. Enfim, quando essa energia chega na usina corresponde a cerca de 24 milhões de toneladas equivalentes em petróleo. Esses 24 milhões de toneladas equivalentes em petróleo vão, basicamen-

te, transformar-se em sete milhões de toneladas equivalentes em petróleo, que é o álcool usado nos automóveis ou misturado na gasolina. Ou seja, um diretamente, na forma hidratada, ou outro na forma anidra, que é misturado à gasolina.

Um ponto que é importante ser salientado é que, nesse processo industrial, o bagaço é usado de uma forma profundamente ineficiente, e isso tem uma razão histórica. Quando o Proálcool foi feito, o Brasil também dispunha de um grande programa de hidrelétricas. Quando se montou o Proálcool, houve um enfoque apenas na questão de substituir a gasolina. Se o Brasil tivesse prestado um pouco mais de atenção nessa vocação da cana, teríamos, hoje, uma situação muito melhor. As hidrelétricas não precisariam ter um investimento tão grande, pois poderiam ser um pouco menores, já que, na Região Sudeste, a disponibilidade de energia se dá, exatamente, no momento em que a hidrologia está baixa. Ou seja, há um casamento perfeito. E estudos mostram que teria sido possível o Brasil ter investido menos, possuindo hidrelétricas mais baratas, e não estar enfrentando o problema que temos hoje, já que a tecnologia para queimar bem consiste em usar grandes pressões, altas pressões, o que já era dominado há 20 anos e, evidentemente, mais ainda nos dias de hoje.

Esse é um dos itens que tem preocupado o instituto. Não podemos correr atrás do problema que, hoje, é a eletricidade. Mas a eletricidade é uma forma de energia. Ou seja, sempre temos que olhar essa coisa de um modo um pouco mais holístico. Então, essa é uma das indecências do balanço energético brasileiro, pois quando utilizamos mal quase a metade do petróleo brasileiro estamos jogando fora essa energia.

Sobre como isso pode ser desenvolvido, vamos conversar um pouco mais adiante.

Com relação ao gás natural, isso envolve uma questão um pouco diferente. O gás natural é um combustível que já existia no Brasil, mas, agora, está se desenvolvendo sobretudo a partir da chegada do gás de Campos. Trata-se de um combustível muito nobre e está sendo visto hoje com duas finalidades: tanto gerar energia elétrica na chamada geração central, que é isso tudo que estamos vendo cada dia quando se fala das mais de quarenta usinas, basicamente são grandes centrais geradoras de energia que, como o Sr. Koblitis estava lembrando, o máximo que se pode aspirar e tirar desse gás natural é cerca de 50% da energia que originariamente havia no gás. Os outros 50% vão simplesmente aquecer o meio ambiente, barriga de passarinho e não vai qualquer utilidade

social. Depois essa energia vai andar pelos sistemas e vão se perder, digamos, 16%, embora este número percentual apontado pelo Sr. Koblitis possa abaixar para 10% ou 12%, mas, de qualquer forma, é uma energia que se perde.

Qual seria a alternativa? É que o gás vá até próximo às indústrias, hospitais, **shopping centers** e produza a energia elétrica naquele local, já que ali existe uma utilização para aquele calor que, na central é jogado fora, enquanto junto a um hotel tem utilidade, pois vai rodar lavanderia, vai fazer funcionar a cozinha, enfim, vai fabricar um calor que de outra forma aquele estabelecimento teria que comprar o gás ou qualquer um outro combustível para produzir o necessário. Basicamente é essa a grande vantagem em matéria de eficiência.

E aí viria a pergunta óbvia: se essas alternativas todas são tão boas, por que não aconteceram? Sobre a cana, não vou me estender porque entendo que o assunto é bastante conhecido. Entendo que sobre a história da cana temos que meditar muito, porque no momento que atingimos um ciclo em que o preço do álcool na bomba está custando 50% mais barato do que o da gasolina – e esse é o ideal, digamos, o nirvana de todos os países do mundo, já que estão preocupados com a questão do gás carbônico –, o Brasil está às vésperas de fechar o Programa do Álcool.

Existem de 3,5 milhões a 4 milhões de automóveis movidos a álcool que ainda restam, mas estão antigos e morrendo. Então, provavelmente vai chegar o momento em que o Proálcool simplesmente vai acabar. Portanto, falar mal porque o Presidente Bush falou mal é algo que um brasileiro não pode fazer, porque aqui, no Brasil, estamos tomando todas as providências para fazer algo muito mais que decente do ponto de vista da emissão de CO², exatamente no momento em que o álcool já é competitivo. E já o é com a imperfeição de a usina ter sido praticamente interdita de produzir energia elétrica e vender ao sistema, porque o racional do setor elétrico é que o quilowatt/hora só poderia estar vindo da energia hidráulica.

Para terminar, com relação à co-geração do futuro, nós, do Ine, estamos profundamente preocupados, pois, se é verdade que saiu a Portaria nº 24, salvo engano, que trata da eólica, nesse mesmo dia saiu a Portaria nº 23, no texto da qual, no buraco do queijo, quando vamos ler, vemos que há praticamente uma sentença de morte à co-geração, omitindo-a e impossibilitando que ela tenha acesso ao gás natural na prática. O que na prática está fazendo é destinar todo o gás natural para a geração central. Ou seja, esta-

mos indecentemente, e por uma forma absolutamente tosca, porque não houve a coragem de dizer “não vai haver gás para co-geração”. Tudo bem, falou-se isso, assume-se. Mas, não. É por uma sutileza, um pequeno artigo, que não menciona a Portaria nº 551, que abria a questão do gás natural. Então, esse é um alerta que fica.

Nesse momento, as notícias também são assustadoras – as tais barcaças, não sabemos direito o que é isso, ainda não temos os números. Então, nesse momento, realmente, é assustador. É preciso lutar para evitar que 50% do gás brasileiro vá se transformar em calor para aquecer barriga de passarinho. Existem utilidades melhores. Se a co-geração não foi desenvolvida, isso se deve também a uma outra imperfeição do mercado, porque o preço da energia elétrica, para a maioria das indústrias, é subsidiada, é abaixo do que vai estar custando esse quilowatt a mais. No entanto, a maioria das indústrias não sabe que há uma bomba-relógio na legislação dizendo: “Tomem cuidado, pois o preço da energia elétrica, a partir de 2003, vai dar um salto grande”. Então, naquele momento é que elas vão fazer as contas para ver se entram na co-geração, mas será tarde, porque a Petrobras estará queimando esse gás todo nessa meia dúzia de centrais.

Portanto, essa é, digamos, a nossa briga mais imediata, já que isso faz apenas duas semanas, mas eu queria deixar aqui esse registro e agradecer essa oportunidade de trazer esses pontos a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Jayme Buarque de Holanda.

Pela ordem, concedo a palavra ao nosso Relator, Senador Paulo Souto, para suas observações e questionamentos aos expositores.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados e Senadores, creio que foi extremamente útil a realização dessa forma de painel, reunindo informações muito importantes sobre as questões relacionadas às fontes alternativas, que são discutidas, conhecidas, mas, infelizmente, não tiveram, no País, o desenvolvimento que todos gostaríamos que tivesse.

Considero que, talvez, tenha sido um dos melhores painéis, até pela objetividade dos expositores. Eles foram extremamente importantes, naturalmente, defendendo muito enfaticamente as suas idéias, mas, afinal de contas, essas audiências foram feitas justamente com esse objetivo.

Antes mesmo de fazer alguma pergunta, quero chamar a atenção para um ponto importante. É claro que toda crise, por exemplo, no setor de energia, mais especificamente no setor de energia elétrica, traz à tona a questão das alternativas. Desse ponto de vista, é ótimo. Foi assim, também, no caso petróleo. Então, aproveitamos, e alguma coisa boa ficou.

No entanto, temos que fugir de tratar esse assunto apenas nas crises, quer dizer, vamos aproveitar a crise em que esse assunto é tratado para, talvez, criar políticas definitivas sobre a questão das fontes alternativas de energia. Esse é um ponto que acredito ser fundamental. Vamos ver se isso que está aí é bom. Creio que esse, inclusive, tem que ser um dos objetivos na questão das alternativas desse relatório. Não vamos poder atuar, eu diria, do ponto de vista emergencial, porque isso cabe ao Governo. Claro que podemos fazer sugestões, mas creio que seria extremamente importante que essa questão das fontes alternativas não ficasse restrita a esse momento de crise. Esse assunto toda vez surge, toda vez falamos com muito vigor sobre isso, mas qualquer oscilação de preço ou qualquer saída disso, essas idéias que são boas acabam indo embora.

Então, acredito que, no nosso relatório, esse capítulo sobre energias alternativas, com esse enfoque mais definitivo, procurando políticas mais definitivas sobre o tema, talvez seja um dos bons objetivos que devemos procurar alcançar.

Vejo que o Deputado Fernando Gabeira deve estar muito satisfeito com tudo o que ouviu hoje aqui, porque foram, efetivamente, alguns dados muito animadores. Para mim, por exemplo, que não sou realmente um especialista no setor, muitas das informações foram preciosas. Devemos, portanto, aproveitá-las, mas, sobretudo, aproveitar esse relatório para tentar fazer sugestões muito específicas e objetivas sobre políticas mais definitivas com relação a energias alternativas no País, porque nós todos ficamos convencidos – aqui estão pessoas de responsabilidade – de que há definitivamente um espaço para que cresçamos nesse setor.

Muitas das perguntas que eu ia fazer no decorrer das exposições foram abordadas, mas, de qualquer sorte, gostaria de fazer algumas perguntas de natureza específica. Por exemplo, o último dos expositores falou: quanto ao problema da biomassa, todos já sabem por que não deu certo, etc., não vou falar nisso. Mas eu realmente gostaria de detalhar um pouco mais isto: por que certas usinas que têm disponibilidade não entraram nesse programa? Quais foram as dificuldades que tiveram? É um problema de cons-

ciência empresarial? É um problema de política energética? Enfim, por que isso não aconteceu? Estou falando desse caso da biomassa, principalmente das usinas de cana, porque é a que nos parece mais normal, já que a disponibilidade desses resíduos está ali, a utilização de energia elétrica para a própria usina também é alternativa. Por que isso efetivamente não aconteceu? Isso pode ser conhecido, mas eu ainda não criei uma visão definitiva sobre essa questão. Se não aconteceu, o que é preciso fazer para que isso aconteça?

Rapidamente, sobre o programa da eólica, por que de certa forma teve essa adesão? Por exemplo, a Eletrobrás vai comprar essa energia. Isso teria sido um fator definitivo para viabilizar esse programa? Isso é uma coisa indispensável nas condições atuais? Vai ser sempre assim? Até que ponto esse programa vai exigir, por exemplo, de um órgão como a Eletrobrás – que aliás não foi feito para isso, mas, paciência, acho que, se existem organismos públicos e se isso é de interesse nacional, por que não fazer?

Esta é a pergunta: existem outros organismos que poderiam estar fazendo isso? Depois, sobre o número de emprego em energia eólica que, para mim, é um número realmente... Que empregos são esses? São em todas as fases? Emprego na indústria? Porque, realmente, o número é excepcional, então vejo que vale a pena detalhar mais o quê exatamente pode significar esse número.

Enfim, vou ficar nessas poucas perguntas, para permitir que os demais componentes da Comissão possam também tirar suas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Senador Paulo Souto.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Clementino Coelho, por três minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, senhores debatedores, há alguns questionamentos sobre os quais eu gostaria, se possível, de obter alguns comentários.

Quanto à exploração dos rios brasileiros, desde o tempo em que se começou a olhá-los como matriz de energia, talvez se tenha cometido o mesmo viés. Todos os rios foram explorados só na ótica da geração de energia, e deixou-se à margem a questão da irrigação, da navegação, da pesca; todos os multiusos foram marginalizados.

Também chegamos à conclusão, depois dessa exposição e da conjuntura que estamos vivendo, de que na questão da energia é do mesmo jeito. Quer di-

zer, o Brasil, por ser um país abençoado em termos da matriz hídrica, em termos de energia, marginalizou, colocou em segundo plano justamente essa potencialidade de complementaridade das fontes opcionais da nossa matriz.

E aí me vem a seguinte dúvida: hoje estamos no impasse do modelo. Não se sabe qual a melhor opção para a questão hídrica: privatizar geradoras ou privatizar todo o setor? E dizem que houve vozes contrárias à implantação até de um pequeno programa de eólica. Então, eu queria saber: que vozes foram essas? Por que foram contra? É justamente porque é a transição do modelo?

Parece-me que a vantagem da otimização da complementaridade das fontes renováveis só pode ocorrer no ambiente onde as grandes geradoras de energia hídrica, que é a de custo mais baixo, continuam sendo públicas – não digo nem estatais, mas públicas –, para que se possa incentivar a complementaridade da matriz. Se tudo isso for privatizado, julgo que perderemos essa condição. Na minha visão, perderemos a competição da complementaridade, que é justamente o fato que estimula essas fontes alternativas. Se a geração de energia hidrelétrica for privada, não haverá motivação para se criar uma nova indústria de energia eólica, solar, ou de energia proveniente da cana, porque os empresários, donos das hidrelétricas, não pretenderão alimentar esse tipo de coisa. Essa é a minha visão. Queria um pouco mais de explicações sobre isso.

Outro ponto a ser esclarecido: onde deram certo os incentivos? Que tipo de incentivo deu certo na Alemanha, na Dinamarca, na Espanha? Qual seria um pacote referencial para o Brasil, para que o País tivesse desempenho parecido com o da Espanha, que saiu de 77 megawatts/hora a quase 5 mil megawatts/hora num período de quatro anos? Creio que isso é importante.

Além disso, tenho conversado um pouco com a Chesf sobre a energia eólica, e eles dizem que a energia eólica tem basicamente uma função complementar. Dizem que, se o Nordeste tem hoje 11 mil megawatts/hora, com segurança, para haver energia de qualidade lá na ponta, só se poderiam injetar 18% a 20% de energia eólica nesse sistema. Outros estudiosos já falam que esse índice poderia chegar a 35% ou 40%. Então, gostaria de saber sobre a segurança da energia eólica, já que existe um potencial adormecido de geração de dez mil empregos, considerando-se não só o Nordeste, mas o Brasil como um todo.

Também gostaria de conhecer melhor a questão do certificado verde. Conversando com um grupo ca-

nadense, surgiu a seguinte questão: de quem será a receita do certificado verde? Será de quem investir ou do País? Qual é a propriedade? Como isso é tratado no mundo? Não podemos permitir que isso flua para o exterior, se o investidor for estrangeiro, pois daqui a pouco vamos gerar dividendos e remessas do vento, aviltando a nossa balança de pagamentos. A receita poderia ser até do investidor, mas com o compromisso de que fosse reinvestida no País.

Gostaria de acrescentar ainda, com a permissão do Senador Paulo Souto, que é de suma importância a sugestão dada pela professora Ivonice de se analisar a hipótese, aqui nesta Comissão – penso que aqui é o fórum adequado –, de criação de algum órgão ou alguma agência específica para a energia renovada. A Aneel tem que administrar uma relação muito complexa. Primeiramente, cuida do setor público ou estatal, com as geradoras, e do privado. Em segundo lugar, a matriz brasileira continuará sendo, por duas ou três gerações, preponderantemente hídrica. Dessa forma, é preciso haver um órgão para gerir um setor totalmente privado, tendo em vista as fontes de energia alternativas e renováveis, que chegarão para complementar o que já existe. Tais empresas precisarão de subsídio, de apoio, de incentivo, de renúncia fiscal e de uma série de coisas.

Então, são coisas diferentes: uma é o **core business** da energia, que é a hídrica ou a térmica, e a outra são as renováveis, com uma série de outros apelos. E é de suma importância que haja um órgão para isso. Se o Senador também o considerar assim, poderíamos sugerir, em nosso relatório, ao “Ministério do Apagão”, ao Pedro Parente e ao José Jorge, que o Executivo tomasse a iniciativa – porque é de sua competência – de estabelecer um órgão dessa natureza.

Falou-se também aqui que as bacias hidrográficas, depois da crise, têm de receber um tratamento não linear, ou seja, cada bacia de acordo com seu grau de complexidade em relação à demanda e à utilização da matéria-prima, que é a água.

Há a questão do Bacia do rio São Francisco. Estamos falando aqui do Programa de Bioenergia com relação ao dendê. Um estudo encomendado pelo Governo da Bahia prevê a utilização das margens do rio São Francisco para reflorestamento com a finalidade de gerar bioenergia. Precisamos aproveitar a matriz que temos, que é o rio São Francisco, para a realização do reflorestamento, sobretudo, em uma região de clima semi-árido. Já existem reflorestamentos com eucalipto na Austrália e no próprio Vale do Jequitinhonha que dão retorno econômico mesmo no nosso adverso clima semi-árido.

Eram essas as colocações que gostaria de fazer, já que o Relator está limitando o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Kincas Mattos pelo tempo de três minutos.

O SR. KINCAS MATTOS – Sr. Presidente, como estão presentes técnicos na área de energia elétrica, gostaria de um esclarecimento. O Senador Paulo Souto falou do Proálcool, um projeto maravilhoso que foi – e ainda é – um programa de cunho social implantado no Brasil. Hoje, não temos problemas no Estado de São Paulo, onde estamos cultivando a cana e transformando nossas usinas em usinas ecológicas. Está sendo totalmente aproveitada a palha da cana nas plantações de cana e até de outras culturas, assim como o bagaço que está sendo usado em várias usinas na geração de energia elétrica.

Contudo, gostaria do seguinte esclarecimento: fala-se muito no assunto e muito de repente aconteceu o corte da energia elétrica. Antes, não existia nada. Esse fato foi repentino. Há dias, disse da tribuna da Câmara dos Deputados que parecia milho de pipoca. Penso que a situação não é tão ruim. Existia – e acredito que ainda exista – um decreto do Departamento de Águas e Energia Elétrica que determinava que, aos se construir uma usina hidroelétrica em qualquer rio situado no Território Nacional, deveria ser medida sua vazão no período da maior estiagem no prazo de 50 anos passados. Depois disso, era autorizada a construção da usina hidroelétrica.

Portanto, não existe reservatório para usinas hidroelétricas. Existe para as usinas de ponta, o que é outra coisa. Para gerar energia elétrica durante 24 horas por dia, não existe reservatório. Temos nas represas, nas barragens – numa barragem pequena tem que haver para decantação das impurezas da água, mas não reservatório para movimentar turbinas. Temos que ganhar altura, desnível, para haver pressão hidráulica para girar turbinas.

Então, gostaria de saber dos senhores a respeito desse decreto. Se não me falha a memória, é datado de 1941. Segundo ele, poderíamos aproveitar apenas 75% do volume de água dos rios; 25% não seriam usados para girar as turbinas. E não estou falando de água para reservatório, porque não há reservatório em usinas hidroelétricas, mas altura que propicie desnível.

Penso que é caso de uma verificação nas usinas hidroelétricas que temos no Brasil. Graças a Deus, é o maior potencial hidráulico em energia elétrica.

ca no mundo e somos felizes de ser brasileiros. Penso que poderia ser feita uma verificação.

Quanto às usinas de ponta, essas, sim, devem ter reservatórios porque entram em operação das 18 horas até às 23 horas, horários de pico. Há o exemplo de São Paulo e vários Estados brasileiros, onde usinas de ponta entram em operação no referido horário e funcionam ao mesmo tempo em que as demais usinas geradoras estão operando. Quanto à PH 6* a que se referiram há pouco, penso que precisávamos fazer uma verificação melhor. Já temos potencial construído sem ser usado. Na cidade de Salto, no meu Estado, praticamente Grande São Paulo, foi construída uma usina hidroelétrica no rio Tietê, que está pronta com duas turbinas. Estão prontos os canais e os arranques. Era para virar cinco turbinas, e foram colocadas duas turbinas. Portanto, há lugar para mais três. Isso já está pronto há mais de trinta anos. Ninguém se preocupou em acrescentar mais três turbinas, porque está ali no grande centro consumidor do meu Estado, que é São Paulo. Essa usina não é pequena; é volumosa. Não me lembro de quantos megawatts são, mas é uma usina grande. Está lá um arranque pronto, jogado. Por que isso não é aproveitado, numa hora como essa em que o Brasil está precisando tanto?

Não acredito muito, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, nesse negócio de cortar a luz de uma hora para outra. Não tínhamos essa crise antes. Ninguém comentava nada. Há pessoas inventando coisas e mentindo para o Governo. Infelizmente, este está transferindo para a população essa mentira de alguém.

Assim, gostaria que as pessoas que participam desse trabalho – os Srs. Parlamentares, a Aneel, o Ministério das Minas e Energia –, no sentido de verificar melhor os fatos, porque o Governo está sendo difamado sem merecimento.

Gostaria somente dessa informação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Deputado Kincas Mattos.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Novais para os seus questionamentos, por um período de três minutos.

O SR. SÉRGIO NOVAIS – Obrigado, Sr. Presidente.

Com relação à dificuldade aqui salientada da energia eólica, reforçando o que o Deputado Clementino Coelho disse, se o Proeólica só autorizou 1.050 megawatts, mas há projetos de 4.000 megawatts,

quais as razões disso? Precisamos conhecer essas dificuldades para tentar avançar mais, principalmente no Nordeste, onde temos um potencial altíssimo de geração de energia eólica.

A outra dificuldade foi apresentada pelo Jayme Buarque, no sentido dessa co-geração por meio do gás natural. Precisamos também conhecer essa dificuldade na Portaria nº 23, para que o Relator e toda a Comissão tenha pleno conhecimento dessa crise de altas tarifas que se avizinha. Não tenhamos dúvida de que um dos resultados dessa grave crise é um aumento de tarifa. E o BNDES, todo dia, a toda hora, vem insistindo para que isso ocorra no Brasil num curto espaço.

Portanto, se não cuidarmos dessa co-geração com gás natural, com certeza, iremos reviver o problema do Proálcool, daqui a uns três, quatro ou cinco anos, sendo que podemos resolver isso agora.

Quanto ao modelo da agência que o Deputado Clementino Coelho reforçou, acredito que, se há uma situação que precisamos investigar, são essas agências. Inclusive, a Aneel foi retirada da Câmara de Gestão da Crise, porque não deu resposta alguma. Pelo contrário, vinha negando. José Mário Abdo, em diversos momentos, nas Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados de que participo, como na Comissão de Defesa do Consumidor, vinha negando peremptoriamente que não haveria apagão ou racionamento, que tudo isso era alarme falso. Vejam: ele, inclusive, teve que ser retirado; não cortaram a cabeça, devido às suas características de ter um mandato e as forças políticas que o apóiam, porque foi deplorável o papel da Aneel.

Assim, está diagnosticado que um dos motivos da crise é exatamente a falta de um planejamento unificado. Para que vamos criar uma outra agência? Esse questionamento precisa ser trabalhado, porque precisamos reforçar esse planejamento unificado. Claro que a política de energias alternativas precisa ser trabalhado, retroagindo no tempo, porque esse avanço do modelo foi uma das causas, aliada à principal de investimentos programados, o superávit, o FMI; todas essas crises que já conhecemos, mas o modelo de agência, parece-me, precisa, no novo governo – neste do Fernando Henrique, não, não temos condições de fazer isso aqui na Câmara nem no Senado –, num governo à frente, que, acredito, será um governo nacional, um governo voltado para os interesses do povo brasileiro, não para interesses completamente dissociados dos interesses do nosso País e do nosso povo, ser refeito, porque esse não respondeu, em nenhuma área, àquilo que se propôs.

Agora me dirijo à Dr^a Ivonice. No Ceará, Dr^a Ivonice, há um programa – do qual o Deputado Cambraia, que preside nossa Comissão, tem conhecimento – de biodiesel cuja fonte é a mamona. Esse programa teria um impacto muito grande em nossa região, já que pertencemos ao semi-árido. Precisamos de projetos neoliberais em áreas menos dinâmicas como o Nordeste. Já fomos grandes produtores de algodão e de carnaúba. Vivemos diversos ciclos, e agora o interior nordestino está completamente abandonado. No Ceará, há algumas indústrias de montagem que contam com muitos subsídios e incentivos fiscais, mas o interior está completamente abandonado.

A implantação desse programa do biodiesel, com certeza, teria um impacto gigantesco na região nordestina, Senador Paulo Souto. Precisamos trabalhar esta matéria. Cientistas cearenses, como o Professor Expedito, da Universidade Federal do Ceará e do Notec, têm trabalhado no projeto, e acredito que seria interessante ouvirmos aqui o Professor Expedito e sua equipe. Queria que a Dr^a Ivonice, que tem o trabalho lá na região Norte, visse como trabalhamos na Região Nordeste a questão da mamona.

Por último, gostaria que Armando Abreu também, já que a Dr^a Ivonice abordou um pouco a energia solar no Brasil, e já que ele está aqui, uma vez que é Diretor da Brasil Energia Solar e Eólica, nos falasse como poderíamos trabalhar essa energia solar no mundo e como uma região como a nordestina, situada na Linha do Equador, onde ocorre as maiores incidências dessa energia, é vista por essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Sérgio Novais.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira para o seu questionamento, por um tempo de três minutos.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, antes, peço desculpas por ter chegado tarde. Esta audiência me interessava muito, mas estive uma reunião na Agência Nacional de Águas, tratando de um problema interligado, que não podia abandonar.

O nosso Relator, Senador Paulo Souto, poderia apresentar uma série de sugestões no nosso relatório, e essa será a nossa contribuição em função da crise. No entanto, o problema brasileiro que deveria ser melhor avaliado é a falta de uma perspectiva estratégica de longo prazo, na qual possamos definir não energias alternativas que venham resolver um ou outro problema emergencial, mas o desejo brasileiro de ter uma competitividade a médio e longo prazos.

Ontem, houve a premiação de um economista chamado Carlos Lessa, e ele dizia que o grande debate entre os economistas no Brasil acabou sendo o debate entre os estruturalistas e os monetaristas. Os estruturalistas sempre colocaram os problemas da infra-estrutura do País, os problemas fundamentais de infra-estrutura e foram totalmente superados pelos monetaristas, que estavam resolvendo os problemas imediatos que surgiam, e até hoje resolvem esses problemas imediatos. Como ele disse, para a mídia a economia é aquilo que faz o Governo, restringimos a nossa reflexão econômica aos temas mais imediatos.

Creio que a sugestão aqui apresentada, de uma agência de energia renovável, talvez não seja – quer dizer, pode até ser – uma proposta, mas temos que ter muita preocupação em não se criar mais possibilidades de emprego público; temos que, de uma certa forma, tentar resolver a questão de outro modo.

O de que o Governo precisa, na verdade, é compreender o desenvolvimento sustentável como aquele que não é separada das outras; precisamos entrar no raciocínio econômico do Governo. Quando se vai à Noruega, vê-se que, quando a 1^a Ministra vai tratar de um assunto econômico, ao lado dela está o Ministro do Meio Ambiente, porque todas as questões que ela vai decidir estão, de uma certa maneira, conectadas com o tema do desenvolvimento sustentável.

Aqui, no Brasil, isso não ocorre. Então, podemos utilizar nessa crise, além das propostas, a sugestão para que o planejamento do Brasil seja feito com a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Vivemos hoje uma espécie de esquizofrenia, quer dizer, o Governo diz ser favorável ao desenvolvimento sustentável, mas elabora um programa como o **Brasil em Ação**, que não tem nenhuma preocupação com o desenvolvimento sustentável, realmente.

Tive oportunidade de visitar a fábrica em Sorocaba, e percebi que, realmente, existe um potencial de energia eólica muito grande no Brasil. Mantive também contato com a Camargo Shubert, que acaba de concluir o mapa eólico do Brasil. E podemos afirmar, com base nos mapas – quer dizer, nos ventos, na velocidade dos ventos – que o Brasil tem um potencial enorme nesse campo. Podemos utilizá-lo ou não, mas há um potencial enorme nesse campo.

Qual a vantagem de se utilizá-lo? É uma energia renovável, com pouquíssimos danos ao meio ambiente. Teríamos que estudar a migração de pássaros – na Espanha, isso é contestado em certo momento –, mas são pouquíssimos os danos ao meio ambiente. E teríamos a oportunidade, realmente, de apresentar um programa ambicioso de energia eólica.

Iria mais longe até. Hoje a energia eólica cresceu tanto na Dinamarca que não há mais espaço para ela; os dinamarqueses estão construindo usinas **off-shore**. E se a Petrobras, que tem grande potencial, se interessasse, poderia também desenvolver...

Levando-se em conta a energia eólica, primeiramente, deveríamos propor que o Brasil levasse em conta o mapa realizado pela Camargo Shubert, encomendado pelo Ministério de Minas e Energia. Sugeriria a todos os Estados que planejassem, e que, com base em nosso potencial, estimulássemos esses Estados.

Percebemos, por exemplo, que o Nordeste e o Rio Grande do Sul têm um grande potencial. Vamos então tentar desenvolver projetos nessas áreas, quer dizer, tem que ter mais do que essa portaria, que é o elementar – essa portaria, talvez, corresponda ao 1992 dos alemães, quando eles apresentaram o seu -; a portaria tem o mesmo objetivo, mas temos que ir muito mais adiante.

Então, do ponto de vista do eólico, demos um passo muito modesto. Seria interessante que tentássemos desenvolver o uso da energia eólica.

Porém, creio que não podemos – e aí está o problema, Dr^a. Ivonice, não ouvi a sua intervenção – continuar, no Brasil, cuidando dessa questão apenas no nível de ciência e tecnologia. O Ministério do Meio Ambiente deve participar, sendo um elemento dinâmico também nesse planejamento.

Observamos isso, porque, nos debates sobre Kyoto, o nosso representante é o Ministro de Ciência e Tecnologia, e os outros Países todos têm como representantes os Ministros do Meio Ambiente, quer dizer, trata-se de uma concepção diferente.

Então, a minha proposta, no caso da eólica, é que desenvolvamos mais um pouco o mapa e passemos a conversar sobre um projeto diferente a partir do mapa. O que está aqui, 1.050mw, é uma proposta do Governo. Como já foi mencionado existem capitais e disponibilidade para muito mais; na verdade existe uma disponibilidade muito maior. Então temos apenas que garantir a compra dessa energia. Portanto, acho que temos que ter um espaço de debate sobre isso, interessante.

No caso do bagaço da cana, tudo isso, na verdade, poderia ser direcionado para uma perspectiva do solar como matriz. Todas as energias, no fundo, são energia solar. Tínhamos que ter a perspectiva do solar como uma matriz alternativa. Olhamos para a nossa água e vimos que tinha muita água, começamos. Agora olhamos e vemos que a água está escassa. Va-

leria a pena olhar para cima; temos o sol, então vamos trabalhar com o sol.

Agora, no caso da cana, precisaríamos também fazer um exame sobre o porquê de o Proálcool não ter dado certo até agora. Quais são os pontos dos produtores, dos usineiros que não foram adequados, quais foram os pontos do Governo que não foram adequados. Temos aqui uma frente Proálcool no Parlamento e devemos tentar pelo menos garantir porque, amanhã, quando chover de novo, e a energia começar a ser aparentemente abundante, vamos ter preço diferenciado, vamos ter preços menores nessa área. Então não se pode abandonar tudo, como num determinado momento se abandonou o álcool pelo açúcar. Quer dizer, vamos ter que ter compromisso, porque os atores, tanto o Governo quanto os produtores, vão ter que estabelecer compromissos a médio e a longo prazos. Precisamos disso para planejar o País. Então a proposta que tinha para esse campo é que estudássemos sobre a matriz solar, todas essas medidas iniciais e avançássemos um pouco.

Agora pergunto ao senhor que trabalha e aos que trabalham com biomassa e também com energia eólica, quais têm sido os passos do BNDES, como está a relação com o órgão, que tipo de contribuição poderíamos dar no sentido de apressar esse processo e resolver, através do BNDES, as paradas que precisamos resolver. Essa é a questão, para mim, principal. Quer dizer, além das que já foram mencionadas, quais são as questões hoje com o BNDES que não estão resolvidas e o que poderíamos fazer, como comissão, para estimular a solução dessas questões.

Outro problema que talvez interessasse também no campo do solar, talvez a Dr^a Ivonice pudesse me dizer, o que o Governo Federal está fazendo no sentido de financiar a instalação de aquecimento solar? Nos Estados Unidos existe um investimento determinado. Estive fazendo os cálculos do que foi feito na Califórnia a partir de 1973. A idéia era o seguinte: levantar o custo, propor à pessoa que instalasse o ressarcimento desse custo num determinado tempo. Todo investimento tem um prazo de tempo para você ser ressarcido. Se você instalar esse processo você vai ter um estímulo, durante cinco anos, que possibilite recuperar o dinheiro utilizado.

Existe alguma proposta do Governo brasileiro nesse sentido? Podemos contar com o Governo brasileiro nesse sentido? Quer dizer, a instalação de equipamento para captação solar, existe a possibilidade de ressarcir o investimento num determinado prazo de tempo? Quais são as medidas já pensadas

pelo Governo nesse campo? São essas as perguntas que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Deputado Fernando Gabeira, Vice-Presidente desta Comissão.

Concedo a palavra para o último inscrito, Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, senhores debatedores, minha primeira preocupação para os passos seguintes seria uma mesa desse tipo, com especialistas na questão da eficiência energética. Acho que temos que dedicar uma atenção a esse ponto. Não sei se já foi feito um requerimento...

O SR. FERNANDO GABEIRA – Um requerimento de retrofitem tenho impressão de que já chegou aí.

O SR. FERNANDO FERRO – Depois de estourar a crise, todas as alternativas são tratadas até com certa euforia. Vejo que cada qual vem aqui defender suas idéias com a euforia de que o momento precisa, mas evidentemente o país tem sua característica, e não podemos desprezar a inércia dele quando se trata de mudar a sua matriz energética. Apesar de todas as críticas, é inegável reconhecer que, para grandes investimentos, tendo em vista o potencial do Brasil, é impensável abandonar essa alternativa. A médio prazo não há como abandoná-la. Temos de considerá-la como elemento definidor por muito tempo. Precisamos discutir o papel da energia hidrelétrica no Brasil, inclusive as suas consequências ambientais. É evidente que alguns projetos foram um desastre ambientais, mas outros tiveram impactos mitigados e positivos. Nem sempre se faz uma análise fria da questão.

Neste sentido, devemos levar em conta que todas as preocupações com fontes alternativas devem ser consideradas como um processo gradativo a ser implantado, mas reconhecendo que a essência, a centralidade, da matriz ainda tem de continuar hídrica. Seria um contra-senso não fazer isso. Precisamos exercitar a adoção de outras alternativas, não por questão de domínio de tecnologia, mas também para preparar o processo de passagem, que o futuro vai exigir.

Gostaria de saber, com base exposição sobre energia eólica, qual é o perfil dos proprietários dessa modalidade de energia em escala mundial? Quais são os principais proprietários?

Também gostaria de comentar a sugestão no sentido de criar uma agência de energia renovável. O Governo precisa ter uma atitude política em relação às energias renováveis. Se não procedermos assim,

não adiantará criarmos uma agência, porque criamos a Aneel e teremos de reformá-la a curto prazo, o que já está sendo proposto.

Nesse sentido, a questão energética tem de ser tratada e não compartilhada. A questão ambiental não pode ser compartilhada, mas sim inserida nos debates sobre as políticas de sustentabilidade do modelo de desenvolvimento. Então, se cada vez mais separarmos, estaremos contra a realidade da importância do debate ambiental dentro da política global do país. Neste sentido, se separarmos a abordagem, estaremos na contramão da realidade mundial, a qual é a de compreender, cada vez mais, essa visão holística da questão energética, que é abarcar em todas as suas frentes esse procedimento. É possível até discutirmos uma agência de energia que incorpore tudo isso e tenha uma política de governo para tratar a questão das energias alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Vamos conceder a palavra aos expositores na mesma ordem das exposições, para que respondam às indagações e façam as considerações finais. Evidentemente cada um tratará daquilo que lhe diz respeito.

De início, concedo a palavra ao Dr. Koblitis.

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Na verdade, falamos de forma geral de toda a energia distribuída. A maior parte das perguntas diz respeito à energia eólica. Deixarei que o Dr. Armando responda sobre isso.

O nobre Deputado falou sobre o problema da falta de água e daquele decreto de 1941. É interessante lembrar que as hidrelétricas são sempre supermotorizadas, isso porque, de forma geral, toda barragem custa 80% e as máquinas apenas 20%. Como tal, essas hidrelétricas fazem também ponta, ou seja, as hidrelétricas não são concebidas para funcionar em plena carga. O seu reservatório não suportaria nunca que todas as máquinas fossem para plena carga.

O que aconteceu no Brasil, sobretudo no caso do Sudeste, é que nesse último ano a safra de água começa em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, e nós terminamos com o lago relativamente baixo. No ano anterior, tinha terminado mais baixo ainda, e a safra começou de forma razoável. Os meses de novembro e dezembro foram meses razoáveis, foram meses até bons, se observarmos o histórico. O grosso da safra, que está em janeiro e fevereiro, não aconteceu. Ao contrário, foi muito baixo, não desceu mas também não subiu, quando aquela era hora de subir.

Talvez naquele momento já se deveria falar – no início de março – de uma racionalização.

Acho que se esperou os meses de março e abril, quando já poderia ter-se iniciado um racionamento mais brando, uma racionalização. A crise de água é real, não foi inventada.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – De todas as usinas hidrelétricas que temos, existe alguma com alguma turbina parada por falta de água?

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Em todas as usinas hidrelétricas brasileiras, é uma coisa arriscada, mas 99% das hidrelétricas... Paulo Afonso tem hoje, mas em todas elas a potência instalada é maior.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Em todas as usinas que achamos que estamos com falta de água, que não existe reservatório para gerar usina hidrelétrica, só usina de ponta, garanto a todos os senhores que 15% da água está passando por cima do paredão – não passa pelas turbinas, está sobrando, podem estar certos disso. É um engano que estão fazendo em cima do Governo.

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Hoje não estamos vertendo água. Ao contrário, os reservatórios estão depreciados, não existe isso. Em Paulo Afonso houve até remanejamento para passar água pelas turbinas mais eficientes e deixaram paradas a PA-1, a PA-2 e a PA-3 para melhorar a eficiência das quatro máquinas.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – No rio São Francisco, um rio longo, em determinada extensão pode ter acontecido muito desvio de água para irrigação, agricultura. É uma água consumida de uma outra forma, mas isso após a construção daquelas usinas. Pode ser que esteja faltando água em alguma das usinas hidrelétricas no rio São Francisco devido a sua extensão e ao uso da água na agricultura, irrigação, etc.

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – De maneira geral, as perguntas foram dirigidas mais aos outros, mas quero apenas reforçar a mensagem. A crise não deveria ter vindo, paga-se um custo muito elevado por ela, mas pode-se tirar proveito dela também, e o proveito é exatamente o que está acontecendo – estamos falando de outras possibilidades.

Gostaria de lembrar que, no que se refere à energia da biomassa, não importamos absolutamente nada, nem o combustível, nem as máquinas. Há uma geração de emprego enorme, notadamente no setor sucroalcooleiro. Em segundo lugar, a madeira; em terceiro, a casca de arroz. Isso tem uma sinergia muito grande com nós mesmos, com o Brasil.

Para produzir energia eólica temos que importar muita coisa no início. Vai-se formar uma grande indústria, como se formou na Espanha e em outros países, para se fazer as torres, os próprios geradores que já fabricamos no Brasil, multiplicadores e computadores. Talvez máquinas maiores, para dois mega. Provavelmente ainda não existam no Brasil máquinas desse porte, mas que virão, como vieram essas da mesma forma, em havendo mercado, até porque é melhor produzir aqui do que nos outros países.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho para uma intervenção.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Não gostaria de interromper o Koblitis. Depois, queria apenas fazer uma pergunta para ele, que está reclamando que não houve...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Senador, pode fazer a pergunta. Os expositores já estão na fase das respostas e das considerações finais.

Pode fazer a sua pergunta.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Quero dizer da minha satisfação em rever o Koblitis e o Jayme, que conheço há muito tempo, desde as minhas peregrinações, do bom tempo em que me dediquei a essa área de energia. Depois, me levaram para a Presidência do PSDB e me afastei. Agora estou de volta e fico muito alegre com o reencontro. Vocês sabem que sempre fui um apaixonado pela questão energética, particularmente sobre as energias renováveis alternativas, e tenho consciência do potencial brasileiro dentro das suas limitações de país em desenvolvimento e das suas potencialidades de país tropical, sobretudo, na área da biomassa, e também com a solaridade que temos, todas essas fontes alternativas de energia, e nos prendemos ao longo desse tempo – tipo a história do cachorro que fica atrás do próprio rabo –, quando não se conseguiu proporcionar um incentivo às energias alternativas, alegando que eram inviáveis e muito caras e, ao mesmo tempo, com isso, não se proporcionou uma geração na escala suficiente, para que ela ficasse mais barata. De modo que não conseguimos até hoje dar o **start** nesta vertente fundamental para a matriz energética brasileira, que são as energias alternativas e renováveis. Acredito que, hoje, temos condições de se criar um patamar a partir do qual se possa, de início, incentivar, excepcionalmente, o surgimento dessas energias, que depois entram naturalmente no mercado, porque, com escala, elas têm condições de competir, e, aí, entra co-geração que otimiza muito.

Mas a minha pergunta, Koblitis, é a seguinte: há 9 anos, fizemos, em Alagoas, um congresso internacional sobre energia do bagaço de cana. Levamos para lá, naquela época, cientistas americanos, franceses, alemães – e você e o Jayme participaram desse encontro. Lembro-me também que, na época, foram 6 Ministros de Estado, Ministros de Ciência e Tecnologia e Infra-estrutura. Foi um encontro muito importante, visando única e exclusivamente o bagaço de cana. O pessoal da Universidade de Princeton apresentou uma proposta que foi manchete em todos os jornais do Brasil naquela época, que era a gaseificação do bagaço de cana, que aumentava, se não me engano, em 40 vezes o potencial energético do bagaço de cana. Isso foi colocado como uma bomba que, inclusive, até deixou vários outros estudos que estavam sendo desenvolvidos aqui, no Brasil, do chamado feijão com arroz, mas apresentando muitos resultados. É o que hoje existe; tem usina de açúcar como a do Rosário, em São Paulo, que vai produzir este ano em torno de 30mW ou mais, o que é muito para uma unidade industrial fazendo co-geração. A minha pergunta é a seguinte: como é que anda essa tecnologia da gaseificação do bagaço – que, na verdade, é gaseificação da biomassa, é bagaço de cana, mas serve também para a casca do arroz, do coco, para raspa de madeira –, esse trabalho da Universidade de Princeton, que aumentava em muitas vezes o potencial energético da biomassa?

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Inicialmente aumentava. A Universidade de Princeton, na época, calculou, através do ciclo de Ranquine, que chegaríamos a – e é o que se pode realmente chegar – 250 kW/h por tonel de cana. E caso fosse feita a gaseificação do bagaço – e com isso se faria o vapor de forma indireta na saída da turbina a gás, que é uma turbina de avião – poderíamos chegar a 450, quer dizer, praticamente, o dobro, na verdade, que era muita coisa em termos de energia exportada. De lá para cá – inclusive acho que a Dr^a Ivonice falou que há um disponível em São Paulo, que está disponibilizado –, alguns países fizeram alguma coisa. Na Inglaterra, existe um que se faz com um tipo de bambu. Estou para ir lá. Recebi uma informação, estamos combinando uma data. No Canadá também está-se fazendo alguma coisa nesse sentido. Na mesma viagem, visitaremos os dois países. A Espanha também vem fazendo isso.

A gaseificação de qualquer biomassa na utilização de uma turbina a gás passa a ter dois problemas que têm de ser contornados: o primeiro, do particula-

do. A turbina a gás é relativamente delicada. O segundo, que é o mais importante, é o da compressão.

Por exemplo, na Kaiser, fizemos co-geração. Temos, na Kaiser de Jacareí, duas turbinas de cinco megas, de 5.2, alguma coisa assim. Para gerar 5 megas e termos o gás natural, que tem 8.500 quilocalorias por cada metro cúbico, seis, sete quilos na linha, nos utilizamos de 250 **quilowatts** para comprimi-lo e ele poder entrar no combustor – a cerca de 20 quilos de pressão, senão ele volta, porque no combustor está havendo essa explosão, essa queima. Quanto seria? Dez por cento de 5.000 seriam 500. Estamos gastando 5% da potência.

Agora vamos para a imagem. Até então havia o gás pobre, um gás pobre, que basicamente é um monóxido de carbono, CO, com um pouquinho de H₂, e traços de CH₄, que é o metano. Ele sai mais ou menos na pressão atmosférica. E ele é muito pobre, ele tem de 850, mais ou menos, a 900 quilocalorias por normal metro cúbico, com relação a 8.500 do gás natural. Então, vejam só a imagem. O gás natural já está a 6 quilos e vai passar para 20, e ele é mais de dez vezes mais rico do que o gás pobre.

Então, para comprimir esse gás pobre dentro da turbina, o compressor vai consumir uma boa parte da energia produzida. Seria um parasita monumental. Mas há que se caminhar por aí.

Agora, eu não sei, gostaria até de saber da Dr^a Ivonice se esse gaseificador, a exemplo de um que eu vi na Suécia, e estava se batendo – não sei se era esse na época; recentemente estive na Rússia e, no meio da história, era da Finlândia; conversando e conversando, descobrimos que era da Finlândia, que a tecnologia não era dele, era de um finlandês, e já entramos em contato com ele –, já sai pressurizado. Quer dizer, a grande sacada desse negócio será conseguir tirar o gás do gaseificador já com 20 quilos, porque ninguém vai poder comprimir – até pode ser feito, mas gasta uma enormidade de energia – um gás tão pobre a essa pressão. Isso é mais ou menos um grande limitador que vai gerar um grande parasita.

Realmente, é isso mesmo, Senador.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Não é ainda uma tecnologia disponível para se gerar em escala?

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – No meu conhecimento, em escala industrial, não! Um dos motivos, inclusive, é esse. E o outro é que eu acho que deve haver uma quantidade muito pequena no mundo para o tamanho da biomassa que temos. E o pior é que nós a temos a flor da pele. Não precisamos plan-

tar nada para ter essa biomassa, ela já existe, em certos momentos ela até incomoda.

Mas são países como o nosso, pela grandeza da biomassa que têm, que exatamente têm de promover isso, trazer essas empresas aqui para dentro e estimulá-las a se desenvolver, mostrando esse grande mercado. Realmente, isso tem que partir de uma ação governamental. Com certeza!

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Sr. Presidente, posso fazer só mais uma pergunta? Essa será bem rápida.

Estive na Alemanha, naquela oportunidade, há uns oito anos, visitando um motor a óleo vegetal, que funcionava com óleo vegetal **in natura**. O motor, se não me engano, chamava-se Elsbet. Conheci Elsbet, o criador do motor na Alemanha. Fiquei muito impressionado, porque, sendo desenvolvida no Brasil essa tecnologia, poderíamos aproveitar as centenas de plantas que se prestam à produção de óleos vegetais, desde o marmeleiro lá da nossa caatinga, que é muito rico em óleo vegetal, até a famosa mamona, o peão brabo e tantos outros. Muitas plantas são nativas da nossa caatinga e poderiam ter um sentido econômico, sem serem extintas. Esse motor veio para o Brasil e aqui se fez algumas pesquisas a respeito. A idéia era importá-lo.

Eu pergunto à Mesa como anda o motor Elsbet, aquela tecnologia que funciona com óleo vegetal **in natura**. Isso seria muito interessante para a economia de energia no interior do Brasil, pois lá o fazendeiro planta a mamona. Lá ele extrai o óleo da mamona a frio mesmo e abastece o seu trator, o gerador de energia elétrica. Com isso ele ficaria auto-suficiente. Era uma concepção muito interessante, mas depois não se ouviu mais nada a respeito.

O SR. LUIS OCTÁVIO KOBLITIS – Segundo o que conheço, isso é quase que um protótipo ainda. Nunca foi muito desenvolvido. Acredito até que em razão do custo da extração desse óleo de mamona, quando se passa para uma escala maior, se comparado com o custo dos outros combustíveis. Não sei se existe alguma coisa funcionando em uma escala maior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Na seqüência, serão dadas as respostas.

Concedo a palavra ao Dr. Armando Abreu para suas respostas e considerações finais.

O SR. ARMANDO ABREU – Tomei nota das questões que foram colocadas. Vou tentar responder algumas delas. Não vou responder todas porque penso que o Dra. Ivonice poderá complementar. Folgo

muito que aqui esteja presente o maior especialista em energia eólica do Brasil, Prof. Everaldo Feitosa. Se eu cometer alguma incorreção, peço que me corrija. Estou à vontade porque estou bem respaldado.

O Senador Paulo Souto falou na questão do emprego. Disse que gostaria de ver mais minuciosamente detalhados os números que aqui apresentamos. Eu não tenho neste momento aqui os dados correspondentes às diversas fases. Comprometo-me a fazê-los chegar mais tarde à Comissão. Mas posso tentar explicar de onde é que vêm esses números. O número de 1000 megawatts – 10 mil empregos no total – vem de uma referência que provém de toda a evolução que a energia eólica teve, principalmente na comunidade européia, que aponta para cada megawatt instalado dois novos empregos. Onde é que isso se situa? Como sabem, a fase de construção de um parque eólico é muito rápida. Por isso não é na construção, não é também na opressão e na manutenção, porque aí o número de pessoas e técnicos necessários é relativamente baixo se comparado com todas as outras indústrias geradoras.

Não podemos nos esquecer em que consiste um hierogerador. Um hierogerador tem uma torre metálica, um rotor, as pás, uma caixa de engrenagem, um gerador, um transformador à saída. Se nós contabilizarmos – não tenho aqui esse detalhamento, mas vou fazê-lo chegar à Comissão – a referência **standard** de máquinas que hoje estão sendo instaladas no mundo e verificarmos o número de empregos necessário para produzir todos esses componentes, vamos chegar ao número de 2 novos empregos por cada megawatt instalado. Repito, à primeira vista, quando se fala em hierogerador as pessoas acham um pouco estranho, mas se nós detalharmos os componentes de um hierogerador, veremos que será necessário muita mão-de-obra para se chegar ao componente final.

Não vou falar sobre a questão da compra da energia pela Eletrobrás. Vou deixar isso para o Dra. Ivonice, que explicará isso melhor que eu.

Vou passar à outra questão formulada pelo Deputado Clementino Coelho. A questão das vozes contrárias ao programa eólico. Quando se fala em vozes contrárias ao programa eólico, reparem, o que se passou no Brasil não é diferente daquilo que se passou nos outros países.

Comecei a trabalhar em energia eólica em 1989. Em 1989 e 1990 as reticências, a aversão que havia em relação à energia eólica possivelmente era maior na Europa do que a que hoje se verifica no Brasil. Estou à vontade para dizer-lhes o seguinte: muitas ve-

zes, disse que as evoluções e as mudanças no Brasil estão extremamente lentas. Hoje, estou à vontade para dizer que, no setor elétrico, isso não é verdade, porque aquilo que se mudou no setor elétrico no Brasil nos últimos três, quatro anos, possivelmente na comunidade européia durou dez ou doze anos. Por isso muitos têm feito, muitos têm evoluído. Por que vozes contrárias? Porque, reparem, como várias vezes já foi afirmado aqui, o Brasil tem uma matriz energética invejável. Mais de 90%, cerca de 92% da matriz energética é de hidroelétrica. Poucos países no mundo se podem gabar de uma situação dessas. O que isso significa? Que os técnicos, que as instituições, todos eles têm uma tradição conservadora, o que é normal. Normalmente, a natureza humana é avessa à mudança. Isso se passa em todo lado. Por outro lado, as pessoas não acreditavam que havia um número de investidores com o volume de investimentos que hoje existe, até porque muitos deles trabalharam, enfim, em **low profile**, muito discretamente, como a formiguinha que vai construindo o processo, de tal maneira que, quando as coisas explodiram, eles estavam presentes. Agora, essas vozes contrárias foram votos pontuais, que, penso, são normais, existem de todo lado.

Vou contar uma pequena história que aconteceu comigo em maio de 96 no Banco do Nordeste. Conto essa história porque é verídica. Em maio de 96, tive uma primeira reunião com um diretor que hoje é um diretor de primeira linha do Banco do Nordeste sobre os programas de financiamento para energia eólica. Fui maravilhosamente recebido. Quero dizer que quem conta essa história hoje é ele – evidente, não sou eu. E depois de eu ter conversado com ele por cerca de duas e ter saído, ele se virou para os colegas e perguntou se queriam saber a última piada de portugueses. Todos disseram que sim. E ele disse que apareceu um patrício querendo vender vento. Isso nos dá uma idéia do que as pessoas pensam em termos de energia eólica. Tem alguém que quer vender vento. É normal, até porque ninguém é obrigado a saber, isso é devido a uma falta de informação, que é comum em todo lado. Soluções como essas, fóruns, **workshoppings**, palestras feitas ao longo desses anos, com uma influência muito grande da Dr^a Ivonice, do Everaldo Feitosa, que contribuíram para melhorar essa informação. No entanto, as vozes contrárias existem, vão existir sempre e vão ganhando aos poucos. De qualquer maneira, como já se disseram aqui, o programa eólico é importantíssimo. Não digo que seja como foi em 92, na Alemanha, mas é um passo importantíssimo.

Na Europa, cometemos imensos erros. Ainda hoje se cometem. A idéia é tentar aqui não importar modelos. Vamos tentar aprender com os erros dos outros e com os nossos próprios. Por isso, há que se desenvolver uma política energética, há que se desenvolver um modelo energético aplicado às condições do Brasil, há que se todo esse potencial natural, sol e vento, enfim, **Deus** é brasileiro e nos deu, não é? Isso em relação às vozes contrárias.

Outra coisa em que se falou foi a questão dos incentivos na Alemanha e na Espanha, países de sucesso. Muito objetivamente, eles assentaram-se essencialmente em dois pontos: garantia de compra de energia durante um mínimo período de tempo e garantia de preço. É evidente que isso foi conseguido, repito, depois de vários anos e de muitos erros cometidos. Hoje existe isso. Nesses países onde a energia eólica é um sucesso – quando digo sucesso, há muita energia instalada e realmente existe uma nova indústria –, todos eles se pautaram praticamente nestes dois pontos: garantia de compra – não vou aqui discutir por quem – e garantia de preço.

Em relação ao fator da complementaridade, é lógico que a energia eólica não é uma energia firme. Até pelos números apresentados aqui, hoje temos uma capacidade instalada no Brasil de 73 mil megawatts. Estamos a falar que existe um potencial imediato, em cinco a dez anos, de 10 mil. Se mantivermos o aquecimento da matriz energética brasileira nos 5%, 6% dos últimos anos, possivelmente esses 10 mil megawatts, daqui a cinco, dez anos, corresponderão a 10% da matriz energética, o que está dentro, ou talvez até além, dos valores atuais em outros países. Por exemplo, o objetivo da Comunidade Européia é, até 2015, criar condições para que 20% da matriz energética européia venha de energias renováveis em seu todo.

Outra questão importante que se falou, que tem a ver com o coeficiente de penetração, é uma questão técnica, dos 10%, 20%. É uma questão técnica, que não vou aprofundar. O que posso dizer é que já há experiências e casos concretos reais. Por exemplo, na Dinamarca, em determinadas alturas do ano – temos lá as quatro estações bem vincadas –, chegamos a um coeficiente de penetração de 30% a 35%, em termos de energia gerada, sobre a demanda total.

Em alguns casos de sistemas isolados, posso lhes dizer que esse valor pode ser substancialmente maior. Tecnicamente, não existe uma fórmula. Existem coeficientes de segurança. Tem-se que se estudar caso a caso, adaptado às características da rede elétrica local. Quando falo em rede elétrica local, es-

tou falando no Brasil, no Nordeste, Norte, Sul, enfim, nas várias regiões.

Falou-se também no chamado certificado verde – o Deputado falou também sobre isso. A questão do certificado de energia verde é que até agora praticamente só se falava em certificados de carbono ou certificados de CO₂. O que é o certificado de carbono, no fundo? O certificado de carbono foi um meio que os países industrializados e mais poluentes arranjaram de comprar o direito de poluir. No fundo é só isso. Eu poluo muito e, para descer aos níveis, por exemplo, que o Protocolo de Kyoto indicava, os tais 5% abaixo de 1990, vai-me custar caríssimo. Como os senhores sabem, estes custos hoje estão calculados, quanto custa diminuir uma tonelada de CO₂ na Alemanha, Estados Unidos, Japão, Suíça e em Portugal. Possivelmente, como eles viram que era muito caro, criaram um mecanismo que lhes permite comprar o direito de poluir, no fundo investindo e comprando esses certificados. Mais recentemente, apareceu o conceito de energia verde, de energia, como o próprio nome indica, limpa, ecologicamente correta, cujo valor hoje, por exemplo, em termos de Comissão Européia, vai superar o valor do certificado de carbono.

Não vou lhe dar o valor aqui, Deputado Clementino Coelho, porque isso é muito discutível. Inclusive, ainda não se chegou a um consenso mundial de como calcular isso, pois depende de vários fatores. Agora, penso que muito rapidamente vamos ter todo esse mecanismo perfeitamente formulado e regulamentado.

Falou-se aqui também da questão do uso da água do rio São Francisco. Quero vos dizer que, no caso do São Francisco e no caso do Nordeste, em especial, existe uma particularidade que é única no mundo: uma complementaridade entre o regime do vento e o regime de chuvas, ou regime d'água. Esse é um estudo que foi desenvolvido por técnicos da própria Chesf, teve a participação da Aneel, do Ministério das Minas e Energia, Ministério da Ciência e Tecnologia, isso é um estudo que está perfeitamente disponível, terei todo o gosto de fazer chegar à Comissão, porque é um estudo que mostra essa complementaridade perfeita entre a vazão do rio São Francisco e o regime dos ventos, ou seja, quando chove há menos vento; quando não chove, o vento é maior. Enfim, isso podia resultar em análises e uma discussão muito mais ampla da utilização da água que não vem aqui neste momento.

Em relação ao Deputado Sérgio Novais, que falou na questão do Proeólica e os 1.050 megawatts. Reparem, quando disse que os 1.050 megawatts fo-

ram arrancados a ferro, foi por aquilo que disse anteriormente. É normal, reparem, como primeiro passo. E quero dizer-lhes que, como primeiro passo, conseguir um Proeólica de 1.050 megawatts é notável. E só temos aqui, pelo menos não digo, as pessoas ligadas à energia renovável, mas todas as pessoas ligadas ao setor energético se congratular com isso. É um primeiro passo importante e com certeza vai criar condições para ampliar isso e, como disseram aqui, criar, não aproveitar a crise para um regime de euforia, porque é lógico estando em crise e toda a gente tenta se aproveitar. Mas vamos criar uma verdadeira política de energias renováveis no Brasil, sólida e que permita não ter um programa emergencial, mas um programa definitivo, integrado na política energética brasileira. Esse deve ser o principal objetivo a médio e longo prazos.

Outra coisa, o Deputado Fernando Gabeira falou sobre a questão dos atlas eólicos. Posso dizer a V. Ex^a, Deputado, que hoje, além do trabalho da Camargo Shubert, que é um trabalho notável sobre o atlas eólico do Brasil, existem vários trabalhos desenvolvidos; por exemplo, o Centro Brasileiro de Energia Eólica do Recife, e alguns Estados já desenvolveram o seus atlas eólico. Por exemplo, os Estados do Ceará, Paraná, sei que a Bahia está a desenvolver também. Ou seja, independente desses atlas, digamos, global, nacional, existem outros vários Estados que já desenvolveram o seu atlas eólico e outros estão no desenvolvimento dele. Eu gostaria de salientar que o atlas eólico não é um mecanismo milagroso, a partir do qual seja suficiente ao investidor, por exemplo, investir forte numa determinada zona. O atlas eólico nos dá a indicação de quais as zonas onde posso dar a partida, começar a medir vento – e a medição de vento é fundamental, porque é minha matéria-prima. O parque eólico não é mais nada menos do que uma indústria em que a matéria-prima é vento e o produto final é energia elétrica. Para ter a minha estimativa de produção preciso saber a matéria-prima disponível, por isso o atlas eólico, que nos vai ajudar, é uma indicação do potencial global e de quais os locais que a partida nos merecem, digamos, mais garantias do sucesso imediato. Outra coisa que se falou foi a questão dos projetos **offshore**. Acho que os projetos **offshore** são ótimos e neste momento estão a se desenvolver rapidamente na Europa, principalmente por uma questão que é falta de espaço. Por quê? Porque na Europa a densidade demográfica é muito mais elevada, o custo da terra é muito mais elevado e utilizaram locais com elevadíssimo potencial, com turbinas de menor capacidade, que hoje estão a substituir, mas, para atingir

os valores que a própria Comunidade Européia indica, vamos precisar de **offshore**. Sinceramente, no Brasil, embora eu adore um parque **offshore**, penso que não é necessário neste momento.

O SR. FERNANDO GABEIRA – A minha observação não era no sentido de que o Brasil não precisa ou não vai precisar. Mas a Petrobras, como empresa multinacional, poderia se interessar por esses aspectos

O SR. ARMANDO ABREU – Sem dúvida. Concorro plenamente, Deputado. Se há alguma instituição no Brasil que possa se interessar por isso é a Petrobras. E a Petrobras, como grande companhia que é, sei que neste momento está a analisar esta hipótese de entrar na energia eólica, e os parques **offshore** são uma hipótese. Neste momento, em termos da Aneel, todas as solicitações e todos as intenções de investimento que conheço são em parques em terra ou **offshore**. Felizmente, o Brasil é grande, o seu potencial eólico é grande, e ainda não temos uma necessidade de investirmos em parques **offshore**.

Tentei tocar em todos os pontos que foram discutidos. O Deputado Fernando Ferro enfocou alguns pontos que creio também já ter apresentado, que, no fundo, têm a ver com a questão da deficiência energética, que é fundamental. Se analisarmos os dados nacionais em termos de utilização de energia, perceberemos que os outros produtos representam uma cota à parte grande, e realmente todas as energias renováveis devem ser vistas como uma energia complementar à matriz energética e não como um objetivo fundamental.

É impensável – e isso não passará pela cabeça de nenhum técnico ligado à energia renovável – alterar a matriz energética. Isso seria um contra-senso completo.

O SR. FERNANDO FERRO – Qual é o perfil de propriedade das fontes eólicas em escala mundial? Eu já tinha perguntado isso.

O SR. ARMANDO ABREU – O perfil dos proprietários, em termos de investidores, normalmente é o de grandes empresas ligadas à geração – falo do caso do Brasil –, que já estão ligadas ao setor elétrico, em andamento, através da participação em distribuidoras.

O SR. FERNANDO FERRO – E na Europa?

O SR. ARMANDO ABREU – Na Europa, é um pouco diferente. Houve várias fases. Houve uma fase muito interessante em que a grande maioria dos investidores eram quase individualizados; eram, por exemplo, pequenos agricultores que criavam um valor

agregado à sua receita agrícola, colocando uma turbina nas suas terras, para injetarem na rede. Àquela altura, a lei permitia isso.

Como sabem, hoje as taxas de juros e as taxas de rendimento de aplicações financeiras na Europa são relativamente baixas, porque têm a ver com a taxa de juros normal. Hoje existem investidores que acabam por ser, às vezes, até grupos de profissionais liberais – alguns até com sociedades de investimentos – e que decidem que é muito mais rentável aplicar dinheiro num parque eólico do que deixar o dinheiro em outra aplicação financeira.

Reparem que, tal como aqui, como eu disse no início, os grandes avessos à energia eólica começaram a ser as próprias distribuidoras e revendedoras. Hoje tem havido uma evolução radical: as próprias geradoras e os próprios distribuidores são os que se interessam por energia eólica, por energia solar, por biomassa ou por co-geração. Chegamos à conclusão de que, realmente, devido às exigências comunitárias, não há outra alternativa, pois se verifica que essa realmente é uma fonte de rendimento segura, em que vale à pena investir.

Dizia eu no início, durante a apresentação, que hoje, por exemplo, grandes petrolíferas, como a Shell e a BP, estão ligadas a grandes investimentos de energia alternativa. Isso porque eles vêem que esse realmente é o futuro, sempre como complementaridade.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, a empolgação do Dr. Armando com a energia eólica tem a ver com um patricio dele que chegou ao Brasil movido a energia eólica.

O SR. ARMANDO ABREU – Provavelmente é por isso.

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Armando Abreu.

Concedo a palavra à Dr^a Ivonice para dar suas respostas e fazer as considerações finais.

A SRA. IVONICE CAMPOS – Começamos a nossa apresentação de hoje à tarde falando de alternativas energéticas complementares e competitivas, numa opção de injeção na rede ou como geração distribuída. Nesse contexto, selecionamos algumas das opções, para aqui trazermos informações que, de alguma forma, possam contribuir para o aumento da oferta nessa crise de energia.

As proposições, os indicadores, os parâmetros de competitividade que apresentamos nessas apresentações tratam da questão atual, do momento

emergencial em que o Brasil vive. Foi nesse contexto de crise de energia que o Proeólica emergencial foi escrito. Por isso, ele foi dimensionado em 1.050 megawatts até 2003. Ele foi dimensionado como um aumento de oferta, de forma competitiva, onde foi preciso que fizéssemos um trabalho enorme, verificando inclusive capacidade de investimento, terras disponíveis, a jazida eólica, a capacidade de fornecimento, inclusive instalação de geradores eólicos no prazo determinado, que, até dezembro de 2002, é com incentivos e conclusão da implantação até 2003.

Queremos acreditar que o Projeto de Lei 2905 dará continuidade e permitirá a expansão desses programas de energias renováveis no País no médio e no longo prazo, por certo. Então, estamos tratando apenas de uma opção emergencial agora.

A outra questão levantada é a questão dos incentivos. As energias renováveis, especialmente solar e eólica, contam com o incentivo de isenção de ICMS e IPI.

Com relação aos dividendos de Carbono, o senhor colocou muito bem, muito oportuno a questão dos créditos, dos certificados, da venda dos Certificados de Carbono. Realmente, o Brasil precisa estudar a forma como ele quer; que mecanismo é esse. Por exemplo, na Dinamarca eles optaram por agregar essa entrada de recurso já na matriz de preço. Por exemplo, a eólica tem um certo de Crédito de Certificado de Carbono, no mercado local deles. Eles creditam, então, esse valor de Crédito de Carbono reduzindo a tarifa da energia eólica correspondente. Estudamos essas matrizes; temos essas informações aqui no Brasil; já estamos acompanhando, há mais ou menos uns dois anos, como é que estão atuando esses países que estão testando um modelos de Certificado de Carbono. Como é o exemplo, inclusive, da Costa Rica e mais recentemente da Itália. Mas é muito oportuno que o Brasil resolva de que forma ele quer fazer esses Créditos.

Com relação à proposta de aproveitar as margens do rio São Francisco para produção de bioenergia por reflorestamento, estamos inteiramente à disposição para trabalhar com todos os especialistas de biomassa que formam a equipe inclusive do Cenbio e contribuir para um programa dessa natureza.

Em atenção ao Deputado Sérgio Novais, que colocou não só a questão do programa Proeólica, só 1.050 megawatts, mas também a questão da necessidade de política de energias renováveis trabalhadas, eu gostaria de destacar o seguinte: o Brasil não tem políticas específicas de energias renováveis. A Resolução nº 24, que é recente, agora de julho, na verda-

de, foi reconhecida até internacionalmente como o primeiro instrumento de política brasileira definido e determinado num contexto e com metas bastante claras. E o que eu queria dizer para os senhores é que nem as leis e nem o Fundo Setorial de Petróleo e Gás e nem a Lei 9991, que definiu o Fundo Setorial de Energia, conseguem apoiar o Proálcool. Isso significa dizer: onde está essa forma de energia? Onde está o maior programa de biomassa energética do mundo, mais considerado neste Planeta, que já economizou para o nosso País em termos de Balança de Pagamentos o equivalente a uma nova dívida externa, que não faz parte de nenhuma política e não é atendido por nenhuma de nossas agências? De que forma iremos resolver isso? E por isso colocamos como primeira recomendação a questão de pensarmos e verificarmos a possibilidade de organizar. Porque não vai ser somente através de política que vamos empreender, num mercado totalmente competitivo como é o Brasil, num contexto de energia solar e eólica tão abundante em todas as regiões do País.

Ainda em atenção ao Deputado Sérgio Novais, eu gostaria de dizer que um programa de biocombustível a partir da mamona, inclusive o Dr. Paulo Souto, a partir da Bahia também, não é? O Secretário Ariosto Holanda já manteve contato conosco, e estamos à disposição dos Estados que se interessarem acerca desse Programa de Biocombustível, a exemplo do Programa de Bioenergia, das 500 mil toneladas de dendê que estão sendo produzidos a partir dos assentamentos do Incra, na Região Norte, e que já está em implantação no País.

Em atenção à solicitação do Deputado Fernando Gabeira, eu gostaria de dizer que aqui trouxemos só, na verdade, alternativas mais competitivas. A questão da energia solar ampla, inclusive a questão do aproveitamento da energia solar para a produção de eletricidade, como a solar fotovoltaica, num contexto de matriz solar, como a eólica e a biomassa também, eu gostaria de dizer que, neste momento, há muitas alternativas no mercado. No Rio de Janeiro, já estão instaladas paradas de ônibus e outdoors com solar fotovoltaica, de forma competitiva. Os kits a que estou-me referindo são competitivos; também as opções de energia solar fotovoltaica para sinalização, para sinaleira das ruas, para as delegacias de polícia e para a complementação energética de hospitais. Nós montamos todos esses kits como alternativa de financiamento para a Caixa Econômica Federal, e a Caixa está estudando qual o valor financiável desses kits e em que montante ela poderá transformar isso num programa nacional.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Eu gostaria de complementar, dizendo que a revista Nature publica, segundo os jornais, um novo avanço no campo das fotovoltaicas, que, de certa maneira, vai transformar isso numa coisa muito mais barata. Houve um novo marco nesse campo. Por isso é necessário que o Brasil pense um pouco lá adiante.

A SRA. IVONICE CAMPOS – A expectativa que temos, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico da solar fotovoltaica, é que, num prazo de cinco anos, o custo dessa energia seja da ordem de 20% do valor atual. O Brasil tem apenas uma empresa, a L Dinâmica, localizada em São Paulo, de solar fotovoltaica. No entanto, há 13 investidores interessados em produzir, já, coletores solares fotovoltaicos em Minas Gerais e, inclusive, na Amazônia, em Manaus, na área da Suframa.

Deputado Fernando Gabeira, com relação ao financiamento do aquecimento solar para produção de água quente em substituição ao chuveiro, as experiências bem sucedidas que o Brasil tem estão na área da Cemig. A Cemig dá cerca de 20% do valor do investimento no sistema de aquecimento solar e fornece um contador adicional para energia complementar – porque o clima em Belo Horizonte é mais frio que em outras regiões –, com uma tarifa 30% menor do que a tarifa convencional. Lá, então, há dois anos, criamos um programa de condomínios verticais e, hoje, em Belo Horizonte, temos cerca de 650 edifícios com aquecimento solar, o que é um indicador de competitividade. Hoje, quando são vendidos apartamentos nesses condomínios, se diz: “Aqui tem aquecedor solar.” Na Bahia, há 126 hotéis e pousadas com aquecimento solar. Nós fomos chamados, naquele momento, para uma decisão energética, porque só havia energia ou para ar condicionado ou para chuveiro, e aí foi possível, com o Green Solar – que é o Centro de Referência de Aquecimento Solar – e a Abrava, essa solução. Nós, hoje, trabalhamos diretamente com a ABH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis –, em projetos de aquecimento solar e tecnologias limpas. Mas falta uma política que estimule ou barateie o financiamento. O que nós conseguimos junto à Caixa Econômica, com o dinheiro mais barato do Brasil, os juros mais baratos ou mais baixos do País, foi financiar não só para quem vai construir a casa própria, mas para quem deseja adquirir, para aplicações de interesse social, o aquecimento solar para 200 litros/dia de água quente, a R\$550,00. Realmente, falta um programa que estimule a substituição. Para os senhores terem uma idéia, as concessionárias reagem muito a essa questão até o momento em que elas com-

preendem que estão mantendo a fidelidade do seu cliente quando elas conseguem colocar o aquecedor solar. Para nós, a Cemig foi muito importante nessa difusão.

Em atenção ao Deputado Fernando Ferro, é realmente impensável abandonar qualquer alternativa energética num País que não se traduz por uma única realidade. O Brasil tem diferentes nichos de mercado onde a competitividade dessas alternativas é bastante diferenciada. Nós temos nichos de mercado de produção de energia bastante interessantes, quer seja para energia solar fotovoltaica, para energia eólica e, especialmente, para biomassa na região amazônica – nichos muito melhores e muito mais atraentes do que qualquer outra região do planeta.

Convém destacar, ainda, a questão da competitividade brasileira no que tange à energia eólica, pela qualidade dos ventos no Brasil, pela velocidade dos ventos, pela sua constância e por nós não termos os ditos tufões, o que garante inclusive a ampliação por não termos os ditos tufões, o que garante inclusive a ampliação da vida útil dos equipamentos aqui instalados. Mas gostaria de destacar um outro aspecto da competitividade que as aplicações offshore custam, em princípio, cerca de 30% mais caro do que as aplicações no continente.

Como o Brasil está iniciando esse desenvolvimento de mercado, temos muito a fazer no continente ainda e estamos atentos a qualquer projeto e a qualquer programa lá fora de aplicações offshore porque queremos, sim, que essa tecnologia se desenvolva ainda mais. Hoje a potência em desenvolvimento dos geradores eólicos encontra-se na casa de 5 megawatts por aerogerador. Quando isso estiver consolidado do ponto de vista comercial vai ser muito interessante por certo. Para que tenham uma idéia, o Gempo – Grupo Executivo para Modernização dos Portos, coordenado pela Marinha do Brasil, já nos consultou e ao Centro Brasileiro de Energia Eólica a fim de que estudemos a viabilidade dos portos do Brasil com produção de energia eólica offshore. Por essas razões, estamos acompanhando atentamente e estamos bastante dedicados o assunto.

No tocante ao perfil dos proprietários de eólica, complementando o que o Armando disse, é muito interessante verificar que há, em determinadas centrais eólicas no Hemisfério Norte, cada gerador eólico tem na sua base a placa indicando o seu proprietário. Por exemplo, na Alemanha, eles chamam pelo jornal proprietários de terras onde há ventos de qualidade, chamam investidores e cada gerador pode ter um proprietário. É um modelo muito interessante para o Brasil,

para pequenos investidores porque, sem dúvida, é muito rentável e o retorno é bastante imediato.

Do ponto de vista da geração de empregos em âmbito mundial, com este programa, como apresentamos inicialmente, é esperada no prazo de vinte anos a geração de cerca de 1,7 milhão de empregos só na área de eólica.

Em atenção ao Senador Teotonio Vilela, a respeito da tecnologia de gaseificação, eu gostaria de dizer que a tecnologia de gaseificação a partir do bagaço de cana e folhas – a grande descoberta desse programa que o Ministério está coordenando há nove anos – identificou a folha como o melhor energético até mesmo melhor que outros resíduos. Estudamos e vimos que parte das folhas fica no campo para fazer a proteção do solo e outra parte segue, já com tecnologia própria de manuseio, para geração de energia a partir de tecnologia de gaseificação.

Nessa sexta-feira já vamos ter reunião com o GEF e o PNUD para viabilizar o primeiro projeto industrial de gaseificação de biomassa a partir da cana-de-açúcar no Brasil. O que foi desenvolvido, simultaneamente à tecnologia de gaseificação, pelo Brasil – MCT, Coperçúcar e a Termisca Process, da Suécia, é o alimentador de biomassa solta, cuja evolução tecnológica é fantástica, porque vai permitir que essas unidades de gaseificação de biomassa possam receber outras formas de biomassa simultaneamente à gaseificação de biomassa de cana, como, por exemplo, até mesmo lixo urbano.

O SR. FERNANDO FERRO – Ele é pressurizado ou não?

A SRA. IVONICE CAMPOS – Se ele é pressurizado?

O SR. FERNANDO FERRO – Qual é a pressão do gás que sai do gaseificador?

A SRA. IVONICE CAMPOS – A seleção tecnológica é termosférica. O de alta pressão, inclusive em desenvolvimento no Havaí, foi encerrado. Hoje em dia se desenvolve um processo de gaseificação atmosférica – e até sugiro que seja visitada na Inglaterra a primeira planta de oito megawatts que está operando com essa tecnologia.

Em atenção, ainda, ao Senador Teotonio Vilela, quanto ao motor multicomcombustível da Elsbet, há, na Região Norte, projetos de demonstração operando desde 95, utilizando o óleo de palma bruto, o óleo de dendê bruto a partir da tecnologia de microusinas de óleo em comunidades totalmente isoladas, ou seja, num sistema de geração distribuída em que durante uma hora por dia produzimos o óleo para geração de

eletricidade e durante o restante das horas eles operam vendendo óleo, inclusive com preços de mercado internacional, uma vez que a tecnologia da microusinas confere ao óleo uma qualidade igual ao das usinas convencionais de larga escala.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Complementando uma pergunta, Sr. Presidente, a respeito do hidrogênio. Em que ponto estamos em termos de pesquisa e acompanhamento dessa questão no Brasil?

A SRA. IVONICE CAMPOS – Estamos, no Brasil, há muitos anos trabalhando com a produção e a qualidade do hidrogênio. Mais recentemente, há cerca de três anos, iniciamos o desenvolvimento do reformador para produção do hidrogênio a partir do etanol. Porque, no exterior, eles desenvolveram a partir do gás natural, da nafta e do metanol. Então, pegamos esse nicho de mercado e estamos desenvolvendo a partir do biocombustível etanol. Isso para aplicações estacionárias e automotivas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr^a Ivonice Campos.

Concedo a palavra ao Dr. Jayme Buarque de Holanda para as suas respostas e considerações finais.

O SR. JAYME BUARQUE DE HOLANDA – Serei rápido. Eu começaria por uma pergunta do Deputado Fernando Gabeira: “em que medida o BNDES pode ser...”. Em primeiro lugar, estivemos, pelo Instituto e com o Fórum, com o Presidente Francisco Gros e com o Octávio na semana seguinte em que ele tinha assumido o posto – e, portanto, cheio de problemas. No entanto, assim mesmo, houve uma grande receptividade, e, de certa forma, saiu uma linha de crédito para o financiamento de usinas de açúcar, ou seja, saiu uma linha especial do BNDES.

Entretanto, isso foi pouco antes da crise. O que receio é que a crise, de repente, esteja levando a certos imediatismos que preocupam. Estou repetindo o que falei ao Otávio. Nesse momento em que estão na perspectiva de importar todas essas barcas, parece-me que seria mais lógico o BNDES chamar, por exemplo, setores potenciais co-geradores e perguntar, por exemplo: “O Governo sabe que vocês têm, em uma conta, 1.000 megawatts. O que é preciso para isso acontecer?” Porque, normalmente, não é só crédito, são, às vezes, problemas pontuais. Por exemplo, Portugal, quando resolveu trazer o gás da África, em primeiro lugar, desenvolveu a indústria de co-geração de tal forma que, quando o tubo chegou lá, já havia 30% de mercado desenvolvido, porque os

co-geradores funcionavam com óleo diesel, pagando o preço do gás natural.

Então, parece-me que seria importante o BNDES, antes de tomar esses passos que, aparentemente, vão sair nos próximos dias, pensar nessas coisas.

Com relação ao que aconteceu relativamente à Portaria nº 23, eu queria passar ao Sr. Presidente essas duas correspondências, que enviamos, e que explicam, a nosso ver, esses problemas com essas Portarias.

Quanto à pergunta do relator, sobre o que está segurando esse desenvolvimento da questão da geração elétrica da cana, parece-me que existe uma raiz do problema, primeiramente, no passado. No momento em que se inaugurou o programa do Proálcool, o Brasil tinha um programa hidrelétrico, que era de longo prazo, e aquilo foi muito a curto prazo; quer dizer, foram tomadas decisões importantíssimas, decisões que ninguém, na época, acreditava que fossem possíveis. A produção de álcool, no Brasil, saltou de 500 milhões de litros para 13 bilhões de litros, em cerca de 7 ou 8 anos. Se verificarmos no que tange ao petróleo equivalente, isso é muito mais impressionante do que os saltos que a Petrobras fez – sem desmerecê-la. Do ponto de vista energético, o programa teve essa importância.

É emblemático, já trazendo mais para os momentos atuais, que o último programa de longo prazo da Eletrobrás, de 2000 a 2009, registra como sendo a alternativa da cana a mais barata, a de menor investimento, que tem 10 mil megawatts. Está tudo listado lá no programa. Agora, nas conclusões do relatório, simplesmente, esse assunto é esquecido.

Então, a minha impressão é de que se desenvolveram certos preconceitos. Isso era uma novidade, mas era uma novidade – como a Ivonice estava dizendo – que ficou, assim, meio solta no ar. Hoje, a questão da cana é articulada no Ministério da Agricultura. No entanto, ela é um insumo energético equivalente a, mais ou menos, metade do petróleo produzido no Brasil.

Então, parece-me que há questões complexas. A minha sensação é a seguinte: se tivéssemos deixado o mercado funcionar como vinha acontecendo, se não tivéssemos tido esses acidentes de trabalho que aconteceram, certamente – talvez – a cana daria um salto grande. Por uma razão muito simples: o Proálcool está fazendo 20 anos hoje, ou seja, os sistemas de vapor, que são ineficientes, que são velhos, estão chegando ao fim da vida útil. Então, um grande número de usinas está diante do seguinte dilema: substituo

pelo que tinha, fico business as usual, ou vou investir naquilo que é mais pesado, mas vou ser mais eficiente e vou vender esse quilowatt-hora. O que me parece é que agora é que está havendo essa movimentação. É complicado.

Essas usinas vieram de uma situação que foram supercolocadas sob pressão, em primeiro lugar, de uma política cambial que prejudicou os dois produtos dela, o açúcar e o álcool, que tinham que competir com a gasolina que era subsidiada pelo petróleo, e os preços do petróleo tinham chegado a 10, 12, 13 dólares, o que era imbatível.

O que acho importante, e aqui já foi mencionado, porque o fracasso do álcool... Como um fracasso? Tudo a que ele se propôs no início saiu do outro lado. Quer dizer, substituir a gasolina, a queda foi total. O único problema que poderíamos dizer que foi realmente um tropeço importante foi em 1991, quando houve uma falta temporária no Rio de Janeiro, que era perfeitamente evitável. Hoje a história mostra, houve desvio de navios, quer dizer. No entanto, foram umas três semanas no Rio de Janeiro. E o que é isso diante da situação que estamos vivendo hoje na questão da energia elétrica? E nesse momento específico é que é uma loucura total. O preço do álcool é competitivo. Você enche o tanque e anda com 50% a menos de dinheiro. A indústria está meio hesitante, tem vendido cerca de 10 veículos por ano. E o pior é que se não houver uma retomada nos próximos dois anos provavelmente vai chegar um momento em que os postos de repente vão deixar de fazer, e aí você vai ter uma quebra brusca. Essa queda brusca substituindo o álcool pela gasolina hoje custaria à balança de pagamento 700 ou 800 milhões de dólares por ano. Então não vejo como um fracasso. Muito pelo contrário, hoje só está construído dentro dessa biomassa da cana todos os fatores para no futuro ser melhor ainda. Vamos ver, se se produzir eletricidade, de repente a eletricidade vai ser um terceiro business quase tão grande quanto o álcool e o açúcar, com outro ciclo e vai ficar mais tempo. O DNA da cana, quer dizer, hoje você conhece mais da cana, você pode então partir para produtos mais rápidos voltados para a questão da energia. O mercado está aberto. Em princípio elas podem estar vendendo. Então existe tudo nesse sentido.

Complementando, eu queria dizer que me parece que, a partir dessa idéia que se desenvolveu do mercado, quer dizer, desde 1998, veio meio canhestro, ela provavelmente vai dar esses sinais. Não adianta a gente dizer que o óleo é que é melhor, a biomassa fixa mais mão-de-obra no campo. Não tenho a menor dúvida de que vamos estar andando para a

questão descentralizada. E o meu grande medo nesse momento é ver a Petrobras jogada no colo de um problema, quer dizer, fecharam a Eletrobrás e aí resolveram fazer da Petrobras aquela Eletrobrás que de repente está fechada. E a Petrobras está fazendo aquilo, não adianta, se a gente pedir a um elefante para dançar um balé ele vai ser desajeitado. E o que está acontecendo é isso. A Petrobras conseguiu ter esse tubo pronto e não vender gás durante um ano ou um ano e meio. O que fez Portugal? Foi na frente, desenvolveu o mercado de gás exatamente em cima da co-geração, quando o tubo chegou a 30% dele já estava lotado. Então, esse tipo de coisa é mais difícil. Uma empresa tipo a Petrobras com o corpo pequeno vai tender a pensar centralmente grandes usinas e isso significa condenar o Brasil a botar 8 mil megawatts funcionando com uma eficiência muito baixa. E o pior: quando esse gás for necessário pela indústria – porque os preços da energia elétrica vão subir –, quando ela for procurar esse gás, a Petrobras vai dizer: infelizmente estou comprometido com o meu gás, quem sabe você não continua aqui com o óleo. Enfim, todos os problemas que já vinham ocorrendo.

Esse me parece que seja o grande risco agora.

O SR. FERNANDO FERRO – Dr. Jayme, parece-me que seja a mesma analogia da questão da Aneel, que está voltada à questão hidrelétrica. É justamente a questão do elefante, que o senhor estava relacionando ao caso da Petrobras, com as termelétricas. É justamente dar mais agilidade. Pode não ser agência, mas um organismo, alguma coisa que desse agilidade e celeridade às energias renováveis, sobretudo sob o ponto de vista de energia distribuída.

O SR. JAYME BUARQUE DE HOLANDA – Finalizando, eu queria colocar uma observação, que o Deputado Fernando Ferro levantou aqui, da importância e da eficiência energética, tudo o que conversamos aqui é eficiência energética. Agora, nesse momento, uma instituição como a nossa ousava dizer que reduzir 20% era uma coisa possível. Nunca nos ocorreria fazer da forma como foi feita. Ou seja, um dia dizer: “mês que vem se não reduzir 20%”. Agora, qual está sendo o testemunho brasileiro: “puxa, até que a coisa não é tão difícil”. Isso poderia ter sido feito programadamente, ao longo de um ano e meio, sempre foi a tese do nosso instituto, nós sempre brigamos por isso. E nós chamamos a atenção de um fato. Essa acomodação de 20%, uns 10% voltam, aquele negócio de dizer para o filho: apaga a luz. Essas coisas de hábito voltam, agora um conjunto de coisas que estão acontecendo estão sendo estruturais e essas coisas estruturais não, elas ficam, as pessoas aprendem. Te-

nho até medo é que de repente o povo brasileiro, que instalou 10 mil megawatts um mês e meio, já esbarrou todas essas alternativas que se conversou. De repente o que vai acontecer? Está se suprimindo tanta coisa a curto prazo, está havendo tanta abarcação, que de repente vamos estar exatamente com problema ao contrário, entupido aí com os quilowatts/hora, a um custo monumental, ao passo que soluções mais suaves vão ser importantes.

Se puder chegar à Câmara de Gestão, é que essas coisas emergenciais sejam emergenciais, mas de repente, quem sabe, pensar um pouquinho a longo prazo, porque eu acho que algumas dessas coisas: por exemplo, uma coisa que vai assustar um usineiro é a síndrome de salvador da pátria. Eles foram chamados há vinte anos, foi-lhes dada uma missão que ninguém acreditava ser possível cumprir, saíram do outro lado, foram de 500 milhões de litros para 13 bilhões. Ninguém no mundo acreditava. Sei lá, tudo era impossível. A vinhaça que sairia iria acabar com os rios, mas depois virou um adubo.

Enfim, com essas dificuldades todas, de repente, é claro que hoje, diante de uma crise, é colocado o desafio, vamos fazer cinco mil megawatts, três mil. Quer dizer, eu não, depois, amanhã, vocês me dizem que não, que choveu muito, infelizmente vamos ter que desligar o seu gerador porque senão a água vai embora. Também existe isso, que é preciso ser levado em conta. De certa forma o mercado está montado aí. Vai estar sinalizando positivo. Mas é preciso que as coisas a curto prazo não matem as de longo prazo.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Só para complementar, Dr. Jayme, o Fernando Ferro não está presente. A idéia nossa de conservação, evidentemente tudo o que os senhores disseram tem a ver com a conservação no campo da produção. Mas é também no capo do consumo, daí a necessidade de se fazer uma audiência sobre retrofitem, sobre arquitetura bioclimática, uma série de elementos que podem contribuir para isso no campo do consumo de energia.

O SR. JAYME BUARQUE DE HOLANDA – Estou de pleno acordo. Nosso instituto existe sempre com a visão de grande fervor, quer dizer, a energia desde o seu surgimento conforme a natureza deu até o ponto ali. Esta sala aqui é um exemplo de mau uso de energia que ...

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Jayme.

Lembro aos Srs. Parlamentares a visita que esta Comissão estará fazendo, a partir de amanhã até o dia 7, às hidrelétricas do rio São Francisco.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 18h55min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2001-CN, COM A FINALIDADE DE “ESTUDAR AS CAUSAS DA CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NO PAÍS, BEM COMO PROPOR ALTERNATIVAS AO SEU EQUACIONAMENTO”.

10ª Reunião Realizada em 21-8-2001.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e um às dezesesseis horas e um minuto na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia e ainda com as presenças dos Senhor Senador Paulo Souto e Senhores Deputados Juquinha, Ney Lopes, João Colaço, Fernando Ferro, Airton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, José Carlos Aleluia, Robson Tuma, Sérgio Novaes, Clementino Coelho e Luciano Zica, membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Registra-se as presenças dos Deputados Raimundo Matos, Eduardo Campos, Ivanio Guerra, Francisco Garcia e Jorge Khouri. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a presente reunião destinava-se a ouvir as exposições dos Doutores. Com o Tema: Sobre a Estrutura Tarifária Versus Consumidor Livre – Luis Carlos Guimarães – Representante da ABRADÉE. – Paulo Ludmer – Diretor Executivo da ABRACE. – Walfrido Victorino Ávila – Presidente da ABRACEEL. – Paulo Henrique Siqueira Born – Diretor de Assuntos Regulatórios da Empresa Duke Energy International e – José Mário Abdo – Presidente da ANEEL. – os expositores foram questionados pelo Relator Senador Paulo Souto e pelos Deputados Airton Dipp, Clementino Coelho, Fernando Ferro, Luciano Zica, José Carlos Aleluia e Juquinha. A Presidência comunica que não haverá reunião na próxima quinta-feira por não ter agenda confirmada e retornando os trabalhos no próximo dia 28.08.01 para as exposições dos Presidentes da Eletrobras, Eletro-norte e Furnas. Nada mais havendo a tratar, a Presi-

dência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a décima reunião da Comissão Especial Mista, criada pelo Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição dos senhores: Dr. Luis Carlos Silveira Guimarães, representante da empresa Abradee – Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica; Dr. Paulo Ludmer, Diretor Executivo da empresa Abrace – Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia; Dr. Valfrido Ávila, Presidente da empresa Abraceel – Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica; Dr. Paulo Henrique Siqueira Born, Diretor de Assuntos Regulatórios da empresa Duke Energy International; e Dr. José Mário Abdo, Presidente da Aneel.

A exposição será sobre o tema “Estrutura Tarifária x Consumidor Livre”.

Indago se há necessidade da leitura das Atas das reuniões anteriores.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura das Atas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Atendendo a solicitação do Senador Paulo Souto, está dispensada a leitura das Atas.

Aprovadas as atas das reuniões anteriores.

Não existe expediente sobre a Mesa.

Solicito que sejam conduzidos à Mesa, pela Secretaria, os senhores expositores: Dr. Luis Carlos Silveira Guimarães, Dr. Paulo Ludmer, Dr. Valfrido Ávila, Dr. Paulo Henrique Siqueira Born e Dr. José Mário Abdo. (Pausa.)

Informo que cada expositor terá o tempo de 15 minutos para fazer a sua apresentação.

Vamos iniciar com o Dr. Luis Carlos Silveira Guimarães, representante da empresa Abradee – Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica, a quem concedo a palavra para a sua exposição.

O SR. LUIS CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES – Boa tarde a todos. Primeiro, cumprimento a Mesa,

agradecendo, já diante mão, a oportunidade de estar presente para falar do tema diretamente relacionado com as atividades das empresas da Abradee. Vou tentar aproveitar ao máximo os 15 minutos e tentar expor, em síntese, o nosso pensamento sobre essa questão do consumidor livre e da estrutura tarifária.

Hoje, inclusive, tivemos de manhã, aqui mesmo no Senado, um seminário, no Auditório Petrônio Portela, e tivemos a oportunidade de tocar nesse assunto, em passant, porque uma das preocupações das distribuidoras diz respeito especificamente a essa questão da conceituação do que vem a ser o consumidor livre e como isso será efetivamente implantado.

Dentro da concepção do modelo, há um entendimento geral, que é o nosso também, de que, dado que vamos ter competição do lado da oferta e do lado do consumo, ou seja, mantendo a transmissão e a distribuição regulada, mas as outras duas pontas sob regime de competição, sob regime de mercado. Há o nosso entendimento de que efetivamente, para que isso possa acontecer, teremos que necessariamente impor, pelo menos às empresas reguladas, um tipo de estruturação tarifária que reflita no preço praticado o custo/serviço. Não há maneira de se manter mais consumidores subsidiados. O subsídio poderá ocorrer, evidentemente, de duas formas, uma primeiro forma é o subsídio generalizado, ou seja, tarifas baixas, que penso que têm tudo a ver até um pouco com o que está acontecendo hoje, e a outra questão é a tarifa com subsídio cruzado, e às vezes até as duas coisas ao mesmo tempo.

Há as tarifas baixas; quem está sendo afetado por uma tarifa aquém do custo, evidentemente, terá dificuldade de decidir por competir fora do ambiente das concessionárias de distribuição; e aqueles que têm um subsídio cruzado, ou seja, às vezes a tarifa poderia estar num nível adequado na média, mas alguns pagando mais e outros pagando menos, nesse caso, aqueles que estariam pagando menos também necessariamente não se sentiriam dispostos a abandonar a concessionária e entrar no regime do mercado diante de um preço que não reflete evidentemente a realidade dos custos.

O nosso entendimento é que uma coisa que tem que ser perseguida, naturalmente, é uma reestruturação tarifária que leve num prazo compatível, porque afinal de contas os consumidores estão no sistema já algum tempo praticando um determinado tipo de tarifa, o mercado se organizou em relação a isso, mas em algum momento deverá ocorrer essa sinalização para o equacionamento do problema, para que seja

implantada a competição em todo aquele mercado que estará liberado.

A questão nossa passa por saber, exatamente, em primeiro lugar, qual é o mercado que será efetivamente liberado, hoje já temos sinalizado, por meio da legislação existente de regulamentos, consumidores acima de três megawatts. Tivemos, há pouco tempo, se não me engano em 1999 ou 2000, não tenho certeza, uma audiência pública com uma resolução que sinalizava a possibilidade de a partir de 2005 haver uma liberação total do mercado. Se isso vier a acontecer o que acabei de dizer tem que prevalecer para todos, na medida em que se pressupõe, pelo menos em tese, a possibilidade de todos os consumidores optarem, num determinado momento, pela liberdade, porque a legislação é clara, o consumidor tem a opção de ser livre, ele não é livre compulsoriamente, é livre por opção.

Resta até definir, e esse é um conceito que não temos claro, mas deverá ser necessariamente definido, é se ele, uma vez livre, poderá voltar a ser cativo, porque constitucionalmente o serviço de energia elétrica é um serviço público, e sendo assim não sei se amanhã as concessionárias não serão obrigadas, na medida em que o consumidor retorne, a atendê-lo na forma de um consumidor cativo novamente. São questões que estão no ar e nos preocupam bastante. O que acontece como setor, e tivemos oportunidade de dizer na outra mesa que debatemos essa mesma questão, diante do quadro atual de falta de investimento, porque a caracterização do consumidor como cativo ou livre muda radicalmente a posição da concessionária diante do seu mercado.

Explicando melhor, se todos os consumidores fossem compulsoriamente livres, o que está até sinalizado por essa resolução, a situação seria realmente de competição no mercado, e se ele não puder voltar a ser cativo, se compulsoriamente se tornar livre implantamos o mercado de energia elétrica, tiramos a conotação de serviço público na energia elétrica, que passa a ser uma mercadoria como outra qualquer. Evidentemente, as concessionárias de distribuição passam a ser concessionárias de rede de fio, uma gestora de ativos, com preços controlados, neutros e iguais para todo mundo. A partir daí, constituem-se comercializadoras, e partimos para a disputa do mercado, entendendo que a eletricidade é uma mercadoria como outra qualquer e amanhã alguém pode não tê-la, na medida em que é uma competição de mercado.

Se isso não acontecer, ou seja, se formos obrigados a admitir o consumidor como cativo ou se a le-

gislação eventualmente vier a regulamentar de uma maneira diferente em que permaneçamos como consumidor cativo, isso muda um pouco de figura, porque para o consumidor cativo nós seremos sempre as concessionárias prestadoras do serviço público com a obrigação do atendimento daquele consumidor. Isso tem tudo a ver inclusive com o tipo de contrato de compra de energia que faremos. Hoje, uma das dificuldades que estão ocorrendo para que sejam viabilizados os tais PPAs, os tais contratos de suprimento, é o fato de as distribuidoras não saberem exatamente qual mercado ela terá para frente, qual será o mercado cativo, qual será o mercado livre, se ele será cativo, se ele será livre e em que proporção será.

Essas são as questões que estão mais ou menos no bojo da discussão em termos de consumidor livre e consumidor cativo, ou seja, precisamos primeiramente caracterizar exatamente o conceito; uma vez conceituado, para os livres, evidentemente, se partimos do princípio de que eles serão sempre livres, ou seja, compulsoriamente livres, eles terão que ser atendidos pelo mercado e, nesse caso, todas aqueles consumidores por demanda que se incluem nessa categoria necessariamente na concessionária deverão ter tarifas cobradas pelo custo, de tal maneira a se evitar o impacto na competição.

Chamo a atenção para um detalhe. Essa questão do consumidor livre tem que ser muito bem pensada porque hoje, dentro da tarifa, temos uma série de encargos setoriais: pagamos RGR, pagamos CCC. Existe um Projeto de Lei que inclusive está sendo avaliado por esta Comissão, o de nº 2. 905, que prevê uma CDE – Conta de Desenvolvimento Econômico, se não me engano. Existem outras possibilidades sendo pensadas no próprio projeto de lei e em regulamentos que já estão vigorando de compra compulsória da concessionária de energia naturalmente mais cara: energia de PCH e eólica. Esse é um problema complexo, pois, à medida em que se permite a liberação de determinados consumidores, passa-se essa conta, se não for muito bem equacionada, aos consumidores que ficam, que são os menores. Devemos ter muito cuidado na hora de liberar os consumidores para evitar que aqueles que saíam não paguem os encargos daqueles que ficam, pois uma população pequena pagaria uma série de encargos que não tem a ver somente com eles.

Nosso entendimento é o de que isso tem que ser muito bem equacionado, de tal maneira a se passar isso necessariamente para o custo da rede, que será utilizada por todos.

Hoje temos uma discussão muito grande com a Aneel. Temos a preocupação de liberar a construção de rede para uso privativo, o que hoje já está ocorrendo e há uma pressão muito grande nesse sentido. Além de o consumidor se tornar livre, ainda ter a possibilidade de construir sua própria rede. Nesse caso, ainda que eu passe esses custos, que são encargos para a rede, esse consumidor que saiu, que é livre, acaba não contribuindo para os encargos, que não são relativos ao fornecimento de energia elétrica. Uma conta de consumo de combustível, uma RGR, uma CDE e compra de energia alternativa mais cara não é uma conta que deva ser suportada apenas pelos consumidores cativos que restam.

Voltando ao início, para encerrar minha fala, hoje se presencia – eu poderia depois deixar alguns números que temos aqui – que basicamente toda alta-tensão

deixar alguns números que temos aqui. Basicamente, toda a alta tensão, de ponta a ponta, desde o A1, quer dizer, do 230KV, 138 KV, que são os grandes consumidores até os consumidores de alta tensão, porém mais baixa, de 13,8KV, considerados os preços atuais que pagamos da energia para o gerador – e estamos pagando relativamente baixo diante dos valores que serão praticados pelas térmicas que estarão entrando –, mesmo considerando os valores que pagamos hoje, considerando ainda os custos de uso do sistema de transmissão, considerando os custos da conexão e considerando os custos de uso da rede de distribuição, que são inexoráveis, são custos pagos e são devidos ao fornecimento a esse tipo de consumidor, a margem das distribuidoras é negativa. Ou seja, esse tipo de consumidor está sendo subsidiado, não necessariamente os trabalhos que tenho aqui, pelos consumidores menores. Não estou fazendo referência que sejam subsídios cruzados, mas estão sendo subsidiados na medida em que os preços praticados estão bem aquém dos preços que deveriam ser praticados para remunerar os ativos das empresas que estão fazendo esse tipo de fornecimento.

Evidentemente, esse tipo de consumidor, dentro de um mercado competitivo, que é o mercado sinalizado pelo modelo, jamais terão incentivo a deixar suas respectivas concessionárias para tentar a vida com outros fornecedores. Isso, de certa forma, afeta a competição e afeta mortalmente o modelo que está implantado, que é o modelo de livre competição nesse dois segmentos de geração e no segmento de comercialização.

Era o que eu queria dizer. Posso deixar alguns números para V. Ex^{as} terem uma idéia dessas diferenças.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Luis Carlos.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Ludmer, Diretor-Executivo da Abrace – Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica.

Dr. Paulo, V. S^a dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

O SR. PAULO LUDMER – Muito obrigado aos nobres Deputados e Senadores, muito obrigado aos organizadores deste encontro nesta Comissão. Apenas uma correção, Sr. Presidente Antonio Cambraia, a Abrace envolve consumidores de todas as energias e não somente da energia elétrica. Está grafado equivocadamente o nome da entidade, que é Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia. Mas isso é uma coisa sem importância. As pessoas, às vezes, percebem a Abrace como sendo exclusivamente usuária de energia elétrica.

A Abrace reúne 53 complexos industriais espalhados em todo o País. São controladores e constituem principalmente a indústria de base e agrega os primeiros valores na cadeia produtiva e, sem esses participantes, nada para frente nessa cadeia se desenvolve. Ninguém agrega valor na cadeia industrial brasileira sem as indústrias da Abrace. As indústrias da Abrace, por exemplo, são 100% da produção de cloro e soda cáustica no Brasil e são onipresentes em todos os produtos. Não há nada nesta sala, absolutamente nada, nem no nosso corpo, que não tenha cloro e soda, que são eletrointensivos. Os gases industriais são muito presentes. Para se fazer gás industrial até 65% do custo é energia elétrica. Pára-se toda a cadeia produtiva se não colocar nitrogênio, por exemplo, numa central petroquímica, numa refinaria, que explode sem nitrogênio. E o nitrogênio é um eletrointensivo.

Páram-se os hospitais, a saúde pública; se não se põe cloro na água não se faz saneamento

básico sem esses vilanizados eletrointensivos, na atual crise de energia elétrica.

Alguém disse que não se agrega valor. Quando usamos um sabonete, ele é totalmente soda cáustica e a virtude de agregar valor ficou para a indústria de higiene e limpeza, mas fizemos basicamente a ausência do produto, todos os cloro-derivados etc.

São produtos que não se pode importar. Para se parar uma indústria de cloro-soda, tem de se trazer um navio de água, com 13% de hipoclorito. O resto é

água. Para se trazer gás industrial, é impossível, economicamente inviável. Então, não são todos os eletrointensivos passíveis de substituição e de importação.

A Abrace agrega 100% do cloro-soda, 100% do alumínio, 100% do cimento, 100% da siderurgia. Esse é o mínimo para ser sócio da Abrace. São empresas muito grandes. No Brasil, há uma cultura de que ser grande é ser vampiro, é ser tubarão... infelizmente, não é isso. Qualquer país industrializado precisa de indústrias com essa escala. As nossas indústrias são grandes em qualquer lugar do mundo. Graças a Deus, o Brasil as tem. São essas indústrias que vão alavancar a inserção do Brasil na próxima fase industrial da humanidade. É com recursos desse tipo de agente econômico que se vai construir o futuro.

Os sócios da Abrace são 53. Cada nome desses é um nome de face. Na verdade, cada nome de face desses são dez, quinze ou mais plantas. Só uma das empresas da Abrace, a Vale do Rio Doce, consome 4,5% da energia elétrica do País. Temos plantas que consomem um Pernambuco ou um Pernambuco e meio, como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional. Consumimos mais de 45% do óleo combustível do País e mais de 33% da energia elétrica industrial do País.

Quero contestar o Guimarães, meu colega, a quem estimo. As empresas dele e as nossas precisam viver em equilíbrio, homogêneas, mas a tarifa nos divide. O que ele falou é uma "achologia". Por que "achologia"? Porque existem leis e a Aneel que podem fazer os cálculos dos custos econômicos reais das concessionárias, os custos aderentes à verdade. A Aneel acabou de concluir duas audiências públicas – o Dr. Abdo está aqui e espero que ele fale sobre isso –: a 003 do ano 2001 e a 007 de 2000. Nessas audiências públicas, a Aneel criou uma fórmula virtual, por meio da qual as distribuidoras que o Dr. Guimarães representa podem entrar com seus valores reais e mostrar à sociedade qual é o verdadeiro custo. Naturalmente, temos absoluta confiança nos técnicos da Aneel, na auditoria desses dados. Então, por que proteger margem desse setor, sem olhar custos? Custos compõem a margem. Por que só falar em preço? Segundo a Abrace, temos é que investir na consistência do modelo, fazer esse modelo ocorrer. A política tarifária é um derivativo de um modelo que o País venha a escolher. Vínhamos de um modelo intervencionista e estamos entrando num modelo de competição, mas fomos apanhados por esse racionamento no meio. No entender desses segmentos industriais aí descritos, o que precisamos é que haja competi-

ção na geração – ela está interrompida – e livre acesso a preços atraentes para que haja consumidores livres. Esses preços ainda não foram suficientemente atraentes. Essa é a razão mais o racionamento e outras de natureza regulatória e não-regulatória que inibiram a prosperidade da massa de consumidores livres como os nossos.

Não é com tarifas que se faz as nossas empresas girarem. Estamos preocupados com disponibilidade, qualidade e preço – preço é competitividade –, o Brasil tem obrigação de ser competitivo em tarifas de energia elétrica, porque isso faz parte da sua natureza. Não se trata do fato de que eletrointensivo agrega mais ou menos valor, e sim de que é preciso uma política industrial, uma política econômica nacional que induza os eletrointensivos ou outros parceiros econômicos a agregarem mais valor a certos produtos que são exportados.

Não é destruindo a indústria eletrointensiva que se vai conduzir o Brasil, mas induzindo a indústria a investir na transformação de algum desses produtos que são commodities.

O Sr. Paulo Souto, nobre Parlamentar da Bahia, sabe o quanto foi importante a nossa presença em seu Estado. Não merecemos o tratamento que nos tem sido dado, temos sido vilanizados.

Eu gostaria de mostrar que somos...Aqui, de todas as nossas empresas, 2/3 delas são auto-geradoras. Não é preciso tarifaço para que nossas empresas gerem. Do ponto-de-vista de segmento da iniciativa privada temos dado a resposta. O alumínio está investindo no momento 5 bilhões de dólares em plantas. Todas as petroquímicas, as papelerias, as siderúrgicas, temos co-geração, térmicas, o que vocês quiserem inventar.

Portanto, é falso imaginar que investimos porque a tarifa está alta. Investimos porque temos confiança no modelo, na atual Aneel e no que ela pode vir ainda a desenvolver se o País lhe der a legitimidade de que ela precisa e merece para implantar esse modelo novo.

Vi hoje pela manhã no Auditório Petrônio Portella, aqui do lado, a Aneel ser acusada de que teria defendido o consumidor excessivamente. É claro que Aneel procurou o equilíbrio. Quantas vezes fomos derrotados junto à Aneel em nossas teses.

Precisamos de confiança. É por aí que iremos investir, ser livres, fazer mais auto-geração e mais tudo o que sempre procuramos oferecer como compromisso social e econômico a nossa sobrevivência. Ademais, porque aumentar todas as tarifas linear-

mente antes de aplicar o que a lei já nos propicia que são as regras da Aneel? Quero ver as contas.

Fala-se em subsídio. Há duas ou mais décadas que as distribuidoras e o setor elétrico não medem, nobres Parlamentares, a tipologia de carga. Eles não sabem o custo real de uma empresa na rede. E não sabem porque o Brasil não está acostumado com medição.

Então, uma empresa que está em um bairro isolado de uma grande cidade, hoje conurbanizada, a tipologia de carga é completamente outra, os custos são outros.

Sem custos, sem legitimidade da sociedade em relação a custos, não podemos aceitar tarifas. Já pagamos o parque gerador que aí está, que é de 60 Giga Watts, que está instalado. Pagamos durante todas essas décadas, pagamos toda a Chesf, toda a Eletronorte, todos foram remunerados. Quanto a essa energia, os ativos estão depreciados. Temos de pagar o preço da nova geradora, de 40 a 50 dólares, ao preço da crise, com o custo Brasil do jeito que está, sem política tributária definida, sem política ambiental e de recursos hídricos completada.

Por que temos de pagar duas vezes ao preço máximo? Por que setor ofertante de energia, geradoras e distribuidoras, têm de ser poupado do ônus do racionamento que assolou toda os segmentos da sociedade por igual? Por que essa cultura de que são um castelo isolado e diferente?

Por serem concessão do serviço público, eles tem as vantagens escritas no contrato de concessão, que a Aneel tem se esmerado para que seja cumprido.

Os senhores a ênfase. Essa é a primeira mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado Dr. Ludmer.

Concedo a palavra ao Dr. Valfrido Ávila, Presidente da Abraceel, Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica para sua exposição por 15 minutos.

O SR. VALFRIDO ÁVILA – Boa tarde a todos. Início, agradecendo ao Deputado Antonio Cambraia o convite, saudando o Senador Paulo Souto e demais companheiros da mesa, Srs. Deputados.

A Abraceel é a Associação Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica. A Associação dos Comercializadores é um fruto direto da reforma que se implantou no País, pois representa um novo segmento de empresas que se instalaram a partir de

1998, quando se iniciou a possibilidade de comercializar livremente energia no Brasil.

É importante que se fale dessa associação, pois hoje já existem 32 empresas autorizadas pela Aneel para atuarem nessa parte do setor elétrico.

Sobre o assunto, a estruturação tarifária e o consumidor livre, é importante que voltemos também ao princípio do modelo. Por que foi implantado o modelo? Por que existem os comercializadores?

O nosso modelo foi criado para, basicamente, dois princípios. Um deles é o de garantir a expansão do setor elétrico. E aqui apresento esta transparência, que mostra – na parte superior –, em números oficiais, o crescimento do setor elétrico e a necessidade que o Brasil terá de energia para se desenvolver. É muito importante que tenhamos isso na cabeça: por que garantir a expansão e o crescimento da nossa economia. Se não crescermos com a nossa economia, não atenderemos aos auspícios que a Nação deseja para poder sustentar não só a indústria como também todos os outros segmentos da sociedade.

Como estava prevista na reforma essa expansão? Não podemos esquecer que vínhamos de um sistema em que o investimento era todo estatal. Hoje, não se vê mais a possibilidade de o Estado investir em nova geração. E o que precisamos é resolver essa parte de cima do gráfico vermelho. Só ela dará tranquilidade e vai nos livrar do famoso apagão. O Brasil continua crescendo mesmo sem haver novo desenvolvimento? Só com o crescimento espontâneo da população é necessária uma demanda de energia. Nesse caso, seremos obrigados, se não quisermos entrar num risco maior, a resolver essa parte de cima. E isso está sendo proposto de forma a atrair o capital privado tanto nacional como estrangeiro. A reforma foi baseada nas oportunidades a novo acesso: a geração tanto do capital nacional como estrangeiro. E como ocorreria isso? Implantando uma competição. Busca-se uma modicidade tarifária. A proposta é inteligente, mas como resolveremos isso? Esse é um problema. Não podemos também deixar de ver as raízes do que está ocorrendo no Brasil.

Nós tínhamos a energia velha e se fala que a energia velha é preço módico, é isso, aquilo, mas também se fala que as empresas não tinham rendimento. Então, as tarifas não eram tão representativas, e não eram representativas porque em outras épocas a levamos outra vez o setor à falência. Não podemos esquecer que o Tesouro aportou muito em outras épocas da sociedade. Isso tudo faz parte do que estamos aqui falando hoje. Agora esse problema de energia velha e energia nova deve ser resolvido, porque à me-

didada em que nós vamos entrando com energia nova, se nós não formos tendo também uma transição de colocar essa energia velha junto no mercado com a energia nova, e aí eu gostaria de fundir os dois termos. Nós só temos energia, a energia eletro não é pintado, nós vamos ter dois preços ou talvez impedir a competição. Se fala muito nisso e é importante, a Aneel vem colocando que essa transição começa a partir de 2003 e termina em 2006, e que essa energia então teria uma forma de transação.

Eu gostaria de mostrar o que pode acontecer com o preço da geração. Na sequência, vamos falar também das demais partes de especificação da tarifa. Mas uma análise simples do que está acontecendo hoje, vemos aqui, neste gráfico, preços de um lado e o tempo de outro. Temos em verde o nível de preço de energia de geração da Região Sul, logo em seguida da Região Sudeste e lá em cima, esse risco preto, a geração de Itaipu. A geração de Itaipu, já por si só, quase 20% ou 25% do mercado hoje, vai continuar regulada. Mas notem depois, em vermelho, cada ponto deste anual seria a média dos preços que existem hoje no programa de sinal de geração, esses preços todos levados a um tratamento que a Abraceel fez da média das usinas hidroelétricas e termoeletrônicas. Vendo, então, como se comportam esses preços, podemos dizer que se houver a liberação de preços da energia velha e considerando a energia nova, teríamos uma leve subida aqui de um patamar de 25 dólares, já perto dos 35, 40, que é o que se fala hoje do custo da energia que está se projetando no Brasil.

Agora nós podemos esquecer que as melhores usinas hidroelétricas já foram construídas no passado e foram construídas de forma a se aproveitarem primeiro os melhores empreendimentos. Hoje, para os grandes centros, temos a energia térmica de gás ou outros combustíveis, a nível de preço um pouco superior. E isso leva a um impacto do lado geração, que já se sabia desde o início da reforma ou também desde quando se deixou de investir por causa que as tarifas não retornavam e não trazia o investidor para resolver o problema que o mercado requeria.

É importante agora que vejamos quais os impactos que nós teremos sobre a tarifa regulada ou também depois, quando a tarifa estiver livre, teremos que conviver ou teremos que resolver na competição que nós estamos antevendo para o setor.

É importante a implantação do modelo. Se não tivermos a implantação total do modelo, não vamos saber de resultado nenhum. Isso deve ser encarado e os passos devem ser dados paulatinamente, assim como a Aneel já propôs. Agora, é muito importante

que esses passos sejam cumpridos, porque os investidores e nós, comercializadores, só vamos fechar contratos se virmos confiança nessas regras e que elas possam trazer garantia do retorno dos investimentos, e também a qualidade de fornecimento e abastecimento para todas as áreas que requerem.

E aí é importante o processo de privatização, por quê? Hoje, 70% ou 80% da energia ainda estão em mãos estatais e a nova geração de investidores privados que foi concebida para vir, tanto nacionais como estrangeiros, precisa saber dessa sinalização. O processo de privatização pode até ocorrer ou não, mas é importante que o novo investidor saiba qual é o jogo que ele está jogando, porque senão fica difícil haver a competição. Precisamos tirar uma forma que permita essa competição, daí termos um sinal de como esse problema vai ser resolvido.

Depois, temos a desverticalização. É importante que as empresas que estão verticalizadas, hoje, sejam abertas pelo menos na parte contábil, como já foi também proposta da Aneel, e que esses números sejam de conhecimento de toda a sociedade. Isso significa dizer que cada consumidor, na sua casa, possa saber quanto paga na sua tarifa de geração, de transmissão, de distribuição e de comercialização, quer dizer, todas essas parcelas precisam estar bem claras, porque nas duas pontas, na parte de geração e na de comercialização, teremos competição. O consumidor poderá comprar a energia do gerador que melhor o abastecer e também do melhor comercializador – o que der a melhor condição a ele – e a Aneel poderá trabalhar na parte de transmissão e distribuição, garantindo competitividade e melhor atendimento ao consumidor.

Há, ainda, a operacionalização do MAE. O modelo criou o Mercado Atacadista de Energia. Sem ele funcionando também, com as garantias que requer, não poderemos efetivar a competitividade, nem a atratividade do capital, porque o mercado livre é condição, dentro do modelo atual, **sine qua non**, para que esses investimentos se concretizem.

Além disso, a legislação complementar é muito importante. Sabemos que, embora a legislação, hoje, permita todas as contratações possíveis entre consumidores livres e geradores de qualquer sistema, também é importante que essa legislação complementar traga para o setor uma concretização do modelo atual. É importante que não haja, nessa nova legislação e também nas resoluções, desvirtualizações do que se estava concebendo ou dos passos dados no sistema, para que os agentes que já entraram ou os que

poderão vir a entrar não se contradigam nas suas resoluções.

A liberação dos contratos iniciais – como já mostrei quando falei sobre preços –, de certa forma, causará impacto nas tarifas. Acreditamos que, também na transmissão, distribuição e comercialização, poderá haver um impacto positivo.

Embora, com relação à geração – como falou o Dr. Paulo Ludmer – haja certo temor de que aumentem muito os preços, pensamos que, nos outros três pontos da tarifa, a competição e a atuação da Aneel poderão talvez compensar o que ocorrer, principalmente quando o sistema estiver com uma oferta bastante equalizada e atingir os níveis de garantia de 5% ou aquele que se espera.

O preço da energia nova, como falei, causa impacto. Há competição para se saber se teremos maior oportunidade e benefícios ao consumidor, de forma que tenhamos também modicidade tarifária – outro pilar sobre o qual falei.

Os encargos, como o CCC e outros mencionados, também causam impacto na tarifa. Os Drs. Luis Carlos e Paulo Ludmer disseram que esses encargos tarifários precisam ser estudados, porque foram concebidos, de início, com uma finalidade. Depois houve uma reforma. Por isso, estamos certos de que essa finalidade deve ser revista e que uma solução deve ser encontrada para que não haja mais um peso para o consumidor.

Como forma de estímulo ao consumidor livre, gostaria de destacar, primeiramente, a abertura do mercado. Sem ela não teremos competição na ponta da comercialização. Fala-se muito da abertura do mercado e do temor que causa: se o consumidor livre voltará a ser cativo. Não devemos nos esquecer de que o consumidor estará com sua tarifa regulada, quer dizer, a parte de transmissão e distribuição estará sempre sendo atendida pelo distribuidor e somente a parte de geração e de comercialização é que serão variáveis na sua tarifa. Isso é um problema quando não se sabe se haverá ou não abastecimento, principalmente para novos consumidores ou para aumento de cargas. Em ambos os casos, se o consumidor resolver exercer sua opção como sendo livre e o MAE estiver funcionando, tenho certeza de que a Aneel e o mercado terão solução. Não vejo nenhum temor para se exercer essa função.

Também é importante – já falei sobre isso – a separação contábil e a desagregação de custos. Isso é fundamental para que possa haver no lado do consumo a competição na comercialização. E, finalmente, a regulamentação na formação de preços. Existem

muitos preços no setor que vão, de certa forma, causam impacto à tarifa, via custos de transmissão, distribuição ou os encargos do sistema, que hoje são baseados ou recebem influência do custo do déficit. O custo do déficit, entendemos, que não deve influenciar na formação desses preços, e a Aneel, como órgão regulador, poderia verificar a influência desses custos hoje que recaem sobre os agentes e não refletem custos nem dos agentes e sim custos que vêm de um modelo que, quando aplicados, acabam influenciando em custos para o consumidor. Sendo ou não reconhecidos para a tarifa ou mesmo depois para os agentes – como isso vai ser colocado na tarifa, se no custo de fio, ou em qualquer outra forma –, o custo do déficit, da forma como o modelo está implantado hoje, não deveria participar na formação de preços ou que possam influir de forma alguma em qualquer tarifa. Ele é muito interessante para que se opere o sistema, para que dê sinal para novos investimentos, mas, como ele também não traz nenhum benefício para o consumidor, não poderia de trazer de forma alguma nenhuma penalidade.

Com isso encerro a minha apresentação e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Sr. Valfrido Ávila. Concedo a palavra ao Dr. Paulo Henrique Siqueira Born, Diretor de Assuntos Regulatórios da empresa Duke Energy International para sua exposição, também por 15min.

O SR. PAULO HENRIQUE SIQUEIRA BORN – Obrigado. Boa tarde, Srs. Senadores, Srs. Deputados. Agradeço a oportunidade de pronunciar esse tema que é de grande relevância para a empresa que represento, que é uma grande geradora e uma grande produtora independente no Brasil.

A minha apresentação vai tentar historiar um pouco a questão da evolução tarifária no Brasil, resumir, na nossa percepção, a atual situação tarifária, que foi um dos fatores que levou a grandes mudanças da reestruturação do setor elétrico. Em função dessa situação tarifária, estamos vendo distorções na implementação desse novo modelo e outras distorções, que são provocadas por não estar completa a reforma que não seguiu como, digamos, se previa há três anos.

Tentarei concluir com sugestões à solução dos problemas apontados.

Historicamente, o País teve um regime de custo dos serviços, ou seja, tarifas pelo custo. O setor, nas últimas décadas, era praticamente estatal, com pequenas exceções. A contenção de tarifas por muitos

anos, no intuito do controle da inflação, foi um fator muito relevante na criação da situação atual e, principalmente, no esgotamento do modelo anterior. Os grandes consumidores foram beneficiados por essa contenção tarifária, talvez mais do que outras categorias de consumidores, e essas distorções ocorreram tanto em nível geral das tarifas quanto no que chamamos de estrutura tarifária. Um termo, mais ou menos, técnico, mas que representa a relatividade dos preços, ou seja, quanto paga um consumidor residencial em comparação a um consumidor industrial.

Os níveis de investimento, como é sabido de todos, principalmente no final dos anos oitenta, início dos anos noventa, diminuíram e houve um altíssimo endividamento do setor estatal, que levou a um encontro de contas, em 1993, que custou bilhões de dólares ao tesouro. Essa situação tornou necessária uma mudança de paradigma.

Voltarei um pouco à questão tarifária, rapidamente, só para dar uma noção de em quanto contribuem as diversas classes de consumidores no nível de consumo e em quanto contribuem para a receita total do setor. É evidente que temos uma contribuição maior na receita do segmento residencial e menor, proporcionalmente, do setor industrial, o que não necessariamente significa um subsídio cruzado, mas é um indicador inicial.

Dentro do setor industrial vemos que os segmentos de maior porte, que são atendidos nas tensões mais altas – que denominamos no setor elétrico “A-1” e “A-2”, são tensões de 230kV e 138kV – representam 25% do consumo e 9% da receita do setor. Nos industriais de menor porte essa proporção muda radicalmente.

Em relação às tarifas, na medida em que se considerem os custos provocados por... na medida em que se considerem os diversos segmentos de consumo, as tarifas atuais estão apresentadas nessa tabela. Uma referência sobre se há subsídios cruzados ou não dependeria de uma avaliação, como disse o Dr. Paulo Ludmer, dos custos de atendimento de cada uma dessas categorias de consumidores. O que temos é uma percepção de que consumidores industriais têm uma tarifa relativamente reduzida em relação a segmentos atendidos em menor tensão.

Voltando um pouco: a situação de esgotamento do modelo anterior levou o Congresso Nacional a uma grande mudança, em 1995, que foi a Lei 9.074, que criou duas figuras novas no setor elétrico: o produtor independente de energia elétrica e o consumidor livre. Essa mudança de 1995 é anterior à própria reestruturação do setor elétrico. O projeto de reestru-

turação do setor elétrico, chamado Reseb (Reserva para a Expansão dos Sistemas Elétricos Brasileiros), ocorreu mais tarde e introduziu a competição na geração e na comercialização. O projeto Reseb (Reserva para a Expansão dos Sistemas Elétricos Brasileiros) foi consolidado, mais uma vez, com a atuação do Congresso Nacional, através da Lei 9.648, de 1998, em que a transição para o ambiente competitivo foi determinada nos chamados contatos iniciais de compra e venda de energia entre geradores e distribuidores, cuja vigência termina em 2005.

Todas essas mudanças implicaram uma quebra do monopólio, tanto do lado da geração, através da figura do produtor independente, quanto do lado do atendimento, da comercialização, com a criação do consumidor livre. E, para viabilizar a competição, definiu-se um esquema de desverticalização, onde as empresas têm suas atividades segregadas nos segmentos de comercialização, distribuição, geração e transmissão. A desestatização também é um fator entendido como muito relevante para a consecução do novo modelo, onde o Estado empreendedor cederia lugar a um Estado regulador.

Entre as mudanças de paradigmas está a criação do mercado livre, e inclusive existe um cronograma de mudanças, de abertura desse mercado, de acesso dos consumidores de porte cada vez menor aos benefícios da competição. Hoje temos os benefícios da competição chegando aos consumidores que têm demanda superior a 3.000kW e sejam atendidos acima de 69kV. A partir de julho de 2003 está prevista uma ampliação desse mercado livre, estendendo os benefícios da competição para consumidores de menor porte.

Chegando às conclusões, as distorções que entendemos provocadas pela atual situação tarifária poderiam ser resumidas nas tarifas que, ressalvada a correta avaliação de custos, subsidiam as classes de consumidores potencialmente livres, criando uma situação na qual os consumidores, beneficiados pelo acesso a um ambiente competitivo, na prática, não têm muito benefício em trocar de supridor, que é o que a lei lhes permite.

O produtor independente resulta sem acesso a esse mercado, na medida em que o consumidor potencialmente livre tende a se manter atendido pela sua distribuidora com as tarifas vigentes. Esses subsídios, à proporção que se ampliassem o mercado livre, criariam uma situação insustentável, como ressaltado pelo Dr. Luis Carlos no início. Ou seja, na medida em que existissem subsídios cruzados, os clientes que hoje subsidiam as demais classes teriam

acesso ao mercado e não estariam disponíveis para ser a fonte de subsídios.

Em relação ao nível tarifário geral, ele não vinha proporcionando recursos para a expansão do sistema, especialmente na geração de energia.

Quanto à clientela livre, temos, desde 1995, a figura do cliente livre, criada pela Lei nº 9.074. Atualmente, mais de 23 mil consumidores se enquadram na condição de cliente livre, mas muitos poucos contratos foram firmados livremente, o que indica uma situação na qual a figura do consumidor livre não tem um impacto real muito grande no novo mercado.

Em relação ao fato de a reforma não se ter completado ainda, temos um problema de convívio entre os produtores independentes e os geradores de serviço público, que, pela legislação, são as empresas estatais cujo regime de concessão é de serviço público. A competição entre geradores de serviço público – que, pode-se entender, deveriam ter preços fixados por regulamento – e consumidores livres não é viável. Há necessidade de um instrumento, já que a privatização não se estende a todo o segmento de geração de energia, para permitir o convívio entre um segmento competitivo, que forma preço em mercado, e um segmento de geração regulada.

Dependendo do tratamento que se dê a essa geração de serviço público, nós, produtores independentes, ficaríamos com uma dificuldade de competição com as empresas distribuidoras, ou seja, um sistema de cotas para a distribuição da geração de serviço público nos inviabilizaria o acesso ao mercado, uma vez que as empresas distribuidoras, se forem destinatárias desse sistema de cotas como tem sido aventado, seriam beneficiadas na concorrência. Seus projetos de geração ficariam mais competitivos do que projetos independentes. E, existindo empresas verticalizadas, o risco de que a competição seja desigual pode ocorrer, visto que o acesso a informações de custo das empresas por parte de agentes reguladores nunca é total, como seria o ideal. As empresas verticalizadas podem, portanto, criar uma situação de competição desigual.

Essas incertezas do ambiente regulatório, especialmente do ambiente competitivo que venha a ser criado com a situação de andamento lento da privatização, vêm inibindo investimentos privados na expansão da geração de energia.

Como conclusão, eu diria que a solução dos problemas passa pela finalização rápida do arcabouço legal e regulatório – hoje, muito na esfera da Aneel, da própria Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e do Congresso Nacional, a pronta resolução

das disputas no MAE, a racionalização gradual de tarifas – há, sem dúvida, uma necessidade. Entendemos que subsídios, quando necessários, deveriam ser previstos em lei, buscando não inviabilizar o ambiente competitivo que se construiu. Que o novo modelo pressuponha um estímulo à produção independente, com a competição viabilizada por meio da privatização da geração ou do adequado tratamento da geração de serviço público de forma a que o ambiente competitivo não seja comprometido. Que essa competição seja nivelada para nós, produtores independentes, com empresas verticalizadas e com empresas de distribuição.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Paulo Henrique.

Concedo a palavra ao Dr. José Mário Miranda Abdo, Presidente da Aneel, para a sua exposição, também por quinze minutos.

O SR. JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO – Boa tarde! Agradeço a oportunidade ao Presidente da Comissão Especial Mista, Deputado Antonio Cambraia; prezado Relator, Senador Paulo Souto; prezados Parlamentares, Deputados Aírton Dipp, Sérgio Novais, Clementino Coelho, Fernando Ferro, Luciano Zica, Gabeira; companheiros de Mesa, Senhoras e Senhores, membros da imprensa, agradeço a oportunidade de expor e debater tema de tamanha relevância, que é a questão da energia elétrica, particularmente pelo campo da estrutura tarifária e da competição no setor elétrico.

Para ser breve, já passo ao outro ponto, dando uma idéia da estrutura.

Falaremos, em quatro partes, da competição e da estrutura tarifária, que são os temas básicos, abordando as ações necessárias e uma mensagem final.

Da Competição. Inicialmente, é importante buscar os aspectos institucionais e legais, ter uma visão clara de que o setor elétrico vive um novo momento: um paradigma de reestruturação profunda que sofreu e uma concepção comandada nessa reestruturação do setor elétrico. A reestruturação tem um marco importante a partir do ano de 1995, mas as bases foram lançadas na Constituição Federal de 1988, onde surgiu a prestação mediante licitação do serviço público e da exploração dos potenciais hidráulicos. Foi um marco importante.

Foi também importante o ano de 1993, quando foi realizado aquele importante encontro de contas, naquele momento de insuficiência tarifária e do equacionamento das dívidas. Foram US\$ 26 bilhões. Se-

guem, então, novos marcos legais, abordados aqui: a criação da Aneel, cuja implantação propriamente dita ocorreu em dezembro de 1997. Portanto, a partir de 1998, o funcionamento da Aneel. Cria-se, em maio, também do ano de 1998, a ONS. Enfim, esses são os principais pontos, que não se esgotam. Há uma medida provisória, convertida em Projeto de Lei nº 2.905, que tramita aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, o qual traz mais algumas definições de complementos relevantes no modelo do setor elétrico.

Para se ter uma visão breve, já que estamos falando de competição, onde se busca desenvolver a competição? Nas extremidades da cadeia de energia elétrica. De forma didática, esta transparência procura mostrar, no meio da cadeia, a geração, transmissão, distribuição e comercialização. O segmento transmissão e distribuição continua com regulação, portanto, com preços controlados, tarifas. São tarifas, uma regulação forte por parte da Aneel, monopólio natural. E há, nas extremidades, que seria a geração e a comercialização, uma regulamentação onde estritamente necessário.

Para se ter uma idéia, essa evolução, conforme o comando legal, é gradativa para o ambiente de competição nessas extremidades. Busca-se, então, a partir do ano 2003, uma liberação gradual do mercado de 25% ao ano da geração, concluindo, ao final de 2005, se haveria uma efetiva ampliação do mercado competitivo. Em vez de estar hoje só na margem, que é a energia nova, ele passaria, com toda a energia existente, ao término do ano de 2005. Na margem, a energia nova, o mercado spot funciona hoje, onde cada distribuidor tem uma obrigação de, no mínimo, 85% da energia para atender o seu mercado ter contratado em condições de longo prazo, podendo, então, até 15% buscar no mercado competitivo. Aí temos um ponto de dificuldade, a respeito do qual falarei mais adiante.

Como pontos básicos, podemos dizer que o consumidor livre, também uma concepção em lei – hoje já estamos aqui na vigência desta condição: acima de 3 megawatts e de 69 quilowatts, já é um consumidor livre. Sendo que um novo consumidor, acima de 3 megawatts em qualquer tensão – aqui é para o consumidor existente –, já é livre. Essa foi a evolução gradual em lei, que prevê também que, a partir de 2003, a Aneel – e assim está concebido em lei – ampliaria essa abrangência do consumidor livre e, para haver uma previsibilidade, já colocou em audiência pública uma proposta que venha a vigorar a partir de 2003, mas que está em audiência pública agora, com algumas dificuldades próprias de fechamento de um pro-

cesso desses, até porque existe, em termos de modelo de concepção, alguma contradição entre ampliar esse consumidor livre e aquela dificuldade, aqui já relatada, da própria distribuidora, de saber que mercado atenderá, que energia comprará para atender seu mercado, se esse mercado pode ter uma evolução importante ao longo do tempo.

É importante dizer qual é, efetivamente, o papel da Agência. Esclareço, na medida em que isso está disposto em lei, que a Agência, é importante marcar isso, não formula políticas, nem a política energética, tampouco a tarifária. A Aneel trata da regulação da fiscalização.

Pelo campo da estrutura tarifária, é importante citar aqui, de forma sucinta, alguns marcos relevantes. Como evoluiu a questão tarifária? A tarifa era equalizada, até março de 1993, quando houve a Lei nº 8.631. A partir daí, desqualizou-se, houve a redução do desconto e fim do efeito cascata que existia para todos os consumidores residenciais – ele acaba no final de 1995, em dezembro de 1995. Esse desconto que incidia não só sobre os consumidores de menor consumo, mas também para toda a casta residencial é chamado de efeito cascata. Ele vale para quem consumia até 200, mas também vale para quem consumia até 500, 1000, 2000Kwh/mês na condição de consumidor residencial. Esse efeito cascata foi extinto em 1995. Isso é anterior à Aneel. Foi reduzido o desconto que se dava a esses consumidores, permanecendo e criando, naquela oportunidade, um desconto de valor menor, mas criando a tarifa social, a partir do início de 96, quando consumidores, agora não só pelo consumo em torno de 200 quilowatt hora/mês, mas também por enquadramento sócio-econômico que o caracteriza como consumidor de baixa renda e que vai, por algumas características que foram definidas a nível de cada concessionária, à época estatal, que foi a época de 96, ou seja, por metro quadrado da residência, número de pontos de luz, se é monofásico e assim por diante.

Fórmulas paramétricas. A partir daí, outra evolução são os reajustes dos processos de revisão, concebidos nos contratos de concessão e iniciados em 96. Isso sofreu uma definição, em dezembro de 95, no CND – Conselho Nacional de Desestatização. O que se usa hoje nos contratos de concessões e que iniciou em 96 com as duas primeiras privatizadas: a Escelsa e a Light, no ano de 96, pegam definições do Conselho Nacional de Desestatização, definindo o que é reajuste anual, revisão periódica, revisão extraordinária, definindo o IGPM como indexador. Isso tudo faz parte da política tarifária, que não é compe-

tência da Aneel, e que foi definida, portanto, dois anos antes da existência da Agência e que prevalece em todos os contratos de concessão.

Por classe de tensão, a estrutura tarifária também tem um tratamento separando em baixa tensão, de forma simplificada, e o grupo de alta tensão. O de baixa tensão é o chamado grupo b – b da baixa tensão. Aí se enquadram todos os consumidores residenciais, os de baixa renda, o rural, a irrigação, a iluminação pública, as cooperativas, e ele tem uma tarifa convencional. É lógico que existem outras classes de consumidores, aquelas a que me refiro, mas estou apresentando de forma simplificada. O grupo de alta pertence aos valores a partir de 3,3 quilovolts indo até 230 quilovolts. Duzentos e trinta é o consumidor da categoria A-1, os grandes eletrointensivos, podendo ter a modalidade de tarifa hora/sazonal, nas categorias azul e verde. É uma forma de batismo, uma forma de chamada que foi também definida há cerca de quinze anos e que vigora até hoje.

O SR. FERNANDO GABEIRA – A diferença entre a tarifa convencional azul e verde, em termos financeiros, qual é?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Elas têm algumas diferenciações. Ambas têm uma característica hora/sazonal, mas com alguns postos tarifários diferenciados. Por exemplo, numa delas, na azul, se for acima de 69 quilovolts, só poderia ser o azul; não poderia ser o verde. Ele tem a demanda, por exemplo, demanda no horário de ponta e demanda fora de ponta, além de ter a tarifação por consumo. Então, ela possui duas grandezas: por demanda e por consumo, por megawatt e por megawatt/hora, mas considerando na ponta, fora de ponta, período úmido, período seco. Enquanto o verde já não tem a demanda na ponta e fora da ponta.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Desculpe-me, Sr. Presidente, interromper, mas eu gostaria de uma resposta em termos de valor. Quem paga mais caro: a residência ou o grupo de alta tensão?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Quanto a isso, eu mostrarei em seguida, em outra transparência. Sem dúvida, é o de baixa tensão, que consome como se fosse no varejo. Aqui temos o consumo no atacado, aquele que compra em maiores quantidades. Esse tem uma tarifa menor. O que questionamos é se é justo que seja menor. Sim, ele compra no atacado. Agora, quanto menor, se essa proporção está adequada e se reflete de maneira justa na composição dos custos. A seguir, ilustrarei um pouquinho mais, Deputado Ga-

Para se ter uma idéia das alterações na classe residencial, quanto à estrutura tarifária, como era até dezembro de 95 e como passou a ser após essa data. Isso é anterior à Aneel – volto a dizer –, foi uma definição tarifária. Então, consumidores de 0 a 30 quilowatts hora/mês. Isso aqui se refere a quilowatt-hora por mês. Refiro-me aqui a consumidores residenciais, que recebia um desconto de 80%, o qual foi reduzido para 65% no início de 1996. E isso foi ocorrendo em cada faixa de consumo, como, por exemplo, de 30 a 100 quilowatt-hora, era de 55% e caiu para 40%.

Hoje, o que vigora para os consumidores de tarifa social de baixa renda são esses descontos: 65%, de 0 a 30 quilowatt-hora; 40%; 10% para a faixa de 100 a 200 quilowatt-hora; e, a partir de 200 quilowatt-hora, não há mais o efeito cascata para os demais consumidores residenciais.

Adiante, ao se mostrar a variação da tarifa para cada uma das classes de consumo, entre 1994 e 2000, percebe-se uma variação maior para esses consumidores residenciais de baixa renda, acentuado pelo fato de que, em 1995, por uma decisão de política tarifária, que não cabe à agência, até porque nem existia – e, mesmo que existisse, não é papel da agência definir política –, reduziu-se aqui o desconto tarifário.

Agora, é papel da agência, sim, fazer com que esses descontos tarifários sejam rigorosamente cumpridos, privatizada ou não; assinou o contrato de concessão com a Aneel, esses valores têm que ser cumpridos. O exemplo típico foi no Ceará, onde esses valores não estavam sendo adequadamente cumpridos, e a Aneel, em um processo de fiscalização, identificou que aproximadamente 80 mil consumidores estavam indevidamente deixando de gozar desse benefício do desconto tarifário. E, por meio dessa ação de fiscalização, foram indenizados e voltaram a ter o seu direito preservado.

Prosseguindo, mostrando em quilowatt-hora: reajuste tarifário acumulado. Dessa maneira, o que se busca refletir aqui é que, nesta coluna, estão exatamente os reajustes acumulados em percentual: 10%, 20%, 30% e assim por diante.

Nessa outra linha, as classes de consumo: o A-1, que é alta tensão – o “A” é de alta tensão. O alta tensão, o 230 quilovolts, é o que compra mais no atacado. Neste ponto, vê-se o que está comprando menos no atacado: o A-2, o A-3, o A-4, o 13.8 quilovolts – que é um industrial e compra em menor quantidade do que o 230 quilovolts – até chegar ao residencial, o classe B, que é baixa tensão residencial.

E por aqui se pode ver no período, que estão mostrados nessas três linhas de cores diferentes: o azul, o marrom e o bege. O azul abrange o período de julho de 94 até 96, ou seja, para captar exatamente, até o final de 95, aquela redução do subsídio do baixa renda. Ele continua com o subsídio, porém, na primeira faixa, era 80, caiu para 60 – estou arredondando os números: 83% para 65%. Esse efeito, então, é apresentado aqui no aumento maior para o baixa renda naquele início de 96 – no ano de 96, final de 95.

Depois, em marrom, está-se mostrando, de janeiro de 1996 até 2000, ou seja, já tirando esse efeito da redução do desconto do baixa renda. Nesse marrom, já abrange o período Aneel, porque, a partir de 1998, já entram os reajustes tarifários com participação da Aneel.

Por todo o período de vigência da Aneel, de 198 em diante – 1998, 1999 e 2000 –, a Aneel nunca teve um reajuste tarifário diferenciado por classe. Então, se hoje – está aqui o nível do residencial –, analisarmos o residencial desde julho de 1994, vê-se que houve um reajuste da ordem de 106%, que é o acumulado dele em média – estou pegando o residencial médio desde 1994. Ele chega a 106%. Sem dúvida, significativamente maior do que aqui um consumidor de eletrointensivo, um consumidor industrial que atinge a casa dos 60%.

Mas é importante destacar que, de 1998 em diante, o período de vigência Aneel, não houve nenhum reajuste. Quando a Aneel concedeu 15%, por exemplo, cumprindo a vontade de concessão, foi 15% para o residencial, 15% para o rural e 15% para o industrial de qualquer categoria. A partir daí, as diferenças não se aprofundaram. E assinando os contratos de concessão, essas diferenças existem e permanecem. Mas isso não dá passividade, isso não significa que devemos, de forma passiva, conviver com elas, vamos mostrar, em seguida, uma visão sobre isso.

Para se ter uma idéia: uma comparação entre mercado e receita, ou seja, o físico e o financeiro, o que se consome em quilowatt/hora, ou megawatt/hora e o que se paga na fatura em real. Fazendo uma separação, sem abrir a um, a dois, a três, pegando alta tensão e baixa tensão. Com relação aos consumidores de baixa tensão teríamos o seguinte: eles consomem cerca de 45% do total da energia consumida pelo País, enquanto que o complemento disso, 55% consumido pelos consumidores da alta tensão. Isso num total de 306 milhões de megawatt/hora, que é o consumo anual no Brasil. Como isso se reflete em receita? Embora 45%, por baixa tensão da energia, mas ele paga em termos de receita da ordem de 63%,

portanto, aqui já é um reflexo claro de que ele paga a uma tarifa maior do que o consumidor de alta tensão, que embora consuma mais da metade da energia do Brasil, que é 55% – aqui estou desde o 2,3 quilovolts, que é o alta tensão – ele paga 37% da receita total.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Se abriremos a um e a dois vamos ver que é mais injusto ainda. Aí está mascarando, se abrir vai ver que a concentração dele está alocada na multinacional.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Tenho ele aberto – voltando à página anterior – vemos que se reflete a diferença dos reajustes e tamanho que está a tarifa do A-1, nobre Deputado. O A-1 está aqui, realmente é o que teve um reajuste menor, da ordem de uns 60%, e que hoje reflete numa tarifa média, para a categoria A-1, é quem compra mais atacado. Ele até deve comprar a um preço menor, como disse, o que se questiona é o quanto menor e é em que há justiça nessa associação de tarifas em relação aos custos.

Uma visão na estrutura da tarifa. Como é que se compõe agora na estrutura tarifária a composição da fatura; a fatura não tem só tarifa. Quando nós pagamos, nós consumidores residenciais, pagamos um valor, e lá na nossa fatura há duas parcelas importante. Uma é a tarifa propriamente dita que pega hoje custos operacionais e encargos setoriais; esse aqui, efetivamente, vai para a concessionária; essa outra parcela de encargos é repasse de custos fixos que ela, impositivamente, tem que pagar, por exemplo subsídio ao diesel, que é a CCC, RGR assim por diante, e têm os tributos. Tributos não são definidos pela Aneel, aqui alguns dele pelo Confaz, por exemplo, o ICMS. Os tributos ocupam que parcela da fatura? Da ordem de 30%. Então cerca de 30% da fatura de energia elétrica são os tributos diretos: ICMS, PIS, Cofins e assim por diante.

Consequências para o setor e a sociedade da estrutura tarifária: agora um pouco mais de visão analítica: estando assim, o que isso representa, o que pode e deve ser feito? A tarifa industrial é subsidiada, em alguns seguimentos tem que ser olhado isso com cautela, para ver onde ela é mais e onde ela é menos, mas por algumas outras categorias e aí aparecendo o residencial, que paga um valor que para chegar nas nossas residências é um varejo, tem um nível de investimento de rede muito maior. É justo que tenhamos até um valor de tarifa superior, mas o quão superior e que relação de justiça deva existir nessa tarifa?

Estrutura tarifária igual para mercados diferentes: essa é uma constatação realmente, uma herança anterior à Aneel, desestímulo para o consumidor livre, para o autoprodutor e para o produtor independente

de energia. Na medida em que se encontra uma condição em que determinados consumidores industriais, que são hoje os potencialmente livres, pagando determinado tipo de tarifa ele não tem estímulo, pelo contrário, ele tem um desestímulo para ir à competição e praticar a busca de uma condição mais favorável. Estando, como está, dentro da concessionária, estará, em alguns casos, em uma condição cômoda.

Na verdade, e é justo que seja dito, nos leilões novos de concessão da Aneel, ao longo de 1999, 2000 e 2001, de novas usinas hidrelétricas a serem construídas, tem sido colocada em prática pelos grandes consumidores a visão de buscar a sua geração própria. Há dois meses, houve licitação para construção de algumas usinas hidrelétricas importantes. Houve disputa importante. Algumas licitações foram vencidas por consumidores industriais. Ainda no segundo semestre faremos licitação para a construção de outras usinas, como Santa Isabel, usina importante no rio Araguaia, da ordem de 1.000 megawatts; outra usina da ordem de 500 megawatts, que é a usina de Angical, no rio Tocantins. Temos sinais claros de que consumidores industriais estão migrando para autoprodução, como maneira de se resguardar e preservar a sua competitividade.

Novos patamares de tarifas com a liberação dos contratos iniciais. Realmente, com a evolução de a partir de 2003 liberar 25% ao ano da energia gerada, chegando em 2006 com 100% dela, isso terá impacto importante nos preços e, portanto, nas tarifas de energia elétrica.

Quais são os instrumentos hoje de proteção ao consumidor cativo em relação a essas distorções da estrutura tarifária? Quero dizer que esses mecanismos de proteção existem, mas não são cabais. São necessários e devem ser examinados à luz do que mais deve ser colocado como aperfeiçoamento. Como tarifa regulada é o primeiro ponto, quer dizer, embora a geração seja livre competição, ou seja, o gerador pode vender a qualquer preço, o distribuidor não pode repassar a qualquer preço para o consumidor. A tarifa final ao consumidor é regulada pela Aneel, para os consumidores cativos. Tem o instituto do reajuste e da revisão. O reajuste tem que ser solicitado e não necessariamente aprovado pela Aneel, pois deverá passar por uma análise criteriosa da Aneel. Na revisão periódica haverá a oportunidade de distribuir ganhos de produtividade para o consumidor, quando for o caso.

O valor normativo – VN –, é o valor limite de repasse. A distribuidora pode comprar da geradora a qualquer preço R\$100 ou R\$150quilowatt/hora, mas

não pode repassar a energia gerada acima do valor normativo. Se for eólica é um preço maior, para incentivar a geração desse tipo de energia. Se for hidrelétrica, será outro valor e assim por diante.

Limites de auto-suprimento. É um item importante para forçar a distribuidora a agir de determinada forma. É concepção do modelo. É política energética. Não é definido pela Aneel e sim pelo modelo, que deveria ter um limite de auto-suprimento, ou seja, a distribuidora não poderia produzir 100% da energia que ela precisaria distribuir. Ela tem um limite de 30% e o restante ela comprará no mercado, como forma de estimular a competição e praticar melhores preços, que possam servir para o crescimento da oferta de energia, porque estimularia o produtor independente e o consumidor na outra ponta.

Limite de concentração do mercado. Também é importante e uma mesma distribuidora não pode deter, além de determinado limite, 20% da distribuição nacional ou 35% da regional e assim por diante. Na prática, no Nordeste por exemplo, já existe grupo controlador, que está próximo desse limite regional e, portanto, fica impedido de ampliar a compra de outra distribuidora.

Reestruturação tarifária. É outro mecanismo importante que deve ser colocado em prática. A Aneel tem em andamento estudos a esse respeito e imagina que em breve deveremos avançar no campo da reestruturação, olhando aquilo que é justo e procurando dar tratamento adequado à questão. O que não é justo que seja pago pelo residencial e seja remanejado, por exemplo, para o segmento industrial, mas sempre dentro de uma visão de justiça – e não só nesse setor, mas em todos os outros setores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Seu tempo se esgotou. Solicito que o senhor conclua em 3 minutos.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Olhando para frente, esse realmente é o ponto a ser destacado, Deputado Cambraia. Vislumbramos a necessidade de equacionar a geração do serviço público com ambiente competitivo. Na medida em que temos uma situação híbrida, em que tem geração privatizada e geração estatal, é necessário um equacionamento, ou seja, uma definição, tanto do ponto de vista legal, em primeiro plano, como do ponto de vista regulatório, como se tenha uma visão de equilíbrio, de convivência, se for o caso, dessa questão. Carece de um equacionamento.

A partir de 2003, realmente, vai liberando 25%, agora como liberar algo que é um serviço público, um

serviço público não se libera, ele fica com preço definido e, portanto, é tarifa, é regulado. Atualizar a estrutura tarifária em função dos mercados das concessionárias com sinal de eficiência, ou seja, com critério, com justiça e com análise detalhada dessa questão.

Separação de atividades – Isso aqui é uma pendência importante. Separar as atividades, o modelo fez essa concepção. Hoje, no Projeto de Lei nº 2905, relatado pelo Deputado Aleluia, se busca essa desverticalização, um compromisso, um comando legal para que se separe a geração da transmissão. Senão, numa única concessionária, se tem junto um preço livre, que é a geração, que é a competição, com outros que são de tarifas, que são regulados, que é a transmissão e a distribuição e isso pode não servir ao interesse público, porque custos de uma natureza podem estar sendo cobertos por tarifas de outro setor que é o setor regulado.

Discriminação da composição da fatura – É importante desdobrarmos na fatura e o consumidor poder saber o que ele está pagando por geração, por distribuição, por transmissão, por comercialização e por encargos e tributos. Deixar isso em separado diante da fatura, é um trabalho que também está em marcha para poder ter essa separação.

Redefinir o rateio dos encargos setoriais pelo consumo – É como ter uma visão de justiça, uma visão mais adequada, onde a CCC não seja paga em função da conta de cada um, mas sim da parcela de consumo, é a busca de uma relação de mais equanimidade, de mais justiça.

Ainda no campo das ações necessárias, a introdução de uma tarifa binômia e horária para os consumidores de baixa tensão, para os consumidores residenciais, com opções para o uso da energia. Isso tem alguns protótipos, foram feitos alguns casos em várias concessionárias do Brasil autorizada pela Aneel, uma experiência interessante, ela requer custos, tem que ter medição especial. Em cada protótipo desse, em cada universo, a Aneel sempre exigiu que fosse dado um desconto ao consumidor, porque ganha a concessionária e ganha o consumidor. A concessionária porque tem uma modulação importante na sua curva de carga, ela reduz investimento. No Vale do Jequitinhonha, uma região carente, foi um exemplo importante, onde se evitou, com a aplicação dessa tarifa chamada amarela ou binômia para a baixa tensão, de demanda de energia, o investimento novo, ampliar uma linha de transmissão. Ganhou a concessionária, mas deu uma redução na conta de cada consumidor, ganhou também o consumidor. É esse o desafio da Aneel, buscar o equilíbrio entre o interesse dos agen-

tes. Na tarifa amarela, é esse caso em experimentação. A provação da lei sobre critérios para tarifa social, é projeto de lei que tramita aqui na Casa, no Congresso Nacional, dando uma adequação, uma atualização no critério de baixa renda. Permanece o subsídio, ele existe e não pode e nem vai acabar.

Como fazer o enquadramento mais adequado? É para evitar, por exemplo, que um **flat** ou uma casa de veraneio pague, porque consome menos de 200 quilowatts/hora, goze do desconto tarifário. Não é justo, aqui é uma tarifa social.

Revisão da carga tributária – É importante, pois é um processo mais amplo, tramita no Congresso Nacional, onde em certos momentos, na cadeia de energia elétrica, disse, em média, 30%, mas pode chegar a 40% o peso da carga tributária. Ela é excessiva e pesada. No momento em que o Estado está desonerado, na grande parte das distribuidoras, investir em energia elétrica.

E o pleno funcionamento do MAE. Essa é uma condição também indispensável, e é, hoje, um problema grave, sério, o MAE não estar ainda cumprindo a sua função, não estar em pleno funcionamento, estimulando a competição, fazendo a contabilização e a liquidação das energias que nele são comercializadas. O funcionamento do MAE é um estímulo importante tanto para o consumidor livre como para haver oferta de energia, de nova energia, para o produtor independente poder vender sua energia, para o alto produtor ter onde vender o seu excedente, e assim por diante.

Para finalizar, Sr. Presidente, à guisa então de fechamento, uma visão clara. Não cabe à Aneel, por princípio, a definição da política. Não é a Aneel que formula a política, ela não é o planejador; planejar e formular política é papel do Governo. O papel da Aneel, associado a um papel de Estado, é regular e fiscalizar. Nesse sentido, é importante que o modelo aprovado – e não foi um modelo aprovado pela Aneel; é uma concepção que teve no Executivo e no Legislativo a fundamentação dos seus marcos básicos – esteja baseado na competição. Esta é uma constatação importante. O que está aprovado hoje fundamenta-se na competição, busca atrair novos investimentos e propiciar a modicidade das tarifas.

Se há necessidade de complemento – e vimos em mais de um momento que há, por que não temos a desverticalização –, ele não pode ficar híbrido, ele não deve ficar pelo meio. Ou se evolui numa direção ou se fazem os reajustes. É até possível, em determinado momento, conviverem situações distintas, ou seja, uma certa margem de hibridismo, mas com cla-

reza. O que não pode haver é indefinição. Então, há que passar clareza para que, onde é preço, que haja essa definição; e onde são tarifas reguladas, que o sinal claro da regulação acompanhe isso, para que o novo investidor não veja na indefinição uma dificuldade de partir para novos investimentos.

O consumidor livre, o alto produtor e o produtor independente dependem, sem dúvida, de um sinal tarifário adequado, que tem relação de dependência com diversos fatores. Um deles é a estrutura tarifária, que, hoje, está distorcida e tem que ser corrigida – e temos o propósito de colocá-la em marcha. E o outro é a questão da indefinição, que, a partir de 2003, libera 25% do mercado, ao ano, de cada geradora. Mas se uma determinada geradora não for privatizada esse complemento do modelo, esse comando legal, esse marco regulatório de natureza legal deve ser atualizado e ajustado na sua natureza, para não passar indefinição para os investidores e consumidores – e também para os consumidores livres.

A compatibilização dos pressupostos do modelo com a realidade econômica é importante. Num modelo competitivo, tem que ser feito um ajuste desses pressupostos com a realidade econômica – ou seja, aqui os preços variam num modelo de competição, mas varia também o poder de compra, o poder de aquisição de cada consumidor –, para que se tenha, então, uma coerência e uma compatibilização. Quantas vezes ouvimos esse questionamento aqui no Congresso Nacional! Mas, sem dúvida, ele é de natureza política, de política econômica e tarifária, e merece e deve ter o seu tratamento a tempo e a hora.

Política de planejamento é algo que extrapola o papel da agência; política de planejamento é Congresso, é Governo. E o planejamento da expansão – se a Aneel vai licitar uma ou cinco usinas, para onde ela vai caminhar, se são duas linhas de transmissão – é um papel do Governo e precisa funcionar a tempo e a hora. Isso é fundamental.

Independência do órgão regulador nos diz respeito. Há a parcela que nos cabe de forma importante, indelegável, e há a parcela de visão do Governo e de visão também do Congresso Nacional, que sempre tem nos apoiado para que possamos, cada vez mais, conquistar, na sua plenitude, a diferenciação, que é indispensável. Não ter um papel de Governo, mas ter um papel de Estado na atuação de uma agência reguladora. Isso não é simples, não é fácil, mas, no nosso ponto de vista, é indispensável e inarredável.

Muito obrigado, fico à disposição para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. José Mário.

A participação dos Srs. Parlamentares será, como nos painéis anteriores, em bloco, com um tempo de três minutos para cada parlamentar.

Concedo a palavra, como primeiro inscrito, ao Deputado Clementino Coelho, por três minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Srs. Expositores, quero, primeiro, agradecer ao Relator a deferência de me deixar falar em primeiro lugar. Está sendo votado no plenário um projeto que cria a região administrativa do submédio São Francisco. Temos que acompanhar a votação no plenário. Agradeço também ao Deputado Dipp, que permitiu isso.

Quero aproveitar os expositores aqui, para fazer alguns questionamentos e algumas perguntas.

Com relação ao MAE, a pergunta que faço é a seguinte: as informações que temos é que nos contratos padrões entre as geradoras e as distribuidoras, na cláusula 7ª, § 3º, todas as distribuidoras, quando assinaram esse contrato, estavam cientes de que, em períodos excepcionais, em períodos de racionamento, o Governo tinha a faculdade de fazer instruções especiais em faturamento. Isso faz parte do contrato padrão do grupo que comprou a empresa, que era estatal, e celebrou depois com a geradora.

Nessa cláusula 7ª, § 3º, justamente essa excepcionalidade seria regulamentada, ancorada no Decreto 93.901, que vigorou por mais de quatorze anos, ele é de 1987.

Vejam a coincidência, é esse Decreto, justamente no art. 8º, que dava esses poderes ao Ministério das Minas e Energia, para justamente estabelecer condições especiais de faturamento, conseqüentemente não tendo ônus, nem multa, nem mora, nem nada.

Ora, vejam a coincidência, no mesmo dia em que se instala a Câmara do Apagão, este Decreto, que vigorou por quatorze anos, é revogado por um Decreto novo, 3818.

Tudo bem, quatorze anos, precisava de um decreto novo!

Mas o crime é que o Decreto novo é omissivo quanto a isso. Então, toda a legislação, que justamente protegia as geradoras públicas, porque elas são 80% estatais, sumiu, justamente na questão jurídica. E aí está prevalecendo a esperteza das distribuidoras, que é o Anexo V.

Então, aquilo que o contribuinte, a Nação tinha para anular justamente aquela formulazinha do Anexo

V, que era esse Decreto de 1987, que era o art. 8º, que era o contrato padrão entre geradora e distribuidora, que previa essa excepcionalidade, não existe mais.

O Ministério diz que vai mandar isso para a Justiça. Criou uma Comissão no BNDES para resolver.

Ora, se vai para a Justiça, a lei foi revogada, a nova se omite, fica valendo a única questão que está tendo legalidade, que é o Anexo V.

Penso que estamos falando de uma conta que muitos falam que é cinco bilhões, outros falam é são oito, outros falam que é doze.

As geradoras falam que se fosse aplicada a condição desse decreto, que valeu até o dia da Câmara do Apagão, isso não daria cem milhões.

Então, quem vai pagar essa conta somos nós contribuintes, a Nação brasileira.

Queria uma explicação: é coincidência, é má-fé, o que é isso? Por que o novo decreto é omissivo? Isso era uma salvaguarda à Nação, à Itaipu, à Chesf, à Tucuruí, a tudo que remanesceu estatal e público, por conta da sociedade. Não foi dos trogloditas não, não foi dos “neobobos” não, porque a pesquisa de opinião pública fala que este País quer as suas geradoras de energia públicas. Mas a pergunta que faço é a seguinte: qual é o país do mundo onde uma grande geradora, como as nossas, é privada? Não estou falando de geradora para gerar a energia para o consumo próprio de alumínio, não! Onde é? No Canadá, é pública, estatal; nos Estados Unidos, entre as vinte e cinco maiores geradoras de energia, a terceira no **ranking de performance**, de eficiência, é uma empresa estatal: a Tennessee Valley Authority – TVA. Essa empresa foi criada com aquilo que foi dito aqui: o Presidente Roosevelt, em 1933, para vencer uma crise, mandou uma mensagem ao Congresso dizendo que queria uma empresa com poder de Estado, de Governo, mas com a iniciativa e a agilidade da iniciativa privada.

Será que nós, brasileiros, que somos referenciados no mundo no que se refere à questão hidrelétrica, que temos a melhor rede de distribuição e interligação do mundo, só somos competentes para construir e distribuir e não sabemos operar?

Falou-se aqui que o setor público de distribuição e de geração quebrou. O Brasil, nestes últimos vinte anos, não mudou de doutrina. A ideologia de quem está no poder é a mesma. Quem quebrou essas empresas não foram os técnicos brasileiros. Quem quebrou essas empresas foi a política deste Governo, que é o mesmo. A sustentação deste Governo é a mesma de vinte anos atrás. Não mudou nada. A base

ideológica é a mesma. E quebraram por quê? As taxas de inflação eram altas, e as empresas não podiam subir a tarifa. Se essas tarifas que são praticadas hoje fossem dadas às empresas públicas, estas estariam nadando em dinheiro. Elas quebraram e disseram que isso se deu por ineficiência dos técnicos brasileiros. Nós temos que desmistificar isso.

Qual é o maior ativo de uma empresa hidrelétrica? Não é a turbina, não é a barragem. É o reservatório, é o lago, é a água. Isso porque a água é o estoque, é a matéria-prima. Não há nenhum segmento industrial ou produtivo que opere sem matéria-prima.

Temos que entender que a história das civilizações no mundo todo aportou nas bordas e nas margens dos grandes lagos e dos grandes rios. Essas civilizações confiscaram soberanamente essa matéria-prima que é a água. Nenhum país do mundo, nem capitalista, nem socialista – nem Rússia, que tem potencial hidrelétrico, nem China, nem Estados Unidos, nem Canadá –, teve a ousadia e a insensatez de insistir na privatização de empresas similares a Furnas, à Chesf e à Tucuruí.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Deputado, por favor, faça as suas perguntas, porque o tempo está passando.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Eu queria entender por que continuamos nisso ainda. Queremos a iniciativa privada. Queremos um sistema híbrido, um sistema alternativo de energia. Quem é que vai ganhar com isso? Esse aumento de tarifa de US\$25 representa, numa empresa como a Chesf, mais de US\$700 milhões por ano. Aí há duas opções: ou vai para os gringos ou vira recursos para as políticas públicas sociais.

Pode haver uma empresa pública com gestão privada. O que deforma não é o técnico, mas sim o modelo do Governo: quer-se fazer cabide de emprego, quer-se usar a capacidade de gerar o caixa para tomar dinheiro no exterior e financiar outros projetos.

Sempre questioneei a questão da energia de Itaipu em dólar por questão de soberania. Não se trata de desmerecer o Paraguai. Depois parti para os argumentos racionais. Por que a cotação é em dólar se 50% da energia é nossa? Isso foi dito por um acadêmico a um jornal. Por que a cotação está em dólar se todo o transporte de energia dentro do território nacional é feito em linha de transmissão nacional? Por que a cotação está em dólar se todo o financiamento foi o Governo brasileiro que fez? Que paguem em dólar pelo menos a parte do Paraguai! Por que a nossa é

dolarizada? A quem interessa isso? Eu queria que alguém me explicasse isso. Não dá para entender.

Falaram aqui também que os potenciais hidrelétricos do Brasil, os mais rentáveis, já foram explorados. Isso é falso, pois a Amazônia está intocável quanto à questão hidrelétrica. Não vamos mudar a matriz brasileira. Ela vai continuar sendo hidrelétrica. O que vai haver é a complementaridade das outras fontes, até para se otimizar o uso da água. Quando o setor elétrico quebrou, é bom que se diga, dos 20 bilhões, São Paulo era responsável por 80%. Não foi o Piauí, não foi Pernambuco. Oitenta por cento do pendura do setor elétrico foi em São Paulo. Então, eram estas as questões, a do MAE, a de Itapu.

Falaram aqui: “Não, o setor privado só vai investir com certeza, com qualidade, com transparência”. Parece-me que o setor privado já operava esse sistema antes de JK. Foi posto para fora por quê? Porque visava só às operações mais rentáveis, ao lucro fácil, ao risco zero. Não queria correr riscos, não queria expandir. Por isso é que quer comprar as grandes hidrelétricas prontas. Quer comprar Sobradinho, Xingó, Paulo Afonso. Está tudo prontinho. Geração de caixa: qualquer desequilíbrio no fluxo de caixa, aumenta-se a tarifa. Aí qualquer um de nós aqui compra. Faz um project finance. Isso é inadmissível!

Agora, ninguém aqui é contra a parceria privada, capital, injeção, eficácia, eficiência. Acho interessante: estatal brasileira não serve, mas a estatal francesa pode ser sócia nossa, a estatal portuguesa pode ser sócia nossa. Quer dizer, é a auto-estima da gente lá embaixo ou são interesses escusos, ocultos?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Para concluir, Sr. Deputado. Petrolina está lhe esperando.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Já concluí.

O SR. JOSÉ CARLOS – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Já conversei com V. Ex^a, acho que seria interessante fazermos uma sessão especial para tratarmos do Anexo 5, até porque as pessoas presentes, pelo menos a maioria, não são as mais indicadas para discutirem o Anexo 5. Então, acho que poderíamos promover uma discussão específica, aliás, objeto de um requerimento meu, aprovado na Comissão de Minas e Energia. V. Ex^a, já que preside as duas, poderia fazer uma reunião conjunta para encerrarmos o ciclo de debates com a questão do Anexo 5.

A outra sugestão é que fossem feitos blocos para as respostas, na medida em que está havendo sessão no plenário e todos querem voltar para lá. Se V. Ex^a aceitar, as duas sugestões estão feitas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Aceitas as duas sugestões. Vamos marcar uma audiência conjunta com a Comissão de Minas e Energia para tratarmos, discutirmos aqui a questão do Anexo 5, e a participação será em bloco.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Já existe um requerimento meu solicitando isso há dois ou três meses.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Há requerimento aprovado aqui também. Então, faremos conjunta.

Antes de conceder a palavra ao segundo inscrito, concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Souto, para os seus questionamentos.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, vou ser rápido, porque vejo que os Deputados têm hoje obrigações no plenário, com votação nominal.

Acho que foi interessante, porque o que eu mais visava com este painel ficou muito explicitado aqui, pelo menos na defesa veemente feita pelo representante da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia Elétrica, que considerou-se injustificado com relação ao que ele chamou de uma grande campanha – foi o que entendi – que procura estigmatizar os grandes consumidores. Digo que cumpri o objetivo porque queria que ficasse muito explicitado isso. Confesso que não poderia esperar que deste painel ficasse tudo claro, mas pelo menos essas coisas ficaram bastante explicitadas.

O que estamos ouvindo hoje? De um lado se diz, e aí falamos sobre os problemas tarifários, que as distribuidoras de energia elétrica, quando o Governo quis estimular a sua privatização, teriam sido contempladas com contratos iniciais que foram generosos, e que a forma com que esses contratos têm sido corrigidos dá uma certa tranquilidade a essas empresas de distribuição. Pelo menos é isso se fala.

Na semana passada, apareceu um estudo da Fundação Getúlio Vargas, que li rapidamente, dizendo que os lucros apresentados por essas empresas distribuidoras não foram absolutamente nada brilhantes.

Hoje, vemos aqui mais um grande conflito com as grandes consumidoras, dizendo que as tarifas que elas pagam são justas e que estão sendo estigmatizadas perante a opinião pública; da mesma forma que vimos, e tenho que confessar, a unanimidade de todos os outros expositores dizendo que, sem dúvida nenhuma, a correção do segmento industrial, e sobretudo do segmento industrial de alta tensão, parece

uma coisa essencial, o que está se chamando aqui de uma reformulação da estrutura tarifária.

Então, realmente, estão explicitadas divergências muito grandes e acho que uma coisa importante no trabalho desta Comissão, no seu relatório, é que possamos ter aí uma diretriz em relação a isso. Aparentemente, a não ser quem já tem a sua formulação muito bem feita, que conheça bem o setor etc.. Mas, eventualmente, quem não tem vai sair daqui – eu não diria um pouco mais confuso – sem estar suficientemente esclarecido de quem estaria com razão e que rumo poderíamos tomar. Se no transcorrer das respostas cada um puder expor a sua posição, talvez de uma forma um pouco mais clara, dizendo isso, naturalmente eu ficaria satisfeito.

Penso que essa uma questão importante, está aí a Aneel que seguramente vai ser o grande moderador dessa questão importantíssima.

Eu gostaria de ter uma idéia, por exemplo, com relação aos grandes consumidores, que percentagem da energia consumida hoje eles geram? Se isso é um número significativo; se não é um número significativo; se eles estão estimulados a gerar a sua própria energia; qual o plano que eles tem para o futuro, diante da situação que aí está, porque, por mais que eu possa acreditar que eventualmente eles tenham razão, no momento da escassez, acredito que eles próprios sentirão que talvez não sejam eles – seguramente não serão eles – os prioritários na distribuição desses produtos escassos. De modo que a idéia de que se dê um tempo, uma gradação na correção das tarifas, um tempo também para que se crie as condições propícias para que eles se tornem geradores, parece-me justo, do que submetê-los, por exemplo, a um choque de tarifas de uma forma abrupta, porque aí por mais privilégio, não estou dizendo que exista, mas por mais privilégios que tenham, saltar de uma situação a outra não seria de uma forma abrupta, não seria sem dúvida nenhuma a coisa mais recomendada.

Com relação às distribuidoras, quem tem razão? Essas tarifas estão boas? O Governo está cumprindo tudo o que prometeu nos contratos? Acho que está. E por que, se as correções tem sido feitas com índices superiores aos custos incluídos; o que está havendo para que se peça com tanta ânsia uma nova reformulação dessas tarifas? Ou se isso não é uma questão de vida e morte, mas uma questão mais estrutural de um modelo que precisa ir corrigindo a sua tarifa para que possa ser implantado em sua plenitude.

Por fim, eu tive a impressão, com relação ao primeiro expositor, que, embora colocada de uma maneira muito rápida, o problema da liberação total, é alguma coisa do tipo: bem, sendo assim, ninguém terá a garantia da eletricidade. Entendi mais ou menos isso. Na hora que isso for tratado como uma mercadoria comum, ninguém terá a garantia de eletricidade. Creio que isso não vai acontecer. Se o preço dessa liberação for esse, realmente, tenho certeza de que não é isso que se deseja. Garantia de que vamos ter eletricidade, eu acho que todos precisamos ter.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Após a participação do Relator, vamos dar sequência à chamada dos inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Airton Dipp, por três minutos.

O SR. AIRTON DIPP – Sr. Presidente, Srs. Palestrantes, vou ser bem objetivo, formulando duas questões ao nosso Presidente da Aneel, Dr. José Mário Abdo, e uma questão ao Dr. Paulo Ludmer, um dos grandes consumidores industriais de energia.

Dr. Mário, temos convicção, nesta Casa, de que a crise no setor energético brasileiro é devida, sem dúvida alguma, à falta de investimentos das empresas e a uma falta de planejamento do Governo Federal. Esses investimentos, na realidade, estão estreitamente vinculados às tarifas, o retorno às empresas privadas que investiriam especialmente no setor de geração. E, sem dúvida alguma, também à má gestão do próprio ministério no processo de privatizações em relação à expansão do sistema nesses processos de privatizações.

É claro que a Aneel tem por objetivo a regulamentação do setor elétrico e a fiscalização. Mas a Aneel foi aquela agência que fez os contratos de concessões do setor elétrico brasileiro, as concessões que foram feitas para empresas privadas ou até mesmo as empresas estatais que renovaram contratos. Queríamos saber se houve por parte do Ministério de Minas e Energia e do próprio ministério as informações em relação a esses contratos, ao planejamento para a cobrança de uma expansão clara no contrato de concessão, como isso foi feito.

Uma segunda questão que gostaríamos de levantar, Dr. José Mário, é em relação ao atual modelo energético brasileiro. A minha posição, preferimos ainda o modelo antigo em relação ao atual modelo, mas muito se tem dito quanto à atual situação do setor energético brasileiro por estarmos atravessando uma fase de transição. A minha pergunta, na realidade,

é quanto a esse modelo, em relação à competição na área de distribuição de energia elétrica. Gostaria que detalhasse um pouco mais se os consumidores residenciais realmente têm condições de receberem uma energia de empresas distribuidoras dentro do mercado competitivo. Para mim isso é impossível.

Entendo que há o monopólio natural do setor energético, especialmente nessa área de distribuição e não teríamos nunca competição nesse setor, na ponta da distribuição, especialmente nas residências. No setor industrial ainda teríamos alguma possibilidade em relação a isso.

Dr. Paulo Ludmer, em relação à sua exposição, concordamos com a questão das tarifas. Pensamos que as tarifas são realmente muito baixas para esse setor da empresa brasileira. Acreditamos que esse setor é fundamental, que possa ter todas as condições para crescer e dar sustentação ao modelo econômico brasileiro, mas o centro da questão é muito mais uma consideração. O centro da questão não são as tarifas do setor energético, mas os tributos colocados para as grandes empresas consumidoras industriais. Gostaríamos de saber do senhor que representa esse setor se há uma proposta clara em relação ao Governo Federal, de uma mudança tributária para o setor, para que tenha capacidade de exportar, inclusive de alavancar a indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Deputado Airton Dipp.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro, por três minutos.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, vou tentar ser breve. A primeira questão é que na composição dos custos e evolução de tarifa dos consumidores residenciais, numa explanação que aqui houve aqui na semana passada, foi dito que a baixa renda teve reajuste da ordem de 330% nesse processo de mudança da tarifa na área residencial, o que demonstra uma sobrecarga. Primeiro, gostaria de saber por que foi estabelecido esses percentuais para baixa renda, baseado em que e por que esse nível de penalização?

A outra questão também para a Aneel, gostaria de saber o porquê da intervenção da Aneel do MAE. Com relação ao MAE, alguns pensaram que o nome era MÃE, porque o nível de clientelismo, de nepotismo e de apadrinhamento que estão instalados e foram denunciados publicamente revela que temos a discutir com muito interesse e responsabilidade aquela Instituição. Inclusive li a auditoria feita pela Aneel, foi tornado pública uma parte, gostaria de ouvir da

Aneel que juízo faz hoje do MAE, que mecanismo espera constituir para haver um controle para não se repetir esse tipo de coisa que aconteceu e foi denunciado. Penso que a Câmara, o Congresso têm que tomar atitudes em relação a esta questão para estabelecer políticas de controle público nesses entes que estão, de uma forma ou de outra, gerindo ou apropriando-se de recursos públicos para esse tipo de procedimento, porque o MAE não comercializou energia, não se estabeleceu um ambiente de comércio, de competição. Está aqui, desde 1995 até hoje menos de 20 contratos foram firmados livremente, quer dizer, o MAE não funcionou.

Então, a insistência dessa estrutura merece, evidentemente, ajustes sérios e graves para o seu funcionamento.

Outra pergunta que faço ao Dr. Abdo, da Aneel, é se tem idéia do montante do RGR e da CCC, dos últimos cinco anos, quais as empresas que contribuíram, como foi o processo de arrecadação e de distribuição desses encargos, o retorno desses encargos, a arrecadação, quem está adimplente e quem está inadimplente nesse processo de arrecadação e de constituição desse encargo setorial.

A nossa última preocupação, o Deputado José Carlos Aleluia já falou agora há pouco da necessidade de uma audiência específica sobre essa questão do Anexo V, mas as informações são que as empresas geradoras irão resistir ao pagamento, e, é evidente, têm que resistir senão quebrarão, serão alvejadas facilmente.

Sr. Presidente, para concluir, é um caso que revela a importância do debate sobre o Projeto 2905 e sobre a reestruturação do setor como um todo. Vamos discutir; esse é um regime de transição, não adianta querer caracterizar que estamos consolidados na área da reestruturação do setor elétrico. É um regime de transição e está a merecer uma discussão completa sobre o que foi criado até agora, tanto em termos de ONS, Aneel e MAE, o papel das três não está claramente definido, porque teremos o ano eleitoral no ano que vem, e esse debate vai ser objeto da preocupação de todas as forças políticas que têm interesse em determinar políticas para essa área. Então, vamos ter efetivamente que conviver com uma transição, e essa transitoriedade vai ser a característica do setor. Não vamos consolidar, inclusive o Projeto 2905 que estamos discutindo na Comissão de Minas e Energia, esse sentimento que estamos estabelecendo mecanismos temporários de funcionamento do setor em função da crise que está aí colocada, em função da disputa eleitoral que se aproxima e evidentemente

pelo resultado que temos da chamada reestruturação do setor elétrico brasileiro, cujo fruto, um dentre outros, é a crise que estamos vivendo, não é o único mas é um deles.

Então, em função disso, compreendo que é sempre necessário fazer esse debate, tendo em mente e tendo como chão essa realidade para que não comecemos a voar e a flutuar em cima de certas especulações que serão objeto de debate continuado, porque não temos como assegurar os horizontes imediatos desse setor. Temos que discutir isso com muita calma, e esse é o papel desta Comissão e do Congresso Nacional, papel esse que deve ser encarado com responsabilidade, porque a situação é de transitoriedade mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Concedo a palavra ao Deputado Juquinha, para os seus questionamentos, por três minutos.

O SR. JUQUINHA – Sr. Presidente, minha pergunta é para o meu amigo José Mário, da Aneel.

O modelo do setor elétrico sofreu uma reestruturação muito grande e agora vai sofrer aquilo que já estamos discutindo na Comissão de Minas e Energia, que é uma mini-reforma, com o Projeto 2.905. No ano passado, quando o Dr. José Mário esteve aqui, ele fez uma exposição e nos mostrou que o setor de telecomunicações reajustou as tarifas, até novembro do ano passado, desde a implantação do Plano Real, em torno de 480%, enquanto o setor de energia teve um reajuste de cerca de 98%. O setor de telecomunicações caminhou bem, teve uma expansão enorme, não teve nenhum problema, porque teve a questão tarifária regularizada.

Dr. José Mário, qual seria a tarifa média ideal, segundo os estudos feitos pela Aneel. Quanto está hoje?

Fala-se muito sobre o setor industrial, onde é preciso fazer correções. O Senador Paulo Souto coloca muito bem: o problema mais sério vai por aí. Queremos aquela tarifa de equilíbrio, nem mais nem menos, para o setor, dentro do modelo proposto, porque é difícil fazer modificação da forma como ele está caminhando; temos 80% da distribuição privatizada; no setor de geração, 20%. É preciso resolver o problema da tarifa. É preciso abrir a caixa preta, deixá-la transparente, e mostrar para a população o que é preciso fazer. Naturalmente, o setor precisa de investimento, precisa que as grandes empresas, os grandes investidores venham para o Brasil, mas é necessário corrigir a tarifa, se é que realmente precisa ser corrigida. Eu

acompanho o problema no meu Estado, Goiás, conheço bastante a nossa empresa e sei que é necessária uma compensação tarifária.

Essa tarifa de equilíbrio é a nossa principal preocupação. Gostaria que o nosso Presidente nos dissesse alguma coisa a respeito disso.

No mais, que a Aneel continue cada vez mais na direção que tem tomado. Eu sempre elogio a atuação do Presidente José Mário, porque ele foi isento. A Aneel não pode ser responsabilizada pelo que vem acontecendo. A Aneel tem apenas três anos e já fez muito em termos de estrutura técnica.

Temos a questão ambiental, que a Aneel sozinha não dá conta de resolver, temos vários problemas, mas sei que tudo isso está sendo tratado da melhor forma e da melhor maneira possível.

O problema maior, no momento, é realmente a tarifa, que tem que ser discutida, tem que ser debatida.

Era essa a minha questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Gabeira) – Encerrada essa intervenção, os dois oradores inscritos, além do atual Presidente em exercício, que sou eu, são: Luciano Zica e o Deputado José Carlos Aleluia. Ambos foram votar. Então vou fazer uma interrupção de cinco minutos até que voltem, porque não posso, simultaneamente, presidir e fazer perguntas. Então nós temos que esperar os outros oradores voltarem. Nós vamos a um intervalo de cinco minutos. Fiquem a vontade. (Pausa.)

O SR. LUCIANO ZICA – Srs. Deputados e Srs. Senadores, fico feliz porque esta Comissão está cumprindo um papel importante no debate dessa questão da crise energética e procurando ouvir as diversas opiniões a respeito da questão, com atores que estão presentes nos diferentes momentos da crise e com um grau diferenciado de responsabilidade, mas todos somos responsáveis. E vejo uma preocupação importante, algumas das quais já colocadas pelos oradores que falaram antes de mim e que, infelizmente, em função de outras atividades na Casa, não pude ouvir – tive que me deslocar até o plenário da Câmara para proceder a uma votação e também para resolver umas pendências.

Ficaram algumas preocupações com relação ao que ouvi dos expositores aqui presentes. Primeiro, gostaria de uma explicação do representante da Duke Energy International, Dr. Paulo Henrique.

Gostaria que ele, na medida do possível, procurasse me esclarecer sobre algumas colocações apresentadas na sua exposição. Quanto ao estímulo ao produtor independente, por exemplo, ele coloca como

possibilidade de viabilização a privatização da geração ou de adequado tratamento da geração de serviço público. Gostaria de entender melhor o que significa isso. Sou favorável à entrada de investimentos privados na geração de energia. A meu ver, não há problema. Agora, não vejo por que a defesa da privatização da geração existente. Qual é o argumento que fundamenta isso? Temo que seja a necessidade de uma elevação das tarifas além do custo dessa geração, o que contraria o interesse de qualquer projeto de país. Então, nesse aspecto, gostaria de ouvir essa explicação.

Da mesma forma, quando o Dr. José Mário fala da questão do MAE. Vejo o MAE como um instrumento possível de existir num momento de abundância de energia. Temo pela realidade do MAE num momento de crise de abastecimento de energia, e os preços realizados no MAE revelam as razões dessa preocupação. Então eu queria entender essas duas colocações.

A outra questão, também para o Dr. José Mário, é a questão do equilíbrio da convivência, no caso da geração. Porque temo, de novo, que o equilíbrio da convivência seja a retirada do Estado para que entre a lógica do lucro num setor que, na minha opinião, não pode estar submetido à lógica do lucro. Ele pode conviver com a lógica do lucro, mas eu acho que é necessário que nesse segmento de infra-estrutura é fundamental a presença do Estado, inclusive como parâmetro de qualidade ambiental, de investimento, de custo, enfim, é preciso que tenhamos um referencial. Entendo que nós vivemos numa sociedade capitalista, e portanto, o lucro é um componente essencial.

E por último, para concluir, a questão dos grandes consumidores, sobre a qual não ouvi a exposição, mas tenho uma questão a colocar.

No caso dos eletrointensivos, ligados ao setor do alumínio principalmente, há informações de que alguns empreendedores geram mais energia do que consomem e, por isso, há uma defesa de manutenção de tarifas diferenciadas para os eletrointensivos. Mas parto da premissa de que não existe energia local, como não existe a energia de uma pessoa. Nós estamos dentro de um projeto de um país. Portanto, a energia disponível, independente de quem a gere, se é um consumidor eletrointensivo ou não, faz parte de um projeto, o qual tem de atender às necessidades nacionais e às situações prioritárias da Nação. E têm que ser levadas em conta, por exemplo, no momento de corte, o impacto que tivemos no Produto Interno Bruto – maior do que o esperado –, que tem a ver, no meu ponto de vista, com o erro do Governo no corte.

Na minha opinião, deveria ter havido um corte maior nos eletrointensivos, pois estes têm um impacto social menor do que o corte linear que foi promovido.

Gostaria de ouvir a opinião do representante do setor a respeito desta questão.

Eram essas as questões a colocar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Luciano Zica.

Com a palavra o nobre Deputado Fernando Gabeira para os seus questionamentos.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, eu perdi algumas intervenções porque me encontrava em outra Comissão.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que o Governo criou uma câmara de gestão da crise energética que tinha como objetivo resolver os problemas de agora e, ao mesmo tempo, tentar garantir que essa situação não mais acontecesse no futuro – e que nós não chegássemos mais à situação que chegamos, hoje, no Brasil.

Acho que isso implica num projeto ou numa visão política que a câmara de racionamento não pode ter. Em primeiro lugar, porque ela está absorvida pelas questões imediatas e, em segundo lugar, porque ela é extremamente limitada. Uma das primeiras críticas que fiz a esta Comissão ao próprio Ministro Pedro Parente era não só da limitação física da Câmara como da sua limitação mental, entendendo-se, aí, evidentemente, a limitação do universo político dela. Ela não integrou, como deveria – digamos assim –, todos os membros desta Mesa e uma série de outros interlocutores que precisavam ser integrados.

Acredito que podemos marchar para uma nova estrutura tarifária e que passa a ser uma das preocupações da Comissão, mas quero dizer, também, que a nova estrutura tarifária não vai resolver o problema sozinha. Penso que, neste processo de diálogo entre nós, estão faltando algumas coisas que não são só as tarifas que devem aumentar – evidentemente, elas aumentaram e têm aumentado, pois é um produto caro – na medida em que a água fica mais cara. E, possivelmente, isso terá repercussões. Mas não é exatamente esse o único aspecto que nós deveremos ver.

Desejo saber, por exemplo, qual o avanço que os grandes consumidores e qual o avanço conjunto que nós obtivemos, ao longo dessa crise, em termos de co-geração? Existe algum avanço nesse campo? Nós estamos trabalhando seriamente para desmanchar um trabalho sério nesse campo? Segundo: Qual o trabalho dos grandes consumidores e também das

empresas, no sentido de obtermos uma eficácia energética maior? Qual o nível de estilo que está havendo com **retrofitting**? Quem está no Governo, realmente, incumbido disso? A sensação que tenho, às vezes, é a de que o Governo decidiu construir algumas usinas e deixou a Câmara com a missão de regular os pepinos, mas eu não sinto uma visão geral do Governo. Eu não sinto, por exemplo, o Governo chamar alguns prefeitos deste País e dizer-lhes: “Vocês precisam rever o **Código de Obras**”. O **Código de Obras** do Brasil, em função dessa crise energética, tem que ser revisto. Nós temos que caminhar para uma arquitetura mais bioclimática, nós temos que caminhar para o aproveitamento das águas de chuva, nós temos que caminhar para produtos que consomem menos energia e para edifícios que consomem menos energia. Eu não sinto esse movimento. Esse movimento é um ato de um Presidente da República em pleno exercício da sua capacidade política e de articulação, algo que talvez o Presidente da República não tenha podido, porque ficou surpreso, perplexo, envergonhado com a crise e não teve a iniciativa política necessária para isso. Ele pode ser um homem muito inteligente, admiro-o, estou até lendo um livro cujo prefácio ele escreveu, mas nessa questão é incompetente e não conseguiu articular o Brasil para uma nova política energética, a não ser construir ou terminar uma ou outra usina feita e colocar a câmara resolvendo os problemas mais imediatos.

O que eu queria abordar sob a forma de questão versa sobre o anexo 5, embora o Deputado José Carlos Aleluia já tenha lembrado bem que é preciso uma audiência pública sobre o assunto. Mas acredito que a Aneel possa me responder essa questão.

Lendo os dados do anexo 5, confesso que tenho muita dificuldade para entender a fórmula. Imagino que o princípio que fundamentou o anexo 5 deve ter sido o de garantir a continuidade do fornecimento, ou seja, o Governo enquanto fornecedor, as empresas distribuidoras enquanto consumidoras da energia vendida pelo Governo garantiam uma certa continuidade, que foi quebrada, e implica alguns gastos para o Governo, cujo montante o Deputado Clementino apontou no princípio em 4,6 bilhões, depois em 5 bilhões, depois em 8 bilhões e agora em 12 bilhões. Pergunto se a Aneel, como órgão que articulou – parece que esteve no centro da elaboração do anexo 5 –, o contrato, ou por que é garantido no contrato uma compensação pela quebra de continuidade ao consumidor quando esse consumidor era uma distribuidora e por que essa distribuidora, funcionando como fornecedora não nos dá a mesma garantia de continuidade

de? Por que os consumidores brasileiros não foram protegidos pela Aneel nesse particular enquanto as distribuidoras o foram sobejamente? Essa questão revela, no meu entender – pode ser até que eu esteja equivocado – também o **parti pris** do Governo, quando evidencia, por exemplo, que o Governo permitiu que as distribuidoras cobrassem as tarifas aumentadas e permitiu que a partir de hoje em São Paulo já se começasse a cortar a luz, mas o Governo não pagou o bônus. Entrou-se na Justiça para o Governo pagar o bônus no Rio de Janeiro e a Advocacia-Geral da União já entrou com uma liminar porque não quer pagá-lo, já que não aceita tal pagamento.

Então, na verdade, ao que estamos assistindo, desde a estrutura de tarifa, passando pelo anexo 5 e agora por esse quiproquó do pagamento de bônus, é ao fato de que a política energética no Brasil é uma política, mas tem por objetivo favorecer os grandes consumidores e as grandes empresas e desfavorecer, no meu entender, os pequenos consumidores. A sensação que se tem é de que se trata de uma estrutura desregular, desde a tarifa até esse nível de decisões. Claro que compreendo que política é isso mesmo, quer dizer, quem detém o poder no Estado hoje são os setores mais fortes. Compreendo que seja assim, mas nada nos impede de dizer que não deve ser assim e que precisamos mudar o Brasil em 2002 para que deixe de ser assim.

Desse modo, gostaria de ter uma explicação específica sobre qual foi o papel da Aneel no anexo 5 e se ela considera que essa negociação, em termos nacionais, foi bem feita por nós.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Deputado Fernando Gabeira.

Concluída a lista de inscritos, concedo a palavra ao Senador Paulo Souto, relator da comissão.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, apenas quero me desculpar e pedir licença para me retirar, uma vez que fui incumbido pela própria Comissão de tratar de um problema específico surgido durante a nossa viagem e vou fazer isso nesse momento.

De forma que quero me desculpar por ter de me retirar nesse momento, mas estou muito preocupado com as respostas que vão ser dadas a todas as questões aqui levantadas. E vou, recorrendo às notas taquigráficas, inteirar-me delas. Só saio porque vou tratar de um assunto de interesse da própria Comissão, um assunto de importância que surgiu durante a viagem que fizemos, na semana passada, até a região do São Francisco.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Todo o nosso apoio. Eu só queria lembrar que, ontem, em Recife, chegaram a uma pequena alteração daquele processo, mas ainda, no meu entender, subsiste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Vamos conceder a palavra aos expositores, para as respostas e considerações finais, na mesma ordem das exposições.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Dr. Luis Carlos Guimarães, para suas respostas, se for o caso, e considerações finais.

O SR. LUIS CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES – A mim não foi dirigida nenhuma pergunta específica, apenas algumas citações, como a questão do Anexo V, que, de certa forma, tem alguma afetação na distribuidora. A pergunta está dirigida à Aneel, e vamos ter todo o interesse em ouvir, também, as mesmas explicações.

Da parte das apresentações que aconteceram, no que se refere à preocupação, especificamente da Abrace, com a nossa fala, no momento em que sinalizamos a questão da tarifa – de certa forma subsidiada para os grandes consumidores –, creio que esse assunto se esgotou na hora em que foi apresentado, quase que consensualmente, por todos aqueles que falaram sobre o tema nesta Comissão.

Mantemos, evidentemente, nosso alerta com relação à necessidade, que acreditamos ser vital, de que se conceitue, com clareza, o que vem a ser o consumidor livre, no futuro, ou seja, a maneira como a opção do consumidor será feita, se eventualmente ele poderá ou não retornar ao sistema como consumidor cativo. E temos também, evidentemente – o que já foi citado inclusive pela própria Aneel –, a preocupação no sentido de que, qualquer coisa que se faça em termos de liberação de consumidor, se leve em conta, evidentemente, a necessidade de que os tais encargos setoriais venham a ser cobertos, no futuro, não só pelo cativo, mas também por todos os demais consumidores, inclusive, e principalmente, os livres, que eventualmente se liberarem. Essas são as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Luis Carlos Guimarães.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Ludmer, para suas respostas e considerações finais.

O SR. PAULO LUDMER – Obrigado. Eu queria agradecer as observações do Senador Paulo Souto, com as quais eu me aliei, e fazer os seguintes comentários e respostas. A questão das tarifas não se esgotou. A Aneel tem mais de seis dezenas de concessões

nárias, para, como trabalho, medir uma a uma, com seus dados micromilimétricos, quais são os seus custos, de acordo com o que determinam as Audiências Públicas nºs 006 e 007. Uma vez provado à sociedade – a Aneel tem todos os meios, e confio que a equipe do estimado José Mário Abdo faça isso – que as tarifas estão baixas, seja aqui, ali ou acolá, nós, como qualquer ator da sociedade, lidaremos com essa verdade amarga. Isso não está feito, isso não está esgotado.

O fato de o dólar, no Brasil, ter-se valorizado de R\$1,85 para R\$2,50, em alguns meses, colocou, em dólar, as nossas tarifas competitivas. Isso é uma obrigação do Brasil. Esse é um fator de competitividade da natureza, da história, da economia, da política e da vida brasileira, mas não são tarifas baratas em relação a custos de concessionárias. O custo são caixas pretas, opacas, cada vez mais opacas, e, apesar de todo o respeito que todos aqui merecem, não posso diminuir meu tom de voz, de indignação, pela falta de medição. Disse aqui, infelizmente alguns parlamentares não ouviram no começo, que não foram feitas medições, não se conhece a tipologia de cargas no Brasil, por enquanto é uma “achologia”.

Por ocasião da privatização de várias empresas, elas foram blindadas, foram protegidas pelo IGPM, quando ninguém da sociedade foi, nenhum ator, nem vocês assalariados, nem as empresas, nem ninguém, contra variações de dólar, contra conta de combustíveis a compensar, isso quer dizer óleo no mundo, e assim por diante. Ninguém teve esse privilégio. O Brasil não respira em dólar, a maioria das empresas, inclusive dentro da Abrace, respira em Real, compra e vende em Real, faz balanço em Real, toma empréstimo em Real e assim por diante.

De modo que fico muito constrangido por ser o único, a minoria aqui contra todo o resto da mesa. Mas insisto, é uma “achologia” a questão tarifária ainda, pelo menos no que concerne a custos. A preservação de margem das concessionárias, como determina uma questão abstrata, chamada equilíbrio econômico financeira das concessionárias é traduzido na Audiência Pública 0013, eu discordo, mas é assim que está lá, como receita presumida pelas concessionárias é igual à receita auferida, uma reserva de recebimentos. É como se fosse um aluguel de viúva.

Dito isso, quero dizer que há outras misturas que estigmatizam e nos fazem mal. Por exemplo, misturam-se as tarifas do Norte, onde há três empresas com incentivos e cujos incentivos terminam nos próximos meses, que são a Albras, a Alumar e Camargo Correia Metais. Essas empresas viabilizaram Tucuruí,

e graças a isso o Norte hoje está socorrendo o Nordeste e tem socorrido o Sudeste com Tucuruí. Iremos para Tucuruí 2, se Deus quiser. Foram incentivos legítimos com contrapartidas imensas. No racionamento de 1987 estive nesta mesma sala e tinha uma CPI do racionamento Norte-Nordeste, eu representava os grandes consumidores da região e naquela oportunidade a idéia era fechar a Alumar, não era nem corte 25, era fechar. A Alumar deu água potável para São Luís do Maranhão que não teria água potável até então. Ao redor dela se instalaram 350 indústrias. A economia do Maranhão e do Pará tem muito a ver com essa história de Tucuruí. Não se pode comparar as tarifas da Alumar com Tucuruí porque a Alumar recebe tarifas de Xingó, cujo custo de geração é inferior a US\$5.00 o megawatt-hora presumidamente. Como não se pode comparar as tarifas da Rocinha com Angra II. Esse tipo de sutileza maligna e que a imprensa compra porque não é obrigada a ser doutora neste assunto, temos que estancar nesta Casa.

Estamos dispostos a todas as verdades, em lidar com as verdades amargas, mas sem “achologia”. Outra coisa, mistura-se as tarifas da indústria do Norte com as tarifas do Nordeste. No Nordeste há cerca de 11 empresas que comprem direto da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, sem distribuidoras intermediárias, são nossas associadas, isso é legítimo, é histórico, foi feito para alavancar o Nordeste, aconteceu isso em Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe. Evidentemente que as tarifas são mais baratas, porque tem uma distribuidora a menos no caminho. O intermediário está absolutamente dispensável. As indústrias do Brasil têm que ser competitivas. É esse parque industrial que está aí que vai trazer o país para um novo mundo. Não é outro porque não temos outro.

O SR. FERNANDO GABEIRA – O que diz a Chesf é que são as mais baratas do mundo.

O SR. PAULO LUDMER – Realmente são baratas, Deputado Gabeira, e o V. Ex^a tem toda a razão de colocar assim. Mas a Chesf já foi paga e repaga. Pagamos empréstimo compulsório que não vimos mais a cor durante anos, pagamos imposto único sobre energia, pagamos CCC. Quando fazemos autogeração pagamos meio por cento sobre os recebíveis para sustentar a Aneel. Pagamos R\$200 milhões para sustentar o ONS. Nós pagamos e pagamos e, agora, vem vindo a taxa da ANA, referente à água. O mundo está colocando produtos no Brasil e a nossa balança comercial, estourando. Se V. Ex^{as}. destruírem as empresas da Abrace, estarão exportando empregos. Cada real a mais que custar a energia para a Companhia do Vale do Rio Doce, para a San Marco, para a

Ferteco, são minérios que o Brasil deixa de exportar, commodities que a Indonésia ou Trinidad e Tobago colocarão no nosso lugar. São empregos, riquezas e impostos.

O SR. WELLINGTON DIAS – Dr. Paulo, é possível estimar, na composição, qual é a contribuição desse setor para a RGR?

O SR. PAULO LUDMER – Desculpe, sinceramente...

O SR. WELLINGTON DIAS – O senhor falou dos encargos, da geração própria dessas empresas que contribuem para a RGR.

O SR. PAULO LUDMER – Não sei, porque quem contribui é a concessionária.

O SR. WELLINGTON DIAS – Não, o senhor falou há pouco que contribuíam com a RGR as fontes de geração.

O SR. PAULO LUDMER – Sim, porque na tarifa é computado tudo isso. Taxas e taxas e taxas ao longo da História. Onde está o empréstimo compulsório que deixamos? Os 25 bilhões de reais ou de dólares de esqueleto, dentro da Eletrobrás, no patrimônio líquido de mais de 60 bilhões, que são empréstimo compulsório a ser devolvido à sociedade, que esperamos seja devolvido em espécie e no valor integral, devidamente corrigido? Onde está isso?

Desculpe-me. Quero apenas responder às perguntas objetivamente feitas.

A respeito da pergunta sobre tributos, temos lutado contra o tributo seletivo na reforma tributária que vem aí. Só falta ter 20% de tributo sobre energia elétrica, a título de tributo seletivo, sobre óleo combustível e gás natural.

Para que V. Ex^a tenha idéia, o Ministro da Fazenda apresentou a esta Casa um projeto de lei que prevê a elevação de 7% para 14% a PIS/Cofins sobre todo o gás natural brasileiro e boliviano e carvão brasileiro que a sociedade venha a usar, que não seja para geração termelétrica. Estão varrendo o lixo do tapete da PIS/Cofins das termelétricas para toda a sociedade e isso está nesta Casa para ser aprovado, a pedido do Ministro da Fazenda.

Para se ter uma idéia, pelo óleo combustível – que é fundamental e consumimos mais de 45% do óleo combustível produzido no Brasil –, pagamos 31% de impostos, enquanto nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália não se paga por sua utilização e, no Japão, apenas 6%. Desses 31%, 17% são recuperáveis quando a indústria é exportadora, porque referem-se a ICMS. Se ela for exportadora, não tem de quem cobrar, de forma que o ICMS vai ficando nos

seus ativos a título de dinheiro provisionado para receber de volta. Como é ativo, recebe-se Imposto de Renda e não temos de quem cobrar. É um desastre a política tarifária sobre energia no País, o que nos tira a competitividade.

Na exposição do Dr. Abdo, ficou claro que aproximadamente 30% da nossa conta são impostos. Isso está nas mãos de V. Ex^{as}, que representam a nossa sociedade, a nossa população.

Sobre o alumínio, eu gostaria de dizer que jamais o alumínio vai gerar mais do que precisa para vender, porque não é o negócio do alumínio. Nosso negócio é fazer nossos produtos. Não se trata de fazer mais. As indústrias estão fazendo o possível para se tornarem auto-suficientes e não agüentar mais tantos desaforos. Agora, esqueça, Sr. Deputado, pois nunca mais, nos próximos dez anos, haverá uma planta de alumínio nova no Brasil.

O SR. WELLINGTON DIAS – Mas a menção ao alumínio é dirigida a Antonio Ermírio de Moraes, que, além do alumínio, atua em outros setores.

O SR. PAULO LUDMER – Não. V. Ex^a pode acreditar: a Billinton fez melo com a ValeSul: comprou três usina da Cataguases, o Glória e outra. A Alcan tem cinco usinas e está montando a sexta. A Alcoa fez Machadinhos e está fazendo Campos Novos. Há outros projetos e Dr. Abdo tem aprovado em concorrência essa gente toda, Dona Francisca e tantas outras. Temos dezenas e dezenas de obras em curso, nossas, enquanto o setor elétrico ofertante não tem nada similar em quantidade proporcional ao que são nossas empresas.

Quanto à quantidade que autogeramos e co-geramos, V. Ex^a sabe que o Ministro Rodolpho Tourinho Neto limitou a dois milhões de metros cúbicos, na metade do ano passado, a co-geração de gás por dia no Sudeste e a um milhão no Nordeste. Não há resposta mais eficiente para o uso do gás natural. Não há resposta energética e economicamente mais eficiente para o País do que uma rápida co-geração. Isso aconteceu nos Estados Unidos, Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Nossa posição é essa.

O SR. PAULO LUDMER – Uma planta da Abraço engole dois milhões com 600 megawatts. De modo que não nos deixaram fazer, Deputado. Isso aconteceu com Serra Quebrada, a Eletronorte e várias atitudes políticas do corporativismo, mesmo da política anterior a este Governo Fernando Henrique. Tentamos fazer de Serra Quebrada a jusante Tucuruí. Isso

tornaria totalmente independente a Alumar, a Alcan, na Bahia, Daw, na Bahia e Camargo Corrêa, e não nos deixaram. O empecilho foi na transmissão, enfim, uma série de manobras para que isso não se realizasse. Não nos deixaram fazer o Cogera, em São Paulo, que era constituído da Rhodia, Petroquímica União S.A., Carbocloro S.A. Indústrias Químicas e Solven. Iria ter uma sobra nesse projeto de co-geração de 600 megawatts para a sociedade, e ficaríamos independentes.

Mas não nos permitiram fazer isso. Havia problemas com o livre acesso, Portaria nº 459, preços de gás, enfim, todo o tipo de chantagem. Então, não somos os vilões, mas estamos sendo transformados em réus nesse racionamento, quando, na verdade, somos vítimas tanto quanto os consumidores.

O SR. – Quando o senhor diz “não nos deixaram”, quem não deixou?

O SR. PAULO LUDMER – Podemos discutir caso a caso, mas não aqui. No entanto, estou à disposição no sentido de colocá-lo em contato com pretendentes a esses projetos.

Por fim, com relação à eficácia perguntada pelo Deputado Fernando Gabeira, por quem tenho uma estima especial, primeiramente por sermos jornalistas e termos sido colegas na infância, em Juiz de Fora, não projetei porque não havia tempo, eram 15 minutos para cada um, mas há, nesse computador, uma transparência da Fundação Getúlio Vargas que V. Exª poderá consultar. Portanto, não é nada umbilical, feito em benefício próprio, mas com a assinatura da Fundação Getúlio Vargas. Somos o único setor, da sociedade inteira, nos últimos 20 anos, que reduzimos a quantidade de energia por quilo de produto brutalmente, cerca de 20%. Isso se chama conservação de energia.

Todos os outros setores se eletrificaram, alguns com virtudes; outros, não, mas o PIB brasileiro ficou voraz em energia. Conosco, houve uma queda. Ora, que a sociedade tome conhecimento: qual foi o prêmio disso no racionamento? Todos os senhores sabem que a casas conservacionistas se machucaram mais, as pessoas e as indústrias também.

Então, pelo amor de Deus, brasileiros, meus irmãos – sou nascido em São Paulo –, unamo-nos na defesa dos ativos que temos, desse parque industrial maravilhoso, que tem defeito, não é virgem. Sou auto-crítico no que me apontarem de ruim, mas não vamos crucificar essa ala da sociedade neste momento e em nenhum outro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Ludmer.

Retorno a palavra ao Dr. Guimarães.

O SR. LUIS CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES

– Gostaria de fazer uma inserção, até mesmo devido ao entusiasmo do Paulo na defesa. Não cheguei a apresentar alguns dados, porque, quando disse que é inexorável, de fato é. Se a indústria eletrointensiva paga RGR, paga ECC, todo o consumidor paga. Eu pago também na minha casa. Todos nós pagamos.

Então, isso não é nenhuma vantagem. Quer dizer, evidentemente, isso é um encargo. Todos nós gostaríamos que não houvesse. Hoje, o Dr. José Mário Abdo mostrou que 30% ou mais de uma conta são de tributos. Fora os encargos setoriais, pagam-se tributos, como o ICMS.

Assim, não é vantagem o fato de estar pagando. Isso é uma obrigação. Está na lei; não há como escapar. Agora, o fato inexorável é que realmente existe um subsídio. Não temos como evitar isso. Podemos até conviver com ele. Para as distribuidoras, atualmente, da maneira como a coisa funciona, se o mercado se mantiver cativo, funciona a tarifa média. Estamos procurando a tarifa média. Alguns pagam mais e outros menos, mas não queremos perder qualquer consumidor eletrointensivo, longe disso. Queremos mantê-los conosco. O que foi dito aqui, o tema desta reunião, deste debate, é que, para a implantação do modelo, se imaginamos, se objetivamos fazer um modelo competitivo, não há lugar para subsídio. Dificilmente, um consumidor que está sendo subsidiado procurará outro fornecedor. Ele ficará com o fornecedor onde ele tem o subsídio. Simplesmente, foi colocado dessa maneira. Não sendo assim, ficam conosco. Uns pagam pelos outros e, na média, o resultado da empresa se mantém.

Estamos levantando uma questão de princípio. O modelo prega a competitividade do modelo na comercialização. Se for para comercializar, não há possibilidade nenhuma de ser assim. Se houver subsídio, o mercado será inviável. Aquele que está subsidiado ficará com o fornecedor que o subsidia. No caso, são as distribuidoras.

Vou deixar aqui alguns valores. Fizemos um levantamento para esta reunião. Pedi que fosse feito um levantamento de cinco empresas: uma do Nordeste e quatro do Sudeste e do Sul. Só para termos uma idéia, vou pegar a tarifa de venda, por exemplo, da empresa A para o grupo de 230 kWs. São 46,25. Evidentemente, as contas podem ser mais bem ajustadas, afinadas. São cinco empresas. Estou pegando

as tarifas da empresa A, mas as outras são mais ou menos a mesma coisa.

Vamos falar da tarifa de compra, quer dizer, do quanto pagamos para o supridor. Vendemos por 46 e pagamos 56. Pagamos o transporte para o pessoal da transmissão por 1,92, quer dizer, R\$2,00 o megawatts/hora. Pagamos R\$4,49 na conexão, sem considerar o valor que ainda temos que pagar pelo fato de estarmos transportando, também, na distribuição. A margem que sobra para a empresa A, especificamente para atender ao consumidor que vende por 46, é menos 16,72. Ou seja, além de não pagar os ativos de distribuição que disponibilizou, ainda coloca mais 16,72.

Não há o que se discutir, lamentavelmente. O Paulo é amigo nosso, vivemos conversamos, estamos sempre em debates desse tipo, mas os números são esses. Não há como discutir a questão. Podemos até ter uma política industrial diferente, outro tipo de facilidade, retirar os impostos. Evidentemente, é preciso que haja menos tributo sobre o setor elétrico. Com esse nível de tributação ninguém agüenta. Como é que vamos pagar se mais 1/3 da conta corresponde a tributos? Tal fato penaliza os eletrointensivos, penaliza-os barbaramente. Um terço, ou mais de 1/3 da conta, vai para tributos. Que poder de competição tem o eletrointensivo na medida em que está pagando tributos? Não é um problema da distribuição, não é um problema do setor. É um problema de tributos.

Gostaria de deixar tudo em seu devido lugar. Não quero dar a impressão de que não estou falando sobre o que deveria falar. Vou deixar os números aqui, até para as pessoas possam manipulá-los.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado.

O Dr. Ludmer dará uma informação complementar. Concedo a palavra a S. S^a.

O SR. PAULO LUDMER – Serão menos que trinta segundos.

Primeiramente, se fôssemos tão ruins assim, por que não nos deixam sair? Por que todo esse empenho para que não sejamos livres? Não somos ruins. Se sairmos, o fator de carga da companhia deles mudará de tal maneira que a tarifa subirá para todos os que ficarem. Usamos 100% do tempo, são 8.760 horas por ano.

A segunda informação, que não dei, além da que não nos deixam sair, é que se pegarmos os dados do Departamento de Estado dos Estados Unidos – e posso oferecê-los à Casa, mas não os trouxe – ,

de 1998, embora o dólar tenha mudado, veremos que essa verdade não mudou. A relação entre o preço médio que paga a indústria em uma dezena de países com os quais concorreremos e o preço médio que paga a residência, como o Dr. Abdo mostrou, no Brasil, é de 45%. No mundo, está em redor de 40%, 42%, mesmo com a mudança da tarifa e do dólar. Encaminharei os dados a esta Comissão, tão logo aposse-me do papel.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Valfrido Ávila para as suas respostas e considerações finais.

O SR. VALFRIDO ÁVILA – Posso talvez ajudar na resposta ao Deputado Fernando Gabeira quanto à parte de co-geração. Nós, os comercializadores, temos sido muito assediados por diversas indústrias e produtores que têm interesse em fomentar a co-geração. Sabemos que muitos projetos foram implantados e que existe muita vontade de se implantarem novos projetos, principalmente aproveitando a hora de crise pela qual o Brasil atravessa – estamos numa crise de falta de oferta e sabe-se que, para se resolver essa falta de oferta, demanda um tempo. Então, há uma oportunidade de esse pessoal que pretende investir em co-geração aproveitar esse espaço de tempo em que os preços são naturalmente mais altos e trazer um retorno mais rápido ou talvez até viabilizar seus investimentos.

O grande óbice que se vê hoje é a operacionalização do Mercado Atacadista de Energia, MAE. O mercado não está fluindo normalmente, o que está inviabilizando esses novos investimentos. Não é pequeno o número de co-geradores, e achamos que essa intervenção da Aneel no MAE, ocorrida nos últimos meses, talvez normalize. Assim, talvez tenhamos oportunidade de ver essa co-geração entrando no mercado.

Quanto à regulamentação de gás e energia elétrica, numa mesma política, poder-se-ia resolver isso mais rapidamente, e vemos que se trata de uma necessidade do setor. A regulamentação de gás e energia elétrica, numa mesma ótica, será necessária para o mercado nos próximos meses. Com uma visão de comercializador, vemos que dois pontos ainda são importantes e que deveriam ser abordados. Para viabilizar a entrada da nova energia no Brasil, vemos, pelo que já falei do MAE, que há necessidade de transparência e operacionalidade, principalmente transparência. Já se falou em transparência, mas trata-se da transparência global do mercado. Hoje o mercado de energia elétrica é ainda opaco. Estamos longe de chegar ao que acontece hoje com o merca-

do de valores ou de bolsa de valores; no dia seguinte, lê-se nos jornais todas as operações que foram feitas, com preço, com quantidade – principalmente quantidade –, para saber o que está acontecendo no mercado.

Quanto à tributação, fizemos uma reforma, visando à modicidade tarifária. Sabe-se que a tributação já chega a mais de 30%, e não podemos, com as facilidades da reforma, criar novos impostos ou permitir que impostos em cascata cheguem ao consumidor final. Isso é algo que precisamos evitar, e esta Casa é o lugar. Essa criação de impostos em cascata onde não existia – antes tudo era estatal, só existia um gerador, um distribuidor, PIS e Cofins – hoje quase inviabiliza uma comercialização, porque se alguma energia precisar mudar de mão no percurso, se isso for reincidindo, praticamente teremos a inviabilidade da comercialização.

Finalmente, no que diz respeito a subsídios, a competição não existe se tivermos subsídios que não estejam completamente explícitos. Se algum setor precisar de algum subsídio, se for política nacional, que se crie, se saiba e se tire da competição, que não deve ser de forma desigual com os agentes que estão competindo. Nas áreas de competição, todos os agentes devem ter a mesma oportunidade. É isso que a Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica, Abraceel, tem a declarar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Valfrido Ávila.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Henrique Siqueira Born, para suas respostas e considerações finais.

O SR. PAULO HENRIQUE SIQUEIRA BORN – Eu gostaria de agradecer a pergunta do Deputado Luciano Zica, no sentido de esclarecer um ponto que considero crucial na minha apresentação.

A Duke Energy International já está há dois anos no Brasil, já investiu US\$1 bilhão no País e estamos com projetos em andamento na faixa de US\$300 milhões. É uma empresa que tem vocação para risco e vocação para geração, como produtora independente. O cenário com que entramos no País era de que a privatização prosseguiria. Nós, hoje, temos, como um cenário mais provável, um convívio com empresas estatais. Obviamente, essas empresas estatais, permanecendo num regime de serviço público, terão, pela regulamentação atual, pela legislação atual, tarifas reguladas, e o convívio de nossos projetos com tarifas reguladas é algo que precisa ser disciplinado para que tenhamos competitividade, pelo me-

nos na margem, ou seja, que essa geração a preço regulado seja segregada do mercado de maneira com que nossos processos possam competir, sendo mais eficiente para conseguir espaço no mercado.

Peço a reflexão dos Deputados, em particular até do Deputado José Carlos Aleluia, quanto ao Projeto nº 2.905, no sentido de que a locação, na nossa visão, da energia de serviço público para as empresas distribuidoras é um fator que nos criaria uma desvantagem competitiva tremenda em nossos projetos de geração, em relação aos destinatários dessas cotas, ou seja, no regime de cotas similar ao de Itaipu, acho que seria extremamente difícil de conviver, para uma empresa como a nossa, que está voltada a projetos de geração independentes. Ou seja, não estamos investindo em distribuição no País e, então, a locação dessa energia a preços regulados, se esse for o cenário, é uma preocupação central da empresa para os investimentos futuros. Então, basicamente, a nossa preocupação agora é de como se regular o convívio com o setor estatal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Paulo Henrique Siqueira Born.

Concedo a palavra ao Dr. José Mário Abdo, para as suas respostas e considerações finais.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Começando aqui pelas colocações do Deputado Wellington Dias, no que diz respeito à questão dos investimentos, com relação a investimento/tarifa, que o Deputado menciona, se essa cobrança dos investimentos, o compromisso dos investimentos na expansão, se isso está explícito nos contratos de concessão com uma definição de competência política, de Ministério, Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ou o que seja. Eu digo que os contratos de concessão da distribuição não têm um compromisso explícito de investimento lá, constando montante em reais por ano ou em quilômetros de linha de distribuição ou de transformação, o que seja, não tem um compromisso físico ou financeiro explicitado nos contratos. O que tem é o compromisso da distribuidora de atender todo o seu mercado e o crescimento e prover a energia necessária para crescimento de seu mercado. Isso é importante, eu digo, ao colocar dessa maneira, num primeiro momento, pode suscitar que é uma questão em aberto. Eu digo que não é, vide o exemplo do Rio de Janeiro, naquele primeiro verão da existência da Anel, que foi o verão de janeiro de 1998, onde teve momento grave e crítico de falta de energia, de descontinuidade importante naquela cidade, e a concessionária estava investindo três vezes mais do que investia essa mesma concessionária antes de ser privatizada.

Ela colocou essa argumentação. E não foi considerada suficiente. É lógico que era importante, é lógico que era relevante estar investindo três vezes mais. Foi muito positivo, mas nem por isso excluiu a responsabilidade dessa concessionária, e ela foi responsabilizada por tal naquela oportunidade. Porque tinha que atender o mercado em todo o seu crescimento, independente de estar investindo três vezes mais.

No que diz respeito às geradoras, tem sido colocado, em alguns processos de privatização, e isso cabe não no contrato de concessão, mas no edital, isso, portanto, com uma responsabilidade do controlador acionário, quando foi privatizada a federal do Sul – no caso, Eletrosul e Geradora, que se tornou a Gerasul –, ficou com o compromisso de concluir obras que estavam iniciadas ou paralisadas na época, como, por exemplo, Machadinho, Itá, Jorge Lacerda IV. Assim, ela teve compromissos dessa natureza.

No caso de outras geradoras estaduais – e me refiro às de São Paulo –, foi colocado explicitamente no edital o compromisso de investir algo da ordem de 15% em geração nova em relação à geração existente. São os primeiros passos que ainda são tímidos nessa direção, mas é o que existe a respeito.

No que diz respeito ao atual modelo, o Deputado coloca a sua preocupação quanto à possível competição na ponta para os consumidores, sobretudo os menores, os residenciais. É uma audiência pública que está em discussão, e entendemos que o assunto merece um aprofundamento, um debate, mas é uma possibilidade chegar aos consumidores residenciais.

Na medida em que há hoje o livre acesso à rede e uma segregação de valor a ser pago, tanto para a autopista, que é a rede básica – acima de 230 kW –, como para a rodovia vicinal, que seria a rede de baixa tensão chegando até a residência de cada um dos consumidores de baixa tensão, já existe um valor a ser pelas duas redes, pela viagem na baixa e na alta tensão.

Teoricamente, cria-se essa condição. Se ela vai ser de grande impacto, se estimulará uma redução de preço importante é uma questão polêmica, que tem uma dimensão importante envolvida: muda um pouco a relação da prestação do serviço, na medida em que, deixando de ser cativo e ainda tendo a obrigação, mas sem nunca abrir mão de assegurar o fornecimento de energia por ser um serviço público essencial para aquele consumidor, passa a ter uma consideração diferente, em que os seus direitos continuam preservados, mas as concessionárias passam a oferecer qualidade e agregar valor na prestação do serviço,

sendo isso motivo de fiscalização e de cobrança. É, realmente, uma perspectiva, uma possibilidade.

No que diz respeito à colocação do Deputado Fernando Ferro sobre o percentual do aumento de baixa renda já ter sido apresentado em outras oportunidades recentes por outros agentes e, em alguns casos, haver atingido mais de 300%. Por que isso? Realmente isso confere? A nossa visão está em uma transparência que colocamos e diz que não depois da Aneel. Depois dela, com certeza, os reajustes foram em percentuais iguais para todas as classes consumidoras, mas é possível que, de julho de 1994 até agora, em que o residencial aumentou cerca de 106% em média, a classe baixa renda tenha tido aumentos diferenciados que possam ter atingido números bem maiores. É possível, sim.

Como se explicaria isso? Em 1995, quando se pegou aquele benefício de redução em cascata que existia e se cancelou, houve um redutor em que, de 0 a 30 kW/h, era 85% e passou para 65% – houve uma redução. Repito que isso é anterior à Aneel. Além disso, se se tirou o efeito cascata, o que significa? Um consumidor que estivesse na casa dos 180 kW/h mês. Estando nos 180, para os primeiros 30 kW/h, havia um desconto de 83%. Os de 30 a 100 kW/h, havia um desconto na casa dos 60%. Assim, o seu desconto ia sendo cumulativamente maior e, de 100 a 200 kW/h, havia mais um desconto.

Na nova condição estabelecida no final de 1995, quem consome 180 kW/h, que é o meu exemplo, estará, agora, na condição de 10%. De zero a 30 kW/h, não há nenhum benefício. Quem consome 180 kW/h tem um desconto de 10% e antes tinha um desconto cumulativo, nos primeiros 30 kW/h, de 83, de 30 a 100 de 55. Era cumulativo. Portanto, o movimento no final de 95 praticamente dobrou para quem estivesse nessa condição. É lógico que se introduziu um outro efeito, que foi o da caracterização sócio econômica. Era injusto que consumidores que possuíssem um **flat** ou uma casa de veraneio também gozassem do benefício, pois tinham baixo consumo, não baixa renda. A distorção foi corrigida. E o desconto foi reduzido significativamente no final de 95. Portanto, com a Aneel não houve mais redução ou aumento diferenciado na mesma casa, que chegava então, em média, a 106%.

Quanto ao IGPM, é importante que seja dito, o índice no mesmo período era da ordem de 82%. A esse ponto vinculo um outro item, do Deputado Juquinha: se as tarifas nos anos recentes – posso falar mais nos anos que dizem respeito à Aneel, 1998, 1999 e 2000 – foram corrigidas abaixo da inflação ou abaixo do IGPM. Afirmo que não. Foi em média de

96% o reajuste das tarifas no período. Desde o início do Plano Real, a média foi 96%. Contra um IGPM, cerca de 82%; e contra um IPCA ou uma inflação, ainda menor do que isso.

A Aneel recebeu críticas severas ao longo de 2000, em várias circunstâncias. Críticas da opinião pública, do Congresso Nacional, e do Governo. Pois as tarifas subiram, em 1999 e 2000, 15%, 16%, 18%, quando o custo de vida estava na casa dos 6%, 8%. Como a tarifa subiu duas ou até três vezes mais? Recebemos críticas tremendas. Mas não nos cabia definir a política tarifária. Ao agente regulador, cabe cumprir o contrato de concessão.

Aproveito, Deputado Fernando Gabeira, para lembrar que me refiro ao contrato de concessão que assinamos. Assinamos, mas não formulamos. O contrato de concessão reflete a política econômica na regulação econômica: as tarifas. E que política econômica? A que foi aprovada no CND em 1995: reajuste, revisão periódica, revisão extraordinária e IGPM como indexador. E cabe à Aneel, a cada ano, no aniversário de cada contrato, examinar detalhadamente o pleito de cada concessionária, verificar se os números conferem com os aprovados pela Aneel. Via de regra, nunca são exatamente os números pleiteados. Mas são números que respeitam os contratos de concessão, que refletem o que foi aprovado no contrato-mãe de concessão, aquele do final de 1995 e que serviu para a primeira privatização, que foi a da Light. Privatizando ou não, como os senhores mesmos lembraram, renovando a concessão, quem veio assinar o contrato de concessão com a Aneel seguiu a mesma formulação da política tarifária definida. Mas não é justo que hoje venham colocar a responsabilidade na Aneel de que as tarifas estão defasadas ou em valores inferiores, quando, há um ano, ao contrário, recebemos críticas severas porque foram aumentadas, na visão de “alguns”, demasiadamente, 15%, 18%, por órgãos de Governo inclusive, quando, na verdade, o custo de vista era duas, três vezes menor do que isso. Simples e rigorosamente, digo, cumprimos o que era contratual, honramos o contrato de concessão.

Nesse ínterim, houve pedidos de revisão extraordinária de tarifa; visões compatibilizadas com o Governo novamente, para haver aderência política tarifária, e que foram negadas pela Aneel. Pedidos de revisão extraordinária, que acresceriam sobre os reajustes de 16%, 18% em 2000. Mais 2%, 3%, 4%, que foram negados. Mas alegar que esses mais 2%, mais 3% ou mais 4% negados, como revisão extraordinária, porque o contrato de concessão diz que é possível pedir uma revisão extraordinária, quando achar

que tiver uma variação significativa nos custos. Cabe à Aneel conceder ou não.

Então, de novo não estamos, no nosso entender e ouvindo inclusive pareceres da área da Procuradoria Geral da Aneel, a cumprir o contrato de concessão. Agora, alegar que esses 2% ou 3% ou 4% ou até 5%, além dos 16%, 18% que foi dado no reajuste anual e que foram os 4%, 5% ou 3% negados como revisão extraordinária, ser isso o que fundamenta uma falta de investimento, aí não é coerente, não é razoável; ao contrário, diria que realmente essa visão de falta de investimento vem sendo retomada de forma importante, porque veja, não é à toa que a Aneel, no ano de 2000 – isso é importante que seja dito e dito com imparcialidade – em 2000 entraram em operação 5.000 megawatts novos, o que o Brasil não via há 15 anos, em um ano entrar 5.000 megawatts novos. Entraram e não foram suficientes e não são suficientes, por quê? Porque veja, da Constituição de 1988 a 1995, até a regulamentação da lei de concessões, de 1988 a 1995, nenhuma nova concessão foi dada para uma nova usina de porte hidrelétrica, por quê? Porque concessão era só por licitação, assim dizia a Constituição de 1988 e a regulamentação passamos a ter a partir de 1995.

Então, é um vazio importante que, num certo momento, num dado momento, teria que ter repercussões.

Mudanças importantes em três anos, qualquer sucesso, máximo de sucesso que pudéssemos ter nos três anos – e o Deputado Juquinha foi encorajador ao colocar que avanços importantes aconteceram nesses três anos –, mas por melhor que fosse nesses três anos ainda seria incapaz de, nesse período, frutificar com novas e suficientes usinas, porque não é o tempo suficiente. Mas, ainda assim, vou dar um exemplo importante. Não posso dizer que a situação é extraordinariamente positiva; pelo contrário, ela é extraordinariamente grave. Na falta de energia, no racionamento, é gravíssima. Não tenham a menor dúvida, é tudo que não gostaríamos de estar vivendo.

Agora, vejam também no ano de 2000 o que foi dado de concessões ou que outorgas novas, para novas usinas, dado não, corrijo-me, não foi dada nenhuma, foram licitados, leiloados e assim por diante, foram 12.000 megawatts. O Brasil precisa aí da ordem de 3.500 a 4.000 por ano. Foram 12.000 leiloados, autorizados no ano de 2000. Mas será que vão ser feitos? É lógico que essa dúvida existe, mas diferentemente do que era esses 12.000 assinaram um contrato de concessão com a Aneel. Serão multados, pena-

lizados, responsabilizados se essas obras não acontecerem.

Pior do que isso é a falta dessa energia, não tenho dúvida, não basta responsabilizar e apenar. Mas são instrumentos de pressão, para que esses 12.000 virem realidade. E nesse ano aqui, quase 10.000 megawatts estarão sendo leiloados, autorizados, usinas hidrelétricas, termelétricas, as eólicas, biomassa.

Aproveito para falar de um outro item que o senhor perguntou, o Deputado Luciano Zica. E co-geração, o que tem de estímulo ou de sinal importante para a co-geração? Ela é importantíssima para o País, não tenho dúvida, e ainda é tímida. Reconheço que é tímida. Mas tem exemplos importantes. Aqui foi lembrado o caso, por exemplo, da Ambev, que foi um dos mencionados, o que já avançou em co-geração é muito interessante, mas ainda incipiente para o nosso País. E fizemos na Aneel alguns passos de estímulo à co-geração. A pergunta é: e que estímulo? Um deles, relevante, foi caracterizar o que é um co-gerador; é dar um enquadramento típico, sem burocracia e que caracteriza o nível de eficiência e dar outros estímulos. Por exemplo, um valor normativo, um VN, quando for uma co-geração à biomassa, é um valor significativamente maior do que é, por exemplo, para uma energia hidrelétrica, um estímulo importante é o co-gerador.

Foi dado num outro regulamento uma questão da regulamentação do **back up**, da tarifa de retaguarda, porque, um mês por ano ou alguns dias por ano, aquele co-gerador que está produzindo a sua energia própria tem que parar para dar manutenção. E, naquele momento, ele ficava na mão de outras empresas, que lhe cobravam, por esse mês, um valor absurdo. Encontramos uma alternativa viável, competitiva, para que o mês não fosse um desestímulo para ele.

Em resumo, quantos projetos novos de co-geração a bagaço de cana estão em marcha? Antes, havia problema. E, agora, está tudo resolvido? Não, não está tudo resolvido. O MAE sem estar funcionando é um problema extraordinariamente grave. E ele tem a ver com muita coisa, inclusive com a co-geração, porque, hoje, os co-geradores a bagaço de cana do Nordeste, de Mato Grosso e do interior de São Paulo não produzem energia só para eles. Isso está aqui. Os comercializadores estão ávidos: "Eu compro e revendo o seu excedente". Antes, não era possível nada disso, mas, agora, isso é possível. No entanto, certas liquidações terão liquidez com o MAE funcionando, e o MAE não estando funcionando é grave.

O Deputado Fernando Ferro legitimamente nos questiona: por que, então, a Aneel interveio no MAE? Foi uma ação importante, na medida em que o MAE precisa funcionar. Essa ação da Aneel ocorreu porque o MAE não está funcionando, não está cumprindo o seu papel de fazer o mercado competitivo funcionar naquele ambiente comercial. Digo mais claramente: o MAE não está contabilizando os negócios de transação de energia, porque não está promovendo e permitindo a liquidação dessas transações. E não permite, com isso, que um comercializador, um produtor independente vá lá realizar o seu negócio.

Uma outra pergunta importante nos foi feita pelo Deputado Luciano Zica, na seguinte direção: em período de escassez, o MAE funciona, seria recomendável? Eu diria que sim, que ele deveria funcionar. Seria importante que ele funcionasse, Deputado Luciano Zica. E sabe por quê? Porque os geradores, os produtores independentes – está lá o Paulo Born, está aqui o comercializador – têm um sinal de encorajamento importante, de onde ofertar.

Sabemos – está sendo dito em vários momentos – que existem geradores de retaguarda de **backup**, de um **shopping center**, de um consumidor industrial, que querem vender essa energia. Eles estão com o seu grupo **diesel** parado. Como criar, agora, um mecanismo artificial, uma forma com que eles possam vender? Vai-se atrás de um atalho, de um remendo, quando, se o MAE estivesse funcionando, tudo isso teria uma forma própria de ofertar.

O SR. LUCIANO ZICA – Dr. José Mário Abdo, permita-me um aparte?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Pois não, Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – V. S^a está falando sempre na condicional. Um dos motivos da intervenção no MAE, entre outros, é a própria estrutura administrativa, que foi questionada em auditoria. Eu queria saber mais detalhes sobre os motivos da intervenção e sobre os R\$170 milhões que foram destinados ao MAE. O que foi feito com esse dinheiro? Como é que ele vai ser devolvido, se é que tem que ser devolvido? É possível imaginá-lo funcionamento com uma estrutura dessa?

Isso é irônico, porque é algo privado. Não temos como controlar isso. A sociedade brasileira não tem como controlar essa vultosa quantia envolvida, e vamos ter que criar mecanismos para participar desse processo de gestão. Deve haver transparência e seriedade, sem levar a um nível de desconfiança.

Se houve uma intervenção, isso ocorreu porque não funciona; se não funciona, isso deve ser discutido. Evidentemente, estamos nessa fase de transição e de desconfiança crescente nessas entidades, nesses entes que foram criados no processo de reestruturação do setor.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – É verdade. E a Aneel, eu lhe digo, tomou providências. A Aneel não se omitiu. Uma primeira medida foi feita em relação à Asmae, que é o braço operacional do MAE – uma empresa privada criada pelos próprios agentes do mercado –, transformando-a em uma regulada da Aneel, o que ela não era. Essa empresa foi transformada, por um ato, por uma resolução da Aneel, em uma autorizada, o que, portanto, permitiu que ela passasse a ser fiscalizada. Então, nós a fiscalizamos direto.

Por lei, o Mercado Atacadista de Energia tem o princípio da auto-regulação. Por lei, os agentes de mercado regulam, fazem as regras. Os agentes de mercado submetem essa regra à homologação da Aneel, que passou por uma audiência pública e homologou.

E recursos foram repassados por essas empresas para colocar o MAE em funcionamento, dentro desse princípio da auto-regulação. E esses recursos vêm desde o ano de 1999. Recursos aportados pela concessionárias, pelos agentes, e depois no reajuste anual de tarifa de cada concessionária autorizado o repasse para tarifa.

Ele remonta, de 1999, 2000 e agora até junho de 2001, da ordem de R\$150 milhões. Esse foi um dos motivos também da atuação da Aneel. Primeiro, é o não funcionamento do MAE, não está em pleno funcionamento. Segundo, esse recurso que foi autorizado para ser utilizado para o seu funcionamento, quer dizer, teve o reconhecimento do recurso e não teve o produto, o produto era o MAE funcionando. E, feita a fiscalização, identificamos dificuldade na utilização desse recurso.

Foi motivo de uma fiscalização, colocamos como é o papel da Aneel, isso formalmente, na via de um relatório e tomamos uma decisão, retiramos da tarifa esses R\$150 milhões. Foi motivo de uma decisão da Aneel e ele está sendo retirado da tarifa. E ele poderá retornar parte desse valor quando o MAE estiver em funcionamento e for auditado pela Aneel na prestação de contas deles e reconhecido que este valor ou parte desse valor é justo e adequado e o MAE estiver em pleno funcionamento.

Então, em outras palavras, foi na defesa do interesse público essa atuação.

O SR. FERNANDO FERRO – Quais as providências que a Aneel tomou em relação a esse dinheiro?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Essa que estou acabando de dizer para o senhor. Primeiro, determinando a retirada da tarifa em cada caso e que seja reconhecido, não é só retirar daqui para frente, de 1º de julho de 2001 em diante num regulamento da Aneel qualquer custo do MAE não vai mais daquela forma para a tarifa, custo novo a assembléia vai decidir. Que seja lá uma parcela das transações comerciais como é na bolsa de valores, o novo não entra, e o velho que já entrou, os 150 milhões, que é a pergunta do senhor, e o recurso velho, será retirado, o já pago será tirado de volta, reduzindo na tarifa, abatendo.

O SR. FERNANDO FERRO – Tem algum procedimento judicial sobre isso?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Não, administrativo competente.

O SR. FERNANDO FERRO – Houve desvio de recurso nessas funções?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Ele está numa fase que dentro de um regulamento da Aneel da aplicação de responsabilização ele tem 15 dias para apresentar a sua defesa. E está apresentando a defesa. O que a Aneel fez foi atendendo, ele segue esse caminho judicial na medida em que a Aneel foi interpelada pelo Ministério Público formalmente e a Aneel entregou formalmente esse relatório de fiscalização sobre a Asmae para o Ministério Público.

O SR. FERNANDO FERRO – O Ministério Público está fazendo uma investigação?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Tem conhecimento, foi informado.

Eu teria ainda a questão do montante do Deputado Ferro colocou, o montante CCC e RGE arrecadado nos últimos cinco anos sua destinação e aspecto de inadimplência.

Eu diria, a CCC, da ordem próximo de R\$2 bilhões por ano, pagos pelos distribuidores e arrecadados do consumidor mediante tarifa. A CCC – Cota de Consumo do Combustível fóssil que ele acaba cobrindo, é um subsídio no sistema interligado, quando tem uma geração de origem combustível fóssil, que entra desde o carvão até o diesel ou o óleo combustível pesado, e lá no sistema isolados da Amazônia. Ele tem um impacto na tarifa que é variável, depende, ele é proporcional ao mercado de cada distribuidora. Em uma determinada distribuidora ele pode ser 1,5%, numa outra, 0,5%, proporcional a isso. A RGR, que é a reserva, para este ano tem uma solicitação em função da diminuição da geração hidrelétrica por escas-

sez de água se aumenta a geração termelétrica e há uma solicitação já encaminhada à Aneel pelos agentes competentes de mais 500 milhões na conta da CCC, para o ano 2001. No que diz respeito à RGR – Reserva Global de Reversão, ela é um outro encargo. Quando aqui apresentei disse que tributo é da ordem de 30% e encargo da ordem de 8%.

Dentro desses encargos, estão a CCC – um deles, que estou acabando de responder ao senhor – e a RGR, que é da ordem de R\$800 milhões/ano.

O SR. FERNANDO GABEIRA – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Veja, há um item importante nessa conta. No Projeto de Lei nº 2905, em tramitação no Congresso Nacional, está sendo proposta a criação da Conta de Desenvolvimento Energético – CED, que seria um fundo para o setor elétrico. Falarei sobre a origem e o uso desse fundo.

Deputado Fernando Gabeira, uma das destinações previstas para esse fundo é a universalização. Outra, é estimular fontes alternativas de energia, como energia eólica, solar, entre outras, coisa que V. Exª aprecia muito. A origem dos recursos para a constituição da CDE é a CCC, a RGR e outras mais.

O SR. FERNANDO FERRO – Esses valores correspondem às médias anuais?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Não. Esses são os valores do último ano. As médias anteriores, como são proporcionais às tarifas ou a investimentos, como é o caso da RGR, variam, podendo em alguns anos ser menores do que isso.

Podemos fornecer a V. Exª precisamente, ano a ano, os dados dos últimos cinco anos.

César, por gentileza, vamos fornecer ao Deputado Fernando Ferro RGR e CCC dos últimos cinco anos.

Sobre o pagamento do bônus, item mencionado pelo Deputado Fernando Gabeira, está definido em uma das medidas provisórias do racionamento. Diria que cabe à Aneel fiscalizar e, com certeza, ela já incluiu essa função na sua ação de fiscalização junto às concessionárias. Estamos cobrando o pagamento do bônus. Está sendo feita a cobrança de até 100 quilowatts/hora, que está na relação de R\$1,00 para R\$2,00; e o bônus acima de 100 quilowatts/hora, para os consumidores residenciais, na forma do rateio.

Não há hipótese de o que está definido não ser cumprido, na medida em que, em termos de fiscalização, será realmente exigido. As concessionárias têm agido dessa forma. No caso de Brasília, por exemplo, o pagamento do bônus já foi providenciado. Se, por-

ventura, alguém tem registro de um lugar em que assim não esteja ocorrendo, será objeto de fiscalização. Não apuraremos somente os casos indicados, mas a fiscalização será uma rotina em cada concessionária.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Fiz uma pergunta e acho que não foi totalmente esclarecida. Nesse processo de intervenção do MAE, houve uma troca na composição da Asmae, foram indicadas novas pessoas, e há denúncias sobre a ocupação de cargos no processo da composição da estrutura de recursos humanos. Em que nível de profundidade se deu a intervenção na modificação dessa estrutura?

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Perfeito. Não apresentei todos os itens do relatório de fiscalização, até porque é muito amplo, mas uma das medidas da Aneel foi a designação, no primeiro momento, do Comae – Comitê Executivo do Mercado Atacadista de Energia, para o qual designou seis pessoas, conforme previa o regulamento.

O referido comitê era composto de 26 pessoas que tinham extrema dificuldade na tomada de decisões e, para fazer uma gestão mais profissional, a Aneel definiu que seriam apenas seis membros, dos quais dois seriam indicados pela própria Agência. O regulamento previa que, se os agentes do mercado, em assembléia, não decidissem pela indicação dos outros quatro nomes, a Aneel o faria. E assim o fez, designando os outros quatro membros, totalizando seis indicações. Esses membros já tomaram posse e a nova direção já está exercendo suas funções.

Há o Comae, que é o comitê executivo técnico do mercado, e há um braço operacional, que é a Asmae. Foi assumido um compromisso de prazo máximo 10 dias. Realmente, eles têm 15 dias para responder a todos aqueles questionamentos e responsabilizações lá colocados e 10 dias para indicarem uma direção para a Asmae, no sentido de respeitar uma questão tributária mais adequada e, ao mesmo tempo, independente; que não seja nenhum dirigente integrante de empresa do mercado. Lembro-me de que o Relatório da Aneel – o Deputado inclusive mencionou que já teve acesso a ele – está na internet, assim como todos os relatórios de fiscalização da Aneel, dentro de um processo de transparência.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Uma pergunta minha ficou sem resposta, mas já apagaram a nossa luz lá na Câmara. Vamos ter que sair rápido; o pessoal já está saindo dos gabinetes. Queria somente esclarecer a questão do Anexo V.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Perfeito.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Qual é a sua visão? Se o Senhor puder ser sintético, depois teremos uma audiência específica para isso.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – É melhor. Não me furtando também a essa questão, até porque, depois de responder a tantas, não seria por essa, e muito menos por deixá-lo sem resposta. Foi feita uma proposta, o Presidente entendia que já a acolheu, com a finalidade de ter um evento específico. Ele tem uma abrangência extraordinária, uma importância, e nós também estaremos comparecendo.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Então, nessa oportunidade, nós discutiremos.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Combinado. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. José Mário Abdo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente dos Senhores expositores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11^a reunião da Comissão Especial Mista, criada pelo Requerimento nº 73/2001 do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País, bem como de propor alternativas ao seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião se destina a ouvir a exposição do Dr. José Antônio Muniz Lopes, Presidente da Eletronorte, e do Dr. Luis Carlos Santos, Presidente de Furnas.

Como foi divulgado, hoje também estaria aqui, como expositor, o Dr. Cláudio Ávila, que, no entanto, justifica a sua ausência por se encontrar a serviço no exterior.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da Ata.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Por solicitação do Deputado Fernando Gabeira, está dispensada a leitura da Ata, que é aprovada.

Não há expedientes sobre a mesa.

Solicito à Secretaria que faça tomarem assento à Mesa os Srs. Expositores. (Pausa.)

Ouviremos, inicialmente, a exposição do Dr. José Antônio, Presidente da Eletronorte, que disporá de vinte minutos.

Concedo a palavra ao Dr. José Antônio para a sua exposição.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – Inicialmente, cumprimento o Presidente e o Relator desta Comissão, o Deputado Antonio Cambraia e o Senador Paulo Souto.

Agradeço a oportunidade de participar deste importante debate sobre este momento tão difícil do setor elétrico brasileiro, que, entretanto, é de muito aprendizado. Nesta Comissão, tenho acompanhado os debates e este é um fórum que vem enriquecendo o tema.

Usarei a transparência.

Como Presidente da Eletronorte, preciso enfatizar a Amazônia Legal para iniciar o assunto. Tenho a satisfação de dizer que, na Amazônia Legal, entre 1995 e 2001, aconteceu, no campo da energia elétrica, uma verdadeira revolução. Trata-se de uma revolução silenciosa, mas rapidamente mostrarei a V. Ex^{as}. A Amazônia Legal corresponde a 58% do Território Nacional, sendo a região onde a Eletronorte atua.

Há um gráfico que mostra os investimentos realizados na Amazônia no período entre 1990 e 2000, retratando a grande inflexão, a partir de 1995, chegando ao limite de 800 milhões. Esses são apenas investimentos governamentais, estatais. Se considerássemos os investimentos privados, essa curva seria muito diferente, para cima. Pode-se verificar onde esse dinheiro foi aplicado, mas mostrarei rapidamente para dar apenas uma visão.

Percebam o que ocorreu no Amapá, nos últimos anos, em termos de investimentos. Depois, mostrarei fisicamente. No Pará, no Maranhão e no Tocantins, há um sistema interligado que hoje está incluído na área de racionamento, mas vejam os grandes investimentos realizados – sem incluir a Norte-Sul e a Tucuruí.

Manaus sofreu um brutal racionamento em 1997. Podem-se perceber os investimentos federais, mas, nesse período, houve também investimentos privados em geração.

No sistema do Acre e de Rondônia, estão sendo investidos atualmente US\$700 milhões, incluindo o gasoduto, que está em fase de projeto, a térmica, que está em fase de implantação, e o sistema de transmissão. Se V. Ex^{as} imaginarem que no Acre e em Rondônia há um investimento de US\$700 milhões, notarão que isso representa algo extremamente gratificante.

Mato Grosso, que era importador de energia até o ano passado, agora já tem potência instalada – não estou referindo-me ao investimento privado – quer em

Manso, quer na térmica. Mas o referido Estado é, atualmente, um exportador de energia (assim que o sistema se regularizar) – afora Itiquira, Pedra, Guaporé e Jauru, que estão vindo aí.

Quanto a Boa Vista, em Roraima, também em 1996, no ano em que assumi a Presidência, houve um grande racionamento, um **black-out** mesmo. Foram feitos investimentos. Recentemente, entrou a Brasil-Venezuela em operação e veremos como está a situação de energia.

No que tange ao sistema do Acre hoje, o gráfico demonstra a potência instalada e a demanda. Há o dobro do que se precisa e está sendo construído um sistema interligando Acre e Rondônia, que entra em operação no fim do ano ou no início do próximo ano.

No Amapá, há o dobro do que se precisa ou um pouco mais.

Em Manaus, há algumas máquinas velhas que precisam ser substituídas, mas não há problema de suprimento.

Em Rondônia, ocorre o mesmo.

Em Roraima, há o contrato com a Venezuela. Deixaremos o parque térmico lá durante algum período e, durante muito tempo, um parque térmico residual para a garantia da população no caso de ocorrer algum problema no sistema Brasil-Venezuela até que se estabeleça.

No Pará e no Maranhão, há um sistema interligado. Há Tucuruí e pode-se perceber a demanda do Maranhão, do Pará e do Tocantins. Esse restante está sendo encaminhado para as outras regiões do Brasil.

Como disse anteriormente, Mato Grosso hoje já exporta e exportará mais ainda.

Essa é uma visão do sistema na Amazônia em 1994 e em 2001. Nota-se que o Pará não tinha a energia de Tucuruí distribuída, que o Amapá está chegando com a energia em Caluene, bem perto da fronteira com a Guiana, e haverá a interligação Acre-Rondônia com Mato Grosso até 2003. Há um edital de chamamento para construir a linha de Coxipó-Pajaru. Há a ligação Brasil-Venezuela, a configuração e o fortalecimento dessas linhas. Há a linha Norte-Sul, que não existia, e as duplicações das interligações com o Nordeste.

Pode-se perceber uma visão de 2020 – trabalhamos com uma perspectiva de longo prazo. Há Belo Monte, que o Deputado Fernando Gabeira conhece e que todos querem conhecer, Altamira e Itaituba. Senhores, há 40 mil megawatts de potência a ser instalada – 32 mil são novos, afora Tucuruí, que representa 8 mil. Somando-se 40 mil a 10 mil – na Transamazôni-

ca e perto de Porto Velho –, há 50 mil megawatts. Na região do médio Tocantins, estão sendo instaladas quase 10 usinas, que têm uma vocação natural para atender ao Nordeste e também ao sistema interligado brasileiro.

Quanto à crise de energia elétrica brasileira, concordo com o relatório da Comissão de Gestão de somar à dinâmica do processo de privatização, ou seja, o vaivém. Citarei um exemplo concreto que estamos vivendo: Tucuruí. Em relação à duplicação de Tucuruí, o CPS mostrou a necessidade dela, afirmando que deveria entrar em operação em dezembro de 2001.

Assim, foram tomadas as providências. Tentou-se na iniciativa privada, mas não houve êxito. Deu-se início ao processo de privatização e o Governo percebeu a necessidade de começar a obra para que, quando privatizada, passasse para a iniciativa privada concluída. A obra começou e surgiu o primeiro problema: a demora no processo de privatização. Chegou a hora de comprar os equipamentos e não havia a definição da privatização. Como comprar os equipamentos? “Não tem dinheiro. Vamos buscar financiamento. Mas está para privatizar, não pode financiar estatais”. Fica aquela coisa. E aí tivemos um problema: como tocar essa obra, sem a privatização? Vou explicar aos senhores a dificuldade que esse problema traz e que os senhores estão vendo aqui.

Então, essa demora – contrata, arruma dinheiro, financia, não financia, a CNT libera ou não libera – fez com que a obra atrasasse dois anos, de dezembro de 2001 até a operação, em dezembro de 2003. Mas como? Ora, a obra de Tucuruí está sendo feita aqui. Observem que temos aqui uma barragem, um dique, uma ensecadeira e aqui uma outra. Isso aqui só pode ser desfeito nos meses de setembro e outubro.

Depois, aqui a casa de força tem peças embutidas nesse nível e está planejado para ser feita em 39 meses. Como não se contratou, os equipamentos atrasaram. Primeiro, passou do mês de setembro, não dava para abrir aqui. Esse vai não vem – e a imprensa toda acompanhou isso, os senhores sabem – levou a esse atraso.

Aqui tem a sequência de construção. Está prevista uma visita da Comissão. Verão que a obra já está bem avançada. Mas, agora, todo o esforço, por decisão da Comissão de Gestão, é para que consigamos recuperar pelo menos um ano desse atraso. Então, eu diria que a dinâmica de privatização, neste caso específico, porque só no final é que nós vamos saltar...

São detalhes técnicos que foram colocados no CNT, colocados para as áreas econômicas. Sem a devida explicação, é muito difícil alguém que não seja especialista entender um problema dessa magnitude. Estamos adotando todas as providências. Como estatais não podemos oferecer bônus, mas vamos renegociar os contratos e adicionar os custos. É bem verdade que a receita decorrente dessa participação será mais do que o dobro daquilo que teremos que gastar adicionalmente para trazer a obra para essas datas. São coisas que mostram a complexidade do setor elétrico e há necessidade da tomada de decisão de seguir em frente. A dinâmica do processo de privatização foi muito ruim e só acrescentaria isso àquele relatório.

Mas agora vem o principal, que são as propostas para solucionar a crise de energia elétrica brasileira, na minha visão. Primeiro, a curto prazo, com resultado imediato, temos que continuar a renovar, a recriar. É a campanha para o uso racional de energia, redução do consumo e combate ao desperdício. A única coisa que pode ser feita agora, fora esperar pela chuva, é exatamente isso. Qualquer outra solução não terá repercussão este ano.

Segundo programa. Se Tucuruí entrasse em dezembro de 2001, acrescentaríamos no Brasil, em 2002, uma usina de 2.500 megawatts a um custo de energia de US\$15. Mil e duzentos megawatts em Tucuruí, firme, corresponde a uma usina de 2.500, a US\$15. São exatamente os mil megawatts previstos para serem contratados para o Nordeste, por não sei que preço. É importante ressaltar esse detalhe.

Então, é importante agora que o programa estatal...

O SR. PAULO SOUTO – Desculpe, eu não gostaria de interrompê-lo, mas contratar para quê? De que forma, com esse negócio das termelétricas?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – O que vão contratar para o Nordeste, Senador, são mil megawatts.

O SR. PAULO SOUTO – Mas o senhor fala o quê? Essas tais flutuantes?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – As flutuantes e outras coisas. Se Tucuruí entrasse este ano, não seria preciso contratar isso, e entrava a US\$15 o megawatt/hora.

Então, a segunda providência é, efetivamente, implementar o programa estatal de energia elétrica. Todos os agentes envolvidos no programa têm que fazê-lo.

A terceira é trabalhar nos itens em que o Governo vem incentivando, quais sejam, as fontes alternativas, a geração distribuída que é a co-geração e a reabilitação de usinas que é a melhoria do desempenho de usinas já existentes.

A quarta providência é acelerar o aproveitamento do médio Tocantins, como mostrei, em que temos da ordem de oito a dez mil megawatts. Isto está sendo feito. A Aneel está tomando todas as providências. Todas as usinas do Estado do Tocantins estão sendo utilizadas. Estive, sábado, visitando a usina Luiz Eduardo Magalhães, de Lajeado, que dia 05 de outubro será inaugurada e, depois, vêm as de Peixe, Cana Brava, Serra Quebrada e Estreito, que são fundamentais. Ficam debaixo da linha Norte-Sul, próximas ao Nordeste e é como levar água da bacia amazônica para aquela região. Até defendendo que no limite do São Francisco pode parar, deve-se atender com as outras fontes, mas a questão é para outro fórum.

Temos que disponibilizar o gás de Urucu imediatamente. A demora na disponibilização desse gás, que deveria ter ocorrido desde 1998, está custando ao País hoje, com incidência na CCC, da ordem de R\$300 milhões/ano. Cada ano que atrasa, vai aumentado. De 2003 para 2004, se passar, chegará a quase US\$300 milhões de dólares que o consumidor de energia elétrica brasileira estará pagando e que poderia deixar de pagar se o gás estivesse disponível.

A Usina de Belo Monte é espetacular, especial e até arrisco dizer que, se obras começarem em janeiro de 2002, poderemos estar com a primeira máquina concluída em dezembro de 2005. É uma usina hidrelétrica que pode ser construída em um prazo de térmica, pela sua configuração e distribuição física e pela solução de engenharia adotada. São onze mil megawatts.

O Brasil não acaba aí. Temos que continuar os estudos de Marabá – dois mil megawatts; Altamira, até 6,5 megawatts; Itaituba, com o conjunto de duas usinas ou uma só – o estudo vai definir, com catorze mil megawatts. Na transamazônica, entre Marabá e Itaituba, podemos ter uma geradora virtual de quarenta mil megawatts, que é mais da metade do que está instalado no Brasil atualmente em cinco usinas.

Deve-se eliminar os sistemas isolados, interligando o Amazonas, o Amapá e Roraima a Belo Monte, a Altamira e o Acre e Rondônia ao Mato Grosso. A ligação de Acre e Rondônia a Mato Grosso já está definida para o final de 2003. Resta trabalharmos nas demais ligações, eliminando o sistema isolado, a CCC e damos um atendimento que melhora para os

dois sistemas, o da margem direita e o da esquerda do rio Amazonas.

Há uma proposta de transformar Furnas e Eletronorte em corporações privadas públicas. É muito difícil trabalhar como estatal e não temos condições de continuar executando as obras. Temos recursos, mas muitas dificuldades em operacionalizar essas coisas. Particularmente, defendo esse tipo de nova composição acionária das empresas.

A Chesf requer uma solução atípica, diferente, que não quero debater agora. Como sou nordestino e fui das duas, tenho uma outra proposta para a Chesf.

É preciso criar o Instituto de Planejamento Energético, um órgão para fazer o planejamento energético no Brasil. Talvez essa tenha sido uma das grandes razões e um problema dessa dimensão não tem responsabilidade ou motivo. Foram vários motivos, mas um deles foi acabar com o planejamento, que era o órgão de interface que demonstrava as necessidades, que explicava por que se tinha que fazer a Tucuruí em 2001, por que não adiar a Tucuruí.

O pessoal do planejamento é que tinha que apresentar isso para o Governo, para os Ministros, para quem decidia e desapareceu a entidade. É muito fácil colocar a culpa em A, B ou C. Penso que aos técnicos faltou aquilo e o relatório da Comissão de Gestão estava certo, e não havia como. Se o Presidente da Eletronorte vai até o Ministro e diz que tem de construir Tucuruí, este diz que o que querem fazer é a obra. Mas se há uma entidade formal de planejamento que diz que se não fizer, haverá consequências. Para alguns Senadores e Deputados eu disse que a situação do Brasil é complicada, que caminávamos para o racionamento. Mas ninguém acreditou. Chegaram a me chamar de lobista dos empreiteiros, ao fazer o comentário. Está aí o resultado. É fundamental a retomada de uma entidade neutra, tecnicamente capacitada, sem influências políticas. A Eletrobrás era isso. Não, a Eletrobrás tem **parti pris**, porque é dona de empresa. E se trabalhou para acabar com o planejamento da Eletrobrás, que não foi substituída.

Proposta: a interligação Brasil/Venezuela. Não é a que está feita. Entre os rios da margem direita do rio Amazonas e os rios da Venezuela, os da margem esquerda do rio Amazonas, portanto, do outro lado do Equador, têm o que chamamos de diversidade hidrológica. Para que V. Ex^{as} tenham idéia, basta ligar a bacia de Guri, onde há cerca de 18.000Mw, com Belo Monte e Altamira, que ficará com cerca de 17.000Mw. A linha de transmissão funcionará como uma usina de 17.000Mw. Quando o rio de cá tem pouca água, o de lá tem muita, e vice-versa. Portanto, pode haver troca

de energias secundárias, propiciando a estabilização. Assim, é fundamental que as entidades Eletrobrás, Cepel e órgãos de planejamento a longo prazo trabalhem a fim de que os dois povos se beneficiem dessa dádiva da natureza.

Finalmente, atualizar o modelo setorial, conforme visto. Eu diria que para o Nordeste foi espetacular o racionamento. Explicarei outro dia. Para o Brasil...

O SR. PAULO SOUTO – Explique hoje, ou não dormirei.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – Para o Brasil foi muito bom, pois seria pior no próximo ano e nos outros. Para o Nordeste, há dois paradigmas malféficos. Fui Presidente da Chesf, onde ingressei com 17 anos. Fui carregador de painel e Presidente. Sou nordestino que também viu seca, que viu rio com água durante pouco tempo, três meses, depois virar leite. Sou maranhense. Levei resto de comida para flagelados do Ceará e da Paraíba na Prefeitura de Pedreiras, no Maranhão. Era muito duro.

O primeiro paradigma é que a água do São Francisco é para gerar energia na Chesf para o Nordeste. Podíamos ter colocado água no Nordeste de outras maneiras. Bastava fazer interligações. Bastava haver aplicações. Agora o nordestino tem beira.

Certa vez, ia de Brasília para Recife, pois parte de minha família mora em Recife, e encontrei o Presidente da Federação das Indústrias da Bahia. Conversava no banco da frente e ele no de trás. E dizia que na época do racionamento de 1987, acreditar que a energia do Nordeste era da Chesf custaria muito caro para o Nordeste. O São Francisco é um rio perene que precisa ser tratado, está doente – minha entrevistada cita o fato –, e pode também fornecer energia elétrica. Mas o Nordeste pode ter energia elétrica do sistema interligado. Ou seja, é colocar água das outras bacias dentro do Nordeste. Não precisa nem de transposição. Do Tocantins para o Nordeste, se construirmos as quatro linhas de cima, a de Colinas para São João do Piauí e a de Serra da Mesa para Governador Mangabeira, que estão sendo construídas, serão seis linhas de 500Kw chegando ao Nordeste. São 6.000Mw, que a região não consome atualmente. No limite, poderíamos até dizer que o São Francisco não precisava. Esse é o primeiro paradigma.

Segundo paradigma, nesse ponto eu discordo de V. Ex^a.

O São Francisco ia secar com a transposição, mas ele secou sem a transposição. Não é a transposição.

O SR. PAULO SOUTO – Mas ninguém...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – Não é V. Ex^a não. O pessoal dizia isso. Agora eu quero dizer que sou defensor da transposição. Mas aí é outra polêmica.

O SR. PAULO SOUTO – Essa já foi sepultada.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – Não, ela não pode morrer.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Vamos pensar no rio do Sono, primeiro, depois pensamos na transposição.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – Sobre energia é isso aí. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. José Antônio.

Concedo a palavra ao Dr. Luis Carlos Santos, Presidente de Furnas, para a sua exposição.

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Sr. Presidente, inicialmente eu quero agradecer o honroso convite para prestar este depoimento à Comissão, demonstrando o papel que Furnas pode desenvolver para favorecer a solução da crise energética que o País vive, e também enaltecer a importância do trabalho que esta Comissão vem desenvolvendo.

Eu sei que aqui foram prestados depoimentos importantíssimos. Essa Comissão hoje domina informações em um nível muito importante e tem, por meio do Relator, Senador Paulo Souto, uma contribuição muito grande para a solução dessa crise, que não é simples, é uma questão altamente complexa. Nós vivemos uma fase de transição difícil de equacionar. Há uma série de problemas conceituais, e não só técnicos, que envolvem essa questão.

Eu pediria ao Presidente Cambraia permissão para que fizéssemos, preliminarmente, uma pequena exposição sobre a situação de Furnas. Depois, eu desenvolveria o meu raciocínio e a minha experiência a respeito da crise energética que o País hoje atravessa.

O SR. – Inicialmente, faremos uma exposição a respeito do papel de Furnas.

Furnas é responsável por gerar e fornecer energia para oito Estados das regiões Sudeste e Centro-Oeste, variando o atendimento de Furnas às populações de 96% da energia consumida no Distrito Federal, até o caso de Minas Gerais, onde Furnas é responsável por 29% da energia consumida no Estado.

Em termos nacionais, a energia de Furnas atende 49% da população brasileira, atende 68% do PIB nacional, e 71% da produção industrial do Brasil.

Furnas tem um total de 9.300 megawatts instalados, sendo dez usinas hidrelétricas e duas termelétricas,

além de ter contratos de compra de energia com a Eletronuclear, Argentina e Cuiabá, totalizando 3.200 megawatts. Adicionalmente, Furnas também comercializa a energia de Itaipu.

Na parte de linha de transmissão, Furnas tem 42 subestações, com uma capacidade de transformação superior a 80 mil MVA e 17,2 mil quilômetros de linhas de transmissão em alta tensão.

O lucro de Furnas, nos últimos anos, tem sido crescente, tendo atingido no ano passado R\$540 milhões. A capacidade de geração interna de recursos tem aumentado ano a ano, passando, a partir de 1999, a superar a casa de R\$1 bilhão anuais e, este ano, vamos gerar R\$1,3 bilhão.

Agora o Justo vai expor os trabalhos que temos feito.

O SR. JUSTO – Furnas, ultimamente, tem procurado investir, e tem conseguido, basicamente até com recursos próprios. Para os senhores terem uma idéia, nos últimos quatro anos, no período de 1997 a 2000, Furnas investiu quase R\$3,2 bilhões em diversas obras, que vou detalhar um pouco mais, tendo uma previsão de outros tantos a serem gastos, da ordem de R\$3,2 bilhões novamente, neste biênio 2001/2002. Com as principais obras realizadas por Furnas, nos últimos quatro anos, podemos dizer que ela agregou 3.160 megawatts de geração, são as Usinas de Corumbá, Serra da Mesa e tive aqui a pretensão de colocar Angra II como Furnas, porque durante muito tempo, até 1997, quem estava realmente tocando essa obra era Furnas. A conclusão foi pela Eletronuclear e Furnas é ainda responsável pela comercialização da energia de Angra. Na Usina de Manso, que ficou pronta no final do ano passado, a última máquina entrou em maio deste ano. E, além disso, também completamos o terceiro circuito de Itaipu, o circuito que faltava. Foi completado em 2000 e, agora, em 2001, o trecho final, o que permitiu inclusive, com a maior confiabilidade do sistema, agregar-se aos 700 megawatts de importação da Argentina. E participamos, juntamente com a Eletronorte, da interligação Norte-Sul I, que permite um intercâmbio médio da ordem de 700 megawatts, devido à diversidade hidrológica da Região Sudeste e da Região Norte. De modo que, neste período, podemos dizer que fomos responsáveis, de uma certa forma, em agregar 4,5 mil megawatts para a Região Sudeste.

As principais obras de transmissão que Furnas vem desenvolvendo hoje, já autorizadas pela Aneel, estão aí listadas. Eu diria que esse transformador de Água Vermelha, de 500 kV para 440 kV, é extremamente importante, porque ele permite também uma

interligação entre as bacias do Rio Paranaíba e o Rio Grande. O sistema de 500 kV de São Simão, da Cemig, e de Marimbondo, de Furnas, com o sistema de Água Vermelha, o sistema de 440 kV, da Cesp, então permite essa interligação de bacias. Além disso, estamos colocando capacitor série no terceiro circuito de Itaipu, o terceiro transformador de Tijuco Preto, transformadores em atendimento a Vitória, Rio e a área de Goiás, e banco de capacitor para melhorar o suporte de tensão em São Paulo, subestação de Tijuco Preto.

Todas essas obras estão em andamento. Não quero que os senhores tomem conhecimento com detalhes, mas só para terem uma idéia do que Furnas vai investir no próximo biênio, o atual, 2001/2002, e o que tem previsto para investir após 2002.

Vamos investir este ano na ordem de R\$1,150 bilhão; praticamente R\$1,5 bilhão a R\$1,6 bilhão, em 2002; e, após 2003, temos em andamento obras que nos levam até R\$3,6 bilhões.

As principais obras que estamos investindo, além daquelas que estão em andamento, do eslaide anterior, são as obras do plano emergencial que a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica nos delegou. Vou detalhar rapidamente algumas delas.

O sistema de Itaipu já está totalmente completo, desde Foz do Iguaçu até São Paulo. Mostrarei que esse sistema já está praticamente esgotado, em termos da interligação Sul – Sudeste e mais a energia de Itaipu. Daí a necessidade dessa linha Batéias – Ibiúna, cuja concessão Furnas teve a sua concessão por meio de um leilão realizado pela Aneel, em que Furnas foi a vencedora.

Basicamente, o sistema de Itaipu é composto, além das linhas de correntes contínuas para as máquinas do Paraguai – que apareceram no **slide** anterior; são essas duas linhas de cor roxa –, também de três circuitos em corrente alternada, que estão aqui demonstrados, para trazer a energia de Itaipu até São Paulo, Tijuco Preto, a região de Mogi, fazendo o intercâmbio do Sul com o Sudeste. O que acontece é que esse intercâmbio e Itaipu já estão esgotando a capacidade do sistema de transmissão de Itaipu. Daí a necessidade dessa outra interligação, de Batéias, em Curitiba, até Ibiúna, na região de São Paulo, para permitir o acréscimo do intercâmbio, escoando-se em torno de 2.000 megawatts, por esse circuito duplo, e 2.500 megawatts, pelo circuito de Itaipu.

Essa é a obra que mencionei, que perfaz um total de R\$412 milhões. Quando falamos em circuito duplo, é importante salientar que não estamos falando somente na linha de transmissão. Não são apenas os

328 quilômetros em circuito duplo de 500 KVs; associado a esse empreendimento, há dois transformadores de 500 KVs para 345 KVs. Há compensação-série, capacitores-série na linha; há bancos de capacitor **shunt**, um conjunto complexo que permite agregar até 2.000 megawatts. Essa já é uma obra em andamento em Furnas.

Além disso, recebemos agora autorização para realizar a linha Cachoeira Paulista/Adrianópolis, que sai de Cachoeira Paulista, próximo à divisa do Rio de Janeiro com São Paulo, e chega até Adrianópolis, localizado no grande Rio. São 148 quilômetros de extensão, em 500 KVs, custando em torno de R\$75 milhões. Além disso, vai receber recursos adicionais de R\$20 milhões, para fazer o recondutoramento de 38 quilômetros de um antigo trecho já existente. Voltando ao mapa, a linha que sai de Cachoeira Paulista chega até esse ponto; são 148 quilômetros e mais 38 quilômetros de um trecho já existente, o que dá um total de R\$94 milhões. Essa obra deverá estar pronta até dezembro de 2002.

Também recebemos autorização para fazer a linha Ouro Preto/Vitória, saindo de Ouro Preto, próximo a Belo Horizonte, e chegando a Vitória, no Espírito Santo, com 370 quilômetros de comprimento, em 345 KVs. Além disso, há um transformador de 500 KVs para 345 KVs, a ser instalado próximo a Belo Horizonte, em Ouro Preto. Para essa linha, estimamos um orçamento em torno de R\$163 milhões, e ela deverá estar pronta até maio de 2003, aumentando a confiabilidade do atendimento ao Espírito Santo, que hoje é feito apenas a partir do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, Furnas já está autorizada pela Aneel a instalar um transformador em Goiânia de 345 KVs para 230 KVs e um transformador de 750 KVs para 500 KVs em Tijuco Preto, que é aquela subestação em São Paulo. Isso permitirá a melhoria do intercâmbio do tronco de Itaipu, possibilitando um maior escoamento de energia para o Sudeste.

Furnas foi também solicitada a instalar capacitores-série nas três linhas: nas duas já existentes, de Serra da Mesa para Samambaia, e em mais uma terceira, a ser construída junto com a linha Norte/Sul II. São empreendimentos da ordem de R\$120 milhões, que deverão estar prontos junto com a entrada da Norte/Sul II. Se possível, será antecipada a sua entrega para dezembro de 2002. Isso permitirá que sejam agregados até 300 megawatts a mais na capacidade de transmissão entre as Regiões Norte e Sudeste.

Além de todos esses empreendimentos já autorizados a Furnas, estamos solicitando autorização para fazer uma importação adicional de energia da

Argentina. Hoje já importamos 700 megawatts da Companhia de Integração Energética, os quais fluem pelo sistema Itaipu. Mas estamos querendo implantar as linhas de corrente alternada de 750 KVs. Estamos pedindo autorização para um outro investimento, juntamente com a Gener, da ordem de US\$500 milhões, em que Furnas entraria com 30%, limitado a US\$150 milhões, e a Gener, com US\$350 milhões.

Esse empreendimento basicamente consiste na construção, pela Gener, de uma linha de 500 KVs, desde Yacireta até a nossa subestação conversora de Foz do Iguaçu. Essa seria a etapa A, e, em 13 meses, eles poderiam agregar 400 megawatts novos para o sistema brasileiro; após esse prazo, com mais 14 meses, ou seja, num total de 27 meses, construiríamos, em parceria, uma nova linha de corrente contínua, paralela à existente, até a região de São Paulo, quando, então, poderíamos trazer 1.200 megawatts da Argentina.

Outra solicitação que Furnas está fazendo, e pretende que seja autorizada na reunião do dia 6 de setembro, junto à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, é a substituição dos combustíveis nas nossas usinas térmicas já existentes. Na Usina de Santa Cruz, numa primeira etapa, agregaríamos duas máquinas a gás natural, colocando novos 320 megawatts; em Campos, já existente, haveria um acréscimo de 80 megawatts – hoje, ela tem 30 megawatts. E, em São Gonçalo, haveria uma revitalização, agregando 193 megawatts. Temos um contrato pronto para ser assinado. Assim que for autorizada essa obra, poderemos iniciá-la imediatamente. Sendo que nessas duas, basicamente, os nossos custos seriam apenas do reforço da transmissão.

Então, em Campos, estamos falando para Furnas de um investimento da ordem de US\$6 milhões.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Fizemos um requerimento aqui propondo a reativação dessas três usinas e parece que a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica aprovou na semana passada. Não?

O SR. JUSTO – Para a Usina de Campos, há uma previsão de gasto de apenas US\$6 milhões, porque todo investimento na parte da usina em si seria feito por nosso parceiro; nós faríamos apenas um reforço na rede de Furnas já existente. Já é uma usina em operação e agregaríamos imediatamente, para o final do próximo ano, 80 megawatts.

A Usina de Santa Cruz, numa primeira fase, poderia entrar com máquinas da Petrobras ou Furnas, comprando diretamente as máquinas. Se forem da Petrobras, entram em 2002; se forem máquinas com-

pradas por Furnas, será em 2003. São investimentos da ordem de US\$200 milhões, se comprarmos as máquinas; ou de US\$120 milhões, se forem as máquinas da Petrobras.

Finalmente, em São Gonçalo, seriam apenas US\$12 milhões. É um contrato com a Toshiba, que colocaria todas as máquinas lá, faria todo o empreendimento e nós apenas reforçaríamos uma linha de transmissão para a interligação com a Cerj. Seria, desde São Gonçalo até Alcântara, uma linha de 13 quilômetros e 138 kV.

Além disso, Furnas entende que, se possível, gostaria de participar dos futuros leilões em parceria com a iniciativa privada para a construção de novas usinas hidrelétricas, o que é, sem dúvida nenhuma, o nosso grande desejo: Usinas de Simplício, Couto Magalhães e São Salvador.

Concluí.

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Tomei posse em Furnas em maio de 1999, há pouco mais de dois anos. Foi uma indicação e uma escolha pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu tinha anteriormente a experiência de quem criou a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, onde pude instituir um papel que até hoje existe, o Certificado a Termo de Energia, que favoreceu o término de quatro usinas e valorizaram as ações da Cesp em 3.000% em um ano. Depois, fui substituído pelo David Zylbersztajn.

Com essa experiência, cheguei a Furnas num momento em que ela estava totalmente cercada pelos seus empregados, em greve em função de uma privatização anunciada. Essa privatização dividia Furnas em três empresas de geração, ficando a de transmissão. Seriam: G1, G2, G3 e a transmissão. Era um movimento que já tinha contagiado as lideranças políticas do País, já que Furnas é uma empresa emblemática, criada que foi há 44 anos por Juscelino Kubitschek.

Com essa importância toda que os dados demonstram, eu dizia que o destino de Furnas estava ligado ao destino do País, já que Furnas era responsável por 56% do abastecimento da Região Sudeste, 71% da produção industrial e por uma correlação em relação ao PIB de 68%. Uma empresa com mais ou menos 18 mil quilômetros de linhas de transmissão.

A partir daí, no dia seguinte, havia uma assembléia-geral convocada para homologar esta cisão. Posicionei-me, desde o início, em divergência com o BNDES que conduzia este processo de privatizações. Entendia que o modelo de privatização – já havia ten-

tado isso anteriormente em São Paulo na Paulista e na Cesp – deveria ser um modelo que possibilitasse a participação do País no mercado globalizado. Ou seja, ter a sua partitura, criar o **prayer** nacional para participar desta disputa de mercado.

A idéia que eu sugeri ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em conversa com Sua Excelência, é que não se devia privatizar Furnas fazendo cisão já que o mundo inteiro faz fusões. Ninguém faz mais cisão para competir. Promovem-se grandes fusões. Algumas empresas significam metade do PIB do Brasil. Então, hoje, para competir tem que ser grande e não dividir. Esse era o primeiro argumento.

Segundo, não se procurar a figura do controlador, porque a figura do controlador normalmente é uma multinacional, uma corporação de fora que vem aqui investir normalmente com financiamentos nossos e na nossa área elétrica sem acrescentar, pelo menos no Estado de São Paulo, 1kw a mais, comprando megawatt já existente, eu entendia que em lugar de entregar esse patrimônio a uma corporação de fora criasse a chamada corporação nacional, o **prayer** nacional para disputar com as outras empresas o mercado internacional, gerando empregos no Brasil sem precisar de remessa de dividendos, etc. Consegui dele autorização para promover um estudo da experiência internacional a respeito de um modelo pulverizado de ações – e ele autorizou-me a contratar os serviços da Fundação Getúlio Vargas e eu fiz esse estudo que está com o Relator Senador Paulo Souto – mostrando a experiência mundial, na Inglaterra, na Europa Central, na Europa Leste. Na Inglaterra, a experiência de pulverização, de privatização, teve todos os méritos, a começar do desenvolvimento do mercado de capitais. No Brasil, o mercado de capitais está condenado a morrer dentro de um processo de privatização através de um controlador. Já há mais negociação de papéis brasileiros na Bolsa de Nova Iorque do que na Bolsa de São Paulo. Portanto, a iminência da crise de liquidez do mercado de capitais do Brasil é muito grave. Eu dizia a favor da democratização do capital de Furnas, citando o exemplo da Inglaterra, que, quando se iniciou a privatização do modelo energético inglês, a participação da população adulta no mercado de capitais era de 5%. Após as privatizações, hoje é de 20% a participação da população adulta no mercado de capitais, expandiu violentamente o mercado de capitais na Inglaterra.

Na Inglaterra, deu-se essa mudança de modelo – como eu estava conversando com o Senador Paulo Souto – no momento em que Inglaterra tinha grandes reservas, ao contrário do Brasil que tinha reservas pe-

quenas. No leste europeu tinha-se uma crise muito grande, uma inflação muito grande e uma demanda reprimida. No Brasil, tentou-se uma mudança de modelo sem alguns cuidados necessários, com vários órgãos participando das decisões. Tínhamos o CND – Conselho Nacional de Desestatização, a que Furnas estava subordinado; o Ministério de Minas e Energia; o Ministério do Meio Ambiente; o Conselho Nacional de Política Energética, que se reuniu somente duas; a Aneel; a ONS; o Mae – Mercado Atacadista de Energia; a Asmae, enfim, vários órgãos entre os quais não havia entendimento, não havia uma troca adequada de informações. Com isso não se pôde enxergar com a antecedência necessária a crise que surgia. Hoje, com a Câmara de Gestão, conseguimos colocar todos esses órgãos em entendimento e há de se louvar o trabalho desenvolvido pelos Ministros Pedro Parente e José Jorge, que administram um extraordinário trabalho de administração desta crise, que vai nos deixar um legado importante, que a mudança cultural do povo brasileiro incorporará uma economia forçada. Hoje, há um entendimento de que não se voltará mais ao que era antes; hoje, temos uma economia que corresponde a uma Itaipu. Se ficarem 10% ou 8%, é muito. Nunca mais voltaremos à situação anterior. Vamos realmente receber o legado desse trabalho que está sendo desenvolvido para a conservação de energia.

Durante esse período em que estou em Furnas, tive uma experiência em relação ao mercado. De início, a Aneel entendeu que Furnas deveria responder pela energia não gerada de Angra II, que teve um atraso de mais de um ano. A Aneel entendeu, por meio de duas resoluções, que cabia a Furnas responder por essa energia não gerada, atendendo ao mercado, pagando às distribuidoras essa energia que não foi gerada e não foi entregue. Isso é um montante estimado em seiscentos milhões. Entendi que não cabia a Furnas o pagamento dessa importância, porque Furnas não tinha contrato com Angra II, o que eu não quis assinar, já que ela não estava em geração ainda. O contrato com Angra I rezava que só poderíamos assumir obrigação em relação à comercialização de Angra II, quando do início da geração, que não tinha acontecido. Portanto, a usina não era de Furnas. Em relação aos contratos iniciais, não assinei parte desses contratos, porque entendia que não devia responder pela energia de Angra II. Assim, Furnas deveria comprar, no mercado essa energia que, naquela época, estava com aproximadamente 287 e vendê-la a 46 ou 47, com um prejuízo de 600 milhões. Eu entendia que as duas resoluções eram contra a lei, que discipli-

nava a energia nuclear de maneira diferente. Ela não poderia ter um tratamento convencional. Hoje, isso está acertado. Fizemos um contrato com Angra II, em que Furnas, hoje, negocia o excedente de Angra II no mercado livre, com grande resultado para Furnas. Portanto, neguei-me que Furnas atendesse ao mercado, assumindo uma responsabilidade que não era de Furnas.

Hoje, vivemos numa experiência também grave, que está sendo discutida pela imprensa: o chamado Anexo V. São matérias altamente complexas do ponto de vista técnico. O entendimento fica difícil. O resultado é trágico para as empresas geradoras. O Zé Antônio, que está aqui, sabe disso. A Eletronorte e as empresas que tivessem de arcar com o ônus do Anexo V estariam, literalmente, inviabilizadas. O Anexo V é uma cláusula do contrato inicial, de longo prazo, em que, segundo o entendimento das distribuidoras, as geradoras deveriam responder pela energia não gerada e não entregue também – semelhante à questão de Angra II. Levantei a questão de que eu não poderia pagar. Ao contrário do que diz a imprensa, que estima isso em cinco ou seis bilhões, isso soma doze bilhões, numa avaliação onde se exerce uma cobrança literal. Esse Anexo V não se aplica, porque há uma cláusula sétima do § 3º dos contratos iniciais que diz que, em caso de racionamento, não se aplica o disposto nesse Anexo V. Portanto, não se teria realmente que se responder pelo Anexo V, como pretenderam.

Existe também um entendimento entre as distribuidoras e geradoras no mercado atacadista de energia, por meio de uma ata aprovada por unanimidade, de que, na hipótese de liquidação desse débito, faça-se pelo valor de R\$4,00. Responderia a uma importância muito menor.

Portanto, estivemos diante de duas situações que quebrariam literalmente Furnas.

Quero chamar a atenção da comissão para a situação em que vivemos hoje, que literalmente inviabiliza todas as geradoras públicas do País, num momento em que se depende das geradoras para expansão.

Havia um conceito equivocado também, que, no meu entendimento, foi responsável pela crise. Os fatores que levaram à crise são conhecidos e já foram debatidos aqui, mas há ainda alguns. Por exemplo, o conceito de que privatização era antagônica ao conceito da expansão é equivocado, porque a expansão valoriza ativos e valoriza a empresa para a privatização. No momento em que se enxergou que uma empresa “privatizável” não deveria investir e não deveria expandir, houve um prejuízo indiscutível. Isso está su-

perado hoje. Defendi muito isso naquela ocasião, mas hoje está superado.

Portanto, privatização não choca com expansão. A privatização deve se fazer de forma pulverizada, democrática, com a participação de todo o povo brasileiro, sem a figura do controlador, com o Estado tendo uma figura estratégica através de uma ação de **golden share**, essa é a minha visão.

Segundo, o papel da empresa pública, da empresa estatal deveria ser, como diz o nosso Presidente José Antônio, o de buscar parcerias. Mandeí projetos de parcerias, na época, ao Ministro Tourinho e ao Presidente Fernando Henrique, que envolviam investimentos de 18 bilhões na expansão de Furnas, com recursos próprios, mais parceiros privados. Temos a experiência de Serra da Mesa, com a VBC; de Manso, que é uma experiência altamente vitoriosa. Temos várias experiências com empresas privadas. A importação, que foi citada aqui, com a Gener, da Argentina, que inicialmente pode alocar 400 megawatts e, depois de pronta a linha, onde haverá um investimento de US\$600 milhões, com Furnas investindo 150, podem ser agregados mais de 1.200 megawatts.

Estou buscando uma parceria com investidores privados na Bolívia, em que haveria a construção de térmicas na Bolívia. E Furnas faria a transmissão, 2.000 quilômetros de linhas, para Araraquara. Isso traria uma energia muito mais barata do que a gerada pelo gás importado – ou bem mais barata.

Portanto, poderíamos, sem recursos nossos, com investimentos de fora, construindo térmicas na Bolívia, trazer essa energia de lá, como também podemos expandir também a energia da Argentina, importando energia da Argentina.

A interligação Norte-Sul 2 só vai começar agora. Ela é fundamental para que se possa fazer a integração dos mercados Sudeste, Norte e Nordeste.

Portanto, as obras novas foram colocadas aí. Não quero me alongar, já falei muito, mas eu queria chamar a atenção para a questão da regulamentação do mercado. Vivemos uma situação muito complexa. Vejam a situação da Califórnia, que vive hoje uma crise brutal. O País tem de buscar uma regulamentação adequada. Isso já está sendo feito através do novo papel desempenhado pela Aneel.

O Ministério tem uma outra visão. A Câmara de Gestão deu o entendimento de que é preciso planejamento. Sem ele não há condição alguma de expansão.

Portanto, a crise serviu para sensibilizar a opinião pública para o desperdício e para mostrar a ne-

cessidade de integração dos órgãos que participam da questão energética. E o Governo entendeu que tem de operar isso de forma interligada.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição dos Srs. Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Luis Carlos Santos.

Concedo a palavra ao nosso Relator, Senador Paulo Souto, para os seus questionamentos.

O SR. PAULO SOUTO – Como sempre, Sr. Presidente, vou tentar ser rápido. Penso que foram duas exposições bastante interessantes, com algumas visões eu diria até estruturais dos problemas energéticos, o que interessa muito a esta Comissão.

É verdade que sempre temos interesse em ouvir uma outra opinião sobre o que aconteceu, mas interessa muito essa visão mais estrutural e principalmente também uma visão muito prospectiva do que nos espera e de que forma devemos enfrentar essa realidade que vivemos agora.

Mas vou passar as perguntas, inicialmente, para o Presidente da Eletronorte. S. S^a disse que assina o relatório do Governo, que investiga os problemas que determinaram a nossa crise, mas acrescentaria – não sei se foi exatamente esse o termo – as incertezas do chamado processo de privatização.

Pergunto o seguinte: por exemplo, nesse caso de Tucurí, por exemplo, vejo que, pelo que ficou aqui claro, os atrasos decorreram do fato de que se disse para esperar, e a privatização não acontecia, e por isso teria atrasado.

O que há? Uma usina tão boa, a energia tão barata! Por que não se encontraram interessados nesse processo do que seria – não sei se a privatização seria da usina como um todo, inclusive, a responsabilidade pela fase de expansão. Esse é um problema que, de alguma forma, diz respeito à questão do modelo. Dizem que enquanto as pessoas que estabeleceram as premissas do modelo pensavam muito na expansão do sistema, o que deve ser uma realidade, a base de hidroeletricidade, os investidores privados estavam pensando mais em outros tipos de energia, provavelmente que dependeriam de investimentos menores.

Esta é a primeira pergunta: por que aconteceu isso em relação a uma usina que tinha uma possibilidade de expansão, de produzir energia barata? Qual a sua idéia? Por que não existiram investidores interessados? O que faltou para que isso acontecesse? Essa a primeira indagação.

Na linha de investimentos futuros, qual é a posição do Governo com relação a Belo Monte, por exemplo? É atrair investimentos privados puros? É fazer isso associando empresa estatal e setor privado? Não tomou nenhuma decisão ainda?

A Comissão pretende fazer uma visita ao Sítio Belo Monte, porque é tido como um projeto espetacular; nós gostaríamos de conhecer e seguramente vamos conhecer, o Presidente tem a maior boa vontade e está reiterando para que a Comissão vá até o sítio de Belo Monte e aproveite e veja a questão de Tucuruí.

Uma outra coisa é o problema do planejamento; praticamente, não há. O que ouvimos aqui é que houve uma substituição, creio que para o âmbito do Ministério de Minas e Energia; mas existe, de qualquer forma, um órgão responsável pelo planejamento.

Você considera que esse órgão não é suficiente para isso? Institucionalmente ele não está bem apoiado para realizar esse planejamento? A opinião do Presidente é de que nós estamos carecendo de planejamento.

E, por fim, aí é mais uma opinião, eu quero dizer que estou perfeitamente de acordo com a forma como você colocou a questão do São Francisco; até a última parte, que nós não vamos discutir aqui, ou seja, que realmente o São Francisco foi tradicionalmente visto no Nordeste apenas para gerar energia, que é um conceito que necessariamente tem que mudar, simplesmente porque essa é a única fonte de água importante que temos no Nordeste.

Claro que não vai se fazer isso do dia para a noite, mas a idéia de que, gradativamente, nós vamos precisar cada vez mais da água do São Francisco para abastecimento humano, para, até se for o caso, navegação, para irrigação, e se isso seguramente vai acontecer, competir com a energia elétrica, vai ser inevitável que, ao longo do tempo, isso vai acontecer.

Aliás, esse é um dos capítulos, parece que é unanimidade aqui na Comissão que esse capítulo, no nosso relatório, deva ser tratado separadamente. A questão energética no Nordeste é muito vinculada à questão do São Francisco exatamente por essa visão que foi colocada aqui. Particularmente, acho que é uma visão correta, e nós temos apenas que encontrar o caminho para fazer isso, a forma de fazer isso. Essas modificações muito fortes têm que ser graduais, mas nós temos que encarar a realidade, a não ser que surjam outros projetos maiores, essas grandes transposições etc, que efetivamente me parecem mais complicadas do que, por exemplo, transpor energia e economizar água para a nossa utilização aqui.

Nós ouvimos também as idéias do Dr. Luis Carlos Santos sobre a questão mais estrutural. Quando eu vejo hoje todos os investimentos, tenho curiosidade para saber qual é a fonte desses recursos que a Câmara tem liberado, qual é a fonte de recursos para essas obras; se são recursos próprios, se estão autorizados a tomar financiamentos etc, para essas obras novas. Eu acho que é importante. Mas, de qualquer sorte, quaisquer que sejam eventuais dificuldades, se isso foi forçado pela crise ou não, paciência; se retoma agora uma estratégia de transição, que deveria ter sido, ao meu ver, a estratégia normal para uma mudança de modelo. Mesmo achando que eventualmente teríamos que fazer essa mudança, essa estratégia de transição, não fazendo com que esses investimentos estatais cessassem de repente, porque, se qualquer coisa falhar na implantação deste modelo, nós estamos vivendo isso, se essa estratégia de transição eventualmente houvesse sido adotada, provavelmente não estaríamos sofrendo isso.

Alguém pode dizer que é muito fácil criticar depois que tudo aconteceu – e talvez seja verdade –, mas, de qualquer sorte, resta a lição, que é importante. Mas, sobretudo, é bom saber que neste momento o Governo tem tido consciência e tem adotado as medidas necessárias para que possamos sair da crise o mais rapidamente possível. A meu ver, neste momento, interessa muito mais ter consciência do que é preciso fazer, e até reconhecer os problemas que existiram. Esse é um problema que acontece nas administrações em diversos setores.

Enfim, os problemas aconteceram, mas essas coisas estão sendo retomadas, dentro, naturalmente, de um certo equilíbrio, para que saíamos o mais rapidamente dessa situação.

Eu poderia resumir dizendo o seguinte: é muito mais fácil implantar qualquer mudança de modelo sem estar premido por falta de energia elétrica. Talvez um dos grandes problemas que existem seja esse. Na própria questão das térmicas, provavelmente teríamos uma solução que poderia ter sido implantada muito mais naturalmente se não tivéssemos tanta premência de tê-las implantado, quando surgem todos os tipos de pressões, etc. Não há coisa pior do que ter que tomar uma decisão premido por certas circunstâncias, como efetivamente fomos premidos.

De modo que eram essas as observações que eu tinha a respeito das duas exposições aqui, que considerei muito ilustrativas e muito interessantes para os trabalhos que esta Comissão está realizando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Senador Paulo Souto.

Como nas audiências públicas anteriores, após a participação do Relator, de pronto vamos conceder a palavra aos Srs. Parlamentares para os seus questionamentos e, pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores conferencistas, convidados, com certeza a palestra de ambos, Dr. José Antônio Muniz Lopes e Dr. Luis Carlos Santos, foram bastante contundentes, e acho até que numa visão que está em bastante sintonia com o que pensa a maioria da população brasileira. Estou até surpreso com as colocações de ambos, porque são até destoantes para o meu agrado e para o agrado do que acompanhamos da academia, dos professores, de quem entende desse setor, das pesquisas de opinião pública. Elas são confrontantes com aquela opinião fundamentalista de mercado.

Tenho a preocupação estratégica com a Nação, com o País, com o **player** global, com a inter-relação do setor energético oriundo dos rios hidrelétricos com as outras fontes e matrizes que devem ser exclusivamente privadas. Ou seja, um sistema híbrido nacional, que vinha sendo gestado com muita sabedoria, sapiência, argúcia, e que foi interrompido por uma subserviência internacional a um modelo que não deu certo em nenhum lugar do mundo ainda.

E o que nos assusta é que em qualquer país, até muito mais bem estruturado que o nosso – Estados Unidos, Canadá –, a questão hidrelétrica é singular, ímpar, não tem o mesmo tratamento das outras fontes de energia – não precisa ser **expert** nesse assunto. Os Estados Unidos têm um tratamento diferente, lá tem uma TVA (Tennessee Valley Authority), que é um modelo de empresa estatal com eficácia privada. Em 1933, o Presidente americano pediu ao Congresso que fosse dado a ele uma empresa estatal com a força do Estado para intervir e resgatar uma região toda, que era a mais pobre dos Estados Unidos, e que tivesse a agilidade e a eficácia do setor privado.

Concordo com quase tudo o que foi dito, mas creio que está na hora de definirmos o modelo energético brasileiro para não ficarmos mais titubeante, e temos que definir em consonância com a nossa vocação de País continental, de País tropical, de País que tem quase 20% da água doce do mundo, rios caudalosos, e que tem todo um sistema de reservatórios interligado num ecossistema socioeconômico. Quando contemplamos as águas do São Francisco, vemos que 80% está comprometida com a geração de energia. Por isso a transposição nos assustou, porque 80% já estava com o carimbo de energia. Então,

aqueles 3% sobre o que havia disponível era quase 25%. E o desenvolvimento sustentado do Vale?

As ponderações feitas são muito importantes. Na minha visão, Dr. Luis Carlos e Dr. José Lopes, o Brasil não pode abdicar desse patrimônio. Não existe no mundo – nem nos Estados Unidos, nem no Canadá, nem na Rússia ou na China, que têm grandes potenciais hidrelétricos – empresa privada que tenha conseguido construir esses megainvestimentos de grandes reservatórios. Elas podem se apoderar, elas podem comprar, mas não o fazem desde o começo, porque isso é complexo, é obra de estado. A iniciativa privada é importante? Sim, o é para a complementaridade e a expansão do modelo; mas o gestor, o regulador deve ser o Estado, principalmente no caso da matriz, pela implicação que tem a água, não só da Bacia do São Francisco – o novo modelo com o qual estamos preocupados é específico para essa bacia –, mas também no caso específico de cada bacia, pois cada uma delas tem uma característica: a bacia do Sul-Sudeste tem uma, a do Nordeste ou da Amazônia, outra.

Anotei algumas questões que gostaria que o Dr. Luis Carlos e o Dr. José Lopes explicassem. Na última audiência, fiz algumas perguntas que não me responderam. A primeira delas é que o senhor falou do MAE, anexo V, discussão que está na imprensa. Realmente está no contrato padrão de geradora-distribuidora, art. 7º, cláusula III – quer dizer, todos sabiam, inclusive as distribuidoras –, que, em regime de anormalidade, o Estado tinha a prerrogativa...

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Não existe capitalismo sem risco.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Exatamente. Sabiam, porque assinaram. Sabiam que se houvesse anormalidade, as instruções de faturamento seriam específicas para aquele...

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Se me permite interromper, quero dizer que não podemos repetir o que fez Francisco Lopes que, a pretexto de salvar o mercado, alocou recursos públicos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Perfeitamente. Solicito uma explicação, não ouvi a resposta, mas gostaria de tê-la, a respeito dessa mesma cláusula III do art. 7º, pois remete a matéria, salvo engano, ao Decreto nº 93.901, de 1987, que dava justamente essa sustentação jurídica. Isso aí neutralizaria o anexo V...

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – É perfeito.

O SR. CLEMENTINO COELHO – No dia 15 de abril, quando houve a instalação da Câmara do Apa-

gão, publicou-se um decreto novo – salvo engano, de número 3.818 – revogando o Decreto nº 93.901, omissos em relação a esse assunto; quer dizer, retiraram todo o respaldo político que o patrimônio público, que o contribuinte, que o brasileiro tinha. Não foi um acidente, não ocorreu por acaso! Isso está reverberando, dando condições a esses assaltantes internacionais, donos das distribuidoras, a irem ao jornal fazer ameaças, dizendo que a tarifa deve aumentar, senão haverá inadimplência, que haverá calote, ninguém irá investir... Isso está no jornal de hoje, declarações de presidentes de empresas internacionais do setor de distribuição. Não podemos aceitar isso! Isso é chantagem, até porque o assunto foi debatido nesta Casa e no Brasil.

Tiveram uma indexação privilegiada: IGPD! Alguns até afirmaram que o índice de correção de tarifas estava retroalimentando a inflação! Quer dizer, tiveram essa benesse. As correções de tarifas hoje são muito maiores do que a inflação do período.

Falam também da desvalorização cambial. A água não é importada, a turbina não é, o cimento não é, o poste não é, o fio não é, nada é importado. E o capital? Boa parte foi do BNDES. Se usaram capital vindo de fora, faz parte do risco do negócio, risco do país. Não podemos aceitar isso.

Então, alguém terá de explicar, porque, como falamos, realmente o País respondeu, economizou...

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Foi altamente positiva a resposta.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Agora, é justo que o País economize e tenhamos de pagar uma conta de 12 bilhões em cima das geradoras estatais? Porque essa conta somente será paga se houver aumento de tarifa. O Governo não tem esse dinheiro. Se tiver aumento de tarifa, quem pagará a conta somos nós, os usuários, contribuintes. Nós economizamos, e eles vão ganhar com isso? Temos que realmente passar isso a limpo. Não podemos aceitar isso, até pela direção, pelo que os dois presidentes, o de Furnas e o da Eletronorte, expuseram aqui. E sei que os senhores não concordam com isso em hipótese alguma, basta ver a posição que o senhor tomou na questão dos 600 milhões. Isso não pode ser tangenciado, são 12 bilhões, mais do que o orçamento da União, que o Marthus Tavares está mandando para cá. Como investimento. Mais do que isso, é um investimento de um País todo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Solicito que V. Exa. conclua.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, estamos aqui desde o começo. A comissão é composta por 22 membros, há poucas pessoas aqui, não é todo dia que temos dois palestrantes desse nível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Peço que V. Ex^a seja bem objetivo. Vamos aproveitar o tempo. Temos votação nominal no Plenário. Faça as perguntas por favor.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Queria saber por que esse novo decreto se omitiu quanto a isso? É a primeira pergunta. Por que esse decreto retirou de Furnas, da Eletronorte, da Chesf, a garantia que tinham de neutralizar o anexo V? Quem fez isso? Quem mandou fazer isso?

Temos os argumentos de que o setor público não tem dinheiro para investir. Ora, o setor energético tem dinheiro para investir. O Senador já expôs. Houve uma trancada, quer dizer, havia recursos, gerava caixa, houve uma falta de autonomia, de soberania. Um acordo que foi feito em investimento e infra-estrutura, não poderia nunca ser considerado déficit, porque o prejuízo está sendo agora. O prejuízo está gerando no setor produtivo um desconforto social e poderá ter esse prejuízo de 12 bilhões. Não adiantou nada ter investido, mas está-se pagando por uma coisa que não foi entregue.

Outro ponto importante é o potencial da Amazônia. O País tem 40, 50 mil megawatts para produzir, naquele trecho do meio Tocantins. Concordo que é muito mais barato fazer transposição de energia do Tocantins para o Nordeste do que transpor água. É mais eficaz, é mais rápido.

Quero perguntar quanto custaria essa energia térmica gerada na Bolívia e trazida para cá em uma linha contra o que vai ser gerado aqui? Por que então não passamos para essa alternativa?

E para concluir, a questão do São Francisco, Sr. Lopes, não somos contra a transposição, apenas para não perder a oportunidade, porque o Senhor foi muito preciso, e para mim foi importante a sua explanação. Penso que o Nordeste setentrional tem outras alternativas, o próprio Araguaia/Tocantins, já existem “n” anteprojetos para levar para por meio do rio Parnaíba, do Canindé e chegar no Jaguaribe, onde há água em abundância, não há conflito naquela Bacia Tocantins, Xingu, Araguaia. As vazões são 3, 4, 5, 10 vezes maiores, porque sabemos, mesmo que possamos parar Paulo Afonso, de gerar energia para ter água para navegação, a água do São Francisco não é suficiente para irrigar 20 km de suas margens, as terras já estão identificadas, o desenvolvimento sustentável. Creio

que é uma questão de custo, de determinação política. É muito melhor levar a água definitiva do Araguaia/Tocantins para o Nordeste setentrional e montar um outro pólo do que atravancarmos as futuras gerações do São Francisco, em termos da potencialidade que ela tem. É aquele negócio do cobertor curto, é querer travar o Nordeste, vamos destravar o Nordeste. Precisamos destravá-lo. Essas eram minhas observações. Mais uma vez, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Os Srs. expositores podem anotar as perguntas e, ao final, fazer...

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Gostaria de responder para não deixar dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Luis Carlos Santos.

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Agradeço a generosa exposição do Deputado Clementino Coelho. Respondendo a S. Ex^a, a posição que expressei aqui em relação à Furnas, ao novo modelo de privatizações, à resistência e a um pagamento de energia que não foi gerada de Angra II, esse ato de resistência só foi possível graças ao Presidente Fernando Henrique, mesmo porque não estaria no cargo se houvesse divergência.

Portanto, quando houve a mudança do modelo que propus, Sua Excelência me autorizou que examinasse e fizesse um estudo mais aprofundado, por meio da Getúlio Vargas, e concluiu que esse é o caminho de defesa do interesse nacional. Isso é decisão de Sua Excelência. Quanto à questão de Angra II, só não paguei porque tinha um respaldo ético, moral e jurídico, que partiu do Governo. Se ele divergisse, eu teria saído do cargo.

A defesa do interesse nacional é uma preocupação permanente do Presidente Fernando Henrique. Só pude desenvolver esse trabalho graças ao apoio de Sua Excelência. Essa mudança de modelo e privatização é fundamental para o País. Queremos associação com o capital de fora, mas é capital de risco. Haveria parcerias. Na época em que assumi, disse que deveria transformar Furnas na Petrobras do setor elétrico brasileiro. A Petrobras é um sucesso, está fazendo parcerias. Não se trata de afastar o investimento privado. Dependemos vitalmente do investimento privado. O modelo estatal está em desuso, não funciona mais, como diz o José Antônio. A idéia da corporação, democratizado o capital, é o caminho moderno que deve existir. O Governo teria uma presença estratégica. Nociva é a ausência do Governo através da golden share. Então, não temos divergência. Essa posi-

ção aqui é a sustentada pelo Governo. A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, criada pelo Presidente Fernando Henrique, é de alta competência e êxito.

Como diz nosso Relator, Senador Paulo Souto, a questão não é fácil. É altamente complexa. O Governo reformulou suas idéias e está buscando novos caminhos com apoio da sociedade. Isso que importa.

Quanto à sua pergunta específica sobre o Anexo V, que fiz questão de trazer aqui para mostrar a importância disso, a cláusula 7ª faz parte do contrato inicial entre as partes. O Decreto-Lei nº 93.901, de 9 de janeiro de 1987, citado por V. Exª, baseou o acordo. Se há mudança **a posteriori**, não tem retroação, não se aplica ao que foi acordado nem a assinatura desses contratos iniciais... Informo que, inclusive, não assinei todos porque achei que era cláusula leonina o Anexo V. Portanto, o Decreto-Lei nº 93.901 tem vigência plena em relação ao que foi contratado nos contratos iniciais. Não precisa se preocupar com isso. O Governo não tem posição de penalizar as geradoras nem de longe.

As idéias que traduzo aqui têm, até provem o contrário, o apoio do Governo. São éticas, corretas, em defesa do interesse nacional e da população brasileira, que não pode arcar com esse ônus. Não estou fazendo isso por mim. Não teria condições nem força para isso. Se o faço é em obediência a uma orientação do Governo.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, até fico muito tranquilo quanto a isso, mas o Governo instruiu o BNDES a criar uma comissão para...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Deputado Clementino Coelho, V. Exª tem um minuto.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Criar uma comissão para estudar o encaminhamento desse problema. Do ponto de vista jurídico, o que V. Exª está dizendo está perfeito, está acabado. Não entendo por que essa discussão está continuando. Concorro com isso. Isso nos deixa tranquilo, porque 12 bilhões é um assalto à Nação. Parabenizo-o pela visão de transformar as grandes geradoras em um modelo como a Petrobras. Quer dizer, podemos ter a maioria do capital nas mãos do Estado, com parcerias, como no caso da Petrobrás.

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Isso. Vou-lhe dizer mais: quando entreguei ao Presidente Fernando Henrique uma indicação de parcerias, investimentos que passavam de 16 bilhões, Sua Excelência, publicamente, na cerimônia em que se lançou o plano de usinas térmicas, apoiou literalmente. Sua Excelência

tem visão favorável a parcerias, à montagem de uma estrutura com o capital público junto com o privado, com a tecnologia da empresa pública, para que se possa, realmente, montar a expansão.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Para concluir o meu minuto, Sr. Presidente. Eu gostaria de concluí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Conclua-o.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, acho que poderíamos elaborar, trabalhar um pouco mais essa idéia. No caso da Embraer, por exemplo, temos de introduzir, nessas grandes geradoras, o contrato de gestão privado. Que o controle fique com o Governo. A maioria do capital da Embraer continua sendo estatal, mas ela está tendo uma gestão privada e é por isso que está tendo resultado.

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Um controle estratégico.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Um controle estratégico ou um controle majoritário que assegure a soberania sobre o elemento água.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado. O Dr. José Antônio Muniz Lopes responderá, ao final, a alguma pergunta que tenha ficado sem resposta.

Concedo a palavra ao Deputado Juquinha, para os seus questionamentos.

O SR. JUQUINHA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente da Eletronorte, Sr. Presidente de Furnas, entendo que, na questão de público, privado, de privatização de setores, olhando pelo lado da privatização do setor de telecomunicações, vemos um sucesso total. As ligações telefônicas, que antes do Governo Fernando Henrique eram da ordem de 13,5 milhões, hoje já passam de 32 milhões, só as fixas; contando com as de celular, já passam de 60 milhões.

E o que aconteceu com o setor de telecomunicações? Continuou estatal até que o privado tivesse condições de arcar com as expansões e tudo o mais. Na verdade, a privatização foi um sucesso, inclusive com tarifas adequadas, é importante dizer.

Quando se olha do lado do setor elétrico, do meu ponto de vista, um dos setores mais organizados do Brasil, com um corpo técnico de altíssimo nível, gente de muita experiência, começamos a amarrar as estatais desde o Governo Sarney. As empresas ficaram sem investir, conforme disse o Presidente de Furnas, passamos um longo período sem investir e, no final das contas, Paulo Souto, foi falta de investimento mesmo, ao longo do tempo, mas foi. Também houve

aí um determinado aqodamento com relação ao desmonte estatal. Ainda bem que Furnas e Eletronorte continuam como a alavanca de transição neste momento.

O Ministro Eliseu Resende, há pouco tempo, disse: “Temos de continuar a fazer a desverticalização do setor”, o que de mais importante existe no momento. O Deputado Aleluia está relatando o Projeto nº 2905, que trata da mini-reforma do setor elétrico, de altíssima importância para o momento, com algumas posições que temos de tomar, levando em consideração que as estatais que ora continuam como Furnas, e principalmente a Eletronorte, precisam ter mais mobilidade, tirando as amarras que têm, em especial pelas leis atuais, quando se olha pelo lado da licitação, porque tudo isso urge no momento em que vivemos.

Para ser objetivo, a minha pergunta seria dirigida ao próprio Presidente da Eletronorte, que me falou, há pouco tempo, sobre a questão da pulverização. O Presidente de Furnas tratou muito bem aqui da questão de ação. O mercado hoje não é promissor, levando-se em consideração as características de momento. Mas o Presidente da Eletronorte me informou, tempos atrás, de que já existe um projeto, um estudo feito pelo Governador Dante de Oliveira, que trata da pulverização de quilowatts. Cada brasileiro poderia comprar o seu quilowatt. Assim, naturalmente, poderíamos ficar com Furnas privatizada, mas nas mãos dos brasileiros e com um modelo de gestão, como disse o nosso Presidente de Furnas, o **golden share** ou algo desse tipo.

A minha pergunta seria nesse sentido, José Antônio: gostaria que V. S^a falasse um pouco mais sobre esse assunto, que interessa bastante a todos nós da Comissão.

Ao Presidente de Furnas, como foi mencionado que, quanto à Usina Couto Magalhães, Furnas participará do próximo leilão da Aneel previsto para o dia 5 de dezembro, tenho interesse em saber notícias a respeito dessa usina, porque ela divide Goiás e Mato Grosso. Alguns empresários nos procuraram, procuraram o Governador, e temos interesse em saber como seria essa parceria de Furnas, com quem seria, e se Furnas já delineou isso. Eram somente essas as minhas considerações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Deputado Juquinha. Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, para os seus questionamentos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Presidentes da Eletronorte; meu

companheiro de trabalho, engenheiro José Antônio, referência da engenharia elétrica brasileira, com quem tive oportunidade de trabalhar diversas vezes – é bom saber que V. S^a continua contribuindo para o setor elétrico brasileiro –, meu amigo Luis Carlos Santos, companheiro de política, que consegue entender muito bem o seu papel como dirigente do setor elétrico e tem sido importantíssimo, por ser capaz de traduzir o espírito do setor na linguagem política – não fosse a sua interferência, certamente, o setor não teria tido as possibilidades que teve de dialogar diretamente, não somente com o Congresso Nacional, mas com os Ministros e com o Presidente da República, a ponto de mudar o curso da História. Se V. Ex^a não é um especialista em energia elétrica, e não o é, é especialista em política. Portanto, podemos fazer as perguntas ao especialista em política.

A minha pergunta ao Presidente da Eletronorte tem duplo sentido. Primeiro, Sr. Presidente, o que é preciso para gerarmos energia na usina de Belo Monte? Qual é a sua proposta para que aquilo seja realizado o mais rapidamente possível, evidentemente, com a participação dos setores privado e público, conforme estou autorizando no substitutivo da 2905? Essa é a primeira pergunta.

A segunda é: por que o setor elétrico não consegue fazer um projeto conseqüente no que se refere às pequenas centrais hidroelétricas? A pergunta é para os dois. As propostas de PCH são todas no sentido de não fazer. Tudo o que se fez até agora foi para não se fazer. Eu não entendo como um País tão rico em pequenos potenciais continua criando dificuldades para a execução das obras. Essa é uma pergunta indignada, porque, eu não sei, mas tudo se resolve!

As térmicas, que eram muito mais difíceis e muito piores, sob o ponto de vista econômico amplo e sob os pontos de vista da economia brasileira e do meio ambiente, estão sendo, de alguma forma, resolvidas, mas as pequenas centrais, a Eletrobrás pretende transformar em um negócio lucrativo e impede que elas sejam feitas. Portanto, como Furnas e a Eletronorte podem ajudar que sejam feitas?

O meu projeto, o substitutivo, vem no sentido de se resolver o problema, mas não tenho conseguido aprová-lo na velocidade em que gostaria. Portanto, gostaria de também ouvir dos dois Presidentes o que podemos fazer para que o Brasil não deixe as pequenas centrais. Podemos estar falando de 4 mil megawatts ou mais, no espaço de cinco anos, a um custo competitivo, e 100% de produto nacional: engenharia, construção civil, máquinas, cobre e aço nacionais, e isso não se viabiliza. Claro que os investidores estran-

geiros têm um certo receio, porque estamos criando um fundamentalismo ambiental. A visão equivocada do Ministério do Meio Ambiente, dos seus órgãos e dos fundamentalistas do meio ambiente, quer dar às pequenas centrais o mesmo tratamento das grandes centrais.

No mundo todo, as pequenas centrais são consideradas energia verde, energia limpa, mas, no Brasil, não. Inviabilizam-se o custo dos estudos ambientais que estão sendo exigidos e o tempo. São quatro, cinco anos para se liberar o impacto ambiental da PCH. Em Minas Gerais, nem se fala, porque o Governo do Estado montou um aparato que inviabiliza qualquer PCH que não seja da CEMIG. Portanto, as coisas estão ficando complexas. Essa é uma pergunta que também faço.

A outra pergunta é em relação às fontes alternativas, sobretudo à fonte eólica. Eu sei do potencial e das possibilidades que o Brasil tem, mas o Governo também não consegue sair do canto, não sai do discurso, parece até a prioridade da Educação. Embora tenha dado uma grande virada no que se refere ao Fundef, hoje não se tem como financiar o Ensino Médio. Portanto, é prioridade a Educação, mas, na prática, ela não é priorizada. Não há recursos para o Ensino Médio. Existe para o Fundamental mas não há para o Médio. Melhorou. Antes, não tinha nada.

Então, como vamos encarar essa questão? Como vamos mudar essa política? Porque a idéia de resolver tudo com gás foi um grande equívoco. Pararam-se as hidroelétricas e as linhas de transmissão. Estamos tendo crise porque não se investiu em transmissão. Se tivéssemos investimentos em transmissão, não haveria crise. Estamos em crise porque os presidentes da Eletronorte e de Furnas cometeram o erro de ficarem calados, sabendo que estávamos caminhando para a crise.

Por que não foi dito ao povo, em fevereiro, que estávamos diante de uma crise? Eu sabia. E os V. Ex^{as}, que são mais bem informados do que eu. Por que deixaram o assunto ir até maio?

Eu vou ficar por aqui, mas não poderia deixar de causar embaraços para figuras tão competentes poderem se desembaraçar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Na verdade, à medida em que avançamos com as nossas audiências públicas, os conceitos e as opiniões vão se reformulando.

No início, a opinião geral era de que a matriz de energia elétrica do Brasil estava totalmente errada, toda ela baseada na energia hidroelétrica. Hoje eu

sinto, por intermédio das exposições de outras reuniões paralelas, que não devemos nos afastar absolutamente da energia hidráulica, até porque o nosso potencial é grande. E há necessidade de investir, por sua vez, nas linhas de transmissão. E talvez o País não tivesse, por uma dedução de leigo observador que eu faço, a necessidade de investir tanto – como o Deputado José Carlos Aleluia falou – nas termoeletricas a gás na proporção em que se está pensando em investir. Mas essas são apenas observações de quem está coordenando a reunião e fica apenas ouvindo.

Como último inscrito, concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, eu queria pedir desculpas. Não pude participar da palestra. Infelizmente, houve um fato muito grave do assassinato de uma pessoa, no Estado de Pernambuco, e tivemos de acompanhar uma visita no Ministério da Justiça. Por esses motivos, eu perdi a oportunidade de estar nesta palestra.

Sr. Presidente, é de muita importância a presença dessas empresas e as do Dr. Luis Carlos e do Dr. José Antônio nesta Comissão. V. Ex^a observava em um comentário que ter-se-ia alguma crítica à matriz energética brasileira, no início dos trabalhos. Eu confesso que não tenho essa visão. Tenho participado do setor e sempre soube da importância da composição da matriz energética brasileira. É evidente que há necessidade de diversificação, até para domínio de tecnologia e para eventuais situações de emergência que possam acontecer, é importante que o País diversifique um pouco a sua matriz. Mas com o potencial que temos no Brasil, penso que é uma atitude impenhada e não contribui, na minha compreensão, para um desenvolvimento mais lógico da estrutura de suprimento de energia do País a mudança, de imediato, da matriz de que nós dispomos hoje.

Sr. Presidente, ouvi algumas considerações do Deputado José Carlos Aleluia sobre o Projeto nº 2.905. É evidente que estamos diante de um momento de transitoriedade em que qualquer atitude, em termos de formulação legal, precisa ser considerada nesse ambiente de transição, portanto, provisório, por conta dessa crise que estamos vivendo, paradigmática para o setor, e também uma transição política de uma tentativa de modificação da estrutura do Setor Elétrico Brasileiro, que foi o desmonte que, goste-se ou não, operou este País nos últimos anos, e esse desmonte tem a ver com essa crise que estamos vivendo. A desestruturação do setor elétrico, dos seus organismos de planejamento em particular, tem uma

vinculação direta com a crise que estamos vivendo. O afastamento e a tentativa de afastar o Estado dessa área têm óbvias ligações com a crise que estamos vivendo. Penso que é uma hora de responsabilidade. É uma questão política que não podemos entregar um setor como esse às pessoas que pensam com a cabeça das finanças apenas. Penso que aí o erro na condução da política energética no Brasil tem a ver com isso.

O projeto do Deputado José Carlos Aleluia inclusive tenta promover uma minireforma no setor elétrico brasileiro, por isso acho que ele não é de fácil votação e trâmite rápido, porque está propondo modificações importantes. Se de um lado sugere e propõe dotar a Eletrobrás de uma estrutura mais ágil, a exemplo que tem a Petrobras para concorrer, para participar de um mercado cada vez mais competitivo, onde serão exigidas certas qualificações das empresas do setor, por outro, mantém essa estrutura que estamos aí trabalhando: da desverticalização, da manutenção no mercado atacadista de energia nas condições que estão hoje colocadas, da Aneel, da ONS. E estamos vendo aí os desencontros. A Aneel fazendo uma intervenção no MAE e os problemas que estamos tendo com o MAE: a sua gestão ou a sua má gestão, a ponto de essa estrutura estar sob investigação do Ministério Público, que é um revelador de um discurso que dizia: "Não, o Estado tem que se afastar dessas áreas porque o Estado é corrupto, não é ágil, não estabelece um mecanismo de competição, não tem competência para gerir" e, de repente, vemos o MAE gerido pelos mesmos males e vícios que se denunciavam do Estado, quer dizer, corrupção, nepotismo; todas essas denúncias que estão acontecendo aí.

Isso é revelador de quão importante é que esta Comissão mantenha acesso esse debate sobre o perfil e o caráter do setor elétrico e a importância de que se mantenha ele pelo menos com esse perfil misto hoje e da preservação das empresas do setor elétrico, por exemplo, das geradoras nesse ambiente que estamos vivendo.

Então quero crer que essas empresas têm um papel importantíssimo, e sei inclusive do esforço de técnicos do setor para mostrar isso por ocasião da crise, que pegou alguns de surpresa e que todos nós sabíamos que não tinha surpresa nenhuma, todos nós sabíamos, está aqui expresso. Folhee uma das palestras que foram apresentadas e estão expressos a evolução de reservatórios, a evolução dos desinvestimento no setor, do desplanejamento no setor; está tudo isso aqui anunciado. Então penso que é importante, porque esse é um documento que revela exata-

mente a postura dos técnicos. Aqui não tem um instrumento político de proselitismo, aqui é a realidade de um setor que precisa ser tratado e compreendido nessa exata dimensão, e é por isso que estamos trabalhando inclusive, todos lutando para que se supere essa crise porque ela é reveladora de uma situação que quem assumir esse Governo para o ano, além da bomba cambial, tem que pegar a bomba energética para administrar. Essa daí é uma situação que todos nós teremos que compreender e tentar interferir para fazer uma mudança de rumos que permita o País crescer e acreditar no futuro.

Sr. Presidente, é mais um depoimento de alguém que, como disse o Deputado José Carlos Aleluia, é da base do Governo, e quando o vejo crítico desse jeito, lembro-me dos seminários que fizemos há mais de um ano cobrando atitudes em relação ao descaminho por que estava indo o setor. À época, fomos acusados de alarmistas e que estávamos fazendo discurso de oposição e coisas do tipo, e não era. Não eram, e está provado. E realmente fico feliz ao ouvir que o Deputado Aleluia faz parte de uma parcela de autocrítica também como homem de Governo, de que ele faz parte. E também por compreender a importância, porque ele conhece o setor e sabe perfeitamente que esse caminho foi planejado. Não se trata de uma causalidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Retornamos a palavra aos senhores expositores para as respostas e considerações finais, iniciando pelo Dr. José Antônio, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – Sr. Presidente, objetivamente com relação à Tucuruí, porque não tivemos investidores.

No início do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Raimundo Brito tentou viabilizar a participação do que ele chamou Grupo de Empresas do Norte, que eram os eletrointensivos da Amazônia, no sentido de que eles participassem e assumissem a complementação de Tucuruí. Foi feito um trabalho de praticamente um ano, mas eles queriam 1600 megawatts firmes. A complementação de Tucuruí é apenas de 1100 megawatts.

Então, não se encontraram mecanismos legais de repassar para a iniciativa privada, sem um processo qualquer de seleção, parte do ativo da sociedade.

Então, com isso, essa primeira etapa não se viabilizou.

Parte-se, então, para o processo de privatização.

Na realidade, Tucuruí é uma fábrica de fazer dinheiro. E, no processo de privatização da Eletronorte,

a idéia era cindir Tucuruí. A classe política da Amazônia, junto à própria classe política do Nordeste, no que diz respeito à Chesf, obstaculizou o processo, e o processo não evoluiu, embalde tenho aqui dezenas de recortes de jornais, em que sempre os ministros aparecem dizendo “Vai privatizar”, “Não vai privatizar”, “Vai privatizar amanhã, vai acabar amanhã”; e nós lá sofrendo. “Toca a obra”, “Não toca”, “Continua”, “Não continua”, “Vai para frente”, “Não vai para frente” “Tem dinheiro”, “Não tem dinheiro”.

Então, evidentemente que Tucuruí tem um papel estratégico muito grande para a Amazônia. E como se queria privatizar somente Tucuruí, a própria classe política da Amazônia e a sociedade reagiram, Tucuruí não foi privatizada e gerou essa dificuldade que estamos vivendo e o atraso que aí está, que tanto está penalizando o País.

Com relação a Belo Monte – e vou responder inclusive ao Dr. Aleluia –, é o primeiro projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética como projeto estratégico; a engenharia está concluída em nível de viabilidade; a usina terá 11.182 megawatts, com duas casas de força, uma de 11.000 e a outra casa de 182, para se poder aproveitar as águas que vão passar para manter a situação ambiental e ecológica de Volta Grande e do Xingu e estamos concluindo. Até outubro concluiremos o EIA – Estudo de Impacto Ambiental em nível de viabilidade. E também há o sistema de transmissão. Essa é a responsabilidade da Eletronorte.

Nessa reunião do Conselho, ficou definido que a Eletrobrás e o BNDES procurariam definir qual o negócio Belo Monte. A idéia é aquela de se ter uma participação da própria Eletrobrás, uma participação do BNDES e uma participação de geradores, investidores e tal, ou seja, 2/3 privado com 1/3 de participação empresarial da Eletrobrás. Isso é o que está em princípio. Mas esse assunto está mais à alçada do Dr. Cláudio Ávila e do Dr. Gros em montar esse modelo, até porque há interferência com a própria legislação, no que diz respeito à licitação da concessão, na medida em que esse é um empreendimento de 11.000 megawatts, mas com uma característica excepcional ainda: vai trabalhar usando o reservatório das outras usinas do Brasil.

Então, precisa haver, efetivamente, um trabalho.

Com relação a planejamento, digo o seguinte: não existe planejamento no setor elétrico hoje. No início do Governo, a Eletrobrás ficou tocando o planejamento. Quando mudou o ministro, ele trouxe o planejamento para o ministério, mas o ministério não tem continuidade, não tem quadros técnicos, não tem

como remunerar técnicos de planejamento. Mudou o ministro de novo, já mudou de novo a estrutura. E quantas vezes mudar o ministro, tantas vezes mudará a estrutura.

Então, o Brasil precisa de ter uma entidade voltada para o planejamento que não seja de dois, três ou quatro anos, ou de seis meses, conforme a duração do ministro no cargo, mas que seja com a visão de longo prazo.

A Eletrobrás fazia isso. Quiseram acabar com a Eletrobrás. Tudo bem, não discordo, acabou, acabou, mas tem que colocar alguma coisa: tipo IPEA, tipo alguém que defina diretrizes, que seja indicativo, que seja determinante, não interessa; mas que tenha e que possa colocar claramente as coisas.

Porque o Dr. Aleluia cobrou.

Por que vocês não falaram?

S. Ex^a sabe, S. Ex^a me provocou. Eu, especificamente, a maioria de V. Ex^{as} sabem, estava numa situação indelicada. Jogaram-me contra o Ministro Tourinho e fiquei como se fosse um opositor do Ministro. Então, eu não podia falar. Mas falei para ele, falei para muita gente, falei para o Deputado Juquinha, que sabe disso: “Vamos para o buraco. A coisa é feia”. Falei para o Ministro José Jorge... Falei com o Dr. Luis Carlos Santos também.

Com relação ao São Francisco, a minha proposta é: o São Francisco gerou energia, a água gerou energia, a energia deve gerar água e, ao gerar água, volta a gerar energia e volta a devolver vida. Sem água não tem vida.

Hoje, os nordestinos estão indo para o Pará e para Rondônia. Quando passarem a ir para o Maranhão, e como o Maranhão não tem estrutura... os maranhenses, o pessoal que parece ser maranhense, que a Governadora está mandando para o Pará, não são. São os cearenses, os paraibanos, os pernambucanos que foram para lá e que no Maranhão não têm mais condições de sobrevivência e que estão indo para o Pará atrás de água e de terra. Precisamos colocar água no Nordeste. Não é para irrigar. Água no Nordeste para recuperar as áreas desertificadas, senão o Nordeste vai ficar a capa.

O litoral – aliás moro num litoral maravilhoso, moro em Recife – mas quando vou para o interior, fico vendo que cada dia aquela região se desertifica. O Nordeste vai embora e não é para São Paulo, porque São Paulo não oferece mais condições, ou quando vai é para virar bandido.

Então, há propostas. O Dr. Firmino, com quem trabalhei, tinha uma proposta de a energia gerar água

e água gerar energia, e espero um dia ver isso realizado. Dizem até que o projeto sonho da minha vida é Belo Monte. Não. O projeto da minha vida é ver o Nordeste com água.

Nobre Deputado, não quero desprivilegiar o Vale do São Francisco. Pelo contrário. Muitas vezes, como Presidente da Chesf ou como coordenador do projeto lá, em Itaparica, que o Osvaldo que está aqui assumiu depois, eu dizia aos meus colegas: temos um missão muito grande, fechem os olhos e imaginem a borda do lago com água. Então, é água para o Nordeste como um todo.

Deputado Juquinha, pulverização é por quilowatt.

Tenho aqui hoje a colocação do Deputado Clementino. O importante é que as empresas do setor elétrico voltem a ter condições de executar as coisas. Quer dizer, acordo sobressaltado à noite, com decisões que vou tomar no outro dia, imaginando como é que vão considerar. Como tenho 38 anos de setor elétrico e nunca ninguém levantou a voz para dizer que cometi algum ato incorreto – às vezes, tomo certas decisões, mas é duro. Então, o que precisamos, quer por quilowatt, quer por pulverização de ação na bolsa, quer por outra forma, contrato de gestão, é tirar essas amarras das empresas, porque elas geram recursos. O fluxo de caixa descontado de Tucuruí, pagando todas as dívidas a partir de 2003, 2004, é algo inimaginável; é líquido mais de R\$1 bilhão por ano. Como a Chesf gera – o nobre Deputado sabe –, se não pagar, se capitalizasse um pouco, só o Xingó gera. Se colocó a Chesf, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso I, II, III, IV, isso dá uma receita superior a R\$1 bilhão, toda praticamente já amortizada.

Por que essa empresa não gera receita para colocar água no Nordeste, para salvar o São Francisco, como empresa pública? Entrei por um campo que não queria entrar.

PC a gás. A Eletronorte foi desativada. Passamos de 5.200 empregados para 2.400. Então, demos prioridade a desenvolver estudo dos grandes projetos e trabalhar o Proden, que é o programa que leva energia para comunidades isoladas. Os grandes e pequenos projetos são desenvolvidos hoje, porque temos o orgulho de cuidar dos grandes mas não temos vergonha de cuidar dos pequenos; pelo contrário, temos ainda mais orgulho de trabalhar para os pequenos. Então, não estamos trabalhando na área de PC a gás, apesar de eu ser inteiramente favorável do PC a gás e das demais fontes alternativas até como alavancador do próprio modelo que está aí.

Acho que com isso eu varri todas as perguntas a mim dirigidas.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Proponho uma moção da comissão de aplauso ao Dr. José Lopes, porque ele deu a solução para o Nordeste e para o Norte, que é transformar a Chesf e Tucuruí na empresa de desenvolvimento, usar a geração de caixa para desenvolver as duas regiões mais pobres deste País e não vamos mais precisar de Orçamento da União. Basta um bilhão de dólares de recursos por ano, a partir de 2003 e 2004, para resolvermos todos os problemas de infra-estrutura do Norte e do Nordeste, assentados nas empresas estatais Chesf e Tucuruí.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES – Principalmente em Petrolina.

O SR. CLEMENTINO COELHO – No São Francisco todo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Luis Carlos Santos para suas respostas e considerações finais.

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Fiquei devendo uma resposta ao Deputado Clementino Coelho sobre o custo da energia térmica trazida da Bolívia em relação à energia gerada pelo gás importado.

Temos estudos de viabilidade que concluíram que há uma redução de 10% em relação à energia que vem da Bolívia.

Em segundo lugar, o Deputado Juquinha pergunta sobre Couto Magalhães. A filosofia de Furnas é buscar parcerias e participar de forma minoritária. Temos projetos de investimentos da ordem de dezesseis milhões com parcerias privadas e nós os entregamos ao Ministro e ao Presidente da República que aprovou. O grande Deputado Aleluia, meu amigo, que é professor especialista em política e também em energia elétrica. Deputado altamente competente, conhece como ninguém o setor, em sua experiência como administrador público e como Parlamentar. As respostas para suas perguntas, em grande parte, estão na aprovação do substitutivo. Na medida em que tivermos o substitutivo aprovado, vamos encontrar solução para várias questões hoje que nos angustiam.

A questão do próprio PCH favorece muito. Ninguém é contra PCH ou energia alternativa. Mas como fazer? Hoje temos a prioridade de buscar expansão para combater a crise energética que vivemos. Então, são projetos de geração mais alta e de curto prazo, o que não significa que se deva abandonar a iniciativa da PCH – e o seu projeto o favorece muito.

O senhor pergunta por que não gritei um aviso em relação à crise. Em primeiro lugar porque nasci em Minas Gerais, e lá não se grita; segundo, porque Furnas é ligada à Eletrobrás, **holding** ligada ao Ministério. Então, temos o Presidente da Eletrobrás e um Ministro. Caberia falar politicamente, traduzindo nossas preocupações à figura política do Ministro. Falei muito e continuo falando, porque não consigo deixar de falar mas sempre que possível questiono o conceito de privatização. Questiono o como privatizar. Então, comecei a discutir como mudar o modelo de privatização: não pagar uma energia não gerada de Angra II, que iria quebrar Furnas – tive apoio do Governo. Mas não cabia mim sair por aí dizendo o que o modelo teria que mudar.

Em uma discreta entrevista que dei ao JB, onde disse que precisava transformar Furnas na Eletrobrás do setor elétrico, foi uma pancadaria só.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Entrevista discreta no JB.

O SR. LUIS CARLOS SANTOS – Discreta porque eram poucas frases. De qualquer maneira, vamos trabalhar juntos na aprovação do seu substitutivo. Nós, que estamos do lado de fora, estamos aguardando que ele seja aprovado.

Minhas palavras finais são no sentido de buscar apoio de V.Ex^{as} aqui no Parlamento, porque aqui há a consciência crítica da Nação.

O Executivo não resolve sozinho. Quando fui líder aqui resolvemos o Plano Real. Os técnicos mandaram a proposta para cá – lembro-me de que o Presidente do Banco Central da época me disse o seguinte, depois de ter lido a proposta do Plano Real: Líder, não dá para mudar uma vírgula. O ilustre Presidente do Banco Central está com endereço errado, deve mandar par Cartório de Títulos e Registro de Títulos e Documentos, e não para o Parlamento, onde se muda vírgula, ponto, ponto-e-vírgula, onde se muda tudo que for preciso. Fizemos 59 mudanças na proposta original do Plano Real e olha o sucesso que foi o Plano Real.

No Governo de Fernando Henrique, como líder, mudamos a ordem econômica da Constituição, quebramos, flexibilizamos os monopólios que possibilitaram o processo das privatizações.

Portanto, a participação do Congresso é vital para que possamos mudar esse modelo. É uma fase de transição difícilíssima, a regulamentação que se busca é complicadíssima, tanto que está aí passando pelas Comissões, sendo discutida, mas tem que ser discutida mesmo.

Esse apoio que peço e espero que tenha, junto com o meu amigo, Presidente da Eletronorte, José Antonio, aqui contribuído com informações para que se possa realmente chegar a um relatório definitivo, dar uma contribuição final ao País em relação a esse modelo, que é fundamental para o desenvolvimento da Nação.

Furnas tem uma boa posição, deu o maior lucro da sua história de 44 anos. Este ano dará um lucro muito maior e é um instrumento nesta linha de renovação da política energética do país.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma consideração final. Perdi boa parte, aliás, quase toda exposição, mas queria parabenizar esses dois homens públicos que administram bem suas empresas.

Parabenizo V. Ex^a. Sou engenheira de outra área, mas, no debate desta Comissão e de outras exposições que presenciei e tive oportunidade de participar – exposições, relatórios que temos visto – é gritante para qualquer político e para a sociedade inteira a falta de planejamento desse setor. Parece-me que isso não está sendo revisto nem agora com a criação de suas câmaras setoriais e com câmara de gestão, e nem mesmo essa unidade que precisávamos que existisse nesse setor com planejamento ideal, como o v. Ex^a mesmo disse, a longo prazo, não a médio e nem a curto prazo.

Esse é o tipo da política que não se pode fazer com dedal, como está sendo feito agora ainda. Dr. Luis Carlos, conheço-o e sei que enfrentou seus desafios à frente de Furnas, eu, ousadamente, ainda quando estava na assessoria da Presidência, fui até lá conhecer de perto o relatório. Sei que muitas pessoas não tiveram oportunidade de avisar devidamente ao Presidente da República dos problemas desse setor. Houve um acúmulo de erros nisso, o passado de outras gestões, inclusive, permita-me fazer essa observação: o ex-ministro dessa área contribuiu muito, de certa forma, para desinformação total do Governo. Ainda mais, contribuiu para uma certa briga nesse setor de desinformação, de provocação entre uma empresa e outra.

Vejo suas palavras com muito otimismo. E que o senhor não deixe de falar nunca porque esses alertas é que são importantes para que o Brasil aprenda a planejar e coloque com responsabilidade esse planejamento diante da sociedade.

Dr. Luis Carlos, já parabenizei V. S^a por sua atitude de destemida, inclusive de enfrentar Ministro nas horas mais difíceis. Tive conhecimento dos seus rela-

tórios que, inclusive, preveniu o Governo pelas dificuldades pelas quais poderia passar Furnas e todas as outras empresas, se não houvesse um planejamento estratégico e rápido.

Parabenizo os dois. Não é sempre que temos oportunidade de ver pessoas preocupadas com o Brasil como se mostraram aqui esses dois ilustres representantes das duas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Deputada Rose de Freitas.

Comunico que esta Comissão fará reunião administrativa no dia 30, quinta-feira, às 9h30min.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente dos nossos expositores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h56min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2001-CN, COM A FINALIDADE DE “ESTUDAR AS CAUSAS DA CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NO PAÍS, BEM COMO PROPOR ALTERNATIVAS AO SEU EQUACIONAMENTO”.

12ª Reunião realizada em 4-9-2001.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e um às quinze horas e trinta minutos na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto, José Agripino, Francelino Pereira, Teotônio Vilela, Antero Paes de Barros, Heloisa Helena e Ademir Andrade e Senhores Deputados Juquinha, Fernando Ferro, Fernando Gabeira, João Caldas, Clementino Coelho e Aírton Dipp, membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, informando que a presente reunião tinha o caráter administrativo para discussão e votação de nove Requerimentos, como também para a exibição do vídeo da viagem realizada nas Usinas Hidrelétricas de Paulo Afonso, Sobradinho e Xingó. Na presente reunião, em seu início, funcionou como Relator ad-hoc, o Deputado Aírton Dipp. Passa-se a leitura e votação dos Requerimentos a saber: nº 29, de autoria do Senador Paulo Souto, requerendo seja encaminhado ofício ao Ministro Pedro Parente, para que seja examinada a possibilidade de serem conferidos aos

empreendimentos de co-geração a gás natural as prerrogativas do Programa Prioritário de Termoeletricidade – PPT; nº 30, de autoria do Deputado Sérgio Novaes, requerendo a oitiva do Professor Expedito Parente, da Universidade do Ceará; nº 31, de autoria do Deputado João Caldas, requerendo a oitiva do Dr. João Evangelista Tenório; nº 32, de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo as oitivas dos senhores Dr. Glenn L. McCullough Júnior. e representantes das empresas estatais hidrelétricas do Canadá; nº 33, de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo que sejam designados três Parlamentares para irem conhecer hidrelétricas nos Estados Unidos e Canadá; nº 34, de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo as oitivas dos senhores Pedro Parente, José Jorge e Francisco Gross, para falarem sobre o Anexo 5; nº 35, de autoria do Deputado Clementino Coelho requerendo as oitivas dos senhores Roberto d’Araújo, Gonzalo Montengro e Henri Reichstull; nº 36, de autoria do Deputado Fernando Ferro, requerendo as oitivas dos senhores José Sarney Filho e Máuricio Andrés Ribeiro; nº 37, de autoria do Deputado Fernando Ferro requerendo as oitivas dos representantes do Movimento Nacional dos Barrageiros, do GERPI, do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, da FETAPE e da CONTAG; os presentes requerimentos foram aprovados por unanimidade. A seguir foi exibido o vídeo das visitas. Nada mais havendo a tratar, a presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião e para constar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta 12ª Reunião Ordinária da Comissão Especial Mista criada pelo Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de energia no País.

Esta reunião é administrativa e tem como objetivo a votação de requerimentos apresentados à Mesa, bem como a exibição de vídeo sobre a viagem que esta Comissão fez ao rio São Francisco, mais especificamente às usinas hidroelétricas de Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó.

No impedimento do Relator da Comissão, nomeio o Deputado Aírton Dipp para constar como Relator **ad hoc**.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

O Deputado João Caldas solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Em votação. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esta Comissão está apresentando requerimento ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, com base no art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando a prorrogação do prazo da Comissão por mais 60 dias. Dessa forma, o término passaria para 30 de novembro de 2001.

Para as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que desejarem, juntamente com o Presidente e o Relator, assinarem o requerimento, ele está com o Secretário.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – A prorrogação da data de conclusão dos trabalhos da CPI deve-se principalmente a algumas audiências que deverão ser feitas e...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – A justificativa da prorrogação do prazo é que nós temos ainda vários requerimentos solicitando que sejam feitos convites a autoridades para discutir com a Comissão e prestar esclarecimentos sobre a crise e, até o dia 29, não há tempo útil para ouvirmos essas autoridades.

Foram apresentados à Comissão nove requerimentos. Como da vez anterior, vou lê-los em grupo. Os Srs. Parlamentares que desejarem encaminhar a votação de algum deles especificamente poderão se inscrever, os parlamentares que desejarem votação em separado também de algum desses requerimentos poderão solicitá-la que serão atendidos.

Requerimento do Senador Paulo Souto. Requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ofício ao Ministro Pedro Parente solicitando seja examinada a possibilidade de serem conferidos os empreendimentos de co-geração a gás às prerrogativas do Programa Prioridade de Termoeletricidade, instituída pelo Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000.

Requerimento do Deputado Sérgio Novaes. Requer seja realizada reunião de audiência pública para debater a geração de energia oriunda da biomassa, na Região Nordeste.

Requerimento do Deputado João Caldas. Requer seja convidado o Sr. João Evangelista Tenório, engenheiro químico, a comparecer a esta Comissão a fim de discorrer sobre o tema "Co-geração de energia a partir da biomassa e estratégias para o setor energético".

Requerimento do Sr. Fernando Ferro.

Solicita sejam convidados o Ministro do Meio Ambiente, Sr. José Sarney Filho, e o Diretor do Conama, Sr. Maurício Andrés Ribeiro, a comparecerem a esta Comissão a fim de esclarecer a participação desses órgãos no âmbito das ações de enfrentamento da crise energética.

Requerimento do Sr. Fernando Ferro. Solicita sejam convidados representantes do Movimento Nacional dos Barrageiros, do GERP, do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio do São Francisco, da Fetap e da Contag a comparecer à audiência pública desta Comissão Especial a fim de prestar esclarecimentos sobre o impacto da crise de energia elétrica nos perímetros irrigados.

Requerimento do Sr. Clementino Coelho solicitando a designação de três Parlamentares para constituir comissão externa encarregada de conhecer a experiência da Tennessee Valley Authority, TVA, nos Estados Unidos, e das hidrelétricas públicas no Canadá.

Requerimento do Sr. Clementino Coelho. Solicita sejam convidados o Presidente da Tennessee Valley Authority, Sr. Glenn, e representante das empresas estatais hidrelétricas do Canadá para expor suas experiências na gestão pública da hidreletricidade.

S. Ex^a apresenta duas alternativas: a ida de membros desta Comissão aos Estados Unidos para verificar a experiência em administração pública dessas hidrelétricas ou a vinda a esta Casa do Presidente dessa empresa para debater com a Comissão sobre a experiência que tem nessa área.

Requerimento do Sr. Clementino Coelho solicitando sejam convidados preferencialmente o Sr. Pedro Parente, Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Ministro José Jorge; ou ainda do Sr. Francisco Gros, de apenas um dos três, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre a revogação do Decreto nº 93.901 pelo Decreto 3.818 – é a questão do anexo V – em audiência pública já marcada para falar sobre co-geração a partir da biomassa.

Requerimento do Sr. Clementino Coelho solicitando sejam convidados os Srs. Roberto Pereira de Araújo, Diretor da Hidrominas que já esteve nesta Co-

missão, do Sr. Gonzalo Montenegro, Embaixador Extraordinário da Bolívia no Brasil, e do Presidente da Petrobras para esclarecerem o real potencial das jazidas de gás da Bolívia.

São estes os requerimentos apresentados à Comissão.

Indago se algum Parlamentar gostaria de encaminhar a votação de requerimento específico ou se poderíamos votá-los em bloco. (Pausa.)

Em votação os requerimento.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Como é do conhecimento dos Srs. Parlamentares, esta Comissão pretende fazer uma visita às hidrelétricas de Tucuruí e de Belo Monte, na Amazônia. Está agendado para o dia 13 de setembro, próxima quinta-feira, data não confirmada porque a Aeronáutica ainda não nos informou sobre a disponibilidade de avião. Se não for possível esse dia, será no dia 20 de setembro. A viagem durará apenas um dia. Sairemos daqui às 7h da manhã e a chegada está prevista para as 21h. O Presidente da Eletronorte, Dr. José Antonio, informou-nos ser perfeitamente possível fazer essa visita em um dia. Ele tem experiência nessas visitas e nos garantiu que, em um dia, a Comissão poderá visitar as duas usinas e retornar a Brasília. Então, no dia 13, se confirmada a disponibilidade do avião, será feita a visita. Até segunda-feira, daremos ciência aos Srs. Parlamentares, para que, quando voltarem da base, aqueles que forem aos seus Estados já venham preparados para essa viagem.

Indago aos Srs. Parlamentares se há alguma observação a ser feita.

Com a palavra, o Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS – Esse convite ao Ministro Pedro Parente já tem uma data definida?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Como das vezes anteriores, vamos organizar. O relator, com os assessores da Presidência farão um estudo para estabelecer as datas das audiências públicas, como vem sendo feito até agora. Com relação às próximas audiências públicas, na próxima semana, teremos o tema “co-geração a partir do uso da biomassa”. A audiência posterior será para discutir o anexo V. Antes de encerrar a sessão, vamos assistir à exibição do vídeo da viagem feita a São Francisco. São apenas dez minutos.

(Procede-se à projeção)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Cumprimos a pauta, aprovamos os requerimentos e assistimos ao vídeo da nossa visita a Paulo Afonso.

Antes de encerrarmos a reunião, concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, não sei se os demais membros tomaram conhecimento daquilo que vimos, na região de Petrolina e Juazeiro, relacionado ao programa de conversão tecnológica, por meio do qual o Governo poderia alocar recursos para fazer adaptações nas bombas dos perímetros irrigados por bombas mais modernas e, na questão do colono e do microirrigante, criar uma linha de financiamento para que eles possam trocar a aspersão convencional por microaspersor ou por gotejamento, visando a um melhor racionamento, ou seja, usar a mesma quantidade de água com menos energia. Acho que estamos demorando. Hoje, saiu no jornal que o Governo está lançando um programa de R\$1 bilhão, por meio dos bancos federais, para os pequenos e médios industriais e comerciantes fazerem justamente esse programa de eficiência energética em seus estabelecimentos.

Estivemos lá, visitamos, levantamos aquele projeto do Senador Nilo Coelho e ficamos de levantar outros projetos, porque o Governo entregou os lotes aos pequenos irrigantes com um equipamento de irrigação que não otimiza o uso de energia nem de água. Está na hora de nos dirigirmos formalmente ao Ministro Pedro Parente, já que a Câmara baixou essa resolução, conforme está no jornal de hoje, pela qual o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o BNDES colocam R\$1 bilhão de recursos à disposição de industriais e comerciantes, não contemplando – eu não tive acesso à resolução, mas é o que consta no jornal – os agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – A sugestão é que a Comissão encaminhe à Câmara de Gestão essa proposta de abertura de uma linha de financiamento aos pequenos produtores da agricultura irrigada, a fim de poderem fazer a conversão tecnológica.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Para poderem fazer a conversão do equipamento de irrigação e determinar, nos perímetros públicos irrigados que estão sob a responsabilidade da Codevasf e do Dnocs, que eles pudessem também fazer o levantamento onde poderia haver a aplicação de eficiência energética nas bombas, dos projetos de irrigação, onde há captação de água. Acredito ser interessante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, gostaria de saber para quando está prevista a audiência que irá discutir o anexo V.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Na próxima semana, teremos uma reunião para discutir a co-geração a partir da biomassa, e a reunião seguinte já será sobre o anexo V. Já existem vários nomes indicados. São doze os nomes indicados. Faremos a triagem.

O SR. FERNANDO FERRO – Seria interessante reduzir para quatro ou cinco nomes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Quatro, no máximo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Está encerrada a presente reunião. Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16h45min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2001-CN, COM A FINALIDADE DE “ESTUDAR AS CAUSAS DA CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NO PAÍS, BEM COMO PROPOR ALTERNATIVAS AO SEU EQUACIONAMENTO”.

13ª Reunião realizada em 11-9-2001.

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e um às quinze horas e cinquenta minutos na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto e Alberto Silva, e Senhores Deputados Iris Simões, Juquinha, Ney Lopes, Fernando Ferro, Ailton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas e Sérgio Novais, membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, informando que a presente reunião destinava a ouvir as exposições dos Doutores Suani T. Coelho – Secretária Executiva do Cenbio – Centro Nacional de Referências em Biomassa, Expedito Parente – Universidade Federal do Ceará, a Presidência da Comissão concede a palavra ao Senador Alberto Silva para fazer uma explanação sobre a energia gerada pela biomassa; a seguir é dada a palavra a Doutora Suani para fazer sua exposição a seguir, é dada a palavra

ao Dr. Expedito para sua exposição, continuando o Presidente concede a palavra ao Relator para fazer seus questionamentos e a seguir é concedida a palavra aos Deputados Fernando Gabeira, Sérgio Novais, Fernando Ferro e João Caldas, a Presidência esclarece o não comparecimento do senhor Luis A. Cortez, o Presidente avisa que a próxima reunião da Comissão será no dia 18 de setembro às 15:30 horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, a presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião e para constar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião da Comissão Especial Mista, criada por intermédio do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica do País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição dos seguintes convidados: Drª Suani Coelho, Secretária-Executiva do Centro Nacional de Referências em Biomassa (Cenbio); Dr. Luís Cortez, Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (Nipe); e Dr. Expedito Parente, da Universidade Federal do Ceará.

Indago se há necessidade de leitura da Ata. (Pausa.)

Por solicitação do Senador Paulo Souto, está dispensada a leitura da Ata, a qual é considerada aprovada.

Como divulgado, foi feito convite, além de aos expositores citados, ao Dr. Isaías de Carvalho Macedo, da Unicamp, que nos encaminhou uma correspondência justificando a sua ausência, em vista da impossibilidade de hoje comparecer à nossa reunião.

Antes de dar início à fala dos Srs. expositores desta tarde, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Meu caro Presidente, Deputado Antonio Cambraia; caro companheiro Senador Paulo Souto; demais companheiros desta Comissão, pedi para fazer um pequeno relato tendo em vista que, por compromissos anteriores, terei de retirar-me agora. Pelas condições que sabemos, não foi

possível começar esta reunião às 15h, mas eu gostaria de fazer um pequeno relato para complementar, seguramente, a exposição que fará o Prof. Expedito Parente.

Há uns 21 ou 22 anos, quando eu era o Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), tive a oportunidade de conhecer o Prof. Expedito Parente. Naquela época, procurávamos um combustível alternativo para o transporte de carga, recomendação do Palácio do Planalto que eu tinha como Presidente da EBTU. Já havia o Proálcool para o transporte de automóveis e motores do ciclo otto. Ele queria um combustível sucedâneo dos motores do ciclo diesel.

Assim, depois de andar pelo Brasil inteiro e por vários institutos de pesquisa, acabamos nos firmando no Ceará, ocasião em que conheci o Prof. Expedito Parente e seu trabalho com óleo de marmeleiro. Tomei conhecimento de que o óleo de marmeleiro é um hidrocarboneto e, por conseguinte, um combustível, que não tem exatamente a mesma molécula do óleo diesel, mas é bem parecido. Acabamos montando um grupo gerador que funcionava a óleo de marmeleiro, o que foi algo interessante.

Com os conhecimentos do Prof. Expedito, acabamos chegando ao Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, que perguntou se também não era possível ser feito um querosene para a aviação. Isso era um desafio. Senti, desde o primeiro momento, que o Prof. Expedito Parente era um homem extremamente competente para desenvolver uma tecnologia de tamanha envergadura. Na verdade, o Prof. Expedito Parente acabou fazendo óleo diesel de qualquer óleo vegetal, incluindo o de mamona. À época, ninguém pensou em usar mamona, pois ninguém planta mamona no Nordeste, a não ser eventualmente, em especial na Bahia, que tem os maiores produtores de mamona, porque lá existem compradores para instalações industriais de óleo de alta qualidade, mas o mercado é pequeno.

Quero fazer um registro interessante sobre a nossa idéia a partir dessa época. Quando o Prof. Expedito Parente disse que poderia fazer querosene de aviação a partir de um óleo vegetal, acredito que ele tenha feito estremecer a tecnologia nacional. O pessoal do CTA – Centro Técnico da Aeronáutica – de São José dos Campos creio que duvidou daquele querosene, produzido a partir do óleo do babaçu, se não me engano. Eles disseram que aquele óleo poderia congelar lá em cima. Parece-me que o professor Expedito, quando trabalha com química, enxerga a

molécula. Ele trocou, talvez, alguns radicais lá dentro, e o óleo não congelou mais.

Naquela época, isso tudo foi considerado assunto de segurança nacional, as patentes foram paralisadas na Aeronáutica e trancou-se tudo. Passaram-se os anos. Eu fui para o interior do Piauí. O nosso professor Expedito foi lá e fez várias coisas interessantíssimas para o desenvolvimento social do meu Estado, inclusive uma fábrica de alimentos, que se tornou notável para todo o País.

Muito bem! Quando chegou esta seca, há um ano, eu lhe perguntei: “professor Expedito, vamos usar novamente a mamona? Vamos pegar aquele óleo e fazer o óleo diesel, agora para exportar ou, então, para misturá-lo com o óleo da Petrobras?”

Mas a nossa visão – e é isso o que quero deixar bem claro – é que, como a mamona é resistente à seca – já fiz duas ou três entrevistas na **TV Senado** mostrando isso – e com os entendimentos que tenho mantido com a Embrapa, há mais de um ano, a respeito dessas possibilidades – quero deixar bem claro, repito, que esse trabalho está sendo realizado agora com o concurso de técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estão trabalhando nos subprodutos dessa invenção –, estamos enxergando isso como uma solução para o semi-árido nordestino.

No meu Estado, há 100 mil lavradores inscritos nas frentes de emergência.

Tive recentemente uma conversa com o Ministro Raul Jungmann, que agora criou uma verba chamada “Cidadão Sertão”. Ele dará R\$90 para as pessoas que perderam o seu plantio durante seis meses. Combinei com S. Ex^a: “Ministro, façamos o seguinte: o lavrador que vai receber R\$90, durante seis meses, vamos combinar para que ele entre no nosso projeto, que se chama “Projeto Biodiesel”. O que queremos com isso? Queremos que cada lavrador produza uma certa quantidade de mamona, o que dará, seguramente, mais de mil litros – 1.125 litros, segundo os números do professor Expedito – de óleo diesel a partir de duas toneladas de mamona. Então, um hectare – essa é a parte agrônômica que, naturalmente, o professor não abordará. Trata-se de um conjunto de operações: eles trabalham na área técnica, e nós, na área agrônômica.

Portanto, o que estamos fazendo? Cada lavrador que teve uma roça e a perdeu agora usará esse dinheiro. Ele utilizará a mesma roça. Não vai quebrar outro mato e não será mais um predador, mas permanecerá com roça que ele cultivou, a última. E nessa roça, ele irá, todos os anos, plantar no mesmo lugar.

Por quê? Vi isso em Israel, na areia. Como é que nós, aqui, não podemos plantar?

Resumindo: vamos colocar 100 mil lavradores do Piauí, que estão inscritos, na frente de emergência. Eles plantarão uma roça de 1 hectare, que é a roça em que ele plantou feijão, milho e mandioca e não deu nada. Ele agora vai plantar mamona e feijão. A terra será adubada, e a semente, selecionada. Ele terá uma tonelada de feijão por hectare e duas toneladas de mamona. Portanto, quando ele acabar de colher a mamona, vamos transformar o pé da mamona em adubo orgânico. Isto é, transformar celulose em adubo orgânico não é qualquer um que faz! Para isso, deve-se usar bactéria.

Existe um sistema, do qual já temos conhecimento e cuja tecnologia dominados, que é a seguinte: o lavrador plantará a mamona e o feijão, vai colhê-los e, no fim – já que a **TV Senado** está veiculando isso para o Brasil inteiro, e eu já fiz essa referência e vamos repeti-la agora –, em cada hectare, o lavrador terá 15 toneladas do pé de mamona, de matéria seca. Para isso, usando as bactérias adequadas, ele terá sete toneladas de adubo orgânico. Isto é, ele deixa 2 toneladas para transformar a sua terra em fértil e vende 5 toneladas a R\$0,30.

O Brasil não tem adubo orgânico. Se cada lavrador do meu Estado produzir 7 toneladas, cem mil lavradores produzirão 700 mil toneladas de adubo orgânico. Isso significa uma economia de 50% do NPK importado.

Eu queria fazer esses registros para dizer: cem mil este ano, se Deus quiser. No ano que vem podem ser 200 mil.

É uma maneira de manter o homem no campo e um bom relacionamento entre ele e o proprietário da terra, porque haverá um contrato entre o lavrador e o proprietário. Com isso, faremos praticamente uma reforma agrária sem lutas, distúrbios, invasões, nada, porque haverá uma harmonia entre o lavrador que irá plantar e o proprietário da terra.

Naturalmente, ele terá 2 hectares. Nós fizemos os nossos cálculos: com 2 hectares, o lavrador terá uma renda mensal da ordem de R\$600,00. Isso foi testado. Fizemos essa experiência em laboratório que nós criamos em Teresina, no terreno da Embrapa.

Meu caro companheiro Paulo Souto, o seu Estado é privilegiado por várias razões, mas ali também há uma parte do semi-árido; com certeza, uma grande parte. Então, eu me coloco à disposição dos companheiros, principalmente do nosso Engenheiro Cambraia, o grande Prefeito de Fortaleza, dizendo

que V. Ex^{as} ouvirão um dos cérebros mais privilegiados deste País, o Professor Expedito Parente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Senador Alberto Silva.

Convido a Dr^a Suani Coelho e o Dr. Expedito Parente para tomarem assento à mesa.

Iniciaremos as exposições pela Dr^a Suani, que terá um tempo de 20 minutos para sua exposição. Antes, informo aos expositores que esta reunião está sendo transmitida ou gravada pela **TV Senado**.

Concedo a palavra à Dr^a Suani Coelho para sua exposição. Pode usar o retroprojetor.

A SRA. SUANI COELHO – Boa tarde a todos. Eu queria, antes de mais nada, agradecer o convite da Comissão para estar aqui presente. Cumprimento o Sr. Presidente, os demais presentes, o Professor Expedito e expresso o meu prazer por estar nesta Casa.

Inicialmente, faço uma rápida apresentação do que fazemos.

O Cenbio é o Centro Nacional de Referência em Biomassa, criado dentro da Universidade de São Paulo, no Instituto de Eletrotécnica e Energia, por meio de um convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo e uma Organização Não Governamental Sobre Biomassa.

O Cenbio existe há aproximadamente 5 anos. Oficialmente, foi criado em 1996 e, desde então, vem trabalhando para incentivar políticas e tecnologias eficientes de biomassa no País.

Nós temos trabalhado, ao longo desse tempo, procurando acompanhar os projetos de biomassa que vêm acontecendo no País não só em universidades e institutos de pesquisa e disseminar essas informações, mas também trabalhar no levantamento e na elaboração de propostas de políticas para o aumento da participação da biomassa na matriz energética.

Então, sem me alongar, eu gostaria de, dentro dessa exposição, enfatizar especificamente um trabalho que estamos realizando agora, a pedido do Ministério de Minas e Energia, do Ministério de Ciência e Tecnologia e da Agência Nacional de Energia Elétrica, e que está permitindo também a elaboração de um documento que deverá apresentar uma série de propostas de políticas não apenas conjunturais, que colaborem com a oferta de energia atualmente no setor, mas também estruturais, que façam com que essa oferta de energia permaneça na nossa matriz energética.

Vou dar ênfase a esse trabalho feito por nós, que está justamente permitindo o levantamento das dificuldades, das barreiras ainda existentes.

Vou deixar de mencionar, com maiores detalhes, todo o potencial de geração de energia com biomassa no País. Citarei alguns números, que já são do conhecimento de todos. Temos, só no setor sucroalcooleiro, 4 mil megawatts de potencial a ser gerado; temos, com resíduos agrícolas, 18 mil megawatts País que, de uma forma geral, não são utilizados; temos 1.500 megawatts no setor de papel e celulose. Passo às mãos do Presidente da Comissão uma publicação que fizemos, que foi patrocinada pela Aneel, onde consta todos esses números aqui mencionados.

Sr. Presidente, basicamente, o que procuramos descobrir com este trabalho – o qual apresentaremos rapidamente – é o que está acontecendo com a biomassa no País? Quais são os principais projetos em execução? Eles realmente estão sendo executados? Caso esses projetos não estejam sendo colocados em prática, quais as dificuldades para tal? Para detectarmos isso, estamos terminando um levantamento, que fizemos junto a todas as usinas do País, praticamente, onde levantou-se toda a parte de informações técnicas e econômicas referentes ao seu potencial de geração de excedentes e também comparando esses projetos que estão em andamento com o potencial técnico que poderia ser alcançado.

Uma das informações que estamos em via de concluir é justamente a perspectiva de geração de excedentes do ponto de vista da usina. Ou seja, qual é o potencial para a geração de energia a curto, médio e longo prazos. Como disse, ainda não temos os dados totalmente consolidados, estamos trabalhando para isso, mas já temos alguns resultados preliminares que permitem uma discussão em cima deles para que possamos fazer algumas considerações a respeito das necessidades de políticas para que eles efetivamente aconteçam.

Sr. Presidente, esta é uma tabela de projetos aprovados até o dia 13 de julho de 2001, no BNDES, a partir do programa de incentivo à co-geração com financiamentos para o setor sucroalcooleiro.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para o final desta tabela onde comparamos o excedente previsto nesse grupo de projetos com o que poderia efetiva e tecnicamente ser obtido com a biomassa disponível nessas usinas. Por exemplo, neste grupo de usinas que entraram com esses projetos vamos ter um excedente gerado da ordem de 150 megawatts, quando teríamos um potencial técnico, viável, efetivo de até 320. Portanto, mais do que o dobro. Se olharmos este outro

grupo de usinas que se referem não mais a projetos no BNDES, mas a contratos de venda com concessionárias no País, são dados que já temos levantado, observamos que a potência excedente ofertada nesse grupo de usinas é de 160MW e teríamos um potencial técnico efetivo, viável de 463MW.

Se consolidarmos o grupo de informações que temos, ainda são preliminares, não o total do País, temos uma geração prevista de 524MW, nesse grupo de usinas que estou mencionando aqui, e um potencial técnico viável de 1100MW. Então, a essa altura, surge a seguinte pergunta: ora, tem-se falado, frequentemente, inclusive na mídia, sobre a expansão dos projetos no setor sucroalcooleiro, sobre o interesse de projetos do setor sucroalcooleiro na geração de eletricidade, e estamos justamente aqui procurando fazer uma análise crítica, isenta, do ponto de vista do País sobre o que está acontecendo e o que poderia estar acontecendo. O que estamos percebendo é que, realmente, há um número significativo de projetos que estão sendo iniciados e submetidos, inclusive, para solicitação de financiamento, porém, estaremos viabilizando uma geração de excedentes muito inferior àquela que poderia ser viabilizada. Quando eu digo aquela que poderia ser viabilizada, estou mencionando tecnologias que existem no mercado nacional comercializadas, produzidas por fabricantes nacionais e disponíveis para investidores interessados, evidentemente; não estou me referindo a tecnologias ainda em desenvolvimento, coisas ainda em bancada de laboratório de universidade. Então, eu gostaria de deixar claro que esse potencial que estamos usando para comparação corresponde a tecnologias comercializadas no País e disponíveis.

E por que isso não está acontecendo? Porque realmente o que se tem verificado é que a nossa legislação do setor elétrico e as políticas ainda existentes, apesar de terem avançado bastante, em relação ao passado, e terem significado um progresso, se é que se pode dizer assim, no incentivo às energias renováveis, ainda não têm condições de incentivar as tecnologias mais eficientes no País, como seria desejável para o País como um todo.

Em cima desses levantamentos e a partir, inclusive, de contatos e conversas com os interessados, poderíamos mencionar algumas propostas de políticas, quais sejam as propostas do Centro de Referência, do (?), para a implementação da biomassa como fonte de energia. Diga-se de passagem, que essas propostas, apesar de estarem apresentadas no contexto do setor sucroalcooleiro, referem-se e podem ser viáveis de aplicadas, e são necessárias, para to-

dos os projetos envolvendo biomassa, não somente no setor sucroalcooleiro mas também setor de papel e celulose, setor de arroz, no Rio Grande do Sul, que é um setor que conhecemos também bastante de perto, setor sucroalcooleiro não somente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, mas também na Região Nordeste do País. São propostas absolutamente amplas para a biomassa como fonte de energia.

Vou mencionar uma por uma, e vou falar rapidamente sobre cada uma, para procurar ficar dentro do tempo que me foi concedido.

A questão da obrigatoriedade de compra do excedente vem sendo discutida no País há bastante tempo, e justamente o que se propõe é que haja essa obrigatoriedade para que justamente haja a possibilidade de oferta dos contratos de longo prazo para o gerador, para, até com base nesse contrato, ele possa ir ao BNDES pedir o financiamento. Hoje em dia, um dos pré-requisitos do BNDES para dar os financiamentos aos investidores nessa área é que haja um contrato de longo prazo para a venda de excedente, de 10, 15 anos. Então, isso é um pré-requisito do próprio BNDES, porque, muitas vezes, existe dificuldade de que ele aconteça.

Essa questão do efetivo cumprimento da Resolução nº 170 da Aneel é um detalhe técnico, mas importante, que tem esbarrado freqüentemente na interligação dos interessados em geral excedente com a rede do setor elétrico, permitindo a venda do excedente.

Com relação a essa questão da definição do preço mínimo de compra competitiva, mais adiante vou mencionar uma simulação que fizemos, demonstrando que o que está acontecendo atualmente é que, pelo fato do preço da venda que está sendo ofertado pelas concessionárias ser um preço de venda mais baixo, o que está se viabilizando é a implementação de tecnologias menos eficientes. As tecnologias mais eficientes são mais caras, elas ainda não têm uma viabilidade econômica tão fácil no País, então, têm tecnologias mais caras e precisam de um preço de venda mais elevado para ser vendido. Como esse preço não está sendo ofertado pelas concessionárias – porque não é de seu interesse – elas não estão viabilizando essas tecnologias mais eficientes.

Falarei alguma coisa sobre as linhas de financiamento do BNDES, as existentes e as propostas. Gostaria de chamar a atenção, nesta transparência, principalmente para este quarto item, que é a isonomia com as políticas de PCHs, que são as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Por força de lei, existe uma série de vantagens para o gerador de eletricidade com

PCH, como, por exemplo, isenção em 100% das tarifas de pedágio para o uso da transmissão no setor elétrico. Isso existe apenas para PCH e seria interessante, até pelo princípio da isonomia, que fosse estendido a outras formas de energias renováveis.

Mencionando o que eu estava falando a respeito das viabilidades econômicas – essa foi uma simulação que fizemos, mas não vou entrar em maiores detalhes técnicos, porque seria até enfadonho –, quando trabalhamos com as taxas de juros que são atualmente ofertadas nos programas de financiamento do BNDES, só conseguimos viabilizar as tecnologias de menor eficiência. As tecnologias mais deficientes, em muitos casos, apresentam taxa interna de retorno negativa, portanto, não viabilizam as tecnologias mais eficientes, a atual taxa de juros e o atual preço de venda ofertado pela eletricidade excedente.

Por outro lado, quando, nessa simulação, nós trabalhamos com a nossa proposta de taxas de juros decrescentes para tecnologias mais eficientes, à medida que tenho tecnologias mais eficientes, tenho uma menor taxa de juros, à medida que eu tenho uma tecnologia mais eficiente eu possa ter um maior preço do excedente gerado, eu consigo viabilizar, mediante a taxa interna de retorno, as tecnologias mais eficientes.

É claro que estamos fazendo essa análise do ponto de vista global do país. Num relacionamento entre a concessionária e um co-gerador, em toda essa discussão econômica, cada um está vendo os seus interesses pessoais, evidentemente o que é lógico para todos os envolvidos. Porém, o que está acontecendo efetivamente agora é que, dentro dessas regras que estão acontecendo no mercado, só estão se viabilizando as tecnologias menos eficientes.

Por isso, nessas nossas sugestões, a partir da proposta atual de financiamento do BNDES, que é TJLP mais 1%, mais 2,5%, estamos fazendo as seguintes propostas:

1. Que haja um incentivo à implantação de projetos mais eficientes; que seja realmente analisada uma proposta de redução das taxas de juros, visando à implementação de projetos mais eficientes de geração de energia com biomassa.

Essas políticas que estamos apresentando aqui são semelhantes às políticas existentes na Índia, onde eu particularmente, tempos atrás, tive a oportunidade de visitar e conhecer de perto a política existente no setor elétrico daquele país. Essa idéia veio a partir da experiência conhecida na Índia e que, certamente, está tendo resultados bastantes positivos naquele país. A Índia, no início deste ano, já tinha uma

capacidade de geração de excedentes no setor sucroalcooleiros da ordem de 300 megawatts, enquanto que, naquela época, no Brasil, tínhamos apenas 100 megawatts sendo vendidos. A Índia tem a mesma produção de cana que o Brasil, tem a mesma quantidade de biomassa na produção de cana.

Finalmente, ainda dentro dessa linha de proposta de sugestões, uma outra questão que acontece principalmente em projetos de pequeno porte, muitas vezes, não no setor sucroalcooleiro, que são projetos maiores, mas no setor de arroz, usando casca de arroz e de resíduos de madeira é que, em muitos casos, existe o problema da operação direta com o banco. Na maior parte dos casos, esses empréstimos abaixo de R\$7 milhões não são feitos em operação direta com o BNDES; eles são a cargo de representantes e outros bancos, agentes financeiros. Pelos altos custos transacionais, ex-agentes financeiros acabam não se interessando em analisar esses projetos. Tivemos a oportunidade, inclusive, de ouvir esse depoimento dos próprios agentes financeiros, reconhecendo que para eles não é interessante ficar bancando esses custos transacionais para analisar projetos de pequeno porte.

Essa questão de operação direta com o banco e de juros e taxas aplicáveis podem permitir que se aproveite melhor a extensa gama de opções tecnológicas para co-geração existente no país, não somente no setor sucroalcooleiro, mas em todos os setores envolvidos, como mencionei antes. Em particular, esse bônus, essa eventual redução nas taxas de juros dos financiamentos poderá servir como uma política de incentivo a essas tecnologias mais eficientes.

Essas propostas foram encaminhadas pelos (??), em correspondência do Professor José Goldemberg, Presidente do nosso Conselho, ao Ministro Pedro Parente, da Câmara de Gestão e Energia Elétrica, em julho deste ano. Estamos agora justamente terminando esse estudo, onde essas propostas vão estar novamente incluídas, que é o chamado Projeto Bio.com., enviando esse trabalho ao Ministério de Minas e Energia, Aneel e ao MCT.

Também em julho deste ano, foi encaminhado ao Ministro Pedro Parente, pelo nosso Presidente do Conselho, Professor José Goldemberg, uma outra proposta com uma minuta de resolução para a compra obrigatória de energia a partir da biomassa em tudo semelhante à proposta recentemente implementada, a chamada Pró-eólica, comprando energia de geradores eólicos, até pelo fato de, por isonomia, serem energias renováveis igualmente importantes para a matriz energética brasileira.

Sem querer passar muito do meu tempo, visto que seria simplesmente uma apresentação bastante rápida, estou à disposição para maiores discussões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Dr^a Suani.

Concedo a palavra ao Dr. Expedito Parente para a sua exposição.

O SR. EXPEDITO PARENTE – Sou primo em terceiro grau do Pedro Parente.

Quero me deslocar para o outro lado porque vou efetuar algumas projeções do computador. Tenho algumas fotografias, alguns dados, algumas curvas para mostrar.

Enquanto se ajusta aqui, gostaria de referenciar o Presidente da Mesa, Dr. Cambraia, ex-Prefeito de Fortaleza, o Senador Paulo, a conferencista, Dr^a Suani, que já conhecia de nome pelo trabalho que realiza, excelente, e aos demais presentes, Deputados e Senadores. Esta é a segunda vez que venho aqui, primeiro à Câmara e, agora, ao Senado. Na primeira vez, vim há 21 anos falar sobre este mesmo tema, estamos repetindo. Então, eu gostaria de agradecer o convite.

Eu queria começar fazendo uma rápida retrospectiva dos antecedentes dessa tecnologia no Brasil. Em 1973 a humanidade começou a se preocupar com energia. A quadruplicação do preço do petróleo, naquela época, fez com que todos nós passássemos a nos preocupar mais com energia. Foi o início da preocupação. Então, havia dois esforços: um, de conservação, ou seja, economizar energia, e outro, de pesquisa para propor soluções e sistemas.

O Brasil, então, entrou com o Programa Nacional do Alcool, que se apresentava-se como algo extremamente ambicioso, com metas extremamente ambiciosas, que veio para resolver uma crise que existia no setor sucroalcooleiro, com os baixos preços do açúcar no mercado internacional.

No Ceará, existia um grupo de pesquisadores, que formaram o Núcleo de Fontes Não-Comerciais de Energia, que passou a estudar diversas fontes alternativas de energia. Mas isso se diversificou muito, abriram-se muitas frentes. Este foi um dos pecados, entre os diversos acertos, que esse grupo teve. Eu preferi sair dessa raia do álcool e entrar mais na questão do óleo. Então, foi nessa altura que concebemos o biodiesel, no ano de 1978. Foi a primeira vez, no mundo, que se concebeu essa tecnologia.

Para agilizar esse programa, criamos uma empresa, a Proerg, Produtora de Sistemas Energéticos Ltda., que, associada à universidade, deu agilidade a

esse projeto, que teve apoio, inclusive, da Finep e do Ministério da Aeronáutica.

O CTA assumiu uma função extraordinária, porque, à época, como ainda hoje, possuía alta competência na área de testes, de motores, de combustíveis, etc. E os nossos parceiros fizeram os testes desses combustíveis que estávamos ensaiando. Houve uma espécie de acordo, porque o Ministro Délio, que se empenhou nesse projeto, não se sentia à vontade em estar apoiando um projeto exclusivo para diesel, porque isso não é do interesse da Aeronáutica. O interesse da Aeronáutica é pelo querosene de aviação.

Então, com relação a uma família de óleos vegetais, como por exemplo a dos óleos laurídicos, verificamos que poderíamos transesterificar esse óleo, sendo que, com as frações mais leves, faríamos uma separação, uma destilação e obteríamos um querosene de aviação.

Assim, propusemos um querosene de aviação. Foi assim que conseguimos a adesão e o apoio integral do CTA, do Ministério da Aeronáutica.

Realizamos a patente PI-80 "qualquer coisa". Foi a primeira patente no mundo nessa área de combustível biodiesel. Patentamos não só o querosene, mas o combustível. Essa patente já está vencida, não tem mais valia hoje.

Em 30 de outubro de 1980, fizemos um lançamento nacional do biodiesel em Fortaleza. Esse lançamento foi presidido por Aureliano Chaves, que era o Presidente da República à época. Estiveram presentes em Fortaleza muitas autoridades, incluindo todos os diretores e fabricantes de motores a diesel do País.

No dia 23 de outubro de 1983, "Dia do Aviador", decolou a primeira aeronave de São José dos Campos em direção a Brasília. Aqui em Brasília, esse avião sobrevoou a base aérea, a base militar de Brasília, e houve um fato muito curioso: o então Presidente da República, João Baptista Figueiredo, chegou atrasado à solenidade. O avião ficou sobrevoando, e o comandante disse à torre de controle que, se o Presidente não chegasse logo, o avião cairia, não devido ao querosene vegetal, mas por falta dele. Foi um fato curioso.

Logo em seguida, declaramos o aborto do biodiesel no Brasil. Não houve apoio, o Programa Nacional do Álcool teve uma ênfase muito grande. Todos os investimentos foram para o setor alcooleiro, que tinha um **lobby** político muito importante. A maior parte dessa gente era composta de antigos senhores de engenho. Os usineiros já tinham uma vocação mais aprimorada para viver com os grandes financiamentos.

Dessa forma, não restou nada para o biodiesel, apesar de suas grandes vantagens. V. Ex^{as} sabem que o biodiesel é um combustível produtivo: serve para transporte de massa, de carga, e o óleo vegetal não invade a fronteira agrícola, alimentar. Há uma convivência com o setor de alimentos. Apesar disso, foi abortado o biodiesel no Brasil em 1983.

Por outro lado, considerando a atual situação do mundo, a Alemanha já tem 800 postos de combustível usando biodiesel. A partir de 1990, esse assunto ressurgiu na Europa. A França é o maior produtor mundial de biodiesel, com cinco fábricas grandes; lá estão sendo misturados o biodiesel com o diesel mineral. Na Austrália, está sendo implantado um programa muito importante de biodiesel, com a mesma envergadura do Proálcool no Brasil. Nos Estados Unidos, está havendo toda uma preparação para o ingresso do biodiesel na sua economia. Então, o seu uso está se disseminando em todos os cantos.

Com relação aos aspectos tecnológicos da produção, para obtenção do biodiesel, faz-se a reação de um óleo vegetal ou animal – pode também ser feita de óleos animais – com álcool metílico ou etílico e que produz esses ésteres metílicos ou etílicos. E esse é o combustível. E gera glicerina, ou seja, glicerol, que é um insumo para a indústria química. Essa é a reação principal. Existem outras reações: algumas delas são desejáveis; outras devem ser evitadas exatamente por conta de rendimentos na ação principal. Enfim, em síntese, o biodiesel é um óleo sintético, fruto da reação de um óleo vegetal com álcool etílico ou metílico.

A parte reacional do sistema era uma planta em Fortaleza que produzia cerca de 200 litros por hora. A planta funcionava em Fortaleza. Essa planta foi desmontada. Era é uma parte do conjunto. Tinha um sistema de purificação, um sistema de destilação para fazer o querosene etc.. Produzimos mais de 300.000 litros com uma planta semelhante a essa na época só para testes de óleo diesel vegetal; e fizemos cerca de outros 300.000 litros de querosene de aviação. A planta que vem aí é uma planta contínua, é a parte reacional contínua e que estamos reeditando em Fortaleza. É uma unidade toda automatizada, de alta tecnologia e que vamos propor já. Em torno de 60 a 90 dias, ela estará pronta, funcionando no Lutec Enrolamento de Motores Elétricos, uma instituição do Estado do Ceará. Essa é a parte reacional da planta, um sistema extremamente interessante. Infelizmente, não dá tempo para explicar, pois o fórum não é mais para isso. A planta será abrigada nesse prédio, que é uma estrela. Cada ponta da estrela vai ter uma fun-

ção, um projeto futurístico extremamente econômico, porque a estrutura é espacial e extremamente leve e tem uma vista frontal. Essa é a planta que vamos fazer.

Vamos implantar duas unidades dessas. Uma em Fortaleza, que é a unidade mais universal, processo contínuo etc.; e uma em Teresina, uma planta, vamos dizer assim, dedicada à mamona, para animar um sistema integrado que vai ser implantado lá pelo Senador Alberto Silva. Ele está movimentando a comunidade para plantar mamona e vamos animar todo esse sistema com uma planta desse tipo, de 1.000 litros em 8 horas. A nossa vai ser de 2.000 litros e vai ter outras características, além da produção simples. Queremos que seja de referência nacional a nossa planta de Fortaleza.

Já tivemos contato com algum biodiesel. As restrições ao uso do biodiesel se dá quando há problemas na reação: quando tem sabão, quando tem glicerina dentro do óleo, o que gera problemas nos motores, nos lubrificantes. Então, o biodiesel tem que ser bem feito e com critério. O biodiesel é obtido de qualquer óleo vegetal; com qualquer óleo vegetal se produz biodiesel. E, quando adequadamente produzido, pode ser utilizado em qualquer motor do ciclo diesel.

Essa foi a conclusão que tiramos de uma experiência que fizemos durante muito tempo. Nós o usamos puro e misturado a óleo diesel. Quando misturado a óleo diesel, há umas vantagens na mistura. Essas vantagens estão sendo melhor estudadas nos Estados Unidos. Ainda não tivemos oportunidade de rever isso, porque são coisas mais modernas, mais recentes. O biodiesel, quando misturado ao diesel a 20%, elimina os venenos do diesel, as mercaptanas, que estão envenenando principalmente nos grandes centros. A propósito disso, gostaria de fazer uma ressalva. Os veículos que estão rodando nas grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, andam fora do regime de trabalho, ou seja, sempre acelerando ou desacelerando, o que faz com que seja jogado na atmosfera grande quantidade de combustível não queimado. Esse diesel tem muitos mercaptanas, produtos orgânicos que contêm enxofre, e são venenosos e cancerígenos. É terrível o envenenamento que está acontecendo nas grandes cidades.

Os Estados Unidos estão preocupadíssimos com esse problema. Fizemos o teste com o biodiesel, que estão chamando de B-20 – 20% de biodiesel, o resto é diesel mineral. Com isso, estão eliminando o problema da presença de mercaptanas e de produtos cancerígenos na atmosfera dos grandes centros.

Houve um recente trabalho, muito interessante, com os ônibus amarelos americanos. Existe lá uma comissão de segurança ambiental, extremamente hostil sob o ponto de vista de emissões, que recomendou o uso do biodiesel. Esse recente estudo tem cerca de 60 dias: misturar o biodiesel com o diesel mineral para melhorar a condição ambiental dos ônibus amarelos de transporte escolar.

Essa é a parte mais importante. Fizemos uma série de reflexões sobre as potencialidades brasileiras do biodiesel. Cada região do Brasil tem uma motivação.

Na região Amazônica, a motivação vem do conceito das ilhas energéticas. Na Amazônia, é gasto o equivalente a três litros de diesel para levar um para aquelas comunidades remotas. Então, a produção local de biodiesel por essas comunidades poderia ser uma solução não só para a energia elétrica dessas regiões como também para as embarcações, o transporte de veículos nessas ilhas energéticas. As potencialidades lá seriam as palmáceas oleaginosas, tudo dentro do extrativismo, sem mexer com o meio ambiente. Essa é a motivação da região Amazônica.

Já fizemos um estudo com vários desses óleos amazônicos, que são espetaculares. O melhor biodiesel é feito com óleos de palmeiras – Dendê, babaçu, tucuru;?? existe uma série de nomes indígenas.

A grande motivação do biodiesel no Nordeste é a geração de renda rural. Conforme o Dr. Alberto falou assim que chegou, o que o inspirou a promover a mamona foi exatamente a promoção de renda rural. É bom saber que lá no nordeste semi-árido o algodão era uma excelente oportunidade de geração de renda que existia no passado. Hoje, com os problemas de doenças do algodão, o algodão praticamente acabou no nordeste semi-árido. A mamona recentemente é estudada inclusive no Centro Nacional de Pesquisas do Algodão da Embrapa e já foram desenvolvidos clones de alta produtividade.

Baseados nesses estudos da Embrapa, acreditamos que a mamona seja uma excelente oportunidade de geração de renda no semi-árido. No nordeste semi-árido, existe mais de um milhão de meio de famílias de miseráveis, que têm uma renda mensal inferior a R\$50,00, ou seja, vivem em condição de indigência. Então, a mamona seria uma oportunidade de gerar renda, pois tem quase 47% de óleo. A torta da mamona pode ser um excelente adubo, como também, desintoxicada, pode servir de ração.

As pesquisas indicam que a folha da mamona serve para alimentar o bicho-da-seda, o que poderá constituir no futuro – não digo hoje, porque o pessoal

do mundo agrônomo ainda não tem estudos suficientes sobre isso – uma renda adicional para as famílias que trabalham com mamona. Não posso garantir nada, porque não é a minha área, mas a África do Sul e outros países têm feito experimentos com a criação de bicho-da-seda. Depois, voltaremos a falar sobre a mamona.

Na região centro-sul, há muitas variedades de culturas. São muitas possibilidades com culturas temporárias, como a soja, o amendoim, etc. A partir desses produtos, pode-se produzir biodiesel. A grande motivação é a melhoria das emissões nos grandes centros urbanos e deverá ser o carro-chefe na região centro-sul. Na região Sul, a motivação é mais a questão de acertos mercadológicos.

Toda oleaginosa é composta de duas porções. Há uma porção protéica – ração, alimento, para animal e para o homem – e também a função oleosa – óleo comestível ou outras alternativas da oleoquímica. A demanda pela parte protéica tem crescido com muito mais rapidez e vigor que a demanda do óleo.

Há uma distorção de demandas dessas duas partes, fazendo com que o valor do óleo de soja caia no mercado internacional. Chegou a haver uma queda de 3% em valores reais ao ano. O óleo de soja produzido em algumas regiões do Brasil já é competitivo para a produção de biodiesel. Trata-se de uma questão de acerto mercadológico. Essa é a motivação da região do Cone Sul – Paraná, Santa Catarina, etc.

Criamos um programa de impulso e difusão tecnológica no Nutech. Trata-se de um programa bastante arrojado, o qual tive a felicidade de coordenar. Há vários projetos. O primeiro refere-se a essa planta piloto de Fortaleza, que deverá ser uma planta de excelência. O projeto dois trata de uma planta piloto de Teresina, uma planta dedicada exclusivamente à mamona e com características que visam animar um processo agroindustrial integrado com pequenos produtores rurais.

Temos uma concepção com a qual ainda não estamos trabalhando. Vamos deixá-la para o futuro. Trata-se de uma planta piloto na Amazônia, cujas diversas variedades são processadas numa charrua, numa embarcação itinerante, por comunidades extrativistas remotas, isoladas nas ilhas energéticas. Esse é um projeto que está todo concebido, porém nos falta tempo e parceiros para iniciá-lo.

O projeto quatro refere-se a uma pesquisa, uma extensão, uma melhoria, um aperfeiçoamento nessa reação que chamamos de transesterificação supercrítica. É um processo em que se tem a reação em poucos segundos. Estamos estudando preocupados

com a questão mercadológica dos produtos oleoquímicos, porque isso vai gerar um impacto muito sério. Já temos delineados alguns projetos de pesquisas dentro da área gliceroquímica, porque a glicerina representa 10% da produção de biodiesel. Coloca-se 10% em álcool e retira-se igual quantidade em glicerina, isso faz com que se esse projeto demarrar com grandes quantidades de produção vai sobrar glicerina no mercado internacional.

Então, temos que fazer alguma coisa. Já delineamos alguns projetos de pesquisa para usar essa glicerina como se usa na petroquímica, ou seja, na produção de plástico a partir da glicerina. Essa é uma linha dos grandes mercados. Temos que desenvolver grandes mercados, porque o mercado energético é enorme.

Numa análise econômica feita recentemente, apresentaram-se duas situações. A primeira mostra a obtenção de um crédito da glicerina ao preço de mercado hoje. Essa glicerina loura está hoje em torno de oitenta centavos de dólar o quilo, e sairia, a um preço futuro, por metade desse preço, ou seja, a quarenta centavos de dólar o quilo. Esse preço em real variaria com o preço do óleo vegetal, ou seja, entre duzentos e trezentos dólares. O preço do óleo de soja hoje está entre duzentos e duzentos e cinquenta; o menor, duzentos, e o maior, duzentos e cinquenta.

Achamos que é possível produzir óleo de mamona a duzentos e cinquenta dólares a tonelada. E esses preços, com R\$1,00 a US\$2,65, ficam muito apertados para o Brasil ainda. Quanto a isso, cabe uma observação. No Brasil, o preço do diesel é o mais barato do mundo e custa trinta e sete centavos de dólar o litro na bomba. Na Europa, custa entre oitenta e noventa, duas vezes e meia a mais do que aqui. Então, a nossa intenção é exportar, para podermos privilegiar o trabalhador rural, pagando melhor a produção de mamona. Estamos negociando com a Itália, por enquanto, no sentido de exportar biodiesel de mamona. Com isso, teremos condições de patrocinar melhor o trabalhador rural, porque o preço de lá é duas vezes e meia o preço daqui.

Por que o nosso preço é baixo? Porque a nossa estrutura modal de transporte brasileira é toda distorcida. Mais de 80% do nosso transporte de carga é feito em rodovias, e rodovias de péssima qualidade em termos de transporte. Então, se considerarmos litro de consumo de diesel por quilômetro transportado e tonelada de carga transportada, esse transporte rodoviário consome quatro vezes mais do que o transporte hidroviário e seis vezes mais do que o transporte ferroviário. Se a nossa estrutura de transporte aqui

fosse igual à da Europa, não precisaríamos importar diesel – importamos cinco bilhões de litros de diesel por ano por conta dessa distorção

Além do mais, muito do petróleo importado é para produzir diesel. Isso ocorre por conta dessa distorção. Para se ter uma idéia, na Europa, somente 25% das cargas são transportadas via rodoviária; e, no Brasil, de 80% a 85%, variando de ano a ano. Então é uma distorção muito grande, apesar de que toda a nossa produção e consumo estar na costa. E ainda se adentra nos rios, há o Amazonas, o rio Parnaíba, o São Francisco participando, mas, apesar disso, o nosso transporte hidroviário é praticamente zero.

Apresentei as curvas para as duas situações. Essa curva em real, essa curva de cima vem a ser exatamente com o crédito da glicerina a quarenta centavos, e a curva de baixo com o crédito da glicerina a oitenta centavos. Fizemos essas outras curvas com base em dólar. Vou mandar uma cópia desse relatório para os senhores. Todo esse estudo, inclusive as folhas de cálculo etc. para vocês. Então, fizemos umas parcerias nesse projeto. No Ceará, com a Secitece, Centec e CVTs, que são a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, o Centec e o CVT são instituições extraordinárias que ficam no interior. Essas instituições estão muito bem equipadas, não só de pessoal como de equipamento. Inclusive, estamos prestando apoio em fabricação de equipamentos. Temos a OFC. Estou com um laboratório lá, fazendo alguns estudos. A (?) do Piauí vai abrigar aquela unidade de mamona; a CEPISA, Companhia Energética do Piauí, vai patrocinar, com o apoio da Aneel, a unidade de Teresina, a prefeitura já está nos ajudando lá; a Copi, nessa feira lá do Rio de Janeiro, essa instituição estamos muito próximos uns dos outros, a parte mais ambiental, etc., eles vão dar essa cobertura; a Escola de Química, tenho lá dois ex-colegas meus de Faculdade, porque a minha origem está ali, que estão colaborando conosco em alguns estudos que estão sendo realizados nos laboratórios lá. Então, esse grande número de instituições está trabalhando nessa plataforma de fusão.

Finalmente, segundo prometi ao Deputado Sérgio Novaes, são sugestões de política que, a nosso ver, poderiam facilitar a implementação desse programa de biodiesel. Primeiro, a isenção de impostos em toda a cadeia produtiva do biodiesel. Acho que isso seria bastante interessante para poder viabilizar. Outro, é a criação de fundos para a produção de energias limpas.

Esse Tratado de Kyoto já está sugerindo, ele vai ser regulamentado, possivelmente agora, em Marrocos, e eles vão estabelecer taxas de emissões de CO². Aí cabe uma observação muito interessante: cada tonelada de petróleo queimado gera duas toneladas de CO². Estima-se que isso seja taxado em US\$30 a tonelada de CO². Isso é um valor perspectivo. Eles vão formar um fundo para energia limpa.

Uma coisa muito interessante: a biomassa não tem isso. Qualquer combustível da biomassa, seja o álcool, seja o diesel, tem crédito, porque, antes de o combustível existir, houve a parte agrônômica que captou CO² da atmosfera, trocando por oxigênio. Ou seja, aquele CO² que queima lá na frente já é absorvido antes. No caso da mamona, a Embrapa diz, segundo estudos de balanço de energia, dia que, para cada quilo de CO² queimado, como o de biodiesel, você tem um crédito de oito quilos de CO² na agricultura. A mamona absorve, realmente, muito CO². É diferenciado, é atípico.

E a implantação de um sistema industrial modelo adotando-se como base a mamona. Acho que esse esforço de motivação social tem que ser bem visto, tem que ser bem estudado. É papel dos homens públicos ver essa questão com mais seriedade, estudá-la com mais propriedade. Talvez seja preciso juntar nossas competências para estudar isso com mais profundidade, fazer um trabalho bem responsável. Penso que valha a pena pensarmos um pouquinho nesse trabalhador rural de baixa renda. Evidentemente, a criação de um programa de financiamento agroindustrial preferencial para o biodiesel. E, no quinto item, maiores inversões em estudos e pesquisas nos entornos do biodiesel.

Várias coisas precisam ser estudadas não no combustível em si, que já está bem estudado, mas na questão dos entornos: glicerina, a gente tem que estudar se podemos transformar isso em alguma coisa de grandes volumes, a pasta agrônômica, continuar melhorando esses clones que estão sendo propostos. Enfim, esses estudos e pesquisas, especialmente na área agrônômica e na área desses entornos, precisam ser resolvidos.

Era isso que eu queria apresentar.

Vou mandar a cópia para a Mesa, com mais propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Expedito Parente. Convido-o para retomar assento à mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Paulo Souto, para as suas considerações e questionamentos.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, na primeira palestra, pelo que eu pude aferir – não sei se percebi bem – o problema básico é que nós continuamos a usar tecnologias de má qualidade para obtenção de energia elétrica a partir dos resíduos, sobretudo de cana-de-açúcar, e que isso decorria principalmente porque as tecnologias eram viabilizadas pelo custo do capital no Brasil. É isso mesmo?

A SRA. SUANI COELHO – Sim.

O SR. PAULO SOUTO – Então, naturalmente essas tecnologias maiores exigem investimentos maiores, e aí o custo do capital torna esse processo pouco interessante para o empresário desse setor.

A SRA. SUANI COELHO – Não só o custo do capital, mas também o preço de venda do excedente e todas as condições de comercialização.

O SR. PAULO SOUTO – O problema básico hoje, portanto, seria um problema de – aliás não é muito diferente para a maioria das coisas no Brasil – de custo financeiro então?

A SRA. SUANI COELHO – Aspectos econômicos.

O SR. PAULO SOUTO – É, aspectos econômicos. De resto, podíamos ter então duplicada a produção a partir apenas desses resíduos de cana-de-açúcar.

A SRA. SUANI COELHO – Nós falamos em termo de custo.

O SR. PAULO SOUTO – De qualquer sorte, essa é uma questão sobre a qual nos debruçar. Claro que a política econômica tem suas regras, mas eu acho que há certos aspectos, e tem sido assim para tantos setores. Eu não vejo por que também não se encontrar uma adequação melhor para incentivar mais energias desses tipos, desde que se utilizem subprodutos, o que seria muito interessante.

Então é esse o ponto realmente que me pareceu mais forte nessa apresentação e que deve ser, portanto, objeto de nossa reflexão.

Quanto à segunda apresentação, eu gostaria de fazer um comentário anterior. Realmente, sem querer ser romântico – eu sei que nessa área às vezes nós somos acusados de certo romantismo –, acho que alguma coisa que viabilize uma atividade econômica forte no semi-árido nós temos que encarar com a maior atenção possível. O extremo seria mais ou menos dizer – não sei se o Senador Alberto Silva chegou a afirmar isso aqui, mas em conversa particular; segu-

ramente eu sei que esse assunto é discutível e essa palavra é meio estigmatizada – que subsídio seria melhor do que dar seguro renda ou cesta básica todo ano. Estou indo no limite. Não sei se é exatamente isso. Eu percebi, pelo que disse aqui o professor Expedito, que, para os custos do diesel no Brasil, nós estaríamos ainda na condição de produção que não justificaria, do ponto de vista estritamente econômico, a produção dessas unidades. Então, esse é um ponto a ser considerado.

Quero reforçar, dizendo que se admitirmos que isso poderia efetivamente gerar – e aí estamos falando basicamente na questão do semi-árido – uma atividade econômica, como produção de mamona, que eventualmente pudesse evitar os problemas de queda bruta de renda, que acontece seguidamente no Nordeste nos anos secos, eu acho que pelo menos – não estou defendendo imediatamente essa hipótese – é um assunto que deveria ser exaustivamente estudado para saber a resposta de quais seriam os limites de subsídios, ou de incentivos, ou do que quer que fosse que seriam possíveis para, inicialmente, se produzir uma forma desse tipo e depois, naturalmente, na medida em que se avançasse aqueles processos de valorização dos “subprodutos” que foram aqui colocados.

De modo que se eu tivesse que perguntar alguma coisa..., quer dizer, eu entendi que todas essas unidades, que são unidades-piloto – e essa é a pergunta que o senhor responderá depois – não vi ainda nenhum financiamento de organismos como, por exemplo, organismos federais porque, pelo que vi, são, praticamente, os Estados que estão sustentando, e acho que há alguma participação da Aneel. Este é um ponto. E há um outro ponto, que também pareceu-me extremamente importante nessa exposição, que são os aspectos de natureza ambiental com a mistura de 20% desse óleo – não é Professor? Então, eu sei que do ponto de vista econômico – e percebi isto aqui – há avanços a fazer como, por exemplo, na área sucroalcooleira. Basicamente é uma questão de juros. Parece-me até uma situação um pouco mais confortável para se poder resolver, mas no caso dos biodiesel, há o problema do custo de produção, tendo em vista ao que o senhor chamou de estrutura da produção de diesel no Brasil. Até o ponto em que sei, isto é subsidiado pela gasolina. Já existe um subsídio que até poderia ser deslocado para a produção do biodiesel. Então, eu acho que se eu tivesse algo sob o ponto econômico, seria um pouco de aprofundamento nessa questão, pois sei que talvez não possa ser feito no decorrer dessa exposição. Mas acredito que essa

questão da mamona é impressionante. Lembro-me que quando Governador do Estado – e nós estávamos com um problema no semi-árido – nós descobrimos simplesmente que a mamona não constava, enfim, daquela lista de preços mínimos que o Governo faz. Foi uma luta, na época, e eu consegui que o Banco do Nordeste fizesse um pequeno financiamento, e com isto nós reativamos duas indústrias de óleo de mamona na Bahia que estavam praticamente fechando, importando mamona, salvo engano, da Índia ou da China que são dois grandes produtores. Com relação à mamona – não sei se alguns aqui conhecem, muitos têm experiência no sertão – ele é quase visto como um seguro para o pequeno produtor. Ele tem muito menos sensibilidade à questão das chuvas e aqueles pequenos produtores guardam, praticamente, a mamona na sua casa, e no dia de fazer a feira, enfim, de comprar comida, ele vai e vende a qualidade pequena no Armazém, fazia dinheiro, até que essas condições não se sustentaram, porque nós começamos a produzir com baixíssima produtividade, com sementes que não eram as ideais – e eu sei que houve trabalho de pesquisa – e só esse estímulo que existiu na Bahia, por exemplo, com o Banco do Nordeste financiando e depois o Governo dando um preço, e nós tentando fazer com que as empresas que esmagavam a mamona garantissem o preço mínimo, só isto foi possível para recuperar rapidamente a produção de mamona na Bahia, que esse ano já chega a, quem sabe, mais de 100 ou 150 mil toneladas – e chegou perto de zero há 3 ou 4 anos.

De modo que não é um assunto que nós devamos relevar, porque quando ocorre essas dificuldades econômicas isto acaba acontecendo – isto empurra para frente e ninguém cuida mais disso. Eu acho que é um assunto que considero importante, principalmente porque ele tem aspectos de natureza social que devem, necessariamente, ser considerados na análise de todos esses programas que serão feitos, principalmente nesse caso das oleaginosas para a produção de biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Paulo Souto. Eu tenho, aqui, em mãos, o Informe do BNDES que, com relação a essa parte de incentivo e de financiamento para a produção de energia elétrica, a partir da utilização da biomassa, informa em que existe uma linha de financiamento no BNDES, cuja dotação é de R\$250 milhões. Na verdade, pelos dados e pela potencialidade do uso do bagaço de cana, apresentado pela Dr^a Suani, está muito tímida a dotação de R\$250 milhões que, utilizados plenamente, gerariam cerca de 300

megawatts. Mesmo assim, e até por isso, o BNDES informa que três ou quatro projetos já foram aprovados, estão em fase de financiamento, e já absorvem R\$140 milhões dos R\$250 milhões. O que prova que realmente R\$250 milhões é muito pouco.

Dr. Expedito Parente, eu teria uma indagação a fazer a V. S^a. O senhor é pioneiro na produção do biodiesel e informou, na sua exposição, que outros países já estão produzindo em escala comercial o biodiesel, com muito sucesso, enquanto o Brasil largou esse projeto há anos.

Assim, eu indagaria sobre a tecnologia utilizada nos outros países, a produtividade, a qualidade do produto, a partir de que matéria-prima é feito, para que nos sirva de referência de uso e produção no caso brasileiro, inclusive de custo, a que o senhor se referiu, mas custos referenciais em relação ao biodiesel que está sendo produzido lá fora.

Para respostas ou considerações sobre as observações feitas pelo Relator, concedo a palavra à Dr^a Suani Coelho.

A SRA. SUANI COELHO – Obrigada. Eu gostaria apenas de fazer algumas considerações ainda a respeito dos aspectos econômicos sobre os quais estávamos discutindo. De fato, no setor sucroalcooleiro, tradicionalmente a maioria dos equipamentos existentes para geração de energia data do início do Proálcool, portanto de cerca de vinte e cinco anos.

Naquela época não havia a preocupação em gerar eletricidade; a finalidade era produzir açúcar e álcool e, pela enorme quantidade de bagaço produzido nas usinas, já que 30% da cana é bagaço, a tecnologia existente para queimar esse bagaço e gerar energia foi propositadamente uma tecnologia de menor eficiência. O interesse era livrar-se do bagaço, um problema inclusive ambiental, como ainda é. Atualmente a maioria das usinas possui equipamentos que precisam ser trocados, já que estão no final de sua vida útil. Estamos então exatamente no momento de incentivar a troca dos equipamentos por equipamentos mais eficientes. As caldeiras de 20 quilos de pressão que existem no setor poderiam ser trocadas por caldeiras de 60, de 80 quilos de pressão, muito mais eficientes, e disponíveis no mercado nacional. Na sua grande maioria elas estão sendo trocadas por caldeiras de 40 quilos, salvo algumas exceções, que são de 60, mas muito poucas.

Assim, estamos deixando de aproveitar o momento em que os equipamentos estão sendo trocados para trocá-los por equipamentos mais eficientes. E o que seria preciso para isso? Primeiro, um financi-

amento que incentive essas tecnologias, como eu disse, e segundo, condições mais adequadas para a comercialização dessa energia. O preço que está sendo ofertado hoje pelas concessionárias não viabiliza as tecnologias mais eficientes, somente viabiliza tecnologias de médio porte, por exemplo, 40 quilos de pressão.

Precisamos incentivar políticas que aproveitem este momento, para que não percamos o bonde da história. Por isso a nossa proposta de uma resolução que garanta a compra de energia excedente e que o preço de compra do excedente seja competitivo, que possa viabilizar as tecnologias mais eficientes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Expedito Parente para suas considerações.

O SR. EXPEDITO PARENTE – A tecnologia usada na Europa é a mesma que usamos no Brasil. A diferença é que lá se utiliza um sistema bastante inteligente. Existe um contingente enorme de terras na Europa que estão desnitrógenizadas, vamos dizer assim. São terras cansadas, e eles estão recuperando essas terras com biodiesel. Como? As oleaginosas têm a propriedade de pegar nitrogênio da atmosfera e colocá-lo no solo. Então, lá, eles estão plantando colza com este fim: para nitrogenar o solo. Eles estão exatamente nitrogenando o solo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Tem o efeito das leguminosas?

O SR. EXPEDITO PARENTE – É, das leguminosas. Há oleaginosas que são também leguminosas. É o caso da colza, da soja... E esses materiais também têm duas porções: têm a porção protéica, que dá para estabular os animais no inverno... Isso tem um custo-benefício muito favorável. E esse óleo, então, serve também como um óleo limpo, de limpeza urbana.

Então, eles estão valorizando essa integração. Nós, aqui no Brasil, apesar de estarmos no paraíso da biomassa, não valorizamos essas coisas, não temos idéia de conjunto. Temos que ver a coisa de forma holística.

O Senador Paulo Souto, com muita propriedade... Percebemos claramente que ele é um sujeito de um pé no chão extraordinário, e precisamos ter essas ponderações. Já se investiu muita tecnologia em petróleo. Durante décadas e mais décadas, quanto se investiu em tecnologia de petróleo? Muita, muita coisa. E só se pode investir em petróleo porque ele está sendo usado. Ele tem que corresponder a esses investimentos que foram realizados. Como é que pode-

mos melhorar os combustíveis da biomassa se não usamos esses combustíveis, se não continuamos investindo, se não procuramos valorizar esse processo de modo inteligente, como estão fazendo na Europa? Temos muito mais matéria-prima para trabalhar aqui.

Certa vez, estive refletindo sobre a relação do homem urbano com o homem rural. Nós, urbanos, temos um débito acumulado muito forte e muito grande com o homem rural. A estrada só tem uma mão. O campo nos abastece de alimentos, de muitas matérias-primas e nós ainda fazemos perversidade: às vezes, assumimos a postura de atravessador, tirando deles talvez a maior fatia que poderiam ganhar. Está faltando a mão daqui para lá. Então, vejo que esses combustíveis da biomassa podiam criar uma nova mão, quer dizer, do urbano para o campo. Temos que pensar nessas questões de forma holística.

V. Ex^{as} não crêem que seria penalizar o trabalhador pagar a mamona, por exemplo, a R\$0,30 o quilo, para poder competir com o diesel subsidiado, para corrigir um problema acumulado da Nação, um custo Brasil, de uma distorção nos modais de transporte do País? Quer dizer, sacrificar um pobre coitado, lá do semi-árido... Então, por que não exportar esse combustível? Eles estão querendo comprar, lá fora: Itália, Alemanha, França, todos eles comprem. Por quê? Porque eles têm uma visão maior dessa questão das mudanças globais da atmosfera. Eles têm uma consciência ambiental muito maior do que a nossa. Nós vivemos em um paraíso de atmosfera, temos o "pulmão do mundo".

Querem ver outra questão importante? Recebi a visita, no mês passado, do chefe do departamento de transportes urbanos da cidade de Londres. Ele veio conversar. Eles estão querendo criar um anel de energia limpa dentro de Londres. Esse anel será pequeno no começo, e eles querem expandi-lo, cada vez mais, à medida que a tecnologia vá avançando, para criar um epicentro limpo na cidade, que possa favorecer uma irradiação de energia e uma atmosfera mais limpa nas grandes cidades. Esse é um pensamento, é uma tese desse cidadão.

Bom, ele veio aqui, e conversamos. Ele me chamou a atenção para um fato extremamente interessante: há uma população enorme, milhões de pessoas moram naquele semi-árido, e, no dia em que chega a seca, esse cidadão ou vem para São Paulo, para o Rio de Janeiro, para Brasília, ou vai para a Amazônia. Noventa e cinco por cento dos amazonenses são descendentes de nordestinos, da área semi-árida. E essa gente vai para lá para quê? Para desmatar.

Esse pulmão do mundo, esse pulmão amazônico, está ficando com enfisema, e isso vai gerar falta de ar em todo o mundo.

Vou vender na Europa agora. Vou viajar para lá, vou fazer palestras na Itália, na Alemanha, na França, em todo canto, e vou vender essa idéia. Direi: ou vocês seguram essa gente no semi-árido, ou vai haver falta de ar aqui na Europa.

Então, é isso que temos que fazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado João Caldas, para os seus questionamentos.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, são tantos os questionamentos, que não sabemos por onde começar.

Sou membro indicado pelo Congresso Nacional do Cima – Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool. São membros os Senadores Jonas Pinheiro e Geraldo Melo e os Deputados José Múcio Monteiro, Roberto Balestra, Chico Graziano e João Caldas. Acompanhamos muito a questão do álcool como combustível, do álcool hidratado, do álcool anidro, do álcool como matriz energética.

Quando foi criada a ANP, foi criado o Conselho Nacional de Matriz Energética, o Conselho que deveria reunir-se sob a Presidência do Ministro das Minas e Energia e de vários outros Ministros. Mas me parece que esse Conselho se reuniu por apenas duas vezes durante esse período de seis ou sete anos.

Agora, depois dessa crise energética, sobre a qual todos já debatemos – que pegou todos de surpresa, mas que não foi surpresa para nós –, começamos a discutir as questões. Sr. Expedito e Dr^a Suani, discutimos as questões com efeito retardado. Fazemos como o avestruz: colocamos a cabeça dentro do buraco e deixamos a tempestade passar, para depois vermos o que aconteceu.

Vou deter-me, para sintetizar a minha fala, na crise. Criou-se essa Comissão, foi um pandemônio, todo mundo falava. Todos passaram a entender de energia de uma hora para outra, todos viraram técnicos em energia – apareciam mais técnicos em energia do que técnicos em futebol.

Algumas providências foram tomadas pela Agência, por aquela Câmara de Gestão da Crise Energética. O Ministro Pedro Parente esteve aqui, e eu, antecedendo essa crise energética, falava muito da biomassa, principalmente da co-geração a partir do bagaço da cana. Há um parque sucroalcooleiro de norte a sul deste País que emprega milhares e milhares de pessoas. Esse é um setor estratégico. É um se-

tor que só emprega menos que a construção civil. É uma tecnologia genuinamente brasileira. Podemos exportar todos os benefícios do setor sucroalcooleiro, principalmente da cultura da cana-de-açúcar.

Fiz indicação ao Presidente da República, já preocupado com a Agência Nacional, sobre a Política Nacional de Aproveitamento de Fontes Alternativas de Energias, Combustível e Carvão Mineral, sobre absorção, desenvolvimento, disseminação de tecnologia pertinente, para criar o fomento de gestão das fontes renováveis alternativas de energia a partir da biomassa, e toda fonte de energia renovável, incluindo aqui a energia eólica. Não obtive nenhuma resposta do Governo. Nem do Ministro Tourinho, que saiu, e muito menos desse que entrou. Quando abordei o Ministro Pedro Parente, que esteve aqui há cinquenta e poucos dias, S. Ex^a disse que eu o procurasse, intermediasse a questão. Mandeí fax, **e-mails**, fiz mais de cem telefonemas, e o Ministro não dá qualquer resposta. Não se comunica com o Congresso, quanto mais com a sociedade! Mas o Sr. Ministro Pedro Parente virá a esta Comissão, pois foi convocado, e teremos a oportunidade de debater com S. Ex^a.

Sr. Presidente, quanto à gestão da crise energética, eles legislaram para a energia eólica, para as PCHs e tomaram várias providências. Saiu a resolução de julho, que cria o Programa Emergencial de Geração de Energia Elétrica a partir da Biomassa – o Pró-Biomassa.

Como disse a doutora, há dados com relação à posição do BNDES, de operação de programa de co-geração de energia elétrica a partir de resíduos de cana-de-açúcar, de arroz, de eucalipto, de madeira, de palha e de tantas outras coisas. Também saiu uma resolução sobre as termoeletricas, sobre as PCHs. Essa resolução da Câmara de Gestão ficou na gaveta. Ela está aqui minutada, mas ficou nas gavetas do Palácio do Planalto, da Câmara de Gestão.

Depois da exposição bem precisa feita pela doutora, os dados estão aqui, vou dar só um exemplo de como é subavaliado o potencial da biomassa a partir da lavoura da cana-de-açúcar do nosso parque sucroalcooleiro. Por exemplo, a usina Santa Elisa, de São Paulo, tem um excedente de energia elétrica previsto de 17 megawatts, segundo dados do BNDES, e tem uma capacidade quadruplicada de 77 megawatts. Se se transformar isso em barris de petróleo e se fizer comparações com um balanço energético, vamos ter uma fonte de energia renovável de um parque que é nosso. Devido à sazonalidade das cheias, da época de chuva no Sul, da seca no Nordeste, da integração, de um parque estar ligado na co-geração, te-

mos tudo para ter um avanço. Daí a preocupação da doutora, quando temos caldeira com 40 de pressão, com 30 de 60, e precisamos de caldeiras com equipamentos e tecnologia mais apropriados, de 70, 80 de pressão. Mas onde estão o financiamento e a tecnologia? Onde está a equidade das coisas?

Cobro, neste instante, do Presidente desta Comissão e do Relator, o eminente Senador Paulo Souto, ex-Governador, que já passou pelo Executivo e sabe o que é criar emprego, divisas para o Estado e para o País, o que é fortalecer a Federação – sem falar no que a doutora expôs com relação a bônus, taxa de juros, TJLP, essas coisas que já discutimos aqui à exaustão, pois sabemos a importância da biomassa –, enfim, gostaria que S. Ex^{as} e que esta Comissão tivessem a responsabilidade de cobrar – entendo que devemos nos manifestar até por escrito – o motivo de essa resolução não ter saído. Trata-se de um setor tão importante, vital para economia, que é nosso. Já boicotaram o Proálcool. O Governo perpetrou um verdadeiro crime ao acabar com a Mata Atlântica e levar a cana-de-açúcar para terras inóspitas. Incentivou para, depois, desativar. Sabemos que a Petrobras e o capital estrangeiro são contra o Proálcool. O álcool é uma matriz energética estratégica, que podemos vender, exportar. Pode ser a redenção deste País, pode proporcionar um superávit comercial. Mas, não. Vamos privilegiar a termelétrica, porque os equipamentos, a tecnologia e o gás são importados, além da energia de fósseis. Por que há a energia de biomassa e o Brasil, nessa hora, recua? Está registrado aqui na minuta. Por que o Sr. Ministro Pedro Parente recua? Por que o Presidente da República recua? Que interesses estão por trás de tudo isso? Como o parque sucroalcooleiro investirá? Às cegas, sem metodologia nem regras de mercado? Eles querem entrar em competitividade. Está exposto na resolução que o setor pode produzir 960 megawatts, o que está errado. Hoje, com ajustes, ele já tem condições de produzir, e com a garantia de vender, 2 mil megawatts. É necessário haver uma regra, uma portaria, uma resolução.

Sr. Presidente, sem mais delongas, esse é o problema. A Dr^a Suani Teixeira Coelho e o Dr. Expedito fizeram uma brilhante palestra, com muita precisão. Sabemos que, num país gigantesco como este, com solos férteis e toda a capacidade de produzir energia de biomassa – uma energia que não polui ou polui menos –, precisamos fazer um **mix** e adensar, por exemplo, o biodiesel; há as oleaginosas, como a carapateira, a nossa mamona, o babaçu. Existe, neste País, um potencial de empregar, socializar e levar es-

ses recursos para o campo, revitalizando, povoando e arborizando o semi-árido com essas culturas.

Concluindo, manifesto ao Sr. Presidente desta Comissão e aos Srs. Deputados presentes que precisamos expedir essa resolução. O setor e o Brasil exigem uma posição. Não se pode permitir que essa resolução permaneça nas gavetas. Se houver algum problema, discutiremos aqui, mas não pode haver energia eólica regulamentada. Onde ficaram as PCHs, as termelétricas e a nossa biomassa? Estamos prontos para produzir. Já estamos produzindo energia.

Devemos debater as desculpas apresentadas. Deixo a cobrança ao Sr. Presidente. A questão é muito séria e nos aflige diretamente, principalmente na nossa soberania e na nossa independência. Essa é a minha preocupação, pois tudo o que foi falado pelos palestrantes, pelos debatedores e pelos técnicos não tem valor nenhum se não for exequível. Essa resolução foi elaborada e recuada. Por que isso ocorreu? Exigimos respostas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – As ponderações de V. Ex^a serão encaminhadas à Câmara de Gestão.

Seguindo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, inscrevi-me, mas peço desculpas por ter chegado tarde. Hoje é um dia bastante atípico. Na verdade, estou tendo até dificuldade em articular bem perguntas no nosso campo, porque é um desses dias em que o mundo se modifica. Não sei se para o bem ou para o mal, mas o mundo nunca mais será o mesmo.

Eu gostaria muito que palestras como as que foram dadas aqui hoje – e especialmente a que ouvi no fim – fossem ouvidas também pelos nossos governantes. Entretanto, como isso não ocorre, desejamos, pelo menos, que o Senador Paulo Souto leia o seu relatório.

As questões apresentadas aqui devem ser integradas numa visão de mundo do que se está passando hoje realmente. Falou-se – e é razoável – que não houve investimento, fato que, como nos outros setores, é uma constante no Brasil.

No entanto, o Brasil foi, por acaso, o País que propôs o mecanismo de compensação no Protocolo de Kyoto, mediante o qual países que pretendem continuar produzindo e poluindo poderiam comprar ou financiar projetos, resgatar o carbono em outros países, seqüestrar o carbono. Acredito que esse gênero de projeto, como o projeto biodiesel, poderia ser inse-

rido dentro do conceito de seqüestro de carbono, e, por meio dele, poderíamos ter um grande projeto nacional com financiamento internacional. O Brasil propôs essa saída, os países estrangeiros – menos os Estados Unidos, que se retiraram do Protocolo de Kyoto – aceitaram. Há um fundo potencial de US\$40 bilhões para ser empregado nesse campo. Agora em Marrakesh, ainda sob a Presidência do Brasil possivelmente, vai haver a regulamentação do financiamento desses projetos. Acho que seria uma linha de desenvolvimento para o Estado brasileiro. O Estado teve a idéia e projetos. Portanto, ele deveria encaminhar um de seus projetos. E um projeto como esse do biodiesel, tanto para consumo nacional, como para consumo externo, é evidentemente um projeto que reduz enormemente as emissões de CO₂. Então, no meu entender, entre outras vantagens, essa é a maior.

Outro aspecto é o fato de que temos que procurar a Petrobras também. A Petrobras diz, pelo menos nos nossos contatos particulares, que não quer ser uma empresa de petróleo. Ela sabe que o petróleo, se não tem os dias, tem os anos contados. Ela quer seguir o caminho da British Petroil, que agora mudou o seu **slogan**. A British Petroil, que se escrevia BP, agora também está assinando Beyond Petroil, porque, além do petróleo, querem estender. A estratégia deles é saltar fora do petróleo também porque sabem que essa fonte de energia não é renovável e tem os dias contados. Seria necessário que a Petrobras desenvolvesse investimentos e pesquisas nessa área. Ela poderia ser uma produtora de energia equivalente a outras produtoras do mundo, com várias linhas de ação.

Acho que devemos ter uma canal de diálogo com a Petrobras, para fazer com que ela compreenda que, se quiser abandonar o petróleo nas próximas três, quatro, cinco décadas, tem que já estar se preparando para as alternativas. Acho que essa é uma questão importante para reflexão.

Outro ponto é algo que os suecos, os escandinavos têm muito claro: o orçamento de energia não é voltado só para a produção. Existe uma parte do orçamento voltada para a pesquisa de outras alternativas, de possibilidades. Temos a energia solar, a mamona. Em todas as coisas, é a matriz solar, é a fotossíntese que trabalhou para nós. Então, tínhamos que ter, no nosso orçamento para energia, na nossa concepção de gastar com energia, um fundo, uma quota precisa, segura para pesquisar constantemente. Hoje estamos pesquisando a Biomar. Podemos chegar rapidamente, como chegaram os italianos na sua informação, a uma produção economicamente viável. Mas

novas formas estão sendo pesquisadas. O hidrogênio está aí, a pesquisa com hidrogênio está sendo encaminhada. Daqui a pouco, são as células de hidrogênio que vão mover os carros.

Todas as grandes empresas já estão trabalhando nesse campo. Se o Brasil não destinar uma parte de seu orçamento para essas pesquisas fundamentais, para esse trabalho fundamental, creio que corremos o risco de perder o bonde da história. Vamos desenvolver trabalhos, e os outros vão completar e lucrar. A esperança é o fato de que o nosso relatório – digo nosso porque vai ser aprovado e corresponde a nossa perspectiva – tenha alguma repercussão no Governo.

Até o momento, o que eu senti do Governo foi a disposição de criar uma Câmara para emergência, mas ainda não vi as grandes linhas políticas que possam constituir alternativas para o que existe. Não ouvi a sua palestra, mas gostaria de acrescentar que o segredo da sobrevivência da energia eólica na Alemanha e seu sucesso foi exatamente a garantia na própria lei de um preço que as distribuidoras se comprometem a pagar para que se venda o excedente. Se não houver essa garantia e o que chamamos de o “pulo do gato”, não há possibilidade de avanço.

Esse é também um tema sobre o qual temos que cerrar fileiras. Se não houver essa disposição, não há política eficaz no setor. Portanto, entendo que são duas indicações muito precisas para o nosso relatório, que aceito integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Novais para seus questionamentos.

O SR. SÉRGIO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, senhores convidados, inicialmente, peço desculpas a todos por meu atraso.

Faço parte de uma comissão que discute a política nacional de saneamento, a matéria está sob vigência constitucional para ser votada ainda nesta semana. Negociamos para que o Governo retire a urgência constitucional e conseguimos adiar para o dia 17 de outubro a votação dessa matéria extremamente polêmica, que envolve Prefeitos: a possível privatização do setor de saneamento, que pode ter repercussões muito graves.

Sr. Presidente, Deputado Antonio Cambraia e Senador Paulo Souto, gostaria de agradecer a presença do Professor Expedito Parente nesta Comissão, uma vez que foi um requerimento de nossa autoria. S. S^a é um engenheiro químico que tem um traba-

lho muito reconhecido no Ceará, na área de energia, e, portanto, temos que ouvi-lo hoje.

O Ceará, nos aspectos energéticos que o Deputado Fernando Gabeira aborda – mas enveredarei pelo campo do impacto que a questão da mamona teria no Ceará e no Nordeste brasileiro – teve uma produção de algodão das maiores do Brasil até a década de setenta, e temos o segundo parque têxtil do Brasil. Existe toda uma cadeia produtiva muito articulada, com repercussões sociais interessantes, pois o algodão se desenvolve exatamente no período entre as chuvas, entre os ditos invernos que temos no Ceará e na região Nordeste, e chegamos a ter quatrocentos mil trabalhadores empregados com o algodão. Portanto, uma leva de pequenos e médios, de usinas de óleo de algodão, do resíduo do algodão. Assim, há todo um parque, além do parque têxtil, com uma cadeia produtiva muito extensa, o que mantinha o Ceará como um dos Estados de maior êxodo rural. Mas ainda tínhamos a garantia da permanência do homem do campo.

Surgiu o bocado, e, a partir daí, as políticas públicas não conseguiram eliminá-lo, e a destruição da cultura do Ceará aconteceu completa. Isso agravou completamente a nossa situação, e temos buscado, nós, Parlamentares, e a sociedade, alternativas de como tratar o problema na região do semi-árido brasileiro, uma vez que as indústrias de montagem que estão sendo propostas como modelo de desenvolvimento para nossa região – no Ceará isso está muito visível – não têm gerado desenvolvimento, mas somente concentração de renda, com uma renúncia fiscal muito grande e uma indústria de montagem simplesmente agravando com o sistema de contratação por falsas cooperativas, e os trabalhadores virando escravos, sem direito a férias, carteira assinada, 13º salário e saúde. Esse modelo para nós está em plena exaustão, e, por isso, o Ceará se coloca como o segundo Estado mais pobre do Brasil, com 54,7% da população vivendo com uma renda de até R\$80,00, isso contando com a região metropolitana, portanto, o Estado do Ceará. Mas se formos para a região norte e em algumas regiões no centro, como Inhamuns e outros bolsões de pobreza, chegamos a 70% da população recebendo até R\$80,00.

Portanto, o convite do Professor tem esse papel, de tentarmos colocar essa questão de, nós, nordestinos – e aí o Senador Paulo Souto, pois a Bahia, apesar das boas terras, possui um semi-árido muito difícil –, tentarmos enveredar pelo caminho da mamona, somado ao que o Deputado Fernando Gabeira colocou. A matriz solar do Nordeste é extremamente po-

tente, sendo o nível de insolação um dos maiores do mundo. Com capacidade de desenvolver todas essas culturas, na Zona da Mata a cana-de-açúcar, no semi-árido a alternativa da mamona me parece muito interessante e deveríamos nela investir.

A resolução que daqui poderá advir trata do assunto a curto prazo, das questões imediatas, da geração até dezembro de 2001, e que ganhará um incentivo até 2002, 2003. Portanto, devemos romper com a lógica do curtíssimo prazo nesta Comissão.

O ganho da crise energética será a possibilidade de apontarmos novos caminhos. E esse, Senador Paulo Souto, é um caminho frutífero para nós nordestinos, e devemos persegui-lo. Já existe a viabilidade da mamona em São Paulo e outras regiões do Brasil com outras finalidades. Poderíamos muito bem produzir a mamona para o biodiesel, no Nordeste, como prioridade. O relatório de V. Ex^a, com certeza, será fundamental, pois teremos uma bandeira, como tivemos em todos os relatórios aqui concluídos. Todos sabemos disso.

O Parlamento deve se impor, de alguma forma, em CPIs aqui realizadas. Na CPI dos Medicamentos, da qual participei, não conseguimos controlar os cartéis, mas conseguimos grandes investimentos em todos os laboratórios públicos sucateados desde a Era Collor. Portanto, se não conseguirmos o macro, algumas políticas públicas de valor para o País talvez consigamos. Daí a importância, Professor Expedito Parente, de V. S^a apresentar à Comissão o caminho de curto, médio e longo prazo para que apresentemos ao Governo, e que haja uma bandeira, inclusive na mão dos próximos presidentiáveis. Viveremos um momento decisivo em 2002. Presidentiáveis de diversos Partidos terão em mãos uma alternativa de geração de energia não poluente e ecologicamente correta. E, do ponto de vista do emprego, da manutenção do homem no campo e da redenção do semi-árido brasileiro, é uma alternativa. É claro que não resolve tudo, mas é uma alternativa.

Assim, é importante consolidar o tema a fim de que tenhamos uma bandeira que seja de todos nós: cearenses, nordestinos, brasileiros. Avançaremos em uma direção que os europeus já estão buscando. E temos todas as condições de fazê-lo.

É a minha colocação. Agradeço ao Presidente pelo tempo disponível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Gabeira) – Parece que o Deputado João Caldas deseja fazer uma nova intervenção.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, gostaria de corroborar com o que disse V. Ex^a disse em relação ao preço. Se não houver garantia de preço mínimo, como haverá investimentos? Vai-se fazer investimento sem uma mínima garantia?

Sr. Presidente, Sr. Relator Paulo Souto, Deputado Gabeira, Deputado Sérgio Novais, quando a Dr^a Suani fala no efetivo cumprimento da Resolução nº 170 da Aneel, isso diz respeito simplesmente ao acesso à rede. Será gerada energia através da biomassa, há um parque industrial e não há acesso à rede. Por quê? Mas essas redes são concessionárias públicas. Energia é um bem comum, é um bem social, é um bem de desenvolvimento, é um bem estratégico. Como é que se dá uma concessão pública a alguém que não cumpre uma portaria, uma resolução da Aneel. Simplesmente é tão forte o lobby das distribuidoras, das concessionárias, que daqui a pouco eles vêm falando castelhano, e temos que engolir. É simplesmente cumprir uma resolução do próprio Governo Federal. O Governo tem que ter pelo menos a determinação, a firmeza, de fazer cumprir a sua própria resolução, a resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica. Então, Senador Paulo Souto, são providências que precisam ser tomadas de pronto por esta Comissão. Por quê? Fizemos um relatório, depois de ouvirmos tantos técnicos, tantos professores, tantos setores, tantas pessoas que deram grande contribuição, mas há providências que carecem de urgência urgentíssima. Sr. Presidente, é preciso que a Aneel seja chamada à responsabilidade quanto à Resolução nº 170.

A outra proposta da Cenbio é a isenção do imposto sobre equipamentos. Lógico. Eu não estou questionando nem na ponta. E ela faz uma ressalva: “Quando houver excedente de energia, tira-se o ICMS para o Estado que está gerando a energia.” Excedente! Ora, se nós estamos precisando, se estamos numa crise iminente, se nós temos essa possibilidade, então não vejo por que isso não acontece. Falta a resolução.

Operação direta com o BNDES. Para empréstimos abaixo de R\$7 milhões, temos que pegar os repassadores, os agenciadores, os atravessadores, que é como chamamos quando a pessoa compra uma carga de banana ou de mandioca no mato. Alguém produz e quem ganha dinheiro é o atravessador. É o que faz o BNDES: pega o dinheiro do brasileiro, coloca na mão dos agentes financeiros privados, e eles vão negociar com a geração de biomassa. Não funciona. Então, se for menos de R\$7 milhões, não dá para conversar com o BNDES. Não é o BNDES que

tem uma política social tão bonita, pelo menos no papel? Vamos abrir para quem quer construir um mega, dois mega, três mega, quatro, cinco, e daí por diante, porque é um mix. São 5% de energia eólica em um canto, 3% de termoeletrica, de energia hidráulica, de todo tipo de biomassa. Mas, o nosso Banco diz não. Só empresta acima de R\$7 milhões. Ele escolhe os clientes, o que é um absurdo. Esta Comissão precisa reagir a fatos assim. Está claro, nas barbas de todo mundo. Nós precisamos repensar o Brasil, quebrar tabus e **lobbies**. O que acaba com o Brasil são essas forças ocultas vergonhosas. Essa dificuldade é um absurdo.

Sr. Presidente, são propostas tão claras, tão evidenciadas, com argumentos, tão relevantes, tão comprobatórios, tão lógicos, tão pertinentes, que não precisa ser técnico ou cientista, precisa ter vontade política para fazer.

Depois de fazer essas ressalvas, Sr. Presidente, reputo esta reunião como uma das mais importantes, principalmente sobre a biomassa. E, para que não pare nenhuma suspeita sobre o meu pronunciamento, sou ligado ao setor sucroalcooleiro, defendo o emprego, defendo a produção, a co-geração de energia, a tecnologia, o Proálcool, defendo o setor com convicção e com garra. Então, fico triste em saber que, depois da resolução de energia eólica, PCH normatizada e termoeletrica, a biomassa ficou de fora. Fala-se que houve pressão do Governador Tasso Jereissati, porque isso era interesse do Ceará, de grupos. Que bom que ele veio aqui, defendeu e conseguiu o que queria. Isso é bom, porque cada setor faz pressão para o que considera ideal para o Brasil. Entendo os bons propósitos e a boa intenção.

Inclusive, no Ceará, há um parque de energia eólica, que teve oportunidade de conhecer.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez, requeiro a V. Ex^a, à Câmara de Gestão, para liberar essa resolução que cria o Programa Emergencial de Geração de Energia Elétrica a partir de Biomassa – Pró-Biomassa. Esta é uma preocupação, fora essas outras que explicitarei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra à Dr^a Suani, para suas considerações finais.

A SRA. SUANI COELHO – Muito obrigada.

Agradeço o convite para estar aqui. É uma honra poder apresentar as nossas idéias e as propostas políticas do Cenbio aqui nesta Comissão.

A título de informação, em função de alguns tópicos discutidos aqui anteriormente, quero comunicar, primeiro, que em junho deste ano organizamos um evento internacional, patrocinado pela Petrobras, no Rio de Janeiro, onde discutimos as tecnologias para biomassa. Provavelmente ainda este mês, teremos os Anais, resultado desse evento, e terei muito prazer em passar às mãos desta Comissão.

Um dos tópicos discutidos foi exatamente essa questão do biodiesel e da transesterificação do biodiesel, das vantagens de se usar o etanol, que é o nosso álcool produzido da cana-de-açúcar em lugar do metanol, como é usado na Europa, e tantas outras tecnologias de biomassa.

Concluindo, quanto à comercialização dos excedentes e do preço de venda do excedente, lembro que atualmente o valor normativo das térmicas a gás natural é maior do que o valor normativo para geração de energia com biomassa. Isso é no mínimo, digamos, estranho, levando em conta as vantagens da biomassa como energia renovável quando comparada com as térmicas que usam combustíveis fósseis. Inclusive existem outras resoluções que falam em valores normativos e compra de energia de geradores **diesel**. Agora, na época da crise, é de R\$250,00 o megawatt/hora, mas sabemos que o ofertado, normalmente a geração de excedentes com biomassa, é no máximo, com boa vontade, R\$70,00 o megawatt/hora. E é justamente por isso que estão sendo comercializadas e realmente implantadas nos projetos hoje em andamento tecnologias de menor eficiência, porque são essas que estão se viabilizando com o preço ofertado pelas concessionárias. Daí a necessidade de todas essas políticas que estamos discutindo aqui.

Quero mais uma vez agradecer o convite e colocar-me à disposição para quaisquer outras ocasiões que forem necessárias. Com certeza terei muita honra em vir aqui novamente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Dr^a Suani.

Concedo a palavra ao Dr. Expedito Parente, para suas considerações finais.

O SR. EXPEDITO PARENTE – Eu não poderia deixar de agradecer a articulação e o convite feito pelo Deputado Sérgio Novais, ao qual expresso a minha admiração, e inclusive tenho orgulho de estar aqui do lado de um ex-Prefeito de Fortaleza. Pelo menos nessa área urbana, de cidade, tirando a periferia e o interior, Fortaleza merece destaque no País como

cidade de turismo, graças a essas administrações e ao próprio cearense, porque, modéstia parte, sabemos trabalhar. Sinto-me orgulhoso disso e muito satisfeito de ver a palavra, a preocupação e a luta do Deputado de Alagoas em prol da biomassa, e da objetividade do nosso Senador Paulo Souto. Isso tudo me enche e orgulho. Já é a segunda vez que venho a esta tribuna; a outra foi há vinte anos.

O SR. PAULO SOUTO – Espero que não demore mais vinte anos. (Risos.)

O SR. EXPEDITO PARENTE – Pois bem, eu gostaria de fazer uma observação final. Estou concluindo um trabalho mais profundo, logístico, especificamente sobre biodiesel de mamona – trabalho que faço juntamente com o pessoal da Embrapa, e não estou com ele aqui porque passei a eles para que façam uma correção na parte agrônômica, que não conheço, não sou especialista; estamos fazendo esse trabalho, talvez até sob encomenda de alguns futuros governantes nordestinos que me procuraram. Estou mandando esse trabalho para V. Ex^{as}, por intermédio do Deputado Sérgio Novais, que será meu portador, assim que terminá-lo, o que está próximo; é um trabalho um pouco mais extenso e só o lerá quem realmente tiver interesse, porque é de certa forma profundo.

Queria agradecer e fazer mais uma observação. Nós, no Brasil, somos habituados a consumir tecnologia, não temos o hábito de possuir tecnologia. Para se começar um projeto novo de pesquisa é a coisa mais fácil, as instituições estão abertas, mas concluí-lo é difícil. Consegui essa patente nem Deus sabe como (Risos.), porque as forças das multinacionais na época eram terríveis. E mesmo assim essa patente que mostrei a V. Ex^{as} está caduca, pois não tive apoio do Governo, sou um homem classe média e, para manter essa patente vigendo nas instituições internacionais, tinha que gastar US\$20 mil todos os anos. Eu não tinha esse dinheiro, não tive apoio nenhum como pesquisador.

O fato é que nos sentimos como possuidor de tecnologia, mas sinto-me realmente desprestigiado. É muito difícil para mim não guardar mágoas da Petrobras, mas é muito difícil, eu sou uma pessoa de um temperamento maravilhoso, cedente até as últimas instâncias. Gostaria muito que a Petrobras mostrasse alguma coisa para que eu a admirasse como um bom brasileiro, mas não tive motivo nenhum até hoje para tanto.

Estou esperando algum apoio. Vou-lhes dizer que temos tido dificuldades de recursos para fazer essa unidade de Fortaleza, com R\$500 mil resolvemos esse problema. Estamos fazendo isso traba-

lhando, trabalhando muito mesmo, pois não temos recursos.

O SR. PAULO SOUTO – Qual é o custo total dessa unidade?

O SR. EXPEDITO PARENTE – Essa unidade de Fortaleza é de R\$500 mil.

O SR. PAULO SOUTO – Não, o custo total.

O SR. EXPEDITO PARENTE – São necessários R\$500 mil, é o custo total. E não tenho esse dinheiro. A unidade do Piauí será possível, conseguida por meio de gestões. O fato é que, como disse, é muito fácil começar-se um novo projeto. O dinheiro está fluindo para as universidades do Sul, que estão começando agora a fazer biodiesel; nós, que já concluímos esse trabalho, não temos mais o que aprender sobre o assunto, e ensinamos a uma turma da Alemanha lá em Fortaleza, eles foram aprender. E não sabemos concluir esse projeto, eu quero concluí-lo.

Muito obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Comunico que nossa próxima reunião será realizada no dia 18, terça-feira, para tratarmos do tema Anexo V.

Os expositores convidados são o Dr. Mozart Siqueira, Presidente da Chesf, Dr^a Solange Ribeiro, da Eletropaulo, o Dr. Márcio Veiga, da PSR Consultoria, e o Dr. Luciano Santos, da Aneel.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente dos nossos expositores, e está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h04min.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2001-CN, COM A FINALIDADE DE “ESTUDAR AS CAUSAS DA CRISE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NO PAÍS, BEM COMO PROPOR ALTERNATIVAS AO SEU EQUACIONAMENTO”.

14ª Reunião realizada em 18-9-2001.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e um às quinze horas e quarenta minutos na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto e Leomar Quintanilha e Senhores Deputados Airton Dipp, Clementino Coelho, João Caldas e José Carlos Aleluia e, membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento” ainda a presença do De-

putado não membro Luiz Piauhyllino. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, informando que a presente reunião destinava a exposições com tema Anexo V. Que foi profereida pelos Doutores Mozart de Siqueira Campos Araújo, Presidente da CHESF, Solange Pinto Ribeiro, Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios e Negócios de Energia, da ELETOPAULO, Luciano Pacheco Santos, Diretor da ANEEL e Paulo Born, Diretor de Assuntos Regulatórios da Duke Energy International. A seguir é dada a palavra aos expositores para fazer suas explanações sendo os mesmos questionados pelo Relator e pelos Deputados Airton Dipp, João Caldas, José Carlos Aleluia e Clementino Coelho. A Presidência Informa que a Comissão irá realizar viagens de visitas às UHE, de Tucuruí e Belo Monte nos dias 18 e 19 do corrente. Nada mais havendo a tratar, a presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião e para constar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Especial Mista, criada por intermédio do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição sobre o Anexo V dos Srs. Dr. Mozar Siqueira, Presidente da Chesf; Dr^a Solange Pinto Ribeiro, Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios e Negócios de Energia da Eletropaulo; Dr. Luciano Pacheco Santos, Diretor da Aneel; e Dr. Paulo Henrique Siqueira Born, Diretor de Assuntos Regulatórios da Duke Energy International.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Por solicitação do Deputado João Caldas, está dispensada a leitura da ata da reunião anterior, que é considerada aprovada.

Não há requerimentos sobre a mesa e expediente a serem lidos.

Solicito à secretaria que faça adentrar os expositores, a fim de tomarem assento à mesa.

Vamos dar início às exposições, iniciando pela Dr^a Solange Pinto Ribeiro, que terá, como os demais expositores, quinze minutos para a sua exposição.

Concedo a palavra à Dr^a Solange Pinto Ribeiro para a sua exposição.

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Boa tarde a todos.

Antes de mais nada, eu queria agradecer a oportunidade de estar presente nesta Comissão para discutir um tema de tamanha importância para o setor elétrico brasileiro.

Agradeço a presença dos Excelentíssimos Parlamentares e ressalto a importância da participação desta Casa nesses assuntos do momento atual.

Trago aqui um pouco da visão dos investidores de energia elétrica, notadamente de uma distribuidora de energia elétrica, sobre essa questão do Anexo V.

Antes de mais nada, para falarmos de Anexo V, é preciso entender a importância dos contratos, principalmente o contrato de concessão, estabelecido pelo Congresso Nacional na Lei das Concessões, que foi um marco extremamente importante para o setor. Tranquilamente, podemos dividir o setor em antes e depois da Lei de Concessões.

Por que queremos falar da Lei das Concessões? Faremos um breve histórico do que era o setor antes e depois dessa lei, nas décadas de 80 e 90. Anteriormente, a tarifa era dada pelo custo, ou seja, quanto maior o custo, maior era a tarifa. Havia também uma remuneração garantida com mecanismo de compensação futura, a famosa CRC, de que todos nós do setor nos lembramos. Por último, havia também uma administração de tarifas para contenção inflacionária.

Esse tipo de política causou uma inadimplência generalizada dos distribuidores e geradores, que culminou com o esgotamento da capacidade de financiamento do País, ou seja, as distribuidoras tiveram suas tarifas represadas, tanto as distribuidoras como as geradoras tiveram a capacidade de investimento extremamente reduzida, porque o Tesouro não tinha como aportar recursos, em razão do déficit público.

Em 1993, uma lei desta Casa fez um acerto na conta de CRC, que custou nada menos do que 27 bilhões ao Tesouro Nacional. Apesar desse aporte de recursos do Tesouro – essa lei foi um marco muito importante na questão tarifária, porque houve a desqualificação tarifária –, essa lei não foi suficiente para resolver os impasses de inadimplência que ainda existiam.

Nesse momento, foi implantado um novo marco regulatório, a Lei das Concessões. A partir dela, as concessões passaram a ser feitas por meio de contratos, pelos quais a tarifa não tem mais uma remuneração garantida. Há monitoramento do preço da tarifa, mas também há incentivos à grande eficiência do distribuidor. Esse serviço passou a ser concedido às empresas por meio de um contrato de concessão, estabelecendo-se direitos e deveres. E o Estado faz-se presente por meio da agência reguladora, que monitora a qualidade de serviços e preços do setor.

Faço uma pausa para falar de um ponto extremamente importante. Estamos falando aqui sobre o que é o princípio básico para atrair capital. Houve uma decisão do Estado brasileiro de abrir o mercado, e, nesta hora, a observância de contratos é fundamental. Quanto a isso, há basicamente dois contratos regulados hoje em vigor. Um deles é o contrato de concessão das distribuidoras e também das geradoras. Afora isso, há o famoso contrato inicial, também regulado – falaremos um pouquinho dele –, no qual se estipulam todas as regras em que há obrigações e direitos das concessionárias.

O que são os contratos iniciais? Na verdade, o Anexo V – esse famoso Anexo V de que temos falado muito – é um anexo de um contrato de compra e venda de energia. O contrato inicial é um contrato regulado, que foi definido pela Aneel e assinado, na época, compulsoriamente, pelos geradores e distribuidores. Esse contrato tem volumes, tarifas e prazos definidos. Na época em que foram definidos esses volumes, toda a energia disponível no Brasil foi contratada, visando exatamente haver uma migração gradativa pelo mercado aberto. O Anexo V é parte desse contrato – vamos falar mais detalhadamente disso depois – e o seu objetivo principal era reduzir o risco pela não-entrega de energia dos geradores.

Quando falamos em setor hidrelétrico – o Brasil é 93% hidrelétrico –, temos um problema: um período é úmido, o outro é seco; há bacias diferentes em diferentes regiões. Então, no final, como se define o quanto uma geradora poderia contratar de energia. Esse gráfico mostra um pouco o período e o tempo.

Na época da definição dos contratos iniciais, a Aneel definiu o quanto as geradoras poderiam vender, o que chamamos energia assegurada – a grosso modo, uma média. Essa curva aqui é uma bacia hidrográfica. Por exemplo, há um vale, mas há outros geradores no sistema, que, nessa curva em que há o vazio, estão exatamente tendo energia para entregar.

Esses contratos foram baseados na quantidade de energia assegurada, definida na assinatura dos contratos.

Como é que o MAE funciona? Como é a definição no Mercado Atacadista de Energia Elétrica? No MAE, há geradores e distribuidores de energia com contratos entre si, dentre os quais, hoje em dia, o principal é o contrato inicial de energia. Fora isso, qualquer diferença, tanto para mais quanto para menos, é liquidada no mercado atacadista de energia. Ou seja, trata-se de um mercado chamado mercado por diferenças: há contratos, registram-se os contratos e essas diferenças são liquidadas a preço de mercado.

As regras de mercado dizem o seguinte: se pensarmos naquelas usinas de energia assegurada definidas pela Aneel, às vezes as usinas geradoras podem gerar acima ou abaixo do valor da energia assegurada. Como estamos vivendo um momento de racionamento – vamos explicar um pouco mais –, as geradoras estão gerando abaixo do valor da energia assegurada. Mas há momentos em que a geradora pode gerar acima da energia assegurada, exatamente essa situação em que há ganho do gerador. Na situação inversa, há perda do gerador. Isso vale para o distribuidor também. Se tenho um contrato de energia – hoje a distribuidora que represento é a Eletropaulo –, se não contrato toda a energia de que preciso, tenho que ir no mercado comprar a diferença e pagar um preço diferenciado. Houve, por exemplo, momentos, num período pré racionamento, quando já se falava de racionamento, quando houve um aquecimento do mercado da indústria. Meu mercado de energia subiu além da conta e não tinha mercado suficiente. Tive que ir no mercado comprar energia e pagar caro por isso. Essa é uma regra que tem simetria, em que se busca energia de um lado e de outro.

Em função do uso da água, também foi instituído em lei um mecanismo que protege os geradores pela questão do risco hidrológico, o famoso Mecanismo de Relocação de Energia – MRE. O que o MRE estabelece? Ele tem o objetivo de compartilhar entre os geradores o risco hidrológico.

Como é feito o despacho das usinas no Brasil? Como falei, há o mercado atacadista de energia em que se realizam as transações financeiras. Há um outro organismo que se chama ONS – Operador Nacional de Sistema, quem despacha os geradores para gerar energia. Ou seja, o ONS otimiza o uso do recurso das águas. Há várias bacias com diversidade de uso, há todo um comprometimento de água que vai para o São Francisco, na frente, para uma usina em-

baixo. Então a ONS opera o sistema brasileiro de forma a otimizar esse fluxo das águas.

Aí vale levar em conta um ponto: de fato, os geradores não têm qualquer controle sobre a geração de suas usinas. Simplesmente eles obedecem à ordem da ONS, que despacha tanto as usinas hidrelétricas como as termelétricas, que dão origem à CCC, que é exatamente aquela Conta de Consumo de Combustível também. Então, essa combinação é decisão pura e simplesmente da ONS. Diria que os geradores são passivos a qualquer decisão de que não vou gerar hoje e vou gerar amanhã.

O que está acontecendo hoje em dia? Quando há toda essa energia assegurada que esse clube MRE gera, ele está abaixo do nível dos contratos. Então, há um déficit de energia que os geradores não têm como suprir. Há um contrato e, juntando toda energia que se pode gerar no país, ela está abaixo da carga. Dizemos que energia assegurada está abaixo da energia alocada do sistema, quer dizer, a alocada está abaixo da assegurada.

Que situação é essa de racionamento? Não há geração suficiente; há obrigatoriedade compulsória de redução de sua carga. Como empresa distribuidora, simplesmente tenho que chegar para o meu cliente e dizer: “Por favor, não me compre o produto que mais posso vender porque não tenho como lhe entregar esse produto”. As distribuidoras estavam, em função dos contratos iniciais, 100% contratada, quer dizer, eu tinha contratos para suprir 100% da minha carga.

Pelas regras de mercado, o que acontece quando o gerador tem essa falta de energia nesse bloco para completar? Para uma parte dessa energia ele vai pedir a redução do consumo, para outra parte ele compra da energia livre. O que o Anexo V faz? Até há uma discussão no sentido de se pretender ou não aplicar o Anexo V. Ele é uma analogia que gosto de fazer com seguro de um carro para o qual há uma franquia. O que essa franquia faz? Ela reduz sua exposição. Por exemplo, se falarmos em números concretos, há uma redução de carga no sistema de 20%, e com isso haveria uma falta de contrato de 20%. No lugar de, por contrato, haver obrigatoriedade de entrega dos 20%, há uma redução por uma fórmula que existe nesse contrato e, de fato, é preciso entregar algo em torno de 5%. Então, ela reduz o risco do gerador.

O Anexo V, de fato, é benéfico porque, ao invés de ter que entregar uma quantidade muito maior, o gerador tem que entregar uma quantidade muito menor, ou seja, um mecanismo previsto pela Aneel para que os geradores se protegessem dessa variação hi-

drológica. É claro que, nesse momento em que foi feito esse mecanismo, não se falava de um racionamento na faixa de 20%, mas isso vou deixar para os meus amigos geradores falarem.

Esse gráfico não é tão complicado quanto parece, mas gosto dele porque consegue dar uma boa idéia. Essa linha representa os seus contratos onde há 100% de contratos previstos para entrega. O que aconteceu? Houve redução de 20% da carga, ou seja, ela veio para esse nível. Com isso, apesar da redução de 20% da carga, a energia alocada do sistema, ou seja, todos os geradores juntos não conseguem cobrir essa geração. A partir desse preço de 184 que está escrito nos contratos, há uma redução. Então, diz-se: não é preciso entregar-me mais 100, é preciso entregar-me de acordo com essa curva, que reduz a quantidade de energia necessária. Na verdade, a exposição dos geradores de MRE é reduzida porque uma parte dela é compensada pela questão do Anexo V.

Uma discussão importante é sobre o que nos levou a essa situação. O que nos levou ao momento onde nós, do setor elétrico, temos contratos de entrega de energia e onde nossos supridores não podem entregar a energia que contratamos? Um dos pontos que temos considerado constantemente é o uso excessivo dos reservatórios. Como falamos, os geradores não têm controle do uso dos reservatórios, e o gráfico mostra o nível de depletividade dos reservatórios ao longo dos anos. Os reservatórios recuperam-se no período úmido. O fato de uma curva estar embaixo da outra mostra que os reservatórios não tiveram tempo de reconstituir a quantidade de energia que acumulavam de água.

É lógico que, ao mesmo tempo em que se está convivendo com um período seco muito crítico, há falta de investimento. Esses novos investimentos não ocorreram principalmente por questões de indefinições de regras regulatórias que dificultaram a obtenção dos financiamentos.

Quanto às termelétricas, no momento atual, já houve avanços significativos com a questão da conta gás, que era um dos impasses principais. Foram impasses como esse da conta gás e do repasse dos custos não controláveis às distribuidoras que levaram à falta de investimento.

Fala-se muito em níveis tarifários. A tarifa no Brasil não está alta. Hoje em dia, há dois problemas básicos com tarifa no Brasil. A tarifa está muito abaixo da época das privatizações, e há uma questão muito forte de subsídio cruzado na tarifa. O consumidor re-

sidencial paga níveis internacionais e o industrial está tremendamente subsidiado.

Como superar esse problema? Como superar essa falta de investimento? Na nossa visão, num primeiro momento, devem-se estabelecer tarifas adequadas para o setor, sob pena de enfrentarmos crises recorrentes. Lembramos que um setor elétrico saudável garante uma viabilidade da economia do País. O setor elétrico, como indutor de investimento, jamais poderia estar na situação atual.

Está tudo errado? É preciso mudar o modelo? Não, a melhor maneira de superar esses problemas é exatamente usando os instrumentos disponíveis, que são os contratos. É preciso, então, garantir que se tenha o cumprimento de contratos iniciais e os contratos de concessão, adequando a tarifa dos geradores para contemplar esses riscos de se terem os reservatórios depletados. Hoje em dia, tem-se uma diferença muito grande entre o custo real de geração para as tarifas. Deve-se ainda garantir o repasse dos custos para as distribuidoras.

Depois, posso até falar especificamente sobre tarifas, se for o caso, se houver interesse da platéia.

As pessoas perguntam muito se as distribuidoras terão ganhos com a aplicação do Anexo V? Não, não terão. Haverá uma compensação com as perdas acumuladas durante um período grande, o que causou exatamente essa falta de investimento.

Como superar esse problema? Deve-se cumprir a decisão do Governo e desta Casa. Ou se resolve o problema com tarifa ou com déficit público. O consumidor paga tarifa ou imposto, de uma certa forma, para resolver e adequar a uma situação num setor saudável. É preciso adequar as tarifas de geradores para contemplar os riscos de mercado, atraindo novos investimentos do setor.

Principalmente, não podemos, sob risco de comprometer seriamente os investimentos futuros no País, que tem uma quantidade enorme de investimentos a ser feita, descumprir contratos. Esta seria a minha mensagem principal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr^a Solange.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Henrique Siqueira Born para a sua exposição, que dispõe também de 15 minutos.

O SR. PAULO HENRIQUE SIQUEIRA BORN – Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, demais presentes, agradeço a oportunidade de, mais uma vez, dirigir-me a esta Comissão. Gostaria de tentar fazer uma apresentação muito sintética, basicamente sobre o

que são as questões envolvidas com esse tema do Anexo V, que está tão presente na mídia, e quase que, uma vez por semana, se encontra alguma matéria sobre essa polêmica do dito Anexo V.

A primeira pergunta que considero necessário responder é o que é o referido Anexo, de uma forma bastante clara.

O Anexo é uma parte do contrato inicial, dos contratos que foram definidos a preços regulados, com as alocações da produção definidas pela própria Aneel, para transição do modelo regulado anterior para o modelo competitivo que vigorará a partir de 2003.

Esse Anexo tem uma fórmula que reduz os montantes contratados. Inclusive, a Dr^a Solange apresentou um gráfico, em que aparece uma curva que, a partir de determinado preço, cai, o montante contratado cai bastante rápido. Depois, ela começa a praticamente ficar horizontal. Foi uma curva apresentada um pouco antes da apresentação dos níveis dos reservatórios.

Aquela função ali, aquela curva, é o que está representado na equação do Anexo V; aquela equação visa a proteger o gerador no caso de produção insuficiente, ou seja, de o sistema hídrico não estar produzindo suficientemente para atender os montantes dos contratos iniciais e o preço do MAE estar elevado. Por isso, o montante contratado diminui à medida que o preço do MAE aumenta.

Como os senhores puderam verificar, a curva tem um comportamento para preços relativamente altos, onde os montantes contratados reduzem bastante, mas, quando os preços se tornam excessivamente altos, ela praticamente já não apresenta reduções adicionais.

O formato dessa curva acaba levando à grande polêmica que está instalada aí hoje, ou seja, o montante contratado, na verdade, é reduzido para proteger o gerador de ter que comprar energia de produtores, o que chamamos de energia livre, energia não contratada, não comprometida com os contratos iniciais.

Esse era o objeto principal, digamos, que se via quando da concepção desse Anexo, que fez parte do esforço para viabilizar a privatização da primeira empresa geradora a ser privatizada, que foi a Gerasul.

Então, essa energia reduzida e, em situações razoavelmente severas de preços altos e de produção insuficiente, o Anexo se comporta bem, modera as exposições dos geradores a essas situações.

O objetivo principal dessa redução de contratos é evitar que o gerador tenha que comprar, a preços muito elevados, a produção de outros produtores, de produtores não contratados, da chamada energia livre, das novas usinas que entram em produção e que não estão comprometidas com contratos iniciais. Essa era a função básica do Anexo.

Porém, existe uma segunda causa de redução de produção do gerador hídrico, que é uma causa que, à época da concepção dos contratos iniciais, era considerada pouco provável, era de a carga não ser suficiente, ou seja, de a carga ser menor do que o montante dos contratos iniciais.

Essa segunda causa não era considerada muito provável quando os contratos iniciais foram concebidos. Porém, um pouco mais adiante, quando se estava para aprovar as regras do mercado, verificou-se que, devido à retração econômica de um ano e meio ou dois atrás, poderia acontecer um segundo motivo e esse motivo ser relevante de a carga ser insuficiente, que seja a carga realizar-se abaixo dos montantes contratados.

Nessa época de aprovação das regras do MAE, os geradores se preocuparam com essa questão, que poderia representar um forte impacto no seu desempenho econômico e financeiro, e as regras do MAE foram aprovadas mediante uma condição, que os geradores colocaram, que era a assinatura de um acordo, o acordo de recompra. Segundo esse acordo, se os distribuidores tiverem sobra de contratos iniciais, sobra de energia que comprem a preço regulado, na faixa de US\$20 ou um pouco mais, a preços muito baratos, que essa sobra tivesse um tratamento diferente: que não fosse a elas aplicado o direito de receber o preço do mercado **spot**, o preço do MAE. Foi assinado o Acordo de Recompra e as partes, de boa fé, entenderam que poderiam assinar o acordo de mercado, aprovar as regras do MAE, considerando que se a produção for insuficiente por falta de carga, por falta de mercado, haveria uma compensação em energia. Ou seja, a energia não entregue, porque se a distribuidora não tiver carga suficiente, a energia seria entregue mais adiante, mediante esse acordo, numa conta gráfica.

Uma terceira situação que definitivamente não se previu quando da concepção dos contratos iniciais era um racionamento da magnitude do que acabou acontecendo; ou seja, um racionamento de pelo menos 20% da carga. Nessa situação é evidente que o Acordo de Recompra na nossa concepção se aplica porque é uma realização de mercado abaixo do previsto e produção insuficiente por falta de carga; ou

seja, não está havendo carga suficiente. Porém, o Anexo V cria uma situação, por causa daquele formato da curva, em que a redução do contrato é totalmente insuficiente comparada com a redução da carga. Isso gera uma exposição de grande proporção para os geradores e que, valorizada ao preço do déficit, porque o preço atual do MAE é o preço do déficit, é o custo do sofrimento do consumidor com o déficit de energia, resulta numa conta enorme. Na prática, isso compromete quase que a receita integral dos geradores. Acho que a apresentação seguinte, a apresentação do Mozart deve detalhar.

Assim, temos uma situação em que um item do contrato, na nossa concepção, chegou a uma situação extrema, em que sua aplicação não gera uma situação desejada. Mas existe o recurso do Acordo de Recompra. Isso não protegeria dessa situação, inclusive, apesar de o acordo não ter sido concebido visando uma situação extrema como essa. Mas ele sem dúvida serviria como atenuante para o problema que estamos agora enfrentando.

Entendemos que a aplicação do Anexo V é possível, desde que se honre o Acordo de Recompra que foi assinado de boa fé pelas partes para que fosse aplicado em situações em que as distribuidoras tivessem sobra de contratos iniciais e, pelas regras do MAE, colocassem essas sobras no mercado de curto prazo. Não venderia ao preço **spot**. Receberiam mais tarde em energia.

Cabe salientar que o preço do déficit na verdade representa, como eu disse, o sofrimento do consumidor, à medida que representa o custo do racionamento.

O SR. CLEMENTINO COELHO – O senhor está dizendo que o Anexo V pode ser exequível com a entrega futura de energia física?

O SR. PAULO HENRIQUE SIQUEIRA BORN – Sim, exatamente.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Não com a entrega, não com o pagamento...

O SR. PAULO HENRIQUE SIQUEIRA BORN – Não com o pagamento ao preço **spot**. Preocupado na época da assinatura das regras de mercado, da aprovação das regras de mercado, com situações menos severas do que as que estão ocorrendo agora, os geradores só aprovaram as regras de mercado mediante a assinatura do Acordo de Recompra com os distribuidores.

Entendemos nós que é possível aplicar o Anexo V desde que se honre o Acordo de Recompra que foi assinado quando geradores e distribuidores aceita-

ram aprovar as regras do MAE. A tese preferencial dos geradores permanece de que se poderia aplicar a cláusula 7ª, § 3º dos contratos e eles seriam simplesmente reduzidos, o que gera uma situação muito mais ... Essa cláusula se refere a um decreto que foi revogado, mas que poderia eventualmente substituído por regulamentação nova. Nós entendemos que essa situação seria a mais adequada. Mas há opção de se aplicar o Anexo V e se honrar o acordo de recompra.

Encerro por aqui, inclusive porque não trouxe uma apresentação formal. Esse é, digamos, um histórico do problema na perspectiva de geradores, no nosso caso, o gerador privado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Paulo Born.

Concedo a palavra ao Dr. Mozart Siqueira, Presidente da Chesf, para sua exposição, também por 15 minutos.

O SR. MOZART SIQUEIRA – Boa tarde, Deputado Antonio Cambraia, Senador Paulo Souto. Queria mais uma vez agradecer a honra de estar aqui na Comissão Mista do Congresso. Cumprimento o Deputado Clementino Coelho. Como estamos falando do mesmo tema, provavelmente cometeremos erradamente algumas repetições; esse assunto é, acredito, árido por tratar-se de uma questão comercial, então vamos eventualmente repetir o que já foi dito pela Drª Solange e pelo Dr. Paulo Born. Queria aproveitar e cumprimentar o Dr. Luciano, Diretor da Aneel.

Acredito que estamos trazendo não somente a posição dos geradores federais, a nossa opinião pessoal, mas também a opinião da Associação Brasileira de Geradores, que integra todos os geradores, que integra a opinião majoritária, eu diria assim, dos geradores brasileiros. Os senhores observem que temos muito claramente procurado transmitir o seguinte: o Anexo V é um dispositivo que trata somente da redução do volume de energia, não entra na questão do preço, da valoração da energia. A questão da valoração da energia está associada com as formas de liquidação no mercado atacadista de energia. Então não está no Anexo V que vai custar mais ou menos o valor da energia; isso está nas regras de mercado e no acordo de recompra. Tanto que estamos colocando aí porque essa é uma condição **sine qua** para a maioria dos geradores.

Fazendo uma retrospectiva, vou ser rápido, é importante dizer que estamos vivendo um momento atípico, todos sabem do racionamento, e que a maioria dessas regras e dispositivos não foram feitos para enfrentar um racionamento. Essas regras foram feitas

para enfrentar um mercado razoavelmente equilibrado, com pequenos desequilíbrios e nunca com um racionamento de 20%. Isso é muito claro e é por isso que estamos mostrando que o sistema brasileiro, sobretudo o setor elétrico, está num momento de transição. Estamos colocando um marco regulatório um pouco na frente, do ponto de vista comercial, com a definição dos montantes de energia que todas as empresas brasileiras geradoras e distribuidoras foram instadas a fazer por meio das Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica de nºs 141, 142 e 143. Havia um interesse do Governo Federal e da Agência Nacional de Energia Elétrica em que as relações bilaterais entre os membros do setor, sobretudo da geração e da distribuição, ajustassem os seus contratos. É importante dizer que nessa época as regras do MAE ainda não existiam. Então, foram definidos os montantes de contratação. Outra coisa importante é que, para poder se efetuar a forma de faturamento, provisoriamente, a própria Aneel editou a Resolução nº222, porque esse arcabouço de relação comercial e de faturamento estava ainda em construção pelo mercado, e essa resolução vigorou até a aprovação das regras de mercado.

É importante observar que, junto com esse esforço que a agência estava fazendo, o próprio Ministério de Energia recomendava que as empresas assinassem os contratos iniciais. Algumas empresas, no caso da Chesf, depois de um apelo muito grande – por exemplo, a agência até chegou a fazer um auto de infração para obrigar – isso só aconteceu com a Chesf. Havia, realmente, interesse para que essa relação comercial se firmasse, a fim de que o modelo brasileiro do novo setor elétrico pudesse vir a ser implantado. Entendemos até que isso tenha sido uma forma mais efetiva, porque havia uma discussão muito grande com relação a esses contratos, vários contratos, com várias empresas bilaterais.

A partir de dezembro, com esse apelo irresistível da Agência, obviamente, ninguém queria sofrer esse auto de infração, fizemos um esforço junto às distribuidoras e assinamos o contrato. Aí é onde começa uma questão fundamental. Posso falar dos contratos assinados pela nossa empresa que todos contêm uma cláusula, que está no contrato inicial, na área de compra e venda de energia, que coloca, claramente, no § 3º da Cláusula 7ª, que os faturamentos integrais relativos à compra a venda de energia pela compradora referem-se a períodos normais de fornecimento, podendo não vigorar nos períodos de racionamento, durante os quais deverá ser observado o

disposto do Decreto nº 93.901, de 9 de janeiro de 1987.

O SR. CLEMENTINO COELHO – De quando é esse contrato?

O SR. MOZART SIQUEIRA – Esse contrato foi assinado em dezembro de 1999. É o contrato-padrão.

O SR. CLEMENTINO COELHO – E por que essa previsão de racionamento?

O SR. MOZART SIQUEIRA – Porque todo contrato comercial é assinado... Tanto as distribuidoras como as geradoras incluem cláusulas, sobretudo em um país de matriz hidráulica, que são fruto da experiência que ocorreu em 1987. Na época, houve um racionamento no Nordeste. O Governo da época editou um decreto que fez com que o Ministério de Minas e Energia, na ocasião, emitisse um dispositivo no qual o faturamento de energia, entre geradoras e distribuidora, se dava pela carga efetivamente consumida. Isso ocorreu em 1987.

Repito que, quando esses contratos foram assinados, não se vislumbrava um racionamento. Entretanto, a experiência de 1987 fez com que os técnicos do setor incluíssem essa cláusula, que faz parte de um contrato-padrão, que foi assinado por todos. Pode existir uma ou outra empresa brasileira que não tenha incluído essa cláusula, mas eu diria que mais de 90% de todas as empresas têm essa cláusula de proteção, uma proteção de ônus paritário. No momento em que uma empresa vende 20% menos, ela tem uma perda de receita de uns 20% a menos que ela deixou de entregar. E quem revende menos 20% vai ter um faturamento 20% inferior.

O problema – e temos que colocar aqui para esta Casa – é que, inadvertidamente ou não, esse decreto, na hora de... V. Ex^{as} sabem que o racionamento foi de uma forma muito intensa no País. Em 1987 houve uma previsão com muito mais tempo de antecedência, houve tempo de preparo com antecedência para enfrentar, porque o racionamento era localizado, já se sabia que não havia disponibilidade de máquinas, na época, para atender ao crescimento da carga no Nordeste. Com relação ao racionamento deste ano, pode-se dizer que até dezembro de 2000 as coisas estavam sob controle, não havia a menor expectativa de que houvesse um racionamento em 2001.

Estou dizendo isso porque o decreto foi revogado e nada foi colocado no seu lugar. Esse Decreto nº 93.901, quando das medidas iniciais do racionamento. Esse decreto foi revogado. É como essa cláusula tivesse carecendo agora de regulamentação, porque ela foi colocada exatamente com espírito de que, na

eventualidade de um racionamento, os faturamentos se realizassem como se realizou em 1987. Então, essa cláusula é, de certa forma, vamos dizer assim, inaplicável, porque necessita da legislação superveniente que venha a substituí-la. Há um buraco negro.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, o Presidente de Furnas esteve aqui e disse que isso não teria relevância jurídica, como está presente no contrato padrão com a distribuidora. Mesmo que o novo decreto seja omissivo, ficam prevalecendo as condições do contrato anterior.

O SR. MOZART SIQUEIRA – O que ele está afirmando é verdade. Nós geradores – falo em nome da Abrage – Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica, da qual as empresas federais fazem parte, solicitamos a dois juristas de notório saber aqui no País, no caso o Dr. Ives Gandra e o Dr. Saulo Ramos, para analisar o contrato e, particularmente, as cláusulas. Como na época em que o contrato foi assinado esse decreto estava em vigor, as condições não podem ser revogadas **a posteriori**. Essa é a opinião desses pareceristas. O Dr. Paulo Born afirmou recentemente essa é a tese preferencial dos geradores.

Isso cria um questionamento jurídico. Essa cláusula, de certa forma, caso venha se decidir pela sua validade num acordo, obviamente que o Anexo V perderia a sua eficácia, até porque existe dentro do contrato e não no anexo uma cláusula – e aí o jurista é quem pode dizer – de que teria uma certa superveniência sobre o próprio Anexo V.

Mesmo assim, atrevi-me, até por que sei que o Senador é um geólogo e estava aqui preocupado com uma questão matemática, para ver se conseguimos tentar explicar aos senhores Deputados e Senadores o que significa o Anexo V.

O Anexo V, simplesmente, como a Dr^a Solange assinalou, não é um dispositivo contrário aos interesses dos geradores. É um dispositivo que reduz, no momento de insuficiência de recursos hídricos, a energia que os geradores têm a entregar. O Anexo V é uma fórmula complicada e obviamente não vamos interpretá-la. A título de exemplo bastante simplificado, na eventualidade, por exemplo, de um racionamento de 20% – vamos admitir que tivéssemos um contrato de 100 megawatts/hora –, utilizando as hipóteses simplificadas que aí estão, as geradoras ver-se-iam obrigadas a contratar 85 megawatts. Se o racionamento é de 20% e o contrato era de 100, este seria reduzido para 85, não a energia. Nesse caso, aparece a grande questão da liquidação.

O Anexo V não é um problema grave, mas a liquidação. Na hora em que se tem um contrato de 85,8 e a população está fazendo um racionamento de 20%, o distribuidor ou um comprador de energia fica com uma sobra de 5,8% megawatts. Coloquei 100% exatamente porque pode-se pensar em percentagem ou em megawatt/hora, tanto faz.

Queria mostrar qual é a sobra. Ou seja, um gerador qualquer tem um contrato de 100 megawatts ou 100%. Então, a aplicação do Anexo V reduziria esse contrato para 85,8 e a população economizou 20%. O distribuidor ficou com uma sobra. Ele tem um contrato de 85, mas não pode entregar 85% porque a população só está consumindo 80%, pelo esforço dela. Então, fizemos uma conta muito fácil. A despesa que os distribuidores teriam para pagar esses contratos, 85,8, que é o contrato, multiplicado pela tarifa em torno de R\$45,00 o megawatt/hora, daria uma despesa de R\$3.800,00.

Ocorre que, como o distribuidor tem uma sobra, não consumiu, pelas regras do mercado, sem considerar o acordo de recompra. Ele tem direito de pegar aquela sobra e receber. É como se ele tivesse um título de energia. Isso é puramente financeiro, não é fisco de energia. Ele pagaria para receber 85%, R\$3.800 megawatt/hora, e com 5,8 recebia de volta das geradoras 3.800. Então, em outras palavras; se entregava um contrato de 85% de energia, recebia por um lado 3.800 e tinha que pagar 3.800 de outro lado. Logo, você entrega energia e não recebe nada. Essa é a forma de liquidação, não é o Anexo V; é a forma de liquidação do Anexo V, que é diferente.

Ocorre, que o Paulo Born acabou de falar, que numa escala menor, durante a discussão da regra de mercado, nós, as geradoras nos apercebemos, não por racionamento, mas nos apercebemos que essas pequenas sobras poderiam ocorrer em épocas muito complicadas do ano. E quando percebemos isso? Em janeiro de 99. Com a desvalorização cambial, houve um freio na economia, e essas sobras, não da ordem de 5,85%, elas começaram a aparecer de 0,1 e 0,2 e com os preços muito elevados, eles contrataram todas as energias dos geradores, não seria justo aprovar uma regra que iria colocar esse risco e o ônus nos geradores.

Essa discussão foi travada inicialmente no âmbito do Comitê Executivo do Mercado Atacadista de Energia e foi aprovada, por unanimidade, nesse Comitê. Que proposta foi essa? A partir de 2003, quando todos os geradores terão parte de sua energia liberada, nenhum gerador vai vender mais toda a sua energia, porque ele vai sempre ficara com uma certa re-

serva, para evitar que essas exposições ocorram. Obviamente que quando se pensou nesse modelo de mercado aberto, de liquidação, como se faz com os títulos – inclusive esses contratos foram anteriores e realizados com volumes pré-definidos e a totalidade dos volumes. Então, levamos essa proposta para a Assembléia do MAE. Agora, é importante dizer que não foi uma simples proposta. Os geradores só aceitavam votar o Acordo de Mercado – e digo aos senhores que as regras de mercado para serem aprovadas precisavam de 60% dos votos dos geradores, se esse acordo de recompra fosse realizado. Finalmente, os representantes dos distribuidores, no âmbito do Comitê Executivo do MAE, aprovaram por unanimidade e encaminharam positivamente na Assembléia do MAE.

Quero dizer aos senhores que na Assembléia Geral do MAE – aí são os agentes, ou seja, as empresas – com a presença de 95% dos distribuidores do País e 99% dos geradores, esse acordo de recompra foi acordado. O que significa esse acordo de recompra? Na eventualidade de haver sobras de energia devido a contratos iniciais, essas sobras não sofreriam essa liquidação, aqui aplicada de 684. Essas sobras ficariam com créditos de energia, os quais poderiam ser utilizados pelos detentores de energia, até 31 de dezembro de 2002. Se até 31 de dezembro de 2002, essas sobras não fossem utilizadas, os geradores se propunham a liquidá-las pela quantia de R\$4,00, a preço de hoje.

Então, a diferença nessa discussão – e eu tenho todo o respeito pelas teses atuais dos distribuidores. No fundo, essa discussão está ocorrendo, porque nenhum de nós fez previsão de racionamento. Se soubéssemos que iria haver previsão de racionamento, não haveria regra de mercado, porque nunca aprovaríamos uma regra para liquidar esse risco; seria uma irresponsabilidade se isso acontecesse. Digo também, que se os distribuidores soubessem do racionamento, não tinham aprovado o acordo de recompra. Essa questão está sendo colocada, há uma divergência, obviamente se fala muito em respeitar o contrato. Estou mostrando aos senhores que existe uma cláusula contratual muito clara, com respeito à questão do racionamento, em que sempre há uma dúvida jurídica. E ainda existe esse recurso – inclusive tenho uma cópia – da Assembléia Geral do MAE.

Se os senhores forem olhar nos Anais do Mercado Atacadista de Energia, essa discussão foi tão séria, que a Assembléia foi aberta no final de dezembro de 1999, e se passaram 60 dias sem ser votada, porque essa questão do acordo de recompra era cru-

cial para todos nós. E o acordo de mercado só foi votado no final do mês de fevereiro do ano seguinte, do ano 2000, com esse acordo de recompra aceito e negociado, na realidade, com os agentes. Eu volto a repetir, não se pensou nunca num racionamento da monta de 20%.

Bom, eu acho que é importante, que a Dr^a Solange foi muito feliz, e nós temos a obrigação de dizer aqui para os representantes da sociedade que o racionamento hoje, por si só, já traz uma perda de receita muito grande. Por exemplo, sabemos que, no fim de tudo, a receita do setor elétrico brasileiro quem paga é o consumidor. E sempre será. Quem consome é quem paga. E ela remunera. A tarifa cobre os custos de transmissão, distribuição e geração. E nós sabemos, inclusive, que quando uma empresa como a nossa, geradora, fatura 20% a menos, ela tem perda de 20% em sua receita. E ela está lá com os seus investimentos, sobretudo os ativos continuam a mesma coisa. A mesma coisa vale para uma distribuidora e isso é algo que traz um desequilíbrio muito forte para todos os setores da Nação. Com certeza, é esse um dos problemas principais que afligem todos os setores, mesmo o setor de geração.

A questão da falta de investimento foi identificada. Agora, não existirá investimento se não houver remuneração. Com isso concordamos: é preciso haver remuneração. Então essa questão é muito séria. Todas as empresas, sem exceção, hoje, no Brasil, de geração e distribuição, estão perdendo 20% do seu faturamento.

Agora, nós achamos – e aí posso até me diferenciar dos meus colegas geradores ou distribuidores – que essa é a perda cidadã. Essa é a perda que eventualmente temos que absorver, porque a sociedade também está fazendo um esforço muito grande para consumir 20% a menos.

Entretanto, há perdas que não é possível absorver, porque você está fazendo investimentos e precisa que esses investimentos sejam remunerados. E sabemos que a perda de 20% é uma perda transitória. Quando o sistema se reequilibrar novamente, a oferta e a demanda, a tendência é haver uma recuperação em médio e em longo prazos.

Nós, Senador, infelizmente, temos essa experiência no Nordeste. E sabemos que em 1988, após o racionamento de 1987, em relação ao mercado previsto, ainda continuou havendo uma certa redução, mas depois o mercado se recupera em dois, em três anos.

E dependendo do investimento que venha a ser feito e do equilíbrio econômico do País a tendência do

nosso mercado é crescer fortemente. Então isso é uma coisa importante.

Agora, uma coisa não está sendo falada. É a questão da energia livre, que é algo que nos preocupa, porque é outro ônus que os geradores não suportarão. E por que eu digo que os geradores não suportarão? Os geradores não têm condição de pagar uma despesa maior do que a sua receita.

E o que é essa energia livre? Eu estou aproveitando a presença aqui neste fórum, porque estamos tratando do Anexo V. Eu quero dizer a V. Ex^{as} que o ônus da energia livre para os geradores, e até para o próprio sistema, é tão grande quanto ou maior do que eventualmente o Anexo V. O Anexo V pode ser administrado da forma que nós pleiteamos sem trazer nenhum prejuízo para nenhuma das partes, praticamente.

Aliás, os geradores tomaram a decisão de efetuar seus faturamentos provisoriamente baseando-se – porque nós não temos ainda a contabilização – em valores estimados de acordo com a Cláusula III e o § 7º, o que informamos aqui. Energia livre quer dizer o seguinte: para nós, geradores, particularmente para os geradores que desestocamos – e a Dr^a Solange falou sobre isso –, houve um desestoque paulatino dos reservatórios. Sobre esses desestques os geradores não têm controle. Ela disse muito bem.

Hoje, o uso da água para geração de energia não é de responsabilidade. Então, houve um desestoque e esse desestoque foi feito paulatinamente. E, na medida em que nos desestocamos, atingimos uma situação em que os reservatórios ficaram em níveis muito baixos. E as geradoras, no momento do desestoque, receberam tarifas reguladas. Uma geração nova que vier a entrar no sistema – se o sistema estiver em racionamento como hoje – teria que pagar essa energia a R\$684,00, energia que ela, eventualmente, não terá possibilidade. Esta é uma das questões que estamos levando para a Câmara de Revitalização do Setor Elétrico porque, a esse preço, é impraticável, para não dizer impossível. E quando fica impossível, gera-se a inadimplência. Para os senhores terem uma idéia, os valores estimados, tanto do Anexo V pelos distribuidores, como os de geração livre, representam 6 bilhões, até dezembro, para cada um desses itens.

Então, para terminar as nossas palavras, ao pedir para passar, quero dizer que é importante observarmos a questão do Anexo V. É uma questão que para nós, geradores, hoje – e há, praticamente, uma unanimidade entre os geradores – resolvida do ponto de vista contratual e de regulamentação. E, quando

digamos resolvida é sob o nosso ponto de vista. Eventualmente, há o direito, aí, dos distribuidores discordarem. Agora, sob o ponto de vista social, é muito injusto que a população tenha reduzido a sua demanda em 20%; nós, obviamente, reduzimos a nossa receita em 20%; o distribuidor tenha reduzido em 20% e quem fez o maior esforço – que foi a população – não receber os R\$684,00 pela parcela que reduziu. Esses R\$684,00, teoricamente, ficariam sendo a receita pelos distribuidores que defendem que, para que eles recebam isto – e eles concordaram – nós, como geradores, tenhamos um aumento tarifário. Eles entendem, mas aí estaríamos recebendo um risco muito grande porque teríamos um aumento tarifário para compensar uma receita que é muito grande. Em termos de curto prazo – se fosse para ser repostada num único mês – para os geradores, representa um aumento de 100%. Mesmo que esse reajuste não chegasse para o consumidor final, criaria uma situação complexa na qual, resolvidas as outras questões – acredito que os distribuidores têm razão – de desequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão deles, exatamente como o nosso, poderá ser superada.

Muito obrigado e desculpe pela ultrapassagem do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Mozart.

Concedo a palavra ao Dr. Luciano Pacheco para a sua exposição. S. S^a dispõe de 15 minutos.

O SR. LUCIANO PACHECO SANTOS – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Sr. Deputado Antonio Cambraia, Presidente da Comissão Especial Mista da Crise de Energia, o Sr. Senador Paulo Souto, Relator desta Comissão e demais Deputados presentes, senhores e senhoras:

É evidente que esta é uma oportunidade ímpar de trazermos alguma contribuição a esse debate que temos acompanhado pela imprensa e, também, na Comissão. Vou trazer algo que, embora um pouco repetitivo, deverá acrescentar algumas visões do órgão regulador.

Poderemos dividir esta apresentação em dois tópicos: os contratos iniciais e o Anexo V. O que são os contratos iniciais? Por que foram celebrados? Qual a base legal e qual a atuação da Aneel nesse processo? E o Anexo V – o que é e quando se aplica?

Os contratos iniciais são instrumentos que regem as relações comerciais de compra e venda de energia elétrica entre geradoras e distribuidoras nesse período de transição. São contratos de Direito Pri-

vado. O Anexo V faz parte integrante desse contrato e a Aneel não é parte contratante nesse processo.

Esses contratos iniciais foram celebrados com o objetivo de permitir uma transição do modelo regulado para o ambiente competitivo – ou seja, há aquele período de transição no qual a energia hoje existente teria gradualmente uma liberação para o mercado competitivo, a partir de 2003, com as liberações de 25%; reduzir o risco de impactos tarifários imediatos aos consumidores finais; manter os preços e os volumes de energia nos mesmos níveis dos contratos de suprimentos anteriores; proteger as partes contra a exposição ao risco de variações acentuadas do preço **spot**.

A Lei nº 9.648, de 1998, no art. 9º, determina claramente que, “para todos os efeitos legais, a compra e venda de energia elétrica entre concessionários ou autorizados deve ser contratada separadamente do acesso e uso do sistema de transmissão e distribuição”.

O art. 10 diz: “Passa a ser de livre negociação a compra e venda de energia elétrica entre os concessionários, permissionários e autorizados, observados os seguintes prazos e demais condições de transmissão”.

Quanto aos demais prazos e condições, haveria um período, que iria de 1998 até 2005, com uma liberação gradual dos montantes contratados, a partir de 2003, e, durante esse período, haveria também a tarifa regulada.

Os montantes foram definidos. A lei determinou que os montantes deveriam ser determinados pelo GCOI e pelo GCPS, que eram os organismos que, até então, faziam o planejamento e a operação do sistema. Esses eram os organismos que detinham o conhecimento e a tecnologia para definir os montantes a serem contratados. Esses organismos contavam com a participação de todas as empresas do setor; eram coordenados pela Eletrobrás, e todas as empresas do setor participavam deles.

Então, coube à Aneel, nesse processo, homologar os montantes de energia e demanda de potência definidos pelo GCOI e pelo GCPS e também regular e definir as tarifas correspondentes. Naquela época, ao definir as tarifas, o processo foi feito visando, nessa cisão de tarifas para geração e para transmissão, reduzir ou minimizar os impactos ao consumidor final.

Nos contratos iniciais, qual é a atuação da Aneel? A Aneel estruturou os contratos iniciais. No início da definição dos contratos iniciais, estava em processo a privatização da Gerasul. E o condutor da privati-

zação da Gerasul, na época, foi o BNDES. Houve um trabalho conjunto pelo qual o BNDES colocou alguns tópicos, inclusive o Anexo V, no contrato de concessão.

A Aneel, inclusive com essa base desse contrato inicial, colocou isso em consulta pública, para que todos os agentes se pronunciassem e fizessem suas observações sobre os itens e as cláusulas que aquele contrato continha. A Aneel homologou os montantes de energia e demanda pactuados entre as empresas, estabeleceu as tarifas de energia e demanda e fixou os prazos para assinatura dos contratos iniciais. A Aneel, ao fixar prazos e determinar que as empresas assinassem os contratos iniciais, estava dando cumprimento à legislação, ou seja, à Lei nº 9.648.

O que é o Anexo V? É o mecanismo de redução de energia contratado em situação ideológica crítica, ajustando compromissos contratuais entre geradoras e distribuidoras. É uma redução contratual entre geração e distribuição. Quando se aplica? Quando a energia total gerada for menor que a energia contratada e o preço do MAE for superior ao preço limite estabelecido. Hoje, o preço do MAE é R\$190,72 por megawatt-hora.

Eu quis fazer rapidamente essa apresentação para que déssemos uma ênfase maior às intervenções e às perguntas. Aqui foram abordadas várias questões, e creio que, com esses tópicos apresentados, deixamos claro o papel da Aneel, como a Aneel atuou nesse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Pacheco.

Concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Paulo Souto, para os seus questionamentos e considerações.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as}. e Srs. Senadores, já se viu que, para os não iniciados, o assunto é complexo, embora eu também ache que até para os iniciados ele se revelou extremamente complexo, pelo menos pela diferença de enfoque com que foi aqui tratado.

Mas eu queria, inicialmente, fazer aqui um cumprimento, porque nunca vi tanta civilidade em se tratando de assunto em que, pelo que se sabe, estão sendo envolvidos interesses milionários, pelo que se diz. De modo que quero sobretudo cumprimentar todos os participantes deste painel e dizer que acho que talvez tenhamos avançado um pouco na compreensão desses problemas, sobretudo pela maneira

como foram tratados aqui, embora revelem discor-
dâncias realmente muito profundas e significativas.

Como sempre, tentarei ser conciso. Queria falar de um assunto que aparentemente não tem nada a ver com o Anexo V, aproveitando-me de uma frase que passou um pouco despercebida pela Dr^a Solange Pinto Ribeiro, quando afirmou textualmente que as tarifas de hoje estão abaixo da época das privatizações.

Esse é um assunto sobre o qual eu realmente gostaria de ouvir mais uma vez tanto a Dr^a Solange quanto a Aneel, porque temos ouvido ao longo desses depoimentos constatações eventualmente diferentes. Fala-se, por exemplo, que as tarifas sempre foram feitas com índices superiores aos índices de custos etc. No entanto, ela falou aqui muito claramente que essas tarifas estão abaixo da época da privatização.

Então, penso que precisamos ter na Comissão uma idéia bastante clara a esse respeito, mesmo porque está-se falando com bastante ênfase em aumento de tarifas e há essa discordância que tanto quanto possível gostaríamos que pudesse ser esclarecida aqui, neste momento. Apesar de termos a impressão de que os índices das tarifas estão, pelo menos aparentemente, acima de alguns outros preços que são concedidos no País, as distribuidoras estão dizendo que estão nitidamente abaixo da época da privatização. De modo que, apesar de não ser um assunto ligado diretamente ao Anexo V, é um assunto importante.

Quanto ao problema do Anexo V, em si, como eu disse, achei complexo, e confesso que algumas coisas não fui capaz de perceber completamente. Mas vejo um primeiro problema. É claro que contratos são contratos entre quaisquer entes. Isso é verdade. Mas se o setor de distribuição hoje é um setor que eu diria que é predominantemente privado e se o setor de geração é um setor que hoje é um setor predominantemente público, estamos tratando de uma conta que, no fim, vai ser uma conta entre o Governo, por meio de suas empresas geradoras, e o setor privado.

Então, esse é um primeiro enfoque, que pode não mudar muita coisa, porque afinal de contas contratos são contratos, mas, no fim, é um problema que vai dizer respeito basicamente a empresas que são controladas pelo Governo e distribuidoras que são, pelo menos até o ponto que eu conheço, preferencialmente controladas pelo setor privado.

Eu gostaria de não entrar no mérito. Com certeza, os dois lados vão obter pareceres formidáveis, cada um mais importante que o outro, com juristas

cada um mais capacitado do que o outro defendendo o seu ponto de vista. Isso vai ser fatal, sempre foi assim na história dessas questões. De modo que eu queria desviar o problema dessa análise meramente jurídica, e talvez – sei que talvez hoje não seja possível – pensar da seguinte maneira, esquecendo as regras de contrato em si, as regras do MAE, enfim, esses índices que são colocados, se esquecêssemos isso, que prejuízo efetivo teríamos pelo fato de não receber e não vender determinado percentual de energia em relação ao que seria o meu mercado previsto. Não pergunto, por exemplo, quanto obterei pelo fato de estar previsto que venderei 6% daquela sobra a um preço de R\$684,00, que, para mim, pode estar no contrato. Eu gostaria sair um pouco dessa ficção e não quero tomar, de forma nenhuma, qualquer partido aqui. Se fosse possível, eu gostaria de ir para um lado prático. Penso que cada um tem todo o direito de defender o que considera justo no seu contrato, mas, se pudéssemos esquecer isso, que prejuízos efetivos as partes teriam pelo fato de, eventualmente, não terem podido alcançar seu mercado previsto? Que prejuízos seriam esses para um lado e para o outro, naturalmente sem falarmos dos grandes prejuízos que sofreram as grandes indústrias que tiveram que diminuir seu mercado porque tiveram de reduzir sua produção, assim como o agricultor que também teve de diminuir sua produção, o qual, creio, não está protegido por nenhum desses contratos? Isso, talvez, nos daria a oportunidade de termos uma visão um pouco mais realista acerca de que tipo de prejuízo é esse que estamos tendo, não calculado em função de uma regra estabelecida no contrato. Mas se isso não existisse, se eu fosse obrigado por algum outro motivo que não fosse esse a reduzir minha entrega de energia nesses níveis, que prejuízos efetivos teria a partir disso?

Se eu pudesse ter essa idéia, ficaria satisfeito porque sei que o resto será resolvido entre pareceristas e advogados e, seguramente, ao final de tudo isso, vou continuar não entendendo tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Senador. Na verdade, uma das conclusões a que se chega é que este assunto, o Anexo V, tem de ser bastante discutido e negociado entre geradoras e distribuidoras. Em cada reunião que temos, o Anexo V vem à tona e com informações diferentes. Hoje, a informação que está explicitada na cláusula de que em situação de racionamento o Anexo V não se aplica, pelo menos, não nos foi dada antes. Portanto, há necessidade desta negociação até porque, vendo um **releasing** do jornal **Valor**, um **clipping** do dia 14 de setembro, está dito que a solução foi encontrada pe-

los geradores e pelos distribuidores, qual seja repassar para a tarifa essa diferença. Daí a necessidade de negociação entre as partes que são as verdadeiras interessadas, como o consumidor também é interessado em não assumir essa diferença, já que está sacrificado.

Vamos utilizar o mesmo sistema das vezes anteriores. Vou passar a palavra aos senhores parlamentares e, ao final, os expositores farão suas considerações e darão as suas respostas.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores expositores, cada vez fica mais claro para mim o golpe que a distribuidora e o setor privado querem dar no Governo. Ou seja, querem tugar o bolso do contribuinte, do usuário. Interessante, só querem que sejam cumpridos os contratos convenientes ao setor privado. Contrato só vale se for para beneficiar o setor privado. Está no contrato padrão que os regimes de exceção terão instruções específicas. Nesta Casa e nesta sociedade não tem ninguém que acredita em Papai Noel. Acreditar que o decreto que revogou emitiu aquilo acidentalmente é querer acreditar em Papai Noel e em duende. Aquilo já foi fruto de um **lobby** do setor das distribuidoras no intuito de criar essa confusão jurídica. Existem os pareceres porque o próprio Presidente de Furnas disse que não existiam argumentos jurídicos para a disputa. Mas como? O Decreto que estava vigorando desde 1987 foi justamente revogado por um outro decreto, e não houve ninguém, nem da Aneel, nem da ONS, nem da Câmara do Apagão, nem do Governo, dizendo que a cláusula oitava daquele decreto tivesse a ver com a população, que aquilo fosse a ressalva de não podermos transferir. Ou seja, passou despercebido. Então, abriu-se uma brecha, uma fenda, para que o setor privado pudesse buscar vários pareceres para confrontar o óbvio, para confrontar o que é justo, o que é de direito.

Além do mais, ouvimos aqui muitas vezes – o Senador Paulo Souto tem razão – que, além do contrato padrão, o setor de distribuição tomou conhecimento, antes da sociedade, de que ia haver racionamento, porque ele obteve a informação dos dados primeiramente. Então, nos contratos de privatização ou padrão, onde elas tinham uma obrigação, elas estavam liberadas a investir em 30% de geração. Nenhuma investiu em 30% de geração.

Então, acho que existe aí esperteza. Existe aquela questão de que, como somos países de terceiro mundo, se não cumprirmos os contratos, o capital

estrangeiro vai embora. Que capital estrangeiro é esse? É preciso que haja transparência com relação às contas que são apresentadas à sociedade, que não haja maniqueísmo, que não haja manipulação. O que se está pedindo é um orçamento!

Este País não tem R\$9 bilhões para investir neste orçamento agora para os 27 Estados da Federação, e vocês se acham no direito, numa interpretação maquiavélica, de esperteza, de querer tugar a Nação em R\$ 9 bilhões, achando que, se não cumprirmos, estamos sendo trogloditas, atrasados, rasgando os contratos. E vocês que não cumprem os contratos, que dão a interpretação? E o pobre do consumidor, do usuário residencial, que paga lá uma tarifa pela futura energia, que já foi dito aqui?

Quando se quer cumprir um contrato social, toda tarifa está lá – um delta “x”, que o cidadão paga para ter a garantia da energia futura. É verdade ou não? Pagamos ou não? Foi dito para todos que o cidadão paga uma taxa para ter assegurada energia futura. Aí, corta-se o seu contrato e fica por isso mesmo.

Senador, a Aneel mudou de opinião. No começo dessa polêmica, a Aneel estava contra essa interpretação, e o que começo a sentir agora é que esta já está a favor dessa interpretação. A Aneel está aí para defender os interesses da sociedade e não os das distribuidoras. Ela é uma agência com a finalidade de regulamentar.

Então, o Presidente de Furnas vem a esta Casa e diz isso; o Presidente da Chesf vem a esta Casa e diz isso. Quer dizer, a palavra desses homens não valem nada; o que vale é justamente o terrorismo de mercado. Se não se cumprir o contrato, eles vão colocar os dólares na mochila e vão embora. Isso é um assalto. Isso é uma acinte.

Agora, o Governo deveria fazer o seguinte: quem não estiver satisfeito, deixa a empresa aí, e vamos vender de novo. Há comprador para ela. Isso é o melhor negócio. Quanto a essa história de dizer que as tarifas lá atrás eram mais competitivas, desafio a Senhora a mostrar um trabalho, em preço real – queremos ver preço real –, porque o aumento, depois da privatização, foi o maior de todos.

É preciso que se diga que a inadimplência campeou, porque houve uma política de governo que queria mascarar uma hiperinflação, que não podia repassar. Não foi incompetência ou ineficácia das geradoras de energia ou das distribuidoras estatais, mas política de governo. Estado não pagava a conta; a tarifa não era verdadeira, porque a inflação era de 80% ao mês; o Governo não era forte e não tinha coragem.

O que vemos hoje são até correções. Esta Casa discute isso há dois anos. São contratos privilegiados para atrair o capital; contratos esses, segundo pareceres de economistas, que são retroalimentadores da inflação, porque estão indexados. Esse setor conseguiu até a reindexação que a denominamos em outros setores produtivos.

Como podem dizer que isso é muito seguro? Que seguro é esse que quebra as três grandes geradoras brasileiras? O que eles querem de seguro é mais do que o faturamento da própria geradora. Que compensação é essa? Vou pagar por algo que não foi entregue, mas que também não foi consumido pela população mais do que o faturamento de Furnas, Chesf, Tucuruí, Eletronorte? E está correto. Se Furnas não pode pagar, aumenta-se a tarifa. Cada um diz uma coisa.

O que aprendemos aqui, nessas 14 reuniões, é que o Brasil tem a maior tarifa urbana residencial do mundo. Vão dizer que é mentira! Teremos que fazer acareação aqui. Porque mostraram que o consumidor residencial de Nova Iorque paga mais barato do que os do Rio de Janeiro e São Paulo.

Apresentaram aqui mais de 100 cidades do mundo, dizendo que as tarifas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que têm a matriz hidroelétrica mais completa do mundo, são as mais caras. Alguém está mentindo para nós, e temos de saber quem é. Os dados não podem ser manipulados assim. Esta é a Casa do povo. Não se pode chegar aqui e dizer o dado que lhe convém. Estamos partindo do pressuposto de que os dados e tabelas aqui apresentados são verdadeiros.

No Brasil, o consumo residencial está subsidiando o consumo industrial, o setor produtivo. Precisamos definir isso. Como disse o Presidente da Chesf, o povo se mobiliza patrioticamente não consumindo energia e terá que pagar com aumento de tarifa ou com imposto ao Tesouro. O Senador fez a pergunta correta: e quem vai pagar o prejuízo da indústria que não produziu também? As pessoas que estão comprando as estatais brasileiras querem risco zero. Para um produtor de varejo que tem uma fábrica de laranja, se não chover e a safra não for suficiente, ele irá produzir menos. É o risco do negócio dele. Qual o risco de quem comprou distribuidora ou geradora de energia na base hídrica? É se há água ou não. Eles dizem que o risco tem que ser zero. É aquela teoria: o prejuízo dos setores privilegiados se socializa e o lucro é só deles. Não dá mais!

Não sou contra a privatização, não, mas as regras têm que ser justas e transparentes. O que se

quer fazer aqui não se faz nos países civilizados – não fazem nos Estados Unidos, na Europa. Não é assim, não! Lá, para se majorar uma tarifa, passa-se até um ano discutindo, nos conselhos de consumidores, no Congresso. Aqui há uma norma que dispõe que, se, em 60 dias, não sair... Não pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Conclua, Sr. Deputado. Há vários inscritos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Quer repudiar a questão dos contratos. Acredito na palavra dos Presidentes da Chesf e de Furnas. Eles não estão a serviço de nenhuma interpretação, mas de algo justo. Não é certo que alguns queiram ser mais espertos que outros. Se é para se cumprir contrato, vamos cumpri-lo na sua interpretação cabal, completa, com todas as consequências. Não sou advogado. Mas há muito advogado que diz o seguinte: o contrato não pode ser desequilibrado, leonino, inexecutável. Esse contrato aí tem características para ser nulo pela sua aberração. Admiro a posição mais sensata do representante da Duque: existe um outro acordo que possibilita liquidar a energia física até o ano que vem. É mais sensato. É um mecanismo que protege e que foi feito para ambos os lados, não desmantela e desequilibra nada, não avilta a consciência de ninguém. Que contrato é esse?

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e vou concluir.

Eu já ouvi esse assunto de várias geradoras. As assinaturas dos contratos foram impostas. Deve-se apurar do Governo quem impôs. É necessário assinar e, caso não se devolva, haverá multa. Atuaram a serviço de quem? Por que isso não foi discutido? Por que não se ponderou justamente a contra-argumentação? Veio a ordem lá de cima: “Ou assina esses contratos ou...”. Não pode ser assim!

Eles já haviam assumido. Quem deu essa ordem assumiu que tudo seria privatizado e que o Congresso Nacional não tinha mais nenhum poder de interferir e de averiguar essa questão. Isso não está correto, Sr. Presidente. Quanto a esse assunto do Anexo V, quem é do do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e sente falta de dinheiro para tudo não consegue ouvir calado nem se manter equilibrado. Nós nos destemperamos ao ver alguém dizer: “Tem de pagar a conta de oito bilhões”. Não há dinheiro para fazer nada e, aqui, agora, temos que encontrar um modo de satisfazer a gana desses espertalhões.

Portanto, seremos contra esse ponto. Não se trata de solução jurídica, mas de solução política, porque a jurídica está muito clara. Se é para cumprir o

contrato, cumpra-se integralmente. Está previsto esse dispositivo para qualquer contrato, em qualquer setor. Há, agora, o exemplo de Nova Iorque. Verifiquemos se, naqueles contratos, existe cláusula de excepcionalidade para guerra ou para terror. Em qualquer contrato, há essas excepcionalidades. Um racionamento dessa magnitude não foi previsto, mas o contrato era tão bem feito que previa ocorrências fora da normalidade.

Queria vê-los emplacarem um contrato desse no mundo civilizado, porque, se isso ocorresse lá, eles seriam expelidos pela vivacidade, pela esperteza e pelo oportunismo. No nosso caso, pretendem macular-nos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado João Caldas, para fazer os seus questionamentos.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, posso usar o tempo do Deputado Clementino Coelho?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – V. Ex^a dispõe de três minutos.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, serei breve.

Quero corroborar as palavras do Deputado Clementino Coelho em gênero, número e grau. V. Ex^a percebeu, há pouco, que o Anexo V apresenta todo dia uma mudança e haverá outras. Deverá ser chamado de Anexo I, II, III, IV ao bel-prazer.

Ontem, houve uma reunião em que foi levantado o problema, Sr. Relator, das resoluções da Câmara de Gestão, que regulamentou as PCHs, as termelétricas e as eólicas. São três portarias. Aproveitando a presença de um representante da Aneel, uma das reclamações era o não-cumprimento da Portaria nº 170 da Aneel referente à co-geração da biomassa. O Deputado Clementino fala sobre o **lobby** violentíssimo e descarado nesse setor; não há nenhum pudor.

Nem a Aneel consegue deixar que se usem as linhas de transmissões. Ela regulamenta, mas as concessionárias não deixam. Ontem, conversando com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, abordei esse assunto exatamente nessa linha e com essas palavras, e ele ficou surpreso.

A Comissão encaminha-se bem e está sendo muito bem presidida com muita responsabilidade. O Relator e o Presidente são assíduos, freqüentes e dedicados.

Cobrei do Presidente da República uma resolução da Câmara de Gestão que regulamenta a bio-

massa. Ela ainda não foi expedida, mas já está minuída pelo Ministro Pedro Parente. Trata-se de uma matéria importante e estratégica. O Presidente ficou surpreso e disse: "Não é possível continuar assim. Isso deve sair nesta semana. Pensei que já tivesse saído. Tenho conhecimento dela".

Então, foi boa a posição da nossa Comissão Mista. Sr. Presidente, esses contratos precisam ser revistos e não podem ser leoninos. Um contrato deve ser bilateral e não pode haver regras impostas. Vivemos em uma sociedade muito fragilizada e somos seus defensores e protetores.

Fala-se no capital externo, nos investimentos e nos dólares. Conheço o capital externo que vem para o Brasil. Todos são do BNDES. Aliás, apenas privatizam e entram em leilão quando há um contrato prévio. Define-se previamente se haverá privatização e quanto se emprestará. Faz-se um contrato e vai-se a leilão com a segurança de que o BNDES bancará. São os dólares que vêm de fora.

Sr. Presidente, não quero nenhuma delonga, porque, quando o nosso empresário deixa de produzir, tem prejuízo e reduz as metas, há o grande déficit social do desemprego, da quebradeira e da baixa do PIB. Logicamente, as distribuidoras não querem perder recursos em hipótese alguma. Conseguem informação privilegiada, como disse o Deputado Clementino Coelho, e sabem de tudo antes de nós.

Gostaria de que esta Comissão apresentasse resultados e não fosse igual às outras. Não estou generalizando, porque isso é muito perigoso. Estou preocupado com o Ministro Pedro Parente, que somente virá a esta Comissão depois de várias discussões. Precisamos pragmatizar esta Comissão. Devemos discutir esses assuntos – principalmente porque estamos com muita responsabilidade – em uma reunião de trabalho com a Câmara de Gestão, com o Ministro Pedro Parente, com os membros desta Comissão e com o Ministro José Jorge. Precisamos realizar uma reunião de trabalho, se possível fechada, pois essas dúvidas serão todas dirimidas. De fato, é necessário esclarecê-las. Faço essa sugestão. Não podemos continuar prolongando essas reuniões.

O Senador Paulo Souto está fazendo o seu relatório. S. Ex^a é um estudioso e tem vivência, pois já foi até Governador da Bahia. Tem uma responsabilidade, porque está na porta do Nordeste. Precisamos de um Estado que faça a integração do Norte com o Sul.

Portanto, a minha sugestão – espero seja analisada pelos nossos Pares – é que haja uma reunião de trabalho. Precisamos dirimir muitas dúvidas e há assuntos que carecem de urgência, porque está haven-

do especulação e o tempo está passando. Os contratos serão feitos e registrados em cartórios, nas bancas da Avenida Paulista e nos grandes complexos de advocacia. Depois, passarão a ser juridicamente perfeitos. O povo terá de aceitar isso. Devemos antecipar-nos e uma maneira de fazer isso é justamente a realização de uma reunião de trabalho. Deixo essa sugestão, porque já está na hora de tomarmos mais uma providência prática.

Agradeço à Comissão, ao Relator e a V. Ex^a por se terem preocupado com a resolução que regula a biomassa e que já teve efeito. O Ministro Pedro Parente inclusive já está acelerando. Apesar de o referido Ministro assinar, o problema está no Ministério de Minas e Energia. Com a interferência agora do Presidente da República, essa resolução deve ser expedida. A nossa ingerência em relação a esse assunto foi boa.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Deputado João Caldas.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, peço a sua permissão para fazer apenas uma interferência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo-lhe um minuto.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Preciso apenas de meio minuto.

Sr. Presidente, sou Relator, nós vamos tomar uma posição nisso, porque daqui a pouco vão aparecer os representantes das distribuidoras aqui, propondo uma solução fantástica, dizendo: “Olhe, essa conta está resolvida. O Governo entrega Furnas, Chesf e Eletrobrás. Pronto. Entregou, zerou a conta, aí eles vão gerar o negócio”. Se a gente não tomar posição, porque a posição não é mais jurídica não – a jurídica está do nosso lado –, é política. Porque se não tomarmos essa posição vai aparecer aqui alguém, nesta Comissão, que vai ter a ousadia de dizer, ou então na imprensa, que o BNDES está aí, criando um grupo para encontrar medidas compensatórias que possam ser o meio do caminho. Não há meio do caminho não. Qualquer negócio no mundo tem risco, tem que correr risco. Não existe negócio sem risco, se é que nós queremos transparência nas nossas privatizações, na nossa democracia.

Então, devemos tomar uma posição, segundo meu ponto de vista, porque senão vão propor aqui: “Olhe, por causa da conta, que até dezembro é R\$8 bilhões, mas se o racionamento for até março ou julho, pode ser R\$12 bilhões, R\$14 bilhões, e a gente

aceita. Eles vão fazer uma concessão. A gente aceita tomar conta desse problema que vocês têm, que é gerir a Chesf, Tucuruí e Furnas”. Então, temos que tomar uma posição firme nisso.

O SR. JOÃO CALDAS – A título de informação, assisti a uma entrevista do Presidente do BNDES em que ele diz categoricamente, afirma e reafirma que a energia no Brasil é muito barata, depois justifica: “A energia cara é a que não se tem”. Não é o caso do Brasil. Nosso problema é outro. Temos mil formas de ter energia, o que houve foram outras coisas. Então, o Presidente do BNDES categoricamente afirma isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Vamos retornar a palavra aos expositores na mesma ordem das exposições.

Concedo a palavra à Dr^a Solange para suas respostas e considerações.

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Vamos usar alguns slides de apoio se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Pois não.

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Eu gostaria de colocar uns slides de apoio aqui, para a gente poder discutir melhor algumas coisas que foram colocadas.

Primeiro, só um breve comentário que o Paulo Born colocou, o Mozart também, em relação ao acordo de recompra. O acordo de recompra existe, mas é para uma situação totalmente diferente dessa. Pelo acordo de recompra, a primeira coisa que você tem que fazer, pergunto a Mozart: você tem energia para me entregar?

O SR. MOZART SIQUEIRA – E eu lhe respondo: você tem mercado para entregar a sua energia?

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Eu lhe pergunto: você tem energia para me entregar? Você vai me dizer: não. (Risos.) Você não tem energia para me entregar. Então, primeiro...

O SR. MOZART SIQUEIRA – A energia que eu... se você consumisse os 86% eu teria, mas o mercado só está conseguindo...

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Você não teria, Mozart, tanto que, pelo fato de você não ter essa energia, estou reduzindo meu mercado além do necessário.

O SR. MOZART SIQUEIRA – Este é o problema, Solange: a pergunta que você fez eu me sinto na obrigação de dizer que a energia estará contratada se você puder puxar da rede; você tem direito, puxaria sem problema nenhum, e eu seria obrigado, de uma forma ou de outra, a lhe entregar.

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Não seria, porque pelas leis do racionamento sou obrigada a manter meu mercado abaixo de um certo valor.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Você não tem para quem entregar, se você é obrigado a manter abaixo.

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Vamos ouvir as respostas da expositora.

O SR. MOZART SIQUEIRA – Solange, eu só queria dizer o seguinte, só para ficar claro, pois acho que houve duas coisas: as distribuidoras são obrigadas a reduzir o racionamento para reduzir o mercado para 80%, ou é o consumidor? Quem é obrigado pela lei?

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – O consumidor, mas a distribuidora tem a obrigação de fazer com que isso aconteça. Você acredita, Mozart, que tenho que chegar para o meu consumidor e dizer: “Você poderia, por favor, não comprar a única coisa que posso vender?” E ao reduzir meu contrato de 20%, minha margem – respondendo um pouco à pergunta do Ex.^{mo} Senador Paulo Souto – a minha perda vai para a faixa de 40%.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Explique isso aí.

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Vou colocar uma coisa aqui que vai ajudar. (Pausa.)

O SR. CLEMENTINO COELHO – Dentro desse negócio não tem **break even** não é?

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Não, não tem.

Acho, Ex.^{mo} Deputado, importantíssimo, a gente estar inclusive tendo a oportunidade de conversar sobre isso aqui. Entendo que esta Casa tem um papel fundamental nisso tudo e o que queremos realmente é transparência, discutir os problemas do setor elétrico brasileiro com clareza. Anotei vários tópicos, sobre os quais pensamos de forma parecida.

Sou nordestina, trabalhei treze anos na Chesf, conheço a realidade do Brasil e as coisas que são importantes e até por isso as preocupações que tenho. O debate de tarifa talvez mereça uma audiência específica para conversarmos sobre o assunto por ser grande e é importante termos o conhecimento disso.

Pedi para fazer uma espécie de radiografia da conta de energia elétrica para verificarmos tudo. Essa é uma conta de energia para várias situações. Se a pessoa consome 100, 200, 220 ou 500 kw/h. Nessa

situação, o que é imposto, o que é energia comprada e o que fica com a distribuidora?

De uma conta de 100 kw/h, o valor cobrado é de R\$10,61 e ficam com a distribuidora R1,92. O que é isso? Simplesmente impostos repassados para a minha conta de energia. Esse valor altera ao longo do tamanho da conta e chega-se à situação em que, para um consumidor de 500 kw/h, tem-se 30% de carga tributária. Com certeza é maior carga tributária do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – O Sr. Relator tem a palavra na hora em que quiser.

O SR. PAULO COELHO – Qual é o peso do custo de energia? É em cima da despesa ou da receita?

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Do custo da conta.

Estamos tentando cobrar uma conta de energia. Essa é uma dificuldade que temos e que é fruto de um setor elétrico que passou muitos anos sem conversar com a população. Esse é um momento de crise e diz-se que, em momentos de crise, nós crescemos, aprendemos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – A senhora me permita uma observação.

Não vamos sofismar com a radiografia da conta porque ela era a mesma quando vocês compraram.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Coelho) – Deputado Clementino Coelho, não é cabível, não é permitido.

O SR. CLEMENTINO COELHO – É a mesma, não mudou.

O que interessa ver é a remuneração líquida da companhia dela que quando foi privatizada era assim e não foi diferente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – V. Ex^a poderá fazer a réplica, mas não na hora da exposição.

Peço a V. Ex^a que não interrompa.

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – A questão para a qual quero chamar a atenção é a de que a distribuidora é simplesmente o canal de contato com o consumidor. Funciona como em um supermercado onde compro alguma coisa e repasso e boa parte do dinheiro que passa pela minha mão é para repassar para a minha compra de energia e para impostos. Chegando-se a uma situação como essa praticamente se tem 30% de carga tributária.

Este é um assunto que merece uma análise mais profunda. Talvez hoje não seja o dia mas propício. É importante conversarmos sobre procedimentos

futuros. Há outros pontos que queria mostrar e que talvez respondam.

Quando falamos em reajustes tarifários – no caso, o exemplo é da Eletropaulo – nos referimos àqueles em que a grande responsabilidade pelos ajustes tarifários não está na parcela corrigida pelo IGPM e, sim, no aumento dos custos não-gerenciáveis. Entre elas, por exemplo, 30% da energia da Eletropaulo é devida à compra de energia de Itaipu, uma empresa do Governo que cobra a energia em dólar.

Do que é composta a nossa tarifa na parte dos não-gerenciáveis que são os repasses? São os encargos, custos de transmissão de energia comprada que compõem a grande parte da tarifa. (Pausa.)

Em relação à recompra, gostaria de aproveitar para fazer uma colocação. O princípio negociado no acordo de recompra, como o Mozart colocou, provocou uma situação na qual havia retração do consumo. Ou seja, o risco é do distribuidor. Comprei energia, paguei 100% em meu contrato, e não tenho o que fazer com o resto.

A primeira pergunta, como dizia o Mozart: existe oferta? Há disponibilidade de água para uso futuro? Existe a probabilidade de que o investimento se verifique? É um acordo no qual peço que não me entreguem a energia agora, que a guardem, pois usarei daqui a algum tempo. Mas isso parte do princípio de que a energia me será entregue daqui a algum tempo, o que não é a verdadeira situação agora.

No caso do Anexo V, não há oferta. Há redução compulsória da carga. Não há disponibilidade de energia para uso futuro. Redução da oferta, o risco é do gerador. Como disse, um dos problemas principais, bem colocado pelo Mozart, é que, se remontarmos ao passado e verificarmos como foram definidas as energias asseguradas, de fato, é como se dissessem que, se houvesse a opção hoje de realizar um contrato, certamente não o faria pelo valor total da minha energia. Guardaria alguma para fazer um **head** em uma situação à qual precisarei recorrer a ela. Portanto, toda energia do sistema foi consumida pelo mercado a esses preços num período determinado. Seguindo um princípio de clareza e transparência, que considero importante, as coisas devem ser equânimes para os dois lados. No caso da Eletropaulo, por exemplo, nos meses de março e abril obteve um aumento de mercado que não cobriu os contratos que possuía. Eram os industriais que, percebendo que já havia um racionamento, produziram além da conta. Tive de ir a esse mesmo mercado. Tudo bem. Não paguei seiscentos e oitenta e quatro, mas paguei quatrocentos e

cinquenta por essa energia. É uma situação na qual devemos ver os dois lados, como ela acontece.

Por acaso, não disponho de dados no momento. Mas terei o maior prazer em debater o assunto com V. Ex^a. É uma grande verdade o que o senhor mesmo colocou, a tarifa do consumidor residencial subsidia o consumidor industrial. É verdade. O consumidor residencial no Brasil paga tarifa de Primeiro Mundo. É fato. E de onde vem isso?

O SR. CLEMENTINO COELHO – Então, já concordou comigo?

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Concordei que há um subsídio cruzado...

O SR. CLEMENTINO COELHO – Já concordou que a tarifa aqui é mais cara do que em Nova Iorque e em Paris. E disse que era a mais barata do mundo.

A SRA. SOLANGE PINTO RIBEIRO – Não. A tarifa média no Brasil... Não me fez entender bem. O senhor me desculpe. A tarifa média do Brasil é baixa. Com certeza. Mas há especificamente uma certa classe residencial, certamente a do senhor e a minha, que paga tarifa de Primeiro Mundo. E há um subsídio enorme para o consumidor industrial, com certeza, que paga uma das tarifas mais baratas do mundo, como é o caso do consumidor da indústria de alumínio. Isso foi tema de discussão na reunião anterior.

É importante colocar também que talvez seja um novo momento. Há um racionamento, bastante agravado, de 20%. Talvez nunca tenhamos pensado nisso. Se o racionamento fosse de 15%, o Anexo V seria perfeito. Não haveria repasse nenhum de valor de um lado para outro, e também, nos meses de janeiro e fevereiro, uma redução no racionamento inverte a posição, dando, assim, a proteção. Ou seja, o Anexo V dá esse resultado em função de uma profundidade maior do racionamento.

Gostaria de me referir a outro ponto. Trata-se da intervenção do Governo em contratos. O que queremos no final? Queremos tarifas as mais justas e baratas possíveis. Creio que é o que todos queremos. Quando queremos isso, desejamos o capital empregado nesses novos investimentos o mais barato possível, o melhor capital. Realmente, para você fazer isso, não há mágica: ou o consumidor paga, ou o contribuinte paga, se o Governo investe. Pode ser uma opção do Governo. Creio que é uma opção legítima, inclusive, se o Governo prefere investir no setor de energia, em vez de investir em outros setores. Só que isso traz consequências no déficit público.

Na hora em que se está tratando da atração de capital, de capital que não veio do BNDES – no caso

específico da nossa empresa, investimos US\$6 bilhões no Brasil –, todo esse investimento é feito, no mundo todo, em função disto: respeito de contrato; ou seja, o dinheiro mais barato que se pode ter para fazer os investimentos e, no final, ter o resultado que certamente todos querem.

Um custo de capital mais barato é quando se tem um ambiente regulador forte e contratos que possam ser respeitados. Eu diria que o mais trágico que pode acontecer quando o setor precisa de investimento é ter o Governo intervindo em contratos.

Creio que, como foi dito pelo Senador Paulo Souto, existem controvérsias, existem pontos de vista. Quer dizer, tenho quatro pareceres, como ele mesmo disse – tenho toda uma visão jurídica em relação a isso, e somos partes opostas aqui, gerador e distribuir –, mas o importante é enfatizar que é bem forte esse ponto.

Não gosto de ouvir a dicotomia de que se vai transferir recursos da Chesf estatal para a Eletropaulo privada. No final, se se quer um setor elétrico sadio – um gerador internacional também temos aqui presente –, é preciso principalmente tratar todo mundo igual. Não se pode dar um tratamento diferenciado para a Chesf, porque a Chesf é uma empresa estatal. A tarifa da Chesf está baixa, está muito abaixo – o Mozart com certeza sabe disso, dos reais valores que deviam ter. Isso por quê? Porque o contribuinte já pagou por isso. À medida que a tarifa da Chesf tem um valor maior, o que acontece? Haverá caixa na Chesf inclusive para se investir em outras áreas, em vez de o Tesouro ter de buscar dinheiro para investir nisso aí.

Soluções como essas creio que são muito importantes.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui para discutir essa questão. Estaremos sempre abertos para conversar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr^a Solange.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Born para as suas respostas e considerações finais.

O SR. PAULO HENRIQUE SIQUEIRA BORN – Eu gostaria de fazer umas observações de caráter geral.

Creio que realmente a situação de um setor de geração predominantemente estatal cria essa situação, que se nos apresenta como uma situação envolvendo, de um lado, empresas estatais e, de outro, empresas privadas. Mas tenho certeza de que essa polêmica sobre os contratos estaria aqui colocada se o setor de geração fosse já predominantemente priva-

do, se tivesse ocorrido a privatização de algumas geradoras a mais. Certamente as geradoras privadas estariam na mesma posição que têm os geradores estatais. Está havendo essa dúvida, e essa polêmica sobre a interpretação dos contratos estaria acontecendo da mesma forma, ou seja, realmente existem interpretações diferentes, elas aconteceriam de qualquer maneira.

Creio que temos que criar o caminho de uma solução razoável para as partes, uma solução que não concentre nem perdas e nem riscos, em um segmento ou em outro. Isso, independentemente, obviamente, como representante do capital privado, da propriedade dos ativos.

Penso que temos que buscar uma solução que equilibre a situação dos agentes do setor, geradores e distribuidores; que lhes dê uma condição de saída dessa crise, que seja equitativa em termos de impactos e que seja razoável. A busca dessa solução que recomponha o equilíbrio econômico-financeiro aconteceria se tivéssemos empresas totalmente estatais também e houvesse uma situação grave como a que está ocorrendo. Ou seja, haveria a busca por aumentos de tarifa numa situação em que eventualmente a redução de receita pode ser tão grave que nem sequer os custos operacionais podem ser cobertos. Então, creio que a discussão dever-se-ia concentrar nas parcelas, nos impactos de uma maneira absolutamente transparente: quais são os impactos e que impactos é justo recompor para que a situação econômico-financeira de geradores e distribuidores seja sustentável. Acho que, do ponto de vista dos geradores, deveríamos ter na mesa os custos reais e evitar-mos trazer à pauta de reajuste tarifários custos que são fruto dessa pendência de interpretação dos contratos. Ou seja, achamos que esses custos do Anexo V deveriam ser tratados de preferência até com a interpretação da cláusula 7^o, §3^o, de forma que não estivessem na mesa, estivessem os custos reais, os impactos que precisam ser cobertos e precisam dar sustentabilidade para o setor, para o setor privado, para o setor público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Paulo Born.

Concedo a palavra ao Dr. Mozart, para suas respostas e considerações.

O SR. MOZART SIQUEIRA – Acho que foi muito proveitoso. Entendo essa situação de expormos um assunto que é estritamente contratual e com fórmulas matemáticas complexas, mas me parece que fomos

bem sucedidos com as intervenções do Presidente e do Relator da Comissão, assim como dos Deputados que aqui falaram.

Eventualmente, algumas pessoas podem ter estranhado a boa relação que temos dentro do setor. Elas são civilizadas, mas são muito firmes de lado a lado e, certamente, não vamos abrir mão de nossos pontos de vista.

A Dr^a Solange me fez uma pergunta no início de sua resposta, se eu teria energia para entregá-la, e respondi se ela teria mercado para que se repassasse energia. Respondi dessa forma porque, na realidade, nós sabemos – nós, empresas de geração, e isso as empresas de geração têm consciência, inclusive eu gostaria de dizer isto aos Parlamentares aqui presentes – que há um ônus, e penso que sabemos que vamos ter que arcar com ele, que é a perda de receita decorrente da redução do faturamento pelo racionamento. Esse ônus é prejuízo, quem está no negócio de energia elétrica sabe que é negócio de risco, e esse risco vamos ter que assumir. Agora, o que não nos parece razoável, não somente do ponto de vista contratual, mas do ponto de vista até de justiça, é, além de se ter uma redução de faturamento de cerca de 20%, entregarem-se 80% da energia e não se receber nada. Isso não nos parece razoável. E é isso que provavelmente aconteceria se não tivéssemos instrumentos contratuais.

Quero dizer a V. Ex^{as} que a Dr^a Solange, que foi da nossa empresa durante 13 anos, é uma das pessoas mais competentes do mercado e, infelizmente, nós da Chesf não tivemos disponibilidade salarial para mantê-la nos quadros e ela nos foi tirada.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Pega uma quarentena. (Risos.)

O SR. MOZART SIQUEIRA – Mas ela pegou uma quarentena, pegou uma quarentena de um ano, de três anos.

Então, ela sabe muito bem das nossas posições e, infelizmente, teve um assunto em que ela não ousou tocar, que é a famosa cláusula 7^o, §3^o, que estabelece claramente que, em situações excepcionais, os faturamentos poderão ser excepcionais. Essa é a cláusula preferencial que nós, geradores, defendemos.

Entretanto, tendo em vista acordos feitos com os distribuidores – aliás, aproveito a oportunidade, Senador Paulo Souto, para lhe passar cópia da Ata, registrada em Cartório de Registro no Estado de São Paulo – que diz que na eventualidade de sobras contratuais de energia, essa liquidação, no mercado ata-

cadista, se viesse a ocorrer, seria a um preço de R\$4,00 e não R\$684,00. Até onde eu sei, o que está escrito é o que vale, porque todas as vezes em que rememoramos ou citamos qualquer algo, o que vale é o que está escrito. E o que está escrito tanto no contrato que firmamos, em sua Cláusula 7^a, quanto no acordo de liquidação que fizemos, nos permite ter a tranquilidade de não reconhecer essa liquidação no valor de R\$684,00.

Sr. Presidente, queremos deixar bem claro que este é o ponto essencial; eventualmente poderemos acrescentar outros documentos de interesse desta Comissão.

Sr. Presidente, há um outro ônus, o qual não tivemos a oportunidade citar, mas, creio, que debates surgirão sobre o assunto. Refiro-me à chamada geração de energia livre. A nossa preocupação, enquanto empresas federais, diz respeito à uma rentabilidade adequada, sem, contudo, desejarmos lucros extraordinários e exorbitantes cobrados do consumidor. Defendemos a empresa, mas sabemos que enquanto a Chesf exercer o papel de concessionária de geração pública e não de produtora independente ela terá compromissos, assim como as distribuidoras, com receitas razoáveis. Uma concessionária de serviço público de geração, seja estatal ou privada – não me refiro ao produtor independente, porque este pode alcançar lucros extraordinários, até porque a legislação o permite –, mas uma concessionária de geração de serviço público, assim como concessionária de distribuição de serviço público, têm que ter uma rentabilidade adequada para honrar seus compromissos e garantir sua expansão.

Sr. Presidente, no que diz respeito ao Anexo V, coincidentemente as posições das empresas federais de geração são, majoritariamente, às mesmas das empresas privadas de geração, inclusive temos aqui um representante privado de geração, o qual pode comprovar a posição que defendemos.

Sr. Presidente, estamos à disposição desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado, Dr. Mozart.

Concedo a palavra ao Dr. Luciano Pacheco, para suas respostas e considerações.

O SR. LUCIANO PACHECO SANTOS – Sr. Presidente, vou falar sobre tarifas, porque é um assunto que realmente merece um fórum específico. Acredito que as tarifas, em real, cresceram; não em dólar. O

que acontece é que a tarifa aplicada à indústria está abaixo dos custos, então há um subsídio cruzado.

A preocupação da Aneel – e diria que nunca mudou – sempre foi objetiva. Nossas ações são fundamentais para que haja o equilíbrio entre as partes, por isso nos preocupamos com o consumidor e com o investidor.

No entanto, temos ouvido, permanentemente, de distribuidoras e de outros agentes, que somos defensores apenas do consumidor. Vejam V. Ex^{as} como é interessante esse processo: em alguns momentos somos colocados como defensores de investidores e, em outros, como defensores dos consumidores. Este é o papel da Agência: tentar o equilíbrio entre os dois lados, que é fundamental. Não é interessante que haja um benefício para um consumidor e que isso leve a uma dificuldade para o distribuidor, nem vice-versa. Também não é do interesse da Aneel que haja um grande benefício na distribuidora, descabido, causando um prejuízo para o consumidor.

Quanto a essa questão de racionamento e quanto a essas questões que estão ocorrendo aqui, o setor de energia elétrica é regulado, ele não pratica tarifas livremente no mercado. As tarifas que ele pratica, num caso de escassez, não pode vender pelo preço que quer. Se tivermos um problema na agricultura, em que determinado produto tenha sua produção reduzida, o preço disparará no mercado. O setor regulado não permite isso, tem tarifas definidas. Por ser um setor regulado, há uma preocupação de que o órgão regulador veja o equilíbrio econômico-financeiro disso. É evidente que, quando dizemos equilíbrio econômico-financeiro, estamos vendo qual é a tarifa mais adequada para que o consumidor possa pagar.

Um outro aspecto de as tarifas terem aumentado: aplicamos os contratos, a Aneel cumpre o que está na legislação, faz cumprir os contratos. No caso do Anexo V, existe um processo de negociação em curso e a Aneel poderá ser a mediadora disso.

Eu gostaria de colocar outro aspecto: a questão da reestruturação tarifária, em que estamos trabalhando. Já existe uma preocupação quanto a essa diferença de tarifa; a necessidade de a agência, por ser um órgão regulador, tanto tratar empresa privada quanto estatal de maneira neutra, a agência tem que tratar as duas empresas de uma maneira neutra, não pode tomar partido dentro de uma disputa dessas. A agência, nas suas decisões, procurará sempre agir de uma maneira neutra, preservando os interesses de todos os agentes envolvidos, quais sejam, geradores, distribuidores e consumidores. Esse será e sempre foi o papel da agência, é o que ela tem a fazer.

Eu gostaria de falar também que, sobre a colocação do Deputado João Caldas, a Aneel já fez a Resolução nº 170, já estamos aplicando, inclusive, já demos autorização para quarenta co-geradores durante o período de racionamento. Está existindo uma demora de resposta das distribuidoras ao acesso dos co-geradores às conexões do sistema em alguns casos. A Aneel já está com nosso processo de fiscalização em atuação para resolver essa questão.

Era isso que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado. V. Ex^a tem direito à réplica de 2 minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, aqui tivemos uma colocação da empresa da Duke Energy International. Não podemos ir ao Governo, ao Congresso ou à imprensa chantagear interpretação de contrato. Se é para poder fazer interpretação de contrato, os contratos dão larga interpretação favorável e justa sob qualquer ótica, à questão das geradoras estatais. O problema é como ele colocou. Esqueçamos os contratos, parar com essas chantagens de que se o contrato for rasgado iremos embora, o que afetará a credibilidade, isso é chantagem, manipulação, oportunismo barato. Tudo foi concebido para um setor 100% privatizado. A Aneel foi concebida para isso, mas não vai mais existir isso. Ou alguém tem dúvida de que ainda privatizarão Furnas, Chesf e Eletronorte? Não privatizarão mais. Teremos relações como a Duke Energy International deve ter lá nos Estados Unidos, com a Tennessee Valley Authority, como o Canadá tem com a distribuidora. Teremos uma parcela das geradoras hídricas preponderantemente nas mãos do setor público do Estado ao modo da Petrobras. Tivemos a entrevista de Helena Landau, que tem o DNA da privatização, já indo nesta direção: transformaremos Chesf, Furnas e Eletronorte numa Petrobras, em que o Governo tem o controle, lança o resto público, a ADR, o que for, gestão privada. No mundo todo se convive. Se eu estiver errado, corrija-me, Dr. Paulo. A TVA – Tennessee Valley Authority é tida como uma das empresas mais eficazes de energia dos Estados Unidos, e é uma empresa do controle do Governo americano lá, até hoje, desde 1933.

Realmente precisamos de novos regulamentos, de novas normas nessa interface das geradoras com as distribuidoras, que são privadas e são monopólio. É preciso ser dito que se trocou um monopólio estatal por um privado, isso tem que ser dito claramente. Tudo bem, vamos acreditar nisso, que funciona em alguns lugares. Em termos de energia, o estratégico é a geração hídrica, o resto pode ser 100% privatizado.

Até PCH pode ser privatizada. Agora, as grandes, as que envolvem as vazões dos rios brasileiros, dos grandes reservatórios nem nos Estados Unidos ousaram privatizar. Nem lá que é o berço do que se chama liberalismo, neoliberalismo, capitalismo puro. No Canadá e na Noruega, países que têm matrizes hídricas, também não privatizaram. Então, é muito melhor decidir civilizadamente. Aqui houve um projeto de Governo de dez anos que queria privatizar todo o setor. Não deu certo, a sociedade não concordou, o Congresso Nacional obstaculizou. Não vai mais sair. Por quê? Porque era insensato.

Se for feita uma pesquisa de opinião pública, verificaremos que toda a população brasileira é contra privatizar Furnas, Chesf, Eletronorte. Vamos encontrar maneiras inteligentes, um novo formato, novo modelo de tarifa, um novo papel para Aneel. Temos que adequar a Aneel a essa nova realidade. Ela foi concebida dentro de uma realidade. Como o Dr. Paulo falou aqui. Se o modelo estivesse implantado, talvez não estivéssemos discutindo isso aqui. O modelo não foi, não vai, nós vamos para o modelo híbrido, não adianta forçar a barra, não vai sair mesmo, então pronto.

O melhor a fazer é redefinir as normas, o relacionamento, os critérios, como vai funcionar agora. Isso é civilizado; isso é correto. Tanto a empresa estatal quanto a empresa pública precisa ser remunerada para ter dinheiro para investir. Mas não com subterfúgios, com manipulação ao contrato, a imagem do Brasil lá fora, etc, como lemos nos jornais. É ridículo o jeito que publicam os fatos, como se Furnas, Chesf, Eletronorte não tivessem departamento jurídico, como se nesta Casa não soubéssemos interpretar contrato, não tivéssemos consultoria... Não pode ser desse jeito.

Quero parabenizar justamente por essa explicitação, e que daqui para frente o rumo seja o colocado pelo Dr. Paulo e o Dr. Mozart e não o rumo daquela simplicidade jurídica. "Tenho um contrato, o Brasil é um país de Primeiro Mundo... Não se rasga contrato... Cumpre-se contrato..." Não é assim. Contrato tem interpretações, tem conjuntura, ambiente! A eficácia do contrato depende de tudo isso. Creio que civilizadamente é isso.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado João Caldas por dois minutos.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, gostei das colocações do Dr. Paulo Born quando falou dos contratos, os impactos e busca de uma solução. Estamos aqui justamente para isso, com a parceria entre o setor público e o setor privado para chegarmos ao bem comum, ao bem social. Estamos numa crise, que é séria. Veja-se o impacto que está refletindo na economia.

Para exemplificar, quando visitei uma senhora no Município de Boca da Mata, em Alagoas, comecei a conversar e havia somente uma luz acesa na sua sala. E eu disse: "Que escuridão!" Ela disse: "Estou economizando energia." Perguntei quanto era sua conta e ela me disse que R\$25,00 e que agora estava pagando R\$4,00. E eu brinquei dizendo: "Então acenda mais uma luz senão vai quebrar a Ceal."

Realmente é um impacto muito grande. Gera ICMS, gera impostos, que voltam para o povo. Quer dizer, a cadeia que é quebrada...

Nos que temos a oportunidade de conviver com o Dr. Mozart, mais uma vez não nos surpreendemos com suas colocações. A Solange falou que a Chesf tem que ser tratada com isonomia, mas a companhia tem um compromisso muito grande na base social. A Chesf tem trabalhos em Itaparica, em Paulo Afonso. Ela tem um ônus muito grande quando entram componentes políticos e sociais, questões climáticas, o local onde está localizada, encravada no sertão sofrido e pobre. A Chesf tem esse trabalho belíssimo.

Então, a cláusula sétima é correta, mas, depois, a coisa fica leolina. Uma tarifa de R\$4,00 passar para R\$684,00 é um absurdo. Não sei como fazer essa engenharia matemática, essa engenharia financeira.

Esse debate é bom, Dr^a Solange, e, até como o Dr. Mozart disse, civilizado. É duro, pois se mata e vai para a missa. Isso é a civilização. É isso que se tem. Quero dizer ao Dr. Luciano que o não-cumprimento da Portaria nº 70 é flagrante. Quem tentou colocar energia nessas concessionárias teve problemas seriíssimos. Então, estamos cobrando da Aneel porque ela fez a portaria. Que ela aumente a fiscalização e a punição, porque eles são concessionários. É uma concessão pública. Estamos numa crise em que todos têm de se ajudar.

Mais uma vez, Sr. Presidente, volto à tese de que temos de fazer reuniões de trabalho conjuntas com a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, porque há assuntos que poderemos dirimir. Não penso que está havendo má vontade. É lógico que existe pressão, existe o capital, existem outras coisas, mas não podemos nos ater a esses problemas.

A Dr^a Solange, o Dr. Paulo, o Dr. Luciano, cada um está defendendo o seu ponto de vista e a sua empresa, com questões logísticas de mercado, que é algo muito complexo. Eles também têm concorrentes internos. Sabemos que não há somente uma distribuidora, uma geradora. Há uma concorrência, uma logística totalmente de mercado e o capitalismo desenfreado. O problema do mundo é este capitalismo, essa distribuição de riquezas. Não conheço um economista ou alguém que me dissesse como fazer com o capitalismo. Qual o problema do capitalismo? A concentração de riquezas, como fazer a distribuição dos lucros. O rico é cada vez mais rico e ninguém diz a ele que ele tem de dar o que tem. Só se ele dissesse: "Ganhei dinheiro e agora vou começar a dá-lo, porque ele também pode se acabar de uma hora para outra".

Sr. Presidente, deixo, então, a proposta de realização de reunião conjunta.

Fico, mais uma vez, satisfeito com as presenças do Dr. Mozart, do Dr. Paulo, da Dr^a Solange, do Dr. Luciano e com a responsabilidade deste Presidente e deste Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Agradeço a presença de todos, especialmente a dos expositores.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h04min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 497, DE 2000-SF "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO ASSOCIAÇÕES BRASILEIRAS DE FUTEBOL".

35ª Reunião realizada em 31-5-2001

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e um, às dez horas e quinze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores, Ney Suassuna, Magusto Vilela, Geraldo Althoff, Alvaro Dias, Antero de Barros, Sebastião Rocha, Geraldo Cândido, Valmir Amaral, Freitas Neto, Romeu Uma e José Eduardo Dutra, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada, informando que a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor

Eduardo Augusto Viana da Silva, Presidente da Federação Carioca de Futebol, convidando-o para tomar assento à mesa, que tendo preenchido e assinado o Termo de Compromisso, foi qualificado pela Presidência, que lhe concede a palavra para suas considerações iniciais. Logo após, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator Senador Geraldo Althoff, para dar início aos seus questionamentos. Foram aprovados por unanimidade os seguintes Requerimentos: Req. nº 246, de autoria dos Senadores Geraldo Althoff e Alvaro Dias, requerendo que seja convidado para prestar depoimento nesta Comissão o Deputado Federal José Perrella de Oliveira Costa, Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Req. nº 247, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a esta Comissão sejam tomados os depoimentos na Polícia Federal das seguintes pessoas, com a participação de assessores desta CPI: Macos Perrella, intermediário em operações da Federação Mineira de Futebol, citado no depoimento do Sr. Elmer Guilherme Ferreira, Flávio Luiz Reis Ferreira, Diretor Financeiro da Federação Mineira de Futebol, Wagner Soares, Contador da Federação Mineira de Futebol, José Guilherme Ferreira Filho, Tesoureiro da Federação Mineira de Futebol, Paulo Alves de Assis, Tesoureiro da Federação Mineira de Futebol e Flávio Anselmo, prestador de serviços à Federação; Req. nº 248, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1996 a té 2000, do Sr. Reinaldo Rocha Carneiro Bastos, Vice-Presidente da Federação Paulista de Futebol; Req. nº 249, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1996 até 2000, do Sr. Hugo Aparecido Carletti, Vice-Presidente da Federação Paulista de Futebol; Req. nº 250, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo à Secretaria da Receita Federal que proceda a um ação fiscal junto a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, no período de 1996 a 2000; Req. nº 251, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo à ANATEL a transferência do sigilo telefônico do Sr. Eduardo Viana, Presidente da Federação do Estado do Rio de Janeiro, no período de 1999 até o presente; Req. nº 252, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo ao Presidente do Supremo Tribunal Federal o encaminhamento a esta CPI de cópia do Processo INQ 1119-3, que tem como indiciados os Senhores Eurico Miranda e Eduardo Augusto Viana da Silva, entre outros; Req. nº 253, de

autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a convocação do Sr. Eduardo Augusto Viana da Silva, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, para novamente, prestar depoimento a esta CPI. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Antero de Barros e Geraldo Cândido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está aberta a 35ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 497, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol. Como de hábito, com autorização dos Srs. Senadores integrantes desta Comissão, está aprovada a ata da reunião anterior.

O objetivo desta reunião é ouvir o Sr. Eduardo Augusto Viana da Silva, Presidente da Federação Carioca de Futebol, na sequência de depoimentos das principais federações do País. Já ouvimos a Federação de Minas Gerais e a Federação Paulista de Futebol. Hoje ouviremos a Federação Carioca de Futebol.

No próximo dia 5, esta Comissão Parlamentar de Inquérito iniciará um roteiro de visitas a quatro regiões do País, com o objetivo de ouvir, debater e colher sugestões e idéias para a elaboração de uma nova legislação para o desporto nacional, aquilo que pretendemos possa ser lei de responsabilidade administrativa para o desporto nacional. Será da maior importância a participação de especialistas, profissionais do esporte, pessoas que, especialmente pela vivência, ofereçam sugestões inteligentes para uma nova legislação que possa significar um grande salto de qualidade na administração do futebol do País.

Hoje vamos ouvir o depoimento do Sr. Eduardo Augusto Viana da Silva, que assina – pedimos que tome assento à mesa – o termo de compromisso, conforme o art. 203, do Código de Processo Penal. Sessenta e dois anos, casado, residente no Rio de Janeiro. É Procurador Federal e professor universitário. Exerce sua atividade na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e é Procurador inativo. O depoente compromete-se, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso, da Constituição Federal. O termo de com-

promisso está assinado pelo Presidente da Federação Carioca de Futebol.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não. Com a palavra, pela ordem, o Relator, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, estamos nos encaminhando nos momentos finais da CPI, mais especificamente da fase investigativa. Hoje temos a oportunidade de termos aqui a presença do eminente Presidente da Federação do Estado do Rio de Janeiro e encerraremos a avaliação da situação das federações de futebol do Brasil.

Na próxima semana, dentro de uma proposta de trabalho já apresentada previamente, iniciaremos nossas audiências públicas em várias capitais do Brasil. No dia 5, estaremos em Recife; no dia 12, no Rio de Janeiro; no dia 19, em São Paulo; no dia 22, em Curitiba; e no dia 26, faremos a última audiência pública, na cidade de Porto Alegre. Também consideramos esse momento de extrema importância para esta CPI.

Sr. Presidente, para que possamos dar continuidade a esse processo, solicito que V. Exª tome as devidas providências junto à secretaria da Comissão, baseado no parecer da assessoria jurídica da nossa Comissão, para a convocação do Deputado Federal Eurico Miranda para a primeira semana de agosto.

Sr. Presidente, para tanto, gostaria de passar às mãos de V. Exª parecer da nossa assessoria jurídica, que caracteriza as nuances e os detalhes necessários que deverão ser preenchidos para a solicitação desse Parlamentar, Sr. Deputado Eurico Miranda.

Ao mesmo tempo, gostaria de comunicar a V. Exª e, por extensão, a todas as Srªs e os Srs. Senadores, membros desta CPI, que, dentro de uma cronologia, no fim da primeira quinzena de agosto, estaremos convocando o Sr. Edmundo Santos Silva, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo. No final de agosto, faremos a reconvocação do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Teixeira.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de encaminhar a V. Exª, Sr. Presidente, alguns requerimentos, para que no momento oportuno coloque em apreciação no plenário desta Comissão. O primeiro é uma solicitação à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil com relação à transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1996 até 2000, do Sr. Reinaldo Rocha Carneiro Bastos, Vice-Presidente da

Federação Paulista de Futebol, e, também perante a Receita Federal e ao Banco Central, a transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1996 até 2000, do Sr. Hugo Aparecido Carlete, vice-Presidente da Federação Paulista de Futebol. Assim fizemos, Sr. Presidente, porque nos pareceram necessárias, para dar continuidade ao processo investigativo da Federação Paulista de Futebol, as informações pertinentes à quebra do sigilo bancário e fiscal das pessoas anteriormente referidas.

Era essa a nossa questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Respondendo à questão de ordem do Relator, Senador Geraldo Althoff, primeiramente com referência aos requerimentos, solicitamos à assessoria desta Comissão que apanhe as assinaturas necessárias dos Srs. Senadores, já que hoje temos três eventos importantes ao mesmo tempo. Simultaneamente se realizam, além desta reunião, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde depõe o Ministro Pedro Malan, e a sessão deliberativa do Senado Federal. Daí o esvaziamento do quorum na reunião de hoje. Gostaríamos, então, que a assessoria providenciasse as assinaturas, majoritariamente, para que esses requerimentos sejam aprovados e constem da ata da reunião de hoje. São os requerimentos solicitados pelo Relator, Senador Geraldo Althoff.

Quanto à primeira questão, a convocação do Deputado Eurico Miranda para depor na primeira semana de agosto, esta Presidência solicita as providências da parte da assessoria da Comissão, uma vez que já existe requerimento aprovado convocando S. Ex^a. Fixamos, portanto, a primeira semana de agosto, provavelmente a primeira quinta-feira, se o Sr. Relator concordar.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A primeira semana de agosto, Sr. Presidente, iniciar-se-á na quarta-feira. Aí teríamos que avaliar a conveniência de fazer na quinta-feira da primeira ou da segunda semana.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Na segunda semana de agosto, portanto, teremos a presença do Deputado Eurico Miranda. Como já afirmamos, ele foi convocado por proposta do Senador Antero Paes de Barros logo no início dos trabalhos desta CPI, no mês de novembro do ano passado. Tendo em vista a conclusão das investigações que se faziam necessárias, investigações essas realizadas pela assessoria desta Comissão, o Relator propõe a presença do Sr. Deputado já na segunda semana de agosto. Espera-

mos até agosto ter resposta da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça, relativamente à hipótese da força-tarefa que teria o objetivo de investigar movimentação financeira no exterior.

É bom repetir que esta Comissão não tem, por si só, prerrogativas de investigar no exterior, mas existe um acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos que permite, através de força-tarefa constituída pelo Ministério da Justiça, Advocacia-Geral da União e Polícia Federal, em cooperação com o governo norte-americano, realizar investigações no exterior.

Esta CPI já solicitou estas providências, tanto junto ao Ministro da Justiça quanto junto ao Advogado-Geral da União, e aguardamos, até agosto, quem sabe, uma resposta das providências tomadas pelo Poder Executivo Federal.

Portanto, esta Comissão designará um Parlamentar para ser o porta-voz oficial desta convocação ao Sr. Deputado Eurico Miranda.

Concedemos a palavra, inicialmente, ao Sr. Eduardo Augusto Vieira da Silva, Presidente da Federação Carioca de Futebol.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA – Exm^o Sr. Presidente da CPI do Futebol, Exm^o Sr. Senador Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, compete-me aqui, convocado a depor nesta CPI, procurar contribuir para uma das suas finalidades, o aprimoramento do processo legislativo. Evidentemente, a função investigativa é unilateral da Comissão. Não cabe a depoentes, a outros aqui, nela interferir. A colaboração é espontânea.

Quanto ao processo legislativo, vejo que essa é a razão da minha presença aqui, no interesse do desporto. E vejo-me, numa consideração preliminar, num País onde a nossa Constituição, uma boa Constituição, apresenta um pecado no momento em que define a independência e a cooperação dos Poderes.

Há um vício constitucional, no aspecto material da Constituição, pelo qual se torna cada vez mais crescente e afirmativa a hegemonia do Executivo no processo legislativo, seja pela iniciativa reservada, seja pela sanção, seja pelo veto e, principalmente, pelos atos com força de lei, que estão, cada dia mais, reduzindo o Legislativo a uma função puramente investigatória, porque o processo de iniciativa de leis, a interferência do Executivo no processo legislativo, que é necessário, vem se avolumando, vem crescendo, se agigantando de tal ordem, que vem se tornando difícil uma outra função, até para que tenhamos a utilidade que o Poder Legislativo tem que ter neste País.

No caso do esporte em si, nos vemos presos a uma letra morta da Constituição, no art. 217, onde cabe também uma consideração preliminar sobre os domínios do direito privado e do direito público no desporto.

No mundo de hoje, nem é no Brasil de hoje, os domínios do direito privado e do direito público convivem perfeitamente com espaços de superposição. Basta olharmos para o Código do Consumidor para vermos que ele regula relações privadas, e há interesse público na segurança e na justiça dessas relações.

Em que pese toda essa superposição, entretanto, essa aproximação do direito público com o direito privado, cada um deles é, na verdade, regido por uma própria matriz principiológica, por uma matriz principiológica individualizada, de direito privado ou de direito público. Um exemplo é o próprio princípio da legalidade, que é a *clausula mater* do estado constitucional de direito, o qual apresenta resultados na prática diametralmente opostos quando se trata do direito privado. Eu, pessoa física, não estou proibido de fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Estou livre para aquilo, menos aquilo que a lei me veta.

Se eu ainda fosse administrador público, estaria vinculado à lei e só poderia praticar qualquer ato na condição de administrador público e no exercício da administração pública se o lei permitisse expressamente. Uma é a cláusula da liberdade, que se estende também pela cláusula da iniciativa privada. Outro é o problema exatamente da legalidade do ato, vinculada à lei, autorizada pela lei e prevista na lei. Nessa situação, chego aqui hoje vivendo um sentimento duplo de um esporte que é de administração privada, por mandamento constitucional, e que se entende, por outro lado, com argumentos razoáveis de interesse público.

Por um lado, tendo a pensar que o procedimento pode não ser encarado como normal, como legítimo e até como legal por motivos vários. Por exemplo, o futebol, que de um modo geral é um esporte comunitário no Brasil, não se situa na esfera de direção estatal. Ao contrário, está definidamente no rol das atividades privadas e amparado por princípios constitucionais, sob o pálio do princípio da autonomia das entidades esportivas quanto à organização e funcionamento (art. 217 da Constituição); sob o pálio da liberdade de associação (art. 5º, inciso XVII); da vedação da interferência estatal no funcionamento das associações (inciso XVIII, do art. 5º); e a *mens legis*, elevada a status de *mens constitucional*. Dessa forma vive o desporto no Brasil hoje.

Ainda constatamos, data venia, que ela se encontra nessa situação resguardada por um duplo fundamento constitucional e um duplo fundamento de princípio, não é nem de uma norma ordinária que disciplina o assunto dentro da Constituição. É uma norma que, na própria hierarquia das normas constitucionais, sobrepõe-se às outras por ser uma norma principiológica.

Ainda em nosso País, com os nossos poucos recursos – num outro ponto que me causa essa indagação – temos que atentar na propositura de qualquer ato público, inclusive de leis, aos princípios da prioridade, em face das necessidades públicas e sociais e ao próprio princípio da eficácia, onde se atinge com a superposição de atividades da fiscalização da previdência, do Ministério da Fazenda, do Imposto de Renda, com as ações que vem desenvolvendo esta CPI.

De outra parte, vejo este momento como uma oportunidade rara de exercício da liberdade de poder discordar. A CPI não precisa apenas de depoentes subservientes, pessoas como eu, reeleitas oito ou nove vezes, que chegam aqui e se dizem contra a reeleição. Isso não contribui nada com o processo legislativo. É preciso pessoas que concordem e que tenham discordância e que trarão à luz esse processo legislativo embrionário numa necessidade que o esporte brasileiro tanto tem de reformar a chamada Lei Pelé, que só causa males ao esporte brasileiro.

Então, a oportunidade de discordar não é um desrespeito. Pelo contrário, é o exercício de liberdade da livre opinião e acho que dentro do processo legislativo é bem valioso, porque os Srs. vão retirar uma resultante de opiniões de pessoas, de autoridades que militam no esporte brasileiro e que podem aqui chegar, no cumprimento da lei, voluntariamente ou por coação, prestar a sua colaboração. Já que estou aqui prestando esse depoimento, espero que possa discordar do que tiver, concordar no que for necessário, dentro do clima de respeito e de liberdade que tenho constatado pela televisão do Presidente que preside os trabalhos desta Comissão.

O primeiro ponto que tenho a abordar, ainda no espaço de vinte minutos que tenho, levantados esses pontos de coalizão, é o dilema exatamente da autonomia e administração privada em regime associativo das instituições esportivas e, por outro lado, a intervenção do Estado. Uma pequena revisão histórica.

As primeiras associações esportivas que surgiram no Brasil eram um esforço de auto-realização da elite social, principalmente no Rio, São Paulo e nos Estados do Sul do Brasil, onde se fazia bem forte a presença dos setores de migração estrangeira.

O primeiro clube brasileiro surgido foi em 1851, na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, o São Paulo de Rio Grande. Essas primeiras instituições não eram outra coisa senão um exclusivo produto dos praticantes que lá iam com objetivos sociais, não eram nem esportivos nessa época. Organizados por líderes comunitários ou agentes de integração que também tinham esses mesmos objetivos e motivações locais.

Esse esporte brasileiro, começado oficialmente em 1851, desenvolveu-se até 1941 sem nenhuma interferência do poder público, e com uma organização extraordinária. Ao ponto em que o grande sociólogo Padre Oliveira Viana, em seu livro "Instituições políticas brasileiras", inclusive, sou detentor da 2ª edição, que foi publicada em 1943. A primeira deve ter sido em 1936, 1937, quer dizer, antes da intervenção do poder público no esporte.

Ele se expressa dessa forma sobre a organização natural que existia no esporte. Dominados pela preocupação do direito escrito, e não vendo nada além da lei, os nossos juristas esquecem esse vasto submundo do Direito costumeiro de nosso povo, cuja capacidade criadora o Direito Esportivo é um dos mais belos exemplos. Criadora e organizadora, porque o sistema de instituições sociais que servem aos esportes, saídos do seio do povo, da massa urbana como é uma nação sua, traz impressa sua marca de esplêndida sistematização institucional.

Surgiu sozinha e evoluiu sozinha a organização esportiva brasileira sem qualquer interferência do poder público, até 1941. Somente no final da década de 30, a ditadura Vargas, com o oportunismo populista que lhe marcava, resolveu intervir no processo, de um lado, por meio de uma legislação reguladora e, por outro, pela instituição de órgãos públicos controladores, em nível nacional, o Conselho Nacional de Esportes e em nível de cada unidade da federação, os Conselhos Regionais de Esportes.

Isso também aconteceu em função de uma crise que ocorreu na década de 30, mais precisamente em 1933, quando os clubes brasileiros se dividiram em duas facções; uma a favor da oficialização do profissionalismo e uma outra querendo permanecer no amadorismo – pelo menos no nome de amadorismo – já maculado pelo chamado profissionalismo marrom.

Essa mesma crise gerada em 33, foi resolvida sem interferência do Governo em 1937, pelos próprios clubes. A partir de 39, com os prúidos fascistas da ditadura Vargas, com as influências das paradas da raça, das rovenesas italianas de Mussolini, isso tudo assanou o interesse da ditadura, no sentido de con-

trolar o desporto. Começou-se a pensar na elaboração do que veio a resultar em 14 de abril de 1941, no Decreto-Lei nº 3.149, que trouxe o ideário de uma Comissão Nacional de Desporto, que tentou estatizar o esporte no Brasil. Só não o fez pela interferência benéfica dos Ministros Francisco Campos, Gustavo Capanema e João Lyra Filho, que se antepuseram quase que numa guerra sem quartel, mas conseguiram, pelo menos, que o Decreto-Lei nº 3.199, a primeira norma orgânica do esporte brasileiro, surgisse com princípios controladores do Estado sobre o esporte.

Tentando uma síntese desse Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, ele manteve, por um lado, a gestão privada das atividades esportivas através dos clubes, ligas municipais, federações e confederações. Por outro lado, ele fez a entronização da interferência do Estado sob a ação do braço-de-ferro do Conselho Nacional de Desportos, que passou a exercer, nos termos da letra morta do decreto, a alta supervisão da organização da constituição das ações das entidades esportivas.

Essa situação se estendeu por toda a ditadura Vargas – foi redemocratizado o País em 1945 –, subsistiu às Constituições de 46, 67 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e à própria vigência da Lei nº 6.251, de 1975, e somente foi superada com a nova ordem constitucional que imperou em 5 de outubro de 1988, quando, pelos artigos 217, inciso I, arts. 5º, 17 e 18, e art. 24, inciso IX, § 1º, que limita a competência da União em legislação concorrente com os Estados e Municípios apenas para baixar normas gerais, foi dotado o esporte brasileiro finalmente de sua autonomia, organização e funcionamento, tão sonhados e tão desejados.

Apesar de tudo, ainda ocorreu um fenômeno normal, que ocorre em qualquer país quando uma nova ordem constitucional, quando uma nova ordem jurídica entra em vigência. O legislador ordinário reagiu e as Leis nºs 8.672, conhecida como Lei Zico, e nº 9.615, que é a Lei Pelé, trouxeram, ainda, vários dispositivos casuísticos, autoritários, e que não se coadunavam com a autonomia dada pela Constituição.

Esse é um fenômeno normal. Sempre que há modificação legislativa de uma ordem jurídica se procura colocar um véu negro em cima das modificações para manter o status quo legislativo que existia.

É o grande dilema que eu vejo viver o esporte brasileiro. Em que não há sequer uma crise institucional. Se existem problemas, existem pessoas que podem ser moldadas no processo democrático do próprio esporte. O grande dilema é psicológico: o esporte é público ou privado?

O Estado não se responsabiliza pelo esporte. O Estado pretende ditar as ordens do esporte. Não seria melhor entregar-se a direção do esporte ao Estado, como acontece em vários países, em uma minoria, é lógico, mas existe? Talvez sim, e a responsabilidade fosse do Poder Público. O que não pode é haver um hibridismo de raciocínio que leve a uma confusão até de competência jurídica, e de responsabilidade muito mais.

Então, dentro dessa situação, se é público ou privado, vem a segunda pergunta: deve o Estado interferir em sua organização e funcionamento, mesmo com a trincheira constitucional existente no inciso I do art. 217 da Constituição e outros dispositivos que aqui citei? É a pergunta preliminar que faço.

Vejo o futebol brasileiro – voltando a este assunto, que é o objetivo da CPI; peço um pouco de tolerância aos Srs. Senadores e ao Sr. Relator – como um grande poder organizacional. Não é uma coisa desorganizada. Vamos para a atividade-fim, que é a avaliação mais séria que existe. São cinco mil jogos, em média, realizados por fim de semana neste País. Todos com juiz, com auxiliares, com delegado responsável colhendo assinaturas, com 24 atletas em campo – ou mais até, porque são vinte e dois jogando –, uniformizados, alguns poucos com bandas de música, foguetes e desfiles.

Qual é o fenômeno social de massa neste País que tem tantos eventos no fim de semana e que acontece rotineiramente? E a média de não acontecimento desses eventos, de eventos programados que não acontecem? De 100 eventos, um deixa de acontecer, seja por motivo justificado de chuva, de falta de policiamento, do que for, ou, então, porque não compareceu uma equipe. De cem, um, num universo de cinco mil eventos, o que é uma prova de organização e não de desorganização.

O papel social do futebol, Srs. Senadores, é dos mais sérios neste País. Um clube pequeno, como o Bonsucesso, do Rio de Janeiro, quando entra em campo, alimenta cerca de 90 famílias, tanto na economia formal como na informal – o Departamento de Sociologia da UERJ está pesquisando isso agora – indo do médico do clube ao laranjeiro da porta do estádio, que também come por causa do futebol que está ali.

Calculem quando entra em campo o Corinthians, quando entra em campo o Atlético do Paraná, quando entra em campo o Flamengo. Quantas bocas são alimentadas nesse momento?

A importância social é muito grande, sem se atentar para o aspecto educacional, de solidariedade

humana, de intercâmbio cultural que o esporte também promove.

E aí surge um grande risco, que tomo até um ar de denúncia ao fazer nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, aproveitando a oportunidade que aqui está.

Vem-se formando no mundo, através da ação de um indivíduo australiano, detentor dos maiores capitais na área de comunicação, o Sr. Rubens Timodorque, um monopólio da comunicação esportiva, que já atingiu o Brasil. Todo o futebol brasileiro hoje está sob o monopólio de uma única empresa de televisão, que pode fazer acontecer ou não acontecer.

Os grandes homens hoje, para ditar modificações no futebol brasileiro, não são o Dr. João Havelange, o Ricardo Teixeira, o Presidente Farah, e talvez não sejam nem os Senhores que têm o poder de legislar.

Há um monopólio das comunicações que, dentro do processo de globalização, chama-se o fenômeno da convergência e está unindo o domínio sobre quem produz a atividade fim, que é o Clube; o domínio sobre quem detém a máquina de comunicação, e o domínio da imagem. Isso fechado na mão de um só no processo de globalização é um monopólio completo, e num País capitalista, ou de qualquer regime onde se estabeleça um monopólio de controle de qualquer aspecto da vida econômica, está-se negando qualquer forma de distribuir a atividade, até de concorrência normal dentro de um processo.

Só este assunto, Srs. Senadores, na minha opinião de estudioso da matéria, de pós-doutor exatamente nesta área de globalização do esporte numa Universidade francesa, trago essa denúncia e peço que os senhores atentem, em nome do interesse nacional do desporto.

A comunicação esportiva brasileira não pode ficar sob o monopólio, senão o Havelange, o Ricardo Teixeira e até os Srs. Legisladores vão ceder o lugar para o Siroc, para o Marcelo Campos Pinto e para outros executivos da área de comunicação e comissão esportiva.

Muito obrigado. Sei que o Senador me tolerou mais tempo do que o normal.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos a exposição inicial do Presidente da Federação Carioca de Futebol e devemos tranquilizá-lo em relação à legalidade e à constitucionalidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que já foi alvo de discussões e pareceres jurídicos.

Não há a menor dúvida de que estamos cumprindo, rigorosamente, o nosso dever, já que a quem

competete legislar, compete fiscalizar a execução da lei e, evidentemente, compete a este Poder Legislativo a legislação sobre a prática do desporto no País.

Esta CPI tem por objetivo, sobretudo, investigar o quanto o País perde, como perde, em função do desrespeito à legislação vigente, com agressões ao sistema financeiro nacional, ao sistema tributário, com os crimes que são praticados na administração do futebol brasileiro, aqui já com sobras identificados pelas investigações já realizadas por esta CPI, os crimes de sonegação, de elisão fiscal, sonegação de cobertura cambial, evasão de divisas, de lavagem de dinheiro, de apropriação indébita e de enriquecimento ilícito de dirigentes do futebol do nosso País.

Evidentemente, o Sr. Cacciola também sempre entendeu, o seu Banco não poderia ser alvo de investigações, por se tratar de uma instituição financeira privada. E hoje ele é foragido da Justiça do nosso País.

Este Poder não cumpriria a sua missão se não investigasse a administração do futebol brasileiro. O futebol do Rio, por exemplo, é muito importante; há clubes muito populares que movimentam bilhões de reais anualmente. Seria uma irresponsabilidade de parte do Poder Legislativo se não investigasse a correta ou incorreta administração do futebol do Rio de Janeiro. Daí a convocação do Presidente da Federação Carioca de Futebol. Esta CPI só se instalou em função da anarquia, da desorganização e da corrupção visível na administração do futebol do nosso País.

Se geramos muitos empregos com o futebol, atividade econômica e social, geráramos certamente muito mais se o futebol fosse devidamente organizado e administrado com competência e lisura. Daí a responsabilidade de evitar que se constitua uma casta de privilegiados na administração do futebol, uma casta de isentos da responsabilização civil e criminal, totalmente protegidos, sem os riscos da fiscalização do setor público.

Por isso, Sr. Relator, a importância da reunião neste dia.

V. Ex^a tem a palavra para iniciar as indagações que considerar convenientes.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, minhas primeiras palavras são no sentido de comunicar ao Dr. Eduardo Viana que estou, neste momento, fazendo um requerimento verbal ao Presidente desta CPI, esperando ter a aprovação dos Srs. Senadores, reconvocando S. S^a para estar presente nesta CPI no momento em que entendermos oportuno.

Explico o porquê desse requerimento: se houve alguma instituição vinculada ao futebol e investigada por esta CPI que tenha procurado tolher, de todas as maneiras possíveis e impossíveis, o bom encaminhamento dos trabalhos desta CPI foi a Federação dirigida pelo Dr. Eduardo Viana. Basta ver as dificuldades que foram criadas no trânsito de informações entre a Federação do Rio de Janeiro e a assessoria da nossa CPI.

No dia 3 de abril deste ano, foi encaminhado um ofício à Federação com a finalidade de termos acesso à contabilidade da entidade. Foi concedido um prazo de dez dias, prazo esse que se encerraria em torno do dia 19 de abril. Sequer foram tomadas as providências necessárias para que a própria Federação solicitasse o alongamento desse prazo. Por volta do dia 11 de maio, foram iniciados contatos telefônicos permanentes para reiterar a solicitação efetuada por meio de ofício. Foram feitas diversas tentativas de contato, algumas sem sucesso, para conseguir a documentação hábil e necessária para exercitarmos a nossa função. Solicitávamos, à época, demonstrativos financeiros, o Livro Razão Analítico do período de 1995 a 2000. No dia 21 de maio, enviaram-nos o Livro Diário, que não tínhamos solicitado. Os Livros Razão nos foram entregues anteontem, isso porque tomamos a providência, na semana passada, de evitarmos a presença do Dr. Eduardo Viana aqui, exatamente porque eles nos informava de que viria e nos entregaria os livros-razão somente no momento da sua presença aqui na nossa CPI. E somente ontem tivemos acesso a esses livros-razão. E mais, fomos obrigados a buscar esses livros no aeroporto para que não perdêssemos o tempo dentro do processo burocrático. Tínhamos uma informação, da própria Federação, de que eles não tinham livros-razão e que deveriam confeccionar porque, legalmente, não era da competência da Federação possuí-los. Para nossa surpresa, recebemos aqui os livros-razão referendados, manipulados, o que demonstra que eles realmente existiam. E mais, Sr. Presidente e Srs. Senadores, faltando folhas nesses livros-razão; as folhas que eram do nosso interesse – e posso aqui depois demonstrar – estão ausentes. Tem mais, Sr. Presidente. A Federação Carioca de Futebol, da Federação do Rio de Janeiro, ingressou com uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal impedindo o nosso acesso à quebra dos sigilos bancário e fiscal dos seus dirigentes e da própria Federação; e foi concedida uma liminar para que tal fato não acontecesse. Requebremos os sigilos bancário e fiscal da Federação e dos seus dirigentes. E qual não foi a nossa surpresa, Sr. Presidente: no dia 29 de maio, a

Federação dava ingresso no Supremo Tribunal Federal a uma nova solicitação de liminar com a finalidade de impedir, mais uma vez, o trabalho responsável que a nossa Comissão está fazendo com relação ao futebol. Em cima disso, Sr. Presidente, além do requerimento verbal que fiz de reconvocação do Dr. Eduardo Viana, para o momento em que entendermos oportuno, já requeiro à Secretaria da Receita Federal que proceda uma ação fiscal junto à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, no período de 1996 a 2000; e deixo esse requerimento para o encaminhamento devido.

E quero fazer mais um requerimento, Sr. Presidente. Requeiro que seja feito um requerimento ao Supremo Tribunal Federal, pois lá cursa um processo em que o Dr. Eduardo Viana e o Deputado Federal Eurico Miranda respondem como réus em ação contra o patrimônio público, ou alguma coisa desse tipo. Quero essa informação do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, neste momento, estou sabendo das minhas limitações no conhecimento da legislação, sou médico e trabalho única e exclusivamente com duas palavras: bom senso. Quero dizer ao Dr. Eduardo Viana que se o futebol é privado, na minha visão, não existe nada mais público neste país do que o futebol, exatamente encimado nos fatos que V. S^a colocou. Se ocorrem neste país 5.000 jogos por fim de semana, quando temos 5.507 municípios, isso significa que temos, em tese, um jogo por município. Isso é privado ou é público? Pergunto mais, Sr. Presidente. Não temos a responsabilidade de zelar e de cuidar do dinheiro público? Não temos que evitar a sonegação fiscal? Se na visão do Dr. Eduardo Viana ele coloca **sub judice** a necessidade ou não da existência desta ou de outras CPIs, ele que recorra ao Supremo Tribunal Federal e lá vá buscar legalmente aquilo que lhe pareça e entenda que seja pertinente. Faça o que o Presidente do Flamengo fez, entrou com uma solicitação para que não existisse esta CPI. Foi negada, e o Supremo Tribunal Federal haverá de negar sempre, porque sabe da importância, Srs. Senadores, do significado e do que pode fazer pelo bem deste País a instalação de CPIs.

Feito esse desabafo...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sr. Relator, eu gostaria de despachar os requerimentos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O requerimento que reconvoca o Sr. Eduardo Viana, solicito à assessoria que o redija e faça a coleta das assinaturas, para que conste da ata dos trabalhos de hoje a

aprovação da reconvocação do Sr. Eduardo Augusto Viana da Silva para depor novamente nesta CPI, no mês de agosto. Os outros dois requerimentos, da mesma forma.

Gostaria também de lembrar que um Senador da República, Luiz Estevão, foi cassado pelo Senado Federal por duas razões: a primeira e mais importante, por obstruir os trabalhos de investigação de uma CPI; e a segunda razão, por mentir ao depor numa CPI. Portanto, se o Presidente da Federação Carioca de Futebol fosse Senador poderia ser alvo de um processo disciplinar por quebra de decoro, que certamente levaria à cassação do seu mandato, como ocorreu com o Senador Luiz Estevão.

Faço este registro para demonstrar que esta instituição, tão atacada por muitos, é muito mais rigorosa que outras instituições deste País. E não há por que citar exemplos antigos se temos um recentíssimo, que resultou na perda do mandato de dois Senadores.

Creio, portanto, que o Sr. Eduardo Viana da Silva deve realmente voltar a esta CPI quando tivermos acesso a todas as informações sobre sua gestão na Federação Carioca de Futebol.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Tem a palavra o Senador Antero Paes de Barros, pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Antes de o Relator fazer a primeira pergunta, se é que vai fazer, não sei...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou fazer depois.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu queria aqui registrar a minha solidariedade, primeiro à fala do Relator. São fatos inclusive que a CPI não conhecia e é de extraordinária importância que a CPI os conheça, exatamente para que saibamos com quem estamos tratando a questão do futebol brasileiro.

Na fala do Dr. Eduardo Augusto Viana da Silva, ele relata o grande perigo que existe no futebol brasileiro sobre a questão do monopólio das comunicações – acho até que é um tema que pode ser estudado e avaliado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito –, mas deixa de enfatizar um perigo evidentemente maior e que já destruiu o futebol brasileiro, que é o monopólio da Confederação e das Federações. Não há uma renovação no quadro das nossas Federações. O futebol é uma verdadeira caixa preta, que está sendo desvendada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Falo isso com conhecimento, como jornalista esportivo atuante no meu Estado. O defeito de Mato Grosso é o mesmo defeito de Minas,

é o mesmo defeito da Federação do Rio de Janeiro. Lá na Justiça de Mato Grosso há processo correndo também com relação a ingressos falsos. Estamos caminhando para o futebol de clubes pobres e federações ricas. Os clubes estão cada dia mais pobres e as Federações estão cada dia mais ricas. Sobre a questão de que o Estado não deve investigar, disse bem o Presidente da CPI, o Senador Álvaro Dias, não vamos investigar os bancos. Os bancos também são instituições privadas, mas são instituições que sonegam. E cada sonegação, no recurso do futebol, é cada posto de saúde que deixa de ser construído, cada escola que deixa de ser atendida. Há benefícios sociais que deixam de ser feitos em função exatamente da sonegação do futebol brasileiro.

Nós, legisladores, fomos aqui utilizados – não digo nós atualmente, mas legisladores no passado – por algo que acredito que era importante para o futebol a fim de evitar a sonegação. Chegou-se a um instante no futebol brasileiro em que os clubes de futebol estavam perdendo os seus estádios. Era o caso do Botafogo e de outras equipes do futebol brasileiro que perdiam os seus patrimônios. Foi por isso que nós, legisladores – e aí o Estado tinha que entrar – fizemos alteração na legislação para que a contribuição se verificasse em função da renda dos jogos. A renda dos jogos passou a ser fraudada, passaram a ser distribuídos ingressos como convites. Esses ingressos não tinham a carga guardada nas federações. Existe processo sobre isso em todo o Brasil, nesta que é uma das organizações mais deletérias para o futebol brasileiro, que é exatamente a organização das nossas federações.

O Estado não pode entrar, mas o estádio estadual do Rio de Janeiro, o Maracanã, é estadual, é do governo do Estado. O Estado não pode entrar, mas o Estádio do Pacaembu, o Estádio Magalhães Pinto, o Estádio Verdão, em Cuiabá, o Estádio Pedro Pedrossian no Mato Grosso do Sul são estádios estaduais. E assim por diante.

Os templos do futebol brasileiro foram construídos numa época em que os ditadores tentavam se aproveitar do futebol. Esse discurso não serve. Esse discurso é de quem não quer nenhum controle, de quem quer perpetuar-se no mando do futebol. Esta CPI há de instalar um regulamento estabelecendo o máximo de uma reeleição, a impossibilidade de parentesco, como uma regulação da questão do setor privado. É evidente que quem vai dirigir os clubes são entidades privadas, associativas.

Às vezes, a paixão impede a visão e leva a uma solidariedade das torcidas para aqueles que estão di-

lapidando o patrimônio dos clubes. O maior patrimônio que os clubes têm são os torcedores. E esses apaixonados em função dos resultados dos jogos acabam às vezes não vendo que aquele tipo de administração acaba prejudicando o clube. E o nosso futebol, pela primeira vez, está ameaçado de não participar de uma copa do mundo, graças aos extraordinários dirigentes que temos.

É um risco o monopólio privado da comunicação. Pode vir a ser um risco, acredito até que seja, porque penso que a comunicação tem que ser democratizada. Da mesma forma acontece com o monopólio das federações, das famílias e das confederações que tem que ser combatido no futebol brasileiro. Precisamos passar a limpo o futebol brasileiro, Sr. Presidente.

Quero, por isso, apresentar a minha solidariedade ao Senador Althoff. Solicito a todos os nossos colegas desta Comissão Parlamentar que aprovem a reconvocação do Sr. Eduardo Viana, para que, munidos de mais documentos, possamos trazer ao torcedor do Rio de Janeiro a verdade da Federação Estadual do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Vamos passar a palavra ao Sr. Relator. V. Ex^a poderá responder as indagações, especialmente poderá explicar como desapareceram algumas folhas dos livros que aqui se encontram.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Feito esse desabafo, Sr. Presidente, penso que não é um desabafo só meu, mas de V. Ex^a, do nobre Senador Antero Paes de Barros, gostaria já de início também de apresentar um outro requerimento.

Este requerimento solicita à Agência Nacional de Telecomunicações a transferência do sigilo telefônico do Sr. Eduardo Viana, Presidente da Federação do Estado do Rio de Janeiro, no período de 99 até o presente momento. E a justificação, em primeiro lugar, refere-se às dificuldades criadas à informação. Em segundo lugar, porque no transcorrer desta reunião haverá de surgir fatos que determinam inclusive o próprio requerimento por si só, quero passar às mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência despacha favoravelmente, solicitando a coleta de assinaturas para que conste da Ata de hoje, uma vez que os trabalhos deverão se realizar durante o período de recesso, inclusive, do Congresso Nacional, para que no mês de agosto se possa, então, ouvir novamente o Sr. Eduardo Augusto Viana.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Senador Geraldo Althoff, permite-me um esclarecimento.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, vou fazer a primeira pergunta e dando oportunidade ao Depoente de fazer uso da palavra para motivá-lo com relação ao nosso encaminhamento.

A primeira pergunta é a seguinte: por que motivo a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro buscou obstruir de todas as maneiras possíveis o trabalho desta CPI?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Sr. Relator, em primeiro plano há um documento que decorre de uma falha de Secretaria desta Comissão e que parece que a obstrução foi da Federação do Rio de Janeiro, mas passo às mãos de V. Ex^a um envelope daqui do Senado, datado de 04 de maio, que encaminhou a correspondência do dia 03 de abril. Só foi postado no dia 04 de maio. Somente no dia 04 de maio foi postado o documento emitido pela Comissão no dia 03 de abril. Naturalmente, deve ter sido assinado pelo Senador Álvaro Dias no dia 03 de abril.

Esse é um primeiro plano.

Em segundo lugar, não houve tentativa de obstaculização de coisa alguma. O uso do direito constitucional de se ir ao Supremo Tribunal Federal por se discordar doutrinariamente do poder de investigação de uma área da vida privada brasileira é a maneira civilizada que se tem em qualquer país do mundo de se discordar de alguma coisa. E a Assembléia-Geral da Federação, por unanimidade, no dia 17 de janeiro, se não me engano, determinou-me que tomasse as providências judiciais nesse sentido. E, dentro desse aspecto, perfeitamente coberto no direito de ação, no direito de se pretender a revisão, pelo Poder Judiciário, de qualquer ato que qualquer um de nós se ache atacado por ele e até que se pense numa mera hipótese de legalidade, foi exercitado simplesmente por discordar. Não há nenhuma afronta, não há nenhum desrespeito, não há nenhuma tendência a obstaculizar coisa alguma.

O terceiro ponto: o problema dos livros. Em primeiro lugar, a correspondência só chegou lá no mês de maio. Está na mão a prova material, e tenho os originais em mãos, se precisar exhibi-los na Justiça, ou em qualquer lugar – estou apresentando uma xerox –, porque pretendo cumprir a lei, e quando convocado o faço, mesmo que não goste de fazê-lo em algumas situações, mesmo que não esteja satisfeito, mas sou um legalista ao extremo, e cumpro. Não posso materi-

almente cumprir quando uma exigência não me chega a tempo.

Quanto aos problemas dos livros, sou um absoluto ignorante em contabilidade, mas, pela informação que tenho dos meus profissionais que trabalham comigo, só há um livro obrigatório que é o chamado livro Diário, os livros Razão, seja Analítico ou Sintético, são livros auxiliares que podem não existir. Esses documentos existiam, sim, alguns deles – o Senador Geraldo Althoff afirmou, e é verdade –, mas estavam todos desorganizados e não utilizados. E, desde outubro, a contabilidade da Federação de Futebol do Rio de Janeiro se encontra em reformulação. Por exemplo, quem juntou anteontem à noite um presumível livro razão do ano 2000 – que não é esse; é outro, porque veio faltando de fato um pedaço, vamos mandar um outro inteiro – fui eu e o Dr. Leal Ferraz, que não entendemos nada de contabilidade, às cinco horas da tarde, quando um zeloso assessor desta Casa, se não me engano chama-se Marco Aurélio ou Marco Polo insistiu em pedir que mandássemos de qualquer maneira. Não dispúnhamos de nenhum suporte técnico para fazer isso naquela hora; fizemos. Veio incompleto, veio errado, veio trocado, faltou até luz no meio do negócio. Não há interesse de obstaculizar coisa alguma. De cinco anos solicitados, esse era o quinto. E vai chegar aí o Razão, com todas as folhas que têm que chegar, sem dúvida alguma. Foi um açodamento sim, às 5 horas da tarde de anteontem, sem um **expert** de contabilidade presente; um, professor e advogado, e o outro, um estudante de Direito, obrigados a fazer um negócio sem conhecer nada. Tentamos atender, não há esse interesse, Sr. Senador Geraldo Althoff.

Agora quanto à postulação em juízo, isso é um direito constitucional calcado no direito até de preservação da própria imagem, porque vivemos num país onde a cultura meridiana não é a mais alta. Vamos ter noção de realidade. Quando se anuncia que se quebrou o sigilo bancário de alguém, essa pessoa, no entendimento popular, já é atingida em sua honra, em sua privacidade, numa série de coisas, e nem todos ficam felizes com isso não. Alguns são exibicionistas e gostam até, outros reclamam o direito da privacidade. Há uma exigência na Constituição Federal da motivação e da presumível causa de contribuição do ato para aprofundamento das investigações. Houve uma quebra de sigilo genérica, tecnicamente imperfeita, sem justificativa, que caiu na primeira liminar. E quem usou do direito de pedir a segurança usou de um direito que a Constituição lhe dava e que não pode ser tolhido em tom de censura pública por isso. Estamos

num estado de Direito, existem direitos fundamentais da pessoa, o mais sério, talvez, deles seja o direito do indivíduo antepor a sua vontade ao Estado quando se acha acobertado pelo Direito. Isso não é crime em lugar nenhum, não é objeto de censura em lugar nenhum. A censura é uma forma de coerção também, moral, por enquadramento coletivo, se os psicólogos preferem dizer assim. Então, quem vai à Justiça usa o artifício que a civilização lhe dá para ter a luta pacífica por aquilo que ele acredita como válido. E todos nós devemos ir à Justiça antes de começar a dar entrevistas, a atacar os outros, a tomar providências de fato, que impeçam as coisas. Devemos fazer isso. Um fato é esse. Por determinação da minha assembléia geral, fui à Justiça, por opção individual, fui ao meu caso particular, como dirigente. A Constituição me garante nisso, o bom senso garante e o estado de Direito tem isso como um valor; não há outro meio mais civilizado de se lutar do que pela Justiça.

Um outro ponto: a correspondência chegou com mais de trinta dias de atraso, o livro Razão é um livro auxiliar, não obrigatório, por isso não estava sendo utilizado na Federação e teve que ser montado. Eu abro até a Federação para uma inspeção das condições materiais em que estava esse livro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Solicito, Sr. Presidente, pela ordem, no sentido de que então V. S^a disponibilize de público a quebra do seu sigilo bancário, fiscal e da Federação que V.S^a dirige.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não, não concordo. Eu estou acobertado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Indiretamente, essa situação pode até representar um atentado à ordem judicial. A pergunta de V. Ex^a é como aquela que o **marketing** político faz atualmente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E quero lhe comunicar que mesmo solicitada uma nova liminar, a quebra já está sendo encaminhada pelo Banco Central e pela Secretaria da Receita Federal. Vamos ter o acesso aos documentos da Federação e de V. S^a. Vamos trabalhar intensamente nesse sentido e vamos contar, com certeza, Sr. Presidente, com a colaboração do Poder Judiciário deste País.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Senador Geraldo Althoff, se a Justiça determinar, cumprirei fielmente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – É preciso registrar o seguinte: o Sr. Eduardo Viana – isso em defesa da secretaria desta Comissão – alega que a correspondência chegou com atraso, mas, mesmo com atraso, chegou no dia 5 de maio e hoje é dia 31 de

maio. Para o encaminhamento de livros que já devem existir, sem a necessidade de produzir qualquer documentação, creio que é tempo suficiente para quem deseja, realmente, oferecer transparência absoluta à sua gestão.

De outro lado, é óbvio que estamos num Estado de Direito democrático e é evidente que é um direito do cidadão tentar impedir a quebra do seu sigilo. Mas, trata-se da coisa pública. O futebol é coisa pública, a Federação é coisa pública, não é propriedade privada, embora venha sendo dirigida dessa forma. Então, há aí a questão evidentemente de direito e a questão ética. Não é postura ética recomendável esconder ações, atos, que são praticados em nome de uma imensa coletividade, como é o caso do futebol do Rio de Janeiro.

Continua com a palavra o Senador Geraldo Althoff, para as indagações.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, creio que já tivemos mais uma demonstração da importância desta CPI quando o Dr. Eduardo Viana fez referência de que, a partir de outubro, coincidentemente, mês de instalação desta CPI, iniciou-se, na Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, uma reformulação de caráter administrativo. Mais uma vez, demonstra o significado e a importância que tem esta CPI.

O senhor conhece o Sr. Francisco Aguiar?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Há 40 anos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Essa postura de criar dificuldade, que foi colocada, na nossa visão, pela entidade dirigida por V. S^a, é um hábito comum adotado com outras entidades também, quando solicitam documentos junto à Federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não posso afirmar. A pergunta mantém um caráter subjetivo; se for concreta, dizendo qual a entidade, eu direi, por exemplo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Só para tomar conhecimento de matérias publicadas no dia 16 de maio de 2000, em jornais de circulação nacional, a respeito das dificuldades criadas pela Federação dirigida por V. S^a no sentido de impedir ou dificultar o acesso às informações no Instituto Nacional de Seguridade Social.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Dezesseis de maio de quando?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Isso foi no dia 16 de maio, notícias republicadas no dia 18 de maio,

mostrando que depois o INSS foi até a entidade que V. S^a dirige.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu posso informar a V. Ex^a que a Federação se encontra sob fiscalização do INSS há mais de 30 dias.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Desde quando?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Há mais de 30 dias.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Há mais de 30 dias.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Há mais de 30 dias engloba o mês de maio inteiro. Pacificamente, sem nenhum problema, sem nenhuma resistência, e uma fiscalização que vem colaborando muito, no sentido de se submeter uma sistematização dos endereços previdenciários.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou-lhe mostrar um documento do Ministério da Previdência e Assistência Social, que diz que o processo começou no dia 09/05/01. Quero que o senhor confirme isso, visualizando esse documento. Trata-se de documento do INSS, informando a diligência que iria fazer.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Encontra-se sob fiscalização.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Há mais de 30 dias, V.S^a disse.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– O mês de maio todo. Eu não posso precisar isso aí. Eu não sou o fiscalizado diretamente; é a instituição. Os fiscais andam há mais de 30 dias pela Federação, pediram o local, pediram colaboração, e estão encerrando o seu trabalho nessa fase.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas, Sr. Presidente, para nós essa data é importante, e quero colocar isso, exatamente porque uma das justificativas encaminhadas à nossa Assessoria, datada do dia 18 de maio...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Assinada por mim.

O SR. GERALDO ALTHOFF – ...assinada por V. S^a, diz que a dificuldade do encaminhamento era exatamente porque esses documentos estavam disponibilizados ao INSS. É isso?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Senador Geraldo Althoff, no dia 5, recebi o expediente, pois teria de mandá-lo no dia 15. O Assessor Marco Aurélio, que aliás me parece muito zeloso, falou várias vezes ao telefone com o meu pessoal e pediu neste dia – acho que 15 ou 16 – esses livros. Estavam em poder da fiscalização, na subsede da Rua do

Acre. A Federação tem quatro recintos em ruas diferentes, em locais diferentes. Um estava todo sob controle da fiscalização. Ocupado por eles, até para que eles possam trabalhar sem nenhuma interferência. Os livros estavam lá e como foram apanhados anteontem à tarde, eu fui buscar o que havia de 1998 em cima das mesas onde trabalhavam os fiscais. E talvez por isso tenha vindo faltando papéis. É verdade isso. Não há interesse nenhum de obstaculização, a não ser os impedimentos na Justiça.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Esse sentimento de datas para nós é importante para que fique caracterizado...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Peço a V. Ex^a que pergunte ao Marco Aurélio qual foi o dia que ele foi informado... Aliás, está datado o ofício aí.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ao Dr. Marco Aurélio, ele é nosso Assessor.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Que dia está no ofício com a minha assinatura? Por favor, Senador.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Está datado do dia 18 de maio.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Dia 18, confere com o que estou dizendo. Perfeitamente, é isso aí. Já estava sob fiscalização.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas como que mesmo assim no dia 21 de maio V. S^a remeteu a esta CPI...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Por quê? Pela insistência...

O SR. GERALDO ALTHOFF – ...os livros Diários se eles estavam juntos ao INSS?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Os Diários não estavam. Estavam os papéis que eu fui saber que se chamam Livro Razão Sintética e Analítica. Não sabia antes. Os Diários ficavam encadernados na Tesouraria da Federação – e foi o mais fácil a se mandar – e que me informaram tecnicamente – eu ignoro o assunto – que é o mais completo, que por ali tem tudo. Eu pensei em substituir. E um doutor em contabilidade me disse que é mais completo mesmo. Eu não posso afirmar nada nem avaliar porque não conheço nada disso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – É, o senhor afirma que o livro Diário não estava com o INSS.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Como?

O SR. GERALDO ALTHOFF – O livro Diário não estava com o INSS.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não. Estavam todos, mas não foi impossível tirar o que se chama Analítico, porque eles estavam vendo lançamento por lançamento no interesse da própria Previdência.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nós temos um documento, já do dia 09 de maio, solicitando, por parte do INSS, todos os livros, inclusive o livro Razão. Quer dizer, ele estava inclusive lhe pedindo um livro que não existia lá, que o senhor teve de se mobilizar para preparar?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não. Eu disse a V. Ex^a que o livro não é obrigatório e por isso ele não vinha sendo utilizado. Existiam os materiais que compõem o livro sim. O do ano 2000 eu montei pessoalmente com o Dr. Léo Fróes, sem contador nenhum perto. Por isso, V. Ex^a aponta alguns lapsos que terão de ser corrigidos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Dr. Eduardo, a Federação é isenta ou não do Imposto de Renda?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É isenta. V. Ex^a permite-me aditar?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pois não.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – “Nenhum dirigente recebe salário, não tem dado lucro por razões, até é isento e é imune”.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor conhece o Sr. Aremitas José de Lima?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Sei que é funcionário do Vasco da Gama. Foi até portador de um adiantamento por determinação do Vasco da Gama, com dinheiro do Vasco passado a ele na época em que o Vasco tinha as contas bloqueadas e pelo espólio do atleta Dener.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – E sei também que esse senhor tem problemas aí de depósito no exterior, etc.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quer dizer que o senhor tem o documento que comprova a solicitação do Vasco da Gama para que o depósito fosse feito na conta dessa pessoa?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Tenho. Posso dar a V. Ex^a qual é o número do depósito, tudo aí feito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor nos remeteria isso em 48 horas então?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Perfeitamente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O documento encaminhado do Vasco para a Federação, autorizando ou determinando que aquilo que lhe era devido fosse depositado...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Se não me engano, 220 mil reais. Na CPI da Câmara foi (Inaudível).

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fosse depositado na conta Sr. Arenitas José de Lima. Quero o documento que comprova essa autorização. O senhor deve ter recebido, a sua entidade, uma autorização do Vasco para fazer tal depósito.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É evidente que o dinheiro era do Vasco.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nós queremos em 48 horas esse documento. O senhor pode nos fornecer?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Vou procurar e mando.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas o senhor vai nos fornecer?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Se existir o documento vou. E penso que existe.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Por que se existir?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Penso que existe. Não sei. Eu autorizo despesas na Federação. Não sou executor de pagamentos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu não admito que V. S^a não tenha a informação se tem ou não essa autorização.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Em que ano ocorreu isso, Senador? Por favor!

O SR. GERALDO ALTHOFF – Março de 1999.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Já estamos em 2001.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu vou lembrar...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É um pagamento de rotina por determinação de um clube. Eu só me lembro do nome...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não. Eu acho que a situação inusitada não é o pagamento de rotina de um clube.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Só me lembro do nome...

O SR. GERALDO ALTHOFF – A situação inusitada é exatamente V. S^a ter encaminhado a ser feito um depósito na conta de uma pessoa privada, que não tem vinculação especificamente com o Vasco.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Se V. Ex^a me permite, vou tentar detalhar para ficar mais claro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fique a vontade.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Os clubes todos têm conta corrente junto à Federação. Entra um dinheiro de televisão na Federação, que são repassados para a conta do clube como entram diariamente dívidas dos clubes. Até um registro de uma atleta infantil tem uma taxa de emolumento debitado ao clube. Da mesma forma que despesas na hora de pagamento de uma arbitragem internacional, também pode ser debitada ao clube. Então, uma conta corrente de clube/Confederação. E às vezes com depósito, principalmente de televisão, existem quantias vultosas a favor dos clubes, créditos dos clubes. E neste momento eles dão ordem para emitir cheques para cá e para lá ou fazer depósitos aqui ou ali. Isso já aconteceu e na CPI da Câmara eu tive de esclarecer exatamente esse depósito, se não me engano, de 220 mil em favor de um funcionário do Departamento de Futebol do Vasco da Gama.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu lhe faço a seguinte pergunta, se o Vasco determinasse que o senhor fizesse o depósito na conta do Fernandinho Beiramar o senhor faria também então?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Se viesse formalmente escrito, faria na conta de qualquer um. Eu não tenho...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Então...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu não tenho que administrar o dinheiro do Vasco.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Então que fique bem claro perante esta Comissão de que o senhor só fez este depósito porque V. S^a teve uma autorização do Clube de Regatas Vasco da Gama.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Uma determinação. Eu comecei explicando isso a V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Legalmente feita. Não vale ser um fio de bigode.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Desde que o Vasco da Gama não discuta, legalmente há. Pode ser.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Desde que ele não discuta, que ele diga...

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor é advogado?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Sou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu sou médico. Mas olhe, dentro da minha simplicidade e do meu desconhecimento legal, se V. S^a se permite...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu discordo. V. Ex^a é um **expert** em termos legais.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se V. S^a se permite sabendo que está colocando ou está depositando dinheiro, que deveria ser depositado na conta do Vasco, na conta de um terceiro porque essas contas estão bloqueadas, V. S^a está cometendo também algum tipo de ilegalidade.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Excelência, eu sei que estavam bloqueadas hoje, porque eu vi o Deputado Eurico Miranda dando entrevista na CPI da Câmara. Na época eu recebi simplesmente uma ordem de emitir um depósito em favor de Fulano de Tal do dono do dinheiro que era o Vasco da Gama. Isso aí não há por onde. Se eu sou detentor do dinheiro de qualquer dos senhores aí e recebo uma ordem, para segurança minha deverá ser por escrita, mas poderia aceitar até que fosse uma ordem por telefone, “entrega a Fulano”...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não é possível que uma entidade como a sua,...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Mas eu não estou afirmando.

O SR. GERALDO ALTHOFF – ...por V. S^a dirigida,...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Naturalmente há um documento...

O SR. GERALDO ALTHOFF – ...que o senhor receba uma autorização de depósito por telefone.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Mas o senhor está pressupondo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E tem mais uma coisa.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– O senhor está pressupondo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não vou pressupor. Eu quero lhe mostrar aqui que o Vasco da Gama tinha à época conta disponível para ser depositada e que o senhor não fez porque assim poderia fazê-lo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– E mesmo que tivesse, basta que o Vasco mandasse pagar eu teria de fazê-lo. O dinheiro era dele. Como existiu também um pagamento do Vasco àquele empresário do Uruguai, cujo nome não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Juan Figer.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Isto, Juan Figer, por ordem. E tive que fazer. O dinheiro era do Vasco e eu era o mero portador. Até do dinheiro da Federação eu dependo de procedimentos. Mas de terceiros, que estão em poder da Federação, é do procedimento que os terceiros mandam. O Vasco poderia ser contra. Agora, ele deu a ordem – “Não mude a situação jurídica”. Paguei por ordem....

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor está dificultando a Receita Federal.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não estou dificultando não, Sr. Senador.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Está sim.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – **Data venia**, Sr. Senador, não estou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu, então, vou lhe fazer mais uma pergunta: como é que esse dinheiro entrou, como é que ele foi caracterizado na Contabilidade da Federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Ele era dinheiro do Vasco da Gama – de contrato de televisão – de participação de contrato de televisão. Deve ter sido esta apropriação ou renda de jogo. Mas é muito grande para ser renda de jogo. Deve ser apropriação de contrato de televisão, porque é um dinheiro disponível ao Vasco da Gama e paga o que ele quer e como ele quer. A responsabilidade é dele. Eu não tenho nenhuma.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros, pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Desculpe-me interromper, mas só pediria ao depoente porque existe a absoluta desnecessidade da argumentação, em decibéis, até porque o registro de som do Senado...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Talvez seja o som aqui, não é a intenção. Eu estou sendo até muito bem tratado pelo nobre Senador Geraldo Althoff e não admitiria nem de longe estar gritando aqui.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É até por uma questão de saúde pública. A argumentação em decibéis não é uma coisa....

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Mas há e até se raciocina pior com barulho.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas só fazendo a intervenção que é a seguinte: V. S^a acaba

de dizer, aqui, o seguinte: a Federação Carioca, afinal de contas, é isenta ou não é isenta?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É isenta, é dinheiro do Vasco da Gama que paguei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está certo. Eu quero saber quando V. S^a está cometendo perjúrio: se é agora, aqui, ao declarar que ela é isenta ou se no depoimento que V. S^a deu na Câmara dos Deputados. Eu estou aqui com as notas taquigráficas do depoimento de V. S^a na Câmara dos Deputados.

O Sr. Deputado Léo Alcântara pergunta:

“A Federação Carioca é isenta?”

V. S^a responde:

“Foi até bem pouco tempo. Há dois anos deixou de ser.”

Foi por isto que pedi esta questão de ordem. Então, eu quero saber o seguinte: quando foi que V. S^a mentiu? Hoje ou na Câmara dos Deputados?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Nem hoje nem naquele dia. É uma questão de hermenêutica.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – De hermenêutica?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É, de interpretação.

O Deputado Léo Alcântara perguntou em relação à vigência da lei cujo número não me lembro e que, de fato, tornou as Federações passíveis de pagamento de Imposto de Renda. Foi no dia 1º de janeiro de 1988.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a, então, me desculpe, mas eu não estou sabendo ler. Não estou sabendo ler porque aqui temos notas taquigráficas. Isto aqui é a reprodução fiel do que aconteceu. Aqui não fala de lei alguma. Vou reler, novamente, pelo que aprendi:

“**O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA** –”

S. Ex^a não falou nada de lei ou de vigência. Ele afirma o seguinte:

“**O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA** – A Federação Carioca é isenta de Imposto de Renda?”

“**O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA** – Foi até há bem pouco tempo. Há dois anos, deixou de ser.”

Eu quero saber se isto, aqui, que V. S^a declarou lá é verdade ou o que declarou aqui não é? Não existem duas verdades. Então, é isenta ou não é isenta?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Sr. Senador Antero Paes de Barros, a resposta

como V. Ex^a quer eu não vou dar. Vou dar como penso que devo dar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. Ex^a já a deu aqui e hoje...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É isenta e eu respondi ao Sr. Deputado Léo Alcântara que é isenção absoluta legal existente desde 1941 e não existia mais desde 1º de janeiro de 1980. Se a Taquigrafia traduziu fielmente as minhas palavras ou não as traduziu. Neste caso, é melhor ver a gravação, porque a Taquigrafia pode ter falhado e eu não assinei nenhum depoimento taquigrafado. Às vezes, até, está se buscando detalhes de um fato cuja essência é a mesma. **Data venia**, desculpe por isto aí. O que disse é que a partir de 1 de janeiro de 1998, os clubes e federações deixaram de ser isentos de Imposto de Renda e entram na excludente de imunidade que a própria Lei tem quando os dirigentes não percebem remuneração e quando não obtêm lucro – é evidente porque não têm o que declarar – ou, então, quando obtêm lucro e o aplica nos seus fins-sociais e no desenvolvimento desses fins sociais.

A resposta foi essa e muito maior do que essa que está aí nas notas taquigráficas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Veja bem. Eu não quero discutir com V. S^a a interpretação hermenêutica que V. S^a faz da lei. O que eu quero...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se falasse, eu seria propedêutica por ser médico.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu quero discutir exatamente as declarações aqui, porque são fidedignas. Eu pediria até à CPI que requisitasse a fita lá da Câmara dos Deputados, porque, na minha opinião, está muito claro. Se possível agora, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Qual é materialização de perjúrio? É uma situação jurídica. Naquele dia eu poderia achar que era isenta e ter estudado melhor a lei e ter outra conclusão hoje. Se eu mentisse sobre o fato, aí sim, se eu dissesse aqui a V. Ex^a, ao Senador Geraldo Althoff, ao Senador Álvaro Dias que eu paguei imposto este ano e, depois não tivesse pago, aí seria perjúrio, **data venia** quanto à interpretação. Quanto à existência de um **status** jurídico de isento ou não isento, eu poderia ter uma realidade naquele dia e constatei juridicamente outra realidade agora.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria de devolver a palavra ao relator, solicitando essas providências para que fique bem ca-

racterizado se houve ou não o crime de perjúrio aqui na CPI.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não há nem materialidade de crime.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, peço até desculpas também pela minha impetuosidade, coisa que não me é habitual, mas tudo em função...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Senador, eu falei alto sem nenhuma intenção...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Tudo em função do sentimento, do trabalho, Sr. Presidente, e das dificuldades que tivemos. Ontem ainda até altas horas da noite estivemos trabalhando no assunto e avaliando o sentimento de dificuldade. Isso me traz até uma mudança de comportamento, tomando uma postura que não me é habitual, mas que procurarei também, Senador Antero, fazer isso de maneira adequada.

Fazendo uma rememoração do caso, ficou claro, então, que V. S^a recebeu uma determinação do Sr. Eurico Miranda...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não, do Vasco da Gama. Não sei se foi do Eurico; pode ter sido até de um executivo profissional

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pois bem. Então foi do Clube de Regatas Vasco da Gama?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Foi. Eurico não era presidente nessa época.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ordenando que a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro fizesse o depósito na conta do Sr. Aremithas José de Lima.

O senhor ficou de nos remeter o documento comprobatório dessa autorização do Vasco para que a entidade dirigida por V. S^a fizesse o depósito na conta do Sr. Aremithas José de Lima.

Posteriormente eu fiz uma colocação ao senhor questionando a sua atividade de advogado, porque o advogado zela pelo processo de justiça e o senhor estava depositando na conta de um "laranja". Fique bem claro isso.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não, ele é funcionário do Vasco.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas como é que um funcionário do Vasco pode receber em suas contas ...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Pode ser um adiantamento para qualquer despesa que é do foro do Vasco, não é meu. Eu não tenho que

discutir isso. É do puro foro do Vasco. Ele decide a quem faz.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Agora vem a pergunta importante. Eu gostaria que o senhor nos informasse se o senhor sabe como é que essa operação foi registrada na contabilidade da sua federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Não sei.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria, antes de tornar público o que está aqui caracterizado, de passar às mãos de V. S^a para que V. S^a tome conhecimento, sem emitir juízo de valor a respeito do assunto.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Pago a Eurico Miranda. Então foi...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Por favor, eu solicitei a V. S^a que não fizesse juízo de valor. Só me repasse o documento.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Ah, desculpe. Essa pessoa, sem dar o nome, tinha...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se me permite, sem juízo de valor.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– ...era plenipotenciária dentro da ...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Aqui está colocado "pago Eurico Miranda". Isso caracteriza que há uma conta "Eurico Miranda" na sua contabilidade.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Não, não há. Se há, é erro de lançamento. Não há. Só tem contabilidade conta de clube e de funcionários meus.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quem é o contador?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– É o Sr. Gama.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Há quanto tempo ele trabalha na federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Desde outubro do ano passado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Outubro do ano passado. E anterior a isso? Porque isso é de 1999.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Era o Sr. Ângelo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ângelo do quê?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– José Ângelo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Por favor, o nome e seu endereço.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Providencie para mim...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fica bem claro, Sr. Presidente, posto e colocado da maneira que estou apresentando a V. Ex^a, que, realmente, na contabilidade da Federação, existe uma "conta Eurico Miranda", porque, senão, não poderia estar relacionada e referenciada da maneira que está...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Não há "conta Eurico Miranda". Há uma "conta Vasco da Gama", conta "José da Silva, funcionário". Isso aí é um erro de lançamento, naturalmente. A pessoa que meteu a mão no computador colocou "Eurico" em lugar de "Vasco".

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vamos analisar juntos, então, Dr. Eduardo. Como seria a tramitação interna de um documento oficial da Federação que V. S^a dirige até chegar na contabilidade? Se me permite, por favor.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– Sr. Senador...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se me permite, por favor. Vou tentar, dentro da minha falta de conhecimento de contabilidade, imaginar como aconteceria tal fato. O documento sairia, após a sua autorização, e seria encaminhado ao setor de contabilidade, documento esse caracterizado da maneira explícita que foi colocada pelo seu contador, à época – porque, se estava lá escrito, no documento que lhe autorizava fazer esse pagamento, "Pago a Clube de Regatas Vasco da Gama", é praticamente impossível que o contador, à época, pudesse colocar e mudar o nome "Vasco da Gama" para "Eurico Miranda", que não são sinônimos, em momento algum. E mais ainda: no mesmo livro, há vários pagamentos ao Vasco da Gama.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– O Vasco deve ter vários, inúmeros.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E só esse é que está errado aqui, que foi parar na conta do seu Aremitas.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– O erro, naturalmente, ocorreu nesse. O Vasco tem pagamento todo dia; tem débito, tem crédito todo dia.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Qual é a similaridade que existe entre "Clube de Regatas Vasco da Gama" e "Eurico Miranda"?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA
– O Eurico era um Vice-Presidente plenipotenciário dentro da Federação, credenciado pelo Calçada. Estou informando a V. Ex^a e presumindo que, provavelmente, houve um lapso de lançamento disso aí. Pode ter sido até uma autorização dada em um papel com o nome do Eurico, mas dada pelo Vasco.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fica bem claro para nós o seguinte: o pagamento foi feito a Eurico Miranda.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Eu repito que foi feito ao Vasco.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O pagamento foi feito a Eurico Miranda, senão estaria aqui “pagamento ao Clube de Regatas Vasco da Gama por determinação do Sr. Eurico Miranda”, o que é completamente diferente.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Seria o histórico correto.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Isso deve ser tão usual que o Conselho Fiscal não fez qualquer consideração a respeito; homologou a contabilidade.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mais uma coisa, Sr. Presidente, acredito que fica bem claro, também: já sabemos, nesta CPI, quem é e o que representa o Sr. Aremita José de Lima. Ele é “laranja” do Clube de Regatas Vasco da Gama, ele é “laranja” do Sr. Eurico Miranda. E isso aqui, mais uma vez, caracteriza essa afirmação que estamos fazendo. O único pagamento que fica caracterizado ao Sr. Aremitas José de Lima sai especificamente posto e colocado em nome do Sr. Eurico Miranda, na contabilidade da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Senador, é possível que seja isso tudo, mas é também funcionário do Vasco da Gama, como o são a Dr^a Denise, como são outros lá que, de vez em quando, o Vasco manda fazer pagamentos a eles.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O único que está errado é aquele que vai a pagar para a conta do “laranja”.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Pode-se apurar responsabilidade para outro lado. Eu cumpro as ordens que me são passadas pelos clubes credores.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Tanto isso é verdade que não existe nenhum outro depósito, não conseguimos detectar nenhum outro depósito que fosse às contas do Sr. José Aremitas de Lima a não ser este.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – A Comissão da Câmara descobriu um depósito na conta do Juan Figer, que era pagamento de um passe ou um empréstimo a um jogador do Vasco.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor está querendo afirmar ou contrapor uma verdade com outra, e isso não nos interessa. Estamos falando especificamente... Desculpe, vou voltar novamente à minha

normalidade. Estamos falando mais uma vez desta situação característica em que V. S^a determinou à contabilidade da casa que fizesse da maneira que foi feito. E mais: alguém foi lá fazer o depósito na conta do Sr. Aremitas José de Lima, que eu disse aqui de maneira efetiva e categórica: funciona como “laranja”. A conta que V. S^a mandou e determinou fazer o pagamento é a conta “laranja” do Sr. Aremitas José de Lima.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não foi por livre-arbítrio meu, foi do Vasco.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E tem mais: vou fazer uma outra colocação para o senhor. Se V. S^a sabia na época, qual a razão que determinava que o Vasco tivesse indisponibilizado contas bancárias...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Eu já esclareci a V. Ex^a que na época eu não sabia de nada. Fui saber agora, na época da CPI.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E outra coisa: eu ainda mostrei um documento para V. S^a mostrando que na época, mesmo assim o Clube de Regatas Vasco da Gama movimentava contas bancárias. E eles poderiam com certeza (*inaudível*) nesta conta.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Senador, com o devido respeito, quem está fazendo essa ilação de conta bloqueada ou não sou eu agora em função do trabalho de V. Ex^{as} de que havia conta bloqueada, que não havia. E na época eu não soube de nada. Veio uma ordem de pagamento do Vasco, do Bonsucesso, do Flamengo, de quem for que tenha dinheiro na Federação e que determine o pagamento a outros. É uma entidade privada que tem filiados e que tem haveres dos filiados nos seus cofres e que tem que cumprir as instruções dos filiados ao pagamento desses haveres.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Eduardo Viana, o senhor fez pagamentos a outras pessoas físicas por determinação do Sr. Eurico Miranda?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não posso afirmar agora, posso verificar para V. Ex^a. Ao Juan Figer foi feito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fica muito claro, na nossa visão, que aqui não houve um erro da contabilidade. É impossível que tenha acontecido erro da contabilidade exatamente em cima da conta do “laranja”, Sr. Eurico Miranda e do Clube de Regatas Vasco da Gama. É mera coincidência do fato.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Pode até o Vasco da Gama ter autorizado a pagar o Eurico. Pode até ter ocorrido isso. É perfeitamente legal.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Para nós está muito claro. Quer dizer, o pagamento era para o Sr. Eurico Miranda e para chegar em nome dele...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – E pode ter sido, por ordem do Vasco. Por ordem do Vasco, evidentemente. Agora qual o destino não me cabe responder, Excelência. Eu não tenho responsabilidade sobre dinheiro do Vasco liberado por ordem do Vasco.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor procure convencer a quem quiser.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não sou sócio do Vasco, não participo da administração do Vasco, nada disso. Não tenho responsabilidade nenhuma sobre isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Negócios com o Sr. Eurico Miranda?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Muito menos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas faz depósitos da Federação referenciado ao Sr. Eurico Miranda através de conta de “laranja”.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Pode ter sido por ordem do Vasco. E não tenho responsabilidade nenhuma se a instituição mandou, ou seu mandatário legal mandou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de lhe fazer um outro questionamento: é hábito da Federação fazer depósitos por determinação de outros clubes de futebol em conta de terceiros?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Já fez algumas vezes.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas especificamente pessoa física, é lógico.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não posso afirmar. Deve ter física ou jurídica. Tem contas de tudo que os clubes devem e quando sai o dinheiro em televisão eles encaminham para pagar. A Federação é uma espécie de conta conjunta de todos os clubes, quanto a dinheiro de televisão exclusivamente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de solicitar que V. S^a nos remetesse em 24 horas a relação de todos os depósitos feitos por determinação de clubes em nome de pessoas físicas que tenham eventualmente acontecido nos três últimos anos por parte da Federação. V. S^a deverá nos entregar isso em 24 horas. É factível e viável. O tempo é suficiente.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Tudo bem, se for factível chegará aí. Só afirmo que

não tenho responsabilidade. Faço o depósito que quiserem os filiados com o dinheiro deles. E, às vezes, até empresto, quando tenho, não sou uma Federação rica como a paulista não, mas já paguei até conta de luz para não ser cortada para evitar que o jogo não se realizasse. E nessa hora era um pagamento a terceiro de responsabilidade do clube efetuado pela Federação que possivelmente seria credora.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A nossa assessoria, diligente como é, procura fazer uma comparação, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não faria isso, até por respeito a V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Estou fazendo uma comparação. Enquanto a Federação Paulista de Futebol só paga com cheque em preto, aqui, pelo que se vê, na Federação do Estado do Rio de Janeiro, a coisa vai ainda no “fio do bigode”.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não é “fio de bigode”, a Federação Paulista também tem...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se não for no “fio de bigode”, V. S^a. deverá remeter, em vinte e quatro horas, autorização do Vasco para que fosse feito o depósito da conta.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – O documento que existe será remetido a V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Em vinte e quatro horas.

V. S^a. já fez referência ao conhecimento que tem da relação que o senhor tem com o Sr. Francisco José Soares Aguiar.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Desde o tempo de estudante.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E que cargo ele ocupa na Federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Vice-Presidente de Promoções e Eventos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Desde quando o senhor o conhece?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Desde o tempo de universidade.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Longo tempo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Eu era aluno da Pontifícia Universidade Católica e ele, da Gama Filho. Ambos éramos dirigentes da Federação Universidade de Esportes.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor tem alguma relação comercial com ele?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Nenhuma com ninguém. Sou apenas funcionário público.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pois não. E com a Federação, ele tem alguma relação comercial?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Nenhuma.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O Sr. Francisco

José Soares Aguiar não tem nenhuma relação comercial?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Nenhuma, nenhuma. Houve uma época, inclusive, em que a Federação teve bingos e o Sr. Francisco Aguiar trabalhava com máquinas de bingo. Nós fizemos o contrato com o Sr. Francisco Recarey e não aceitamos sequer que o Sr. Francisco se habilitasse para qualquer coisa e ele também não quis, mas foi avisado logo.

Ele é um dirigente amador dentro da Federação.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor sabe

quais são as atividades comerciais exercitadas então pelo Sr. Francisco Aguiar?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– É dono de uma torrefação de café em Nova Friburgo, um café famoso lá do interior, que não sei o nome, e tem uma firma de promoções no Rio de Janeiro. Se tem outra não sei. Conheço essas duas.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Era do conheci-

mento que o senhor tinha um vice-presidente vinculado às atividades de bingo?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Sabia. Foi quando o bingo se organizou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E o senhor já vi-

sitou as instalações da torrefação de café do Sr. Francisco Aguiar?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não. Mas é em Nova Friburgo, fácil de localizar.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O Sr. Francisco

Aguiar, nessa empresa de torrefação de café, produz componentes eletrônicos, também?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não. Sei que ele produz componentes eletrônicos no Rio, mas não conheço esse negócio do Sr. Francisco Aguiar. Não conheço. Conheço o Sr. Francisco Aguiar no futebol e na vida universitária conheci também. Não conheço esse negócio dele. Não sou homem de negócio, sou funcionário público, professor e, atualmente, nem procurador mais, sou aposentado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Com relação a

esse problema de bingo, em 1996 a Federação dirigiu-

da por V. S^a. teve uma receita com bingos, registrada em sua contabilidade no valor de R\$ 150 mil. Em 1997, aparecem nesta mesma conta R\$ 55 mil. Em 1998, R\$14 mil.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Exatamente, é isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor pode-

ria nos detalhar o porquê e a origem dessas receitas?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Senador, o bingo veio para o Brasil com uma legislação tão obstaculante para os clubes que seriam beneficiários dele, que, na verdade, somente detentores de capital e de áreas de jogo poderiam montar as salas de bingo. E eu tive de fazer isso com um empresário do Rio, Sr. Francisco Recarey, que não tem nada a ver com Francisco Aguiar, Francisco Recarey, que é o dono do Scala, no Rio, até por não ter meios econômicos para montar o salão de bingo.

Nos três primeiros meses ou quatro, a arrecadação foi boa e compensou. Pensei até que seria o sustentáculo financeiro da Federação. Daí em diante começou definhando e chegou a um ponto que pedi por favor para rescindir o contrato. Não sou especialista em jogo, não sei segurar em um baralho, e a impressão que tinha é que estava sendo surrupiada a Federação em si.

Então, foi um alívio quando me vi livre disso aí. No princípio foi ótimo. Parecia tudo certo, Imposto de Renda pago, tudo contabilizado, etc.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E a Federação

ainda tem algum débito em função dessa relação com o bingo ou não?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ela teve? Perdeu

dinheiro?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Chegou a ter um processo com o Estado, mas de uma taxa que o Estado fez em que o fato gerador já existia em outro imposto. Isso foi discutido na Justiça e...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quanto a Federação teve de pagar?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não pagou. Acabou ganhando a ação.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, nesse primeiro momento eram esses os questionamentos que eu gostaria de fazer ao Sr. Eduardo Viana.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Antes de passar a palavra ao Senador Antero de Barros, que-

remos informar que a primeira audiência pública sobre Futebol e Legislação ocorrerá dia 5 de junho, terça-feira, às 9 horas, na Assembléia Legislativa do Estado do Pernambuco, na cidade do Recife, com a participação do Deputado Sebastião Rufino e Salomão Couto, ex-jogador de futebol, Carlos Alberto Oliveira, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol, e Aderbal Barros.

Com a ausência do depoente, comunicamos que as demais audiências públicas ocorrerão dia 12 de junho, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; dia 19 de junho, na Assembléia Legislativa de São Paulo; dia 22 de junho, na Assembléia Legislativa do Paraná; e dia 25 de junho, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Nesses eventos, esta CPI ouvirá personalidades do futebol, entre elas o Presidente da Federação Espanhola de Futebol, tendo em vista uma nova legislação proposta pela Espanha que será debatida pela Fifa em Buenos Aires e, provavelmente, acatada como reformulação da legislação atual adotada pela Fifa. Portanto, o Presidente da Federação Espanhola de Futebol, no dia 22, estará debatendo, juntamente com o Sr. Edson Arantes do Nascimento, Pelé, e o ex-jogador Sócrates, na Assembléia Legislativa do Paraná.

Os outros eventos contarão também com personalidades ligadas ao futebol para proposições que contribuam na elaboração da proposta que queremos de legislação nova para o futebol brasileiro.

Desde já, estamos conclamando as pessoas ligadas ao desporto no País e os especialistas em legislação esportiva para que contribuam com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Na continuidade dos trabalhos, passo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero indagar ao Dr. Eduardo Viana o seguinte: o balanço da Federação do Rio de Janeiro evidencia uma situação falimentar desde 1998. No final de 2000, o patrimônio líquido estava negativo em R\$1 milhão. As despesas, que até 1998 ficavam na casa dos R\$2 milhões, dobraram de 1999 em diante. É a CBF quem segura a Federação do Rio de Janeiro, assim como faz com a Federação Mineira? Será que a CBF terá de fazer um Proer para as Federações? Qual a opinião de V. S^a? Como sair dessa situação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Senador Antero Paes de Barros, houve um ano em que a CBF segurou a Federação. Como V. Ex^a foi um

homem de comunicação esportiva, deve se lembrar disso. Em 1998, a Federação sofreu uma tentativa de levá-la aos caos pelo Flamengo, pelo Botafogo e pelo Fluminense. Foi o ano dos WOs famosos no campeonato do Rio. É provável que V. Ex^a tenha acompanhado esse campeonato. Nesse ano, principalmente no segundo semestre e início de 1999, até que se firmou o contrato com a TV Globo, a CBF sustentou a Federação do Rio.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E como está a situação hoje? Está administrada? Há equilíbrio entre receita e despesa?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Ainda há prejuízos, mas estamos construindo um novo edifício da sede, o que torna difícil a administração financeira. Há prejuízo com pleno acompanhamento do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral, tem sido administrado com prejuízo, mas não é questão de natureza falimentar.

Quanto ao patrimônio da federação, que equivalia a R\$950 mil se fosse atualizado: se V. Ex^a examinar os valores venais existentes nos demonstrativos que se encontram na mão do Senador Geraldo Althoff, verificará que chegarão a aproximadamente R\$9 milhões e há pessoas afirmando que vão além disso – também não sou expert em área imobiliária ou em corretagem de imóveis.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Farei uma indagação a V. S^a a respeito de um assunto que, no nosso entendimento, representa, pelo menos, um indício de evasão de renda no Rio de Janeiro.

Em 19 de março de 1997, foi pago ao Clube de Regatas Vasco da Gama o valor de R\$19.597,46 a título de diferença no borderô em jogo com o Botafogo. O que seria essa diferença? Os borderôs são meras formalidades? O acerto é feito posteriormente?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não. Existe um boletim de arrecadação. Pode ter ocorrido um erro de lançamento de despesas que teriam de ser divididas pelos dois clubes, mas que incidiram sobre apenas um.

Existem situações em que o regulamento do campeonato prevê que a metade do custo de uma arbitragem seja paga por um clube e outra metade, por outro. Há situações diferentes. Exemplifico para V. Ex^a não em concreto quanto ao seu requerimento, mas quanto a uma possibilidade: existem situações em que uma arbitragem é de inteira responsabilidade do clube mandante do jogo. Pode ter ocorrido uma troca de débitos que seriam do Botafogo, mas que foram pagos pelo Vasco ou o contrário.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Certo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Garanto a V. Ex^a que, se eu tivesse pago errado dinheiro de um ou de outro, haveria imediatamente uma reclamação, o que deve ter ocorrido no caso para se poder compensar esse débito.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Essa compensação foi feita em 19 de março de 1997. Como foi pago o INSS em virtude dessa diferença?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Isso não é de arrecadação. Deve ser diferença de despesas de jogo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não.

Aqui consta o seguinte, vou repetir: em 19 de março de 1997, foi pago ao Vasco o valor de R\$19.597,46 a título de diferença no borderô do jogo com o Botafogo, ou seja, não foi pago durante o jogo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Pode ter sido de despesas, Sr. Senador. A expressão “no borderô” não significa que houve arrecadação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas não

importa. Se essa receita foi para o Vasco, quero saber se foi pago o INSS.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– O INSS deve ter sido deduzido na fonte no momento em que se verificou a arrecadação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Porém,

foi deduzido a menor no momento em que se verificou a arrecadação. Tanto é assim, que a diferença foi paga depois.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não. Deve ter sido deduzido no valor real. O débito dessa dedução deve ter sido trocado de clube.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Solicito a

V. S^a que nos providencie esses documentos.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Posso fornecer todas as informações a V. Ex^{as}. Por favor, dêem-me esses dados, porque isso é fácil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A propó-

sito, o futebol do Rio de Janeiro é pródigo em episódios considerados pela imprensa como evasão de renda nos estádios. Em várias oportunidades, a imprensa veiculou fatos relacionados a esse acontecimento – inclusive uma CPI estadual foi constituída e levada a cabo pelo Sr. José Francisco Veloso...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Que concluiu...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – ...para investigar a evasão de renda nos estádios do Rio de Janeiro.

O Sr. José Francisco Veloso, em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, afirmou ter constatado a venda de ingressos falsos por terceiros e por funcionários da própria federação e também o acesso de pessoas não-credenciadas – acesso esse facilitado por dirigentes de clubes. O que há de verdade e de mentira nessas declarações do Sr. José Francisco Veloso?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Sr. Senador, o então Deputado Francisco Veloso, zelosamente, acompanhou, dentro do Maracanã, esse problema de arrecadação que – vamos admitir – é mal crônico na cultura brasileira. Ele realmente existe e a autoridade colabora ou não para que ele aumente. Isto ocorria até nos nossos tempos de baile de juventude: penetrar e não pagar. O Deputado Francisco Veloso resolveu ajudar-nos, fazendo uma investigação nesse sentido.

Routineiramente, dispensamos funcionários de quadro móvel, na quase absoluta das vezes, em razão de simples suspeita, porque não se consegue comprovar nada. Atitudes que denunciam isso puramente recomendam o afastamento do elemento. O problema existe e é altamente policiado, porque é interesse da Federação e dos clubes, evidentemente.

No entanto, o que mais importa – tenha evidentemente certeza de que colaborará muito se o fizer – é, como falou o Senador Álvaro Dias, uma legislação de responsabilidade fiscal. Ela tem que proibir, primeiramente, que os clubes, ao seu livre talante, promovam jogos a R\$1,00 ou a R\$2,00, lesando a Previdência Social, o Imposto de Renda, tudo. Esse é o grande problema. Esse fato existe, é seriíssimo e, por simples demagogia, junta-se torcida se o ingresso diminuir de R\$10,00 para R\$2,00. Isso é mais do que uma evasão: é um desperdício de dinheiro do clube, que também envolve dinheiro público e que ninguém tem condições de impedir, a menos que a legislação o queira.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Peço a V.

S^a que responda ao que estou perguntando. Repetirei a questão para que V. S^a lembre.

Não estou discutindo a CPI realizada no Estado do Rio de Janeiro, mas o depoimento dado a esta Comissão, em fevereiro, pelo Sr. José Francisco Veloso. No referido mês, ele esteve aqui.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu acompanhei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E constatou a venda de ingressos falsos por terceiros e por funcionários da Federação, além do acesso de pessoas não-credenciadas, facilitado por dirigentes de clubes.

Pergunto se o Sr. José Francisco Veloso falou verdade ou mentira. Ele pode ter mentido, mas, se disse a verdade, quais as providências tomadas nesse sentido?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não me foi comunicado nada oficialmente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas V. S^a afirmou que assistiu ao depoimento.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Assisti ao depoimento dele. Ele não me comunicou, na época, como Presidente da CPI e Deputado Estadual, o nome de nenhum funcionário da Federação envolvido nisso. Ouvi ele mencionar, nesta CPI, até nome de dirigente do Flamengo, colocando para dentro pessoas convidadas – e não vendendo ingressos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E funcionários da Federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não me foi, na época, denunciado nada.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O depoimento dele foi em fevereiro.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, ele disse que viu isso quando fez a CPI. Não foi isso? Foi o que V. Ex^a me passou agora. Quando houve a CPI, ele apurou que existiram certos fatos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim, reafirmando aqui a questão referente aos funcionários da Federação.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Essa CPI foi realizada no Governo anterior, era Diretor da Suderj o Sr. Raul Raposo, e não o que dirige atualmente. O grande enfoque da CPI foi a Suderj. Tiro rotineiramente funcionários pela simples suspeita desse mal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Nesse caso, não tirou ninguém?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não houve denúncia formal a respeito de nada. Não sei. Devo ter tirado pela rotina de determinado servidor não estar funcionando bem. Provar um delito é diferente de, no exercício do direito **in vigilando** do empregador, tirar qualquer empregado que se pense ser suspeito e assumir o risco de dispensá-lo. Isso eu faço. Se houver algum caso que venha a detectar, será levado à delegacia na mesma hora e autuado.

O Sr. José Francisco Veloso citou aqui genericamente um fato que, segundo ele, ocorreu há dois ou três anos – muito mais. Era o Sr. Raul Raposo o Diretor da Suderj. Isso eu lembro. Não indicou nome de pessoa alguma, muito menos de funcionários.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A assessoria lembra que essa indicação foi impossível, porque a Comissão acabou não votando o relatório no Rio de Janeiro. Portanto, era impossível fazer alguma indicação oficial.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Sim, Excelência, mas não recebi. Logicamente, se o relatório do Senador Geraldo Althoff indicar providência administrativa que eu possa tomar, ou vou fazê-lo ou serei responsável por não fazer perante minha assembléia geral.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Com relação ao dirigente do Flamengo, que providência V. S^a tomou?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Ele não é mais dirigente do Flamengo. O que mencionou aqui ele não é. Ele alegou um fato, Senador Antero Paes de Barros, de dois anos atrás, na época do...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas há dois anos, quem era o Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu era, mas hoje o dirigente do Flamengo é outro. Não posso punir quem estava convidando pessoas em nome do Flamengo. Foi o que o ex-Deputado Veloso falou.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas tinha o dever de investigar os ingressos falsos, de não permitir patrocínio.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não são ingressos falsos nesse caso. É o clássico – V. Ex^a é da área de esportes e sabe – “botou para dentro”. O dirigente chega à porta e entra como convidado do Flamengo, não é nem dele.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Além disso, ele confirmou aqui ter constatado a venda de ingressos falsos por terceiros e por funcionários da Federação.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Ele que me indique os nomes e vou tomar providências policiais e judiciais contra isso. Mas não posso tomá-las por ouvir dizer, mesmo que seja na respeitável CPI, e não há indicação de nomes. A responsabilidade tem de ser de quem indica o nome. Está-se invertendo o processo de responsabilidade penal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Em novembro de 2000, o **Jornal do Brasil** divulgou matéria sobre a existência de um suposto esquema montado com a conivência da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, que estaria desviando a renda dos jogos.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Quando?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Em novembro de 2000.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Essa renda não é mais da Federação, é da **Globo**. Eu li essa reportagem, sem sentido algum, no **Jornal do Brasil**. Não me dei nem ao trabalho de responder. Apenas anunciei que, desde 1999, ao firmar o contrato com a **Globo**, o ingresso passou para ela. A Federação não tem dinheiro, nem interesse nesse dinheiro, nem coisa alguma.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Certo. Mas de quem é a responsabilidade de pagar o INSS? Veja bem – o INSS não está pago.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Está, sim. É pago na fonte.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, vou ler para V. S^a: “Em 2 de maio de 2001” – portanto, há 29 dias –, “a Previdência Social encaminhou à Dr^a Maria Helena de Paula, Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro, um ofício”. Vou ler apenas os trechos que considero mais relevantes: “Formulamos a presente representação a este Ministério Público Federal em relação a episódios ocorridos no Estádio de Futebol Caio Martins, em Niterói, Rio de Janeiro.”

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Mas o assunto é de três anos atrás, é do Botafogo. Nós também estamos investigando isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Gostaria que V. S^a me esperasse terminar de ler.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Só quis ajudar V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – “Tendo em vista que a contribuição previdenciária empresarial relativa a clubes de futebol profissional é calculada sobre a receita bruta dos espetáculos esportivos, foi solicitada à Gerência Executiva do INSS, em Niterói, que realizasse uma ação fiscal no referido estádio, a fim de apurar a veracidade dos fatos e coibir a evasão de renda, receita. Pelo exposto no relatório da ação fiscal do citado jogo, anexo, fica evidenciado que o público presente ao estádio não era condizente com o constante no boletim financeiro emitido pela Federação, mesmo somando-se os pagantes – 2.037 – e os

ingressos de cortesia – 1.893. Fato mais grave, porém, foi a impossibilidade de os auditores fiscais acompanharem o fechamento do borderô, pois, na hora combinada para realizar tal procedimento com o representante da Federação, o Sr. Davi, os ingressos vendidos já haviam sido contatos e sumido junto com a receita obtida, assim como os ingressos restantes. Os ingressos destinados à cortesia devem obrigatoriamente constar nos boletins financeiros como ingressos vendidos, pois não existem ingressos gratuitos. No caso presente, os ingressos dados como cortesia não entraram no cômputo da renda, receita bruta, nem mesmo foram incluídos no borderô.”

Segue com uma série de alegações e diz mais:

“O regulamento geral das competições organizadas pela CBF dispõe-se o art. 59: é proibida a expedição de ingresso gratuito ou convites.

Outro problema ocorrido no Estádio de Futebol diz respeito ao recolhimento de outros 5% da receita bruta do espetáculo para amortização de acordo de parcelamento realizado entre o INSS e clubes de futebol profissional.”

Quer dizer, as dívidas que ficaram para trás...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Já entrei no Refis. Estou quite perante o poder público brasileiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – “O recolhimento da parcela correspondente ao citado parcelamento deve ser feito aplicando-se o percentual de 5% sobre a receita bruta”. E, se a receita é sonegada, se não é conferida, a Federação se isenta dessa responsabilidade...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não, não se isenta, não. Assume. A Federação assume, Senador. E estou verificando exatamente esse problema da ausência do Sr. Davi.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pela ordem, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pois não.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Essa sua pergunta é pertinente, porque mostra o quão importante é esta CPI e a ação pública que efetivamente está realizando ao zelar pelo dinheiro público. Fica muito claro e nos ajuda sobremaneira na nossa linha de raciocínio.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E aí eu gostaria de saber que tipos de providências foram tomadas para ressarcir a Previdência Social, com relação a esse jogo, e não deve ser só esse, não é? Com relação a essa prática, que não é só da sua Federação, mas do futebol brasileiro.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, não é isso. A prática de penetrar nos espetáculos públicos é nacional. Faz parte da cultura nacional.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Aí não é “penetra”. Vou concretizar o assunto: os fiscais imaginavam nessa partida um público de 20 mil pessoas.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– No Caio Martins, não dá mais de oito.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas o público era muito superior ao aqui informado, tanto é que eles alegam aqui ao Ministério Público que, nem se somar os 2.037, porque isso ficou computado como pagante, e mais 1.893 de cortesia, nem assim batia com o público visual, constatado lá pelo... Então, isso não é... De 2.037 pagantes, 1.893 cortesias.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Só isso aí já é um absurdo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É uma prática inaceitável essa. E o fiscal da Federação, o Sr. Davi...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Está afastado exatamente por...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – ... impediu a fiscalização, sumiu com os ingressos, com carga de ingressos.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Isso foi uma denúncia por Internet – deixe eu informar a V. Ex^a o que fiz e o que não fiz – encaminhada ao Conselho do Botafogo, em primeiro plano, de lá ela se irradiou, chegou às minhas mãos, chegou à Previdência, chegou a todos os lugares, e está preso diretamente a essa prática que dá prejuízo a todo o mundo, inclusive ao Poder Público e à Previdência de, em jogos importantes, que o clube quer encher o campo de torcida, passar o preço do ingresso para um real ou então distribuir 1.800 cortesias. E se 1.800 foram computados, posso afirmar a V. Ex^a que deve ter sido o dobro dos que penetraram – a expressão é essa – no estádio. Porque o clube local facilita isso, no sentido de ter torcedor pressionando adversário na hora. É uma prática imbecil, mas acontece. Eu, o que podia fazer, afastei esse Sr. Davi, estou verificando qual a participação dele no assunto e naturalmente o INSS vai taxar o Botafogo, que é o responsável por esse jogo, por mando de campo dele, pelo menos nesses ingressos distribuídos gratuitamente e comprovados aí. E no Maracanã são cobrados.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Vou ler mais um trecho do ofício da Previdência Social:

“O Vice-Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Sr. Francisco Aguiar, revelou textual-

mente, durante reunião entre os representantes daquela entidade e os auditores fiscais do INSS na sede da citada Federação, no dia 20 de março de 2001, que, se um presidente de clube de futebol solicita ingresso para distribuir como cortesia, a Federação não pode fazer nada e que isso é prática comum em jogos realizados nos estádios do Rio de Janeiro.”

Ora, se um clube solicita ingressos para distribuir a sua torcida ou a quaisquer pessoas, não interessando a que título esses ingressos devem obrigatoriamente ser lançados no borderô como ingressos vendidos aos preços respectivos, compondo a receita bruta dos espetáculos base de cálculo para os descontos das contribuições previdenciárias incidentes, nesse caso o adquirente dos ingressos é o clube e a cortesia deve ser deste, e não a cortesia da Previdência Social.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Está certo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E o seu Vice-Presidente informou ao Ministério da Previdência que não pode fazer nada.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, ele disse que é obrigado a fornecer porque o clube é o dono do espetáculo, mas é cobrado do clube, atualmente, qualquer convite que ele enderece.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Atualmente?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Atualmente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Naquela época, não.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Isso aí foi... nós seguimos a orientação dele.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas esse tempo que o senhor falou que foi há três anos atrás é tudo com o senhor mesmo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, não, mas já há mais de um ano que é cobrado, e isso foi...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Foi há mais de um ano atrás, que era com o senhor mesmo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Foi instituído pelo INSS, isso eu sigo as instruções do INSS de quem eu sou acompanhado em todos os jogos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Desde quando que mudou isso?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Ah, não posso precisar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Faz muito tempo?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Mudou por instrução do INSS e ainda precisa dessa modificação que eu disse a V. Ex^a: impedir que o ingresso seja rebaixado de preço. É outro caso...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a não se lembra quando mudou isso, se mudou, por exemplo, no início de 2000, em 1999?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não me lembro. Não me lembro, posso verificar e informar....

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas já faz bastante tempo, tem mais de ano?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Tem bastante tempo. Mais de um ano é possível que sim, não sei. Não posso precisar a data.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O objetivo dessa ação fiscal no Estádio Caio Martins foi no dia 16 de novembro de 2000. Portanto, há seis meses, por ocasião do jogo Botafogo e Santa Cruz pela Copa João Havelange.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Deve ter sido jogo de campeonato nacional, que é da CBF e não da Federação. Os da Federação são no primeiro semestre. As dificuldades ainda aumentam para a verificação de minha parte.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, esse jogo é da CBF e não de responsabilidade da Federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – A Federação executa o jogo, mas é muito mais difícil o controle em campeonato nacional. Quando há um campeonato local, um clube controla o outro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas não é V. S^a que controla isso? O controle não é obrigação da Federação carioca?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – O controle, por delegação da CBF, é da Federação, mas...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Por que, se não for, V. S^a está demonstrando...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Estou dizendo a V. Ex^a um problema de fato.

Quando joga o Bangu com o Flamengo, colaboram na fiscalização tanto um quanto o outro. Quando joga sozinho o Botafogo, no Caio Martins, tem muito mais condições de fazer benesses porque não tem o clube adversário fiscalizando e o aparelho de fiscali-

zação para um estádio inteiro é mais caro do que o percentual de renda que se recebe.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu sei, mas veja bem...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – A fiscalização também teria de ser do INSS, que não a faz.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – No caso fez e foi proibido pelo Davi, um funcionário do senhor.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Mas não o faz rotineiramente. Nós fazemos para ele.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Neste caso fez, o Davi proibiu, V. S^a diz que o afastou. É contraditória a posição de V. S^a.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não é contraditória. Ele está afastado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas vou justificar por que é contraditória.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Ainda não provei nada contra ele.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está certo. Ele está afastado...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Isto é um indício de provas. Então, não posso agir com indício de prova.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Certo. Não estou querendo que ele seja... Mas, veja bem, V. S^a diz que ele foi afastado dessa situação pelo menos.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Está afastado, não está trabalhando.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, é contraditório. Ao mesmo tempo em que o afasta, V. S^a alega que não é um problema seu, que é da CBF, porque era um jogo do campeonato nacional.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não disse que não era problema meu. Disse que o jogo era de responsabilidade da CBF.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Um jogo de responsabilidade da CBF não existe neste País. O campeonato é patrocinado pela CBF e o responsável da CBF é a Federação local.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Ela responde em nome da CBF.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E V. S^a sabe que estou certo.

Ela responde em nome da CBF, que não manda delegados para Belém, para Mato Grosso, para Mato Grosso do Sul, para Pernambuco. O representante é o Presidente da Federação.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Há uma diferença para a qual V. Ex^a não atentou: quando o jogo é da Federação, o clube não emite ingressos. Quando o jogo é do campeonato nacional, o clube pode emitir ingresso, e alguns emitem, usam a carga própria deles. Trata-se de um tratamento diferenciado que torna inseguro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Sei, mas é um tratamento diferenciado que tem estabelecido uma não-diferenciação.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Tem estabelecido, sim, ou, pelo menos, uma universalização da bula.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– A não-diferenciação é a universalização do roubo à Previdência. Em qualquer competição no País, a Previdência está sendo visivelmente lesada.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Senador Antero, há dois anos, por favor, V. Ex^a é do esporte e me entende. Se fosse um negócio tão bom esse negócio de ingresso, eu teria vendido tudo para a Globo e não pensado em mais nada.

Isso é um péssimo negócio, trabalhoso e não tem mecanismo para fiscalizar e o mecanismo a ser montado passa a ser mais caro do que a renda do jogo. Assim, o poder público também tem que colaborar com isso. Os senhores, que vão fazer uma legislação, atentem para isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Entendo até que na legislação tem-se que proibir qualquer tipo de credenciamento.

Esse negócio de Senador entrar de graça em estádio não está certo, tem que pagar.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Credenciamentos, convites e também abaixar o preço dos ingressos, que é o pior de todos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Mas, no caso, não vamos ficar legislando todo o ano preço de ingresso. Mudando o preço de ingresso anualmente. Para cada ano, uma legislação nova.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– É o que lesa a Previdência. Não, mas que se determine à Secretaria de Censura e Diversão dos Estados ou o que for para determinar. Não se trata de legislar. É para se ter um mínimo decidido pelos clubes que não possam sofrer rebaixamento e, em momento oportuno, fazer demagogia com a torcida.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Farei uma nova indagação a V. S^a. Quero saber o seguinte: em seu depoimento na Câmara dos Deputados – e vou pedir que V. S^a confirme ou não o que vou reler do

depoimento de V. S^a na Câmara dos Deputados –, após indagado sobre como estava cobrindo os déficits da Federação, o senhor afirmou o seguinte, na Câmara dos Deputados, dentre outras coisas, mas queria que confirmasse isso, o senhor afirmou o seguinte na Câmara dos Deputados: “O Clube de Regatas Flamengo, por exemplo, me emprestou, no final do ano passado, R\$504 mil”.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não. Errei. Foram 534.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Quinhentos e trinta e quatro. Está bom. Mas aqui está quinhentos e quatro.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não. Mas eu falei quinhentos e quatro no dia. Eu não tinha os dados.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Está certo. “Ele deixou de receber o prêmio do campeonato”...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Do ano passado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– “E ele sabe que no primeiro semestre ele teria despesas acima disso”.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Já foi pago.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Portanto, quero saber o seguinte: V. S^a confirma essas declarações?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Confirmo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Confirma?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– O Flamengo deixou de receber o prêmio para que eu pudesse fechar o exercício, o que foi compensado este ano em débitos sucessivos do Flamengo na Federação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– E já foi pago?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Penso que sim. Se não foi, está por perto.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Então agora eu quero fazer a complementação da indagação. “Acontece que nossa assessoria constatou” – veja bem, V. S^a confirmou que o Flamengo deixou de receber o prêmio.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Deixou.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS

– Acontece que nossa assessoria constatou que o prêmio do Fla-

mengo pela Copa Rio – está certo? – foi efetivamente...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Copa Rio é um, prêmio do campeonato é outro. Copa Rio é o segundo turno. Ele recebeu. O campeonato...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Flamengo não ganhou o segundo turno. O Flamengo ganhou o primeiro turno.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não. É que aqui está no ano passado. O Flamengo ganhou o primeiro turno neste ano. Esse aqui é de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está certo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Eu acho que foi o Flamengo sim. O Vasco ganhou o primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – É. Do ano passado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É. Exatamente. Do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Do ano passado é correto.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É. “Acontece que nossa assessoria constatou que o prêmio do Flamengo pela Copa Rio”...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É o segundo turno.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É o segundo turno?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Segundo turno.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está certo. Foi efetivamente pago em junho de 2000. Ao contrário dessa informação que o senhor prestou à Câmara.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não. É do campeonato. O prêmio do campeonato é mais quinhentos mil. São três prêmios de quinhentos: Taça Guanabara, Taça Rio e o do campeonato. Ele me emprestou. Foi público e notório. Dei até entrevista sobre isso. Ele me evitou uma operação bancária em que teria que pagar juros e mais.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas então o prêmio da Copa Rio é outro? Então, V. S^a está pagando o prêmio do campeonato de 99, que foi pago em junho de 2000? É isso? Porque...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não. Não tem nada de 99 aí. Esse empréstimo foi no final de 2000. Mas se há falha em 99, é outro erro...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não. Não há. Eu que estou tentando entender aqui.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não. É de 2000.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É 2000?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É. Mas o prêmio foi pago em junho de 2000.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É. O campeonato é de março a junho. O campeonato é de março a junho. O estadual. O campeonato é de março... Senador Antero Paes de Barros, para não parecer mentira, o calendário é o seguinte: no primeiro semestre, há o campeonato estadual do Rio, com um primeiro turno, que se chama Taça Guanabara, com uma premiação de quinhentos. Um segundo, que se chama Copa Rio ou Taça Rio, no segundo turno, com uma premiação de quinhentos. E uma fase final dos dois vencedores desses, que resulta no campeão estadual, em que há mais uma premiação de quinhentos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pois é. Mas o Flamengo não deixou de receber o prêmio?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – A última premiação, ele foi campeão carioca. Também. Além de campeão da Taça Rio.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está certo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – De uma coisa tenha certeza V. Ex^a: pegar um tostão de cada clube e atrasar uma semana dá uma verdadeira revolução dentro da Federação. Calcule quinhentos mil, se não houvesse todo um acordo nesse sentido.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor alguma vez...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Aliás, o Presidente do Flamengo vem aí depois. Isso pode ser perguntado a ele.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É. Vamos perguntar.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Foi ele que...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor, alguma vez, já emprestou, tomou emprestado ou realizou transações de qualquer natureza... Estou perguntando o senhor, pessoa física. Não a Federação. O senhor, pessoa física, alguma vez, já empre-

tou, tomou emprestado ou realizou transações de qualquer natureza com o Sr. Ricardo Teixeira?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Nunca.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E com o Sr. Eurico Miranda?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Muito menos. Eu só tenho o entendimento de futebol com ambos. Sou um funcionário público bem remunerado; sou procurador e sou professor titular da universidade estadual que tem o maior salário universitário do Brasil. Vivo dentro dos meus limites de vida, sem negócio com ninguém. Troco um carro de oito em oito anos. O último eu comprei em 1992, está lá comigo. E compro comida de cachorro e de passarinho e comida para casa e para as coisas que tenho que fazer.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Nem com empresários de futebol?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Muito menos. Agora, a Federação fez um pagamento ao Juan Figer por ordem do Vasco. Eu disse isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu estou perguntando sobre pessoa física. A Federação, não.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, pessoa física é pior ainda.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a já teve oportunidade de visitar a casa do Sr. Eurico Miranda em Angra dos Reis?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Nunca foi lá?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não. Nem em Angra dos Reis nem no Rio.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu estou perguntando essa questão da...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Se V. Ex^a me permite esclarecer, o meu ambiente de vida social é o ambiente acadêmico universitário, como deve ser o do Senador Geraldo Althoff na Unisul. Aquilo nos absorve muito. No futebol, eu presto o meu serviço, torço para o meu Clube Americano Futebol Clube, não deixo de ir a um jogo, seja onde for. Mas não tenho convivência com o pessoal de futebol, nem me agrada muito, não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Esse pagamento ao Sr. Juan Figer era no valor de R\$100 mil?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– R\$100 mil, por ordem do Vasco.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Foi por ordem do Vasco?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Foi.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria de solicitar de V. S^a que nos atendesse com a brevidade possível quanto a uma informação oficial da cópia desse pagamento de R\$100 mil.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu tenho aqui.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, eu gostaria que V. S^a deixasse uma cópia com o Relator, só isso.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– É a mesma que eu dei para a Câmara.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Como V. S^a avalia o desempenho da Confederação Brasileira de Futebol na gestão do Sr. Ricardo Teixeira?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– É uma opinião subjetiva. Eu vim depor sobre fatos. Seria aéreo me manifestar nesse sentido. Eu não vim aqui para dar opinião sobre administração pessoal de nenhum dirigente de esporte brasileiro. Eu posso considerar ótima e ninguém considerar; posso considerar ruim e ninguém considerar.

É uma pergunta do tipo: o senhor é a favor ou contra o aborto? E eu não me vejo obrigado legalmente a responder a uma questão fora do fato determinado desta CPI. Com a devida vênia, V. Ex^a me deixa numa situação difícil, pessoalmente. Eu sou político, o Sr. Ricardo Teixeira é político, sou da mesma facção política do Sr. Ricardo Teixeira, apóio o Sr. Ricardo Teixeira, e é uma pergunta incômoda e que eu não vejo relacionada com o fato da CPI, para responder.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não, eu penso que V. Ex^a respondeu.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu não falaria de um inimigo também. Se V. Ex^a me perguntasse do Pelé, do Zico, do Sócrates, do Oto, eu também diria a mesma coisa, por uma questão ética.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu penso que V. Ex^a respondeu, ao se referir que o apóia.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Uma bela seleção de inimigos dentro do campo: Pelé, Sócrates e Zico.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu também fui um homem de campo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a jogou um pouco menos que essa turma aí, não é?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Joguei menos. Fui um goleiro medíocre do America-nio e do Bangu, mas passei por lá. Não coloquei a cartola na cabeça, não.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sr. Relator, antes de passar a palavra a V. Ex^a, eu gostaria, aproveitando uma indagação do Senador Antero Paes de Barros, de aprofundar um pouco a questão da situação econômica e financeira da Federação Carioca.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, apenas uma pergunta, até porque eu preciso me ausentar. Queria fazer uma última indagação ao Sr. Eduardo Viana.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Há quanto tempo V. S^a está na Federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Há 16 anos. Sobre a minha pessoa, eu posso responder tudo. V. Ex^a pode me fazer perguntas até subjetivas, que estou pronto a responder.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E, ao término do seu mandato, V. S^a pretende se recandidatar à Federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Eu nunca fui candidato meu; sempre fui dos clubes. Se os clubes assim o quiserem, eu serei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está ótimo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Se eu tiver saúde. Eu estou enfartado e tal, mas, por enquanto, ainda tenho saúde.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Provavelmente, nós vamos tratar disso na questão ...da legislação.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sem dúvida. Eu indago, então, a V. S^a...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Eu não ia mentir a V. Ex^a. Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Acho uma desfaçatez o que já foi feito aqui por alguns companheiros que estão reeleitos várias vezes e chegam aqui e concordam com a postura dos senhores, que acho honesta também, é uma questão de opinião. Agora, acho que, se o Senador Pedro Simon – que é um homem que idolatro, apesar de não ser eleitor do PMDB, não sou, mas acho o Senador Pedro Simon um exemplo de homem público neste País –

pode ficar vinte anos, o Ricardo Teixeira pode ficar 14 e o Farah, 14. Mas, não admito que eu fique 16 e tenha a desfaçatez de chegar aqui e dizer ao Senador Álvaro Dias, porque está perguntando se sou a favor ou contra a reeleição ou se acho que impedir reeleição seria bom, dar uma resposta que seria uma desfaçatez. Não quero deixar para os senhores uma...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sei, mas só quero fazer uma correção aqui, porque não posso também ouvir tranqüilamente uma comparação do voto popular com o voto de um colegiado.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Representativo dos clubes.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Representativo dos clubes, mas prefiro o voto direto, o voto popular, o voto democrático.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É outra forma.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quer dizer, essa democracia não chegou ao futebol. Quer dizer, no futebol, temos – não estou dizendo com relação à questão do Rio de Janeiro...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É também voto indireto.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – ...porque no Rio de Janeiro a solidariedade à administração de V. S^a é tão boa que não tem nenhum clube lá bem das pernas. Nenhum! Vasco, quatro meses, Flamengo, três meses, quatro meses de salário atrasado, e V. S^a não tem absolutamente nada a ver com isso. Acho que os clubes, os que decidem a eleição, são os grandes responsáveis por isso. Não estou culpando V. S^a, não. Mas é inteiramente diferente um voto popular, um voto democrático, de um voto de colegiado. E em algumas federações, como ficou provado aqui, demonstrado, da Federação Mineira, como é na Federação de Mato Grosso. Na Federação de Mato Grosso é fantástico: às 16 horas, coloca-se o edital na Federação e, às 17 horas, tem-se a eleição. Quer dizer, a oposição tem que andar 139 municípios do Estado em uma hora. E aí recorre à CBF, não pode ir à Justiça Comum, senão o clube é punido. Recorre à CBF e, como o cidadão lá apoia a CBF, fica ele.

Na Federação Mineira...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Na minha, tenho que publicar no jornal com dez dias de antecedência, se não me engano, o edital...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Lá também, pela lei, tem que publicar, mas eles só fixam o edital.

Na Federação Mineira, muda o estatuto e publica com dez dias. Esse é um outro assunto que vamos tratar na regulamentação: que a relação dos votantes tem que ser publicada, no mínimo, seis meses antes, e vamos ter que ter uma data para eleição de federação, como tem data para eleição do Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon concorda com data fixa.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Sou obrigado a publicar a relação de eleitores no primeiro boletim oficial do ano, e vale para o ano inteiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está certo. Vamos estabelecer isso também na legislação, que será extremamente importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sr. Presidente, gostaria apenas de aprofundar um pouco a questão já indagada pelo Senador Antero Paes de Barros a respeito da situação financeira da Federação Carioca.

Qual é a situação atual da Federação? É de superávit, de déficit?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– A financeira é de déficit, a econômica é de superávit, em função de inversões patrimoniais. O crescimento...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A financeira é de déficit.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– É de déficit.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O futebol do Rio é tão poderoso quanto o futebol paulista, é evidente. Grandes clubes...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Gostaria de ser financeiramente forte.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Grandes clubes. E é exatamente isso que quero indagar. No Rio, há as mesmas competições de São Paulo, há o Campeonato Carioca, os clubes disputam a Taça Libertadores, o Campeonato Brasileiro, a Copa Brasil, Mercosul, Rio–São Paulo, Comebol, Mundial Interclubes no Maracanã, a seleção brasileira joga no Maracanã. Qual é a razão desta situação contraditória: a Federação Paulista com um superávit financeiro de R\$33 milhões, hoje, e a Federação Carioca com déficit?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Senador, há superávit patrimonial.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Mas patrimonial é outra história.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Sim, mas o patrimônio da carioca é maior do que a da paulista.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O patrimônio é construído ao longo do tempo, é evidente. Estamos procurando investigar a gestão de momento.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Vou responder à pergunta de V. Ex^a.

Qual é o principal vetor de ingresso financeiro em uma federação? É o contrato de televisão. O do Rio de Janeiro custa R\$6 milhões e mais R\$15 pelo ingresso, na TV aberta. O de São Paulo custa R\$42 milhões e o ingresso é dela. O maior mercado de televisão do Brasil é de São Paulo, e o segundo é do interior do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Por que essa diferença?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Pelo valor de mercado de São Paulo, o patrocinador de São Paulo paga para a competição paulista dez vezes mais do que o do Rio de Janeiro. Num paradoxo, recebo de cima para baixo imposto no monopólio que existe...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Isso é porque o dirigente paulista negocia melhor do que o carioca?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, há muito mais dinheiro em São Paulo e lá a imagem vale muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A imagem normalmente é nacional. Os grandes clubes apresentam espetáculos para todo o País. Por exemplo, Flamengo e Vasco no domingo foi visto pelo Brasil todo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– É isso que estou querendo impor e sou impedido pelo monopólio que a **TV Globo** exerce e que denuncia.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr Presidente, V. S^a fala do monopólio da **Globo**, nunca recebeu uma proposta nenhuma melhor que a da **Globo**?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, a **Globo** simplesmente impede qualquer tipo de proposta.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas e de outras empresas de televisão?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, ela exerce **dumping** no mercado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas V. S^a não recebe da Federação? Nunca recebeu?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não, já abri concorrências e não recebi. A única é da **Globo**.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas por que V. S^a fala que existe o monopólio?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Ela está, ele comprou...

Senador Geraldo Althoff, o monopólio é evidente para quem está vendo de fora.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não, mas se há outras empresas.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Mas não é livre iniciativa, não é concorrência?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não há concorrência. O monopólio é exatamente quando ...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Mas como não há concorrência? A Federação não permite que haja concorrência?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não estou falando da concorrência, da licitação, não. Não é isso, isso pode haver.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Procure outra e feche contrato com outra.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Isso pode haver que não adianta. Não há outra proposta no mesmo nível da proposta da **Globo**.

O monopólio é o mecanismo de controle... Não vim aqui dar aula de economia política.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas quando V. S^a diz que não há proposta que esteja no mesmo nível da proposta da **Globo** é porque ela oferece os melhores preços?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Sim, oferece o preço que quer, embora seja o melhor.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Apesar disso, a Federação não consegue ser superavitária. Creio que é uma questão de competência, evidentemente.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – As minhas contas, tenho-as aprovadas pela assembleia-geral, os clubes não são todos alienados, não é uma comunidade de alienados para me manter lá dentro se estou dando prejuízo. É evidente que o prejuízo....

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não nos cabe debater, opinar; cabe-nos indagar. A indagação foi feita, a resposta oferecida, está registrada.

Continua com a palavra o Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Antes de dar continuidade ao nosso questionamento, gostaria de fazer uma referência ao respeito e à consideração que tenho à pessoa do Senador Pedro Simon.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É o que sinto também.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ele é, realmente, uma pessoa que merece o nosso respeito.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – É um homem emblemático no País.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sem dúvida nenhuma. Ele é para alguns um ídolo, como disse V. S^a, que é para sua pessoa um ídolo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – E não sou seu eleitor, nunca fui e nem do partido sou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E ele prega a moralidade no País, de maneira ostensiva, em todos os níveis, em todo os setores da vida pública. Futebol também é um setor público. Ele prega mais: que todo homem público tivesse sempre, ao início de qualquer momento da sua atividade pública, disponibilizado os seus sigilos bancário e fiscal.

Eu lhe pergunto novamente se, baseado nesse critério e nesse referencial de vida que V. S^a faz com relação ao Senador Pedro Simon, não gostaria, de público, de oferecer e disponibilizar os seus sigilos bancário e fiscal a esta Comissão.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Senador Geraldo Althoff, com todo o respeito, venho acompanhando a técnica de arguição de V. Ex^a durante todo o desenrolar nesta CPI, é a mesma, já a estudei em detalhes, já o comparei até a outros inquisidores famosos e reporto-me à resposta anterior, não a repetirei, reporto-me a ela.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Qual é o seu partido político?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Nenhum no momento. Já fui do PL.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E quem V. S^a apoiou na última eleição proporcional para deputados federal e estadual?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Votei e perdi a eleição pela primeira vez com Álvaro Vale.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Por um voto. Talvez minha mulher não tenha votado, disse-me que votou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a fez uma referência de pagamento de empresários por ordem do...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não, um empresário, que sei, que me lembre, o Juan Figer.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a não pagou outros empresário por determinação ou por ordem de outros clubes?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não posso afirmar a V. Ex^a, mas penso que não.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a fez uma solicitação a sua assessoria com relação ao nome e endereço do contador de 1999. Eu gostaria que, se fosse possível, tivéssemos a informação até o término da nossa reunião.

Quantos funcionários possui a Federação que o senhor dirige?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Aproximadamente setenta.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Uma das práticas bastante clara que ainda existe nas federações é o sentimento de nepotismo. O senhor tem algum funcionário que seja seu parente direto?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Nenhum. Toda a minha família mora em Campos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Qual é a média salarial dos funcionários da Federação?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Há um plano de cargos e salários variado, desde os maiores executivos até os menores. São salários inexpressivos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Existe algum tipo de benefício indireto aos funcionários?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Existe. Pagamos colégios, faculdades e damos livros em algumas situações aos que estão fazendo doutorado e mestrado. Há livros e auxílio para transporte, no sentido de aperfeiçoamento do pessoal.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Há plano de saúde também?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não, mas auxiliamos com remédios. Tínhamos plano de saúde, mas a Federação não suportou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A Federação, então, não tem nenhum plano de saúde?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Até que ano a Federação teve esse plano de saúde?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Acabou há três ou quatro anos. Tentei fazer no ano passado, mas o orçamento não suportou também. Às vezes, pagamos uma consulta ou remédios. Há funcionários com doenças crônicas que precisam de remédios caros. Há mais de cinco anos a Federação paga os remédios do Edgar.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor tem conhecimento se a Confederação Brasileira de Futebol tem algum plano de saúde?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Penso que tem, pois meus funcionários reclamam por não terem. Também não verifiquei coisa alguma.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Em 1997, o senhor teve problemas de saúde?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Enfartei.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E, logicamente, felizmente, recuperou-se, está aqui conosco.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Cheio de remédios. A diabetes amola-me mais que o enfarto. Já sei a pergunta que V. Ex^a me fará. Quem pagou o hospital foi o Sr. Ricardo Teixeira. Eu não tinha dinheiro para pagar, como funcionário público. Levaram-me ao hospital mais grã-fino do Rio, e minha mulher estava ficando louca. Eu nem sabia, pois estava lá enfartado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Passemos aos fatos, antes que o senhor responda de maneira intempestiva.

Em que clínica o senhor se tratou?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Pró-Cardíaco, o hospital mais caro do Rio. Levaram-me para lá sem eu saber, sendo que eu estava com o plano de saúde da Caerj, Centro Administrativo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no bolso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nos estudos que fizemos da sua contabilidade, vimos que existem pagamentos da Federação para o Pró-Cardíaco; o primeiro é datado de 17/01/97, no valor de R\$10 mil – cheque nº 551.392.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– A Federação fez um depósito desse cheque. Eu não sabia disso, pois estava na UTI e sendo ameaçado de despejo daquela unidade, morrendo. Os clubes mandaram a Federação fazer esse depósito, e depois o Ricardo Teixeira pagou. A conta foi maior que essa.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Há um segundo cheque, no valor de R\$6.817, também pago pela Federação.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Ao mesmo hospital?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ao mesmo hospital.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Penso que, neste caso, foi por motivo de doença do diretor Luís Desiderato. A Federação paga enterros e médicos, tem autorização de seus filiados e, como entidade privada, pode fazê-lo, mas não significa salário, ninguém percebe coisa alguma. Pagamos enterros, coroas, flores de aniversário.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Continuando nessa linha de raciocínio, o senhor, num determinado momento do seu depoimento, fez referência a sua renda mensal ou ao valor a que ela poderia chegar como funcionário público e como professor universitário. O senhor disse que seria um dos funcionários públicos mais bem remunerados? É isso?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não. Para professor, sou bem remunerado. V. Ex^a é professor e sabe qual é a remuneração.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor nos poderia dizer qual é sua renda mensal?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Como professor?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não, na totalidade.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Somarei. Como professor, devo ganhar na Uerj R\$5 mil, aproximadamente. Como procurador, devo ganhar de R\$8 mil a R\$9 mil. Agora, tem as universidades particulares em que trabalho, com uma média de salário irrisória. Esporadicamente, sou da Fundação Getúlio Vargas, tenho um pagamento melhor, mas em momentos de curso de pós-graduação.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A totalidade de seus serviços, isso lhe dá uma renda média mensal de quantos reais?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – De R\$11 mil a R\$12mil.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Somando R\$9 mil com R\$5mil já são R\$14mil...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não coloquei Previdência; só a renda líquida.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mesmo assim, colocando que V. S^a tem uma renda mensal de

R\$12mil, V. S^a não tinha disponibilidade financeira nem plano de saúde para fazer pagamento...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Tinha. Como informei a V. Ex^a, tinha um plano da Caaje? no bolso. Levaram-me para o hospital mais grã-fino do Rio. No desespero, enfartei dentro de uma assembléia da CBF, presidindo a assembléia. Eu estava presidindo a assembléia. Enfarte dentro dela. Fui socorrido pelo Dr. Rubens Lopes, que é Presidente do Bangu. Levaram-me dali. O hospital que fui, de emergência, sem saber que se tratava de enfarto, era o mais caro do Rio. E não saí mais. Seria até uma situação vexatória: vamos para o meu plano de saúde que é mais barato. V. Ex^a há de convir que a minha política e pessoal recomenda até que outros queiram pagar isso na hora, como a Câmara pagou do Lula, quando enfartou na mesma situação. Há uma representatividade no meu cargo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pois não. V. S^a considera justo que a CBF pague esse tipo de despesa que V. S^a fez. Uma despesa, quer queira, quer não, de caráter pessoal, e por consequência, na nossa visão.... V. S^a considera isso ético?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Depende da situação. Eu, por exemplo, não sabia que foi a CBF. Pensei que fosse o Ricardo, pessoalmente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de lhe mostrar...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Eu ignorava isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de lhe mostrar...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Mas eu seria capaz de pagar para um dirigente em dificuldade, se ele tivesse um problema desses, se a Federação dispusesse de dinheiro. Com o apoio dos clubes, é evidente; consultaria e faria.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou mostrar aqui, porque na contabilidade da Federação que V. S^a dirige aparece o pagamento da CBF especificamente, diretamente para a Federação.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Peço que V. Ex^a acredite. Levei algum tempo afastado da Federação com esse enfarto e não acompanhei esses movimentos de quem pagou ou não pagou. Só fui agradecer ao Ricardo, porque ele pagou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Veja bem, penso que V. S^a, como Presidente de uma Federação do porte do Rio, uma situação dessas, não pode fugir ao seu conhecimento.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu soube que ele pagou. Quem me informou disse assim. Fui até agradecer. Não manuseio livros contábeis, sou arredio a isso. Sou um homem de vida acadêmica, leio quatro horas e meia por dia e não fico em cima de livros de contabilidade. Prefiro assumir o risco de erros contábeis do que ficar isso...

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a vai me perdoar. V. S^a está há 18 anos na Federação...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– E nunca vi um livro contábil. Só por causa de V. Ex^a é que fui ver agora.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Assumindo a possibilidade do erro.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– O risco do erro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O risco do erro.

V. S^a...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Assumi. Esse pode ser um erro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – É por isso que o nosso futebol não pode dar certo. Lamentavelmente, não pode dar certo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Pode ser um erro. Nenhum executivo confere contabilidade.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a está colocando de público, mais uma vez, que não quer...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Se V. Ex^a fosse Governador de Santa Catarina não ia conferir contabilidade, Senador. Nem pode.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas teria pessoas da minha total confiança para administrar.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Isso eu tive; que podem ter falhado também, substituídas em outubro do ano passado. Falharam também, e eram de minha confiança absoluta. Isso acontece com qualquer um. Não foi comigo. Confiei em uma pessoa que não estava trabalhando devidamente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E V. S^a não procurou, mesmo tendo a renda que tem, ressarcir ou o Sr. Ricardo Teixeira ou à própria Federação os valores pagos pela sua hospitalização?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Como? Não entendi a pergunta.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a não procurou o Sr. Ricardo Teixeira?...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Procurei, para agradecer.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas não para pagar?!

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Quis pagar. Ele não aceitou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor considera isso justo?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Depende do que representa, na hora, uma pessoa para outra e o que representa essa pessoa dentro da instituição, Senador. É relativo. Eu não gostaria que isso tivesse acontecido, exatamente para não significar dependência minha. É por esse lado aí. Puramente por isso, que sou muito livre.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor considera isso ético?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Depende de.... A ética está diretamente relacionada com a intenção de. O jurídico, não, mas o ético é com a intenção. Dependendo da intenção, pode ter sido ético. A ética é variável na cultura, no tempo, onde for.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Isso é, publicamente, moral ou imoral?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não há imoralidade. Imoralidade, não há. Não há locupletação indevida, não há coisa nenhuma.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A partir desse momento, que tipo de sentimento o senhor passou a ter com relação ao Sr. Ricardo Teixeira?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– O mesmo que tinha antes. De um bom amigo. Eu não frequento a casa dele, nem coisa nenhuma, mas já sou amigo do ex-sogro dele. Continuo sendo amigo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Faço esse questionamento exatamente para caracterizar o tipo de comprometimento, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não há comprometimento, não. Protesto. Não há comprometimento, não.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Como não? Na minha visão – vou fazer a minha reflexão a respeito do assunto –, isso caracteriza um evidente comprometimento da pessoa do Presidente da Federação com o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– O senhor está pretendendo dizer que eu fui subornado por um pagamento de hospital. Um comprometimento é isso?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não. Em primeiro lugar, quem está aqui para questionar sou eu e não o senhor.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Sim, mas, sobre a minha pessoa, tenho direito de responder, Senador.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou continuar lhe questionando.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Ou não há um direito fundamental de resposta?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não me permitiria que fosse, em algum outro momento, questionado em relação...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Solicito ao depoente que se limite a responder às indagações. Obviamente, ao final, se for requisitado, concederemos ao senhor o direito de usar a palavra, por alguns minutos, como já o fez, na abertura dos trabalhos. Neste momento, cabe ao senhor, única e exclusivamente, responder às indagações do Sr. Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Dr. Eduardo Viana, a federação que o senhor dirige já realizou, em algum momento, algum tipo de operação financeira – emprestar, tomar emprestado ou outro tipo de operação financeira – com entidades esportivas, empresários, dirigentes, clubes ou mesmo com outras federações?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não. Com clube, sim. Tem uma conta corrente de que, quando disponho, até adianto para os clubes. Eles também, como foi o caso do Flamengo, aqui informado, permitem-me a utilização de recursos seus. Empréstimo ao tipo de adiantamento, como faz São Paulo, nunca tive condições de fazê-lo. Não teria nenhum problema em fazer, se tivesse dinheiro disponível. Penso que é até um dever da entidade fazer, mas nunca fiz.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Em 04/03/1997, foi pago ao Clube de Regatas Vasco da Gama R\$60 mil a título de adiantamento da cota de televisão.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Acabei de dizer a V. Ex^a que canso de fazer isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Isso. O que nos chamou atenção, com relação a esse lançamento, é que o valor foi retirado especificamente da cota pertencente ao Flamengo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– A cota é comum.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou lhe mostrar o documento contábil. Foi retirado da conta do Clube Regatas do Flamengo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Deve ter havido uma compensação de débito. Não

era disponível em outra e foi feito. Pode ter acontecido isso.

Sem o referendo do Flamengo, não foi, porque, senão, teria havido reclamação.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou lhe mostrar o histórico da contabilidade do Livro Diário, que mostra que, da conta do Clube Regatas do Flamengo foi, neste momento, retirado R\$60mil.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Estou admitindo que pode ter sido. Há uma transferência do Flamengo para o Vasco. Pode ter sido até um entendimento entre eles. Um cedeu ao outro parte da cota de televisão no momento de aperto.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se houver esse tipo de relação, queremos que V. S^a nos remeta em 24 horas a autorização, por escrito, para que tal fato viesse a acontecer.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Senador, eu estou com uma entidade de direito privado, lidando com outras de direito privado, que autorizam crédito e débito para lá e para cá.

O SR. GERALDO ALTHOFF – No “fio de bigode”?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu não sei; se alguém não reclamou vai valer o “fio de bigode”, que na verdade é lei. Eu posso mandar, mas é totalmente desnecessário...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não, nós achamos extremamente necessário, como também aquela autorização com relação ao Clube de Regatas Vasco da Gama para que V. S^a fizesse um crédito na conta do Sr. Aremitas José de Lima...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA – É uma transferência do Flamengo para o Vasco. Não sei explicar contabilmente como é e nem me interessa, não vou saber nunca.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Outra coisa que nos chamou a atenção aqui e que eu gostaria de fazer uma referência é com relação às despesas administrativas da Federação. Elas são bastante altas, chegaram no ano de 2000 a 3,281 milhões. O que nos chamou a atenção é que o item de maior valor na contabilidade está exatamente em “diversos”. Basta ver, fazendo uma referência, o que foi gasto de despesa administrativa em um ano foi de 3,281 milhões...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Que exercício foi esse?

O SR. GERALDO ALTHOFF – O do ano de

2000.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Foi exatamente o razão que eu juntei e mandei para cá e que está errado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – De janeiro até dezembro de 2000.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Pode haver erro nisso. Eu comuniquei a V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Aqui, temos o seguinte: dentro das despesas administrativas referenciadas, aquela de maior valor está caracterizada em “diversos”, no valor de R\$1.924.031,79.

Nós fomos, então, ao livro-razão – esse que nos foi apresentado – para saber exatamente e identificar o que era esse R\$1,9 milhão e ter o detalhamento disso. A folha do livro-razão que deveria conter exatamente esse lançamento, fl. nº 105, está ausente. Não a encontramos.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Senador, no início, quando V. Ex^a falou sobre o razão de 2000, eu lhe disse que veio tudo com erro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de fazer o seguinte questionamento a V. S^a: o senhor tem idéia da origem desse lançamento que representa a maior despesa da Federação no ano de 2000?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Eu não entendo coisa alguma de contabilidade, ainda mais quando está lançado em um título genérico de diversos. Não sei o que é. Volto a afirmar para V. Ex^a o que afirmei no princípio do depoimento, quando V. Ex^a começou a abordar isso. O razão, tanto sintético como analítico, do ano de 2000, que o pedido saiu do Senado errado sobre o exercício de 2000...

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a é responsável pela contabilidade da sua entidade...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– ...era 99. Eu informei a V. Ex^a...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não posso continuar ouvindo, Sr. Presidente, que um administrador que está há 18 anos...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Não há nenhum documento assinado. Vamos para o absoluto, então, Excelência. Não há nenhum documento assinado, não há responsabilidade de ninguém.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou dizer novamente: não posso admitir que um dirigente de uma entidade durante 18 anos...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Dezesesseis anos, Excelência.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Desculpe. Dois anos me parecem sobejamente importantes nesse contexto. Continuando, não posso admitir que um dirigente de entidade por 16 anos não assuma a responsabilidade dos atos administrativos, através da contabilidade...

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Assumo e presto contas aos clubes. Não entendo tecnicamente a linguagem jesuítica, sofismática e muitas coisas mais. Assumo, sim, e posso assumir por confiar nas pessoas até. E não entendo de nada, não tenho de entender disso e não sou chegado a contabilidade. Aliás, não sou chegado a nenhuma ciência exata.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Então, vamos resolver o problema da seguinte maneira: vamos ouvir o contador à época para caracterizar os erros que foram detectados.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– No caso de 2000, V. Ex^a tem de ouvir também o contador atual.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pois não, nos termos regimentais, Sr. Presidente, solicito que seja ouvido pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro, com a presença, logicamente, de assessores desta CPI, o Sr. José Ângelo dos Santos, Contador da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Solicitamos à assessoria que complete o número de assinaturas, a fim de que conste da ata da reunião de hoje a aprovação deste requerimento.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Parece-me que o nobre depoente gostaria de fazer algumas referências. Deixo a palavra livre ao depoente. Posteriormente, voltarei a falar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Se desejar fazer uso da palavra, o depoente tem todo o direito de fazê-lo.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA

– Srs. Senadores, não quero contestar coisa alguma nem responder nada. Quero, apenas, bater na tecla anterior.

É legítimo que eu tenha minhas teses jurídicas e que elas sejam conflitantes com as desta CPI. É legítimo que eu entenda que o esporte brasileiro é de administração privada porque o poder público com este não se preocupa como forma de educação. É legítimo que outras pessoas não pensem assim, que entendam que um simples exercício do múnus público – de fato o esporte presta um múnus público – possa ser confundido com responsabilidade pública. São teses jurídicas. Não entendo de Contabilidade, por isso não

faço contas. Sou bacharel em Filosofia, Teologia, História e Direito. Sou doutor em Direito. Tenho que responder tendo por base a Filosofia do Direito. É legítimo e, por isso, aparentemente, eu me contrapus. Creio que com a renovação do processo legislativo, voluntariamente, vim colaborar. Estou à disposição de V. Ex^{as}.

Em outros aspectos, tenho o direito de ter um pensamento contrário. Nada disso invalida o de V. Ex^{as}. Não tenho um juízo de valor: se é bom ou ruim. Não me arrisco a dizer isso; apenas digo que é diferente. Quero que me entendam. Não há nenhum interesse de obstaculizar. Ocorreu que houve foi em função... existiu colaboração de erro da secretaria daqui também. Estive, dez dias depois que chegou lá para fazer. Havia fiscalização do INSS, de fato. O livros não são obrigatórios. Não os utilizamos corriqueiramente e não os tínhamos prontos, como temos os diários, que são os livros principais.

Era o que tinha a dizer. O Senador Antero Paes de Barros até imaginou que em determinada hora falei alto, mas não houve a mínima intenção. Pode ter havido até entusiasmo. V. Ex^a, também, tratou-me com a maior cortesia. Não houve **animus** nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos a participação de V. S^a.

Senador Geraldo Althoff, V. Ex^a deseja, ainda, fazer algum questionamento?

O SR. GERALDO ALTHOFF – A nossa assessoria chama a atenção para um fato. Gostaria, antes da minha reflexão final, de fazer um questionamento: foi o Sr. Ricardo Teixeira que pagou as contas hospitalares? V. S^a as declarou em seu Imposto de Renda?

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não posso afirmar.

Tive várias contas nesse infarto. O Ricardo pagou a internação no hospital na hora em que eu estava sendo despejado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Foi feita uma doação em dinheiro à sua pessoa de R\$17 mil.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – À minha pessoa?

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a paga suas contas!

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Que doação?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Houve uma doação no momento em que S. S^a foi até o hospital e pagou as contas.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Não foi só isso. Até hoje tenho despesas muito grandes com esse infarto.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a perdoe-me por estar falando exatamente de uma situação como essa. No entanto, não está declarado em seu Imposto de Renda, mas V. S^a recebeu o dinheiro.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Agora descobri até que sou isento de declarar Imposto de Renda por ter cardiopatia. Não sabia e declarei todo esse tempo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas V. S^a deveria ter declarado os R\$17 mil que recebeu de doação para pagar suas despesas hospitalares.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Posso até declarar, ainda que com atraso, e pagar multa etc.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A menos que o Sr. Ricardo Teixeira tenha feito a declaração.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não foi declarado.

Sr. Presidente, ao terminar, gostaria de fazer algumas referências.

O SR. EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA – Depois desse infarto fiquei isento de declarar.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pois não.

V. S^a fez referência ao fato de que busca na filosofia do Direito os posicionamentos que aqui colocou. E procurei, durante todo esse depoimento, através da filosofia do bom senso, da filosofia da moralidade, da filosofia da transparência, buscar as informações que entendemos pertinente.

Também no início deste depoimento V. S^a falou da hierarquia e da organização do futebol brasileiro, fez referência de que as entidades federadas da CBF disponibilizam praticamente 5 mil jogos de futebol por final de semana. Isso me dá uma demonstração de organização: tudo acontecer, com 5 mil jogos, de maneira racional e lógica.

Mas organização existe onde parece que há interesse em que tenha. Lamentavelmente, vemos exatamente no processo administrativo uma total desorganização. Mais ainda. Parece-me que essa desorganização é calcada exatamente onde os dirigentes têm interesse em que a estrutura do futebol seja desorganizada.

V. S^a também se pronunciou como se nós tivéssemos o desejo de controlar o esporte. Absolutamente! Não queremos controlar o esporte. Queremos, acima de tudo, tornar o esporte límpido e transparente, evitando o desvio do dinheiro dos cofres públicos exa-

tamente pela efetiva participação de regimes presidencialistas de caráter feudal que existem tanto em clubes de futebol como também nas federações. E quero externar esse sentimento de maneira muito clara, Sr. Presidente, porque saio daqui convencido de que continuamos tendo problemas nas federações e de que, quando V. Ex^a teve a sensibilidade de solicitar a criação desta CPI, sem dúvida nenhuma, estava prestando um auxílio imensurável ao futebol brasileiro, pois nem os clubes e nem as federações estão preparados para ter uma postura econômica grande, como o futebol exige no dia de hoje.

Então, acho esse depoimento foi esclarecedor e nos ajudou, sem dúvida nenhuma, em um primeiro momento, já que é nosso desejo que V. S^a, o Dr. Eduardo Viana, volte a esta CPI após termos a disponibilização do seu sigilo bancário e do seu sigilo fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Queremos agradecer ao Dr. Eduardo Viana pela presença, pela contribuição que traz a esta CPI, sobretudo confirmando ou até robustecendo a nossa convicção de que a administração do futebol brasileiro, de modo geral, com exceções honrosas, é incompetente, é a fotografia da desorganização. Obviamente, isso nos dá o direito de supor que a desorganização tem meio e fim, tem origem e objetivos. Não podemos entender que a desorganização seja fruto, única e exclusivamente, da incompetência dos dirigentes. É possível que ela seja muito mais consequência da má intenção de alguns dirigentes – e temos o cuidado de evitar a generalização, que é sempre injusta e perigosa –, mas, sem dúvida nenhuma, a presença do Poder Legislativo neste momento da história do futebol brasileiro é de fundamental importância. E nós ficamos motivados e, certamente, ainda mais responsáveis quando ouvimos, há poucos dias, de um jornalista crítico, como Juca Kfoury, a afirmação de que o futebol brasileiro terá duas fases: A primeira até a CPI e a segunda, depois da CPI.

Esperamos, realmente, que esta CPI produza esse resultado, estabeleça esse marco de um novo rumo na administração do futebol no nosso País. É por isso que a partir do dia 5 de junho, durante todo o mês de junho, estaremos ouvindo sugestões, idéias e propostas para a elaboração de uma nova legislação.

No mês de agosto, teremos as investigações mais significativas, dos fatos mais relevantes, inclusive com o retorno do Dr. Eduardo Viana e a presença do Sr. Eurico Miranda. Já na primeira audiência desta CPI, na segunda semana do mês de agosto, teremos a presença do Presidente do Flamengo, Edmundo Santos, e do Presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

Reputo da maior importância os depoimentos finais desta CPI, porque serão, sem dúvida, o reflexo do trabalho da Comissão, durante todos esses meses. Quem sabe, a partir de setembro, ou outubro, nós já possamos, Sr. relator, discutir, debater, o relatório final, propondo as medidas cabíveis para a responsabilização civil e criminal, diante de eventuais ilícitos praticados, e, obviamente, discutir e propor ao País a nova legislação para o desporto nacional.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, nós entendemos como importante e pertinente que as notas taquigráficas desta nossa reunião e deste depoimento fossem encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, mais especificamente à pessoa do Ministro Sepúlveda Pertence, a quem foi distribuída a solicitação de liminar, desautorizando o acesso desta CPI ao sigilo bancário da Federação e do Sr. Edmundo Santos Silva.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sr. Relator, atendemos a sua solicitação e pedimos à Secretaria da Comissão que tome as providências relativas a esta reunião. À propósito, queremos, mais uma vez, lamentar que decisões judiciais oponham obstáculos aos trabalhos de investigação desta CPI. Não queremos discuti-las, temos o dever de respeitá-las, mas, sem dúvida, é preciso debater essa questão.

As prerrogativas fundamentais das CPIs estão sendo comprometidas por liminares concedidas constantemente, mesmo diante dos fatos mais relevantes e de gravidade ímpar, como já tivemos a oportunidade de constatar durante os trabalhos desta CPI.

Mais uma vez, destaco a reunião do próximo dia 5, quando iniciaremos, às nove horas da manhã, na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, na cidade do Recife, o seminário Futebol e Legislação.

Agradeço ao Dr. Eduardo Viana pela sua presença e encerro esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h22min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 497, DE 2000-SF “DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO ASSOCIAÇÕES BRASILEIRAS DE FUTEBOL”.

36ª Reunião realizada em 5-6-2001

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às nove horas e trinta minutos, no auditório

do anexo da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, na Cidade do Recife, reúnem-se os Senhores Senadores, Geraldo Althoff, Alvaro Dias, Antero de Barros e Geraldo Cândido, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Romário Dias, Digníssimo Presidente da Assembléia, pela acolhida dispensada e informa que na presente Audiência Pública sobre Futebol e Legislação, serão ouvidos os Senhores, Aderval Barros, Radialista, Deputado Estadual Sebastião Rufino, Salomão Couto, ex-jogador de futebol e Carlos Alberto Oliveira, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol. Ato contínuo, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator Senador Geraldo Althoff, para dar início aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Antero de Barros, Geraldo Cândido e o Deputado Estadual André Campos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

REUNIÃO DA C.P.I. “DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO ASSOCIAÇÕES BRASILEIRAS DE FUTEBOL, REALIZADA EM 5-6-2001

O SR. ÁLVARO DIAS – Estão conosco, representando a Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, o Senador Geraldo Althoff, que é relator da Comissão e os Senadores Geraldo Cândido, do PT do Rio de Janeiro e Antero Paes de Barros do PSDB do Mato Grosso. Como todos sabem a CPI do Futebol instalou-se em função da indignação nacional no que diz respeito à precariedade da administração do futebol no nosso país. Certamente, num primeiro momento, alguns imaginaram não ser exatamente tarefa do Senado Federal investigar o que se passa pelo mundo do futebol. Mas, conhecendo as razões econômicas e sociais que nos levaram a propor a instalação desta CPI, todos admitiram e passaram a entender a sua importância. No mundo – é bom repetir alguns dados relevantes – o futebol gera 400 milhões de empregos no mundo, movimenta 250 bilhões de dólares por ano. O esporte é responsável por 4% do Produto Interno Bruto de países avançados, como da Europa

e também dos Estados Unidos. No Brasil as estatísticas oficiais revelam que o esporte responde por apenas 1,6%-1,7% do nosso Produto Interno Bruto. Portanto esse potencial econômico extraordinário que é resultante da grande paixão nacional não tem sido devidamente administrado, não tem sido convenientemente explorado para oferecer maiores oportunidades de trabalho, de emprego, de salário, de renda e de receita pública e para contribuir de forma mais decisiva como o desenvolvimento do nosso país. Isso justifica a instalação da CPI, porque, certamente, uma administração do futebol mais competente, organizada e correta vai nos permitir uma rentabilidade maior e uma contribuição superior para o desenvolvimento nacional. Este é o objetivo desta CPI, por isso ela colocou como fatos determinados a questão fiscal, a questão da sonegação fiscal, da elisão fiscal, a apropriação indébita de recursos da Previdência, a sonegação de cobertura cambial, nas transações de jogadores para o exterior, a remessa de recursos para o exterior, lavagem de dinheiro e etc., crimes contra a ordem tributária nacional e o Sistema Financeiro Nacional foram os fatos determinados, elencados, para justificar a instalação desta CPI. É, evidente que é importante investigar, é importante também propor e essa é a razão da nossa presença aqui no Recife. Nós escolhemos Recife para iniciar os trabalhos nesse Seminário Futebol e Legislação. Portanto hoje não viemos investigar nada. Não viemos para ouvir denúncia alguma. Viemos apenas para ouvir sugestões, propostas inteligentes que possam contribuir nesta fase do debate sobre Legislação Esportiva, esperando, ao final desta fase, todos nós juntos, elaborarmos uma legislação competente, que possa significar um salto de qualidade para o futebol do Brasil, tornando-o melhor nos gramados, mas, também, muito melhor fora dos gramados. Para que ele possa realmente se constituir num instrumento gerador de riqueza no nosso país. Dito isso nós queremos informar que pretendemos ouvir hoje o Aderval Barros, que é radialista. Na sequência nós ouviremos Salomão Couto, ex-jogador de futebol, Campinense da Paraíba, Náutico, Santos e Vasco. Ouviremos o Presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Carlos Alberto Oliveira e também entre nós o Deputado Sebastião Rufino, que é ex-árbitro de futebol, da FIFA, que estará também conosco durante toda a reunião. Antes de anunciar o primeiro depoente, que hoje não é convocado, é convidado e certamente contribuirá para que esta CPI possa ter material suficiente para a elaboração de uma legislação competente, vamos passar a palavra também ao Dr. Geral-

do Althoff, Senador-Relator desta CPI, que tem se empenhado no sentido de descobrir, realmente, o que faz com que o futebol brasileiro deixe de alcançar o estágio de desenvolvimento que todos nós desejamos e almejamos.

Com a palavra, então, o Senador Geraldo Althoff, Relator desta Comissão.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Senhor Presidente, Senhores Senadores, nosso cumprimento à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, na pessoa do seu Presidente Romário de Castro Dias Pereira, dizer da satisfação que tenho e temos todos nós de estarmos aqui neste momento.

Existem alguns dados estarrecedores do futebol brasileiro. A Seleção Brasileira empatou com o Canadá, a Seleção Brasileira empatou com o Japão e perdeu para o Equador. Esses dados seriam estarrecedores, Senhor Presidente, se eles não fossem previsíveis. Esses dados são previsíveis. Eram previsíveis exatamente em função da total desorganização por que passa ao futebol brasileiro. Nós não podemos admitir que a nossa Seleção principal esteja disputando uma copa, a Copa das Confederações, exatamente no momento em que os dois mais importantes Campeonatos Estaduais do Brasil, do Rio e de São Paulo, estavam disputando as suas finais. Isso mostra e demonstra o desmando e até a total irresponsabilidade por que passa o futebol brasileiro. De extrema sensatez e de extrema sensibilidade a idéia e o trabalho que fez o Senador Álvaro Dias, hoje Presidente da nossa Comissão, no sentido de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fosse instalada. Com dificuldades, com muitas pressões, mais pressões contra do que a favor, nós estamos aqui fazendo o nosso trabalho e eu gostaria de motivar a nossa reunião através de alguns dados para que os senhores que nos honram com suas presenças pudessem ter conhecimento da CPI como um todo. (Eu pediria para que fosse passa a primeira lâmina de retroprojeção). O futebol, hoje, sem dúvida nenhuma, é uma atividade econômica e lamentavelmente está sendo gerido, os nossos clubes e as nossas federações por estatutos às vezes totalmente fora de uma realidade e despreparados, com a finalidade precípua que acontece hoje no futebol, que é exatamente a manipulação de milhões e milhões de dólares. O futebol é fonte de emprego e de renda, como muito bem colocou o nosso Presidente, o Senador Álvaro Dias – o que ele representa em termos de mundo e o que representa em termos percentuais, no nosso país, dentro desse contexto. E ele pode ser fonte do lucro e de crescimento econômico para todos. Sem perdermos, em momento algum, o

sentimento clubístico e o sentimento de paixão, que é o que motiva o futebol. (Por favor, a seguinte). Como referi anteriormente a desorganização e o amadorismo com que o futebol brasileiro vem sendo dirigido nos últimos tempos faz com que realmente ilícitos venham a ser cometidos, principalmente pela – como referi também – falta de gerenciamento e falta de fiscalização. Os Conselhos Fiscais dos clubes do Brasil são – a quase totalidade deles – manipulados, visto que o sistema que grassa dentro dos clubes do futebol brasileiro é um sistema que nós chamamos de presidencialismo feudal, que faz com que evasão de divisas, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro venham a acontecer no futebol brasileiro. E isso traz, por consequência, o não crescimento e a não profissionalização da atividade do futebol. (O seguinte, por favor). A CPI, como os senhores já sabem é constituída através de um requerimento, tendo a necessidade de três quintos dos Senadores que formam a Casa e, após a sua aprovação pelo Plenário da Casa são indicados os Membros, proporcionalmente às participações dos Partidos no Senado Federal e, posteriormente, indicados o Presidente e se relator. Aí, então, iniciar-se-ia os trabalho da CPI. Eu acho – e aqui nós colocamos esse diapositivo – porque nós entendemos que o mais importante fator de êxito de uma CPI é, sem dúvida nenhuma, a formação de sua equipe técnica, aquela equipe que lhe dá sustentação. E consultores e advogados do Senado Federal fazem parte dessa nossa equipe técnica, auditores do Tribunal de Contas da União, analistas do Banco Central também estão conosco, auditores da Receita Federal, Delegados e Agentes da Polícia Federal também fazem parte. Eu volto aqui a ratificar, de público, a importância da participação da equipe técnica. Se nós não tivermos uma boa equipe com certeza a CPI está fadada ao insucesso sempre. Dessa maneira, o nosso respeito e a nossa consideração à nossa equipe de trabalho, que é da mais alta qualidade e do melhor nível técnico que nós podemos disponibilizar, sem dúvida nenhuma. (O seguinte, por favor). Nós iniciamos o nosso trabalho exatamente no dia 19 de outubro de 2000 e temos a previsibilidade de término para o dia 15 de dezembro de 2001. Mas é nosso desejo até final de outubro deste ano, ou seja, quarenta e cinco dias antes da data prevista, nós apresentarmos o nosso Relatório Final, com a finalidade de que os Senhores Senadores, membros da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito venham a aprová-lo. Nós dividimos o nosso trabalho em três fases distintas: uma fase de caráter informativo, de estudos; uma fase chamada investigativa e uma fase propositiva. Logi-

camente que em determinados momentos é praticamente impossível você distinguir uma fase da outra. Uma se superpõe à outra, logicamente, mas, de maneira oficial, hoje, aqui em Recife, nós estamos iniciando a fase propositiva da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. O que é que nós queremos? – Nós queremos que a sociedade civil organizada deste país também participe trazendo propostas à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, de maneira tal que a gente possa fazer um Relatório de Qualidade. (O seguinte, por favor). Na chamada fase informativa nós buscamos subsídios junto ao Banco Central, ao COAF, que é um órgão de controle da atividade financeira que controla especificamente a lavagem de dinheiro no país. Tivemos a busca de informações junto à Previdência Social e também junto à Receita Federal. De público, aqui, mais uma vez fazemos referência a esses órgãos, que são colaboradores permanentes da nossa CPI e que nos ajudam sobremaneira no processo de fornecimento de informações. (O seguinte, por favor). A fase investigativa da nossa CPI deverá estar envolvendo todos os setores e todos os níveis do futebol brasileiro. A Confederação Brasileira de Futebol está sob investigação; as Federações Estaduais estão, também, sob investigação e, emblematicamente, nós estamos investigando as Federações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Clubes de Futebol do Brasil também estão sendo investigados. Aí no diapositivo estão referidos o Grêmio, o Inter de Porto Alegre, o Flamengo, o Vasco, o Botafogo, Fluminense, Santos, Palmeiras, Coríntians e São Paulo foram os clubes que nós tivemos acesso às informações e que, também de forma emblemática, estão sendo utilizados como referenciais da desorganização do futebol brasileiro. Referentemente às Federações Estaduais, também queremos esclarecer que encontramos, mormente na Federação Mineira de Futebol, uma desorganização da mais alta qualidade, que realmente mostra o desmando, o descalabro e a desorganização administrativa. Empresários do futebol também estão *sub judice*, estão sendo investigados, como também dirigentes e outros profissionais envolvidos com o futebol. É importante colocar que na nossa visão o jogador de futebol é consequência e não o responsável – muitas vezes – por esse sentimento de desorganização que nós estamos referindo. Na fase investigativa nós tomamos providências, já adotadas, encaminhando ao Ministério Público da União, através da Procuradoria Geral da República a solicitação no sentido de que sejam abertos inquéritos nos vários setores, com relação a vários clubes, tendo a colaboração da Advocacia Ge-

ral da União, do Ministério da Justiça – principalmente na busca de informações no exterior, com referência, logicamente, àqueles países com os quais existe acordo de colaboração. E nós estamos buscando informações de contas e de pessoas ou mesmo de clubes, instaladas, instituídas no exterior, principalmente, logicamente, nos Estados Unidos. A Receita Federal também é nossa colaboradora, nos ajuda nesta fase investigativa, como também o Banco Central e o Instituto Nacional de Seguridade Social. (O seguinte, por favor). Por último nós estamos justamente agora, chegando, a esta fase, que é a chamada Fase Propositiva, que para todos nós membros da Comissão é a fase que nós consideramos como a mais importante. Nós queremos investigar exatamente para mostrar que nós temos que mudar. Então a fase propositiva é a fase de mudança. Os objetivos estão ali colocados, nós estamos buscando os mecanismos legais – e acharemos – para que realmente possamos, de uma maneira substancial, modificarmos a legislação pertinente ao futebol brasileiros, de maneira tal que, principalmente os dirigentes, tanto de clubes de futebol como também os Presidentes de Federação passem a ser responsabilizados pelos seus atos. O desmando administrativo tem que ser impedido através de uma transparência e de uma limpidez das ações daqueles que dirigem o futebol brasileiro. Por isso que nós estamos aqui em Recife. Por isto que nós estaremos na próxima semana no Rio de Janeiro, em São Paulo, Curitiba e em Porto Alegre. Nós queremos que a sociedade civil organizada deste país sejam nossos colaboradores, de maneira tal que este Relatório que deverá sair da mão de todos os Senhores Senadores que fazem parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito realmente seja aqui o sentimento externado pela opinião pública brasileira. Que dessa maneira nós possamos mudar a história do futebol deste país. Possamos fazer como referência: antes/depois. Era dessa maneira, Senhor Presidente, de uma maneira rápida, também, que nós gostaríamos de motivar esta reunião, agradecendo a oportunidade que nós é dada de estarmos, nesse momento, junto à comunidade de Recife e, por extensão, de todo o Nordeste brasileiro.

O SR. ÁLVARO DIAS – Agradecemos ao relator pela exposição. Queremos agradecer, também, a presença do Deputado André Campos, que é Presidente do Náutico. Passo a palavra ao Presidente da Assembleia.

O SR. ROMÁRIO DIAS – Eu queria pedir licença a Sua Excelência Álvaro Dias e demais Senadores presentes. Com o racionamento de energia nós pas-

samos, nas sessões plenárias, de 14:00h para as 10:00h da manhã, até às 2 horas da tarde.

Eu preciso me retirar para ir presidir a Seção.

O André, além de Presidente do Náutico é vice-Presidente da Assembléia, que deveria ter sido um rubronegro. Mas não tinha, na ocasião, nós votamos num do Náutico.

Por isso eu vou me ausentar por algum tempo. Muito obrigado.

O SR. ÁLVARO DIAS –Agradecemos a presença do Exmo. Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Romário de Castro Dias Pereira e convidamos o Sebastião Rufino para tomar assento à Mesa, também, como mais um representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, que nos honra com a acolhida que nos oferece. Vamos iniciar. Como radialista gosta de falar vamos iniciar com o radialista Aderval Barros, que é da rádio CBN e é nosso convidado para participar desta fase propositiva da nossa CPI, porque a crônica esportiva foi, sem dúvida nenhuma, a grande motivadora da instalação desta CPI. A inspiração da CPI é da crônica esportiva, da crítica, que constantemente coloca o dedo na ferida, apontando as mazelas do nosso futebol, fazendo referência à existência de uma caixa preta que precisaria ser aberta, a fim de se colocar o mal à luz para que ele possa ser combatido. Então, a presença de um radialista neste nosso debate é uma homenagem que nós prestamos a toda a crônica esportiva do Recife, do Norte/Nordeste do país.

O SR. ÁLVARO DIAS – Vamos passar a palavra, portanto – pode usar a Tribuna – ao Aderval Barros, que é radialista da Rádio CBN.

O SR. ADERVAL BARROS – Senhor Presidente, Senhores Senadores, Deputados, aqueles que aqui estão presentes e inicialmente agradecer a indicação do Presidente da Assembléia, o Deputado Romário. E acho que a indicação do Deputado Romário deve-se ao que ele sempre escuta, ao que ele sempre diz, ao que ele sempre escuta, que a gente fala no rádio. Eu trabalho no futebol pernambucano há 22 anos. Me considero um radialista jovem. Faço parte da renovação do rádio de Pernambuco e conquistamos, especialmente ao longo dos últimos 16 anos, quando trabalhamos numa só empresa, a Jornal do Comércio, que, realmente fizemos um trabalho de defesa do futebol muito grande. E sempre fomos um crítico severo, sempre exercemos no microfone críticas visando o bem estar e o crescimento do futebol. E eu queria aproveitar esta oportunidade que eu estou tendo diante de uma CPI, que, certamente, ao seu final, vai

mudar os rumos do futebol brasileiro. Eu não consigo pensar diferente, Senador Álvaro. Eu disse, um dia desses, ao Presidente Carlos Alberto, que estava indo a Brasília participar de uma conversa, não sei se desta CPI do Senado ou na Assembléia: Presidente Carlos Alberto, diga lá, pelo amor de Deus, que nós temos que mudar o futebol brasileiro. E esse sentimento é de um cidadão nordestino. É o sentimento de um trabalhador, de um brasileiro que sofre as maiores restrições do mundo com referência a futebol. O nosso futebol é olhado de forma distinta, diferente. Os senhores não sabem o orgulho que eu sinto nesse momento, em que nós tivemos uma auditoria, aqui, na nossa Federação Pernambucana de Futebol, recentemente. A CPI da Câmara fez uma Audiência Pública em João Pessoa e a nossa Federação foi vasculhada, de cabeça para baixo, e não encontraram nada que pudesse comprometer o nosso futebol. Nosso futebol tem três grandes equipes, de grandes histórias e que é vítima, como é todo futebol nordestino, de uma discriminação tremenda, a partir da composição de um Campeonato Brasileiro que é formado por um grupo de elite. Então eu acho que novas regras, depois desta CPI, têm que ser postas e têm que ser respeitadas, acima de tudo. Esse é o critério base. O futebol brasileiro precisa de moral. Precisa ser respeitado. O nosso futebol hoje não é mais respeitado. Não tem quem mande. E onde não tem quem mande, não tem quem obedeça. Esse eu acho que é o princípio básico, é o da responsabilidade. Fiscal, legal, jurídica. Prender quem rouba... Eu acho que passa por isso aí. Isso tem que estar contido no Relatório Final. Que se transforme em Lei e que essa Lei passe a ser respeitada, realmente, e, quem infringir essa Lei, que seja punido. Eu anotei algumas questões que eu considero básicas para que o futebol brasileiro passe por uma mudança forte. Não é muito grande, não. Vejam o tamanho do papel. Calendário. O Calendário do futebol brasileiro é um absurdo. É uma agressão aos profissionais que fazem futebol. E vou dar um exemplo nosso, que nós estamos vivendo agora. O Sport Club do Recife jogou sábado pelo Pernambucano; joga hoje, por um torneio seletivo para a Copa dos Campeões, em Recife – jogou pelo Pernambucano, sábado; joga hoje, em Recife, por esse torneio; vai a Goiás, para Quinta-feira jogar com o Goiás e volta ao Recife para jogar com o Náutico, no Domingo. Então, num prazo de 9 dias esta equipe faz 4 jogos. Cientificamente – e eu não sou médico, não sou preparador físico – o ex-jogador e médico, Salomão, pode falar mais sobre isso – é humanamente impossível para um atleta de futebol jogar 4 partidas em 9 dias. Levando-se em

conta que em cada partida ele corre de 8 a 12 Km. Imaginemos que ele corra 12, que ele dá todo o fôlego: ele vai correr 48 Km em 9 dias. É uma verdadeira maratona. Então eu acho que isso tem que acabar no futebol brasileiro. Definitivamente. Temos que ter um calendário certo. Ora, meu Deus! É só contar. Meses tal, tal e tal; vamos fazer isso. Mês tal e tal e tal; vamos fazer aquilo. Agora: tem que ser lei! Não pode deixar à mercê de um Presidente de entidade que não manda em nada, como é esse nosso, que está aí. Que é desmoralizado por pressão política, por pressão econômica e etc. e tal. Então esse é o item 1, que eu acho que nós temos que mudar. Outro item que eu acho que tem que mudar no Brasil – e aí um ex-árbitro vai falar, daqui há pouco. Eu não consigo entender como é que um cara é engenheiro de dia e árbitro de noite. Médico durante a semana e árbitro no sábado e domingo. Árbitro de futebol tem que ser profissional. Ele tem que se dedicar exclusivamente àquilo ali. A responsabilidade dele é muito grande. Ele não pode errar, sob a pena dele colocar em risco um fator relevante. A perda de um título; a classificação de um clube e etc. e tal. Como é que árbitro pode ser amador? – Ele tem que ser profissional, minha gente! Não há no mundo quem me bote isso na cabeça. Ele tem que trabalhar visando única e exclusivamente a sua profissão. Ele vai apitar um jogo hoje à noite? – Ele tem que dormir agora de tarde. Para acordar tranquilo e fazer um grande trabalho. Então não se concebe que no Brasil não se tenha uma regulamentação profissional para uma categoria que exerce tamanha responsabilidade. Um erro de um juiz é capital, numa decisão. Numa partida simples, que mexa com uma classificação e etc. e tal. Eu acho que a questão da profissionalização da arbitragem é outra coisa que nós devemos tratar com seriedade. Que dever ser realmente vista dessa forma. Uma coisa terrível, também, que nós sofremos hoje no futebol são os estádios, os campos de futebol. Não dá para você pegar um patrimônio, que é o atleta de futebol, que vale tantos milhões de reais e colocá-lo para jogar num campo que não tem condições. Eu acho que isso deve ser uma regra, uma lei. Um campo, para ter uma partida de futebol profissional tem que ter o gramado em tal estado. Tem que ter comodidade para tantos torcedores. Tem que ter banheiros. Tem que ter lanchonete. Tem que ter qualidade para o torcedor. Isso tem que ser regra. Porque não adianta... Porque, politicamente, o Presidente da Federação aprova, no interior do estado, um campo... aqui em Pernambuco nós temos isso. Na terra do Presidente da Federação, mesmo, o campo deixa muito a desejar. Temos Serra Talhada,

que é a terra do Deputado Inocêncio Oliveira tem um campo que... meu Deus do céu! Não se pode jogar futebol ali. E não quero – vou apenas ilustrar, porque o meu nobre Presidente, o Deputado André Campos, do Náutico, está presente – que no campo do Náutico não tem um banheiro nas cabines de imprensa. Há 22 anos que eu trabalho aqui e no campo do Náutico não tem um banheiro na cabine de imprensa. Se o comentarista quiser fazer alguma necessidade fisiológica, eu tenho que descer pelo meio da cadeira, com o torcedor me xingando, me ameaçando e eu tenho que ir lá embaixo. Não pode, gente. Está errado! Isso tem que ser norma! Tem que fazer parte de uma regra! Não é? – Comodidade para a imprensa! Para o radialista, para o jornalista. Tem que ter. Eu não quero cadeira estufada, eu não quero ar-condicionado. Eu quero o mínimo de bem estar. Me dá água. Ou, se não me der, pelo menos me venda. Bota lá para vender. E me dá dignidade. O companheiro... XXX ... Eu estou exercendo a minha atividade profissional! Eu tenho que ser tratado com respeito! E não é só aqui, não. Estou dizendo isso porque eu já fiz cobertura de 4 copas do mundo, decisão de campeonato brasileiro, campeonato brasileiro, todo ano acompanhando os clubes de Pernambuco e em todo lugar nós temos problemas. Em todos os locais do país. Em todos! Você, hoje... Aderval, me aponte 5 estádios que dão dignidade para a imprensa trabalhar. Eu vou ter dificuldade. Vou ter muita dificuldade. Outro item; o Tribunal de Justiça Desportiva. Eu não concebo, Presidente Álvaro, que o Tribunal seja nos moldes em que aí está. Olha, eu sou advogado, então eu vou ser o representante do atleta, para composição do Tribunal. O outro advogado vai ser... Não pode ser assim. Não pode. Quem julga os casos, quem tira as dúvidas. O poder maior. Aí, mais grave, nessa lei que aí está: não existe um Superior Tribunal... Agora existe, Presidente? – Bom, se existe, mas eu li no jornal ontem, é comandado pelos guetos lá no Rio de Janeiro, dentro da sede da CBF. Isso é uma coisa que não dá para entender. É como a questão da arbitragem. É um Tribunal que decide as dúvidas. Então tem que ter alguém qualificado, alguém concursado, alguém que ganhe para isso. Como tem no Tribunal de Justiça, no estado, na União Federal. Tem que ser assim. O futebol não gera tanto dinheiro? – Por que não tem dinheiro para pagar a 10/11 membros de um Tribunal de Justiça? – Independente! Agora, tem que ter um Tribunal Superior que tenha um cara de Belém, que tenha um cara da Bahia, que tenha um cara de São Paulo, de Mato Grosso. Para não ficar um conglomerado de interesses do Rio e de São Paulo. Não pode ser

assim! E, para encerrar, Senhor Presidente, a gestão profissional. Eu acho que o futebol, além de mexer com um volume de dinheiro muito grande – os números estão na nossa cara, aqui em Pernambuco o negócio é assustador. O Presidente do Náutico acho que ficou assustado, quando assumiu, agora, e aí chega um atleta lá e diz: eu quero 30 mil reais de salário. Outro: eu só venho por 35. Outro: não, eu quero 100 de luvas e... É um negócio assustador. E esse negócio não é gerido de forma profissional. Sei que esse é um item muito complicado e que tem que se discutir bastante. Mas eu não concebo que a atividade de clube de futebol não seja tratada como uma empresa séria. Que tenha seu Presidente por amor... por tradição e por história. Agora, o corpo gerencial tem que ser profissional. Tem que ter o diretor disso, o diretor daquilo... que ganhe dinheiro! Por que é que eu estou aqui? Sacrifiquei o nosso Programa na Rádio, hoje, para estar aqui. Por que? – Porque eu vivo do futebol. Porque eu ganho dinheiro do futebol. É porque eu trabalho para o futebol. Mas, se o Presidente André Campos não for campeão e acabar o mandato dele e ele deixar um déficit de 20 milhões de reais? Ele vai embora, a conta ficou para o clube pagar e acabou-se! E não tem responsabilidade nenhuma. Então não dá para entender que a coisa seja assim. Então, somente uma lei, uma norma... Ora, não existe uma lei para você constituir uma empresa? Por que não vamos ter uma lei para constituir um time de futebol? Que, definitivamente não é sem fins lucrativos! Absolutamente. Não pode ser assim. Então está errado. Essa coisa nós temos que mudar. Temos que criar parâmetros. E esses parâmetros têm que ser obedecidos e quem não obedecer que seja punido! Presidente, nenhuma iniciativa privada suportaria 1% dos erros que são cometidos no futebol do Brasil. E nós estamos falando de um país que tem mais de 800 times de futebol filiados, que tem quase 12 mil atletas chamados de profissionais e que é muito representativo. Então não pode. O futebol se corrói por ele mesmo. E existe um tal de torcedor que é o que menos importa quem está dirigindo ou quem está dirigindo se preocupa mas não se preocupa tanto. Um dia desses – e para encerrar, Presidente – eu fui a um Seminário, em que se falava muito de futebol, em São Paulo. Grandes especialistas estavam presentes. Entre eles o Presidente do Clube dos 13, Fábio Koff, que foi Presidente do Grêmio. Teve um palestrante que passou uma série de números, comparando, inclusive, com o futebol europeu e, ao final, o Presidente Fábio Koff ridicularizou esse palestrante dizendo: eu fiquei assustado aqui com o que o palestrante tal falou, porque,

embora você tenha dado todos esses números, que nos assustam, eu fui Presidente do Grêmio, do futebol porto-alegrense, bi-campeão mundial, não sei quantas vezes campeão gaúcho, que tenho não sei quantos mil torcedores, que faturar não sei quanto... – Uma história extremamente bonita. E aí eu fique me perguntando: puxa, Presidente Fábio Koff, se o senhor está discordando dos números dados pelo especialista, porque, se os seus números realmente são relevantes, imagina se o senhor tratasse a sua torcida com mais dignidade, com mais profissionalismo, o quanto o seu clube não era maior.

Espero, Senhor Presidente, ter colaborado. Quero mais uma vez agradecer o convite e dizer que eu tenho muita esperança de que, ao final desta CPI, eu possa ler algo importante para a mudança do futebol brasileiro e eu possa dizer, depois: eu fui lá, falei um bocado de coisa, pode não ter importância nenhuma, mas, pelo menos, eu posso dizer para o meu travesseiro, para os meus filhos, que eu tive direito a voz. Se ela foi ouvida ou não, aí a responsabilidade não é minha.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ÁLVARO DIAS – Nós é que agradecemos a contribuição do Aderval Barros e certamente, numa homenagem do Senado Federal, especialmente desta CPI, a crônica esportiva do nordeste – e do norte do país, já que esta reunião, da nossa parte, tem o objetivo de representar a participação do norte e nordeste com opiniões importantes para a elaboração final da proposta de lei que queremos para o desporto nacional.

Agradecemos também, a presença do Deputado Estadual José Augusto Farias.

Eu consulto o Aderval, se ele pode permanecer até o final? Ótimo. Porque assim nós vamos ouvir os outros convidados, para, ao final, então, estabelecermos aí o debate, com as indagações que porventura os Senadores Geraldo Althoff, Antero Paes de Barros e Geraldo Cândido desejem formular ainda, em continuação aos trabalhos de hoje.

Vamos ouvir o Salomão Couto, ex-jogador de futebol. Ex-craque do Santos Futebol Clube, do Vasco e do Náutico... Campinense, Náutico.

Com a palavra, então, o Salomão Couto, agradecendo, mais uma vez ao Aderval o esforço para estarmos aqui para participar conosco desta primeira reunião propositiva da CPI.

O SR. SALOMÃO COUTO – Pois não. Eu quero agradecer, inicialmente, ao Presidente dessa Casa, o Romário Dias, meu amigo de longas datas, e dizer

que eu me sinto até inibido de suceder aqui o radialista, com esse tom de oratória. Mas eu vou fazer o possível para transmitir as minhas idéias, os meus pensamentos, as minhas angústias e as minhas ansiedades em relação ao futebol brasileiro, em relação ao nosso país. Eu quero, apenas, dizer aos Exmos. Senadores do nosso querido país, Exmos. políticos desta Casa, do nosso querido Pernambuco, do nosso Nordeste, que eu me sinto realmente muito gratificado, como ex-atleta, de hoje estar aqui, numa reunião dessas, porque eu passei um tempo da minha vida dentro do futebol, depois, saí, tive que terminar a minha carreira de medicina, mas as dúvidas, as incertezas, as colocações, ainda permanecem até hoje. Eu não vou me alongar porque aula muito longa não cabe mais no mundo moderno. Então eu dividiria mais ou menos o meu raciocínio – é evidente que eu estou mais ou menos de acordo com o Aderval num monte de coisas; esse negócio de administração de clubes, por onde eu vou terminar – num capítulo atleta de futebol, que eu fui um, vivi lá dentro, sei o que é isso e a torcida, de um lado, e os dirigentes do outro lado, sendo os diretores do filme. Só que acontece o descompasso da história. Eles nem escutam os atores, que são os atletas e a torcida. Fazem ao bel-prazer, sem escutar essas duas partes mais importantes do teatro. Os atletas e a torcida. Quando eu falo do atleta, entro no problema do jogador de futebol em si. Porque como o jogador de futebol de uma maneira geral – isso é uma regra geral do nosso país – vem de uma camada mais pobre da sociedade – isso permanece até hoje. Não houve uma evolução, do ponto de vista intelectual, do ponto de vista cultural. Há exceções, evidentemente. Muito poucas. Boleiros, tem muitos. Profissionais de futebol, poucos. Aquele que chega ao topo da montanha, lá em cima, esse, vive muito bem. Segue o sistema, o status quo vigente em nosso país, a concentração de renda. Então não se distribui a renda para os clubes. Então os clubes vivem num sacrifício enorme. Eu digo isso porque eu participo hoje, junto com o nosso Presidente, soerguendo o nosso glorioso Clube Náutico Capibaribe, no Centro de Treinamento. Trabalho com as camadas mais pobres da sociedade. Na zona Noroeste 3 do Recife, que se chama Guabiraba, que atende a 110 mil pessoas, mais ou menos. Mas o sofrimento, a pobreza, a miséria, é assustadora. Aqui, dentro de Recife. Sem ir muito longe. Imagine um interior desse nordeste. E nós somos antes de tudo um forte, já dizia Euclides da Cunha. Então eu acho que nesse processo o dirigente tem que ouvir a torcida, tem que conversar com os jogadores. Outro dia, con-

versando com André, eu digo: não adianta a gente tratar o jogador de futebol como eles são marginais. A maioria dos dirigentes, não digo todos, pelo amor de Deus! Tem pessoas boas, tem pessoas realmente muito interessantes, que trabalham realmente pelo engrandecimento do futebol e, conseqüentemente, da região e do nosso país. Mas, a percepção que eles têm do jogador do futebol... Outro dia estava numa mesa de bar discutindo: não, porque jogador de futebol, todos, são marginais. Mas rapaz, não é assim! Não é. Não se deve tratar as pessoas assim. Tem marginal em toda classe social, em qualquer situação. Mas a percepção que eles têm é: jogador de futebol é marginal, jogador de futebol é venal. A primeira coisa que acontece quando o time de futebol perde não é procurar os erros dos diretores que prepararam a equipe, lá de cima, não. É: o jogador de futebol é vendido, fulano se vendeu, o goleiro se vendeu! Numa certa época, quando nós jogávamos, eu, comentando com meu amigo Ivan Brondi, ele dizia: não, o Náutico ganhou porque nós compramos fulano, compramos sicrano. Aí eu, outro dia, nós conversando, disse: por que vocês não avisaram para nós? Para a gente não correr tanto em campo? Se vocês já tinham comprado o outro time, por que não avisaram para nós? – A gente não precisava perder três, quatro quilos durante o jogo. Avisava para nós para a gente não gastar tanta energia. Para você ver, a percepção, ainda hoje, no futebol brasileiro, é essa. Os representantes de classe, do jogador de futebol, é assustador. Por isso eu peço aos ilustríssimos Senadores que procurem – está certo que existe a unicidade sindical. Conversando com um rapaz, outro dia, em São Paulo, disse: não há uma maneira de ter outro sindicato, para que o próprio jogador saiba escolher? Fica um cara, aproveita uma brecha, fica como Presidente do Sindicato. Ele não tem interesse nenhum, ele não discute e, além do mais, há o desinformação do atleta atuando no futebol brasileiro. Ele não tem informação nenhuma e nem procura informação nenhuma e nem os dirigentes procuram dar informação para eles. Ensine uma língua. Obrigue os times a dar pelo menos isso para eles para que eles possam fazer alguma coisa depois de parar com o futebol. Porque não existe uma coisa mais deprimente do que o atleta de futebol do Brasil quando para a carreira de futebol: totalmente despreparado para a vida. Ele não sabe fazer absolutamente nada e ficam aí, milhares. Eu joguei, conheço milhares de ex-companheiros meus, do Santos, do Vasco, que vivem numa miséria terrível. Aqui mesmo, do próprio Náutico. Então essas coisas têm que ser alertadas, que o dirigente ouça, escu-

te, mais, o atleta. O povo, a torcida. Aderval estava falando. O torcedor. Que respeito eles têm ao torcedor? Os estádios. É uma excrescência. Eles não têm interesse de modificar, de ter o estádio limpo. Não. Vai. Bota lá. Eles vão lá de qualquer jeito! Só que o torcedor ainda não sabe estar cobrando, mas está mudando. O processo muda. O processo político muda. Ninguém diria que ACM, dono do Planalto, hoje estaria nessa situação. Antes que eu me esqueça, seria bom que fosse proposto que a CBF fosse transferida do glorioso Rio de Janeiro – eu adoro o Rio de Janeiro, com todo respeito – para Brasília, o poder central, do Planalto Central, como o glorioso Juscelino Kubitschek quis desenvolver. A questão que Aderval falou, do Clube dos 13. Como é que se forma? Quer dizer, formam-se os guetos... O nosso glorioso Clube Náutico Capibaribe, no ranking nacional, se não me engano, é o 21º clube e não tem direito a nada. Quer dizer, se formam os guetos e eles é quem mandam. São figuras anacrônicas. Eles é que mandam no pedaço. Aderval falou muito bem, a dignidade. Eu acho que o problema é questão de ética. A questão do futebol brasileiro, como da sociedade toda... Acho que as Universidades deveriam se direcionar mais para o processo ético. A expressão é ética e dignidade. Porque não é possível que se assista um espetáculo grotesco como aquele da final da Copa do Brasil, quando o senhor dono, de não sei de onde, dizia: não, continua o jogo... Com a multidão lá morrendo, ele dizendo que o jogo deveria continuar. Tem que continuar... E fica isso ao bel-prazer e não se toma uma providência. E nós, mortais, do outro lado, de cá, ficamos todos indignados, através de uma televisão, porque não dá nem para quebrar a televisão, porque fica pior. Mas ficamos indignados com um negócio daquele. Então a questão é ética! Eu acho que essas administrações de clubes têm que mudar. A Lei da Responsabilidade Fiscal é uma coisa importante para os clubes. O nosso Presidente André Campos sabe a Justiça do Trabalho. O Náutico tem dívidas. Se sai e se deixa as dívidas assim, aos rolos. Oficiais de Justiça, nós estamos fazendo um esforço enorme para deixar o Náutico no seu devido lugar. Paga-se uma dívida hoje, amanhã aparece outra, aparece outra, aparece outra... Não tem quem consiga trabalhar desse jeito. Então eu acho que a LRF deve chegar nos clubes também. Você vai ser Presidente de clube, você vai ter essas responsabilidades. Que seja uma mesma coisa determinante para esse processo. Eu acho isso extremamente importante. Então eu gostaria apenas de terminar, parabenizando aqui o Presidente Carlos Alberto, pelo trabalho que ele faz pela Federação,

que foi, agora na CPI da Câmara, em João Pessoa, e não foi constatado nada pela auditoria, sem problema nenhum; pelo Campeonato Infantil/Juvenil, que ele vai desenvolver agora e também parabenizar o nosso Presidente André Campos pelo grande trabalho que ele vem fazendo à frente do glorioso Clube Náutico Capibaribe.

Muito obrigado

O SR. ÁLVARO DIAS – Agradecemos a Salomão Couto pela contribuição.

Vamos ouvir agora o Presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Carlos Alberto Oliveira.

O SR. CARLOS ALBERTO OLIVEIRA – Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias, Senhores Senadores, Senhor Presidente da Assembléia, André Campos, Senhor Deputado Sebastião Rufino, Senhores Deputados, meus senhores e minhas senhoras, primeiramente, em nome do futebol de Pernambuco eu quero agradecer à presença dos senhores no nosso estado, o que demonstra o interesse desta Comissão para auscultar e escutar os interesses de todas as regiões do país. Senhores Senadores, a Federação Pernambucana de Futebol desde 1998 que pede uma CPI para o futebol brasileiro. Está aí em vários jornais do estado e do país noticiando o interesse nosso, a nossa luta, para que se instaurasse uma CPI, porque nós considerávamos o único instrumento viável para dar um novo rumo ao futebol brasileiro. Os senhores podem me perguntar: mas o senhor não é membro da Assembléia Geral da CBF? Por que lá o senhor não procurou modificar essa estrutura atual? – Porque sozinho é impossível se modificar uma estrutura que estava toda organizada para manter o status quo, sobretudo com várias Federações e vários colegas comprometidos através de ajudas que a CBF tem a obrigação de dar mas pensava-se que era uma dívida e um favor para as Federações. Então, como Presidente da Federação resolvi me costurar com minhas próprias linhas, sem pedir um centavo à CBF. Nunca precisei de ajuda nenhuma da CBF. Quando fui à Copa do Mundo, fui com meus recursos pessoais, comprando passagem para pagar em 6 meses, financiada – eu tenho toda essa documentação através do American Express – e dividindo com o Dr. Mair um apartamento num hotel de 3 estrelas em Paris. Sem precisar de ajuda financeira nem de convite nenhum da CBF. Para ter a independência de dizer o que estou dizendo agora e defender a CPI, que fui o único que desde 1998 venho defendendo a CPI e, por isso, faz 6 anos que a Seleção Brasileira não joga em Pernambuco. Se não tomei posições mais contundentes foi porque naquela ocasião eu tinha o dever de pre-

servar os meus clubes. Náutico, sobretudo, e Santa Cruz, que naquela época não tinham prestígio nacional e eu temia a retaliação para esses clubes. Como de fato ocorreu. O Pará, quando o Presidente do Pará se negou a votar no Presidente da CBF, um ano depois os dois clubes do Pará já não eram mais da 1ª Divisão e o Presidente já não era mais Presidente. Então essa era a conjuntura nacional. Nós tínhamos que – principalmente eu, que nunca tive medo de CBF – mas eu tinha dois clubes que eu precisava salvar, para que eles não fossem retaliados. E isso me deixou numa posição um tanto ambígua, sem poder tomar as posições que hoje posso tomar claramente. Porque o Santa Cruz é presidido pelo Deputado Federal José Mendonça; o Sport pelo Deputado Federal Luciano Bivar e o Náutico pelo Deputado André Campos, que também tem um irmão que é Secretário do Senado Federal. Então eles são mais fortes do que eu. Então eles resolvam os problemas deles, que eu tenho condições, hoje, de, como Presidente da Federação, dizer o que quero. O futebol brasileiro é dominado pelo – não digo nem o monopólio – oligopólio. 13 clubes se reuniram para pegar todo o dinheiro do futebol brasileiro e terminar o futebol brasileiro na Bahia. A Bahia era o único estado no Brasil que era Brasil. Daí para a frente, ninguém tinha mais condições de jogar na 1ª Divisão do Futebol Brasileiro. Depois de muita luta, de muito trabalho, de muita persuasão, conseguimos provar que Pernambuco também tinha força. E aí, sim, eles colocaram o Sport, que era bola da vez dos grandes clubes brasileiros e Pernambuco começou a participar, através do Sport, do Campeonato Nacional. Eu me lembro que quando se formou o Clube dos 13, na toca da raposa, o Presidente do Santa Cruz era José Neves – estou contando essas histórias para que os senhores possam entender o que nós passamos aqui no Nordeste. E José Neves ficou de fora da reunião. Não deixaram nem que o Presidente do Santa Cruz entrasse na reunião, numa coisa vergonhosa para Pernambuco e para todo Nordeste brasileiro. Esse ano o Senhor Fábio Koff dividiu todas as cotas e disse: o Santa Cruz que procure negociar as suas cotas porque não vai ter um tostão de recursos. Quando eu liguei para ele disse: Fábio, eu vou à CPI, vou à Justiça Federal; vou impugnar a transferência da Globo. Vou ao Ministério da Justiça denunciar esse cartel se você fizer isso com o Santa Cruz. Depois de muito arrumado, o Santa Cruz vai ter uma cota extra de 1 milhão e 700 mil dólares. Então o que é que nós vivemos aqui? Uma região que tem 40 milhões de habitantes, com 4 clubes na primeira divisão! E o céu é a primeira divisão! Porque a segunda

divisão é o inferno. O que é que propõe para o Náutico agora? O Náutico está disputando o Campeonato Pernambucano, campeão do 1º Turno, com maior chance de ser campeão do estado. Mas está sem crise, porque a Federação Pernambucana, com o Governo do Estado, tem o Programa do Futebol Solidário, onde, só de cota, o Náutico recebe 500 mil, fora a renda dos clássicos. O bloqueio é problema da justiça... O Campeonato do Nordeste também deu uma cota mais ou menos semelhante à do Náutico. O Náutico está em igualdade de condições disputando o Campeonato Estadual. Mas, quando chegar no segundo turno, no segundo semestre, eu tenho pena do Presidente do Náutico, porque ele vai receber passagem e hospedagem e 3 mil reais por jogo. Como ele vai poder manter este plantel? Como ele vai arrumar essa Casa? Como ele vai chegar para o ano em condições de competitividade no Campeonato Estadual? Então, Senhores Senadores, isso já melhorou muito, porque há três anos atrás a segunda divisão jogava pagando passagem, pagando hospedagem e, geralmente, o time deixava de jogar em setembro. Ficava sem trabalhar em outubro, novembro, dezembro e 13º em janeiro. Qual é a empresa no mundo que aguenta parar 5 meses sem produzir um real e sobreviver. O futebol do Nordeste está existindo ainda graças ao esforço dos amadores, que são amadores mas são apaixonados. É um Salomão, é um André Campo, é o próprio Luciano Bivar, Vanderson Lacerda... esses homens é que estão dando vida ao Santa Cruz, através de José Mendonça, Alvarenga e esse povo, dando vida ao futebol. O Ceará está marginalizado, Piauí, Paraíba; enfim, está havendo uma coisa terrível no futebol brasileiro. Esse é o primeiro tema do meu pronunciamento. Elitizando para que todo dinheiro, toda receita, Mercosul, Libertadores da América, Campeonato Brasileiro, Copas Regionais, fiquem na mão de um grupo, em torno de 18 a 20 clubes. Isso, Senhores Senadores, é a coisa mais grave que está acontecendo no futebol. O futebol tem muitos erros, que nós vamos discutir. As Federações têm muitos erros. Todo mundo errou. Não estou aqui para dizer que não errei, não. Errei, sou humano. Agora, o problema mais grave do futebol brasileiro é a elitização. Dinheiro? 100 milhões de dólares nas mãos de 20 clubes. E o resto? – Ao Deus dará! Numa nação como o Brasil, que é um continente, fatos dessa ordem não podem acontecer. O calendário brasileiro é uma coisa fácil de fazer. Eu estou aí com um Projeto na Fundação Getúlio Vargas, que é uma Fundação séria, dando um Calendário Brasileiro tranquilo. É só cumprir, ou modificar alguma coisa. Mas ninguém

cumprir. A CBF invade os Campeonatos Estaduais. A Sul-americana invade os Campeonatos Nacionais, criando o que Aderval citou, quase uma maratona para os jogadores, quando se sabe, no mundo inteiro, que se pode usar domingo e Quarta-feira, tranquilamente, e acomodar todas as competições nacionais. Basta haver bom senso. Agora, não pode é a entidade de futebol, como a CBF, Senhores Senadores, há 5 meses que não tem um Diretor de Futebol. Ninguém sabe quem manda no futebol brasileiro. Quem decide? Quem faz calendário? É uma empresa, a Sport Promotion, é não-sei-quem. Quem tem que fazer calendário é a CBF e as Federações. Ou então vamos acabar com a CBF. Vamos criar uma Liga... Mas tem que se criar um organismo que seja um organismo forte e que possa realmente dirigir o futebol brasileiro com competência, com profissionalismo e com seriedade. Agora, não pode é: entra uma empresa de fora... entra outra... faz um calendário... imprensa um jogo... invade todas as competições e a gente fica com dificuldades terríveis para dar continuidade às nossas competições. O Campeonato Pernambucano, esse ano, por exemplo: nós já vamos com mais de 600 mil pessoas em campo. Com essas dificuldades de estádio, que Aderval citou, que existem, mesmo... XXX ... ter calma. Para poder fazer o futebol evoluir e na verdade o futebol de Pernambuco tem evoluído para melhor. Não é um Campeonato como há vinte anos atrás, com Auto-Esporte, com Íbis. Era 10 X 0; 11 X 0... O que se vê hoje é um Campeonato duríssimo, bem disputado e motivado. Exatamente pelo ingresso desses clubes e pela cota que Federação e o Governo do Estado dá para esses clubes, em torno de 20-30 mil reais, por mês, para fortalecê-los. Assim, hoje nós temos um Campeonato muito bom. A coisa mais importante é a mudança da legislação. A Federação Pernambucana sempre propôs que o mandato de Presidente de CBF, de Presidente de Federação fosse de 4 anos com um direito, o direito a apenas uma renovação. Para que não haja a perpetuação do poder. Para que não se passe dez, quinze, vinte anos; porque, no meu entendimento, quem não faz em oito, não fará mais nunca. E quem fez em oito, não tem muito mais coisa para fazer. Então eu acho oito anos um tempo ideal. E, depois, proibir a eleição de parente, também para que uma família não fique no poder eternamente, o que tem acontecido em muitas entidades no Brasil. O Tribunal. Evidentemente tem que ser em Brasília. Tem que ser um Tribunal profissional. Tem que ser um Tribunal em que cada membro represente um estado. Por exemplo: um de Pernambuco, um do Ceará, um do Rio Grande do Sul, um de

São Paulo... Não pode ser um Tribunal carioca. Tribunal para julgar as questões nacionais é um Tribunal carioca. Então, evidentemente, veste camisa, defende. É natural isso. E, na hora em que o Tribunal perde a autoridade, entra a justiça comum. Aí começa o verdadeiro tumulto. Não há coisa pior para um campeonato do que uma competição suspensa, do que um jogo adiado, do que mandado de segurança para aqui e para acolá. Isso desmoraliza a competição. Então, o que é que tem que se fazer? Um Tribunal em Brasília, um Tribunal que represente, realmente, o espírito da nação e que tenha força para evitar ao máximo questões na Justiça Comum. Porque, da maneira em que nós estamos, Senhores Senadores, o Juiz de Cabrobó pára o Campeonato Pernambucano. Pára um jogo decisivo. Dá um prejuízo terrível. Então nós temos que disciplinar um pouco melhor isso. Não tirar a Justiça Comum, claro. Mas evitar ao máximo essas questões que vão para a Justiça Comum. A CBF também acho que deve ser em Brasília. Brasília é onde estão todos os poderes do Brasil e onde a pressão será muito menor. No Rio de Janeiro eu vejo – porque vivo – uma decisão que envolva Vasco ou Flamengo, se enche aquela Rua da Alfândega de torcedor, é uma pressão terrível e é impossível qualquer pessoa de fora ganhar qualquer coisa porque não tem... Eu vou contar aos senhores um episódio. Tinha um julgamento: Sport contra o Palmeiras. Começou o julgamento no Tribunal, o Sport botou 3 X 0. O Sport ia ficar na 1ª Divisão e o Palmeiras cairia. Inexplicavelmente entrou um cidadão, parou o julgamento. Parou o julgamento. Não pode parar um julgamento! Passou uma semana... depois o Sport perdeu por 5 X 3. Como é que se pode fazer justiça desse jeito? Aí o cara vai para a Justiça Comum, porque sabe que a coisa foi manipulada. O problema da arbitragem. A Federação Pernambucana sempre sugeriu que a arbitragem fosse feita tecnicamente. Que o juiz fizesse provas. Que o juiz fizesse provas escritas, orais, no campo.. e que as promoções para aspirante de FIFA e de FIFA se dessem tecnicamente e não politicamente, como sempre foi e é até o presente momento. Então o juiz do Rio sai muito mais... Nós tivemos FIFA aqui: Rufino, temos Wilson, tivemos Sidrack, no Ceará; Sidrack de Sergipe, Tacildo Mourão do Ceará e Sherlock há muito anos atrás. Será possível que a gente, durante toda a história só tenha tido direito a 5 árbitros da FIFA, quando o Rio de Janeiro tem três, agora. São Paulo tem não sei quantos. Nós temos aqui um quadro de árbitros – pode perguntar a quem quiser – da melhor qualidade do Brasil. Não há a menor suspeita. Quem tiver, diga, aqui, que a gente está

para debater. No entanto a coisa mais difícil é escalar um árbitro nosso num Campeonato Brasileiro, para apitar em Maracanã, no Morumbi... Só o FIFA. Os outros? É uma dificuldade terrível. E o FIFA aqui não está nem apitando muito. Quem está apitando são os mais novos, juizes de 27, 28 anos apitando os clássicos, as decisões. E se saindo muito bem. Então é preciso, também, que esse problema da arbitragem seja um problema absolutamente técnico. Sem influência política nenhuma. E também, se verificar as categorias infantil e juvenil. Aí é onde está, realmente, a vida do futebol brasileiro. A Federação Pernambucana todo ano faz o Campeonato Infantil e o Juvenil. Onde participam 9 mil garotos. Onde todos são obrigados a estar matriculados em colégios. Os prêmios são bolsa escolar. O melhor goleiro ganhou uma bolsa escolar no colégio em que ele quiser estudar. O artilheiro... e etc. Isso realmente tem sido um Serviço Social muito grande, auxiliando o governo, porque tira essas crianças do vício, da malandragem, botando disciplina, higiene. Tudo isso para poder melhorar a condição de vida. E o que Salomão disse é verdade. Nós temos uma pobreza muito grande no Brasil todo. E em Pernambuco temos mais que 4 mil favelas. Mas tem muito time de favela organizado. Isso tem dado para mim, sinceramente... é a maior obra da minha administração. Eu fico muito feliz. Trouxe, inclusive, uma fita, que vou passar às mãos dos senhores. Os senhores levem e olhem, lá em Brasília. Isso é a maior obra da minha administração. É exatamente o Campeonato Infantil e Juvenil. Porque, como homem público, tenho o maior interesse no problema social.

Estou à disposição dos senhores para qualquer pergunta e espero ter dado uma modesta colaboração.

O SR. ÁLVARO DIAS – Nós agradecemos ao Presidente da Federação Pernambucana, Carlos Alberto Oliveira e informamos que exatamente esta preocupação, da formação do atleta leva a nossa CPI a convidar o Presidente da Federação Espanhola de Futebol, já que se anuncia que a FIFA deve acolher uma proposta da Espanha, agora, em julho, em reunião na Cidade de Buenos Aires, onde se procura, especialmente, atender aos clubes formadores de atletas. Preservar os clubes no que diz respeito aos seus direitos em relação a investimentos realizados na formação de atletas, quando da sua transação para outros clubes. No dia 22 na cidade de Curitiba nós teremos esta reunião com a presença do Angel, Presidente da Federação Espanhola de Futebol, que debaterá com Senadores e cronistas, dirigentes e os ex-jogadores Pelé e Sócrates esta nova proposta de

legislação que a FIFA deve acolher na Reunião de Buenos Aires, segundo se anuncia.

Nós passamos a palavra, ainda, ao Deputado Sebastião Rufino, que foi árbitro FIFA e, hoje parlamentar, vai contribuir com a sua experiência e a sua opinião nesse momento decisivo da nossa CPI. Porque nós consideramos; é importante, sim, a fiscalização, a investigação, mas, muito mais importante é olhar na frente, é pensar no futuro e elaborar uma legislação competente.

Com a palavra o nosso Deputado Sebastião Rufino.

O SR. SEBASTIÃO RUFINO – Senhor Presidente da CPI, Senador Álvaro Dias, Senhores Senadores, Senador-Relator, demais Senadores que compõem a CPI, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol, nosso amigo Carlos Alberto, Deputado André Campos, Presidente do Clube Náutico Capibaribe, Aderval Barros, Salomão, grande craque do passado, imprensa, meus senhores e minhas senhoras; Senhor Presidente, meu capítulo é arbitragem. Eu fui árbitro de futebol durante quase trinta anos e cheguei aos quadros da CBF e da FIFA e, como bem frisou aqui Presidente da Federação Pernambucana, Carlos Alberto, durante toda a história do futebol pernambucano nós tivemos apenas 5 árbitros e com tempos espaçados de um para outro, para compor o quadro internacional de árbitros de futebol. Mas eu lembraria que o problema da arbitragem, a renovação, é lenta. Mas, mesmo dentro dessa lentidão eu tenho certeza de que no Relatório desta CPI irá ter um capítulo, um item, sobre arbitragem. Porque realmente os verdadeiros comandantes dos espetáculos futebolísticos, nós, em termos de legislação e em termos de uma certa atenção mais apurada para a arbitragem, ainda é muito deficiente. E eu tenho certeza que os árbitros de futebol são os verdadeiros comandantes dos espetáculos e eu acredito que deva haver uma profissionalização, porque, havendo uma profissionalização da arbitragem eu acredito que o rendimento destes profissionais será bem maior e consequentemente tenho certeza de que também, além da profissionalização, as pontuações das suas arbitragens, o rendimento técnico deles deve realmente prevalecer para as futuras promoções aos diferentes quadros que ele objetiva. O quadro da CBF e o quadro da FIFA. E também, Senhores Senadores, acho que os árbitros de futebol devem ser julgados por tribunais especializados, por pessoas que tenham conhecimento, verdadeiramente, da legislação esportiva, das leis que regem o Football Association. Porque muitas vezes, não somente na Confederação Brasileira de Futebol, mas

também e principalmente, nas Federações dos Estados. Porque muitas vezes são advogados que não têm o conhecimento devido da legislação esportiva e fazem julgamentos precipitados e põem, muitas vezes, na via pública, determinadas decisões que levam o comandante dos espetáculos futebolísticos a chacotas e outras coisas. Porque eu acho que todo comandante, toda pessoa que tem o dever e as condições de dirigir, de comandar, deve, realmente, nas punições que são arbitradas a eles, que são dadas à arbitragem, por questões de deficiência técnica, deficiência física, por questões outras, eu acredito que devam ser punições que tenham um certo acatamento e um certo cuidado em levar aquela condição à via pública, porque o árbitro de futebol – jogadores de futebol se encontram a toda hora e todo instante, por aí, pelo mundo afora – são em menor quantidade. Eu acho que deve haver uma atenção. Não é evitar de puni-los, mas tenha um certo acatamento, uma certa punição, um determinado critério de punição aos árbitros de futebol. Porque se pune um árbitro e se leva à execração pública, daqui a quinze dias ele está sendo de novo escalado e vilipendiado, chacoteado por torcedores, etc. e tal. E eu acho, tenho certeza de que essa CPI veio em boa hora e conseqüentemente vai destinar um item e uma preocupação importante, coisa que não existe no futebol brasileiro e, conseqüentemente, entre as Federações, a não ser entre determinados dirigentes e Presidentes de Federações que têm um cuidado maior. Mas eu acho que ela deve vir como uma norma, como diretriz; também um capítulo arbitragem. E, quanto à profissionalização eu acredito que isto é uma coisa que vai ter que vir, porque o futebol brasileiro e profissional e, se são profissionais os atletas, devem ser profissionais os árbitros.

Era só essa a minha contribuição. Muito obrigado.

O SR. ÁLVARO DIAS – Agradecemos ao Deputado Sebastião Rufino e informamos que, por indicação da Associação Nacional de Árbitros, nós vamos ouvir também, nessa fase propositiva, numa próxima reunião, o árbitro Márcio Rezende de Freitas.

Registramos a presença do Deputado Augusto Coutinho e agradecemos a sua presença.

Vamos deixar a palavra livre aos Senadores e aos Deputados, se desejarem fazer uso dela, com indagações aos convidados ou opiniões a respeito do tema tratado, que é a legislação do futebol.

Eu passo a palavra, então, ao Senador Geraldo Cândido, que é do PT do Rio de Janeiro.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias, Senador Geraldo Althoff, Senador Antero Paes de Barros, Senhores Deputados e demais presentes nessa nossa Audiência, como dizia o Senador Álvaro Dias é uma grande caixa preta que precisa ser aberta. Essa CPI, durante a tomada de depoimentos acho que já acumulamos mais de uma centena de horas, ou mais, de depoimentos de vários atuais dirigentes, ex-dirigentes, empresários de futebol, enfim, todos os segmentos da sociedade que têm algum envolvimento com essa questão do futebol brasileiro... ex-técnicos... E nós estamos chegando à conclusão de que as coisas são muito piores do que nós imaginávamos no início da CPI. O que tem de questões complicadíssimas para serem apuradas, enfim, é um verdadeiro enigma que precisa ser desvendado. O fato é que muitos depoentes têm levantado a sugestão de que a CPI deve, ao final dos seus trabalhos, apresentar uma proposta de uma legislação relativa à questão do futebol brasileiro, que é isso que nós estamos fazendo hoje aqui. Nós achamos que é muito importante porque nos depoimentos nós temos percebido que muitos clubes, os seus estatutos, a forma como se relacionam as diretorias com os conselhos fiscais, conselhos deliberativos... nem sequer existe acesso desses dirigentes... são coisas muito complicadas. Além dessa relação dos empresários de futebol, tanto ao nível dos clubes, como também dos atletas, tipo o empresário que detém o passe dos jogadores... Que a nós nos parece que essa relação do passe do jogador parece uma relação em que o jogador fica preso ao passe. É uma coisa... meio escravo... quase escravo do passe. Nós temos o exemplo aí do nosso Juninho Pernambucano, que está há quatro ou cinco meses sem jogar futebol em função de seu passe estar com o Vasco da Gama e eu acho que o Vasco, o Sr. Eurico Miranda, tem usado o seu poder, enfim, com a sua equipe de advogados do Sindicato e tem obstruído e tem impedido que o Juninho consiga se livrar dessas amarras e, portanto, está aí o atleta, prejudicado. Um jogador de grandes qualidades técnicas. Acho que demonstrou isso no Vasco da Gama, inclusive ajudando a conquistar títulos importantes. Está aí o jogador sendo prejudicado. Quer dizer, mais uma vez ele consegue a liminar e o Vasco acaba suspendendo, enfim, o efeito suspensivo. O que é uma coisa muito grave. Portanto eu acho que a legislação tem que ser bastante ampla, abrangente e ouvindo justamente pessoas que têm passado, presente, enfim, na questão da relação com o futebol brasileiro. Lá no Rio de Janeiro – principalmente o Rio de Janeiro, que é um estado em que os clubes

estão numa situação muito difícil – e isso acontece no Brasil inteiro, por ação dos seus dirigentes. Por irresponsabilidade, por má administração dos clubes, às vezes por desvio de recursos, enfim... Essa questão vai ser tratada, evidentemente, no Relatório final da CPI. Mas nós já temos indícios de que houve, realmente, má versação de recursos dos clubes, com dirigentes usando indevidamente e até em benefício próprio, até para contas no exterior. Isso é uma coisa grave. Só queria levantar uma questão aqui, em relação à CBF. Porque eu não sei se o fato de transferir a CBF para Brasília vai resolver a situação. Porque o problema não é do local físico onde ela se encontra. O problema são as pessoas. Eu acho que o que tem que mudar são as pessoas, a concepção, a mentalidade dos seus dirigentes. Porque, senão, se for mudar de lugar é que nem a história do cidadão que trocou o sofá da sala porque a mulher traiu o cara no sofá. – Ele disse, então: vou ter que mudar o sofá de lugar para ela não me trair mais. É uma situação muito parecida essa... Acho que o problema são as pessoas que dirigem a CBF. Acho que têm que ser mudadas, acho que temos que fazer, digamos assim, passar a limpo o futebol brasileiro. Assim como nós queremos passar o Brasil a limpo, em todos os seus aspectos, gerais, também o futebol precisa estar nesse bojo aí, para que nós possamos passar a limpo de um modo geral. Acho que o radialista, o Aderval, levantou uns pontos importantíssimos. Em relação à condição do estádio de futebol. A falta de respeito com o torcedor, com o profissional de imprensa. Ele tem razão nesse aspecto. Porque o torcedor é aquele que garante o clube, garante a arrecadação para o clube, que vai lá com a sua paixão, que briga, que muitas vezes até exagera na sua ação de torcedor, agride o outro, enfim, pela sua paixão exagerada. Mas o profissional de imprensa é também aquele que noticia, que está ali para testemunhar os acontecimentos; é ele quem divulga a questão. Então eu acho que ele também tem que ser bem tratado pelos clubes, dentro dos estádios de futebol. A questão do gramado. As condições para o atleta desempenhar as suas funções como jogador são fundamentais. Somando-se tudo isso aí, numa legislação diferente, que vise principalmente ver a questão da arbitragem, a questão dos clubes, a questão dos passes dos jogadores. Podemos dar uma grande contribuição. É claro que a CPI está ouvindo os vários segmentos para podermos fazer um relatório conclusivo e apresentar uma proposta ao Congresso Nacional, para dar a nossa contribuição, porque faz parte do nosso trabalho, enquanto legisladores e, conseqüentemente, recebendo a contribui-

ção daqueles que podem efetivamente dar uma grande ajuda para nós.

Então é isso que eu queria falar. São essas as minhas considerações que eu queria falar e agradecer a todos aqui. Acho que é importante a participação aqui, os depoimentos do Presidente da Federação, do radialista e todos os que estiveram aqui, do médico, que já foi inclusive jogador de futebol, que conhece, tem experiência nesse aspecto. É portanto uma contribuição muito valiosa para nós da CPI.

Muito obrigado pela atenção de vocês.

O SR. ÁLVARO DIAS – Agradecemos ao Senador Geraldo Cândido, que tem sido uma presença assídua aos trabalhos da nossa CPI. Quero agradecer também a presença do ex-Senador Wilson Campos, que nos honra aqui, com a sua presença. Mas o Náutico parece que está em maioria aqui, hoje.

Passo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros. Ele foi cronista esportivo, também e hoje é um Senador que tem contribuído de forma muito importante com a CPI.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias; Relator, Geraldo Althoff; meu colega de CPI, Geraldo Cândido; Deputado Augusto Coutinho; ex-Senador Wilson Campos; Deputado André Campos – Wilson é pai, André é irmão, com certeza de um dos bons Senadores da República, que é o Senador Carlos Wilson, que desempenha um trabalho extraordinário no Senado e gostaria também de cumprimentar e agradecer as participações do Aderval, do Carlos Alberto, do Salomão e do Sebastião Rufino. Eu gostaria de fazer aqui alguns comentários a respeito de tudo que foi dito e mostrando algumas dificuldades e solicitando, talvez, se vocês tiverem algumas soluções, até uma intervenção posterior para essas soluções. A questão do calendário, levantada aqui pelo Aderval eu considero que é o coração e o pulmão da reorganização do futebol brasileiro. Agora, a questão do calendário depender da Confederação Brasileira de Futebol eu concordo em parte com isso. Mas ela depende, também, da não subserviência das Federações. Autonomia não se pede. Autonomia se exercita. E as Federações, infelizmente – jabuti não sobe no pau – elas são as responsáveis pela eleição do Presidente da CBF e elas infelizmente são as responsáveis pela eleição do Presidente da CBF e as que representam os estados que não estão dentro do Clube dos 13 são a maioria dos estados do Brasil, mas nem assim conseguem se organizar para estabelecer uma política nacional para o futebol brasileiro...

O SR. ÁLVARO DIAS – Um aparte, me desculpe interrompê-lo. A questão do calendário nós não podemos, evidentemente, propor um calendário. Mas nós podemos influir estabelecendo na legislação o número de jogos em que o atleta pode atuar no ano. Hoje o atleta atua em 98 jogos, partidas... Nós temos que estabelecer o número e isso, evidentemente, vai determinar a elaboração de um calendário compatível.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Certo. Mas eu gostaria aqui de colocar o seguinte: essa questão de excesso de jogos é em parte pela desorganização do futebol e em parte por conta de um novo ingrediente que foi colocado na recente organização do futebol brasileiro. Eu me lembro – e como militante da imprensa do interior brasileiro, lá do estado do Mato Grosso, eu me lembro que em 1977 foi a primeira transmissão direta de um jogo de futebol, da final de um Campeonato Nacional. São Paulo e Atlético Mineiro, onde o São Paulo foi campeão, lá em Belo Horizonte, com... um jogo até em que o Chicão quebrou a perna de alguém lá em Belo Horizonte. Foi a primeira vez que a televisão transmitiu o futebol direto para o Brasil. Antes eram só jogos da Seleção Brasileira. Daí para cá esse excesso de calendário passou a ser uma exigência, às vezes, da grade de programação. Essa não é uma exigência do futebol. Com deficiências urbanas de transporte coletivo, com deficiência da questão das agendas, o futebol acabou assimilando a troca da arquibancada pela poltrona. O futebol aceitou essa troca financeira, da presença do torcedor no estádio pela presença do torcedor na frente da televisão. Não é assim na Europa. Na Europa tem uma legislação onde há uma limitação ao número de jogos para transmissão, onde há uma limitação do que é que se passa nos domingos. Antigamente eu me lembro, menino, acompanhando as aberturas das jornadas esportivas da antiga rádio globo. Estava lá: domingo é dia de futebol. Hoje, não. Tem que mudar essa abertura. Domingo é dia, segunda é dia, terça é dia, quarta é dia... todo dia é dia de futebol. Mudou. Quando nosso futebol era verdadeiramente o grande futebol tri-campeão do mundo o grande slogan da imprensa esportiva era: domingo é dia de futebol. Hoje não. Hoje todo dia é dia de futebol. Resolve isso... XXX ... de limitar o número de competições que as equipes poderiam participar. Limitando que nenhuma equipe pode participar mais do que em duas competições simultaneamente. Porque, ao não impedir isso nós poderemos estar permitindo que a equipe deseje participar, diante desses atrativos – e ao desejar participar de mais de duas ela está eliminando a participa-

ção de outras e desejando participar de mais de duas ela pode estar inviabilizando totalmente o calendário. Então são duas questões que eu entendo que nós devemos trabalhar nessa questão da não coincidência de competições de nível nacional. E outra situação: não é bom para o futebol do Brasil assistir esse fiasco da Copa das Confederações. Entendo que a Seleção Brasileira tem que ser vista porque, se de um lado tem que existir compreensão com a situação dos clubes, do outro lado, até por compreender a situação dos clubes, nós temos que entender que se a Seleção Brasileira for mal, se nós formos um desastre, se não nos classificarmos para a Copa do Mundo, esse é um efeito dominó no futebol brasileiro. Prejudica todo o futebol brasileiro. Portanto não tem essa. Na hora em que entra o interesse da Seleção Brasileira de futebol, de se colocar como prioridade o interesse dos clubes. Mas isso está assim porque – perdão da palavra – está uma bagunça total no calendário do futebol brasileiro. A questão do árbitro profissional eu vejo com dificuldades. Árbitro profissional. Eu vejo, sinceramente, com dificuldades. Teríamos que criar uma entidade? O futebol bancaria isso? Talvez. Fazer com árbitro o que a legislação faz com o professor. Permitir ao árbitro o duplo emprego, como faz com professor, como faz com médico. Acho que talvez isso fosse uma forma intermediária. Porque, árbitro profissional, como é que sem mantém isso? Seria mais um custo para os clubes. É uma idéia polêmica mas é uma idéia que tem que ser melhor trabalhada, até para ver como é que onera ou não o futebol. Tribunal de Justiça Desportiva, Tribunal Superior de Justiça Desportiva, membros independentes, com mandato. Eu gosto da idéia e proporia, inclusive, ao Relator, que se pensasse nessa idéia. Não com a criação de um Tribunal de Justiça, com elaboração de Concursos Públicos. Mas, para funcionar nos moldes em que funciona a Justiça Eleitoral. Membros tirados do próprio Poder Judiciário, que já desempenham essa função no Poder Judiciário e que poderiam atuar nos moldes em que funciona a Justiça Eleitoral. São os próprios integrantes do Poder Judiciário. Podendo aí ter, também como funciona a Justiça Eleitoral, ter lá o quinto indicado pela OAB, indicado pela Justiça Federal etc. e tal. Cada estado teria o seu e, em nível superior, funcionaria também nos moldes da Justiça Eleitoral. E aí sim. Na hora em que isso passar para a Justiça, já não é não recorrer mais à Justiça. Porque aí já seria uma atribuição da própria justiça, julgar. Dos próprios membros integrantes do Poder Judiciário. Quero cumprimentar tanto o Presidente da Federação quanto o radialista Aderval pela proposta, que já era inten-

ção desta CPI, da questão da responsabilidade fiscal no futebol. Acho que nós tínhamos que, na legislação, criar, concretamente: o clube que gastar mais que o previsto no seu orçamento do que o efetivamente arrecadado haverá responsabilidade civil dos seus dirigentes. Senão fica fácil. Você quer ganhar um título, contrata um jogador acima das possibilidades do clube, ganha o título e depois deixa com que o futebol seja aquela brincadeirinha de criança. Não sei se aqui no Pernambuco tinha essa tradição. No meu estado tinha. Quando criança a gente brincava para fazer bolha de sabão. Pega uma varetinha e tal, assopra, bolha de sabão. Quando explode não deixa vestígio. Essa é uma situação a que nós já chegamos lá no Mato Grosso. Nós que já fomos a 3ª média de público do Brasil. Nós que já tivemos média de público de 35 mil pessoas nos estádios de futebol em Mato Grosso, hoje não temos mais média de público de 150, graças aos nossos extraordinários dirigentes. Quero dizer aqui, ao Salomão, que as preocupações colocadas por ele são preocupações justas. Eu acho que nós estamos vivendo os últimos instantes da escravidão no Brasil. Um dos que tentam manter essa escravidão é o senhor Eurico Miranda. A lei do passe é algo que é anacrônica. A lei do passe é injusta. A lei do passe transforma o homem em propriedade do próprio homem. Antigamente não tinha isso. Você tinha o atleta com o atestado liberatório preso aos clubes. Hoje você tem o atleta do Juan Figa, hoje você tem o atleta de outros empresários. Hoje você tem o atleta que é propriedade do próprio homem. Na hora em que o homem vira propriedade do próprio homem há uma involução inaceitável nas relações humanas no Brasil. Essa situação do Juninho é uma situação inaceitável. Eu não posso aceitar que o Juiz de Direito, porque é torcedor do Vasco, porque é amigo do Eurico, dê uma sentença como essa. Porque não é aceitável que se faça isso com ninguém. Até porque não própria legislação esportiva já deveria haver mais rigor com o Vasco da Gama. E aí é essa política da influência, lá na CBF. Porque, na própria legislação, quem milita no esporte sabe que três meses de salários atrasados dá o Atestado Liberatório independentemente da Justiça Comum. E a situação do Vasco é uma situação de liberação de todos os atletas, dada a irresponsabilidade com que é administrado o time lá de São Januário, infelizmente, porque é um dos grandes patrimônios do futebol brasileiro, sem dúvida, o Clube de Regatas Vasco da Gama, time ao qual o Salomão teve a oportunidade de pertencer e representar. Transferência da CBF para Brasília. Eu não considero esta uma questão essencial, até porque a CBF

tem um patrimônio no Rio de Janeiro. É uma questão de difícil imposição por parte da CPI. A questão do Clube dos 13, se é possível desmontar isso. Eu dizia até, ao Presidente da Federação Pernambucana, que uma das situações necessárias é as Federações, os clubes, se organizarem e fugirem dessa mentira que é a Copa do Brasil. Quem busca o calendário não pode aceitar a Copa do Brasil como ela é disputada. Eu não vou pegar um exemplo aqui do futebol pernambucano, que está em ascensão e é um futebol que pode ser colocado, hoje, no futebol de primeira linha do país. Mas se você pega aqui o Vasco da Gama e pega o Misto ou o Operário, lá de Mato Grosso - que já foi, já teve a oportunidade de ser vice-campeão nacional - você pega o Vasco e o Operário, na situação de hoje, e põe na Copa do Brasil: qual a possibilidade de o Operário montar um time para enfrentar o Vasco? O prazo mínimo de contrato que você pode fazer com um atleta é de 3 meses. Aí você faz dois jogos. Faz um aqui e outro lá. Não classificou. Assinou um contrato de 3 meses, fica com a responsabilidade de 3 meses, gera uma série de problemas sociais e não tem calendário. A Copa do Brasil, como é disputada, é um absurdo. Ela tem que ter um afunilamento. Mas até para que se estabeleça que essa história de que futebol não tem lógica é uma mentira! Ao longo da competição o futebol tem lógica! Até para que se estabeleça a lógica do futebol tem que por 5 ou 6 clubes lá do Centro-Oeste. Aí você faz uma competição no Centro-Oeste para classificar que seja um ou dois, mas que eles joguem entre si. 5 ou 6 clubes vai dar 10 jogos. Vai dar a possibilidade do clube fazer um planejamento para fazer as contratações que ele acredita poder arcar com elas para poder disputar a competição. Do jeito que está a Copa do Brasil é inaceitável participar dele. Tem que haver uma reação dos clubes. Isso só é bom para a CBF. Para os clubes é uma tragédia. Quer preencher o horário de televisão? Preencha. Faça regionalizado, isso. E estabeleça... é preciso desestabelecer esse critério do convite. O critério tem que ser técnico. Para valorizar as competições regionais. Não dá para fazer competição dessa forma. Eu gostaria de pedir ao Presidente Carlos Alberto Oliveira - já pedi ao Deputado André - para que encaminhe à CPI essa questão do Futebol Solidário. O funcionamento de tudo isso. Só para nosso conhecimento. E, se possível, implementar no Mato Grosso.

Quero dizer o seguinte: que uma das questões que nós devíamos propor nesse Relatório, Senador Álvaro Dias e Senador Geraldo Althoff, é que, ao mesmo tempo - e eu constatei isso aqui, numa conversa

com o Presidente da Federação, que dizia da preocupação dele com relação às decisões tomadas pelo Sport; porque o Náutico faz o trabalho de base; o Santa Cruz está fazendo trabalho de base, tem quatro times para participar do infantil e do juvenil e o Sport não está fazendo o trabalho de base – há uma incongruência em termos uma lei no Brasil, que é a Lei Rouarnet, que é uma lei de apoio à cultura, e não reconhecemos, não fazemos a reverência ao futebol, como um dos mais fortes traços culturais do nosso povo. Essa lei precisa também contemplar a atividade esportiva. Ainda que façamos algumas exigências. Por exemplo: os clubes, ainda que profissionais, podem ter acesso à Lei Cultural. Podem. Desde que mantenham divisões inferiores em três esportes olímpicos. É uma necessidade isso. Até para contrapor a esses argumentos de alguns clubes. Porque os clubes inteligentes não vão usar esse argumento de que “com a lei do passe eu acabo com as divisões inferiores”. É uma besteira acabar com a divisão inferior. Até porque o atleta que vai se revelar é um atleta que, o clube, ao perceber que ele pode ser a grande estrela do time juvenil, faz um contrato mais alongado, com autorização do pai, se for menor. Mas entendo que a colocação do futebol com a possibilidade do incentivo cultural, num estado com Pernambuco, eu tenho certeza absoluta que seria um grande sucesso. Porque as empresas, se pudessem patrocinar esses times e ainda assim terem o benefício da renúncia fiscal por parte do estado, isso seria fantástico. Lá em Mato Grosso nós temos até uma Lei de Incentivo à Cultura que lá não contempla a questão do futebol. Entendemos que deveria contempla o futebol, evidente que com essas exigências, para não se falar que se está patrocinando, exclusivamente, o futebol profissional. Patrocina o clube. Esses clubes fazem, sim, um trabalho social. É importante esse trabalho com o infantil e o juvenil e é importante, sim, que o Brasil se preocupe não apenas com o futebol mas também com os esportes olímpicos. Então eu considero, Senhor Presidente, que as sugestões do Sebastião Rufino, do Salomão Couto, do Carlos Alberto e do Aderval são sugestões importantes, que enriquecem a CPI e com certeza nós inauguramos, aqui em Pernambuco, aquilo que é e que representa a melhor fase da CPI. Porque o que vai dar alegria é se o futebol brasileiro conseguir se reorganizar. Do jeito que está, estamos matando a galinha dos ovos de ouro.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (CASTRO) – Senador, só uma observação ao que o Senador Antero Paes de Barros abordou na sua intervenção, que também foi motivo de preocupação do Presidente Carlos

Alberto, que foi em relação à questão do calendário. Ele dizia que a CBF abre mão da sua prerrogativa de fazer o calendário e quem fez foi a tal de Sport Promotion. Aí nós perguntamos para o Ricardo Teixeira, lá na CPI, porque a CBF abria mão da sua prerrogativa e passava, então, o calendário nacional a ser feito por essa empresa. Ele não soube responder. O que é um absurdo. Quer dizer, um Campeonato Brasileiro. Se fossem campeonatos regionais. São várias atividades esportivas importantes que a CBF não organiza e deixa até essa empresa fazer essa organização. Isso demonstra como é que a CBF está sendo governada. Portanto é preciso mudar essas coisas aqui. O calendário esportivo é fundamental. A CBF tem essa atribuição. Ela tem que fazer e não passar para uma empresa de promoção.

O SR. ÁLVARO DIAS – Muito obrigado ao Senador.

XXX Eu tenho um adendo a essa colocação do Senador Geraldo. Essas empresas que promovem hoje o futebol brasileiro, a Sport Promotion, Top Sport, que promoveu a Copa do Nordeste, Traffic; é importante que se faça uma devassa disso porque existem denúncias sérias. Por exemplo: essa empresa que promoveu a Copa do Nordeste, o Presidente do Conselho dela é o Presidente do Vitória, o Sr. Paulo Carneiro, o que, no mínimo é uma falta de ética. Se fosse comigo talvez chamassem de uma outra coisa. A Agência de Viagens que fornece as passagens aéreas normalmente é ligada a um membro da diretoria, ou de um clube. A companhia de seguros normalmente também é ligada a alguém envolvido. Me parece que, no caso da Copa João Havelange a seguradora – ou foi na Copa do Nordeste – e aí eu não estou discutindo a legalidade ou a ilegalidade, estou vendo a questão ética – me parece que é a seguradora do hoje Presidente do Sport, o Deputado Federal Luciano Bivar. Então, ora, é uma reunião de amigos e todo mundo faz uma divisão do bolo para ficar com todo mundo aqui. Então essa é uma questão que eu queria levantar e, com o decorrer dos debates me ocorreu uma outra colocação que eu acho pertinente. Quanto ao colégio eleitoral que o Senador Paes levantou, de que o calendário não é responsabilidade só da CBF, é das Federações também. Eu acho que esse é um outro dado que nós temos que ver. O colégio eleitoral, tanto da CBF quanto das Federações. O colégio eleitoral da CBF hoje é formado pelas federações e pelos clubes da 1ª Divisão e é por isso que existe o monopólio. Porque? Onde estão concentrados os grandes votos? No Rio, em São Paulo e aí juntam 4 estados ali e nós já temos a metade mais um e já está eleito o

Presidente. Então acho que essa é uma questão que tem que ser revista. A mesma coisa serve para a Federação estadual. Porque o colégio eleitoral é composto dos clubes da primeira divisão, das ligas do interior e dos times das 2ª e 3ª divisão. Então essa é uma questão que tem que ser revista, porque aí prevalece o poder econômico. Ora, eu tenho um clube de 3ª divisão e se o Presidente me der um padrão de camisa, quem sabe se eu não vou votar nele? Ok? Então essa é uma outra coisa que eu queria colocar para vocês.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu já fiz em reuniões anteriores da CPI uma proposta também de se definir o seguinte, porque, até que seja assim eu não considero muito grave. O que eu considero gravíssimo é o que ocorre em Minas, onde 15 dias antes da eleição muda-se o Estatuto, publica-se o edital na página de economia, são não sei quantos municípios e, a partir daí, o cidadão vai ter que correr atrás para apresentar uma chapa de oposição. Então eu já apresentei a proposta, entendo que há boa possibilidade da proposta ser aceita pelos membros da CPI, é que nós tenhamos data da eleição definida, da mesma forma que eleição, antigamente, era 15 de Novembro, nós deveríamos ter uma data de eleição de Federação definida e prazo para publicação de edital. De quem vota, pelo menos, 6 meses antes. Porque lá em Mato Grosso podem se unir todos os empresários, unir toda a população e perde a eleição para o atual Presidente, que acabou de ser reeleito na semana passada. Está desde 72 lá. Porque ele publica o edital às 16 horas e a eleição é às 17 horas.

O SR. ADERVAL DE BARROS – O senhor me lembrou agora uma questão levantada pelo Salomão, que é muito grave, Salomão. Só para que os senhores tenham conhecimento: o Sindicato dos Atletas “Profissionais” de Pernambuco é uma excrescência. Aquele povo tinha que ser preso se houvesse justiça neste país. Eu entrevistei o cidadão que é Presidente – e Presidente perpétuo, acho que ele preside há mais de 12 anos – e, acintosamente, ele disse na rádio: olha, pode votar em Ricardo Rocha, Zé do Carmo, quem quiser, para disputar comigo, que eu dou 700 votos de usura! Ele usou esse termo. Que mágica é essa? O que é que ele faz? Pergunta quais jogadores profissionais são associados. Nenhum. Ele faz assistencialismo com ex-atleta, com atleta de clube pequeno, que fica desempregado, ele dá cesta básica. E sabe quanto é que esse rapaz ganha por mês? Ele, que é Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais, porque ele jogou no juvenil do Sport há vinte anos atrás. Então ele ganha, hoje – ele disse isso na

Rádio CBN, como o Diário de Pernambuco fez uma matéria muito boa sobre isso também – em torno de 3 a 4 mil reais e também é Secretário Executivo da Federação dos Atletas Profissionais do Brasil e, por conta dessa atividade, que por sinal exige demais dele, ele viaja bastante, por conta da Federação, ele ganha em torno de 6 a 7 mil reais. Então esse elemento ganha mais de 10 mil reais e é Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de Pernambuco. É uma coisa absurda. Então essa é uma coisa que também tem que ser revista. A última eleição ele convocou para o dia 31 de Dezembro.

O SR. ÁLVARO DIAS – Antero Paes de Barros diz que publicam na página de economia mas certamente vão publicar na página policial, logo, logo.

O SR. GERALDO CASTRO – Eu acho que essa questão que o Salomão levantou é importante para a CPI ficar atenta a isso. Ele usou o termo correto, que é o termo pelego. Esses caras são pelegos profissionais. Assim como tem em outras categorias profissionais, também tem no futebol. Eu que fui muito tempo sindicalista conheço esse negócio do peleguismo porque fui por muito tempo Presidente de Sindicato da CUT. Então conheço essa história da pelegada no Brasil. É só para ganhar dinheiro e enganar o trabalhador. É isso.

O SR. SALOMÃO COUTO – Eu acredito que no Brasil não exista um Sindicato que seja realmente comandado por um ex-atleta, um cara digno, que seja correto, que tenha uma direção. São mais ou menos desse tipo que o Senador falou. De pelegos. Pelo que eu conheço, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará, são todos mais ou menos nesse estilo. E a gente fica de mãos atadas. Quer dizer: você só pode ter um sindicato... Não pode haver a pluralidade sindical – não é isso? Outra coisa que eu ia falar, que falei com o Aderval é o empresário do jogador. Hoje nós trabalhamos com as divisões de base. Chega menino de 15 anos, de Maranguape, aqui, e diz: não, o senhor não vai falar comigo, o senhor vai falar com o meu empresário. Com 15 anos! Com 13 anos! Quer dizer, eles vão por trás, pegam a assinatura dos pais... Eu não sei como sair desse imbróglio. Não sei como se pode sair desse processo. Como, juridicamente, se pode sair desse processo. Mas é uma aberração. Eu estive no São Paulo há dois anos atrás. Nas divisões de base, ele os proíbe de entrar. Daqui há pouco, dentro do próprio São Paulo, entram, pulam por cima do muro, compram porteiro. É uma tragédia do futebol nacional. E vai continuar. A lei do passe vai continuar do mesmo jeito. Apenas se transferiu dos times para os empresários.

O SR. ÁLVARO DIAS – Com a palavra o Deputado André Campos, Presidente do Náutico.

O SR. ANDRÉ CAMPOS – Senhor Presidente, Álvaro Dias, Senhores Senadores, Deputado Sebastião Rufino, meus senhores e minhas senhoras, primeiro, Senador Álvaro Dias, eu gostaria de dar um depoimento. Eu não tenho nenhum relacionamento hoje com a Federação Pernambucana de Futebol, com o Presidente da Federação Pernambucana de Futebol. Mas, por uma questão de justiça eu gostaria de dizer que em nenhum momento, no futebol de Pernambuco, na gestão de Carlos Alberto de Oliveira, nós não tivemos nenhum tipo de escândalo, nenhum tipo de denúncia envolvendo a Federação Pernambucana de Futebol – até porque hoje eu tenho uma posição privilegiada, já que não tenho relação com a Federação Pernambucana de Futebol. Esse ano Pernambuco, sem dúvida alguma, organiza talvez o melhor Campeonato Estadual do Brasil. Nós chegamos ao final do 1º Turno com os três grandes clubes com chance de ganhar o turno e sem nenhum tipo de dificuldade. Uma outra questão que foi tocada e que eu gostaria de expressar a minha opinião – e acho que a opinião do Clube Náutico Capibaribe – é que se faz – apesar do Senador Antero não considerar isso fundamental – mas nós achamos que é fundamental a transferência da CBF para Brasília. Para tirar a influência dos caixa-d'água da vida no Rio de Janeiro. E nós temos exemplo de alguns episódios que ocorreram no Rio de Janeiro, na CBF, e por conta de influência de “seu caixa-d'água”, até ex-dirigentes da Federação Pernambucana foram agredidos na porta da CBF e o Presidente Carlos Alberto Oliveira sabe disso. O ex-Presidente da Federação e ex-Presidente do Náutico, Fred Oliveira. Então era fundamental a transferência da CBF, para tirar a influência de uma Federação ou de algumas Federações localizadas ali perto e a fiscalização, com a CBF em Brasília seria muito maior. A questão do calendário, também. Era fundamental que a CBF estabelecesse um calendário onde dissesse: tal competição vai ser disputada de tal a tal mês. Então a Federação Pernambucana de Futebol vai poder organizar o Campeonato Pernambucano nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. Nos meses de abril, maio e junho vai ter o Campeonato Brasileiro. Em tal mês vai ter Copa do Brasil. Os três clubes de Pernambuco disputaram, agora, no primeiro semestre, simultaneamente, três competições. O Náutico chegou ao ponto em que teve que optar pela Copa do Nordeste, já que vinha bem, e pelo Pernambucano. E disputou o primeiro jogo da Copa do Brasil com um time misto porque não tinha condições de disputar as

três competições. Outra questão que é fundamental, Senador Álvaro, é se discutir, voltar a se discutir a questão da Lei do Passe. Isso, que se tirou os atletas da escravidão no futebol brasileiro não é verdade. Você tirou a questão do passe dos clubes de futebol. Mas, hoje, todo jogador de futebol e todo garoto de 14-15 anos, que surge, por exemplo, nas divisões de base do Náutico, tem um procurador, um empresário. Então não acabou coisa nenhuma de escravidão no futebol brasileiro. Continua. Saiu a escravidão dos clubes para a escravidão, como o Senador Antero colocou, da pessoa física. São os grandes empresários que têm contratos, aí, com esses jogadores. Então, você tirou o poder dos clubes, na questão do passe, e jogou na mão, vamos dizer, de empresas privadas, lideradas por esses empresários. E não surge nenhum garoto, na faixa de 14-15-16 anos que tenha habilidade para jogar futebol que não vá procurar um clube... XXX ...

O SR. CARLOS ALBERTO OLIVEIRA – Eu vi o contrato. Fiquei horrorizado. Um menino. O pai e a mãe assinaram o contrato e esse menino, se rompesse com o procurador, a qualquer momento da sua carreira, pagaria uma multa de 2 milhões de dólares. Eu vi esse contrato.

O SR. ÁLVARO DIAS – É essa legislação que vai ser discutida agora, em Buenos Aires e, como eu disse anteriormente, o que se anuncia é uma proposta da Espanha e por isso nós convidamos o Presidente da Federação Espanhola para esse debate, dia 22, aqui no Brasil.

O SR. ANDRÉ CAMPOS – Uma outra questão que foi levantada pelo Senador Antero é a questão da Lei de Incentivo ao Esporte, já que nós temos a lei de incentivo à cultura. Eu apresentei aqui na Assembléia Legislativa uma lei de incentivo ao esporte que funcionaria como a Lei de Incentivo à Cultura, que nós temos aqui em Pernambuco, para incentivar os clubes ou as entidades que praticassem esportes olímpicos. Esse projeto foi julgado inconstitucional pela Comissão de Legislação e Justiça aqui da Assembléia, já que envolvia matéria financeira. Então encaminhei o Projeto ao Governador mas eu acho que se esse país quer ganhar alguma coisa tem que dar ao esporte o mesmo tratamento que dá à cultura. Ou se incentiva os clubes para formação de novos atletas em diversas áreas ou nós vamos passar por muita dificuldade, durante muito tempo, nesse país.

O SR. ÁLVARO DIAS – É, André, a própria Constituição estabelece que o futebol é parte do patrimônio cultural do povo brasileiro. E o Senador Althoff me lembrou, há pouco, que o Ministério da

Educação está estudando o Projeto, justamente para atender a essa proposta anterior do Senador Antero Paes de Barros e, agora, também, do André. E nós podemos, sim, nessa legislação, a CPI, pode, apresentar sua proposta independentemente do que o Ministério da Educação esteja estudando, nós podemos também apresentar uma proposta. E, aliás, queremos dizer aqui que o Senador Althoff e eu conversamos com o Ministro dos Esportes, nos entendendo para que a Proposta da CPI seja analisada pelo Governo e, se possível, seja assumida pelo Governo, na forma de Medida Provisória, para vigorar imediatamente. Esta é uma possibilidade e certamente isto ocorrerá. Se nós nos entendermos com relação a uma legislação, provavelmente o Ministro dos Esportes vai acolher e o Presidente vai subscrever, como Medida Provisória, para vigorar imediatamente, porque se nós formos debater no Senado todas essas questões, com todos os detalhes, a complexidade e a paixão que é o futebol, nós vamos levar um século.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se me permite, Senhor Presidente, também fazer uma referência nesse sentido. Se nós deixarmos as propostas desta CPI entrar na vala comum do Congresso Nacional, com certeza nós estamos fadados ao insucesso. Então esse encaminhamento da Medida Provisória é fundamental e essencial para que, a partir do momento em que exista o consenso, tudo isso passe a ter a eficácia de lei.

O SR. ÁLVARO DIAS – André quer concluir?

O SR. ANDRÉ CAMPOS – Só para encerrar, Senhor Presidente. Uma outra questão que angustia todos os clubes do futebol brasileiro é a questão da Justiça do Trabalho. Não sei se o futebol poderia ter uma legislação própria no que se refere à questão de relação trabalhista. É uma relação complicada. Mas esse é um problema que todos os clubes brasileiros enfrentam. Muitas vezes por irresponsabilidade dos seus dirigentes, mas, muitas vezes, pelo tipo de atuação da Justiça do Trabalho, que nós conhecemos no país inteiro. Só para dar um exemplo: o Clube Náutico Capibaribe tem 140 ações trabalhistas. E temos constantes bloqueios das nossas arrecadações, inclusive os recursos do Futebol Solidário, da Federação Pernambucana, está bloqueado por conta de umas ações trabalhistas. Nós chegamos a propor, na Justiça do Trabalho, que fosse descontado de toda receita do Clube Náutico Capibaribe 30% para esses acordos trabalhistas e a Justiça do Trabalho não aceitou esse acordo. Para dar um exemplo mais gritante: o Santa Cruz, há dois meses atrás, fez um acordo com um ex-atleta, um ex-funcionário do Clube. Chegou a

fazer o acordo. Foi homologar na Justiça do Trabalho. A Juíza disse que não aceitava porque o trabalhador estava sendo prejudicado. O Santa Cruz com bloqueio de renda no jogo seguinte fez o acordo e a Justiça do Trabalho não aceitou o acordo feito entre as partes. Então isso é uma coisa que traz um tremendo prejuízo para todos os clubes do futebol brasileiro. Eu sei que é uma coisa complicada, uma coisa específica da legislação do Trabalho, mas é uma coisa que, pelo menos a título de informação a CPI deveria procurar que constasse no Relatório.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ÁLVARO DIAS – Nós é que agradecemos a participação do Deputado.

Estamos já chegando à fase final desta reunião. Antes do encerramento vamos passar a palavra ao Senador Geraldo Althoff, que fará um balanço conclusivo desta reunião.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Em primeiro lugar referir a importância e o valor que estamos dando, como Relator da CPI, exatamente pelo fato de termos iniciado essas Audiências Públicas aqui pela cidade de Recife, fora do eixo Rio – São Paulo. Ela foi fundamental. Foi essencial que nós saíssemos do nosso eixo de influência e viéssemos aqui conversar com os senhores para que nós tivéssemos a oportunidade de refletirmos, também, os sentimentos daqueles que estão fora do eixo de decisão do futebol brasileiro. Eu sou oriundo de um estado pequeno também, de Santa Catarina, que não tem muita tradição no futebol brasileiro, muito menos que alguns estados do Nordeste. Mas, de qualquer maneira fica bem claro que valeu à pena nós termos iniciado a nossa caminhada, nessa fase propositiva, aqui com os senhores de Recife – por extensão, de todo o Nordeste. Cabe a mim levar aquilo que foi colocado como proposta por todos os senhores que participaram desta Audiência Pública. Eu vou tentar de maneira rápida e muito resumida levar, dos depoimentos dos senhores, os sentimentos externados.

Primeiro: a discriminação que sofrem os clubes de outras regiões do país. Não apenas em termos financeiros, como também em termos de calendário.

Segundo: a necessidade de que esse calendário seja feito sem interferência de empresas privadas e com a participação dos clubes, não apenas do Clube dos 13.

Terceiro: com vistas à valorização do profissional do futebol nacional como um todo, foi sugerida a transferência da CBF e do Superior Tribunal de Justiça Desportiva para Brasília.

Quarto: que o STJD tenha uma composição heterogênea e representativa das diversas regiões.

Quinto: com relação à gestão dos clubes fica evidente a necessidade de profissionalização das atividades e principalmente a responsabilização dos dirigentes por atos praticados na administração das entidades.

Sexto: fica exteriorizada a preocupação com a relação atleta-dirigente. Não há uma relação adequada, como também não há uma formação adequada do atleta.

Não há uma representação adequada dos atletas nos órgãos de classe. Assim, propõe-se a criação de mecanismos que possibilitem a valorização dos atletas e, logicamente, dos seus interesses.

Foi colocada uma proposta que se limite em quatro anos, com possibilidade de uma reeleição os mandatos dos dirigentes da Confederação e das Federações.

E, por fim, ficou bastante claro, também, a sugestão e a proposta da profissionalização da arbitragem no Brasil e que a CPI inclusive inclua um capítulo sobre a problemática do setor no seu Relatório Final, proposto pelo eminente Deputado Sebastião Rufino.

Então, Senhor Presidente, eram estes os posicionamentos que nós tiramos deste momento e logicamente passam a ter um real valor para que, junto com aquilo que o Senador Antero Paes de Barros sempre tem colocado conosco e, para que nós possamos inserir dentro do nosso Relatório Final, o Senador Geraldo Cândido, o Senador Álvaro Dias, enfim, todos aqueles que participam da CPI. Fiquem certos de que estamos imbuídos do espírito de fazermos o melhor. Valeu à pena, por consequência, passar esta manhã com os senhores, porque colocações e reflexões de bom senso foram colocadas em benefício do futebol brasileiro.

O SR. ÁLVARO DIAS – Ainda antes do encerramento passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Oliveira, Presidente da Federação.

O SR. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA – Quero agradecer, realmente, penhorado, a presença dos senhores e quero dizer que a Federação Pernambucana concorda plenamente com o modelo apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros para o Tribunal Superior de Justiça Desportiva, acho perfeito e quero dar uma explicação sobre o Futebol Solidário, que ele me pediu.

O Futebol Solidário... olhe, nós chegamos aqui no ano de 1997. O campeonato pernambucano teve, de público geral, 230 mil pessoas. Eu disse: fracassei,

como Presidente da Federação. Nada mais tenho a fazer. Foi uma coisa terrível o faturamento do Náutico foi de 73 mil reais durante todo o campeonato. Santa Cruz, cento e poucos mil reais. Sport, duzentos e poucos mil reais. Então bolamos uma fórmula e fizemos, no Governo Arraes, “todos com a nota”. A pessoa trocava a nota fiscal por ingresso. Isso foi um sucesso absoluto e o campeonato pernambucano chegou a um milhão de pessoas, transformando-se no maior campeonato. Porque o grande problema é habituar o torcedor a voltar aos estádios. Porque a coisa pior é quando o torcedor se desabilita, vai para a cadeira ver pela televisão o futebol do eixo Rio – São Paulo. Praticamente esvaziou o Campeonato. Nós conseguimos trazer de volta. Com o Governo Jarbas Vasconcelos, mudou. Em vez de trocar a Nota Fiscal pelo ingresso ele trocou um quilo de arroz, de feijão, pelo ingresso. E com esse quilo de feijão e de arroz ele dá para as comunidades mais pobres. Então isso também foi um sucesso absoluto. Já arrecadou, o estado, mais de 500 mil toneladas de alimentos nesses três anos e o público de Pernambuco se mantém em torno de 900 mil pessoas por ano, o que, proporcionalmente é o campeonato de mais público do Brasil, considerada a população do estado e a presença de público. Isso é um sucesso absoluto. Atende ao torcedor que não tem dinheiro para comprar um ingresso de 5-10 reais mas tem dinheiro para comprar um quilo de feijão e atende à população carente, que o governador distribui. Então esse é um modelo simples. Ele paga dois milhões pelo Campeonato, que é distribuído 500 mil para o Sport, Santa Cruz e Náutico e aos times menores, 120 mil e, àqueles que se classificam para o hexagonal, 50 mil para o primeiro lugar, 40 e 40 para os segundo e terceiro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. ÁLVARO DIAS – Certamente no campeonato de 2003 em Mato Grosso esta fórmula será adotada. Com muito sucesso, por sinal.

Nós queremos...

O SR. ANDRÉ CAMPOS – Senador Álvaro, se me permite, antes de encerrar... Eu gostaria de passar para os Senhores Senadores a camisa do Centenário do Clube Náutico Capibaribe, que fez 100 anos agora, no dia 7 de abril. Então, fica essa lembrança para os Senhores Senadores, do Clube Náutico Capibaribe.

O SR. ÁLVARO DIAS – Antes do encerramento eu gostaria de fazer um apelo, aqui. Que esta reunião não seja o encerramento da fase propositiva, aqui no Nordeste, a partir de Recife. Que seja o início. E o Pre-

sidente da Federação, Carlos Alberto Oliveira, lidere o movimento no Nordeste, para a coleta de sugestões, de idéias, a fim de que o futebol possa ter uma legislação que alcance a todas as regiões do país e não apenas o eixo principal Rio – São Paulo. Este é o nosso objetivo e a presença da CPI aqui, em primeiro lugar tem esse simbolismo, de revelar as nossas reais e verdadeiras intenções de que a legislação proposta possa ser abrangente e possa ser justa no sentido de alcançar a todos os clubes, a todas as entidades, todas as regiões do país e, especialmente, todos os torcedores do Brasil. Aliás, nós torcedores, todos nós torcedores, muitas vezes nos sentimos verdadeiros idiotas, na medida em que somos usados, explorados, por alguns dirigentes e eu sempre faço questão de destacar alguns, evitando a generalização, que é nociva aos interesses da construção, que é, sobretudo, injusta e nós, que somos políticos, somos sempre grandes vítimas da injustiça da generalização. Nós nunca admitimos, aqueles que nos colocamos entre os bem intencionados, não admitimos sermos colocados na vala comum da desmoralização. E, da mesma forma, os dirigentes do futebol não admitem serem colocados na vala comum da desmoralização porque existem bem intencionados que realmente atuam no mundo do futebol, que é a paixão do brasileiro. Atuam com os bons propósitos de servir à grande população do país. Portanto nosso agradecimento a todos. Agradecimento ao Senador Geraldo Cândido, ao Senador Antero Paes de Barros, eu e o Senador Althoff, o Relator. Estamos muito satisfeitos pela presença dos nossos dois Senadores, mesmo com toda a dificuldade do deslocamento. Agradecimento também aos Deputados Estaduais que vieram nos prestigiar, ficando até o final. André Campos e o Sebastião Rufino. Aos que aqui compareceram para prestar a sua colaboração. Aderval Barros, que certamente representou aqui, com muita competência, toda a crônica desportiva do Nordeste. O Salomão Couto, ex-jogador e o Carlos Alberto Oliveira. Eu creio que nós estamos procurando alcançar todos os setores que militam no futebol. Evidentemente os atletas ou ex-atletas devem ter presença assegurada nessa fase propositiva da nossa CPI. Nós vamos ouvir ainda, em São Paulo, no Rio, em Porto Alegre, em Curitiba, ex-jogadores de futebol. Nós estamos ouvindo exatamente os “ex” e não os atuais jogadores. Porque os ex-jogadores tiveram uma experiência prolongada no mundo do futebol e trazem a experiência vivida, para que a nossa legislação possa refletir a aspiração de toda a sociedade brasileira. Agradecemos também – e através dele a todos os presentes – o

ex-Senador Wilson Campos, pela sua presença. Por intermédio dele, todos os que vieram. Aí a imprensa de Pernambuco aqui presente.

Muito obrigado. Está encerrada esta Sessão.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 497, DE 2000-SF “DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO ASSOCIAÇÕES BRASILEIRAS DE FUTEBOL”.

37ª Reunião realizada em 12-6-2001

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, na Cidade do Rio de Janeiro, reúnem-se os Senhores Senadores, Geraldo Althoff, Alvaro Dias e Geraldo Cândido, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Sérgio Cabral, Digníssimo Presidente da Assembléia, pela acolhida dispensada e informa que na presente Audiência Pública sobre Futebol e Legislação, serão ouvidos os Senhores, Valed Perry, Fernando Capez, Walter Mattos Junior e o Deputado Roberto Dinamite. Ato contínuo, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator Senador Geraldo Althoff, para dar início aos seus questionamentos. Fez uso da palavra o Senhor Senador Geraldo Cândido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Declaro aberta a 37ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Primeiramente, o nosso agradecimento ao Presidente desta Casa, Deputado Sérgio Cabral Filho, em meu nome e em nome dos demais Senadores desta CPI.

O Senador Geraldo Althoff, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e o Senador Geraldo Cândido, do PT do Rio de Janeiro, representam

hoje, no plenário da Assembléia Legislativa, os Senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o futebol brasileiro.

Esta audiência pública sobre futebol e legislação ouvirá o Sr. Dr. Valed Pérry, jurista especializado em legislação desportiva; o Dr. Fernando Capez, Promotor de Justiça; o jornalista Walter Mattos e o Deputado Roberto Dinamite, ex-jogador de futebol.

Eu pediria aos convidados para a reunião de hoje, o Deputado Roberto Dinamite, o jornalista Walter Mattos, o Dr. Fernando Capez e o Dr. Valed Pérry, que se sentasse à mesa ao nosso lado.

O Senador Geraldo Althoff, Relator desta Comissão, apresentará, de forma sucinta, uma exposição que diz respeito aos objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Antes disso, eu gostaria de destacar que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada no Senado Federal, vem revelando fatos que nos levam à conclusão de que a administração do futebol brasileiro é, verdadeiramente, a arquitetura da farsa. E, no que diz respeito aos resultados da investigação, há a convicção de que há realmente crimes praticados contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a ordem tributária nacional, de forma desabrida e impune. No entanto, o objetivo principal desta CPI é o futuro do futebol brasileiro. Então, evidentemente, a par da preocupação com a transparência, que nos leva a investigar, na tentativa de colocarmos o mal à luz, para que ele possa ser combatido efetivamente, nós estamos muito mais preocupados com o que podemos apresentar de proposta legislativa que venha a significar um verdadeiro salto de qualidade para o futebol brasileiro. É este o objetivo desta reunião, aqui no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é de importância fundamental para o futebol do nosso País, que tem um futebol talentoso e, evidentemente, tem também propostas, sugestões, a sinalização para a correção de rumos, para que possamos conter, através de legislação, os abusos que são cometidos graças à impunidade prevalente no cenário do futebol no País.

O que se deseja é uma lei de responsabilidade administrativa para o desporto nacional que estabeleça normas de organização e, ao mesmo tempo, penalidades rigorosas e visíveis, para que possam inclusive exercer a função pedagógica necessária, alertando, permanentemente, dirigentes do futebol relativamente à responsabilidade que assumem quando dirigem o futebol, e os riscos que passam a correr diante de uma nova legislação, em função de abusos que, eventualmente, sejam praticados. Este é o objetivo.

Nós estamos hoje no Rio de Janeiro. Estaremos em São Paulo, em Curitiba, em Porto Alegre, buscando recolher sugestões inteligentes, que possam contribuir para a formulação de uma proposta, que nós queremos possa ser o divisor de águas na história do futebol...

(cont. o Sr. Presidente Álvaro Dias)

na história do futebol brasileiro.

É evidente que, se todos contribuírem com uma participação inteligente, a exemplo do que ocorrerá aqui, certamente, hoje, teremos possibilidades de chegarmos à confecção de uma proposta moderna de legislação para o desporto nacional.

Com satisfação, concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff, Relator desta Comissão, que fará a apresentação antes de ouvirmos os convidados de hoje.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias; nobre membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Geraldo Cândido; cumprimento os Srs. convidados, que nos honram com suas presenças, nesta tarde, na cidade do Rio de Janeiro, a importância e o significado que tem este momento para nós, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, já foram muito bem caracterizados por intermédio das palavras do Presidente desta Comissão, Senador Álvaro Dias.

O sentimento de respeito e o sentimento de consideração que temos pela sociedade civil organizada deste País fizeram com que incluíssemos, na nossa proposta de trabalho, audiências públicas em vários Estados brasileiros. Por essa razão, com muita alegria e com muita satisfação, estamos aqui, neste momento, na cidade do Rio de Janeiro.

Eu gostaria que fosse colocada a primeira retroprojeção, por favor. (Pausa.)

Nesta primeira retroprojeção, queremos mostrar às senhoras e aos senhores a constitucionalidade da existência desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aí estão os itens que identificamos na nossa Constituição Federal sobre as razões de podermos e devermos ingerir no esporte nacional.

Mas, dentre todos esses tópicos colocados, eu gostaria de fazer uma referência muito especial àquele que diz: "Futebol, patrimônio cultural brasileiro".

Não existe nada mais público neste País do que o futebol. Ele faz parte da cultura, da história e do sentimento do povo brasileiro. Por isso, criamos esta CPI, por iniciativa, num primeiro momento, do nosso Presidente Senador Álvaro Dias.

Passaremos à segunda retroprojeção, por favor. (Pausa.)

Hoje, não podemos mais desvincular o futebol da atividade econômica, de uma atividade que gera emprego e renda, de uma atividade passível de lucro e de crescimento econômico. Temos a responsabilidade de, a partir desta Comissão Parlamentar de Inquérito, criar os mecanismos legais necessários para que realmente o futebol possa ser visualizado e mobilizado como atividade econômica.

O seguinte, por favor. (Pausa.)

A desorganização e o amadorismo com que o futebol brasileiro vem sendo administrado nas últimas décadas, tanto por meio dos nossos clubes de futebol quanto das nossas federações de futebol, oportunizam e estão permanentemente oportunizando que crimes na área tributária estejam acontecendo, como conseguimos caracterizar por meio do processo investigativo desta CPI. Evasão de divisas, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro são problemas que existem no nosso futebol.

Queremos, por meio das modificações necessárias – é por isso que estamos aqui, escutando os nossos nobres convidados –, buscar os mecanismos para que o nosso futebol se torne mais transparente e mais límpido. Tudo isso faz com que não haja um crescimento da atividade futebolística e um amadorismo permanente da atividade do futebol.

O primeiro passo, como Relator, assim como os membros desta Comissão e todos que tiveram participação ativa nesse sentido, importante para que pudéssemos exercitar e fazer com que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fosse exitosa como está sendo foi criar uma equipe técnica da mais alta qualidade.

Quero aqui, de público, mais uma vez, externar o nosso respeito, a nossa consideração à equipe de trabalho, que são mais de 15 pessoas oriundas dos mais variados setores da vida administrativa desta País: Consultores e advogados do Senado Federal, auditores do Tribunal de Contas da União, analista do Banco Central do Brasil, auditores da Receita Federal, Delegados e Agentes da Polícia Federal são nossos permanentes colaboradores e os verdadeiros sustentáculos técnicos da existência desta CPI.

Iniciamos o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 19 de outubro de 2000, e, depois de tomarmos a responsabilidade de sermos o Relator desta Comissão, criamos uma proposta de trabalho que está sendo integralmente cumprida através

de vários momentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vivemos um momento de estudos, estamos vivendo ainda um momento investigativo desta Comissão e, muitas vezes, superpondo-se a este momento que estamos agora vivendo na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, estamos atrás de propostas. Queremos que as senhoras e os senhores que nos honram com suas presenças sejam os nossos parceiros na confecção do nosso relatório final. Por essa razão, viemos aqui exclusivamente para escutarmos as propostas, as alternativas novas que podem ser disponibilizadas para o futebol brasileiro.

Dentro dessa fase propositiva, as audiências públicas estão ocorrendo. Hoje estamos fazendo a segunda, na semana que vem, faremos ainda mais duas, uma na cidade de São Paulo, outra na cidade de Curitiba e terminaremos no dia 25 deste mês com uma nova e última audiência pública na cidade de Porto Alegre.

Na fase de estudos, de busca de subsídios, tivemos a parceria constante e permanente do Banco Central, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que é um órgão do Ministério da Fazenda, que cuida exclusivamente da lavagem de dinheiro no País. Por esta razão, temos a convicção e a certeza de que o futebol, o nosso futebol, muitas vezes, está sendo utilizado para lavagem de dinheiro. O dinheiro sujo se promiscui e o dinheiro sujo não deve ser colocado dentro do futebol. Devemos fazer dele transparente para que dessa maneira ele realmente seja fator de desenvolvimento econômico.

Tivemos como parceira a Previdência Social, por meio do Ministério da Previdência Social e temos também como constante parceira a própria Receita Federal.

No dia 13 de dezembro do ano passado, quando tivemos a última reunião daquele ano da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, fizemos uma proposta de trabalho para este ano e definimos quais setores do futebol brasileiro iríamos investigar. Ficou claro e definido que iríamos investigar a Confederação Brasileira de Futebol, as Federações Estaduais – para tal, tomamos como referencial as federações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, também deveríamos investigar clubes de futebol brasileiros, todos os clubes que estiveram e que estão sob investigação desta CPI. Definimos que deveríamos investigar os empresários do futebol assim como os dirigentes e outros profissionais envolvidos com o futebol brasileiro.

Nesta fase investigativa, tivemos a parceria constante e permanente do Ministério Público da União. Tanto é verdade que cada vez que temos subsídios e informações suficientes levamos isso ao conhecimento da Procurador-Geral da República, que, por consequência, é o responsável pelas ações no Ministério Público, com a finalidade de referenciar os responsáveis eventuais desse processo investigativo.

Temos tido como parceiros a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Justiça, visto que hoje, por meio de acordo de colaboração que existe entre o Ministério da Justiça no Brasil e o Departamento de Justiça nos Estados Unidos, podemos ter informações de significativa importância para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, referentes aos bancos norte-americanos. A Receita Federal, o Banco Central e o INSS também continuam sendo nossos parceiros deste momento.

A seguinte retroprojeção, que é a última, nos mostra os objetivos reais destas audiências públicas que estamos fazendo com a presença das senhoras e dos senhores. São eles: criar um ambiente legal, institucional, para que o futebol possa prosperar como atividade econômica; criar nova legislação, para responsabilizar os dirigentes de futebol civil e criminalmente, em caso de má gestão, mas, acima de tudo, queremos criar a oportunidade de termos uma legislação séria, responsável e transparente para o futebol brasileiro.

Sr. Presidente, eram estas as palavras de motivação que eu gostaria de dizer, neste momento, nesta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos a exposição do Senador Geraldo Althoff, Relator desta Comissão. Agradecemos também por ter nos prestigiado o Deputado Bernard Razjman, que foi Secretário dos Desportos do Governo da União, a exemplo do que já ocorreu com grandes esportistas do nosso País, como Edson Arantes do Nascimento e Zico, que também exerceram a função junto ao Governo Federal.

Agradecemos também as sugestões encaminhadas à Mesa, por escrito, de Nilo Chaves de Oliveira, Presidente da Associação de Garantia do Atleta Profissional, e também as do ex-Deputado Jorge Gama.

Iniciaremos os depoimentos de hoje, começam pelo Dr. Valed Péri, que é jurista especializado em legislação desportiva. Agradecemos, desde já, a contribuição que trará a esta CPI essa notável jurista

de conceito nacional. O Dr. Valed Péri é, reconhecidamente, um dos grandes juristas em legislação desportiva no nosso País. Esta CPI tem o prazer de recebê-lo e ouvi-lo, agradecendo, antecipadamente, as sugestões valiosas que hoje trará a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Valed Péri.

O SR. VALED PÉRY – Inicialmente, agradeço à CPI, ao Sr. Presidente e aos Senadores pelo convite para me manifestar nesta tarefa de reconstrução do nosso futebol.

Na Comissão de Legislação Desportiva da CPI da Nike da Câmara dos Deputados, fui convidado a fim de falar especificamente sobre a Justiça Desportiva. Pretendo aqui abordar esse tema, que é realmente palpitante e que foi, inclusive, alvo de críticas de trabalho feito pela Fundação Getúlio Vargas e apresentado à própria CBF.

A Justiça Desportiva, no mundo desportivo inteiro, é constituída ou é composta por órgãos das próprias entidades. Assim, a Fifa tem a Comissão Disciplinar, que é permanente, e a Comissão de Apelo. Em cada competição que ela promove, é organizada uma comissão disciplinar.

Assim, a Itália tem a sua organização que, na primeira instância, é um juiz singular, que eles chamam de juiz – aqui, no Brasil, parece-me que o juiz só pode ser magistrado, falou-se até que isso constava no Estatuto da Magistratura –, mas, apesar disso, não há o contraditório nem a ampla defesa. Somente em caso de recurso para a Comissão de Recursos é que há a concessão da palavra e a defesa. A instância final é um tribunal federal da própria federação italiana, que funciona em Roma e dá a palavra final.

Em Portugal, é a mesma coisa: há uma Comissão Disciplinar, uma Comissão de Apelo.

O Uruguai criou um Tribunal de Conflitos. Em certa ocasião, li no jornal que, após um conflito seguido de morte, entre as torcidas do Nacional e do Peñarol, a Justiça Desportiva tirou pontos de cada uma das equipes. Procurei o Vice-Presidente da associação uruguaia, que me mandou toda a regulamentação da entidade uruguaia em matéria disciplinar. Além do Tribunal de Penas, há um Tribunal de Conflitos, que julga exatamente as infrações praticadas pelas torcidas, em campo ou fora dele. Há algo interessante: a Corte Suprema, digamos assim, da Justiça Desportiva Uruguaia só pode ser constituída por bacharéis em Direito com, pelo menos, 10 anos de atividade profissional.

Nos demais países, as comissões disciplinares funcionam de forma pouco democrática, porque não

há apresentação de defesa. Lembro-me das dificuldades que tive no Pré-Olímpico da Colômbia, em 1971. Precisei apresentar a defesa de um jogador. A comissão disse-me que isso não era costume, mas que a aceitaria por escrito. Eles são refratários ao contraditório e à ampla defesa, ao contrário do nosso País. Prova disso é que, cerca de 5 anos atrás, jogadores profissionais ligados à Uefa vieram até aqui tentar levar nossa legislação para implantá-la, mas não conseguiram.

Aqui no Brasil, como as entidades foram omisssas na criação de órgãos da Justiça Desportiva – era a diretoria da entidade que julgava os jogadores e dirigentes – o Conselho Nacional de Desportos, tendo à frente a figura ímpar do Ministro João Meira Filho, instituiu a Justiça Desportiva. O primeiro Código Brasileiro de Futebol foi de 1946, sucessivamente reformado por comissões compostas por dirigentes e advogados, com vistas ao aprimoramento dessa legislação disciplinar.

Assim foi até 1993, quando, repentinamente, os órgãos da Justiça Desportiva passaram a ser unidades autônomas e independentes nas entidades. Ficaram no espaço, porque não eram mais poderes das entidades. Tanto que nos estatutos delas foram retirados os órgãos da Justiça Desportiva como um poder. E ficaram no espaço unidades autônomas independentes da entidade, mas sustentadas por ela. Realmente, foi um das coisas mais absurdas que poderia ter havido em termos de Justiça Desportiva, fato esse mantido pela Lei 9.615. Não gosto de chamar as leis de Lei Pelé, de Lei Zico. Quando estudei, as leis tinham números, agora têm nomes. Então, a Lei 9.615 é a que foi chamada de Lei Pelé. Foram mantidas as unidades autônomas independentes, sustentadas pela entidade e formadas por membros indicados pela OAB, etc. Na CPI da Câmara, aventou-se a questão de o Superior Tribunal da CBF ir instalar-se em Brasília. Todos os tribunais superiores estão em Brasília. Mas por que o da CBF (Confederação Brasileira de Futebol)? Vamos trazer o de basquete, o de vôlei, o de esgrima, o de bocha, o de arco e flecha, vamos trazer todos”. E eu disse lá, e repito aqui, Srs. Senadores: o problema da Justiça desportiva no Brasil é uma questão de falta de dignidade. É uma questão de falta de ética. E não há lei que vá corrigir isso. Por mais que se procure depurar, não se consegue.

Dia 17 de janeiro deste ano, eu completaria 50 anos da minha primeira defesa, que foi feita em 1951, mas parei um pouco antes, porque eu não agüentava mais os desmandos da Justiça desportiva. E isso é que tem que ser corrigido. Mas é difícil. Corri, Srs. Se-

nadores, os Tribunais do País inteiro – uma Justiça que já foi respeitada, mas de algum tempo para cá não é mais. As decisões são a favor do clubismo, a favor dos interesses que não são desportivos, a ponto de o Tribunal da Federação Amazonense de Futebol, de muita data e até hoje, ser chamado de “Tribunaça”, porque o Nacional Futebol Clube ganha todas as questões lá, pois a maioria dos auditores são torcedores desse Clube. Isso é realmente desencantador para quem sempre prestigiou a Justiça desportiva.

Em certa ocasião, fui constituído por um clube para tentar a reversão dos pontos de uma partida em que, no intervalo, os jogadores visitantes foram barbaramente agredidos com garrafas, a ponto de dois não poderem voltar a campo, inclusive o goleiro reserva, e fui pleitear a anulação da partida ou a reversão dos pontos, que era permitida ao tempo. Quando eu estava no hotel, chegaram o Presidente e os dirigentes do clube que eu defendia, e disseram: “Olha, Dr. não adianta, porque o Presidente da Federação já disse que não vamos ganhar, mas que ele vai nos auxiliar com a arbitragem para nos classificarmos”. Foi o que me foi contado. Se é verdade, não sei, mas ele se classificou.

Então, como eu disse, é uma questão de falta de dignidade, de falta de ética. Sei que o Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paulista de Futebol – é um homem, aliás, culto – é o Presidente do Sindicato dos Clubes Esportivos do Estado de São Paulo. Então, é o mínimo de ética que se tem que exigir. Como fazer isso? Talvez desvinculando totalmente os órgãos da Justiça desportiva das entidades desportivas, com verbas para que eles possam se sustentar e com a exigência – sei que não vai resolver de todo – de que o Superior Tribunal de Justiça Desportiva e os Tribunais tenham advogados com pelo menos dez anos de profissão. Que as comissões também tenham advogados com pelo menos cinco anos de profissão, para que não se veja o que se vê hoje: estudantes formando comissões disciplinares, julgando os casos importantes, pessoas sem nenhuma experiência, sem embargo de serem até do Ministério Público, mas são pessoas que não têm experiência e vêem o julgamento de acordo com o Relator, não discordam nunca.

Então, temos, realmente, que cuidar disso: que a indicação seja realmente, dentro do possível, da OAB, da Associação dos Jogadores Profissionais de Futebol, da Associação Nacional de Árbitros de Futebol, dos clubes profissionais, das entidades, mas sempre com exigências de que sejam... Não é que eu entenda que os bacharéis de Direito são imprescindí-

veis, nós tivemos na Justiça do Rio de Janeiro um médico que foi um dos nossos maiores Juízes, Dr. Nilton Sales, já tivemos economistas, mas é uma maneira de, pelo menos, exigir que tem que ter uma prática, tem que dez anos de atuação, tem que estar atuando na advocacia para poder julgar com ânimo.

Acho, por exemplo – sugeri isso e estou sugerindo de novo –, que se pode criar impedimentos para o exercício dessa magistratura desportiva. Acho que membros do Poder Judiciário e do Ministério Público não devem integrar esses Tribunais. Em primeiro lugar, porque, segundo a Constituição, eles são a segunda instância. O fato desses recursos irem para o Poder Judiciário não significa que integrarão esses tribunais, mesmo porque futebol é paixão. Das dissenções no Tribunal Desportivo se estenderá para as câmaras e para os juizados de primeira instância.

Não se deve permitir que, dentro de órgãos da mesma entidade, haja parentes, como ocorre nos Tribunais da CBF, onde há numa Comissão o filho de um Presidente e em outra o filho do vice-presidente. Isso não pode ser permitido. Devemos criar impedimentos. E isso não é uma questão de lei, não é questão afeta ao Tribunal em Brasília, nem é questão de indicação da OAB, mas é uma questão do homem. Ou é subserviente ou não é; ou é digno ou não é; ou tem ética ou não tem. Devemos pelo menos tentar dar condições para que possa haver uma escolha correta e honesta.

Não se pode fazer isso para toda justiça desportiva. Sabemos que os órgãos da justiça desportiva lidam com todos os ramos desportivos. A OAB não indicará advogado para compor o tribunal de arco e flecha, ou de tiro ao alvo, por exemplo. O próprio tênis não possui associação para indicar representante, assim como não o tem a Associação de Atletas.

Foi elaborada uma lei para o futebol e generalizou-se como se fosse possível para outros esportes. O futebol, o voleibol, o basquetebol e o futebol de salão são desportos que têm certa projeção, por isso podem ter organismos próprios, mas há outros esportes que não podem ter.

Trouxe por escrito – deixarei com o Sr. Presidente – sugestões para a organização da justiça desportiva. Lamento que uma instituição grandiosa que prestou grandes serviços ao Brasil de repente seja desmoralizada pelos próprios membros que a compõem pela falta de ética e de dignidade, pelo clubismo, pelo servilismo que realmente existe e vi grassar pelo Brasil. Deixarei com o Presidente esse trabalho ligeiro que fiz para que, se puder, aproveite sugestões para a criação da justiça desportiva.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Dr. Valed PERRY a contribuição.

Informo que o ex-jogador Tostão, convidado para este evento, não podendo comparecer, encaminhou sugestões por escrito. Entendemos ser da maior importância sugestões que possam chegar a esta CPI até o momento da elaboração do relatório final, a fim de que possamos avaliá-las no momento da elaboração da legislação que desejamos para o futebol brasileiro.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Capez, Promotor de Justiça que tem-se dedicado a estudar as causas da violência nos estádios de futebol, especialmente o que é possível fazer para conter esse processo de violência que vem afastando dos estádios milhares de torcedores brasileiros.

Dr. Fernando, sua contribuição será muito importante para a CPI. Desde já agradecemos sua presença.

O SR. FERNANDO CAPEZ – Exm^o Sr. Presidente destes trabalhos, Senador Álvaro Dias; Exm^o Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff; companheiros da Mesa; Srs. Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; Sr. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. José Moinhos Pinheiro Neto; colegas do Ministério Público; Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Dr. Álvaro Lins; Dr^a Mônica di Piero, Promotora encarregada de zelar pela segurança daqueles que vão aos estádios de futebol, inicialmente gostaria de cumprimentá-los, juntamente com os integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito que, a meu ver, configura uma das mais importantes iniciativas que apareceram no futebol nos últimos tempos. Também gostaria de, singelamente, passar algumas sugestões desse nosso trabalho de acompanhamento de violência de torcidas nos estádios de futebol.

Sei que é triste falar sobre isso no momento em que se fala em aperfeiçoamento do futebol, mas, lamentavelmente, a violência, ligada a praças desportivas de futebol, tem ceifado vidas, principalmente de adolescentes, na faixa que varia entre 16 e 20 anos.

Para citar um exemplo, vivi isso no estádio de São Paulo. O problema se aplica também ao Rio de Janeiro e, infelizmente, está chegando ao Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e vai se espalhar por todo o País.

De 1992 a 1995, tivemos 22 adolescentes mortos em virtude de conflito entre associações de torcidas organizadas. Foi feito um estudo, um levantamento para saber como elas funcionavam. A maioria atua-

va como verdadeiras gangues. Marcava encontros, emboscadas, dirigia-se a estádios de futebol já com bombas de fabricação caseira e armamentos. Há intercâmbios entre as cidades e Estados, e infelizmente, isso estava levando a uma situação de pânico generalizada. A situação melhorou, mas, infelizmente, começa a retroceder.

Preparei – e vou encaminhá-las a V. Ex^a, Sr. Presidente – algumas medidas de aperfeiçoamento da legislação federal que, creio, poderão auxiliar um pouco para sairmos dessa situação.

Estamos encalacrados com o problema de apenas processar associações de torcidas organizadas, mas sou obrigado a reconhecer que apenas isso não resolve, se não houver a punição efetiva daqueles que praticam e planejam os atos de violência.

Em síntese, dividi em duas etapas a reforma da legislação que sugiro: a primeira é uma mudança na legislação, no aparato repressivo legal, com aperfeiçoamento de alguns tipos penais, levando em consideração que mais de 80% das ocorrências em estádios e imediações dizem respeito a pequenas infrações, a condutas inconvenientes que não são coibidas e que acabam redundando em infrações mais graves.

Portanto, a primeira delas: contravenção do porte de arma. Seria o porte de arma branca, art. 19, da Lei das Contravenções Penais. São torcedores que vão munidos de facas, facões, estiletes, canivetes e também armas de arremesso. O que acontece hoje? Da maneira como está prevista na Lei das Contravenções Penais, a pena varia entre 15 dias a seis meses de prisão simples e comporta aplicação de multa. Porém, a Polícia Militar, que faz o policiamento ostensivo, ao flagrar um torcedor munido de uma arma branca, ela o conduz até o distrito policial. Lá, por se tratar de uma infração de menor potencial ofensivo, ele é imediatamente liberado e nada acontece.

Propus, então, que sejam acrescentadas as seguintes mudanças ao texto do art. 19: “Se qualquer dos atos de preparação e execução desse porte de arma ocorrer no trajeto de ida ou de volta, interior ou nas imediações... – elenco uma série de estabelecimentos – ...ou de recintos ou praças desportivas, onde se realizem espetáculos, competições, jogos de futebol ou qualquer outro esporte ou diversões de qualquer natureza, a pena prevista será de seis meses a um ano de prisão simples”. Portanto, é uma pena que pode chegar até a um ano de prisão simples.

Acresce-se, em seguida, um outro parágrafo – posteriormente, passarei o documento às mãos de V. Ex^a, Sr. Presidente:

“Na hipótese do parágrafo anterior, para o torcedor que é flagrado com uma arma branca a caminho do estádio, nas imediações ou dentro, a infração será inafiançável, devendo a autoridade policial proceder, obrigatoriamente, à lavratura do auto de prisão em flagrante”.

Acresce-se o § 5º – “Encerrada a lavratura do auto, o infrator ficará à disposição do juizado especial criminal respectivo para os fins de uma audiência preliminar que se realiza, na qual o Ministério Público propõe uma pena alternativa a esse torcedor”.

§ 6º – “Sendo a infração praticada no interior ou nas imediações de recintos, ginásios, praças desportivas ou quaisquer locais que desenvolvam competições de qualquer modalidade, jogos de futebol ou qualquer outro esporte, o Ministério Público deverá propor e o juiz aplicar, preferencialmente, as penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, coincidindo com os dias e horários de jogos ou de limitação de fim de semana.

Propõe-se, em primeiro lugar, que fique instalada, obrigatoriamente, dentro de cada praça desportiva, de cada estádio de futebol, uma sede do Juizado Especial Criminal por determinação legal e uma sede do Juizado da Infância e da Juventude. O torcedor que for flagrado deverá ser conduzido a essa sede, onde haverá um promotor, um juiz e um defensor público, e, desde logo, far-se-á a proposta de aplicação de uma prestação de serviços à comunidade ou de uma limitação de fim de semana, coincidindo com os horários e dias dos jogos de seu clube. O mesmo se faria com relação às contravenções de vias de fato, art. 21: briga sem lesão, arremesso ou colocação perigosa – quando se jogam detritos, detritos, objetos em outros torcedores –, provocação de tumulto, conduta inconveniente ou falso alarme. Em todos esses casos, as infrações seriam inafiançáveis, o sujeito seria preso em flagrante e, para se livrar do flagrante, teria de participar de um acordo com o Ministério Público por meio do qual ele aceitaria uma prestação de serviços à comunidade ou uma limitação de fim de semana.

O porte de arma de fogo e explosivos é infração afiançável. O sujeito não fica preso, mesmo levando uma bomba de fabricação caseira ou uma arma de fogo, seja do calibre permitido ou proibido. Para esse caso, cria-se também um aumento de pena para o caso de a pessoa ser flagrada no trajeto de um estádio de futebol, nas imediações ou no interior, e a pena

seria aplicada em dobro. Seria inafiançável a infração, e também, quando a pessoa comportar-se, poderia ser-lhe estipulada a aplicação de pena não-privativa de liberdade – prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana.

De imediato, para que haja uma atuação mais efetiva por parte das polícias encarregadas da segurança, é necessária uma modificação nessas infrações, porque, da forma como estão, continuarão a assegurar a impunidade, sem causar qualquer tipo de temor ou intimidação no torcedor, por saber que não irá para a cadeia, que voltará ao local onde mora ou junto a seus torcedores e se vangloriará de ter burlado o sistema, sem que tenha havido a repressão adequada. Isso ajudaria a reduzir a chamada “cifra negra”, aquelas infrações de que o sistema acaba não tomando conhecimento.

Ao lado dessas medidas, proponho uma série de medidas preventivas. Evidentemente, não fiz sozinho esse trabalho. Fui buscar informações junto aos departamentos de Polícia Civil, aos batalhões de Polícia Militar especializados, com os quais conversei bastante para fazer uma síntese dessas opiniões.

O que uma lei específica poderia fazer em termos de prevenção, além da alteração desses tipos penais?

Proibição de venda de bebida alcoólica, por determinação federal, no interior de qualquer praça desportiva na qual se realize partida de futebol ou qualquer ginásio no qual se desenvolva competição esportiva de qualquer modalidade. Poder-se-ia dizer que é atribuição do município, pelo peculiar interesse, mas sendo dever da União garantir e proteger o futebol como patrimônio cultural, parece-me que nada impediria que uma lei federal estabelecesse tais posturas.

Obrigatoriedade da numeração de todos os lugares, com a instalação de assentos contendo o número visível – o que, aliás, é uma recomendação expressa da Fifa.

Obrigatoriedade da instalação de salas adequadas para o comando do policiamento, com visão para o interior do estádio e circuito interno de televisão, com controles e monitores nessa sala de comando. O projeto, após audiência com os respectivos batalhões da Polícia Militar, deverá especificar o tamanho exato das salas, não deixando a tarefa para regulamentação posterior, o que, por experiência, não ocorre.

Obrigatoriedade da instalação de salas para Juizados Especiais Criminais e salas para a Infância e a Juventude, visando – o que é muito importante – à so-

lução imediata dos problemas ocorridos. Isso, de certa forma, seria uma maneira de pressionar os Estados que ainda não implantaram os Juizados Especiais, como o Estado de São Paulo – no Paraná, há um projeto pioneiro –, a fim de que viessem proceder à instalação desses Juizados, porque a sala ficaria ali, com a placa. Se não fosse destinada a alguém para o plantão, a sala ficaria vazia, e todos notariam que falta o Poder Judiciário naquele local, para o estabelecimento

Obrigatoriedade da identificação do ingresso, como é inclusive feito com bilhetes de passagem; com o nome e o número do R.G. do torcedor anotado e ficará em poder do organizador do espetáculo, sendo o mesmo intransferível a terceiros. Para tanto a venda poderá ser antecipada não para o dia do jogo, dispersada em inúmeros postos de venda.

Proibição da presença de menores de 14 anos de idade em estádios, sem expressa autorização dos pais.

Obrigatoriedade de torcidas organizadas entregarem cópia dos seus cadastros, contendo nome e identificação de todos os seus associados à polícia militar e ao organizador do espetáculo. As torcidas organizadas devem informar à polícia militar o horário de saída de suas caravanas e se submeterem às exigências impostas por razões de segurança. Obrigatoriedade de assinarem um termo de responsabilidade com a respectiva federação, que atuará em nome próprio, como representante das associações filiadas, no qual se comprometem a reparar todos os prejuízos provocados por atos de seus associados. Obrigatoriedade de colocarem na camisa de cada associado o nome, o nº do R.G., e o número de filiação, como forma de identificação do mesmo e a comunicarem, via polícia militar do seu Estado, às autoridades dos outros Estados, quais associados se deslocarão a outras cidades ou a outros Estados, a fim de assistirem e acompanharem jogos de futebol. Somente atendidas essas condições, é que as torcidas organizadas poderiam ingressar em estádios, tendo direito a ficarem em setor reservado e isolado, a critério da polícia militar do responsável pela segurança, devendo, para tanto, informar, com antecedência de no máximo um dia o número de torcedores para cálculo do espaço a ser a elas destinado dentro dos estádios.

Obrigatoriedade de o Poder Público municipal inspecionar os estádios de futebol, a fim de verificar as exigências feitas por essa lei, devendo os responsáveis pela omissão – no caso do Município que não fizer a fiscalização – sofrer ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

Passado um ano da entrada em vigor desta Lei, se vier a ser aprovada, se a praça desportiva, seja qual for, não atender às especificações legais, nela não poderá ser realizada nenhuma partida de futebol, devendo o juiz da respectiva comarca, de ofício, determinar a sua interdição, a requerimento da autoridade municipal competente, do representante do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial ou do policial militar competente.

É um documento que passarei às mãos do Presidente desta Comissão. Ele não é fruto apenas de idéias minhas, mas, de conversas com colegas e com companheiros da polícia, não somente de São Paulo, mas também de outros Estados. A meu ver, penso que elas auxiliariam na contribuição e na prevenção à violência. Em síntese, essas eram as colocações.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Dr. Fernando Capez por essa brilhante contribuição. Certamente, ela será da maior importância para, em uma área fundamental, trazer o grande público de volta aos estádios.

Muito obrigado ao Dr. Fernando Capez.

Registro e agradeço a presença dos Deputados Alessandro Calazans, Albano Reis, Paulo Pinheiro e do Deputado Federal Paulo de Almeida.

Concedemos a palavra ao jornalista Walter de Mattos Júnior, presidente e editor do jornal O Lance.

A crônica desportiva, pela sua postura crítica, certamente inspirou a instalação desta CPI. Daí a importância em ouvirmos cronistas esportivos, trazendo a opinião de quem acompanha o dia-a-dia do futebol no nosso País. Hoje, temos a honrosa presença do jornalista Walter de Mattos Júnior, a quem passo a palavra.

O SR. WALTER DE MATTOS JÚNIOR – Boa tarde! Em benefício do tempo, faço uma curta saudação aos excelentíssimos senhores Senadores que compõem a CPI, aos Deputados que estão presentes e aos colegas da mesa.

Ao aceitar o convite para vir aqui, saúdo a sociedade, principalmente de propósito, desta CPI do Senado e a forma como, desde o início, ela tem sido conduzida. Mais uma evidência desse propósito é haver, agora, em seu cronograma, uma fase claramente propositiva, com a qual viemos modestamente contribuir de alguma maneira.

O futebol era uma das poucas atividades, senão a única – hoje até um pouco questionada – da qual se podia dizer que o Brasil era, sem dúvida, o primeiro do mundo, com um desempenho excepcional em campo, mas fora dele, quase sempre, há muitos anos, motivo

de chacota. Isso não sou eu quem diz, são as diversas reportagens e matérias na imprensa internacional.

Ele tem um potencial econômico excepcional, cada dia mais, pelo negócio do esporte ser um dos que mais floresceram nos últimos anos, dentro da indústria de entretenimento, e, no Brasil, especialmente, é exemplar para a sociedade, porque tem uma penetração, é arraigado em todos os setores da sociedade brasileira. Não consertar o futebol, a CPI ou as CPIs não gerarem um resultado claro e objetivo para a sociedade brasileira será um sinal que nenhum de nós deseja. Caso aconteça, será um sinal de que se não conseguimos consertar o futebol, imaginem em se tratando de questões muito mais complexas que afligem a sociedade brasileira. Por isso, a importância que todos nós atribuímos a uma resultante prática e renovadora a partir das CPIs.

Como resultado prático disso, deveríamos almejar que, diferentemente do que ocorre hoje, quando vários profissionais, homens de bem, têm dificuldade e até uma certa aversão em se envolver no mundo do futebol, essa seja uma resultante, que vejamos uma renovação dos quadros que atualmente dirigem o futebol brasileiro e jovens, mulheres, freqüentando estádios que estejam cheios e vibrantes como eu, pelo menos, vivi na minha infância e adolescência.

Tratarei, aqui, de quatro propostas que julgo serem críticas para que esse processo de renovação, essa “revolução” ocorram no futebol brasileiro, como esperamos.

O primeiro deles é o tema da violência. Eu tenho um material aqui. O diário O Lance fez, junto com o Ibope, em 1998, em 2000 e agora, no início de 2001, duas pesquisas nacionais com mais de 6 mil entrevistas, com vários objetivos. Uma delas perguntava, muito claramente: “Dê dois motivos pelos quais, na sua opinião, você explica o afastamento do público dos estádios de futebol.” Havia uma cartela de múltipla escolha, obviamente, com todas as mazelas que qualquer um de nós poderia imaginar, ou pelo menos que são as mais divulgadas: os craques que vão para o exterior, a desorganização, o calendário, os dirigentes despreparados, o que fosse. Tem uma lista que depois ficará à disposição dos senhores.

Nessas duas pesquisas, uma das respostas era: “violência dentro e ao redor dos estádios.” Para minha surpresa, embora sabedor de que esse tema era muito caro, nas duas pesquisas ele superou a soma de todos os outros itens como justificativa para a ausência de público nos estádios. A sociedade brasileira tem medo de ir ao estádio. Os pais têm medo de levar

seus filhos. Os pais têm pavor de que seus filhos lhes peçam para que sejam levados ao estádio. Um dos traços mais marcantes da relação pai e filho na sociedade brasileira está ameaçado, assim como está ameaçado o futuro público freqüentador dos estádios, já que o torcedor se forma de crianças freqüentando o estádio.

As nossas autoridades não têm tido atenção para com esse fato que, parece-me, pelo menos metodologicamente explica, mais do que os horários inadequados das partidas, mais do que qualquer outra razão, a fuga de público dos estádios.

A proposta que eu gostaria de trazer à CPI – obviamente sem o detalhamento com o qual o Promotor Fernando Capez nos brindou – é muito mais genérica e contém alguns pontos. O primeiro deles é uma obrigatoriedade e parte da premissa de que tem de ser feita uma legislação específica para os estádios.

Nós, junto com o Viva Rio, trouxemos, há dois anos, o Sr. John Dequid, coordenador de uma entidade chamada Football All Social Authority, inglesa, criada pelo governo inglês, a partir dos acidentes de Scheinfeld, que renovou completamente a relação da sociedade inglesa com o campo de futebol. Assim, embora num primeiro momento tenham proibido bebida alcoólica, os estádios tivessem alambrados e houvesse uma série de ações coercitivas, hoje, os estádios ingleses não têm quase registro de incidentes e os estádios não têm alambrados. E essa autoridade, designada pelo governo inglês, foi quem coordenou todo esse processo, criando todas as regulamentações. Então, os estádios teriam de ser adaptados com equipamentos de vigilância que pudessem identificar os infratores claramente; necessitaríamos de juizados dentro dos estádios, um juizado de pequenas causas ou algo semelhante que pudesse tratar os casos e fazer julgamentos sumários. Teríamos desde o cumprimento de penas sociais, com a obrigatoriedade de que o infrator condenado não pudesse freqüentar o estádio nos dias de jogos. A proposta seria de que ele tivesse que se apresentar nos moldes, por exemplo – há variantes na Europa –, da Inglaterra, onde ele tem que se apresentar numa delegacia do bairro em que mora uma ou duas horas antes e ficar lá durante o jogo.

Conversando com especialistas de segurança de estádio, com a polícia, fica claro que são poucos os vândalos; são poucos esses delinquentes, e eles têm condições de identificá-los, mas não temos ainda uma legislação que permita que esses delinquentes não mais freqüentem os estádios, ameaçando toda a população.

O clube também teria de ter algum tipo de punição, pois o clube hoje incentiva, de alguma maneira, algumas das torcidas, sabedoramente compostas, na sua minoria por alguns desses delinquentes ou lideradas por eles, em alguns casos.

Também há a sugestão do Governo brasileiro – a CBF já deveria ter feito isso; se tivéssemos uma liderança efetiva na autoridade do futebol, isso já teria sido feito: procurar, por exemplo, nos moldes em que a Guatemala fez, depois do grande acidente lá ocorrido, com dezenas de mortos, um convênio com esse instituto inglês; este poderia, como já faz na Guatemala, prestar assessoria, consultoria para todo esse processo de remodelação, não só da legislação, como da adaptação do equipamento dos estádios a essa nova realidade.

Permito-me aqui fazer dois comentários, embora saúde as propostas do promotor Capez, no sentido de ter que caminhar de uma legislação impeditiva ou muito voltada para as torcidas, já individualizando os criminosos. A experiência inglesa, por exemplo, mostrou que a proibição de venda de cerveja dentro do estádio significava que os torcedores chegavam embriagados aos mesmos. Depois, eles reviram esse aspecto e, hoje, vende-se cerveja dentro dos estádios ingleses, como se vende na maioria dos campos. Aqui, já tivemos casos de proibição de bebida alcoólica, e isso pouco afetou os índices de violência. Na minha opinião, as torcidas fazem parte do espetáculo do futebol, pelo menos aqui no Brasil. Ao invés de tentarmos uma medida que já se mostrou ineficaz, impedindo a presença das torcidas, temos de identificar quem são os criminosos, e não tentar resolver o problema do adultério movendo o sofá da sala.

O segundo ponto de proposta seria com relação à transparência dos clubes e responsabilidade dos dirigentes. O futebol é um bem público, como bem disse o nosso Senador – pelo menos é o nosso entendimento assim. Talvez não exista um bem mais público na cultura brasileira, e entendemos que ele não tem sido tratado dessa maneira. As propostas, de maneira muito objetiva, são: o clube se transformar em empresa de maneira obrigatória, o que não quer dizer que ele tenha de fazer parceria nem vender ações – o clube pode continuar sendo gerido pelo seu quadro, pelo seu método representativo, escolhido dentro do seu estatuto. Mas ele teria, sim, de ser transformado em empresa. Essa é a maneira objetiva de um clube ter sua falência pedida, de seus dirigentes serem punidos objetivamente, de seus Conselhos poderem ser imputados, toda uma série de derivativos da legislação que rege essas empresas.

A marca do clube deveria ser protegida de alguma maneira. Em qualquer parceria que o clube venha a firmar e na proposta que aqui apresento, poder-se-iam vender até 100% das ações do clube. O modelo americano, por exemplo – todos os esportes americanos –, é totalmente privado, e o modelo europeu caminha para isso, com ações de clubes vendidas em bolsas, com os minoritários passando a ser os principais interessados no desenvolvimento e crescimento daquela empresa.

Essa marca poderia ensinar, por exemplo, por parte do clube, no modelo da privatização, uma ação de ouro, uma golden share, que ali protegesse alguns usos da marca, como o escudo, a bandeira, os símbolos do clube, de uma maneira quase que eterna.

Há uma discussão muito grande sobre a questão de legalidade, de se obrigar o clube a virar empresa, a questão do direito da empresa pública ou privada. Sem querer entrar nisso – penso que o bem, se feito em dobro, não faz mal –, eu sugeriria que se trabalhasse também numa forma diferente de ver o problema, talvez uma idéia original. No fim, o que estamos querendo – e esta é uma proposta objetiva – é que os clubes tenham seus balanços colocados de maneira pública. Temos visto na imprensa vários casos. Os clubes, além das federações, são hoje geridos como uma caixa preta. O que a sociedade brasileira quer – e tem direito a isso – é ter acesso, ao menos, à contabilidade desses clubes. Esses balanços devem ser auditados publicamente.

Dentro dessa questão, se isso é legal ou não, um outro caminho de se atingir o mesmo objetivo seria, por exemplo, que as federações ou a Confederação Brasileira exigissem que um clube, para disputar uma competição oficial da primeira ou da segunda divisão, preenchesse certos requisitos, e, entre esses requisitos, certamente deveria estar incluída a transparência. Que a sociedade brasileira e os torcedores tenham acesso à contabilidade dos clubes, porque foram os torcedores – e não esses dirigentes que se autoproclamam os grandes criadores do patrimônio do futebol brasileiro – que fizeram o patrimônio desses clubes!

A legislação também deveria contemplar a possibilidade de que fossem feitas parcerias com mais de um clube. Isso, mesmo que de forma controlada, será extremamente saudável na medida em que o futebol se tornou um negócio de fato. É assim que acontece no mundo inteiro. Se não tivermos uma estrutura empresarial profissional competitiva, não vamos conseguir competir com os clubes, porque no fundo estamos numa arena competitiva. Seja na Libertadores da

América, seja no Campeonato Mundial, seja na Copa Toyota, vamos estar enfrentando uma situação de competição como enfrentam as empresas no cenário internacional.

(Interrupção na gravação)

... a representação colégio eleitoral/eleições nas federações, nas entidades representativas.

Parece-me que, mesmo que a CPI tenha êxito, até mesmo provando a culpa de alguns dos que estão na lista de suspeitos de irregularidades, se não mudarmos o sistema que gera esse resultado, essa representação, vamos estar sujeitos a afastar um ou outro. Eventualmente, alguém poderá ser punido criminalmente, mas estaremos sujeitos a repetir esse processo no futuro.

As sugestões que tenho a apresentar nesse quesito são: um sistema de representação acabando com o voto unitário – o voto unitário é parte de todo esse problema que vivemos; o voto unitário é o que possibilita, por exemplo, que, na Federação do Rio de Janeiro, haja mais de cem votos, e o Flamengo, o Vasco, o Fluminense ou o Botafogo tenha um desses cem votos e que se perpetue no poder o tipo de poder que temos no Rio de Janeiro, representado por um senhor com alcunha de Caixa d'Água.

Que se limite por lei o número de reeleições: mandatos de quatro anos com uma reeleição ou mandatos de três anos com até duas reeleições. A continuidade em exagero tem que acabar, temos que ter um processo que equilibre o poder dos grandes clubes com a necessidade de se ter uma representação um pouco mais democrática. O sistema que temos aí permite que dirigentes digam que só vão sair do poder quando quiserem ou quando morrerem, o que é uma afronta à sociedade.

A quarta área de sugestões – ou “palpites” – diz respeito a uma situação que, no meu entender, poderá ser resolvida por uma boa legislação – se não resolver, poderá ajudar muito. Esse quarto quesito é fundamental também para essa renovação, essa revolução do futebol brasileiro: diz respeito a tema antigo e surrado, que é o tema do calendário.

Vou me centrar única e exclusivamente no campeonato brasileiro, que é tema, que é uma bandeira desde o seu nascimento, porque julgamos ser ele a espinha dorsal do calendário do futebol brasileiro; é a partir dele que tudo deveria ser construído.

Temos 31 anos de campeonato brasileiro com 31 sistemas de disputas diferentes. Tenho aqui levantamentos referentes aos principais campeonatos nos países onde o futebol de fato existe como atividade

econômica e tem força competitiva – Itália, França, Alemanha, Inglaterra, Espanha e Portugal. Em todos esses países só existe um sistema de disputa, que é o do campeonato – aliás, chamamos de campeonato uma coisa que não é campeonato: é torneio ou é copa. Campeonato é aquele em que o campeão tem mais pontos ao final das disputas. Em todos esses países, com exceção de um ou de outro que passou por mudanças – por exemplo: a Espanha, num determinado momento, mudou e voltou para o regime de pontos corridos, sistema de campeonato –, observa-se um comportamento semelhante. Nós, aqui, estamos há 31 anos inventando a cada ano um sistema novo.

Eu também tenho palpites e tenho idéias, imagino que tenha fórmulas que poderiam dar certo. A proposta que teria é que conseguíssemos chegar a um ponto para fazer uma trégua de idéias ou de criatividade e implantar, durante um período, o único sistema que dá certo no futebol mundial – não tem dois, não temos nem que ter dúvida. O nosso produz médias baixíssimas de público num país com 170 milhões de pessoas – e não me venham com a história de ingresso barato ou de ingresso caro, porque já fizemos jogos com ingressos a R\$1,00, a R\$3,00; já há ingresso a tudo quanto é preço, inclusive de graça, e, ainda assim, não conseguimos encher os estádios, não se consegue viabilizar boas estruturas, é um círculo perverso. Não se consegue viabilizar os estádios seguros e modernos porque não se tem garantia de receita; não se tem garantia de receita porque não se consegue fazer a venda antecipada; não se consegue fazer venda antecipada porque nosso sistema de disputa não permite que se faça venda antecipada.

Então, o processo de modernização do futebol brasileiro, embora não pareça, passa pelo campeonato brasileiro ocupando uma grande parte do calendário. Não sou a favor da extinção dos campeonatos estaduais – principalmente os do Rio e de São Paulo –, desde que sejam contidos num espaço de tempo menor, sejam competições mais objetivas, com menos clubes na primeira divisão.

Precisamos reconhecer a importância dessa medida – não como sendo uma medida simplesmente de gosto, mas como sendo uma medida fundamental para a saúde financeira dos clubes que hoje dependem excessivamente dos direitos de televisão, o que cria uma situação de desequilíbrio de poder. Somente com um sistema de disputa que permita a venda antecipada e um sistema técnico mais justo, em que, desde a primeira rodada, vale para o título, é que

vamos começar a resolver esse problema e ajudar muito nas finanças dos clubes.

Queria agradecer a paciência dos senhores e desejar boa sorte para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Nós é que agradecemos a contribuição do Walter de Mattos Júnior, jornalista. Registramos a presença do Sr. Eduardo Viana, Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, e do Sr. Fernando Martins, Vice-Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro.

Vamos conceder a palavra agora a quem esteve lá: Roberto Dinamite. E como esteve e como brilhou, não é? Também estamos ouvindo ex-jogadores de futebol, pela experiência que adquiriram como atletas, e que hoje se encontram do outro lado, presenciando o que ocorre especialmente na estrutura da administração do futebol brasileiro. É muito importante o depoimento, portanto, de ex-jogadores, como o Deputado Roberto Dinamite, a quem concedemos a palavra, com muita satisfação.

O SR. ROBERTO DINAMITE – Muito obrigado ao Presidente Álvaro Dias, ao nobre Relator Geraldo Althoff, senhoras e senhores, representantes do segmento do esporte, dirigentes, atletas, para mim é uma alegria estar hoje aqui nesta CPI.

Espero, e inicio a minha fala nesse sentido, que esta CPI tenha o objetivo claro de dar ao futebol brasileiro, principalmente os nossos senadores, a condição para que possa realmente trilhar pelo melhor caminho, qual seja, o de termos os grandes espetáculos, grandes públicos, clubes sendo dirigidos de forma competente e também um governo dando apoio a esses grandes clubes, aos clubes de futebol brasileiro, coisa que até o momento não aconteceu.

Esta CPI, portanto, é importante para esclarecer vários pontos. E hoje, não só o Deputado, mas o atleta Roberto Dinamite está aqui com este objetivo, qual seja, o de dar uma contribuição para o esporte brasileiro, esperando que esta CPI possa chegar ao fundo do poço para resgatar a credibilidade do futebol brasileiro. Dizer que a culpa é só dos dirigentes, que a culpa é só das federações, é “chover no molhado”. Todo mundo tem uma dose de culpa. Ouvimos aqui o representante, ou vários representantes de vários segmentos, Valed Pérry falando a respeito de leis com relação ao esporte e que essas leis são aprovadas, regulamentos são feitos através de representantes de cada clube. Cada presidente de federação, no meu modo de ver, atende, na maioria das vezes, as reivindicações ou aquilo que é de interesse não de um clu-

be, mas de todo o segmento, porque não é um clube só – como foi dito aqui que o Vasco, o Flamengo e outros clubes têm o direito de externar e votar sobre isso. Todos os clubes aprovam seus regulamentos, seja a Federação do Rio, de São Paulo, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, seja a Confederação onde os clubes também têm o direito de votar. Todo mundo aprova seus regulamentos, todo mundo concorda com isso. Na maioria das vezes, sempre se deixam – como se diz na gíria – as brechas para que cada clube possa buscar e lutar pelos seus direitos.

Estou sendo bem objetivo, porque acho que a CPI também está sendo bem clara e bem objetiva, buscando, de todas as formas, o caminho para dar a sua contribuição ao esporte brasileiro, muitas vezes, um pouco direcionada para alguns clubes – acho que, se vale para um, tem que valer para todos os clubes do futebol brasileiro, para todas as federações. E é importante que se diga isso.

O último orador falou sobre a diminuição de público, a violência dos torcedores de futebol, gostaria de expor alguns pontos principalmente com relação ao torcedor. Como Parlamentares, estamos aqui fazendo leis que vêm ao encontro dos interesses de preservação do esporte brasileiro, mas muitas vezes não são colocadas em prática. Existe uma lei de minha autoria com relação ao torcedor, no sentido de identificar o chefe das torcidas organizadas, já que estas são um segmento importante dentro do esporte. As torcidas organizadas não vão deixar de existir. Se você consegue identificar o representante desse segmento, você pode punir as pessoas que estão usando da violência e prejudicando a ida das pessoas aos estádios, pessoas que querem fazer do esporte uma grande festa, uma grande confraternização. Portanto, existe essa lei no Estado do Rio de Janeiro.

O meu segmento foi o futebol, fui um atleta profissional. A partir do momento em que esta CPI não só busca esclarecimentos, mas tem a finalidade maior de ouvir propostas que venham ao encontro do segmento do esporte brasileiro, gostaria, posteriormente, de passar às mãos dos representantes da CPI, propostas do meu segmento, do atleta profissional, do jogador de futebol, propostas tanto do segmento da Agap, da Fugap, do Rio de Janeiro, que visa dar ao atleta profissional que, na maioria das vezes, vive 15 a 20 anos como atleta profissional e, na maioria das vezes, não tem uma formação, não se preparou para o encerramento de uma carreira, condições para que possa ser olhado de forma especial e ter as suas reivindicações alcançadas como atleta profissional, coisa que até hoje não foi reconhecido.

Sr. Presidente, Sr. Relator, minha contribuição é a de um atleta, de um profissional que defendeu e que defende um dos maiores clubes do futebol brasileiro, que é o Clube de Regatas Vasco da Gama. Esse clube tem uma das histórias mais bonitas e mais democráticas deste País. E desde que iniciou a sua sede, com os seus associados, que iniciou a abertura da democracia, da permissão do preto, do branco, do amarelo, e, por isso, foi punido em alguns momentos. É desse clube que falo e que espero que essa CPI vá fundo, saber da realidade do mesmo, mas que respeite a sua história, a seu passado, a sua tradição, a tudo que fez ao longo desses 103 anos de vida.

O esporte brasileiro precisa e vai sofrer mudanças importantes, e espero que esta CPI muito possa contribuir para que tenhamos de volta os torcedores e a diminuição da violência. Essa violência não é só no estádio, é uma violência social, o que implica também em mudanças sociais dentro do País. Os Srs. Senadores podem, em Brasília, contribuir para que o esporte seja a alavanca importante para a educação da nossa criança, do nosso adolescente, para a formação do cidadão brasileiro.

Teria aqui muitos pontos a abordar, mas não vou me estender. Sabemos que V. Ex^{as} já estão nessa luta há algum tempo e há muito ainda a se buscar em benefício do futebol, do esporte no nosso País.

Colocaria, como já o fiz com respeito ao atleta profissional, essa parte da aposentadoria do atleta, que é algo fundamental hoje para nós. Um ponto importante hoje para o futebol, para a seleção brasileira, e sempre dele se fala, se discute, mas nunca se define algo, é o calendário do futebol brasileiro, que tem que ser revisto, analisado, feito de tal forma que os clubes possam realmente cumprir do início ao término de uma competição em uma temporada.

V. Ex^{as} têm muito a contribuir ao esporte brasileiro, não só no que diz respeito às denúncias, às falcatruas, às irregularidades que vêm acontecendo no futebol brasileiro, no nosso País. Que V. Ex^{as} possam ter a sensibilidade de ouvir não só o meu segmento, o dos atletas, mas também outros segmentos, como foi colocado aqui, e que do Rio de Janeiro e de todo o Brasil possamos ter também propostas que ajudem e beneficiem o esporte brasileiro!

Infelizmente, quando focalizamos algo negativo, isso sempre merece destaque, sempre é colocado em primeiro plano. Ao longo dos anos, o esporte brasileiro contribuiu muito para este País, e continua contribuindo. Temos como o grande e mais recente exemplo, um atleta que não teve o apoio do Governo no início de sua carreira de tenista brasileiro, mas hoje,

como tricampeão, todos o estão ovacionando e falando que vai se fazer escolinha de tênis em razão da bela campanha do nosso Guga. Temos que inverter essa situação. Não podemos esperar termos grandes atletas para iniciarmos um trabalho de formação no esporte, seja no futebol, seja no basquete, seja aqui no Bernard, do vôlei, seja no Guga, do tênis. Temos hoje a grande oportunidade, com esta CPI, de avançar o esporte brasileiro, num todo. Que o Governo Federal possa se sensibilizar com esta CPI e contribua realmente para que o esporte, em geral, cresça e dar ao cidadão do nosso País qualidade e condição de vida melhor, além de formação.

O futebol brasileiro não é só esse mar de lamas. Esse esporte tem muita coisa bonita e importante, além de muitas conquistas. Peço aos representantes da CPI que vissem o esporte brasileiro, em especial o futebol brasileiro, que move e que mexe com milhões e milhões, de tal forma que pudéssemos merecer o respeito, o carinho, o amor das pessoas, que são importantes. Nunca sair da sua linha de esclarecimento, de busca com relação às irregularidades. Que o nosso futebol brasileiro, que hoje é representado por vários clubes no nosso País e que movem não só Vasco, Flamengo, Corinthians, Santos, Grêmio, Cruzeiro, Atlético, Internacional, mas principalmente os clubes da 2ª Divisão, da Terceira Divisão, os clubes que estão aí, amadores, os clubes que não têm o mínimo de apoio, os clubes ou as crianças que estão sedentas para que o esporte proporcione a elas um crescimento sadio.

Fico feliz por estar nesta Casa hoje juntamente com o Bernard e, como representantes do vôlei e do futebol, sermos ao longo do anos os únicos atletas representantes do esporte brasileiro, na história da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Penso que falo também em nome do próprio Bernard e em nome de todos os atletas: que esta CPI possa aprofundar-se e tornar claras para a população todas as irregularidades, uma vez que a minha trajetória e a do Bernard foram vitoriosas, com algumas derrotas, que soubemos superar.

Acredito, sim, que esta CPI tem por fim apurar minuciosamente os fatos, para levar o esclarecimento e dar a sua contribuição ao esporte brasileiro, que dela tanto precisa, no que diz respeito à moralidade, à honestidade. E é isso que nós, atletas brasileiros, desejamos: que a CPI contribua para que o esporte do nosso País torne-se respeitado não só no momento de uma conquista, como a conquista do Guga, na França, mas que seja respeitado também pelos seus segmentos, pelos seus clubes, pelos seus dirigentes,

que querem e que buscam e que vão trilhar pelo melhor caminho.

Obrigado, Presidente Álvaro Dias. Agradeço em nome do esporte brasileiro a contribuição de V. Ex^a, para que possamos realmente buscar o melhor para o esporte brasileiro. Estarei sempre à disposição desta Casa para ajudar a CPI, mas principalmente para ajudar o esporte, os clubes do nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Ficamos felizes em poder contar com a contribuição do Sr. Deputado e ex-atleta Roberto Dinamite e queremos destacar que esta CPI jamais atingirá ou afrontará qualquer clube brasileiro. Ela existe exatamente para ressaltar, enaltecer e proteger os clubes do nosso País. Eventualmente, aqui ou ali, nesse ou naquele clube, a CPI poderá alcançar, no trabalho de investigação, alguns dirigentes, mas jamais alcançará a instituição. O clube é a instituição paixão do povo brasileiro e, certamente, estará sempre protegido, preservado e defendido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem no clube exatamente a razão da sua existência e a motivação para que esta CPI, com a participação de todos, possa oferecer, realmente, uma legislação capaz de promover o salto de qualidade que todos nós desejamos. O nosso respeito ao Sr. Deputado Roberto Dinamite, ex-jogador do Vasco da Gama, e o nosso profundo respeito, também, ao Vasco da Gama.

O SR. ROBERTO DINAMITE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Tanto respeitamos o Vasco da Gama que vamos passar a palavra a outro vascaíno, que é o representante do Rio de Janeiro nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o nobre Senador Geraldo Cândido, do PT; depois, passaremos à fase em que a palavra ficará livre para sugestões ou indagações, perguntas que possam ser formuladas aos nossos convidados de hoje. As perguntas podem ser formuladas pelos Srs. Senadores, como o Sr. Senador Geraldo Cândido, pelo Sr. Senador Geraldo Althoff ou, também, pelos Srs. Deputados aqui presentes, aqueles que nos honram com as suas presenças, aqui, no plenário da Assembléia.

Com a palavra, o nobre Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, nobre Senador Álvaro Dias, Sr. Senador Geraldo Althoff, Srs. palestrantes, Srs. Deputados e demais participantes desta audiência pública, sou representante do Rio de Janeiro nesta CPI e também represento o Estado na CPI de Roubo de Cargas, outro imbróglio, uma CPI mais complicada que a do Futebol,

porque ligada diretamente ao crime organizado e ao narcotráfico. É muito pior ainda.

Nós temos o maior interesse em conseguirmos um bom trabalho, um bom resultado, para que possamos, efetivamente, passar a limpo o futebol brasileiro. Nos nossos trabalhos, tenho dito que o futebol brasileiro é uma grande caixa-preta que precisa ser aberta, para que possamos desvendar os mistérios existentes dentro dela. E os resultados estão aí, quer dizer, o nosso futebol, hoje, está numa situação que, por assim dizer, nos dá uma grande decepção, haja vista os últimos resultados na Copa das Nações, realizada no Japão e na Coreia do Sul, onde perdemos até para a Austrália. E, se brincarmos, talvez tenhamos de disputar uma “repescagem” com a Oceania para disputarmos a Copa do Mundo, porque parece que estamos muito mal; se ficarmos em quinto lugar, teremos de disputar uma vaga com a Oceania, e será com a Austrália, para a qual já perdemos nesse torneio. Então, é uma situação muito grave e, na verdade, o problema não é dos clubes de futebol, mas de seus dirigentes. É possível – e acho que é verdade – que, pelos depoimentos prestados à CPI e pelos documentos e provas que nos chegam, haja dirigentes atuais, ex-dirigentes, empresários e outras pessoas com situação financeira altamente boa, pessoas que têm uma situação financeira tranquila. Entretanto, os clubes de futebol estão aí, todos eles, na situação de andar com pires na mão. Assistimos pelos jornais, pela imprensa: os clubes estão devendo aos jogadores, estão com os salários atrasados, estão afastando os atletas, não estão renovando contratos, estão dispensando atletas. Por quê? Falta de recursos financeiros. Se os clubes não têm dinheiro é porque eles estão em má situação. Isso é resultado de má administração. A situação em que está o futebol brasileiro é culpa de seus dirigentes, não só pela má administração, mas até pela corrupção da qual está impregnado o futebol.

Por exemplo, vemos coisas estranhas. No ano passado, o nosso calendário foi feito por empresa de promoção. Então, a CBF é que organiza o calendário de futebol. O calendário nacional, os calendários regionais foram organizados pela empresa **Desport Promotion**. Quer dizer, a CBF abre mão da sua atribuição de organizar o calendário nacional de futebol. Acho que algumas coisas estão erradas, por isso a CPI quer ir fundo nessa questão. A CPI precisa ir fundo nessa questão e chegar justamente ao xis do problema. Nós precisamos chegar, efetivamente, aos culpados, aos responsáveis pela situação em que se encontra o futebol brasileiro.

E, com todo o respeito ao Deputado Roberto Dinamite, vascaíno como eu, torcedor do Vasco, o nosso time tem uma história, é verdade. Eu acho que o Vasco da Gama foi o time que no Brasil poderia ser chamado de democracia racial, porque foi o primeiro time que admitiu jogador negro em suas fileiras. Até nesse aspecto o Vasco foi democrático e o é. Temos que ver que existem problemas, atualmente, de relacionamento. O nosso candidato da oposição, o Sr. Hércules Figueiredo teve, inclusive, cassado seu direito de freqüentar o Vasco da Gama. Cassaram seus direitos. Para poder freqüentar o Vasco, ele teve de entrar com uma liminar na Justiça. Ele, como associado do clube, não cometeu nenhum crime. Como ele foi impedido de freqüentar o Vasco da Gama? Um clube como o Vasco, com toda uma história de democracia? Alguma coisa está errada.

Essa questão tem ser vista. Não é o clube Vasco da Gama, mas os seus dirigentes. Fazemos a CPI justamente para proteger os clubes de futebol. A CPI não é para penalizar os clubes, pelo contrário, é para defendê-los da ação nefasta de seus dirigentes na sua relação com os clubes e os empresários.

Precisamos, ao final da CPI, elaborar uma legislação para defender os clubes de futebol, os torcedores, a sociedade, os atletas, que são reféns dos empresários. Por exemplo, há atletas, hoje, com 16 ou 17 anos que já têm contrato de gaveta. Existem empresários que tomam conta da garotada; o atleta se torna escravo. Apesar de se tratar de jogo de futebol, o atleta é como um escravo, não é dono de si, porque a sua vida depende de terceiros. Quer dizer, alguma coisa está errada. Portanto, é preciso que façamos uma legislação que vise a todas essas questões, que melhore essa situação, toda essa relação. Esse é o trabalho da CPI.

Nós estamos visitando os Estados justamente para recolher a contribuição de pessoas como o Dr. Valed Pérry, o Dr. Fernando, o jornalista Walter Mattos e Roberto Dinamite, a fim de, ao final, elaborar um documento, preparar uma legislação, visando à moralização da sociedade de futebol.

Muito obrigado, Sr. Presidente e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Obrigado, Senador Geraldo Cândido, que representa o Rio de Janeiro nesta CPI e que tem sido um dos Senadores mais assíduos, comparecendo a todos as reuniões, mesmo aquelas fora de Brasília, como a que ocorreu em Recife e as que vão ocorrer em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

O Dr. Valed PÉrry deseja abordar uma questão que considera da maior importância, que é o atleta menor. Vamos passar a palavra ao Dr. Valed PÉrry, antes de abirmos para o plenário.

O SR. VALED PÉRRY – Efetivamente, pareceu-me importante abordar ao plenário e aos componentes ilustres da CPI o problema do jogador menor no Brasil, como medidas que devem ser tomadas em proteção ao clube amador e ao próprio jogador.

A Fifa, agora, em acordo com a União Européia de Futebol, lançou normas a respeito dos jogadores menores, incluindo o fato de que ficou proibida a transferência de jogador menor de 18 anos entre clubes na Europa. Proibiu, também, a indenização de formação – o que já estava previsto no estatuto do jogador – ao clube de formação e de promoção, que se estenderá até os 23 anos. Estabeleceu uma série de medidas, também protetoras do clube, como a questão da rescisão unilateral do contrato, em que o jogador só terá condição de atuar, por outro clube, ao fim da temporada.

Entretanto, o que importa são as normas em relação ao menor, ao atleta iniciante. Em Buenos Aires, agora em julho, haverá o Congresso da Fifa, em que essa medida acertada com a União Européia de Futebol valerá para o Brasil todo.

A CBF já tem uma resolução da Diretoria que proíbe a transferência do menor de 18 anos, sem a concordância do clube, mas isso, Srs. Senadores, não vale nada para a Justiça brasileira. Recentemente, um jogador formado, criado no Juventus de São Paulo, recorreu ao Juízo da Infância e da Adolescência do Rio de Janeiro e obteve uma liminar para ir jogar na Espanha. Por mais que se argumentasse que havia uma legislação da CBF que impedia a transferência, que o clube havia formado aquele jogador, o juiz foi inflexível: “É o direito de ir e vir”. Recorremos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e também a resposta foi esta: “O jogador tem o direito de ir para onde quer”.

Então, é preciso que haja uma legislação, porque a norma interna da entidade esportiva não vai valer, como provavelmente não valerá, também, a decisão da Fifa. Esse é um aspecto.

O outro aspecto é desses menores – meninos de 14, 15, 16 anos – que estão sendo levados por empresários inescrupulosos para o exterior, sem nenhum controle nosso, porque não são inscritos nas entidades esportivas. Eles aventuram-se com esses empresários – que, na verdade, não são empresários, porque os empresários têm que ser devidamente li-

cenciados, têm que fazer um depósito que responda pelos prejuízos que causem –, estão se evadindo facilmente, até auxiliados por esse magistrado, conceituado, mas que está errando profundamente, porque está concedendo liminar para meninos de 16, 17 anos, adolescentes, irem jogar na Espanha, porque passou a ser um direito fundamental do menor jogar futebol no exterior.

E a legislação tem que ser reformulada, porque o Decreto nº 2.574, que regulamentou a Lei nº 9.615, deu liberdade a qualquer jogador para romper com o seu clube. Trata-se de um decreto – uma legislação do Executivo – desprotegendo os clubes e auxiliando os jogadores a irem para a Europa.

É preciso, Srs. Senadores, que haja uma fiscalização, e esta deve ser feita pela Polícia Federal. Na emissão do passaporte aos menores, deve-se exigir o comparecimento do pai, um termo de responsabilidade do pai; fiscalizar também no aeroporto, porque esses menores não saem do Brasil com pai, nem mãe, mas com falsos empresários, que os levam para todos os cantos e, às vezes, os abandonam lá. Então, é preciso que haja uma legislação e que a Polícia Federal fiscalize: “Um menor vai embarcar? Com quem?” Peçam um termo de declaração. “Vai para onde? Vai fazer o quê? Vai jogar futebol? O que vai fazer?” Esse é um controle que escapa às entidades esportivas, mas que deve ser uma legislação do Governo Federal.

Estamos procurando fiscalizar as certidões falsas, os passaportes falsos, desde que a Fifa passou a exigir que as entidades nacionais fiscalizem as certidões, fiscalizem os passaportes, encaminhem ao Ministério Público as certidões falsas de menores, que as utilizam para jogar, não só no Brasil, nas equipes menores, como também no exterior. Infelizmente, Srs. Senadores, senhores presentes, o Poder Judiciário, os magistrados não ajudam no cumprimento da lei. Ainda recentemente, não é um amador, é um profissional. No caso do jogador Juninho, pedida a transferência para a Espanha, a CBF exigiu declaração sobre a transação financeira, exigência do Banco Central. Declaração se tinha agente intermediário ou não, exigência da Fifa. Apresentação do passaporte para verificar se é legal ou não, exigência da CBF. E veio uma ordem do juiz da vara trabalhista para que a CBF de imediato concedesse a liberação, sob pena de prisão. Então, não se pode cumprir a ordem do Banco Central, não se podem cumprir as normas da Fifa, não se podem cumprir as normas internas porque o juiz trabalhista entendeu que deve ser liberado de qualquer maneira.

Infelizmente, isso tem que ser feito por intermédio de lei, porque, dessa forma, não há como desprezar e não há como nenhum juiz dar uma liminar para que se transfira, independentemente de todas as formalidades, um jogador para a Europa. Se isso aconteceu com um profissional, muito pior com os menores, que estão desprotegidos, os clubes que os formam também estão desprotegidos, porque não há uma legislação nossa, já que a legislação da CBF é considerada uma coisa interna e que não pode ser suplantada pela lei.

É uma sugestão que trago para que, por meio de uma lei, se possam fixar as condições de transferência, a saída de um menor de um país para outro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado, Dr. Valed PERRY.

Passo a palavra, com satisfação, ao Deputado Bernard Razjman.

O SR. BERNARD RAZJMAN – Exmº Sr. Presidente desta CPI, a quem, em nome de todos, cumprimento pelos trabalhos sérios desenvolvidos por esta Comissão, Srs. Deputados, jornalistas, funcionários desta Casa, o motivo e a razão máxima desta CPI, sem dúvida, é o futebol.

Diferentemente do cunho que V. Exªs têm dado no Senado Federal a esta Comissão, passando a toda a sociedade brasileira um sentido de seriedade, de ética, diferentemente do que sentíamos pelos noticiários da Câmara Federal, e o motivo se relaciona exatamente à mesma questão pela qual tanto a Lei Zico e a Lei Pelé passaram, a questão de existirem Deputados ligados diretamente às entidades do futebol em nosso País, eles de fato formam uma classe que é unida e forte.

Na Lei Zico, Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, tivemos mais de 220 emendas ao projeto, ou seja, a espinha dorsal foi completamente quebrada. Os interesses do ex-atleta Zico, assim como o nosso astro maior do futebol mundial Pelé, comparado à Cola-Cola, ao Papa, que também teve ao seu projeto de lei mais de 110 emendas, moveu-se exatamente por uma das reivindicações históricas do esporte brasileiro. E quando falo do esporte brasileiro, não falo somente do futebol. Para que se tenha uma noção, quando se fala em CPI, lei, legislatura, legislação esportiva, neste País, só se trata de futebol, ninguém quer saber de mais nada. Por isso, sempre defendemos uma separação, uma legislação própria para o futebol e outra para o resto. Costumamos tratar dessa forma. O resto hoje estaria respirando de uma forma muito mais tranqüila. Futebol é muito mais do que es-

porte; futebol move interesses financeiros; futebol é mais forte que religião; futebol é doença; futebol é o nosso carro-chefe; está incrustado nas raízes culturais do nosso povo e do País, do nosso querido Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, tenho que parabenizar V. Exª, espero que Deus lhe dê força neste trabalho da CPI e que nesta CPI do Senado Federal o povo acredite.

Com relação às ponderações feitas pelo Promotor de Justiça, Dr. Fernando Capez, eu gostaria de fazer algumas sugestões, além de elogiá-las, como, por exemplo, detetores de metais nas entradas de estádios de futebol como é feito nos aeroportos, muito mais simples do que você simplesmente passar a mão e fazer aquela checagem.

Sugiro que os chefes de torcidas organizadas – que, no meu entender, não deveriam existir; deveriam sim ser torcidas desorganizadas – sejam convocados sempre às vésperas de grandes eventos, de grandes decisões, e que lhes seja preconizado, pelas polícias ou pelos responsáveis pelo comando da situação, atitudes de paz. Sugiro também que seja concedida premiação à torcida organizada que melhor se comportou. Creio que esse tipo de acareação (no bom sentido) seria muito útil para evitar os males que ocorrem nos jogos de futebol e em outros esportes também.

Aliás, esse problema não ocorre só no Brasil. A violência nos estádios de futebol e nos eventos de outros esportes é um problema de ordem mundial que cresce de forma avassaladora pelo mundo afora.

Também foi mencionada a questão das câmaras, as quais registram exatamente os focos motivadores da violência nos estádios.

Como já existe na Argentina, há também a alternativa dos cartões previamente vendidos, em que constam o lugar marcado e o número da carteira de identidade do torcedor para que ele possa ser identificado. Assim, sem dúvida, jamais existirá excesso de público. Dessa forma, obviamente os preços das cadeiras poderão ser aumentados em função do conforto que será oferecido aos torcedores.

Quanto às ponderações do nobre jornalista presidente do jornal **O Lance**, Dr. Walter Mattos, quero apresentar uma sugestão com relação ao quadro eletivo das entidades desportivas. Falo de maneira genérica e não apenas sobre o futebol, pois creio o País que está precisando de uma ampla e geral modificação. Avalio que o senhor colocou muito bem a possibilidade de reeleição e concordo com que isso seja avaliado, porque existem os que péssimos dirigentes e

existem os muito bons e que mostram serviço e desempenho.

Cito um exemplo: o presidente da Federação Italiana de Futebol é eleito por com 4 mil eleitores, que são árbitros, atletas de reconhecimento, pessoas ligadas à série A, B e C do futebol. Portanto, o processo de eleição é muito mais democrático. Pergunto: quem não vai querer ter um presidente democrático, alguém eleito por uma maioria? É muito fácil ser eleito presidente de uma confederação nacional com 27 votos. Se esse quadro for ampliado para pelo menos mil pessoas, a situação não ficaria mais clara, mais aberta?

Outra sugestão: a maioria dos nossos dirigentes no País diz que não ganha um tostão, que está mal de vida e têm razão. Então, por que não criar uma forma de remuneração a esses presidentes, a fim de que possam ser cobrados por seu trabalho, com a mudança da legislação nacional bem como dos regimentos internos ou regulamentos? Considero essa outra boa saída, porque seria uma motivação.

Ao concluir, parablenzo, mais uma vez, V. Ex^{as} pelo trabalho no qual acreditamos. Espero que V. Ex^{as} não esmoreçam para que possamos dar a volta por cima no nosso carro-chefe que é o futebol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Deputado Bernard Razjman por sua inteligente contribuição a este debate.

Com a palavra, o Deputado Paulo Almeida.

O SR. PAULO ALMEIDA – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, ao saudá-lo, saúdo todos os membros desta Mesa, assim como os senhores da imprensa, o Sr. Eduardo Viana, Presidente da Federação do Rio de Janeiro, na pessoa de quem saúdo todos os dirigentes de clubes presentes.

Sr. Presidente, a frieza dos gabinetes permitem a elaboração de leis que não se enquadram à realidade do esporte brasileiro. Vivemos em uma democracia que permite a nós Parlamentares usar nosso conhecimento da vivência do cotidiano do esporte para dar às leis o sentido da objetividade. Não quebramos nenhuma coluna vertebral de projeto. Apenas modernizamos projetos oriundos de gabinetes frios, elaborados por pessoas que não têm vivência da direção do futebol e do esporte e que tentaram nos fazer descer, goela abaixo, determinadas regras.

Sr. Presidente, o que, na verdade, me traz aqui é o desejo de dizer uma palavra: o futebol, o esporte brasileiro, apresenta as suas dificuldades e os seus momentos de crise como todos os segmentos. No en-

tanto, não se pode dizer que a CPI foi criada para elaborar um projeto que contribui com a legislação do futebol, composta por pessoas que não têm nenhuma vivência com futebol.

Sr. Presidente, informo a V. Ex^a que me sinto ofendido quando radicalizam – todas as vezes em que se fala em CPI –, dizendo que todos os dirigentes são corruptos. Cheguei ao futebol não faz um ano, para trabalhar num Clube de uma história centenária, o São Cristóvão Futebol de Regatas da cidade do Rio de Janeiro, e já fui qualificado dessa forma. As palavras “corrupto”, “falcatriuas” e “irregularidades” deveriam ser usadas de forma comedida. Na verdade, querem destruir o futebol. Estão destruindo o futebol ao invés de contribuírem para o engrandecimento do futebol. Se houver falcatriuas, corrupção e irregularidades comprovadas, penalizaremos aqueles que as cometeram. Porém, não se pode admitir que meia dúzia de pessoas destruam a história de um País, aproveitando esse momento em que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados buscam o aperfeiçoamento e a modernidade, atribuindo eficácia e responsabilidade aos dirigentes brasileiros do futebol e do esporte. O futebol é a história de um País. O Brasil continua sendo o primeiro dessa história e ainda não perdeu esse título. No entanto, o País tem sido afetado psicologicamente por tudo isso que está ocorrendo, por irresponsáveis – não me cabe aqui dizer de outra forma. Desejamos que todos os fatos sejam apurados com profundidade, como disse aqui o Deputado Roberto Dinamite, mas também com respeito e dignidade.

Meus amigos, a palavra “amor” deve ser colocada acima de tudo. Fala-se em transparência. Quem de nós não quer um calendário? Queremos e temos buscado isso por intermédio das nossas federações. Não podemos nos aproveitar de um momento para desestabilizar toda a estrutura do futebol brasileiro, que realmente afetou e tem afetado a Seleção brasileira. Por quê? Vive-se um momento, que deveria ser um momento de aperfeiçoamento, um momento de graça, de luz, para dar ao Brasil a continuidade de ser o maior País do mundo no futebol. Contudo, aproveitam-se desse momento para destruir o futebol, na busca pessoal ou individual de atingir “A” ou “B”, derramando injúrias sobre todos os dirigentes, pessoas abnegadas e dedicadas, que deixam as suas famílias e os seus lares, para se dedicarem ao esporte, ao futebol, e darem oportunidade a milhares e milhares de jovens que desejam ser jogadores de futebol.

Sr. Presidente, o São Cristóvão, por exemplo, um Clube com todas as suas dificuldades, na sua tra-

jetória de 103 anos de vida, tem a glória de ter revelado o maior jogador do mundo: o Ronaldinho. Se não fosse o São Cristóvão, quem seria o Ronaldinho? Os dirigentes abnegados e sofredores são, hoje, caluniados e ofendidos, porque um, dois, três ou não sei quantos malversaram a aplicação em seus clubes.

Não podemos nem devemos agir dessa forma! Devemos, acima de tudo, ter um espírito patriótico, defendendo os interesses brasileiros e dos esportes com amor, não com perseguição – como disse o Sr. Roberto Dinamite acerca do nosso Vasco da Gama.

Deixo apenas aqui essa palavra, ou seja, que se faça, no futebol, uma legislação. Esperamos que o Senado e a Câmara dêem a sua contribuição para o engrandecimento – não para naufrágio do futebol brasileiro, como parece que muitos querem desejar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Está franqueada a palavra. (Pausa.)

O SR. MICHEL ASSEF – Exmº Sr. Presidente, Senador Geraldo Cândido, Exmº Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff, Deputado Roberto Dinamite, Sr. Walter Mattos, Dr. Valed Pérry, ilustre Promotor, Dr. Fernando Capez, primeiramente vou apresentar-me.

Sou um modesto advogado e ardoroso torcedor do flamengo. Vim a esta tribuna, inicialmente, para manifestar a minha integral solidariedade às palavras do ilustre advogado, Dr. Valed Pérry. Realmente, a Justiça Desportiva brasileira, que tem uma longa história, sofreu, em virtude da nova legislação, um corte profundo na sua instituição e no seu funcionamento. Infelizmente, as mudanças ocorridas na Lei Pelé aviltaram a Justiça Desportiva, que deixou de ter independência, tendo adquirido uma trajetória que hoje merece críticas de todos os advogados que atuam nessa área.

Venho aqui também para reparar uma injustiça que se está cometendo contra alguns dirigentes do futebol brasileiro. É bem verdade que há, entre eles, pessoas desclassificadas. V. Ex^{as} devem aprofundar com seriedade as investigações que fazem em torno de muitos dirigentes, mas, em contrapartida, há excelentes profissionais, que se dedicam com paixão à causa de seus clubes e das entidades que comandam.

O nosso Presidente da Federação do Rio de Janeiro, que foi citado pelo ilustre jornalista como exemplo de dirigente que se tem eternizado no poder, desempenha essa função há muito tempo, tendo assumido vários mandatos. No entanto, essa posição é legítima, com votos conquistados de todos os clubes – grandes e pequenos –, mostrando que tem compe-

tência para dirigir a Federação. Se fosse dirigente de um grande clube, não estaria certamente na Federação. Duvido que o Vasco da Gama apoiasse a candidatura de algum dirigente do Flamengo ou vice-versa, ou que o Botafogo desse apoio à candidatura de algum dirigente do Fluminense.

O Dr. Eduardo Viana está na Presidência da Federação, porque, com habilidade e competência, a tem dirigido, premiando, na maioria das vezes, os pequenos clubes e criando, por essa razão, com os dirigentes dos grandes clubes, diversos embargos, embargos e brigas. Comigo mesmo, não foram poucas as discussões que travamos. Na época em que representei o Flamengo na Federação, houve enormes embates com o Presidente, mas reconheço em S. Ex^a, indiscutivelmente, um grande profissional. Trata-se de homem de bem, além de ser pobre.

Ninguém pode falar da honra do Dr. Eduardo Viana, em cuja defesa aqui estou. Ele nunca, na história do futebol do Rio de Janeiro, teve seu nome vinculado a qualquer ato de corrupção. Alguns podem discordar dos métodos que ele utiliza na condução da Federação. A imprensa, por exemplo, tem criticado a forma pela qual o futebol do Rio de Janeiro é dirigido, mas é verdade que o Presidente da Federação, com extrema habilidade, tem conseguido conjugar os interesses dos pequenos com os dos grandes clubes. E isso só é possível porque a sua origem não é de um grande clube. Embora seu clube seja de grande tradição (o Americano) mas não é um grande clube. Se fosse dirigente de um grande clube, o (inaudível) não estaria na federação todo esse tempo.

Por isso vim aqui fazer esse registro e dizer a V. Ex^{as} que acho providencial esta CPI. Faço votos de que aprofundem as investigações que estão desenvolvendo. O Senado Federal tem autoridade para isso, pois soube cortar na sua própria carne as suas mazelas – o que não é privilégio do Senado Federal, como também não é da Câmara dos Deputados nem do desporto brasileiro. V. Ex^{as} cassaram o mandato de um Senador, cortaram na própria carne o que havia de ruim no Senado Federal. Os dirigentes que são ruins deverão ser punidos. Mas há ótimos dirigentes, como disse o Deputado Paulo de Almeida, que se dedicam com paixão a seus clubes e, não fosse essa paixão, por certo os clubes não teriam vidas centenárias como têm: o Flamengo tem 105 anos, porque é uma entidade amadora; se fosse um clube-empresa, Sr. jornalista, por certo já estaria falido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Muito obrigado.

Algum orador quer fazer uso da palavra? Mais alguém?

Cada orador tem a palavra por cinco minutos.

O SR. LUÍS GUILHERME GUTTMANN – Sr. Presidente, Ex.^{mo} Sr. Senador Geraldo Cândido, ilustre representante do Rio de Janeiro, ilustre Relator, Senador Geraldo Althoff, demais membros da Mesa, senhores e senhores, meu nome é Luís Guilherme Guttman, sou advogado, especialista em legislação esportiva, sou professor de Direito Esportivo da Faculdade da Cidade e da Fundação Getúlio Vargas. E sou vascaíno.

Acho que é importante delimitar a questão que vem sendo abordada pela CPI do Senado Federal. A CPI tem um papel muito importante e deve aprofundar toda essa discussão sobre o esporte no Brasil. Quando o ilustre Senador Geraldo Althoff iniciou sua fala, apresentou uma resenha legislativa e mencionou o art. 24, inciso XIX, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Eu gostaria também que fosse mencionado o § 1º, que diz que “no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”, ou seja, não é possível que seja estabelecida uma norma específica para o futebol. Mas deve ser tratado o esporte como um todo. A Lei 9.615 estabelece: “Normas gerais para o desporto”. Então, essa é uma primeira abordagem.

É importante estabelecer a natureza jurídica do futebol, do futebol organizado, ou qualquer outra modalidade. É uma atividade privada, dirigida pela entidade internacional, à qual filiam-se as respectivas entidades nacionais. Não podemos dizer que o futebol ou qualquer outra modalidade é como se fosse uma franquia.

Em qualquer tipo de atitude, em qualquer tipo de ação em relação ao futebol ou qualquer outra modalidade de esporte, deve-se sempre pensar no que a entidade internacional está delimitando, sob pena de a nossa atividade ser excluída da entidade internacional, o que seria absolutamente danoso.

Em relação aos diversos campeonatos, o campeonato brasileiro, como foi dito aqui, tem diversas mazelas. Concordo inteiramente com isso. Apenas devemos lembrar o seguinte: o campeonato, o torneio, ou seja lá o nome que for, é uma atividade desenvolvida pelo seu dono, que é a CBF. A CBF é a dona do torneio, ela é a dona do campeonato. O campeonato carioca tem um dono, que é a Federação de Futebol, que, aliás, ela é nada mais do que a reunião dos diversos clubes. A Federação de Futebol ou de qualquer modalidade em qualquer Estado é a reunião dos seus diversos componentes. É como se fosse um condomínio. Por exemplo, eu não sou sócio da federação, eu não votei no Dr. Eduardo Viana para presidente. Não votei até porque não sou sócio da Federação.

Como também não posso dar palpite no condomínio de um prédio em que não seja proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Aviso ao orador que o tempo se esgotou.

O SR. LUÍS GUILHERME GUTTMANN – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Então, o importante é que a CPI do Senado, que vem desenvolvendo um trabalho muito importante, esteja atenta a esses aspectos, para que o Brasil não fique fora dessa comunidade internacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, no sentido de que, a partir de agora, seja dada a oportunidade de que sejam feitos questionamentos aos nobres participantes desta mesa redonda.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Está franqueada a palavra para quem quiser fazer algum questionamento, dar alguma contribuição quanto ao que foi falado pelos palestrantes. O orador dispõe de cinco minutos.

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – Cumprimento o Senador Presidente da Mesa, na pessoa de quem cumprimento todos os demais membros, como também o Presidente da Federação, Dr. Eduardo Viana, pessoa na qual cumprimento todos os dirigentes interessados no futebol, presentes a esta audiência pública. Não vou começar, questionando as premissas nas quais se baseou a distinção “público” e “privado” por esta CPI, tampouco vou lembrar que evasão de divisas e evasão fiscal são problemas da economia brasileira, que transcendem em muito o futebol brasileiro.

Vou dizer que a Federação de Futebol do Rio de Janeiro vem trabalhando incansavelmente para a evolução do futebol. Vem criando cursos voltados para o esporte nas melhores universidades do Estado do Rio de Janeiro. Há um departamento de seleção de universitários para trabalhar nos clubes de futebol, e, de cada quatro estudantes que nos procuram, um sai empregado. E vou aproveitar para passar à Mesa diversas reportagens que saíram no Estado do Rio de Janeiro e em âmbito nacional, parabenizando a Federação de Futebol do Rio de Janeiro, inclusive uma moção da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro parabenizando a Federação por essa iniciativa. Gostaria que a CPI indicasse essa iniciativa para as demais federações, como um exemplo do que pode ser feito de forma responsável para a evolução do futebol brasileiro.

Queria dizer, primeiro, que o papel do Estado tem que ser repensado. Dizem que os estádios estão em condições precárias, mas a maioria deles pertence ao Estado. Dizem que faltam incentivos, mas onde

está o Estado? A Inglaterra derrubou o estádio de Wembley e construiu um novo, e o nosso Maracanã está aí, como estamos vendo.

Com relação à legislação, queria dirigir-me ao Dr. Fernando Capez e parabenizá-lo pela brilhante explanação. Mas lembro que, mais importante do que o rigor da pena, é a certeza da punição. Não podemos simplesmente criar e criar e criar legislações e letras mortas que não vão ser efetivadas, porque não temos uma estrutura estatal que consiga transformar a lei no cotidiano do povo brasileiro, fazer com que alcance os seus beneficiários. Precisamos trabalhar nesse sentido. Precisamos trazer o esporte para dentro da escola. E o Governo Federal está investindo em educação física, na solidariedade humana que o esporte traz e com que toda criança deve ter contato? Onde está o Governo, o Estado? Onde está o Poder Público, o Poder Executivo? Então, gostaria de pedir que esta CPI encaminhasse uma moção ao Poder Executivo também, exigindo uma postura mais rígida e mais consistente, colocando o esporte dentro das escolas e apoiando as pessoas que assim o fazem. Os clubes de futebol vêm pegando as crianças em condições precárias e dando a elas assistência médica, odontológica, escola e, em troca, só são tripudiados, não há incentivo. E o Governo tem que estar atuando nesse sentido, para que o clube possa continuar suprimindo o papel que o Estado não vem cumprindo. E eles vêm fazendo tudo isso hoje.

Queria dizer ao dono do jornal **O Lance** que o critério de eleição do Presidente da Federação não é paritário. O Flamengo tem um voto muito mais pesado, do que os outros clubes. O Fluminense também. Se não me engano, peso 11, peso 9, e assim por diante. E não podemos sair por aí falando coisas sem ter conhecimento de causa profundo. O futebol tem que ser estudado. A CBF vem, com a Fundação Getúlio Vargas, desenvolvendo um estudo sério. Queria, inclusive recomendar à CPI que pedisse esse estudo à Fundação Getúlio Vargas, porque são coisas que vêm sendo feitas e não podem ser ignoradas.

Ouvi também o dono do jornal **O Lance** falar da Inglaterra. E esse instituto tem que começar atuando na questão dos **hooligans**, antes de vir para cá atuar em nossas questões. Então, precisamos ter responsabilidade na crítica; precisamos conseguir tratar de maneira séria, e não aproveitar de um palanque porque está próximo das eleições e sair por aí falando o que quiser.

Eu queria agradecer o espaço que a CPI tem permitido, para que o futebol se repense e se reformule e queria pedir o apoio nas questões que são importantes para o futebol brasileiro, inclusive uma moção de congratulações à Federação do Rio de Janeiro, pelo material que passarei às mãos dos Senadores agora.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Estamos premidos pelo tempo e temos ainda que ouvir o balanço final do Relator, que fará um relatório sucinto das propostas apresentadas aqui hoje; é a palavra conclusiva da reunião. Mas é claro que não podemos negar a oportunidade.

Vamos pedir a compreensão, porque fomos avisados pela Secretaria da Mesa que logo as luzes se apagarão, então, temos que concluir a reunião em tempo, antes que fiquemos no escuro.

V. Ex^a pode fazer uso da palavra por dois ou três minutos, por favor.

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – Excelentíssimo Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias; excelentíssimos Srs. Senadores Geraldo Cândido e Geraldo Althoff; Dr. Valed PERRY; Roberto Dinamite; Sr. Promotor; ilustre jornalista; eu começo fazendo um pedido e evocando, de uma maneira, de repente, até impertinente, que me conceda um pouco mais de tempo, uma vez que ouvi atentamente todos os Relatores, os meus antecessores, e acredito que três minutos serão insuficientes, com a promessa de que não passarei de seis.

Ouvi atentamente e uma das frases que mais me marcou foi a palavra do excelentíssimo Senador Álvaro Dias, quando disse, num adendo, que a CPI está para defender, proteger e preservar os clubes. Isso é extremamente gratificante, mas, com a devida vênia, imagino desnecessária, porque não se entende de outra forma, e acredito que ninguém possa imaginar uma atuação de uma comissão séria de maneira diferente dessa. Então, fiquei extremamente satisfeito com a sua assertiva, embora eu imagine que ela tenha sido redundante, porque eu entendo que não há nenhum outro objetivo que não preservar, defender e proteger os clubes.

Também quero ressaltar a intervenção do Bernard, contando uma história. Dizem que Rui Barbosa, certa vez, num plenário, fez uma alusão de que 50% são de despreparados. Alguém protestou, e ele falou: “Eu vou corrigir, perdoem-me. Cinquenta por cento são de preparados.” Com isso, quero dizer e deixar claro, embora alguns antecessores já tenham evidenciado, que maus e bons existem em todos os segmentos. Eu imagino que as pessoas de bem e as bem-intencionadas queiram sempre ter junto de si os bons e não os maus. E eu acredito piamente, tenho certeza de que as medidas corretivas são para que os maus, quaisquer que sejam os segmentos, devam ser eliminados.

Quando eu era pequeno, dizia: “Eu quero ser presidente da República; vou ser presidente da República!” “Mas por que você quer ser presidente?” “Porque eu vou resolver tudo.” Porque eu imaginava que o Presidente era a pessoa que tinha poder para resol-

ver tudo. E aí eu cresci, fui aos bancos escolares e, com o impulso do adolescente, imaginava: vou resolver em quinze segundos o problema do Brasil: vamos aumentar o PIB, ter um superávit na balança comercial, uma melhor redistribuição de renda, vamos resolver o problema da habitação, da saúde etc. Um belo dia meu pai disse assim: "Vou lhe contar uma história, meu filho." Eis história.

Estava alguém a ver uma exposição de quadros. Chegou um transeunte, também ficou observando e um senhor lhe perguntou: O que acha?

Ele respondeu: – É um belo quadro, mas os sapatos estão errados.

– Como você sabe que os sapatos estão errados?

– Os sapatos estão errados, porque as fivelas estão de tal forma (e deu uma explicação técnica).

– E por que você sabe isso?

– Porque eu sou sapateiro, sou remendão.

No dia seguinte o pintor recolheu sua obra, fez a correção, recolocou no lugar. Quando estavam os dois, ele perguntou:

– E agora?

– Agora a tonalidade de cores está errada, a sombra está mal colocada (e fez outros comentários).

– Remendão, não passe dos sapatos (disse-lhe o pintor)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Eu quero comunicar ao amigo que o tempo se esgotou. Já se passaram seis minutos.

O SR. (*debatedor não identificado, nome não declinado*) – Não passaram, Sr. Presidente. Conceda-me 30 segundos, por favor, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo tempo para V. S^a concluir.

O SR. (*debatedor não identificado, nome não declinado*) – Eu gostaria de deixar algumas propostas para a Comissão. Sugiro que sejam discutidos alguns pontos extremamente importantes, como: a segurança nos estádios, que já foi muito bem falada; o atleta menor, ressaltado pelo Dr. Valed PERRY; assistência ao atleta menor; proteção ao atleta amador, principalmente no que diz respeito à saúde; e os requisitos mínimos para que um clube possa-se habilitar a disputar um evento; e que isso seja discutido em câmaras setoriais, exatamente para que o dentista não opine na engenharia e para que o remendão não opine no quadro.

Eu tinha mais alguma coisa a acrescentar, mas em atenção ao tempo que me foi concedido, agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Nós agradecemos a consideração.

Concederei a palavra ao último orador, para que depois possamos concluir com nossos convidados que desejarem ainda fazer alguma observação.

Posteriormente, concederei a palavra ao Senador Geraldo Althoff, para o balanço final, com um relato sucinto das conclusões desta reunião.

O SR. SÉRGIO PAULO GOMES DE ALMEIDA

– Senador Álvaro Dias, Senador Geraldo Althoff, demais membros da Mesa, Srs. atletas, Srs. dirigentes, primeiramente quero-me identificar. Sou Sérgio Paulo Gomes de Almeida, engenheiro civil e administrador de empresa com pós-graduação.

Quero dizer a todos que luto há 19 anos contra o Sr. Eurico Miranda e contra o Sr. Antônio Soares Calçada.

Não passarei de três minutos.

Tenho documentos que provam a vida irregular do Sr. Antônio Soares Calçada de mais de quarenta anos e tenho documentos que provam a vida irregular do Sr. Eurico Miranda de mais de vinte anos. Tenho documentos de transferências irregulares de jogadores do futebol do Clube de Regatas Vasco da Gama para o exterior. Devo citar os nomes de documentos que tenho de transferências irregulares: o atleta Elói, em 1983; do Sr. Nicola Gravina, que, devido ao Sr. Antônio Soares Calçada ter lesado o empresário da transferência do Sr. Nicola em US\$76 mil, deu um prejuízo no Vasco da Gama de R\$289,9 milhões; tenho documentos da venda do Bebetão para a Espanha; tenho documentos da venda irregular do Alexandre Torres, que deu um prejuízo ao Vasco da Gama de 220 milhões de cruzeiros.

Mandeí um e-mail ao Senador Geraldo Althoff e um ao Senador Álvaro Dias. Apresentei doze denúncias na Procuradoria da República, à Dr^a Lilian, no ano de 2000, todas elas documentadas contra os Srs. Eurico Miranda e Antônio Soares Calçada. Em todas as minhas doze denúncias do ano de 2000 aos Srs. Antônio Soares Calçada e Eurico Miranda, termino minhas petições com o seguinte: 1) confisco dos bens de Antônio Soares Calçada e Eurico Miranda no Brasil e no exterior; 2) prisão do Sr. Antônio Soares Calçada, apesar da idade do Sr. Eurico Miranda; 3) cassação do mandato do Sr. Eurico Miranda como Deputado Federal.

Quero comparecer a todas as audiências, pois tenho documentos para provar as vidas irregulares do Sr. Antônio Soares Calçada e do Sr. Eurico Miranda.

Obrigado, Senador, pelos três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Vamos passar a palavra aos nossos convidados para alguma observação final que desejem fazer.

Concedo a palavra ao jornalista Walter de Mattos Júnior.

O SR. WALTER DE MATTOS JÚNIOR – Faço um esclarecimento a respeito dos comentários que foram feitos posteriormente às minhas sugestões. Obviamente, são sugestões pessoais e partem da premissa colocada, de que o futebol é um bem público.

Quanto à questão dos dirigentes amadores, para esclarecer o meu pensamento, temos de separar o joio do trigo. Alguns dirigentes foram os responsáveis pela construção de fato de patrimônios que hoje representam esses clubes – alguns patrimônios materiais e de crescimento de torcida. É óbvio que, ao defender uma regra de transparência e um processo eleitoral diferente do que temos hoje, não quero de modo algum tirar o mérito desses dirigentes. Ao contrário, penso que, se tivermos um processo mais transparente, ficará muito mais claro distinguir o bom dirigente do mau dirigente.

A questão do dirigente amador tem de ser muito bem esclarecida. Estamos num mundo profissional. É como se quiséssemos que o time de basquete da nossa universidade, que era muito bom e valoroso, fosse disputar a NBA. Isso é impossível. O mundo de hoje é um mundo de gestão profissional do esporte, e não podemos mais considerar que o mundo dos dirigentes amadores vai disputar de igual para igual com essas empresas. É um processo que ocorre na economia e por todo o lado: a profissionalização. Vai ter espaço sempre para aquele dirigente abnegado e apaixonado pelo seu clube ter um papel dentro desse clube. Assim espero eu.

Quanto à renovação, aqui se falou no sentido da perpetuação. O processo da perpetuação não diz respeito a fazermos julgamento do bom e do mau dirigente. O sistema que não é capaz de produzir mais de um bom dirigente, ou uma renovação de bons dirigentes, é um sistema por si só ruim. Precisamos de um sistema que produza mais de um bom dirigente. Se ficamos presos, escravizados à gestão de um só dirigente é porque nosso sistema é ruim.

Por fim, faço um comentário: é curioso que tanto o Deputado Paulo de Almeida quanto o advogado Michel Assef tenham usado a palavra “corrupto” quando foram à tribuna, e eu não me lembro de nenhum dos palestrantes ter mencionado essa palavra. Essa palavra não havia sido mencionada nesta Casa até o momento em que foram se defender de supostas acusações de corrupção. Então, só queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Queremos agradecer ao jornalista Walter de Mattos Júnior pela sua intervenção. Vamos passar a palavra ao Senador Geraldo Althoff para o balanço final, já que as luzes começaram a apagar-se.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Serei rápido, Sr. Presidente. Cabe-me, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em cada audiência pública, fazer um relatório final dos trabalhos e fazer sumariamente uma colocação das propostas apresentadas.

Área da justiça desportiva. Transferência do Superior Tribunal de Justiça Desportiva para Brasília. Estabelecer impedimentos para evitar o servilismo, o clubismo nos tribunais. Exigência de que os membros

dos tribunais tenham experiência mínima de 10 anos na área desportiva. Impedir nepotismo nos tribunais.

Área de segurança. Necessidade de alteração do aparato repressivo legal. Instalação de sedes de juizados especiais e juizados de menores nas praças de espetáculos para julgamentos sumários e penas como prestação de serviços à comunidade e restrição de liberdade coincidente com a realização do espetáculo. Foi levantada a questão da venda de bebidas alcoólicas em estádios. Obrigatoriedade de numeração dos assentos como determina a Fifa. Identificação do comprador do ingresso. Proibição do ingresso, nos estádios, de menores de 14 anos, sem autorização dos pais; identificação dos componentes das torcidas organizadas junto à Polícia Militar; instalação de equipamentos de vigilância nos estádios; legislação específica para os estádios.

Na área da gestão de futebol: obrigatoriedade dos clubes se transformarem em empresas, sem que sejam, necessariamente, obrigados a firmarem parcerias – como consequência dessa obrigatoriedade, os clubes passariam a cumprir exigências típicas da legislação empresarial e comercial; estabelecimento de requisitos mínimos para que os clubes participem de campeonatos como, por exemplo, a publicação de balanços etc.; permissão para realização de parceria de um mesmo investidor com mais de um clube; proteção incondicional das marcas dos clubes como patrimônios públicos e não privados; necessidade de revisão da sistemática de eleição nas federações.

Referente ao calendário: unanimidade sobre a urgência de se modificarem os procedimentos de sua elaboração.

Contrato de trabalho do atleta: propostas que resultem em proteção dos atletas profissionais e com relação à aposentadoria da classe.

Ainda, posteriormente, foram acrescentadas as sugestões: detectores de metais na entrada dos estádios; premiação para a torcida organizada que melhor se comportar; cartões de ingresso com número da carteira de identidade do torcedor.

Há a referência de que a Federação Italiana é eleita por quatro mil eleitores, ao contrário da brasileira, que é eleita por apenas 27.

E há uma última sugestão: remuneração dos dirigentes de federação.

Logicamente que as propostas apresentadas nesta audiência pública serão avaliadas, pela nossa assessoria jurídica, para se tentar viabilizá-las e inseri-las no nosso relatório final.

Eram essas as conclusões propostas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradeço ao Senador Geraldo Althoff pela dedicação à causa de mudar para melhor o futebol brasileiro.

Antes de encerrar a reunião, agradeço ao Presidente da Casa, o Deputado Sérgio Cabral Filho, pela acolhida a esta comissão. Agradeço aos Deputados Estaduais que aqui estiveram, ao Deputado Federal Paulo Almeida, aos dirigentes de clubes e de entidades, aos jornalistas e, especialmente, aos nossos convidados, o Dr. Valed PERRY, Dr. Fernando Capez, jornalista Walter de Mattos Júnior e o Deputado Roberto Dinamite, pela contribuição inestimável que prestaram aos trabalhos desta comissão.

Da nossa parte, não há, certamente, nenhum sentimento de que a generalização deva prevalecer no momento da investigação. Não há, de forma alguma, o risco de que generalizemos. Somos daqueles que condenamos a generalização. Entretanto, certamente, não teremos tempo de alcançar a todos que praticaram irregularidades no mundo do futebol. Muitos ficarão impunes, certamente, porque é humanamente impossível, diante da complexidade e da amplitude do mundo do futebol brasileiro, alcançarmos a todos aqueles que, ao longo dos anos, praticaram ilícitos, irregularidades, desvios, enfim, corrupção. Certamente, alguns serão alcançados inevitavelmente, pela gravidade dos atos praticados e pela relevância da presença no futebol brasileiro.

Seguramente, haveremos de concluir, com sugestões valiosas como as de hoje, com uma legislação que queremos que seja a lei de responsabilidade administrativa para o desporto nacional, em que os dirigentes honestos possam ser aplaudidos pelo torcedor brasileiro, mas em que o dirigente desonesto possa ser rigorosamente penalizado pela desonestidade praticada. Não é mais possível admitir, neste País, que dirigentes de clubes ou de entidades passem por esses clubes, se enriqueçam – às vezes honestamente – e que partam para suas vidas, para o dia-a-dia, sem que nada lhes aconteça. Falo sem qualquer propósito de generalização.

Agradeço a presença de todos. Tenho certeza de que o futebol brasileiro viverá, graças ao talento do atleta profissional deste País e à competência dos dirigentes. Com uma melhor organização, com uma legislação mais moderna, o futebol brasileiro será sempre o orgulho do nosso povo.

Muito obrigado.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 497, DE 2000-SF “DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO ASSOCIAÇÕES BRASILEIRAS DE FUTEBOL”.

Ata da 38ª Reunião realizada em 19-6-2001

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Pa-

ulo, na Cidade de São Paulo, reúnem-se os Senhores Senadores, Geraldo Althoff, Alvaro Dias, Geraldo Cândido e Romeu Tuma, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Walter Feldman, Digníssimo Presidente da Assembléia, pela acolhida dispensada e informa que na presente Audiência Pública sobre Futebol e Legislação, serão ouvidos os Senhores Jornalista José Carlos Kfoury, Márcio Aurélio Klein, Carlos Miguel Aidar, Sócrates Brasileiro Sampaio S. Vieira, Luiz Fernando Lima e Vladimir Rodrigues dos Santos. Ato contínuo, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator Senador Geraldo Althoff, para dar início aos seus questionamentos. Fez uso da palavra o Senhor Senador Geraldo Cândido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está aberta a 38ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Quero agradecer, em meu nome e em nome dos demais Senadores desta CPI, ao Sr. Deputado Estadual Walter Feldman, Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, pela oportunidade que nos oferece de realizar esta audiência pública neste auditório.

A audiência pública sobre futebol e legislação ouve hoje o jornalista José Carlos Kfoury; o Dr. Marco Aurélio Klein, sociólogo especializado em marketing esportivo; o Dr. Carlos Miguel Aidar, advogado especializado em legislação desportiva; o jornalista Flávio Prado; o Dr. Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, ex-jogador de futebol; Vladimir Rodrigues dos Santos, ex-jogador de futebol; e o jornalista Luís Fernando Lima, da Rede Globo.

Desde já, queremos agradecer a presença dos ilustres convidados: Senador Romeu Tuma, representante de São Paulo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito; Senador Geraldo Cândido, do PT do Rio de Janeiro; e Senador Geraldo Althoff, Relator desta CPI.

Destaco mais uma vez que a CPI do Futebol do Senado Federal foi inspirada pela indignação da população brasileira relativamente a escândalos que se sucedem na administração do futebol deste País, constantemente refletidos pela indignação de cronistas esportivos, alguns dos quais presentes aqui.

O objetivo desta audiência pública é colher idéias e sugestões que possam contribuir para uma nova legislação, que talvez poderá ser chamada de Lei de Responsabilidade Administrativa para o Desporto Nacional, cuja finalidade será estabelecer normas de organização e, paralelamente, penalidades rigorosas e visíveis que funcionem até mesmo pedagogicamente, como alerta permanente, avisando que a impunidade deve acabar.

Convidamos para tomar assento à mesa o jornalista Juca Kfoury; o advogado Dr. Carlos Miguel Aídar; o jornalista Luís Fernando Lima; o Dr. Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, ex-jogador de futebol; o Dr. Marco Aurélio Klein, sociólogo; e o Vladimir Rodrigues dos Santos, ex-jogador de futebol.

Passamos a palavra ao Relator desta CPI, Senador Geraldo Althoff, que fará uma exposição sobre os objetivos desta CPI antes de ouvirmos os nossos convidados.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobres convidados, que nos honram com suas presenças, Sr^{as} e Srs. Assessores, em determinados momentos, nossa Comissão Parlamentar de Inquérito tem sido questionada quando à sua constitucionalidade.

A prerrogativa de investigar é constitucional, determinada no art. 58, §3º, da Constituição Federal. Ao Parlamentar, que é legislador e fiscalizador, passa-se a acrescenta-se um novo valor, o de também ter a autorização de investigar. Dentro desse raciocínio e baseado na Constituição Federal, art. 217 – fomentar um esporte é um dever do Estado –, fazemos esse trabalho de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Atualmente, sem dúvida nenhuma, o futebol é o maior patrimônio cultural do povo brasileiro e, por isso, é a coisa mais pública que temos neste País. Mesmo que entidades privadas estejam diretamente envolvidas com o futebol no nosso País, ele é o nosso maior patrimônio cultural. Por esse motivo, devemos investigá-lo e estamos exercitando esse tipo de ação.

A desorganização e o amadorismo com que determinados clubes de futebol e determinadas entidades representativas de futebol, mormente federações, estão apresentando e sendo evidenciadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito determinam a perda, ou melhor, fazem com que evasão de divisas, sonegação fiscal ou até mesmo lavagem de dinheiro estejam ocorrendo no âmbito do futebol brasileiro. Como consequência, não há crescimento do futebol no Brasil nem, principalmente, profissionalização.

O futebol tem condições de ser uma atividade econômica, é gerador de emprego e de renda, pode ser gerador de lucro e pode ser responsável pelo crescimento econômico. É com essa visão que o futebol brasileiro deve ser exercitado a partir do momento em que temos uma potencialidade muito maior que qualquer outro país do mundo com relação à qualidade dos atletas que exercitam e que jogam o nosso futebol.

Sendo assim, constituímos esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por iniciativa do hoje Presidente desta CPI, Senador Álvaro Dias. Após a sua constituição, quando foram identificados o seu Presidente e o seu Relator, nosso primeiro trabalho foi fazer a base de estruturação desta CPI. A base de uma CPI não somente desta como de qualquer outra é, sem dúvida nenhuma, a qualidade da sua assessoria. Buscamos, dentro do quadro do Senado Federal, consultores e advogados, buscamos auditores do quadro do Tribunal de Contas da União, analistas do Banco Central do Brasil, auditores da Receita Federal, delegados e agentes da Polícia Federal, que nos assessoram de maneira permanente para que possamos exercitar este trabalho. A nossa assessoria, com sua qualidade e seu espírito público, é, sem dúvida nenhuma, o pilar-base de manutenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Iniciamos os nossos trabalhos em 19 de outubro de 2000. Mais especificamente no dia 13 de dezembro passado, fizemos um cronograma de trabalho que estamos exercitando de maneira metódica e organizada. Iniciamos uma primeira fase de informações e de estudos para que exercitássemos a segunda, a chamada fase investigativa, para chegarmos àquilo que entendemos como o maior e mais importante momento de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, qual seja, a sua fase propositiva. É o momento em que, após o processo investigativo, justificamos alterações na legislação atual no sentido de que possamos organizar melhor e dar mais qualidade ao futebol brasileiro.

Para tanto, estamos usando, neste momento, essas audiências públicas. Fizemos uma na cidade de Recife, outra na cidade do Rio de Janeiro e, neste momento, estamos realizando a terceira audiência pública aqui, na cidade de São Paulo. Como esta é a maior cidade do País, nada mais justo que tivéssemos aqui o maior número de representantes a fazer uso da palavra, para fazer as suas propostas.

No processo investigativo desta nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, ficou claro que deveríamos trabalhar em cima de determinadas situações.

Então, definimos que passariam a ser investigados a Confederação Brasileira de Futebol, as Federações Estaduais – e tomamos como referencial São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - e alguns clubes do futebol brasileiro, mormente os clubes do eixo Rio-São Paulo, por representarem significativamente a maior densidade de movimentação financeira e, acima de tudo, por envolverem o maior número de cidadãos brasileiros na paixão pelo futebol. Definimos também que iríamos investigar empresários do futebol, dirigentes e outros profissionais envolvidos com o futebol brasileiro.

Por isso, estamos aqui, Sr. Presidente, dentro do raciocínio e da lógica de termos oportunidade de escutar a sociedade civil organizada, para que, desta maneira, possamos entregar à apreciação dos Srs. Senadores, membros desta nossa Comissão Parlamentar de Inquérito - fazendo referência aos Senadores Romeu Tuma e Geraldo Cândido, que nos acompanham neste momento -, um relatório final de qualidade e com a participação da sociedade civil organizada deste País, de maneira tal que possamos buscar a reestruturação do futebol brasileiro.

Eram estas as palavras de motivação que eu gostaria de deixar, neste momento, para que possamos, em seguida, escutar os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Senador Geraldo Althoff pelo trabalho que vem realizando, ao lado de toda a equipe técnica que o assessora.

Quero apenas aduzir que seria impossível investigar todas as entidades, todas as federações, todos os clubes. Toda CPI que quer ampliar exageradamente a sua área de atuação não chega a lugar algum. Então, a opção desta CPI foi selecionar os fatos relevantes. Evidentemente, os clubes não foram escolhidos aleatoriamente, mas em função das informações que foram recolhidas inicialmente nos trabalhos de investigação da CPI. Da mesma forma, com a seleção das três maiores federações como amostragem, o que se pretende é um apanhado da realidade da administração do futebol no País.

Como disse o Senador Geraldo Althoff, no mês de agosto, pretendemos concluir as investigações em torno dos fatos mais relevantes até aqui investigados, para, provavelmente no mês de outubro, concluirmos os trabalhos, não apenas com o relatório final a ser submetido ao Ministério Público mas também com uma proposta de legislação que esperamos possa ser modernizadora, especialmente com a contribuição valiosa de depoentes como os que hoje aqui se encontram para a sua participação.

Anunciamos a presença do Dr. Marco Aurélio Klein, que acaba de chegar. Queremos também agradecer as presenças do Dr. Paulo Amaral, Presidente do São Paulo Futebol Clube, do ex-Deputado Armando Pinheiro, também do São Paulo Futebol Clube, e do Presidente do Unibol, de Pernambuco.

Hoje temos sete depoimentos, e eu não cometeria a descortesia de limitar o tempo, mas, como sabemos que aqui estão especialistas do futebol, com uma capacidade enorme de síntese, temos certeza de que teremos a objetividade como marca da exposição de cada um.

Vamos iniciar pelo Dr. Carlos Miguel Aidar, Presidente da OAB, Seção São Paulo, especializado também em legislação esportiva.

O SR. CARLOS MIGUEL AIDAR – Senador Álvaro Dias, Senador Geraldo Althoff, prezado amigo, Senador Romeu Tuma, Srs. Componentes da Mesa, meus amigos, a nossa contribuição, Senador, retorna ao ano de 1987. Éramos presidentes do São Paulo Futebol Clube, naquela oportunidade, e encontrávamos uma dificuldade muito grande na realização do campeonato brasileiro de então.

A CBF, presidida de fato pelo Deputado Nabi Abi Chedid e de direito pelo ex-dirigente do Botafogo Otávio Pinto Guimarães, já falecido, declarava publicamente não ter recursos para realizar a competição. O certame estava extremamente inchado. Havia uma entidade que reunia todos os clubes, ditos profissionais; essa entidade estava crescendo, chegando a 40 ou 50 clubes naquela oportunidade.

Foi quando fizemos um primeiro movimento no sentido de tentar modernizar a administração esportiva daquela época. Criamos naquela oportunidade, idealizamos, fundamos, fomos até o primeiro presidente durante um certo período, cerca de três anos, o chamado Clube dos Treze. Na época, o Clube dos Treze pretendeu realizar ao seu modo, turno, jeito e forma, com os seus recursos, com a sua comercialização, com o seu **marketing** o campeonato brasileiro de 1987.

Ele nasceu com essa intenção e, mais do que isso, tinha a intenção política. Ele pretendia mudar a legislação para poder, eles, clubes, passar a dirigir o futebol brasileiro, ou seja, pretendia-se o exercício do poder naquela oportunidade.

Esse Clube dos Treze, como ficou conhecido, teve o apoio de uma mídia forte como o da **Rede Globo de Televisão**; de uma empresa muito forte que foi a Coca-Cola, e os clubes, que vinham em uma penúria imensa, em uma dificuldade de sobrevivência in-

clusive, dos dezesseis que participaram daquele primeiro campeonato brasileiro, sete ou oito deles não tinham sequer patrocínio em suas camisas; não havia quem acreditasse e desenvolvesse uma mídia de patrocínio em camisa.

Com esse apoio financeiro de então, os clubes se sentiram fortalecidos e iniciou-se o que se chamou Copa União, que foi a primeira liga, ainda que pirata, sob a forma de legislação vigente.

Aquele foi um embrião muito importante, porque, sem dúvida, proporcionou, no nosso entendimento, que nascesse no período da Assembléia Nacional Constituinte a possibilidade de se fazer o que reputo a coisa mais natural no regime democrático, o **lobby**, em que os clubes procuraram, e nós mesmos estivemos muitas vezes em Brasília, nos gabinetes dos Deputados e Senadores, sempre acompanhados de atletas, porque eles sempre foram as grandes atrações – e naquela época tínhamos, entre tantos outros grandes jogadores, Sócrates e Vladimir jogando – para conseguir inserir aquele dispositivo na Constituição brasileira, o art. 217, e até então, nenhuma Constituição brasileira havia tido um dispositivo sobre o desporto.

Isto foi muito importante, porque, na realidade, o desporto já crescia do ponto de vista profissional e de investimentos, e a legislação que tínhamos até então era da época do General Ernesto Geisel, Presidente da ditadura militar. Era uma legislação extremamente ultrapassada, uma legislação do que não se podia fazer, sem qualquer liberdade.

Com o art. 217, inciso I, que trata da autonomia de organização e funcionamento para as entidades de prática e dirigentes, criou-se uma nova mentalidade, de que tudo se pode, dentro do limite do que seja razoável, ético, permitido e tolerável, mas, enfim, não havia mais a interferência do Estado dentro do esporte.

Sem dúvida, isso foi muito mais coerente com a modernidade da época – inclusive, com a de hoje. De lá para cá, veio a Lei Zico, fruto da mudança da Constituição Federal, da mesma forma que veio a Lei Pelé, que, na realidade, procurou trazer algo ainda mais moderno que a Lei Zico, embora extremamente combatida por dirigentes desportistas. Curiosamente, os maiores críticos da chamada Lei Pelé foram os dirigentes desportistas que ainda hoje dirigem clubes, porque, por óbvio, a Lei Pelé obrigava, para quem pratica modalidade profissional, a se organizar sob a forma de uma sociedade comercial ou uma sociedade civil com fins lucrativos. Isso traz todas as implicações da responsabilidade do administrador, porque na so-

cidade civil sem fins lucrativos já não tem tanta responsabilidade o dirigente.

Curiosamente, aquilo que pressupúnhamos que haveria de ser o melhor para o esporte, realmente uma administração profissional aberta e transparente, com obrigação de publicação de balanços, enfim, com tudo aquilo que trouxesse transparência à gestão, na realidade, sofreu um combate muito grande do dirigente atual, acabando por ser mudada essa lei, por força de outro trabalho, normal, de **lobby**, dentro do Congresso, não tenho a menor dúvida. Ela acabou sendo mudada, pois a crítica que se fazia era no sentido de que não podia haver aquela obrigatoriedade, porque feria a liberdade de autonomia, de organização e de funcionamento do inciso I do art. 217 da Constituição, ao que se responde, evidentemente, que não é verdade, porque é só na modalidade profissional; se não se quiser fazer aquilo, que se continue como um clube amador, como os inúmeros que existem.

O anteprojeto previa uma proteção à entidade formadora, que me parece um aspecto fulcral. Não tenho a menor dúvida de que isso precisa ser mudado.

O hoje Advogado-Geral da União Gilmar Ferreira Mendes, então Consultor Jurídico do Gabinete Civil da Presidência da República, ao fazer a revisão do anteprojeto, entendeu inconstitucional aquele estágio obrigatório com que o esporte convivia no profissionalismo de dois anos, ou seja, se não se profissionalizar naquele clube, não se pode profissionalizar em nenhum outro clube e, por dois anos, não se pode praticar a modalidade; o Dr. Gilmar entendeu que era inconstitucional porque impedia o exercício da profissão. Vetou esse dispositivo, e a lei acabou ficando capenga, porque ficaram sem proteção os clubes formadores. O São Paulo Futebol Clube, que sempre teve uma tradição de formar muitos atletas – posso falar desse clube porque o conheço um pouco mais; eu o presidi durante quatro anos e o seu conselho por dois anos -, foi um dos clubes, naquela oportunidade, que se sentiu bastante prejudicado.

De qualquer forma, hoje, temos uma legislação vigente. Se não é a ideal é uma melhor do que aquela que se conheceu no passado recente. A grande crítica que fazemos, como advogado, é que, na realidade, o Brasil tem leis boas. Aquela mania de dizer que existem leis que pegam e outras que não pegam é uma grande falácia no meu modo de ver. O que existe, a bem da verdade, é que se cria uma expectativa de que a lei vai mudar, e, por conta disso, acaba não se dando cumprimento à legislação vigente no dia de hoje. Então, espera-se muito uma grande mudança.

Se formos ver a evolução legislativa e desportiva no Brasil, perceberemos que, pelo menos na legislação vigente, temos uma lei de 1976 que regulamenta a relação de trabalho do atleta profissional, de cujos 30 e tantos artigos só 16 subsistem, porque todos os demais estão revogados por conta das leis que se sucederam.

Temos a Constituição Federal, como Lei Maior, no art. 217; a chamada Lei Pelé, de março de 1998. Vejam que coisa curiosa esse instituto da medida provisória. A Lei Pelé previa dois anos de prazo para os clubes se adaptarem e, depois, foi prorrogado para três com relação ao aspecto do passe do atleta. Precisou entrar em vigência o término do passe, três anos depois, para que, no mesmo dia, fosse editada uma medida provisória. Ou seja, essa intranquilidade jurídica, essa insegurança jurídica, é muito ruim no nosso modo de ver. Entendíamos que precisávamos de uma lei. Nós convivemos com uma legislação. Está certo que havia toda a característica de legislação de exceção, toda uma cultura de autoritarismo. No entanto, foi uma lei que viveu durante muitos anos. Todos nos acostumamos a viver com aquela legislação. Precisamos dar um basta a esse furor legislativo, vamos chamar assim. Depois da Lei Pelé, de 1998, logo em dezembro de 1999, houve uma modificação de um dos artigos dela. Em julho do ano passado, houve nova modificação. Em março, houve uma medida provisória introduzindo novas modificações. Para minha surpresa, em abril passado, foi editada nova lei que equipara a atividade do peão de rodeio à de um atleta profissional. É uma atividade que possui características completamente distintas, diferentes. Pegou-se uma carona em uma determinada legislação para dar aos peões o **status** de atleta.

A bem da verdade, parableno sobremaneira esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo trabalho. Creio que é absolutamente necessário. Não falo apenas do aspecto investigativo, que está sendo levado a termo por toda a assessoria ainda há pouco declinada pelo Relator, Senador Geraldo Althoff. É muito importante que possamos tirar a conclusão, com esta CPI, de que a legislação pode ser aperfeiçoada e que possamos fazer um novo texto. Disse o Presidente do Clube de Pernambuco que, da mesma forma como estão sendo criados agora os Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal, cujo projeto já foi aprovado na Câmara e irá ao Senado, poderíamos criar juizados especiais esportivos, regulamentando a Justiça Esportiva, que está prevista nos §§ 1º e 2º do art. 217. É preciso haver, acima de tudo, mecanismos de controle do exercício da função de dirigente esportivo.

Isso é fundamental. O dirigente esportivo hoje abusa do direito de prejudicar o clube. Os clubes têm servido aos dirigentes e não os dirigentes esportivos, aos clubes. Há dirigentes que são donos de passes de atletas, que são sócios de atletas, que negociam atletas de forma aberta. Os valores noticiados não conferem com os divulgados no exterior. Há uma dificuldade muito grande desses casos. O trânsito de moeda estrangeira é feito de forma irregular, como esta CPI já apurou e os jornais noticiaram. Enfim, é preciso haver um controle, uma fiscalização maior nessas transações internacionais. Creio que só a Receita Federal e o Banco Central podem exercer uma atividade mais firme, mais forte e rigorosa. No entanto, nada vai adiantar se não tivermos um esporte forte no Brasil. Precisamos fazer tudo isso para manter os grandes atletas no Brasil. No meu modo de ver, não nos interessa exportar atletas. Precisamos fortalecer nosso esporte. No dia em que conseguirmos fortalecer o esporte, conseguiremos segurar os atletas.

Por derradeiro, para atender ao pedido de síntese do Presidente, gostaria de dizer que estamos vivendo outro problema muito sério: o excesso de televisão no futebol. Atualmente, com a existência de canais a cabo, somos capazes de ficar 24 horas, mesmo que de cama, com febre, deitado, doente, dentro de um hospital, assistindo a jogos de futebol do mundo inteiro. Essa oferta de futebol na televisão acaba tirando um pouco da atração daquilo que poderia ser o futebol como um todo. Só os grandes espetáculos, as grandes finais, sobrevivem.

Era o que tinha a dizer, Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado, Sr. Carlos Miguel Aidar.

Concedo a palavra, imediatamente, ao Dr. Marco Aurélio Klein, sociólogo especialista em marketing esportivo.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Bom-dia, Srs. Senadores, senhores componentes da Mesa, senhoras e senhores.

Antes de mais nada, acho interessante destacar o fato de que somente dois clubes estão representados no auditório. Infelizmente, é uma rotina em praticamente todos os eventos que nos últimos 5 ou 6 anos tenho visto ao redor do mundo, nesse processo de estudo do futebol. A marca principal é a ausência dos dirigentes brasileiros, inclusive em eventos do Brasil.

Então, quero cumprimentar o Sr. Paulo Amaral, Presidente do São Paulo, e Jaido, do Unibol.

Na minha opinião, o nó górdio dos problemas do futebol brasileiro está no seu modelo feudal, dentro dos princípios e conceitos descritos pelos principais historiadores, que conceituam no modelo feudal uma forte dependência das relações pessoais no qual o produtor entrega a sua produção e a sua terra a um protetor. O produtor da riqueza fica pobre e o seu protetor, que não produz a riqueza, fica rico. Só isso explica o fato de que no Brasil temos federações muito ricas e clubes sempre muito pobres. Então, essa desorganização no modelo vem desde lá detrás. É um problema que transcende os atuais presidentes das federações. É um modelo que vem da história da implantação do futebol no Brasil, que começou quando o Brasil era um País de coronéis, não só no sentido de que se usa hoje, mas no sentido **lato sensu**, pessoas que tinham poder de polícia, poder de tropa. Ao passo que os modelos mais desenvolvidos que costumamos olhar, como o caso do futebol inglês desenvolveu-se já no bojo da revolução industrial, de aperfeiçoamento de relações políticas, de relações econômicas e no meio de muita riqueza.

Quando da instalação da Associação inglesa de futebol, Londres era a cidade mais rica do mundo e a economia inglesa a mais forte do mundo. Quando Charles Müller desembarcou em São Paulo, não havia energia elétrica e água encanada, a população era pequena e muito pobre. Toda estruturação no Brasil se deu nessa forma de desarticulação política e regionalizada. Assim ele cresceu e se fortaleceu na diversas cidades. Isso desembocou em uma situação em que cada um olha apenas para o seu problema, cada clube procura resolver o seu problema e ninguém olha o todo do futebol brasileiro.

A grande oportunidade que temos com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela CPI, além das questões de natureza investigativa, já sobejamente abordadas, é a oportunidade de caminhar para olhar o futebol brasileiro como um todo, com tudo o que ele significa, inclusive e principalmente para a economia do País. Precisamos deixar de tratar o futebol brasileiro de forma amadora, quase infantil, de garotos que acham que temos apenas o melhor futebol do mundo e nada mais. Somente organizado, profissionalizado e visto como um todo dentro da economia, com o que ele significa, é que nós poderemos avançar e trabalhar pelo engrandecimento e pela população.

Hoje, temos 500 times profissionais no Brasil. Num domingo em que haja 250 jogos, significa aproximadamente 50 mil empregos diretos. Com toda a pobreza de público que o futebol atrai, significa cerca

de 500 mil pessoas se movimentando em uma atividade de lazer.

É comum, a propósito da falta de público, que se atribua isso exclusivamente a falta de dinheiro. Habituaamo-nos a contar bons públicos por públicos médios. Então, temos competições vazias o tempo inteiro para duas ou três partidas finais que atraem mais públicos ou podem até lotar o estádio, dando uma média enganosa, como aquela velha piada de cabeça no forno e pés no congelador, com uma média da temperatura ideal, sem olharmos para a verdadeira medida produtiva que é a o percentual de ocupação da capacidade instalada, que, no Brasil, na média dos grandes clubes, pouco passa de 10%, enquanto na primeira divisão, na divisão de elite, na **Premier League** do Campeonato Inglês, este ano foi de 94,5%, foi de 65% na terceira divisão, 37% na quarta divisão.

Cem pessoas pode ser um bom número para uma companhia aérea, dependendo de que avião ela use. Se estivermos falando de um Fokker 100 da TAM (Transportes Aéreos Marília S.A.), avião lotado, lucro na certa, se for um Jumbo de 350 lugares, prejuízo na certa, porque as pessoas que estão trabalhando e o custo fixo é o mesmo.

Então, para que isso possa ser alcançado é preciso realmente pensar numa organização que transcenda a discussão de calendário e do modelo do campeonato. A mim parece tão óbvio que um campeonato é um jogo de todos contra todos, ida e volta, e ponto corrido, funciona assim no mundo inteiro e no mundo civilizado do futebol, e é curioso notar – fiz esse levantamento, Sr^{as} e Srs. Senadores – que de todos os países do mundo, em relação à organização dos seus campeonatos, quanto mais desenvolvido e organizado o país, mais simples o seu campeonato, mais simples até mesmo o seu troféu. Eu diria até que podemos notar isso nos troféus dos campeonatos estaduais do Brasil, cada vez mais empolados, mais cheios de firulas, taças enormes que nem os jogadores podem carregar, enquanto que o troféu mais cobiçado do mundo, o da Copa do Mundo, tem apenas 40cm de tamanho. Quanto aos campeonatos, a mesma coisa, quanto mais simples, mais importante. Quanto mais pobre o país, quanto mais subdesenvolvido, quanto mais atrasado, mais complicadas são as regras dos seus campeonatos. É assim na África e na Ásia.

Então, acho que a discussão do modelo do campeonato deve estar inserida num contexto em que se organize todo o processo da indústria de uma forma... Acho que uma grande contribuição que o trabalho da CPI pode deixar na história do futebol brasileiro é re-

almente dividi-lo em antes e depois dessas atividades, com a criação de um grupo de trabalho que envolva a sociedade, não só os presidentes dos clubes, que claramente não demonstram o menor interesse nisso, mas que envolva a sociedade como um todo, a economia, juristas, a imprensa, todos, de maneira que se possa ver como atender esse processo todo.

Hoje, no segundo semestre, por exemplo, des-ses 500 times pelo menos 400 ficarão sem atividade, o que significa aproximadamente 300 mil pessoas, entre empregos diretos e indiretos, afetadas. Serão 130 milhões de brasileiros sem futebol ao vivo, inclusive crianças que estão em formação e nesse processo, que não deixarão de fazer outra atividade. O futebol está perdendo seu espaço para outras atividades. Enquanto os dirigentes repetem que não há público, para justificar a própria incompetência na organização dos campeonatos, repetem que não há dinheiro no mercado, no mesmo momento, no ano 2000, a indústria do cinema vendeu no Brasil 80 milhões de ingressos, segundo um estudo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), levando a um faturamento brutal, do qual 30% foi proveniente de receitas paralelas, que são as receitas da pipoca, da coca-cola e das coisas que são vendidas na entrada.

O zoológico de São Paulo vendeu, em 1999, 3,5 milhões de ingressos, mais ou menos a mesma coisa que vendeu o Campeonato Brasileiro, e não é possível que o Campeonato Brasileiro não possa vender mais, não é possível que o futebol brasileiro possa, com meia centena de competições ao longo do ano, vender apenas 10 milhões de ingressos, que é mais ou menos o número que temos entre 1999 e 2000, enquanto um país como a Inglaterra, que tem 1/3 da população do Brasil, vendeu, nos seus quatro campeonatos nacionais, primeira, segunda, terceira e quarta divisões, 40 milhões de ingressos nesse ano. E não é só a diferença de dinheiro, porque o cinema custa, pelo menos, 20 ou 22% mais caro que o preço médio praticado nas principais praças de futebol.

O futebol está perdendo o seu espaço e pode ficar para trás. Acharmos sempre que não fica, que ele é muito importante, mas o beisebol achava isso nos Estados Unidos. O beisebol era a referência principal da cultura americana dos anos 40, nos livros e no cinema, e ficou literalmente dormindo, deixou-se envelhecer, deixou-se desorganizar e foi visceralmente superado por quem privilegiou o espetáculo, caso da NFL, a liga do futebol americano, e do basquete na NBA.

A propósito, a diferença é muito clara quando se verifica a preocupação com a organização do espetáculo. Por ocasião da semifinal, do jogo entre Corinthians e Ponte Preta, ouvimos um dirigente dizer na televisão que dispensou o Washington para que jogasse na seleção brasileira, porque, se a Ponte Preta fosse campeã na Copa do Brasil, isso lhe traria mais ou menos R\$2 milhões, mas indo jogar na seleção, o Washington poderia ser vendido por R\$10 milhões. Então, renunciava à possibilidade de um título que a Ponte Preta nunca chegou a ter, o que é um desrespeito ao sonho de seu torcedor, almejando apenas dinheiro.

Na mesma ocasião, perguntaram a um alto dirigente da NBA, por ter o Los Angeles Lakers liquidado todas as séries de **playoffs** em 4x0, 4x0, 3x0, 4x1, diminuindo a possibilidade de partidas de 26 para 16, como encarava o prejuízo que tiveram com isso – o dinheiro que deixou de ganhar era algo em torno de U\$25 milhões. E ele respondeu que o espetáculo de um feito como o do Los Angeles Lakers é muito mais importante para o conjunto da NBA do que para o time.

O Carlos Miguel Aidar conhece bem o dirigente do Manchester United que diz que a força de uma liga está na força do seu membro mais simples, do membro mais fraco.

A revisão do futebol brasileiro como um todo é obrigatória para que o futebol brasileiro não perca o bonde da história da ocupação dos espaços no mundo. O futebol brasileiro tem o prestígio de ser mágico e isso está ficando para trás, não apenas por causa dos resultados pobres que a Seleção Brasileira tem alcançado, mas também por estar apresentando um espetáculo pobre. O futebol tem dado pouco espetáculo e começa a perder espaço.

Poderíamos ser uma grande referência econômica na venda de produtos ligados ao futebol brasileiro em toda a América Latina, Ásia e África, exceto provavelmente na Argentina, Chile e Uruguai, que têm times de primeira linha. O Manchester United, time inglês de futebol, sempre muito mais modesto em matéria de técnica do que o brasileiro, está ocupando esse espaço na Ásia com uma estratégia empresarial consistente, coerente e bastante insistente. Hoje, Manchester United é a segunda marca internacional mais reconhecida no mercado da China, perdendo apenas para Coca-Cola. Esse espaço poderia ser do futebol brasileiro.

Tive oportunidade de ir a um evento da FIFA em Cingapura, com a minha filha, que andava pela rua com a camisa da seleção brasileira. Todo mundo, até mesmo garçons de qualquer lugar por onde passáva-

mos, era capaz de saber a escalação da Seleção Brasileira. Mas quem tem uma loja de 5000 metros quadrados em Cingapura é o Manchester United. O Brasil vai ficando para trás.

Srs. Senadores, reitero, portanto, que a grande, que a excepcional contribuição que o grupo de trabalho que vem se empenhando nesta CPI pode dar ao futebol brasileiro é levar adiante um processo construtivo, olhando a questão como um todo, para além da visão específica do futebol, olhando o conjunto da indústria das oportunidades do processo, levando o futebol para além da questão cultural, da questão da paixão, como uma pauta muito importante para a economia do País. Que ele não seja apenas exportador de jogadores, o que temos a triste oportunidade de estar observando, mas seja exportador de espetáculo. O Brasil tem tudo para ser o grande exportador de espetáculos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado, Dr. Marco Aurélio Klein. O senhor fez menção à ausência de representantes dos clubes nesta audiência pública, mas quero informar que vejo aqui um representante da Portuguesa de Desportos.

De qualquer forma, gostaria de destacar que o futebol brasileiro é tão importante que esta CPI vem despertando o interesse até mesmo da imprensa internacional, que acompanha o dia-a-dia dos nossos trabalhos. Uma emissora de televisão italiana esteve acompanhando o trabalho desta CPI, emissora de televisão, várias revistas e jornais em vários países do mundo e, hoje, inclusive, a BBC de Londres aqui presente, dando cobertura a esta audiência pública, em uma demonstração da importância do futebol brasileiro no cenário mundial. Gostaria de fazer esse registro que contrasta exatamente com o desinteresse de boa parte do Clubes brasileiros quando se trata de propor avanços na administração do nosso futebol, apesar da precariedade da administração, apesar de ser a estrutura da administração do futebol brasileiro a arquitetura da farsa, o futebol tem essa importância mundial aqui refletida pela presença, hoje, da BBC de Londres, e em outras oportunidades, de outros órgãos de imprensa de outros países do mundo.

Por falar em imprensa, vamos passar a palavra a um dos representantes da imprensa que tem adotado uma postura crítica em relação aos acontecimentos que norteiam o nosso futebol, o jornalista José Carlos Kfourri, o Juca Kfourri com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI - Bom dia a todos. Costumo dizer, parodiando Euclides da Cunha, que o jogador de futebol brasileiro é antes de tudo um forte, porque consegue obter conquistas apesar de os

dirigentes que historicamente tem, salvo as exceções de praxe.

Queria ser bastante objetivo no que tenho a dizer no sentido de comentar o seguinte: em primeiro lugar, durante esses últimos anos, os Clubes de futebol no Brasil e as entidades dirigentes venderam para a sociedade brasileira uma falácia. Todas as vezes em que se discutiu a modernização da gestão do nosso futebol, as vozes se levantaram no sentido de dizer que estavam querendo entregar o nosso futebol ao capital estrangeiro, ao capitalismo, tirar o futebol das mãos dos torcedores, quando, na verdade, os torcedores jamais apitaram bulhufas no futebol brasileiro.

Com a Lei Pelé, não foi diferente. Quando a discussão da Lei Pelé começou, começou-se a discutir a questão da transformação daqueles Clubes que têm departamentos profissionais, nesses departamentos e empresas, imediatamente o que se disse era que o futebol brasileiro estava a venda. Em nenhum momento a Lei Pelé fala em obrigatoriedade de parceria, como todos nós bem sabemos. Ela diz, em resumo, da necessidade de que a gestão profissional do nosso esporte seja feita de acordo com o Código Comercial, ponto. Nada além disso. Nada obriga o São Paulo Futebol Clube a fazer uma parceria ao Corinthians, ao Flamengo. Obriga simplesmente que esses Clubes sejam geridos como são geridas as empresas, prestem contas, publiquem seus balanços.

Então, a mentira - alguém já disse isso - tantas vezes repetidas, acaba virando verdade. E foi muito difícil, e tem sido muito difícil demonstrar à sociedade brasileira que ninguém quer vender nosso futebol ao capital estrangeiro ou a quem quer que seja. Para mim é muito claro que há dois pilares sobre os quais repousa o poder no nosso futebol. Um desses pilares é a escolha da arbitragem, é a escalação dos árbitros. Tão simples quanto isso.

Outro pilar é a justiça esportiva. Por esse intermédio se exerce o poder da intimidação: não vou protestar, porque domingo que vem, se o fizer, vão botar um árbitro para me roubar. Não vou protestar, porque se o fizer, no julgamento, terça-feira de noite, no Rio de Janeiro, o meu atleta será suspenso.

Urge mexer nesses dois pilares de maneira tal que a arbitragem se transforme em alguma coisa autônoma, que não dependa das CBFs ou das Federações paulistas, ou paranaenses, ou cariocas. E que a justiça esportiva seja de duas uma. Confesso que me horroriza todas as vezes que ouço dizer que tem que levar tudo a Brasília, porque não penso que a questão seja geográfica, penso que seja estrutural, embora aceite que, na medida em que os Poderes do País estejam lá,

eventualmente o Superior Tribunal de Justiça Esportiva deva funcionar lá. Mas o que vejo é uma especificidade tamanha na legislação esportiva, no que diz respeito às penas esportivas, que sempre me pergunto o seguinte: dada a nossa tradição bacharelesca, temos a tendência a querer transformar tudo num grande tribunal, sempre sob o argumento de que a ninguém pode ser impedido o direito de se defender.

A Fifa, na Copa do Mundo, por um sistema de rito sumário de Justiça esportiva, simplesmente suspendeu por sete jogos o jogador Leonardo, que deu uma cotovelada num jogador norte-americano, e ninguém falou coisa alguma, ninguém entrou com uma liminar na Corte de Haia e pediu para paralisar o campeonato, a Copa do Mundo, até que se julgasse a questão do Leonardo.

Parece-me que a Justiça esportiva deve funcionar, dada a urgência das suas decisões, de maneira muito mais descomplicada do que funcionam os outros instrumentos legais.

Penso que nada será moderno em termos de legislação esportiva no Brasil se o que sair da CPI não tiver um foco na questão da violência. Hoje a questão da violência das torcidas é preponderante para que nossos estádios estejam vazios. Mais um exemplo disso tivemos nesse domingo, como no domingo retrasado. Hoje é muito mais fácil lotar o Morumbi com um jogo de uma torcida só do que com um jogo de duas torcidas. É muito mais fácil Corinthians e Botafogo de Ribeirão Preto lotarem o Morumbi do que Corinthians e Palmeiras ou São Paulo e Palmeiras fazerem o mesmo. Os torcedores são-paulinos e palmeirenses sensatos – se é que existe o palmeirense sensato, numa provocação ao meu amigo Marco Aurélio Klein, tão deprimido quanto eu, neste momento, pelos ventos que vêm do Sul – não comparecem ao jogo. É muito mais fácil você não ir ao campo ver o jogo entre Corinthians e Palmeiras, com medo de ser agredido, do que deixar de ver um Corinthians e Grêmio, em que não há risco algum de ser agredido.

Sei que a questão da violência não é exclusiva do Brasil e tem sido objeto de campanhas intermináveis no País sem que consigamos minimizar esse problema. Parece-me que a Inglaterra deu o exemplo no começo dos anos 90. O futebol inglês era falido, e, para horror da Europa, ergueram-se alambrados nos estádios ingleses. Hoje não há mais alambrados nos estádios ingleses. Há o clube mais poderoso do mundo e um futebol pujante, como é o inglês. O que aconteceu ali? Uma óbvia integração entre o que a sociedade queria e o que as leis inglesas podiam fazer nessa direção. Não quero comparar a Inglaterra ao Brasil.

Conheço nossas carências a ponto de saber que até haverá grita na sociedade brasileira se, amanhã, houver um esquema exemplar de segurança nos estádios, com as pessoas sendo assaltadas nos arredores, como tem acontecido nas grandes cidades.

Parece-me que, para um futebol que se orgulha de ter uma federação como a de São Paulo, por exemplo, que mora hoje num prédio que demonstra, com clareza, como a coisa aqui, no Brasil, foi investida – a Federação não trabalha mais a serviço dos clubes, mas virou um fim em si mesma e tem lá um castelo suntuoso para sua administração –, esse dinheiro seria muito melhor empregado se, de alguma maneira, em colaboração com a Secretaria de Segurança, voltassem recursos para que houvesse uma Polícia especializada em controle de multidão em estádios de futebol e uma Justiça de pequenas causas que resolvesse as questões de violência que acontecem dentro dos estádios.

Obviamente, não haverá também uma nova legislação esportiva brasileira que seja eficaz se não mexermos na questão do voto dentro das entidades esportivas brasileiras, a começar com o dos clubes. Sei que é um pouco ousado propor, mas me parece, até para ser coerente com o discurso da cartolagem nacional, tão apavorada com a perspectiva de que os nossos torcedores percam o controle dos clubes – controle esse que eles nunca tiveram –, que se criasse no Brasil essa categoria, não apenas para recolher uma mensalidade do torcedor, mas também para que ele tivesse direito a voto naquilo que lhe diz respeito, no departamento profissional de futebol, que é o que faz alguém ser são-paulino, ser vascaíno, ser colorado. Ninguém torce pelo São Paulo por causa das belas piscinas que ele tem no Morumbi. Isso não interessa ao torcedor do São Paulo, mas, sim, de alguma maneira, ter influência nos destinos do time de futebol.

A legislação do Brasil é a tal ponto falha que, por absurdo que queiramos pensar, se um grupo de 3 mil corintianos quiserem, tomam conta do Parque Antártica e do Palmeiras. A eleição no Flamengo não junta 5 mil pessoas. Se 5 mil vascaínos se inscreverem no Flamengo e ali conseguirem direito de voto poderão eleger o Eurico Miranda para dirigir o Flamengo e, assim, terminar com ele. No primeiro ato, extingue-se o Flamengo. Por absurdo que pareça, Flamengo e Vasco parece que não se deram conta até hoje do quanto um precisa do outro. Na verdade, um quer extinguir o outro. Então, é essencial que se mexa na questão do voto.

Não falarei de calendário, para poupar a paciência dos senhores, já que todos nós estamos cansados

de saber o que deve e o que não deve ser um calendário. Marco Aurélio tocou nisso **en passant**, mas com toda razão. Aqui chegamos ao absurdo de achar que o mérito esportivo pode ser subordinado aos desejos de fórmulas malucas que nem sempre conduzem o melhor a ser campeão no País. Tínhamos, sim, como disse o Dr. Carlos Miguel Aidar, uma "legislação do não-pode" para fazer uma "legislação do pode". Nesse esforço, que era absolutamente correto naquele momento, cometemos o exagero de transformar o mundo do esporte numa terra de ninguém. E vimos os descalabros se sucederem nesses últimos dez anos da maneira como se sucederam, sempre sob o argumento de que a CBF é uma entidade privada que não deve satisfação a ninguém. Até a hora em que viu a coisa preta e correu para pedir ao Ministro, pelo amor de Deus, que a acobertasse, tentando um acordo. Sem se dizer, obviamente, que, nesse acordo, conseguiu a grande vitória de trazer alguém que era um balaarte do bem para o lado deles, que foi a figura do rei Pelé.

Penso que hoje se discute, pelo mundo afora, a questão da presença do Estado, o Estado mínimo, a ausência do Estado. Algum controle é necessário haver, porque, como disse o Senador Álvaro Dias ao abrir a reunião e como enfatizou o Relator, Senador Geraldo Althoff, o patrimônio cultural que o futebol brasileiro representa é algo tão óbvio que deixá-lo ao deus-dará parece-me que não é a melhor solução. O esforço que o Senado está fazendo contra esse estado de coisas tem sido aplaudido pela sociedade brasileira, para o qual reitero estar à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Registro, com satisfação, a presença dos Deputados Nabi Abi Chedid e Carlos Braga, aos quais agradeço pela presença.

Já registramos a presença do representante da Associação Portuguesa de Desportos, Fernando Siqueira, e também do Unibol Pernambuco Futebol Clube, Jaildo Azevedo Dantas, que pediu para se pronunciar por três minutos. Ao final, concederemos a palavra a S. S^a, assim como aos demais presentes que quiserem se manifestar. A palavra ficará livre para sugestões e propostas.

Além das sugestões e propostas que hoje podem ser recolhidas pela Comissão, gostaríamos de enfatizar, mais uma vez, a importância de recebermos propostas por escrito dos clubes, das entidades, dos cronistas esportivos, dos especialistas em legislação desportiva, enfim, dos brasileiros que se inte-

ressam tanto pelo futebol também como atividade econômica do maior significado para o Brasil.

Concederemos a palavra ao jornalista Luís Fernando Lima.

O SR. LUIS FERNANDO LIMA - Obrigado. Bom dia a todos. Falarei, aqui, talvez agora depois de tantos depoimentos que foram extremamente ilustrativos sobre o momento atual do nosso futebol. Entrarei em um tema que geralmente provoca alguma polêmica, que é a relação entre a televisão e o futebol, a televisão e o esporte, de um modo geral.

É curioso até notar nos nossos depoimentos, que essa constatação clara, que está até por trás da razão de ser da própria CPI, a situação de um certo descalabro que o futebol brasileiro vem atravessando nos últimos anos. Acredito que o quadro mais significativo e amplo, que é aquele em que mais se deve prestar atenção, talvez tenha sido uma referência do nosso sociólogo, que é o fato de que quando não se presta a devida atenção a uma situação que está ocorrendo na prática, e não se percebe aquela situação, como foi o caso do beisebol citado nos Estados Unidos, o risco que corremos aqui é de que esse patrimônio cultural - a que o Júlio acabou de se referir, assim como os nossos Senadores - ao longo do tempo, acabe, simplesmente, se esvanecendo, perdendo grande parte do seu valor.

Do ponto de vista da televisão, posso informar a vocês que temos dados que comprovam, por exemplo, que relativamente à juventude, ao público mais jovem, tem sido registrada, perceptivelmente, uma perda de contado desse público com os esportes tradicionais, visivelmente com o futebol.

Parece-me até que entra em contradição. Eu não quero já entrar na defesa de uma possível tese com relação àquilo que foi levantado pelo Miguel Aidar, do excesso de futebol na televisão. Acredito que se, de fato, tivéssemos um excesso de futebol na televisão, possivelmente já estaríamos motivando a formação de novas gerações, de maneira bastante maciça. De acordo com os dados que temos, isso não está acontecendo. Acredito que se percorrermos as grandes cidades brasileiras, as médias cidades brasileiras, as cidades com mais de cem mil habitantes, veremos que o esporte tradicional está perdendo espaço para esportes novos, esportes que envolvem outras características que estão fora do mundo da bola, por exemplo.

Eu gostaria de lembrar que temos defendido na televisão, particularmente na **Rede Globo**, que se envolveu bastante diretamente com o futebol brasileiro a

partir daquele movimento, descrito por Miguel Aidar, em 1987, que foi a criação de um novo formato de campeonato brasileiro. A partir dali, acredito, a empresa entrou com uma outra mentalidade no relacionamento dela com o futebol. De lá para cá, a **Rede Globo** que já tem envolvimento com esportes há mais de duas décadas, transmitindo eventos desde a década de setenta, há quase três décadas incluídas aí... Temos defendido atualmente a tese de que o esporte não pode viver sem a televisão. No mundo inteiro isso é reconhecido. Assim como sabemos hoje que a televisão também não pode abrir mão do esporte, particularmente do futebol e particularmente em um País como o Brasil, onde o futebol ainda é o grande esporte, o de maior penetração.

Vemos que em um modelo de outros países, principalmente os mais citados aqui, que são os países europeus, o futebol realmente está presente em grande quantidade na televisão. A grande diferença que existe entre o futebol nos países europeus e no Brasil é de que nesses países da Europa, a televisão que transmite o futebol é basicamente uma televisão fechada, por assinatura, o que é bastante diferente do nosso modelo brasileiro, em que a tevê por assinatura, hoje, está presente em apenas três milhões de lares. Os dados recentes do nosso censo, mostram que o Brasil já atingiu uma marca em torno de quarenta milhões de domicílio. O Brasil não se cansa de falar e de fazer menção à presença excessiva do esporte na televisão, quando, na verdade, essa presença excessiva só pode estar sendo considerada com esse adjetivo, com essa qualificação de excesso se levarmos em conta que existem alguns canais a cabo transmitindo futebol, mas esses canais têm, do ponto de vista de atingir a população brasileira, um alcance muito restrito. Acredito que se perde um pouco essa idéia do que seja excesso, a menos que tenhamos uma posição extremamente elitista e não consigamos pensar, de fato, em quem é a população brasileira para a qual pretendemos dirigir a atenção do futebol ou de qualquer outra manifestação cultural.

É bastante visível também, se considerarmos outro dado cultural de outra área, como é o caso do cinema, que nesses oitenta milhões de ingressos no ano passado, uma grande parte desses ingressos foi para assistir películas de produção nacional, falada com língua brasileira.

Particularmente, digo que nós, na Rede Globo, temos hoje em dia bastante orgulho de sermos a empresa de TV aberta, no mundo, que mais produz o próprio conteúdo, que é feito em língua nacional e no qual se defendem constantemente valores da história

brasileira. Portanto, transmitir o futebol, pela TV, é parte da nossa cultura.

Muito se fala sobre os danos causados pela televisão. Vou falar bastante especificamente da televisão porque acho que é a área mais polêmica ou, pelo menos, sobre a que me cabe aqui falar, já que as principais teses foram abordadas, tais como legislação e situação geral do nosso esporte.

Do ponto de vista da TV aberta, diz-se que o excesso de jogos prejudica o interesse do nosso consumidor maior, o cidadão comum, das ruas, que procura ter informação por meio da televisão, cujo acesso lhe é gratuito. O grande conjunto da população brasileira, os 37 milhões de domicílios que não podem ter TV a cabo dependem de uma TV gratuita. Algum tipo de diversão ou oferta cultural há para esse grande público. Diz-se que esse grupo é prejudicado, como falou o Juca agora há pouco.

Sempre se alega tudo, no Brasil, em nome dos interesses populares. Mas o grande público que quer ver esporte pela televisão, que gosta de futebol e pretende manter o seu hábito por intermédio daquele meio gratuito, depende, hoje, basicamente, de poucos horários disponíveis para ele. Ao contrário do que acontece na TV a cabo, onde se tem futebol todos os dias, a qualquer hora, na TV aberta tem-se um número relativamente pequeno de jogos de futebol sendo apresentados.

No caso específico da TV Globo, que tem sido, muitas vezes, citada como a grande vilã por trás dos movimentos do futebol, eu digo o seguinte: a TV Globo transmite basicamente dois horários de futebol por semana: quarta-feira à noite e nos fins de semana, preferencialmente aos sábados, às 16:00hs.

Se formos considerar o conjunto dos jogos disponíveis em cada modalidade, em cada campeonato brasileiro, para serem vistos por um público que comparecerá aos estádios, o percentual que a televisão está ocupando é muito pequeno. Esse percentual geralmente oscila entre 10% e 15% dos jogos totais de um campeonato.

Felizmente, as pessoas que mais têm atacado esse papel da televisão, ou estão percebendo, hoje, a real dimensão desse alcance, que não é tão grande, ou são pessoas que – e hoje está-se provando –, felizmente para nós, estão do outro lado do muro e cujas atitudes estão sendo devidamente investigadas até por esta CPI.

Desse ponto de vista, aquilo que a TV aberta está levando ao público não é o ponto chave do grande prejuízo para o futebol brasileiro. Do ponto de vista

da televisão, o ponto crítico, hoje em dia, é, de fato, a questão do calendário, que o Juca não quis tratar aqui, mas é a base de todo o processo de organização do futebol.

Quando falamos de um calendário, hoje em dia procuramos não dizer como ele deve ser, que competições deve conter, mas nós achamos que certos princípios básicos devem estar presentes em um calendário, que devem atender a todas as partes envolvidas nessa cultura do futebol.

Um calendário deve buscar, tecnicamente, equilíbrio no sentido de que as equipes evidentemente joguem de maneira que se atendam os seus interesses esportivos; ninguém seja mais favorecido, com mais jogos fora ou dentro de casa.

Um calendário deve buscar, tecnicamente, uma evolução progressiva. Não é à toa que nos últimos 3 anos as principais audiências de televisão, no Brasil, registradas pela TV Globo, foram jogos da Copa Libertadores e, proporcionalmente, em relação ao número de aparelhos ligados à final do Mundial Interclubes, do ano passado, que atingiu 77% dos aparelhos ligados, nos outros 3 anos, as finais da Libertadores têm tido as maiores audiências. Por quê? Porque na percepção clara do torcedor, esse é o torneio mais importante, de maior projeção.

Embora o torcedor possa ter uma grande ligação com o seu clube e achar que o título estadual seja extremamente relevante, é óbvio que se o clube dele passa do estadual para uma competição interestadual, uma competição nacional e ganha aquela competição, ganha o direito de participar de uma competição internacional e vai disputar um grande título internacional, essa é a percepção que o torcedor, o cidadão tem de que há uma evolução e de que o título maior é aquele que está em disputa quando se está indo além da própria fronteira. Isso aparece claramente nas nossas audiências.

Então, essa questão da qualidade do calendário é um ponto que consideramos essencial. Não vejo nenhuma razão para que a televisão precise hoje em dia depender de fórmulas de campeonatos, de fórmulas mágicas que tenham classificação e, depois, cruza primeiro com quarto, terceiro com o segundo. Essas fórmulas, evidentemente, oferecem para a televisão algum atrativo, mas não vejo por que um modelo de campeonato, organizado nos moldes como é feito no exterior, com turno e retorno, não possa ser igualmente eficiente.

Do que a televisão basicamente depende é de que exista um bom espetáculo, e esse bom espetáculo

lo só vai existir se todo o ciclo econômico do futebol estiver devidamente organizado.

O fato é que, hoje em dia, a questão dos direitos de televisão também é um outro assunto frequentemente abordado, quer dizer, costuma-se dizer que, no Brasil, pagam-se valores que são relativamente baixos quando se compara com outros mercados - o europeu e, evidentemente, que não se fala nem aqui dos valores do mercado americano, cujos direitos de televisão sozinhos, talvez para um único esporte como o basquete, devam exceder o total do movimento econômico que se faz no esporte brasileiro em um ano.

Então, eu diria que o modelo europeu, que tem sido frequentemente citado aqui - eu poderia até pegar as bases históricas já citadas aqui pelo Marco Aurélio para dizer que, assim como na Inglaterra de cem anos atrás já se vivia um esplendor econômico relativo àquela época, não é diferente hoje. Quer dizer, o Brasil tem uma economia forte, mas o grande problema, o problema crítico para que haja um deslanchar desse ciclo econômico na área do esporte está diretamente ligado, no que depende da televisão, a um problema básico, que é o problema de distribuição de renda no Brasil, ou seja, tivemos no último censo também o dado de que hoje a nossa população economicamente ativa é de 80 milhões de pessoas. Ora, 10,5 milhões de pessoas, 13% desse total, declararam Imposto de Renda; 85% das pessoas que declararam, portanto alguma coisa em torno de 9 milhões de pessoas, ganham renda familiar até R\$2.500,00. Quer dizer, quanto sobra para uma família que tem que administrar filhos, despesas, possivelmente nessa faixa de receita, filhos que estão em escola particular, e todas as despesas mais do dia-a-dia? Quem vai ter dinheiro para investir, pagando uma assinatura de TV a cabo, cujo preço hoje no Brasil nem se compara ao preço em que é oferecida no exterior. No Brasil é muito mais barata. Mas a questão é chegar ao final do mês, fazer a conta e ver se sobra dinheiro para investir nisso. O nível de inadimplência nas prestações da TV por assinatura é muito elevado. Então, hoje em dia, a conta dos direitos, em grande parte, está sendo repartida com TV a cabo.

E quando em 97 os clubes propuseram que dois jogos por semana deveria estar na TV aberta, dois jogos na TV fechada e o restante deveria ir para o **pay per view**, apostou-se, na verdade, numa perspectiva futura. "Isto aqui será um grande negócio, vamos começar agora a plantar as nossas raízes". Tenho dúvida, sinceramente, do quanto os clubes nesse momento enxergaram corretamente, mas erraram no tempo da medida, porque acredito que hoje se perde

muito do ponto de vista de formação de novos públicos, de novos consumidores, de novos torcedores ao ter evitado que a exposição fosse maior, e não o contrário, em TV aberta para que se pudesse criar hoje novos públicos, a camisa do clube aparecesse mais, fosse valorizada como valor de identidade para o garoto, que está surgindo, que gostaria ou que poderia ser um potencial torcedor daquele clube. E ele, por não ver aquela camisa com frequência, não adere àquele clube.

Cansamos de ouvir depoimento de dirigentes, técnicos, pessoas do mundo esportivo, de áreas que são menos contempladas com transmissões locais do futebol – e temos aqui representantes do Nordeste, que poderiam talvez confirmar essa tese –, ou seja, quando tínhamos antigamente um padrão de transmissão nacional em que os clubes de São Paulo e do Rio eram vistos no Nordeste, ajudamos muito mais a destruir uma cultura local, uma identidade local de relacionamento do cidadão local com o seu próprio clube do que a fortalecer o esporte dentro do centro País, ou seja, isso acabou sendo muito mais nocivo. E por que era nocivo? Porque não havia uma percepção do dirigente do Nordeste, que vinha aqui, lá negociar aqueles direitos, ou que tinha a possibilidade de entrar naquela negociação. Para ele era essencial, era uma questão de sobrevivência, de fortalecimento do seu clube e da sua economia local esportiva que ele tivesse o clube dele aparecendo na televisão e para o seu público.

Uma outra acusação, para encerrar aqui o capítulo das acusações - estou fazendo aqui o papel de bode não expiatório: fala-se também que a TV Globo exerce um certo monopólio no futebol. Os direitos do futebol são disputados, de certo modo, no mercado. Eu, por exemplo, considero que a Globo paga, hoje, muito mais do que deveria pagar de direitos esportivos.

Paga, em primeiro lugar, porque não recebe de volta aquilo que, teoricamente, é prometido. Costumo dizer, internamente – e fico feliz de ter oportunidade de dizer publicamente -, que, hoje em dia, compramos direitos de transmissão, mas não temos o direito de televisão. Fazer televisão é uma outra coisa, não é aquilo que nós, hoje em dia, temos assegurado no nosso contrato. É isso que falta ser acrescentado nos direitos pelos quais estamos pagando.

Na verdade, são benefícios que contemplariam todas as partes, porque não consigo entender como é que um clube não considera interessante que ele possa promover mais um espetáculo que, somente na televisão, poderá ser visto por milhões. A tese de que a

televisão prejudica a receita da bilheteria, prejudica o número de torcedores no estádio, sinceramente, duvido dela. Considero que as questões que levam o torcedor ao estádio, ou, pelo contrário, as questões que afastam o torcedor do estádio prendem-se muito mais à segurança, ao conforto, à facilidade de transporte, aos serviços que podem ser prestados dentro de um estádio e que seriam complementares ao espetáculo que ele vai ver dentro do campo.

Nesse ponto, no Brasil, estamos, de fato, engatinhando. Estamos pobres nessa área do desenvolvimento do espetáculo, ao passo que, num estádio americano qualquer, consegue-se chegar ao estádio, estacionar e estar dentro do estádio e, assim que terminado o jogo, consegue-se sair em torno de 15 a 30 minutos. No Brasil, para chegar ao Morumbi, em um dia de final como o que foi agora, leva-se um tempo enorme, além do desconforto da falta de estacionamento, do serviço que não é prestado lá dentro. Indústrias que, teoricamente, são mais antigas, mas aprenderam, fizeram melhor o seu dever de casa, como o cinema, por exemplo – e vou aproveitar também um dado do Marco Aurélio –, que têm 30% da receita feita fora do valor do ingresso, porque é uma receita de pipoca, de bala, de doce e de refrigerante. No cinema americano, esse percentual é muito maior; lá, o intervalo entre uma sessão e outra é propositadamente grande para estimular o consumo. Isso quer dizer que, se criarmos, dentro do estádio de futebol, as atrações que façam o torcedor chegar mais cedo, desde que se ofereça algo para ele, evidentemente que não pode ser um gramado parado... Talvez não seja mais a solução antiga, que estragava o gramado e nem sempre era uma boa solução, que era colocar simplesmente um jogo preliminar. Está na hora de ser criativo. Se conseguirmos proporcionar boas atrações nos estádios, quem sabe se o público não vai contribuir chegando antes? Certamente isso vai acontecer, porque é um fenômeno que acontece no mundo inteiro. Por que não aconteceria aqui?

Não acredito que seja difícil encher, numa cidade, 80 mil lugares de uma arquibancada de um estádio na Grande São Paulo, que tem quase 16 milhões de habitantes. Diz-se que a televisão, porque transmite o jogo, impede que 80 ou 90 mil lugares de um público potencial de 16 milhões de pessoas sejam preenchidos. Este é um argumento em si um tanto quanto contraditório.

Acredito, finalmente, que, em grande parte, é trabalho como o desta Comissão, desta CPI do Senado, que pode de fato abrir as portas para um novo tipo de relacionamento do público brasileiro, do cidadão

brasileiro com o esporte. Acredito que a televisão é prejudicada quando ela está também envolvida com um ambiente que não é positivo. A imagem do futebol, hoje em dia, está sendo extremamente prejudicada pela quantidade de comentários negativos, mas isso, infelizmente, já vem de alguns anos, não vem de agora; o trabalho da CPI ainda é bastante recente, começou em outubro do ano passado. Resta-nos aqui desejar os votos mais sinceros de que esse trabalho comece a trazer para o futebol brasileiro e para o esporte brasileiro de modo geral um novo tipo de relacionamento, um novo tipo de estrutura que permita que o cidadão brasileiro, aquele cidadão que está lá na rua, que não tem acesso à tv fechada e que, portanto, não está tendo acesso ao futebol, consiga, no futuro, voltar a usufruir do futebol e da cultura que o futebol representa como uma maneira salutar de entretenimento para ele e para sua família.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Muito obrigado ao jornalista Luiz Fernando Lima.

Concedo a palavra aos dois ex-atletas que se encontram presentes, por coincidência dois ex-jogadores do Corinthians; não foi a propósito não.

Vamos começar pelo Vladimir.

O SR. VLADIMIR RODRIGUES DOS SANTOS

– Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros de mesa, senhoras e senhores, vou tentar dar uma contribuição a respeito da relação entre o atleta e os clubes.

Sou da época, Dr. Miguel falou muito bem, da lei que regulamentou a profissão de atleta profissional de futebol de 1976, a Lei nº 6.354, que dizia que o atleta teria passe livre com 10 anos de clube e aos 32 anos de idades. Numa cultura como a nossa, o atleta com 28, 29 anos é considerado velho, imaginem com 32 anos.

Vi com muita alegria, por exemplo, a participação do Zico à frente do Ministério do Desporto, em que ele conseguiu avançar nesse sentido. Sua Lei na época – 1993 me parece – instituiu o passe livre a partir dos 26 anos de idade. Quer dizer, já houve um avanço.

Logo depois, no ano seguinte, essa margem baixou para 25 anos e finalmente, em 26 de março de 2001, conseguimos a extinção da lei do passe. Isso tudo foi motivo de muita alegria para nós atletas e ex-atletas, porque, na verdade, sabemos o quanto é complicado você querer sair do seu clube, por insatisfação, por negligência de dirigentes, e não ter esse direito.

Felizmente, vimos, em 26 de março de 2001, essa possibilidade: a extinção da lei do passe. Infelizmente, esse ato deveria ser totalmente festejado, mas não foi possível em função de uma medida provisória – do chamado **lobby** da bancada da bola – que conseguiu algumas ressalvas para o seu lado, na verdade, instituiu-se uma multa recisória que é, a meu ver, absurda.

Fico muito chateado pelo fato de os atletas não terem tido voz, não terem tido uma participação nesse processo.

Fico muito feliz exatamente porque foram dois ex-atletas à frente do Ministério que conseguiram uma certa evolução em relação a essa questão; a relação do atleta com os clubes.

Gostaria de colocar aqui também o que significa formar um atleta. Os clubes hoje alegam que o investimento deles é muito alto. Diria o seguinte: se o atleta não souber jogar futebol, ele simplesmente é banido; ele vai fazer o teste e, constatando que ele não sabe jogar, está fora.

Então, ele vai ao clube com o que ele tem mais precioso, ou seja, o seu talento, que é inato, e o clube vem com a alegação de que gasta mundos e fundos com esse atleta.

Gostaria de dar uma contribuição, não sei se é possível: que os clubes considerassem, na formação dos atletas, a questão intelectual. Eu, por exemplo, sou de uma geração que era considerada alienada, na política e essa coisa toda, mas tivemos duas pessoas que foram referências para todos os atletas da minha época: o Afonsinho e o Sócrates, que eram dois estranhos no ninho. Infelizmente, não é a maioria, não contempla a grande maioria dos atletas, e posso dizer com muita certeza, com muita garantia, que a maioria deles vem de uma origem humilde e, portanto, aos 14, 15 anos de idade, eles são arrimo de família, quer dizer, eles que custeiam e sustentam sua família. Então, grande parte das vezes, eles são obrigados a investirem na sua profissão, na sua atividade, porque é a única oportunidade que eles têm de estar ajudando suas famílias.

Então, eu gostaria que os clubes considerassem a questão da formação, e vou dizer por que. Assistia a um filme do Denis Rodman, que é um jogador de basquete da NBA, e o achei muito interessante porque ele era um jogador extremamente talentoso. Quando foi chamado para participar de uma agremiação, ele foi obrigado a estudar na universidade; mesmo tendo talento, ele foi obrigado a cursar a universidade. Na verdade, ele queria jogar basquete, como

muitos garotos aqui no Brasil só querem jogar futebol. Conclusão: ele saiu da universidade e foi banido literalmente da universidade, porque ele deixou de estudar.

É extremamente importante, a meu ver, a oportunidade que o garoto tem, quando chega no clube, de continuar seus estudos. Pelo menos, terminar o ensino médio, pelo menos dar esse alicerce cultural para que ele possa seguir adiante. Infelizmente, aqui no Brasil, isso não acontece. Normalmente, o que acontece são garotos adolescentes, e até na primeira adolescência, 12, 13 anos, deslocarem-se do seu convívio familiar para outro Estado, obviamente ficam concentrados nos clubes, morando nos clubes, e a primeira coisa que eles fazem é parar de estudar.

Eu gostaria que os clubes atentassem para esse detalhe, quer dizer, obrigassem – essa é a palavra – os atletas a pelo menos terminarem o ensino médio.

Tive uma escola de futebol e eu conseguia atrelar a obrigatoriedade do estudo com a possibilidade de receberem aula comigo. Isso acontece a nível municipal, a nível estadual... e por que não a nível profissional, de esporte de rendimento?

Seria muito importante que ele tivesse uma formação integral da sua personalidade. Deixaríamos, por exemplo, de ter só como referências jogadores como Romário, que está milionário; Denilson, que está milionário; Ronaldinho, que está milionário, e passaríamos a ter referências como o Sócrates, como o Alfonsinho, como o Zico, que realmente deram a sua contribuição em nível social.

Tenho um sonho, não sei se é utópico, mas que realmente um ex-atleta consiga chegar à Presidência da CBF. É evidente que para isso tem que se mudar as leis, tem que se mudar o estado de coisas. Espero que muito em breve se consiga isso.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos o Vladimir por sua contribuição, Vladimir, que teve uma passagem de brilhantismo ímpar pelos gramados, mas articulado que é, tem condições de oferecer, com base na experiência adquirida nos campos de futebol, e agora do outro lado, a sua contribuição nesse processo de reformulação da estrutura do futebol brasileiro que se deseja através de uma legislação mais competente e moderna.

Quero registrar também a presença do Santa Cruz Futebol Clube, através do Chico Andrade, **marketing** do Santa Cruz de Recife.

Concedo a palavra ao Dr. Sócrates, que já esteve debatendo conosco a Lei do Passe, recentemente,

em Brasília, e hoje, a nosso convite, retorna à CPI para apresentar suas sugestões.

O SR. SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senadores Álvaro Dias e Geraldo Althoff, colegas da Mesa, prazer estar aqui, bom dia a todos.

Em primeiro lugar, creio que todos nós aqui estamos juntos com o mesmo interesse: colaborar, de alguma forma, para que preservemos essa grande entidade nacional, maior fator de agregação nacional, em nível cultural e talvez o nosso maior embaixador que nos últimos anos tem sofrido agressões de toda sorte, sem a mínima preocupação com suas consequências.

É óbvio imaginar que o nosso futebol possa resgatar a sua credibilidade, possa reencontrar o seu caminho, exige, necessariamente, que as duas comissões parlamentares de inquérito, tanto da Câmara quanto do Senado, não terminem, não se encerrem por si só, e que possamos, de alguma forma, passar a limpo o que tem sido feito com o nosso futebol nos últimos anos. Se não, de nada adiantará estarmos aqui discutindo e em tantos outros locais do País porque nada se transformará. Continuaremos seguindo a mesma trilha com algumas modificações de rumo, eventualmente, quando as coisas passam a ser questionadas pela opinião pública mas que, fatalmente, retornam ao rumo anterior, quando essa mesma opinião pública se acalma.

Falar em resgatar esse caminho do nosso futebol, obviamente, exige que se discuta, claramente, a competência administrativa das pessoas que gerenciavam esse futebol. Não cabe ao legislador exigir, não existe a mínima possibilidade que isso possa ocorrer, a não ser direcionando alguns comportamentos de estado que possam pelo menos exigir desses gerenciadores responsabilização social de seus atos. Isso é básico, fundamental, só a partir daí, poderemos imaginar que estaríamos buscando uma nova estrada. É óbvio que existem exceções, e exceções excepcionais nesse grupo de pessoas que dirigem o nosso futebol, mas não é a maioria. Até porque quem se inclui nesse rol, está jogado numa arena na qual convive com muitas outras cobras, muitas feras que são maioria, ou porque se acomodam em relação à situação que ora persiste ou porque são coniventes com a prática de uma série de atos, questionáveis, no mínimo.

Mas o legislador pode interferir sim, em muitas coisas. Aproveitando uma série de ganchos que foram colocados aqui, começaria pelo último, do Vla, agradecendo o exagero das suas palavras e falando para ele tomar cuidado, porque o Gabriel, filho dele, é

um jogador do São Paulo Futebol Clube, você está criticando um clube formador aí, mas vamos falar primeiro dos atletas.

Acho que a legislação pode interferir sim na formação dos atletas. Se hoje ela exige no máximo a alfabetização, sabemos que em nosso País a alfabetização é quase que sinônimo de assinar o próprio nome ou desenhar o próprio nome, pelo menos na maior parte de nossa população considerada alfabetizada, temos sim que exigir que esses jogadores de futebol profissional tenham um nível de qualificação que possa representar socialmente um ganho para as novas gerações. É responsabilidade desse indivíduo a formação de novas gerações. Tendo pessoas incultas, desinformadas, sem conhecimento e deseducadas como referência de uma imensa gama de crianças em nosso País, estamos estimulando a que essas outras pessoas, essas novas gerações continuem sendo do mesmo nível: ignorantes, incultas, desinformadas.

Os jogadores de futebol em nosso País são as nossas maiores referências, são as pessoas que todos têm como ídolos. O que eles têm a oferecer à sociedade? É claro que a culpa é do sistema. O sistema prefere e entende que esse indivíduo deva continuar assim, porque quanto menos informação tiver mais possível de ser oprimido.

Mas é função do Estado preservar as novas gerações. O Estado pode pôr o dedo nessa ferida. Existem uma série de outras atitudes que devam ser tomadas.

Por exemplo, hoje temos campeonatos de adolescentes em que os jogos são durante a semana, em horário escolar.

Ora, V. Ex^{as} não acham que isso é um grande absurdo, uma grande incoerência?

Como poderemos imaginar um povo mais culto, se permitimos esse tipo de exceção, digamos?

São nesses pequenos exemplos que existem os péssimos resultados.

Como podemos permitir uma legislação, já indo para a relação empregador/empregado?

Como podemos permitir um contrato mínimo de três meses para esse indivíduo?

Desde já, só com esse ponto, estamos admitindo, primeiro, uma total irracionalidade de calendário, um tratamento de bóia-fria aos atletas profissionais de futebol e uma divisão clara naquilo que se chama grande e pequeno.

A imensa maioria dos clubes neste País são sazonais, são clubes de dois, três meses de existência, e com eles vão todos os profissionais que estão juntos.

Já foi dito aqui, talvez metaforicamente, mas é fundamental que possamos dizê-lo novamente, que o esporte é o único produto que é mais valorizado quando existe maior equilíbrio. Quanto maior a diferença entre os poderosos e os pequenos, pior é o produto. E fazemos exatamente o contrário. Isso já foi citado pelo Luís Fernando, que um quer comer o outro, um quer destruir o outro. E a legislação tem uma série de aspectos que estimula exatamente isso.

Isso tem que ser discutido, tem que contar com a participação de todos os interessados, a fim de que se encontre o caminho lógico.

Basicamente o tema que estou levantando é a questão dos recursos humanos, o atleta. Temos que exigir algum grau de qualificação das pessoas que vão desenvolver os nossos atletas, coisa com que jamais nos preocupamos. A maior parte dos nossos treinadores, principalmente aqueles que trabalham com crianças, não têm a mínima noção de pedagogia, quando entendem um pouquinho de futebol. Essa é uma questão que o Estado tem que levar em conta. Estou apresentando o tema como contribuição para a discussão.

Um segundo ponto que agrega uma série de preocupações, principalmente com o público consumidor desse produto, é a premente exigência de modernização dos nossos estádios. Creio que a questão da violência passa por isso. Entendo que a eternização de novos consumidores, de novos participantes, praticantes que possam preservar essa identidade nacional, passa necessariamente pela modernização dos nossos estádios. Tudo que nós fazemos com relação a esse aspecto é muito tímido. Praticamente em cada mês nós temos a possibilidade de tragédias. Só não tivemos uma grande tragédia ainda por obra do destino, como, por exemplo, no jogo em São Januário. E até hoje nada se fez, nada aconteceu de prático. Onde está a responsabilidade de quem organiza esses eventos? Tudo é muito lento.

O próprio Governo montou uma comissão de estudos de melhoria da segurança nos estádios, sobre a qual nada se ouve falar. Eu nem sei se essa comissão ainda está se reunindo. A partir do momento em que o tema sai das manchetes, da mídia, o interesse desaparece, até que ocorra alguma tragédia, que morra alguém ou muitos. Não se esqueçam de que o futebol inglês só está no estágio atual porque na década de 80 sofreu uma série de episódios absolutamente trágicos, dramáticos para a sua sociedade.

Foi a partir da dura ação do Estado, que passou pelo Relatório Taylor, que o futebol inglês resgatou a sua relação com a sociedade e pôde retomar o caminho do crescimento. Nós temos que rapidamente forçar uma ação do Estado nesse sentido.

É inadmissível, por exemplo, que, em São Paulo, o produtor da catraca eletrônica dos estádios seja o mesmo que produz os ingressos. Isso é incompatível porque o programa que ele quiser introduzir nessa máquina vai ser aceito pelo ingresso.

Vou dar um exemplo do que aconteceu em Ribeirão Preto no jogo Botafogo e Corinthians, antes da final, durante o campeonato. Um amigo meu saiu do estádio 10 minutos antes do jogo começar, porque ficou com medo do que iria acontecer. Ao sair do estádio ele encontrou vinte caras ainda vendendo ingressos. O estádio estava superlotado, ele tentou comprar, com deságio de 20%. O cara não vendeu o ingresso. Obviamente não era uma corretagem o que o cara queria. Esse era um dinheiro do qual ele teria que prestar contas pelo valor de face. Isso é um perigo muito grande. Essa tragédia está próxima. Por enquanto Deus está se lembrando da gente. Espero que nós não enterremos os nossos filhos em razão de algum distúrbio dentro dos estádios. Acho que a violência passa por aí também. Quem vai a campo hoje, com raras exceções já citadas, vai para ser agredido e para agredir, porque é tudo o que acontece nos estádios hoje: somos agredidos.

Já foram citadas todas as formas de agressão e, se não modificarmos essa relação de serviços com o público, isso vai continuar acontecendo e vai, talvez, gradativamente, crescer.

Outro ponto que temos que observar, por último, porque há uma série de assuntos que temos que tratar ainda, é que a própria legislação cita as viabilidades e a autonomia financeira para a existência de clubes de futebol no País. Que essas entidades estejam quites com suas obrigações fiscais e trabalhistas. Quais dessas entidades, no País, estão quites com as suas obrigações e quantos clubes no Brasil têm autonomia?

Creio que o primeiro ponto importante nessa questão é discutirmos o que é entidade profissional de futebol. O que é isso? É pegar uma bandeira de clube social, fazer de conta que contrata jogadores, fazer de conta que disputa campeonato, fazer de conta que paga as suas obrigações. Creio que para valorizarmos esse produto, que é um objeto artístico, temos que valorizar as entidades, temos que exigir que essas entidades tenham capacidade de gestão. Sem isso, não vamos sair do buraco em que nos encontramos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Sócrates, que traz a sua contribuição também de valor nesta fase propositiva, que busca sugestões para um modelo eleitoral para a constituição dos quadros dirigentes do futebol do País, e um modelo de gestão, para dar novas tintas à administração do futebol brasileiro.

Tem sido da maior importância a contribuição de todos nas audiências públicas já realizadas em Recife e no Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito à segurança nos estádios. Nas próximas duas audiências, ouviremos, na sexta-feira, o Dr. Angel María Villar, Presidente da Federação espanhola, e o Dr. Carlos Del Campo Colás, que é Secretário da Federação espanhola, especialista em legislação desportiva. Segundo se informa, é autor de legislação que será motivo de debate dia 5, em Buenos Aires, quando se reunirá à FIFA; e, segundo consta também, é autor da proposta que deve ser acolhida pela FIFA, nesse dia 5 de julho próximo, enfatizando especialmente as questões referentes aos direitos dos clubes formadores de atletas profissionais.

É por essa razão que os estamos convidando e ouviremos, na próxima sexta-feira, em Curitiba, na Assembléia Legislativa, os Drs. Angel María Villar e o Dr. Carlos Del Campo Colás.

Estará presente também outro grande ex-atleta do futebol brasileiro, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, que participará também desse debate na Assembléia Legislativa do Paraná.

A última audiência pública será realizada em Porto Alegre, no próximo dia 25, com a presença do jornalista Rui Carlos, do jornalista Roberto Alves, do Dr. Marcílio Kriegger, advogado especialista em legislação desportiva, e do ex-jogador Paulo Roberto Falcão. Portanto, não são só ex-corinthianos que estão participando desse debate. Há outros jogadores também. O Zico já participou, o Roberto Dinamite, tivemos a participação do Piazza e vamos ter, portanto, a participação do Falcão.

O Dr. Marco Aurélio, que é palmeirense, pede para acrescentar mais alguns fatos que considera importantes. Concedo-lhe a palavra.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – E antes disso, lamentar que na biografia desses dois craques que estão aqui, para azar deles, não conste o Palmeiras e não há mais o que fazer sobre isso.

Sobre essa questão da violência, tem uma coisa muito importante que queria destacar. De manhã, vinha da Serra da Cantareira e dei carona a uns garotos

que vinham para o colégio e um deles, que já pegou carona outras vezes comigo, é corintiano doente. Perguntei a ele se tinha ido ao jogo domingo. Ele me disse que não, por medo, e disse-me que, embora tenha 17 anos, nunca foi ao estádio, porque a família não permite que ele vá ao estádio, em função das organizadas.

Penso que é muito importante ficar um outro apelo para que se trabalhe também a questão da imprensa esportiva, notadamente os programas de televisão e muitos do domingo, que dão espaço nobre e uma representatividade muito perigosa para as torcidas organizadas. No domingo, houve uma discussão muito grande sobre o papel que um camarada teve, um torcedor do Palmeiras que invadiu o Parque Antártica, agredindo o bandeirinha. A grande discussão é que esse torcedor foi chamado o tempo todo, no programa, de imbecil, de idiota, era tudo em função de que ele prejudicou o Palmeiras. Ficou-me a impressão de que se ele tivesse ajudado o Palmeiras, talvez as pessoas não tivessem tido essa visão tão crítica em função disso.

Então, é preciso também muita responsabilidade em se tratar essa questão das que pessoas que invadem. Ele ficou 100% impune, pois já tinha um advogado da torcida organizada na delegacia do estádio, no posto policial, que garantiu que ele fosse solto imediatamente. Ele invadiu, era um jogo internacional, mas não importa se ele prejudicou ou ajudou. O fato em si foi muito grave, nada aconteceu e ele ainda teve o nome em todos os jornais. Essas coisas partem de um conjunto de fatores que tiram o público do estádio.

O SR. ROMEU TUMA – Não está sendo processado por lesão corporal?

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Ele não está porque não houve a queixa. Por incrível que pareça, o auxiliar foi embora e não houve a queixa.

O SR. ROMEU TUMA – Desse jeito, nunca vai se conseguir acabar com a violência.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Claro, claro.

O SR. ROMEU TUMA – Torcida uniformizada é uma coisa bonita no campo, mas agora tem bandos, mau caracteres. Tem que mudar a configuração do trabalho da torcida uniformizada.

O trabalho que o Vladimir propõe, e o Sócrates também, é o de trazer um trabalho mais ético, porque não posso acreditar. O delegado tem obrigação. Está lá a imagem, foi um crime de ação pública.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Senador, quando os dois chegaram ao xilindró do Parque Antártica, já tinha uma advogada da torcida organiza-

da na porta, para liberá-los, o que faz supor, até, que tenha sido uma ação premeditada, do tipo “desce que a gente segura.”

O SR. ROMEU TUMA – Mas o juiz deveria está agindo com a representação, no mínimo. Vou cobrar, desculpe, mas vou cobrar.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Recebemos a proposta dessas questões de segurança nos estádios, na última audiência pública no Rio de Janeiro. São sugestões interessantes, especialmente do Dr. Fernando Capez, que provavelmente serão acolhidas por esta CPI.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Outra coisa muito importante é que os clubes não percebem que as torcidas organizadas são os maiores piratas do clube. É um pirata institucional, porque todas faturam muito, vendem muito os seus produtos com as marcas dos clubes e não pagam um único tostão de **royalty** aos clubes. Isso vale para todas as torcidas grandes, de todos os clubes brasileiros.

Então, quando Luiz Fernando diz que a televisão não tem responsabilidade, é claro que não é uma única responsabilidade na diminuição de público. A televisão tem a sua parte, porque um jogo às 21 horas e 40 minutos, nas grandes metrópoles, é absolutamente impraticável para o infeliz torcedor, mas é um conjunto de coisas que vai também pela desvalorização do espetáculo, era a informação que eu queria trazer.

Acompanhei, para monitorar um pouco esse conceito, um período de quinze meses. O Palmeiras e o Cruzeiro jogaram dezesseis vezes, sendo que numa delas estávamos no Mineirão. Fui ao jogo ainda fazendo um trabalho para o Cruzeiro e tinha um pouco mais de cinco mil pessoas. Era um jogo que tinha preços promocionais e deu menos de R\$40 mil por mês.

O Juventus e o Milan, por exemplo, jogam apenas duas vezes por ano, sendo uma vez em Milão e outra em Turim. O último jogo do Juventus e Milan rendeu R\$3 milhões. Naquela noite, eu perguntava ao Zezé Perrela, Presidente do Cruzeiro, como é que ele explicava aquele público tão pequeno. Ele dizia-me que, apesar de a noite estar bonita, estava muito frio. Então, contei a ele que fui, num sábado à tarde, num jogo em Londres, entre Tottenham e Derby Country – o Tottenham era o 11º colocado do campeonato e o Derby Country, o 12º, ou o contrário – campeonato de ponto corrido, um jogo de meio de temporada, portanto, nenhum dos dois ia para lugar algum. Ninguém ia

para competição europeia, ninguém ia cair. O estádio do Tottenham, que tem 38 mil lugares, estava lotado, e - notem bem - nevava. Foi um jogo com neve. Então, as pessoas não vão ao jogo só pelo resultado da partida. As pessoas vão ao jogo porque gostam da experiência de ir ao campo de futebol. O que não pode acontecer nos estádios brasileiros porque temos uma espécie de estádio africano com preço europeu. Quem pode pagar não se sujeita às más condições, e quem se sujeitaria a essas más condições não pode pagar. Os clubes, não conseguindo fazer frente às despesas que assumem, precisam inventar jogos, jogos e mais jogos, sobrecarregando também a oferta na televisão. Então, fiz um levantamento que gostaria de passar aos senhores. Um jogador como o Romário, por exemplo, custa ao Vasco o equivalente a renda, ao **royalty**, de cento e doze mil e quinhentas camisas. Ou seja, o Vasco precisaria vender esse total de camisas para pagar o Romário, ou o correspondente líquido a 128 mil ingressos, o que, provavelmente, nessa média de competição, os clubes não vendem isso ao longo da temporada. E mais: o salário do Romário - e aí não vai nenhuma crítica ao Romário, sorte dele ganhar isso, é o descabimento da gerência do futebol brasileiro - equivale a 26 folhas de pagamento do Tocantinópolis, por exemplo. O Dantas está aqui, ele tem um clube pequeno e sabe o que significa enfrentar uma folha de pagamento. Então, esse conjunto de coisas está ancorado num processo de organização que carece de muito trabalho para que essa desvalorização não siga também no campeonato brasileiro, que teve 29 edições, sem contar a famigerada Copa João Havelange, e nas 29 edições, 29 sistemas de disputas diferentes. Nem uma única vez o campeonato brasileiro foi realizado com o mesmo sistema de disputa. Aliás, a própria CBF sequer tem os registros de sistemas de disputas desses campeonatos, e nem surpreende tanto se notarmos que eles não têm também o registro dos jogos da Seleção brasileira. Então, inclusive a formação, a história, todo esse processo cultural está ao léu. É preciso que saia daqui. Alguém já falou em interferência, mas não é interferência do Estado, é o papel do Estado quando reconhece a importância da sua atuação em um segmento econômico tão importante. Sócrates falou no Relatório Taylor, que gerou um fundo de investimento US\$3,3 bilhões de governo, de clubes e de outras entidades para a reforma dos estádios ingleses. Um ingresso na Inglaterra, no início dos anos 90, o mais barato, custava um dólar e meio. Hoje na Premier Liga o ingresso mais barato custa US\$23. Isso na equipe mais pobre, na equipe menor, de subúrbio e no pior lugar no está-

dio. E os estádios estão completamente lotados. A bem do registro, os estádios ingleses nunca ficaram às moscas. O público era de 8 a 9 milhões e, em época de temporada, chegava a 12 milhões. Mas era um público que saía do estádio e depredava o metrô, depredava o caminho por onde passava, agredia as pessoas. Então, eles perceberam que, com isso, eles haviam retirado as famílias dos estádios. E aí é o que a gente não pode fazer, ou seja, perder garotos como esse que peguei de manhã, de 17 anos, que não viveu a experiência de ir ao estádio. No caso particular do domingo, a família o salvou, porque ele teria sofrido muito. Muito obrigado.

O SR. SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA DE OLIVEIRA - Professor, deixe que eu possa expressar a minha posição. Eu acho que isso é um erro filosófico de conduta. O futebol brasileiro se especializou em vender o artista e não em vender o espetáculo. A televisão tem sido muito criticada. Não tenho nenhum interesse pela televisão, mas acho que ela se tornou quase que um mecenas do futebol brasileiro; inventam-se torneios para poder suprir os seus custos nos clubes, eles inventam torneios todo ano. É claro que existem outros interesses paralelos, que não nos interessam aqui. Na verdade, os clubes inventam torneios para vender para a televisão, não o contrário, que seria o ideal, quer dizer, a televisão se interessar em comprar um grande espetáculo para vender para o seu público. A televisão, na verdade, está comprando para suprir a folha de pagamento dos clubes.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN - Esses sistemas de competição esdrúxulos são tão pobres - o Juca já abordou isso, mas eu queria dar um dado concreto - que, dos 29 campeonatos brasileiros, em 30% das vezes o campeão não tinha a melhor campanha. Há um caso inclusive em que o campeão sequer tinha a melhor campanha do que os oito outros colocados - é o de 85, o Juca sabe. Então, criam-se regulamentos malucos que não privilegiam a qualidade esportiva.

O torcedor não é bobo. No Brasil, o mercado de figurinhas para crianças cresce geometricamente, com figurinhas do tipo Pokémon e outros desenhos infantis, e na Copa João Havelange a venda de figurinhas caiu mais de 70% - é o pior desempenho da companhia internacional que vende figurinhas. De todos os países do mundo onde eles vendem figurinhas, proporcionalmente, o pior mercado é o brasileiro. Por quê? Porque a criança não é boba, os garotos não compraram a Copa João Havelange.

O SR. LUÍS FERNANDO LIMA - Permita-me um rápido adendo. A grande realidade, me parece, do

futebol, em nível mundial, e agora mesmo temos aí um recente episódio envolvendo a FIFA, é que, do ponto de vista econômico, o futebol é uma terra de ninguém, porque, do ponto de vista esportivo legal, existe hoje em dia um Tribunal Superior do Esporte para julgar casos, digamos assim, onde há conflitos de jurisdição envolvendo o país, enfim, você tem recursos de apelação para discutir isso em nível internacional. Mas, do ponto de vista econômico, não há a menor obrigatoriedade de transparência em instância alguma. Assim como hoje se propõe esse trabalho da CPI em talvez conduzir o futebol brasileiro para um nível de transparência, assim como já se propunha a Lei Pelé a obrigar que houvesse ou que haja por parte dos clubes uma transparência na sua contabilidade, até hoje não há um instrumento efetivo para isso em nível mundial. Então, isso permite o quê? Permite que surjam alianças do tipo mais espúrio possível, envolvendo sempre interesses particulares das pessoas que são intermediários, empresários que se associam com dirigentes, que montam aí torneios.

Posso garantir tranquilamente, quer dizer, não vejo onde a televisão seja a autora de um tiro contra o próprio interesse dela, ela não dá tiro no seu próprio pé. Ou seja, hoje em dia, a televisão se suja em torneios que são tecnicamente inadequados, as televisões que evidentemente necessitam de produtos, elas estão se posicionando diante daquilo que é ofertado. Agora, não é do interesse delas que novos produtos surjam.

No ano passado mesmo, no ano passado, ainda na primeira edição do Mundial de Clubes, fomos contra a compra dos direitos do Mundial de Clubes, porque era um preço extorsivo, para um evento criado pela FIFA. Como a FIFA estava se propondo, ao mesmo tempo, em transformar a Copa do Mundo em um evento a cada dois anos, ou depois a cada três anos, enfim, a FIFA estava tentando também forçar a barra de uma criação, de um novo prazo para o principal evento dela puramente por uma questão de interesse. Hoje em dia, não há nada do ponto de vista esportivo que justifique que se altere o ciclo que já está existindo, de a cada quatro anos ter uma Copa do Mundo, tendo, nos anos intermediários, a cada quatro anos, os Jogos Olímpicos que são as duas competições que, no mundo inteiro, mais movimentam o esporte mundial. Então, isso não faz sentido, a não ser interesses de caixa, como diz o Juca aqui do meu lado, ou interesses políticos ou interesses outros que não os do próprio Esporte.

Com relação ao horário, é óbvio que entendemos que não é o ideal você criar um horário de jogo

de futebol às 21h40min, mas entre o ideal e a realidade, vai a distância de que você é obrigado a percorrer os passos do possível, certo? Quer dizer, não é o ideal que o salário mínimo brasileiro seja o que é, não é ideal que o salário-mínimo brasileiro seja o que é; não é ideal que um carro no Brasil custe o que custa, quando você compara o mesmo produto existente no mercado internacional. A questão é puramente econômica.

No caso específico da **TV Globo**, ela solicita um horário às 21:40, porque essa é a maneira como organiza a sua grade de programação de modo a maximizar a receita que tem. Se não houver essa receita, não se consegue pagar o que hoje está sendo pedido pelo futebol brasileiro.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI – Luís Fernando, deixe-me fazer aqui um aparte, porque penso que essa questão acaba sendo de alguma maneira contemplada nas preocupações das proposições da CPI.

O SR. LUÍS FERNANDO LIMA – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI – Com muita frequência, não sabemos se estamos discutindo o ovo ou a galinha. Não tenho a menor dúvida que se o futebol brasileiro tivesse organizado de maneira tal que os nossos ídolos estivessem aqui e não estivessem na Europa, até mesmo essa questão, vamos dizer, que é episódica, ela não é central, obviamente ela não é central, depois de tudo o que já foi dito aqui sobre o futebol às 21:40, não existiria. E digo isso porque, provavelmente, seria um espetáculo tão absolutamente fantástico um jogo entre Flamengo e Cruzeiro, com Ronaldinho de um lado e Rivaldo do outro, que uma rede de televisão do porte da **Rede Globo**, na sua grade, decidiria que às quartas-feiras não haveria novela, mas futebol às 8 horas da noite, dada a qualidade do espetáculo.

Agora, esse futebol... O Luís Fernando cunhou uma frase digna de atenção: temos o direito de transmissão, mas não temos o direito de fazer televisão. E é isso mesmo. Porque, com frequência, o futebol que a **Rede Globo** vai passar na quarta-feira, às 21:40, é em um estádio miserável, com um gramado miserável e com dois times vagabundos. Mas, necessariamente, temos que entender que uma rede de televisão, em função do fato de ter duas novelas bem sucedidas, um **Jornal Nacional** bem sucedido, e está pagando o que está pagando, precisa fazer desse jeito.

O SR. LUÍS FERNANDO LIMA – Deixa eu só...

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – E vazio, Juca. O diretor de televisão tem que ser mágico para

não mostrar o estádio vazio e enquadrar meia dúzia de gatos pingados.

O SR. LUÍS FERNANDO LIMA – Fazemos algumas mágicas, às vezes, caso contrário não teríamos a audiência que temos.

Não quero nem entrar no mérito de programação e muito menos fazer uma apologia do que seja a programação da **Rede Globo**, mas quero lembrar, e considero extremamente relevante lembrar, que no Brasil há um outro fenômeno cultural para uma população que tem o perfil de distribuição de renda como existe no Brasil, onde a televisão se torna o grande veículo de entretenimento, ou seja, no Brasil, temos um outro hábito cultural que é mais forte que o futebol: a novela. Não há fenômeno cultural, do ponto de vista da audiência... O que é audiência? Audiência é efetivamente um comportamento. Ou seja, a audiência reflete a atitude de milhões de pessoas gastarem o seu tempo de vida, um tempo que está lá investido, em algo que proporcione a elas algum tipo de prazer. E não há nada comparável à audiência das novelas, particularmente as novelas das 20 horas. É incomparável. A média das novelas é incrivelmente superior à média do futebol, qualquer que seja a situação. Só é comparável à média do futebol em uma Copa do Mundo e exclusivamente os jogos do Brasil, se forem disputados de dia.

Tenho sérias dúvidas com relação ao que vai ser a audiência da próxima Copa do Mundo pelos horários em que o Brasil vai jogar, pois, na melhor das hipóteses, acontecerão às 8:30. São fenômenos que têm aí um nível de...

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Vai jogar!?

O SR. LUÍS FERNANDO LIMA – Não. Se jogar, não é? (Risos) Eu falei, se jogar.

O SR. JUCA KFOURI – Você tem uma informação que não tenho.

O SR. LUÍS FERNANDO LIMA – Não. Eu realmente espero que vá jogar. Espero que vá jogar, não é? Então, espero que vá jogar.

São dois fenômenos culturais. Mas há um hábito, o da novela, que é mais forte. Mais pessoas no Brasil, diariamente, preferem ver a novela do que ver o futebol. Ou seja, há um decréscimo de gente que não vê futebol, mas que está vendo a novela.

Do ponto de vista da estrutura de grade e do patrocinador, que, em última análise, é quem alimenta toda essa roda, a programação que faz sentido é essa. E eu volto a dizer, hoje em dia, do ponto de vista da imagem, o futebol é importante para televisão e é importante para todo mundo que está envolvido com

essa imagem. O que temos aqui não é só o estádio mal preparado. Os estádios são grandes demais, mal iluminados, as condições são terríveis, os clubes não permitem que você tenha acesso ao próprio clima pré-jogo, enfim, tudo contribui. Os estádios não têm posições adequadas para instalação de câmeras. É um fenômeno complexo.

E a modernização dos estádios – inclusive o Sócrates disse que os nossos estádios estão passando por uma fase de extrema violência – é urgente, porque também é um dos pólos básicos para recriar a economia do futebol. Com estádios modernos, pode-se estimular a ida das pessoas ao futebol. No Rio de Janeiro, por exemplo, bastou o Maracanã pintar as cadeiras e criar cores para já ter havido um grande progresso. A percepção do torcedor é tão sensível a esse pequeno tipo de carinho que foi o suficiente para levar mais famílias ao Maracanã, embora o clima de violência continue sendo predominante.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Sr. Juca Kfour, eu queria colocar apenas o seguinte: com relação ao espetáculo, talvez quando tivermos o Rivaldo ou o Ronaldinho, quem sabe a novela das oito será às oito e o jogo comece mais cedo.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI – Veja bem, eu sou contra este horário das 21h40, e tenho me batido nesse sentido, mas nós precisamos ter a compreensão de quem está pagando e quem está bancando lá.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – Claro.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI – E não podemos nos esquecer, no que diz respeito aos nossos estádios, que 90% deles são fruto de um gigantismo de um período negro da história do Brasil, de uma arquitetura do autoritarismo.

O SR. MARCO AURÉLIO KLEIN – São totalmente inadequados.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Relativamente, ao número de competições, o Sr. Sócrates fez referência a isto, à questão do calendário. O que nós discutimos é a possibilidade de, por meio da legislação, fixamos o número de partidas que cada atleta pode jogar durante o ano e, dessa forma, a legislação, de forma indireta, interfere no calendário. Ou os clubes contratam um número maior de jogadores, oferecendo, portanto, mais oportunidades, ou se limita o número de competições. Nós, inclusive, estamos ouvindo a opinião de ex-atletas sobre a situação ideal – qual o número de jogos que um atleta deve atuar durante o ano. Sócrates, qual a sua opinião a respeito?

O SR. SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA DE OLIVEIRA – No máximo, sessenta.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sr. Vladimir, e a sua opinião?

O SR. VLADIMIR RODRIGUES DOS SANTOS – Eu diria que, no máximo, 70. Eu fui o jogador que mais joguei no Corinthians e chegava a fazer isso por ano, e acho perfeitamente normal.

O SR. SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA DE OLIVEIRA – Se nós tivéssemos um número lógico, com 20 clubes e, no máximo, 22 clubes, teríamos 42 partidas no campeonato brasileiro. O resto seria copas e a minoria jogaria.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI – Mas tem também as seleções.

O SR. SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA DE OLIVEIRA – Mas quantos são? Só aqui são 150.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI – Mas se a lei não prevê, você não pode jogar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O nosso amigo, Sr. Jaildo Azevedo Dantas, do Unibol de Pernambuco, deseja fazer uma apreciação de, no máximo, três minutos e nós, com prazer, concedemos a ele esta oportunidade.

O SR. JAILDO AZEVEDO DANTAS – Srs. Senadores, componentes da CPI e demais membros da Mesa, Srs. Presidentes de Clubes, Imprensa, minhas Senhoras e meus Senhores, na verdade, o Unibol está presente aqui porque foi convidado não pela CPI mas pela Federação Pernambucana de Futebol. Quando tomei conhecimento de que se tratava de uma audiência pública, tomei a iniciativa de vir não para contar história – e gostaria até de ofertar uma revista **Via Esportes**, que tem uma bela mulher mas também uma história sobre o caso do Unibol – mas para trazer minha contribuição a esta CPI.

Eu já disse para o Senador Álvaro Dias por duas ou três vezes que se esta CPI, efetivamente, não der jeito ao futebol brasileiro, o Unibol, simplesmente, vai sumir do mapa. E, para quem não sabe, trata-se de um projeto belíssimo e igualmente sério, de uma gestão empresarial, que tem, inclusive, um centro de treinamento que pouquíssimos clubes no Brasil tem; uma área magnífica em meio a uma mata atlântica, com uma preservação rigorosa, possuindo oito campos. Enfim, é uma área de 206 mil metros quadrados, muito bem planejados e que está sendo executado, mas que, com toda certeza, irá paralisar.

Nobre Senador Álvaro Dias e nobre Senador Geraldo Althoff, eu espero muito que esta CPI realmente dê jeito ao futebol. Como o Juca Kfoury falou aqui, nós temos três seríssimos problemas em um só: as confederações. E não me refiro apenas às do futebol, mas a todas. Há os isentos do continuísmo, um sentimento de quase ou mais de 20 anos no judô, mas no futebol, principalmente, temos as federações. Elas são o típico três em um. É confederação ou federação, é o TJD e é a arbitragem. É um absurdo. E quando vejo clubes do porte de um São Paulo, aqui presente, e os outros de São Paulo, inclusive da Lusa, da Portuguesa, que foi já penalizado com arbitragens tendenciosas, que tomaram jogos dele e que inclusive foram criticadas as administrações e a diretoria da Portuguesa pela vassalagem que dedica às federações locais. Acho que isso tem que acabar.

Nossas sugestões para sermos objetivos:

Primeiro, o TJD deve ser um apêndice da Justiça Comum. Cada Estado deve ter, como a Justiça do Trabalho, como a própria Justiça das Pequenas Causas, tem essa justiça que está sendo criada, a Justiça Especializada. Uma justiça séria, pois a Justiça Desportiva, lamentavelmente, é uma bagunça, é um negócio só político. Não tem nada de justiça. Fomos vítimas de rebaixamento ilegal e ilegítimo, pois disputávamos a primeira divisão em Pernambuco e fomos rebaixados de uma forma absurda, conforme vocês devem ter visto. Tenho bastantes revistas aqui para distribuir para todo mundo, até mais de um exemplar a quem quiser. E realmente isso não pode continuar mais. É um desestímulo para que haja seriedade no futebol brasileiro. Não tem como.

Arbitragem com profissionalismo, uma arbitragem séria. Agora mesmo eu estava vindo de Sorocaba com o Dr. Ricardo Maluf, nosso advogado lá, e ele estava comentando que, embora o árbitro daqui seja execrado, do qual falamos isso e aquilo, quando vai lá para arbitrar uma partida simples do varzeano local, dá um **show**, sabe de tudo e não comete o menor erro. Daí induz-se que a Federação, tendo interesse num determinado desenvolvimento do campeonato, arma essas situações, tendo em vista o exemplo do Rio de Janeiro. Influencia no resultado para manter um campeonato altamente disputado quando, na verdade, ele é todo maquinado.

Agora, por que os árbitros, vamos dizer assim, aceitam, sujeitam-se a essa situação?

Primeiro, para receber promoção para ir para a CBF; segundo, para ir para a Fifa; e, terceiro, acredito que deve rolar algum dinheiro.

Fica aqui a sugestão, Srs. Senadores, de que essa nossa proposta seja realmente levada em conta e, complementando o que o representante da Globo, Luís Fernando, falou, relativamente ao aspecto cultural houve uma agressão, inclusive o Marco Aurélio Klein foi quem me contou essa história e esqueceu de dizer que era um dos incentivadores do famoso Ibis, em Pernambuco. Ele foi disputar uma partida decisiva em Serra Talhada e ficou surpreso porque não viu nenhum time local, nenhum time de Pernambuco. Agora, estava lotado – havia torcedores gremistas, principalmente, flamenguistas, são-paulinos, Barcelona da Espanha, etc.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado ao Jaildo Azevedo Dantas e os nossos cumprimentos pela sua luta em favor do Unibol.

O SR. JAILDO AZEVEDO DANTAS – Quero apenas fazer mais uma complementação, Senador Álvaro Dias. Eu gostaria inclusive de aproveitar a oportunidade para fazer uma denúncia nacional com relação à arbitragem. O Unibol está disputando a segunda divisão, tendo time que sobra no campeonato e seria tranquilamente campeão destacado, até porque de 14 jogos que disputou até agora ganhou 12; não empatou nenhum. Perdeu dois, da forma mais absurda: jogo tomado. O último, que perdemos de dois a zero, se bem que não valia nada, estamos classificados para um quadrangular final e tenho a mais absoluta certeza de que não devemos nos classificar agora. Temos time para isso. Fizemos três gols e não valeu nada. Perdemos de dois a zero.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Registro e agradeço a presença também do Secretário-Geral da Associação Nacional de Árbitros, Sr. Sérgio Correia. Já que falamos tanto em arbitragem, registramos a presença do Sr. Sérgio.

Está livre a palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Corrêa, da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol.

O SR. SÉRGIO CORRÊA – Exm^{os} Srs. Senadores e Deputados presentes, senhores e senhoras, para quem não me conhece, meu nome é Sérgio Correia da Silva, sou Secretário-Geral da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol. Durante 20 anos fui árbitro, em São Paulo e fui excluído da arbitragem por denunciar Ivens Mendes, em 1993, mas isso não vem ao caso.

Eu queria aproveitar a oportunidade para entregar às mãos dos Exm^{os} Srs. Senadores um trabalho

dos árbitros de futebol com algumas sugestões da nossa categoria, os nossos anseios.

E, só para aproveitar os números que foram falados, repudio as acusações contra os árbitros de futebol não presentes. E, para falar em números, a arbitragem, no Brasil, significa... Um campeonato como a Copa João Havelange, com 1455 jogos, para pagar isso, só se precisa de quatro “Morumbis”, com 80 mil pessoas. O que se paga para a arbitragem – e se exige muito da arbitragem – é uma CPMF do valor global pago pelas emissoras de televisão.

Então, parabeno os Senadores da CPI pela oportunidade. Estarei no Paraná, representando o nosso Presidente Márcio Rezende de Freitas, que foi designado para atuar no México. Estarei lá, na sexta-feira, onde poderei estender-me um pouco mais, se assim o permitirem.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos a contribuição da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, por meio do seu Secretário, Sérgio Corrêa.

Vou passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, que é representante de São Paulo nesta CPI.

O SR. ROMEU TUMA – Obrigado Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa. Eu queria iniciar, dizendo que, parece-me, virou uma obrigação dizer que sou representante de São Paulo. Amo essa cidade e tenho que trabalhar por ela. E amo o meu País também e tenho que trabalhar por ele. Parece que, hoje, virou alguma coisa importante para o Parlamentar dizer que ama o seu Estado, como se isso não fosse implícito na sua própria condição de Parlamentar e representante da população que aqui vive.

Então, inicio assim, mas não poderia deixar de dizer que sinto orgulho de pertencer a uma CPI presidida por V. Ex^a, Senador Álvaro Dias, e relatada pelo Senador Geraldo Althoff, com elegância, discrição e respeito a todos aqueles que vêm, mesmo em depoimento sob investigação, os quais são tratados com lisura e humanidade. E, hoje, isso é um exemplo vivo de que a CPI não se preocupou, nem vem preocupando-se apenas em apurar os desvios de comportamento ético e moral de alguns dirigentes, em malversação do dinheiro público, dos torcedores e daqueles que têm amor aos seus clubes, até com objetivos políticos incorretos.

Ouvimos aqui algumas coisas importantíssimas. Eu queria dirigir-me ao senhor da **TV Globo** sobre um assunto até interessante. Ouvi o Sílvio Santos, há algum tempo, falando sobre disputa por audiência.

Ele disse que tinha alguns programas importantíssimos, mas nunca disputaria com o futebol. E, hoje, eu o vejo colocar os seus programas no horário do futebol, porque acredito que as informações demonstram a queda nas audiências dos jogos de futebol.

Eu sou noveleiro, gosto de uma novela, e, às vezes, em seguida, vem o jogo de futebol. Infelizmente, às vezes, eu mudo de canal. Volto ao futebol, porque vocês deixam permanentemente o resultado, para saber a quantas anda o jogo, mas fico desiludido com alguns fatos que ocorrem. E parece que essa atividade de alguns dirigentes, que às vezes se torna deletéria, traz uma angústia muito grande e uma repulsa pelo interesse ao futebol, e nós, membros da CPI, vamos, cada dia, sentindo mais.

Creio que o Vladimir e o Sócrates mencionaram – até anotei aqui, porque achei emocionante – a importância da formação cultural dos jovens jogadores e o exemplo que eles podem representar às novas gerações.

Sócrates e Vladimir, quando se fala em prevenção ao uso de drogas, se pensa primeiro em quem? Na juventude, naqueles que estarão à disposição dos traficantes para aumentarem o mercado consumidor. Quando artistas, jogadores de futebol dão bom exemplo porque têm bom desenvolvimento cultural, isso poderia tranqüilamente representar uma campanha em favor da prevenção de drogas.

O Ministério da Educação deveria pensar em investir nesse setor. Sei que alguns clubes - não posso enumerá-los agora porque não tenho anotado - já pensam nisso. E as escolas de jogadores adotaram a obrigatoriedade de aqueles meninos estudarem pelo menos o ensino básico. E é claro que, após a formação básica, começa-se a pensar na possibilidade de uma faculdade.

Nos Estados Unidos é um pouco diferente. Lá alguns tipos de esporte são disputados pelas universidades. E quem quer jogar tem que se matricular na universidade. É uma obrigação.

É uma das idéias que eu gostaria de apoiar. E tenho certeza de que o Senador Geraldo Althoff vai colocar o projeto no seu relatório, para que até a próxima legislatura consigamos ver esse seu sonho realizado. Quem sabe o Sócrates, um médico, disputasse a presidência da CBF?

Cumprimento novamente o Presidente e o Relator pela importância e bom resultado desta audiência pública com o nosso professor e os demais jornalistas que se dispuseram a comparecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Queremos agradecer ao Senador Romeu Tuma, presença constante nos trabalhos desta CPI. Agradeço também a honra da presença dos Deputados de São Paulo: Deputado Nilton Brandão, Deputado Nivaldo Santana, Deputado Edson Ferrarini, Deputado Donizete Braga, Deputado Pedro Mori, Deputado Emídio Pereira, Deputado Dimas Ramalho. Está presente também para a nossa honra o Deputado Walter Feldman, a quem convidamos para chegar à Mesa. Aproveitamos para agradecer-lhe a oportunidade de reunir esta CPI aqui na Assembléia Legislativa de São Paulo. Agradecemos também a presença do Deputado Carlos Braga, nosso amigo.

Concedo a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Walter Feldman.

O SR. WALTER FELDMAN – Senador Álvaro Dias, muito obrigado pela oportunidade.

Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Esta é uma Mesa literalmente de craques. Só há pessoas envolvidas diretamente na investigação que hoje interessa a todos nós. Tenho acompanhado, aqui, à distância, pelo Deputado Nabi Abi Chedid, nosso decano, e que tem militância específica nessa atividade. A presença de muitos Deputados da Assembléia, quase um **quorum** necessário para deliberação, demonstra o interesse que nós Deputados de São Paulo temos na investigação e no trabalho que a CPI vem realizando. Disponibilizamos a estrutura material, para que a Comissão aqui se instalasse. É um prazer para a nossa Assembléia ter um debate, um trabalho como o que está sendo realizado na manhã de hoje. E queremos dizer que da mesma forma aqui na Assembléia temos realizado várias CPIs, com um resultado extraordinário, nada transformado em pizza. Pelo contrário, tem mostrado o fator relevante de investigação, de fiscalização que o Parlamento pode exercer no seu papel constitucional, regimental.

É um trabalho de que não abrimos mão. Temos cinco CPIs em funcionamento. A última delas encerrada recentemente pode propiciar a economia de R\$50 bilhões; uma análise que fizemos sobre os reatores ambientais na Serra do Mar.

Outras CPIs estão se desenrolando: a CPI do Cartão de Crédito, a CPI do Narcotráfico, a do Roubo de Combustível, a CPI dos Transportes Intermunicipais e a CPI que V. Ex^a, Senador Álvaro Dias, vem comandando orgulha o trabalho que o Parlamento pode efetivamente estar realizando.

Meus parabéns. Colocamo-nos à disposição para complementar a atividade que os senhores vêm realizando.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado ao Presidente Walter Feldman. Obrigado também aos Srs. Deputados que aqui se encontram.

Vamos passar a palavra ao Senador Geraldo Cândido, representante do PT, do Rio de Janeiro.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff, Sr. Deputado, Presidente da Assembléia Legislativa, Sr. Senador Romeu Tuma, demais componentes da Mesa, vou fazer breves considerações em relação à nossa audiência pública, por isso não poderia deixar de ressaltar a importância dos debatedores, dos depoimentos que foram feitos aqui, com a contribuição inestimável a esta CPI.

Nós, que passamos agora da fase investigativa para a fase propositiva, temos feito uma maratona pelo Brasil afora. Visitamos vários estados, fizemos audiências para que possamos, por meio das audiências públicas, recolher contribuições que têm sido dadas pelos participantes nas audiências, por ex-atletas, por ex-dirigentes de clube, de federações e por atuais dirigentes, enfim, por advogados, juristas, pessoas que estão envolvidas na questão do mundo dos esportes, que têm dado uma contribuição inestimável para que possamos, ao final dos trabalhos da CPI, apresentar não apenas o relatório conclusivo, com a fase investigativa, mas também uma legislação que seja capaz de defender, enfim, os clubes de futebol, o seu patrimônio e a sociedade de um modo geral, porque assistimos, no dia-a-dia e principalmente nos depoimentos prestados na CPI ao longo de mais de cem horas de depoimentos, à situação do futebol brasileiro, que é uma situação de extrema gravidade pela ação de seus dirigentes atuais, de ex-dirigentes, principalmente, de empresários e vários segmentos da sociedade que têm se aproveitado no futebol. Está aí a situação: os clubes, hoje, na sua maioria, estão com uma situação financeira lastimável, enquanto alguns ex-dirigentes, ex-empresários estão com os bolsos cheios de dinheiro.

Portanto, isso precisa ser visto.

Além do mais, a legislação deve proteger a sociedade e o cidadão, desde o torcedor, o associado. Por exemplo, existem alguns clubes que precisam rever até estatuto, em defesa mesmo da seu funcionamento interno, o conselho fiscal, conselho deliberativo. Há uma série de problemas que precisa ser revista e, principalmente, a defesa do atleta do profissional. Um

exemplo: tomamos depoimento de cidadão que se dizia dono do passe de mais de duzentos jogadores, na sua maioria de menores – até, depois, gostaria de ouvir a opinião dos ex-atletas, como o Vladimir e o Sócrates em relação a essa questão, porque o cidadão dizia que estava em defesa dos direitos do atleta.

Aparentemente parece que é isso, mas a verdade é que o atleta acaba sendo uma presa fácil para aquele cidadão, que é empresário ou dirigente inescrupuloso, que se aproveita disso para ganhar dinheiro.

Em geral, a maioria dos atletas profissionais acaba justamente na situação apontada pelo Vladimir, pois, sendo de baixa escolaridade, ficam pela rua, sem profissão, indo para a economia informal ou para a marginalidade. Enfim, a situação é penosa para o ex-atleta profissional, que, muitas vezes, proporcionou alegria para vários clubes do País.

Gostaria também de me referir ao que nos disse o Dr. Carlos Miguel sobre o projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional, que cria a profissão de peão de rodeio. Não sei bem como é a história, mas o projeto foi apresentado pelo Deputado Jair Meneguelli, do meu Partido, que propôs o reconhecimento da profissão de peão de rodeio, equivalente à de atleta profissional. Julguei o projeto meio complicado, mas não quero entrar em detalhes, pois não estamos discutindo a questão no momento.

Existe também outro projeto, de autoria do Senador Maguito Vilela, que cria a profissão de treinador de goleiro. Sou Relator desse projeto e dei parecer favorável a ele, mas propus algumas condições para que o cidadão seja reconhecido como tal, pois, na proposta, não se estipulavam critérios.

Por último, tratarei da questão do jogador menor de idade. Acredito que, ao final dos trabalhos, proporemos uma legislação para o esporte, na qual haverá um capítulo específico para os jogadores de futebol, em que espero será tratada a questão do menor. O Dr. Valed Perri, perito em legislação esportiva, contribuirá com a CPI no tocante à questão do menor atleta profissional.

Para concluir, tenho certeza de que esta CPI não terá um final melancólico como foi o da CPI da Nike, quando a “bancada da bola” conseguiu desqualificar o Relatório final, submetendo-o a votação à parte e rejeitando-o, o que avalio foi um desastre. Penso que os Senadores Álvaro Dias, Geraldo Althoff, Romeu Tuma e eu não permitiremos que a “bancada da bola” faça isso com esta CPI. Esperamos aprovar o

Relatório e encaminhá-lo ao Ministério Público e à Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradeço ao Senador Geraldo Cândido e informo, mais uma vez, que, independentemente do Relatório final, esta CPI já tem tomado providências que determinaram a abertura de vários inquéritos criminais. Como exemplo, cito que, conforme o noticiário de hoje, o Dr. Geraldo Brindeiro encaminhou ao Supremo Tribunal Federal solicitação para instalação de inquérito criminal relativamente ao Deputado Eurico Miranda. Em outras oportunidades, outro inquérito criminal fora aberto relativamente a esse Parlamentar, assim como relativamente ao Grêmio, ao Internacional de Porto Alegre, ao Flamengo do Rio de Janeiro. Enfim, esta CPI vem tomando providências à medida que aprofunda as investigações. E certamente o Relatório final, conclusivo, proporcionará ao Ministério Público procedimentos para a responsabilização civil e criminal de dirigentes eventualmente envolvidos em delitos praticados na administração do futebol brasileiro – claro que sem prejuízo da preocupação maior que nos traz aqui hoje, que é exatamente a elaboração de uma legislação que modernize a administração do nosso futebol.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Juca Kfourir.

O SR. JOSÉ CARLOS KFOURI – Sr. Presidente, peço só um minuto para fazer um reparo, a fim de não cometermos nenhuma injustiça nem o pecado da ingenuidade.

Seria muito ingênuo supor que, com a composição da CPI da Nike-CBF, na Câmara dos Deputados – desde o início sabíamos que a bancada da bola era majoritária –, o relatório que incriminasse a cartola-gem fosse aprovado.

Temia-se que nem sequer a investigação pudesse chegar a bom termo, mas chegou. Tenho certeza de que o Ministério Público, a Polícia Federal, o chefe de reportagem e a CPI do Futebol do Senado têm, no relatório da Câmara, um belíssimo guia para que esse “passar a limpo” do futebol brasileiro realmente aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – É vício de origem sanável, mas, de qualquer forma, a CPI da Câmara produziu um material alentado, que poderá ser utilizado pelo Ministério Público, mesmo que sem os naturais efeitos de natureza jurídica. Naturalmente, trata-se de uma colaboração importante para que o

Ministério Público possa aprofundar essas investigações, e também a própria CPI do Senado, por intermédio do Relator Geraldo Althoff, terá a oportunidade de, vasculhando as informações obtidas pela CPI da Câmara dos Deputados, acrescentar aquelas informações recolhidas pelo trabalho realizado pela nossa CPI do Futebol no Senado.

É bom esse retrospecto. A CPI da Câmara só foi recuperada, ressuscitada, desarquivada, após se tornar fato consumado a CPI do Senado Federal. A CPI da Câmara era um objetivo, há anos, do Deputado Aldo Rebelo. No entanto, um parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, alegando a inconstitucionalidade daquela CPI, promoveu o seu arquivamento. A instalação ou o fato consumado no Senado, com a CPI tornando-se irreversível, produziu uma revisão do posicionamento da Câmara dos Deputados, que recuperou a então arquivada CPI da Nike-CBF naquela Casa. De qualquer maneira, aquela CPI contribuiu para promover transparência ao futebol brasileiro. Como se diz popularmente na gíria do futebol, essa “caixa-preta” do futebol brasileiro foi arrebatada de qualquer maneira pela duas CPIs.

Esperamos que os resultados possam ser produtivos, a fim de que o futebol não seja o mesmo depois desta CPI.

Antes da conclusão, o Senador Geraldo Althoff fará o balanço da reunião de hoje, elencando as principais sugestões recolhidas, sem prejuízo, evidentemente, das sugestões dadas por escrito não só pelos integrantes desta Mesa, como também por aqueles que, acompanhando de uma forma ou de outra esta reunião, se motivaram a nos fornecer sugestões importantes para a elaboração de uma nova legislação.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, farei, de maneira bastante sumária, uma avaliação, por tópicos, das propostas apresentadas no transcorrer desta manhã.

Com relação à gestão dos clubes e ao modelo gerencial do futebol, propõem-se:

- a responsabilização dos dirigentes pelos atos praticados nos clubes e também nas federações;

- uma referência ao fim do modelo feudal, que caracteriza o futebol brasileiro, baseado em relações pessoais e interesses políticos. Quando o Sr. Klein fazia referência a essa situação, lembrei-me de que, com certeza, o problema das federações começou, no Brasil, com a instalação das capitânicas hereditárias, tal o mecanismo que se criou dentro das próprias federações.

- transformação do futebol de atividade amadora em atividade econômica, inserida num contexto mais amplo da economia do próprio País;

- valorização do futebol como marca, como produto mundialmente valorizado; e

- criação de mecanismos que permitam o voto dos associados dos clubes na eleição dos dirigentes.

Com respeito à violência, propõem-se:

- modernização dos estádios, com a melhoria da relação serviços-público;

- criação de juizados especiais de pequenas causas nos próprios estádios, ação firme no Estado nessa questão, a exemplo do que ocorreu na Inglaterra com referência ao relatório Taylor; com relação à Justiça Desportiva, alteração da composição e códigos de conduta dos tribunais de modo a torná-los mais competentes e independentes das entidades; sede do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, em Brasília;

Com respeito aos atletas: obrigatoriedade de formação educacional mínima dos atletas; mecanismos que propiciam uma profunda alteração nos modelos de atletas hoje valorizados e que permitam a formação de atletas informados, cultos e socialmente atuantes; especialização dos profissionais que lidam diretamente com os atletas;

Com respeito à arbitragem: revisão profunda da estrutura da arbitragem, de modo a torná-la imune a interesses clubísticos e particulares;

Com respeito ao calendário, concepção de campeonatos simplificados, a exemplo do que ocorre em outros países; estímulo à evolução técnica dos campeonatos, para que haja bons espetáculos.

Eram estas as colocações sumárias e que levaremos em consideração quando da confecção do nosso relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado ao Senador Geraldo Althoff.

Britanicamente, já que o modelo inglês foi referência nos debates de hoje e até em homenagem à BBC de Londres que está presente, vamos encerrar esta reunião, agradecendo mais uma vez ao Dr. Carlos Miguel Aidar, ao jornalista Juca Kfoury, ao Dr. Marco Aurélio Klein, ao Dr. Sócrates, ao Vladimir e ao jornalista Luís Fernando Lima, pela inestimável contribuição que ofereceram no dia de hoje aos trabalhos desta CPI. Mais uma vez, muito obrigado ao Dr. Walter Feldmann, nosso anfitrião, e aos Srs. Deputados Estaduais que nos honraram com suas presenças, assim como aos dirigentes de clubes, aos especialis-

tas em **marketing**, aos representantes de clubes e à imprensa de São Paulo que aqui veio.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 497, de 2000-SF "Destinada a investigar fatos envolvendo associações Brasileiras de Futebol".

39ª Reunião realizada em 22-6-01.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às dez horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Porto Alegre, na Cidade de Curitiba, reúnem-se os Senhores Senadores, Geraldo Althoff e Alvaro Dias, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Hermas Brandão, Digníssimo Presidente da Assembléia, pela acolhida dispensada e informa que na presente Audiência Pública sobre Futebol e Legislação, serão ouvidos os Senhores Edson Arantes do Nascimento e Carlo Del Campo Colas. Ato contínuo, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator Senador Geraldo Althoff, para dar início aos seus questionamentos. Fez uso da palavra o Senhor Senador Geraldo Cândido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Declaramos aberta a 39ª Reunião da CPI do Futebol do Senado Federal.

Agradecemos a presença do Srs. Deputados Estaduais do Paraná, da imprensa, dos cronistas esportivos que aqui se encontram para oferecer sua inestimável contribuição nesse processo de elaboração de uma nova legislação para o desporto nacional. Agradecemos a presença dos dirigentes de clubes e entidades deste Estado e expressamos nosso agradecimento particular ao Senador Geraldo Althoff, Relator desta CPI, que honra o Paraná com a sua presença, já que realiza com muita dignidade, disposição

e competência um trabalho da maior importância para o futuro do futebol no nosso País.

É evidente que a presença do astro maior do futebol em todos os tempos revela a importância do trabalho que se realiza hoje no Senado Federal. Estamos agradecidos ao Sr. Edson Arantes do Nascimento, figura mais importante da história do futebol brasileiro e que tem prestado um serviço extraordinário, não apenas ao nosso futebol, mas ao nosso País, especialmente como grande embaixador junto a todos os povos do mundo. Indiscutivelmente, o Pelé é um orgulho nacional, uma figura emblemática que deve ser preservada, sobretudo em benefício dos interesses do futebol do Brasil. Por isso, não poderíamos deixar de prestar-lhe esta homenagem no início dos trabalhos de hoje. (Palmas.)

Ouviremos aqui o depoimento do Pelé. Também contaremos com a presença, assim que o aeroporto de Curitiba permitir - mas creio que chegará a tempo -, do Dr. Carlos del Campo Colás, cujos cargos passo a mencionar: Assessor Jurídico da Liga Nacional de Futebol Profissional, na Espanha; Secretário-Geral da Liga Nacional de Futebol Profissional; Assessor da Fundação de Futebol Profissional; Delegado do Tribunal Arbitral de Futebol; membro da Comissão Mista de Transformação dos Clubes em Sociedade Anônima, do Conselho Superior de Desportos; membro da Comissão Jurídica da Comissão Nacional Contra a Violência nos Espetáculos Desportivos; membro da Comissão de Saúde do Desportista; assessor, nos últimos convênios coletivos, da Liga Nacional de Futebol Profissional, da Associação de Futebolistas da Espanha; Professor Master de Direito Desportivo na Universidade Espanhola, participando de várias obras - não as lerei aqui; membro da Comissão de Futebol Profissional da UEFA nas negociações de um novo sistema de transferência na União Europeia e Fifa.

Aliás, Srs. Senadores, a presença do Dr. Carlos del Campo Colás, em nome da Federação Espanhola de Futebol, representando o seu Presidente, Ángel María Villar, é exatamente em função de uma nova legislação a ser discutida em reunião da Fifa no próximo dia 5 de julho, em Buenos Aires. Segundo informações, a legislação proposta pela Espanha, por intermédio do Dr. Carlos del Campo Colás, deverá ser acolhida nessa reunião, enfatizando especialmente os direitos adquiridos pelos clubes que investem na formação de atletas profissionais. Daí a importância da presença de S. S^a hoje, ao lado de Pelé, para este debate sobre legislação.

O Senador Geraldo Althoff, em nome desta CPI, apresentará os objetivos e a estratégia definida para alcançá-los, evidentemente com as duas vertentes que se constituem em missão do Parlamento: investigação e legislação.

É claro que a investigação diz respeito a um passado que, inclusive, queremos suplantar; e a legislação diz respeito a futuro do futebol brasileiro - daí a sua importância maior. Nós da CPI do Senado estamos dando ênfase maior à fase propositiva na qual nos encontramos neste mês, com a esperança de erigirmos juntos, com muitas mãos participando e com muitas cabeças pensando - por isso, estamos aqui -, um novo modelo eleitoral que renove os quadros dirigentes, oxigenando a administração do futebol, e um novo modelo de gestão administrativa, com responsabilização civil e criminal.

Estamos com esse objetivo. Ouviremos o Senador Geraldo Althoff, com a síntese do que se pretende; depois, ouviremos os dois lustres convidados e, então, deixaremos a palavra livre, a fim de que os cronistas e dirigentes desportivos e os especialistas em Direito do Esporte possam participar, indagando, se desejarem, dos nossos conferencistas ou oferecendo sugestões certamente sábias para a modernização do futebol do nosso País. É com muito prazer e com muita honra que recebemos os conferencistas na nossa Casa.

Assim que o Senador Osmar Dias chegar, haverá um lugar reservado para S. Ex^a à mesa.

Com muita satisfação, agradeço, em nome de todo o Paraná, Estado que represento com muito orgulho no Senado Federal, ao Senador catarinense Geraldo Althoff pela presença.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF - Senador Álvaro Dias, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente da Assembleia do Estado do Paraná, Sr. Edson Arantes do Nascimento, Sr^{as} e Srs. membros da imprensa que nos honram com as suas presenças, externamos, neste momento, o sentimento de responsabilidade e de credibilidade com a presença do Sr. Edson Arantes do Nascimento, Pelé, na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tem o nosso respeito e a nossa consideração este momento importante da CPI, em que estamos no Paraná, com a presença do Pelé. Exercitamos esse tipo de ação exatamente em consideração ao Sr. Presidente da nossa Comissão, Senador Álvaro Dias, o mentor intelectual, o estruturador, quem buscou as

assinaturas necessárias para que se viabilizasse esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, o art. 58 da Constituição Federal, §3º, prevê a instalação de Comissões Parlamentares pelo Senado ou pela Câmara, em conjunto ou separadamente. Também a Constituição Federal, no seu art. 217, define ser dever do Estado fomentar o esporte.

Em muitos outros momentos da nossa Constituição Federal se evidencia a constitucionalidade e a necessidade de que haja a participação e a ingerência do Poder Público no futebol e no esporte, dentro de uma visão de que o futebol é o maior patrimônio cultural que existe dentro deste País. Por essa razão estamos preservando esse patrimônio cultural que é o futebol brasileiro.

Neste momento, chega o Senador Osmar Dias, que nos honra com sua presença. (Palmas)

Dentro desse raciocínio, foi com o sentimento de que existe sustentação constitucional que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada.

(Projeção)

Desorganização e amadorismo, isso é o que existe hoje no futebol brasileiro e que determina que a evasão de divisas, sonegação fiscal e, inclusive, lavagem de dinheiro, lamentavelmente, existam dentro do futebol brasileiro. Isso traz como consequência o não crescimento e a não profissionalização da atividade do futebol do País.

(Projeção)

A CPI do Futebol busca trazer, através das suas propostas finais, a visão do futebol como atividade econômica geradora de emprego e renda, que traga lucros e crescimento econômico, lucros que não sejam exclusivamente privados e, por consequência, tenham oportunidade de retornar para o esporte.

(Projeção)

Constituímos a CPI no dia 19 de outubro do ano passado. A primeira providência da Relatoria foi exatamente a estruturação do seu corpo técnico.

Aqui faço, mais uma vez, referência à importância da assessoria técnica para o funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Inclusive, temos aqui a presença dos nossos assessores, que trabalham de maneira efetiva e com extrema eficácia e competência para que a CPI realmente se realize. Ela é constituída por Consultores e Advogados do Senado Federal, Auditores do Tribunal de Contas da União, Analistas do Banco Central do Brasil, Auditores da Receita Federal, Delegados e Agentes da Polícia Federal, alguns deles aqui representados. Nosso

grupo de trabalho está aqui. Esta é a turma que realmente faz o trabalho.

(Projeção)

Como disse anteriormente, iniciamos o nosso trabalho em outubro de 2.000. Dividimos o nosso trabalho em três fases: uma de estudo; uma informativa; depois, uma investigativa; e uma propositiva.

(Projeção)

A fase de estudos, a fase de informação, foi de extrema importância, porque ela nos deu subsídios necessários para sabermos onde buscar, posteriormente, as informações.

Foram nossos parceiros nesse momento o próprio Banco Central, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão do Ministério da Fazenda cuja finalidade é rastrear dinheiro sujo. Esse tipo de estrutura é extremamente importante para um país que queira realmente ser moderno. A Previdência Social também foi nossa parceira, como também a Secretaria da Receita Federal.

(Projeção)

Na fase investigativa, definimos onde iríamos buscar ou executar o nosso processo investigativo. As nossas investigações estão sendo encaminhadas à Confederação Brasileira de Futebol, às Federações Estaduais. E aqui buscamos emblematicamente a representação de três Federações: as Federações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Investigamos clubes. Aí estão referendados alguns clubes, principalmente do eixo Rio-São Paulo, exatamente porque é nesse eixo que estão centralizados mais de 80% da movimentação financeira do futebol brasileiro. Investigamos empresários e também dirigentes de federações, dirigentes de clubes e outros profissionais vinculados ao futebol, como nos casos eventuais de algum treinador.

Nesta fase investigativa, à medida que as informações nos vinham chegando, fazíamos uma série de encaminhamentos, como os de representações e solicitações de abertura de inquérito junto ao Ministério Público da União, através da Procuradoria-Geral da República. Neste ponto, é importante ressaltar a parceria do atual Procurador-Geral, o Dr. Geraldo Brindeiro, que tem procurado nos ajudar neste encaminhamento. A Advocacia-Geral da União e o Ministério da Justiça também nos ajudam neste sentido.

Hoje existe um acordo de cooperação entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, e a busca de informações e quebra de sigilo bancário nos Estados Unidos é, muitas vezes, oportuna para a nossa Comissão. A

Receita Federal tem também nos ajudado, e temos repassado a ela informações com relação a eventuais delitos identificados durante o transcurso da CPI. O Banco Central recebe informações, como também a própria Previdência Social.

O importante não é a punição, pois ela é consequência. O fundamental é a elaboração de propostas para que nós possamos, a partir de um novo momento - como disse o nobre Senador Álvaro Dias -, ter novidades no futebol brasileiro. Nós, então, temos que alterar a legislação de tal forma que a desorganização e o desmando não permaneçam. Dentro desse raciocínio, estamos procurando criar - e vamos criar - um ambiente legal e institucional para que o futebol possa prosperar como atividade econômica, uma nova legislação para responsabilizar civilmente e criminalmente os dirigentes de futebol em caso de má gestão - fato que não existe. É muito semelhante àquilo que existe hoje em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Enfim, Sr. Presidente da Assembléia, Sr. Edson Arantes do Nascimento, Sr. Senador Osmar Dias, meus senhores, dentro de uma visão muito simples e sumária, era isto que eu gostaria de expor. Pretendemos que a sociedade civil organizada, através de audiências públicas, passe a ser a nossa parceira neste importante momento do futebol brasileiro, quando buscamos informações e propostas para que, realmente, uma nova legislação venha a fazer com que o nosso futebol se torne objetivo, límpido e transparente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Agradeço ao Sr. Relator, Sr. Senador Geraldo Althoff.

Registro a presença dos Deputados Estaduais do Paraná, Sr. José Maria Ferreira, Sr. Cleiton Vielson da Silva, Sr. Orgassi Túlio, Sr. Neivo Beraldim, Sr. Idekaso Takaïama, Sr. Heli Gueleri e Sr. Edison Estrapasson. Muito obrigado aos nossos amigos, Deputados, do Estado do Paraná.

Registro ainda a presença dos Presidentes, Sr. Marcos Coelho, do Atlético Paranaense, Sr. Ênio Ribeiro, do Paraná Clube, Sr. Juarez Maluceli, do Malutron, do Sr. Francisco Araújo, do Coritiba, do Sr. Ocimar Batista Pauliceio, ex-Presidente do Paraná Clube, do Departamento de Superintendência de Futebol. Agradecemos ao representante da Portuguesa de Desportos de São Paulo, Sr. Fernando Siqueira, Assessor da Presidência e de inúmeros Prefeitos e Vereadores do Estado pelas presenças.

Faço uma saudação especial àqueles que se encontram atrás da imprensa e que não estão tendo uma visão privilegiada desta Mesa, mas que estão

acompanhando os trabalhos - obrigado a eles pela presença. Obviamente, a presença do Pelé, aqui tornou este auditório pequeno demais. A grandeza do atleta do século evidentemente só poderia merecer esse prestígio, especialmente da crônica do Paraná, que quero homenagear na pessoa de Osiris Dakal, Presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, já que é impossível citar o nome de todos aqui, inclusive alguns ex-atletas de renome no nosso Estado como o Sicupira, o Dionísio, o Idalgo, enfim, figuras populares no nosso Estado que estão atuando na crônica esportiva, o nosso agradecimento especial a essa crônica, porque, sem dúvida, ela foi a inspiradora desta CPI. A indignação latente a cada momento refletida na palavra dos cronistas esportivos nos convocou a propor esta CPI do Futebol no Senado Federal. E a CPI da Câmara dos Deputados que havia sido arquivada pelo trabalho de alguns dirigentes que não a desejavam, obrigando ou orientando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para considerá-la inconstitucional, essa CPI só foi resgatada e retirada das gavetas depois que a CPI do Futebol no Senado Federal se tornou um fato consumado. A primeira consequência da CPI do Futebol do Senado foi mudar o posicionamento da Câmara dos Deputados e recuperar uma CPI até aquele momento sepultada. Portanto, o nosso agradecimento à crônica esportiva de todo o País e especialmente à do Paraná, com quem aqui convivo mais de perto.

Com muita satisfação já temos a notícia de que chegará em tempo o Dr. Carlos del Campo Colás, que deve chegar às 11h15min no aeroporto, e haverá tempo, portanto, para que ele possa prestar essa contribuição. Ele está vindo de Madri especialmente para isso, a fim de que possa aqui trazer sua contribuição inteligente nesse momento de proposição.

Vamos, com muita satisfação, passar a palavra a quem tem mais autoridade neste recinto para falar sobre este assunto. Vamos passar a palavra ao Sr. Edson Arantes do Nascimento, Pelé.

O SR. EDSON ARANTES DO NASCIMENTO – Muito obrigado. Sr. Presidente, eu talvez não seja a pessoa mais indicada na parte técnica para falar sobre esse assunto, mas na prática vou poder dar alguma colaboração.

Agradeço a oportunidade de estar à mesa com o Sr. Presidente da Assembléia, que desenvolve um trabalho árduo, mas tenho certeza de que Deus o iluminará para colocar na linha o futebol brasileiro e o esporte, de um modo geral. Agradeço o convite do Senador Osmar Dias, que eu já conhecia, a presença de todos os Deputados, autoridades, nossos amigos

da imprensa, alguns dos ex-jogadores que também são parte disso. Sempre dizia o meu pai que se não tivesse os nossos avós, se não tivesse o Charles Miller vindo para o Brasil nós não estaríamos hoje aqui discutindo todo o problema do futebol.

Mas como a maioria aqui, tenho certeza, é mais jovem do que eu, gostaria de ter permissão para contar algumas das histórias, das coisas importantes que aconteceram na vida do Pelé. E é evidente que eu precisaria fazer o acompanhamento do Dondinho. Muitos que acompanham o futebol sabem que Dondinho, meu pai, saiu de Minas Gerais, de Três Corações, e foi para Bauru jogar no Bauru Atlético Clube. E, nessa época, eu não entendia nada; tinha 8, 9 anos, menos um pouco, 6 anos, e eu vi que tinham tirado o meu pai do interior de Minas Gerais e o tinham levado para Bauru, como uma grande figura, porque, naquele ano – se não me engano foi em 1946, para os mais jovens –, o Bauru Atlético Clube (BAC) estava na final do campeonato do Estado de São Paulo. E foi, pela primeira vez, que vi que o meu pai era importante, que o Dondinho era importante, porque, quando nós chegamos em Bauru, havia muita gente no aeroporto esperando o meu pai. Havia também fotógrafos – naquela época não eram tantos como agora –, havia alguns fotógrafos na estação de Bauru. E eu disse: poxa, o meu pai é famoso.

E, por coincidência, foi presente de Deus, o Bauru foi campeão do Estado. E, em seguida, depois dos jogos, na volta de São Paulo, eu os vi carregando o meu pai nos ombros, aquela multidão levando o meu pai, e eu não entendia nada, eu só achava que o meu pai era famoso, artilheiro do campeonato; isso em 1946.

Em 1950, eu ia completar 10 anos. O Brasil tinha preparado aquela grande festa para jogar contra o Uruguai – por coincidência, não sei, às vezes, Deus faz as coisas por caminhos que não entendemos, mas coincidem com alguma mensagem, alguma coisa que a gente tem que deixar. Por coincidência, nós estamos atravessando um momento difícil, e o Brasil vai jogar com o Uruguai na semana que vem.

Então, o Brasil decidia a Copa do Mundo com o Uruguai. E prepararam aquela grande festa, porque o Brasil era o time favorito, o BAC tinha sido campeão anos atrás, o meu pai era famoso, também. E o meu pai reuniu alguns amigos para, na minha casa, em Bauru, ouvirem o jogo – eu me lembro, naquela época, daquele rádio quadradão, não havia televisão, a comunicação não era tão perfeita, ou quase perfeita, como a atual –, e iam ouvindo ali.

Nós estávamos brincando lá fora, no quintal. Quando acabou o jogo, os garotos vieram para dentro, e eu vi o meu pai chorando. Todo mundo lá estava quieto, chorando. Ou seja, não tinha muito... Aí, eu cheguei e perguntei: mas por que o senhor está chorando? Por que o pessoal está triste? “O Brasil perdeu a Copa do Mundo. Impressionante! Não podia perder para o Uruguai.” E a informação que havia era pelo rádio. E o meu pai dizia: “E está morrendo muita gente no Maracanã, tendo ataque do coração.” ?? para nós, os garotos que estavam ali. Aí, eu falei para o meu pai, porque vi o meu pai triste... E eu tinha, naquela época, a educação de que homem não devia chorar; homem tinha que ser homem, não podia chorar. Eu vi meu pai chorando... Poxa... Eu disse: “Pai, não se preocupe, porque, quando eu crescer, eu vou ganhar uma Copa do Mundo para o senhor.” (Palmas)

Aí, Srs. Senadores – por isso eu digo que Deus, às vezes, faz as coisas por caminhos que a gente não entende –, nunca poderia imaginar que, oito anos depois, menos de oito anos, antes de completar 17 anos, eu seria campeão mundial com a Seleção Brasileira, na Suécia. Muitos aqui ainda não tinham nem nascido. Então, daí para cá, Srs. Senadores, comecei a ver a importância do esporte e do futebol para o nosso País.

Depois, passou, o Brasil foi campeão. E aí, dei a parte, porque eu só queria ser igual ao meu pai, eu nunca pensei em ser o Pelé, ser igual ao Pelé, nunca na minha vida. Eu queria ser igual ao meu pai. Mas, para encurtar, para não ficar muito longo, porque o nosso palestrante também já chegou, eu queria, depois da vitória, depois que nós demos a volta olímpica, depois da fotografia –, eu queria falar com o meu pai, mas, naquela época, não havia comunicação. Em 1958, na Suécia, a gente tinha que ir para o rádio amador, pedir autorização para falar, para, no dia seguinte, o rádio amador chamar e você falar com a pessoa. E eu perguntava ao repórter: “Será que o meu pai está me vendo no campo?” Garoto... E aí, o Rei desceu para cumprimentar os jogadores – devem ter visto as fotos (...) A minha angústia era não poder transmitir... (Palmas)

Eu sou emotivo mesmo, eu não aprendo. Não tem jeito.

Eu queria que o meu pai e o Brasil soubessem daquele tempo. Eu sabia que era importante para o pessoal a grande festa aqui. Depois de tudo isso, de cumprimentar o Rei, da nossa volta, chegamos aqui o Brasil estava em festa, fomos conduzidos pelo carro do corpo de bombeiros, recebidos como campeões.

Então, Senadores, meus amigos, tivemos a oportunidade, depois de ter passado por tudo isso, de voltar da Copa do Mundo. Naquela época ninguém conhecia o Brasil, era uma colaboração que nós da Seleção Brasileira estávamos dando ao nosso País. Eu até hoje digo que não tenho vergonha de falar que sou brasileiro. Com todos os escândalos que têm acontecido no Brasil na parte negativa, temos ainda gente bacana, gente honesta, temos o esporte, que nos dá prazer, alegria. Eu não tenho vergonha de falar que sou brasileiro e sempre defendo esta tese.

Quando voltamos da Copa do Mundo, o Sr. Agnelli, que vocês conhecem até hoje, queria que eu **(falha na gravação)** foi levado porque era um dos jogadores, o Neném, que jogava no Santos, um grande jogador; o Del Vecchio, que chegou a ir para a Itália. E eu falei: não vou, estou bem no Brasil. Ele disse que eu tinha que ir, eu falei: não vou porque sempre quis que o Brasil estivesse em primeiro lugar. Não me preocupava em ganhar mais um pouquinho, porque eu estava bem no Santos. Mais para a frente vieram os alemães. Nessa época, por coincidência, a Fiat estava começando a trazer o trabalho para o Brasil. E Agnelli me dava ações da Fiat para eu ir jogar no Juventus. Eu tinha certeza de que estava bem. Alguns dos dirigentes do Santos, na época, achavam que era bom eu ir porque era bom para o Santos. Eu falei: não quero, não vou ganhar dinheiro, estou bem, ganho o suficiente para a minha família. Mais para frente, aconteceu a mesma coisa para eu ir para a Itália. E os alemães vieram. Um dos dirigentes do Bayer de Munique falou que tinha que ir porque eles estavam indo com a Mercedes-Benz para o Brasil e nós vamos dar ações da Mercedes-Benz para você. Eu disse: não vou, quero ficar no Brasil. E assim foi em toda a minha vida.

Então, Sr. Presidente, tudo que tenho na minha vida, tudo que Deus me deu foi através do futebol. Eu me sentia muito honrado em ser jogador futebol, mas infelizmente caímos nos problemas atuais do futebol brasileiro. Com essa postura, eu sempre quis fazer alguma coisa, trabalhar pelo futebol brasileiro dentro e fora do campo, porque aonde chega o Pelé em qualquer lugar do mundo chega o Brasil, e eu não podia decepcionar e não posso decepcionar esse povo. Não posso deixar que o nome do Pelé denigra o nome do Brasil. Graças a Deus, até hoje, nesses 45 anos de carreira, não tenho tido nenhum problema.

Então, quando o Presidente Fernando Henrique me convidou para ajudar a organizar o futebol brasileiro como Ministro, eu não queria aceitar. Depois de muita insistência, aceitei, porque achei que podia

continuar colaborando, continuar dando a minha parcela, devolvendo algumas coisas que ganhei para o futebol brasileiro. Foi quando, Sr. Presidente, se não me engano, há quatro anos atrás, aceitei o Ministério do Esporte. Vocês sabem que eu não tinha nenhuma ligação partidária, aliás, acho que por isso é que pude fazer alguma coisa pelo futebol brasileiro, porque se hoje estamos tendo essa situação triste em que se encontra o futebol brasileiro é porque há cinco anos eu já sabia o que estava acontecendo no futebol brasileiro. Eu já havia adiantado o problema pelo qual iríamos passar, e foi quando tivemos aquela grande luta para fazer a chamada "Lei Pelé", que muitos dos jornalistas não entenderam, achando que era uma coisa de interesse pessoal, talvez uma reforma ou uma melhora, mais adiantada da Lei Zico, que também não tinha conseguido sair do governo. Aí começou a nossa luta, porque as pessoas que dirigem o futebol brasileiro hoje, não digo só como atleta, porque tem muita gente boa trabalhando, mas a maioria não tem preparo profissional para dirigir o futebol brasileiro. E é neste ponto que devemos abordar, pois acho que a presença de vocês neste momento é muito importante, principalmente do nosso Senador Geraldo Althoff, porque este é um momento que se deve mudar, porque - a maioria não sabe, principalmente alguns da imprensa - , a situação do futebol brasileiro não pode continuar assim. Há clubes, hoje, que se, vou até dizer o nome da emissora, a **TV Globo** não adiantar a parcela, daqui a dois anos os clubes não terão condições de entrar em campo, devido a sua má administração, e é justamente o que temos que procurar mudar; o profissionalismo, modernizar o futebol, e só com uma lei, com bastante profissionalismo é que poderemos mudar esse quadro. A situação do Brasil é tão grave que se fizéssemos, agora, um movimento qualquer para colocar as equipes em campo, não teríamos campeonato, e se passarmos uma semana sem jogos, do jeito que temos essa paixão por nosso futebol, pode ter certeza de que teremos uma guerra civil, porque o único passatempo, a paixão do povo brasileiro é o futebol, e não podemos deixar esse futebol acabar. É por isso que aceitei, com muito prazer, com muita honra, vir aqui dar este depoimento honesto, sincero, porque talvez alguns jornalistas não tenham entendido - preocuparam-se, é claro, em fazer sensacionalismo e desrespeitaram essa marca Pelé, esse nome Pelé, que é uma das coisas boas que o Brasil tem, dizendo que o Pelé tinha interesses... (Palmas). Outro ponto que eu gostaria de deixar claro é que, em algumas entrevistas falei sobre a CPI, mas nunca, jamais disse que era contra. Ao contrário,

sou a favor, considero a CPI importantíssima, porque esclarece o povo; é regularizadora e fiscalizadora. Temos de tratar com seriedade a CPI. Não podemos – e quando digo nós, estou falando como o Ministro que não sou mais – deixar o povo se frustrar mais uma vez e dizer que tudo acaba em **pizza** como, infelizmente, talvez por falta de um cuidado maior, ocorreu com a CPI da Câmara dos Deputados. Porque não houve seriedade e cuidado na análise das investigações. E falaram coisas, às vezes, absurdas e impossíveis, porque a CPI não vai e nem pode prender ninguém.

Como o Senador José Eduardo Dutra disse, a CPI não existe para prender ninguém, mas para apurar, para indicar e colaborar. A partir daí, a Justiça Federal, a Justiça é que decide. Que sejam punidos os que cometeram infrações, os presidentes que não administraram bem suas equipes. Que sejam punidos.

Com relação ao mal entendido envolvendo o Pelé, quero dizer que a intenção era apenas colaborar. Nenhuma vez tive a intenção de tirar algum proveito disso, porque não preciso. Tenho de agradecer a Deus porque, em qualquer lugar do mundo em que eu queira trabalhar, hoje, tenho as portas abertas. (Aplausos.)

Então, eu gostaria que, realmente, neste momento, que é um momento drástico para o povo brasileiro, desta Casa saíssem propostas e que pudéssemos realmente mudar o rumo do futebol e do esporte de uma maneira geral, porque, sem dúvida nenhuma, a maior alegria do povo brasileiro, a maior bandeira que temos é o esporte, principalmente o futebol. Este é um momento importante, porque não se pode brincar com o sentimento, com o coração das pessoas.

Infelizmente, o que muitos dos dirigentes fizeram até agora, por ignorância, por falta de conhecimento ou por desonestidade, foi desrespeitar o nosso povo.

Com a profissionalização, o que vai acontecer? Vamos gerar mais empregos, porque vamos ter que construir melhores estádios. Vamos ter mais turismo, porque o esporte traz o turismo. Vamos fazer com que as equipes tenham uma administração e uma postura de família, porque teremos condições de atrair novamente as famílias para os estádios, já que hoje, infelizmente, as crianças e as mulheres estão afastadas dos estádios. A coisa mais simples – e talvez eu encerre a minha colaboração aqui – quando alguém traz uma pessoa para a sua casa é um pouquinho de higiene. Infelizmente, nos estádios de futebol, hoje – não sei se o senhor teve oportunidade de ver –, o senhor não se pode levar sua filha ou sua esposa ao banheiro, que parece uma pocilga. Nem esse respeito com o

povo brasileiro os dirigentes estão tendo, talvez por falta de profissionalismo, maldade, desonestidade ou por falta até de conhecimento.

Este momento é muito importante, é um momento em que temos de trabalhar realmente.

Em Brasília, agora, senti, no meu encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no lançamento do Esporte nas Escolas, que é importante, que considero um passo avançado. Senti que o Presidente Fernando Henrique, igualmente, está preocupado, porque é relevante para o Presidente que seu País esteja forte no esporte.

Sr. Presidente, havia até preparado um demonstrativo para falar sobre a origem do passe, tendo em vista as muitas controvérsias com respeito a esse assunto quando se falou na Lei de Passe e no fato de deixar o passe livre no Brasil.

Na Inglaterra, quando começou a se praticar futebol, não existia passe. As equipes uniam os jogadores em campo, que jogavam. Os problemas começaram quando do início da organização do futebol, porque o jogador sem passe, ou sem um compromisso com o seu clube, jogava até o fim do campeonato na equipe. No entanto, na semifinal ou na final, ele mudava para a outra equipe, porque, muitas vezes, os amigos mudavam ou a família pedia. Então, criou-se a responsabilidade. É um contrato de responsabilidade que passou a chamar passe e cujo objetivo era manter o jogador na equipe para ter mais respeito ao time que lhe havia dado a oportunidade. Assim, criou-se o passe.

Depois, em virtude da modernização do futebol, o passe começou a ser trocado. Não se pagava, apenas trocavam as cartas. Se um time queria determinado jogador, trocava as cartas: “Você me dá esse”. Posteriormente, passou a ocorrer a venda dos jogadores – quando começamos a dizer que era necessário acabar com a escravidão. Alguns amigos meus diziam assim: “Não fale mais que tem de acabar com a escravidão, porque não há escravos mais de US\$20 milhões”. (Risos.)

Realmente, os passes dos jogadores começaram a dar proteção a alguns maus dirigentes, porque eles ficavam com o passe do jogador – como ficam até agora – e trocavam os jogadores pelas dívidas. Chegamos ao absurdo, no Brasil, não sei se V. Ex^{as} lembram – não sei se foi em Minas Gerais ou em São Paulo –, que o time que vinha do banco, eles estavam aceitando. Dizia-se: “Então, vou dar para você fulano de tal”. Isso ocorreu várias vezes e não pode acontecer mais. O impasse era esse.

Na realidade, quando da defesa de muitos dos Presidentes de Clubes, alegava-se que, acabando o passe, se acabaria com o investimento na base. Isso não é verdade, porque, mesmo com o investimento de base, já não havia nenhum dos nossos craques. V. Ex^{as} notaram que, com ou sem o passe, todos estão saindo. Quando a Fifa aprovou a liberação dos jogadores na Europa, já se tratou de uma atitude avançada, pois, no Ministério do Esporte – do qual tenho honra, porque é a minha equipe –, já se antecipou esse termo. Prevvia-se que esse fato aconteceria. Hoje, estamos com o passe livre e o futebol continua normal, sem nenhum problema.

Sr. Presidente, estou à disposição quantas vezes V. Ex^a precisar de que eu venha dar testemunho a fim de colaborar. É muito importante não deixarmos, no futuro, o nosso futebol voltar ao que está passando. Quando, no Brasil, organizarmos o nosso futebol, ou seja, quando profissionalizarmos a nossa administração, V. Ex^a pode estar certo, Sr. Presidente, de que estaremos na final de todos os campeonatos juvenis, de todas as copas do mundo, de todos os torneios internacionais, porque talento os jogadores têm muito. A prova disso é que a maioria dos profissionais presentes nos grandes times da Europa são brasileiros. Quando tivermos condições de prender esses jogadores neste País, estaremos nas finais de todos os campeonatos internacionais.

Agradeço a presença de todos e peço, mais uma vez, desculpas pela minha emoção. Mas eu sou assim, não aprendi ainda a receber homenagens, sou emotivo. Este é um momento importante, porque é a primeira vez em que posso dizer do porquê da minha angústia e da minha luta para profissionalizar o futebol brasileiro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Muito obrigado ao Pelé pela sua participação e pela sua emoção. É bom ver que os anos não mataram a capacidade de ele se emocionar. Creio que quem não conhece a capacidade da emoção não tem também condições de ser ídolo, como é o Pelé, um ídolo mundial. Essa capacidade é um componente indispensável para a configuração da imagem do líder. Sem emoção, não há líder e não há ídolo. Pelé merece as nossas homenagens por nos ensinar que é preciso manter essa capacidade de se emocionar sempre. (Palmas)

Apesar de todas as conquistas, de todas as vitórias, de todas as homenagens, como o garoto simples e humilde dos campos de peladas de Bauru, ele se emociona e nos oferece essa lição. Muito obrigado, Pelé.

Registro a presença dos Vereadores aqui da Capital; do Vereador Jorge Samek; do Vereador Jorge Bernarde; da Vereadora Arlete Caramês; do Prefeito Luís Cassiano, de Pinhais; do Prefeito Reinaldo Cardoso de Castro; e dos demais Prefeitos e Vereadores aqui presentes.

O Dr. Carlos Beltrão já se está dirigindo para este local. Vamos aproveitar a oportunidade para conceder a palavra àqueles que desejarem dela fazer uso até que chegue aqui o Dr. Carlos, que será o conferencista. Naturalmente, se desejarem, poderão usar da palavra para fazer indagações ao Sr. Edson Arantes do Nascimento ou para oferecer sugestões.

Está presente aqui o Sr. Sérgio Corrêa, que traz para esta audiência sobre Futebol e Legislação em Curitiba sugestões da Associação dos Árbitros de Futebol. Ele nos pediu a palavra, e, com o maior prazer, Sérgio, vamos oferecer a você alguns minutos, para que possa apresentar as propostas da Associação Nacional de Árbitros. O Sérgio é o Secretário-Geral.

Concedo a palavra ao Sérgio Corrêa.

O SR. SÉRGIO CORRÊA – Bom dia a todos!

Cumprimento os Srs. Senadores, Deputados e Vereadores presentes e Sua Majestade o Pelé, nosso grande ídolo, inclusive dos árbitros. (Palmas)

De maneira sucinta, vou apresentar as dez sugestões dos árbitros de futebol, para que sejam analisadas e, se entenderem pertinentes, sejam colocadas em discussão.

Antes de mais nada, eu gostaria de fazer referência ao Márcio Resende de Freitas, que está no México, onde atuou na quarta-feira. Ele, que estará retornando amanhã, pediu-me para que eu apresentasse as suas desculpas aqui.

Não vou fazer comentários sobre cada sugestão; vou apenas apresentá-las para que fiquem registradas e, dessa forma, não vou tomar o tempo das autoridades e das pessoas presentes. A arbitragem é um segmento pequeno, mas também importante. No entanto, não quero cansá-los com um assunto tão complexo. Também não vou fazer comentários se é certo ou errado o comportamento de presidentes, dirigentes. Não cabe a mim julgar, mas ficou claro com as CPIs que alguma coisa errada existe. E, se existe, a única pergunta que os árbitros fazem para colocar as dez sugestões é a seguinte: “Quem aqui é contra a transparência?” Se alguém for contra a transparência, deveria se retirar.

Das dez sugestões, Srs. Senadores, a primeira é que os árbitros de futebol possam ter o poder, assim como era nos tribunais de justiça, de indicar os repre-

sentantes que serão designados para os jogos. Na forma atual, os Presidentes de Federações escolhem pessoas para escalar os árbitros. E quem indica pode também tirar e pedir para colocar determinado árbitro.

Está presente o nosso querido Renato Duprá, Presidente da Comissão de São Paulo, que conseguiu por um bom tempo evitar que isso acontecesse, mas não é assim que acontece no País.

Queremos ter o poder de indicar alguns representantes nossos para que eles escalem os árbitros de futebol. Na transparência a que me referi, abriríamos a possibilidade de haver um representante dos atletas, dos clubes, das federações e da imprensa para que a transparência fosse dada e ninguém tivesse a coragem de pedir para o presidente da comissão trocar determinado árbitro ou colocar determinado árbitro numa partida. O árbitro de futebol só é forte dentro das quatro linhas. Fora, ele tem medo do dirigente, que veta. Temos diversos exemplos de presidentes “poderosos” que vetam árbitros. Assim, não conseguem atuar com a independência que gostariam. Por isso, vemos determinadas atitudes medrosas nos campos de futebol de árbitros que não são medrosos.

O segundo tópico é o direito de imagem. Os atletas e as comissões técnicas têm o direito de imagem, mas o árbitro não, apesar de também fazer parte do espetáculo. E, quando a imagem dele é veiculada, o é de maneira pejorativa.

Assim, queremos pelo menos ter o direito de, quando a nossa imagem for execrada, recebermos um pouco por isso também. Acho que é o direito que nos cabe, porque no dia em que árbitro falar “não vou a campo” não vai haver jogo, pelo menos naquele dia.

A terceira é também outro assunto interessante. O árbitro de futebol, quando entra em campo, assim como os atletas - o nosso rei Pelé sabe disso, todos sabem -, usa uma logomarca na sua camisa. Só que o árbitro não tem o direito de participar do contrato, como é fechado. Que vantagens essas empresas dão às Federações, às Confederações? Queremos apenas participar. Queremos uma parte do filão também, pelo menos para evitar que alguém leve nas costas do árbitro. Vende-se o patrocínio para a marca A, que dá determinado apoio à Federação, sob a forma de dinheiro, não nos importa, o que queremos é participar disso e que seja transparente para que os árbitros possam aumentar a sua renda.

Quarta medida. Sem dúvida alguma, Srs. Senadores, ser árbitro de futebol é uma atividade de risco. Quem aqui nunca quis bater em um árbitro? Há os presidentes aqui, que ficam irritados, há os torcedores – há inclusive um caso recente em São Paulo, em

que torcedores invadiram o campo e bateram no assistente. E no dia em que um maluco desses entrar com uma faca e apunhalar um assistente pelas costas? Precisamos de seguro. E não somente seguro durante as partidas, mas também durante as nossas viagens. Assim como os senhores, temos de viajar, de aviões, carros, carroça. Podemos sofrer um acidente e a família ficar desamparada. Quantas Federações oferecem seguro para o árbitro? Poucas. E, quando têm, não informam quais são as vantagens para o falecido, se é que o falecido tem vantagens.

Outro item importante é o nº 5, que fala de taxas de arbitragem. A Inglaterra paga US\$1,1 bilhão para as competições no ano. No Brasil, as pessoas pagam US\$126 milhões aos clubes durante um ano. Isso representa, em comparação à taxa de arbitragem, 0,1%. Um exemplo bem simples: para pagar todas as taxas de arbitragem dos quatro lotes que vão a campo, na Copa João Havelange, azul, branco, verde, amarelo, cor-de-rosa, por 1.455 jogos. Nós precisaríamos apenas de quatro jogos para pagar toda a taxa de arbitragem do nosso futebol. E pensar que um árbitro ganha R\$2.500,00 e comparar com o salário mínimo é desproporcional. Mas no conjunto do bolo é uma fatia muito pequena.

6 - Percentual na renda. Se o espetáculo é bom, os atletas têm o direito de receber um percentual para isso, para a segurança dos seus atletas, estamos cansados de ver ex-atletas passando dificuldades. A imprensa presente, não sei se aqui no Paraná acontece, mas em São Paulo acontece, recebe um percentual da renda. Interessante, não é? As Federações pagam. Algum percentual da renda vai para a CS lá em São Paulo. E é um fato interessante, o árbitro também, quando acaba a carreira, com 45 anos, ele não recebe mais a taxa de arbitragem; então ele vai passar fome. Estamos cansados de ver lá em São Paulo um árbitro na porta do sindicato pedindo ajuda. Se ele não for conhecido, a Federação também não ajuda.

Em São Paulo, em um caso recente, a Federação paulista ajudou até na morte: o Vanderlei (?), para quem não lembra, morreu à mingua; morreu dizendo que se arrependeu de ter sido honesto. É a frase que usou. Então, gostaríamos que o árbitro tivesse uma participação na renda, mas não para dar para o árbitro de forma assim direta, mas para ter um mecanismo de segurança para ele, para ajudar na formação do árbitro, na reciclagem do árbitro. Não temos. Essa seria a sugestão do Item 6.

7 - A Justiça Desportiva está bem feita. Acho que temos poder de indicar, estamos indicando, e um fato interessante é que na maioria dos tribunais os in-

dicados pelos árbitros estão se tornando presidentes dessas comissões ou desses tribunais; no Espírito Santo e na Bahia já existem casos. Eu gostaria de deixar uma sugestão para que mantenham, não tirem, pelo amor de Deus. E, se possível, ao serem criadas comissões disciplinares, ou comissões de pena, que os árbitros possam indicar. Queremos apenas participar. Não queremos tirar nada de lugar nenhum. Nossas escolas de árbitro formam e jogam o árbitro lá. Eles ficam abandonados; não tem a reciclagem. Gostaríamos que as entidades também pudessem ter uma participação ativa na formação dos árbitros. Isso é interessante.

Um penúltimo tópico. Avaliadores dos árbitros. Se os senhores pensam que o árbitro não é avaliado, ele é avaliado. Tem um cidadão que vai a campo e avalia o trabalho do árbitro e dá uma nota. E muitas vezes o árbitro é punido e a imprensa não tem conhecimento disso. O fato aqui ele pode referendar, porque árbitros conhecidos são punidos no mínimo com 30 dias. Punição significa não receber uma taxa de árbitro, não atuar. E perde uma oportunidade importante. Queremos pedir uma sugestão. Que quem avalia o árbitro seja uma pessoa que conheça regras. Seja ex-árbitro. E do jeito que estiver nas federações, o Presidente indica os amigos, os companheiros, pessoas que não sabem o que é uma regra de futebol, não conhecem nenhum tipo de regra, e analisam pela paixão e não pela razão. Nós queremos que o árbitro seja punido sim. Nós árbitros queremos a punição. Não gostamos de errar. Mas é preciso também ter mecanismos que nos protejam de avaliações emocionais.

Há um projeto de lei, de nº 4.252/93, tramitando na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a regulamentação da atividade do árbitro de futebol. Não chegou ao Senado ainda, mas, se chegar, gostaria do apoio do...

(Falha na gravação.)

...é uma profissão. Certo? Em São Paulo foi citado. O atleta de futebol, com toda razão, é um profissional. O treinador é um profissional. O árbitro não é nada. Ele é só importante quando recebe a escala e quando entra nas quatro linhas. Se ele for bem, ele vai embora, e ninguém se lembra dele. Eu nunca soube de um caso de um árbitro que recebeu uma carta apaixonada de uma fã. Os atletas estão acostumados. É "meu amor"... Há árbitros bonitos aí. E eu sou um deles. Nunca recebi, em vinte anos de carreira, quase 700 jogos, de uma fã, uma torcedora: "Você é bonito, vem ficar comigo". Nada, só pedrada. A minha mãe, coitada, cansou de ser xingada.

Desculpem, quando eu comecei, não falei o meu nome. Eu sou Sérgio Correia da Silva. Eu sou secretário-geral da Associação Nacional dos Árbitros, vice-presidente do Sindicato dos Árbitros em São Paulo. Eu tenho aqui para a imprensa um resumo do eu que falei. Eu tenho um Jornal do Apito, para quem quiser, que conta um pouquinho da nossa história, se alguém se interessar. Se não servir, levem para casa e guardem. É para vocês saberem, Srs. Senadores, que o árbitro de futebol existe não só quando vocês xingam no campo.

Quando eu era garoto, eu ia ao campo para aplaudir o Pelé. Infelizmente, eu peguei o final da carreira dele. Eu pergunto muito hoje para o Aragão e para os ex-árbitros antigos como era atuar com o Pelé, e eles adoravam, porque era um prazer. Qual pessoa não tem o prazer de estar ao lado do nosso rei? Os árbitros tinham prazer. O Aragão falava muito que era um prazer muito grande atuar ao lado do Pelé, que ele não perturbava, que era disciplinado, que era fácil trabalhar com ele. Só que tinha que ser um pouco esperto, porque o Pelé era um pouco malandro. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Trabalhava bem com o cotovelo.

O SR. EDSON ARANTES DO NASCIMENTO - Aconteceu uma história no campo do Santos. Eu penso que foi o Marinho. Numa jogada em que o Pelé driblou três jogadores do Quinze de Piracicaba, na entrada da área, na zona do pênalti, chutou a bola, bateu embaixo da trave, bateu em cima da risca. Eu não vi direito, honestamente; eu chutei e não vi a bola bater; não sei se entrou. Mas eu saí gritando gol e o juiz deu gol. (Risos)

Os jogadores do Quinze falaram que a bola não entrou. Eu ouvi - é verdade, mas ele morreu e não posso provar - quando o juiz falou: "A jogada foi tão linda que, mesmo que não tenha sido gol, eu dou gol." (Risos e palmas)

O SR. SÉRGIO CORRÊA – Apenas para encerrar, quero dizer que o Sr. Nelson Orlando Neto, Presidente da Associação, tem duas propostas para incluir no currículo escolar noções de arbitragem, que eu passo às mãos dos Srs. Senadores.

Pelé, eu lembro muito do pênalti que você causou no Morumbi. Você engançou no zagueiro e levou não sei quem, na época, à loucura.

O SR. EDSON ARANTES DO NASCIMENTO – Foi contra o São Paulo.

O SR. SÉRGIO CORRÊA – Obrigado, Pelé.

O SR. EDSON ARANTES DO NASCIMENTO –

Eu quero apenas registrar também a minha adesão, porque eu penso que o árbitro é uma parte importante e realmente deve ser observado, inclusive, com respeito à participação na parte de merchandising. Eu penso que é algo importante a ser visto. Vocês já têm um parceiro nessa.

O SR. SÉRGIO CORRÊA – Para encerrar, a profissionalização para os árbitros e independência para aquele que escala o árbitro. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Obrigado à Associação Nacional dos Árbitros, por meio do seu Secretário Sérgio.

O SR. SÉRGIO CORRÊA – Sr. Presidente, posso ter dois minutos para entregar formalmente um projeto?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não, fique à vontade.

Nós prestamos a nossa homenagem às mulheres aqui presentes, por meio da Deputada Serafina Carrilo e da Vereadora Alexia Carames, que nos honram com as suas presenças.

O SR. SÉRGIO CORRÊA – Senador, muito obrigado. Eu queria vocês documentassem que eu sou um ambientalista. Eu quero passar às mãos do Pelé um projeto com o qual nós podemos acabar com a guerra, com a violência, com a fome e a miséria no Planeta, porque você é uma pessoa formadora de opinião no mundo. Há aqui um projeto, Pelé. Eu o entreguei para o Anthony Quin, mas o diretor tirou das mãos dele. Fica com você.

Eu quero dizer, Pelé, que tenho lágrimas, porque você pronunciou o nome de Deus nove vezes, e eu disse dez. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está registrado. Nós agradecemos a presença e pedimos para prosseguirmos a reunião.

Eu vou passar a palavra ao Osires Natal, que é o representante da crônica esportiva. Ele é presidente da Associação dos Cronistas Esportivos e traz sugestões da categoria que representa.

O SR. OSIRES NATAL – Obrigado pela oportunidade, Sr. Senador.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Brandão; Senador Álvaro Dias, Presidente da CPI; Senador Geraldo Althoff, Relator, Senador Osmar Dias, pelas presenças que muito nos honram. E a saudação especial da imprensa paranaense brasileira a esse que deu alegria, em todo o mundo, para todos nós. Obrigado Pelé, você continua sendo o Edson Arantes

do Nascimento para a família, e, Pelé para o mundo. As suas lágrimas de brasilidade cada vez mais o engrandece e cada vez mais o torna a esperança de todos nós brasileiros que lutamos pelo melhor esporte. Deus lhe pague.

A Associação dos Clubes Esportivos do Paraná manifesta seus agradecimentos pelas presenças em Curitiba da Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, trazendo para os desportistas paranaenses as figuras mais destacadas neste trabalho de purificação do esporte nacional. A atual administração da ACEP tem procurado desenvolver seus trabalhos em benefícios do esporte paranaense, buscando participar dos principais eventos, como o de agora, com a presença da CPI em nossa capital.

Diante de tão salutar oportunidade, a crônica esportiva, que tem talentos do futebol e talentos da cultura esportiva, não poderia pecar por omissão. Estamos tomando a liberdade de enviar a V. Ex^{as} e aos demais Membros da CPI sugestões que visam contribuir com a proposta dessa Comissão, que é a moralização do futebol brasileiro.

Pelo que temos estudado, um dos principais problemas do desporto nacional está na legislação que trata de eleições para dirigentes de clubes, ligas, federações e confederações, onde figuras se perpetuam no poder, mais se beneficiando do que prestando serviços ao esporte. Reeleições são negociadas através de votos de clubes e ligas amadoras, onde se troca voto por bola, ou por jogo de camisa, ou até mesmo por troféu, coisa que no Paraná a gente sabe que acontece senão semestralmente, na pior das hipóteses, anualmente.

Diante do exposto, a Associação dos Clubes Esportivos do Paraná – que, nesta oportunidade, saúda a todos os senhores jornalistas, radialistas e órgãos de televisão e sente-se honrada em tê-los nesta Associação – busca realmente a independência de todos nós. Trouxemos as seguintes sugestões em nome de todos os senhores:

Unificação de mandatos e limitação de reeleição. Atualmente, os mandatos nas diferentes ligas e federações brasileiras são de dois, quatro e até mesmo de seis anos, não havendo uma padronização nas respectivas administrações. O mesmo presidente de liga, federação ou confederação reelege-se indefinidamente - no caso específico do Sr. Ricardo Teixeira Nascimento não era... Nada contra as reeleições, mas é um fato. Por vários mandatos consecutivos, contrariando os sagrados princípios democráticos da alternância no poder. Essa alternância não está acon-

tecendo. Exemplo, repito – existe em todo o Brasil, a começar pela CBF e pelas federações.

Sugestão da ACEP: unificação dos mandatos em todas as ligas, federações e confederações e limitação para apenas uma reeleição, após cumprido o primeiro mandato. Depois, se os dirigentes entenderem que devem voltar, e os dirigentes de clubes, se fazem a eleição, é o desejo e a vontade democrática de cada um;

Limitação de peso de votos. Hoje, no futebol brasileiro, os presidentes de federações e confederações são eleitos e reeleitos com ampla facilidade, graças a votos de clubes e ligas amadoras, ou seja, tipicamente do Paraná. Uma liga com 45 clubes tem direito a um número de votos superior a um clube da força do Clube Atlético Paranaense, o Coritiba, do Paraná, e hoje do nosso querido Malutron. Então, os clubes profissionais que gastam, que investem, que têm as categorias de base, são menosprezados pela própria legislação. Então, negocia-se com as ligas troféus, medalhas, bolas, jogos de camisa, enfim, coisas de futebol, e os clubes cada vez mais fragilizados.

Aquele clube que está na principal função na modalidade da sua federação tem um custo de sobrevivência elevado e mesmo valor político de um clube de liga ou da própria liga de amadores. Parece-nos que não é correto. Portanto, um estudo dessa limitação de peso de votos é muito importante. Não é justo que o Atlético, que é um time do Paraná, e o Malutron, já que é um dos quatro grandes dos clubes do Paraná tenham o mesmo voto - sem desmerecer quem quer que seja - do Uberaba Futebol Clube, ou de um time do interior que não paga conta, que dá cheque voador, que deve para todo mundo e fica o futebol do interior na miséria pura. Hoje o futebol vive especificamente dos clubes da capital que trouxeram, através dos seus atuais dirigentes, Presidente Curtino, o Dr. Francisco, Dr. Marcos Freitas, do Atlético, o Ênio Ribeiro, do Paraná, e o Juarez (?) Malutron, devolveram ao futebol do Paraná a dignidade de que queríamos. Sugerimos que a limitação de votos seja desenvolvida dentro das próprias ligas, ou seja, uma liga com seus filiados decide em quem vai votar, e essa liga, de acordo com o número de filiados, terá uma participação de votos através de um determinado peso; simplificando, uma liga de 40 clubes terá direito a dois votos, valerá dois o voto da liga; uma liga com mais teria a sua proporcionalidade estudada.

Os clubes da 2ª e 3ª divisões terão peso dois e um respectivamente, só que os clubes que participam da principal divisão, repito, Atlético, Coritiba, Paraná, Malutron e os clubes do interior têm direito a peso três

pelo menos, ou seja, o voto desses times deve ser muito mais forte do que o do Barreirinho ou da liga de São José dos Pinhais, caso contrário, continuaremos com a seqüência festiva de eleições de presidentes de federações, caso específico do Paraná, onde tudo é decidido através de votação.

Sérgio Corrêa, conte com o apoio da Associação dos Cronistas do Paraná.

Agora, uma boa notícia: no instante em que assumimos a Presidência da ACEPA, em nome de todos os cronistas, deixamos de aceitar propinas da Federação Paranaense de Futebol. (Palmas.) O cronista paranaense é um homem independente, exerce sua função no jornal, no rádio ou na televisão pela sua competência, e não aceitamos a condição dependente de favores da Federação e de clubes. A César o que é de César, à imprensa o que é da imprensa.

Obrigado pela oportunidade. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Obrigado Osires, um dos maiores cronistas esportistas do Paraná. As suas sugestões, em nome da classe, serão bem-vindas e certamente da maior importância para a proposta que se pretende.

Agradeço também a proposta contida no requerimento da Câmara de Vereadores de Curitiba, do vereador Jorge Bernardes que propõe a extinção do Clube dos 13. Estamos passando-a ao relator da CPI. (Palmas.)

Mais uma vez, registro a presença dos presidentes Marcos Aurélio Coelho, do Clube Atlético Paranaense, Francisco Araújo, do Coritiba, Ênio Ribeiro, do Paraná, Guel Ramiceli, do Malutron; registro também a presença dos deputados Agostinho Zuchi e Toni Garcia.

Passo a palavra ao Presidente do Paraná Clube, Ênio Ribeiro.

O SR. ÊNIO RIBEIRO – Presidente Álvaro Dias, Senadores Geraldo Althoff e Osmar Dias, bom-dia a todos, senhoras, senhores, em nome do Paraná Clube, eu queria, humilde e modestamente, complementar esta CPI.

É muito difícil, depois de 39 reuniões, como foi citado no início, ainda agregar algum valor substancial ao conteúdo da CPI, em que muita coisa boa já está incluída.

Como presidente de clube, eu queria dizer que o projeto mais representativo de contribuição para o futebol brasileiro é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu, como presidente de clube, poderia estar falando exatamente o contrário, e assim falando – estamos a 30 dias de estreiar no campeonato brasileiro contra o

Cruzeiro, que é um time poderoso, rico – poderia estar fazendo contratações malucas e irresponsáveis, jogando tudo para o próximo executivo que vai assumir o clube em janeiro do ano que vem. Eu não farei isso no Paraná Clube, a imprensa daqui não vai ver isso. Não adianta cobrar contratações, porque não faremos essa loucura sem a Lei de Responsabilidade Fiscal; com ela, todos terão que fazer isso.

Temos recusado propostas de profissionais, que não discuto seu mérito, de valores completamente delirantes, o Paraná Clube tem dito não. Agora, com certeza, algum outro dirigente maluco de algum clube do Brasil, às vezes mais endividado do que nós, vai acabar dizendo sim e aceitar esse atleta profissional, agravando muito mais a situação.

Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal é a coisa mais bonita que há de contribuição ao futebol brasileiro. Ainda gostaríamos de agregar observações, que entregarei por escrito:

1 – Definição urgente do calendário oficial brasileiro, contemplando as diversas competições a serem disputadas, bem como os critérios que definam os participantes.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Peço licença ao Sr. Ênio Ribeiro para convidar que tome assento à Mesa o nosso convidado, Dr. Carlos Del Campo Colás, representante da Federação Espanhola de Futebol, cujo currículo já tivemos oportunidade de ver. (Palmas.)

Por favor, prossiga, Sr. Ênio Ribeiro.

O SR. ÊNIO RIBEIRO – 2 – Definição urgente sobre o órgão comandante dos destinos do futebol brasileiro. Desde a criação da Lei nº 9.615/98, que instituiu a possibilidade de criação das ligas nacionais, o futebol tem seu comando dividido entre CBF, Clube dos Treze, Sport Promotion e **Rede Globo de Televisão**. Esse múltiplo comando tem dificultado o fluxo de informações e de definição sobre o futebol brasileiro;

3 – Transparência e lisura no trato da comercialização dos direitos de televisão, permitindo que todos os clubes envolvidos na mesma competição tenham oportunidade de expressar suas opiniões.

Dar muito a poucos e pouco a muitos certamente não é a melhor política para fortalecer o futebol brasileiro. Tenho um dado na mão: quotas de televisão para o Brasileiro que começa no dia 1º de agosto. O time que mais recebe está na ordem de US\$4.1 milhões de quotas de televisão. O Paraná Clube recebe US\$700 mil, e tem que montar um time para ganhar deles para não cair. Eu não discuto o critério, mas

queria que houvesse transparência para que no próximo ano nos candidatemos a ganhar os US\$4.1 milhões, o que é preciso fazer para ganhar isso? Quero essa transparência.

É o que estamos pedindo neste momento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradeço ao Sr. Ênio Ribeiro, do Paraná Clube, pela contribuição.

Registramos e agradecemos a presença do Deputado César Celeme, do Prefeito de Tibagi, José Tibagy de Mello, que vem acompanhado do Secretário de Esportes, Sandro Rosa. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias antes de ouvirmos nosso convidado.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, serei muito rápido, pois minha participação é em homenagem à CPI do Futebol, ao rei Pelé e a todos aqueles que estão acompanhando este tema tão importante para o Brasil.

Gostaria de saudar o Senador Geraldo Althoff, o Presidente da Assembléia, Deputado Hermas Brandão, o nosso convidado, Sr. Carlos Del Campo Colás e, especialmente, o rei Pelé, que é um iluminado, sem nenhuma dúvida.

O Pelé fala sempre em Deus, e faz bem, pois Deus iluminou essa figura tão bonita, maravilhosa, que é sua pessoa. O Pelé, que foi o maior jogador do mundo de todos os tempos, não perdeu uma virtude que traz de berço, do seu pai, que é a humildade, e a conserva emocionando todos. E é uma emoção estar perto do Pelé, e uma emoção ainda maior ver o Pelé se emocionar. (Palmas.)

Creio que o Pelé é a única unanimidade nacional. Nem corintiano tem bronca do Pelé. Por azar do Joelmo Luceli, ele não jogou no Malutron.

Pelé, não quero tomar muito tempo, porque não tenho participado da CPI, já que não sou membro integrante dela. Quero dizer rapidamente algo importante: a CPI da Nike na Câmara tornou a CPI do Futebol, no Senado Federal, mais importante agora e, sobretudo, conferiu a esta mais responsabilidade.

Dizia ao Senador Álvaro Dias que esta CPI é de uma responsabilidade muito grande, porque o futebol é a paixão nacional. E as pessoas estão acompanhando e querendo ver resultados; o Senador Álvaro Dias sabe da sua grande responsabilidade ao assumir a Presidência desta CPI.

Felizmente, o Relator é o Senador Geraldo Althoff, com quem trabalhei como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – gostaria de dar este de-

poimento. Considero-o um Senador de muito respeito dentro do Senado, que carrega uma seriedade no desempenho de suas atividades. Confio firmemente que Geraldo Althoff dará à CPI um Relatório correspondente ao desejo emocionado de Pelé, que é ver o futebol brasileiro respeitado por todos e ser, sem dúvida, a nossa maior alegria.

Agora, o que aconteceu com a CPI da Nike, na Câmara dos Deputados, foi um absurdo: apresentaram-se dois relatórios, e não se aprovou nenhum. Houve uma perda de tempo; fizeram com que as pessoas que depuseram e o povo brasileiro perdessem tempo. Houve uma desmoralização, que, inclusive, pode levar outras CPIs importantes, que precisam ser instaladas, ao mesmo fim. Aquilo que aconteceu na Câmara dos Deputados confere responsabilidade maior à CPI do Futebol, que precisa obter resultados, porque é isso que a população espera.

Não quero alongar-me, mas gostaria de fazer duas perguntas: uma para o Pelé; e outra, para o Edson Arantes do Nascimento.

A pergunta que vou fazer para o Edson Arantes do Nascimento é uma que passa pela cabeça de todo mundo que fica vendo notícia todos os dias nos jornais: tal jogador foi vendido por tantos milhões de dólares; outro vale 52; outro vale 80 milhões de dólares... Então, se o Edson Arantes do Nascimento fosse presidente de um time de futebol hoje e estivesse jogando naquele time o Pelé, com 25 anos, já com 600, 800 gols marcados, qual seria o valor do passe hoje, diante da realidade do futebol? Estou fazendo a pergunta para o Edson Arantes do Nascimento.

A pergunta que vou fazer para o Pelé é a seguinte: O Pelé nunca teve vontade de jogar no Corinthians? (Risos.)

O SR. EDSON ARANTES DO NASCIMENTO –

Bem, acredito que a pergunta vem, inclusive, de encontro ao nosso Presidente Hélio Ribeiro. Como Edson Arantes, se fosse presidente de algum clube, claro que iria tentar ter o Pelé na minha equipe, como qualquer outro, mas nunca iria pagar mais do que pudesse. (Palmas.) Como presidente do meu clube em que estivesse jogando o Pelé, eu não o venderia por preço nenhum. (Risos.)

Com respeito à outra pergunta, se o Pelé gostaria de jogar no Corinthians... (Risos.) Mas, antes, volto à primeira pergunta: faz-se muita comparação de quanto valeria o Pelé agora, mas acho que tudo tem a sua época. Costumamos avaliar as coisas por valores materiais. Seria o mesmo que perguntar quanto valeria o Beethoven ou um Michelangelo, por exemplo.

Acho que realmente não há preço. Um maluco qualquer, como temos aí no desporto como um todo, pagaria uma exorbitância, porque não há como avaliar o Pelé nos dias de hoje.

Sobre o Corinthians, há alguns amigos da imprensa, pensando que tenho bronca com relação ao clube, porque era corintiano quando criança, mas não é verdade. O meu pai e o meu irmão, em Bauru, às vezes, eles ouviam jogos do Corinthians naquela época, e eu era fã do Baltazar, que era o centroavante que fazia gols, na época, parecido com o Dondinho, meu pai, que fazia gols de cabeça – até um fato para se registrar aqui: o Dondinho é o único jogador que fez 5 gols de cabeça num jogo só. Em termos de gols, esse é o único recorde que Pelé não quebrou ainda. (Risos.) **(conversa paralela e inaudível)** Mas me orgulho de até ter, como disseram, quando o Santos passou aquela fase longa – quatorze, quinze anos - ganhando do Corinthians. Eu sempre respeitei a todos os torcedores. Hoje, chamo a atenção – e o meu filho foi jogador até o ano passado – para o fato de que o jogador não tem muito identidade, infelizmente, por causa de toda essa comercialização. Dou até um exemplo: hoje, o jogador chega ao Malutron, para fazer o contrato, e diz para a torcida que ama o Malutron. Aí, o Paraná Clube compra esse jogador – se fosse no Estado de São Paulo, seria o Santos ou o Corinthians – e, no mesmo campeonato, ele vai para o Paraná e diz que ama o Paraná. Assim, ele ama quem pagar dez mil réis a mais. Então, penso que esse comportamento nosso é de uma época em que tínhamos as referências dos jogadores nas grandes torcidas. Quando se falava em Rivelino..., quando se falava em Tostão, pensava-se em Cruzeiro; Pelé, em Santos; Garrincha, em Botafogo. Então, os jogadores se identificavam com as torcidas. Hoje, o jovem não tem identificação, porque o jogador está, num dia, no São Paulo, noutro dia, está no Flamengo... Ele não sabe direito o que fazer. Ele não tem ídolo.

Penso que esse amor da torcida brasileira, independente da Seleção, mas de todos os torcedores é o que eu sempre respeitei, em qualquer torcida.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pelé, agradeço a sua simpatia. Deus realmente lhe fez uma pessoa iluminada. Na minha opinião, você é a pessoa que mais fez pelo Brasil, dentro e fora do País. A sua presença no mundo aumenta a importância do nosso País. Você é a pessoa mais importante do Brasil. Eu gostaria de agradecer não só a sua presença, mas de pedir a Deus que lhe conserve sempre assim, com essa humildade e com essa sua pureza de alma. Parabéns. (Palmas.)

O SR. EDSON ARANTES DO NASCIMENTO – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Queremos agradecer a presença do Cônsul da Espanha, Saturnino Ernando. Agradeço também a contribuição do Deputado Irineu Colombo, que encaminha a esta Mesa um relatório do que ocorre com o esporte no Estado do Paraná. Essa é a contribuição do Deputado, da Assembléia Legislativa do Estado.

Queremos pedir permissão a todos agora, se porventura alguém desejasse ainda usar da palavra, para que possamos ouvir o nosso convidado especial, que vem de longe. Ele vem especialmente para contribuir num momento de esperança de transformação do futebol brasileiro, que começa com uma legislação que tem a competência para estabelecer organização. No início desta reunião, fizemos a leitura do seu currículo. Com muito honra e alegria, passaremos a palavra ao Dr. Carlos Del Campo Colás, que é especialista em legislação esportiva. Acima de tudo, este é o nosso objetivo: discutir os caminhos para a modernização do futebol por meio de uma legislação competente. Nosso objetivo, Dr. Carlos, nesta hora, é recolher as suas sugestões, especialmente a partir da hipótese de alteração da legislação da Fifa que se anuncia, com a sua contribuição especialmente. A partir dessas alterações que serão aprovadas, provavelmente no mês de julho, gostaríamos da sua contribuição para que possamos, aqui, no Brasil, desde já, estudar também os caminhos de uma nova legislação. Concedo a palavra ao Dr. Carlos Del Campo Colás. (Palmas.)

O SR. CARLOS DEL CAMPO COLÁS – (Pronunciamento em espanhol)
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos essa contribuição. Registramos, por intermédio das notas taquigráficas, as sugestões apresentadas pelo Dr. Carlos? Naturalmente, essas sugestões serão da maior valia no momento de elaborarmos a nossa proposta de legislação para o Brasil.

Lamentavelmente, o nosso Pelé vai ter que se retirar um pouco antes - daqui a dez ou quinze minutos -, em função do seu voo, mas nós vamos prosseguir com o Dr. Carlos, deixando a palavra livre. Se desejarem fazer indagações, contamos com a presença de dirigentes de clubes, representantes de associações e ligas, crônica esportiva, e nós nos colocamos também à disposição.

Quero registrar também, com muita satisfação, a contribuição do comentarista Walmir Gomes, da

CNT e da Rádio CBN, do Jornal Tribuna do Paraná. É uma contribuição que ele envia à Mesa, por escrito, e eu repasso também ao Relator, Senador Geraldo Althoff.

Quero chamar a atenção principalmente daqueles que nos acompanham pela TV Senado que a audiência pública é isso que nós estamos vendo. Não fosse assim, não seria audiência pública. Há pouco, o cidadão teve a oportunidade de chegar até o Pelé, entregar-lhe um documento e abraçá-lo. Aqui há, evidentemente, essa movimentação em torno de um ídolo, que é o Pelé, e eu não vou proibir que isso aconteça. Eu não posso proibir Dr. Carlos. Isso é audiência pública e, evidentemente, em uma audiência pública quem manda é o público. Não seríamos democratas se tentássemos impedir toda essa movimentação.

Enquanto isso, nós vamos passar a palavra ao nosso Deputado do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, Senador Geraldo Althoff, nosso convidado especial, Presidente Hermas Brandão, nosso convidado especial, Dr. Carlos, e a figura magistral do Rei Pelé.

Sou um Deputado, um desportista e um atleta.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Deputado Algaci Túlio, um momento.

Senhores, peço a compreensão dos amigos, que querem o autógrafo do Pelé, um pouco de paciência, porque daqui a pouco o Pelé terá que deixar este local. Mas, neste instante, eu pediria aos amigos que aqui se encontram que permitissem ao Deputado Algaci Túlio, para o qual dispensamos nossa atenção e respeito que S. Ex^a mereça, se pronunciar.

O SR. ALGACI TÚLIO – Muito obrigado, Senador.

Tive a honra, como homem de imprensa, de entrevistar Pelé quando ele jogava futebol, aqui no Paraná, e poder ver o craque se emocionar e chorar quando marcava gol. Mas, hoje, também vi o homem chorar de indignação pela situação atual por que passa o País, especialmente nessa questão do esporte.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer três perguntas, pelo menos, a esta CPI. Todos nós sabemos – até não sei, Senador, por que o Ministro do Esporte e Turismo* também não faz parte desta mesa hoje, evidentemente S. Ex^a deve ter feito parte dela em algum outro momento – que tivemos um Ministro de Esportes, que foi afastado de suas funções, era um Ministro deste Estado, o Paraná, e, parece-me, teve como consequência do seu afastamento a questão dos bingos, Pelé.

Acredito que muitas entidades e clubes usam seus nomes como fachada para que se explorem os bingos no País. E parece-me que a contrapartida desses bingos para o esporte, especialmente para o esporte amador, não acontece, ou, se está acontecendo, poucos sabem de que forma e para onde está indo essa verba destinada a incentivar o esporte amador. Eu gostaria que a CPI fizesse uma reflexão em cima desse tema, porque é extraordinariamente importante. Afinal de contas usam-se nomes de entidades filantrópicas, de times amadores de futebol, de federações e de associações e ninguém sabe de que forma essa verba chega a essas entidades amadoras? Espero e tenho certeza de que esta CPI irá se preocupar com essa questão.

A segunda colocação que faço aos membros da CPI diz respeito aos árbitros. Há pouco vimos aqui que sem o árbitro não há jogo de futebol, evidentemente. Não adianta querer operar o campo se não tiver o juiz, o árbitro, não é verdade? E o espetáculo só é bonito e completo quando o árbitro tem uma boa atuação. Enfim, tudo isso é uma somatória de fatos para que tenhamos belos espetáculos. E para termos grandes espetáculos em um estádio de futebol também temos que ter segurança, Pelé. Portanto, eu gostaria que esta Comissão fizesse uma outra reflexão: sabemos que o País vive um momento de muita violência em todas as áreas, especialmente no campo de futebol. Há a emoção da torcida, o fanatismo do torcedor, e aí sobra para a Polícia Militar efetuar as prisões, ou pelo menos minimizar as conturbações. Ora, se a televisão paga para o clube e para o atleta; se o juiz passa também a receber nesse evento, por que não receber também a Polícia Militar, ela que dá a segurança? Ela, que é tirada do dia-a-dia da periferia das cidades, onde, para fazer a segurança de um bairro, concentra-se até 100 policiais, dependendo da grandiosidade do espetáculo. Pergunto: o que é repassado para a segurança pública? Gostaria que se fizesse uma reflexão nesse sentido, porque hoje, evidentemente, o espetáculo esportivo é comercializado, está aí a prova; o Pelé disse: se a **Rede Globo** não entra para tomar posição nesse sentido, não se tem campeonato brasileiro, não há disputa. Quero que, nesse contexto, também se analise esse aspecto. Pode ser que, de repente, se obriguem os clubes, cada um que tem o seu estádio, em dia de jogo, a ter a sua própria segurança.

E por último, Pelé, um apelo a você, que é o nosso Embaixador. Você, que nos emocionou no vídeo. Quantos aqui não derramaram sequer uma lágrima quando você chorou de emoção ao falar no exemplo do seu pai! Queríamos fazer um apelo, Pelé, a você, nosso Embaixador; a você que supera o mandatário principal desta Nação, com todo respeito ao Presi-

dente do País; a você que supera a figura do Senador que está ao seu lado; a você que supera a figura de pessoas extraordinárias que também contribuem, como nossos cientistas, para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Passamos por um momento de grande insegurança em todo o País. Nunca se assistiu a tão grande violência como esta que está-nos castigando neste momento.

Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^a que, quando tiver tempo disponível, percorra este País e converse com a juventude, que está descrente, não tem perspectiva de futuro.

O que será do jovem brasileiro? Aqueles que têm chance de chegar à universidade ou à faculdade, que passam no vestibular e concluem o curso, muitas vezes não têm depois perspectiva de sobreviver. E são esses que se dão menos mal. O que será do jovem da periferia, que não tem nenhuma perspectiva, cujo pai não teve qualificação profissional nem pôde dar ao filho a chance de estudar em uma escola melhor? As drogas tomam conta da periferia e das nossas escolas.

Pelé, sua imagem de atleta de porte físico extraordinário precisa ser utilizada. Não fosse pelo seu porte físico e por não ter-se contaminado usando drogas, não seria o Pelé que conhecemos, não teria formação física para suportar as pancadas que levava no campo de futebol nem impulso para sair do chão e cabecear bolas acima de zagueiros bem mais altos, como fazia. São esses exemplos que precisamos mostrar para a nossa juventude. Você foi um jovem saudável que precisa servir de exemplo para a nossa juventude, demonstrando que a droga não é o caminho.

A Presidência da República e o País deveriam utilizar figuras como o Pelé, o Zico, a figura do Ademir da Guia, que são craques, e também artistas globais que não têm se envolvido com o problema das drogas para servir de exemplo para a nossa juventude, que está desanimada, não acredita mais em ninguém.

Pelé, orgulho-me de poder um dia ter estado, em várias oportunidades, em locais onde compareceu. Espero que, como Embaixador, lute contra a violência e contra o uso da droga.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. EDSON ARANTES DO NASCIMENTO –

Sr. Presidente, gostaria de comentar o assunto abordado pelo eminente Deputado.

Há trinta anos, ao fazer o milésimo gol, Pelé pediu atenção para os jovens brasileiros, para a escola e para o esporte brasileiro. Infelizmente, foi mal entendi-

do por alguns jornalistas que disseram que estava fazendo demagogia, que o Pelé estava querendo utilizar crianças para aparecer na ocasião do seu milésimo gol.

Tenho certeza de que, se tivéssemos sido atentos para isso naquela época, não teríamos atualmente tantas crianças delinquentes, tantos bandidos, porque duas gerações teriam sido assistidas. Mas nunca é tarde.

Ontem assinamos com o Presidente Fernando Henrique e com os Ministros do Esporte e Turismo e da Educação o projeto Esporte na Escola. Foi o pontapé inicial, passo muito importante. Venho tendo o cuidado de assumir posturas nesse sentido, mas infelizmente providências demoram.

Na época em que ocupei o Ministério Extraordinário dos Esportes, tentei fazer com que porcentagem do dinheiro do bingo e das loterias fosse transferida para o esporte de base, o que muitas vezes não é feito às claras. Empreendi uma luta muito grande.

Tenho certeza de que esta Comissão, os eminentes Senadores verão com carinho, cuidado e todo o respeito os fatos que deixamos para trás. Nunca será tarde para corrigir os erros.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de me manifestar. Esta reunião deveria ter ocorrido em Brasília, mas penso que realmente tinha de ocorrer aqui. Agradeço a presença de todos. A única coisa que peço a Deus é que me dê forças para nunca decepcionar V. Ex^{as} e todos os que acreditam em mim.

Peço licença para me retirar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Encerrarei esta reunião com essa palavra do Pelé. Teríamos ainda oportunidade de continuar discutindo, mas creio que devemos encerrar todas as reuniões sempre no ponto mais elevado. Estamos contrariando a prática desta CPI, pois sempre, ao final, o Senador Relator Geraldo Althoff apresenta as conclusões do encontro. Essas conclusões ficarão para outra oportunidade, Senador Geraldo Althoff, porque, neste momento, vamos agradecer a presença do Dr. Carlos Del Campo Colás e a presença de Edson Arantes do Nascimento.

Muito obrigado a todos pela presença e por prestigiarem este encontro da CPI do Futebol do Senado. (Palmas)

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

40ª Reunião realizada em 25-6-01.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às quatorze horas e trinta minutos,

no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na Cidade de Porto Alegre, reúnem-se os Senhores Senadores, Geraldo Althoff, Alvaro Dias, Geraldo Cândido e Romeu Uma, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, agradecendo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Sérgio Zambiasi, Digníssimo Presidente da Assembléia, pela acolhida dispensada e informa que na presente Audiência Pública sobre Futebol e Legislação, serão ouvidos os Senhores Ruy Carlos Ostermann, Paulo Roberto Falcão, Sérgio Roberto da Fontoura Juchem e Jayme Eduardo Machado. Ato contínuo, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator Senador Geraldo Althoff, para dar início aos seus questionamentos. Fez uso da palavra o Senhor Senador Geraldo Cândido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Declaro aberta a 40ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Agradecemos, inicialmente, ao Sr. Deputado Sérgio Zambiasi, digníssimo Presidente desta Casa, em meu nome, em nome do Senador Geraldo Althoff, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e em nome do Senador Geraldo Cândido, que representa, nesta tarde, não apenas o Estado do Rio de Janeiro, mas os demais integrantes desta Comissão.

Agradecemos ao Deputado Sérgio Zambiasi pela oportunidade que nos oferece de debater na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul a legislação que desejamos para o desporto nacional, com a participação importante do Dr. Marcílio Krieger, advogado especialista em legislação desportiva, a participação do ex-jogador e cronista esportivo hoje Paulo Roberto Falcão, a quem convido para tomar assento à mesa, ao nosso lado esquerdo, o Vice-Presidente jurídico do Grêmio Futebol Porto Alegrense, Jaime Eduardo Machado, o Vice-Presidente jurídico do Sport Clube Internacional, Sérgio Roberto da Fontoura.

Agradecemos a presença do Deputado Francisco Ápio, 1º Vice-Presidente da Assembléia, e do Deputado Otomar Vivian, que nos honram com suas presenças, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Esta é a quinta audiência pública realizada por esta CPI realiza, com o objetivo de colher sugestões para a elaboração de uma nova legislação que possa implicar num salto de qualidade para o desporto nacional. A CPI, evidentemente, tem duas vertentes fundamentais: a primeira, da investigação, com o objetivo de chegar a um diagnóstico próximo da realidade da administração do futebol no País; a segunda vertente é a mais importante, a propositiva, com o objetivo de oferecer ao desporto nacional uma nova legislação modernizadora, que possa estabelecer, além das normas de organização mais competentes, evidentemente, daquelas existentes hoje, as penalidades que permitam à população brasileira acreditar no fim da impunidade, que estimula a corrupção.

Sem dúvida, uma lei de penalidades com rigor e visibilidade para que possa exercer função pedagógica, alertando, permanentemente, dirigentes que, eventualmente, possam praticar delitos na administração do futebol, que haverá, sim, responsabilização civil e criminal.

Não necessito — sei aqui — dizer da importância do futebol como atividade econômica também, no mundo, gerando mais de 400 milhões de empregos, movimentando, anualmente, mais de US\$250 bilhões; no Brasil, movimentando, anualmente, cerca de R\$18 bilhões, com parcela significativa desse valor no exterior lamentavelmente, com evasão de divisas, lavagem de dinheiro etc.

Sabemos que o futebol do nosso País pode ser uma atividade econômica de maior rentabilidade, oferecendo maiores oportunidades de emprego, de renda e de receita pública. Sem dúvida, além de ser o futebol a grande paixão do povo brasileiro, o esporte mais popular, melhor administrado, com maior competência e lisura, certamente será também uma atividade econômica de grande rentabilidade, contribuindo de forma mais eficaz nesse processo de desenvolvimento econômico do nosso País. Mas eu quero passar a palavra ao nosso Relator, Senador Geraldo Althoff, para que ele possa, sinteticamente, expor aos presentes e aos espectadores da **TV Senado**, que transmite este evento, as razões e os objetivos desta CPI, e a estratégia estabelecida para que possamos alcançar, com sucesso, os objetivos propugnados.

Com a palavra o Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF — Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, nobre Senador Geraldo Cândido, membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Deputados que nos honram com sua presença, Srs. convidados, a quem manifesto nossa satisfação de tê-los conosco, senhoras e senhores, hoje estamos realizando a quinta e última audiência pública da proposta feita por esta relatoria para elaboração de um relatório sério e responsável desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Entretanto, este momento, para mim especialmente, investe-se de significativa importância, exatamente porque a cidade de Porto Alegre me traz agradáveis recordações. Momentos significativos da minha vida aqui passei, onde iniciei minha atividade profissional e concluí minha formação e especialização. Por consequência disso, morei 9 anos na minha querida Porto Alegre, durante os quais pude admirar — vim para cá em dezembro de 1967 —, cada vez mais e a cada dia que passava, os nossos irmãos gaúchos. Hoje, pela primeira vez, de público, direi que aqui adquiri uma grande paixão. Não é pura e simples coincidência a minha gravata vermelha. Tenho certeza de que essa paixão permanece, é duradoura, e momentos importantes do meu lazer ainda estão vinculados — e não estou falando de ninguém — ao futebol e a Porto Alegre.

Os desígnios de Deus nos colocaram exatamente aqui, nesta bela terra, para, neste momento, fazermos algumas reflexões a respeito da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por favor, a primeira retroprojeção.

Em determinados momentos, a constitucionalidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito foi questionada. Fizemos uma relação desses momentos e identificamos, na Constituição Federal, encaminhamentos que dão sustentação à constitucionalidade da nossa Comissão.

Eu gostaria de me ater apenas à afirmação de que o futebol é patrimônio cultural deste País, razão por que temos a obrigação de zelar por ele como o maior patrimônio que o Brasil tem, culturalmente falando. E, mais ainda, lembrar que somos obrigados a fiscalizar a guarda de bens e valores públicos e que, quando iniciou a busca de assinaturas essenciais para a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senador Álvaro Dias queria exatamente expor, como fatos determinados dela, problemas relacionados à sonegação fiscal, à evasão de divisas, à lavagem de dinheiro, à relação nefasta do bingo com o futebol e também às relações entre a Nike e a CBF por meio do contrato da primeira.

A desorganização e o amadorismo no futebol brasileiro são evidentes, determinando aquilo a que nos referíamos anteriormente – evasão de divisas, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Por consequência disso, não conseguimos fazer nosso futebol crescer de maneira adequada, e o processo de profissionalização do nosso futebol, ele é inadequado. Nós precisamos ver o futebol como atividade econômica, como gerador de emprego e de renda e de crescimento econômico, de maneira tal que a circulação do dinheiro que existe nessa atividade volte sempre em direção ao próprio esporte. Nós constituímos e instalamos a nossa CPI em outubro do ano passado e a nossa primeira responsabilidade foi exatamente a de criarmos uma estrutura de assessoria dentro do Senado Federal suficientemente capaz para podermos exercitar essa ação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essa é a relação de pessoas que nos assessoram na Comissão Parlamentar de Inquérito. De público, mais uma vez, eu gostaria de fazer uma referência muito positiva aos assessores desta Comissão, os quais são a essência, a base e a sustentação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Os senhores parlamentares que aqui estão sabem o quão importante é a assessoria no encaminhamento adequado de qualquer comissão, mormente de uma comissão parlamentar de inquérito.

Como me referi anteriormente, nós iniciamos nossos trabalhos em outubro do ano 2000, mais especificamente no dia 19 de outubro de 2000. Já naquela época, dividimos o nosso trabalho em três fases distintas: uma fase informativa, uma fase investigativa e uma fase propositiva. E assim o fizemos.

Na fase de estudos, a informativa, buscamos subsídios em vários órgãos federais, que estão aí relacionados; visando à sustentação legal, principalmente daquilo que se poderia, eventualmente, ter necessidade de alterar em termos legislativos, no futuro, quando da apresentação de nosso relatório.

Na fase investigativa, centralizamos focos e assim fizemos: houve centralização de foco na confederação brasileira de futebol e nas federações estaduais. Emblematicamente buscamos três federações: a federação mineira, a federação paulista e a federação do Rio de Janeiro. Também emblematicamente buscamos clubes de futebol brasileiro. Aí estão relacionados os clubes que, direta ou indiretamente, foram investigados pela CPI. Digo indiretamente porque tanto o Grêmio quanto o Internacional, que são clubes do Rio Grande do Sul, já tinham um encaminhamento

perante o Ministério Público com relação a algum sentimento ou possibilidade de irregularidades.

Observem os senhores que a centralização ficou exatamente no eixo Rio-São Paulo, exatamente porque também entendíamos que lá é que se gera o maior número de relações no futebol brasileiro. Por essa razão, exercitamos com mais intensidade a referência aos clubes do eixo Rio-São Paulo.

Empresários de futebol também foram, e estão sendo, investigados por essa CPI, assim como outros dirigentes de clubes e outros profissionais vinculados à atividade futebolística.

Na fase investigativa buscamos subsídios e informações por meio de depoimentos seguidos feitos na Comissão parlamentar de Inquérito, assessorados também por essas instituições referidas nessa retroprojeção, para que chegássemos àquilo que consideramos o momento mais importante de uma comissão parlamentar de inquérito, que é exatamente a proposta que devemos exercitar para acabar com a desorganização e o desmando que hoje grassam no futebol brasileiro – e passado praticamente um ano, podemos afirmar de maneira categórica que existe uma desorganização e um desmando no futebol brasileiro. Queremos ter propostas legislativas suficientes para que essas situações não venham a acontecer ou a ter continuidade em nosso futebol.

Por essa razão, estamos nesta audiência pública, procurando escutar a sociedade civil organizada e os clubes de futebol, os grandes envolvidos com essa paixão brasileira, de maneira tal que possamos, ao final de outubro, como é nosso desejo, apresentar um relatório eficaz e adequado que traga uma transparência e uma limpidez grande ao futebol brasileiro, com a certeza de que isso possa vir a beneficiar tecnicamente a história do nosso futebol.

Sr. Presidente, era isso que gostaríamos de colocar exatamente para dar compreensão a todas as senhoras e a todos os senhores que nos ouvem do mecanismo e do caminho que a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito está tomando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos V. Ex^a, Senador Geraldo Althoff.

Queremos registrar e agradecer a presença do Deputado Paulo Odoni, ex-Presidente do Grêmio porto-alegrense, assim como a presença da Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul, Sr^a Jane Alete Caselato. Registro também correspondência do Sr. Jorge Ivo Amaral da Silva, Presidente da Federação Nacional dos Atle-

tas Profissionais de Futebol, que oferece a Federação para sugestões que possam ser colhidas por esta CPI na elaboração de uma nova legislação.

A propósito da elaboração dessa nova legislação, recebemos, na última sexta-feira, em Curitiba, além de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, o Dr. Carlos Del Campo Colasq, Secretário da Federação Espanhola de Futebol, autor de legislação que, segundo se anuncia, deve ser acolhida pela Fifa no próximo dia 07 de julho, em reunião a se realizar na cidade argentina de Buenos Aires. Essa nova legislação pretende disciplinar clubes e transações internacionais, estabelecendo direitos a clubes que investem na formação de atletas profissionais.

Estamos vivenciando aqui no Rio Grande do Sul um dos episódios marcantes nesta fase de desorganização legislativa, qual seja o que tem ao centro o atleta Ronaldinho. A Fifa deve acolher uma nova legislação que, provavelmente, enfatize os direitos de clubes que invistam na formação de atletas profissionais e devem ser ressarcidos no momento de uma transação importante envolvendo clubes e Países. Daí a importância deste ato na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que, certamente, nos oferecerá uma contribuição valiosa para elaboração da nossa legislação: se convidamos o representante espanhol por ser autor de legislação que deve ser acolhida pela Fifa é porque devemos, naturalmente, compatibilizar nossa legislação à internacional.

Vamos ouvir hoje o Dr. Marcílio Krieger, os senhores Paulo Roberto Falcão, Jaime Eduardo Machado e Sérgio Roberto da Fontoura.

Evidentemente, não vamos limitar o tempo, mas acreditamos na capacidade de síntese de todos os presentes para que esta reunião possa ser concluída em tempo ainda de ouvirmos, eventualmente, aqueles que aqui compareceram e que, porventura, queiram participar desta audiência pública oferecendo sugestões ou, até mesmo, pedindo esclarecimentos aos nossos convidados de questões que não sejam devidamente compreendidas. Portanto, sabemos da capacidade de síntese dos nossos convidados e não vamos cometer a deselegância de delimitar o tempo.

Vamos começar pelo Dr. Marcílio Krieger, que, aliás, compareceu a esta CPI no momento do debate da Lei do Passe, tendo sido uma presença elucidativa e brilhante e contribui sobremaneira naquele momento de discussão da CPI do futebol do Senado.

Vamos ouvir o Dr. Marcílio Krieger, advogado especialista em legislação desportiva.

O SR. MARCÍLIO KRIEGER – Senador Álvaro Dias, Presidente da Comissão, Senador Geraldo Althoff, de quem inclusive tenho o prazer de privar da amizade, Senador Geraldo Cândido, amigo Jaime, Dr. Sérgio e Deputados presentes, ex-presidente do Grêmio, ao Sr. Falcão, representante dos atletas de ontem, de hoje e de sempre. Senador, o senhor falou nessa legislação que está para ser aprovada agora em Buenos Aires, na reunião da Fifa, que, na verdade, é um acordo estabelecido entre a Fifa e a União Européia e que a Fifa vai, através do seu executivo, referendar ou não, mas provavelmente vai referendar em Buenos Aires.

O senhor fez também referência – e o Senador Althoff, quando fez a exposição de síntese dos objetivos da CPI – e, ao fazer referência ao caso Ronaldinho, inclusive hoje novamente veio à baila, que envolve Fifa, etc., a grande preocupação, Senador, e, se me permitir, vou-me talvez estender um pouquinho mais nessa primeira parte da exposição, é que diabos tem a Fifa a ver com o Brasil se somos independentes, soberanos, etc.? Acho que é importante termos essa visão clara juntamente com uma outra questão que me parece fundamental que é a proposição da Comissão em relação à legislação desportiva. Como diria Jack Estrupador: “Começemos por parte”. Onde entra a Fifa no ordenamento do futebol? A Fifa e as demais entidades desportivas internacionais têm a ver com o ordenamento porque, no caso da Fifa – e a história é fundamental termos presente –, a Fifa e as demais entidades são as detentoras de uma marca chamada **Footbool Association**; a Fifa é proprietária das regras do jogo.

O jogo de futebol começou – isso para fazer um corte histórico – em 1940, quando, por fruto da Revolução Industrial, ascende na Inglaterra uma nova classe social e em número considerável, que era a classe dos capitalistas, cujos filhos começam a poder estudar nos colégios até então destinados à nobreza. É assim que colégios como o Cambridge, Oxford, etc., que até então abrigavam de 300 a 400 filhos de nobres, passam a abrigar de repente 3, 4, 5 mil jovens, vindos exatamente dessa classe social ascendente, que era a classe dos capitalistas, surgida no bojo da Revolução Industrial. É interessante saber que a classe ascendente sempre quer para seus filhos o melhor colégio; ela não quer riqueza, porque riqueza ela a tem. Ela quer o melhor colégio, e o melhor colégio é o da nobreza. E aí se produziu um problema seríssimo nesses colégios: qual era o problema? O que fazer às 6:00h da manhã, 6:30h, 7:00h, no verão? Acordavam os jovens, tomavam café e iam para aula até

meio-dia, meio-dia e meia, 13:00h. Almoçavam às 14:00. 14:30h retornavam às aulas até 17:00h. Faziam um lance e, até a hora de dormir, 21:00h, faziam o quê? E começam a haver alguns problemas seríssimos, que marcam inclusive todo um comportamento inglês. Até que um professor de Cambridge, J. C. Singson, percebe que havia uma grande motivação da juventude num jogo em que alguns jogavam com a mão, outros jogavam com o pé, mas que usavam mais ou menos as mesmas dimensões e eram mais ou menos os objetivos semelhantes, ou seja, levar uma bola até a meta adversária, que era o **football** ou o Rugby. Estamos em 1848, quando, nessa escola de Cambridge, esse professor resolve, para poder haver competição entre as várias escolas, criar as dez regras do jogo que ele chama “as dez regras do jogo mais simples” e, a partir daí, as várias escolas londrinas conseguem disputar futebol entre si, porque já sabia que, quando a bola saía, a reposição era feita com a mão, quando alguém tocava com a mão na bola durante a partida, já que tratava de futebol, isso era falta. E consegue-se então unificar nas escolas londrinas e, a partir dessa unificação, para as fábricas e para outras universidades ainda de Londres. Mas como Londres, Oxford, Cambridge, irradiava para toda a Grã-Bretanha, isso chega à Escócia, País de Gales, Irlanda, etc.

Em 1860, há uma primeira unificação das regras em Londres, na Inglaterra, e, no final do século, por volta de 1880 – se não estou em erro –, há a unificação nos quatro países, ou seja, a Irlanda, o País de Gales, a Inglaterra e a Escócia unificam suas regras. Cada uma dentre as entidades nacionais que passaram a existir indicou um representante e foi criado o International Football Association Board, que passou a ser o dono das regras do jogo, das regras que ele criou.

E foi a partir dessa unificação que o futebol se espalhou pelo mundo e chegou ao Brasil, por intermédio de Charles Miller. Não tenho ainda um levantamento completo, mas creio que o futebol não entrou no Brasil por São Paulo, por intermédio de Charles Miller, mas sim por Novo Hamburgo, que era então um grande centro exportador pecuário e tinha comércio direto com Londres. E tenho a impressão, por alguns levantamentos que fiz, que o futebol começou no Brasil em Novo Hamburgo, e não em São Paulo. Mas isso é detalhe. Vocês, gaúchos, devem pesquisar melhor e vão encontrar algumas surpresas interessantes.

Por meio do Exército e da Marinha inglesa, o futebol se espalha pelo mundo. Em 1904, é fundada a

FIFA, e o grande problema das partidas de futebol entre o continente e a ilha se resolve com a unificação da FIFA e do International Board.

Os mais velhos – talvez o Dr. Jaime não seja tão velho assim, mas, de qualquer forma, deve se lembrar – devem se lembrar que o Saldanha sempre falava sobre “os velhinhos da FIFA”. Na verdade, “os velhinhos da FIFA” eram os quatro representantes da Inglaterra, da Irlanda, do País de Gales e da Escócia. Eles é que são os donos das regras do jogo, porque foram eles que fundaram, com mais quatro da FIFA. De tal forma que, a partir daí, unificou-se o futebol na Europa, e por conta disso, unifica-se no mundo.

Hoje em dia – e isso agora é um dado histórico complementar –, qualquer regra somente é introduzida ou modificada, Falcão, quando seis dos oito aprovam a mudança. Essa é uma forma de evitar que alguém resolva mudar a regra do jogo. Então, para mudar qualquer regra é necessário o voto favorável de seis dos oito membros do International Board.

Senador Álvaro Dias, Senador Althoff e Senador Cândido, isso explica porque não adianta querer mexer nas regras do jogo ou mexer na CBF ou na Federação gaúcha: não vai resolver coisa nenhuma. A experiência mais bem sucedida para mexer nessa encenca foi a do Milionário de Bogotá, na década de 50, que conseguiu montar o time do sonho do futebol no mundo: jogavam Di Stefano, Didi, Pusca. Os 20 melhores jogadores do mundo foram contratados para jogar na Colômbia. E a FIFA determinou: quem jogar contra o Milionário de Bogotá está expulso da FIFA. Ninguém jogou e, em seis meses, acabou-se o time.

Aí está a primeira questão com que temos que começar a manejar. Se a FIFA é dona das regras do jogo e não podemos mexer na FIFA, adianta fazer uma CPI? Adianta, é claro. Por quê? Por uma razão muito simples: a FIFA é dona das regras do jogo e não podemos dizer que vamos atuar numa partida com um cartão azul, como fez a Federação Paulista, há três anos, pois a FIFA mandou um recado então: acabem com o cartão azul ou está fora a CBF. Há dois anos, ou três, V. Ex^{as} devem estar lembrados, no campeonato de futebol alemão, alguém cruzou a bola, o árbitro deu o gol e, no dia seguinte, ou à noite, vendo o **tape** da partida, viram que não fora gol. A Federação alemã anulou a partida, e a FIFA mandou o recado: ou voltam ao resultado original ou a Federação alemã será expulsa da FIFA.

São preciosismos? São. Quem é dono das regras do jogo pode dar-se a esse luxo.

Quem é dono da marca de um **fast food** – permitam-me citar Mc Donald's – pode exigir que o tom de amarelo do "M" de "Mc Donald's" seja aquele, e não adianta considerar que o tom pastel é mais bonito, porque, se não for usado aquele amarelo, você perde a concessão.

Futebol é concessão. Ponto 1. O Mc Donald's, para se instalar no Brasil, exige que o concessionário siga determinadas regras, mas o Governo brasileiro exige que a empresa Mc Donald's obedeça às regras comerciais estabelecidas pelo Brasil, e não pelos Estados Unidos.

E aí entramos nós, brasileiros, entram o Senado, a Câmara, o Congresso Nacional e a CPI. Como? A Constituição, no seu artigo 217, diz que – e as citações vou fazer de cabeça, porque o que importa é o sentido não o texto frio da lei – as entidades desportivas, clubes e associações dirigentes têm autonomia. E aí se produz uma grande discussão: se elas têm autonomia podem tudo.

Quem tem autonomia pode tudo? Quem é pai conhece aquela autonomia que o pai diz para o filho: Você pode fazer o que bem entender, desde que não quebre aquela vidraça, não quebre aquela louça, porque se não sua mãe fica uma arara. É essa a autonomia que a criança tem.

Ou seja, quem tem a soberania, o povo brasileiro, que elegeu os Deputados Constituintes, a Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição, determinou: As entidades desportivas têm autonomia para organizarem as suas competições e elas se organizaram.

Segundo as regras e o que a Lei Pelé diz, e aí cito, para evitar dúvidas, a Lei nº 9615: A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras da prática desportiva de cada modalidade aceita pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

Não fora assim aconteceria ainda hoje o que aconteceu com a seleção de 1934, a famosa, de 1934, que foi jogar na Itália e uma das razões que fez com que o Brasil perdesse foi os jogadores não conhecerem as regras do jogo vigentes na Europa. Conheci regras anteriores.

Ou seja, não havia unificação das regras ainda. Vieram aprender lá, na prática; e quando aprenderam na prática, perderam a copa.

A unificação da regra permite que a seleção da Austrália jogue contra a seleção do Burundi, sem que ninguém precise falar burundi, australiano, ou inglês. Joga porque as regras são aquelas, a simbologia da

regra está presente. O Grêmio pode disputar a copa dos campeões com um time europeu, sem que os jogadores gremistas falem inglês ou mesmo espanhol e eles falem português. E eles se acertam porque as regras são aquelas: A bola saiu fora é repostada com a mão; bateu na mão dentro da área é pênalti, etc.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, a primeira questão que eu queria enfatizar é que estamos perante um ordenamento jurídico interessante.

Por um lado temos que obedecer, enquanto regras do jogo, normas da competição, temos que obedecer aquelas normas e regras em partidas da entidade internacional. A referência sempre é futebol, porque é o desporto que move; mas isso aplica-se ao vôlei, ao basquete, ao handball, ao motociclismo a todas as modalidades, salvo duas, a peteca – que é de criação nacional – e o biribol, que é um desporto de criação nacional também. Os países que adotarem esse desporto devem utilizar as regras das respectivas entidades nacionais desse desporto.

Ocorreu um detalhe interessante quando surgiu o futebol de areia, o futebol de sete e o futebol de salão, que são três modalidades criadas pelos brasileiros. Como os brasileiros são um pouco descuidados, um pouco naquela de deixar para amanhã, o que aconteceu? A Fifa registrou e hoje o futebol de sete, o futebol de areia - o futebol de praia – e o futebol de salão são propriedades da Fifa. Hoje pertencem ao mundo da Fifa porque nós deixamos escapar.

Se alguém inventar um futebol de cinco, registre e crie uma federação porque senão passa também a ser propriedade da Fifa.

Dizia eu que a autonomia das entidades dirigentes é dependente da soberania, ou seja, a autonomia é limitada, a soberania é irrestrita, geral e ampla.

Porém, há uma diferença que é importante termos clara, que não se aplica às entidades desportivas, o regime, por exemplo, das centrais sindicais, em que pode haver mais de uma central. Existe a CUT, existem duas ou três centrais sindicais nacionais. No futebol só existe a CBF. Por quê? Porque a Fifa só reconhece a CBF.

De nada adiantaria eu criar a "CBF do B" se a Fifa não me reconhecerá.

Segundo aspecto nesta questão. É sempre dito: Mas CPI não pode intrometer-se nos negócios da CBF!

Não. Eu acho que a CPI não deve, não deveria e não deverá intrometer-se nos negócios da CBF, das federações e dos clubes.

A própria Lei Pelé diz – e a referência é sempre o futebol, mas isso se aplica a todas as modalidades – que os contratos dos atletas devem ser registrados na entidade nacional. Mesmo que a lei não falasse disso especificamente, seria fundamental que isso existisse, porque senão não se conseguiria estabelecer a vinculação do atleta com o clube em um determinado momento, ou seja, a famosa condição de jogo. Se a federação gaúcha, a catarinense, a paulista, a pernambucana, todas elas pudessem inscrever jogadores, na hora em que, por exemplo, o Grêmio fosse jogar com o Internacional e que o jogador Pedrinho estivesse participando, o Internacional alegaria que está sem condição de jogo, e o Grêmio mostraria o contrato com a federação gaúcha, mesmo que ele tivesse o registro na federação pernambucana. Não se sairia da encrenca. Só há a unicidade do registro, porque este vai para a CBF.

Sr. Relator, Sr. Presidente, uma proposta que ainda está em tempo de ser colocada em prática é a seguinte: requerer ou solicitar à CBF que forneça uma relação dos contratos dos jogadores a partir da Lei Pelé. A data pode ser 1º de janeiro de 1999. Aí entraríamos em um aspecto de que V. Exª falava há pouco nas proposições. Nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei Pelé, diz-se: “A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado social”.

Voltamos a falar da soberania, porque essa é uma questão delicada. Eu a estou enfatizando, porque se discute isso muito. E se faz disso um bicho-papão, dizendo que não se pode tocar em autonomia. Pode-se tocar em autonomia, sim. Como? De acordo com os arts. 17, 18 e 19 da Constituição, o Estado não pode intervir na formação dos clubes. Mas a CBF, como depositária dos contratos dos jogadores, poderá fornecer um panorama dos jogadores que foram negociados, dos passes – utilizando uma expressão do futebol – que foram negociados nos dois últimos anos e dos valores. Isso está registrado na CBF, e, assim, é simples saber se os clubes têm isso registrado na sua contabilidade.

Por outro lado, na forma de outro artigo da Lei Pelé – depois, poderei tratar disso com mais precisão –, que fala dos fundos do desporto, do FAAP, que é o Fundo de Assistência aos Atletas Profissionais, que deve receber uma cópia de cada contrato feito e de cada jogador negociado, porque 1% desse dinheiro vai para a FAAP. É só cruzar a informação para se saber por que isso está sendo sonegado, o que é crime contra a Fazenda Pública, contra o patrimônio cultural brasileiro, porque está sendo vilipendiado o patrimô-

nio na medida em que não estão sendo observadas pelas entidades – se é que não estão sendo observadas – as regras que o Governo deveria ver cumpridas no dia-a-dia pelos clubes.

Quanto à proposição de um novo ordenamento jurídico para o desporto, como o art. 24 da Constituição diz que, no caso da legislação concorrente – como é a legislação para a Educação, a Cultura e o Desporto –, compete à União a edição de normas gerais, a minha proposta é que a proposição da CPI do Senado seja de um novo ordenamento, uma nova norma geral sobre o Desporto, dividida em alguns livros, um dos quais seria o de Introdução, onde haveria referências fundamentais sobre todo esse relacionamento entre o Poder Público, entidades esportivas e atletas.

O segundo livro é uma crítica objetiva à Lei nº 9.615/91 e às medidas provisórias, porque todas elas desprezaram o desporto educacional, o desporto de participação e, no desporto de rendimento, ficaram apenas no futebol. Então, haveria um livro dedicado ao desporto educacional, que tem duas divisões: o desporto de primeiro e segundo grau e o desporto universitário, que hoje tem uma série de competições, inclusive em Brasília estava se realizando uma parte dos jogos universitários, pelo menos na modalidade de futebol de campo. Parece que em Campinas vão ocorrer outras modalidades.

O Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, recentemente, tiveram algumas reuniões para tratar do desporto escolar. Ninguém é dono do desporto escolar, não há legislação a respeito. Deveria estar nessa legislação um livro dedicado a isso, seria uma soma de capítulos dedicados a isso.

O Desporto de Participação, que é aquele desporto tipo jogos abertos de Santa Catarina, jogos abertos do interior de São Paulo, é o desporto que envolve aqueles que militam no desporto por alegria, para melhorar a forma física, para melhorar o seu condicionamento, a sua integração com a natureza.

Em antepenúltimo, o livro o Desporto de Rendimento ou de Alta Competição, que compreende o vôlei, o basquete, enfim, todas as modalidades que envolvem regras e normas internacionais e regras e normas nacionais. Nesse livro, tem um capítulo dedicado ao desporto profissional e ao desporto não-profissional.

Com essa idéia, estou propondo que não é necessário se tocar na Constituição. Ou seja, é possível fazer via lei ordinária, utilizando o ordenamento jurídico que aí está, apenas direcionando esse ordenamento jurídico para algo que não houve por ocasião

da feitura da Lei nº 9.615. Naquela ocasião, direcionou-se para o futebol, porque o objetivo era acabar com a CBF, por quinhentas mil razões. Então, dourou-se a pílula para se tentar fazer - e se fez - uma lei que não era limonada, nem laranjada, nem suco de abacaxi; é uma lei mesclada, uma lei imperfeita, tanto que, de 98 para cá já sofreu cinco alterações e tem mais algumas na forja.

Teríamos, dentro do ordenamento jurídico nacional, sem mexer, sem a necessidade de alterar dispositivo da Constituição, um ordenamento jurídico que contemplasse as várias facetas, as várias modalidades do desporto e desse ocasião a que o desporto-chave no Brasil, que é o futebol, tivesse efetivamente a possibilidade de ser reconhecido como o desporto capaz de mobilizar as demais modalidades. Por quê? O desporto, como disse o Senador, move ao redor do mundo alguns bilhões de dólares - no Brasil, o levantamento chega, no futebol, a aproximadamente 2 bilhões, quando há uma margem de aproximadamente 20 bilhões -, mas o investidor não investe, porque fica absolutamente inseguro em investir numa modalidade que ninguém sabe para onde vai, que pode mudar amanhã, que pode mudar depois de amanhã.

Para finalizar, o tema da moda, que é o Campeonato Brasileiro de Futebol, que tem gerado grande discussão. Isso porque o Ministro do Esporte e Turismo outro dia interferiu para que um determinado clube participasse da série A ou da série B; uma juíza federal no Norte, em Belém do Pará, concedeu uma liminar para que o Remo ingressasse na série A. Infelizmente, acho que S. Ex^a não leu a lei, não sabe do que se trata e assim decidiu para contentar o seu eleitorado - se não o seu eleitorado, mas o seu público fiel, que é o público de Belém -, cometendo uma ilegalidade gritante, que não resiste a uma análise. Por quê? A organização do desporto, ou seja, a confecção de tabelas, a confecção de calendário e a determinação sobre quem vai e quem não vai entrar é problema da entidade dirigente, o Poder Público não pode se meter nisso. O que o Poder Público pode fazer é dizer, como aconteceu em São Paulo algum tempo atrás, a partida não pode ser realizada às 16h, porque às 16h estará sendo realizado um outro evento, não há policiamento para isso. Isso o Poder Público pode dizer, por quê? Porque o desporto vai mexer com pessoas, vai mexer com a sociedade e o Poder Público pode interferir e deve.

Agora, que o Remo entre, que o Paissandu de Brusque entre, isso não é tarefa do Poder Público e muito menos da Justiça. Só que a Justiça, infelizmen-

te, ainda não se deu conta de que há uma regra para o desporto - e quando digo que não se deu conta, estou me referindo, por exemplo, a um outro incidente para mostrar da necessidade, Senadores, Deputados, advogados e demais presentes, de se chegar a um bom termo nesta Comissão Parlamentar, com uma proposta concreta, pelo seguinte: agora, em Chapecó, um juiz de Direito homologou um acordo entre dois advogados, um acordo entre duas partes. O acordo envolve o pagamento de uma dívida de R\$30 mil, sendo R\$5 mil em dinheiro e R\$25 mil representadas pelo passe do jogador.

Data venia, isso é de uma cretinice sem tamanho, cretinice dos dois advogados que fizeram e do juiz que o homologou - é que não há uma outra palavra, poderiam tentar buscar uma palavra mais bonita que essa, porém essa é a pura verdade - por uma razão muito simples: o contrato que eu tenho com o meu banco de cheque nobre, ou cheque especial, só se realiza na medida em que eu emitir um cheque. Se eu tenho um limite de R\$5 mil, esse limite só se realiza se eu emitir um cheque e não tiver cobertura na minha conta corrente o banco então paga os R\$3 mil correspondentes ao cheque.

Agora, alguém bloquear, judicialmente, o limite é algo que não passa na cabeça de quem passou da terceira fase do curso do Direito.

O passe do jogador - isso é uma matéria que o Dr. Jaime e o Dr. Sérgio mais especificamente vão falar, até porque são diretamente ligados a clubes e, portanto, podem colocar melhor a questão, até porque têm o caso do Ronaldinho nessa história, embora em pense que o Grêmio tem todo o direito no caso do Ronaldinho, porque tem o direito adquirido, que é uma outra história - mas a questão de o passe do jogador ser bloqueado na Justiça

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Dr. Marcílio, pediria que fosse breve. Depois o senhor poderá complementar ao final da exposição dos demais convidados.

O SR. MARCÍLIO KRIEGER - Estou terminando, Senador. É só essa frase.

O caso desse fato, Senador, é que o passe foi colocado. Se o jogador, por exemplo, desistir de jogar futebol, quem recebeu o passe dele em dação de pagamento fica com um belo papel. Por isso fiz a observação.

Sr. Presidente, para terminar, peço desculpas por ter me estendido um pouco mais, penso que o novo ordenamento a ser proposto, incluindo a questão da Justiça desportiva, deva passar por livros que

contemplem cada uma das grandes modalidades do desporto e um específico da Justiça Desportiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos o Dr. Marcílio Krieger, que certamente atenderá à convocação desta CPI para assessorar diretamente o nosso Relator, Senador Geraldo Althoff, no momento de finalizarmos a proposta de legislação para o desporto nacional, pela importância do momento que queremos viver no Congresso Nacional.

Com satisfação, vamos passar a palavra ao ex-jogador – e que jogador! – o Falcão, que, sem dúvida, é também uma figura emblemática do futebol brasileiro, que tem que ser cultivada permanentemente pelo exemplo que significou não só como atleta, mas também como ser humano, de lucidez, e que exatamente pela lucidez pode dar uma contribuição significativa nesse processo que estamos vivendo nesse momento de elaborar uma nova legislação para o País.

É com muita satisfação que vamos ouvir o Paulo Roberto Falcão, atualmente comentarista esportivo da **Rede Globo de Televisão**.

O SR. PAULO ROBERTO FALCÃO – Bem, meus amigos, boa tarde. Antes de mais nada, Senadores Álvaro Dias e Geraldo Althoff, muito obrigado pelo convite. Acho que a experiência que adquirimos nos campos tem que ser sempre colocada à disposição, para que se possa sempre fazer alguma coisa melhor para o nosso futebol.

Quando me ligaram, quando recebi um fax da Ana Lúcia, depois conversando com ela por telefone, eu disse o seguinte: não vou preparar nenhuma palestra, porque acho que essas coisas saem mais da experiência que tivemos. O papel aceita tudo. A nossa experiência mostra que muitas vezes as coisas colocadas no papel nem sempre conseguem acontecer. Isso porque elas só acontecem quando existe uma disposição de todos. Nem sempre essa disposição de todos está a serviço do que é melhor para o futebol. Eu coloquei para ela, meu amigo Álvaro, permita-me que assim o chame, que da minha experiência como jogador, da minha experiência como treinador, da minha experiência hoje como jornalista....

Eu tive a experiência como atleta no futebol brasileiro nos anos 70. Mais tarde, nos anos 80 fui jogar no futebol europeu, no Roma, na Itália. Senti, no segundo mês em que lá estava – eu cheguei em agosto de 1980 – , na metade de outubro, as diferenças em relação à organização que lá havia e a desorganização que aqui havia, como continua até hoje. Um fato

me chamou a atenção, quando lá cheguei. Em um jogo Roma/Verona, no estádio olímpico, recebi uma entrada faltosa, dura de um jogador do Verona. Terminado o jogo, eu, habituado no Brasil, fui para os jornais e para as rádios e chamei aquela entrada de criminosa. Estava acostumado no Brasil, onde se pode dizer o que quiser às rádios, aos jornais e à televisão, que nada acontece. Recebi uma advertência da Federação Italiana; na próxima eu seria suspenso. Dei-me conta então de que eu estava em outra realidade. Dei-me conta de que eu estava em um país em que as instituições eram preservadas, em que os árbitros eram preservados e que eles tinham seguramente uma proteção que aqui, naquele período e hoje muito menos, não temos. Percebi que aquelas agressões que se faz à arbitragem – esse juiz não serve, aquele juiz roubou –, aquelas coisas pesadas que estamos acostumados a dizer, aquelas coisas muitas vezes paranóicas ditas em relação a esse ou àquele árbitro, não se faziam lá. Depois de dois meses lá, percebi que teria que me adaptar. Eu me adaptei e fiquei muito feliz com isso. Acho que podemos e devemos copiar as coisas boas deles. O europeu copia as nossas coisas boas com relação aos aspectos técnicos e táticos.

Lembro-me também de uma outra passagem, depois de quatro ou cinco meses na Itália. Eu me dirigi ao secretário-geral do Roma, querendo sugerir-lhe um esquema de **play off** nas finais. Eu lhe disse que nós no Brasil estávamos acostumados a uma classificação, depois dois ou quatro times vão às finais. Quando eu comecei a mostrar isso ele me disse: Falcão, Paulo – ele me chamava de Paulo –, a única coisa que vocês do Brasil podem nos ensinar é técnica de futebol. Quanto à organização vocês não tem **know how** para ensinar. Eu fiquei quieto e disse-lhe que ele tinha razão.

Eu tive também outra experiência. Quando eu estava saindo do Roma, em 1985, tive um problema judicial contra esse time, problema que se estendeu. Na oportunidade eu pensava, já que a decisão foi contrária à minha, em recorrer à Justiça comum. Conversando com advogados da época, eles me aconselharam a fazer isso. Disseram-me que se eu recorresse à Justiça comum não poderia mais jogar futebol na Itália. Isso porque lá existe o Tribunal Esportivo, que é soberano, não existe apelação. Esse tribunal da Justiça esportiva é composto por um juiz que defenderia a mesma parte, outro juiz indicado pela Associação Esportiva Roma, um terceiro que seria na verdade o voto decisivo. É claro que sempre dá 2x1. Obviamente quem decide é o juiz que a Federação Italiana coloca. Acho que são experiências como es-

sas que me mostraram e que me deixam muito triste quando volto ao Brasil, vendo as coisas que estão acontecendo em termos de calendário. Não trago nenhuma novidade quando falo em calendário, porque acho que todos os aqui presentes sabem que um dos grandes problemas da desorganização do futebol é o calendário, mas tomei nota dos campeonatos que temos no Brasil. Temos a Copa Sul Minas, aqui, no Sul, com Rio, São Paulo, enfim, temos o campeonato gaúcho, temos a Copa do Brasil, para alguns clubes, no primeiro semestre, temos também a Libertadores e, no segundo semestre, temos o Campeonato Brasileiro e a Mercosul para alguns clubes. Então, somando, temos seis competições no total de onze meses, o que me parece um absurdo em termos de competição. Acho que o trabalho da CPI, em termos de legislação, em termos de leis do futebol, acho que temos pessoas competentes, que podem ajudar na formação de leis da melhor maneira possível. Mas acho que, acima de tudo, como ex-atleta, como ex-treinador e hoje como homem da imprensa, acho que o que se deveria pensar fortemente e urgentemente era em se estabelecer um calendário compatível com um organograma que possa dar condições aos times de se preparar melhor, de dar aos próprios treinadores condições para que organizem melhor suas equipes, dar condições para que a direção desses clubes possa fazer uma programação em termos de fluxo de caixa, que se possa ter condições de o torcedor vivenciar momentos e gozar desses momentos de títulos, porque hoje um time ganha um título e na quarta-feira e no sábado já está colocando um outro título em jogo. Os jogadores não conseguem saborear isso. Então, acho que o que a CPI, esse excelente trabalho que está sendo feito pelos Senadores, por todas as pessoas que estão participando, eu pediria que se pudesse olhar um pouco o aspecto de organização do nosso calendário, que se pudesse juntar as pessoas que vão para dentro do campo, pessoas que têm a experiência, pessoas que têm apenas o objetivo de melhorar o futebol, sem nenhum interesse político e que se tenha o interesse de beneficiar o futebol desse produto tão mal administrado no futebol brasileiro, esse produto que, na Itália - e isso em 1980, quando cheguei lá -, que gerava uma quantidade de dinheiro absurda e era colocada como a 8ª indústria no futebol italiano, tínhamos essa experiência através, enfim, daquilo que gerava emprego, do giro de dinheiro que tínhamos, das pessoas que vivenciavam e que viviam disso.

Acho que o Brasil, com essa estrutura que tem, com esse futebol talentoso, com essa capacidade

que tem de criar jogadores, está vivenciando hoje um problema muito sério, com grandes talentos que o nosso futebol tem hoje, o Ronaldinho, o Grêmio é prejudicado, o Ronaldinho é prejudicado, o futebol brasileiro é prejudicado, porque não pode colocar um jogador com esse talento em benefício de uma seleção brasileira que está com muitas dificuldades na sua classificação e, se analisarmos hoje o porquê de o futebol brasileiro, de a seleção brasileira não estar tendo o rendimento que tem pela tradição, pela história, pela capacidade técnica dos seus jogadores, pela criatividade, por que será que o futebol brasileiro não consegue mais aquelas vitórias, aqueles resultados? Porque, numa comparação com outras seleções, o Brasil já deveria hoje estar, no mínimo, em situação igual à da Argentina, praticamente classificada para a Copa do Mundo.

Acho que tudo isso é reflexo de um calendário que impossibilita a convocação dos melhores jogadores, que impossibilita condições de trabalho - e também já estive à frente da Seleção Brasileira, quando a dirigi por um ano, de setembro de 90 a agosto de 91, quando senti na carne a dificuldade de convocação, as pressões que recebia de um clube ou de outro para não convocar determinados jogadores. A culpa é dos clubes? Claro que não é dos clubes. Os clubes também têm suas preocupações. São os campeonatos. Lembro-me de que o Grêmio foi prejudicado, lembro-se de uma Libertadores, a Seleção foi com o Paulo Nunes, que acabou não jogando. O Gama jogou contra o Cruzeiro em Belo Horizonte e acabou perdendo. Mas outros times tiveram e foram prejudicados.

Será que é tão difícil organizar um calendário em que priorize clubes, mas também que a seleção, que dá o reflexo do nosso futebol, pudesse sempre ter condições de escalar os melhores? Somos uma Copa das Confederações com jogadores sem a mínima condição de jogar numa Seleção Brasileira. A culpa é do Leão que não levou? Claro que não é do Leão. Foi dada a ele condições de convocar somente esses jogadores, porque existe competição demais no nosso futebol.

Penso que, diante de tudo isso, precisamos de um planejamento amplo, que possa dar condições para que todos possam ter sucesso, para que o treinador possa escalar melhor, a imprensa possa ter uma cobertura melhor, o médico possa recuperar um jogador e colocá-lo à disposição do profissional, o povo, com essa dificuldade financeira que tem, possa assistir os jogos. Hoje tem que priorizar determinados jogos, porque ele não tem condições de acompanhar

seu time, porque ele não tem como. E os clubes fazem um esforço baixando e barateando ingresso para que o torcedor possa ajudá-lo.

Na medida em que estamos disparadamente com o melhor futebol do mundo, estamos perdendo isso porque não estamos conseguindo organizar um campeonato, seja regionais ou brasileiro. Estamos falando em organizar.

Leio nos jornais, parece que amanhã haverá reunião. Falamos antes com o Dr. Álvaro, parece que se pensa amanhã os próximos quatro anos do futebol brasileiro. Não conseguimos organizar um campeonato para daqui a três meses. Não conseguimos dar condições de projetar. Lembro-me que estávamos fazendo um jogo da Libertadores e aí se definiu que uma das semifinais seria Palmeiras e Boca Juniores e não sabíamos seria numa quarta ou numa quinta-feira. Estávamos falando de uma semana anterior, não de um mês, mas de uma semana.

Que bom que pudéssemos ter um planejamento para saber que o campeonato começaria no dia tal de março, terminaria no dia tal de dezembro, que os jogos seriam em tal hora. Que bom se conseguíssemos ter uma organização, para que se pudesse valorizar acima de tudo o produto do futebol, que está sendo muito mal trabalhado. Esse produto que gera emprego e que, certamente, é uma das grandes indústrias como foi na Itália, é na Espanha, Alemanha, Inglaterra. Por que não é no Brasil? Será que só o talento resolve? Penso que não resolve mais.

Se não dermos condições ao nosso Felipão, que hoje está à frente da Seleção Brasileira, condições para que possa organizar, fazer um trabalho, pegar o time num domingo, trabalhar a semana inteira, jogar no sábado com a seleção. Que os clubes não sejam prejudicados, que não existam competições no meio desses jogos desse treinamento da seleção. Seria tão fácil.

E o mais significativo de tudo isso, penso, é que todos que estão aqui concordam que o problema é calendário. Você fala com qualquer pessoa ligada ao futebol, qualquer pessoa que está aí trabalhando no futebol ninguém tem dúvida em falar que o problema é calendário. Mas ninguém faz nada para resolver. Isso é preocupante.

Então, a minha colaboração, sem me estender muito aqui, é que estamos sempre à disposição para que se possa fazer alguma coisa, para que se possa passar as experiências, mas que se possa colocar os profissionais competentes, pessoas que tenham experiência, que possam ajudar na formação de um calendário, olhando para frente, sem nenhum interesse

político de colocar ou a ou b, como o senhor aqui, através de um canetaço.

Que se possa ter um campeonato como tivemos agora um exemplo - volto sempre à Itália, porque para mim é sempre um sinônimo de organização em termos de futebol - de um campeonato que terminou na semana passada em que ficou definido o Roma como campeão e na lista de rebaixamento três times rebaixaram e dois chegaram com a igualdade de pontos. O Reggina e o Verona chegaram com a mesma igualdade de pontos.

Um amigo meu perguntou-me se havia sido definido por meio de saldo de gols. Eu disse que lá não tem nisso. Lá vai para um dois jogos para definir quem é o melhor. Não tem saldo de gols. Não tem gol na casa do adversário. Chegaram com 32 pontos. Os dois vão definir num jogo extra, sendo um jogo na casa do Verona, outro na casa do Reggina e quem sair melhor vai acabar ficando na série "A". Foi isso que aconteceu. Caem quatro, sobem quatro, é tão fácil organizar isso. Fico muito triste por ver algumas pessoas tentando criar uma reserva de mercado no futebol, dizendo que não pode ter acesso, não pode ter decesso. Fica muito fácil. Para o time que está se organizando lá embaixo, qual será o prazer, o objetivo que ele vai ter para tentar chegar à primeira divisão do futebol brasileiro se sabe que não vai ter acesso, não vai ter decesso?

Há muita coisa errada. Aqui encerro, satisfeito em ver que os Senadores que compõem esta CPI, diante desse trabalho profundo, dessa situação, mostraram a preocupação com o nosso futebol.

Gostaria de deixar um pedido: para que se diminuíssem esses campeonatos, que se estabelecesse um campeonato Copa do Brasil, Campeonato Brasileiro, valorizando essas competições, para que a nossa seleção possa ter condições de fazer um bom trabalho, de voltar a ser a número um do mundo, coisa que já não é mais, e acho que tudo isso se deve a essa desorganização. Então, Senador Geraldo Althoff, Senador Geraldo Cândido, deixo esse pedido, para que se possa pensar seriamente em sentar à mesa com as pessoas que vivenciaram isso para organizar um campeonato, finalmente, com a participação do povo, mas, acima de tudo, com organização, sabendo-se que em julho vai ter um jogo, em março vai terminar o campeonato, enfim um planejamento amplo para o bem do nosso futebol.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado ao Falcão pela sua presença aqui que valoriza esta Comissão Parlamentar de Inquérito e pelo testemunho resultante de uma experiência bem sucedida

nos campos e, evidentemente, uma presença inteligente fora dos campos na observação do dia-a-dia desta atividade importante para o nosso País, não só como esporte, mas, repito, como atividade econômica, social e cultural da maior importância para o nosso País, daí a existência desta CPI.

O Falcão coloca esta questão do calendário com bastante insistência, e é evidente que temos uma forma de influir na elaboração do calendário. Estamos discutindo isso sempre, a fixação do número de jogos de que um atleta profissional pode participar durante um ano. Ao estabelecer um limite, vamos, de certa forma, influir na elaboração do calendário, reduzindo o número de competições. Ou os clubes sustentam mais de um time para permitir que as competições se realizem ao mesmo tempo, ou naturalmente terão que reduzir o número de competições, como deseja o Falcão.

Queremos agradecer a presença do Fernando, representante da Portuguesa de Desportos, que tem comparecido a várias audiências públicas, esteve em São Paulo, esteve em Curitiba e agora em Porto Alegre, demonstrando o interesse da Lusa nos trabalhos desta CPI do Futebol.

Vamos passar a palavra inicialmente ao campeão, ao vice-presidente jurídico do Grêmio Futebol Porto-alegrense Jaime Eduardo Machado e, posteriormente, ao Internacional. Primeiro o campeão.

O SR. JAIME EDUARDO MACHADO – Posso inverter a ordem, não há problema.

Boa-tarde a todos. Senador Álvaro Dias, Presidente, Senador Geraldo Althoff, Senador Geraldo Cândido, companheiros palestrantes, Dr. Marcílio Krieger, Paulo Roberto Falcão, Dr. Sérgio, senhores assistentes, dirigentes de clubes, enfim, a coletividade preocupada com a disciplina do nosso desporto a partir de todas essas questões que nos preocupam desde a edição da nova Lei do Desporto.

Gostaria, antes de mais de nada, de me situar um defensor intransigente dos clubes brasileiros. Acho que devemos ter a consciência, malgrado todos esses problemas que estão nos afligindo de incompetência, quem sabe, de desonestidade, temos consciência de que os clubes brasileiros constituem a célula **mater** de toda a atividade desportiva neste País. Tudo inicia e termina através dos clubes. Entretanto, se analisarmos a motivação da instituição de novas normas gerais sobre o desporto, que data de período anterior a março de 1998, vamos constatar – e aqui percebo que estamos, agora, no caminho adequado, no caminho certo, porque estamos buscando o con-

senso – que lá atrás, em março de 1998, aquela legislação que nos foi imposta surgiu basicamente do confronto. E esse confronto eu identifico em dois pontos básicos, pelo menos: um confronto do Estado contra os clubes, através da preocupação necessária da fiscalização, basicamente para a cobrança de impostos, que é perfeitamente adequado, porque os clubes, apesar de serem sociedades esportivas, praticam um ato de comércio e, conseqüentemente, têm rendimentos. Essa intervenção do Estado é uma intervenção que não é só nossa; quer dizer, nenhum Estado contemporâneo considera o desporto como alheio à sua esfera de interesse, seja pela sua importância social, seja pela sua importância econômica, seja pela sua importância financeira.

De modo que, esse confronto foi o menos danoso, a meu juízo, na edição da Lei n.º 9.615, com a sua configuração original. Mas o outro confronto eu considero mais sério: foi o confronto dos atletas contra os clubes. E para que isso não fique apenas numa frase, vou ler, resumidamente, um trecho da Exposição de Motivos, que acompanhou a Promulgação da Lei n.º 9.615, que se refere à Extinção do Passe.

Diz a Exposição de Motivos:

A Extinção do Passe é uma necessidade prementória, inadiável, para os atletas profissionais. O referido vínculo desportivo escraviza o atleta, não possuindo qualquer amparo jurídico, ético ou moral. Com efeito, a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura a todos o livre exercício de qualquer trabalho, de qualquer ofício, de qualquer profissão. Dessa forma, a existência do passe configura uma afronta à dignidade e à liberdade humanas.

Nós não somos a favor do Instituto do Passe. E o Passe, na sua configuração tradicional, é realmente um Instituto estigmatizado, usado muitas vezes pelos clubes como instrumento de opressão, de submissão e de ganhos para esses mesmos clubes. Entretanto – e isso a lei não fez na sua configuração original –, era indispensável que o Instituto do Passe se fizesse substituir por institutos análogos àqueles que existem no chamado Primeiro Mundo, onde as coisas são organizadas, onde as coisas são pensadas, onde as coisas são racionalizadas.

Isso veio, anteriormente, através da Lei n.º 9.981, que deu nova redação à chamada Lei Pelé, e com aquela seqüência toda de medidas provisórias que, a partir de dezembro de 1999, no segundo ano da edição da Lei, demonstraram que a Lei havia se afastado da realidade sobre a qual dever-se-ia legislar. E como dizia Karl Marx: “Sempre que uma legislação se afasta do ambiente da realidade sobre a qual

o legislador deve atuar, ela imediatamente é repudiada". E nós tivemos na Lei Pelé exatamente o repúdio da sociedade àquelas normas editadas, inicialmente, em março de 1998.

Mas se nós tivéssemos uma lei adequada, sob todos os aspectos – e estou-me referindo apenas a dois, à questão do Estado e à questão do Passe –, nós não precisaríamos estar aqui, três anos depois, discutindo formas de dar à legislação sobre desporto uma afeição adequada, quem sabe até, uma afeição definitiva. O que acho muito difícil.

De qualquer forma, quero parabenizar, em meio a minha participação aqui, a Comissão do Senado porque nós estamos agora no caminho adequado. Estamos ouvindo a sociedade, os atletas. E temos aqui um exemplo dignificante de um atleta profissional. Estamos ouvindo dirigentes de clubes, advogados. Enfim, todos aqueles envolvidos para que nós tenhamos na resultante uma adequada legislação para o nosso desporto.

Como nosso tempo é limitado e eu gostaria de ser tópico. Ou seja, pegar um aspecto apenas, a fim de que pudéssemos depois abrir o debate em outras circunstâncias, enfim, trazendo, enriquecendo com a participação de todos. E como isso foi mencionado aqui, mais de uma vez, eu gostaria de referir, e até surpreso, que não existe nessa legislação do desporto que contempla todos os agentes e todos os atores desportivos, atletas, dirigentes, enfim, entidades de prática, entidade de administração, tudo só numa referência: a "figura do empresário" (entre aspas talvez), mas, certamente, um dos mais atuantes atores nas questões esportivas. E vejam bem por que é importante essa participação. Porque nós estamos vivendo uma época de dicotomia entre a ética esportiva e a lógica do mercantilismo que só visa o lucro. Todo o trabalho que estamos fazendo é, exatamente, para equilibrar essas duas coisas. Como conviver na paixão que o desportiva tem pelo futebol, pelo seu clube ao mesmo tempo em que as questões todas envolvem o econômico e o financeiro. Porque futebol hoje, especialmente – e essa aqui é uma CPI – futebol e legislação, é evidentemente um negócio. Mas um negócio que não pode se dissociar da paixão que o brasileiro tem pelo desporto e da paixão que o brasileiro tem pelo seu clube. Por isso eu disse de início que o clube constitui neste País a célula **mater** de toda atividade desportiva. E nós temos, sim, que nós preocupar com a fiscalização dos clubes para fortalecê-los, jamais para sacrificá-los. Todo o trabalho dessas Comissões só é justificado se tiver como preocupação escoimar os clubes dos programas que têm dos maus dirigen-

tes, mas, fundamentalmente, fortalecer os clubes. Porque eles constituem, repito mais uma vez, o início e o fim de toda atividade esportiva. Se nós estivéssemos na União Soviética ou na antiga "cortina ferro" certamente que o Estado seria o incrementador do desporto, através do Exército. Nos Estados Unidos são as universidades. Na Europa são as empresas, são os grupos econômicos. Mas aqui no Brasil são os clubes. E diante do Falcão, que tenho uma admiração imensa – e que cometeu só um erro na sua atividade profissional foi o de não ter jogado no Grêmio –, diante do Falcão quero dizer o seguinte: Falcão, você falou com muita propriedade sobre a desorganização dos clubes brasileiros e na organização dos clubes europeus. E talvez nós não tenhamos muitas coisas a ensinar-lhes além, digamos, da nossa técnica. Mas eu queria fazer um pequeno reparo que você vai concordar. No aspecto ético a globalização – estamos vivendo momentos de globalização –, globalização também atingiu o futebol, as nações ditas globalizantes não dialogam com as globalizadas, que somos nós os países periféricos, com o mesmo poderio ético, econômico e financeiro. E creio que em matéria de ética nós temos muito a ensinar-lhes. E trago aqui esse episódio ocorrido recentemente, que está ainda em franca ebulição, que é do nosso atleta Ronaldo. Eu não posso aceitar que não haja nenhuma menção na lei à figura do empresário – e eu ouvi o início da manifestação do eminente Presidente desta CPI – e os empresários estão sendo investigados, e eu não estou me referindo tanto aos empresários brasileiros que atuam e que trabalham aqui, mas manifesto a minha preocupação com relação à desigualdade econômica que existe nos clubes europeus, fluxo, certamente, desta organização em relação aos clubes brasileiros. E qual é o produto dos clubes brasileiros? Basicamente, são atletas e não todos da expressão de um Falcão que foi uma exceção – ou de um Pelé – mas o produto desses clubes são os atletas e nós temos que ter mecanismos de defesa e de proteção não só desses atletas recém-formados que vão aos magotes para a Europa, atraídos, lá, por um "Eldorado" que nem sempre se realiza mas, sobretudo, a proteção dos nossos clubes contra essa atividade, que é uma atividade comprovadamente predatória, que é exercida sem nenhuma ética nas barbas das nossas autoridades. Eu, inclusive, me preocupei em levar ao conhecimento das autoridades o que estava acontecendo neste caso, especificamente. Mas, infelizmente, os mecanismos legislativos que dispomos não são adequados para evitar isto. O **Estatuto do Estrangeiro** impede que qualquer estrangeiro que aqui venha com

um passaporte de turista exerça qualquer atividade remunerada. Entretanto, com a extinção do instituto do passe e causando-se, externamente, a impressão de que tudo estaria liberado e que não havia nenhum mecanismo de defesa, esses representantes foram encaminhados, em grande número, para cá para que, junto a esses atletas, obtivessem, num trabalho claro de aliciamento, forma de conduzi-los para outros clubes, sem que houvesse qualquer satisfação ou qualquer indenização, fosse de formação ou de promoção, aos clubes brasileiros. Essa reciprocidade existe. Eu tenho aqui o **Estatuto dos Atletas da Fifa** que, no seu art. 14, prevê, expressamente, esse tipo de retribuição. Quando um jogador profissional com um contrato com um novo clube, o seu antigo clube terá direito a uma indenização de promoção e de formação. Para a solução objetiva dessa questão e de outras questões, nós estamos dependendo de uma manifestação do Judiciário brasileiro, especialmente e topicamente quanto à questão do direito adquirido, resultante de um contrato, quer dizer, o passe - ou se quiserem uma expressão menos chocante ou menos estigmatizada: a indenização - é prevista no contrato. Esse direito adquirido resulta não de um estatuto ou de uma lei que pode mudar mas de um contrato. E a nossa legislação ampara amplamente o direito adquirido a esse tipo de indenização.

De modo que, Sr. Presidente, nessa questão especificamente do empresário - essa atividade que eu considero predatória porque é o que mais ganha e o que menos paga imposto e que, às vezes, é até invisível porque é difícil localizar, exatamente, até que ponto vai a sua atuação - eu tenho uma pequena sugestão para que se impeça a sua atuação por meio da própria lei do **Estatuto do Estrangeiro**. O art. 65 estabelece que estão sujeitos à expulsão do País o que se dedicarem à vadiagem, à mendicância - e eu, aqui, acrescentaria um: a intermediação para promover a imigração de trabalhadores sem a garantia do empregador ou em desacordo com a legislação brasileira. Eu acho que, dessa forma, se estaria facilitando a atuação da própria Polícia Federal na expulsão de pessoas que venham ao País com passaporte de turista e às quais a lei veda o exercício de qualquer atividade remunerada e que, muitas vezes, não têm condições, objetivamente, de comprovar o exercício dessa atividade.

De forma que, colocando a coisa, digamos, em termos objetivos, penso que nós estamos, repito, trilhando o caminho adequado, pela oitiva da sociedade em geral para que nós possamos encontrar nessa legislação, para a maioria das pessoas tão confusa,

mas ao mesmo tempo tão indispensável, uma forma de adequar a nossa realidade, já que não podemos ter uma legislação que não atente para as questões que são tradicionais, para as questões que fizeram, enfim, a atividade desportiva neste País, dando oportunidade a que todos os seus agentes, todos os seus atores, como disse, se manifestem, para que, afinal, nós encontremos, quem sabe, o caminho adequado a disciplinar essa atividade tão indispensável a todos os brasileiros, que é o esporte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado ao Dr. Jaime Eduardo Machado, Vice-Presidente Jurídico do Grêmio Futebol Porto-Alegrense. Suas sugestões estão anotadas e serão devidamente consideradas no momento do debate final para elaboração da legislação.

Vamos passar a palavra ao Dr. Sérgio Roberto da Fontoura Iulken, Vice-Presidente Jurídico do Esporte Clube Internacional.

O SR. SÉRGIO ROBERTO DA FONTOURA IULKEN - Senador Álvaro Dias, Presidente da CPI, Senador Geraldo Althoff, eminente relator, Senador Geraldo Cândido, membros da CPI, demais companheiros de mesa, especialmente o Falcão, quem eu tanto acompanhei nos gramados, um dos atletas mais vitoriosos, certamente, e ninguém mais do que ele, pelo Esporte Clube Internacional naquela memorável década de 70, que até hoje nos faz os primeiros do ranking brasileiro. Diferentemente do Brasil, que acaba de perder a posição para a França, o Internacional ainda não perdeu essa posição para nenhum clube brasileiro. Foi também campeão brasileiro invicto em 1979, época em que o Grêmio, na verdade, não havia atingido nenhum título. O exemplo do Grêmio, hoje, nos desafia realmente, porque de lá para cá o Grêmio, realmente, conseguiu muitas vitórias, o que nos desafia a manter essa competição saudável que o Rio Grande do Sul tanto acompanha.

Meu prezado amigo e colega Jaime Eduardo Machado e os demais participantes, Dr. Marcílio Krieger, os Deputados aqui presentes, os nossos companheiros que nos ouvem, várias palavras foram ditas aqui que considero importante só relembra.

Falou-se em Fifa, falou-se em calendário, Falcão falou em planejamento, falou-se também em empresário, falou-se em globalização e uma série de outras questões interessantes. Eu queria dizer que entendendo que as coisas já estão mudando e creio que a CPI, que aqui se reúne em audiência pública, já percebeu isso. Eu tenho a honra de dizer que o Esporte

Clube Internacional, embora não tenha tido resultados de campo recentemente, o que é público e notório, tem tido outros tantos resultados que têm ajudado a mudar a face do futebol brasileiro, tornando-se, enfim, pela sua postura como clube, modelo para alguns dos nossos clubes.

Uma das razões que me fazem dizer isso seria o fato de tentar administrar, dentro de uma realidade dos clubes brasileiros, tentar montar equipes com custos compatíveis com o orçamento. A palavra planejamento no Internacional é muito importante. Acharmos que devemos, primeiramente, arrumar a casa para depois se conseguir em campo aqueles resultados tão esperados pela torcida. Não haveria como fazer isso sem sanear a casa, sob pena da própria extinção da associação. Temos tido resultados importantes em transparência, outra palavra importante, planejamento, orçamento. Temos conseguido fazer negócios – digo negócios porque, na verdade, o são, na busca do saneamento financeiro do clube herdado de administrações anteriores. Isso caracteriza qualquer clube brasileiro. Aqui falo, porque isso é público e notório. Hoje, a situação deficitária dos clubes brasileiros é um enorme problema.

O Internacional, buscando sanear isso, teve a felicidade de negociar, recentemente – por um lado, como torcedor, lamentavelmente -, como membro de direção de clube, dois atletas: Lúcio, da Seleção Brasileira, e, agora, Fábio Rochemback, também da Seleção Brasileira.

Gostaríamos muito de tê-los mantido, mas as condições não o permitiram, de uma forma muito lisa, ainda dentro das regras de convivência internacional, ao contrário do ocorrido aqui – e agora, há pouco, ainda bem descrito pelo eminente colega Vice-Presidente do Grêmio.

Eu queria até fazer justiça aqui. O Barcelona, equipe espanhola, deu uma demonstração de seriedade e teve uma atitude exatamente oposta a essa referida, há pouco, pelo Dr. Jaime Eduardo Machado, ao procurar o Internacional na vigência do contrato do Fábio Rochemback, e não vir aqui, como se faz na Europa, depositar a cláusula penal prevista no contrato com o atleta e, simplesmente, levar o atleta. O Barcelona, inclusive, aceitou a nossa tese de que a Lei do Passe, no contrato do Fábio Rochemback, firmado em janeiro deste ano, ainda estava em vigor, e negociou com o Internacional dentro das regras internacionais, de uma forma absolutamente lisa. Merece aqui o nosso aplauso. Negociamos de uma forma muito correta, de sorte que é perigoso generalizar. O futebol

européu nos deu agora, recentemente, esse atestado, que é importante.

Eu queria resgatar a primeira palavra falada aqui, para depois fazer proposições concretas. Aliás, é a missão precípua.

Quero voltar à Fifa. Quero dizer que se ouve falar muito mal do Brasil e dos brasileiros. Na verdade, temos muito talento. Um deles está aqui, na minha frente. Um dos grandes talentos brasileiros, no esporte e fora dele, como cidadão e empresário: o Falcão. Mas o Brasil teve o João Havelange, Presidente da Fifa, que mudou os rumos da entidade.

A Fifa era um grande exemplo de globalização, quando não se falava em globalização. A Fifa é de uma eficiência a toda prova. Lamentavelmente, envolveu-se no episódio da falência da ISMM, da ISL, enfim, e complicou-se, um pouco, agora. Mas ela deu demonstração de condução dos negócios internacionais, por muito tempo, organizando-se de uma forma extremamente eficiente, em um universo de aproximadamente 170 nações ou membros, conseguindo compatibilizar todos esses interesses de uma forma extremamente objetiva e, já que isto foi falado aqui antes, deixando o Judiciário fora.

A Fifa preconiza que não se vá ao Judiciário, até pela demora nessas decisões. Todos sabemos disso. A Fifa pretende ser um todo completo, que resolva os seus próprios problemas com a velocidade com que eles devem ser resolvidos. E creio que a Fifa deve ser um exemplo para nós e para a proposição de uma nova legislação brasileira.

Eu diria, nesse aspecto, que a Fifa, além de dona das regras do jogo, estabelece outras tantas, que nos obrigam aqui, nacionalmente, como sabemos, e que, às vezes, não são cumpridas – como essa que o Dr. Jaime Eduardo Machado acabou de ler, do art. 14 do Regulamento para o estatuto e transferência do jogador. Às vezes, não são cumpridas, mas, enfim, o que a Fifa nos demonstra é o seguinte: a possibilidade de auto-regulamentação. E é essa a primeira mensagem que dou à comissão.

Como brasileiro, sei que, hoje, a União Européia se debate entre duas culturas: a nórdica e a do mediterrâneo. Os nórdicos dizem assim: “Podemos fazer qualquer coisa, tudo é livre, menos o que está expressamente proibido”. E os mediterrâneos, que são como nós, pensam assim: “Não posso fazer isso; não está previsto. A lei não diz que posso fazer”.

Essa é a grande dualidade que temos que enfrentar. Fico com os nórdicos: “Podemos fazer tudo o que queremos, menos o que está proibido”. Então,

que a legislação seja de mínimos, uma legislação de garantias mínimas, e não uma legislação extremamente detalhada. Vamos deixar as partes conduzirem os seus interesses da melhor forma – ninguém melhor do que elas pode fazer isso – e vamos, obviamente, criar mecanismos de regulação, de acompanhamento. Seria um modelo parecido com essas agências nacionais de hoje, como a Anatel, a Aneel e outras. Ou seja, teremos que ter algum organismo estatal, que realmente acompanhe o que está acontecendo, mas que não interfira diretamente. A legislação não deve pretender esgotar a realidade, até porque essa realidade se modifica rapidamente, e temos que ter, vamos dizer assim, mecanismos de flexibilidade que acompanhem a evolução dos acontecimentos.

Então, a primeira sugestão que se faz é que se pense que, no caso, os clubes brasileiros - falando como representante de um clube – possam, na medida do possível, se auto-organizar – a legislação vigente hoje até contempla essa hipótese – dentro de limites mínimos que protejam os seus próprios interesses, ou os dos atletas, ou os da sociedade, enfim, de todos os envolvidos, porque assim deve ser realmente melhor. O exemplo vem de outros países onde as coisas funcionam dessa forma, e temos competência. Se um brasileiro dirigiu a Fifa por tantos anos e foi competente; se hoje se diz que os executivos brasileiros são o **top** de linha em nível mundial, pelo talento que têm em conviver com um País tão difícil como o nosso, com tanta mutação nesses anos todos; se somos um povo que se adapta ao apagão com uma rapidez enorme, um povo criativo, como é dentro de campo, vamos tomar esse exemplo, vamos deixar o atleta criar e a nós todos, atores nesse mundo esportivo, criarmos.

Então, a primeira sugestão concreta que fica é que não nos atrelemos a legislações que pretendam esgotar o modelo dentro daquela nossa tradição ibérica, vamos dizer assim, mediterrânea, de querer a tudo prover. Isso é inviável num mundo como o de hoje. Vamos pensar numa legislação de mínimos e vamos deixar que as partes se entendam.

E aí faço a segunda sugestão concreta: a exemplo do que ocorre no Brasil de hoje e em outros países, com relação a clube e jogador - não gosto de usar atleta, porque acho que a palavra é jogador, internacionalmente se usa jogador não se usa atleta -, que os jogadores fortaleçam os seus sindicatos. Ouvi aqui um ofício do Ivo, que é o Presidente da Federação Nacional e Presidente do Sindicato do Rio Grande do Sul, para que os jogadores fortaleçam as suas entidades, se estruturem - acho que eles têm todo o

direito e o dever de fazer isso –, que os clubes também se organizem em sindicatos, ou em sindicato, e que haja um espaço amplo para negociação. A palavra deste milênio é essa. Aliança é negociação e que haja um espaço amplo para negociação, por exemplo, entre os clubes e os seus jogadores, por meio de um mecanismo de negociação coletiva.

Já que hoje o contrato de trabalho é a tônica e supera o direito desportivo, quer dizer, o contrato de trabalho passou a vir em primeiro lugar e o vínculo desportivo é acessório a esse contrato de trabalho pela legislação vigente, que se priorize dentro dessa linha do contrato de trabalho um mecanismo de negociação coletiva entre jogadores e clubes, por exemplo.

E nessa esteira de auto-regulamentação e de alguma coisa realmente diferente, porque acho que o Brasil está entrando nisso - tenho acompanhado que, em nível de judiciário, cada vez mais se mescla o nosso sistema legal brasileiro, que é o da **civil law**, da lei codificada, tudo previsto em lei, com sistema, digamos, anglo-saxônico, inglês americano, que é o da **common law** que é um dos precedentes das decisões das cortes -, vai-se perguntar: “Mas não tem lei sobre isso?” Não tem lei sobre isso. Mas o que vem acontecendo na história? Os precedentes é que regulam tantas coisas. E, hoje, o nosso judiciário já aplica isso e há uma aproximação muito grande dos dois sistemas. É o que eu disse que a União Européia está querendo se posicionar, como fazer.

Eu diria que, dentro dessa linha, também acho que o clube é como uma família – e aí o Dr. Eugênio está absolutamente certo –, é lá que começa tudo em termos de sociedade organizada, de nação. Nessa área desportiva, o clube é a célula **mater**.

Então, que os clubes realmente preservem a sua autonomia, a sua força, fiscalizados pelo Estado, sim, para cumprir pagamentos, tributos, etc, mas que preservem isso por meio da formação de ligas regionais ou nacionais, com a possibilidade de fazer, dar um bom exemplo e crescer com seriedade. Que possam eles próprios, quem sabe, até organizar os seus campeonatos, como fazem as ligas na Europa. Não estou preconizando a adoção de nenhum modelo em especial, mas que nos seja dado o espaço para criar. Sei que o campeonato do ano passado, organizado pelos clubes, foi um campeonato com dificuldades, mas ele ocorreu, bem ou mal, e tivemos surpresas positivas. E a experiência adquirida nos permite, talvez, avançarmos mais. Os clubes devem-se organizar nesse sentido, é uma outra sugestão que eu faço.

Hoje, como está a legislação, ela nos remete a toda uma consolidação das leis do trabalho, que data de quase de sessenta anos, ainda do nosso ilustre Presidente - estava agora há pouco no salão nobre da Presidência vendo Getúlio Vargas, cujo quadro ali nos inspira. Um genial estadista brasileiro, mas que era de outra ... o mundo que ele construiu realmente não mais subsiste hoje.

Então, a idéia de que nós pudéssemos limitar muito claramente, criando um contrato trabalhista desportivo, bem claro. Não dá para deixar a Consolidação das Leis do Trabalho ser aplicada ao direito desportivo - como está previsto hoje - pela confusão que isso vai gerar em detrimento, certamente, da saúde financeira dos clubes. Por exemplo, a concentração, as viagens, isso reflete em horas-extras? e o adicional noturno do jogador? mas ele é um artista, ele trabalha à noite. Não é o clube que decide que ele vai jogar à noite, é a entidade. Então essas coisas têm de ser previstas, daqui a pouco vamos ter enormes causas trabalhistas aí, onerando clubes e fruto de uma má regulamentação ou de uma omissão. É preciso que se diga que não dá para aplicar CLT indistintamente/genericamente ao contrato de trabalho desportivo, porque ele tem características muito próprias. Então, temos que fazer essa limitação com clareza, por isso eu dizia que uma legislação de mínimos, de mínimos, que dessem as garantias mínimas, e elas devem existir certamente, mas que deixassem tudo muito claro.

Aliás, o episódio Ronaldinho de certa forma é fruto da confusão criada na transição legislativa, entre um sistema e outro, que não foi muito bem, talvez, regulamentado e que gerou tudo isso que estamos aqui vendo. Não digo que a transição sempre seja difícil. Então, esse é um outro aspecto. A Legislação teria que prever realmente até onde ela se aplica para não deixar uma remissão geral à Legislação Trabalhista, porque nós vamos ter seríssimos problemas aí.

Uma outra coisa que eu queria deixar claro aqui é que inegavelmente a Medida Provisória nº 2.141 foi um enorme avanço em relação à Lei Pelé e à modificação feita ano passado, julho de 2000. Na verdade, eu acho que essa medida provisória deveria ser convertida em lei rapidamente. Agora teremos limitações nas medidas provisórias e eu não gostaria que essa decaísse e voltássemos ao vazio ou à situação anterior. Acho que ela somou, veio trazer contribuições importantes. É preciso que se tenha bem claro o que acontece. Eu teria uma observação a fazer em relação à 2.141, que eu tenho um certo receio que seria a seguinte: o art. 31 prevê a possibilidade de rescisão

de contrato, a possibilidade, em tese, de que a cláusula penal, prevista no contrato com o jogador, se aplique contra o clube. O clube, por exemplo, deve mais de três vezes de salário ao jogador. O jogador pode considerar o seu contrato rescindido, vai receber a indenização trabalhista, já prevista, de quase 60 anos, que seria por metade o tempo que falta - o art. 409, 480 pela CLT - muito bem, mas haveria uma dúvida pela redação dada de que o clube ainda devesse pagar a cláusula penal para o jogador. Aí seria realmente uma situação muito complicada. Acho que essa hipótese tem que ser vedada, o clube não suportaria isso, até porque se ele não paga o salário é porque muitas vezes não pode, então seria um dano muito grande. Acho que se teria de compatibilizar essa questão do art. 31, caso essa medida provisória de converta em lei.

Já me referi à questão da liga. O Dr. Jaime falou muito bem a questão do empresário e eu tenho apenas um referência, não vou repetir porque o tempo não nos permite, mas a referência iria regular de alguma forma atividades desses agentes empresários, a própria Fifa regula isso. Acho que é saudável. Acho que não deveremos viver sem eles, acho que eles têm sido importantes, mas que essa atividade seja realmente também minimamente. Deixo o mercado se auto-regular, mas há que se colocar regras tanto para os estrangeiros quanto para os nacionais. Isso é muito válido. A própria Fifa faz muito bem isso.

Quando assinávamos o contrato com o Barcelona, do Fábio Rochemback, o jogador não estava presente, estava o seu procurador e disseram os representantes do clube espanhol, o diretor-geral disse: olha, nós vamos assinar agora então, o contrato com o internacional, de venda dos direitos federativos sobre o jogador, vamos assinar o contrato de trabalho do jogador, para valer, na Espanha. Aí disseram assim: só que tem o seguinte, o senhor é procurador mas não é agente Fifa. Então, na Espanha a sua assinatura não vale, o atleta tem de assinar. Então, enquanto ele não assinar o contrato não estará perfeito e acabado. O que também é correto. A própria Fifa tem uma regulamentação nesse sentido e nós teremos que ter da mesma forma. Tenho visto procurações aqui no Brasil de procuradores de jogadores que, praticamente, podem fazer mais com o jogador do que ele consigo próprio. É um contra-senso. Então, essas questões são importantes.

Outra questão interessante é que muitos clubes, hoje, atuam sobre o direito de imagem do jogador. Essa é uma forma inteligente de atuar, porque a imagem do jogador é importante, como sempre foi e con-

tinuará sendo. É um contrato de natureza civil, portanto, não equivale a um contrato de trabalho - na minha ótica -, o que ainda é muito polêmico. Penso que deveria ficar muito claro que o contrato de imagem nada tem a ver com o contrato de trabalho do jogador porque isso também pode suscitar problemas com a Justiça do Trabalho. Antevejo situações em que os juízes dirão que o contrato de imagem é salário, e teremos surpresas desagradáveis. Creio que isso deve ser preservado, desde que realmente seja um contrato de imagem. Não se pode punir quem faz o certo em detrimento daqueles que, na verdade, não o fazem. É preciso regulamentar essa questão de forma inteligente.

Voltando à questão do calendário, Sr. Falcão, quero dizer que tudo isso faz com que o futebol brasileiro tenha chegado onde está. Há um poema do grande poeta português Fernando Pessoa, que ousou citar aqui, que, em uma frase muito curta, podemos aplicá-la a quase tudo na vida, que diz: "Forma é fundo aparecendo". Portanto, a forma como o nosso futebol está organizado tem mostrado o fundo. Perdemos a primeira posição. E assim estão os nossos campeonatos, nossos jogadores. Somos, na verdade, formadores de talentos que, cedo, vão para os gramados do Primeiro Mundo, dos quais assistimos apenas os campeonatos.

Sr. Presidente, Sr. Relator e demais membros da Comissão, concluo, dizendo que talvez a Europa tenha sido um pouco mais sábia do que nós. Lá, o jogador pode ficar preso ao primeiro clube, ao clube formador, até os 23 anos. Aqui, abrimos a possibilidade de saída do jogador aos 21 anos. Aos 16 anos pode-se firmar o primeiro contrato com a possibilidade de durar até cinco anos. Talvez, devêssemos repensar esse critério até para que tivéssemos a ventura de assistir, jogando nos nossos clubes, nos nossos gramados, os nossos melhores talentos, pelo menos até os 23 anos. A partir daí, que os europeus se deleitem! Mas dessa forma teríamos um pouco mais de tempo para vermos jogando aqui nossos atletas, já que a questão econômica é forte, como o Dr. Jaime Eduardo Machado disse. Na verdade, o futebol é um negócio também, mas é preciso dosá-lo, porque, em sendo um negócio, tem que sobreviver como tal.

Ao final, quero registrar as duas transações realizadas recentemente pelo Internacional das quais participei: a venda para o Bayer Leverkusen do Lúcio e a do Fábio Rochemback do Barcelona, dois clubes sérios do Primeiro Mundo. As transações foram feitas de forma absolutamente transparente e os valores recebidos pelo Internacional estão sendo depositados em banco brasileiro. Está sendo feita de forma abso-

lutamente aberta e dentro da legislação vigente, o que demonstra que é possível fazer isso, além de ser saudável para todos nós.

Estamos satisfeitos com tudo isso. Penso que o Internacional tem sido hoje, de certa forma, **bent market** para muitos clubes brasileiros. Temos recebido solicitações de informação sobre como o Internacional está trabalhando e conseguindo fazer isso, o que considero importante e um exemplo a ser seguido.

Agora, com a casa saneada, queremos voltar a encher os estádios e a satisfazer nossa torcida, como o ilustre Senador relatou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradeço ao Dr. Sérgio Roberto a exposição e as pelas sugestões apresentadas.

Passemos, agora, à fase da palavra livre.

Com satisfação, concedemos a palavra ao Senador Geraldo Cândido, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Senadores Álvaro Dias, Geraldo Althoff; senhores debatedores; Deputados; jornalistas; dirigentes de clubes e demais participantes desta audiência.

Quero ressaltar a importância das contribuições dadas pelo Dr. Marcílio Krieger, pelo Sr. Paulo Roberto Falcão, pelo Dr. Jaime e também pelo Dr. Sérgio Roberto de Fontoura, Vice-Presidente do glorioso Internacional.

Aliás, sairei daqui hoje muito satisfeito, porque levarei uma camisa e, no fim de semana, quando for passear, ir à praia no Rio de Janeiro ou ao shopping, poderei revezar com a camisa do tri-vice. Antes, eu só tinha a do Vasco e agora posso revezar a camisa do Vasco com a do Inter. No Rio de Janeiro, costuma-se dizer que lá só há tri: o Flamengo é tricampeão, o Vasco é tri-vice-campeão, o Fluminense é tricolor e trirrebaixado e o Botafogo é tristeza. Lá só há tri.

Sr. Presidente, serei breve, porque o tempo está avançado. Mais uma vez, ressalto a importância dessas audiências que temos feito pelo Brasil afora, tanto lá em Recife como no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Curitiba e aqui em Porto Alegre. Essas audiências têm sido muito relevantes para a CPI. Ouvimos pessoas ligadas ao mundo do futebol, dos esportes, dirigentes, advogados, pessoas estudiosas na questão do desporto brasileiro e grandes figuras do nosso futebol assim como grandes jogadores e ex-jogadores. Ouvimos o Zico, o Sócrates, o Pelé, o Vladimir e o Falcão. São pessoas que têm dado uma grande contribuição para que a CPI possa, ao fim de seus trabalhos, elaborar uma proposta de legislação que venha exa-

tamente ao encontro dos anseios da nossa sociedade. É justamente o que disse o Dr. Marcílio, que já é um forte candidato a colaborador da nossa CPI, pela importância e pelo conhecimento que demonstrou hoje nesta audiência.

Na verdade, se avaliarmos friamente, poderemos observar a realidade dos nossos clubes de futebol. Os dirigentes de clubes falaram da situação dos atletas e da miséria que os clubes vivem hoje, sem recursos financeiros. Há atletas menores de 18 anos que são levados para o exterior pelos chamados agentes-empresários. Alguns são inescrupulosos e levam garotos para o estrangeiro e depois os abandonam por lá. Temos notícias disso. São contratos feitos de qualquer maneira. Em Brasília, na CPI, ouvimos um cidadão que era detentor do passe de mais de 200 atletas, sendo a maioria atletas amadores, de 16, 17 e 18 anos. Isso é grave.

É preciso haver uma legislação que estabeleça normas para todas essas situações e defenda o interesse não só do atleta mas do cidadão, de modo geral, da população e até do torcedor, de toda a sociedade. Nos depoimentos, concluímos que, na verdade, existem algumas pessoas que, de forma inescrupulosa e fraudulenta, usaram muito os clubes de futebol e estão hoje com os bolsos cheios de dinheiro e os clubes, infelizmente, estão falidos. Trata-se de ex-dirigentes e empresários. Isso precisa ser visto sob todos os aspectos.

Foi levantada uma questão importante pelo Dr. Sérgio em relação à legislação trabalhista e quanto ao jogador de futebol. Na verdade, o jogador de futebol, quando não consegue atingir o estrelato, acaba, no fim da sua carreira, ficando por aí. Alguns estão hoje trabalhando como bóia-fria, vendendo sorvete e sanduíche na rua ou na praia, fazendo parte da economia informal, porque, primeiramente, não têm escolaridade nem se preparam profissionalmente. O fim da carreira é triste para alguns jogadores.

Conhecemos muita gente nessa situação. Não foi o Falcão nem o Zico ou outros que jogaram bola e tiveram sorte por terem conseguido efetivamente um lugar no sol – o que muitos não obtiveram. Desgraçadamente, outros estão na miséria. Conheci muitos jogadores – não só do Vasco, mas do Flamengo e do Botafogo – que acabaram, no Rio de Janeiro, morrendo depois até de mendigar. Viraram alcoólatras. É uma situação deprimente.

É necessário haver uma legislação que defenda o interesse do clube, do atleta e também do associado, quer dizer, os clubes têm que ser democratizados. Isso porque existem clubes cujo estatuto não é demo-

crático, pois muitas vezes o associado e até os membros do conselho fiscal podem ter o seu direito de participar do clube suspenso caso façam alguma coisa que seja considerada inoportuna para o clube. Portanto, uma legislação bem-feita, bem estudada e que conte com o apoio e a participação da sociedade vai ser muito importante para nós.

Essas são as minhas palavras. Quero ainda fazer esta pequena saudação, levando um abraço a todos. Penso, portanto, que essa contribuição foi valiosa e deverá ser no futuro, também, para outro segmento da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradeço ao Senador Geraldo Cândido. A Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol encaminhou a esta reunião o Dr. Décio Neuhaus, que é autor de estudos sobre a Lei Pelé e o desafio para a Justiça do Trabalho, denominado método profissional.

Ele pediu a palavra e vamos concedê-la com satisfação ao Dr. Décio, por alguns minutos, porque depois temos que ouvir Jeane Cazellato, que é Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio Grande do Sul.

O SR. DÉCIO NEUHAUS – Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecemos a Federação pelo espaço agora aberto, visto que raramente tem oportunidade de se manifestar em um assunto tão importante. A Federação, criada em janeiro deste ano, é formada por sete sindicatos de atletas profissionais. É a representante legal e constitucional dos jogadores de futebol no Brasil, entidade de segundo grau.

Uma preocupação da Federação é o famoso futebol dos tostões. Estamos aqui, ficamos a tarde inteira tratando do futebol dos milhões. Talvez o Senador Geraldo Cândido, no final, tenha conseguido mostrar a preocupação, que é também da Federação, qual seja, a do jogador que não atinge o estrelato. Por exemplo, nosso grande representante da categoria dos atletas: Falcão. Nem todos conseguem ser como ele, infelizmente, como atleta e como cidadão. Nem todos conseguem ser Ronaldinho, nem todos conseguem ser Romário, nem todos conseguem ser Edmundo.

Levantamentos da CBF no ano passado indicam que existiam 22.585 atletas inscritos e com contrato em vigor. Destes, em torno de 19 mil, no máximo, ganhavam R\$360. De acordo com esse levantamento da CBF, somente 756 atletas brasileiros ganhavam mais de R\$3,6 mil. Então, esse futebol dos milhões é reservado para poucos atletas. Temos em torno de

700 clubes, sendo que, destes, talvez 50 tenham atividade o ano inteiro. Quando se fala que existem jogadores indo jogar no exterior, que os menores estão fugindo, não significa que eles estejam fugindo de fato, mas porque não existe, em primeiro lugar, capacidade de empregar toda a mão-de-obra e, em segundo lugar, porque os campeonatos são curtos – o campeonato gaúcho deste ano durou apenas dois meses; como é que um time que está disputando, por exemplo, o campeonato gaúcho pode empregar um atleta durante 12 meses se o campeonato dura dois? Esse êxodo, às vezes, ocorre porque tais jogadores vão para fora em busca de trabalho, em busca de sobrevivência.

Como a discussão girou um pouco em torno da preocupação trabalhista dos clubes, conforme falou o digno representante do Esporte Clube Internacional, estaremos encaminhando para a Comissão, dentro de alguns dias, a posição da Federação, mas temos que destacar a preocupação em relação à legislação.

Fala-se aqui que o passe vai até os 21 anos. Não é bem assim. A lei permite que o contrato seja assinado dos 16 aos 20 anos. Os clubes do Rio Grande do Sul, a maior parte, assinam o contrato profissional, se o atleta não é uma grande promessa, aos 20 anos. Então, se ele ficar com um contrato de cinco anos, ele vai estar com passe livre aos 25. Com o jogador de seleção, sim, o clube procura assinar o contrato aos 16 ou 17 anos. A carreira do atleta é curta, vai até os 35, 36 anos, com raras exceções, como Mauro Galvão, que nos alegra os olhos, mas os jogadores, na maioria, jogam até os 32 anos.

A preocupação da Federação é a seguinte: se querem colocar o passe até os 23 anos, coloquem, mas a obrigação do clube para profissionalizar é aos 16 anos, como qualquer brasileiro que comece a trabalhar aos 16 anos; não o jogador ficar dois, três, quatro anos encostado em um clube - o que geralmente ocorre nos pequenos clubes. Fica quatro anos encostado lá e não recebe nada. Ao final, ainda, só eu, aqui em Porto Alegre, contra um time que não é o Grêmio nem o Inter, já utilizei dez ações para liberar amador. O clube não quer aproveitar e não libera.

Ainda em relação a questões trabalhistas. Estavam sendo elogiadas a Lei nº 8.891 e a Medida Provisória nº 2.041. Não temos nada a elogiar em relação à lei do Senador Maguito Vilela e nem à medida provisória. A Lei Pelé, que sofreu modificações pela Lei nº 8.891, diz que para haver a rescisão de um contrato os jogador tem que pagar cem vezes o salário anual.

Não sei se sou o único no movimento de futebol que, de repente, consegue raciocinar. Se ele tem que

pagar uma indenização de cem vezes o que ganha em um ano é igual a cem anos. Assim, encontramos absurdos como aquele de um jogador que ganha R\$180.000 em Bagé ou em Passo Fundo e recebe um convite para jogar por R\$300.000 na cidade vizinha, em Carazinho, para rescindir teria que pagar R\$239 mil, ele não pagará nunca.

Se um jogador ganhar R\$5 mil por mês, o que significa ser um jogador bom, se quiser rescindir o contrato são R\$6.665.000. Somos contra essa cláusula penal altíssima de cem vezes, que apelidamos de cláusula penal centenária, porque ela pode se transformar em secular porque se o jogador for para o exterior os clubes querem séculos ou milênios.

Pedimos o respeito ao art. 479 da CLT que diz que quando alguém quer romper um contrato que se pague a metade do que falta, como o advogado do Inter. Se, por acaso, o jogador pedir a indenização e ele não pagou salários, ele quer pagar somente a metade do que falta. O jogador também. Se ele tiver a oportunidade de ir para um clube melhor, que queira pagar a metade.

Não bastasse isso, a medida provisória conseguiu criar, a título de informação, que o atleta que assinar o primeiro contrato tem que pagar duzentas vezes o que ganha em um ano. Isso funciona para o Grêmio, para o Inter, mas no interior do Rio Grande do Sul e pelo Brasil afora, onde se emprega a grande mão-de-obra dos atletas, duzentas vezes, para um jogador que ganha R\$180 mil, representa duzentos mil. Qual é o clube, no Rio Grande do Sul, que pode puxar quatrocentos ou quinhentos mil para comprar um atleta que não se...

O SR. SÉRGIO ROBERTO DA FONTOURA – O colega me concederia um aparte?

O SR. DÉCIO NEUHAUS – Claro.

O SR. SÉRGIO ROBERTO DA FONTOURA – Quero somente esclarecer que essa cláusula penal não se destina na verdade ao jogador e, sim, ao clube que vai contratá-lo...

O SR. DÉCIO NEUHAUS – Me desculpe...

O SR. SÉRGIO ROBERTO DA FONTOURA – O senhor me concedeu o aparte, me deixe concluir.

Essa cláusula penal se aplica durante o contrato. O que se quer, se o contrato é a prazo determinado, é que as partes cumpram o contrato. Ninguém terá que pagar isso. É um absurdo! Nenhum jogador vai pagar isso, mas se ele não cumprir o contrato, quem vai pagar é o clube contratante. O que se objetiva é proteger quem foi contratado. Não se pode colocar dessa forma.

O SR. DÉCIO NEUHAUS – Assim, Dr. Ilkner, mas acordo de vontades pressuporia que, se o clube não cumpre o contrato, também deveria sofrer essa cláusula. Isso é acordo de vontade não só para um lado.

Pagar duzentos para sair e, o outro, dizer “eu pago dez para tu ires embora”...

O SR. MARCÍLIO KRIEGER – Não, desculpe-me, o Direito brasileiro é de mão dupla.

Essa é uma interpretação do Dr. Álvaro Melo. Temos conversado e ele está revendo a posição porque há um princípio geral no Direito brasileiro de que ele é de duas mãos, vai e vem, naquela linha de raciocínio que o Dr. Sérgio desenvolvia do Direito mediterrâneo, do Direito nórdico.

Ocorre que a cláusula penal vale para quem rompe o contrato. Assim, temos três situações. O clube rompe o contrato e paga a cláusula penal, assim como o atleta. Os dois resolvem resilir o contrato por acordo e não há cláusula penal a ser paga.

Cláusula penal é um princípio do Direito brasileiro que penaliza quem rompe o contrato. No caso, se o clube A quer comprar o jogador B do clube C, paga mas se o jogador dá o dinheiro para o clube pague é outra história, mas quem paga é quem rompe o contrato. Portanto, vale para os dois lados.

O SR. DÉCIO NEUHAUS – Exatamente, mas a definição do Dr. Álvaro Melo, em seus estudos, é que se houvesse o pedido da rescisão pelo art. 31 da Lei Pelé e, provavelmente, os clubes usarão com maestria, que estaria excepcionada a essa cláusula. E agora há pouco o Dr. Ilkner disse que essa cláusula vale só para um lado. Se fosse para o atleta...

O SR. SÉRGIO ROBERTO MACHADO DA FONTOURA – Não. Eu pedi que isso fosse objeto da nova legislação.

O SR. DÉCIO NEUHAUS – Porque o artigo... Então, o art. 31 é conflitante da Lei Pelé, quando diz que é para aplicar o art. 479 em questão de rescisão. O art. 31 diz, continua dizendo pelo projeto original. Rescisão direta.

O SR. MARCÍLIO KRIEGER – Aí, por questão doutrinária, defendo que os arts. 479 e 480 se apliquem em ambos os casos. Quem rompe o contrato paga cláusula penal, que é uma questão, e paga a indenização da CLT. São duas questões diferentes.

O SR. SÉRGIO ROBERTO DA FONTOURA – Exatamente.

O SR. MARCÍLIO KRIEGER – Porque uma é um rompimento do contrato. É uma indenização. É uma questão jurídica que a minha interpretação é

exatamente essa que V. Ex^a falou. Os dois artigos da CLT valem. Daí, Senador, a necessidade da linha de raciocínio a que ia me referir, sobre a Justiça Desportiva. Então, só para completar, para arredondar seu pensamento, coloco a seguinte questão. Defendo que a Justiça Desportiva deva ser a primeira instância obrigatória para deslindar litígios de atleta e clube. Atletas, médicos, todo o pessoal envolvido com o desporto, a primeira instância obrigatória deva ser a Justiça Desportiva. Mas essa é uma outra questão.

O SR. DÉCIO NEUHAUS – Muito obrigado. Ainda em relação ao primeiro contrato, outra preocupação que nos vem é pela Medida Provisória nº 2.141, art. 29, § 3º, inciso II, onde diz que o atleta que terminou de cumprir o seu contrato, se o clube continuar pagando – e sempre falo em um clube pequeno – o salário mínimo de R\$180,00, nos seis meses em que terminar o contrato, o clube tem direito de receber uma indenização pela formação. Ora, é a primeira cláusula penal, ou indenização, em que vejo a pessoa ter cumprido o contrato. O atleta cumpriu. O que as atletas querem é o seguinte: ele cumpriu o seu contrato. Quando começou essa discussão o atleta tinha dois anos de contrato. Hoje já podem ser cinco. E assim mesmo continuam vindo com a força de que o atleta tem que ficar, que o atleta tem que retribuir. Ora, na questão que se falou antes, do Ronaldinho, o Ronaldinho retribuiu com aumento da quota de televisão, contribuiu com título, com chapeuzinho em cima do capitão. E tem que continuar pagando, pagando, pagando... Então, a Federação ainda, como já externado pelo Dr. Fábio Koff, representando o Clube dos Treze, estamos nos propondo a sentar em uma mesa. Agora, tratar os desiguais de forma desigual. Não queremos que quando o Sr. Relator estiver fazendo lá o seu relatório só pense em Ronaldinho. Vou tentar lhe dar um nome. Gostaria que V. Ex^a lembrasse do Toninho, de Santana do Livramento, que é um time que... Que não tinha carteira assinada, quebrou o joelho, tivemos que entrar na Justiça porque não foram capazes de assinar a carteira dele, para obter o passe, ele não conseguiu o CAT, que é o seguro para acidentado, e assim mesmo estava lá na Federação o passe dele preso. O tratamento dado por clubes como Inter, Grêmio, Flamengo, tem diferenciamento em relação a outros clubes.

Apesar, para não ficar sem provocação, de que um time da capital aqui, só para os senhores ficarem sabendo como é que funciona, ofereceu, no dia 23 de junho, a um atleta que se chama Rafael Nunes, um contrato de R\$200,00 por mês, dois anos, sendo que nos últimos três meses ele recebia R\$40 mil de luvas.

Com essa mágica, ele conseguiu passar o contrato para R\$374 mil, o valor do passe. Paga 22 meses de R\$200,00 e depois o passe vale trezentos... Também sou auditor da Justiça Desportiva do Estado do Rio Grande do Sul, e a Federação tem uma posição totalmente contrária a que os dissídios trabalhistas sejam julgados em primeira instância ou em grau especial pelo tribunal. Até porque na outra na outra Comissão, da Câmara, já saiu uma coisa fantástica. Estão propondo um projeto de lei onde seja criado, em que o TJ seja formado por sete pessoas. Três indicadas pela administração. E quem não se lembra, a administração é indicada pelos clubes. Três pela administração, três pelo clube e um pela OAB. Nenhum jogador poderá ser julgado por isso. Se quiserem, a lei já deu mecanismos, que formem comissões de negociações coletivas. Os nossos indicados já ofereceram para os clubes. Os clubes não têm interesse em suprir isso.

E, tirando a preocupação do Dr. Sérgio, concordamos que tem que ser regulamentada a matéria...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — ...faz necessário para que se possa desenvolver o talento, desde a infância, especialmente procurando retirar das ruas os menores menos favorecidos pela sorte. A essa preocupação, o projeto do Senador Pedro Piva, já aprovado nas Comissões, inclusive no Plenário do Senado Federal, quinta-feira passada, exatamente, e deve, agora, ser apreciado pela Câmara dos Deputados. Além de destinação de recursos para os esportes olímpicos na preparação do nosso País para o enfrentamento nas Olimpíadas, esse cuidado com o estímulo ao esporte nas escolas, especialmente na periferia das cidades. É um projeto do Senador Pedro Piva já em tramitação na Câmara dos Deputados.

Antes de concluir esta reunião, nós passaremos a palavra ao Senador Geraldo Althoff, Relator desta CPI, para que faça a síntese das sugestões apresentadas na reunião de hoje.

O SR. GERALDO ALTHOFF — Sr. Presidente, além das propostas já apresentadas poucos minutos atrás pelo nobre Deputado, nós gostaríamos de sumarizar aquilo que identificamos como propostas apresentadas em vários níveis a esta relatoria.

Primeiro, com relação ao novo ordenamento a ser proposto:

legislação de garantias mínimas, que crie mecanismos de regulação nos moldes das agências reguladoras;

elaboração de uma norma geral, dividida em livros assim ordenados: Desporto Educacional, Des-

porto de Participação, Desporto de Rendimento Profissional e não-Profissional e Justiça Desportiva, assunto em que, com certeza, nas nossas primeiras reuniões, deveremos já entrar com ampla discussão.

Com respeito à relação jogador e clube:

— concepção de instrumento trabalhista desportivo específico, tendo em vista as características próprias da atividade do futebol;

— fortalecimento das entidades representativas dos jogadores e dos clubes;

— criação de amplo espaço de negociação coletiva entre as partes.

Com relação à organização do futebol brasileiro:

fortalecimento dos clubes como *cellula mater* do futebol, por meio da formação de ligas. Lembrar que a causa precípua desta CPI é, sem dúvida, o clube de futebol. A instituição clube de futebol tem que ser mantida, tem que ser preservada;

concepção de calendário compatível com as necessidades e possibilidades do futebol brasileiro, mediante amplo planejamento. Quero dizer a você, Falcão, que, em todas as nossas audiências públicas, o calendário foi colocado como prioridade de proposta da sociedade civil em relação à melhoria da qualidade do futebol brasileiro;

concepção de mecanismos que evitem casuísmos na elaboração do calendário e reserva de mercado no futebol brasileiro.

Por último, com relação à necessidade de regulamentações específicas, teríamos os seguintes itens:

— regulamentação da atividade do agente desportivo nos moldes do chamado agente Fifa;

— regulamentação do direito de imagem do jogador de futebol — considero extremamente importante, também;

— emenda ao art. 65 do Estatuto do Estrangeiro, de modo a proibir a atuação de supostos empresários estrangeiros que entram no País com passaporte de turista.

Sr. Presidente, essas eram as nossas colocações, buscadas por meio da nossa assessoria, como propostas que levamos desta audiência pública e que serão consideradas, com certeza absoluta, no processo de discussão que iniciaremos em agosto, com um grupo de trabalho com dez pessoas, aproximadamente. Com certeza, seria esse grupo de trabalho o grande responsável pela elaboração do nosso relatório. Eu sei mais um dentro de um contexto de representatividade de várias áreas, a fim de que, realmente, nós consi-

gamos fazer um relatório que responda aos anseios daqueles que gostam do futebol no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Relator, Senador Geraldo Althoff.

Nós estivemos em Recife, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Curitiba e, hoje, em Porto Alegre, colhendo sugestões certamente importantes, além daquelas que estamos recolhendo no dia a dia do trabalho da CPI no Congresso Nacional. E esperamos, ainda, no decorrer dos próximos meses, até setembro, outubro, receber inúmeras sugestões, algumas inteligentes, para que, na síntese, possamos encontrar aquele mínimo de legislação que se deseja, capaz de estabelecer o marco de um novo rumo para o futebol do nosso País.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se me permite, Sr. Presidente, dentro desse seu raciocínio, colocarei à disposição o e-mail da nossa CPI: . Estamos inteiramente à disposição para recebermos essas solicitações.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Senador, é da maior importância essa participação. Quanto mais cabeças contribuírem, certamente melhor será a legislação, além de ser o resultado de uma participação democrática de especialistas, de grandes talentos do futebol, como o Falcão e outros, de juristas, de dirigentes, enfim, de cronistas esportivos. Aliás, a crônica esportiva é uma inspiração permanente aos trabalhos desta CPI.

Queremos destacar que, no mês de agosto, a CPI viverá momentos polêmicos certamente, na fase final das investigações, com a conclusão do trabalho de investigação relativo a fatos graves que envolvem administradores do futebol no Brasil. E, certamente, no mês de setembro, o trabalho profícuo da assessoria, comandada pelo Senador Geraldo Althoff, na busca do relatório final, que será seguramente aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito – é o que desejamos –, e remetido ao Ministério Público, para produzir efeitos de natureza jurídica, com a responsabilização civil e criminal, se for o caso, com a denúncia do Ministério Público, para que o Poder Judiciário possa promover o julgamento, condenando ou absolvendo eventuais envolvidos em ilícitos praticados no mundo do futebol, que certamente gira em torno dos clubes, como aqui muito bem se destacou.

Queremos muito mais do que a penalidade, a responsabilização civil e criminal; queremos que esta CPI possa ser o palco para que uma nova legislação venha a produzir resultados efetivos, transformando o

futebol brasileiro em uma paixão nacional, orgulho do povo brasileiro, e em uma atividade econômica de rentabilidade maior, capaz de contribuir de forma mais eficiente, realizando esse sonho de todos nós, de um país desenvolvido, fraterno, solidário e cristão.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h57min.)

43ª Reunião realizada em 28-8-01.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dez horas e vinte minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores, Ney Suassuna, Geraldo Althoff, Álvaro Dias, Geraldo Cândido e Antero Paes de Barros, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol. Compareceram também o Senhor Senador Nilo Teixeira Campos e os Deputados Federais Márcio Fortes e Aldo Rebelo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida apresenta Ofício de nº 480/01-CPI “Futebol”, encaminhado ao Excelentíssimo Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, “Representação Criminal” contra a pessoa do Deputado Federal Eurico Angelo de Oliveira Miranda. Ato contínuo a Presidência informa ao plenário que na presente reunião será ouvido o Dr. Marcio Braga, ex-presidente do Clube de Regatas do Flamengo, passando-lhe a palavra para suas considerações iniciais. Logo após o senhor Relator Senador Geraldo Althoff, agradece ao depoente pela explanação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está aberta a 43ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Como de praxe, o Plenário desta Comissão abre mão da discussão da Ata, permitindo que a consideremos aprovada.

Está presente hoje o Dr. Márcio Braga, ex-Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, ex-parlamentar que honrou com seu mandato o Congresso Nacional e nos honra hoje com a sua presença, como convidado, para trazer a sua contribuição, especialmente no que diz respeito à necessidade de propormos uma nova legislação para o desporto nacional.

Antes de ouvi-lo, queremos registrar em ata nova representação criminal que estamos encaminhando ao Procurador-Geral da República contra o Deputado Federal Eurico Ângelo de Oliveira Miranda, com base na Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, art. 4º, que diz “constituir crime impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena – art. 329 do Código Penal.

Como todos sabem, essa representação teve origem nos fatos ocorridos quando da diligência realizada por profissionais que atuam assessorando esta CPI junto ao Clube de Regatas Vasco da Gama, do Rio de Janeiro.

Portanto está encaminhada esta representação criminal ao Procurador-Geral da República.

Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff, entendo ser do nosso dever também, na abertura dos trabalhos de hoje, repudiar em nome do Senado Federal as agressões contra ele proferidas pelo Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da CBF.

O País tomou conhecimento através de gravação realizada pela rádio Gaúcha, de Porto Alegre, de palavras de baixo nível proferidas pelo Sr. Ricardo Teixeira contra Senadores.

Como é prática entre nós, tanto o Senador Geraldo Althoff quanto eu jamais consideramos as agressões contra nós assacadas, mas repudiamos com veemência aquelas assacadas contra a instituição que aqui representamos, o Senado Federal. E não podemos admitir que quem quer que seja possa se julgar no direito de pressionar Senadores a votar contra sua própria consciência.

Foi o que pretendeu o Sr. Ricardo Teixeira a conclamar os seus comandados, dirigentes de federações de futebol do País, a pressionarem Senadores com o objetivo de rejeitarem o relatório a ser proposto pelo Senador Geraldo Althoff para o dia 6 de novembro.

Não há dúvida de que esse fato por si só é revelador da mentalidade dos dirigentes do futebol do nosso País. Evidentemente sem a generalização in-

justa, mas a mentalidade de boa parte dos nossos dirigentes, que imaginam ser proprietários do futebol, parte do patrimônio cultural do povo brasileiro, e como tal deveria ser gerido pelos nossos representantes. Esta mentalidade de prepotência, de arrogância é própria de alguns dirigentes do futebol do Brasil acostumados à impunidade.

E o objetivo desta CPI foi sempre e sobretudo sepultar a impunidade, que tem sido o grande estímulo para a corrupção na administração do futebol de nosso País, ora sob investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Feito esse registro e esse protesto, Sr. Relator, Srs. Senadores, senhores que nos honram com a presença neste dia, vamos iniciar os trabalhos desta reunião, ouvindo o ex-Deputado Márcio Braga, ex-Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, a quem, desde já, agradecemos pela contribuição por certo importante que prestará aos trabalhos desta CPI.

Passamos a palavra ao nosso convidado, Márcio Braga.

O SR. MÁRCIO BRAGA – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff, Sr. Deputado Miro Teixeira, Sr. Deputado Márcio Fortes, meus companheiros, jornalistas, assessores aqui presentes, bom-dia a todos, porque não tive oportunidade de cumprimentá-los.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Presidente e ao Relator desta CPI pela oportunidade de falar em nome de várias pessoas. Estou aqui representando uma linha ideológica, um pensamento sobre o nosso desporto e venho expor idéias que devem, de acordo com nosso ponto de vista, embasar a reestruturação do futebol brasileiro ou a reestruturação do esporte brasileiro, com a criação de um novo modelo para o nosso futebol.

Estou acompanhado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, do professor e sociólogo Eduardo Manhães, autor de um belo trabalho sobre **Sociologia do Esporte**, livro premiado e citado na CPI da Câmara dos Deputados; do professor Joaquim Inácio Cardoso Filho, do Ministério da Educação, do professor Otávio Teixeira, ambos nossos velhos e antigos companheiros do trato das coisas do esporte. Também trago aqui a linha de pensamento de alguns que não estão presentes, mas que pretendo citar: professor Manoel Gomes Tubino, do professor Bruno Luís Ribeiro da Silveira, do jornalista Juca Kafari e do Senador Artur da Távola (Paulo Alberto Monteiro de Barros), que como companheiro de Câmara dos Deputados foi o Relator da Lei Zico, a nossa pedido. Quando

da tramitação da Lei Pelé foi o Relator, no Senado Federal, daquela legislação. Ele nos tem acompanhado e temos discutido essas questões do esporte desde há muito tempo porque somos companheiros de juventude no Rio de Janeiro.

Pretendo aqui exatamente passar a linha de pensamento dessa nossa gente, desses nossos ilustres companheiros para a formatação de uma agenda de reestruturação do esporte e modelo novo para o futebol. Não vou me aprofundar. Vamos dar aqui linhas gerais para não nos estender muito e não ficar aqui num didatismo que não leva a nada. Deixamos isso para os trabalhos posteriores com a assessoria. Também não viemos aqui denunciar quem quer que seja ou trazer material investigativo. Não. A nossa proposta é simplesmente o futuro, a proposta para o futuro.

Agradeço ao Deputado Aldo Rebelo pela sua presença.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, há pontos que devem ser ressaltados, que devem compor essa agenda de reestruturação. O primeiro deles é a gestão profissional no futebol. O que tem acontecido? O que aconteceu, o que origina o que estamos vivendo? Esse desastre todo que estamos vivendo? Nos anos 30, lá se vão 70 anos, o futebol se profissionalizou. Ou melhor, não foi o futebol que se profissionalizou. Os atletas de futebol começaram a receber remuneração pela prática do desporto futebol. Aquilo criou uma grande cisão. Aquele fato, passado em 1932, 1933, virou uma grande cisão, principalmente nos grandes centros, Deputados Aldo Rebelo. Em São Paulo e no Rio de Janeiro duas agremiações se profissionalizaram e duas continuaram na liga amadora. Para formar a Seleção brasileira que representou o País na Copa do Mundo em 34 foi um grave problema. E mais grave ainda a Seleção de 38 que seguiu para a Itália, porque não se conseguia conjugar os melhores profissionais e os amadores. Já estamos vivendo o Estado Novo, e o ilustre Presidente Getúlio Vargas convocou um grande jurista do Rio de Janeiro, um grande botafoquense – que viveu há até bem pouco tempo, morreu com mais de 90 anos –, um grande jurista e um grande desportista, chamado João Lira Filho. João Lira Filho, a pedido do Presidente, organizou, disciplinou o desporto nacional, criando essa estrutura que vige até hoje e foi baixada por decreto do Presidente Getúlio Vargas em 14 de abril de 1941 e que tomou o número 3.199. Foi esse decreto que deu essa hierarquia, essa disciplina, essa estrutura verticalizada que permanece até hoje no País, apesar de todas as legislações posteriores. A 6.251, a Lei Zico, a

Lei Pelé, as modificações, a estrutura é a mesma. Ou seja, confederação, federação, liga no Município, base e clube. O braço do Estado nas coisas do esporte no art. 2º, criação do Conselho Nacional do Desporto. Essa estrutura que vige até hoje é que tem que ser destruída, tem que ser abandonada. Tentamos isso na Lei Zico, conseguimos em parte. A Lei Pelé nada mais fez do que repetir a Lei Zico em 65% dos seus artigos, só trazendo de novidade dois segmentos: o passe e o clube empresa, mais nada. De resto, só repetia a Lei Zico. A Lei 6.251, que é de 1975, nada mais foi do que uma compilação das normas, portarias, resoluções do Conselho Nacional do Desporto de 1941 até aquela data de 1975. Aliás, vivíamos então a ditadura de Vargas e naquele período um governo militar autoritário. Então também não trouxe inovação nenhuma e se manteve aquela mesma estrutura. Ora, quando chegamos mais à frente, em 1988, tivemos a oportunidade de, seguindo o pensamento moderno do esporte no mundo, não apenas no Brasil, o esporte praticado como direito do cidadão. O esporte tem essa característica no mundo moderno. O cidadão tem direito à educação, à saúde, à prática esportiva. E achávamos nós que com o texto constitucional aprovado, com a autonomia dada às organizações, às entidades de prática, às entidades de administração, o esporte formal e não-formal. Sendo definido no texto constitucional, bastaria uma lei com dois artigos para que tivéssemos o esporte organizado pela sociedade. A lei diria no art. 1º: é livre a prática do desporto em todo o território nacional. Art. 2º: revogam-se as disposições em contrário.

Deixava a sociedade, de acordo com o texto constitucional, se organizar. Essa idéia persiste nas pessoas aqui citadas por mim até hoje. Há necessidade de uma nova legislação para consertar esse passado recente, as distorções desses conceitos que foram produzidos criminosamente e que levaram a esse desastre que presenciamos hoje, do dirigente marrom na legislação, que criou o atleta marrom. Acabamos com isso com a Lei Zico. Acabamos na Constituição e em seguida, mas que persiste até hoje, em razão da verticalização estabelecida em 1941.

O decreto – e devem lê-lo aqueles que se interessam pelas questões do esporte – de Getúlio fala em eugenia da raça. O decreto fala que o esporte foi regulamentado pela disciplina. Esses conceitos, se os senhores pensarem bem, verificarão que nas nossas relações pessoais, até hoje vigem. Esse espírito, Senadores, está patente até hoje, porque consolidou monopólios. Só aqueles podem praticar, podem se organizar e vão cumprir tais normas que emanam de

entidades internacionais. Só eles podem regular essa matéria. Aí está o erro, e é isso que temos de corrigir.

Aliás, aproveito aqui para fazer um parêntesis, já que vejo aqui o Deputado Aldo Rebelo. Querido Aldo, li o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Ex^a presidiu na Câmara dos Deputados – ele está comigo. E li a legislação que V. Ex^a e o Deputado Sílvio Torres apresentam. Não corrige esse grave defeito. Aí está o problema. São 214 artigos, parece-me. Colocaram ali realmente remédios para a doença que sofre o esporte brasileiro de diversas qualidades, mas não quebra a espinha dorsal. Não quebra essa verticalização, essa hierarquização, o grande desastre que nos levou a essa situação de hoje. Aproveitei para fazer esse parêntesis porque depois gostaria de discutir pessoalmente com V. Ex^a e o Deputado Sílvio Torres essas questões, aprofundando-as, mesmo por que daqui do Senado certamente surgirá também um projeto que deve abarcar várias das idéias contidas naquela proposta legislativa.

Voltemos ao tema central. Vamos ao que consideramos que deve constar de uma legislação que vá criar uma nova estrutura e um novo modelo para o futebol. Em primeiro lugar, a lei deve ser principiológica. Ela deve conter algumas razões, as questões de autonomia, de soberania, de emancipação, conceitos que já estão muito bem definidos, principalmente na Lei Zico, porque foi a primeira, e a Lei Pelé nada mais fez do que copiar os conceitos de autonomia, de democratização, liberdade, de direito social, de diferenciação, de identidade nacional, de educação, principalmente, de qualidade, de descentralização, de segurança e de eficiência.

Começaria, aliás, pela educação, porque se a lei é principiológica tem que começar o esporte a nível de Estado, é uma questão da Educação, não do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Indústria e Comércio ou Ministério do Desenvolvimento. Esporte, visão de Estado, é a questão da Educação.

Aliás, nisso Getúlio acertou, colocando o CND no Ministério da Educação. No Governo Itamar trouxemos novamente o desporto para o Ministério da Educação, de onde nunca deveria ter saído. Saiu de lá e aconteceram todos esses problemas que temos visto através do Indesp.

Principiológica, ela deve conter no campo do futebol profissional alguns conceitos. Primeiro, a questão do atleta. O atleta é atleta, o esporte é um só. Não adianta querer falar que é rendimento, ou isso ou aquilo. A vertente, como disse o professor Otávio Teixeira, são duas. É o desporto praticado de forma ama-

dorística, não competitiva e o desporto de competição. Não existe outra classificação. Esporte é esporte como um todo, e atleta é atleta. Para facilitarmos a identidade desses atletas, podemos classificá-los como atleta amador, profissional, porque recebem remuneração pela prática com contrato assinado, e o não-profissional, que recebe incentivo. Não é o esporte que é profissional ou não-profissional, ou o esporte amador. O esporte é um só. O atleta é que pode ser profissional ou não-profissional.

Temos que fazer o Estatuto do Atleta no Brasil. O que falha é que por volta de 1930 criou-se a profissionalização do atleta de futebol. Em 1975, criou-se a Lei 6.534, a Lei do Passe, e de lá para cá não há nada que consista numa legislação que deixe claro quais são as obrigações, as vantagens e os direitos do atleta profissional, não-profissional ou amador.

Não podemos, Senadores Geraldo Althoff e Senador Álvaro Dias, neste momento, sem uma reestruturação, criar o Estatuto do Atleta – não é do atleta profissional, mas do atleta – e ali classificá-los nessas diferentes atuações, como o faz a Constituição.

Outro segmento que não pode deixar de ser regulado é o do chamado clube-empresa. Não há nada de inconstitucional quando falam nisso, Senadores. É um grande engano que esses corruptos digam que não se pode fazer, porque é inconstitucional. Não é inconstitucional nada. Dizem que é inconstitucional para continuarem levando vantagens por baixo dos panos, atrás dos panos, por baixo das mesas. Essa é a realidade.

O desporto praticado por atletas profissionais tem que ser administrado por profissionais – chamemos de gestão profissional. Tem que ser organizado como empresa, trazer para a luz do dia, para a transparência, todos esses contratos, sejam contratos de patrocínio ou de trabalho. Trazer para a luz do dia, para a transparência, que somente a Lei das Sociedades Anônimas e outras – não sou capaz descer a detalhes – dão na legislação brasileira.

Ou seja, se o Flamengo participa de competições com atletas profissionais, quem administra esses atletas profissionais é uma empresa profissional. Tem que haver uma gestão empresarial, profissional. A atividade, se vai reunir vários agentes, terá uma entidade de administração, tem que ser profissional. E não vamos dizer o que já ouvi aqui na CPI, e em outros lugares: Ah! Mas, como? Vamos transformar o Flamengo, o Flamengo que tem 105 anos de idade, em uma empresa? Ora, esses clubes centenários representam as melhores tradições no Esporte Brasileiro, é verdade. Tudo isso, é verdade, mas nada disso

impede, que as atividades profissionais praticadas por aquele clube, por aquela entidade, com atletas profissionais, seja gerido por empresa, e que deve pertencer ao clube. Não é inconstitucional coisa nenhuma. Isto apenas vai quebrar aquela hierarquia e vai trazer para a transparência da Lei das Sociedades Anônimas, a prática desses esportes.

Não vamos confrontar com o Comitê Olímpico Brasileiro, com o Comitê Olímpico Internacional, que distingue modalidades de Esporte, como o volei e o basquete. Para efeito do Comitê Olímpico Internacional, são segmentos não profissionais. Como vão nos enganando nessas histórias todas. Quando fizeram o **dream team** de basquete para disputar as Olimpíadas, o **dream team** americano é a atividade mais profissional que existe no mundo esportivo. Quer dizer, eles escolhem, e não se esqueçam daquele atleta - prestem atenção, estamos falando de Comitê Olímpico Internacional - daquele atleta índio, americano que depois de ganhar duas medalhas de ouro, na competição em 1930, perdeu-as, por ter ganhado um dólar numa corrida amadorística. Não se esqueçam do escândalo que foi Mark Spitz, ganhou, em natação, sete medalhas de ouro numa competição olímpica.

Na última delas, para receber a medalha do Presidente do Comitê internacional, subiu ao pódio descalço, carregando o tênis nos dedos da mão. O tênis para ser filmado, o tênis Adidas, de onde ele deveria receber alguma comissão. Esse foi um grande escândalo, mas não perdeu as medalhas. Então, estamos convivendo, ainda com esse tipo de relação, mas de uma forma hipócrita. A verdade é essa. Aqui no Brasil, não avançamos no campo legislativo, na questão da profissionalização. Não se esqueçam, também - e é bom citar - que o nosso técnico Flávio Costa, morto agora recentemente, no ano passado, com mais de 90 anos de idade, técnico da Seleção Brasileira em 1950, quando, agora, em 1970/80, fez uma afirmação que corre na boca de todos os desportistas: o futebol só evoluiu da boca do túnel para dentro do campo. E tem toda razão, porque da boca do túnel para dentro, a questão da profissionalização do atleta e do dirigente, o que avançou? Na gestão profissional empresarial dessas grandes entidades de prática que são esses grandes clubes de massa no Brasil, o que evoluiu? Este deve ser o compromisso desta Comissão Parlamentar de Inquérito, na sua agenda reestruturadora, ou seja; definir claramente o estatuto do atleta, a questão da gestão profissional.

Agora vou entrar num outro ponto que também me parece de fundamental importância, tanto quanto os dois anteriores. Desejo dizer que não sou profissio-

nal do esporte; pois não vivo disso, mas convivo com isso há muitos e muitos anos. Em 1963, ou de 1973 a 1976, eu fui juiz auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportivo da CBD, da Confederação Brasileira de Desportos, que naquela época administrava o futebol e mais onze modalidades esportivas: remo, basquete e volei. Aliás, o decreto de Getúlio Vargas, de 1941, criou o CND, na área do Poder Estatal, e a CBD na área das atividades privadas. Convivi com essa legislação, que julgava semanalmente infrações disciplinares e das competições, durante treze anos. Depois, já fui seis vezes Presidente do Flamengo, oito anos Deputado Federal, Secretário Nacional de Desportos; passei uma vida, de 1963 para cá, lidando com essa legislação. Onde está o erro? Já me cansei - ou já nos cansamos. Eu não estou falando aqui em meu nome. Estou falando em nome de todos esses professores e de todos esses sociólogos. Estou falando o que pessoas muito mais inteligentes do que eu pensam. Eu tenho apenas a experiência.

Senhores, o Código Brasileiro Disciplinar foi feito pelo CND, há muitos anos. Foi aprovado por portaria do Ministro da Educação. Ora, como é que nós vamos regular essas atividades altamente profissionais, como é que vamos apenas um atleta com a suspensão do prazo do contrato de trabalho usando uma lei que não é lei, é uma portaria? Como é que se vai aplicar pena pecuniária a um atleta profissional sem lei que defina isso?

Senhores, nós convivemos com isso até hoje. Fazem falta um código de organização judiciária e uma lei de penas aprovados pelo Congresso Nacional. Isso faz grande falta. Foi isso que provocou o desastre que está aí, porque os dirigentes não são julgados por ninguém. Os grandes feitos, os grandes conflitos acabam não sendo julgados.

Vejam o caso do Flamengo. Em 1992, o Presidente da CBF, a Diretoria da CBF cometeu um ilícito civil, matéria de aspecto constitucional até, que chegaria ao Supremo Tribunal. O Flamengo sublevou-se contra isso e foi à Justiça Comum - diz a Constituição que o Tribunal de Justiça Desportiva julga as infrações disciplinares e das competições. Ela não excluiu a Justiça Comum. E ninguém excluiu a Justiça Comum. Nem aqui nem em qualquer outro país democrático do mundo. O Flamengo entrou também na Justiça Desportiva. Quando se viram acuados, levados ao córner do ringue, os dirigentes da CBF apelaram para a Fifa, que puniu o Flamengo. Uma entidade de direito internacional privado, à qual o Flamengo não é filiado! Ela puniu o Flamengo, um clube brasilei-

ro filiado, naquela oportunidade, apenas à Federação Carioca de Futebol – não havia outro tipo de filiação.

Sabem o que fizemos? Além do processo judicial no Rio de Janeiro e na Justiça Desportiva, entramos com um processo contra a FIFA, em Zurique. Quem ganhou? O Flamengo. Recuaram lá. A CBF puniu o Flamengo aqui.

Eu quero dizer aos senhores, para concluir esse aspecto, que o processo esportivo, o processo que o Flamengo impetrou junto ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva da CBF não foi julgado até hoje. Não foi julgado até hoje! Aonde vão essas relações? O que facilita essa legislação? Se nós não tivermos, neste momento de reestruturação, de criação de um novo modelo, um código de organização judiciária e a lei de penas votados pelo Congresso Nacional não vamos a lugar nenhum. Nós vamos estar colocando esparadrapo, algodão, tampão na legislação antiga e nada vai mudar.

Outro dia, um companheiro meu do Flamengo me disse: “Márcio, a ocasião faz o ladrão. Nós temos de mudar a ocasião”. Nós temos de mudar a ocasião. Como é que nós vamos mudar a ocasião? Fazendo essas transformações: definição do **Estatuto do Atleta, Prática de Gestão Profissional, Código de Organização Judiciária do Desporto** que, no meu ponto de vista ou no nosso ponto de vista, o Tribunal de Penas deve ter a Junta Disciplinar que pega a peça **mater**, a peça principal do processo judicial desportivo que é a súmula do árbitro. Pega-se a súmula do árbitro e se define a punição sem efeito suspensivo. Não se pode dar efeito suspensivo no esporte - “O Leonardo deu uma cotovelada no lateral direito da Seleção americana”. O juiz colocou na súmula: 7 partidas. Está fora da Copa do Mundo. Que absurdo. Não teve o contraditório, não teve o direito de defesa. Como é que se vai julgar um atleta que deu uma cotovelada na cara do outro e o lesionou, tirando-o do campo? Mas em qualquer lugar que haja, realmente, equilíbrio imparcial de julgamento - Tribunal de Penas, Junta Disciplinar. Em alguns casos deve, evidentemente, caber recurso para um Tribunal de Justiça - o Tribunal de Justiça da Entidade organizadora daquele evento - e deve-se criar, nesse **Código de Organização Judiciária do Desporto** um único Superior Tribunal de Justiça Desportiva - um só, em Brasília, federalizado. Então, os recursos que, hoje, chegam à Justiça Comum, à Justiça do Trabalho, muitos deles serão julgados por esse Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Então, aí, você tem as definições claras - da reestruturação: a gestão profissional, tanto das entidades de prática quanto das entidades de administração no

que diz respeito à regulamentação das atividades de profissionais, ao **Estatuto do Atleta**, ao **Código de Organização Judiciária** e à lei votada no Congresso - o **Código de Penas**.

Para terminar, eu gostaria de trazer, aqui, também, o que considero indispensável constar dessa reestruturação do desporto brasileiro. E parece-me muito simples esse pensamento que volto a dizer que não é meu mas de todos nós que convivemos, ali, com essas pessoas aqui citadas.

Prestem atenção: o que se fez em 1941 foi a intervenção estatal nas atividades privadas do esporte em razão de um conflito estabelecido com a profissionalização no futebol. O Estado interviniu e nomeou o seu agente regulador que seria o Conselho Nacional de Desporto. Nós, agora, temos que fazer - e está, aí, o conflito estabelecido. Está, aí, o desastre - a corrupção campeando... Afinal, todos esses que não preciso enumerá-los. O que temos que fazer neste momento? Trazer, novamente, o Estado para dentro da iniciativa privada do esporte? Fazer o mesmo movimento e o mesmo erro cometido em 1941. É óbvio que não, meu Deus do céu. É óbvio que não e está tão na cara que não. O que se tem que fazer é, exatamente, o movimento inverso. Tem que se trazer o segmento esportivo para se fazer representar junto ao Estado e como, modernamente, se faz isto? Com essas entidades privadas de caráter público ou entidades públicas de caráter privada, afinal, as agências reguladoras. Nobre Senador, o que o Brasil está precisando no campo do esporte são desses três pontos e mais uma agência reguladora porque, ali, se terá resolvido questões como as que vou até enumerar: Veja como é importante: quem resolve os conflitos internacionais? Olhem, a Lei Pelé no seu § 2º, comete um grave erro nessa questão. Na Lei Zico, determinou-se que “a prática esportiva formal é regulada por normas e regras nacionais e por regras internacionais aceitas em cada modalidade”. Ou seja, a norma é nacional; a regra pode ser internacional – isso é claro, óbvio. São organizações como a Fifa, a Fina e outras que baixam as regras das competições. Se baixam normas, qual é o erro? A Lei Zico fala isso. O que consta na Lei Pelé? Copiaram mal. O texto é o seguinte: “A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais”. Quer dizer, normas internacionais devem vigor no País sem passar por nenhuma análise, por lei brasileira. Que grave erro!

Ora, as organizações de Direito Internacional Público – a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a ONU, a Unesco – baixam normas por meio de resoluções e de reco-

mendações. Quem as aprova para viger no País? O Congresso Nacional. Querem que, no campo do Direito Internacional Privado, normas internacionais vigorem no País sem qualquer análise. Isso é um absurdo. É insuportável para qualquer brasileiro. Isso não pode ser regulado dessa maneira. Por isso é que, quando são apertados pela corrupção instalada, eles alegam: “A Fifa vai suspender o Brasil, a Fifa vai tirar o Brasil da Copa do Mundo”. Eles querem que normas internacionais vigorem aqui.

Essa agência reguladora deve ser a que faz a análise dessas normas, se não é o Congresso Nacional, por não se tratar de matéria de ordem pública, de entidades de Direito Internacional Público. Mas as entidades de Direito Internacional Privado ligadas ao desporto têm que passar pela agência reguladora.

O segundo exemplo é o seguinte: e se houver um conflito entre entidades nacionais de administração? Por exemplo, a Confederação Brasileira de Judô resolve fazer uma competição de hipismo, porque o hipismo está dando mais dinheiro. Eles vão arrecadar no hipismo, para investir, dizem eles, no judô. Quem vai resolver esse conflito? A agência reguladora vai estar ali pairando – ou o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, em nível federal –, para resolver essas questões.

Vejam um terceiro exemplo, tão claro: o **doping**. A questão do **doping** hoje é uma questão só do desporto? A questão do **doping** é um problema de nível internacional? Quem resolveu isso? O Comitê Olímpico Internacional está lá enrolado. Dentro do País, uma atleta, na semana passada, foi expulsa do esporte por uso de droga. Será que ela a usou? Será que não a usou? Será que aquilo é droga? A droga é conceituada lá fora? Essa questão, meus amigos, pode destruir o esporte e tem que merecer uma análise não política, mas científica. Quem pode fazer isso? A agência reguladora, pois não há outra instância.

Querem ver uma outra questão que não é só nossa, mas que é internacional? E é preciso haver uma agência reguladora para coibir os excessos praticados no esporte. Trata-se da questão da violência. Não se pode deixar essa questão ser resolvida pela Confederação Brasileira de Boxe, que faz com que um menino de seis anos compita dando soco na cara de outro menino. É a confederação – na hierarquia da Lei nº 3.199, que vige até hoje – que está em cima, por cima de tudo, de toda a estrutura. Menino dando soco na cara de outro com seis anos de idade? Quem é que coibir isso? O Comitê Olímpico vai fazer alguma coisa?

Vou-lhes contar uma outra história, mais próxima de todos nós, embora essa nos seja muito próxima também. O atleta Adalberto, lateral esquerda do Flamengo, jogava no Copa-Leme, no Posto 2, e chegou a ser convocado para compor a Seleção Brasileira de Futebol, mas quebrou a perna. O Dal nunca mais voltou a jogar futebol, porque a fratura não consolidou. Outro dia, encontrei-me com ele, que foi formado no Flamengo e mora e foi criado na mesma rua em que mora minha mãe, que já está com 91 anos. Naquela oportunidade, contou-me que foi assistir a um jogo de futebol do seu filho de oito anos de idade. Disse-me que o menino pegou a bola, driblou um, dois, três jogadores. O professor, então, apitou e o mandou sair, porque havia driblado três meninos e a ordem para um menino de oito anos é tocar a bola e passar. Começam a dar noções técnicas para um menino de oito anos! Imaginem a atrofia que estão produzindo na formação dessas crianças, porque a prioridade é a competição. O que se prioriza é pegar o contrato desse menino, com quinze anos, pegar um procurador e assinar, para ganhar dinheiro. Quem pode regular isso? Ou os senhores pensam que a Confederação Brasileira de Futebol, aqui nas alturas, irá regular isso lá embaixo? Alguém pode imaginar isso? Estou querendo mostrar que a estrutura verticalizada tem que acabar, tem que ser horizontalizada.

Voltando ao último ponto, significa, modernamente, no campo do futebol, o que têm dito o Senador Geraldo Althoff e o Senador Álvaro Dias: a criação da Liga.

Mas, para dar respaldo à criação dessa Liga, Senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias, precisamos da estrutura judiciária do estatuto da agência reguladora, sob pena de desmoralizarmos a Liga. Eles vão desmoralizar a Liga! Eles já estão desmoralizando a Liga! Eles farão a Liga para eles e é aí que está o problema. Se não for apresentada uma estrutura nova, um modelo novo, a Liga será dos que já são donos da situação. Esse é o perigo.

Volto a dizer, estou aqui falando em nome de pessoas que pensam isso há mais de trinta anos. Algumas pessoas, inclusive, estão presentes. Uma delas é o Professor Manoel Tubino, com tese de doutorado em educação física. O Professor Manoel Tubino é o primeiro mestre de educação física com doutorado no exterior. Temos pensado profundamente no assunto, receosos de que pessoas indevidas se apoderem dessa Liga, se não houver a reestruturação como base.

Inclusive, pensamos que o nome “Liga” talvez não seja bom, porque a expressão, em função da Lei

nº 3.199, está ligada ao amadorismo. A Liga é a entidade de administração, nos Municípios, do desporto, porque não pode ser profissional.

Sugerimos uma nova nomenclatura: Aliança Profissional de Futebol. Não estaremos criando nada de novo, pois isso já existe nos Estados Unidos, principalmente no basquete, mas creio que o mesmo também ocorre nas demais modalidades.

Apresento também a idéia da conferência. Há a Conferência do Leste, do Oeste, do Centro-Oeste. O que é uma conferência? Uma união de ligas e não de clubes. Os clubes formam as ligas e, essas, as conferências.

Vim aqui a convite e sinto-me muito honrado em voltar ao Senado Federal. Estou com 65 anos de idade e há quarenta estou nessa briga. Não tenho mais tempo, não vou assistir ao seu desfecho, se a legislação não for modificada e, conseqüentemente, a estrutura que se consolidou de 1941 para cá. Estamos brigando contra isso há trinta, quarenta anos, e não tenho mais trinta ou quarenta anos de vida para assistir a essa mudança. Essa mudança ocorre agora ou não vai mais acontecer, pelo menos para eu ver e quero assisti-la.

Hoje, temos todas as condições políticas, externas e internas no Congresso Nacional para promover essa modificação estrutural, a gestão da criação de um novo modelo, que, do nosso ponto de vista, só será implementado se tivermos o Estatuto do Atleta e o Código de Organização Judiciária, se for definida a gestão profissional e a criação da Liga como base fundamental da transformação.

O João Henrique Areias, homem de marketing, que veio da IBM, é um dos nossos. Em 1987, o tiramos da IBM e o levamos para o Flamengo. Ele cresceu tanto que, hoje, é um profissional renomado, já tendo trabalhado nos Estados Unidos. Atualmente trabalha na Espanha, mas, de passagem no Rio de Janeiro. Neste fim de semana, nos reunimos durante duas horas para reestruturar o calendário do futebol brasileiro.

Qualquer menino que esteja aprendendo o bê-a-bá do futebol sabe fazer um calendário para o futebol brasileiro. Isso é um bobagem e está escrito para todos que quiserem ler. É tão simples e tão óbvio. São 52 semanas no ano fiscal e no ano desportivo. Como são quatro semanas de férias, restam 48. Descontando duas semanas destinadas à preparação do atleta, ainda temos 46. Dessas, duas são para o período do Natal, totalizando 44 semanas. Então, temos 44 datas para a prática do futebol. São 44 datas nobres, são 44 datas de fim de semana e 44 datas de

meio de semana. Na verdade, são 88 datas. E qual é o clube que pode jogar 88 vezes em um ano? Qual é o atleta que pode participar de 88 competições em um ano? Nenhum. E, se isso acontecer, é um absurdo. E esse absurdo só acontece no Brasil dos desmandos. Então, se temos 44 datas nobres, ou seja, 44 finais de semana, devemos destiná-las aos campeonatos.

E o que é um campeonato? É a organização que se faz com turno e retorno, com pontos corridos, isto é, se ganhou, é campeão. O clube tem que ter certeza de que, naquelas 44 datas nobres, praticará futebol profissional, ou seja, com remuneração. E quanto àquelas 44 datas de meio de semana? Sugerimos que sejam usadas para os torneios Mercosul, Copa do Brasil, Copa Libertadores das Américas, por exemplo, que são classificatórios.

Nos torneios, os times não têm certeza de que vão jogar do primeiro ao último jogo, já que podem ser desclassificados da competição e parar de faturar. Não se pode sujeitar as empresas da gestão profissionais a isso. Por exemplo, neste ano, há quantas semanas o Botafogo está sem praticar futebol? Está há 14 semanas ou há 28 datas sem praticar futebol e sem faturar.

Ora, se todos sabem, se é tão óbvio que a chave do tesouro é a programação do calendário, por que ela não acontece? Por que isso, embora seja tão claro, não é feito? Porque os interesses das entidades de administração, Federações e Confederação, não permitem que isso aconteça. Isso conflita com os interesses políticos dessas entidades.

Não se esqueçam de que, com essa verticalização instituída no Brasil, em 1941, a base eleitoral dos Presidentes de Federação são as ligas, os clubes de menor expressão. Não se esqueçam ainda de que a base eleitoral do Presidente da Confederação são essas Federações e a base eleitoral do Presidente da Confederação sul-americana são os Presidentes de Confederação, que, por sua vez, elegem o Presidente da Fifa. Portanto, quando interferem no futebol do Acre, de Roraima, atingem a base eleitoral do Presidente da Confederação e, por conseqüência, a Fifa. Por isso, eles ameaçam e dizem: "Tirarei o Brasil da Copa do Mundo". Agem com uma facilidade que precisa ser extinta. Senador Álvaro Dias, isso acabará no momento em que essa estrutura que aqui traçamos for consignada em lei.

Eram essas as considerações que desejava trazer a V. Ex^{as}, Srs. Senadores e Srs. Deputados. Esqueci-me apenas de dizer que conversei com o Ministro Almir Pazzianotto, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, também um ilustre desportista que

concorda com o nosso pensamento em relação ao Código Judiciário do Desporto Nacional, e com o Dr. Carlos Augusto da Silveira Lobo, um ilustre advogado na cidade do Rio de Janeiro, um dos autores da proposta da Lei das Sociedades Anônimas, para tratar da questão da gestão profissional.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos, desde já, a participação do Sr. Márcio Braga, ex-Presidente do Flamengo e ex-Parlamentar.

Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Geraldo Althoff, destaco, para registro em Ata, que esta CPI já requisitou a fita gravada pela Rádio Gaúcha de Porto Alegre, com declarações do Presidente Ricardo Teixeira em reunião com os Presidentes das Federações de Futebol, para a necessária perícia técnica, a fim de que se junte aos documentos desta CPI, que serão encaminhados ao Ministério Público para os procedimentos, visando responsabilização civil e criminal. É, sem dúvida, um depoimento-confissão, a que esta CPI estará atenta, principalmente no momento do depoimento do Sr. Ricardo Teixeira, que ocorrerá no dia 2 de outubro.

Anunciamos também que, no dia 30, quinta-feira, às dez horas, nesta sala de reunião, haverá o depoimento do Sr. Edmundo dos Santos Silva, Presidente do Flamengo; no dia 11, a confirmar, o depoimento do Sr. Deputado Eurico Miranda; e, no dia 2, o depoimento do Sr. Ricardo Teixeira.

O Relator, Senador Geraldo Althoff, pretende apresentar o relatório, inicialmente, no dia 6 de setembro às dez horas, e depois no dia 8, com a sua complementação. No dia 13 de setembro, haverá uma reunião do grupo de trabalho para a elaboração da legislação, quando, certamente, já teremos condições de discutir a finalização dos trabalhos, visando à elaboração desta proposta de legislação modernizadora do futebol no Brasil, razão da presença aqui de Márcio Braga.

Concedo a palavra ao Relator desta Comissão, Senador Geraldo Althoff, para fazer o seu questionamento.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nada a questionar. Neste momento, devo apenas agradecer a presença ao ex-Deputado Márcio Braga, que, com suas informações – não só com a sua visão, mas com a de um grupo de pessoas interessadas em recompor a história do futebol brasileiro –, fez um apanhado racional e lógico em relação a algumas alterações necessárias e pertinentes ao futebol brasileiro. Nada tenho a questionar. Como dis-

se, posso somente agradecer ao ex-Deputado Márcio Braga, que, com certeza, com a sua presença e com as suas posições aqui colocadas, sem dúvida nenhuma deu um encaminhamento e um momento de reflexão extremamente importante para a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Passamos a palavra ao Senador Nilo Teixeira, do PSDB do Rio de Janeiro.

O SR. NILO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, nesta oportunidade, cumprimentar o Senador Álvaro Dias e o Senador Geraldo Althoff pela oportunidade de trazerem, através desta audiência pública, a opinião de Márcio Braga neste projeto de reformulação do esporte brasileiro. E o Márcio, que falou aí não apenas em nome dele, mas de uma grande equipe que o assessora e com quem ele troca idéias, que é figura de destaque da nação rubro-negra, onde ele exerceu várias vezes a Presidência do Flamengo, homem público, Deputado várias vezes, traz toda a experiência dele, não só de dirigente esportivo, como homem que atuou na Justiça Desportiva, como Parlamentar que também demonstrou o seu interesse pelo esporte, traz essa experiência, que é dele. Ele é que viveu essa experiência, quer como dirigente esportivo, quer também como homem público, representando o Estado do Rio de Janeiro várias vezes como Deputado Federal, e, ao longo dos anos, foi acumulando essa experiência e, em troca de opiniões com companheiros, vamos dizer, especializados também no esporte, traz sugestões racionais, fruto dessa experiência dele da troca de opiniões, num depoimento conciso, e um depoimento relevante, dentro do que acredito ao final a CPI do Senado Federal vai se propor e parece abrir um capítulo para isso, com sugestões para reorganização do esporte brasileiro.

Então, quero cumprimentar os Senadores que presidem e relatam esta Comissão e também o Márcio Braga pelo brilhantismo, pela concisão e pela opinião, vamos dizer, consistente, que, acredito, ele traz à Comissão do Senado Federal, que está encaminhando e, acho, próximo do término dos seus trabalhos. Então, quero cumprimentar os Senadores e cumprimentar também o Márcio, que traz um depoimento importante, principalmente para os flamenquistas.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos o Senador Nilo Teixeira pela presença nesta CPI. Queremos agradecer a contribuição do ex-Deputado Márcio Braga e do grupo que aqui representou nesta exposição e dizer a ele que contaremos sobretudo com esta presença junto ao grupo de trabalho que

discute a elaboração desta legislação. É evidente que, numa exposição como esta, os detalhes importantes para elaboração da proposta ficam excluídos do debate, os detalhes técnicos especialmente, e sua contribuição e daqueles que aqui representou hoje será da maior importância na conclusão dos trabalhos da nossa equipe técnica, que já estuda a elaboração desta nova legislação. E, evidentemente, há que se contar também com a contribuição do Poder Executivo - esse trabalho tem que ser de interação, com a presença do Poder Executivo - na formulação desta proposta, a fim de se buscar o consenso que permita a sua aprovação o mais rapidamente possível, já que há, além da grande expectativa, uma enorme inquietude dos esportistas brasileiros, desejosos de uma profunda transformação na estrutura da administração do futebol do nosso País.

Queremos agradecer ao ex-Deputado Márcio Braga, se desejar ainda fazer alguma colocação final, estão a sua disposição os microfones. (Pausa.)

Não desejando, agradecemos a sua presença e convocamos a nova reunião para depois de amanhã, quando aqui estará presente, às dez horas, o Sr. Edmundo Santos Silva, Presidente do Flamengo.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h22min.)

44ª Reunião realizada em 30-8-01.

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dez horas e vinte minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores, Ney Suassuna, Geraldo Althoff, Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Sebastião Rocha, Valmor Amaral, Freitas Neto e Romeu Tuma, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida Presidência informa ao plenário que na presente reunião será ouvido o Dr. Edmundo dos Santos Silva, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, solicitando a secretaria que o conduza para tomar assento à mesa, onde entregou o Termo de Compromisso devidamente preenchido, sendo qualificado pela Presidência que lhe passa a palavra para suas considerações iniciais. Logo após o senhor Relator Senador Geraldo Althoff apresenta requerimento oral, transferindo para a Receita Federal toda documentação do sigilo bancário do Sr. Edmundo dos Santos Silva e requerimento nº 276 solicitando ao

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que encaminhe a esta Comissão cópia do inteiro teor dos processos a seguir relacionados, nos quais figuram como partes o Sr. Ricardo Terra Teixeira e a Sra. Lúcia Have-lange Teixeira: 98.001.037036-4, 98.001.040211-0, 98.001.136261-2, 98.001.136262-4 e 98.001.189280-7, sendo os mesmos aprovados por unanimidade. Em seguida dá início aos seus questionamentos. Fez uso da palavra o Senhor Senador Antero Paes de Barros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para investigação de fatos, envolvendo associações brasileiras de futebol. Como de hábito, o Plenário da Comissão, os integrantes desta Comissão, autorizam a aprovação da Ata sem a necessidade da sua leitura. Portanto, está aprovada a Ata.

A reunião de hoje tem por objetivo ouvir o Dr. Edmundo dos Santos Silva, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo. Pedimos ao Dr. Edmundo que tome assento à mesa, do nosso lado esquerdo.

Aproveito para registrar em Ata, ofício que estamos encaminhando ao Dr. Agílio Monteiro Filho, Digníssimo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, solicitando a perícia técnica na fita cedida a esta CPI pela **Rádio Gaúcha**, de Porto Alegre, e essa fita está aqui, em poder da CPI. Portanto, fita que registra a reunião ocorrida no dia 23/8, comandada pelo Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, tendo como presentes Presidentes de Federações Estaduais filiadas. O conteúdo dessa fita foi amplamente divulgado pela imprensa, apresentando um indício de uma complô para obstruir os trabalhos desta Comissão. E como se sabe, a obstrução de trabalhos de Comissão Parlamentar de Inquérito é crime, que pode culminar com a detenção de um a cinco anos. Essa fita, portanto, está sendo encaminhada à Polícia Federal. Solicitamos a transcrição dessa fita pela Perícia Técnica.

Leio o Termo de Compromisso assinado pelo Sr. Edmundo dos Santos Silva. Nome completo, Edmundo dos Santos Silva; Identidade, 53 anos, CPF; esta-

do civil, separado; endereço residencial, Rua 19 de Fevereiro, 185, apartamento 603, bairro de Botafogo, Rio de Janeiro; empresário. Exerce sua atividade na Av. Rio Branco, 108, 25º andar, no Rio de Janeiro. O Depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra a si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal. Assinado, Edmundo dos Santos Silva.

Esse Termo de Compromisso é o cumprimento do art. 203 do Código de Processo Penal.

Srs. Senadores, Sr. Relator, nós vamos passar a palavra inicialmente ao Presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva, antes do questionamento, deixando à vontade se desejar, nesta fase inicial, pronunciar-se a respeito das razões que o trouxeram por convocação à essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o Dr. Edmundo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Bom-dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores presentes, Srs. Deputados presentes, demais presentes, é um prazer está aqui com os senhores com o objetivo principal de colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Flamengo, como o maior clube deste País, um clube de mais de 35 milhões de brasileiros, o seu Presidente tem como obrigação de ajudar e poder colaborar naquilo que for possível, para que nós possamos cada vez mais melhorar o nosso futebol.

Eu sou Presidente do Flamengo, a partir de 1º de janeiro de 1999. O primeiro mandato de dois anos, depois fui reeleito. O primeiro mandato eu ganhei com cento e poucos votos. Depois fui reeleito com mais de seiscentos votos do mesmo opositor. E eu tenho muito orgulho de dirigir o Flamengo. Então, estou aqui como Presidente Flamengo. Eu quero até dizer aos senhores que ontem estive nesta Casa, visitando o Presidente desta Casa, mas colocando-me à disposição e dizendo para S. Exª que eu estava aqui para prestar todas as informações que a Casa necessitasse. Então, Sr. Presidente, eu já me coloco à disposição de V. Exª e do Relator para perguntar aquilo que eu souber e que estiver ao meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência justifica a ausência dos Srs. Senadores, neste momento, já que temos, neste mesmo horário, uma sessão plenária do Senado Federal, sendo, inclusive, uma sessão deliberativa com votação nominal. Daí, a justificativa para a ausência dos Srs. Senadores, inte-

grantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas o Sr. Relator fará o questionamento necessário com as indagações resultantes do trabalho que a equipe técnica que assessora esta Comissão Parlamentar de Inquérito vem realizando.

Eu passo, portanto, a palavra ao nobre Senador Geraldo Althoff, Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a história do futebol brasileiro, logicamente, se mistura e se envolve com a história de alguns clubes de futebol do Brasil e, sem dúvida nenhuma, o envolvimento da história do futebol no Brasil está diretamente envolvida, também, com a história do Clube de Regatas do Flamengo, Clube centenário que, no próximo mês de novembro, deverá aniversariar, complementando 106 anos de existência, uma instituição que, como todos os outros clubes do Brasil, merece não só por parte desta Comissão mas por todos aqueles que gostam de futebol, sem dúvida nenhuma, respeito, consideração e, acima de tudo, admiração.

A história do futebol do Flamengo que vem desde Domingos Marques de Azevedo, o seu primeiro Presidente, até aos dias de hoje e que tem o Clube de Regatas do Flamengo como o seu Presidente o Sr. Edmundo dos Santos Silva. O Flamengo, um dos quatro clubes brasileiros, campeões do mundo, é uma instituição que, sem dúvida nenhuma, tem a necessidade, a obrigatoriedade de todos aqueles que gostam de futebol, de ser preservada e de ser mantida. Todos nós que por aqui passamos, somos efêmeros. Os dirigentes de futebol são efêmeros mas o que é importante se colocar é que a instituição futebol permanece. Nós passaremos e, com certeza, o Flamengo haverá de continuar. É por isto que nós queremos externar, mais uma vez, o sentimento de que não existe nada mais nobre dentro do processo cultural deste País do que o futebol e nada mais nacional do que o futebol. Há quem, ainda, tenta contradizer, afirmando que esta CPI tem características de inconstitucionalidade exatamente porque tenta ou tentaria ingerir sobre entidades de caráter privado. Eu imagino - e devemos imaginar, todos nós, juntos - que, quando a Confederação Brasileira de Futebol faz a convocação dos senhores jogadores que vão representar o futebol, não é para representar a Confederação Brasileira de Futebol. Os jogadores estão sendo convocados para representar o Brasil. Em jogos se Seleção, Sr. Presidente, se usa e se tem o hábito de se tocar o Hino Nacional deste País. As cores que se utiliza para representar a seleção são as cores do Brasil. Portanto, o nosso patrimônio cultural deve ser preservado, até

mesmo dizer, se próprio Clube de Regatas do Flamengo for representar ou for jogar uma partida eventualmente no exterior, haveremos de ter, se necessário for, para representar o País, que não se tocara naquele momento o hino do Flamengo, mas o Hino Nacional Brasileiro. Isso dá uma demonstração de que isto é o nosso patrimônio e temos que preservá-lo. Por essa razão é que com muita sapiência e sensibilidade V. Ex^a Sr. Presidente, norteou e encaminhou no sentido de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fosse constituída, cabendo a mim, assessorado pelos nossos companheiros de trabalho da assessoria desta comissão, com a participação dos Srs. Senadores que constituem esta comissão darmos a oportunidade de recompormos a história do futebol brasileiro.

Sr. Edmundo dos Santos Silva, eu gostaria de uma maneira breve mas cronologicamente posta que o senhor nos informasse quais os cargos, quais as atividades que o senhor exerceu no Clube de Regatas do Flamengo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Relator, eu sou conselheiro do Flamengo já há algum tempo e em 1992 participei de uma campanha. Em 93 e 94 o ex-presidente Luiz Augusto Veloso me fez um convite especial, e eu aceitei, para ser o vice-presidente de administração.

Em meados de 96 participei durante aproximadamente 60 dias como vice-presidente de administração do ex-presidente Kléber Leite. Em 1998 houve uma campanha eleitoral para o biênio 99-2000 onde eu venci as eleições, como eu já tinha falado, com uma diferença de quase 200 votos e administrei o clube no período de 99 a 2000.

Em 2000 fizemos uma alteração estatutária onde o mandato presidencial passou de dois para três anos. Fui reeleito em dezembro de 2000 para o triênio de 2000 2001 a 2003. Então, essas foram as funções que eu exerci no Flamengo, fora a de um grande torcedor, de um apaixonado, de ter contribuído em alguns momentos do meu próprio bolso para o crescimento do Flamengo, onde eu tenho certeza de que a disponibilidade de tempo que eu dou ao Flamengo está fazendo e faz com que o Flamengo cresça cada vez mais.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Edmundo dos Santos Silva, a sua atividade profissional o senhor referiu como empresário.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu vou um pouquinho, relator, se o senhor me permitir.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fique à vontade.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu comecei a minha vida muito cedo. Eu sou baiano, vim da Bahia para o Rio de Janeiro com quatro anos de idade. Tenho orgulho de dizer que fui criado pelos meus avós, um porteiro de edifício. Comecei a trabalhar com doze anos de idade, enquanto poucas pessoas da pequena elite, oposição do Flamengo, tiveram o dissabor de passar fome na vida.

Eu estudava pela manhã no Senac, à tarde era vidraceiro e aos domingos vendia banana na feira.

Aos quatorze anos de idade comecei a trabalhar numa empresa chamada Eucalol, na Mirta S.A. Indústria e Comércio. Comecei como **office boy**. Saí dessa empresa como assistente da área de recursos humanos.

Fui ser contador numa empresa, na Fiação e Tecelagem Dona Rosa. E aí a minha carreira foi num crescendo, fui **controller** da Brasilmar Navegação, uma empresa que era do Grupo Monteiro Aranha e Camargo Corrêa. Fui duas vezes da Companhia Cervejaria Brahma: uma vez, fui gerente financeiro, fui gerente de custos e orçamento; e, na outra vez, convidado para voltar para a Brahma, fui gerente-geral de contabilidade, fui **controller** da Brahma. Fui, também, diretor financeiro de um fundo de pensão, a Prevhab, na época de uma intervenção. Depois, constituí uma empresa, a Benefit Consultoria, da qual não sou mais sócio hoje, em que eu reestruturava empresas e dava consultoria a elas. Sou sócio de uma empresa chamada Guaraplus, a Saúde e Energia, que produz isotônico. Essa empresa tem 12 anos. Sou diretor de relações com o mercado de uma empresa chamada Modularite Construções, em que fazemos construções modulares. E tenho clientes em diversas empresas, em que lanço debêntures, capto recursos, negocio empresas, estrutura, faço fusão, cisão, incorporação. Sou um profissional dessa área.

Aliás, Sr. Presidente, na minha primeira campanha para Presidente do Flamengo, desenvolvi um projeto propondo, inclusive, já dentro das minhas funções, que o futebol do Flamengo, que as atividades do Flamengo fossem separadas de forma independente, e que pudéssemos transformar o Fluminense em uma atividade profissional. Vou passar dois exemplares, um para o Sr. Relator e outro para o Sr. Presidente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A Presidência que V. S^a exerce como Presidente do Flamengo, em tese, prejudica, por consequência, as suas atividades profissionais.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Prejudica, e muito. Ao Flamengo eu dedico um dia da minha vida. As terças-feiras eu dedico ao Flamengo. Os outros dias dedico às minhas atividades, a não ser em encontros esporádicos, à noite, vou ao clube e, pela manhã, às vezes, vou ao clube. No entanto, consigo conciliar as atividades, como diversos brasileiros, empresários de todos os ramos, que têm múltiplas atividades.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A sua compreensão, com referência a esse questionamento que passo a fazer... O senhor responde a algum processo na Justiça?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu respondo processo na Justiça por parte do Flamengo. Quando entramos no Refis, todos nós ficamos com o nosso nome na Justiça.

E há um outro processo pequeno, referente a uma empresa da qual sou do conselho fiscal, mas não tenho absolutamente nada a ver com isso e estou sendo já liberado pelos advogados com relação a esse processo.

Tive um processo também contra mim, de um ex-conselheiro, um conselheiro, o Sr. Paulo César Ferreira, e eu tinha um processo contra ele. Fizemos um acordo na Justiça e os dois tiraram o processo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Edmundo dos Santos Silva, o senhor costuma viajar ao exterior para tratar de negócios específicos do Clube de Regatas do Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Viajei ao exterior para contratar, basicamente, na época da contratação do Gamarra, na época da contratação do Denilson – que foi na mesma época – e, recentemente, para o caso Athirson, porque a Fifa exigiu que o Flamengo mantivesse um contrato, uma relação com o Juventus. O atleta Athirson foi abruptamente retirado do Flamengo, de forma ilegal, e entramos com ação na esfera esportiva, tentando, de todas as formas, reaver o nosso patrimônio. E tive que ir à Itália, onde houve uma discussão com o dirigente da Juventus, uma negociação. Nós fizemos uma proposta de negociação onde deixamos na mesa e até o momento ninguém nos amparou, a não ser o Flamengo, que está brigando. Esperamos nos próximos dias ter a conclusão. Fui para contratar o atleta Agamarra, o atleta Denilson e o atleta Atirson. Nada mais fui para o exterior para defender os interesses do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor poderia fornecer uma cópia por consequência de seu passaporte se necessário fosse?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Posso, sem nenhum problema. Não tenho no momento, mas encaminharei posteriormente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Muito obrigado.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Só para completar, eu já acompanhei o Flamengo na Argentina. Só para deixar claro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria mais uma vez de ter de sua parte compreensão aos meus questionamentos.

O senhor participou ou tem conhecimento de alguma esquema de remessa ilícita de recursos ao exterior, lavagem de dinheiro ou mesmo sonegação fiscal?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, o Flamengo não faz remessa ilegal de divisas. Até porque eu não admitiria isso em hipótese alguma que houvesse alguma forma ilícita de divisas para o exterior. O Flamengo não fez nunca remessa ilícita para o exterior.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de recompor a minha pergunta, já que o senhor respondeu em referência ao Clube de Regatas do Flamengo e o meu questionamento foi especificamente com relação a sua pessoa.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu então nunca fiz isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor logicamente acha meritória a existência dessa Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Claro que acho, Senador. O Flamengo foi precursor e é precursor de muita coisa no futebol brasileiro. Em meados de 80 fomos precursores da discussão a respeito dos **sponsor** na camisa dos jogadores. O Flamengo também, agora recentemente, foi o clube que trabalhou com a inclusão na Lei Pelé, no artigo que fala da liberdade dos clubes de se instituírem. Então, o Flamengo sempre está colaborando, em qualquer parte, quando o Governo nos aciona para que possamos melhorar o futebol brasileiro. E nós agora mesmo temos uma série de sugestões para fazer para essa melhoria do futebol brasileiro. E é claro que acho importante o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a ao início da sua locução fez referência a um fato afirmando que estaria aqui com o maior prazer, com o intuito realmente de colaborar. É do conhecimento de todos que num primeiro momento, ou seja, voltando ao tempo, na segunda quinzena de dezembro do ano

passado, foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança que solicitava a anulação da transferência do sigilo bancário e fiscal do clube de Regatas do Flamengo e do Sr. Edmundo dos Santos Silva. E mais ainda, neste primeiro mandado de segurança, solicitava este mandado, a extinção da CPI por considerá-la inconstitucional. Àquela oportunidade, tanto o clube quanto a sua pessoa conseguiram a anulação da transferência dos sigilos. Eu pergunto: isso demonstra por parte da sua pessoa e por parte do Clube de Regatas Flamengo o desejo de colaborar?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mostra sim. Acho que o que o Flamengo fez, o Flamengo não é meu, ele pertence aos sócios, aos sócios proprietários e eu sou apenas um delegado do Conselho do Flamengo. Temos no nosso corpo Desembargadores, juízes, advogados, que nos convocaram e disseram que o Flamengo e eu como Presidente teria que assinar este mandado, e foi exatamente o que fiz. Isso não quer dizer que eu não queira colaborar. Agora fizemos dentro de um preceito constitucional, em hipótese alguma, tentando não colaborar com a melhoria do futebol brasileiro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas a sua pessoa, na sua individualidade, também fez a solicitação no sentido de que tivéssemos dificultado o acesso à quebra do seu sigilo bancário e do seu sigilo fiscal.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É verdade, Sr. Relator, até porque eu, também, estou protegido por um direito constitucional. Não fiz absolutamente nada que a Constituição não tenha previsto. Aliás, Constituição esta, de 1988, que nos dá o maior orgulho de termos condições e possibilidades de nos defender numa carta redigida pelos senhores.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Honestamente, tenho um pouco de dificuldade de entender esse sentimento de colaboração apresentado por V. S^a diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao mesmo tempo em que a instituição que o senhor representa, uma instituição que, mais uma vez, afirmo, merece da nossa parte o nosso mais **incomes** respeito e consideração.

É muito difícil entendermos que a instituição Flamengo, a pessoa física, Edmundo dos Santos Silva, tenha o sentimento de colaboração quando solicita que esta Comissão Parlamentar de Inquérito realmente fosse inviabilizada, através de ação junto ao Supremo Tribunal Federal.

Quem é que foi o responsável, Sr. Edmundo dos Santos Silva, com relação à contratação do Dr. José

Peixoto Guimarães Neto para representar o Flamengo nesses mandados de segurança contra a CPI?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Clube de Regatas do Flamengo.

O Flamengo, Sr. Relator, não tem um dono. Vou relatar: o Flamengo é como se fosse um condomínio. É uma sociedade civil, onde os sócios compram títulos de sócio-proprietários. Alguns pagam como sócio-patrimoniais. Nós vivemos com a receita de patrocinadores, de **sponter**, de licenciamentos, de venda de direito de televisão, de bilheteria e apenas sou um delegado do Conselho. Então, quem decidiu foi o Clube de Regatas do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor teria condições de nos remeter cópia das atas respectivas quando da identificação do Dr. José Peixoto Guimarães Neto, com a finalidade de representar o Flamengo nos mandados de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Qualquer cópia de ata eu posso remeter para o senhor. Agora, quero dizer que a Diretoria do Flamengo tem total liberdade, dentro dos limites que o Estatuto nos impõe, a contratar qualquer advogado sem que passe pela reunião de Diretoria ou reunião de Conselho de Administração ou Deliberativo. Temos alçadas para tomar esse tipo de decisão.

Vou verificar os documentos e, se em algum deles estiver inserida a contratação do Dr. José Peixoto, eu encaminharei ao senhor.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E se não estiver?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu também encaminharei uma correspondência expondo os motivos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a, num segundo momento, recorreu, e isso até num passado bastante recente, novamente ao Supremo Tribunal Federal e, neste segundo mandado de segurança, a sua pessoa solicitava, primeiro, que não fosse obrigado a responder nenhuma pergunta relacionada com o Flamengo, especialmente com relação às contas do ano de 2000 e, num segundo item, não fosse obrigado a assinar o termo de compromisso perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É importante colocar que, logicamente, o Supremo não concedeu tal prerrogativa à sua pessoa. Eu gostaria que o senhor, de público, nos justificasse o porquê deste segundo mandado de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sr. Relator, antes da resposta, peço permissão para ler o despa-

cho do Ministro Sidney Sanches, encaminhado a esta Presidência, via telex:

*“Comunico a V. Ex^a que, nos autos do processo referido – o processo diz respeito ao **Habeas corpus** nº 80909 –, nos parâmetros constantes da íntegra da decisão, que segue via fax, deferi, em parte, medida liminar para assegurar ao paciente Edmundo Santos Silva o direito de silenciar a respeito de tudo quanto entenda que o possa incriminar, sem que, por isso, seja preso ou ameaçado de prisão.*

Saudações.

Ministro Sidney Sanches

Sr. Relator, eu apenas gostaria de aduzir que não é objetivo desta CPI prender ninguém. O objetivo desta CPI é outro. Portanto, o Presidente do Flamengo não necessitaria desse tipo de providência porque nunca imaginamos a hipótese de dar voz de prisão a V. S^a, como depoente, nesta CPI. O que quer o Relator, os senadores e esta Presidência desejam é inquiri-lo sobre fatos que interessam à correção de rumos do futebol do Brasil.

V. S^a tem a palavra para responder à indagação do Relator, Senador Geraldo Althoff.

O SR. EDMUNDO SANTOS SILVA – Sr. Relator, Sr. Presidente, mais uma vez, afirmo que é um direito constitucional e que dele fiz uso orientado pelos advogados do Flamengo.

As contas das minhas duas gestões foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Flamengo e havia o entendimento de que, em sendo as contas aprovadas, por unanimidade, no Conselho e em eu sendo um delegado do Flamengo, não deveria me pronunciar sobre as contas do clube. Foi apenas por isso e, em nenhum momento, houve a intenção de me negar a colaborar com os senhores.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O despacho do nobre Ministro Sidney Sanches, relator dessa matéria no Supremo Tribunal Federal, nos refere ao seu término com o seguinte teor:

“Impaciente ao que se presume, será ouvido pela CPI como testemunha e, nessa qualidade, estará vinculado ao compromisso de dizer a verdade. Por lei, não está obrigado a manter sigilo sobre o que lhe foi perguntado. Apenas lhe assiste o direito a silenciar a respeito de tudo quanto entenda que o possa incriminar sem que, por isso, seja preso ou ameaçado de prisão.”

E mais, essa prerrogativa o art. 5, LXIII, da própria Constituição Brasileira, já lhe dava e, por consequência, nos parecia extremamente inoportuno que V. S^a tomasse esse tipo de encaminhamento. Por isso, faço novamente o questionamento se realmente V. S^a está aqui com o intuito real de colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Relator, Sr. Presidente, demais presentes, se eu não estivesse aqui para colaborar, viria aqui, faria um discurso e pediria aos senhores para não colaborar, para não responder a absolutamente nada, o que não é o caso.

Estou aqui como mandatário principal de um clube que dá alegria a mais de 35 milhões de brasileiros. Sou um Presidente que, nos últimos dois anos e meio, conquistou títulos que nenhum outro Presidente conquistou na história do Flamengo, que firmou para o Flamengo o maior contrato da história do futebol brasileiro, que contratou a Fundação Getúlio Vargas para fazer um plano de modernização e de reestruturação. Quem contratou foi a Deloitte, Touche e Tohnotsu, empresa de auditoria. Desde o meu primeiro dia de gestão, sou auditado pela Deloitte, que é uma das cinco principais empresas de auditoria do mundo. Em momento algum, interromperia ou atrapalharia os trabalhos desta Comissão, mas não sou advogado. Minha formação é em contabilidade e na área financeira. Sou professor universitário também, mas não estou exercendo a profissão no momento. Exerci essa profissão há mais de dez anos.

Agora, sou orientado por um corpo jurídico do Flamengo, conforme disse aos Senhores. Tudo o que fiz foi de acordo com orientação jurídica. Em nenhum momento, o Flamengo quer obstruir, atrapalhar, interromper ou fazer algo que possa prejudicar a modernização e a transparência do futebol brasileiro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou-me permitir ler a solicitação do **habeas corpus** preventivo, com pedido de liminar, feito pelo seu representante junto ao Supremo Tribunal Federal, que diz o seguinte:

“CPI obriga as pessoas a cometer crime. Nada obstante, a CPI do Futebol ainda está funcionando no Senado e não respeita os direitos de ninguém, age também sem observância do devido processo legal, colocando-se acima da lei, como se vê diariamente na TV Senado, que transmite para todo o País as suas sessões de inquisição. Os cidadãos são chamados a depor debaixo de vara e sob coação de falarem sobre qualquer assunto que venha à baila nas lúcidas perguntas que lhe são feitas.”

Cabe-me aqui agradecer a referência a “lúcidas perguntas”.

Quem escreve isso é quem lhe representa e tem esse sentimento. Por consequência disso, não posso abdicar do direito de que é esse sentimento que a sua pessoa tem neste momento que vem junto à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para tanto, faço uma última pergunta com relação a esse assunto à sua pessoa. Por que o Senhor não queria assinar o termo de responsabilidade frente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador Geraldo Althoff, não sou um desses decanos do esporte nacional. Estou no ramo há muito pouco tempo; vivo exclusivamente do meu trabalho. Cumpro religiosamente com as minhas obrigações, gero emprego, tenho três filhos maravilhosos, por quem tenho o maior amor, e uma neta fantástica. Essas quatro pessoas e os meus irmãos são a razão da minha vida. Eles são a razão mais próxima e óbvia, sem falar do Flamengo, que, no dia em que deixar de existir, com certeza, também não existirei.

Pelo simples fato de algumas declarações terem saído nos jornais, em um jogo, próximo passado, realizado no campo do Atlético do Paraná, foram jogadas moedas sobre a diretoria do Flamengo, dizendo que havia transações ilícitas, roubos. Temos também que preservar nossa vida.

Hoje mesmo, um jornal de circulação disse que a dívida do Flamengo cresceu em 2.900%, numa clara notícia tendenciosa de esmagar a imagem das pessoas. Ela não está valendo absolutamente nada. Então, a observação foi exatamente essa. Não é no sentido de atrapalhar nada. Trouxe uma série de sugestões - e vou passá-las a V. Ex^a, na medida em que forem solicitadas -, de modernização para a ajuda do futebol brasileiro.

Então, quero dizer que a preocupação existia. Como já disse anteriormente, não sou advogado, e não sei em que falhas poderia incorrer. Os advogados me aconselharam isso e cumpri o que os profissionais me determinaram. Vou reiterar que tenho total intenção de colaborar com os senhores.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O sentimento de colaborar da sua pessoa passa, obrigatoriamente, pela responsabilidade de dizer a verdade. Não tenho dúvida de que nada custaria a sua pessoa assinar esse termo de responsabilidade, sem tomar os encaminhamentos citados, por uma questão de bom senso. Também não sou jurista, mas o bom senso diz que

a verdade tem de ser preservada, tem de ser posta e disponibilizada.

O senhor tem, ou melhor, o Flamengo tem ou teve, em algum momento, conta corrente no exterior?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Flamengo, no passado, já teve conta corrente no exterior, mas, na minha gestão, não a movimentamos. O Flamengo teve uma conta, se não me engano, no Banco Bilbao y Viscaya e no Banco do Brasil. Se não me engano, foram só essas duas contas, mas, na minha gestão não foram movimentadas.

Os recursos destinados ao Flamengo, na minha gestão, chegaram e foram enviados via Banco Central e não há movimentação de contas bancárias no exterior.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor, especificamente, possui alguma conta corrente de forma direta ou indiretamente, por meio de empresa ou truste, no exterior?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Que eu me lembre, não.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Como?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Há anos não tenho. Não tenho não.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor tem ou não tem?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não tenho, não senhor.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quando o senhor viajou ou viaja ao exterior o senhor paga suas contas com recursos originários do Brasil, obviamente.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sim, senhor. Pago com cartão de crédito ou com dinheiro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quais os empresários de futebol que fazem processo de negociação com o Flamengo com maior frequência?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Quero dizer que, a qualquer bom empresário que oferecer um bom negócio para o Flamengo, o clube estará disposto a ouvir.

Aliás, uma grande discussão que temos agora é sobre os empresários de futebol. Falam muito sobre os empresários de futebol, mas, hoje, para se negociar qualquer imóvel, há os corretores de imóvel. Da mesma forma, para a negociação de qualquer seguro, há os corretores de seguro, e, para se negociar qualquer ação, existem as corretoras de valores, as distribuidoras. No caso do futebol, nem todos acompanham os jogadores pelo mundo inteiro e, no caso do Brasil, que é um continente, também não o fazem.

mos. Então, quando a situação requer, usamos os serviços de empresários.

Os empresários que fizeram transações conosco são empresários Fifa. Foi a Sistema, do empresário Léo Rabelo, que negociou para o Flamengo o contrato do Gamarra e do Tuta. A empresa do Sr. Luis Vianna negociou conosco o Denílson e o Edílson e, recentemente, em conjunto com o empresário Gilmar Renaldi, negociou a transação do Vampeta, do Reinaldo e do Adriano. E, na compra do atleta Petkovic, quando nosso Vice-Presidente, Luiz Carlos Medeiros, pessoa de confiança do Flamengo, foi ao exterior fazer a aquisição, utilizou os préstimos de uma empresa chamada **Lake Blue**.

Se não me falha a memória, esses foram os principais empresários que fizeram os principais negócios com o Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor fez referência a dois nomes especificamente: Léo Rabelo e Gilmar Renaldi.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Esses senhores privam da sua amizade pessoal?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Amizade pessoal é freqüentar a minha casa e nenhum deles já foi à minha casa. No Brasil, usamos o termo amigo para qualquer pessoa. O Sr. Léo Rabelo é conselheiro do Flamengo e nunca criou absolutamente nenhum tipo de constrangimento para mim. O Sr. Gilmar Rinaldi, ex-profissional do Flamengo não só no campo como fora dele, depois que deixou de ser gerente de futebol do Flamengo e passou a ser empresário, nunca gerou nenhum constrangimento para mim. Relaciono-me muitíssimo bem não só com ele como com os outros, mas não freqüentam a minha casa.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a mantém algum tipo de sociedade direta ou indiretamente com algumas dessas pessoas referidas?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, em hipótese alguma.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Logicamente, eles receberam comissões nas compras e vendas desses jogadores. V. S^a se lembra, obviamente no seu período de Presidência, dos valores?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Se não me engano, o empresário Léo Rabelo, na contratação do Tuta, por meio da Sistema, foi remunerado em US\$100 mil. Na contratação do Gamarra, não houve nenhuma remuneração por parte do Flamengo. O Sr. Gilmar Rinaldi, na contratação do Vampeta,

não foi remunerado em nenhum comissionamento por parte do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O valor de mercado dos passes dos atletas profissionais, que estão registrados nos balanços de 2000 do Clube de Regatas do Flamengo, foram feitos por meio de avaliação do empresário Léo Rabelo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foi o empresário Léo Rabelo. O Departamento de Futebol fez essa solicitação a um empresário e realizou consultas informais aos outros empresários para verificar se os valores estavam de acordo com aquilo que no mercado variava. Não me lembro se foi o Sr. Léo Rabelo. Um empresário, com certeza, deu os valores de mercado e o Departamento de Futebol confirmou com outros empresários o valor desse passe.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ele foi contratado para tal?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Isso é igual ao que algumas bolsas de imóveis fazem no Brasil inteiro quando procedem a laudos de avaliação: avaliam e não recebem por isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a fez referência ao pagamento de US\$100 mil ao Sr. Léo Rabelo por intermédio da empresa Sistema Assessoria Financeira. É isso?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Isso. Ele é o empresário Fifa e tem essa empresa Sistema. Não sei se o nome é Assessoria Financeira.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Houve ou há algum instrumento contratual assinado entre as partes?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sim, senhor.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Isso foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foi. As contas do Flamengo do exercício de 1999 e 2000 foram aprovadas por uma grande maioria, pelo Conselho Deliberativo do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a está afirmando que as contas do Flamengo de 2000 foram inteiramente aprovadas?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – As contas do Flamengo de 2000 foram inteiramente aprovadas.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Especificamente, o referido contrato passou pelo Conselho Deliberativo e dele teve aprovação?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Ele não passa pelo Conselho Deliberativo. Esses contratos passam pelo setor jurídico do Flamengo, que analisa todos os contratos, e depois vai para a área financeira. O Conselho Fiscal do Flamengo recebe uma cópia desses contratos. Poderão ocorrer, em algumas ocasiões, falhas de sistemas internos. Mas o Conselho Fiscal do Flamengo sempre foi muito rigoroso – não só o Presidente anterior quanto também o atual, até porque não fazem parte do mesmo grupo político do qual participo. Sempre pedem todos os documentos e, reafirmando, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo as contas do Flamengo da minha gestão, dos anos de 1999 e 2000.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a fez referência a essa situação do empresário Fifa **Lake Blue** no processo de transação do jogador Petkovit. É isso?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Tenho dificuldades e limitações em dizer o nome dele. Solicito a V. S^a um detalhamento melhor desse processo de relação com o empresário Fifa **Lake Blue**.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Deixe-me falar sobre essa transação, Sr. Relator. Quando fizemos, em 1999, as gestões na ISL, o Presidente da ISL no exterior, Sr. Heinz Schurtenberger, falou sobre a sua intenção de vender a imagem do futebol do Flamengo para fora do Brasil. Ele entendia que os valores alcançados pelas receitas no Brasil eram poucos, tinha de explorar a imagem do Flamengo fora do País e precisava de atletas que já tivessem passado pelo exterior. Por isso, contratamos o Tuta, que estava no Venécia, e tínhamos carência de um jogador para essa posição. Contratamos o Petkovic.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Permita-me interrompê-lo antes de V. S^a dar continuidade. Nós, especificamente, deveremos depois tocar nesse assunto pertinente a essa transação.

Peço que V. S^a identifique com mais clareza exatamente quem é o empresário Fifa **Lake Blue**. Soamente isso.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não sei quem é o empresário. O Vice-Presidente de futebol da época, que foi ao exterior, manteve contato com o empresário Fifa com o nome de José Antônio – que é o empresário Fifa, o responsável e um dos sócios da **Lake Blue**. Essas são as informações de que disponho para passar a V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Na realidade, V. S^a não tem a clara identificação de quem é o empresário Fifa **Lake Blue**?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A **Lake Blue** é uma empresa e um dos seus empresários é o Sr. José Antônio, que contactou o nosso ex-Vice-Presidente de futebol e era quem tinha acesso a essa transação do Venécia.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a mantém relações de amizade com outro empresário de jogador de futebol?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, senhor.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a tem conhecimento de que alguma empresa ligada a conselheiro ou a dirigente do Flamengo esteja prestando remuneradamente serviços ao Clube de Regatas do Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Alguma empresa?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Exatamente. Empresa ligada a dirigente ou a conselheiro do Flamengo que faça algum tipo de prestação de serviço remunerado ao clube.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. O único empresário que é Conselheiro do Flamengo é o Sr. Léo Rabelo, que tem esse sistema. No entanto, ele nem participa das reuniões do Conselho por se sentir impedido.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Qual é a natureza do relacionamento do Flamengo com a empresa **Brazilian Soccer**?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – **Brazilian Soccer** é uma empresa de um jogador, da imagem de um atleta. Não lembro qual deles.

O SR. GERALDO ALTHOFF – V. S^a tem algum tipo de relação com alguma pessoa ligada a essa empresa?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Relação... Eu posso receber na minha sala no Flamengo. Sou Presidente do Flamengo e atendo da mesma forma como os Governadores e os Prefeitos recebem as pessoas que marcam audiência. Então, recebo as pessoas para ouvi-las e encaminhá-las a alguma área, se for o caso. Mas isso, necessariamente, não quer dizer que eu tenha alguma relação com eles. Confesso a V. Ex^a agora que, quanto à **Brazilian Soccer**, não lembro qual atleta. Com certeza, é uma imagem de atleta.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Edmundo Santos Silva, quem autoriza as despesas do Flamengo no Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Quem autoriza as despesas no Flamengo é o Conselho do Flamengo. Há um sistema orçamentário que é obrigado a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, que, conseqüentemente, autoriza a execução das despesas.

Recentemente – isso já ocorre no processo de modernização –, contratamos uma empresa chamada **Profit**, especializada em implantação de sistemas orçamentários. Essa empresa está concluindo essa implantação de sistema orçamentário e todo o Orçamento do Flamengo será exposto para todos os cargos eletivos e para os Presidentes de Poderes a fim de que possam acompanhar, passo a passo, a execução do Orçamento. Primeiramente, ele passa pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração e é referendado no Conselho Deliberativo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E quem assina os cheques do clube?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Os cheques do clube são assinados pelo vice-presidente de finanças e pelo presidente do clube.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou criar uma situação hipotética: seria possível nós termos a possibilidade de que o Flamengo viesse a realizar algum tipo de depósito nas contas de um de seus vice-presidentes?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, não.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Isso poderia acontecer?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, isso não pode acontecer. Isso não pode acontecer.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Tinha conhecimento de que pudesse ter acontecido?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, não, não. Isso não pode acontecer. Isso não pode acontecer.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não, a minha pergunta tem fundamento. Ela está sendo feita exatamente porque nós encontramos pelo menos um depósito, no valor de R\$10 mil, do Flamengo em conta do Sr. Bruno Caravelo, em 21/11/2000, quando esse senhor exercia o cargo de vice-presidente de finanças do clube. Se não existe essa possibilidade, seria difícil da sua parte, logicamente, explicar o porquê de esse dinheiro ter aparecido e de ter havido esse depósito na conta do Sr. Bruno Caravelo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu desconheço esse depósito na conta do Sr. Bruno Caravelo. Provavelmente – e esse aí o Bruno presta conta traquilarmente – o vice de finanças anterior, o Sr. Bruno Caravelo, é uma pessoa séria, é uma pessoa correta, detentor da nossa confiança e que não tenho dúvida de que, se esse cheque está na conta dele, foi algum reembolso que foi feito a ele. Acho uma maldade que tenham levado esse assunto como se o Bruno tivesse utilizado de recursos de forma escusa no Flamengo. Isso aí ele não fez. Com certeza isso é algum reembolso que foi feito ao Bruno.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Veja bem, o senhor me perdoe novamente de eu colocar de que não estamos aqui absolutamente denunciando ninguém. Nós estamos aqui num processo investigativo que circunstancialmente fez esse tipo de identificação.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sei, Sr. Senador. Mas é que amanhã sai que foi encontrado um cheque de R\$10 mil na conta do Bruno Caravelo e amanhã na rua ele vai ser chamado, no mínimo, de irresponsável, de fraudador, coisa que ele não faz, com certeza.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Que fique claro que esta Comissão Parlamentar de Inquérito continua mantendo respeito, consideração e zelo ao nome das pessoas que eventualmente venham a ser citadas por parte desta Comissão, em função de seu trabalho.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Tenho certeza disso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor confirma todos os seus rendimentos, de qualquer fonte, que constam nas suas declarações de renda apresentadas à Receita Federal. Todas as fontes de renda possíveis referentes às suas declarações estão apresentadas à Receita Federal?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Estão apresentadas à Receita Federal.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor está afirmando então que todas elas.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu já... Se alguém teve acesso a minhas declarações de Imposto de Renda, eu vou ser obrigado a ir à Justiça contra quem teve acesso, até contra o Ministério da Fazenda, porque declaro meu Imposto de Renda, presto contas, e, quando eu sofri uma fiscalização, fui autuado, paguei a diferença de imposto e então meus rendimentos constam nas minhas declarações.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nós tivemos acesso de maneira legal a suas declarações de renda, por solicitação da nossa Comissão, e as temos

em mãos e quero até lhe lembrar mais: V. S^a está fazendo essas afirmações sob juramento, que fique claro.

Quem é o Sr. Ailton Barbosa Lobo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Ailton Barbosa Lobo é um amigo, eu empresto recursos a ele, ele me empresta, não só ele, como diversos amigos. Eu pego recursos emprestados das minhas empresas, e depois devolvo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor identifica as pessoas Geni Caldas e José Manuel Gomes Saraiva?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – José Manuel...

O SR. GERALDO ALTHOFF - ... Gomes Saraiva?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É o condomínio do prédio, onde moro. Geni Caldas e José Manuel são condôminos de onde eu moro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor fez alguma negociação com uma empresa chamada Renavi (Reparos Navais Ltda.)?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Prestei um serviço, não lembro a época, a uma empresa de reparos navais, a Renavi. Agora não lembro realmente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Gostaria de passar a suas mãos uma movimentação financeira feita pela nossa Assessoria especificamente do ano fiscal de 1999 em que estão referidas, nessa movimentação financeira, somente débitos e créditos acima de cinco mil reais.

Se o senhor observar...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Posso responder a todas as suas dúvidas. Encaminharei à CPI todas as informações.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Permita-me dar continuidade ao meu questionamento para que V. S^a possa responder.

Foi creditado em suas contas um valor final de R\$493.000,00 (quatrocentos e noventa e três mil), enquanto que em sua declaração do imposto de renda deste ano, declara ter recebido apenas R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mas foram debitados R\$384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais)

O SR. GERALDO ALTHOFF – Gostaria que o senhor deixasse eu terminar a pergunta para que pudesse respondê-la.

A que razão se deve essa diferença?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – V. Ex.^a pode verificar que em alguns valores está bem claro que emprestei dinheiro a alguém e recebi de volta. Está bem claro em alguns valores e empréstimo recurso.

Em 1999, é bom falar, uma vez que o assunto é futebol, estava começando na gestão da administração do Flamengo, mas todo o meu imposto de renda é declarado. Consigo prestar contas não só à CPI, mas como à Receita Federal de todas as movimentações bancárias feitas em minha conta.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fale especificamente com relação ao pagamento a Geni Caldas e José Manoel Gomes Saraiva.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Geni Caldas e José Manoel Gomes Saraiva eram os proprietários do meu apartamento. Vendi um apartamento meu e comprei o apartamento deles e hoje pago o condomínio exatamente em nome de José Manoel Gomes Saraiva e Geni Caldas. Esses valores foram da compra do apartamento.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor comprou por R\$80.000,00 (oitenta mil)?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Isto.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E o senhor declarou esse apartamento? Está declarado em sua declaração de imposto de renda?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Está declarado em meu imposto de renda.

Se não estiver declarado, pode ter havido um erro. Aliás, vendi um apartamento na Paulina Fernandes e comprei esse na 19 de Fevereiro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Temos uma compreensão de que tudo aquilo que entra em termos de crédito fica caracterizado como renda e a renda de R\$493.000,00 (quatrocentos e noventa e três mil)...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Às vezes, não. Posso ter tido empréstimo de minhas empresas como fiz diversas vezes.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Tenho dificuldade em identificar crédito de empresa.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Se o senhor me permitir, estou aqui para falar sobre o futebol e, pelo que vi, o meu sigilo fiscal e bancário está sendo quebrado neste momento. Proponho a V. Ex.^a lhe encaminhar resposta a cada um desses itens.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu acho que merece realmente uma consideração.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Encaminho a V. Ex^a detalhadamente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas se foram feitos empréstimos a pessoas, de sua parte, obrigatoriamente deveria ter sido disponibilizado em sua declaração de renda.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mas foram movimentações dentro do exercício e, provavelmente, o profissional que fez não observou isso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Peço a nossa Assessoria que passemos a utilizar, agora, um pouco, a projeção.

Antes de dar continuidade, Sr. Presidente, permitir-me-ia dar uma pausa dando a oportunidade a que os outros Srs. Senadores pudessem fazer os seus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Passaremos a palavra então ao Sr. Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva, eu gostaria de fazer uma indagação a V. S^a.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Pois não, Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Primeiro, com relação à questão dos orçamentos do Flamengo. Comparando-se o orçamento da despesa de 1999, tanto no exercício financeiro de 1999 quanto em 2000, o Flamengo executou despesas em volume superior ao previsto nos orçamentos anuais desses exercícios sem a necessária autorização do poder competente. Vou ler os itens dos pareceres sobre as contas de 1999 e 2000 referentes a esse assunto.

Parecer sobre as contas de 1999: “Comparando-se o orçamento de despesa de 1999 com a efetivamente realizada, houve um excesso de gastos de R\$43.095.575,00, sem a necessária autorização do poder competente”.

Lerei o parecer sobre as contas de 2000: “Comparando-se o orçamento da despesa prevista para o ano de 2000 com o efetivamente realizado, houve um excesso de gastos no valor de R\$72.447.416,00. Ou seja, quase o dobro do total do orçamento aprovado sem a necessária autorização do poder competente, o que fere as normas estatutárias em vigor no Flamengo”.

Sr. Edmundo, de acordo com o art. 37 do Regimento Interno do Clube de Regatas do Flamengo, “perderá o mandato quem atentar contra o orçamento do clube”. Ou seja, quem efetuar despesas não pre-

vistas ou em montante maior do que o autorizado no orçamento. A esse respeito gostaria de fazer algumas indagações. Sr. Edmundo dos Santos Silva, porque o senhor não solicitou, em nenhum dos dois exercícios financeiros, suplementação de verbas ao Conselho de Administração, como determina o Estatuto do clube, ao invés de desrespeitar o orçamento? Vou além. Parece-me que o orçamento e até mesmo o Estatuto do clube são utilizados somente quando é conveniente ao Presidente da agremiação. O que o senhor tem a dizer a respeito? E pergunto: o orçamento deste ano já foi aprovado? Está sendo obedecido?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Bem, responderei a V. Ex^a, Senador, primeiro, que poucos clubes no Brasil têm a oportunidade de ter isso aqui, que vou passar à Comissão Parlamentar de Inquérito. É um relatório da Deloitte, uma auditoria especial contratada logo que cheguei ao Clube. Este é um relatório da minha primeira gestão. Este é um relatório da minha segunda gestão. Na comparação maldosa que foi feita, comparou orçamento econômico com orçamento de caixa. Houve um erro na conjugação do orçamento do Flamengo. Só existiam as peças de caixa. E quando você compara o exercício, você tem as amortizações de passes de atletas que não são inseridas no orçamento de caixa, as depreciações que não são inseridas no orçamento de caixa, as correções monetárias de passivo, de empréstimo, que não são inseridas nas demonstrações de caixa. O orçamento é uma peça de caixa. Agora, e isso até relatei aqui, contratamos uma empresa chamada **Profit**, onde temos um orçamento detalhado, onde temos um orçamento de receita, mas a partir deste ano, um orçamento de despesa, um orçamento de custo, um orçamento de investimento, um orçamento de caixa e a projeção de balanço. Então, no final desse exercício, o Conselho Fiscal do Flamengo poderá dizer que o que foi projetado para efeito de resultado não foi obedecido ou que a diretoria ultrapassou os limites aprovados. Até então havia comparação de orçamento de caixa, ou seja, a entrada e saída de recursos, com o orçamento econômico, que aí entrava a amortização, depreciação, correção de balanço. Então, exatamente por isso que há essas divergências.

Se nós formos ver, no relatório da Deloitte, que eu pedi no primeiro relatório, eu fiz questão de mandar colocar todas as contingências trabalhistas, contingências essas que não eram feitas anteriormente. As contabilizações de passe de atletas começaram a ser efetivadas a partir do balanço de 1998, e a amortização recaiu no balanço de 1999. E isso não era orçado; o que era orçado era entrada e saída de recursos.

Existiam falhas? Existiam. Tendenciosas? Não. E hoje nós temos. E eu fui o único presidente do Flamengo que contratou uma auditoria externa para a sua gestão, cujos relatórios passei para a Comissão. E a auditoria nos norteia exatamente para que nós possamos corrigir as nossas falhas, o que mostra uma preocupação da diretoria nesse sentido. Contratei uma empresa, chamada **Profit**, exatamente para implantar um sistema orçamentário detalhado, que, repito, contempla o orçamento de despesa, de receita e de custo de investimento, o orçamento de caixa e a projeção de balanço, mas isso só a partir desse exercício. Então, em todas as comparações que foram feitas entre balanço e orçamento, nós estamos comparando caixa com resultado, e, tecnicamente, essa comparação não pode ser feita, e foi feita politicamente, Sr. Senador. Trouxeram aqui para dentro da CPI uma discussão política do Flamengo. Tanto isso foi demonstrado na reunião do Conselho Deliberativo da primeira aprovação de conta de 1999 quanto na reunião do Conselho Deliberativo da segunda aprovação de conta de 2000, e as duas foram aprovadas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria de dizer a V. S^a duas questões. Primeiro, eu queria que ficasse bem explícito que essa comparação maldosa a qual V. S^a atribui...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, eu não estou dizendo aqui, não, por favor. É porque veio um relatório do Conselho Fiscal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não. Deixei-me só concluir. Essa comparação maldosa está sendo atribuída ao Conselho Fiscal do Flamengo e às questões internas do Flamengo, e não à assessoria do Senado. Mas quero dizer a V. S^a que a assessoria do Senado analisou tecnicamente aquilo que foi enviado aqui e concorda tecnicamente com o que nos foi encaminhado. Mas gostaria que V. S^a complementasse a resposta. O orçamento deste ano já foi aprovado? V. S^a diz que sim.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O orçamento deste ano foi aprovado pelo Conselho de Administração na última sessão da segunda-feira.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E ele está sendo obedecido?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Ele está sendo obedecido. No orçamento deste ano nós estamos projetando um resultado inclusive para igualar com venda de jogadores, e, provavelmente, fecharemos esse orçamento com a venda de um jogador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quando foi aprovado o orçamento deste ano?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Na última segunda-feira, no Conselho de Administração.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, tem uma semana de cumprimento?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Ele foi aprovado na reunião. Agora, Sr. Senador, eu presto conta ao Conselho do Flamengo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Porque, se V. S^a não estiver correto tecnicamente, nós estamos vendo prosperar nos clubes, mais especificamente no Flamengo, a volta ao poder absoluto, porque o orçamento é feito para que haja um controle. O Estatuto do Flamengo diz que há inclusive punições até com a perda do mandato. Isso não foi obedecido, e, tecnicamente, é um assunto apenas que tem que ser mudado.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Inclusive, Senador, o Estatuto do Flamengo também prevê que quando um sócio do Flamengo encaminha documentos para os jornais, não para os senhores, ele também é punido, e nós passamos por cima disso, porque nós acreditamos até que faz parte de uma política do clube. Agora, todas as contas do Flamengo foram discutidas no Conselho Deliberativo de 1999; as contas do Flamengo foram discutidas no Conselho Deliberativo de 2000; e as duas contas foram aprovadas – ainda vou relatar ao senhor. As contas de 2000, um grupo de conselheiros...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Foram aprovadas, mas com uma série de observações do Conselho Fiscal.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, do Conselho não. E aí tomei ainda o cuidado...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Do Conselho Fiscal.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, não. Tomei o cuidado. Mas foram aprovadas pela... mas a comissão do Conselho Deliberativo estava em conflito com o parecer do Conselho Fiscal. E o plenário entendeu as explicações, os conselheiros do Flamengo entenderam as explicações, aprovamos pelos conselheiros do Flamengo. Aí um grupo de sócios não satisfeitos entrou na Justiça, obtiveram a liminar e, com os efeitos dessa liminar, foram cassados – eu também vou passar aqui para os Srs. Senadores a cópia da cassação da liminar que eles tentavam que as contas não fossem aprovadas.

Senador, só para completar: lamentavelmente, no Flamengo, uma pequena elite não descobriu que perdeu as eleições. Eles imputam ao Flamengo e, se o senhor comparar a evolução do nosso passivo, verá

que o passivo real do Flamengo evoluiu, de 1998 a 2000, em 56%. Agora, se eu segregar os efeitos não-caixa que...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Só quero tranquilizar V. S^a que não estamos discutindo a questão interna do Flamengo, estamos discutindo aqui baseado nos pareceres técnicos do Senado da República.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mas estou explicando o que houve. Fui o primeiro presidente que mandou contingenciar e corrigir todo o passivo. Eu queria que o patrimônio do Flamengo, positivo ou negativo, espelhasse a realidade.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor poderia nos explicar como ocorreu o destrato com a Umbro, no ano passado?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Poderia.

Na época, assinamos um contrato com a ISL no dia 17 de dezembro. Então, todos os nossos contratos passaram para a ISL, e a ISL tinha autorização contratual para constituir uma empresa chamada Flamengo Licenciamento. E foi constituída uma empresa Flamengo Licenciamento. Esta empresa Flamengo Licenciamento tinha todos os direitos do Flamengo, tanto que, por isso, eles depositavam no Flamengo os R\$6 milhões por mês. Então, quem fez a rescisão com a Umbro foi a Flamengo Licenciamento e o Flamengo. E quem concordou com isso? No contrato da ISL, que foi aprovado inclusive por todos, só um conselheiro não aprovou esse contrato, previa que, para facilitar e agilizar as relações da Flamengo Licenciamento, os presidentes de poderes, mais os presidentes da comissão de finança e mais a presidência de comissão jurídica poderiam – e foi colocado o nome de conselheiro –, esses presidentes de poderes tinham condições de sentar e decidir junto com a Flalic. Então, essa rescisão com a Umbro e a contratação da Nike foi feita pela Flalic e com aquiescência e anuência do Flamengo por intermédio desse conselheiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quero acrescer que, em reunião dos presidentes dos poderes e das Comissões de Assuntos Jurídicos e de Finanças do Conselho Deliberativo do Clube, realizada em 14/08/2000, ocasião em que foi apreciada a citada rescisão, eu gostaria de registrar o que disse o presidente do Conselho Fiscal, o Sr. Roberto Abranches, que proferiu, nessa reunião, o seguinte voto:

Considerando ainda que o pagamento dos prêmios pela conquista da Copa Mercosul e do Campeonato Nacional de Futebol não foram pagos integral-

mente, em relação ao contrato; considerando ademais que existe previsão de multa contratual de US\$40 milhões, ou US\$20 milhões, a partir de 1º de julho de 2000, a cargo de quem tenha dado causa à rescisão; considerando que comentários no sentido de que a Umbro não tem como arcar com o pagamento da multa, não pode significar que se abra mão desse valor sem se aprofundar no assunto; e, finalmente, considerando que o conselheiro – V. S^a já explicou o que é –, a meu ver, não tem poderes para perdoar multa contratual, meu voto é no sentido de não aprovar a rescisão do contrato nas condições ajustadas.

Indago por que o Flamengo perdoou a multa contratual de US\$20 milhões prevista no contrato? Quero só acrescentar antes que V. S^a responda. Por que o Flamengo perdoou essa multa?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Flamengo não perdoou, quem perdoou...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então o Flamengo recebeu?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, Senador. O que aconteceu, todos os direitos que o Flamengo tinha passaram para Flamengo Licenciamento, todos, de televisão, de contratos de licenciamento, só uma empresa não aceitou passar para a Flamengo Licenciamento, a Petrobras, todas as outras passaram para Flamengo Licenciamento. O que o Flamengo tinha a receber dessas empresas a Flamengo Licenciamento recebia e aportava ao Flamengo uma quantia mensal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É a Umbro. A Umbro passou também para a Flamengo Licenciamento?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sim, também passou para a Flamengo Licenciamento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Continuou pagando para o Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, não, pagava para a Flamengo Licenciamento que era uma subsidiária integral da ISL do Brasil, 100% do capital da ISL do Brasil era da Flamengo Licenciamento. Toda receita do Flamengo, pelo contrato com a ISL do Brasil, exceto as receitas de escolinhas e manutenção, passou para a Flamengo Licenciamento que recebia os valores da Umbro, da televisão, de licenciamento, então a Flamengo Licenciamento recebia essas receitas. Isso era receita da Flamengo Licenciamento. O que era custo da Flamengo Licenciamento? Custo era a remessa feita para o Flamengo arcar com as suas despesas, à época do contrato com o Flamengo isso foi acordado. Então o contrato da Umbro

passou também para a Flamengo Licenciamento. Quem rescindiu o contrato, quem negociou com a Nike foi a ISL do Brasil e a Flalic, não o Flamengo, que apenas deu sua anuência, até porque o contrato maior, feito com a ISL do Brasil, previa que o Conselho do Flamengo deveria se reunir e aprovar o que fosse bom para o desenvolvimento do contrato.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E depois de tudo que aconteceu com a ISL do Brasil, qual é a análise de V. S^a, o Flamengo teve um enorme prejuízo? E como recuperar esse prejuízo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Penso que tudo que aconteceu com a ISL do Brasil, a Fifa, a Uefa, a ATP, o Flamengo, a Rede Globo, todos absorveram esse prejuízo. Não foi bom para o Flamengo. O clube vai colocar no seu patrimônio um valor substancial, resultado de lucros futuros e que vai passar para a receita do Flamengo este ano, então o clube terá lucro em função dessa rescisão contratual. É claro que ninguém gostaria que acontecesse isso com a ISL do Brasil, entendo que esse contrato iria permitir ao Flamengo ter o seu estádio, o seu centro de treinamento, uma série de coisas que o contrato nos ajudaria, mas lamentavelmente aconteceu isso com essa empresa, o Flamengo não previu nem mesmo grandes organizações previram.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Presidente Edmundo, qual foi o valor, a data e o objeto do contrato do Flamengo com a HOK.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A HOK é a empresa que desenvolveu projeto do Centro de Treinamento do Flamengo, não sei o valor exato, se não me engano foi de US\$650 mil, mas posso enviar à Comissão; esse contrato não foi pago, a HOK fez um projeto do Centro de Treinamento do Flamengo, é uma empresa americana, indicada pela ISL, e não tenho os detalhes do contrato, esses valores foram pagos pela Flamengo Licenciamento, também não foram pagos pelo Flamengo, e também encaminharei a V. Ex^{as} sem nenhum problema.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O Conselho Deliberativo, o Conselhinho aprovou previamente esse contrato?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Bom, todos os contratos foram aprovados. Tudo que foi decidido no Flamengo foi aprovado. Agora a HOK foi uma contratação da Flamengo Licenciamento, e não uma contratação direta do Flamengo. Agora, posso, como já disse, verificar e remeter a V. Ex^{as} o contrato, eu não sei, é difícil recordar tudo de cabeça. E o valor

pago, se foi pago, é pequeno. Não sei de cabeça, agora posso enviar tudo, o valor, como foi pago.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Outras empresas foram consultadas com vistas a uma tomada de preços?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não sei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não é prática do Flamengo consultar?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mas não era o Flamengo. No contrato com a ISL havia duas partes: uma parte de investimentos e despesas e outra de construção do centro de treinamento e estádio. Então a ISL entendia que a HOK era a melhor empresa para isso, até porque era a empresa que tinha assinado a planta do estádio de Sidney. Então foi feito esse contrato com essa empresa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Qual a participação da Pelé Sport nesse empreendimento?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A Pelé Sport trouxe a ISL para o Flamengo, mas não foi comissionada em absolutamente nada pelo Flamengo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria de indagar o seguinte: o senhor mantém relações de amizade com o Sr. Ricardo Teixeira?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. O Sr. Ricardo Teixeira é o Presidente da entidade e minha relação é apenas de dirigente de clube para o dirigente Ricardo Teixeira.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Como dirigente do Flamengo, qual seu conceito sobre o Sr. Ricardo Teixeira? A CBF, comandada por ele, faz um bom trabalho na sua avaliação?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Como dirigente do Flamengo, todos questionamentos que eu fiz à CBF encaminhei por escrito. Faço isso constantemente. Todas as vezes que observo algo que não atenda aos interesses do Flamengo, faço isso por escrito.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas qual o conceito da gestão dele à frente da CBF?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O futebol brasileiro está passando por um processo muito complicado, onde estamos focando a CBF, mas há um problema estrutural muito mais grave. O crescimento desordenado das grandes cidades eliminou os campos de futebol que havia em cada esquina e nas periferias. O surgimento dessa nova legislação proliferou com o centro de treinamento por parte de em-

presários, em que até jogadores com 13 ou 14 anos já estão sendo remetidos para a Europa.

Hoje o futebol brasileiro tem basicamente um financiador, que nos ajuda a fazer esse trabalho, que é a televisão. A bilheteria, em função da situação do povo brasileiro é muito ruim. O nosso PIB para o empregado de baixa renda não dá a ele acesso para ver a partida de futebol. Hoje os clubes ganham dos patrocinadores, da televisão e muito pouco da bilheteria.

Conseqüentemente, há o problema da CBF, do qual o Flamengo reclama muito, com relação ao calendário que, recentemente, o Ministro dos Esportes estabeleceu em conjunto. Parece-me que alguns dos senhores participaram desse auxílio na estruturação desse calendário, o que já é o primeiro passo.

É fundamental que seja criada a liga nacional e a liga regional. Se não criarmos a liga nacional e as ligas regionais não poderemos desenvolver nosso futebol. A CBF é uma instituição que foi desenvolvida e criada logo após a extinção da CBD. Com o mesmo procedimento o futebol evoluiu e o sistema continuou sendo o mesmo. A CBF tem que evoluir na parte de seleções e competições internacionais e as competições nacionais têm que ser formatadas por meio de uma liga de empresas que deve ser gerida por profissionais, não só liga nacional, como as regionais também.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, V. S^a prega o fim da CBF por absoluta desnecessidade.

Não dá para comparar a administração do Ricardo Teixeira com essa introdução da questão do PIB nacional. Quer dizer que se o PIB fosse alto o Ricardo Teixeira seria bom, como o PIB caiu um pouquinho, é culpa do PIB.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não falei isso. Digo que no passado os estádios estavam completamente lotados.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Também por causa da televisão.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Jogando três ou quatro jogos por semana.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas também o grande financiador hoje põe turma na poltrona, fica mais barato do que a arquibancada e vê o jogo do mesmo jeito.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É o que lamentamos. Há outros problemas também, Senador, como o de segurança, que também afeta muito, a falta de transporte e a falta de conforto nos estádios.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A conclusão é óbvia com relação à questão da desnecessidade da CBF.

O Presidente da Federação no Rio de Janeiro, Sr. Eduardo Viana, confirmou a esta CPI que o Flamengo deixou de receber uma premiação de R\$534 mil pela conquista de um dos turnos do campeonato estadual no primeiro semestre de 2000 com o propósito de ajudar a Federação em suas dificuldades financeiras. Pergunto: estando o Flamengo vivendo uma grave crise financeira, talvez a pior de sua história, por que abriu mão de R\$534 mil? De quem foi esta decisão de abrir mão do prêmio, foi sua, Presidente?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Deixa eu falar: o Flamengo não está vivendo a pior crise financeira, não. a pior foi em 1992 quando Presidente da época deixou o clube com quatro meses de salário atrasado, o clube em greve, os funcionários, empregados. Essa foi a pior gestão. Foi um dos decanos do Flamengo que destruiu o Flamengo. Essa foi a pior gestão. A gestão atual pagou conta ainda daquela gestão, que foi a pior do Flamengo. Com certeza essa gestão é a mais transparente da história do Flamengo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Financeiramente, o Flamengo está bem, então? Está com salários em dia...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Flamengo está com os salários absolutamente em dia.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A situação financeira do Flamengo está ótima, por isso o senhor abriu mão...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não... Aliás o Brasil pediu US\$18 bilhões de empréstimo! O Flamengo não é diferente. O Flamengo, financeiramente, está com suas dificuldades, mas os salários estão absolutamente em dia.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim, mas de quem foi a decisão de abrir mão dos R\$534 mil?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, a Federação não repassou ao Flamengo, e o Flamengo fez a cobrança mas esse valor já foi liquidado pela Federação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria que V. S^a respondesse o que estou indagando. Quem abriu mão de receber a premiação?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Ninguém abriu mão. A Federação reteve e não repassou ao Flamengo, porque o contrato com a Rede Globo

de Televisão define que o valores dos campeonatos regionais – o contrato é com a Federação e com os clubes, os pagamentos são feitos às federações e estas repassam aos clubes.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Qual a providência que V. S^a tomou em função da retenção?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Co-brando, brigando. O Flamengo fez isso com a Federação. O Flamengo fez essa cobrança.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, V. S^a afirma que o Sr. Eduardo Viana mentiu a esta CPI?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Como assim?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Ele disse aqui, textualmente, nesta CPI, que o Flamengo abriu mão de receber o prêmio.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Esse dinheiro ficou em conta corrente, e o Flamengo recebeu... Foram, inclusive, valores que seriam debitados ao Flamengo, de quadro móvel e tudo, foram sendo abatidos desses valores.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quero fazer a seguinte indagação: o Flamengo não abriu mão?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, o Flamengo não abre mão de absolutamente nada.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, V. S^a está dizendo que o Sr. Eduardo Viana mentiu a esta CPI.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, eu não estou falando isso, não senhor. Não escutei o depoimento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor está. Ele disse que o Flamengo abriu mão, o senhor está dizendo que o Flamengo...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não posso chamar uma pessoa de mentirosa. Primeiro, não vou chamar uma pessoa de mentirosa. Gosto de discutir. O senhor me desculpe. Não estou aqui para acusar ninguém. Estou aqui para falar sobre os assuntos do futebol e esse assunto eu disse ao senhor e é verdade que há uma relação de conta corrente com a Federação do Rio, e a Federação do Rio foi debitando valores de quadro móvel e tudo, abatendo valores. Foi exatamente isso que foi feito.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O Flamengo recebeu esse dinheiro como?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Através de conta corrente, através de desconto de quadro móvel e outros descontos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Em que consiste esses créditos da Federação contra o Flamengo? Porque eram descontos de créditos que a Federação tinha com o Flamengo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, a Federação...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O que um clube fica devendo a ma federação para somar um valor de R\$534 mil?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Aca-bei de dizer a V. Ex^a que uma das propostas que tenho é de que sejam formadas ligas regionais e ligas nacionais e sejam geridas de forma empresariais.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Em função de que o Flamengo pagou... Recebeu como? Recebeu como compensação.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Da remuneração que os clubes têm, 10% são remunerados à Federação para que ela se mantenha. É pago arbitragem, quadro móvel...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Isso dos jogos. Mas isso não é débito do Flamengo. Isso já extrai da renda para a Federação.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, às vezes a renda... Só para V. Ex^a ter uma idéia, tem renda de R\$100 mil que os clubes não levam absolutamente nada para casa, tamanhas são as taxas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim, mas a Federação leva os 10%. É a única que leva.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Então, o quadro móvel que o Flamengo paga, que deveria pagar, foi descontado desses valores.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria que o senhor nos encaminhasse...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Eu encaminho para o senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - ...na próxima semana, os documentos que comprovam esses pagamentos, esses recebimentos...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Vamos encaminhar ao senhor a conta corrente... entre o Presidente da Federação e o Flamengo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Lembra-me a assessoria da declaração do Presidente da Federação do Rio de Janeiro, que afirmou que a remuneração da Federação era de 5% e não de 10%.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Não, não, é 10%.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É 10%?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - É 10%.

Veja bem, Senador, com toda a capacidade que tenho, não armazeno todo número nem toda informação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas, sobre isso, o senhor tem certeza de que é 10%?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Agora, ele me deixou em dúvida, a grande verdade é que me deixou em dúvida. Vou fazer o seguinte: encaminharei aos senhores o contrato feito com a Federação, de forma detalhada. Não é informar? Então, informarei isso detalhadamente aos senhores.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Indagarei sobre a aprovação pelo Conselho Deliberativo das contas de 2000...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – ...que foram rejeitadas pelo Conselho Fiscal.

Suas contas de 2000 foram rejeitadas pelo Conselho Fiscal. Discutida a questão junto ao Conselho Deliberativo, acabaram aprovadas por essa instância decisória em uma assembléia. O senhor poderia nos dizer qual o total de conselheiros do Conselho Deliberativo e quantos deles compareceram para participar dessa assembléia? Quanto membros tem o Conselho Deliberativo do Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Mil, quinhentos e poucos. Eu não sei de cabeça.

Senador, o que posso fazer é encaminhar ao senhor todos os questionamentos, todas as informações. Encaminharemos o que for solicitado.

Eu não sei de cabeça. Agora, foi aprovado por uma grande maioria.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Grande maioria de quantos? Quantos aprovaram?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Eu não me lembro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quantos compareceram a essa reunião?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Eu não lembro, Senador. Já falei que não lembro e não sou obrigado a guardar esses números de cabeça.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Permite-me um aparte, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pois não, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria apenas de apresentar um dado que temos em mãos, que diz o seguinte: o Flamengo possui 8.200 sócios.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Entre patrimoniais e proprietários, aproximadamente. Eu não tenho...Esse número é muito volátil.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Desses 8.200, 1.715 fazem parte do Conselho Deliberativo. Nessa reunião do dia 2 de julho de 2001, data em que foi votada a prestação de contas, com parecer do Conselho Fiscal pela rejeição, compareceram 437 conselheiros dos 1.715.

O senhor afirma que houve uma significativa participação.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - A aprovação é dos presentes.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu sei. Mas vou continuar. A votação das contas ocorreu apenas a uma hora e quinze minutos da madrugada, quando grande parte dos conselheiros já havia retornado a suas casas. Votaram 146 conselheiros, ou seja, menos de 10% do total dos membros do Conselho Deliberativo, que é de 1.715.

Informei, apenas para o conhecimento do nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Senador, posso explicar isso. Grande parte dos sócios que foram embora pertencia ao meu grupo. É verdade, Senador, não é para rir, não. São pessoas idosas que amam o Flamengo, diferentemente de alguns que denigrem a imagem do Flamengo. O que estão fazendo com o Flamengo é denegrir a imagem dessa instituição de 105 anos. Pessoas que estão prestando informações aos senhores – inclusive, sigilosas do Conselho, que foram aprovadas – não freqüentam o clube e não compareceram. São pessoas que querem se eleger para algum cargo político, são pessoas que têm interesses políticos, são pessoas que quiseram o canal de televisão do Flamengo, são pessoas que têm interesse no Flamengo, mas não são pessoas que efetivamente queiram ajudar o Flamengo.

Então, grande parte desses conselheiros – alguns, é óbvio, da oposição, também foram embora – eram pessoas idosas pelo adiantado da hora. Agora, o Estatuto do Flamengo previa também que se passasse da meia-noite, teria de haver uma prorrogação. Foi solicitada essa prorrogação e foi estendido o horário para que a votação ocorresse após a meia-noite.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria apenas de registrar dois equívocos: primeiro,

não há sigilo para a CPI; segundo, esses dados foram encaminhados à Assessoria do Senado.

Eu gostaria de fazer um apelo a V. S^a, no sentido de que não usasse mais uma expressão que tem utilizado, em homenagem aos negros brasileiros. Eu considero o termo “denegrir” racista. Não fica bem falar denegrir.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Denegrir a imagem do Flamengo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Por que o senhor não diz “embranquecer” a imagem do Flamengo? Isso acontece porque “denegrir” é ruim.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador, a minha origem é negra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, em homenagem à raça negra, eu gostaria que V. S^a não utilizasse esse termo, que é sabidamente racista.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – E tenho o maior prazer de ter em minha casa uma pessoa, uma negra, que me ajuda muito.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, presidente, até em homenagem a essa pessoa...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu devo muito a essa comunidade negra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, em homenagem à torcida do Flamengo, que tem um componente de raça negra, penso que não isso fica bem porque o senhor não usa o termo “embranquecer”.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É que essas pessoas querem destruir a imagem do Flamengo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas “destruir” não é “denegrir”.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Está bem. “Destruir”.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Fica como se o negro fosse um conceito negativo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Aceito até porque defendo essa causa, Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria de fazer esse registro, Sr. Presidente, e voltar a palavra à Presidência e à Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Senador Antero Paes de Barros.

A Presidência tem o dever de esclarecer, diante da insinuação de que esta CPI teria obtido dados da movimentação financeira e fiscal de forma ilegal, que esta CPI tem essa prerrogativa e obteve, legalmente, essas informações em função da aprovação de re-

querimento pela maioria dos integrantes da Comissão.

Talvez a surpresa do Presidente Edmundo Santos Silva se deva ao fato de que ele obteve uma liminar, impedindo a quebra do sigilo bancário e fiscal, quando da primeira solicitação desta CPI.

Posteriormente, em vez de aguardar a decisão de mérito, a CPI optou por renovar o pedido, aprovando um novo requerimento e, desta feita, houve o atendimento ao pleito da CPI. Portanto, de forma absolutamente correta e legal.

Esse esclarecimento é um dever, já que esta CPI tem se preocupado em respeitar os parâmetros estabelecidos pela legislação no País. De forma alguma, vamos agredir qualquer documento de natureza legal que nos orienta na condução dos trabalhos nesta Casa e, nesse caso, especificamente, nesta CPI.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff, para continuar o seu interrogatório.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

No início da minha fala, fiz uma referência à importância da preservação da instituição futebol brasileiro através da preservação da instituição clubes do futebol do Brasil. Fiz também uma referência muito importante e significativa da preservação da instituição Clube de Regatas do Flamengo, clube centenário, com 105 anos de existência, que merece o nosso respeito. Não queremos destruí-lo em momento algum, muito pelo contrário. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito existe com a finalidade precípua de preservação da instituição futebol brasileira. Então, que fique claro que nós queremos preservar todas as instituições. A confederação, as federações, os clubes, porque é dessa maneira que nós poderemos preservar o futebol. Nós queremos, sim, que esse futebol seja preservado com organização, limpeza e, acima de tudo, muita transparência.

Há mais, Sr. Presidente, quero fazer um requerimento verbal, no sentido que seja aprovado a transferência do sigilo bancário que nós temos do Dr. Edmundo dos Santos Silva à Receita Federal, exatamente pelo desencontro de informações que temos de maneira tal que a Receita Federal possa, por consequência, tomar as devidas providências.

Eu gostaria a nossa assessoria que fizesse a nossa projeção, por favor.

Eu gostaria de falar um pouco agora com relação o contrato do Flamengo com a ISL. Que foi um contrato feito entre a empresa privada e um clube de futebol, que foi celebrado no dia 7 de dezembro de

1999, tem uma validade de 15 anos, a contar do dia 1º de Janeiro de 2000.

Oportunisava esse contrato, de maneira tal que todos os direitos de que o Flamengo é titular que tem um conteúdo econômico, que se relacione com as atividades esportivas exercidas pelo clube, fossem transferidos ao Flamengo Licenciamento.

Em troca desses direitos a ISL se comprometeu, entre outras ações, investir US\$ 80 milhões ou em sociedade que o Flamengo viesse a constituir a critério do próprio clube. O investimento deveria ser utilizado com as seguintes finalidades: US\$20 milhões para o pagamento de dívidas do próprio clube, US\$20 milhões para investimentos em instalações físicas e US\$40 milhões para contratação de novos jogadores. Porém, se observa que no contrato, quando se falava em pagamentos de dívidas, se encarava esse pagamento de dívidas como prioridade. Correto?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foi uma sugestão minha.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Como prioridade absoluta do Clube, pois de acordo com item 1.31, diz o seguinte:

Se a verba para pagamento da dívida for insuficiente para liquidá-la integralmente, serão aplicados no pagamento da dívida primeiramente até o limite de US\$10 milhões, os recursos alocados para investimentos e instalações. E também se necessários, recursos da contratação de jogadores até quanto fosse suficiente para exaurir a dívida do Flamengo. Correto?

Isso significa dizer que de acordo com esse contrato a prioridade absoluta dos recursos repassados ao Flamengo, foi e era época com os pagamentos das dívidas antes de qualquer coisa.

Eu gostaria de fazer um questionamento. Está cláusula foi respeitada?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador, eu respondi isso no Conselho do Flamengo e eles deram como aceito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria que o senhor respondesse para que fique que aquilo que o senhor disse junto ao Conselho Deliberativo junto ao Flamengo, foi à instituição Flamengo, agora o senhor está a frente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito; nós nos permitimos a querer escutar também da sua pessoa se isso foi ou não foi o acordado que realmente aconteceu.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu vou só dizer que realmente aconteceu. O contrato também registrava que toda a dívida do Flamengo de-

veria ser paga por um banco, nós contratamos um banco, em comum acordo com a ISL, o Banco Pactual. Alguns acordos foram feitos, não se chegou a concluir os acordos. Só para V. Exª ter uma idéia, com uma empresa de segurança do Flamengo, o banco chegou a firmar o acordo e, lamentavelmente, a ISL não conseguiu remeter os recursos, porque ela já começava a ter problemas.

E já sei onde V. Exª está falando, que é exatamente na compra de jogadores. A ISL tinha um projeto, e o Sr. Hans insistia muito nisso, na necessidade de o Flamengo ter uma equipe de ponta. Esses investimentos em jogadores fizeram com que o Flamengo, na minha gestão, conquistasse três títulos do campeonato regional, conquistasse...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Permita-me mais uma vez, Sr. Edmundo dos Santos Silva...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Tenho que concluir meu raciocínio, Senador.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Só fiz uma pergunta, e fiz a pergunta de uma maneira muito clara: essa cláusula foi respeitada ou não foi respeitada?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foi respeitada, em comum acordo com a ISL.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não, estava escrito isso no contrato feito entre a ISL e o Flamengo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sei.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Então, isso aqui era um contrato que deveria obrigatoriamente ser respeitado. Estou fazendo um questionamento muito simples: a cláusula foi respeitada? Sim ou não?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Veja bem, Senador, alguns valores ultrapassaram, mas muito pouco, aquilo que tinha sido estabelecido. Quer dizer, falo a V. Exª: o banco não teve condições de concluir toda a reestruturação da dívida do Flamengo porque a ISL começou a ter o problema das remessas de recursos...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Então, eu gostaria de fazer a pergunta de outra maneira: quem rompeu o contrato?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Quem rompeu o contrato com a...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nessa situação exatamente de não ter respeitado essa cláusula.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Quem rompeu o contrato? Não vou entender... Esse rompimento de contrato – se houve rompimento, porque não considero que houve rompimento de contrato. O que houve foi acordo, com a finalidade de reforçar o futebol do Flamengo, porque precisávamos con-

quistar títulos, e havia o entendimento de que, se conquistássemos o título, aumentaríamos a receita. E é o que está sendo feito, o Flamengo já tem uma receita para o ano que vem que não teria, foi campeão da Copa Mercosul, que não teria sido também, e houve esse entendimento de que se pudesse reforçar a equipe, quando foi a aquisição do Gamarra, do Edilson e do Denílson, tanto que o Gamarra e o Edilson a ISL nem chegou a pagar ainda, existia a verba e a ISL não pagou. Então, foi em comum acordo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu vou refazer o questionamento porque...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Presidente, foi em comum acordo, Sr. Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas a pergunta tem que ser respondida com um “sim” ou “não”. Estou lhe fazendo uma pergunta pontual, não é? A cláusula foi respeitada ou não foi respeitada?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Ela não foi respeitada em comum acordo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não foi. É bom lembrar também que a ISL refere que repassou em torno de US\$60 milhões para o Flamengo, correto?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Entre compras de jogadores e pagamentos de despesas e de dívidas, foi.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Estou partindo do pressuposto de que, em tese, todas as despesas, ou melhor, todas as dívidas do Flamengo deveriam ter sido exauridas em função dessa cláusula contratual, e não teriam sido.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Quer dizer... Senador, é que algumas dessas dívidas aí eram dívidas que a ISL pagou e demorou muito a negociar, o banco teve dificuldades para negociar essas dívidas. Uma delas, inclusive, era de um atleta com o Sport Lisboa, que dificultou até a vinda de um atleta do exterior nosso. Então, se houve, pode ter havido – é aquilo que digo – falha, Senador, nunca má intenção nem má gestão por parte da diretoria do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Então que fique bem claro: é uma gestão por sentimento fisiológico, quer dizer, nada foi acordado, a não ser “no fio de bígode”, entre o Flamengo e a ISL.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador, sabe por quê? No fundo, no fundo, é que – isso aqui eu tenho que relatar, clube é algo muito importante. Mas abrimos o jornal e lemos comentários que a equipe é muito ruim. A torcida, na rua, pressiona e agrida dirigentes.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Isso não justifica fisiologismo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Justifica sim. Não discutirei com V. Ex^a, até porque o senhor é o Relator da matéria e estou aqui para respeitá-lo e ajudá-lo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Isso não justifica o fisiologismo e a ruptura de contrato. Havia um contrato, que foi sistematicamente rompido e, mais que isso, o contrato deve ter sido...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador, se houvesse rompimento do contrato, a própria ISL não faria o pagamento, seus Diretores diriam: “Não concordo e não vou fazer o pagamento.”

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quanto o Flamengo devia antes de assinar o contrato com a ISL e quanto exatamente deve hoje em grandes números?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – V. Ex^a pode me emprestar o papel da auditoria que passei para o senhor?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Pois não.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Em dezembro de 1999, a dívida do Flamengo era de aproximadamente 118 milhões. Estavam contabilizados exercícios futuros - que não é dívida - de 3 milhões. Esse valor era resultado de exercícios futuros. Essa foi a dívida na época da ISL.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Minha pergunta foi clara. Gostaria de saber quanto devia o Flamengo antes da ISL?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Então, em 31 de dezembro de 1999 essa é a resposta. A ISL aportou no Flamengo, somente em dezembro, US\$3 milhões, o que equivalia a R\$13 milhões. Então, antes...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não, vamos esclarecer.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A dívida era de 118 milhões. Está aqui.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Cento e dezoito? Ao término da rescisão contratual da ISL de quanto era a dívida?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Ao término não sei, posso falar em dezembro de 2000. Em dezembro de 2000, a dívida do Flamengo era de 136 milhões.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quanto?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Cento e trinta e seis milhões.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Cento e trinta e seis milhões de dívida?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E hoje o senhor não sabe quanto é?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Hoje, a dívida do Flamengo?

O SR. GERALDO ALTHOFF – É.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Está melhor do que essa dívida. Só que em dívida aqui estão computadas contingências e provisões. Está contabilizada aqui uma obrigação com os empreendedores do **shopping** – que entendemos não ser dívida, mas mandei registrar e atualizar, pois está havendo uma discussão em torno do assunto – na casa de 12 milhões. Outro valor que começaram a dizer que era dívida, mas entendo não ser, que foram os aportes da ISL, de 67,6 milhões, que é resultado de exercícios futuros e este ano será levado a resultado. Então, a dívida do Flamengo hoje é de 136 milhões. De provisão para contingência temos 13 milhões, obrigações com o Consórcio Plaza Shopping, 12 milhões, outras obrigações e empréstimo bancário de 2 milhões aproximadamente. Então, o total da dívida do Flamengo, em 31 de dezembro, é de 136 milhões. Senador desejo explicar a V. Ex^a que, conforme sugestões, foi feito um balanço de abertura, no dia 01 de janeiro de 2000, e contabilizados todos os ajustes da auditoria. Então existe um balanço de abertura, apresentando exatamente essa realidade do Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Apenas gostaria de destacar que essa dívida de 136 milhões exclui, portanto, o repasse da ISL de US\$60 milhões. Para aqueles que consideram o repasse uma dívida, evidente que a dívida ultrapassaria, e muito, US\$200 milhões.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Estou dizendo para aqueles que consideram esse repasse, porque não nos cabe aqui saber do destino desses recursos com o fim desse contrato.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Posso explicar. O contrato com a ISL...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sessenta milhões de dólares é um valor significativo, por isso considero importante um esclarecimento.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O contrato com a ISL previa que os investimentos que eram feitos eram resultado de exercício futuro, portanto não eram dívidas. Se no final do contrato, esses

investimentos, se a ISL recuperasse esse resultado, isso virava patrimônio do Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com o fim da ISL, com o fim desse contrato, esse valor não retorna a ISL?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não retorna a ISL. Isso é resultado do exercício futuro, é contabilizado em receita do Flamengo. Há, inclusive, uma cláusula que colocamos, onde a ISL pediu que o contrato fosse de 15 anos, prorrogado por mais 15 anos. Inserimos uma cláusula que nos 8º, 9º e 10º ano a ISL teria que ter um lucro de 5%, porque, se não tivesse, ela não teria direito à renovação do contrato. Então, tudo aquilo que está em resultado de exercício futuro, tanto que o nome diz: resultados de exercício futuro. Aqui não está dentro do exercício a longo prazo nem do passivo circulante. Agora posso falar isso para V. Ex^{as}: por parte de um Conselheiro do Flamengo, de uma forma maldosa, convocou um jornalista e disse que havia um rombo no Flamengo de duzentos e poucos milhões, somando esses 136 com os 67. Mas esses 67 milhões são resultado de exercício futuro, tanto que não é jogar para resultado. É uma discussão técnica que estou tendo, inclusive, com os auditores. Acho que não é jogar para patrimônio, e sim tem que passar pela conta de resultado para depois vir para patrimônio.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vejo um sentimento, Sr. Presidente, de que sempre que nos colocamos frente a algum tipo de impasse, seja colocado. Permito-me fazer essa ressalva. Creio que não é adequada a politização daquilo que tecnicamente foi apresentado pelo próprio Conselho, por aquilo que os nossos assessores identificaram. Isso não é culpa da ingerência política dentro do Flamengo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador, V. Ex^a me perdoa? O Flamengo sofre fiscalização do Banco Central, do INSS e do Imposto de Renda. Eles têm acesso aos nossos balanços e os fiscalizam.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Estava tudo regular, e o senhor não queria permitir que tivéssemos acesso a essas informações.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A Receita Federal fiscalizou o Flamengo recentemente, o Banco Central e o INSS também.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fomos, Dr. Edmundo, impedidos de exercer a nossa função de Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi o senhor a pessoa que mais tentou, junto com o Presidente da Federação do Estado do Rio de Janeiro, que mais difi-

cultou por meio de solicitações de liminares o nosso trabalho, como se estivéssemos fazendo alguma coisa errada. Estamos querendo fazer o bem, fique certo disso o senhor mais uma vez.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não tenho dúvida disso, Senador. Estou aqui colaborando em tudo. Só que sou obrigado, em assuntos que domino, a explicar detalhadamente. Por exemplo, diziam que o Flamengo tinha um rombo de 200 milhões. Isso não era verdade. A colocação que foi feita através da imprensa não foi verdadeira. O passivo do Flamengo é exatamente esse que eu falei para o senhor. E quando peguei o clube... Já passei para o senhor um relatório de auditoria que comporta algumas contingências que não eram feitas, e eu tive o cuidado de que o balanço do Flamengo espelhasse a realidade. E vou reafirmar: acho que uma empresa do porte da Deloitte não se habilitaria a fazer algo que não fosse a realidade, tanto que estou trazendo aqui para os senhores o primeiro relatório de auditoria que eu contratei: o relatório da primeira gestão e o relatório da segunda gestão. Todas as solicitações e sugestões da Deloitte, tomei o cuidado de fazê-lo. Todos os ajustes no dia 1º de janeiro e fiz um balanço de abertura. Isso mostra, Sr. Senador, a total transparência da diretoria do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor tem a formação de contador que não tenho. Veja bem que sou, às vezes, simplista no meu raciocínio, mas o meu raciocínio simplista me leva a fazer a seguinte ilação: o Flamengo devia — para encerrarmos o assunto —, em dezembro de 1999, 118 milhões e, em dezembro de 2000, 136 milhões.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Hum, hum.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A despeito do acesso que o Flamengo teve a US\$60 milhões, gostaria agora de saber da sua pessoa como a ISL transferia os recursos pactuados contratualmente com o Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Bom, pagamento a terceiros, a ISL fazia o pagamento diretamente, pelo menos isso contratual. Isso era contratual. A ISL fazia os pagamentos, principalmente das dívidas. A ISL pagava diretamente. O pagamento das despesas mensais do Flamengo, a ISL fazia diretamente ao Flamengo. O pagamento de contratação de atletas, a ISL, a não ser que entrasse com recurso do Flamengo, alguns com recursos do Flamengo; quando era recurso da ISL, a própria ISL, tanto que dois atletas, no caso, o Edílson e o Gamarra, ainda há um

débito do Flamengo porque a ISL não honrou o compromisso e que fizemos questão de registrar aqui no balanço. Agora, tem uma coisa, Senador: também quando eu peguei o clube, o passe de jogadores que o Flamengo tinha em dólares — temos que esses números estão frios, mas é a grande verdade —, tínhamos um ativo de atletas que não passavam a US\$15 milhões. Hoje temos um ativo de atletas que passam a US\$50 milhões.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quem determinava as transferências da ISL?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Flamengo Licenciamento. Da ISL, é o Flamengo Licenciamento. E o Luiz era o diretor da ISL internacional. É através...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Do Flamengo, no processo de comunicação com a ISL, quem solicitava por parte do Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A ISL, através do contrato, sabia das remessas mensais e fazia isso. É a área financeira do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E essas transferências tinham fiscalização? Havia algum conselho? Elas eram levadas ao conhecimento dos conselheiros? Qual era o encaminhamento da...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Tanto que havia que o conselho fiscal... Tem o conselho fiscal do Flamengo e tem a auditoria. Tanto, Sr. Senador, que mandei fazer um trabalho, recentemente, para fazer um trabalho e apresentar aos conselhos o extrato do contrato da ISL, tudo que foi recebido, tudo que foi investido, para apresentar para todos os conselheiros. Isso eu pedi que fosse formada uma comissão, onde o ilustre conselheiro do Flamengo, Dr. Hélio Barroso, é o Presidente. Ele está concluindo esse trabalho — já deve estar concluso — para fazer a apresentação para o nosso conselho. Isso é uma preocupação nossa de prestar contas ao conselho do Flamengo sobre o contrato da ISL.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Foi constituída uma comissão?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu pedi que fosse constituída uma comissão.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Essa comissão foi constituída?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foi constituída.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor poderia nominar as pessoas que participam?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, não. De cabeça, eu não sei.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E essa comissão já apresentou relatório?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, não, mas vai apresentar o relatório.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E qual é a data prevista de apresentação de relatório?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não sei também. Quem constitui essa comissão é o presidente do Conselho Deliberativo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Projeção seguinte, por favor:

“Na reunião do Conselho Deliberativo do Flamengo, de 02/07/ 2001, em que foram apreciadas as contas do clube relativas a 2000, o Conselho Fiscal emitiu parecer sugerindo a inclusão da seguinte cláusula no contrato de rescisão:

Em não se estabelecendo a decretação falimentar da ISL, conforme o estabelecido no item 1.1, e caso haja mudança de razão social, transferência de titularidade ou outra modalidade para sobrevivência dela, ISL, fica definida uma indenização adicional de 30% sobre o montante do contrato original assinado em 17/11/99.”

O meu questionamento fica preso ao seguinte fato: se a rescisão do contrato foi motivada pela falência da ISL, esta cláusula deveria figurar, na nossa visão, como o art. 1º do contrato de rescisão. E nada constava nesse contrato de rescisão. O Flamengo não passava a ter, em momento nenhum, a possibilidade de se ver, mesmo que a ISL tivesse oportunidade de se recompor – isso porque estou lembrado que, à época, a ISL buscava mecanismos de vender parte de sua empresa a outras com a finalidade de manter o seu equilíbrio financeiro.

Não houve essa preocupação por parte da sua pessoa?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, porque o Conselho do Flamengo, quando um dos rumores da provável quebra da ISL começou a acontecer, houve uma pressão nossa no sentido de que houvesse uma solução. A comissão criada, a Comissão Jurídica, aprovou o contrato de rescisão. O contrato foi levado a plenário, que também aprovou a rescisão do contrato da ISL. Foi isso que foi feito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nada preservando a possibilidade de que, eventualmente, se a ISL viesse a se recompor...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, até porque, Sr. Senador, a grande verdade está aí. A ISL faliu realmente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas ela tentou, nesse interstício de tempo – isso foi veiculado, tenho uma lembrança e o senhor deve estar lembrado desse fato também –, buscar mecanismos e alternativas no sentido de tentar manter-se, com venda de parte de seus ativos.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Srs. Senadores, quando eles estavam tentando a última cartada deles, que foi a Kirsh, quando soubemos da negativa da Kirsh em se associar à ISL, pressionamos para que, imediatamente, fossem feitos os contratos, senão, se a ISL falisse e não fizéssemos esses contratos, todas as propriedades do Flamengo, as nossas marcas estariam presas. E o Flamengo tinha de crescer de novo, tinha de viver. E isso foi aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Incisivamente, eu gostaria de fazer-lhe um questionamento: por que o senhor tentou impedir que discutíssemos aqui, na CPI, sobre as contas do ano 2000 do Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Porque eu prestei contas disso ao Conselho do Flamengo, Sr. Senador. Confesso aos senhores que me dedico, sou rubro-negro de tomar sol e chuva, de ir aos estádios para acompanhar e incentivar minha equipe, que trouxe Oscar, Leila, Virna, Aurélio Miguel para o Flamengo, que reformou o estádio de remo, que importou uma flotilha, que trouxe a ISL - embora houve esse dissabor. Dou o meu tempo, que vale muito, ao Flamengo. Discuti as contas no Conselho Deliberativo. Em nenhum momento, eu quis atrapalhar o trabalho da CPI. E mais, Srs. Senadores, o Flamengo não é meu, eu sou apenas um delegado do Conselho Deliberativo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Então, foi o Conselho Deliberativo que determinou isso?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O quê?

O SR. GERALDO ALTHOFF - Essa solicitação de mandado de segurança?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA - Não, o corpo jurídico do Flamengo determinou. Nós...

O SR. GERALDO ALTHOFF - Mas o senhor deve obediência ao Conselho Deliberativo, não ao departamento jurídico.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Com relação à aprovação de contas, sim.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu fico em uma situação constrangedora, porque, na minha visão, em meu sentimento simplista, considerando que o Flamengo é uma verdadeira Nação dentro de uma gran-

de Nação – o Flamengo tem 35 milhões de torcedores -, teríamos uma oportunidade ímpar para que, de público, a Direção Executiva do Flamengo tivesse a oportunidade de expor transparência e a lisura.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, estamos falando tudo, estou mostrando relatório de auditoria.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor vai me perdoar. O cidadão que mora lá na minha querida Tubarão, que tantos flamenguistas têm, tenho absoluta certeza de que aquele cidadão também tem o mesmo sentimento que o senhor tem pelo Flamengo, mas ele não terá acesso a esse documento. Estamos circunscripcionalmente tendo a oportunidade ímpar de o senhor levar esse documento a esse cidadão, que está lá no outro Estado e, com certeza, não irá, em momento algum, ter acesso a ele.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, não estou fazendo isso?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não teria constrangimento em trazer essas contas e abri-las com total lisura e transparência.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mas, Sr. Senador, eu não estou fazendo isso?

O SR. GERALDO ALTHOFF – O Sr. está fazendo, mas de uma maneira que, com certeza, aqueles que são aficionados e amam o Flamengo, como o senhor ama, não terão acesso. Somente aqueles 1.715 conselheiros que passaram a ter acesso a isso.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mas, Sr. Senador, eu sou eleito por essas pessoas. O Estatuto do Flamengo...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas o seu respeito e a sua consideração é para os 35 milhões de flamenguistas que existem neste País, não é somente a esses 1.715 ou aos seus 8.500 associados. Entendo que esse sentimento de direito difuso – acho que é esse o termo que se usa legalmente, direito difuso – é para que qualquer cidadão, que tenha esse sentimento de amor pelo Flamengo, possa ter acesso. Estamos, por meio dessa CPI, exatamente, criando este momento, difícil do futebol brasileiro. Estamos dando essa oportunidade. Com o quê nos defrontamos? Com Mandado de Segurança.

Vamos à projeção seguinte, por favor.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Presidente, eu gostaria de ir ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois, não. Suspendemos a reunião por alguns minutos, atendendo pedido do depoente.

(Suspensa a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está reaberta a reunião. Com a palavra o Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, vou me permitir aguardar, para que a próxima projeção seja viabilizada, para darmos continuidade ao nosso trabalho.

Agora, vou dirigir algumas perguntas, Sr. Edmundo, ponderações sobre o parecer do Conselho Fiscal relativo às contas de 2000. Não fui ao âmago dos detalhes contábeis. Tenho até limitações nesse sentido. Por essa razão, vamos nos deter somente a alguns itens colocados e postos pelo Conselho Fiscal do próprio clube para fazermos algumas reflexões.

Na realidade, foram 12 itens postos e colocados pelo Conselho Fiscal do Flamengo. Eu gostaria de analisar os seguintes:

O item 6.1 diz o seguinte: “O Flamengo celebrou contrato com o F. C. Alksburg, filiado à Federação Alemã de Futebol, em 19 de julho de 1999, de acordo com o qual este deveria pagar, ao Flamengo, a importância de US\$10 mil (dólares americanos), no câmbio paralelo, maior valor de venda, à vista, pelo empréstimo do atleta Edivaldo Rodrigues Cunha. O depósito bancário de pagamento ao Flamengo é de R\$10 mil, com data de 23 de agosto de 1999.

Este assunto vem se arrastando desde aquela data, originando vários ofícios do Conselho Fiscal ao Conselho Diretor pedindo uma solução satisfatória para o caso, o que não aconteceu até a presente data. Por essa razão, este Conselho sugere ao Conselho Deliberativo que determine o ressarcimento da diferença.

O seguinte, a seguinte projeção O item 6.6 refere o seguinte: no contrato de compra e venda do atestado liberatório do atleta Fábio Silva Moraes, celebrado entre o Flamengo e o Grêmio em 18/08/2000, consta que o Flamengo recebeu o equivalente a US\$2 milhões (dólares americanos), do que deu plena e geral quitação. No balancete de dezembro de 2000, o Grêmio de Futebol Porto-alegrense figura como devedor do Flamengo da importância de R\$3.910.800. Por falta de documentação contábil, não é possível saber a origem do débito do Grêmio, inscrito como “Contas a Receber”.

Sr. Edmundo, o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do Clube, de 2000, também traz um item denominado “Quanto à Má Utilização de Recursos”. Eu vou ler os 5 itens levantados pelo Conselho Fiscal e, posteriormente, gostaria que o Sr. pudesse comentá-los. É importante ressaltar que o Conselho

Fiscal entendeu que, embora documentados, esses gastos poderiam ter sido evitados ou adiados, uma vez que o orçamento das despesas já havia ultrapassado a dotação orçamentária.

Só para informar aos presentes que nos vêm e nos escutam, no exercício de 2000, o Flamengo obteve uma receita global de R\$113 milhões contra uma despesa de R\$150 milhões, ocasionando um déficit de em torno de 37 milhões.

É a seguinte a projeção: o Flamengo contratou a Empresa Zebest Transfer e Representações Ltda. para a confecção de 44 mil camisas com estampas Fla/Manchester no valor de R\$176 mil. Sugere o Conselho Fiscal ao Conselho deliberativo que adote as medidas que entender pertinentes, considerando que as explicações do Conselho Diretor não foram satisfatórias.

A seguinte: o Flamengo gastou, na posse do Diretor Jurídico Sílvio Guerra, o valor de R\$11.530, fato inusitado no Flamengo.

O Flamengo gastou, no lançamento do Centro de Treinamento, a importância de R\$99.035, nos meses de outubro e novembro de 2000.

O seguinte: O Flamengo, nos últimos 4 meses de 2000, gastou o valor de R\$43.232,43 entre **folders**, postagens e painéis para propaganda da Gávea revitalizada e Centro de Treinamento.

O Flamengo fez um contrato com a Empresa Cristina Godinho Assessoria de Imprensa, pelo período de 11/03/2000 a 31/12/2000, pagando mensalmente R\$30 mil e mais R\$1.500,00 de ISS; ao todo mais de R\$300 mil ao ano. Nesse mesmo contrato ainda existe uma cláusula que diz: "Nas parcelas dos meses de maio, agosto e novembro serão acrescidos 30% sobre os valores pagos no trimestre", o que nos parece inaceitável. É bom colocar que essas colocações não são feitas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito; são as ponderações e as colocações feitas pelo Conselho Fiscal do Clube de Regatas do Flamengo, de maneira tal que é bom se dizer também que o Conselho Fiscal foi eleito dentro dos princípios que determinam o próprio estatuto do Flamengo e nos chama atenção sobremaneira e por essa razão é que sentimos a necessidade de tornar público esses fatos que acabei de relatar. Se V. Sª entender oportuno fazer alguma referência a esses assuntos, fique à vontade.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Todos esses assuntos foram discutidos e aprovados pelo Conselho Deliberativo, que entendeu que a dire-

toria tinha autonomia para tomar essas decisões, e as contas foram aprovadas.

Também, Senador, na última eleição do Conselho Fiscal, eu poderia interferir. Por elegância e por ética, não participei da última eleição do Conselho Fiscal, onde eu achava que o candidato que fosse eleito tinha a responsabilidade de fiscalizar as contas do Flamengo. Agora, tenho a obrigação e tenho o direito também de perante... porque, lamentavelmente, algumas questões não foram colocadas tecnicamente, elas foram colocadas politicamente, elas poderiam ter sido resolvidas. Houve falhas? Houve. Agora, elas poderiam ter sido resolvidas, mas não foram resolvidas porque não houve interesse das pessoas, até porque o outro Conselho Fiscal, para se ter uma idéia, o antigo Presidente do Conselho Fiscal –deveria até ter uma quarentena nos clubes, é uma das propostas que faço, depois vou fazer – era candidato a Presidente do Flamengo e teve toda uma intenção de dificultar algumas coisas. Agora, é uma das pessoas de que gosto e respeito muito, o Dr. Roberto, mas penso que muitas das coisas poderiam ter sido discutidas, regularizadas, ajustadas – como foram – e aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Penso que é importante colocar que a nossa assessoria da CPI também fez análise desses fatos e tem o mesmo sentimento e a mesma coincidência de pontos de vista com relação ao Conselho Fiscal do Flamengo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador, também gostaria que daqui depois saísse uma proposta. O Flamengo está sozinho brigando, sem conseguir um apoio com relação ao atleta Tirso. Se esses recursos tivessem na caixa, nada disso estaríamos discutindo. São R\$40 milhões que estão voando por aí, e o Flamengo sozinho está brigando contra tudo e contra todos. Então são essas coisas que as pessoas falam, na linguagem contábil, o débito e não falam o crédito. Precisamos ajuda para o crédito também.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas vou pegar o exemplo daquelas referências que fiz do Conselho Fiscal uma a uma: eles solicitaram, por parte da diretoria executiva do Flamengo, explicações do seguinte: o Flamengo gastou, na posse do diretor jurídico Sílvio Guerra, o valor de R\$11.530,00; fato inusitado no Flamengo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, não foi fato inusitado. O Flamengo também tem como atividade ser um clube social. O Flamengo tem três atividades fins: o futebol, os esportes chamados olím-

picos e a atividade social. Na posse do Dr. Sílvio Guerra foram personalidades e artistas que deram visibilidade ao Flamengo... Se o Flamengo fosse levar algum dos artistas que foram à posse, com certeza, teríamos que gastar muito mais. E só prestigiaram o Flamengo exatamente porque o Dr. Sílvio é advogado de algumas das estrelas.

E digo a V. Ex^a, quanto a essa colocação, que não sei se foi por ciúme ou por antipatia do Sílvio por algumas pessoas, pois essa colocação não poderia ter existido. É isso que estou dizendo a V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Porém, na realidade, houve uma festa de posse...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Houve. O Flamengo é um clube social também.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E se gastaram R\$11 mil nessa festa de posse; especificamente, esse associado...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, eu gostaria apenas de colocar uma coisa: a gente tem que fazer as comparações. O Brasil tem festa de 7 de Setembro, festa do Dia do Trabalhador etc, porque o Estado precisa fazer isso. E o clube, também como atividade social, precisa fazer isso. Só colocaram essa, e outros gastos – muitos outros gastos – foram feitos...

O SR. GERALDO ALTHOFF – De quanto foram os gastos nas outras festas de posse de outros diretores jurídicos do Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não sei, mas muitas outras festas foram feitas. Não sei de cabeça, mas muitas outras festas foram feitas e muitos outros valores foram gastos.

Agora, foi uma decisão da diretoria, Sr. Senador, e aprovada pelo conselho deliberativo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas foi a posteriori.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, mas foi, e o conselho deliberativo entendeu que o custo/benefício desta festa foi importante para o **marketing**, para a imagem do Flamengo em razão das pessoas que estavam presentes.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Continuo tendo um sentimento de que o futebol brasileiro, mormente os clubes, mormente os grandes clubes do Brasil, continuam sendo administrados com um sentimento de presidencialismo feudal, de posições de caráter unilateral.

Com respeito a sua pessoa, esse é o sentimento, quer dizer, essa é a ilação que eu gostaria de fazer,

que isso é um fato que ocorre de maneira constante em outros clubes de futebol brasileiro também.

Era essa a ponderação, essa é a análise que eu me permitiria fazer novamente.

O Conselho Fiscal do Flamengo apresentou ao Conselho Diretor, no dia 02/07/2001, data em que foi votada a prestação de contas relativa a 2000, um adendo ao parecer original, trazendo novas informações sobre as contas de 2000.

Nesse momento, eu gostaria de pedir à nossa assessoria que fizesse essa projeção de **slides**, que fazem parte desse adendo. Esses **slides** mostram e tratam de diversas obras que estão sendo implementadas no clube, que foram cheçadas pela assessoria do Senado – é bom que se diga.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – As obras?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eles trazem um comparativo entre os recursos despendidos e a avaliação física das obras.

A primeira projeção é referente à arquibancada do Parque Aquático do Flamengo.

Segundo o Conselho Fiscal, já foram gastos 79% do total de 767 mil contratados, e foram executados somente 50% dessas obras, conforme demonstra esse gráfico aí exposto.

No segundo, temos aí uma projeção das obras. Essa é a situação atual das obras referidas.

Ginásio poliesportivo. Segundo o conselho fiscal, já foram gastos 71% do total de R\$1.057.650 milhão, e foram realizados, dessa obra, 30%; por consequência, está faltando realizar 70% da obra total. E aí está a situação desse ginásio dito poliesportivo.

Essa é a visualização do projeto e a visualização da situação atual da obra neste adendo do Conselho Fiscal, apresentado ao Conselho Deliberativo. Posteriormente, o chamado estacionamento dois. Segundo o Conselho Fiscal já foram gastos 56% do total de R\$239 mil, do valor da obra contratados e foram executados apenas 10% da obra. Essa seria a situação atual da obra em referência.

A chamada área de lazer, segundo o Conselho Fiscal já foram gastos 50% do valor total da obra, com a realização somente de 10% da parte estabelecida da obra. Teríamos essa projeção do projeto inicial, do projeto por si só e da situação atual da obra.

Nessa projeção, fica caracterizado que todas essas obras estão sendo feitas, e tiveram, por sua vez, 70% dos seus valores já pagos, e somente 38.14% das obras realizadas. Ressalvo, novamente,

que todas essas situações fazem parte de um adendo do Conselho Fiscal, ao parecer das contas de 2000.

Eu fiz parte, Sr. Presidente, da CPI do TRT de São Paulo, e tive também oportunidade de lá viver situações à semelhança daquilo que está sendo informado pelo Conselho Fiscal do Flamengo. Veja bem que essa posição, volto a insistir, foi tomada por parte do próprio Conselho Fiscal do Flamengo.

A que o senhor atribui, Sr. Edmundo, esse descompasso entre os pagamentos às empreiteiras e a execução física da obra observado pelo Conselho Fiscal?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Nobre Senador, com todo respeito, primeiro que não posso aceitar uma comparação do TRT de São Paulo com as obras do Flamengo.

Segundo, tudo isso aí foi relatado e aprovado. O Conselho Fiscal que também mandou esse relatório para V. Ex^a, esqueceu-se de mandar a reforma do Rema, a reforma do Tener, a reforma do ginásio olímpico, a reforma da piscina. Então, isso foi feito de uma forma política, de uma forma maldosa também, e aí vou dizer, de uma forma de tentar destruir a imagem do Flamengo. Porque mandar para V. Ex^{as} um relatório interno, onde o vice-presidente de planejamento e expansão, que era o responsável por essas obras, utilizou os preceitos da Lei nº 8666, para fazer a concorrência, para solicitar, onde foi provado na reunião do Conselho Deliberativo, que quando eles falarem na colocação das pedras eles não incluíram a mão-de-obra que tinha sido utilizado. Tudo isso foi demonstrado. Mas mesmo assim solicitei que fosse verificado e feito uma medição de todas essas obras, **a posteriori** é o que está sendo feito. No Conselho do Flamengo vai ser mostrado isso.

Não posso admitir que o Presidente do Conselho Fiscal do Flamengo encaminhe isso aqui para essa CPI com a finalidade de destruir a imagem do Flamengo. Com a finalidade, como V. Ex^a mesmo falou, em algum momento V. Ex^a chega a pensar que o que houve no Flamengo foi o que houve no TRT. O que não verdade. O Flamengo é uma instituição séria, que tem seus poderes, que presta conta aos seus poderes e que os seus poderes aprovaram as suas contas.

Agora, falhas, vou reiterar, podem existir. Má-fé não existiu por parte do vice-presidente da área e nem das pessoas que trabalharam naquilo. Nós utilizamos os preceitos, e vou repetir, da Lei nº 8666, foram feitas concorrências, foram feitas medições e, em função do que foi feito pelo Conselho Fiscal, do que foi dito, mandamos fazer medições e estão sendo fei-

tas as medições. Para que a coisa seja isenta, o Conselho Fiscal deveria ter remetido também as fotografias da reforma da ginástica olímpica, de todo o nosso complexo de tênis, de um estacionamento que já foi entregue também da parte do remo do Flamengo. Isso, lamentavelmente, não foi feito, quer dizer, a intenção foi destruir, mais uma vez, a imagem do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de dizer que a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, como qualquer outra, tem a autonomia da ação e da investigação sobre informações de caráter sigiloso, e que nós estamos preservados também por força constitucional. O nosso sentimento investigativo não é puramente dentro de um puro e simples sentimento, e sim encimado dentro da própria Constituição.

Ainda sobre o balanço de 2000, que foi entregue para análise ao Conselho Fiscal, a Sr^a Maria Ângela Alves Luz, Contadora do Clube, em depoimento ao Conselho Fiscal do Flamengo, em 21/05/2001, fez algumas referências, que vou me permitir a narrar algumas referências feitas pela citada Contadora.

Pergunta: o balanço foi encerrado quando?

A resposta da Sr^a Contadora: não foi encerrado.

Questionado: no balanço apresentado, a senhora o reconhece como o que foi entregue exibindo assinaturas?

A resposta dela: sim, para cumprir obrigação estatutária, prazos.

A pergunta feita: qual a razão desse balanço, encaminhado ao Conselho Fiscal não ter sido o definitivo?

A resposta da Contadora: porque esse balanço encerrado não era o definitivo, considerando que foram feitos vários pagamentos sem os devidos comprovantes, por decisão superior. E como os prazos estatutários tinham que ser cumpridos, assim foi feito. A Contadora faz uma referência de que teria dificuldades para receber esses documentos.

Aí a pergunta feita: como paga sem documentos? Sai como adiantamento, com o assunto definido, aguardando documentos para regularização.

A pergunta: existirão ajustes?

A resposta: sim.

O que falta para a Deloitte dar o relatório sobre o balanço? Por atraso no pagamento dos honorários para com esta empresa, tal relatório ainda não foi enviado.

A pergunta: vieram dois balancetes para o Conselho Fiscal, um em 23/02/2001, e outro em 13/03/2001.

Com base em qual foi feito o balanço?

A resposta da Contadora: nenhum dos dois.

A pergunta: os documentos que faltam para exame do Conselho Fiscal, em que fase se encontram hoje, à época, 21/05/2001?

Estamos providenciando, breve enviaremos para o Conselho Fiscal.

Esse foi o depoimento, ou melhor, parte do depoimento da Contadora. Permito-me a sair com absoluta convicção de que os demonstrativos que o senhor encaminhou ao Conselho Fiscal, não espelhavam a realidade financeira e contábil do Clube, sendo que tal fato, inclusive, é passível de ser tipificado penalmente.

Acho que isso é um assunto até para o próprio Ministério Público tomar posição. O meu questionamento é o seguinte: por que razão o maior clube do Brasil, um dos maiores do mundo, com mais de 35 milhões de torcedores, não consegue manter uma contabilidade organizada? Qual a razão disso? Qual a razão dessa situação, que costumo dizer, chamo sempre de situação de caráter constrangedor?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador, a razão é muito simples. O Clube não tem um modelo organizacional, não tinha. Está tendo o modelo organizacional. V. Exª sabe que para mudar uma estrutura no início, de 105 a 106 anos, não se faz em dois anos e meio de gestão. O Clube, como qualquer outro Clube, ainda continua com o pensamento amador, mas com o profissionalismo batendo à sua porta.

O Flamengo tomou cuidado. Nós contratamos a Fundação Getúlio Vargas. O primeiro processo da Fundação Getúlio Vargas – vou deixar aqui como modelo – foi o da redução de número de vice-presidências, onde, cada vez que se reduz uma vice-presidência, o senhor está criando um embate político, porque é perda de poder dentro do Clube.

Logo após esse trabalho da Fundação que já está implantado, nós começamos agora a trabalhar em todos os princípios de controle do Clube, estamos fluxogramando todas as rotinas, para que tenhamos condições de ter um manual de procedimento dentro do nosso Clube – e isso está sendo feito.

Uma empresa que não tinha nenhuma estrutura organizacional, não se consegue fazer isso de uma hora para outra.

Como falei, existiam falhas, de má-fé, com certeza, não existiam. Tanto que a cada vez que é apontada uma falha, a determinação da diretoria é corrigi-la imediatamente.

O senhor pode ter certeza que com esse trabalho da Fundação que está sendo implantado, que estou passando uma cópia para as mãos dos senhores, com a contratação da Deloitte, que é uma empresa que está nos orientando; com a contratação da **Profit**, que é uma empresa que está implantando um sistema orçamentário. E com a implantação agora que estamos adquirindo um sistema de gestão no Clube, o senhor pode ter certeza, que o Flamengo vai ser modelo em organização.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor fez referência que o Clube ainda continua com o pensamento amador.

Vou terminar essa situação e essa avaliação, pois acredito que os fatos falam por si só. Não gostaria de tecer mais nenhum comentário a respeito desse assunto.

Eu gostaria agora que fossem feitas algumas outras projeções. Tenho dificuldades em mexer com números, mas aí estão colocados e disponibilizados os grandes números do balanço do Flamengo, nos respectivos anos de 95 a 2000, ficando caracterizado um aumento progressivo do ativo e um aumento progressivo do patrimônio líquido. Com um aumento, logicamente, chegando a esse valor de 106 milhões no ano 2000.

Aqui estão referidos os principais itens do passivo, como adiantamentos, impostos, credores e dívidas trabalhistas, observando-se a vinda de 95, 96, 97, 98, e, a partir dali, um significativo aumento desses passivos.

A evolução do patrimônio líquido se caracteriza por uma estabilização de 95 até 1998 para que, em torno de 1999, esse patrimônio líquido chegasse àquele patrimônio líquido a que fiz referência, em torno de R\$105 milhões.

Aqui, temos uma relação de receitas e despesas dos respectivos anos, e seria interessante visualizar um aumento significativo nos gastos de caráter administrativo que vinham em torno de R\$6 milhões, R\$7 milhões, chegaram a R\$10 milhões a partir de 98, em 1999, passaram a ser em torno de R\$13 milhões e, no ano de 2000, passaram a ser de R\$19 milhões.

O seguinte, por favor.

Aqui, um gráfico em que ficam demonstrados os principais itens de despesas do Flamengo nos seus respectivos anos, caracterizando o aumento significativo dessas despesas a partir de 1999.

Aqui estão discriminadas as despesas referentes. E, aqui, chama atenção um fato com relação a

despesas referentes a serviços de terceiros. Esses valores variaram de 1995 até 1998 de R\$1,183 milhão, que foi o mínimo, até R\$4,450 milhões, que foi o máximo, aumentando para R\$13 milhões no ano de 1999 e chegando ao valor de R\$37 milhões no ano de 2000.

É importante também fazer a referência com relação ao crescimento significativo das despesas de caráter financeiro: a partir também de 1999, elas eram de R\$5,420 milhões, no ano de 95, em 98, foram de R\$6,9 milhões, em 99, foram de R\$21,5 milhões, e, no ano de 2000, em torno de R\$23 milhões.

Essa visualização aqui é um gráfico em colunas que mostramos, especificamente, há uma conta de referência chamado de gastos presidência e também gastos de **marketing**. Então, fizemos uma observação dos gastos que aconteceram de 95 a 98 com relação, respectivamente, a essa conta presidência e à conta **marketing**, chamando-nos atenção o crescimento significativo que houve com relação aos gastos referentes à presidência e **marketing** nos anos de 1999 e 2000.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Vamos suspender a reunião por alguns segundos a pedido do nosso depoente.

(Está suspensa a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas referências com relação a este gráfico que nós estamos apresentando, observando que os gastos com essas contas nunca passaram de R\$500 mil nas gestões anteriores de 95 a 1998. Em 99, elas foram de R\$955 mil, dos quais R\$522 mil somente com serviços de terceiros. Em 2000, os gastos nessa conta-presidência subiram para R\$2,2 milhões, dos quais R\$1,6 milhões com serviços de terceiro. Eu acho que seria interessante que o Sr. Edmundo dos Santos Silva fizesse uma avaliação por que e qual razão de que esta conta tenha se aumentado de maneira tão significativa.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Relator, isso aí é até paradoxal. Todo mundo exige a organização dos clubes, exige a profissionalização dos clubes e acha, então, que isso vai ser de graça. Nós temos que trazer profissionais competentes para fazer isso, como eu já falei, nós contratamos a Fundação Getúlio Vargas. Nós contratamos a Deloitte. Isso está em despesa, pode estar em passivo, mas em despesa é consignado como gasto.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas dentro dessa conta-presidência foi pago isso?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu não sei se foi alocado na conta-presidência, aí, eu não posso precisar. A conta-presidência só tem gastos muito pequenos com viagens, com assessorias, é claro.

Eu, hoje, nós estamos profissionalizando. São todos superintendentes. Dos sete superintendentes, quatro eu tirei do mercado financeiro. E eles ficam no clube o dia todo. Para o clube crescer para o clube se organizar, você tem que investir, você tem que gastar, senão vai ficar continuar sempre da mesma forma. Não só o Flamengo, como os outros clubes precisam passar por esse processo. Nós investimos em ações de **marketing** realmente. Nós aumentamos as nossas despesas.

Agora, quando foi feita aquela comparação ali, uma coisa me chamou a atenção: nas despesas, algumas provisões não eram constituídas, algumas correções, alguns ajustes não eram realizados. E não realizados, de repente, porque passou despercebido. O balanço de 98, balanço anterior de 99, pode ser visto que foi contabilizado o passe dos atletas. O primeiro ano que foi contabilizado o passe dos atletas. E isso houve um efeito positivo no patrimônio do clube.

Então, Senador, por favor, esses assuntos todos nós discutimos no Conselho, as contas foram aprovadas e nós estamos num processo de modernização, de organização do clube. Nós estamos mostrando isso através de um trabalho que acabei de entregar a V. Ex^a, da Fundação Getúlio Vargas. Nós estamos mostrando isso através dos relatórios de Diretoria, onde nós estamos demonstrando a seriedade do Flamengo.

E volto a afirmar, Senador, falhas podem existir, má-fé eu afirmo que não existe.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de refazer o meu questionamento em função do fato de que eu gostaria ter maiores informações da sua parte, para que o senhor nos referisse realmente o que está inserido nesta referência contra a presidência.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – De cabeça eu não sei, posso encaminhar a V. Ex^a, com o maior prazer.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E por que razão, dentro dessa conta presidência, o gasto significativo com um serviço de terceiros?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Serviço de terceiros, se não me engano, dentro da presidência, está a área de comunicação, a contabilização.

Não posso lhe precisar. A **Impress** deve estar dentro dessa área, não posso lhe precisar isso. A auditoria também deve estar dentro da área de presidência. A Fundação Getúlio Vargas também deve estar dentro da área de presidência. Agora, não sei todos os registros contábeis, todos os lançamentos contábeis de cabeça. Mas lhe remeterei, com o maior prazer.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor gostaria de fazer alguma referência com relação às despesas de **marketing** do Flamengo ou não?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Flamengo, como um clube de massa, precisa fazer **marketing** também. O Flamengo estava parado na sua área de **marketing**. Entendemos que o Flamengo, para crescer na sua área de **marketing**, tem que desenvolver um **data base**. Estamos desenvolvendo esse **data base**. Entendemos que para ter produtos temos que desenvolver esses produtos. Contratamos uma empresa para fazer desenvolvimentos de produtos. Entendemos que, para vender produto, temos que ter uma linha de distribuição e hoje temos algumas lojas e quiosques. Entendemos que, para vender, temos que ter canais de distribuição, que para promover a marca do Flamengo temos que ter escolinhas. Então, temos quarenta escolinhas. E isso só é levado a público com ações de **marketing**. Fazemos ações de **marketing** nos estádios de movimentação de torcida. Então, isso fazemos realmente, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Agora, o Flamengo não precisa vender a sua marca?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Presidente, da forma como a notícia chega para fora, na tentativa de maus rubro-negros de destruir a imagem do Flamengo, temos que realmente profissionalizar e criar ações de **marketing**. E todas elas estão relacionadas no Flamengo, todas elas.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Lamento, mais uma vez, de fazer referência àquele fato anterior, de que uma oportunidade ímpar que teve a sua administração de se comunicar com a massa rubro-negra, através das informações que deveriam a ela ser repassadas por essa Comissão Parlamentar de Inquérito e que, lamentavelmente, lembrando que fomos tentados de apresentar e de fazermos esse tipo de ação.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, a partir desse ano, os balanços dos clubes serão publicados, com suas notas explicativas e os reflexos das organizações que vão se proceder em alguns clubes, entendo eu, no Flamengo vai acontecer,

não tenho dúvida de que vai ser a melhora dos resultados do nosso futebol.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Como são decididas as contratações dos jogadores no Clube de Regatas do Flamengo?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A área técnica indica o atleta e a diretoria autoriza a contratação por parte da vice-presidência de futebol.

Não tem nenhum jogador que a presidência tenha contratado. Eu, provavelmente, sou o presidente que menos vou ao Departamento de Futebol do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – A projeção seguinte.

Esta projeção tem a finalidade de caracterizar, de evidenciar, de mostrar a aquisição, por parte do Clube de Regatas do Flamengo, do atleta Petkovic. Foram pagos quatro milhões e meio de dólares ao Clube Venecia, da Itália, que representou 69% do valor gasto pelo Flamengo para a aquisição desse atleta. Quatrocentos e cinquenta mil dólares foram pagos à Empresa **Lake Blue** referentes à comissão pela transferência do próprio atleta; US\$1.550 milhão pelo direito de imagem do atleta. Isso corresponde a 24% do valor pago pelo Flamengo.

Eu gostaria de fazer a leitura do depoimento que prestou o Sr. Dejan Petkovic, junto ao Departamento de Polícia Federal na Superintendência Regional no Rio de Janeiro. Assim ele se expressou, assim ele respondeu: Que vive no Brasil há aproximadamente três anos, com exceção do período em que jogou no Clube Venecia da Itália.

Que em razão disso possui pleno domínio da língua portuguesa. Que jogou no Clube Venecia entre julho de 99 e janeiro de 2000. Que não tinha conhecimento de quais empresas eram donas de seus direitos de imagens internacionais, quando de sua negociação com o Flamengo. Que não possui nenhum documento que demonstrasse a aquisição de seus direitos de imagem no exterior. Que o Sr. Jorge Carreteiro acertou os detalhes de sua transferência para o Flamengo, participando das tratativas com o clube. Que o Sr. Antônio Martinez, agente Fifa, também participou da transferência do depoente para o Flamengo. Que não sabe explicar a participação desse senhor na negociação. Que não conhece a Empresa **Lake Blue**, a não ser por meio de terceiros. Que desconhece o fato de essa empresa ter participado de sua transferência para o Flamengo. Que desconhece quem são os donos da **Lake Blue**. Que não conhece a Empresa Picoline Corporation a não ser por meio de

terceiros. Que desconhece quem são os donos da Picoline Corporation. Que após a sua transferência para o Flamengo, tomou conhecimento de que a Picoline Corporation teria participado da negociação, recebendo dinheiro pela venda de seus direitos de imagem internacional. Que a quantia recebida pela Picoline gira em torno de US\$1.5 milhão. Que desconhece quem recebeu os valores referentes à intermediação de sua transferência – 10% do empresário. Que não recebeu valor algum pela sua transferência para o Flamengo. Que o valor total de sua transferência foi em torno de US\$6.5 milhões. Que conhece o Sr. Doddy Sirena, e que esse senhor possui uma empresa de **shows**. Que nunca teve nenhum relacionamento comercial com esse senhor. Que desconhece se o Sr. Doddy Sirena participou das negociações de sua transferência para o Flamengo. Que conhece a empresa Player Empreendimentos Esportivos e Culturais Ltda. Que essa empresa detém os direitos de imagem nacionais do jogador. Que o contrato de cessão de direitos de imagem nacionais entre o jogador e a empresa Player foi celebrado entre janeiro e março de 2000. Que nesse ato requer...É deferido e recebe cópia do presente termo para a defesa de direito.

Quais foram os representantes, Sr. Edmundo, do Flamengo na negociação desse jogador?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Deixa só eu começar a história desse atleta. A ISL, quando fez o contrato, sempre teve a intenção de que o Flamengo tivesse a sua imagem negociada internacionalmente. Isso, por diversas vezes, o antigo presidente da ISL reiterou nas reuniões que tinha com a diretoria do Flamengo. Esse jogador, o Petkovic, além do Flamengo, o Cruzeiro queria contratá-lo também, não me lembro de cabeça, mas havia um outro clube tentando contratá-lo. O Dr. Luiz Carlos Medeiros, que era vice-presidente à época, uma pessoa de confiança no clube, foi encarregado de ir à Itália fazer toda a negociação do atleta Petkovic.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quer dizer que ele saiu do Brasil com a finalidade de entrar em contato com o Clube Venécia no sentido de adquirir o passe do jogador Petkovic?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Isso. Chegando lá no exterior, ele verificou que existia uma empresa que tinha, se não me engano, uma autorização para negociar o atleta por parte do Venécia, que era essa empresa, a **Lake Blue** – não conheço nenhum dos donos da **Lake Blue**. E também o Sr. Jorge Carreteiro era a pessoa responsável pelos direitos do atleta, para discutir os direitos internacionais do atle-

ta. Por quê? Existia a intenção da ISL em ter a imagem projetada para o exterior.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Então, a **Lake Blue** passou a ser a representante do jogador?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. A **Lake Blue** foi a agente Fifa, intermediou a transação, mas o representante do jogador foi o Sr. Jorge Carreteiro. A **Lake Blue** foi a empresa que intermediou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas a intermediação teria sido feita inicialmente entre o representante do Flamengo?***

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Dr. Luiz Carlos Medeiros foi tentar negociar o atleta e não conseguiu fazer a negociação diretamente com o clube.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ele se dirigiu a quem?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não sei, Senador. De cabeça não sei e nunca perguntei isso. O Dr. Luiz Carlos Medeiros, vice-presidente da época, pessoa de confiança do clube, saiu do Brasil para o exterior para fazer a aquisição desse atleta e o trouxe. Ele precisou do auxílio de uma agente Fifa, até para fazer o contrato entre o Venécia e o Flamengo, que naquele momento estava representado por ele, e recebeu o contato do Sr. Jorge Carreteiro, que era o responsável pela imagem do atleta no exterior. O Sr. Jorge Carreteiro remeteu uma correspondência onde ele diz: Madri, 4 de janeiro de 2001, Clube de Regatas do Flamengo, aos cuidados do presidente, atenção do vice-presidente de futebol, Sr. Luiz Carlos Medeiros. “De acordo com as conversações mantidas com V. Sa, referentes a aquisição dos direitos internacionais de imagem do jogador de futebol profissional, Dejan Petkovic, pelo valor de 1 milhão, 550 mil dólares, solicito que a citada quantia seja remetida à conta corrente abaixo indicada. Jorge Carreteiro Garcia”.

Ele colocou os dados da Picoline, e isso foi encaminhado à ISL. Vou deixar com os senhores essa correspondência.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Onde foram realizadas essas negociações?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foram todas renegociadas na Espanha.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E qual o representante da ISL nesse processo de transação?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A ISL não interferia em compra de jogador. Era consultada a disponibilização de recursos e era solicitado. A ISL internacional pagou diretamente aos interessados es-

ses valores; à empresa indicada pelo Sr. Jorge Carreteiro, à **Lake Blue** e ao Venecia.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quer dizer que o Flamengo transacionou com essas empresas, tanto a Picoline quanto a **Lake Blue** sem saber com certeza quem eram seus donos, quem eram seus proprietários.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, o Flamengo transacionou e não houve, por parte de nenhum interessado, que os direitos internacionais, que o Sr. Jorge Carreteiro não tinha direito e nem tinha poder para negociar os direitos internacionais. Foram negociados os direitos internacionais desses atletas que, inclusive, o proíbe em nível internacional de usar qualquer chuteira, camisa ou boné que não seja o do Flamengo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor falou que o Sr. Jorge Carreteiro representava o jogador?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É, ele representou o jogador.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E o senhor recebeu essa correspondência do Sr. Jorge Carreteiro determinando o pagamento de um milhão quinhentos e cinquenta mil para a Picoline?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É porque está assim. No depoimento do Petkovic está assim: que o seu procurador no exterior, Sr. Jorge Carreteiro, residente em Madri, detinha os direitos de negociar sua imagem, quando da sua venda para o Flamengo. Então, o Sr. Jorge Carreteiro que fez essa negociação.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor trouxe, tem o contrato do Sr. Jorge Carreteiro com a Picoline.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, não tenho.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas isso foi feito no fio do bigode então?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, o Sr. Jorge Carreteiro mandou uma correspondência para o Sr. Cacau Medeiros, à minha atenção, ao Sr. Luiz Carlos Medeiros, solicitando a imagem internacional, os direitos sobre a imagem internacional fossem depositados nessa empresa. Encaminhamos a ISL, e a ISL fez esse pagamento, ISL internacional.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O interessante, Sr. Relator, é que o próprio jogador se nega a informar que essa empresa teria direitos à exploração da sua imagem. Isso é que é estranho nessa operação e não consta nenhuma documentação que comprove que a Picoline Corporation seja detentora dos direitos de exploração da imagem do jogador. Isso é

que é estranho, o próprio jogador. E não é um, um... é um jogador esclarecido. Nós que conhecemos o jogador pela sua participação através dos meios de comunicação, é um jogador experiente, internacional, com várias passagens em vários clubes, então não é um neófito, não é um ignorante de forma absoluta. Então, é evidente que ele deveria saber qual o representante ou a empresa que teria os direitos de exploração da sua imagem. É evidente que essa operação fica sob suspeição. Ela não está esclarecida e o valor é expressivo, afinal, um milhão quinhentos mil dólares. É um valor significativo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Claro que é, Senador, é um valor e o senhor não pensa que existe por parte da diretoria do Flamengo qualquer conforto com relação a esse questionamento, não existe nenhum tipo de conforto.

Essa correspondência, inclusive, o senhor pode verificar que chegou às nossas mãos, estamos tomando o cuidado de entregar aos senhores, agora, é claro que ..., mas precisa um contrato do atleta com o Flamengo, mas precisa de um contrato do Sr. Jorge Carreteiro com o atleta. Essas são falhas que poderiam ter existido. Agora, o que o Flamengo fez e o que a ISL fez foi pagar a empresa indicada pelo Sr. Jorge Carreteiro. Não foi o Flamengo, a ISL pagou a empresa que o Sr. Jorge Carreteiro indicou, que, segundo o depoimento do atleta, esse Sr. Jorge Carreteiro tinha condições de negociar os direitos dele.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Fica a impressão de que os valores são insignificantes na medida em que o clube se dispõe a pagar um milhão quinhentos e cinquenta mil sem nenhuma comprovação de que deve realmente pagar pela exploração da imagem do jogador, isso é surpreendente.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Senador, só para o senhor ter uma idéia, hoje esse atleta vale ao Flamengo, provavelmente se o Flamengo fosse negociar esse atleta, esse atleta vale três vezes mais, exatamente pela visibilidade da imagem dele e algumas campanhas já serão colocadas no ar porque detivemos a imagem dele em nível nacional e internacional.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Isso nós não discutimos. Estamos discutindo a legalidade da operação, a correção da operação. Que o jogador é fantástico, todos reconhecemos.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Só para os senhores terem uma idéia, esse documento não tínhamos. Eu pressionei para recebermos esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O que demonstra a suspeição da operação é que o próprio jogador imaginava ter custado ao Flamengo em torno de US\$3,5 milhões, conforme a sua declaração à Polícia Federal.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Só gostaria de saber mais um dado. O Sr. Jorge Carreteiro reside onde?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não sei, não conheço o Jorge Carreteiro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas ele é de origem européia?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É de origem européia.

Mas a carta está, se não me engano, em Madri.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Esse documento vem datado do dia 04 de janeiro de 2000.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foi o procurador do atleta que nos remeteu esse documento. Pode ver que é um fax que está sendo remetido.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mandado à sua pessoa?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. A carta não veio para mim. Esse documento chegou, só vou mostrar aqui o faz aqui em cima para o senhor.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Exatamente onde eu ia chegar. Esse fax é originário de XV de Piracicaba.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Isso, onde tem a empresa **Player**, empresa aqui do Brasil, que detém os direitos da imagem no Brasil do atleta.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Do empresário do jogador.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foram eles que nos remeteram.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Empresário não, representante.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Representante do jogador.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quanto é que o Flamengo já conseguiu arrecadar com a exploração do direito de imagem do jogador Petkovic?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Olha, digo ao senhor que diretamente ainda nada. Agora, em função da visibilidade que ele deu ao Flamengo, em função daquilo que tem feito pelo Flamengo, das declarações dos títulos que tem dado ao Flamengo, hoje esse atleta que nos custou 6,5 milhões, sem sombra de dúvida, se o negociássemos era um jogador de mais de US\$10 milhões, dólar atual.

Está sendo pronta, porque estamos lançando um título, que não posso falar ainda porque os contratos não foram assinados, onde a imagem dele vai ser utilizada, não só a imagem dele, como a imagem de diversos atletas vai ser utilizada para alavancar as vendas desses títulos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quer dizer que, a partir do momento da compra do direito de imagem por US\$1,550 milhões...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – A ISL podia negociar a imagem dele.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não, essa imagem ficou como direito do Flamengo, da ISL?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, como a ISL tinha o **marketing**, detinha o direito, em todas as campanhas a ISL iria usar a imagem dos atletas, como num filme promocional chegou a usar uma imagem de atletas lá.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E por que o Flamengo passou a ter a necessidade de pagar o jogador pelo seu direito de imagem novamente?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Por uma razão; adquirimos os direitos desse atleta da imagem internacional, porque a ISL insistia que havia uma necessidade de se ter a imagem de um jogador com projeção internacional. Depois, quando contratamos alguns jogadores para o nosso elenco, o atleta Petkovic reclamou da defasagem do ganho dele em relação aos outros. Aí fizemos realmente um acordo com ele, onde negociamos com bases melhores do seu contrato.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Logicamente que o senhor estava imaginando que iríamos tocar nesse assunto do Petkovic. Toda a documentação referente a esses jogadores com relação a esse assunto o senhor deve ter em mãos. Eu gostaria que o senhor nos apresentasse o contrato de compra por direito de imagem por parte do Flamengo.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não tenho ele aqui, mas posso remeter para os senhores todos os contratos referentes à aquisição do Petkovic.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Só gostaria de fazer uma referência: na contratação dos jogadores Edilson e Denilson o Flamengo, nestes dois casos, elaborou contratos de cessão de direitos de imagem nacionais e internacionais, separadamente. Por que o Flamengo não fez o mesmo com relação ao jogador Petkovic?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Porque, exatamente, em função da grande discussão que teve do Petkovic, decidimos agora que quando se

adquirir um jogador e que tenha imagem internacional, vamos fazer dois contratos, um para imagem internacional e um nacional.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quer dizer que então fica claro, mais uma vez, que US\$1,550 milhões foram pagos no fio do bigode?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não foi pago no fio do bigode. Foi pago pela imagem internacional do atleta, segundo a correspondência que o representante dele... Não foi paga no fio de bigode. Falhas existem, má-fé não posso acreditar.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Isso significa que se nós solicitássemos a sua pessoa neste momento para que entrasse em contato com o setor administrativo do Flamengo e nós solicitássemos que mandasse para nós o contrato de cessão de direito de imagem nacional e internacional do jogador Petkovic, por quem o Flamengo pagou um milhão quinhentos e cinquenta mil dólares para ter esse direito o senhor não apresentaria esses dados?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não entendi.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou fazer da seguinte maneira. Vamos suspender a sessão, o senhor tem dez minutos para entrar em contato com o Clube de Regatas do Flamengo e nos mandar por fax esse contrato feito entre o Flamengo e o Petkovic com relação ao seu direito de imagem.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Desculpe, Senador, não precisamos nem suspender porque a assessoria do Presidente está presente e faz o contato.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Acho que é interessante isso. Nós temos em mãos cópia dos contratos do Edilson e Denilson com relação aos seus direitos de imagem internacional e nacional. Só que queremos ter também em mãos os mesmos contratos com relação ao jogador Petkovic.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Sr. Relator, aproveitando esse interstício entre a solicitação e a remessa, tenho uma curiosidade; eu gostaria de saber qual a forma de transferência desses recursos tanto para a **Lake Blue** quanto para a Picoline.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Foi a ISL Internacional que remeteu diretamente para as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Esses valores não passaram pelo Brasil?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. A ISL Internacional que fez essa remessa.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – E como se trata de uma operação envolvendo um clube brasileiro que tem sede no Brasil e que passa a ser o detentor do título de propriedade do passe do jogador, o senhor não entende que é uma forma de elisão fiscal?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não. Diversos tributaristas foram consultados sobre esse aspecto. E a resposta que obtivemos é que como o contrato da ISL previa que o pagamento deveria ser feito diretamente pela ISL, e foi o que foi feito, a ISL pagou diretamente ao interessado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Realmente fica de difícil compreensão, porque o detentor do passe do jogador passou a ser o Clube de Regatas do Flamengo, com sede no Brasil. Esse pagamento implica crédito futuro ao Flamengo, tanto que verificamos há pouco, pelas suas próprias afirmativas, que esses sessenta milhões não constituem dívida.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É receita e o Flamengo vai pagar Imposto de Renda sobre essa receita.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Creio que vale também para outra operação, ou seja, o Flamengo é o detentor do passe do jogador e não a ISL, e a sede do Flamengo não é na Suíça e sim no Rio de Janeiro, no Brasil. Portanto, creio que esta é uma operação no mínimo suspeita. Tecnicamente não posso afirmar taxativamente que se trata de crime contra a ordem tributária nacional mas, como leigo, tenho dúvidas e isso merece uma avaliação por parte do Banco Central e da Receita Federal do Brasil. Certamente essa CPI vai encaminhar todas essas informações para que os órgãos públicos responsáveis pela ordem tributária nacional, possam assegurar os direitos da União, relativamente a essa transação.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Presidente, o Gamarra foi feito pela ISL e foi a própria ISL quem pagou diretamente ao Gamarra. O recurso não entrava no Flamengo...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Na transação do Gamarra foi pago o imposto, deste não. *(Se está interessando à Máfia, paga o imposto; deste, não.)*

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mas quem pagava diretamente era a ISL e não era o Flamengo quem pagava.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Mas de qualquer forma, não pagou. É isso que estamos considerando. O nosso dever, aqui, é defender o Erário. O nosso dever é defender o Patrimônio Público Nacional.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Flamengo em nenhum momento quer ter o desconforto de estar fazendo algo que não seja para prejudicar o Estado, a Nação. Em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Exatamente. Não estamos fazendo nenhuma acusação ao Flamengo. Estamos constatando um fato e que realmente é motivação para que o Banco Central e a Receita Federal esclareçam, e tomem as providências necessárias para ressarcir a União.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, por uma razão de um fato relevante, levantado por nossa assessoria e, ao mesmo tempo, darmos oportunidade para que o Presidente Edmundo dos Santos Silva tenha oportunidade de disponibilizar cópia via Fax, do Contrato de Cessão de Direito de Imagem Nacional e Internacional do jogador Petkovic, eu solicito a V. S^a que suspendesse temporariamente esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Antes de suspendê-la, eu gostaria de acrescentar que aquilo que disse antes, detentor da propriedade do passe do jogador é o Flamengo, isso é tão real, visível, notório, que não existe mais o contrato entre o Flamengo e a ISL. Portanto, é esta a constatação que nós queremos deixar, aqui, com clareza, exatamente porque estamos cobrando da Receita Federal, do Banco Central as providências relativamente a esse fato.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Só para deixar claro: nunca houve nem vai existir por parte do Flamengo nenhum tipo de tentativa de fazer algo que seja ilegal, algo que seja remessa ilegal de divisa, ou evasão de divisa, nunca houve nem vai existir. Eu desejo afirmar ao senhor que pode existir falhas no Flamengo por erro de interpretações, como existe até na própria Legislação, pois às vezes há falhas até na própria Legislação e que são corrigidas. Agora, por parte do Flamengo, eu afirmo que não há nenhuma intenção dolosa, não há nenhum dolo no Flamengo. O que pode haver é um erro de interpretação. Agora, os recursos foram pagos pela ISL/Suíça, diretamente às empresas, porque o contrato dizia que a ISL pagaria diretamente ao interessado. O contrato da ISL falava isso.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não há dúvida que tem sido insistente a sua afirmação de que pode haver irregularidades sem má-fé; Evidente que estamos definindo, aqui, se há má-fé ou se há erros? O que estamos colocando é a necessidade do Poder Público, da União, buscarem o ressarcimento daquilo

que, eventualmente, tenha sido subtraído dos cofres públicos. É isso que estamos enfatizando.

Então, vamos suspender esta reunião, por mais alguns minutos, e a retomaremos imediatamente. Cerca de 5 minutos.

(Esta suspensão a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer referência ao próprio Relatório da Deloitte, que inclusive, lamentamos que não tivéssemos tido acesso a ele, anteriormente, porque nos ajudaria sobremaneira na nossa linha de raciocínio.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, como falei, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a para encaminharmos esse documento amanhã.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Estamos nos referindo ao relatório. Tem um Item que gostaria de ler no relatório, referente ao ano 2000, que diz o seguinte: A Administração do Clube nos informou que o valor pago pela ISL e esta empresa se referiu a aquisição dos direitos internacionais. Quer dizer, foi uma informação do clube. Dos direitos internacionais de imagem do atleta Petkovic, conforme carta assina pelo Sr. Jorge Carreteiro Garcia. Que segundo nos foi informado pela administração do clube, é o detentor dos direitos de imagem do atleta no exterior. Essa carta indicou a solicitação do depósito em conta corrente no Citibank, em Nova Iorque, pela aquisição dos direitos internacionais de imagem do atleta. Não nos foi apresentado o contrato assinado entre o clube e a Picoline, nem o contrato social da empresa.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu não assinei nenhum contrato com a Picoline.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se me permite. Recomendamos que o clube obtenha esses contratos a fim de suportar adequadamente a operação e a contabilização efetuadas.

Isso não existe então?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu não assinei nenhum contrato com a Picoline. Eu não assinei nenhum contrato e nós não temos a documentação...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Veja bem, nós estamos afirmando aqui que através de uma pura e simples carta foi feito um processo de negociação no valor de 1 milhão e 550 mil dólares. O senhor mandou depositar 1 milhão, 550 mil dólares pura e simplesmente em função de uma correspondência.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Mas aí fala em depósito no Citibank, em Nova Iorque?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nova Iorque. Uma das contas onde a empresa tem, a empresa.. Ela é sediada num paraíso fiscal mas tem contas também em outros países.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O senhor me dá 24 horas, que eu vou ver essa documentação com o jurídico para encaminhar à Comissão.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Não. Nós vamos, nós vamos...O que nos importa também, sobremaneira, é com relação ao contrato de imagem entre o Flamengo e o Petkovic.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O atleta.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nós entendemos de que num tempo mais curto, acredito, dessas 24 horas, nós possamos ter isso em mãos, porque é um contrato que, com certeza, lá na gaveta, Petkovic deve estar presente. Ele não pode estar ausente. É um contrato de significativa importância e de um valor significativamente grande.

O senhor em 1998 não era Presidente do Clube de Regatas do Flamengo mas recebeu, por consequência, esse relatório feito pela Deloitte, assinado em 6 de maio de 1999. O senhor teve acesso a esse relatório?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Tivemos acesso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – No dia 6 de maio de 1999. Eu vou me permitir a ler uma parte do relatório.

Refere-se à conta bancária em Grand Cayman, que movimentava os recebimentos e pagamentos no exterior. Obtivemos confirmação do saldo diretamente com o banco, de acordo com informações obtidas no clube. Esta conta não é registrada no Banco Central”

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Mas essa conta não é do BBA do Banco do Brasil?!

O SR. GERALDO ALTHOFF – “Como consequência, alertamos que o clube pode vir a ser obrigado a pagar o Imposto de Renda na fonte sobre os pagamentos realizados através dessa conta, bem como ser penalizado pela autoridades competentes brasileiras. A atual administração está providenciando o encerramento.”

Nós fizemos um questionamento no início do seu depoimento...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Se eu movimentava conta no exterior.

O SR. GERALDO ALTHOFF –... se o Flamengo tinha conta no exterior. E o senhor taxativamente negou tal fato.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Bom, no Flamengo eu não movimento nenhuma conta no exterior. Eu desconheço essa conta. Eu confesso ao senhor...

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor assumiu...

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA –....que eu lembro desse, lembro desse relato. Confesso ao senhor que eu lembro desse relato. Eu não lembro de tudo. Agora, pode ver se no relatório seguinte ele confirma esse dado?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Esse é o último...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O senhor se lembra quando determinou o encerramento da conta?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não lembro. Não lembro. Eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Esse relatório é de maio e o senhor assumiu em janeiro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – De maio. O senhor recebeu esse relatório em maio de 1999.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – É, mas eu não lembro. Aí o vice-Presidente da época que eu tenho que verificar com ele amanhã, hoje à noite ainda ou amanhã, para ele responder. Eu lhe informo essa resposta amanhã.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Que fique bem claro, está aqui caracterizado que também o Clube Regatas do Flamengo faz sonegação fiscal e evasão de divisas.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Não, Sr. Senador – novamente, vou liderar – o Flamengo não faz sonegação fiscal e nem evasão de divisas. Se houve, houve uma falha. Eu vou responder aos senhores, detalhadamente, sobre o que foi feito com essa conta.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Na data referida, existia nesta conta US\$908 mil - o que foi feito com esse dinheiro?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu vou lhe informar, detalhadamente - de cabeça, lhe confesso que não sei.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Mas eu acho - e esta é a minha visão - que o senhor estava sabendo....

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, V. Ex^a me desculpe mas a sua assessoria está....

O SR. GERALDO ALTHOFF – É compreensível - é de extrema importância....

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) - V. S^a está cumprindo o seu dever. V. S^a se limite a responder, porque a Presidência conduz os trabalhos de conformidade com o Regimento da Casa.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Aqui, no final, se coloca que a atual Administração está providenciando o encerramento dessas coisas.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Eu confesso a V. Ex^a que, de cabeça, eu não sei como foi feito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se V. S^a me permite, eu confesso que tenho dificuldade em que um dado de tal significativa importância não tenha a sua lembrança clara e definitiva a respeito desse assunto porque estava se tratando de uma situação – para o senhor, inusitada – porque o Flamengo estava fazendo sonegação fiscal e evasão de divisas. O senhor estava tomando as providências. O senhor tinha conhecimento – porque está dito no Relatório – de que estava tomando as providências para o encerramento dessas contas. É lamentável mas fica claro, repito, que estava sendo caracterizado em mais um Clube brasileiro – sonegação fiscal e evasão de divisas.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, eu vou me permitir lhe responder esse assunto dentro de 24 horas.

O SR. GERALDO ALTHOFF – É importante, ainda, se referir a um outro dado: obtivemos confirmação do saldo diretamente com o Banco. De acordo com informações obtidas no Clube – quer dizer, o Clube de Regatas do Flamengo deu a informação à Deloitte, no transcorrer de 1999 – correto? Ele só foi entregar isto em maio – quer dizer, foi no transcorrer de janeiro a maio de 1999 – que esta conta não é registrada no Banco Central. O senhor, obrigatoriamente, tinha conhecimento deste fato e a sua atual Administração está providenciando o encerramento dessas contas - fica claro isto.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Todos os recursos que entram ou que saem do Flamengo vêm através do Banco Central - todos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está no Relatório da Auditoria que não – que esta conta não é registrada, não foi registrada, não estava registrada junto ao Banco Central. Portanto, trata-se, realmente, de evasão de divisas e crime contra o Sistema Finan-

ceiro Nacional e contra a ordem tributária. E há, também, a surpresa nossa e do Relator - porque este é um assunto tão importante, é um fato marcante porque trata-se de uma irregularidade flagrante, de um ilícito – que caberia ao Presidente se recordar bem dele, especialmente ao destino dado a mais de US\$900 mil que se encontravam marginalmente – de forma ilegal - depositados nessa conta em paraíso fiscal.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Com certeza, ele foi aplicado dentro do Clube.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu irei ler o último Parágrafo, **a posteriori** - que foi este que acabei de ler, anteriormente. O Clube utiliza agentes no exterior para remeter recursos em reais, diretamente para os credores do Clube no Brasil. Alertamos que esse tipo de operação pode, também, vir a ser questionado pelas autoridades fiscais no País.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – O Flamengo, hoje – desde 1º de janeiro, na minha gestão – não fez nenhum tipo de operação usando esse tipo de procedimento e digo a V. Ex^a que, amanhã, eu vou prestar contas a respeito dessa pendência que V. Ex^a disse aí. Eu confesso que, no momento, esta resposta está me falhando.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, eu não tenho dúvida que, mais uma vez, fica caracterizada a necessidade do fortalecimento dos Conselhos Fiscais dos Clubes - que se dê a prerrogativa de uma fiscalização efetiva, intensa e importante para que tais fatos não viessem a acontecer. E mais ainda, se tais fatos acontecessem, os conselhos fiscais tivessem a oportunidade de uma ação muito mais agressiva contra aquele responsável por esse tipo de situação, como estamos levantando neste momento.

É importante, Sr. Presidente, que os conselhos fiscais dos clubes - e tivemos oportunidade de trazer conselhos fiscais de alguns clubes a nossa CPI – que eles possam realmente ter ação efetiva no sentido de exercerem suas reais funções.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Concorde com V. Ex^a, Sr. Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – No tocante ao recolhimento dos impostos, o parecer do conselho fiscal sobre as contas de 99 já alertava que as contribuições sociais dos impostos não estão sendo recolhidas regularmente, conforme comentado no item “Impostos a pagar”. Inclusive a própria contadora do Flamengo afirmou em depoimento prestado junto à Polícia Federal, em 21.3.2001, que os impostos e

contribuições do Flamengo são retidos e apropriados e estão sendo recolhidos – frise-se – na medida do possível. Ou seja, uma confissão do crime de apropriação indébita?

Faço essa pergunta ao senhor, Sr. Edmundo dos Santos Silva: por que o Flamengo não paga seus impostos em dia?

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Senador, esse é um assunto que a gente vai se alongar um pouco para explicar.

Os clubes de futebol em geral têm três atividades: o futebol, os esportes olímpicos e atividade social. O futebol é gerador de receita; atividade social é geradora de receita e os esportes olímpicos não são geradores de receita.

O Flamengo ocupa, no cenário local e no cenário internacional, um espaço que não deveria ser do Flamengo, um vício de anos e anos onde nós somos obrigados a ter um esporte olímpico forte, da altura do Flamengo, e não existe nenhum tipo de incentivo para que nós possamos absorver esse custo. O Flamengo hoje é um grande prestador do Estado. Temos hoje 4,5 mil crianças aproximadamente prestando aprendizagem de esporte dentro do Flamengo e não recebemos absolutamente nada por isto. O Flamengo tem diversos trabalhos sociais no Estado do Rio, inclusive fora do Estado do Rio e nós não recebemos um centavo por isso.

Essa era uma falha estrutural e eu falo muito em falha estrutural do esporte, tanto que nós tomamos uma decisão a partir de 1º de agosto, onde se com os esportes olímpicos do Flamengo nós não obtivemos um financiador para cada uma das modalidades, todos eles vão ser amadores.

Esse espaço no exterior é ocupado pelas universidades e, em alguns países, até pelo Estado e aqui, no Brasil, há uma cobrança muito forte. Se um clube faz uma modalidade por que outro clube não faz?

É claro que isso não serve para resolver o problema, mas a pressão popular é muito grande se um clube de massa faz e outro não faz. E o que nós fizemos? A partir de 1º de agosto o Flamengo não aplica um centavo nos esportes olímpicos do clube. Isso vai nos dar uma perda muito grande. O Flamengo sempre remeteu as maiores comitativas olímpicas para representar o Brasil nas olimpíadas e quando é campeão, quando vem a medalha, o Brasil é campeão e o Flamengo é quem paga. No ano passado duas atletas nossas - a Leila e a Virna - ficaram aproximadamente sete meses à disposição da seleção brasileira. O Fla-

mengo não foi remunerado em um centavo. Pagamos a elas para representarem o Brasil.

O Aurélio Miguel, o Xuxa, a Daniela e outros atletas nossos que representam o Brasil são pagos pelo Flamengo. E, a partir de 1º de agosto, vamos deixar de representar o Brasil, porque, provavelmente, esses atletas buscarão outros clubes, outras entidades ou outras universidades para defender, já que o Flamengo não tem condições de fazer isso. A receita de futebol cobre o futebol; a receita social é equilibrada com as despesas sociais; mas, lamentavelmente, não temos geração de receitas para custear os nossos esportes olímpicos. Isso será uma grande perda para os esportes olímpicos.

A consequência disso é que o Flamengo atrasa compromissos. O Flamengo não se apropria indevidamente; nós atrasamos compromissos. É claro que, quando cheguei na administração, procurei, cada vez mais, diminuir esses espaços de atraso, e é o que estamos fazendo. Porém, só acredito que possamos equilibrar as finanças do Flamengo, provavelmente, em março ou abril do ano que vem, pois os reflexos dessas eliminações desses esportes – falamos isso com muita dor no coração – na redução de custos só vai acontecer, em termos de caixa, aproximadamente, daqui a seis a nove meses.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, eu nada mais teria a questionar neste momento. Eu gostaria somente, ao término desse questionamento, de agradecer a presença do Sr. Edmundo dos Santos Silva, e de dizer que temos, continuamos tendo e teremos, até o final desta CPI, a plena convicção da importância da sua instalação.

O problema nos clubes de futebol brasileiros são inequívocos. O sentimento e a ação de um presidencialismo de caráter feudal, cada vez mais, fica caracterizado nos clubes do Brasil. O personalismo, o fisiologismo dessas gestões também ficaram claros, mais uma vez, lamentavelmente, com o maior clube de futebol deste País.

Saímos daqui, mais uma vez, convencidos, Sr. Presidente, da necessidade de darmos oportunidade a que os conselhos fiscais dos clubes realmente tenham uma efetiva ação, tenham a oportunidade de realmente exercer o direito que lhes dão os seus respectivos estatutos, não tenham o sentimento lamentável de manipulação em assembleias gerais de caráter deliberativo, que passam a sobrepor, sobre os próprios conselheiros, que foram eleitos com essa finalidade, os seus sentimentos e as suas posições.

Queremos convictamente colocar, Sr. Presidente, que os presidentes que impedem os conselhos fiscais de exercerem suas ações realmente devem ter, por parte desses conselhos, ações mais agressivas, e que se busque até – por que não? – um sentimento de **impeachment** sobre aqueles que não sabem dirigir de maneira adequada e responsável os seus respectivos clubes.

Saio daqui como vencido também, Sr. Presidente, porque, a despeito do esforço que o Sr. Edmundo dos Santos Silva faz com relação ao processo de administração do Flamengo – cuja situação é bastante grave também –, ele necessita rever posições, porque ficamos aqui com caracterização de documentos que não tínhamos – e que foram trazidos pelo próprio presidente do clube –, caracterizando sonegação fiscal, evasão de divisas e, mais ainda, um sentimento de que a desinformação continua grassando, porque assunto de tal responsabilidade é afirmado e posto pelo Sr. Edmundo dos Santos Silva como de seu total desconhecimento.

Creio que estamos no caminho correto. O respeito à instituição Clube de Regatas do Flamengo é total e irrestrito desta Comissão Parlamentar de Inquérito como o respeito e consideração a todos os clubes deste país. Queremos o bem do futebol brasileiro. Queremos dar a oportunidade para que se recomponha a estrutura administrativa do futebol para que tecnicamente possamos recompor também a história do futebol brasileiro.

Ao término, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação através de um requerimento, nos termos regimentais, requerendo ao Exm^o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que encaminhe a esta Comissão cópia do inteiro teor dos processos a seguir relacionados, nas quais figuram como parte o Sr. Ricardo Terra Teixeira e a Sr^a Lúcia Teixeira.

Era essa a minha posição. E entrego o requerimento a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Depoente, Dr. Edmundo dos Santos Silva.

O SR. EDMUNDO DOS SANTOS SILVA – Sr. Relator, Sr. Presidente, demais presentes, eu gostaria, em nome de 35 milhões de brasileiros, de dizer que eu, é claro que não saímos satisfeitos quando algumas críticas são feitas, agora com a plena convicção de que o trabalho que está sendo feito internamente nunca foi feito no Clube de Regatas do Flamengo, tenho certeza de que ninguém entregou da

forma clara e transparente, como fizemos aqui, um plano de modernização de um clube, os relatórios de auditoria, onde vou apresentar para os senhores um trabalho feito pelo Flamengo que o **ranking** de aproximadamente 180 clubes brasileiros.

O Flamengo tem algumas propostas para o futebol brasileiro. Acho que quando o senhor fala do Conselho Fiscal está corretíssimo. Só que o Conselho Fiscal deverá obrigatoriamente ter o direito a uma reeleição. E para que ele não fique envolvido nos processos políticos, ele teria que ficar numa quarentena, porque senão vai ser mais um conselho a agir politicamente nas suas decisões. Sabe-se que a imagem que fica é a que é jogada para fora, corrigir custa muito. Entendo que algumas propostas para o futebol brasileiro devemos proceder. A primeira é com relação à forma de contabilização. A contabilidade dos clubes brasileiros não apresenta a realidade dos atos fatos, principalmente no que concerne ao investimento no futebol amador. Todo o investimento que se faz no futebol amador, e o Flamengo tem um investimento muito grande no futebol amador, onde temos psicólogos, médicos, dentistas, assistente social, ocupamos um espaço que o estado não ocupa, damos instrução, damos alimentação, damos apoio social e psicológico. E isso tudo é considerado como despesa, onde tecnicamente entendemos que deveria ser ativado e amortizado, à medida que esse rapaz fosse profissionalizado. Isso é um assunto contábil, uma proposta pronta que vamos encaminhar aos senhores. Uma outra proposta é sobre a criação de um calendário anual compatível com os outros calendários, senão o futebol brasileiro não vai sobreviver.

No passado, tínhamos condição de viajar, tínhamos condição de ter grandes cotas e, hoje, a estrutura que nos permite jogar a cada dois dias dificulta que tenhamos condições de excursionar e procurar parceiros em condições melhores.

Criação de ligas regionais, criação de ligas nacionais, desde que ligas profissionalizadas é imperativo para a salvação do nosso futebol. Entendemos que é imperativo para a salvação do nosso futebol.

A classificação desses clubes em cada uma dessas ligas, em que entendemos que cada liga deveria ter, no máximo, vinte clubes, deveria obedecer a um **hanking** técnico, em que o acesso seria através deste **hanking** técnico.

Criação de uma escola nacional de arbitragem. Não podemos deixar que uma pessoa ou um grupo

de três ou quatro pessoas possam decidir o destino de vinte e duas pessoas. Então, entendemos que seria o momento de pensarmos na criação nacional de arbitragem.

Os dirigentes de clube, também, não poderão cumprir mais de dois mandatos em cargo eletivo de, no mínimo, três anos. Caso o dirigente queira retornar, deveria cumprir uma quarentena de, pelo menos, um mandato eletivo dentro do clube. Qualquer dirigente, ou de Presidente de Conselho Diretor, ou de Presidente de Conselho Fiscal, ou de Presidente de Conselho Deliberativo, de qualquer Conselho, poderia ter uma reeleição e, caso ele quisesse participar de qualquer outro cargo ou até mesmo o dele, precisaria ficar – estamos dando o nome de quarentena – um mandato fora.

Entendemos que a CBF deveria ficar responsável apenas pelas competições internacionais e as seleções nacionais. As ligas caberiam às seleções nacionais e regionais.

Deveríamos tentar, de alguma forma, abrir linha de crédito para todos os clubes da divisão A e B, obrigatoriamente, dentro de um prazo máximo de cinco anos para construir seus próprios centros de treinamento.

Isso além de fortalecer de novo a renovação da massa de atletas vai fazer com que, indiretamente, estimulemos os rapazes a jogar futebol.

Creio que todas as praças, exceto uma praça que tem um estádio moderno, que é a praça do Paraná, que têm mais de três clubes grandes, de grande apelo popular, deveriam ter os seus estádios modernizados, reformados ou até construção de novos estádios, e precisamos do apoio do Estado nesse sentido.

Entendemos, também, que deveria ser criada uma Secretaria Nacional de Controle do Futebol, à qual os clubes deveriam apresentar seus orçamentos, balanços e projetos a fim de que sejam acompanhados e, evidentemente, controlados. Essa secretaria seria um órgão subordinado ao Ministério dos Esporte.

Do nosso ponto de vista, as atividades de esporte de rendimento deveriam ser geridas por profissionais ou por empresas contratadas pelos clubes.

Sugerimos que seja elaborada uma Lei de Responsabilidade do Futebol, pela qual os dirigentes deveriam prestar contas anuais dos seus balanços e finanças à Secretaria de Controle do Futebol.

Sr. Presidente, o Flamengo fez um trabalho para tentar salvar o esporte olímpico. Vamos destruir o esporte olímpico se pensarmos somente no futebol. Fizemos um trabalho interno, elaboramos um projeto e o encaminhamos ao Deputado Ronaldo César Coelho, que foi convertido em projeto de lei, o qual não tem tramitado. Vamos enviar uma cópia desse projeto aos senhores porque penso que poderíamos contribuir para salvar o esporte olímpico.

Com o trabalho hercúleo que o Comitê Olímpico Brasileiro – COB está fazendo vejo que, nas próximas Olimpíadas, poderemos ter sérias consequências com o enfraquecimento dos esportes olímpicos dos clubes, em função da priorização das áreas que geram receita. Quem gera receita, terá despesa e, quem não gera receita, também não terá despesa.

Também entrego aos senhores a primeira boneca da criação da Liga Brasileira de Futebol Profissional, feita pelo escritório Pinheiro Neto, que está em discussão, a qual também encaminhamos como sugestão.

Sr. Presidente, creio que CPI tem um papel muito importante. A opinião pública não pode classificar os dirigentes esportivos como se todos fossem desonestos e praticantes de atos ilícitos. Da mesma forma, não pode considerar os clubes da mesma forma, desonestos e praticantes de atos ilícitos.

Tenho o prazer de estar dirigindo o Flamengo há dois anos e sete meses, tenho o prazer de ser pai de três maravilhosos filhos e não posso deixar que a minha honra seja achincalhada por pessoas que enviaram a esta Casa documentos da coisa que mais amo na minha vida, o Flamengo, porque querem destruir este clube. Contudo, lutarei de todas as formas para que isso não aconteça. Não permitirei isso e lutarei de todas as maneiras para expurgar essas pessoas do Flamengo. Essas pessoas têm o direito de cobrar e o direito de enviar documentos a esta CPI, mas, quando chego à minha casa, quero ter o direito de encarar meus filhos com dignidade. Não posso ser tratado – como fui – como um bandido comum, como uma pessoa que comete atos ilícitos, coisa que não faço.

Sr. Presidente, quero estar sempre à disposição de V. Ex^a, de coração e de peito abertos, dizendo que me orgulho muito de ter estado nesta Casa, cujo Regimento nos permite ter esse tipo de conversa e de debate. Temos também de verificar que tipo de pessoas estão vindo a esta Casa prestar informações, já que pessoas condenadas por peculato estão tendo acesso a esta Casa. Como pode isso acontecer? Isso

está errado! Pessoas que estão querendo concessão de um canal aberto de televisão estão tendo acesso a esta Casa. Sr. Presidente, isso é muito sério.

Realmente estou abatido. Estou saindo daqui convicto de que fiz o melhor. Todas as solicitações de V. Ex^{as} serão atendidas e sempre estarei à disposição dos senhores.

Também deixarei com os senhores alguns documentos para que sejam juntados ao processo. Pediria que esses documentos fossem analisados de forma sigilosa pelos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Queremos, inicialmente, antes da conclusão e das considerações finais, agradecer a forma civilizada com que se apresentou aqui, cumprindo o seu dever, o Presidente do Flamengo Edmundo dos Santos Silva.

Esta Casa tem o dever de receber a todos – do juiz lalau, do escadinha a pessoas honradas. Afinal, é esta a nossa finalidade: o estabelecimento do contraditório na busca daquilo que possa se aproximar da verdade.

Queremos, sobretudo, destacar o seguinte: esta CPI não está trabalhando contra clube algum, muito menos contra o Flamengo, essa grande nação rubro-negra merece o maior respeito do povo brasileiro e desta instituição, o Senado Federal. A CPI se coloca contra os erros daqueles que eventualmente os cometa de boa e, sobretudo, de má-fé, com o objetivo de escoimá-los, para que a administração do futebol brasileiro, mais honesta e competente, possa alcançar os objetivos econômicos, sociais e culturais da grande paixão do povo deste País, que é o futebol.

Não podemos deixar de destacar que esta reunião – é bom dizer que o Flamengo não é a exceção; esta é, de certa forma, a regra – revela, mais uma vez, o que é, no que se constitui essa estrutura de administração do futebol. É um sistema viciado na estrutura.

Por isso, hoje, ouvimos, por diversas vezes, o Presidente do Flamengo afirmar que foi possível ter havido falhas, mas o Conselho Fiscal as tinha aprovado. Por que aprovam o Conselho Fiscal e o Deliberativo? Aprova delitos, ilícitos – não estou referindo-me especificamente ao caso do Flamengo, mas de forma genérica -, crimes contra o sistema financeiro, crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, evasão de divisas. Mas por que aprova? Por que, na verdade, eles se constituem em verdade farsa. São instrumentos de homologação dos atos ditados e impostos, como disse o Relator, Senador Geraldo Althoff,

em um sistema presidencialista feudal, por dirigentes que decidem em nome de milhões.

Ouvimos que as falhas existem. Creio que é positivo reconhecer falhas e erros, mas é difícil justificar a permanência, a persistência, do erro e da falha, quando o clube gasta valores expressivos na contratação de profissionais especializados para evitar essas falhas.

Nos gráficos apresentados pela assessoria da Comissão, verificou-se que os gastos são expressivos, com profissionais, empresas e auditorias contratados, e, no entanto, falhas gritantes são constatadas em um depoimento com este, numa investigação como esta que realiza a CPI do Futebol.

Tem razão o Relator, quando quer uma mudança estrutural. Nós imaginamos – o próprio Presidente do Flamengo, nas suas sugestões que agradecemos, enfatiza que necessitamos de um novo modelo eleitoral para acabar com a farsa das eleições, que permita a renovação dos quadros dirigentes, oxigenando a administração e impedindo a perenização de alguns cartolas nas entidades e nos clubes. Precisamos de um novo modelo de gestão que impeça essa homologação de atos na madrugada - e poderíamos usar a expressão bem popular “na calada da noite” -, quando algumas pessoas se reúnem e homologam os atos praticados pelos dirigentes do clube.

Não estamos julgando e não pretendemos fazê-lo porque esse não é o nosso papel. Mas os elementos que essa CPI recolhe revelam uma fotografia deteriorada da face da administração do futebol no nosso País. Estamos caminhando para o final dos trabalhos no dia 06 de novembro e, no dia 08 do mesmo mês, apresentaremos o Relatório final. O relatório do dia 06 será remetido ao Ministério Público para os procedimentos exigidos a fim de se responsabilizar civil e criminalmente aqueles que, eventualmente, tenham se envolvido nos ilícitos descobertos por essa CPI. No dia 08, acontecerá aquilo que mais me satisfaz porque, certamente, o dia 06 será triste para todos nós pela constatação dos ilícitos, dos crimes praticados e pela necessidade do indiciamento de pessoas. No dia 08, queremos ter a satisfação de poder apresentar ao País, ao desporto nacional, não uma proposta que brotou desta Comissão, mas uma proposta que está sendo elaborada por milhares de mãos, já que a contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem sido rica no plano propositivo. Esperamos que essa proposta de renovação do desporto na-

cional possa realmente nos dar a esperança de que viveremos novos tempos.

Agradeço, mais uma vez, ao Presidente Edmundo dos Santos Silva e nosso respeito à sua figura de cidadão. Cumprimos nosso dever e agradecemos a forma civilizada com que se comportou em que pese a necessidade do rigor das indagações formuladas em nome desta CPI, sobretudo pelo Relator Geraldo Althoff.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às)

45ª Reunião realizada em 18-9-01.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, às dez horas e vinte e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores, Geraldo Althoff, Alvaro Dias, Lindberg Cury, Antero Paes de Barros, Sebastião Rocha, Geraldo Cândido, Valmir Amaral, e Romeu Tuma, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida a Presidência informa ao plenário que o depoente o Sr. Mário Cupello, Vice-Presidente de Finanças do Clube de Regatas do Vasco da Gama não compareceu à presente reunião, para atender convocação feita através do Of. nº 506/01 CPI-Futebol, do dia 11 do corrente mês, recibo de postagem nº RC 11769922 7 BR e comprovante do Fax desta CPI, também não justificou sua ausência. Continuando o Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, no cumprimento da Legislação em vigor anuncia as providências que serão adotadas para, de forma coercitiva, obrigar Dr. Mário Cupello a prestar depoimento nesta comissão Parlamentar de Inquérito. O art. 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, diz o seguinte: "Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal." Parágrafo único: Em caso de não comparecimento das testemunhas sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art 218 do Código de Processo Penal. A Presidência solicita à Secretaria desta Comissão que tome as providências, peticionando junto ao juiz criminal para que se cumpra esse mandato. O art. 218 do Código de Processo Penal o seguinte: "Se regularmente intimada, a testemunha

deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça que poderá solicitar o auxílio da força pública." Art. 219: "O juiz poderá aplicar à testemunha faltosa a multa prevista no art. 453, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência e condená-la ao pagamento das custas da diligência." Logo após o senhor Relator Senador Geraldo Althoff apresenta requerimentos já assinados e aprovados por unanimidade; Requerimento nº 277, convocando o empresário do futebol, Sr. Reinaldo Menezes de Rocha Pitta, para prestar depoimento junto à Polícia Federal; Requerimento nº 278 para que sejam convocados para prestar depoimento a esta Comissão o Sr. Edmundo Santos Silva, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo,

e o Sr. Antônio Augusto Dunshee de Abranches, que presidiu o clube no período de 1981 a 1983; Requerimento nº 279 para que sejam convocados para prestar depoimento os Srs. Geraldo Teixeira da Silva, atual Presidente do Conselho Fiscal do Vasco da Gama, e Lourdemar Lima Vilanova, sócio benemérito do Vasco e coordenador da campanha eleitoral de 1998 do Sr. Eurico Miranda; Requerimento nº 280 para que sejam convocados para prestar depoimento os Srs. Carlos Alberto M. Cavalheiro, grande benemérito do Clube de Regatas Vasco da Gama, Wanderley Doring e Miguel Vaz, contadores do clube, e o Of. nº 508/01 CPI-Futebol, comunicando ao Sr. Aremithas José de Lima que, com base no Requerimento nº 127/01, aprovado por unanimidade, em reunião realizada no dia 20.02.2001, esta CPI está convocando-o para prestar depoimento. Considerando os alegados problemas de saúde que frustraram a realização de dois depoimentos anteriores, solicitamos a V.Sª indicar, em 48 horas, a data e local de sua preferência para a realização do depoimento e se haverá necessidade de acompanhamento médico fornecido pelo Senado Federal. O depoimento deverá ser prestado em dia útil, em data que não ultrapasse a 28 de setembro de 2001, e em local razoável, que poderá ser, inclusive, em sua residência. Alertamos para a obrigatoriedade da prestação de depoimento a esta CPI, sob as penas da Lei, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos do Código de Processo penal. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamen-

te com o apanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Declaro aberta a 45ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol.

Como é praxe, o Plenário da Comissão autoriza a aprovação da Ata sem a necessidade de sua leitura.

Está aprovada, portanto, a Ata da reunião anterior, a da 44ª reunião.

A reunião de hoje tinha por objetivo ouvir o Dr. Mário Cupello, vice-Presidente de Finanças do Clube de Regatas do Vasco da Gama.

Convocado para a reunião de hoje, não se apresentou.

No cumprimento da legislação em vigor, anunciamos as providências que deverão ser adotadas para, de forma coercitiva, obrigar o Dr. Mário Cupello a prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O art. 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, diz:

Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

Parágrafo único: Em caso de não comparecimento das testemunhas sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao Juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 18 do Código de Processo Penal.

A Presidência solicita à Secretaria desta Comissão que tome as providências, peticionando, junto ao Juiz criminal, para que se cumpra este mandato.

Diz o art. 218 do Código de Processo Penal:

Se regularmente intimada a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o Juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Art. 219: O Juiz poderá aplicar à testemunha faltosa a multa prevista no art. 453, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência e condená-la ao pagamento das custas da diligência.

Creio ser oportuno fazer a leitura do art. 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Diz o art. 4º:

Constitui crime impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuasdas o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito ou o

livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros”.

A pena está prevista no art. 329 do Código Penal.

É do nosso dever fazer retrospectiva relativamente à ausência do Dr. Mário Cupello na reunião de hoje, já decorrente de uma postura adotada pelo Presidente do Vasco da Gama, Deputado Eurico Miranda.

Convocado para depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, no mês de junho, o Sr. Eurico Miranda se recusou a responder à convocação. Reiteramos a convocação e recebemos em resposta um oferecimento de seu próprio gabinete, sugerindo a data, local e horário para o depoimento.

No dia 8 de agosto, esta Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhou um novo ofício, assinado pelo Senador Geraldo Althoff e por mim, que no item 2 solicitava ao depoente que marcasse outro local para seu depoimento, visto que por motivos de razoabilidade o seu gabinete não oferecia condições para a audiência dos Senadores e de suas assessorias.

Lembramos que a prerrogativa da imunidade parlamentar para marcar o local do depoimento deve ser condizente com condições objetivas e razoáveis, bem como ser ajustado entre as partes.

Como essa convocação, nos termos em que foi posta, não foi atendida, a CPI, por solicitação dos Srs. Senadores e do Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff, entendeu não dever comparecer para o depoimento no gabinete, que realmente não reunia as condições razoáveis para o cumprimento do nosso dever.

No dia 21 de agosto, outro ofício foi encaminhado nos mesmos termos, oferecendo, em mais uma oportunidade, a possibilidade de se colher aquele depoimento.

Houve, portanto, a negativa do Deputado Eurico Miranda de depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aproveito o ensejo para dizer que o instituto da imunidade parlamentar é uma exigência da sociedade e inclusive deve ser revisto urgentemente. É descabida essa pretensão do Parlamentar de obter privilégios. A sociedade não admite que esses privilégios sejam conferidos a eles.

O comparecimento desta CPI ao gabinete do Deputado seria conferir-lhe um privilégio a que não tem direito e, menos ainda, merecimento.

A Câmara dos Deputados recebeu do Senado Federal, há alguns anos, um projeto aqui aprovado, alterando de forma radical o instituto da imunidade

parlamentar e até a presente data não ofereceu resposta. Aliás, a Câmara dos Deputados, que debate um código de ética, até este momento também não ofereceu resposta às representações desta Comissão Parlamentar de Inquérito relativamente à quebra de decoro parlamentar por parte do Deputado Eurico Miranda.

Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff, Sr. Senador Lindberg, do Distrito Federal, que agora também passa a integrar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para nossa satisfação, há necessidade de se valorizar a Comissão Parlamentar de Inquérito como instrumento eficaz de investigação. Uma das vertentes do Poder Legislativo é a fiscalização, e a Comissão Parlamentar de Inquérito é o mecanismo mais adequado para o cumprimento do nosso dever no que diz respeito à missão de fiscalizar. Há sem dúvida resultados fantásticos obtidos por CPIs no Congresso Nacional.

Nós não temos dúvida, Sr. Senador Geraldo Althoff, especialmente pela contribuição valiosa que V. Ex^a está prestando ao desporto nacional, com um trabalho de competência e denodo ao lado da sua equipe, de que esta CPI produzirá resultados significativos. Aliás, já vem produzindo resultados expressivos, inclusive no que diz respeito à mudança de mentalidade dos dirigentes que administram o futebol no nosso País. Conferindo transparência, exigindo uma postura de correção na aplicação dos recursos, esta Comissão Parlamentar de Inquérito vem contribuindo sim para a mudança de mentalidade, com resultados visíveis para a opinião pública brasileira.

Mas este não é o momento para dissertarmos sobre os resultados que esta CPI já vem obtendo. É o momento para as providências relativas ao fato presente. O que esta CPI pretendeu ao oferecer espaço para o contraditório, convocando o Deputado Eurico Miranda, foi exatamente oferecer àquele dirigente oportunidades para contestar as gravíssimas denúncias aqui formuladas, para se justificar diante de fatos relevantes, resultantes de farta documentação, que comprovam ilícitos praticados durante a sua gestão à frente do Clube de Regatas Vasco da Gama. As representações encaminhadas ao Ministério Público o foram de forma antecipada às conclusões dos trabalhos desta CPI exatamente em função da gravidade dos fatos aqui identificados. A nosso ver, interessaria muito mais ao convocado do que a esta CPI o depoimento, já que para esta CPI nada falta para as suas conclusões. Os elementos são consistentes, robustos, para que esta CPI pudesse ter tomado as providências que já tomou e certamente acrescentará, ao

final, quando o Senador Geraldo Althoff apresentar para discussão o seu relatório. Essa desobediência à convocação e essa tentativa de obstruir os trabalhos de investigação, o que constitui crime previsto na legislação, só contribui para agravar e, naturalmente, para que o relatório seja ainda mais contundente em relação aos fatos relevantes identificados e os crimes praticados. Aliás, uma verdadeira seleção de crimes que foram praticados na gestão desse dirigente do Clube de Regatas do Vasco da Gama.

A convocação do Dr. Mário Cupello teve por objetivo preencher a lacuna da ausência do parlamentar, acobertado pelo manto protetor da imunidade parlamentar. Com a sua ausência a legislação não o protege, a exemplo do que faz com o parlamentar. Não o protegendo, permite-nos convocá-lo mediante força coercitiva. É o que esta CPI determina neste momento e fará com que seja cumprido.

Passo palavra ao Senador Geraldo Althoff, se dela desejar fazer uso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acima desta Comissão Parlamentar de Inquérito está a própria instituição do Senado Federal e acima da própria instituição do Senado Federal está a Constituição brasileira. Lamentavelmente, estamos vendo, de maneira pública e bastante clara, maneiras com que cidadãos se colocam e se posicionam frente a prerrogativas de caráter constitucional, não vindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero deixar, Sr. Presidente, independentemente dessa relatoria, com certeza, com o aval desta presidência e de todos os Srs. Senadores que nos honram com suas presenças, afirmar de maneira categórica que todos que serão convocados serão ouvidos por esta relatoria e por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Entendo mais, Sr. Presidente, que isso aqui, que essa ausência premeditada é prova cabal de comprometimento, não só no sentido de que tenha ação protelatória da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, mas ela evidencia o grau de comprometimento que essas pessoas têm com as coisas escusas do futebol brasileiro e todos aqui estarão, independente da representatividade que tenham, porque estamos fazendo e exercitando uma ação de caráter constitucional. Todos aqui virão, Sr. Presidente, não tenho dúvida, e para tanto quero relembrar dois requerimentos que passo novamente a ler, requerendo sejam convocados para prestar depoimento a esta Comissão o Sr. Edmundo Santos Silva, presidente do Clube de Regatas do Flamengo, e o Sr. Antônio Augusto de Abranches, que presidiu o Clube de Regatas do Flamengo no período de 1981 a 1983. Requeremos também a

convocação do empresário de futebol, Sr. Reinaldo Menezes da Rocha Pita para prestar depoimento junto à Polícia Federal, conforme determina o art. 58, § 3º, da Constituição Federal.

Mais ainda, Sr. Presidente, solicitamos a V. Ex^a que seja encaminhado ofício ao Sr. José Aremita de Lima no sentido de que, a despeito dos problemas de saúde que o afligem e que, por consequência, frustraram a realização de dois depoimentos anteriores, solicitamos que ele indique, em 48 horas, data e local de sua preferência para a realização do depoimento e, se houver necessidade de acompanhamento médico, este será fornecido pelo próprio Senado Federal.

O depoimento deverá ser prestado em dia útil, em data que não ultrapasse 28 de setembro de 2001, em local razoável que poderá ser, inclusive, a sua residência. Solicitamos também que seja alertado para a obrigatoriedade da prestação de depoimento a esta CPI sob as penas da lei a que V. Ex^a fez referência anteriormente.

Sr. Presidente, requeremos sejam convocados para prestar depoimento os Srs. Carlos Alberto Cavaleiro, grande benemérito do Clube de Regatas Vasco de Regatas Vasco da Gama, Vanderlei Doring e Miguel Vaz, contadores do Clube de Regatas Vasco da Gama.

Requeremos, Sr. Presidente, sejam convocados para prestar depoimento os Srs. Geraldo Teixeira da Silva, atual presidente do Conselho Fiscal do Clube de Regatas Vasco da Gama, e Loudemar Lima Vilanova, sócio benemérito do Clube de Regatas Vasco da Gama e coordenador da campanha eleitoral de 1988 do Sr. Eurico Miranda.

Com esses requerimentos, que esperamos sejam aprovados pelos Srs. Senadores, estamos dando, mais uma vez, demonstração do sentimento de responsabilidade que tem esta Comissão Parlamentar de Inquérito frente à desorganização e ao desmando do futebol brasileiro.

E mais: a todos esses convocados, que fique claro, todos estarão aqui conosco, sem sombra de dúvida; temos o tempo necessário. Temos até a data do dia 15 de dezembro para fazer com que essas pessoas aqui venham e prestem os seus depoimentos. Não queremos, mais uma vez, que a Constituição Federal seja maculada por pessoas que estão comprometidas com conluios e mecanismos escusos contra o futebol brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os requerimentos lidos serão assinados pela maioria dos in-

tegrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito e constarão da Ata dos trabalhos de hoje.

Senador Lindberg Cury, que integra o PFL do Distrito Federal e nos honra com sua presença, se de-sejar fazer uso da palavra, ouviremos V. Ex^a com prazer.

Agradecemos a presença do Senador Lindberg Cury, que passa a integrar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a partir desta reunião, numa fase decisiva dos nossos trabalhos.

Dessa forma, Sr. Relator, Srs. Senadores, com o cumprimento da determinação desta CPI, poderemos ouvir o Dr. Mário Cupello amanhã ou na próxima terça-feira, já que ele estará aqui de forma coercitiva. Dependemos apenas do despacho judicial para o cumprimento da deliberação relativamente ao momento do depoimento. E certamente, com a aprovação dos requerimentos de hoje, encaminharemos a convocação aos demais depoentes para as próximas reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, chegou o laudo da Polícia Federal referente à fita gravada pela Rádio Gaúcha de Porto Alegre, dando a ela característica de veracidade.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Informamos a este Plenário que acaba de chegar a esta Comissão o laudo da Polícia Federal, conferindo veracidade à fita gravada pela Rádio Gaúcha de Porto Alegre, relativamente à reunião realizada pelos presidentes das federações de futebol, em solidariedade ao Sr. Ricardo Teixeira.

Com a constatação da veracidade da fita, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tomará as providências cabíveis, tendo em vista ter sido o objetivo daquela reunião obstruir os trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E, conforme já referido anteriormente, a tentativa de obstrução constitui crime, com penalidades previstas pelo Código Penal, que podem implicar prisão de um a cinco anos. Portanto, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como é do seu dever, tomará todas as providências relativamente a essa tentativa de obstrução dos trabalhos de investigação.

Queremos registrar em Ata também que o depoente de hoje, Dr. Mário Cupello, não justificou a sua ausência até este momento, quando estamos encerrando os trabalhos desta reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h49min.)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 262 , DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE :

dispensar, a pedido, **DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS** da função comissionada, de Consultor-Geral Legislativo do Senado Federal, Símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 16 de outubro de 2001

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ramez Tebet', with a long horizontal stroke extending to the right.

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 263 , DE 2001

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE :

designar o servidor **SERGIO FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA PENNA**, para exercer a função comissionada, de Consultor-Geral Legislativo do Senado Federal, Símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 16 de outubro de 2001



Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal